This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

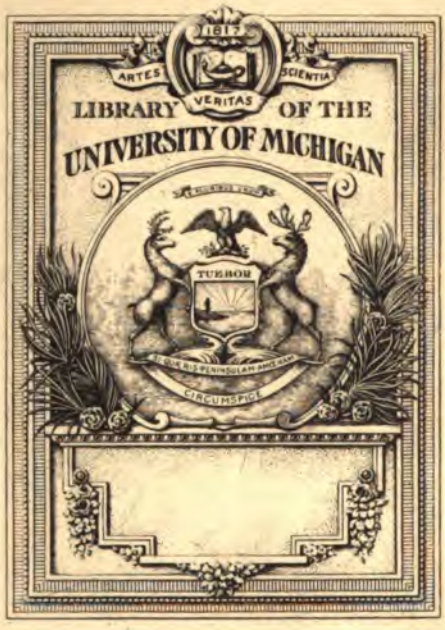
- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`


1817
ARTES
VERITAS
SCIENTIA
LIBRARY OF THE
UNIVERSITY OF MICHIGAN
TUEBOR
SI QUAERIS PENINSULAM AMOENAM
CIRCUMSPICE

F
2
.I

REVISTA

DO

Instituto Historico e Geographico

DE

S. PAULO

44
12

VOLUME XII

1907

SÃO PAULO
TYP. DO « DIARIO OFFICIAL »
1908

Geography
Nijh.
6-13-30
21459

INDICE DO VOLUME XII

PAG.

A GRUTA ISABEL—pelo sr. dr. Joaquim José de Carvalho. 3
DR. LUIS BARBOSA DA SILVA—pelo sr. dr. Augusto Cezar de Miranda Azevedo 20
A SERRA DO ESPINHAÇO—pelo sr. dr. Orville Derby . . 40
JOSÉ CLEMENTE PEREIRA—pelo sr. coronel Ernesto Senna 62
JOSÉ BONIFACIO (o velho)—pelo sr. dr. Estevam Leão-Bourroul. 87
DICCIONARIO TOPOGRAPHICO DA COMARCA DE CASA BRANCA —pelo sr. Lafayette de Toledo 121
APONTAMENTOS RELATIVOS A ALEIXO GARCIA — pelo sr. Ernesto Guilherme Young 217
O VOADOR—pelo sr. dr. José Vieira Fazenda. . . . 229
JUIZ DE FÓRA EM SÃO PAULO—pelo sr. dr. Alfredo de Toledo 244
PADRE BARTHOLOMEU DE GUSMÃO—pelo sr. dr. Hosannah de Oliveira 253
OUVIDORIA DE PARANAGUÁ—pelo sr. dr. Alfredo de Toledo 262
LIGEIRAS NOTAS DE VIAGEM DO RIO DE JANEIRO Á CAPITANIA DE S. PAULO, NO BRASIL, NO VERÃO DE 1813, COM ALGUMAS NOTICIAS SOBRE A CIDADE DA BAHIA E A ILHA TRISTÃO DA CUNHA, ENTRE O CABO E O BRASIL E QUE HA POUCO FOI OCCUPADA—por Gustavo Beyer. Traducção do sueco pelo sr. dr. Alberto Löfgren 275
JUIZADO DE FÓRA E OUVIDORIA DE ITÚ—pelo sr. dr. Alfredo de Toledo 312
OS INDIGENAS—pelo sr. Leoncio do Amaral Gurgel . . 319
O PADRE MANOEL DE MORAES—pelo sr. dr. M. de Oliveira Lima 331
TIRADENTES E A EDUCAÇÃO CIVICA. CONFERENCIA. APPENDICE: I, A EXECUÇÃO DE TIRADENTES, 1) DESCRIPÇÃO, 2) NARRAÇÃO RIMADA. II, NOTAS E ESCLARECIMENTOS: 1.° A EFFIGIE DO HERÓE. 2.° A REIVINDICAÇÃO PERNAMBUCANA. 3.° A GUERRA DOS MASCATES. 4.° A CONSPIRAÇÃO MINEIRA. 5.° VENDEK é J. J. DA MAIA. 6.° POMBAL E S. JOSÉ DE TIRADENTES. 7.° ADVERTENCIA FINAL—pelo sr. professor José Feliciano 347

O papel de José Bonifacio no movimento da independencia—pelo sr. dr. M. de Oliveira Lima. . . 412
Os machados de pedra dos indios do Brasil e o seu emprego nas derrubadas de mato—pelo sr. professor dr. Hermann von Ihering 426
Quero-já (22 de julho de 1840)—pelo sr. dr. José Vieira Fazenda 437
Revolução de 1842—pelo sr dr. João Baptista de Moraes 441
Forte maçada! — pelo sr. coronel H. A. de Araujo Macedo 618
Excursão ao Ruwenzori—conferencia feita pelo Duque de Abbruzzos em Londres e traduzida pelo sr. dr. Eduardo Loschi 628
José Lourenço da Costa Aguiar (D.)—pelo sr. Barão de Studart 656
Bibliographia 658
A Bibliotheca Brasiliense do sr. dr. José Carlos Rodrigues—pelo sr. dr. M. de Oliveira Lima. . . 658
Südamerikanische Felszeichnungem (Pictogravuras sul-americanas) do dr. Theodor Koch—pelo sr. Rodolpho von Ihering 663
Gustavo Beyer. 665
Viajante Sueco (1813)—pelo sr. dr. José Vieira Fazenda. 665
As notas de viagem no Brasil, em 1813, de Gustavo Beyer—pelo sr. dr. M. de Oliveira Lima. . . 669
Quem era Gustavo Beyer—pelo sr. dr. M. de Oliveira Lima 672
Actas das sessões realizadas durante o anno de 1907. 677
Discurso do orador sr Hippolyto da Silva na sessão anniversaria. 710
Relatorio dos trabalhos e occurrencias durante o anno de 1907, apresentado pela Directoria. . . 725
Quadro social do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, em dezembro de 1907. 729
Directoria 729
Presidente honorario 729
Socios benemeritos 729
Socios honorarios 730
Socios correspondentes domiciliados fóra do Estado de S. Paulo 731
Quadro dos socios acceitos em 1906. 733
» » » » » *1907*. 734
Relação dos socios fallecidos até 31 de dezembro de 1907 735

REVISTA

DO

Instituto Historico e Geographico

DE

SÃO PAULO

A GRUTA ISABEL

Relatorio sumario de sua exploração, seguido de breves considerações historico-geograficas

« Quien no admira, estremecido por un vértigo sublime,
desde el borde pedregoso de un picacho desigual,
de que modo hacia el abismo, com fragor que el pecho oprime,
precipitase el torrente por el agrio penascal ».

Emilio Ferrari

De la Réal Academia Espanola. (Poesia — « *Las Tierras Llanas* » — na Revista - *El Iris de Paz* - ano XXIII n. 476, de 29 de Julho de 1906. Madrid.)

Os geologos principalmente, os que provam deleites com estudarem os interessantissimos fenomenos, que, em indefesso trabalhar, revolucionam não só a epiderma, quanto mais quiçá as entranhas do planeta por nós habitado, com particular atenção observam e admiram, confessando-se sem frases bastantes para descreverem-nas, e sem tintas convenientes na palêta para depintarem-nas, as cavernas mais ou menos vastas, as grutas de maior ou menor amplidão, por especial as de formação calcarea, que rompem e excavam caprichosamente as colossaes móles rochosas, variegada e intricadissima ossamenta da crosta terreal.

Taes acidencias são trabalhadas ali pelo desecamento de sedimentos inconsolidados, fazendo retrações, alhures por abalos, tremores, casos sismicos, rompendo os estratos, e, num ou noutro caso, produzindo deslocações, fendas, soluções de continuidade no amago dos primitivos massiços, vindo por fim a insistente ação erosiva dos subterreos lençóes, correntes ou fios de agua, e causas outras não perfeitamente definidas, inclusas as trepidações vulcanicas, onde éstas ocorrem, a completarem a arquitetura das grutas. Assim opinam e explicam alguns, quando outros por maior simplicidade contentam-se com tudo attribuirem a vacuolos, lacunas ou falhas, abertos pela irregular consolidação dos elementos, na fáse do resfriamento planetario.

Assim sendo, ou por causa outra dependente de ulteriores estudos, até agora ainda não cabalmente feitos, fica sempre indiscutivel, e nimiamente interessante para o cientista, a suprema belêza desses antros, desses abismos, decorados pela caprichosa fantasia do sublime e natural artista (?), que inimitavel e arroubadamente os produziu!.

E certo é que, em qualquer parte onde êles se descobrem, a inteligencia dos sapientes, dos veneradores do bélo em quaesquer linhas de projeção, imediatamente os regista no vasto patrimonio cientifico; e as administrações esclarecidas e patrioticas, lhes dispensam as maiores e melhores solicitudes, porque, sem haver negal-o, êles concorrem para a celebridade dos paizes, com serem dos mais admiraveis e selétos encantos naturaes.

Não é o nosso Brasil dos menos aquinhoados com os prodigios desse genero, de mais bem podendo ser que muitas outras notaveis sorprêsas nos estejam consoantemente reservadas, na extensa porção ainda incivilisada, ou menos conhecida de nosso vastissimo territorio.

Si a Grecia zéla a sua *Antiparos*, si a Belgica encanta-se com a sua *Han-sur-Lesse*, si a França deleita-se com a das *Moças* e a de *Osselles*, si os Estados Unidos afamam-se com a *Mammouth* no Kentucky e a de *Alabastro* na California nenhuma dessas excede as prodigiosas fabricas, os rememoraveis encantos da nossa *Taperussú* no Paraná, da do *Inferno* em Mato Grosso, e da *Isabel*, no municipio de Bananal, ao norte do Estado de S Paulo, ésta que eu tive a ventura de explorar, inda que incompletamente, que fui o primeiro e unico a descrever e fazer conhecida, objéto deste invalioso e só original trabalho

E já não posso deixar de memorar tambem as *Cavernas do Iporanga*, sobretudo a do *Monjolinho*, que mais celebrisada ficou para os cientistas, porque em suas aguas foi ha pouco pescado o *typhlobagrus kronei*, verdadeira novidade ictiologica, o primeiro espeleicola (*spelæicola*) encontrado no Brasil, peixe esse que tem a triste particularidade de ser cégo, como são os demais ambliopsidas (*amblyopsidæ*) da America do Norte.

Eu vi, na *Kosmos* n. 1 deste ano, o perfeito desenho desse curioso peixe, o primeiro bagre encontrado na lôbrega carcérula de uma gruta, não pequeno comtudo, de péle translucida; e vi tambem duas magnificas fotogravuras do *Monjolinho*; podendo, só por isso, asseverar que, confrontadas as duas excavações, leva-lhe vantagem a *Gruta Isabel*.

Da interessantissima descoberta do *typhlobagrus* cabe o merecimento ao Sr. Ricardo Krone, de Iguape; e foi em honra deste que o Sr. Alipio de Miranda Ribeiro denominou-o—*typhlobagrus kronei*—, criterioso e justo premio assim dado ao conspicuo observador, como sóe fazer se nas lidas da ciencia.

E qual não foi o meu prazer, quando, na noite de 7 de Fevereiro, achando-me no salão da *Sociedade Scientifica de São*

Paulo, ahi vi uma grande e explendida fotografia do *Monjolinho*; e mais, vi tambem, contemplei por muito, apreciei bastante o *typhlobagrus kronei*, êle proprio, o peixe, a raridade, conservado em um frasco, que lá se achava a contentar a curiosidade dos que interessados fossem no conhecimento dessas grandes minucias da historia natural.

***

Poucas linhas ácima, dice eu que o nosso Brasil não é dos menos aquinhoados com taes prodigios; e já me será permitido corrigir essa frase, pois nos é licito afirmar desassombradamente que nenhum outro país no mundo é, quanto o nosso, tão opulento de encantos taes!

Os que conhecem a fenomenal bacia do rio *S. Francisco* sabem das inumeras grutas calcáreas, que bordam-na.

Numa das vertentes do morro de que jaz a cavaleiro o forte de Coimbra, que tão gloriosamente célebre deixou o nosso bravo Porto Carreiro, na epopéa militar do Paraguay, vê-se a imensa *Gruta do Inferno*, a qual póde sem constrangimento, abrigar mais de mil homens, dando-se inteiro crédito, como cumpre, á palavra do cientista dr. Rodrigues Ferreira, que naturalisticamente deixou-a descrita no quarto volume da *Revista do Instituto Historico*!

Mais de duzentas, muitas délas ricas de fosseis, explorou o insigne dr, Lund. só na Lagoa Santa, em Minas!

Feita rapidamente pelo sr. Ireneu Joffily (no «*Almanach Popular Brasileiro*» de 1900, publicação editada por Echenique & Irmão, Pelotas, Rio Grande do Sul) deparou-se-nos a noticia da «*Gruta da Canastra*» na serra desse nome, no Estado da Parahiba. O sr. I Joffily, por um processo penoso e arriscadissimo, e graças á conduta de um prático sertanejo, logrou penetrar essa excavação natural, aberta em rocha granitica, com 500 metros de extensão por 3 a 4 na maior altura, tendo um sólo poeirento escuro, com dois a cinco pés de espessura, e tão farta de esqueletos esparsos que, sem exagero, dá para chamar-se um grande ossuario humano.

Nos bancos calcareos disseminados pelo nordéste de Coritiba, entre muitas e notaveis grutas de estalactites, nota-se a já referida de *Taperussú*. pelo ilustre engenheiro Luis Parigot visitada, descrita e desenhada em 1875, ha 32 annos quasi, sem comtudo ficar nem ter sido até hoje inteira e completamente explorada, como não foi por mim nem consta-me por outro ter sido a *Gruta Isabel*;

E' que um profundo respeito, um bem fundado receio, por muita que seja a nossa curiosidade cientifica, nos retiram de lá das profundêzas da Terra, quando nos aventuramos em explorações, que se retardam, privados de ar e de luz, esses sensualisticos elementos da vida.

***

Como e porque fui á gruta?

Em Julho de 1887, meu excelente amigo e compadre, o finado senador dr. João da Silva Carrão, sofreu o primeiro insulto de meningo—mielite, que foi por mim conjurado, isto quando êle residia no Rio, á rua Senador Vergueiro; e, entrando em convalescimento, assentámos, a exma. Familia e eu seu medico, em afastal-o da atividade politica e da vida opressa da *Côrte* (como se então dizia, falando da hoje *Capital Federal*) mesmo da afluencia de visitas, inoportunas na situação, para as liberdades tranquilas de uma vilegiatura.

O senador Carrão aceitou para isso o oferecimento de seu concunhado, o sr. Barão de Bananal (vivo pae do exmo. deputado federal sr. Rodolfo Miranda); e, na manhã do dia 11 de Agosto daquêle ano, tomámos acomodação especial e convinhavel em um trem, chegando á explendida *Fazenda do Novo Destino*, a 1 hora da tarde.

Como seu medico, de privada confiança, eu tive o honroso e grato encargo de acompanhar o meu caro amigo, cujo restabelecimento de mais a mais acentuava-se de dia para dia; e, folgando a minha solicitude com essas melhoras, no dia 15 fui em diversão á *Fazenda da Piedade*, residencia e propriedade do meu colega, o sr. doutor Manuel Pinto da Silva Torres, sogro do ilustre Barão de Bananal.

Para tal passeio houve alguma premeditação.

A todos os angulos do Municipio de Bananal e seus limitrofes chegavam noticias da descoberta de uma gruta, de uma grande maravilha natural; essas noticias eram já decoradas pela imaginação popular em seus exaltamentos pela fábula, e, muito legitimamente, despertaram febril curiosidade, que movimentava em verdadeiras caravanas os magótes de curiosos.

A «*Nova Phase*», periodico local, estafava-se em noticias e comentarios; e á propria imprensa fluminense fôra levada a nova, embóra sem o criterio de uma informação formal e completa.

O senador Carrão, o Barão de Bananal, o dr. Silva Torres conceberam, pois, o plano de fazerem-me explorar a gruta, para descrevel-a tão minuciosamente quanto possivel. Foi com essa aludida premeditação que se organisou o passeio.

Aos desejos dos nobres amigos defrontaram-se os meus; e foi nas acheganças hospitalares e carinhosas do dr. Silva Torres que organisou-se o grupo excursionista por mim chefiado. Matalotagem, fachos de taquarussú, vélas, candeiros, lanternas, papel, lapis, trenas, termometros, armas de defensa, homens sapadores, cães batedores, serviçaes, um bom prático dos caminhos e do sitio preciso, o que mais se julgou mistér, indispensavel e possivel de obter se ali e de transportar-se até lá, tudo preparar e dispôr foi obra para breves momentos.

Pela fresca e orvalhosa madrugada de 17 de Agosto, á voz de partida, puz em marcha o meu bando explorador, parte em cavalgada, parte por peões.

A' gruta!....

***

Gruta (da baixa latinidade— *crupta*,—*grupta* em um texto de 887, do latim—*crypta*—, da raiz sanscrita—kru) ou *Caverna* é a excavação natural, produzida nas montanhas calcareas pela filtração das aguas, que arrastam em seu curso as camadas terrosas ou friaveis, intercaladas nas rochas mais consistentes, operando fisico-quimicamente.

Essas excavações são geralmente tortuosas, ramificadas, divididas em desiguaes e irregulares compartimentos, separados por estreitas, acidentadas e escorregadias passagens, de paredes ásperas, arrebicadas por concreções calcareas, chamadas *estalactites* e *estalagmites*, apresentando conformações excentricas, singulares, com que brinca a rédeas soltas a estuante imaginação popular.

Objéto de variado e interessantissimo estudo fornecem essas profundas excavações ao naturalista, ao geologo especialmente, que, nas diferentes e diversas frisas que atravessa, contempla, define e determina as seriadas transformações, vencidas pelo planeta, até chegar á constituição de agora.

Por estudos taes é que sabemos terem-se consumido 648 milhões de anos para fazer-se a solidificação da crosta terraquea; que só a formação da camada carbonifera despendeu um milhão, quatro mil e quasi já duzentos anos pelos cálculos de Bischof, ou sómente 627 mil e quasi duzentos anos pelo cômputo de Chevandier; que a formação terciaria, cuja espessura não excede a mil pés inglêses, levou 350 anos a completar-se; e que 350 milhões de anos decorreram para que, em nosso planeta, a temperatura baixasse de 2000 para 200 gráos. E' pela lição da geologia que sabemos contarem-se na espessura da terra, subdivididas em muitas e diversas camadas, nada menos de 12 formações, quaes em ordem decrecente: a *aluviana*, a *diluviana*, a *terciaria*, a *calcarea*, a *jurassica*, a *triadica* ou *trias*, o *lias*, a *carbonifera*, a *devonica*, a *siluriana*, a *huroniana*, e a *laurentina*.

A *gruta Isabel*, como a denominei e denominada ficou (si a barulhosa nomenclatura republicana não crismou-a depois com qualquer nome inexpressivo) em honra á piedosa Senhora, que então exercia a magistratura suprema da Nação, encontra-se no Municipio do Bananal, curato de Santo Antonio do Alambari, bairro do Capitão Mór, nas terras do tenente-coronel José Ramos da Silva Sobrinho, na mata da Cascata, entre floresta virgem e protegida por um cipoal secular, rijo e musculoso, onde, a 200 metros ácima do nivel do rio Capitão-Mór e por ingreme

subida de 80 °/₀, entre seixos colossaes, éla abre-se de face para o oriente.

Assim denominei quando, descoberta apenas, começavam a chamal-a—*gruta branca*—, nome que gerador seria de equivocos, por já conhecerem-se muitas *grutas brancas* no Brasil, além de rázões outras.

O verdadeiro descobridor dessa maravilha foi, pelo ano de 1885, o pobre caçador Francisco Benedito Ribeiro, *Chico Ribeiro* no trato popular, que morava em terras de Manuel Affonso de Carvalho. A tal fáto, perfeitamente averiguado, escrupulosamente tirado a limpo, cumpre dar-se importancia historica, porque alguns outros, meros visitantes, procuraram muito logo empolgar as glórias da descoberta. O testemunho dos insuspeitos, a que recorri, sendo mais valioso o do velho e honrado capitão Faustino José Correia, ali morador e afazendado por cerca de 30 anos, depõe incontestavelmente a favor de Chico Ribeiro, que, na procura de caseiro alimento acompanhado por seu filho Benedito, «*entocou uma paca*» na famosa gruta, que depois penetrou, vencendo enormes dificuldades. Entrando, e deparando-se-lhe larga, extensa e escura cavidade, serviu-se de um fósforo para orientar-se; e, de um a um, assim consumiu uma caixa inteira, a unica de que então dispunha, já descurando da paca, todo absorvido pelas magnificencias, de que o acaso fizera-o extasiado contemplador, o primeiro a descortinal-as.

De regresso, Chico Ribeiro, analfabeto, figurára-se na imaginação que aquéla maravilha só poderia ser um templo, um misterioso esconderijo confiado ao genio e á proteção do sobrenatural: e então, com relatar ao capitão Faustino a surpreendente descoberta, assim exprimiu-se: — «*descobri uma igreja!*» — E' que, mesmo na fase da mais elementar simplêza, o espirito humano sempre e espontaneamente pratica as operações da filosofia: Chico Ribeiro fazia uma associação de ideias com seu dizer.

Achegados a essa maquina colossal, presente-se que extranho e comovente espetáculo vae começar. No portico, que mede 1 m,50 de altura por igual largura e 5 metros de espessura, vê-se ao fundo, onde o escuro começa, projetar-se da parede direita, de um concreto de calcareo e granito, uma regularmente talhada cabeça de elefante com pendente tromba: é o *portico do elefante*.

Transposto esse compartimento, e iluminado o vasto subterraneo, acha-se á esquerda um vasto salão de 20 metros de fundo, sobre 10 de largo e 5 de alto, abobadado, suspenso sobre grossas paredes de 2 metros de espessura, de linhas irregulares, com algumas grandes estalactites esparsas. Neste compartimento duas principaes creações ferem a atenção do visitante: uma original estalagmite de um metro de altura, que irrompe de

enorme seixo, com as fórmas delineadas de extraordinario camaleão, avançando obliquamente, a meio corpo, para galgar outro seixo fronteiro; e, na parede direita, encravado, um nicho perfeito, pronto para receber qualquer veneranda imagem. Hesitando na preferencia, dei-lhe por isso as duas denominações —*paço do camaleão* ou *sala do nicho.*

Contigua a esta ha um pequeno compartimento, cujas paredes são cobertas por espessa camada de alvo calcareo, humidas, frias, pastosas mesmo, onde se vê uma creação com a figura de um toucador (*toillette*) de senhora. Em atenção á delicadêza com que o capitão Faustino J. Correia recebia os excursionistas, que, por esse tempo já em numero superior a 2.000, atravessavam terras e cancélas da sua propriedade dêle, pedindo-lhe insaciaveis explicações, sacrificando-lhe muito tempo, e merecendo-lhe favores varios, de sua exma. consorte dei o nome a esse compartimento, que ficou sendo—*o toucador de D.ª Idalina.*

Na réta da entrada rasga-se outro enorme salão com 50 metros de extensão por 12 de largura e 6 de altura, de této ora abobadado, ora plano, com enormes fendas, que se continuam e se aprofundam pelas paredes, com vastos taboleiros de pedra carcomida, sem comtudo notar-se ahi figura alguma saliente, de bom desenho, para justificar designação especial. Atendendo então ás repetidas visitas por êle feitas á gruta, e ao caminho com que a estava dotando o benemerito cavalheiro, denominei esse largo compartimento por — *sala do Barão de Ribeiro Barbosa.*

Esse vasto espaço é delimitado ao fundo por basta trama de estalactites e por espessa cercadura de estalagmites chatas e largas, formando assim outro compartimento em plano, um metro mais elevado que o primeiro, medindo 20 metros de comprimento por 6 de largura e 5 de altura. Aqui destacam-se duas creações principaes: a primeira e menor tem a fórma de pedestal de antiga e grande estátua, excavando-se aos poucos, mas não perceptivelmente, pela ação de um preguiçoso pingo de agua, que, a retardados espaços, filtra-se do této; a segunda é um grupo que reclama luz e projeção para ser analisado. Colocando-se o observador no extremo esquerdo da hipotenusa, e dando pela direita a projeção da luz sobre a massa, terá diante de si a béla visão de um homem, que, envolto em manto, carrega uma mulher bem aconchegada ao seio, déla desprendendo-se a cabeça e as tranças, que emergem e caem de sob a capa do raptor. Dei a esse compartimento o nome de—*Caverna de Plutão*—recordando o rei dos infernos a transportar a encantadora Euridice, roubada aos amôres de Orfeu, seu marido.

Ainda ao fundo e á direita ha um pequeno quarto, de cujo této pende uma enorme estalactite, banhada de agua porejante, com quasi um metro de comprimento sobre quarenta centimetros de largura, a qual, por sua face anterior, desenha uma grande

e solta cabeleira de mulher, desfranzindo extensos novêlos, pelo que ficou com o nome de—*Cabeleira de Venus.*

Caminhando depois para a esquerda, entra-se em outro compartimento, obliquamente dirigido para cima, afunilado, terminando por uma angusta abertura, pela qual passámos de rastros, para devassar a crista pedregosa da montanha: dei-lhe o nome de—*janéla ou olho da gruta.*

Voltando por essa mesma estreita garganta, e depois de decer 8 metros, saltámos em um calháo de dois metros de altura, flanqueámol-o, passámos por baixo dêle para penetrar outro salão, de cuja parede direita, formada por enorme lasca de pedra prodigiosamente equilibrada, irrompe a figura bem talhada de colossal tartaruga, pelo que ficou denominado—*a furna da tartaruga.*

Essa furna abre para um tunel, como galeria revestida por cantaria, tortuoso, extensissimo, baixo, frio, humido e escorregadio, que chamei o—*tunel do mistério.*

Em meio dessa galeria, á direita, vê-se uma perfeita banqueta de altar, lançada em seis degráos bem regulares, conica, a começar por um para acabar em meio metro de largura, a que dei o nome de—*oratorio do José Ramos.*

Proseguindo nesse tunel pela extensão de mais sessenta metros, á direita, depára se nos um lindo zimbório, de 4 metros de altura, de cujas irregulares estalactites, amareladas e fendidas, ininterruptamente cáem poucas gôtas da mais limpida, da mais pura agua; denominei-o a—*fonte das lagrimas.*

Este sitio, em verdade, é de melancolica poesia: as paredes são humidas, os seixos são de frialdade intensa, tão frios que, tocando-os ou sobre êles assentando-se, recebe o explorador sensação igual á do contáto de blócos de gêlo. A agua é a que mais agradavel póde imaginar se; igual nunca bebi; e comigo trouxe de lá algumas garrafas, das quaes mandei uma ao colega dr. José Ferreira de Araujo, da *Gazeta de Noticias* do Rio, acompanhando a primeira descrição que fiz de minha exploração, publicada nesse orgam da imprensa diaria, pelo fim do mesmo já dito ano de 1887.

O capitão Faustino Correia e outros, que tambem colheram porções dessa agua, submeteram-na a experiencias, pesaram-na, e, comparando-a com as aguas limpas, finas e batidas da serra, verificaram ser a da gruta 50 °/₀ mais leve do que as outras, e reunir as demais condições todas da potabilidade.

Deixando a *fonte das lagrimas,* e proseguindo pelo *tunel do misterio,* dahi para diante caminha-se sobre seixos rolados, de rastros, por uma rampa limosa, humida, liquecente, escorregadiça, passando a candeia de mão a mão, até penetrar em outro compartimento, onde a temperatura é mais baixa, onde fina chuva, quasi uma névoa humida, filtrando-se da abobada, réga incessantemente o sólo arêento; chamei-o—o *banheiro das fadas.*

Assim chegáramos ao marco extremo da exploração.

Tentámos caminhar adiante, mas é penosissimo e arriscado, direi mesmo impossivel dahi proseguir, porque urge colar ventre e face ao chão, sorver a curtos tragos as parcas quótas do ar confinado desse tenebroso paço, consumir no alimento da tibia luz artificial, em pleno detrimento da hematose, os já erradios átomos de oxigeneo, tatear ás cégas entre riscos muitos e periculosas peripécias, quiçá dizer o adeus extremo á vida, tudo pela improvavel compensação de poder devassar os ultimos e mais angustiosos recessos desse confim terreno da noite e do silencio!.

As fadigas de mais de 5 horas de exploração em posições contrafeitas, entre escorregões e quédas; o justo anceio dos pulmões pelo balsamico ambiente das matas; a saudade dos esplendôres do dia; o enervamento que nos resulta das frias humidades prolongadas; e, mais que tudo, o receio de comprometer minha filhinha enfraquecida, criança de oito annos, que me acompanhára por todos os recantos; taes circunstancias reunidas impuzeram-me retroceder. Não o fiz, porêm, sem antes provar a sensação que salteia o homem no seio desse antro profundissimo; e mandei, que, uma a uma, intervaladamente fossem apagadas as lanternas

Medonho!... Horrivel!... Não ha escuridão a essa comparavel!... Como deve ser torturante a cegueira para quem já teve luz nos olhos!...

Restabelecidas as luzes, commandei a volta.

De lá, do fundo inexplorado dessa profundissima construção até á mencionada *Caverna de Plutão*, onde some-se misteriosamente, flúe com serena placidêz um tenue fio de agua, a que, em honra ao descobridor Chico Ribeiro, dei o nome de—*lagrimal do Caçador*.

A capacidade da gruta ficou calculada para mais do mil e quinhentas pessôas.

O sr. barão de Ribeiro Barboza, que, em uma de suas visitas, ahi penetrou com 50 luzes e tres lampeões belgas, verificou a insuficiencia dessa iluminação. Só, pois, um fóco elétrico, alimentado por forte bateria assestada fóra da gruta, poderia projetar luz bastante para um exame detido, completo, satisfatorio de tão monstruosa excavação.

E', creio eu, a maior gruta do Brasil, embora não a mais béla; é mesmo, penso, uma das maiores entre as mais celebres do mundo!...

Das amostras recolhidas verifica-se nessa cava gigantesca a existencia de: carbonatos calcareos, mica, feldspato, quartzo, silica e silicatos, ligeiros vestigios de ferro.

A entrada da formidanda maquina é arreiada de liames, que se enastram e graciosamente pendem em sanefas e cortinas, sombreada por seculares gigantes florestaes.

As denominações, que dei aos diversos compartimentos da

Gruta Isabel, certamente não me levarão ao risivel no juizo dos homens de leitura. Conservo e aqui reproduzo os mesmos nomes, que figuraram na primeira comunicação minha, editorialmente publicada pela *Gazeta de Noticias* do Rio, como parte literaria, em 1887, ha 20 anos (1).

Eu, que até então nada havia lido especialmente sobre grutas, confesso que, ao vêr impresso esse meu escrito, não deixei de provar tal ou qual acanhamento, quando amigos por êle me felicitavam, parecendo-me que um pedaço de ridiculo eu preparára, nos pontos em que, precisamente, todo meu exclusivo empenho fôra respeitar as delicadêzas da justiça.

Corridos alguns anos, em uma de minhas encomendas para Europa, pedí o livro de Adolphe Badin, e só então senti-me calmo e bem, pois, ao lêr a interessantissima descrição da *Mammouth's Cave*, essa gigantesca mole subterranea nos calcareos da bacia do Green-river, vi os seus compartimentos com as fantasiosas denominações de: *igreja gotica*, *camara das almas do outro mundo*, *caminho da humildade* (por ser mister abaixar-se bem o visitante para atravessal-o), *poltrona do diabo*, *camara estrelada*, *sala da neve*, *gruta das fadas*, *gruta dos bandidos*, e outras e outras mais, que dão para distinguir as 226 galerias e corredores, os 47 zimborios, as muitas lagôas e cascatas, os muitos riachos e poços desse mundo imenso subterraneo, tambem ainda não todo conhecido, nem explorado até ao fim

Si a tão preconisada coragem dos Americanos do Norte ainda lhes não permitiu a ousadia de internarem-se até aos confins de sua gruta, tambem não me envergonho eu de não ter excedido o ponto a que cheguei na *Gruta Isabel*, porque, e no fim das contas, o caso é como disse Hutchings: « *La promenade etant agréable, le prix doux, les guides attentifs, et le spectacle des plus singuliers et imposant, nous disons aux autres—allez y-voir!* »

*
* *

E continúo.

Deixando a *Gruta Isabel*, quiz ainda excursionar pelo dorso da montanha, a que se chega por sub da muito mais ingreme do que a que dá para a gruta, só praticavel pelo auxilio que prestam as raizes e os enormes e musculosos cipós, essas gigantescas trepadeiras convolvuláceas, que só os nossos sertões sabem produzir. E o fiz audaciosamente, levando minha filhinha a cavalgar meus hombros. Guindando-me assim por uns vinte metros, dei com a entrada de outra gruta, a cavaleiro da já descrita.

---

(1) Essa primeira publicação foi apenas uma noticia não desenvolvida. *Gazeta de Noticias*, ano XIII, ns. 278 e 280, na primeira pagina das edições dos dias 5 e 7 do Outubro de 1887.

Esta, de que presumo ter sido o verdadeiro descobridor, quando penetrada, deixa perceber de sob os pés, e a cada passo que se dá, um som rouco e vibrante, como de quem percute grossa abobada metalica. Não tem mais de trinta metros de extensão, sendo parte imersa no escuro, e parte lanhada por fendas, por onde se côa a luz solar. As paredes dessa cava são cristalino-calcareas, em colunas justapostas ou faixas contiguas.

Como curiosidades, que ahi se notam, dignas de referencia, bem poucas que são, direi que na parede lateral direita, para quem entra, pela altura de tres metros, nota-se um pequeno grupo de quarenta e cinco centimetros, representando o esboço em marmore de uma mulher sentada, acalentando ao cólo uma gorda criança; e, ao fundo, cerce ao chão, na estreita passagem de vinte centimetros, rasga-se a fauce hiante de tenebroso e insondavel abismo. Uma enorme vara presa a outra enorme, introduzida em primeira experiencia, flutuou no vácuo; e, depois, algumas pedras que propositalmente arrojei, de variados tamanhos, não denunciaram sua quéda pelo som. Esta experiencia das pedras foi muito repetida por todos os meus companheiros, em pleno silencio nosso, para ouvirmos qualquer som, que nunca foi percebido. O sr. barão de Ribeiro Barbosa fez identica observação, diante de grande comitiva, cofirmando o fáto por mim denunciado.

Confesso não saber explicar esse misterio.

***

Propriamente da *Gruta Isabel*, por Chico Ribeiro casualmente descoberta, por mim explorada e imediatamente descrita, até onde é licito chegar-se sem risco para a vida, é quanto cabe-me dizer nesta exposição, que reedito com melhor desenvolvimento, ainda a desafio do testemunho dos vivos sobre a veracidade e a fidelidade de todo o exposto.

E' muito possivel, é provavel mesmo que humanas grosserias, produto da ignorancia do povo e da indiferença dos administradores, tenham profanado, arruinado mesmo, as naturaes e sublimes belêzas que ali se encerram .. Não temos nós visto o que fazem uns desalmados, uns inconcientes talvêz, nas grutas e nas cascatas artificiaes do formoso parque da Praça da Republica, no Rio?!... Não vimos, quanto custa lembral-o, o que fizeram academicos com os lindos e mansos cervos do Jardim Publico desta cidade?! . Não vêmos as picarescas figuras, as tôrpes versalheiras, as abominaveis inscrições, que produz o rapazio desregrado, nos pedestaes de nossos monumentos, nos mais apraziveis sitios de nossos arrabaldes, até nos funebres catafalcos, erigidos com enormes dispendios e com tanta piedade, em nossos cemiterios?!...

O que mais, pois, não esperar da brutêza de gente com taes habitos afeita?

A *Sociedade Scientifica de S. Paulo*, na sua sessão de 3 de Março de 1904, ha 3 anos, já discutiu largamente este delicado assunto; e, ainda por oficio de 8 de Dezembro de 1906, o operoso presidente da mesma sociedade, sr. dr. Edmundo Krug, estiradamente analisou a crueldade dos estragos feitos nas grutas calcareas da *Ribeira de Iguape*, referindo-se mais aos artigos, consoantes á mesma materia, por êle dados á estampa em o *Correio Paulistano*, edições de 14, 18 e 20 de Oitubro de 1905.

Tudo isso infelizmente, ainda parece clamar no deserto; e eu digo só—*parece*,—porque categoricamente afirmal-o é vergonha imensa para a sociedade brasileira, para a administração publica no Brasil!

Ah!... Oxalá não, quanto á *Gruta Isabel* ao menos! Oxalá, recondita numa elevada garganta da terra, abrigada ao pavês da propriedade particular, éla tenha sido respeitada, e conserve-se na inteirêza de seus rudes encantos, com a verdade assombrosa de suas maravilhas, para eterno deleite dos curiosos inteligentes, dos amadores sinceros do bélo, dos cientistas que tudo aproveitam, tudo utilizam, tudo transformam em ensinamentos proficuos, resultando afinal, como é justo e esperavel, apreços muitos para este opulento Estado, renome e fama para o Brasil!...

Devo ainda dizer que, como sóe acontecer em casos taes, a crendice popular, sempre ávida de sensações, de estimulantes para sua objetivação, começou sem demora atribuindo miraculosas propriedades e medicinaes virtudes á agua do *lagrimal do caçador*. Assim referia o capitão Eugenio de Paula Ramos que a filha de um sr. *Iêiê*, sofrendo havia longo tempo de inflamação (?) dos olhos, com corrimento purulento, restabeleceu-se, como por encanto, com poucas lavagens feitas com essa agua; referia-se tambem um caso de reumatismo cronico, conjurado pelo uso da *agua santa* (já assim chamavam-n'a) daquéla gruta.

Foram os dois casos unicos chegados a meu conhecimento, que assim relato sem comentar, dando-lhes a nomeada paternidade, pois não quero vêl-os passarem por creação minha.

Agora, por contiguidade de materia e continuidade de assunto, não posso sopitar o prazêr de, perfuntoriamente mesmo, descrever outras sorpreendentes belêzas desse sitio encantador.

O *Morro da Cascata*, onde se acha a colossal fábrica, está a cavaleiro do rio *Capitão Mór*, que ahi se abre em fenomenal cascata, com uma quéda de 70 metros em tres lances, sendo o médio, o mais volumoso e mais interessante, de 36 metros, por onde enrolam-se e desenrolam-se maravilhosos flócos de ideial arminho, cachoando em enrêdos, que se não descrevem.

A alta rocha, de que audaciosamente emborca-se o *Capitão Mór*, é ainda lavada por tres argentinos fios, como negligenciadas madeixas, que os ventos do sertão desurdiram daquéla vasta e vaporosa juba. Em baixo é rugidor e atroante o borborinho das aguas, que se espalham em borbotões, rolando com precipitada furia sobre o álveo pedregoso.

Afastada 20 metros do sopé da cascata, emerge uma poetica e verdejante ilhota, cujo relvoso tapete é amparado por grossos seixos. Foi ahi que deliberei fazermos o *piquenique*, com este vocabulo intruso e feio que, ainda por muito tempo ha de campear em nossa linguagem, para gaudio dos galicisparlas. Assim me exprimo porque até o insigne vernaculista Candido de Figueiredo não hesitou em hospedal-o.

O *convescote* do saudoso e ilustre latinista dr. Castro Lopes não satisfaz, por só propriamente exprimir a refeição pecuniariamente rateada. Com tal emprego tenho por perfeito o neologismo.

Por duas horas forcei o meu sequito a comigo deter se na incontentavel contemplação desse cenario. Não são mais bélas as nossas outras cascatas da Tijuca, de Petropolis, de Friburgo, de Therezopolis, nem a do Salto Grande de São João no Paraná, que visitei em companhia do sr. dr. Candido de Abreu, hoje senador federal por esse Estado, tendo-a tambem eu descrito na imprensa de Coritiba.

Pouco distante da *Cascata do Capitão Mór*, e quasi á ouréla do caminho, depara-se-nos uma outra quéda, formada pelas aguas do *Mucaca*, e conhecida por *Cascata do Faustino*; e ainda, a pequeno decurso désta, vê-se tambem a precipitação das agua do *Rio do Moinho*. Ambas éstas ultimas são, por certo, mais altas que a do *Capitão Mór*, porém simples, comuns, a primeira não passando de uma fita de agua, a segunda apresentando apenas um pedaço em linha sinuosa, de angulos alternados (o *riguezague* dos galicistas), que é de agradavel efeito.

Pela feita da minha exploração, o *Capitão-Mór* estava na fase da maior sêca; e, mesmo assim, o cavalheiroso sr. capitão Faustino Correia mandára lançar pranchões sobre as pedras, artificiando por tal fórma umas pinguélas, por onde os da minha comitiva e eu passámos facil e comodamente. Na estação das chuvas o rio avoluma-se, ficando impraticavel sua vadeação.

*
* *

Nas linhas que lançadas ficam, com que poderia dar por findo o presente trabalho, arrisquei duas proposições correlatas, que, a não traduzirem méro arroubo de patriotismo, da probidade cientifica reclamam demonstração sincera e cabal. Eu dice que — o Brasil era o paiz mais rico versante ás belêzas naturaes de que trato neste escrito; e dice que a *Gruta Isabel* era das

maiores e das mais bélas do Brasil e do mundo Convindo prova-o, e para concluir então, eu vou agora a uma rapida passagem por essas fábricas subterraneas, que mais rememoradas são no universo, para que, defrontadas umas a outras, possamos melhor julgal-as.

E' o que passo a fazer, sem que ordem alguma presida á relação, falando de cada qual lembrada fôr, sómente com o empenho de não omitir as que nos livros de geografia são referidas com fama

1.° A Gruta do Cão, perto de Pozzuolo, á margem do lago Agnano, na Italia. Não passa de uma guarita com 3 metros de profundidade por 1 de largura e 1,50 de altura, tendo a entrada fechada por uma porta cuja chave é confiada a um guarda. Sua celebridade consiste em uma baixa camada de acido carbonico, de 0,^{m}20 centimetros na entrada, espessando-se progressivamente da frente para o fundo, até medir 0 ^{m}60, altura em que um cão morre após tres minutos de permanencia.

Não vejo no fáto motivo algum para celebrizar-se-o.

Era, a meus olhos, para mais fama o velho castanheiro da Sicilia, memorado por muitos viajantes, pelo inglês Brydone principalmente, e até assignalado em um mapa siciliano, publicado vae por dois seculos Essa arvore gigantesca tinha a distinta conformação exterior de cinco, fundidas em grupo.

2.° As Grutas *da ilha* di Capri *ou* Caprea, que são:

a) a de *Mitramania*, outróra consagrada ao culto de Mitra, que os naturaes crismaram por — *di Matrimonio;* sem importancia;

b) a *Gruta Verde*, na face meridional da ilha; tambem despida de importancia;

c) a *Gruta Azul* ou *das Ninfas*, que figura-se á imaginação qual um paço de turquêzas sobre um lago de safiras. Déla já com entusiasmo falava Julio Cesare Capaccio, literato italiano, que viveu pelos anos de 1560 a 1631, publicando em 1605 a obra — *Historiæ napolitanæ libri duo.* — Maxime du Camp visitou-a e descreveu-a tambem. E' de fáto um dos mais esplendidos fenomenos, que pódem vistas humanas contemplar, cumprindo saber-se entretanto que essa *côr azul*, de tanto renome, não passa de um efeito de ótica, de uma refração: é o que se dá com a mesma *côr azul* do céo, com a *côr verde* das aguas do oceano etc.

Maior importancia dou eu á ilha *di Capri* como escrinio de recordações historicas, que rapidamente vou relembrar. Situada no mar da Toscana, na entrada do golfo de Napoles, antigo covil de cabras selvagens, de que lhe procedeu o nome, essa ilha foi dos Napolitanos adquirida pelo imperador Augusto, que por éla deu a de Ischia, depois tão poeticamente decantada por Alph de Lamartine. Augusto néla passou sua velhice.

Diceram pouco escrupulosos narradores, e outros repetem, vêr-se ainda em *di Capri* o rochedo em que foi encerrada Julia,

neta de Augusto; isto não passa de tradição de uma falsidade O texto de Tacito *(Ann Lib.* IV, § 71.) é positivo, e refere-nos que essa Julia, adultera mulher de Lucio Emilio Paulo, no ano 9 de nossa éra, foi desterrada para a ilha de Tremera, nas costas de Apulia, sendo precisamente ahi que, no ano 28 morreu a culposa causadora do banimento do terno Ovidio, que a decantára com o nome de *Corina*. (1)

Ainda maior fama *di Capri* nos traz da antiguidade por Tiberio, que ahi mandou levantar 12 palacios aos 12 grandes deuses; e, em negregados bordéis, tambem ahi luxuriou os ultimos anos de sua existencia. A respeito leiam-se Suetonio (*ap Tib.* §§ 63 a 65) e Tacito (*Ann.* Lib. VI § 1) como verifiquei ao lançar éstas linhas. (2)

A ilha *di Capri* era politicamente dividida em parte de léste ou propriamente *Capri*, e parte de oéste ou *Anacapri*. Essas duas parcialidades eram rivaes rancorosas e irreconciliaveis, votando-se« odio eterno, odio de irmãos», na frase de Ugo Foscolo ou «*et solita fratribus odia*», como dice Tacito.

Em *di Capri*, contam enamorados viajantes, goza-se de panorama esplendoroso, que relembra entre saudades a bahia do Rio de Janeiro ou a entrada de Constantinopla.

3.ª A Gruta de Fingal, em Staffa, uma das Hébridas.

A ilhota de Staffa parece totalmente composta por materias volcanicas, pois vê-se-a firmada sobre colunas de basalto. A' interessante caverna deu-se (depois de Banks, que visitou-a em 1772) o nome de *Gruta de Fingal* (o heroe dos poemas primitivos da Escocia, conhecidos por *Cantos* ou *Poemas de Ossian*, vertidos por Macpherson) nome que, dizem modernos escritores inglêses, procedeu de um equivoco daquele sabio, não fundando-se na tradição dos naturaes, que chamam-na—*Caverna da Musica*—pela harmonia selvagem ouvida ahi, resultante da sonoridade do bramido das ondas.

---

(1) Tenho que, em trabalhos cientificos, urge observar maxima fidelidade; e que se não deve sempre citar de memoria ou firmado em fé alheia, para evitar equivocos e lapsos, que podem arrastar á pecha de improbidade; por isso passo a transcrever o trecho latino do final do citado § 71 do livro IV dos *Annaes* de Tacito, onde lê-se: «Per idem tempus Julia mortem obiit, quam neptem Augustus, convicta adulterii, damnaverat projeceratque in insulam Trimerum, haud procul apulis litoribus. Illic viginti annis exsilium toleravit, Augustœ ope sustentata, quœ florentes privignos quum per occultum subvertisset, misericordiam erga afflictos palam ostentabat.»

Como se vê nesta citação, não só a adultera Julia morreu em Trimera e não em *di Capri*, mas se verifica mais que éla não morreu de violencias sofridas, e sim—*mortem obiit*—, isto é morreu de morte natural.

(2) Pelo mesmo principio invocado na nota antecedente, transcrevo:

Et sœpe in propinqua degressus, aditis juxta Tiberim hortis, saxa rursum et solitudinem maris repetiit, pudore scelerum et libidinum; quibus adeo indomitis exarserat, ut, more regio, pubem ingenuam stupris polluerat. Nec formam tantum et decora corpora, sed in his modestam pueritiam, in aliis imagines majorum, incitamentum cupidinis habebat: tuncque primum ignota ante vocabula reperta sunt, sellariorum et spintriarum, ex fœditate loci ac multiplici patientia». (*Ann.* Lib. VI, § 1.)

Deixo de transcrever de Suetonio por tornar-se muito longa a transcrição de tres paragrafos, aliás cheios de minudencias consoantes á luxuria do sensualista e devasso Tiberio em *di Capri*.

Dessa ilha e dessa caverna foi o dr. Macculloch quem deu completa e fidelissima descrição.

4.ª A Gruta de Han.—Esta, uma das mais bélas e das maiores, com mais de tres kilometros de área, acha-se na provincia de Namur, na Belgica; e, para percorrel-a, despendem-se duas horas.

O rio Lesse néla precipita-se com fragor pelo *abismo de Belvaux*; e a *sala do zimborio*, um de seus compartimentos, mede 50 metros de altura.

5.ª A Gruta de Rochefort, perto da precedente, onde ha uma sala tão alta, que um balão cativo suspende uma tocha acêsa á altura de mais de 60 metros.

6.ª A Gruta de Adelsberg, na Iliria, entre Trieste e Laibaich, maior do que a de Han, é cavada sob uma colina calcarea, onde abisma-se o rio Poik. Esta apresenta uma sucessão de galerias e salas imensas, abrangendo uma extensão de 7 a 8 kilometros, que se percorrem em carros rodantes sobre trilhos.

7.ª A Mammouth, de que anteriormente já dice muito, a maior gruta da terra, verdadeiro mundo subterraneo, com galerias imensamente grandes, que se entrecruzam e se superpõem, da qual são apenas bem conhecidos uns 23 a 24 kilometros, ainda havendo talvês muito a explorar.

Em 1813, foi ahi achado um gigantesco esqueleto humano, medindo 5 pés e 10 polegadas.

8.ª A Gruta de Lourdes. Fale-se tambem déla, aberta nas rochas Massabieilles, onde, diz a tradição, aos 11 de Fevereiro de 1858, a Virgem Maria revelou-se á menina Bernadette. A crença popular, a confiança da fé, a religiosidade do povo tornaram celeberrima essa pequenina e insignificante cava, onde a piedade erigiu um santuario, que ficou sendo e foi constante alvo de copiosas peregrinações, até estes ultimos tempos, hoje encerrados por decreto do governo da Republica Francêsa.

9.ª A Gruta de Macáu, pequena, na cidade desse nome, na peninsula de Hiang-Chan.

A cidade chama-se do—Santo Nome de Deus de Macáo.

Macáo deriva-se de duas palavras chinêsas—*Ame*, que designa o idolo de um pagóde, ahi existente em remotos tempos, e *Cáu*, que significa porto.

A gruta só ficou célebre pela tradição de néla haver Camões escrito a maior parte do seu poema.

10.ª Milha e quarto ou 1977 metros distante do Cabo *Lands'End*, na peninsula de Cornwall, ha um grupo de ilhotes graniticos, onde eleva-se um farol construido em 1797, o *Longship's light house*, em um rochedo de fórma conica chamado—*Carn-Bros*,—que emerge 45 pés ácima nivel das aguas baixas. Debaixo desse farol ha uma vasta caverna, onde o mar, esbatendo-se com furor, em marés de algumas épocas, produz tão sinistro e pavoroso estridor, que bastou em certa ocasião para terrificar tanto

a um dos guardas, que os cabelos se lhe encanecêram todos no só espaço de uma noite.

Por ter falado do *Land's End*, aproveito-me para referir a tradição de serem a esse Cabo ligadas, em remotissimo tempo, as ilhas de Scilly, por verdes e ferteis campinas, vestidas de povoados e aldeias, de onde as flechas de 140 igrejas rasgavam as altas nuvens.

As ilhas Scilly oferecem ao estudioso um grande interesse sob o ponto de vista das antiguidades celticas. Borlasio, historiador e antiquario, pretende que os antigos druidas honravam nesses rochedos uma das materialisações da divindade. Evidentemente é esse o sitio do mundo em que os rochedos apresentam as mais especialisadas e originaes fórmas e dispositivos. Ha ahi um rochedo chamado—*a cadeira do Druida* (*Druid's chair*)—onde narra a lenda, assentava-se o grão sacerdote para presidir á majestosa solenidade do advento do sol pelo oriente.

Dentre as curiosidades, que nas Scilly mais têm prendido a atenção dos geologos e dos antiquarios, além das muitas cavas tumulares (*barrows*), é a existencia das pedras movediças (*logan rocks*) principalmente em *Saint Mary's*.

***

E aqui me fico, tendo dado quanto sei com referencia ao assunto.

Fui a longes peregrinações no confronto estabelecido; e, dessa excursão historico-naturalista, volvo-me com a imaginação e com a observação ainda mais saudosas das terras da patria, onde, até o que a naturêsa, nos delirios da creação, deixou occulto nas baixas camadas do planeta, ha indescritiveis, inenarraveis, sorpreendentes e extasiantes belêsas!

As grutas brasileiras defrontam-se galhardamente ás demais do universo: e a *Gruta Isabel*, essa que eu percorri e a que estou ligado como seu explorador e como seu historiador, é bem digna de que uma inteligencia mais preparada do que a minha, de que uma pena mais idonea do que ésta com que rabisco, déla se ocupem, para fazel-a condignamente conhecida e afamada.

São Paulo, Março de 1907.

DR. JOAQUIM JOSÉ DE CARVALHO.

Dr. Luiz Barbosa da Silva

Na historia contemporanea, os annos valem as decadas das chronicas medievaes e os seculos das mythologias antigas.

Os successos precipitam-se mais velozes, e as sociedades modernas, na febre da actividade que as consome, deixam de occupar-se com os factos de hontem, pois têm a attenção solicitada por occurrencias do dia, e presa ao estudo de problemas sociologicos para segurança do futuro. Graças á educação positivista do seculo, acha-se mais robustecida a intuição de justiça e verdade do povo, por isso occupam-se as nações mais com os homens da sciencia, ou com os philantropos do que com os conquistadores.

A imprensa e seus representantes têm ganho o terreno que a polvora e os seus heróes vão perdendo. O jornalismo, cuja influencia fecunda e poderosa dirigiu e preparou o grande acontencimento da humanidade—a Revolução de 1789, tem uma parte brilhante, senão principal, em todas as phases evolutivas do progresso, nas nações modernas.

Não entra em nosso plano traçar a historia do jornalismo brasileiro, nem mesmo rememorar os triumphos de nossos jornalistas. Falta-nos o valor de um Leonard Gallois, para historiar o papel que representou entre nós um Ledo, ou um Evaristo da Veiga, e para descrever todo o valor de um José Maria do Amaral, de Justiniano da Rocha, de José M. da Silva Paranhos, de José de Alencar e de tantos e tantos talentos de primeiro quilate; é incumbencia para ser estudada em trabalho mais pensado e melhor acabado Queremos, porém, contribuir com o fraco contigente, para o monumento que hão de talvez consagrar á memoria dos jornalistas politicos do Brasil.

Nesta epocha de descrença publica, ante a abjuração de convicções politicas, crêmos de bom effeito para o povo, esboçar a firme individualidade do distincto paulista dr. Luiz Barbosa da Silva, typo do cidadão, que tudo sacrificou em serviço de suas crenças politicas e sociaes.

Já é tempo da patria tratar de esculpir seu nome no Pantheon dos filhos benemeritos, e de archivar seus serviços nos registros da historia.

***

A provincia de S. Paulo, tão rica de grandezas naturaes, tão prodiga de varões notaveis, teve a felicidade de ser o berço do illustre patriota e distincto republicano dr. Luiz Barbosa da Silva.

No extremo norte da provincia de S. Paulo, no municipio do Bananal, existe a fazenda da—Cascata—«residencia pittoresca, que faz lembrar os castellos da Escocia e os cantos de Ossian, edificada em uma altura, e ao lado de uma abundante cachoeira que se despenha com murmurio eterno batendo pelas penhas escarpadas do rochedo». (1) Ahi nasceu a 30 de Outubro de 1840 o dr. Luiz Barbosa da Silva, filho legitimo do commendador Antonio Barbosa da Silva e de d. Maria Arruda Barbosa.

Era, portanto, neto dos distinctos paulistas que em 1810 mais contribuiram para o desenvolvimento e povoação da cidade do Bananal, por meio de doações de terrenos e outros cabedaes para construir-se egrejas e habitações para os povos que ahi affluiam, chamados pelos esforços dos finados commendador Antonio Barbosa da Silva e seus cunhados coronel Joaquim Silverio, major Braz Arruda e André Lopes, sendo aquelles avós do dr. Luiz Barbosa.

Si não teve Luiz Barbosa cricumstancias sobrenaturaes, com que as lendas costumam revestir o nascimento e a infancia de seus heróes, revelou, comtudo, bem cedo a energia e firmeza de seu caracter independente e a agudeza da intelligencia que possuia.

Mais de um facto existe na sua vida de collegial, que denota a franqueza independente e tenacidade com que defendia os seus direitos, sempre que eram offendidos pela injustiça.

Do collegio do Castro, em Botafogo, passou para o collegio Köpke, em Petropolis, onde estudou diversas disciplinas.

Aos 12 annos de edade, seguiu para S. Paulo a completar os estudos, pois o collegio Köpke, apesar da reputação que teve algum tempo, era muito deficiente quanto á organisação do ensino, e não dispunha de pessoal habilitado para ministrar a educação literaria necessaria para a matricula nos cursos superiores do paiz.

Aos 14 annos Luiz Barbosa tinha todos os exames preparatorios, estava, portanto, habilitado a matricular-se no Curso Juridico.

Grande fôra o trabalho intellectual, por isso resentia-se o organismo do extraordinario consumo nervoso, não compensado por um bom systema de educação physica. A falta desta, entre a nossa infancia, não avigorada pelos exercicios gymnasticos, e outros meios prescriptos pela hygiene, tem um eloquente e triste exemplo a registrar em Luiz Barbosa da Silva. Em outro paiz

(1) Zaluar. Peregr. pela Prov. de S. Paulo. Pag. 61.

onde a instrucção é bem curada; onde as escolas e os collegios a par dos estudos literarios e scientificos, com que illustram as intelligencias, robustecem tambem o corpo pelos exercicios musculares e fortalecem os organismos infantis, preparando homens sabios e validos, não teria talvez Luiz Barbosa completado os estudos de humanidades aos 14 annos, mas com certeza não teria perdido um anno em restabelecer a saúde abalada, e não seria arrebatado á patria ainda moço e quando podiam dar-lhe muitos fructos sua alta intelligencia e solida instrucção.

Não pareça impertinencia nossa e considerações descabidas o que acabamos de escrever; em todo o paiz, e particularmente nesta provincia, pensa-se talvez mais em aperfeiçoar a raça cavallar que a nossa propria. As casas de educação, em geral, deixam muito a desejar quanto ao moral, e quasi tudo quanto á hygiene, não se ligando o menor cuidado quanto ao desenvolvimento physico das creanças. E' este assumpto digno de toda a ponderação; em vez de hippodromos, que servem para acoroçoar o jogo, edifiquem se bons lyceus e construam gymnasios dignos dos filhos desta provincia, merecedores de cousa melhor que os seminarios e recolhimentos de jesuitas, que attrahem a mocidade descuidosa para o seu seio, e cujos fructos amargos vemos diariamente. Em que peze a muitos, esta é a verdade e com a franqueza de paulista a proclamamos.

Deixando esta ordem de considerações, nos occuparemos com a vida academica de Luiz Barbosa da Silva.

Matriculado em 1856, aos 15 annos de edade, na Academia de S. Paulo, percorreu Luiz Barbosa da Silva com applauso e distincção os cinco annos do curso juridico. Deixou nome de intelligente e estudioso entre todos os seus collegas que o estimavam pelas excellentes qualidades de caracter.

Não applicou a energia de seu talento só ao estudo da sciencia de Ulpiniano e Ross, entregou-se tambem aos estudos literarios e cultivou as sciencias naturaes, das quaes possuia bôas noções. Nas associações literarias de então, distinguiu-se Luiz Barbosa, conquistando merecido renome.

Não possuimos maiores esclarecimentos sobre este periodo da vida de Luiz Barbosa, mas é natural que existam escriptos e trabalhos elaborados nessa epocha, quiçá alguns publicados nos periodicos de então.

Graduado pela Academia de S. Paulo, fechou brilhantemente este primeiro ciclo de sua carreira. Findára o periodo em que as illusões tomam maior espaço na vida; era necessario conhecer as agruras do «strugglo for life». Em 1861, foi Luiz Barbosa da Silva para o Rio de Janeiro abrir escriptorio de advogado. Durante dois annos, mais ou menos, teve a vida affanosa, cheia de decepções e esteril que todos os moços, embora os mais distinctos, encontram quando sahem das Academias e entram para os escriptorios de advocacia ou para os consultorios medicos.

E' a velha historia renovada sempre, experimentada por tantos jovens intelligentes que não têm patronos poderosos ou nomes herdados.

Passemos essas paginas da biographia do grande patriota e vejamol-o na sua primeira phase de jornalista em 1864.

***

Nessa épocha a politica do paiz passava por uma transformação especial. Era o periodo em que os ministerios succediam-se com rapidez extraordinaria, subindo ao poder e desorganizando-se por questões futeis ás vezes. A crise financeira da quebra dos bancos, e o panico que dominava todo o commercio, ainda eram agravados pela situação de uma guerra estrangeira que tantos sacrificios causou ao paiz.

A organisação do partido progressista, uma das muitas mystificações que a monarchia tem imposto ao paiz, com o seu «programa» ecletico, que, segundo alguns dos proprios chefes dominantes, não tinha sido acceito, (*) imprimiu certa confusão na massa do partido liberal.

Não é occasião opportuna para discutir as diversas feições que apresentavam então os partidos monarchicos, degladiando se em luctas estereis e sem um alvo elevado e patriotico. O grupo dos «liberaes historicos», gosava, porém, de maior popularidade e tinha illustres representantes; na imprensa a «Actualidade», redigida por pennas do quilate de Flavio Farnese, sustentava as tradições democraticas do partido. Era uma folha bem acceita e com uma circulação no paiz relativamente consideravel. Em 1864 entrou Luiz Barbosa da Silva com seu irmão, o dr. Antonio Barbosa da Silva e Souza para a redacção desse periodico Desde que tomou parte na gerencia da «Actualidade», dedicou-se-lhe de tal fórma e tão decidida influencia exerceu que pouco tempo depois era seu proprietario exclusivo. Reorganisou então o corpo de redacção e de collaboradores, dando maior desenvolvimento á parte literaria e politica da «Actualidade». Acercou-se de talentos laboriosos, chamou reputações já conhecidas, convidou nomes promettedores de muita gloria, e tambem alguns de muita decepção como os... Mas para que repetir historias de transfugas vergonhosos e de mercenarios da honra e da dignidade?...

Si historiassemos a vida do jornalismo brasileiro, cumpriamos com toda a franqueza e coragem o triste e doloroso dever de chronista e registrariamos os nomes desses «Lafayettes», assignalando-os ao desprezo publico. Actualmente não é esse o nosso intento; voltaremos por tanto ao assumpto.

(*) Americo Brazilliense.— Os Programmas dos Partidos e o Segundo Imperio. Pag. 21.

Entre os companheiros do dr. Luiz Barbosa da Silva, estava o mavioso poeta e distincto romancista Bernardo Guimarães, que muito trabalhou pelos creditos da «Actualidade». «Entre os seus muitos artigos nella insertos, alguns rubricados com a sua assignatura e outros anonymos, distinguem-se notavelmente os de critica literaria, que peccando talvez ás vezes por nimio-severos para com as producções analysadas, denunciam comtudo em seu auctor uma razão clara e proficiente applicacão das regras da esthetica» (*) Cumpre observar que o dr Luiz Barbosa da Silva era notavel pela facilidade com que escrevia e pelo modo pratico e claro por que discutia as questões. Em pouco tempo tornou-se estimado entre seus correligionarios, que o consideravam um dos mais distinctos jornalistas.

Nem tudo, porém, era bonança; bem crueis transes soffreu o dr Luiz Barbosa da Silva para manter a «Actualidade» e publical-a regularmente. Teve, apesar de todos os esforços, de suspender a impressão e tratou de liquidar o jornal. Restricto observador das leis do honesto, e cumpridor de sua palavra, foi obrigado a «vender tudo o que possuia, inclusive todas as joias de familia», para solver o passivo da folha que dirigira com tanto brilhantismo e abnegação Este facto, por si, é sufficiente para dar a medida do grande caracter e da pureza de consciencia do dr. Luiz Barbosa da Silva

Assim terminou o primeiro periodo de sua carreira de publicista.

*
* *

Cheio de decepções amargas voltou á vida tranquilla do gabinete de advogado.

Dispondo de extensas relações, contando amigos influentes como o conselheiro Francisco Silveira Lobo, que veiu a ser um dos seus mais charos affectos, o dr. Luiz Barbosa teve em pequeno prazo uma bôa clientela.

Não o deixaram por muito tempo inactivo seus correligionarios; em Novembro de 1866, o ministro do imperio, Fernandes Torres, nomeou o presidente do Rio Grande do Norte.

Para muitos é esse cargo um simples brinde de parente, e meio facil de recomendar-se ao governo para uma candidatura á Assembléa Legislativa. Se alguns caracteres sérios preenchem com zelo e dignidade essa commissão, outros limitam-se ao inglorio papel de cabos eleitoraes e de simples automatos do governo que os dirige por meio do telegrapho, até na demissão de delegados da policia local!

(*) Innoc. da Silva.—Dicc. Bibliogr. Tom 8, pag. 394. (Supplemento).

E' verdade que por muito pouco tempo occupou esse logar na administração publica pois a 5 de Abril de 1867, obtinha a exoneração que pedira.

Se não ligou seu nome a grandes melhoramentos no Rio Grande do Norte. o dr. Luiz Barbosa ao menos não teve um remorso que o affligisse ao deixar a presidencia. Em uma epocha melindrosa para os administradores, pois tinham que enviar contingentes para esse vortice immenso a campanha do Paraguay, o dr. Luiz Barbosa não praticou uma violencia, não fez derramar lagrimas e não provocou inimizades.

Já era um grande successo entre nós conseguir este desideratum em tempos tão calamitosos.

A saúde do distincto patriota estava, porém, muito enfraquecida; os primeiros symptomas da cruel enfermidade, que o arrebatou tão prematuramente, revelaram-se nessa occasião. Retirou-se para seu sitio no Passa-Tres, e ahi teve que luctar energicamente a favor dos direitos de seu sogro contra o commendador Joaquim Breves.

Energico e vehemente na defesa d'essa causa, intentaram contra elle tres acções de injurias verbaes. Não era, porém, o dr. Luiz Barbosa, homem de ceder á violencia; mais elevou o diapasão de sua linguagem, de sorte que até contra sua vida tentaram, segundo affirmam pessoas bem informadas. O que é facto sabido, foi a tentativa dirigida contra elle, por bala assassina, que felizmente não attingiu o alvo a que fôra destinada.

Succumbiu, porém, sua extremosa mãe, que convalescente de grave enfermidade, ao saber d'essa occurencia, recahiu e poucos dias depois deixou de existir a 24 de Dezembro de 1869.

E' difficil descrever a impressão profunda e o pesar que affligiram o dr. Luiz Barbosa por causa desse transe doloroso.

Seu pae resolveu-se mudar para o Rio de Janeiro: o dr. Luiz Barbosa acompanhou-o e fixou residencia nessa cidade.

Era a epocha em que nossos bravos compatriotas voltavam do Sul, cobertos de gloria, e cheios de illusões vinham encontrar a ingratidão do governo imperial em recompensa de serviços heroicos.

O enthusiasmo era geral; todos os cidadãos procuravam mostrar aos seus valentes patricios, os sentimentos de admiração pela coragem que os distinguia. O dr. Luiz Barbosa da Silva, coração aberto a todas as grandes emoções, intelligencia que se animava pelos nobres impulsos, não podia permanecer indifferente ante essa febre do povo que victoriava seus filhos, dignos de todas as honras. Compoz poesias inspiradas e recitou-as em diversas occasiões de chegada de voluntarios; entre essas algumas ha de subido valor, realçadas ainda pela magnifica recitação de seu auctor, como a dedicada a «Osorio» e pronunciada a 18 de Abril de 1870.

Foi a primeira vez que vimos o dr. Luiz Barbosa da Silva, e temos ainda bem viva a impressão que então sentimos. Foi na rua do Ouvidor, por occasião da passagem dos batalhões 32, 42 e 46.

Era immensa a affluencia de povo, que, como sempre, escolhia de preferencia essa localidade para vêr desfilar esses denodados servidores da patria. Ao chegar á esquina da rua Uruguayana, ainda então virgem dos tristes assassinatos de 1 de Janeiro de 1880, passou a brigada em frente aos «Desoito Bilhares»; e ahi de umas das janellas, o dr. Luiz Barbosa cheio de inspiração, como os bardos da antiguidade, arrebatou a multidão pela linguagem de fogo com que celebrou a gloria de Osorio, o querido do povo, inda não desprestigiado pela farda de ministro imperial.

Grande era a admiração que votava o dr. Luiz Barbosa por esse heróe, para elle a synthese dos sentimentos generosos do povo, da abnegação e do valor nacional.

Foi o primeiro que teve a idéa de abrir uma subscripção popular para offerecer uma lança de honra a Osorio, projecto que iniciou e que mais tarde foi realizado graças á coadjuvação poderosa de Octaviano Hudson.

Vem aqui, naturalmente, descrever a face do talento privilegiado do dr. Luiz Barbosa, como cultor inspirado da poesia. Conhecemos alguns productos de sua musa; quasi todos inéditos, que talvez sejam em breve publicados por seu irmão e maior amigo, o intelligente e illustrado dr. Braz Barbosa da Silva. Nesses cantos patrioticos, o arrojo da hyperbole é egualado á belleza de fórma e correcção de phrase.

Julguem da verdade deste juizo pela seguinte transcripção da poesia acima referida:

«Quem póde, como tu, dizer á tempestade:
Mais corre o meu corsel nas nuvens da batalha;
Quem bradar ao trovão, aos raios, ao pampeiro:
Mais póde do que vós a lança d'um guerreiro!?

Quem póde, como tu, Osorio destemido,
A's balas e estilhaços, ás lanças e ás espadas,
Bradar: «Meu peito é rocha, e vergareis primeiro,
Para chegar aos pés de um bravo brasileiro!?»

Heroe dos impossiveis! Indomito teu peito
Impõe respeito á morte! Em vão de paraguayos
Envolveu-te, sosinho, um batalhão inteiro!
Do corsel da victoria és sempre o cavalleiro!»

Sentimos não poder incluir aqui muitas das bellas perolas do escrinio poetico do dr. Luiz Barbosa da Silva. Entre ellas a intitulada o «Jongo», é cheia de conceitos elevados, e tem o merito da côr local.

Dansa, folga, pobre escravo,
A' rubra luz da fogueira,
Bate o tambor, tine o prato
Faz a festa domingueira;
O grande deus do trabalho
Adora d'essa maneira!

O pae da natureza o Deus de amor
Que o mundo povoa de almas delicias
Para ti reservou o bem supremo
De sem queixas soffrer, de rociar,
Com teu suor fecundo, a terra dura
Que sustenta o verdugo de teu corpo
E com teu pranto, a palma do martyrio,
Que faz brotar o riso entre as augustias
E a flor do perdão entre as torturas
Que o branco te inflingiu!»

Não parece um trecho do inspirado poema do grande poeta do seculo, a «Piedade suprema»?

Entre as composições lyricas do dr. Luiz Barbosa, ha algumas de subido merito e de bastante delicadeza.

Não conhecemos, porém, todo seu thesouro; e de copia possuimos apenas, além das citadas, mais duas—«A tarde da partida» e a «Manhã da volta».

Creio que não tardará muito para que o paiz tenha a collecção dos cantos do dr. Luiz Barbosa.

Reatando o fio da biographia d'esse cidadão, devemos mencionar sua viagem aos Estados-Unidos.

***

A 14 de Novembro de 1870, partiu o dr. Luiz Barbosa da Silva a bordo do «Agamenon» para a America do Norte.

Ia em busca de um seu cunhado, victima de cruel enfermidade, e ao qual consagrava estima particular. Já não o encontrou, pois o doente chegára pelo vapor immediato ao Rio de Janeiro.

Não perdeu, porém, o dr. Luiz Barbosa, o tempo; na terra do «go ahead», durante seis meses, viu, estudou e aproveitou a observação do que colheu n'essa viagem. Cerebro bem organizado e dado a encarar os problemas pelo lado pratico, recebeu agradavel e profunda impressão do viver social dos norte-americanos.

Não tendo programma de Phileas Fogg, nem aspirando a ridicula celebridade de viajante-locomotiva, aproveitou a peregrinação pela grande Republica.

Esta epocha deve ser notada na historia do partido republicano brasileiro, com a mesma veneração que a «hegira» de Mahomet, na lei mulsumana.

«Até ahi, suas idéas foram sempre liberaes, mas ainda não tinham tomado uma formula definitiva. Seu espirito estava perplexo. Quantas vezes não lhe torturava o espirito a duvida: Se seriam as nossas instituições más, se os homens? De volta dessa admiravel republica onde o pensador viu em pratica suas idéas de liberdade individual, harmonisando-se com a força collectiva, começou a tomar corpo em seu espirito a idéa republicana como a unica fórma de realizar o seu ideal de governo.»

São as palavras, acima transcriptas, de um manuscripto de seu illustrado irmão e grande admirador o dr. Braz Barbosa da Silva

Na realidade, desde então contou o partido republicano mais um adepto que honrou sua bandeira, sacrificando até a vida pela defesa dos principios que adoptou. Mais adiante trataremos da parte brilhante e proeminente que teve o dr. Luiz Barbosa da Silva no partido republicano brasileiro.

A 16 de Maio de 1871 ei-lo annunciando seu escriptorio de advogado á rua do Rosario n. 87 e a 24 de Junho mudando-se para a rua Direita n. 13, onde funccionava então o «Club Republicano», que havia pouco tempo ahi estabelecera-se com a typographia que publicava a «Republica».

Já não se contentava o dr. Luiz Barbosa em assistir indifferente o trabalho de seus correligionarios; não podia limitar seu papel a simples combatente, mais preoccupado com os «provarás» da banca de advogado que com o rapido desenvolvimento que assumia o partido republicano.

Agitava-se a magna questão do elemento servil, trazida ao parlamento pelo notavel talento do visconde do Rio Branco, chefe do gabinete 7 de Março, que então dirigia os negocios de estado.

Ainda se recordam todos do movimento produzido no paiz por esse facto; os interesses particulares dos grandes proprietarios protestavam; os mercadores de «gado humano», na phrase expressiva de Torres-Homem, turvavam as aguas dizendo-se defensores da lavoura nacional, e o commercio queria «dirigir a corrente», conforme declarou na reunião publica em que fundou-se o «Club da Lavoura e Commercio».

N'essa phase, appareceu um pamphletista energico e patriota que veiu dizer ao paiz a verdade e defender a justiça: «foi Theodoro Parker»; assignatura que tomou o dr. Luiz Barbosa da Silva, quando começou a discutir esta questão nas columnas da «Republica» a 29 de Julho de 1871. (1)

---

(1) A «Republica» n. 101. Anno I e seg.

Nas paginas ardentes, profundas e eloquentes d'esse pamphleto, está todo o caracter politico e moral do dr. Luiz Barbosa da Silva.

Filho, genro e parente de muitos possuidores de grande escravatura, não trepidou em dar golpes profundos n'essa instituição iniqua, que máu grado os Martinhos de Campos, tende a desapparecer em breve da sociedade brasileira.

Não se julgue que o dr. Luiz Barbosa surgiu emancipador, como a Minerva da fabula, de um momento; sempre manifestou horror por essa triste herança de nossos conquistadores, e com seus fracos recursos pecuniarios libertava todos os escravos que possuia. A' propaganda abolicionista dedicou-se, pois, com todo o enthusiasmo e tenacidade de uma força de vontade excepcional ; d'ahi a sua perseverança em trabalhar pela idéa republicana, que apoderou-se completamente de toda sua individualidade.

Tinha então 30 annos, a epocha da vida humana em que os grandes homens assumem na historia as posições definitivas.

Vejamol-o na imprensa Republicana.

***

A mudança de situação politica. effectuada a 16 de Julho de 1868, produziu varias consequencias de ordem publica em todo o paiz. O partido liberal apeado do poder, não ficou silencioso ; veiu reconhecer, confessar e denunciar os vicios do systema monarchico representativo. Dessa epocha data a celebre sorite do senador Nabuco, que evidencia de modo indiscutivel o absolutismo que exerce a corôa, sempre dentro das raias da Constituição organizada por Pedro I.

Os liberaes, então despeitados, levantaram o grito de «reforma ou revolução» ; sem pensarem que o «lapis fatidico» os condemnaria 10 annos mais tarde a representarem o mesmo papel, obrigando-os a pagarem com usura em genuflexões os doestos atirados por seus tribunos, contra si e contra os seus. «Comme les autres» ! synthese expressiva e verdadeira que serve para nivelar todos os homens politicos dos dous partidos monarchicos, no segundo reinado.

Ha muito que existia no paiz grande numero de republicanos, e, segundo attesta a historia patria, é o mais antigo dos partidos nacionaes, como talvez demonstremos em outro escripto. Não havia, porém, uma organização e ainda não se apresentára como em 1870 pujante e forte.

Muito contribuiram para issso os magnificos artigos e patrioticos escriptos da «Opinião Liberal» e do «Correio Nacional», a cuja frente estiveram os drs. José Monteiro de Souza, Henrique Limpo de Abreu, José Leandro Godoy de Vasconcellos, Francisco Rangel Pestana, e para os quaes collaboravam talentos

notaveis como o dr. José Maria do Amaral, Urbano Sabino Pessoa de Mello, dr. Antonio Ferreira Jacobina, dr. Antonio Joaquim Ribas, e tantos outros bem sabidos do paiz.

Ainda mais adiantou a organização do partido republicano, crear-se o «Club Radical» em 1868 ; dando grande impulso ao movimento democratico, as suas conferencias populares, feitas no theatro da Phenix Dramatica.

Em meado de 1870, havia no Rio de Janeiro, tres folhas radicaes, que propagavam as idéas republicanas mais ou menos accentuadamente. Eram a «Opinião Liberal». sob a redacção do dr. Godoy e Vasconcellos e padre Marcos Nevile; o «Correio Nacional» dos drs. Henrique Limpo de Abreu e Francisco Rangel Pestana, e o «Radical Academico» redigido por alguns estudantes de medicina. entre os quaes os drs. Ferreira Leal, Manoel Felizardo de Azevedo, Lopes Trovão, João da Matta Machado, Ramiro Fortes de Barcellos, Costa Senna, e muitos outros, todos republicanos, entre os quaes o auctor deste esboço.

Por essa occasião chegou de sua viagem ao Rio da Prata o notavel jornalista brasileiro, Quintino Bocayuva. Logo depois de sua estada entre nós, á vista da situação da idéa democratica no Brasil, houve projecto de uma liga jornalistica entre as folhas radicaes, para que diariamente fosse publicado na imprensa um orgam das idéas adiantadas. Isoladas, periodicas, as tres folhas, com pequena circulação, não tinham a força que adquiririam unidas por um só pensamento motor e influenciadas por identidade de vistas de uma redacção principal e commum.

Na reunião convocada para esse fim, a que assisti por parte do «Radical Academico» estiveram presentes, além do representante da cada uma daquellas folhas, o sr. B. de Moura, proprietario da «Patria» e outros cavalheiros; não se resolveu, porém cousa definitiva.

Mallograda essa primeira tentativa, procurou-se organizar um «Club», formado com os homens de ideias democraticas mais adiantadas; feitos numerosos convites em Outubro de 1870, reuniram-se muitos cidadãos de todas as classes sociaes, á rua do Ouvidor n. 29. constituiram-se em assembléa sob a presidencia do sr. Christiano Benedicto Ottoni, que até então ainda era considerado um dos nossos homens politicos sérios.

Tratou-se logo de deliberar o nome que tomaria esse «Club».

O dr. Francisco L. Bittencourt Sampaio apresentou a idéa e fundamentou brilhantemente sua proposta, para que fosse denominado «Club Republicano», pois essa era a maioria da opinião que alli dominava.

Seguiu-se longa discussão em que defenderam a mesma ideia os drs. José Maria de Albuquerque Mello, Aristides da Silveira Lobo, Pedro Bandeira de Gouvêa e outros cidadãos, sendo acceito esse titulo por votação quasi unanime. Declarou-se então,

que aquelles que não adherissem a esse programma, eram livres de retirar-se, sem que por isso houvesse reparo ou desar.

De facto, dous ou tres cavalheiros ausentaram-se e mais tarde Tavares Bastos e Urbano Sabino Pessoa de Mello, além de outros, riscaram suas assignaturas das listas, confeccionadas anteriormente para a fundação do «Club», allegando que «eram radicaes, mas não republicanos, por ora!» Essas listas autographicas, até ha pouco existiam em poder do sr. João de Almeida, que m'as mostrou.

Elegeu-se uma commissão composta dos srs. drs. Joaquim Saldanha Marinho, Christiano Benedicto Ottoni, Aristides da Silveira Lobo, Quintino Bocayuva e Flavio Farnese, para redigir o notavel manifesto publicado a 3 de Dezembro de 1870.

Foi esse immortal documento de nossa historia patria lido em sessão de 30 Novembro e approvado unanimemente: agitando se nessa occasião o ponto de ser ou não o manifesto assignado por todos os republicanos presentes ou só pelos membros da commissão. Na mesma assembléa deliberou-se fundar um orgam representante do partido na imprensa; suspendendo sua publicação o «Correio Nacional» e a «Opinião Liberal»; o primeiro numero da «Republica» appareceu a 3 de Dezembro de 1870.

Não é opportuno, descrever dia por dia a vida da «Republica», sustentada como orgam do «Club Republicano», nem é para contar-se agora, quanto sacrificio e dedicação custou aos seus benemeritos fundadores. A principio publicava-se tres vezes por semana, imprimindo-se em uma typographia particular, á rua de Gonçalves Dias n. 33. (*) A 21 de Fevereiro de 1871, estava montada a officina typographica de que o «Club» fizera acquisição, á Rua Direita n. 13, imprimindo-se pela primeira vez a «Republica» com material seu.

Por muito tempo manteve-se a folha vivendo da dedicação de seus correligionarios, discutindo todas as questões em terreno elevado e pugnando de modo brilhante pelas idéas republicanas.

Jornalistas do valor de Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Salvador de Mendonça, Lafayette Pereira, Flavio Farnese, Miguel Vieira Ferreira, B. Pamplona, P. Meirelles, Bacharel Leitão Junior, Luiz Barbosa da Silva, Pedro Ferreira Vianna, Joaquim Pires d' Almeida, Zoroastro Pamplona e tantos outros illustravam as columnas da «Republica» como redactores eleitos pelo «Club» ou como collaboradores dedicados á idéia que professavam, trabalhando em prol dessa propaganda.

Os recursos pecuniarios, porém, não abundavam: isso fez com que o «Club Republicano» em sessão de 26 de Agosto de 1871, á rua de S. José n. 31, onde costumava se reunir então, tratasse de estabelecer bases solidas para garantir-se a vida da folha.

Entre os socios do «Club», estava o dr. Luiz Barbosa da Silva, que fôra proposto a 10 de Novembro pelo dr. Henrique

Limpo de Abreu; propoz esse distincto patriota tomar a si a «Republica», continuando a publical-a no mesmo formato, promettendo dar-lhe maior desenvolvimento.

O «Club», depois de longo debate, decidiu transferir-lhe a propriedade da folha, com todo material typographico, passando-lhe tambem os seus onus.

A 1 de Setembro annunciou o dr. Luiz Barbosa, que seria diaria a «Republica» e começou a ter o escriptorio da redacção á rua d'Ajuda n. 20, onde era aquella impressa desde 25 de Maio.

Terminada esta pequena digressão, em que fizemos resenha rapida de factos importantes e necessarios, vejamos os serviços do dr. Luiz Barbosa á imprensa republicana e, portanto, ao partido a que pertencia.

Eis as palavras com que se dirigiu ao publico:

«Nunca um jornal teve no Brasil mais prospera carreira do que a «Republica». Desillusão das instituições gastas que nos regem, sentimento republicano ou verdadeira crença na superioridade dos principios da democracia pura, o acolhimento que recebeu em quasi todos os pontos do Brasil, o interesse crescente que despertou apesar de periodica, deram-lhe até hoje uma circulação effectiva de 2,000 exemplares. Esta acceitação admiravel em um paiz ainda não habituado á leitura e mantido em grande atrazo de instrucção pelo influxo obscurantista da monarchia, é a unica explicação do passo que hoje damos.»

Depois de expor o plano adoptado relativamente a preços de assignaturas, diz:

«O seu fito é offerecer aos espiritos serios o melhor alimento possivel, e sastifazer toda a legitima curiosidade, que cada qual sente de saber do que vae pelo mundo, de que somos operarios collaboradores e a que nos sentimos presos pelo laço da responsabilidade individual, na mais intima e estreita solidariedade. Tudo, porém, que exhorbitar dessa esphera será rigorosamente banido das columnas da «Republica», onde jámais por consideração alguma, e menos pelo maximo interesse, encontrarão abrigo o insulto, a injuria, a calumnia, a diffamação ainda cobertos pela mais reforçada responsabildade legal, e menos terão echo os odios e rancores pessoaes em busca de desabafo ou outra paixão condemnavel. Tambem não terão guarida os annuncios corretores de serviços de escravos ou quaesquer outros que se refiram a venda ou contractos de toda a ordem sobre captivos. A «Republica» desconhece a escravidão. Inutil é, pois, accrescentar que não annunciará escravos fugidos e nem praças de escravos.»

Para destruir boatos adiede espalhados, de que não era senão ephemera a existencia da folha, escreveu:

(*) A redação da «Republica» no semestre de Dezembro a Maio compoz-se dos srs Aristides da Silveira Lobo, dr. Miguel Vieira Ferreira, Lafayette Rodrigues Pereira, e Pedro R. Soares de Meirelles. – Vid. «Rep.» An. I, n. 1 - Not. Div.

«A «Republica» está premunida contra quaesquer eventualidades por algum tempo com certeza, e confia o resto da acceitação que ha de saber merecer e sempre e muito dos incansaveis auxiliares que nella enxergam sua arca de esperanças, o symbolo de suas crenças, o labaro que ha de levar o Brasil a seus grandiosos destinos.»

De facto o dr. Luiz Barbosa da Silva trouxe recursos para a folha, e não enganou-se confiando o futuro de seus assignantes que corresponderam de modo brilhante á chamada feita.

Desde então o dr. Luiz Barbosa elevou a tiragem a 3 000 exemplares, instituiu a venda avulsa, á semelhança do que se praticava nos Estados-Unidos e na Europa e hoje faz-se entre nós.

Auxiliado por dedicações como o dr. José Maria de Albuquerque Mello e outros, correu prosperamente o primeiro mes da empresa e cada vez mais cresceram sua popularidade e prestigio.

Mas o dr. Luiz Barbosa desejava dar maior desenvolvimento á folha, e por isso tomou para socio commanditario seu irmão, dr. Braz Barbosa da Silva, e com esse reforço, mudou suas officinas typographicas para a rua do Ouvidor n. 132, ahi publicando o primeiro numero a 4 de Outubro de 1871. Tomara para a redacção o dr. Salvador de Mendonça e para reporter o o conhecido e activo sr. João de Almeida.

Desde então começou a lucta ingente do dr. Luiz Barbosa da Silva; a tudo assistia, tudo passava por exame e fiscalisação sua. Desde a materia politica e principal da folha até os annuncios; desde a revisão dos originaes até a remessa pelo correio para os assignantes.

Dormindo muito pouco, pois se era o ultimo a deitar-se, era o primeiro a levantar-se; solicitado por mil preoccupações, sentiu o dr. Luiz Barbosa da Silva, enfraquecer sua saude.

Era nessa occasião a tiragem da «Republica» de 7.000 exemplares; apologista enthusiasta dos habitos americanos, organisou o plano de premios a distribuir aos novos assignantes, no valor de 13.000$000 de réis.

A folha era então procurada e lida com afan e curiosidade; tinha entrada na secretaria dos ministros, no salão da Praça do Commercio, no gabinete do literato, no escriptorio dos negociantes, dos advogados, dos medicos e na casa do operario.

Além dos redactores effectivos, dos collaboradores republicanos, vultos como José de Alencar e talentos como Francisco Octaviano contribuiam com suas joias literarias para a «Republica». As bellas poesias do traductor inspirado de Byron e Ossian figuravam ao lado dos romances do critico erudito e espirituoso aristarcho que analysava o «Vate Bragantino». Os artigos de fundo escriptos com criterio e em estylo elegante discutiam todas as questões sempre pela melhor face e em terreno elevado.

Não se julgue que todo o tempo do dr. Luiz Barbosa era destinado á gerencia da folha; frequentemente manejava a penna do redactor e sempre com exito. Artigos conceituosos e que foram tomados em consideração pelo governo, escreveu elle sobre a estrada de ferrro de Pedro II, e ainda sobre outras questões, escolhendo de preferencia o lado pratico para resolvel-as. A satyra não lhe era extranha, em occasião opportuna, e para exemplo ha mais de um escripto.

Não podemos aqui rememorar todas as paginas brilhantes que teve a «Republica», nesse periodo, talvez o mais glorioso de sua vida; em que Quintino Bocayuva ia até escrever o folhetim artistico a Pedro Americo; Salvador de Mendonça discutia esthetica com o architecto Francisco Caminhoá; Francisco Cunha enviava do Rio Grande do Sul os seus primorosos trechos de propaganda republicana; Aristides Lobo tratava magistralmente perante o direito do «Conflicto Allemão» e da «Reclamação argentina»; Lucio de Mendonça publicava suas primicias poeticas; e Ferreira de Menezes os seus elegantes folhetins; isto para não citar os succulentos trabalhos de Beulé, de Laboulaye, de Fernando Garrido, de Castellar que preenchiam sempre as columnas da «Republica», com materia instructiva e interessante.

Não descançava, porém, aquelle cerebro privilegiado; emquanto escrevia um editorial admiravel como o que tem por titulo *Philosopho ou Farfante*, (1) a proposito dos festejos que organizavam para a chegada imperial; publicava um novo plano de composição typographica, adoptando certas syllabas e letras dobradas, mandando fundir matrizes, proprias para esse methodo. A 18 de Março de 1872 publicou esse plano, e tendo que responder a alguem, que dizia-se primeiro inventor de tal systema, fel-o de modo vantajoso, e logo publicou outro plano melhor ideiado, segundo os especialistas.

Não se tem impunemente um excesso tal de vitalidade nervosa sem que outros systemas do organismo soffram profundamente; não havia compensação, entre as forças que perdia e o combustivel que assimilava.

Forçado a ceder perante o impossivel; a instancias da familia, dos amigos e por mandado do medico, que tambem era amigo, o dr. Fernandes, de saudosa memoria, retirou-se em Abril para fóra do Rio, deixando a gerencia entregue ao dr. Salvador de Mendonça. Logo depois, entrou tambem para a redacção, o dr. Ferreira de Menezes, e assim foi mantendo-se a *Republica*. Notava-se, porém, que alli faltava a energia vivificadora do dr. Luiz Barbosa, e tudo resentia-se de sua ausencia.

Boatos forjados por infames detractores, davam a empresa como empenhada; de sorte que para conjurar isso, declarou o

(1) Vid. *Republica* de 25 de Fevereiro de 1872. Anno II, n. 277.

dr. Luiz Barboza na primeira columna da *Republica*, a 24 de Abril que «nada devia», convidando a quem se «julgasse com direito a qualquer pagamento para apresentar a sua conta no escriptorio».

Por alguns dias cessaram os boatos; approximando-se, porém a epocha do sorteio dos premios aos assignantes, novas Cassandras começaram a propalar que a *Republica* suspenderia a publicação antes de Maio, não pagando assim os premios.

O dr. Luiz Barbosa já estava fóra do Rio, mas tinha todo seu ser ligado ao andamento da empresa, e diariamente estava ao facto do que se passava ahi.

Encerrou-se o sorteio no dia 2 de Maio com o numero de 9.984 assignantes especiaes, e no dia 3 a empresa annunciava o nome dos premiados, convidando-os a virem receber as quantias que lhe eram devidas; a todos satisfez integralmente, publicando os respectivos recibos. Não se abateu a coragem do dr. Luiz Barbosa; e annunciou novo sorteio para Agosto.

Não permanecia inactivo por fóra; procurava entre correligionarios amigos e parentes, obter novas quotas para custeio da folha; a saúde, porém, peiorava de dia para dia. Reconheceu seu estado e escreveu a Quintino Bocayuva para que viesse da Bahia, onde se achava, afim de assumir seu logar na direcção da folha.

Continuou sempre a occupar-se com toda a sua solicitude da marcha moral e material da empresa; mas via com trizteza, que não era auxiliado como esperava por seus companheiros, e que perdera improficuamente seus grandes e heroicos sacrificios.

Não desejamos demorar a penna sobre este periodo doloroso da vida da *Republica*, para não excitar susceptibilidades, nem provocar queixas.

Desde que o dr. Luiz Barbosa começára a publicar o jornal na rua do Ouvidor, como que absorvera todas as outras manifestações do partido republicano, concentrada ahi, quasi todo o vigor dos correligionarios.

Foi um erro e um inconveniente, que sentiu-se logo depois; o partido não conhecia toda a extensão dos sacrificios do dr. Luiz Barbosa e menos ainda sabia das difficuldades pecuniarias com que luctava para sustentar a imprensa.

Muitos correligionarios, aliás dedicados, diziam que o dr. Luiz Barbosa tinha recursos e que até era auxiliado por uma sociedade republicana dos Estados-Unidos!

Elle proprio conhecia esta situação e sabia destes boatos; em conversa commigo, mais de uma vez, disse-me: «Quando perguntarem-te, como se chama a associação que subvenciona a *Republica*, dize que é o «Yankee-Club».

Era grande a acceitação da folha que em menos de um anno de vida diaria, attingira a 12.000 assignantes. Fez-se necessaria a vinda do dr. Luiz Barbosa da Silva em meado de Setembro de 1872, ao Rio.

A 23 do mesmo mes assumiu a exclusiva propriedade e responsabilidade da empresa, conforme annunciou, ficando o dr. Salvador de Mendonça como redacior-chefe, auxiliado pelo dr. Ferreira de Menezes. Não era possivel, porém, sua permanencia no Rio; procurou portanto entregar ao «Club» o deposito sagrado que recebera, sem indemnização alguma.

Este facto honra o desinteresse do caracter integro do dr. Luiz Barbosa. Convocou a reunião do partido; mas poucos compareceram. Expoz-lhe com franqueza o estado real da empresa e pediu com urgencia uma deliberação,

Não sendo possivel decidir-se a questão com essa urgencia, e sob a pressão de circumstancias desagradaveis, decidiu o «Club», que ficava-lhe o direito de dispor do material da typographia, como lhe aprouvesse, com tanto que salvasse a folha de uma morte desastrosa.

Lavrou-se uma acta da reunião, assignada por todos os presentes, que foi entregue ao dr. Luiz Barbosa, a seu pedido, como documento que o justifica-se de qualquer accusação futura. Entrou em combinação com Quintino Bocayuva e transmittiu-lhe a folha que passou sob a nova phase, apparecendo o primeiro numero a 9 de Outubro de 1872.

Ao retirar-se da imprensa escreveu:

«Na vida de retiro a que o meu estado valetudinario me obriga só almejo ser acompanhado pela justiça d'aquelles que me conhecem, e que espero affirmarão que, se fiz pouco, fiz entretanto tudo quanto se podia exigir dos fracos recursos de que dispuz alentado embora pela mais completa abnegação.»

Aqui termina a nossa tarefa de acompanhar a vida da «Republica», a que esteve então intimamente ligada a vida do dr. Luiz Barbosa.

Ninguem póde desconhecer os sacrificios athleticos que fez o dr Luiz Barbosa, para manter com honra e brilhantismo o papel proeminente que teve a «Republica» no jornalismo brasileiro.

Talvez grande parte do partido ignore esses factos; nós que fomos testemunha de vista, do quanto trabalhou aquelle patriota a bem das ideias republicanas, trazemos este depoimento sincero, verdadeiro e desinteressado, para algum dia ser aproveitado pelos nossos historiadores, para que justiça seja feita ao grande merito do distincto republicano paulista, morto prematuramente em serviço da boa causa.

Entregue o jornal a outras mãos, retirou-se para e sitio, á vida particular no seio da familia, cercado de amigos e de seus magnificos livros; assim passou cerca de dois annos e meio refazendo a delicada saúde.

Achando-se um pouco melhor, pesou-lhe esta vida inactiva, e resolveu abrir escriptorio de advocacia em Barra-Mansa, visto como era-lhe prohibido pelos medicos voltar ao Rio de Janeiro.

A respeito deste ultimo periodo da vida do dr. Luiz Barbosa, seja-nos licito transcrever as eloquentes palavras de seu maior amigo e admirador, o dr. Braz Barbosa:

«Ahi (na Barra Mansa) como advogado, ainda seus trabalhos são consultados; era um oraculo e como homem era um semideus e o merecia. Seu espirito crescia com os annos, seus nobres sentimentos, sua eloquencia nunca excedida, tomaram um cunho particular de grandeza de quem se sente fóra das paixões e torpezas humanas, e preparado a ser apreciado pelo juiz dos juizes.»

Ainda hoje o nome do dr. Luiz Barbosa é proferido com amizade e respeito no municipio de Barra-Mansa e nos circumvizinhos.

Antes de concluir, demos-lhe os traços particulares, que completam esta grande individualidade.

*
* *

Alto, esbelto, de physionomia expressivamente sympathica, o dr. Luiz Barbosa da Silva impressionava de modo agradavel desde a primeira vez que se via. Testa espaçosa, bem conformada, olhos vivos, rosto oval, todos os traços eram bem accentuados e correctos, de modo que a palidez do semblante, revelando uma constituição debil, imprimia um aspecto melancholico e suave ao dr. Luiz Barbosa. A voz sonora e agradavel, embora fraca, attrahia a sympathia de seus ouvintes

Frequentando ainda a Academia, enamorou se da exma. sra. d. Emiliana Moraes Barbosa da Silva, com quem casou-se a 7 de Setembro de 1861.

Foi esta distincta senhora quem deu-lhe toda a suavidade que encontrou na longa e cruel enfermidade que o aniquilou.

Deixou apenas dois filhos, a exma. sra. d. Maria Natalina e o sr. Antonio Braz, que herdaram seu grande nome, e que têm a vida exemplar de seu pae, para transmittir aos descendentes.

Marido exemplar, pae extremosissimo, era typo de bom amigo, como fôra do filho desvelado e do irmão querido.

Dotado de solida e variada instrucção, tinha a intelligencia voltada sempre para o lado util e pratico das cousas; mais accentuada ainda se tornou esta feição de seu caracter, depois da viagem aos Estados-Unidos.

Franco e leal, nunca soube disfarçar suas opiniões, nem calar as convicções que nutria, fosse qual fosse o assumpto ou o o individuo de que se tratasse; tudo sacrificava ante o direito estabelecido pela sua razão esclarecida e recta.

Delicado, cortez e espirituoso, tinha como Dumas, o segredo da palestra, sempre nova, attractiva e interessante.

Em literatura, como em sciencias positivas, era possuidor de variado e grande cabedal, incessantemente renovado e au-

gmentado pelo estudo e pela leitura de sua rica e preciosa bibliotheca.

Balzac era um de seus auctores predilectos, Legouvé e Laboulaye tinham grande influencia sobre suas idéas.

Philantropo, como todo grande coração, durante toda a vida deu numerosos e eloquentes exemplos dessa grande qualidade, deixando em seu testamento padrão immorredouro dos sentimentos elevados que os animavam.

Tão completo no seu todo, era tambem livre pensador em materia religiosa, ligando á theologia e suas creações o valor que a sciencia positivista lhes assignala hoje.

A especulação clerical, felizmente, não pôde anniquilar o documento precioso que deixou a seus filhos e á posteridade e que ainda o recommenda sob esse ponto de vista.

Eis como exprimiu-se neste assumpto, em seu testamento, escripto pouco antes de fallecer, e quando já via proximo o termo da vida.

« Quero ser sepultado sem pompa alguma e enterrado nú sem lençól, caso seja prohibido queimarem o meu cadaver, como desejo, lançadas as minhas cinzas em terreno de cultura agricola. Prohibo que se digam missas por minha alma e que se me façam encommendações ou obsequios religiosos em que não creio e que condemno como superstição impia e esbanjamento de dinheiro que se póde aproveitar em esmolas, que peço aos que se lembrarem de mim depois de minha morte, as façam em meu nome ou intenção como se diz vulgarmente. »

Dotado de caracter energico; não atreveram-se os zuavos de ultramontanismo, perturbarem-lhe a hora extrema, como soem fazer, nem insultarem-lhe a agonia como ao grande Cesara Zanousky, ou ousaram representar a farça burlesca como fizeram com o inclyto Osorio.

Póde-se dizer do dr. Luiz Barbosa da Silva que era um paulista á antiga; energico, emprehendedor, leal, independente e escravo de sua palavra.

A enfermidade, porém, tinha caminhado a passos agigantados, sobrevindo-lhe fortes hemoptyses.

« O ultimo anno de sua existencia, escreveu Quintino Bocayuva, (1) foi por assim dizer, uma agonia prolongada; mas nesse mesmo periodo, novos estudos, novas combinações, novas esperanças, illuminavam-lhe a alma. e elle sentia-se reviver, sempre que tinha occasião de conversar sobre o assumpto que lhe era predilecto, communicando, com vivo prazer, a amigos e extranhos os seus calculos e as suas aspirações. »

A 26 de Junho de 1875, ás 4 horas da tarde, na fazenda *Confiança*, propriedade de seu sogro, falleceu o dr. Luiz Bar-

---

(1) *O Globo*. Anno II, n. 176. 29 de Junho de 1875.

bosa da Silva, perdendo a provincia de S. Paulo, um dos seus mais brilhantes talentos, o Brasil um dos cidadãos mais dignos e o partido republicano uma de suas mais charas esperanças e talvez uma de suas mais fortes columnas.

Felizmente não chegou a ver tanta deserção vergonhosa e não teve como Flavio Farnese, que o precedera no tumulo, de corar por ter confiado em alguns individuos, formados de sentimentos de lacaio e de lama dos esterquilinios imperiaes.

Terminaremos este rapido esboço com as palavras que escreveu, ao traçar o necrologio de Flavio Farnese a 7 de Setembro de 1871:

«Mas se não lhe foi dado vêr a realização das suas mais charas esperanças, seu nome ahi fica na memoria do povo, fulgido e brilhante entre os clarões da aurora democratica.»

Quando no futuro o Brasil entrar na communhão dos povos livres, seus irmãos, na America, e o partido republicano levantar o Pantheon de seus benemeritos, entre os mais brilhantes gravará o do dr. Luiz Barbosa da Silva, pois «nenhum barateou tanto os bens da fortuna, o tempo, o trabalho com inteira abnegação e renuncia de todos os proveitos pessoaes, crente até sua ultima hora nos gloriosos destinos da liberdade e da patria!»

Guaratinguetá, Setembro de 1880.

Dr. A. C. de Miranda Azevedo.

A Serra do Espinhaço

O nome «Serra do Espinhaço» foi introduzido, em 1822, na literatura geographica pelo fundador da geologia brasileira, Guilherme von Eschwege (1), como denominação comprehensiva para as diversas unidades orographicas que formam um grande divisor de aguas entre os rios que desaguam directamente no Atlantico e os que desaguam primeiro no Uruguay, Paraná e S. Francisco. Conforme o uso moderno, e de facto conforme o uso subsequente do proprio Eschwege, esta denominação tem sido limitada á secção deste divisor de aguas que corresponde á bacia de São Francisco, sendo conhecida pelo nome de Serra da Mantiqueira a maior parte da correspondente á bacia do Paraná, ao passo que o resto desta secção e a correspondente á bacia do Uruguay são consideradas como pertencentes á Serra do Mar. O nome assim limitado, bem que roubado de muito da sua importancia e propriedade primitiva, é applicada a uma feição orographica bem saliente e distinguida por especiaes caracteristicos topographicos, geologicos e tectonicos.

Algumas das feições topographicas e geologicas mais distinctivas desta serra foram bem discriminadas por Eschwege nas descripções detalhadas das suas diversas viagens nos districtos auriferos e diamantiferos (2) comprehendidos na secção que se estende de Ouro Preto a Diamantina, sendo que a existencia de ouro e diamantes é por si só um dos principaes caracteristicos da serra. Assim elle notou o contraste entre a maior elevação média (1000 metros, mais ou menos, com picos que se elevam até 1500 a 1800 metros), o caracter geral de planalto com massas ingremes, o aspecto descalvado e aspero dos picos e lombadas menores, o seu alinhamento geral no rumo N—S. e a preponderancia de rochas schistosas, (especialmente schistos quartzosos e ferruginosos; e tambem a altitude menor, topographia mais suave e apparentemente sem systema («como um mar de arvoredo batido pelas tempestades») e a preponderancia de rochas crystallinas (principalmente gneiss e granito) que caracterizam as zonas adjacentes, particularmente a que fica para o lado do leste. As feições tectonicas da serra, pelo contrario, não foram descriptas por elle, nem pelos seus successores. (*)

(*) Eschwege tinha uma hypothese especial, chimico-crystallina, a respeito do modo de formação das rochas que no seu tempo eram conhecidas pela denominação de "primitivas", que vem exposta detalhadamente na p. 11 *et seq.* do seu *Gebirgskunde.*

Em virtude da sua riqueza em ouro e diamantes a secção meridional da serra, de Ouro Preto a Diamantina, tem sido frequentemente visitada e descripta com tentativas a dar uma ideia dos seus caracteristicos geologicos, mas, com a excepção dos escriptos de Eschwege (1, 2), Spix e Martius (3), Helmreichen (4), Henwood (5) e Hussak (1) pouco se encontra na literatura um tanto volumosa (comparada com a referente ao resto do Brasil) relativa a esta região, que. do ponto de vista geologico, seja comprehensivel, ou que o sendo, tenha valor permanente. As outras secções e as regiões a cada lado são quasi uma terra incognita, tanto do ponto de vista topographico como geologico, e, como em todas as outras partes do Brasil, a falta de bons mappas é um obstaculo quasi insuperavel para estudos geologicos detalhados. O esboço que organizamos é baseado nas observações feitas em poucas excursões rapidas nas regiões auriferas e diamantiferas acima mencionadas, um exame parcial e apressado da secção diamantifera da serra no Estado da Bahia, uma viagem no Rio São Francisco e o seu tributario o Rio das Velhas e uma excursão na parte média da bacia do Jequetinhonha, a qual. porém, não alcançou a margem oriental da região da Serra do Espinhaço As observações que podiam ser feitas nestas excursões rapidas são manifestamente insufficientes para mais do que um ligeiro esboço da região.

A serra do Espinhaço, como agora se entende, constitue uma zona de largura de 50 a 100 kilometros e da elevação média de mais de 1000 metros, caracterizada por feições topographicas asperas e elevando se com margens abruptas umas centenas de metros acima das regiões mais baixas e de topographia mais suave de cada lado. Ella se estende com parallelismo quasi perfeito com a linha da costa e com o curso do São Francisco (acima da grande volta de Cabrobó), e com a orientação geral de norte, desde cerca de latitude 20° 30' até cerca de latitude 9 , onde o rio São Francisco, depois de fazer uma volta brusca para S. E., corta por ella, ou mais provavelmente corre em redor da sua extremidade septentrional. Em toda esta extensão de mais de 1000 kilometros esta zona fórma a beirada oriental da bacia de São Francisco que recebe a drenagem da sua parte occidental, ao passo que a da parte oriental escoa directamente para o Atlantico pelos rios Doce, Jequetinhonha, Pardo, Rio de Contas, Paraguassú, Itapecurú e Vasa-

---

Entre estas rochas elle incluiu, como uma segunda divisão, as camadas arenosas e argillosas da Serra do Espinhaço Como, por esta hypothese, não admittia entre ellas uma successão de sedimentos, não tentou subdividil-as em series O resultado mais infeliz deste ponto de vista foi a reunião de todas as rochas quartzosas da região debaixo do nome geral de «itacolumito» que tem sido um pesadelo para os estudos da geologia brasileira. Sendo um habilissimo observador geologico, elle não deixou de notar, entre as rochas assim denominadas, evidencias de duas series não conformaveis entre si, mas, retido pela sua hypothese, não deu a estas observações a sua devida importancia.

barris. Na parte superior das bacias do Rio das Velhas, Jequetinhonha e Paraguassú, e em grão menor na do Rio de Contas tambem, os cursos de drenagem correspondem approximadamente com a orientação N.—S. da serra, e, depois de escapar della, o Rio das Velhas e o Jequetinhonha correm por uma distancia consideravel em parallelismo geral com as suas margens. Como certas feições da estructura são mais apparentes na secção septentrional do que na meridional, ha conveniencia em fazer o nosso exame do norte para o sul.

O São Francisco a uns oitenta kilometros abaixo de Cabrobó, onde seu curso muda de N. E. para S. E , entra numa zona constituida por grez, que fica na linha do prolongamento da Serra do Espinhaço comquanto seja duvidoso que deva ella ser incluida naquella cordilheira. Esta zona se extende desde a foz do pequeno rio Pajahú até perto da grande cataracta de Paulo Affonso com uma largura, ao longo de uma linha E.—O., de cerca de 50 kilometros, ao passo que a alguma distancia do rio a largura parece ser muito maior. O rio que acima desta zona corre sobre um leito de gneiss e granito, entra na de grez na elevação de cerca de 330 metros e a deixa com a de cerca de 300, para outra vez correr sobre gneiss, granito e syenito, nos quaes tem excavado um profundo cañon que contem uma das mais notaveis das cataractas brasileiras. O grez, portanto, jaz por cima de uma base quasi horizontal de rochas crystallinas truncadas, com a elevação média de cerca de 300 metros, e eleva-se em taboleiros e lombadas achapadas a cada lado até uma elevação quasi egual, ou seja 600 metros acima do nivel do mar.

O grez é regularmente duro e geralmente de grão grosso com frequentes inclusões de seixos que em alguns leitos se tornam bastante abundantes para constituir um conglomerado. A rocha é frequentemente argillosa e apresenta leitos delgados de schisto marnoso nos quaes encontrei em dois pontos, (Atalho e Angico, cerca de seis kilometros distantes um do outro) madeiras fosseis, cyprides e ossos, escamas e dentes de peixes e reptis. A pequena collecção feita nestes pontos foi infelizmente perdida, mas na occasião de fazel-a tive a forte impressão de uma relação intima com a fauna cretacea de agua doce dos arredores da Bahia, sendo esta impressão baseada no aspecto geral dos fosseis e especialmente das escamas que identifiquei como *Lepidotus*. Nesta connexão é para notar que os afamados peixes fosseis da vizinhança de Jardim no Estado do Ceará (inclusive uma especie de *Lepidotus*) se acham na distancia de cerca de 200 kilometros para o N. E. e em frente da base de uma chapada de grez que se póde presumir ser ligada com a da margem do São Francisco. As camadas de grez parecem, a primeira vista, jazer em posição horizontal, mas em diversos pontos se observa uma ligeira inclinação (raras vezes maior

de 10°) para o norte, não se notando, porém, indicios certos de dobramento dos estratos.

E' portanto duvidoso se o rio São Francisco apresenta nesta zona uma secção transversal da Serra do Espinhaço ou não (?); mas uma secção indubitavel é apresentada pela estrada de ferro da Bahia ao São Francisco que a atravessa perto da cidade do Bom Fim, ou Villa Nova da Rainha. A estrada partindo do nivel do mar, na Bahia, corre por 122 kilometros no rumo geral de nordeste até Alagoinhas, atravez de uma região constituida por camadas molles de edade cretacea e terciaria que foi bem descripta por Hartt, Rathbun e Derby (6, 7). De Alagoinhas para diante a estrada corre no ramo geral de N. E. na distancia de 452 kilometros, cruzando a zona da Serra do Espinhaço entre os kilometros 320 e 370 com a cota maxima de 683 metros, terminando em Joazeiro na cota de 372 metros, sendo a estação terminal pouco elevada acima do nivel das enchentes do rio. Numa excursão por esta linha pude fazer as seguintes observações da janella do carro.

Sahindo de Alagoinhas a estrada sóbe por 60 kilometros sobre camadas horizontaes de grez molle até a elevação de 406 metros. Até a cota de 200 metros as camadas são bastante argillosas e aqui se apresenta um horizonte aquifero que provalmente denota uma mudança na estratificação, visto que as camadas acima desta cota são mais arenosas e porosas, sendo em geral fortemente coloridas por oxido de ferro e no geral com um aspecto differente do das camadas de baixo. No kilometro 29 (cota 281 metros) perto da estação de Uruçanguinhas encontra-se num córte um schisto molle ocraceo contendo folhas fosseis bellamente conservadas. Collecções destes fosseis foram remettidas, ha annos, aos especialistas Sapota e Ettenhausen mas infelizmente ambos morreram antes de darem parecer sobre ellas. Consta, porém que foram consideradas como representando a parte superior, (pliocena) da edade terciaria. A face occidental desta chapada terciaria apresenta a espessura de cerca de 80 metros, apparecendo o gneiss no leito de um ribeirão no kilometro 85 na cota de 322 metros. Deste ponto até Jacuricy (kilometro 245) a estrada cruza um planalto da elevação geral de cerca de 400 metros diversificado por serrotes e lombadas destacadas. A coberta do sólo é geralmente delgada apresentando-se abaixo della rochas gneissicas e graniticas. Com estas apresenta-se em extensões consideraveis uma rocha preta schistosa que se presume ser schisto micaceo ou amphibolico. Uma parte consideravel deste trecho da estrada corre pelo divisor de agua entre os rios Paraguassú e Itapicurú descendo depois para o valle deste ultimo. Ao oeste deste trecho relativamente nivelado eleva-se a Serra de Itiuba, uma lombada abrupta de granito vermelho com a altura estimada de 800 metros. A estrada a atravessa numa garganta com a cota de 437 metros e desce para o rio Itapicurú

no kilometro 280 na cota de 354 metros; e então sóbe sobre gneiss e granito até a cidade de Bom Fim (kilometro 320, cota 548) na fralda da Serra do Espinhaço. Na subida para o alto da garganta (kilometro 355, cota 683) os córtes apresentam granito até o kilometro 333 onde começam a apparecer quartzitos que continuam, com algumas interrupções de granito, até a estação de Angicos (kilometro 383 cota 487), que fica um pouco além da base occidental da Serra. De Angicos até o fim da estrada em Joazeiro extende-se uma planicie gradualmente inclinada e tão pouco accidentada que a estrada foi construida com uma tangente de 60 kilometros. Serrotes destacados de gneiss, granito e quartzito se elevam bruscamente acima do nivel geral uniforme. As rochas que se avistam desde a base da Serra do Espinhaço até o kilometro 391 (cota 490) são gneiss e granito com alguns afloramentos de quartzito Deste ponto até o kilometro 430 (cota 490) a rocha superficial é um calcareo esbranquiçado em camadas horizontaes e de poucos metros de espessura apenas. O aspecto deste calcareo é o de um deposito de agua doce e bem que não pude encontrar fosseis nelle, presumo que seja de edade terciaria ou possivelmente quaternaria. Um calcareo semelhante se apresenta mais rio acima na vizinhança de Chique-Chique onde parece cobrir uma area consideravel. Ao longo dos ultimos 20 kilometros da estrada reapparecem as rochas gneissicas e graniticas.

Uma excursão recente na região diamantica da parte superior da bacia do Paraguassú me deu occasião de examinar a secção caracteristica do valle deste rio. A viagem foi feita pela Estrada de Ferro Central da Bahia atè a estação terminal de Bandeira de Mello, situada cerca de 100 kilometros, pelo rio, ao leste do ponto onde escapa da serra, em Passagem de Andarahy, sendo o resto da viagem feito a cavallo. A estrada de ferro sahindo de São Felix, perto da fóz do rio, eleva-se immediatamente com um declive forte até o alto de um planalto de gneiss com a elevação geral de 200 a 300 metros, sobre a qual corre em rumo parallelo ao rio e na distancia de cerca de 20 kilometros ao sul até o kilometro 165 onde encontra outra vez o rio e o segue até a estação terminal no kilometro 259. O planalto gneissico é notavelmente nivelado, porém diversificado por serrotes isolados que pela maior parte parecem compostos de granito, rocha esta que tambem se apresenta em numerosos lageados que não se elevam perceptivelmente acima do nivel geral da planicie. Salvo na parte oriental, em redor das cabeceiras de um pequeno rio que corre directamente para o mar e que apparentemente se acha numa região de chuvas abundantes, a coberta de sólo é muito delgada, e muitas vezes falta completamente. Tanto nisso como a respeito do nivelamento geral da superficie, a parte occidental desta planicie, como acima descripta ao longo da estrada de ferro do São Francisco, parece offerecer

um bom exemplo de formação, sob condições aridas, de planicies pelo truncamento de estratos inclinados que normalmente deviam apresentar relevo forte. (*) A secção que acompanha o rio é egualmente por cima de gneiss e granito que se elevam umas centenas de metros acima do rio, e aqui o viajante não póde formar ideia exacta das feições topographicas da região que atravessa. Parece, porém, que é consideravelmente mais elevada do que a da primeira secção da estrada. A estação terminal, Bandeira de Mello, acha-se cerca de 300 metros acima do nivel do mar e no meio de morros de gneiss e granito que se elevam outro tanto acima do rio.

Cerca de 20 kilometros ao oeste de Bandeira de Mello encontra-se a margem de uma região de rochas sedimentarias que inclue a totalidade da bacia do Paraguassú acima deste ponto. Junto ao rio esta região começa na povoação de Bebedouro com uma escarpa de grez e calcareo que se eleva uns 250 metros acima do rio até um planalto da elevação média de cerca de 600 metros. A alguns kilometros ao oeste desta escarpa eleva-se um outro planalto de grez até a altitude média de 1000 metros, ou mais, constituindo a Serra do Espinhaço propriamente dita, ou como é ahi conhecido, a Chapada Diamantina. Ao norte do Paraguassú a margem da serra é assignalada pelo rio São José que escapa della proximo a Lençóes e corre ao longo de sua base. Ao sul do Paraguassú esta margem faz um cotovelo de alguns kilometros até Mocambo, assim causando uma grande volta no rio, e dahi extende-se para o sul uma lombada alta entre os pequenos rios Piabas e Una. Esta parte superior sedimentaria da bacia do Paraguassú apresenta a fórma de um rectangulo cujo maior eixo é dirigido no rumo de N — S, sendo assim perpendicular ao rumo geral de O — E que caracteriza as partes média e inferior da mesma bacia. E' caracterizada topographicamente por valles secundarios orientados de sul ao norte ou de norte ao sul, aos quaes unem as suas aguas abaixo da Passagem onde o galho meridional sahe da serra num cañon profundo e onde o valle principal assume o rumo geral de oeste para o leste.

A estructura geologica do primeiro e mais baixo planalto é bem exposta no caminho entre Bebedouro e Mocambo. Na primeira destas localidades uma bella escarpa se eleva bruscamente da margem direita do rio até a altura estimada de 250 metros

(*) Vêde uma discussão de denudação sub-aerea num clima arido pelo professor W. M. Davis no *Journal of Geology*, n. 5, 1905. Faltam dados positivos a respeito da chuva annual média nos districtos aqui considerados, mas é quasi certo que é de menos de um metro e que o minimo é frequentemente menos de meio metro. Com a excepção do Paraguassú e dos cursos de agua na zona da Serra do Espinhaço, todas as correntes seccam, ou ficam reduzidas a uma linha de poços, durante muitos mezes de cada anno O clima póde, portanto, ser considerado como semi-arido ou sub-humido conforme a nomenclatura dos meteorologistas norte-americanos

e extende-se para o sul até onde alcança a vista. A sua base é composta de um grez grosseiro avermelhado, em camadas horizontaes. Seguindo um trilho que se afasta do rio por entre os morros, vê-se que o grez se eleva até uns 20 metros acima do rio tendo na parte superior intercallações de schisto micaceo e arenoso. Ha então uma interrupção na secção representando um intervallo de cerca de 40 metros, e depois um magnifico paredão de calcareo azulado em lages finas com a altura de cerca de 40 metros. Alguns dos leitos do calcareo contem muitos nodulos silicosos que, ficando conservados quando a rocha se decompõe, fornecem um meio de reconhecer a sua existencia onde escondida por uma coberta de sólo. Na cachoeira do Funil a 6 kilometros acima de Bebedouro uma escarpa semelhante se apresenta no lado esquerdo do rio e se extende para o norte. Ahi se vê que a base do grez consiste, na espessura de alguns metros, de conglomerados grosseiros contendo seixos de gneiss e granito. Em um ponto abaixo da cachoeira vê-se o conglomerado jazendo sobre granito. Da cachoeira a estrada sóbe por uma encosta coberta com nódulos silicosos até o alto de uma chapada conhecida pelo nome de Serra das Araras que, conforme consta, termina á beira do rio num paredão de calcareo. No alto desta chapada o aneroide indicou a altura de 575 metros. Pequenos afloramentos de calcareo se apresentam na descida da chapada no lado occidental para o rio Una, onde logo abaixo da ponte ha um outro paredão de calcareo com a altura de 35 metros. As camadas aqui, como em Bebedouro, têm uma ligeira inclinação de 5° a 10° para o oeste. Na subida do rio Una a estrada passa por uma espessura de cerca de 100 metros de camada acima do calcareo, mas nenhuma rocha se apresenta *in situ*. Os nódulos silicosos se apresentam soltos em tres zonas distinctas, dando a presumir que as rochas subjacentes sejam schistos e grez com intercallações de calcareo.

Uma busca diligente em procura de fosseis ficou sem resultado, tanto em Bebedouro como no Rio Una, bem que o calcareo parece bastante favoravel para os conservar. Consta que existe calcareo na região das cabeceiras do Rio Una e é de presumir que o valle deste rio seja occupado quasi exclusivamente por esta serie de rochas, que tambem se apresenta ao norte do Paraguassú na parte baixa do valle do Santo Antonio e na do Utinga na vizinhança de Pegas. Tanto quanto se póde observar, esta serie apresenta de 200 a 250 metros de espessura e é essencialmente sem perturbações, ou, em todo caso, muito menos perturbada do que a serie que caracteriza a zona adjacente da Serra do Espinhaço. Cerca da quarta parte desta espessura, e talvez mais, é composta de calcareo que é caracteristicamente silicoso, pelo menos em muitas das suas camadas.

Entre Mocambo e Passagem a estrada passa, com a elevação de 600 metros sobre uma lombada que para o sul se eleva

consideravelmente. Os afloramentos das rochas são pouco satisfactorias consistindo em grez, ora horizontal, ora com inclinação moderada para o leste ou para o oeste. A secção ao longo da estrada parece ser a da extremidade expirante de uma dobra que, ao sul, fórma a lombada alta conhecida pelo nome de Serra do Sincorá na margem oriental do planalto da Serra do Espinhaço. Confirma esta interpretação o aspecto de uma estructura syncinal que, olhando de longe, se percebe no valle do rio Piabas no flanco occidental da supposta dobra.

A frente da Serra do Espinhaço, entre Chique-Chique e Lençóes, é constituida por uma série possante de camadas de grez que se inclina ao oeste com o angulo de cerca de 30° e se eleva desde a elevação minima de 330 metros no fundo do valle em Passagem á de 1100-1200 metros na crista da serra. Passando a crista na estrada de Chique-Chique para Santa Isabel observei areas em que o grez se apresenta em posição horizontal e outras em que se inclina para o oeste. Observei tambem inclinações para o oeste ao norte de Lençóes na estrada para Palmeira e em redor desta ultima localidade. Os detalhes da estructura não podiam ser determinados, mas é evidente que ahi um grande lençol de grez acha-se encurvado em largas dobras anticlinaes. Ao que parece a dobra principal do districto começa com uma extremidade estreita ao norte de Lençóes e alarga-se para o sul para depois se estreitar outra vez na vizinhança de Santa Isabel onde se confunde com outras dobras. Os valles combinados do São José e Chique-Chique foram excavados ao longo da orientação das camadas superiores mais molles do flanco oriental desta dobra, deixando exposto um grupo de camadas mais duras, quartziticas e conglomeriticas, que se apresenta perto do meio da serie. O membro mais saliente deste grupo é uma camada espessa de conglomerado grosseiro que é diamantifera e, em consequencia da disposição topographica dos estratos, toda a frente da serra desde Lençóes até Chique-Chique acha-se marcada por uma linha quasi continua de lavras, activas ou abandonadas.

Sobre a superficie do planalto que, como já ficou dito, apresenta a elevação media de 1000 metros ou mais, o lençol de grez acha-se muito fragmentado em blocos destacados como se póde ver nas diversas photographias e na vista da cidade de Santa Isabel pertencentes ao dr. Henry Furniss, consul americano na Bahia. As margens escarpas destes blócos e outros phenomenos no districto são, as vezes, suggestivos de falhas, mas, por mais importantes que fossem estas na producção de feicções menores, é evidente que as principaes feições tetonicas da região tem sido produzidas por dobramento e denudação.

O lençol de grez, cuja espessura se calcula por estimativa em 400 a 500 metros, consiste em uma parte inferior avermelhada com estratificação em lages (que se vê bem nos morros

em fórma de blocos em redor de Santa Isabel) succedida por um conglomerado grosseiro, que passa a um grez esbranquiçado com seixos esparsos e com manchas e leitos de conglomerado e finalmente a um grez argilloso e a schistos arenosos. O conglomerado, onde visto em contacto com o grez avermelhado inferior, contem grandes fragmentos desta rocha que indicam um intervallo de tempo e uma inconformabilidade, pelo menos de superposição, entre os dois. Alguns dos leitos de grez logo acima do conglomerado são muito duros e quartziticos, porém no geral ambos os membros da serie são não-metamorphoseados. O membro inferior póde tomar o nome de «grupo de Paraguassú» visto ser especialmente bem desenvolvido na vizinhança de Santa Isabel (ou São João) do Paraguassú. O membro superior póde com propriedade ser denominado o «grupo das Lavras» visto ser o seu membro conglomeritico o principal, senão o unico, repositorio dos diamantes que tem dado o nome popular de «Lavras» a todo o districto. A espessura do grupo do Paraguassú póde ser estimada com precisão approximada em cerca de 250 metros; a do grupo das Lavras não póde ser calculada com a mesma precisão, mas é provavel que seja proximamente egual.

Com a excepção dos fragmentos de grez acima mencionados, os seixos do conglomerado, vistos por milhares em centenas de metros quadrados de fracturas limpas que lhes atravesam, são exclusivamente de quartzito. Representam uma formação mais antiga, a ser mencionada mais adeante, que se apresenta em outras secções da Serra do Espinhaço, e que presumivelmente se apresenta tambem na secção aqui considerada ao oeste da região aqui descripta. A parte central da cordilheira nesta secção e a região ao oeste della são muito imperfeitamente conhecidas, mas a occurrencia de lavras de diamantes em diversos pontos justifica a presumpção que o conglomerado das Lavras recorre frequentemente, em virtude de dobramento, sobre grande parte della. A mais occidental destas lavras é na Serra de Assuruá, uma lombada destacada perto do rio São Francisco. Burton (20), que a visitou, menciona a occurrencia de um conglomerado grosseiro que elle comparou com o Velho Grez Vermelho da Escossia.

Uma outra secção intermediaria entre as duas acima descriptas, atravez das cordilheiras e das regiões adjacentes de cada lado, è dada numa nota interessante pelo sr. J. A. Allen publicada por Hartt na sua obra intitulada *Geology and Physical Geography of Brazil*. O sr. Allen viajou de Chique-Chique a Bahia via Jacobina e assim uns cem kilometros ao sul da primeira linha acima descripta. O seu perfil dos caminhos e esboços de paisagens caracteristicos dão uma excellente ideia das feições topographicas desta parte do Estado da Bahia. Elle descreve a sua linha de viagem como consistindo essencialmen-

te de tres planaltos distinctos, a saber: um de calcareo ao oeste, um de grez na região central (ou na da Serra do Espinhaço), e um de gneiss ao leste. Este ultimo apresenta um aspecto notavelmente nivelado, sendo apparentemente de altitude quasi uniforme por toda parte mas diversificado por serrotes isolados que se elevam bruscamente acima do nivel geral, como se vê no esboço junto. A coberta do sólo é delgada e muitas vezes completamente ausente sobre areas de algumas hectares em extensão. (*) Na zona da serra um grez horizontal dá origem a uma bella planicie campestre que occupa o alto do divisor das aguas. Para o lado do leste este taboleiro desce abruptamente em paredões verticaes ao terreno gneissico mais baixo, porém para o oeste o declive é mais gradual para a planicie calcarea e atravez desta ao rio São Francisco. Sobre a superficie geralmente nivelada desta ultima planicie elevam-se pinaculos irregulares e serrotes baixos. O calcareo é altamente inclinado e em um logar foi visto jazendo em estratificação discordante em baixo das camadas horizontaes de grez que se extenderam para o sul como um grande soalho nivelado. Perto da base occidental da serra o caminho passou por dois grandes morros lastrados com pederneiras.

Em vista das feições topographicas geraes da zona da Serra do Espinhaço seria natural presumir que o lençol de grez da região de Jacobina devia ser considerado como o prolongamento para o norte do da bacia do Paraguassú, o qual com o seu conteudo caracteristico de diamantes, se extende certamente para o norte até o Morro do Chapéo, ou cerca de dois terços da distancia entre Lençóes e Jacobina. Neste caso este lençol ficou sem dobras na parte septentrional desta zona, hypothese esta que parece pouco provavel; ou as evidencias de dobramento escaparam á observação do sr. Allen, o que tambem parece pouco provavel, visto que o seu esboço confirma a sua descripção. De mais a mais, existem na região camadas não perturbadas de grez em distancia que não é maior do que a de Lençóes a Jacobina, como se vê no esboço junto pelo dr. Theodoro Sampaio de um taboleiro com cerca de 750 metros de altura situado acima de Joazeiro e proximo ao rio São Francisco, o qual, segundo suas informações, é composto de camadas horizontaes de grez e conglomerados sobrepostas a quartzitos inclinados. As feições topographicas e a elevação deste taboleiro, bem como de outros

(*) O sr. Allen descreve buracos singulares nas rochas desta região que são frequentemente chamados de agua e conhecidos pelo nome de "caldeirões", dizendo que diversos que examinou provaram ser verdadeiros caldeirões de erosão (*pot-holes*) sendo alguns de grandes dimensões. Estes são provavelmente da mesma natureza das cavernas, com o aspecto de ninhos gigantescos de andorinhas num banco de argilla, que se observa nos serrotes graniticos ao longo da Estrada Central da Bahia. Tanto quanto se pode julgar avistando-os de longe, estes são devidos a uma acção peculiarmente localisada de desintegração. Os que eu vi, porém, eram nos lados dos serrotes e não podiam reter agua.

na vizinhança, são muito suggestivas dos planaltos cretaceos do baixo São Francisco e dos Estados de Ceará e Piauhy, e nada de inverosimil ha na hypothese de que estes vindos do Piauhy, se extendam até a região em questão. Esta hypothese se transformaria em certeza se fosse acceitavel sem reservas a affirmação de M. Liais (21) que diz ter encontrado, em logar chamado Engenho perto da parte occidental da Serra de Jacobina, nodulos de calcareo argilloso contendo escamas de *Lepidotus*, um dente ganoide e conchas de gasteropodos que elle identificou como sendo dos generos *Paludina* e *Planorbis*. Estes fosseis, com a excepção das conchas, são muito suggestivos dos da camada de peixes fosseis do Ceará, os quaes têm sido carregados por viajantes para muito longe, em parte provavelmente por este mesmo caminho de Jacobina. Do outro lado tem se verificado em outras partes que as affirmações deste auctor só podem ser acceitas com cautela. Com tudo não ha improbabilidade inherente na hypothese de que os fosseis foram encontrados *in situ* conforme elle declara.

Na região ao oeste da Serra o sr. Allen parece ter generalizado a todos os calcareos as suas observações sobre alguns que viu inclinados. E' certo que nos arredores de Chique-Chique se apresentam camadas horizontaes de calcareo semelhante ao acima mencionado da vizinhança de Joazeiro, e, como em outras partes da bacia do São Francisco, é provavel que entre as rochas mais antigas da região descripta pelo sr. Allen haja calcareos inclinados e horizontaes. Os morros lastrados de pederneiras são suggestivos da serie ao leste da serra na bacia do Paraguassú.

Uma outra estrada atravez da zona da Serra do Espinhaço, no Estado da Bahia, fica ao sul da linha do Paraguassú acima descripta e passa por Maricás, Sincorá, Villa do Rio de Contas, Caetété e Monte Alto para Carahanha no Rio São Francisco. Na narrativa de Spix e Martius (3) e no relatorio do dr. Theodoro Sampaio (22) podem-se colher algumas informações interessantes a respeito das feições topographicas e geologicas da região atravessada por esta estrada. Sahindo de São Felix a estrada por alguma distancia quasi coincide com a via ferrea acima descripta e passa por uma planicie gneissica de elevação moderada. Depois eleva-se ao alto de um planalto gneissico e granitico que em Maricás apresenta a altitude de cerca de 1000 metros e que fórma o divisor de aguas entre o Paraguassú e o Rio de Contas. Este planalto, conforme o descreve o dr. Sampaio, apresenta para o oeste uma margem escarpada de cerca de 350 metros de altura que domina uma região ondulada com morros destacados, que a separa da Serra do Sincorá, nome local da margem oriental do planalto da Serra do Espinhaço. Esta região intermediaria é tambem composta principalmente de gneiss e granito, mas em redor das cabeceiras do rio Una

se apresenta uma zona de calcareo cinzento e de schisto avermelhado entre as rochas crystallinas e o grez e conglomerado da Serra de Sincorá. O trecho da estrada correspondente á Serra do Espinhaço corre por cima de uma serie altamente inclinada de quartzitos e schistos argillosos que Spix e Martius identificaram com os da região aurifera de Minas Geraes (este districto bahiano é tambem aurifero), intermeados com afloramentos de gneiss, micaschistos e granito. A direita da estrada e formando os pontos culminantes da região, apresenta-se acima destas rochas antigas, um grez conglomeritico que Spix e Martius referiram ao *Rothtodtliegende* e que evidentemente representa esporões e massas destacadas do lençol de grez da bacia adjacente do alto Paraguassú. A face occidental do planalto, conhecida pelo nome local de «Serra Geral», é abrupta, mas sem grande elevação (850 metros) no divisor de aguas perto de Caetité onde é composta de gneiss. Ao oeste da serra a estrada passa por uma planicie quasi ao nivel, de camadas truncadas de gneiss, granito, quartzito e calcareo, mas com serrotes elevando-se acima do nivel geral.

Ao sul da estrada do Rio de Contas até Grão Mogol no Estado de Minas Geraes, uma distancia de cerca de 500 kilometros, pouco se sabe a respeito do planalto da Serra do Espinhaço além do facto da occurrencia de diamantes em diversos pontos. Para a secção em redor das cabeceiras septentrionaes do rio Jequetinhonha, na vizinhança da cidade de Grão Mogol, devemos a Helmreicheu (4) uma excellente descripção acompanhada por uma secção geologica do seu caminho desde o curso medio do Jequetinhonha atravez da serra até o Rio Verde (*) conforme esta descripção e secção, a Serra do Espinhaço forma ahi um planalto montanhoso largo que se eleva bruscamente acima de planaltos mais baixos a cada lado. O do lado oriental da serra consiste de estratos truncados de gneiss micaceo e micaschisto com, proximo á base da serra, intercalações (blocos destacados?) de quartzito; o do lado occidental de camadas inclinadas e egualmente truncadas de grauwacke e calcareo. O planalto central, ou Serra do Espinhaço propriamente dita, consiste de uma parte central ondulada composta de varios schistos, inclusive quartzito e gneiss, com manchas de granito e rocha amphibolica, acima da qual se levantam lombadas de quartzito que é frequentemente conglomeratico (**) e que é diamantifero, circumstancia esta que tem dado

(*) A secção é ao longo de uma linha em zigue-zague que em parte acompanha a orientação das camadas. Assim, emquanto dá uma secção transversal da cordilheira, deixa de dar uma ideia exacta da largura relativa das diversas zonas.

(**) Helmreichen, dominado pelas ideias de Eschwege, reuniu todos os quartzitos da região debaixo do nome de itacolumito, e interpretou os seixos do conglomerado como concreções ou segregações. Por este motivo, bem que descreveu e figurou claramente evidencias de inconformabilidade entre duas series de quartzito, elle não as interpretou como taes, e assim a sua excellente descripção da região perde muito do seu valor debaixo do ponto de vista geologico.

grande importancia e interesse a localidade de Grão Mogol. Por amostras que me tem vindo a mão e por informações dadas por dous excellentes observadores geologicos, os drs. Francisco de Paula Oliveira e Luis Felippe Gonzaga de Campos, é evidente (como em 1882 prognostiquei que seria eventualmente provado o caso (12), que a secção em Grão Mogol é essencialmente identica com a de Diamantina que será agora considerada.

Na vizinhança de Diamantina a cordilheira tambem consiste em um planalto montanhoso largo com a elevação media de 1200 a 1300 metros que eleva bruscamente acima de planaltos mais baixos de cada lado. No lado de leste estratos truncados de gneiss e micaschisto, cheios de veeiros de quartzo que são frequentemente auriferos, tem sido nivelados até a cota de 900 metros proximamente por camadas horizontaes de grez molle que cobrem uma area extensa nos valles de Jequetinhonha e do seu affluente o Arassuahy, formando chapadas entre os valles que tem sido excavados de 200 a 300 metros abaixo do nivel geral da planicie. Hartt, que visitou esta região em 1865 (6) correlacionou estas camadas com a serie terciaria do littoral e as citou como prova de uma sublevação geral desta parte do Brasil na importancia de cerca de 1000 metros. Não ha, porém, evidencia que estas camadas são de origem marinha, e parece muito mais provavel que foram depositadas numa bacia fechada do interior do continente, a qual se extendia por uma distancia consideravel pelo valle de Jequetinhonha abaixo, mas separada por uma zona alta de rochas mais antigas da serie terciaria do littoral que jaz em nivel mais baixo. Neste caso a evidencia do sublevamento é dada pela profundidade da excavação dos valles abaixo da superficie destas camadas, e não pela elevação desta superficie acima do nivel do mar; e a sua importancia (250 metros) concorda regularmente com a indicada pelas proprias camadas terciarias do littoral, (*) As camadas de grez são, muitas vezes, pouco espessas e provavelmente em parte alguma excedem de 100 metros de espessura.

O planalto ao oeste da Serra do Espinhaço apresenta a elevação geral de 800 a 900 metros e tambem consiste de estratos truncados de schisto, grez e calcareo muito cortados por veeiros de quartzo. Mais ao oeste e perto do rio São Francisco apparecem taboleiros de grez e schistos horizontaes c m cerca

---

(*) Vêde Branner (18) que verificou que as camadas terciarias do littoral se extendem até a cota mais alta da estrada de ferro Bahia e Minas na Serra dos Aymorés. Esta cota não foi dada por não ser accessivel o nivelamento da estrada, mas por minhas leituras de aneroide parece ser de 700 metros proximamente. Como já foi notado ao longo da estrada de ferro Bahia ao São Francisco, as camadas terciarias se elevam até 400 metros, ou um pouco mais, mas ali a parte superior é originaria de agua doce e talvez bastante mais recente do que as camadas inferiores que correspondem melhor em caracter com as da linha Bahia e Minas. Nas bacias do alto Rio Doce, em Minas Geraes, Tieté e Pârahyba em São Paulo existem, com elevação consideravel, bacias terciarias de agua doce com fosseis que parecem corresponder com a do Jequetinhonha.

de 800 metros de elevação. Em algumas destas camadas se tem encontrado madeiras dicotylidoneas silicificadas que se presumem ser de edade cretacea.

O planalto central, ou Serra do Espinhaço propriamente dita, mostra, em ambos os flancos da secção de Diamantina, camadas possantes de grez quartzitico que se inclinam fortemente para o leste no flanco oriental e para o este no occidental. (11, 12) Sobre a zona central a inclinação é mais suave e mais variavel, sendo as camadas quasi horizontaes em alguns logares. Sobre grandes areas o grez tem sido completamente desnudado revelando uma serie subjacente de quartzitos e schistos argillosos com uma area consideravel de granito em um logar. Como nas regiões do Paraguassú e Grão Mogol, ha ahi evidencia abundante de que o grez é a fonte dos diamantes que caracterizam a região. Diversas das lavras são abertas em partes conglomeriticas decompostas do lençol de grez e, como em Grão Mogol, tem se encontrado diamantes na rocha dura tambem.

A secção meridional da cordilheira, formando as cabeceiras da bacia do Rio Doce e as suas contravertentes sendo uma região de chuvas muito abundantes, experimentou muito mais profundamente os effeitos da erosão do que as acima descriptas e em consequencia as suas feições tetonicas não são muito apparentes ao longo das vias usuaes de communicação, as quaes correm parallelas a sua orientação ou a atravessa em gargantas profundas. A zona central é occupada por enormes lombadas, ou blocos de quartzito, ou grez quartzitico, que se elevam á altura de 1500 a 1900 metros e que sendo relativamente estereis em ouro e de difficil accesso, tem ficado quasi completamente inexploradas. Parecem representar um grande lençol como os das secções de Jequetinhonha e Paraguassú, o qual nas partes mais baixas tem sido completamente destruido ou desnudado ao ponto de ser difficilmente reconhecivel por se confundir com uma rocha muito semelhante que se apresenta como membro da formação subjacente. Esta ultima consiste em uma grande serie de schistos essencialmente argillosos e micaceos com intercalações de quartzitos micaceos schistosos, quartzitos ferruginosos (itabiritos) e calcareos, sendo toda esta serie mais ou menos aurifera. No fundo de alguns dos valles se apresentam gneiss, micaschisto e granito que são as rochas predominantes na região ao leste da serra. Ella é, porém, tão imperfeitamente conhecida que não se pode traçar satisfactoriamente a margem oriental da Serra do Espinhaço nesta secção. A margem occidental, como na secção de Jequetinhonha, é abrupta e domina uma região semelhante de rochas sedimentarias truncadas, as quaes, porém, numa parte consideravel da secção, se acham separadas da base da serra por uma zona de gneiss e granito.

Conforme os dados acima apresentados se vê que a Serra do Espinhaço consiste em um «complexo basal» de rochas metamor-

phicas e eruptivas, tendo sobreposta, com estratificação discordante, uma ou mais series de estratos quartzosos que tem sido perturbadas por um systema de dobras com a orientação geral de norte, ao passo que no resto da região montanhosa do Brasil sudeste, da qual esta serra constitue uma parte] a orientação dominante dos estratos é nordeste. Nas secções meridionaes (Jequetinhonha e Doce) o movimento orographico que produziu as dobras, produziu tambem um certo grau de metamorphismo na forma de laminação (*shearing*) e granulação, acompanhada pelo desenvolvimento de mica dando á rocha um aspecto tão semelhante ao dos membros quartziticos da serie metamorphica subjacente que em geral os geologos têm confundido as duas debaixo do nome de itacolumito. Nestas mesmas secções, porém, se encontram afloramentos, como por exemplo na vizinhança de Diamantina, onde a rocha é um grez ou conglomerado typico não metamorphoseado, e onde tambem vê-se que o phenomeno de metamorphismo, onde elle existe, é um caracteristico local e não geral.

Com referencia á edade do sublevamento da Serra do Espinhaço e das camadas que foram por elle affectadas não ha por emquanto evidencia alguma satisfactoria, visto não se ter encontrado até hoje fossil algum nestas camadas ou noutras cujas relações com ellas tenham sido claramente estabelecidas. Até o presente todos os escriptores, eu proprio inclusive, que têm tratado da região, a têm considerado como muito antiga, archeana ou palaeozoica. Esta opinião se baseava, em grande parte, no metamorphismo das rochas nos districtos de Ouro Preto e Diamantina, e, no meu caso, no facto que em outras partes do Brasil se póde provar por fosseis que a épocha de dobramentos e metamorphismo era pre-devoniama. Ambos estes argumentos são evidentemente fracos e devem agora ser postos de lado em vista do aspecto não metamorphoseado e relativamente moderno das rochas dobradas da secção bahiana da Serra do Espinhaço e da possibilidade de perturbações locaes affectando rochas de edade devoniana ou mais modernas. Na região do littoral dos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas ha evidencia de taes perturbações, que se relacionam com a questão aqui considerada.

No baixo Rio Pardo, Hatt (6) achou uma série inclinada de conglomerados, grez e schistos com restos vegetaes obscuros que referiu á devoniana, e notou no baixo Jequetinhonha indicios da existencia da mesma serie. Numa recente excursão nesta região verifiquei que esta série occupa uma zona de alguns kilometros de largura e fui informado que ao oeste existe uma zona consideravel de calcáreo (marmore). Estando o rio cheio não pude achar a localidade dos fosseis. O mesmo conglomerado se encontra no Salobro cerca de uma legua distante da margem do Rio Pardo sendo ahi diamantifero (é o assim chamado

districto diamantifero de Cannavieiras). A occurrencia desta serie no baixo Jequetinhonha foi confirmada pelo dr. Joaquim Bahiana, um observador geologico competente, e é evidente que ella occupa uma zona consideravel ao longo da margem oriental do planalto gneissico. Branner (17) tem descripto uma franja semelhante de estratos que se presumem ser de edade palaeozoica nos Estados de Sergipe e Alagoas e ha annos vi indicios da mesma ao nordeste da cidade da Bahia na vizinhança de Inhambupe. Os fosseis encontrados por Hartt no Rio Pardo eram fragmentarios e pouco satisfactorios de modo que a referencia que delle fez á devoniana só pode ser considerada como provisoria. Comtudo é altamente provavel que a serie seja de edade palaeozoica e certamente não anterior á devoniana. De outro lado as camadas perturbadas, referidas por Branner nos Estados de Sergipe e Alagoas e consistindo em conglomerados, grez, schistos e calcareos, são certamente precretaceas.

Os calcareos do alto São Francisco parecem representar (como Eschwege (2) já indicou) duas formações geologicas distinctas, as quaes não tem sido ainda discriminadas. Uma parte pertence certamente a uma serie perturbada de grez e schistos que provavelmente pertence á primeira parte da edade palaeozoica e presumivelmente é anterior ao sublevamento da Serra do Espinhaço; uma outra parte jaz horizontalmente pelo menos em alguns logares, e é presumivelmente mais recente Em Bom Jesus da Lapa na margem direita do São Francisco e quasi directamente ao oeste do Rio de Contas achei, em 1880 (8,9.10) corpos fosseis mal conservados dos generos *Favosites* e *Chaetetes* (?) que indicam edade palaeozoica media ou superior (Siluriana superior á Permiana). E' possivel que este calcareo possa ser correlacionado com o acima descripto ao leste da serra na região do Paraguassú, mas sobre isto nada de definitivo pode ser dito presentemente. Se, como foi acima suggerido como possivel, o grez da região de Jacobina provar ser dobrado e de edade cretacea, a questão da edade do sublevamento seria decidida como sendo cretacea ou post-cretacea, mas parece pouco provavel que isto aconteça.

As rochas que entram na composição da Serra do Espinhaço se devidem naturalmente em tres grupos, sendo provavel que eventualmente cada um destes terá de ser subdivido em dois ou mais. Estes grupos são: 1.°—os gneisses e mica-schistos; 2.°—os schistos, quartzitos e calcareos das regiões auriferas; e 3.°—os quartzitos e grez das regiões diamantiferas. Com estes grupos se acham associados granitos e outras rochas eruptivas que apparentemente não penetraram nas da serie superior e presumivelmente são posteriores a ella.

Como Eschwege já observou, o gneiss e micaschisto só se apresentam nos niveis inferiores da zona da Serra do Espinhaço, ao passo que, com as rochas eruptivas com ellas associadas,

formam a massa principal das montanhas a leste e ao sul pertencentes aos systemas da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira. Estas rochas tem sido pouco estudadas na região aqui considerada, mas, até onde conhecidas correspondem com as outras partes do Brasil e podem com segurança ser consideradas como sendo de edade archeana. Parece tambem relativamente seguro considerar a grande maioria dos gneisses brasileiros (pelo menos os que pela sua resistencia á decomposição ficam mais em evidencia) como rochas eruptivas folhadas (*sheared*), sendo os typos originaes granitos, noritos, dioritos, etc. Uma parte dos micaschistos são tambem de origem eruptiva, mas presumivelmente a parte maior provará ser constituida de sedimentos metamorphisados. Na parte do Brasil aqui considerada estas rochas constituem uma grande area em forma de escudo na parte oriental dos Estados de Minas Geraes e Bahia (com os Estados adjacentes de Espirito Santo e Rio de Janeiro) a qual, pela maior parte, tem sido terra firme desde os tempos archeanos. Nas margens destas area, particularmente no lado do oeste, e sobre as suas partes mais baixas foram depositadas as series sedimentarias mais recentes.

A serie schistosa da Serra do Espinhaço e regiões adjacentes, que pode convenientemente ser denominada a *serie de Minas*, consiste em um grande complexo de schistos predominantemente argillosos, com massas subordinadas de quartzitos ordinarios, quartzitos ferruginosos (itabiritos passando a minereos de ferro puro) e calcareos. Todas estas rochas são fortemente laminadas (*sheared*) e caracterizadas por um desenvolvimento maior ou menor de mineraes micaceos (biotite, sericite, hematite micaceo, chlorite, talco, etc.) e, sendo em geral muito decompostas, ha grande difficuldade em discriminar os differentes membros (salvo os quartzosos e ferruginosos) de modo que as tentativas de estabelecer uma ordem de sua secção entre ellas não tem dado resultados satisfactorios. E' quasi certo que os membros quartzosos, ferruginosos e calcareos são repetidos em diversos horizontes e eventualmente elles servirão de base de referencia para estabelecer as subdivisões da serie, mas antes disto será preciso determinar e tomar em conta as repetições evidas a dobramentos e falhas. Ao que parece a serie inteira em sido encurvada em dobras fortemente comprimidas e invertidas e sem duvida é atravessada por muitas falhas. Antes de possuirmos mappas topographicos fidedignos da região, ou pelo menos de uma parte typica della, não pode haver esperanças de determinar-se a sua estructura detalhada.

(*) Depois de escripto o trabalho acima citado veiu-me ás mãos uma amostra de um dos typos ahi discutidos (o schisto com monazite de São João da Chapada) que apresenta um contacto eruptivo bem definido com quartzito.

Os membros argillosos da serie de Minas incluem schistos micaceos (principal se não exclusivamente sericiticos), calcareos, graphitosos, chloriticos e talcosos. Uma parte consideravel, se não a totalidade, dos dois ultimos typos consiste indubitavelmente de eruptivos laminados e metamorphisados, e num outro trabalho (13 14) procurei demonstrar que uma parte dos schistos sericiticos são da mesma origem. (*) Comtudo nenhuma duvida pode haver que a maior parte da serie de Minas seja de origem sedimentaria. A sua edade só pode ser determinada hypotheticamente, mas é quasi certo que não será mais recente do que a cambriana o podendo, porém, ser mais antiga.

A serie de Minas sempre tem sido considerada como a formação caracteristica da Serra do Espinhaço e é certo que ella, ou outra parecida com ella, se apresenta em todo o comprimento da cordilheira. Ao norte da secção do Rio Doce os membros calcareos e ferruginosos caracteristicos desta serie parecem desapparecer na zona da serra, bem que se apresentem outra vez nas margens do São Francisco entre Urubú e Joazeiro. Parece, portanto, provavel que se ache aqui representada mais de uma serie geologica. E' tambem certo que estes membros caracteristicos se apresentam por ambos os lados da secção do Rio Doce em distancias consideraveis das margens (ou o que ordinariamente se considera como taes) da zona da Serra do Espinhaço e com indicações de dobras orientadas para N. E. e assim parallelas ás das montanhas archeanas da vizinhança. Parece, portanto, provavel que o seu primeiro e mais forte dobramento fosse devido a um movimento produzindo dobras orientadas para N. E. e presumivelmente envolvendo tambem a serie de schistos, grez e calcareo da bacia de São Francisco. A occurrencia mais ao sul, na bacia do Paraná, de uma serie muito semelhante a esta ultima e que tambem ficou envolvida nas dobras orientadas para N. E. da região archeana adjacente, confirma este ponto de vista. Estas rochas da bacia do Paraná, como as do São Francisco, são em geral pouco metamorphoseadas e, no Estado do Paraná, são sobrepostas por camadas horizontaes contendo fosseis devonianos, (15). Bem que não tem fornecido fosseis são presumivelmente de edade siluriana ou cambriana.

Esta serie da bacia do Paraná é abundantemente injectada com granito e assim, para esta região pelo menos, a edade das erupções graniticas fica determinada como sendo pre-devoniana Os granitos são de diversos typos, (amphibolico, biotitico, e muscovitico) e sem duvida acham-se representadas entre eles diversas epochas de erupção, mas presumivelmente todas eslta eram contemporaneas ou posteriores, aos movimentos organicos que produziram as dobras. Os granitos que se apresentam coms certa abundancia nas areas occupadas pela serie de Minas não tem sido estudados, mas é de presumir que esta conclusão relativa á edade e epochas de erupção seja tambem applicavel a

elles. Além dos granitos estas areas apresentam tambem affloramentos frequentes de rochas eruptivas basicas de typos gabbroiticos, diabasicos e peridotiticos, as quaes, até onde observadas, apresentam indicios de metamorphismo (um certo grau de laminação *(shearing)* e uma alteração uralitica do pyroxene) que plausivelmente pode ser attribuido ao movimento posterior de sublevamento que envolvia tambem o grez sobrejacente. Tanto quanto se tem observado até hoje, este ultimo não foi affectado pelas injecções eruptivas e os veeiros auriferos tão caracteristicos da serie de Minas não se extendem até elle.

A capa de grez da zona da Serra do Espinhaço, em toda parte onde tem sido examinada, apresenta grande uniformidade de aspecto, salvo que a sua divisão em duas series, notada na secção do Paraguassú, não tem sido observada em outra parte. O caracter conglomeritico das camadas superiores desta secção é geral por toda a cordilheira, e bem que a rocha seja um tanto metamorphoseada em alguns logares nas bacias do Jequetinhonha e Doce, esta não parece ser motivo sufficiente para consideral-a como distincta. Um outro caracteristico muito generalizado é a occurrencia de diamantes, mas estes parecem faltar, pelo menos em quantidades aproveitaveis, na secção meridional, na vizinhança de Ouro Preto, e tambem na secção septentrional na região de Jacobina e alem (*). Como já ficou dito, ha motivos para suspeitar que o grez de Jacobina seja mais recente do que das partes mais meridionaes da cordilheira, mas sobre este ponto nada de definitivo póde ser dito por emquanto. Fica tambem em duvida se, com esta excepção e a das camadas inferiores da região do Paraguassú, todo o grez da cordilheira deve, ou não, ser considerado como constituindo uma unidade geologica. Pessoalmente estou inclinado a uma opinião affirmativa.

A edade geologica das rochas caracteristicas da zona da Serra do Espinhaço e do movimento orogenetico que lhes deu a sua altitude actual tem tambem de ficar em duvida. O mais que se póde dizer é que nem uma nem outra é tão antiga como até agora se suppunha, e que, ao que parece, a devoniana póde ser tomada como limite extremo de edade. Isto, porém, envolve a hypothese, que por si nada tem de inverosimil, de uma localização do movimento orogenetico, visto que os depositos devonianos definitivamente conhecidos em outras partes do Brasil, nos Estados do Paraná, Mato Grosso e Pará, não foram affectados por elle. O outro limite extremo de edade é a cretacea, mas antes de um exame da região de Jacobina, afim de verificar a exactidão ou a falsidade da reputada descoberta de fosseis nella, esta hypothese não póde ser acceita nem completamente posta ao lado. A hypothese de uma edade mesozoica (cretacea ou

(*) A questão do modo de occurrencia do diamante nesta cordilheira e alhures no Brasil será considerada em outro lugar.

pre-cretacea) é seductiva, visto que estabeleceria uma correlação, pelo menos em que diz respeito á edade, entre as occurrencias de diamantes nas diversas partes do Brasil e na Africa Meridional, (17) mas contra esta hypothese temos a relação presumida, bem que não definitivamente provada, dos calcareos horizontaes do valle de S. Francisco e do Rio Una, os quaes, pelo menos por emquanto, tem de ser considerados como palaeozoicos e mais recentes do que o sublevamento da Serra do Espinhaço. Em vista de todas as circumstancias o que me parece mais provavel é que a edade, tanto das rochas como do sublevamento, será eventualmente provada ser palaeozoica media ou superior (devoniana á permiana).

As margens escarpadas da zona da Serra do Espinhaço são, em muitos logares, muito suggestivas de falhas e até recentemente fui inclinado a admittir a existencia de linhas de falhas de proporções gigantescas. Tendo agora conhecimento melhor das zonas adjacentes parece-me provavel que esta feição póde ser antes devida, em grande parte pelo menos, á denudação sob condições de drenagem e elevação differentes das actuaes. A cordilheira, numa parte consideravel da sua extensão, acha-se margeada por bem definidas planicies de denudação, das quaes algumas, como a de Joazeiro, são pouco esculpturadas, ao passo que outras são disseccadas por valles excavados até 200 a 300 metros abaixo do nivel geral. Na região do Jequetinhonha medio havia um tempo, provavelmente durante uma parte da época terciaria, em que as condições eram taes que uma bacia terrestre ficou cheia com depositos horizontaes até quasi ao nivel da planicie de denudação que a circumdou, e depois ambas foram disseccadas até a profundidade de 200-300 metros em virtude de um sublevamento geral que modificou as condições de drenagem. Um sublevamento proximamente egual é indicado pelas camadas terciarias do littoral, pelas cretaceas perto da região da cataracta de Paulo Affonso e pela dissecção da planicie de denudação e das camadas horizontaes cretaceas (?) da parte superior da bacia do São Francisco, de modo que este movimento póde ser tomado como geral e proximamente da mesma importancia em toda a região aqui considerada. Ao que parece, as camadas cretaceas da região de Paulo Affonso foram depositadas sobre uma planicie de denudação ainda mais antiga que devia ter estado quasi ao nivel do mar, visto que a sua fauna fossil apresenta uma mistura de fórmas marinhas e de agua doce (tubarões e cyprides). A denudação da zona montanhosa foi, portanto, effectuada por estados successivos e sob condições de drenagem e elevação differentes, e sem duvida é a esta circumstancia que se devem muitos dos seus caracteristicos topographicos.

S. Paulo, 16 de Abril de 1906.

ORVILLE A. DERBY.

BIBLIOGRAPHIA

1—Eschwege, W. L. von.—Geognostisches Gemälde von Brasilien und das wahrscheinlichen Muttergestein der Diamanten. Weimar, 1822.

2—Eschwege W. L. von.—Beiträge zur Gebirgskunde Brasiliens. Berlin, 1832.

3—Spix & Martius.—Reise in Brasilien. Munchen, 1823-1831.

4—Helmreichen, Virgil von.—Ueber das geognostiche Vorkommen der Diamanten und ihre Gewinnungs Methoden aut der Serra do Grão-Mogor. Vienna, 1846.

5—Henwood Wm. J.—Observations on metalliferous deposits of the gold mines of Minas Geraes in Brazil. Trans. Roy. Geol. Soc. Cornwall. VIII. Penzance, 1871.

6—Hartt, C. F.—Geology and Physical Geography of Brazil. Boston, 1870.

7—Derby, O. A. and Rathbun, R.—A bacia cretacea da Bahia de Todos os Santos. Archivos do Museu Nacional, III, Rio de Janeiro, 1878.

8—Derby, O. A.—Contribuições para o estudo da Geologia do valle de S. Francisco. Archivos do Museu Nacional, IV, Rio de Janeiro, 1881.

9—Derby, O. A.—Observações sobre algumas rochas diamantiferas de Minas Geraes. Archivos do Museu Nacional, IV, Rio de Janeiro, 1881.

10—Derby, O. A.—Reconhecimento geologico do valle de São Francisco, annexo ao Relatorio de W. Milner Roberts, Chefe da Commissão Hydrographica sobre o exame do rio São Francisco, Rio de Janeiro, 1880. Revista de Engenharia, III, Rio de Janeiro, 1884.

11—Derby, O. A.—Relatorio apresentado ao sr. conselheiro Manoel Alves de Araujo, Ministro do Agricultura etc., acerca dos estudos praticados nos valles dos rios das Velhas e alto S Francisco, Rio de Janeiro, 1882.

12—Derby, O. A.—Modes of occurrence of the diamond in Brazil. Am. Jour. Sci. April, 1882 New Haven, 1882.

13—Derby, O. A.—Notes on certain schists, of the gold and diamond regions of eastern Minas Geraes, Brazil. Am. Jour. Sci. March, 1900.

14—Derby, O. A.—On the association of argillaceous rocks with quartz veins in the region of Diamatina, Brazil. Am. Jour. Sci. May, 1899,

15—Derby, O. A.—Geologia da região diamantifera da Prov. do Paraná no Brazil. Arch. do Mus. Nac. IV, 1881.

16—Derby, O. A.—Brazilian evidence on the genesis of the diamond. Journal of Geology, VI, 1898.

17—Branner, J. C.—Cretaceous and Tertiary geology of the Sergipe-Alagoas basin of Brazil. Trans. Amer. Phil. Soc. XVI, Phil. 1889.

18—Branner, J. C.—Two characteristic geologic sections on the northeast coast of Brazil. Proc. Washington Acad. Science, II, 1900.

19—Hussak, E.—Der goldfuhrende kiesige Quartzlagergang von Passagem in Minas Geraes, Brasilien. Zeits. f. prak Geol. Oct. 1898

20—Burton, Richard F.—Explorations of the highlands of the Brazil. London, 1869.

21—Liais, Emm —Climats, geologie, faune et geographie botanique du Brésil. Paris, 1872.

22—Sampaio, Theodoro.—(Relatorio de uma viagem desde a margem do São Francisco até o littoral). Relatorio de W. Milnor Roberts, engenheiro chefe da Commissão Hydraulica sobre o exame do Rio São Francisco, Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1880.

José Clemente Pereira

Nos factos e nos homens que prepararam e realizaram a independencia do Brasil, vê o historiador que os estuda na calma coada por tres quarteis do seculo decorridos a saliencia do papel desempenhado por Portuguezes natos intimamente ligados á sorte do Brasil. De 1821 a 1831 a questão da independencia era do povo do Brasil e não sómente da gente brasileira, tendo essa questão para os Portuguezes domiciliados nesta terra tão grande interesse economico e pessoal, que absorvia o interesse politico do dominio do paiz natal.

Para os Portuguezes vinculados ao Brasil pelo sentimento de amor aos sitios em que haviam crescido e prosperado, o estimulo moral pela causa da independencia não era menos vivo, menos puro nem incitava menores enthusiasmos do que aos Brasileiros. O seu papel na obra da formação da nova nacionalidade americana foi activo, efficaz e em muitas occasiões decisivo.

Os patriotas que tomaram a vanguarda do movimento emancipador deram-lhe o impulso que o povo miudo seguiu com o enthusiasmo das massas pelas cousas novas que lhe promettem melhor condição e mais segura prosperidade. A grande maioria dos lusos-brasileiros com os Brasileiros de nascimento trabalharam á porfia pela victoria da causa que, de facto, tanto era delles como dos outros.

O Principe D. Pedro dava aliás exemplo a todos os seus conterraneos que seguiam a sorte do Brasil, e foi dessa fusão da velha com a nova gente, da Europa com a americana, que sahiu a incrueza da revolução de 1822 e a feição de continuadora da monarchia portugueza que tomou e sempre teve a monarchia brasileira.

Dos Portuguezes proceres da nossa independencia destaca-se José Clemente Pereira, presidente do Senado da Camara de São Sebastião do Rio de Janeiro, que ousou dar o primeiro passo no caminho da revolução, que todos queriam.

Só em Janeiro de 1822 a revolução estava nos espiritos, mal se debuchava nos actos.

A provocação de José Clemente na representação official do seu cargo popular ao Principe Regente, de resistir ás ordens do Rei seu pae e mais ainda, ás das Côrtes de Lisbôa que incarnavam politicamente a nação soberana, é o primeiro acto revolucionario

da série dos actos revolucionarios que tiveram seu termo no Ypiranga.

Essa situação de José Clemente já é grandiosa para as gerações que se succederam á sua heroica geração; os serviços que prestou á patria do seu coração, á terra do seus amores de homem e de cidadão, elevaram mais o seu vulto na posteridade. Elle deixou um dos nomes mais populares nesta Capital e em todo o Brasil.

No Imperio, para cuja creação tão valentemente cooperara, subiu ás mais altas funcções da representação nacional, mas não foi na politica que conquistou as melhores glorias que o aureolaram. O seu genio de organizador, de administrador, o seu conhecimento das necessidades publicas, levaram-n'o a grandes commettimentos e prenderam para sempre o seu nome aos grandes institutos de caridade e de amor do proximo, que são o orgulho da cidade fluminense e o exemplo de estranhos.

Quando o Imperador D. Pedro II fez da viuva do grande homem, que o povo em massa acompanhava á sepultura, Condessa da Piedade, o Soberano resumiu nesse titulo o sentimento christão que animara a vida de José Clemente. Fazer o bem aos outros e trabalhar para melhor futuro de seus concidadãos.

A sua vida é com effeito a do trabalho pelo bem publico e hoje que se completam 120 annos do seu nascimento, prestamos nestas linhas justa homenagem á memoria do cidadão benemerito que tantos e tão alevantados serviços prestou ao Brasil.

Nasceu o illustre patriota a 17 de Fevereiro de 1787, na localidade denominada Adem, termo de Castello Mendo, comarca de Troncoso, bispado de Pinhel, no Reino de Portugal.

Filho dos honrados lavradores José Gonçalves Pereira e Maria Pereira, José Clemente, criança, já demonstrava nos actos da sua meninice bondade de coração e de amor pelo seu semelhante. Arguto e de vivacidade precoce, despertou a sincera affeição de um tio sacerdote, que desde logo encarregou-se da sua educação literaria, habilitando-o a matricular-se na Universidade de Coimbra, onde formou-se em direito e canones.

Academico ainda, por occasião da invasão dos Francezes em 1807, creado o Corpo Academico de que foi commandante José Bonifacio de Andrada e Silva, então lente de metallurgia da Universidade, nelle alistou-se e distinguiu-se por tal fórma que pelo general inglez Wellington, foi nomeado capitão de uma das guerrilhas que tanto damno causaram aos invasores. Fez parte do exercito anglo-luzitano que sob as ordens daquelle general combateu na Hespanha e gloriosamente pizou no territorio francez. Conquistou os mais honrosos documentos de elogios de diversos generaes inglezes, pelo seu ardor patriotico, pela sua coragem e correcção militar. Terminada a campanha volveu

aos seus estudos na Universidade, abandonando a carreira militar. Foi então que resolveu vir para o Brasil.

Effectivamente, aqui chegou a 12 de Outubro de 1815, na idade de 28 annos.

Esquecidos os seus bons serviços pela mãi-patria, dedicou-se José Clemente á advocacia, adquirindo pelo seu saber juridico e pelo seu amor profissional grande reputação forense.

José Bonifacio, então já ministro no Brasil, o nomeou em 1819 Juiz de Fóra da villa da Praia Grande, de recente creação, hoje Nitherohy, entrando em exercicio em 11 de Agosto daquelle anno. Alli lançou elle os fundamentos da grande cidade que hoje se distingue pela regularidade das ruas e praças, todas por elle traçadas, abertas e arruadas.

Serviu no cargo de Juiz de Fóra até 7 de Maio de 1821, e durante esse tempo fez edificar quasi completamente a capella que alli existia e que hoje serve de matriz, deu agua á população, que seus successores deixaram perder, trabalhou incessantemente pelo progresso material da villa, realizando todos os melhoramentos por meio de subscripções em que o seu nome figurava em primeiro lugar.

Não foram os seus serviços esquecidos pelos habitantes daquella villa, que os tinham em grande conta e que veneravam o seu nome como o de um dos mais dedicados servidores, e, assim, em 1840, a Camara Municipal da já então cidade de Nitheroy, em prova publica de gratidão aos seus serviços, deu a uma das ruas a designçaão de S. José, e no seu Livro do Tombo accrescentou que a resolução era «dedicada ao exc.mo sr. José Clemente Pereira, como 1° Juiz de Fóra e edificador da villa, pelos muitos serviços de que lhe é devedora esta cidade».

Achava-se o illustre patriota a 26 de Fevereiro de 1821, na villa de Maricá quando recebeu a noticia de que o povo se reunira no Rio de Janeiro para jurar fidelidade á Constituição que as Côrtes portuguezas estavam fazendo. Reuniu immediatamente a Camara, que prestou o mesmo juramento, ordenou festejos e illuminação, fazendo celebrar um *Te-Deum* pelo notavel acontecimento e publicando um edital, onde se encontrava todo o enthusiasmo de um bom patriota e toda a energia de um espirito prompto e resoluto para grandes commettimentos.

No dia 28 reuniu a Camara da Praia Grande, tendo procedido da mesma maneira, como consta do livro dos Termos de Vereança.

Em 30 de Maio do referido anno assumiu o exercicio de Juiz de Fóra do Rio de Janeiro.

Com celeridade succediam-se os grandes acontecimentos precursores da independencia. José Clemente abraçou com enthusiasmo essa causa e poz a seu serviço toda a sua mascula energia e jámais desmentida actividade.

E' assim, que em 5 de Junho daquelle anno, vendo em armas, no largo do Rocio, officiaes dos batalhões portuguezes, que queriam que se jurassem as bases da Constituição Portugueza e fosse creada uma junta de nove Deputados que deviam assistir ao despacho do Principe Regente, o que o collocaria sob a dependencia de Avilez, José Clemente, Presidente da Camara e Juiz de Fóra, oppoz-se com uma firmeza e coragem que causou a admiração dos seus companheiros de vereança, como elles mesmos declararam em documento que, assignado por todos, foi publicado e no qual affirmaram o seu reconhecimento ao seu joven Presidente.

Desse mesmo documento consta que foi elle quem propoz, na ultima vereança de Dezembro de 1821, a representação de 9 de Janeiro seguinte, o dia do Fico, e o manifesto do Povo do Rio de Janeiro sobre a residencia do Principe no Brasil; datado de 29 de Dezembro de 1821, foi redigido de accôrdo com elle no circulo de seus amigos Conego Januario, Ledo, Nobrega e outros.

Foi José Clemente, que a 9 de Janeiro, á frente da Camara, leu ao Principe Regente o celebre discurso, em que expoz a necessidade de ficar no Braeil e o exhorta a desobedecer ás ordens das Côrtes e do Rei, que o chamavam a Portugal. Nesse memoravel discurso, quando ainda Avilez dispunha de todos os recursos militares, preconizou com verdadeira audacia, coragem e civismo a necessidade de um Poder Legislativo brasileiro e de um Poder Executivo com poderes amplos, fortes e liberaes.

Por estes trechos do discurso bem se póde avaliar o seu grande alcance politico e, o que é mais, a franqueza e o sentimento patriotico que o dictou.

«A sahida de Vossa Alteza Real dos estados do Brasil será o decreto fatal que sanccione a *independencia deste Reino!* Exige, portanto, a salvação da patria que Vossa Alteza Real suspenda a sua ida atè nova determinação do soberano congresso.

Tal é, Senhor, a importante verdade que o Senado da Camara desta cidade, impellido pela vontade do povo, que representa, tem a honra de vir representar á mui alta consideração de Vossa Alteza Real; cumpre demonstral-a.

O Brasil, que em 1808 viu nascer nos vastos horizontes do novo mundo a primeira aurora de sua liberdade...

O Brazil, que em 1815 obteve a carta de sua emancipação politica, preciosa dadiva d'um rei benigno... O Brasil, finalmente, que em 1821, unido á mãi-patria, filho tão valente como fiel, quebrou com ella os ferros do proscripto despotismo... recorda sempre com horror os dias de sua escravidão recem-passada... teme perder a liberdade mal segura, que tem principiado a gozar... e receia que um futuro envenenado o precipite no estado antigo de sua desgraça...»

. . . . . .

« Pernambuco, guardando as materias primas da independencia que proclamou um dia, mal lograda por immatura, mas não extincta, quem duvida que a levantará de novo, se um centro proximo de politica a não prender?

Minas principiou por attribuir-se um poder deliberativo, que tem por fim examinar os decretos das Côrtes soberanas e negar obediencia áquelles que julgar oppostos aos seus interesses; já deu accessos militares; trata de alterar a lei dos dizimos; tem entrado, segundo dizem, no projecto de cunhar moeda . . . E que mais faria uma provincia que se tivesse proclamada independente?

S. Paulo sobejamente manifestou os sentimentos livres que possue nas politicas instrucções que dictou aos seus illustres deputados . . .

O Rio Grande de S. Pedro do Sul vai significar a Vossa Alteza Real que vive possuido de sentimentos identicos, pelo protesto desse honrado cidadão que vêdes incorporado a nós (Coronel Carneiro da Fontoura).

Ah, Senhor, e será possivel que estas verdades, sendo tão publicas, estejam fóra do conhecimento de Vossa Alteza Real?

Será possivel que Vossa Alteza ignore que um partido republicano, mais ou menos forte, existe semeado, aqui e alli, em muitas das provincias do Brasil, por não dizer em todas ellas?»

. . . . . .

« Os habitantes do Rio Grande de S. Pedro foram sempre distinctos por estes sentimentos (fidelidade e gloria), sentimentos que ha seculos fazem o timbre do seu caracter, e que nestes tempos mais proximos apparecem com toda a energia no campo da batalha.

Real Senhor, foi pelos interesses da nação e consequentemente pela gloria do soberano e de Vossa Alteza Real, que esta briosa tribu de luso-brazileiros formou de suas espadas e de suas vidas uma barreira terrivel para os seus inimigos, muitas vezes cimentada com o sangue dos filhos da patria, e tão firme, tão inabalavel, como aquella que cingia a praça de Diu, rebatendo os ataques das diversas nações que pretenderam disputarnos a posse dos Estados da India.

O Brasil já não é um pupillo, já não é um escravo, não é o paiz dos Asmoneus e dos Cananeus, expostos ás lanças do primeiro invasor: nós fazemos hoje grande vulto no meio das nações da Europa: devemos ser considerados como um povo na mocidade das nações, possuindo todos os recursos que formam e engrandecem os Imperios».

Diante de taes palavras ungidas de acendrado patriotismo, pela sua franqueza, pela nudez da verdade e pela clara exposição do estado dos espiritos naquelle momento, o Principe respondeu: « Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, estou prompto, diga ao povo que fico».

Foi este o primeiro passo para a independencia.

Em 23 do Maio de 1822 foi ainda José Clemente que á frente da Camara apresentou a representação pedindo a convocação de uma assembléa geral das provincias do Brasil.

Já então estava a independencia em todos os corações patriotas, mas não na linguagem official e solemne; entretanto o discurso de José Clemente, a pretexto de salvar a união do Brasil com Portugal, era manifestamente conducente á independencia, parecendo até uma exposição das queixas do Brasil.

Teve José Clemente parte activa na escolha dos emissarios que daqui partiram para S. Paulo, Minas, Montevidéo, etc., afim de disporem os animos para a proclamação da independencia. No dia 10 de Junho é ainda elle que reune a Camara em sessão extraordinaria para agradecer a convocação da assembléa geral e para manter a regencia do Principe, sendo ainda delle a circular de 12 de Outubro para a acclamação do Imperador.

Na devassa que José Bonifacio, por portaria de 11 de Novembro de 1822, mandou fazer contra «uma facção occulta e tenebrosa de famosos demagogos e anarchistas», foram incluidos José Clemente, General Nobrega, Ledo, Conego Januario, padre Lessa, P. J. da Costa Barros, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, J. J. de Gouvêa e outros, todos os quaes tinham prestado os mais alevantados serviços á causa da Independencia, mas combatiam o despotismo dos Andradas.

Era geral a opinião que os dous irmãos José Bonifacio e Martim Francisco, com o rotulo de liberaes, eram absolutistas como os factos da época demonstraram e que para elles as tendencias verdadeiramente liberaes de José Clemente e seus companheiros eram anarchicas demagogicas e exigiam a mais energica repressão.

Daquelles, muitos foram atirados ás enxovias das fortalezas da ilha das Cobras e outras. Ledo conseguiu fugir para Montevidéo antes de ser preso; José Clemente e o General Nobrega, depois de algum tempo na prisão daquella ilha, foram deportados e, não podendo residir em Portugal, onde eram crimes os serviços por elles prestados ao Brasil, foram para França.

Quando Pedro I não pôde mais supportar o desmedido orgulho e o genio despotico dos dous irmãos Andrada e os demettiu do poder, foram elles, com Antonio Carlos, pôr-se á testa da opposição e provocaram o golpe de Estado de 12 de Novembro de 1823 que dissolveu a Constituinte.

Foram então por sua vez deportados os Andradas e mais alguns outros, podendo assim José Clemente e seus amigos voltarem ao Brasil.

Nas eleições para a primeira assembléa geral convocada para 1826, foi José Clemente eleito deputado por Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Exerceu depois o cargo de Intendente Geral de Policia e a 15 de Junho de 1828 foi nomeado Ministro do Imperio.

Nesse Gabinete serviu interinamente nas pastas da Guerra, Justiça e Fazenda. Sua posição como homem politico foi das mais importantes; todo o bem e todo o mal lhe foram attribuidos e a extensão dos odios politicos que contra elle se desenvolveram em diversas épocas mostra bem o seu grande valor como sincero patriota de idéas liberaes moderadas.

Esta cidade não póde ter esquecido que deve ao eminente politico o abastecimento de agua pelo encanamento da Lagoinha para o aqueducto da Carioca e os primeiros passos para o das Paineiras.

Foi elle quem fez renovar o chafariz do Cosme Velho, conhecido por Bica da Rainha, construiu os chafarizes das Laranjeiras e o da rua de S. Christovão; melhorou o encanamento do rio Maracanã e abasteceu os bairros de S. Christovão e do Cattete.

Organizou os serviços do Correio pelo regulamento de 5 de Março de 1829, elevando-se a renda, que em 1828 fôra de 44:000$, a mais de 120:000$ em 1829.

Como deputado apresentou em Maio de 1827 um projecto do Codigo Criminal que, refundido com outro, deu em 1830 o Codigo Criminal do Imperio. Em 1834 levou a Camara o projecto do Codigo Commercial, elaborado por uma commissão de que elle fazia parte com J. A. Lisboa e Ignacio Ratton· Pelas actas das sessões do Senado de 1847 a 1848 se verificará que foi elle o verdadeiro sustentador do projecto de onde sahiu o Codigo Commercial que temos.

Logo após á revolução de 7 de Abril de 1831, os odios nativistas, que já no anno anterior tinham tentado annullar lhe a eleição, resolveram inutilizal-o accusando-o de ter como Ministro induzido o Governo a proceder o recrutamento e ter feito encomenda de armamento sem a competente autorização, sendo, porém, na sessão do Senado de 1832 unicamente absolvido dessas accusações. Não foi reeleito para a legislatura de 1834 a 1837; conseguiu, porém, voltar á Camara na legislatura de 1838 a 1841.

No segundo Ministerio da maioridade, 23 de Março de 1841, occupou a pasta da Guerra e teve occasião de prestar maiores serviços na prompta repressão dos movimentos revolucionarios de Minas e S. Paulo. Preparou a terminação da guerra civil do Rio Grande, conseguindo, apezar da opposição de Aureliano Coitinho, a nomeação do então Barão de Caxias para presidente daquella provincia e commandante das forças legaes. A 3 de Dezembro de 1842 foi escolhido Senador pelo Pará, tendo antes entrado em listas triplices, uma vez por Alagoas e duas pelo Rio de Janeiro. A 20 de Janeiro de 1843 deixou o Ministerio. Sem, comtudo, abandonar de todo a politica, didicou a sua actividade no exercicio do cargo de Presidente do Tribunal do Commercio e de Provedor da Santa Casa de Misericordia

Foi esta, em ligeiros traços, a vida politica do grande pa-

triota; vamos agora vel-o como administrador energico e altivo, e grande benemerito em obras de caridade.

Depois de ter servido um anno como mordomo dos presos, foi José Clemente eleito provedor da Santa Casa de Misericordia em 8 de Junho de 1838.

Não era lisonjeira a situação do pio estabelecimento nesta occasião pela deficiencia do patrimonio, sendo grandes as despesas. Taes, porém, foram os dedicados esforços do novo provedor, que gradativamente foi o hospital da Santa Casa de Misericordia recebendo utilissimos melhoramentos e, o que é mais, augmentado o patrimonio. E' assim que creou uma enfermaria para tratamento dos tuberculosos, preparou e construiu o cemiterio de S. Francisco Xavier, na Ponta do Cajú, installou machinas para lavagem de roupa do hospital na chacara da Praia Vermelha, denominada então Chacara do Vigario Geral, abasteceu o hospital com agua do Aqueduto da Carioca, reformou e melhorou o Asylo dos Expostos e o Recolhimento dos Orphàos e assim, no curto espaço de um anno de sua benefica e salutar provedoria, apesar de pequeno augmento de receita, houve o *deficit* de 9:657$937. Não desanimou o zeloso administrador em levar por deante a resolução que tomára de dotar esta Capital de um hospital modelo que pudesse receber com todo o conforto e commodidade os enfermos e ahi tratal-os segundo as regras da hygiene daquella época.

Na sessão de 30 de Julho de 1838, demonstrou que o hospital, começado ha mais de dois seculos e construido aos poucos e á medida do augmento da população, não offerecia as condições de um estabelecimento dessa natureza nem obedecia aos imprescindiveis preceitos da hygiene hospitalar e então propôz que se convidasse a Academia Imperial de Medicina para apresentar as bases de um novo hospital. E assim a Academia e o engenheiro architecto Domingos Monteiro planejaram o majestoso edificio hoje existente, cuja pedra fundamental foi lançada a 2 de Julho de 1840 e inaugurado dois annos depois no dia de Santa Isabel.

Disse o benemerito provedor em seu relatorio de 25 de Julho daquelle anno:

«Prometti que o anno de 1839 a 1840 não havia de ser menos glorioso para a Santa Casa, que o de 1838 a 1839; cumpri minha promessa, os factos o attestam: e por difficil tivera no corrente anno ultimar o de empenho do programma, que, desde o principio da minha administração, me propuz: — augmentar a receita, reduzir a despesa, remover o cemiterio, introduzir agua nos estabelecimentos da Santa Casa, lançar a primeira pedra de um novo hospital, melhorar a casa dos Expostos e o Recolhimento das Orphàs e deixar os negocios em estado dos meus successores poderem ultimar a obra de uma reforma geral nos tres estabelecimentos, por mim encetada.

Louvemos a Divina Providencia por tão assignalados beneficios; agradeçamos ao Poder Legislativo a munificencia de suas graças; ao governo de Sua Majestade o Imperador o auxilio de seus donativos; a tão poderosa protecção, senhores, é devida exclusivamente a prosperidade a que tem subido a Santa Casa de Misericordia».

Popularmente conhecido e admirado pelo seu espirito caridoso, José Clemente procurava com rara habilidade obter donativos para o augmento do patrimonio da Santa Casa, e para conseguil-o reunia a uma paciencia evangelica, o estudo especial de fazer-se estimar e tornar-se intimo, conselheiro e prestativo para aquelles a quem a sorte favorecera e poder assim obter generosas doações para o piedoso estabelecimento que é hoje um padrão de gloria para a caridade brasileira e o maior refugio dos desherdados da fortuna golpeados pelas enfermidades.

Contam, e ainda hoje affirmam alguns de seus parentes por affinidade originalissimos meios que empregára José Clemente para conseguir obter o augmento do patrimonio das instituições pias por elle dirigidas.

Morava no Campo da Acclamação, esquina da rua de São Pedro, no local onde se acha actualmente o edificio da Prefeitura, uma senhora viuva, já edosa, de nome Luiza Avondano Pereira, possuidora de bôa fortuna. Essa senhora vivia em companhia de varios escravos e passava o tempo sentada em uma esteira no sólo, divertindo-se com as traquinadas de suas crias.

José Clemente, quasi sempre depois do despacho imperial na Quinta da Bôa Vista, visitava fardado a velha Avondano, sentando-se junto della na mesma esteira e preparando dous cigarros offerecendo-lhe um, e ambos, entre o saborear do fumo, dissertavam sobre actos de caridade e de beneficencia, vindo sempre á tona os dispensados aos infelizes pela Santa Casa de Misericosdia.

Morta Avondano, legou á Santa Casa avultada somma em predios e dinheiro, que tem rendido até hoje cerca de dous mil contos. Nomeado testamenteiro dessa senhora, recebeu José Clemente a respectiva vintena que montou em 35:000$000. Casado nessa época em segundas nupcias com d. Engracia Maria da Costa Ribeiro, depois de sua morte Condessa da Piedade, José Clemente, recebendo aquella somma, entregou 15:000$000 a sua esposa declarando que era para os seus alfinetes. Interrogado por ella acerca do destino dos outros 15:000$000, respondeu que os destinára á creação de um asylo. Sua esposa, deante de tão generoso desprendimento, cedeu tambem de bom grado a quantia, que lhe fôra offertada, em favor do novo commettimento de José Clemente.

Existia na rua do Ouvidor n. 90 um modesto botequim de propriedade de Estevam José de Carvalho, homem abastado e de sentimentos religiosos.

José Clemente, sahindo um dia do Senado, apeou-se á porta do botequim e, dirigindo-se a Estevam, disse-lhe saber que alli se tomava excellente café. Depois de servido pelo proprio dono do estabelecimento, que já se sentia lisonjeado com o illustre freguez, José Clemente felicitou-o pela boa qualidade da bebida e quasi diariamente vinha servir-se de café no botequim e assim conseguiu captar a amisade do botequineiro de tal fórma que, por sua morte, não tendo herdeiros legou quasi toda a sua fortuna aos Hospitaes da Santa Casa e dos Lazaros. O proprio testamento lhe fora entregue muito tempo antes pelo legatario, para que elle o guardasse nos cofres da Santa Casa.

A sua bondade caridosa influia poderosamente no animo de todos que o cercavam, de tal fórma que conseguia sempre obter generosos donativos para realização dos seus intuitos philantropicos. Só do Visconde de Guaratiba, seu companheiro de administração, conseguiu elle cerca de 80:000$000 para o Hospital, Asylo de Orphams e Casa dos Expostos.

Tinha José Clemente, ou José Pequeno, como vulgarmente era conhecido, o habito de percorrer quasi toda a rua do Rosario, onde naquella época eram estabelecidos grandes armazens de mantimentos e cujos proprietarios eram homens de fortuna.

Com elles entretinha amistosas palestras, formando assim um grande nucleo de admiradores e amigos que facilmente o attendiam nos seus pedidos, desde os donativos de generos para as instituições que administrava até valiosos emprestimos pecuniarios para solver compromissos tomados em pról desses institutos.

Muitissimas vezes fôra visto no Hospital da Santa Casa fazendo inesperadas visitas, trazendo sapatos de borracha, para não chamar a attenção dos empregados e poder assim observar se elles cumpriam com os seus deveres e assistindo em pessoa o ponto dos operarios do hospital em construcção.

No relatorio que apresentou como Provedor reeleito em 1841, tratando da chacara do Vigario Geral e dos melhoramentos introduzidos na lavanderia do Hospital alli estabelecida, já José Clemente se preoccupava com a idéa da creação do Hospício de Alienados, nos termos seguintes:

«Mas todos estes beneficios materiaes, por muito valiosos que sejam, são poucos comparados com outros de mais subido valor que a mesma chacara está prestando. Visitai-a, senhores, e encontrareis consolação em ver alli em plena liberdade, respirando ar de vida, a muitos infelizes alienados, que mezes antes jaziam encerrados nos acanhados aposentos que a nossa piedade podia offerecer á sua desgraça! Ide, e será maior o nosso prazer, quando encontrardes nos registros da Casa o nome de alguns que alli recobraram o seu juizo perdido e vivem hoje restituidos aos braços de suas familias!

E eu, senhores, a este prazer que já saboreio, reuno o de ver realizados os meus presentimentos revelados no relatorio de

1840, nas seguintes palavras: «e não sei que espirito de previdencia me inspira! A chacara do Vigario Geral ha de um dia converter-se em Hospicio de Alienados».

Uma vez, na villa do Pirahy, em missão politica, pensando na fundação desse hospicio, solicitou esmolas para o novo instituto de caridade, conseguindo obter 2:000$000.

Começadas as obras do hospicio, José Clemente, que morava na rua do Cattete, na chacara n. 107, de sua propriedade, hoje transformada em grande parte pela rua Buarque de Macedo e por novos predios, sahia de casa todos os dias, pela manhan, a cavallo, acompanhado de um pagem, afim de visitar as obras do hospicio, o Hospital da Santa Casa e mais dependencias.

Uma occasião o Imperador D. Pedro II visitou o edificio do hospicio em construcção e observou a José Clemente que o portico da entrada era estreito e acanhado, José Clemente calou-se, e, á custa dos seus proprios haveres, mandou demolir o portico e construiu outro, gastando de seu bolso quantia superior a 100:000$000.

Achou outra vez o Imperador grandioso de mais o edificio para o recolhimento, que havia, de alienados. O benemerito fundador do hospicio replicou que elle era ainda pequeno para conter os doudos que ainda existiam fóra delle.

Foi acerbamente censurado por ter induzido o Governo a conceder titulos e condecorações, com o fim de obter o dinheiro necessario para as obras do hospicio, mas elle dizia que era obra meritoria fazer um hospicio para os loucos pobres com o dinheiro dos ricos tolos e que os barões e commendadores morreriam, mas o hospicio havia de ficar.

Serviu José Clemente na provedoria da Santa Casa cerca de 16 annos, prestando nesse cargo os mais alevantados serviços pelo seu genio iniciador, pela sua actividade e intelligencia, e, o que é mais, pela sua força de vontade e resoluta perseverança.

Possuia José Clemente duas fazendas denominadas das Cruzes e Santa Eugenia, em Vassouras, onde tinha perto de 400 escravos. Não admittindo elle o concubinato dos servos, eram casados a maior parte delles. A cada mãe de sete crias, concedia elle a carta de alforria.

Trajava José Clemente sempre de preto, usando presilhas nas calças e chapéu alto. Em casa seu vestuario era sempre de brim branco. Parco nas suas refeições e em excesso temperante, tinha genio alegre alliado á especial affabilidade de trato. Em sua residencia, quando desoccupado, costumava passear com as mãos nas costas e todas as noites dava a duas netas de sua esposa a *Regras de Civilidade* que eram lidas ora por uma ora por outra em voz alta e com a sua assistencia.

Depois que todas as pessoas de casa se recolhiam aos seus aposentos, José Clemente dedicava-se ao estudo de papeis e ao trabalho até alta noite.

Nunca tivera filhos, havendo casado duas vezes, sendo a primeira com a sra. d. Thereza Mariana de Oliveira Coutinho e a segunda, como referimos, com a sra. d. Engracia Maria da Costa Ribeiro.

Na tarde do dia 10 de Março de 1854 acompanhara José Clemente a procissão que sahia da egreja dos Carmelitas, conduzia a imagem do Senhor dos Passos para a egreja da Misericordia e correr os sete passos installados em oratorios no perimetro da cidade, com a sua opa de irmão da Santa Casa e a sua vara de Provedor. Depois da procissão visitou com sua familia uma das pessoas de suas relações e dirigiu-se para a sua residencia á rua do Cattete

Seriam 11 horas da noite quando de dentro de seu quarto, de pé junto do leito, pediu um copo com agua, declarando sentir falta de ar.

Pressurosa, sua esposa correu a acudil-o, mas ao regressar o encontrou morto, cahido sobre o leito: uma apoplexia extinguira a vida do grande procere da nossa independencia, do benemerito e caridoso fundador do Hospicio de Alienados.

José Clemente, que tanto honrou a humanidade e tanto trabalhou pela patria, jamais quiz aceitar titulos nobiliarchicos que lhe foram offerecidos, porque, dizia elle «tenho o nome ligado á historia do Imperio e della não quero apagal-o».

Logo depois da sua morte o Imperador Pedro II fez publicar as seguintes resoluções:

«Ministerio do Imperio—Decreto—Querendo dar um publico testemunho do meu particular apreço e imperial reconhecimento aos mui relevantes serviços prestados ao Estado pelo fallecido Senador José Clemente Pereira, hei por bem nomear Condessa da Piedade á Sra. D. Engracia Maria da Costa Ribeiro, viuva do mesmo Senador.

—Querendo Dar um testemunho Pessoal do apreço em que Tenho os serviços prestados á humanidade pelo fallecido Provedor Santa Casa de Misericordia, José Clemente Pereira: Hei por bem que pela Mordomia da minha Imperial Casa se mande fazer a sua estatua, que será collocada defronte da Minha, na Sala do Hospicio do Meu Nome. José Maria Velho da Silva, do Meu Conselho, e Mordomo interino da Minha Imperial Casa, o tenha entendido e cumpra. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Março de mil oitocentos e cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia do Imperio e Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador».

A imprensa da época rapidamente tratou do fallecimento do preclaro cidadão e só no dia 12 deu esta noticia o *Jornal do Commercio*

« Faleceu ás 11 horas da noite de sexta-feira proximo passado o sr. Conselheiro de Estado José Clemente Pereira, Senador do Imperio pela provincia do Pará e Provedor da Santa Casa de Misericordia.

No dia 13 publicou o seguinte: «O Sr. Conselheiro de Estado José Clemente Pereira foi sepultado hontem no cemiterio de S. Francisco Xavier, com todas as honras devidas ao seu elevado cargo.

O prestito foi o maior de que ha lembrança nesta Côrte. Era um prestito de gratidão.»

No dia 15 ainda o *Jornal* publicou mais esta noticia entrelinhada e sem titulo:

«S. M. o Imperador querendo dar publico testemunho do seu particular apreço e imperial reconhecimento aos muitos serviços prestados pelo falecido Senador José Clemente Pereira, houve por bem conferir, por decreto da data de hontem, á Sra. D. Engracia Maria da Costa Ribeiro Pereira, viuva do mesmo Senador, o titulo de Condessa da Piedade.

As expressões com que S. M. o imperador se dignou reconhecer os serviços que o illustre finado prestou ao Estado, acharam écho no coração de todos os Brasileiros.

Por decreto da mesma data ordenou S. M. o Imperador que pela Mordomia de sua casa mandasse fazer a estatua do Sr. José Clemente Pereira para ser collocada na sala do Hospicio de Pedro II, defronte do mesmo Augusto Senhor.

Si os serviços prestados á humanidade pelo Provedor da Santa Casa da Misericordia, de que é aquelle hospicio um dos mais brilhantes padrões, deram ao Sr. José Clemente Pereira a mais elevada posição no conceito e nas affeições dos Brasileiros, não podiam ser menos apreciados pelo monarcha que nessas mesmas virtudes achou o melhor predicamento da majestade.

Quantas vezes o pensamento de alta munificencia do imperador teve por interprete, por instrumento da sua acção, esse homem cuja memoria vae acompanhada das bençãos de todos os infelizes!

Assim no grande monumento consagrado ao allivio da maior das enfermidades dos homens, a posteridade verá a estatua do sr. D. Pedro II collocada por esforços e deligencias do Provedor José Clemente Pereira e defronte della a de José Clemente Pereira, mandada collocar pelo Imperador D. Pedro II. E a posteridade bem dirá o dia em que a beneficencia do throno assim galardoava a beneficencia do subdito.»

Foi ainda José Clemente um dos fundadores do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, socio da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e seu presidente por mais de tres annos. Era dignitario da Ordem do Cruzeiro e grande dignitario da Rosa e foi nomeado conselheiro de Estado em 14 de Setembro de 1850.

A estatua de José Clemente é de marmore e acha-se no Hospicio de Pedro II, sendo o trabalho artistico do esculptor Pettrich.

Encerramos este modesto preito de admiração e de respeito á memoria do illustre patriota e philantropo cidadão, publicando abaixo, um documento de sua lavra cujo original guardamos como preciosa reliquia.

O Ministerio dos Srs. Andradas.—Por decreto de 16 de Janeiro de 1822 foi nomeado Ministro dos Negocios do Reino e Estrangeiros o Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva e por decreto de 3 de Julho do mesmo anno foi nomeado Ministro da Fazenda o Sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, seu irmão. Nenhuns outros entravam na administração debaixo de melhores auspicios de opinião publica, que um e outro gozavam em grão superior de saber e patriotismo, principalmente o primeiro. Era seguramente este o unico homem apontado então como possuidor das qualidades necessarias para dirigir a revolução porque ao prestigio de sua popularidade, necessaria a todos os Ministros em todos os tempos, e com muita especialidade em crises revolucionarias, reunia vasto saber, imaginação viva, actividade sem igual e intrepidez remarcavel.

Todas estas qualidades desenvolveu durante o tempo da sua administração, com geral conceito e applauso; assim elle tivesse possuido ao mesmo tempo a de ser impenetravel ás sugestões de gentes intrigantes, que apoderando-se, por desgraça, do interior da sua casa, lhe aturdiram os ouvidos com as imprecações de que se maquinava contra sua pessoa e Governo, o que nunca existio. Daqui nasceram os passos errados que eclipsaram a gloria bem merecida deste velho venerando, digno de melhor sorte: Patriarcha respeitavel da nossa regeneração politica, cujos serviços relevantes o Brasil nunca saberá desconhecer e a que a posteridade se mostrará mais agradecida do que os seus contemporaneos o têm feito.

Entrou o Sr. José Bonifacio na crise mais assustadora por que esta cidade tem passado. Jorge de Avellar acabava de insubordinar-se á testa da Divisão Auxiliadora de Portugal, na noite de 11 de Janeiro, escandalizada da nobre resolução que S. M. o Imperador, então Principe Regente, havia tomado no dia 9 do mesmo mez de ficar no Brasil.

As energicas medidas do mesmo senhor, secundadas pela attitude guerreira que as tropas brasileiras e o Povo em massa desta Capital desenvolveram, no dia 12 e seguintes, obrigaram aquelle General a embarcar com os seus soldados para a Praia Grande. Mas isto não bastava: era necessario obrigal-os a sahir para fóra do Brasil. Isto se conseguiu com effeito; e não se póde negar que esta acção heroica foi devida á energia e intrepidez do Principe Regente, como é de todos bem sabido; mas esta só não fôra bastante se o Sr. José Bonifacio não estivesse á testa dos negocios, e os não dirigisse com acerto, sem

que por isso queiramos negar gloria distincta ao Ministro da Guerra o Sr. Joaquim de Oliveira Alvares, que nesta occasião lhe coube, pela actividade e boa disposição de suas medidas. Aqui temos um acto grande deste Ministerio, que é necessario lançar na conta das suas obras boas.

Seja o segundo a creação do Conselho de Procuradores Geraes das Provincias do Brasil por decreto de 16 de Fevereiro de 1822; medida politica e acertada, que lançando os primeiros fundamentos da nossa representação nacional foi preciosa pedra imau que principiou a atrahir todas as provincias a um centro sem o qual a divisão houvera sido inevitavel, a Independencia teria sido senão impraticavel, pelo menos mais difficil de obter e enlutada de muito sangue, e o Imperio aparecia tarde ou nunca, como era mais natural. Graças portanto ao Governo que nos preparou tão grande bem, e poupou a tantos males.

Para que tudo fosse rapido na causa da Independencia, o decreto de 3 de Julho deliberado no Conselho dos Procuradores Geraes, e referendado pelo Sr. Andrada, preparou o primeiro passo para elle, ou seja antes o segundo, porque o primeiro foi na nossa opinião o majestoso acto de 9 de Janeiro. Convocada por este decreto uma Assembléa Geral Constituinte, segura ficou desde logo ao Brasil a certeza de que ia ser independente, e possuir uma Constituição; assim se verificou com effeito e a quem se devem estes dous bens? Sem negarmos o primeiro movel de phenomenos tão espantosos pela rapidez com que se obraram á força da opinião de todo o povo brasileiro que se pronunciou a uma só voz, com força soberana e irresistivel, cumpre que tributemos ao Governo o devido reconhecimento pela sabedoria, pratriotismo e exaltado liberalismo, com que soube obedecer a essa mesma opinião, aproveitar-se della e dirigil-a para prosperidade do Brasil. Menos vigilancia no Governo, se elle tivesse tido menos patriotismo, ou illiberal os espiritos que se exaltavam com amor pela Independencia e Constituição, houveram tomado outra vereda. Graças pois ao Governo que pelo acerto com que dirigiu o leme da náo do Estado nos levou a porto de salvação.

Os sentimentos de Independencia enchiam os corações de todos os Brasileiros, os actos precedentes imminentemente nacionaes a iniciavam, preparavam e annunciavam; mas ninguem ousava levantar o grito!

Esta gloria estava reservada ao patriota fundador do Imperio, e devia caber á provincia de S. Paulo a invejada dita de ser a provincia que da Sua Real boca ouvisse o delicioso grito —Independencia ou Morte— que fosse a primeira que o repetisse, e que tambem fosse a primeira que levantasse a voz de acclamação de vivas ao Imperador do Brasil, premio bem merecido de quem teve o patriotismo de ser o primeiro que proclamou Independencia ou Morte.

Os nomes de Pedro I, Sete de Setembro, Campos do Ypiranga e a par delles o de Paulistas, serão eternamente inseparaveis nos annaes da Independencia!

Nós nos exaltamos sempre que nos detemos em os considerar; e olhamos com respeito para a provincia de S. Paulo, porque nella divisamos o entrincheiramento da constitucionalidade, sendo altamente glorioso para ella que tenha produzido varões excellentes no apreço e defesa da liberdade regrada, sem a nodoa de demagogismo, no valor com que em todas as épocas tem ennobrecido a patria, quando tem sido necessario voar em seu soccorro com as armas na mão, e por sua nunca manchada lealdade aos seus Soberanos

Perdõe-se-nos a digressão com que, involuntariamente e sem o sentir, sahimos fóra do nosso objecto: mas ha certos incidentes, inseparaveis dos actos principaes, que merecem ser tocados, e nenhum mal ha em se tocarem: nós tornamos a entrar em materia.

Não podia escapar ao genio creador do primeiro Ministro do Brasil, que, declarada a Independencia, principal ponto a que caminhavam suas vistas, era necessaria a acclamação do Principe Regente: este passo cortava todas as vistas de esperança que Portugal ainda pudesse ter sobre o Brasil, e destruia ao mesmo tempo quaesquer idéas desvairadas que alguma provincia porventura pudesse ter, e é fóra de duvida que com effeito tinha: era por consequencia necessario. Entrou, pois, nesta empresa, e facil lhe foi leval-a a bom resultado, porque os animos estavam dispostos. Zelosos patriotas uniram-se ao Ministro, dispuzeram-se as cousas, e verificou-se a acclamação no sempre memoravel dia 12 de Outuro de 1822, em seis provincias a uma só voz, e á mesma hora, e todas as outras fizeram outro tanto, immediatamente que puderam

Na nossa opinião esse passo preservou o Brasil de grandes males, firmou a sua independencia e apressou o reconhecimento desta. E porque a gloria de uma grande acção é sempre do general que a dirige, embora seja verdade que na acclamação do Imperador tiveram distincta parte muitos homens patriotas e o povo todo que unanimemente a queria; ninguem ousará negar ao Ministro que a presidio o lugar distincto que nella teve, e que fez um serviço relevante á sua Patria.

A ordem natural do seguimento da causa da Independencia obrigou-nos a alterar a recordação de diversos actos importantes que simultaneamente illustraram a marcha patriotica, sábia e activa do Governo. Todos sabem a actividade que se tomou contra Portugal e ocioso será recordar a guerra que do Rio de Janeiro se fez ao Madeira e ás suas tropas na Bahia. O manifesto do Principe Regente aos povos deste Imperio, datado de 1 de Agosto de 1822, e outro aos Governos e ás nações amigas, com data de 6 do mesmo mez, são peças que muito honram aos seus auctores. O decreto de amnistia pelas passadas opiniões, de 18

de Setembro, ordenando ao mesmo tempo o distinctivo—«Independencia ou Morte»—adoptado pelo Principe Regente nos campos do Ypiranga, e mandando sahir os dissidentes, acto foi não só de patriotismo, mas de genio muito politico, bemfazejo e liberal. Outros do mesmo mez que designaram o tope nacional brasileiro, deram ao Brasil um escudo de armas e mudaram a côr das fardas dos criados da Casa Imperial, são provas nada equivocas do genio tão nacional como creador do Ministro que os referendou. E para que ir mais longe? O que fica dito basta para formar o conceito de que o Governo em 1822 fez serviços notaveis ao Brasil, que este nunca deve esquecer.

Os mais membros do Ministerio trabalharam de accôrdo, mas não tiveram por sua posição lugar opportuno de sobresahirem Mas não é bem que deixemos de fazer honrosa memoria do sr. Nobrega, que se fez distincto pelo seu amor dos principios constitucionaes, nem do sr. Caetano Pinto Montenegro, depois Marquez de Villa Real da Praia Grande, em quem resplandeceu sempre amor de Justiça e bem fazer.

O sr. Martim Francisco illustrou o seu Ministerio, pelos principios sem exemplo que desenvolveu da mais stricta economia na despesa dos dinheiros publicos, e esmiuçada fiscalização da receita: qualidades tão estas que nem os seus inimigos lhes têm sabido negar, e ellas fazem na nossa opinião o mais soberbo elogio que o mais perfeito administrador da Fazenda póde desejar.

Até aqui a penna nos correu bem, porque não teve senão actos grandes que descrever, de prosperidade para o Brasil e gloria para o Governo: o nosso natural propende para dar credito e nome, e não o tirar a niguem: oxalá que sempre o pudessemos fazer!

Mas o credito mesmo, e bom nome do Governo, que desejamos estabelecer, exigem de nós o sacrificio de não poupar os seus defeitos: somos forçados portanto a virar o quadro do outro lado, e vamos dizer os males, que o Ministerio dos srs. Andradas fez ao Brasil; e o que é mesmo em seu abono, pois que tomados com os bons, se ha de tirar em resultado, que estes foram excessivamente maiores, e que por consequencia este Ministerio foi excellente na parte bôa e não tão máo na parte má, como querem os seus inimigos, e que os serviços por elle feitos ao Brasil, embora eclipsados por alguns erros, nunca devem por este ser esquecidos. A ingratidão é defeito grave, e feio, muito commum nos Povos, que são faceis em olvidar-se dos serviços que se lhes fazem; mas que o Brasil, por ser generoso, e leal por excellencia, possue em menor grão, graças ao caracter nobre dos seus filhos!

A historia das revoluções não apresenta uma só que não tenha sido enlutada com o vexame das perseguições: estas são mesmo da natureza das cousas, e de todos os Governos que as

revoluções cream; o Brasil é sem duvida o que padeceu menos. Sempre que se rompem os vinculos sociaes agitam-se os espiritos de todo o povo, as auctoridades perdem sua força, e as resistencias as suas ordens são inevitaveis. Lembrados dos abusos do Governo que acaba, é natural nos subditos o receio, e a desconfiança de que o novo Governo os queira restabelecer, todos os actos deste lhes parecem simulados, e como tendentes a este fim: qualquer medida é olhada como pouco propria da nova ordem das cousas, todos vêm estas ao seu modo, e entendem que o Governo as vê mal, todos desejam que as reformas se operem em um momento, e que a prosperidade appareça de repente, todos para dizer tudo de uma só vez querem a reforma na casa dos outros, mas nenhum a quer na sua. Daqui nasce a falta de confiança no Governo, reciprocamente a falta de confiança deste nos governados.

Elle marcha portanto sobre um terreno pouco seguro, qualquer pequena opposição o assusta, e como não está certo do seu poder, vê-se obrigado a apoiar-se no partido que lhe parece mais favoravel; e persegue os que se lhe parecem oppôr, e nisto é facil o enganar-se, porque aquelles que lisonjeam o Poder são ordinariamente os mais incapazes de o sustentar, e os que lhe fazem opposição, si esta não excede os limites do justo, são o seu apoio mais seguro, sempre que elle queira ser justo.

E' a esta ordem natural das cousas, e a seus effeitos necessarios, que nós sempre attribuimos as perseguições que durante o Ministerio dos srs. Andradas, mais do que em nenhum outro, affligiram o Brasil.

A nomeação de um commandante das armas da provincia do S. Paulo, que não merecia a confiança desta provincia, mereceu alli opposição e deu logar a algumas desordens. O Ministerio quiz sustentar a sua nomeação, e para renovar memoria de scenas desagradaveis, esta opposição, aggravada por outro acto de insubordinação, que antes havia obrigado a sahir do governo provisorio o sr. Martim Francisco, deu logar a devassas, prisões, e exterminios de muitas pessoas acreditadas na provincia. Necessario é reconhecer que estas repetidas resistencias ao governo estabeleceriam um máu precedente, si ficassem impunidas, e que o receio de que tomassem corpo, e se repetissem em outras provincias devia assentar o Ministerio: mas tambem é uma verdade, que este devia attender, que nos achavamos no principio de uma revolução, que não estavamos ainda constituidos, e que elle deu causa a repulsa que se lhe fez do commandante das armas, nomeando um homem que a provincia não queria receber: este acto que em tempos ordinarios é um erro, não podia deixar de o ser ainda maior em uma crise revolucionaria.

O caso é que toda a provincia de S. Paulo se poz da parte dos perseguidos, e logo que a noticia das perseguições chegou ao Rio de Janeiro, a opinião publica se unio ao sentimen-

to dos paulistas, e aquelles acharam nos Fluminenses valentes advogados da sua causa. Cumpria aos srs. Andradas retroceder e serem os primeiros que solicitassem a sustação dos procedimentos de perseguição encetados na sua provincia, mas por mofino, não só o não fizeram, mas até consta que levaram muito a mal o zelo de alguns procuradores de provincia, que solicitaram e obtiveram do Principe Regente o primeiro decreto de 23 de Setembro de 1822, que mandou ficar em eterno esquecimento a devassa tirada sobre os acontecimentos do dia 23 de Maio, podendo reverter livremente para suas casas todos aquelles que dellas por esse motivo se haviam ausentado, e pondo-se em liberdade os que estivessem presos, que foi substituido por outro da mesma data, com suppressão da clausula de se poderem reverter para suas casas os que dellas se tivessem ausentado.

Alguem houve então, e ha ainda hoje, que quiz attribuir taes procedimentos a motivos de vinganças particulares; mas quem fôr imparcial ha de reconhecer que as razões de Estado aconselhavam que se não tolerassem as resistencias que appreceram na provincia de São Paulo; e queremos por consequencia attribuir a erro, e não a crime do Ministro qualquer excesso que nesta occasião commettesse; todavia, estes factos ainda hoje não esqueceram aos Paulistas, que muito desempenham a risca o rifão, que chama Paulista a qualquer homem firme na opinião, ou projecto, que uma vez formou.

E tanto mais estamos disto convencidos porque soubemos a esse tempo de bôa parte que o Sr. José Bonifacio se deixou illudir com falsas informações que teve de que na provincia de S. Paulo existia um partido que trabalhava por unil-a a Portugal, vozes que elle nunca devera acreditar, por conhecer quanto isto é repugnante ao caracter nacional dos Paulistas; mas isto confirma que houve erro e não maldade.

O Rio de Janeiro teve tambem suas victimas, effeitos necessarios da época e da facilidade que o Sr. José Bonifacio tinha de dar ouvidos a intrigas. Alguns nascidos em Portugal foram mandados sahir para fóra do Imperio, sem porocesso; muitos sem duvida o mereciam, senão porque maquinaram para obras contra a causa do Brasil, ao menos deram logar a suspeitas, mais ou menos bem fundadas por suas palavras indiscretas.

O que, porém, se não póde perdoar ao Ministerio dos srs. Andradas é a cabala de 30 de Outubro que perseguio homens decedidos pela causa da Independencia e da liberdade, que muito tinham ajudado o Ministerio no desenvimento dos meios que se empregaram para tão patrioticos fins; e mais que tudo magoou o Brasil uma portaria que se expedio, mandando devassar nas provincias de Emissarios que se diziam ter sido daqui enviados para proclamar uma Republica, não tendo elles recebido outros que não fossem os que emprehenderam penosas viagens ás mesmas provincias nas patriotica missão de promover a Indepencia, e

a acclamação do Imperador, autorizadas por portarias, passaportes do Ministerio, e com inteiro conhecimento delle. Este procedimento desleal, despotico e de má fé não podia deixar de encontrar grande resistencia nos animos dos habitantes desta Capital e das provincias; de facto a encontrou, e quando a prudencia dictava que o Ministro retrogradasse no seu passo errado, obstinado em sustentar a sua obra, encheu as prisões de centos de victimas innocentes. Os gritos de tantas victimas innocentes chegaram aos ouvidos do Throno, e a demissão dos Srs. Andradas tornou-se inevitavel.

Os homens imparciaes conheceram logo o ciume de que alguns cidadãos notaveis por seus serviços á causa da Independencia e da Constituição pudessem lançar os srs. Andradas do Ministerio, foram a causa que motivou esta perseguição; o processo que depois se formou e publicou, justificou este juizo; porque a maior parte das testemunhas deram como razão de seus ditos, que os perseguidos falavam mal do Ministerio dos srs. Andradas, e aspiravam os seus lugares. A que nodoam por gloria, e que a não ser elle, o houvera conservado por muito tempo no Ministerio, onde houvera continuado seus serviços e se teria opposto a tratados e emprestimo.

Mas esta é a ordem das cousas humanas, e a experiencia ensina que em revoluções os que se mettem a redemptores sempre morrem crucificados.

Temos lançado em conta do Deve e Haver do Ministerio dos srs. Andradas os bens e os males. Aquelles são, darem ao Brasil a sua Independencia e a convocação da sua assembléa constituinte e a acclamação do Imperador: os males, a perseguição de algumas pessoas. O saldo é a favor do Ministerio e do governo.

Um dos males de graves consequencias, na nossa opinião, que este Ministerio fez ao Brasil foi o systema que estabeleceu de ajustar tratados de commercio com todas as nações da Europa reduzindo todos os direitos de importação a 15 %.

«Este principio foi funesto para as nossas finanças e ainda mais prova-o opinião de muitos publicistas e economistas».

Esta parte no original foi riscada e substituida pela seguinte:

Este systema funda-se na opinião de economistas, funda-se no principio altamente proclamado de que quanto menores forem os direitos que os generos pagarem na sua entrada tanto maio ha de ser a concurrencia e os rendimentos das alfandegas devem por consequencia crescer prodigiosamente. Não negamos este principio, a experiencia o tem sanccionado na pratica e o rendimento de nossas alfandegas tem com effeito crescido.

Mas qual tem sido o resultado? A introducção quasi rapida e espantosa de um luxo assollador que dessa época em deante tem apparecido entre nós e que nos vai levando á sepultura e o desapparecimento de nossos metaes preciosos, outra causa efficiente das desgraças publicas que sentimos.

«Abertas as portas»

Estas palavras foram riscadas continuando o periodo na seguinte fórma:

«Facilitada ao estrangeiro a introducção de todos os generos de sua industria, com a reducção dos direitos a 15 °/₀, nós vimos logo esta capital inundada de objectos de méro e escandaloso luxo: a sua barateza facilitou-lhes o consumo, a facilidade desta animou novas importações, e em breves dias vimos as nossas ruas povoadas de quinquilharias e modistas estrangeiras, e os nossos homens e senhoras vestidos e penteados a estrangeira, como se vivessem na França ou na Inglaterra, quando só se deviam lembrar de que viviam no Brasil. Facil era de prever os resultados necessarios de tudo isto: os bons patriotas os viram logo; e elles foram com effeito o desapparecimento de nossa moéda, quando do Brasil se foi esconder nas burras de Londres e de Paris; e assim devia de ser necessariamente por que recebendo nós do estrangeiro annualmente 50 por exemplo, nas offertas que nós importavamos, e não produzindo para lhes dar em paga sinão 30, que elles de nós exportavam, o saldo dos 20 devia sahir em metaes preciosos e porque a mesma operação se tem repetido por tantos annos successivos, milage é que ainda exista alguma moéda de 6$400 ou 4$000.

Se taes tratados se não tivessem feito, sabias leis teriam podido remediar em alguma parte este mal, prohibindo a entrada de certos generos de luxo, ou impondo-lhes o pagamento de direito nas alfandegas que fizesse mais difficultosa a sua introducção.

Embora generos de necessidade ou reconhecida utilidade pagassem só 15 °/₀ ou ainda menos, mas fazer extensivos estes direitos a fitinhas, rendas, agua de Colonia, caixinhas estofadas, flores, penteados, chicotinhos e cabellos de defuntos francezes, licores, bonecrages e trastes de madeira que não duram, tendo nós melhor madeira e mais duração, é erro que se não póde perdoar e de que até os mesmos estrangeiros se riem, porque nessa não cahiriam elles.

Para que serão bôas estas cousas entre nós? Acaso nossas senhoras não vestiam com decencia ao tempo em que não tinhamos modistas francezas, suas cabeças não eram mais formosas emquanto seus cabellos naturaes não foram substituidos pelos artificiaes, que ao Brasil lhes vieram dos cemiterios francezes?

Seus pés ficavam porventura mais delicados depois que os sapatinhos de Paris, que não chegam a durar um dia, substituiram os que dantes calçavam?

Não se entenda que queriamos que alguma nação fosse exceptuada no pagamento de direitos; o que queriamos era que com nenhuma se tivessem feito tratados de commercio e que os direitos de importação fossem por nossas leis elevados, ou diminuidos a nosso arbitrio, segundo a natureza dos generos, a ne-

cessidade que delles tivessemos, ou a utilidade que delles nos adviesse.

Foi sempre esta a nossa opinião; e agora insistiremos nestas a ver se podemos obter, que, findo o prazo dos tratados estes se não renovem.

E como tomamos por tarefa aproveitar todas as occasiões que se nos offerecem de fazer ver que o Augusto Fundador do Imperio vio sempre as cousas em melhor sentido que alguns de seus ministros, aqui será logar de publicar que no tempo do Ministerio dos Srs. Andradas, elle era de opinião de que se não fizessem taes tratados, de certo porque essa era a opinião dos mesmos senhores, e grande parte das pessoas que se achavam no Paço no dia 12 de Outubro de 1822, foram testemunhas das expressões significativas destes sentimentos ouvidos ao Ministerio. Os fautores dos tratados ao lerem nossa censura terão que nos oppôr o principio do augmento de direitos nas Alfandegas, com que calculavam, verificado pela pratica subsequente e o principio de reciprocidade que os tratados estabelecem entre nosso commercio e o dessas nações. Servia esta cartada para justificar sua boa fé, que no intimo do coração reconhecemos, sabemos que pensaram fazer um grande serviço ao Imperio, mas nós continuaremos a dizer que na nossa opinião talvez ella seja errada; commetteram um erro e fizeram um mal.

O augmento de direitos nas Alfandegas fôra um bem, se elle não fosse a principal origem da introducção de um luxo que nos devora, e da sahida dos metaes preciosos, cuja falta nos vai precipitando em um abysmo: quando dizemos principal não queremos dizer a unica; em outro logar falaremos de outras; e a decantada reciprocidade não existe senão no papel dos tratados, porque nós nenhum commercio fazemos com o estrangeiro em nossos navios, e portanto é uma guerra e um verdadeiro fantasma e logro escripto para nos illudir com o estrangeiro que quiz pallear suas vantagens como nossos negociadores se quererão deixar illudir; mas o povo não se illuda, porque já lá vai o tempo de enganar a homens. E para mostrar que podiamos passar sem tratados, perguntaremos em que anno fizemos o dos Estados Unidos, e se não fomos bem com esta Nação até esse tempo? sendo ella aliás de um repetido commercio entre nós? Ultimamente os tratados só serviram para fixar os direitos na importação; quanto ao mais só ficaram para declarar principios de direitos das Gentes, que nenhuma Nação desconhece; e quando sahiram disto, deram o direito de cidadão brasileiro aos estrangeiros, recebendo em reciprocidade livres direitos para os Brasileiros. Illusoria reciprocidade, que nunca existirá para nós, e que muito nos damna; por que as leis policiaes da França e Inglaterra—e nós que as não temos, ou não executamos as que temos, somos obrigados a fazer boa e effectiva execução desses artigos, não sem grave tropeço da boa

administração da justiça, como a pratica tem já mostrado sobre o artigo que estabelece.

Se nos dissessem que os tratados eram necessarios para o reconhecimento da nossa Independencia negaremos essa necessidade. Os Estados Unidos para que nos reconhecessem só fizeram este tratado em 1828 e em nenhum caso deviamos comparal-o. Elles necessitavam mais de nós que nós delles. Era isto necessario para dar sahida a nossos generos. Bem—diminuir os direitos de sahida e augmentar os de entrada, a causa será a mesma, com a differença de ser mais favoravel aos nossos lavradores. Ao estrangeiro é indifferente pagar 25 pelos generos que importa, levando os que exporta em compensação livres; ou pagar 15 por aquelles, pagando 10 por estes. Tudo recahirá sobre o consumidor, mas o lavrador ficou alliviado, porque pagará o imposto só do que vender. Mas do modo que a cousa está o Corpo Legislativo vê-se no grande embaraço de dar uma doutrina regular aos impostos, porque não póde carregar os de importação, nem alliviar os de exportação, como todos os principaes economistas politicos ensinam, e as necessidades de proteger nossa agricultura e industria imperiosamente exigem.

Ficamos aqui por ora; protestando desenrolar mais estas idéas em outro artigo em que interporemos nossa opinião sobre o modo de melhorar nossa crise financeira Concluiremos que os tratados foram na nossa opinião um mal; e avançamos estas idéas não com animo de atacar o Governo que as fez, que acreditamos ter obrado com o fim de fazer um bem; mas porque desejamos chamar a attenção do mesmo Governo, porque os não renove, quando acabarem, aos dez annos da sua duração. Embora haja tratados de amizade, em que os direitos dos habitantes estrangeiros se fixem, em hospitalidade e protecção, mas não os haja de commercio, seja este o seu impulso natural; e sobre direitos imponham os estrangeiros, se quizerem; sobre nossos generos, esses, imporemos o que quizermos, e veremos quem sahe melhor na partida. Elles pouco produzem cousa muito boa de necessitamos, e destes será protegida a introducçàc; mas tambem que produzem muitos, que nos fazem males, e estes terão difficultosa entrada; o que nós produzirmos tudo tem consumo prompto no estrangeiro, o caso está em que lhe demos o bom mercado. Pois bem, diminuiremos os direitos de sahida, o bom mercado convidará o estrangeiro e nossos generos terão sahida, etc».

Neste artigo ha no fim do original as seguintes indicações que parecem demonstrar que José Clemente Pereira tencionava escrever sobre ellas: Emprestimo de Londres—Banco—Guerra do Sul.

O original não assignala a data em que foi escripto.

Ernesto Senna.

José Clemente Pereira

Quissamã, 18 de Fevereiro de 1907

Illm. Sr. Coronel Ernesto Senna

Amigo e Sr.

Li com grande interesse a noticia que publicou no *Jornal* de 17 do corrente sobre o benemerito José Clemente Pereira, e nella se me deparou um pequeno engano. Diz V. S. que em 1819 José Bonifacio já ministro despachára José Clemente para o logar de Juiz de Fóra da Praia Grande, mas ha nisso manifesto engano, pois José Bonifacio só foi nomeado ministro pelo Principe Regente em 16 de Janeiro de 1822, quando José Clemente já servia como Juiz de Fóra do Rio de Janeiro, com o predicamento de desembargador, e era o presidente do Senado da Camara.

Tenho presente o Alvará de 3 de Setembro de 1819 assignado Rey.·. o qual alvará ficou registrado a fl 182 v. do livro 16 do Registo Geral. Nesse alvará El Rey manda desannexar da comarca e ouvedoria da Côrte os districtos das novas villas—Villa Real da Praia Grande, e de Santa Maria de Maricá, annexando-se ao logar de Juiz de Fóra das mesmas Villas a serventia dos officios de Provedor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes, Capellas e Residuos das mesmas Villas, fazendo mercê dos ditos officios ao bacharel José Clemente Pereira «que ora Me vai servir no lugar de Juiz de Fóra das ditas villas». Nas costas lê-se «Por immediata Resolução de Consulta de Sua Magestade de 12 de Agosto de 1819 e Despacho do Tribunal da Mesa de Consciencia e Ordens de 25 do dito mez e anno Regulamento a fl. 146 v do Livro 10. Visconde Villanova da Rainha».

Como vê a nomeação de Juiz de Fóra da Praia Grande foi ainda feita pelo rei D. João 6.°

Tenho mais um alvará de 4 de Junho de 1821 fazendo mercê ao bacharel José Clemente Pereira da serventia do officio de Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Capellas e Residuos da cidade do Rio de Janeiro pelo tempo que servir o logar de Juiz de Fóra desta mesma cidade para o qual o nomeia. Está assignado Principe.·. e rubricado pelo desembargador do Paço Pedro Alvares Diniz, que como sabe a 5 de Junho substituio o Conde dos Arcos. Ora, José Bonifacio nada teve com isso. Depois deste ministro, foi José Clemente despachado para um logar Ordinario de Desembargador da Relação da Bahia com exercicio na Casa da Supplicação, continuando tambem na de Juiz de Fóra da cidade do Rio de Janeiro, como versa o aviso de 4 de Outubro de 1822 assignado pelo ministro da justiça Caetano Pinto de Miranda Montenegro (depois Marquez da Praia Grande). José Bonifacio era então ministro do Reino e Estrangeiros e nada teve com essa nomeação. Imbuido, com seu irmão

Martim Francisco, de ideas absolutistas, José Bonifacio não podia sympathizar com José Clemente, a quem deportou como *feroz republicano*, só porque reclamavam elle e seus amigos uma constituinte, um governo moderado. Verdade é que mais tarde esses mesmos o perseguiram como inimigo da constituição, accusando-o de ter aconselhado a D. Pedro I que assumisse o governo absoluto. Teve varias occasiões de defender-se cabalmente em 1830, quando quizeram annullar-lhe a eleição; no processo de 1832 do qual foi unanimente absolvido pelo Senado, e durante a sessão de 1841 na Camara, etc.

Queira dispôr de quem é com alta estima.—De V. S.—Am.° e Cr.° obg.°, *Manoel de Queirós Mattoso Ribeiro.*

José Bonifacio (o velho)

I

Na Villa de Santos, berço de tantos varões illustres de nossa historia, (1) nasceu José Bonifacio de Andrada e Silva, aos 13 de Junho de 1763, de uma familia nobre desta provincia, ramo dos antigos Senhores de Bobadella, hoje Condes, e dos Senhores d'Entre-Homem e Cavado na Provincia do Minho, que tiveram outr'ora o titulo de Condes de Amares, e Marquezes de Montebello: familia illustrada na republica das lettras—pelos doutores José Bonifacio de Andrada e Tobias Ribeiro de Andrada, e o padre João Florentino Ribeiro de Andrada, tios do Conselheiro: o primeiro dos quaes se distinguiu nas sciencias physicas e medicas, cemo se mostra das obras manuscriptas que delle existem; e o segundo, thesoureiro-mór da Sé de S Paulo, primou como grande canonista e jurisconsulto. O terceiro, o padre João Floriano, dotado de imaginação a mais rica, foi um poeta celebre: delle ainda existem diversos fragmentos poeticos, entre elles a *Vida de S. João Nepomucemo*, testemunho da sublimidade de sua fantasia poetica, da multiplicidade de seus cabedaes de litteratura e da força de sua razão. (2)

O amavel menino, pois desde então se distinguiam já suas qualidades futuras, escreve o auctor anonymo de uma de suas melhores biographias, recebeu sua primeira instrucção na mesma Villa do seu nascimento, sob os olhos de seu pae, o coronel Bonifacio José de Andrada, homem assás instruido para o seu

---

(1) A Lei provincial n. 1, de 28 de Janeiro de 1839, declara em seu artigo unico: «Fica elevada á cathegoria de cidade de Santos a Villa do mesmo nome—«patria de, José Bonifacio de Andrada e Silva»

Milliet de Saint-Adolphe, «Diccion. Geogr. Hist. e Descr. do Imperio do Brazil» tomo II. á pag 524, escreve, não sabemos fundado em que: «... a Assembléa Provincial votou unanimemente a Lei de 26 de Janeiro de 1839, segundo a qual devia aquella Villa chamar-se «Cidade de Bonifacio»: prevaleceu, porém, o primitivo nome de «Santos», que tamanha e a força do costume».

Entre outros homens notaveis nasceram em Santos: padre André de Almeida, padre Gaspar Gonçalves de Araujo, frei Simão Alvares, padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão (o voador), frei Patricio de Santa Maria, Alexandre de Guemão, padre Ignacio Rodrigues, José de Sousa Ribeiro e Araujo, padre João Alvares de Santa Maria, frei Gaspar da Madre de Deus, José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de S. Leopoldo) José Ricardo da Costa Aguiar, Joaquim Octavio Nebias, Joaquim Xavier da Silveira; sem falar na Trilogia Andradina. O Marquez de S Vicente, José Antonio Pimenta Bueno, a quem Teixeira de Mello e outros dão como nascido em Santos, era natural desta Capital.

(2) *Esboços Biographicos*, sem nome de auctor.

paiz e classe, e de sua mãe, d. Maria Barbara da Silva, matrona exemplar por suas virtudes, zelo com que educou seus filhos e caridade para com os pobres, e que alli mereceu o nome de —mãe da pobreza.

Aos 14 annos, completa a sua educação primaria em Santos, passou-se para S. Paulo, onde o sabio D. Frei Manuel da Resurreição, 3.º Bispo Diocesano, estabelecera á sua custa aulas para ensino da logica, da metaphysica e ethica, da rhetorica e da lingua franceza. (1) Ligado á familia Andrada, D. Frei Manuel, impressionado pelos progressos rapidos do moço paulisa, franqueou-lhe a sua escolha da bibliotheca e tratou de encaminhar a bem da Egreja aquella extraordinaria vocação scientifica e litteraria. Aos desejos do santo prelado não annuiram nem o jovem estudante nem a sua familia. A influencia de D. Frei Manuel foi benéfica e muito contribuiu para enriquecer o cabedal de conhecimentos de José Bonifacio, cuja gratidão se manifestou logo depois, ao compôr um elogio de seu venerando protector e amigo. Datam desta época os primeiros vôos poeticos de Americo Elysio.

Contando pouco mais de 17 annos, deixou S. Paulo e veiu ao Rio de Janeiro, de onde partiu para Lisbôa, a ultimar a sua educação litteraria, em Coimbra, em cuja Universidade matriculouse nas Faculdades de Philosophia Natural e de Direito, alcançando ao cabo de seis annos, o gráu de bacharel formado, com summo louvor de seus lentes e admiração de sua notavel geração academica.

Nos fins do seculos XVIII e nos primeiros decennios do seculo XIX—digamol-o sem vaidade nacional—confessava Latino Coelho, na Academia Real de Sciencias de Lisbôa, a maioria dos nossos talentos mais formosos haviam tido o seu berço no Brasil. A lyra brasileira honrava-se com o nome de Pereira Caldas, o poeta da inspiração religiosa. Brasileiro era tambem Antonio de Moraes e Silva, que dotara a litteratura nacional com o mais copioso diccionario que em seu tempo se escrevêra. Brasileiro Hippolyto Costa, o patriarcha dos jornalistas de Portugal e do Brasil. Brasileiro, o que podemos appellidar na ordem chonologica o primeiro economista portuguez, o bispo de Elvas, D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Brasileiro o eminente geometra e professor, antigo secretario desta Academia, Francisco Vilella Barbosa, Marquez de Paranaguá, um dos mais illustres cooperadores na fundação do Imperio Americano. Brasileiro, Manuel Jacintho Nogueira da Gama, lente da academia de marinha, depois Marquez de Baependy, e notavel estadista, que divulgára em Portugal, vertendo-as em portuguez, algumas obras classicas de hydraulica e applicára a chimica moderna a importantes problemas da vida industrial. Mas era sobretudo nas sciencias naturaes que

---

(1) Vide nossas *Ephemérides Diocesanas*.

as glorias desta nação se devem principalmente aos que tinham nascido em terra americana. Vicente Coelho de Seabra fazia resplandecer em Portugal, com os seus *Elementos de Chimica*, os primeiros clarões da sciencia, já rebelde ás phantasiosas tradições da alchimia e da spagyrica. Fr. José Mariano da Conceição Velloso deixava o seu nome memorado entre os botanicos, pelos seus valiosos trabalhos originaes, entre elles a *Flora Fluminense*. Alexandre Rodrigues Ferreira percorria o Amazonas como infatigavel explorador e alliava ás suas glorias de egregio naturalista o funesto destino de uma existencia attribulada João da Silva Feijó, com as suas explorações transatlanticas e os seus escriptos mineralogicos, legava de si honrada fama, como investigador da natureza. Manuel Ferreira de Araujo Camara, companheiro de José Bonifacio nas excursões scientificas pela Europa, si não egualava o nome do collega, inscrevia-se como um dos notaveis representantes da sciencia em Portugal. Mello Franco e Elias da Silveira, ambos nascidos no Brazil, illustravam a medicina portugueza com os seus livros e memorias, estampadas por esta Academia.

Esses homens, conclúe Latino Coelho, que ennobrecem presentemente a historia intellectual do Imperio Brasileiro, então eram ainda portuguezes. Em Portugal reflectiam o seu luzimento, a sua gloria. Cultivavam as lettras patrias. Ensinavam nas escolas honravam as academias, resplandeciam no exercito, nas dignidades ecclesiasticas, nos officios da magistratura.

Entre elles era certamente o primeiro pela sciencia, pelo engenho, pela funcção que devia desempenhar na historia do seu povo, o dr. José Bonifacio de Andrada e Silva.

No ultimo quartel do 18.° seculo achamol-o cursando a Universidade de Coimbra. Laureado em ambas as Faculdades, a de Philosophia e a de Leis, eil-o ahi ao mesmo tempo naturalista e jurisconsulto, comprehendendo como philosopho, na sua indissoluvel travação e unidade, as sciencias do universo physico e as sciencias do mundo social. (4)

Fundára-se então a Academia de Sciencias de Lisbôa, egualmente devotada ao progresso da sciencia especulativa e ás suas fructuosas applicações á vida social. Nesta nascente instituição haviam tido ingresso todos os talentos que podiam efficazmente collaborar na obra delineada pelo duque de Lafões e pelo egrégio naturalista Correia da Serra (5). José Bonifacio teve logo ingresso na Real Academia; e, por proposta della, foi eleito pelo governo portuguez para viajar a Europa, como naturalista e metallurgista. Era certamente o mais moço dos socios da sábia congregação: «em annos tão verdes e juvenis, que o viço da mocidade parecia contradizer a grave compostura do academico.»

Já em Coimbra compuzera algumas dissertações, principalmente sobre indios e escravos do Brasil. Na collecção das *Me-*

morias da Academia acha-se uma excellente memoria sobre a pesca da baleia, sobre os melhores processos para a preparação do seu azeite e sobre as vantagens que o governo tiraria animando e favorecendo as immensas pescarias que se poderiam fazer nas costas do Brasil.

Pouco depois de sua chegada a Lisbôa, tomou estado, ligando-se a uma amavel e estimavel senhora, d. Narcisa Emilia Oleary, de origem irlandeza, que foi muito conhecida na Côrte, pela sua illustração e amenidade de caracter e doçura de costumes. Deste feliz consorcio houve tres filhos.

II

A viagem scientifica de José Bonifacio e dos seus dous companheiros, o seu patricio Manuel Ferreira da Camara e o Além-Tejano Joaquim Pedro Fragoso, todos formados na Universidade e socios da Academia Real das Sciencias, principiou em Junho de 1790. (1)

A França estava convulsionada pela Revolução; e a *Declaração dos Direitos do Homem*, desconhecendo os *Direitos de Deus*, ateára o incendio em toda a Europa. Ante o espectaculo da transformação da velha sociedade europeia, ao descambar do seculo XVIII com a derrocada do throno dos Bourbons e o despontar da estrella do Napoleão e da civilisação moderna, ia o sabio brasileiro fazer a aprendizagem da liberdade.

Em Paris, ouviu as licções dos famosos Chaptal e Fourcroy, continuadores de Lavoisier, de Jussieu, o botanico genial, de Haüy, o celebre physico e mineralogista.

Converteu estes mestres em amigos, á imitação do afamado medico portuguez Sanches, que no seculo XVIII se dirigiu de Coimbra a Leyde para praticar com Boerhaave. Não limitou os seus estudos á Capital Franceza, theatro então de acontecimentos memoraveis. Graças ao empenho do embaixador lusitano em Pariz, d. Vicente de Souza Coutinho, o governo portuguez dilatou-lhe o termo á commissão.

De Paris seguiu para Freyberg, onde leccionava o illustre Werner e doutrinavam Lempe, Kohler, Clotzsch, Freiesleben, Lampadius: luminares da mineralogia, das mathematicas puras e applicadas, do direito e legislação das minas, dos ensaios chimicos dos mineraes, da chimica pratica, dos arcános da metallurgia.

«Quantos investigadores da nutureza, os quaes no seculo seguinte haveriam de ser a gloria da sciencia, cursavam em fraternal camaradagem os amphitheatros e os laboratorios de Frey-

---

(1) «... com o fim de fazerem alli um curso de chimica e mineralogia docimastica e particularmente lhe encommenda que dê aos tres viajantes toda a protecção, para que se lhes facilitem os estudos» — Officio de Luiz Pinto de Souza, ministro dos negocios extrangeiros e da guerra, para o embaixador de Portugal em Paris, D. Vicente de Souza Coutinho, em 31 de Maio de 1790.

berg! Que illustres condiscipulos se deparavam ao grande naturalista portuguez, ao futuro estadista brasileiro!» (1)

Os companheiros de Humboldt em seus estudos, (diz o astronomo Carl Bruhns, na sua biographia do immortal physico germanico), eram, entre outros, estes que haviam de ser depois os *mestres da sciencia*, Leopoldo von Buch, o dinamarquez Esmark, *o portuguez Andrada*, o hespanhol Del Rio». Nos es todos registrados na historia das sciencias physicas e naturaes, como grandes e fecundos descobridores. (2)

Não contente sómente com as licções dos illustres professores que então havia nas diversas partes da Europa, quiz pedir á propria observação da natureza o que os livros, os gabinetes, as prelecções não pódem completar. Percorre grande parte da França, da Gran-Bretanha, da Allemanha, da Belgica, da Hollanda, da Italia, da Hungria, da Bohemia, da Suecia, da Noroega, da Dinamarca, da Turquia. Visita as minas do Tyrol, da Styria, da Carinthia. Ouve as licções de Volta. de Priestley, de Davy, de Duhamel, de Bergmann, de Abilgaard, de Jussieu. E assignala immorredouramente o seu nome por descobertas preciosas, que o consagram um dos maiores naturalistas do seculo XIX. As Academias e os Institutos o acolhem com frementes applausos em seu gremio; e os Annaes de multiplas associações scientificas agasalham com carinho os seus trabalhos e as suas memorias. Schurer, em seu *Jornal de Chimica*, na Allemanha; *o Jornal das Minas*, as *Actas da Sociedade de Historia Natural*, de França, os *Annaes de Chimica*, de Fourcroy; o *Jornal de Physica*, de Haüy etc., revelam ao mundo scientifico os valiosos descobrimentos do grande sabio americano.

O insigne Le Play, percorrendo, annos depois, os mesmos sitios visitados por Andrada, e applaudido nas mesmas Academias que o laurearam de 1790 a 1800, encontrou os rastros geniaes de José Bonifacio. «Ce fut pour moi un grand étonnement et une admiration plus grande encore»! exclama a aguia dos *Ouvriers Européens* e da *Réforme Sociale*. «Le jeune portugais, *Mr. D' Andrada*, a fait de telles découvertes, que son pays devrait lui dresser des statues qui puissent perpétuer et transmettre aux nouvelles générations la mémoire immortelle d'un des plus grands savants d'une époque si féconde en grands hommes...» (3) Le Play era pouco pródigo de elogios e menos ainda susceptivel de enthusiasmos.

---

(1) J. M. Latino Coelho. ob. cit.

(2) *Alexander von Humboldt, Eine wiscenschaftliche Biographie*, t. I. pag. 128. Leipzig. 1872.

«O titulo de *mestre da sciencia*, conferido por tão notavel auctoridade scientifica ao mineralogista portuguez, gloriosamente associado e posto em parallelo com sabios de tão universal e eminente reputação, como Humboldt e Leopoldo von Buch, é o mais honroso testemunho do conceito em que ainda em nossos tempos é havido na terra das sciencias o nome benemerito do nosso compatriota.

(3) F. Le Play, *Les Ouvriers Européens*, t. 5, 1.ª edição., 1855. — Assignalamos este facto em nosso artigo sobre *O centenario de F. Le Play*, publicado em fins do anno passado, na *Revue des questions historiques*.

Membro o mais moço da recemcreada Academia Real das Sciencias de Lisbôa, José Bonifacio viu-se lhe abrirem de par em par as portas da Academia de Stockolmo, da de Copenhagen e da de Turim, da Sociedade dos Investigadores da Natureza de Berlim, das de Historia Natural e Philomatica de Paris, da Geologica de Londres, da Werneriana de Edinburgo, da Mineralogica e da Linneana de Iena, da de Physica e Historia Natural de Genova, da Sociedade Maritima de Lisbôa, da Philosophica de Philadelphia e da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro.

Aos diamantes do Brasil, descobertos havia mais de 60 annos (1), desconhecidos na Europa, consagra elle uma memoria elogiada pelo abbade Haüy (2) e impressa nos Annaes de Chimica de Fourcroy.

E' escreve o seu illustre consocio e admirador, então um dos mais bellos ornamentos das lettras no Velho Reino, hellenista e scientista,—é então que elle descobre as novas espécies mineraes, a que dá o nome de *Petalite*, *Ypodumene*, *Kryolite* e *Scapolite*, com que ficaram denominadas na sciencia, e com que hoje se conhecem nos tratados mineralogicos, em todas as linguagens européas. Analysada por Arfvedson a *Petalite*, descobriu nella o chimico sueco a *lith a*, e coube ao mineralogista americano a honra inestimavel de deixar o nome portuguez associado a um dos notaveis descobrimentos da chimica moderna.

Em uma carta que foi publicada pela primeira vez em allemão, e que existe na Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro, dirigida ao engenheiro Beyer, engenheiro das minas em Schneeberg, apresenta, segundo um methodo particular, uma breve descripção dos caractéres distinctivos de *Doze novos mineraes por elle descobertos* nos paizes Scandinavos (3). Este é, sem duvida alguma, o mais importante trabalho mineralogico do illustre brasileiro, do qual appareceram logo traducções nos jornaes scientificos da França, Inglaterra, Prussia e Austria (4). Quando elle não tivesse feito mais nada, bastava só isto para o immortalisar (5).

Escreveu tambem diversas memorias sobre minas da Suecia; sobre as preciosas minas da Salha; uma *Viagem geognostica aos Montes Euganeos no territorio de Padua*, na Italia, discutindo a origem vulcanica daquella rocha; um estudo sobre o *Fluido*

---

1 Em 1727. *Mem hist. sobre os diamantes do Brazil*, por J. de Rezende Costa.

2 O sabio francez escreve: *Suivant les observations faites sur les lieux, et consignées dans les actes de la société d'histoire naturelle, par M. Dandrada, minerologiste portugais, d'un mérite très distingué, le lieu natal des diamants dont il s'agit, est la croûte des montagnes situées dans le district de Serro do Frio...* Hauy, *Traité de Minéralogie*, Paris, 1822, IV, pag. 427.

3 Esses doze mineraes são 1.º, Akanthikone; 2.º, Spodumene; 3.º, Sahlite; 4.º, Ichtyophtalme, 5.º, Coccolite; 6.º, Aphrizite; 7.º, Allochroite; 8.º, Indicolite; 9.º, Wernerite; 10.º Petalite; 11.º, Chsiolite; 12.º, Scapolite.

4 Gabriel d'Azambuja, *Les Contemporains*.

5 F. Le Play, ob. cit.

Electrico e outros muitos trabalhos, em portuguez, e outros em francez e allemão, constantes dos Annaes dos Institutos e Academias a que pertencia, e dos tratados de Claussen, Heusser, Haüy. Fourcroy, Scheerer, Dufrénoy, Gehlen, Leonhard, Arel Erdmann, Quenstedt, Kurr e outros mestres da sciencia a que Andrada deu tanto brilho e relevo.

José Bonifacio, pondéra um publicista contemporâneo, «é mais conhecido geralmente em Portugal e no Brasil como o principal e mais ardente propugnador da independencia brasileira, do que pela sua gloria de profundo mineralogista, inscripto com memorias indeleveis nos fastos da sciencia.» Entretanto, no pantheon das glorias scientificas do velho mundo, tem elle um logar de honra; as sociedades sábias da Europa, si pouco conhecem a acção politica de Andrada, veneram o seu nome, a par dos maiores vultos do fim do seculo XVIII e da aurora do seculo XIX, periodo convulsionado socialmente, nem por isso menos fecundo em engenhos e menos rico em talentos.

Poucos viajantes teem gosado de tanta fama e celebridade, sobretudo nos ultimos annos de suas peregrinações. Por toda a parte era consultado sobre diversas materias: todos os sabios, desejando conhecel-o, vinham visital-o. Muitos monarchas mesmo, querendo retêl-o em seus reinos, fizeram-lhe immensos offerecimentos, como por exemplo o principe real da Dinamarca, para inspector das minas e florestas da Noruega (1). Após 10 annos de ausencia, que tanto durou a sua jornada triumphal pela Europa, desde as opulencias de Paris e os verdes campos da Lombardia, até os gelos da Scandinavia, recolheu se a Portugal, em Setembro de 1800. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, ministro amigo das lettras e admirador do sabio brasileiro, determinou que José Bonifacio recebesse gratuitamente o capello doutoral na Faculdade de Philosophia (2).

O governo nomeou-o desembargador da Relação do Porto, intendente-geral das minas de metaes do reino e encarregado de dirigir e administrar as minas e fundições de ferro de Figueiró das Vinhas (3), com a inspecção sobre mattas e sementeiras florestaes. Concedeu-se-lhe a pensão vitalicia de 800$000 annuaes, egual ao subsidio que vencêra durante as suas viagens. Encarregou-se-lhe de reger, como lente cathedratico, a cadeira de metallurgia, instituida novamente, e especialmente para elle, na Universidade (4); enfim, foi nomeado superintendente e director do encanamento do Mondego e das obras publicas de Coimbra, (5) depois de ter o governo estabelecido na casa da moeda um

---

1 Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, *Elogio Historico* em a Academia Imperial de Medicina, 1858.
2 Carta Régia de 15 de Abril de 1801.
3 Carta Régia de 18 de Maio de 1801.
4 Id.
5 Aviso Régio de 7 de Julho de 1807.

curso de docimasia, (1) no qual teve por ajudante a Manuel Jacintho Nogueira da Gama, futuro marquez de Baependy e o lente de philosophia, João Antonio Monteiro, um dos mais illustres mineralogistas da Europa e esforçado collaborador de Haüy.

Preenchendo estes logares com um tal homem, o governo portuguez dava indicios evidentes do quanto premiava o merito; e a este respeito muitos encomios merece o illustre ministro conde de Linhares, nome que será sempre grat oaos brasileiros e ás lettras (2). Apesar da multiplicidade de seus encargos administrativos e scientificos, emprehendeu uma excursão minerographica pela provincia da Estremadura até Coimbra, após a qual publicou a relação de sua viagem, descrevendo os mineraes, os terrenos e o estado da agricultura naquella região. Instituiu uma cadeira de chimica em Lisbôa e honrou assiduamente a tribuna da Academia Real das Sciencias, que o elegeu mais tarde seu secretario perpétuo, e da recemcreada Sociedade Maritima.

III

Interrompeu os trabalhos de José Bonifacio a invasão franceza.

A Europa estava abalada pelo genio da guerra e da conquista. O antigo tenente de Toulon, não satisfeito com o bello throno que conquistára, havia com a sua diplomacia, com as suas armas, transposto os Pyreneus, querendo dar ao seu irmão José o throno dessa terra vulcanica que nunca soffreu resignada o dominio do conquistador. (3) Portugal, alliado da Inglaterra, não podia conservar sua independencia. Desde que não se submettia á prodigiosa medida do Bloqueio Continental, Napoleão devia mandar atacar o Velho Reino; alguns de seus melhores generaes, acompanhados de tropas auxiliares hespanholas, marcharam sobre Portugal. (4) A Historia dirá algum dia si D. João VI, então Principe Regente, cedeu *sponte sua* á imposição da Inglaterra, que, açulando Portugal contra o Imperador que sonhava restaurar a Monarchia de Carlos Magno e restabelecer o Imperio do Occidente,

....héros et symbole,
Pontife et roi, phare et volcan,
Faire du Louvre un Capitole
Et de Saint-Cloud un Vatican, (5)

concorrreu, sem o querer, para um dos maiores acontecimentos do seculo XIX.

A Invasão Franceza em Portugal foi, dest'arte, um facto

---

1 Decreto de 12 de Novembro de 1801.
2 Dr. E. J. da Silva Maia, ob cit.
(3) *O Marquez de Valença*, biogr. sem nome de auctor, 1856.
(4) Cf. *Mémoires de la Duchesse d'Abrantès*, (viuva do Marechal Junot).
(5) V. Hugo, *L'Expiation*.

providencial e «parece que a Providencia Divina tinha encaminhado a Pedro Alvares Cabral, na descoberta de um vastissimo continente, para servir de refugio mais tarde á dynastia dos Bourbons, e de amparo á dynastia portugueza. O modo como foi descoberto este grande imperio do Brazil, revela um milagre que claramente nos demonstra o mysterio de Deus, quanto ao porvir das nações». (1)

O escriptor lusitano a quem temos, não raro, recorrido, faz resaltar esta circumstancia: A invasão que para Portugal é a perda ignominiosa, ainda que passageira, da sua liberdade e soberania, é para as terras portuguezas do Novo Continente o alvorecer da propria soberania e liberdade.

—«Em 1808, no Rio de Janeiro, fugindo ao inimigo que lisongeára, tentando o enganar até a ultima hora, desembarcava um homem menos que alto, gordo, semi-obeso, ... e falar embaraçado.

Era D. João VI ... Vinha acobardado. Via francezes e maçons em toda a parte. Carregava para a colonia todas os haveres que, no momento da partida, lhe haviam ficado ao alcance da mão. Pretendia ficar definitivamente no Brasil. Para o seu medo o espectro do bonapartismo tinha, na Europa, a perennidade das molestias incuraveis.

Pois, senhores: de 7 de Março de 1808 a 24 de Abril de 1821 ... esse rei fugitivo de um paiz invadido e decadente, manteve na cabeça a sua corôa, obrigando Napoleão Bonaparte a exclamar em Santa Helena: —«Foi o unico que me enganou.»

De feito: emigrando para o Brasil no pleno uso de seus direitos majestaticos, impedindo que a corôa lusitana fosse parar á cabeça de algum dos ambiciosos generaes de Napoleão, o nosso velho rei mereceu do maior guerreiro do seculo o reconhecimento do tino politico que essa amarga exclamação revelava». (2)

.....

José Bonifacio trocou a beca do lente pela farda do voluntario. O Invasor, conhecendo e reconhecendo os seus méritos, procurou attrahil-lo á sua causa, mas não logrou seduzir o patriota. Ouçamos um de seus mais illustres—e, certamente, o mais carinhoso,—apologista:

«Tornára-se Portugal um acampamento. Não podia o brioso professor ficar-se remansado estudando os seus dilectos mineraes, ou pensando em desentranhar do sólo os thesouros que revela a natureza á sciencia e ao trabalho. Apercebem-se para a guerra os escholares, que não faltam jámais a alinhar-se na ordem de batalha, quando as grandes idéias ou os sentimentos generosos

---

(1) Mello Moraes. *Historia da Trasladação da Côrte Portugueza para o Brasil em 1807—1808*. Obra indispensavel a quem quer estudar bem os prodromos da Independencia.

(2) Martim Francisco, *em Guararapes*.

intimam á sciencia que, á similhança da Bellona antiga, vista as armas reluzentes sobre as insignias do saber. José Bonifacio é major, logo depois tenente-coronel e commandante do animoso e devotado batalhão. A sciencia abre o seu thesouro a improvisados armamentos. Os laboratorios das escholas são agora activos arsenaes. Não ha estado nem condição que exima das refregas. Os prelados ajustam sob o roquete a armadura, os sabios lançam o sago bellicoso sobre o capello doutoral.

Como em todas as épochas de memoravel e de dura provação, desde a guerra da independencia contra o dominio castelhano, o fogoso batalhão dos academicos, agora em frente das hostes imperiaes, demonstra mais uma vez que a juventude, ao deixar os pacificos lavores da intelligencia, não cede o passo aos mais intrepidos soldados, envelhecidos na marcha e na peleja. São nessa conjunção os guerreiros das escholas, os que na primeira plena se distinguem pelas audazes e bem succedidas entrepresas contra a Nazareth e a Figueira, senhoreadas por valentes invasores. Os mais graves e austeros cathedraticos esquecem as suas quietas meditações para acudir enthusiastas á commum defensão dos portuguezes.

O vice-reitor da universidade, ecclesiastico e professor das leis da Igreja, mais versado nas *Decretœs* de Gregorio IX, que na arte perigosa de Turenne e de Condé, governa militarmente a quieta cidade litteraria, agora convertida num estrepitoso acampamento. Outro canonista, o decano da faculdade, Fernando Saraiva, manda o corpo militar formado pelos lentes. O professor de chimica, Thomé Rodrigues Sobral, toma desde logo a direcção de uma officina pyrotechnica. A sciencia, que opera prodigiosas maravilhas durante a paz em honra da civilisação e da riqueza, faz na guerra milagres assombrosos em pról da independencia e liberdade. Tão verdadeiro é sempre, e em toda a parte, que os dois potentissimos agentes da victoria são a sciencia e o valor.

Anda José Bonifacio briosamente empenhado na resistencia aos invasores. Tempéra o animo para as varonís empresas, que o terão ainda por illustre paladino no fronteiro littoral do oceano. Incende-se no desculpavel e ardente fanatismo contra os inimigos de Portugal.

Em publicos testemunhos ficou assignalada a galhardia e o primor do grande naturalista como soldado e como chefe».

Mais tarde, terminada a campanha, elle proprio dirá á Academia Real das Sciencias, no discurso histórico lido na sessão publica em 24 de Junho de 1819:

«Em tão arriscadas circumstancias mostrei, senhores, que o estudo das lettras não desponta as armas, nem embotou um momento aquella valentia, que sempre circulára em nossas veias, quer nascessemos áquem ou além do Atlantico».

Expurgado o territorio portuguez da invasão franceza, mercê dos acontecimentos que abalavam o throno imperial e preparavam o desfeixo de Leipzig e de Waterloo, foi o conselheiro Andrada nomeado intendente da policia do Porto. Cumpria quietar os animos revoltos e refrear a violencia e o attentado, vestidos na apparencia do zelo patriotico. Com energia, independencia e dignidade exerceu elle tão arriscada e temerosa magistratura: os odios irrompiam violentos, e a turba apaixonada clamava por vindictas e perseguições.

Salvou então, com sacrificio de sua popularidade, muitas vidas e bens dos portuguezes que passavam por «afrancezados», e soube conciliar o que exigia a justiça com a indulgencia que se devia mostrar á simples seducção e aos erros do entendimento, que cumpre tolerar (1). A sua attitude desagradou ao governo proconsular, ciroso da minima expansão de liberdade.

«Pungiam-n'o os invejosos e malédicos. O seu trato com os governadores do reino não era cordial, nem o convidava a que passasse a vida longe do Brasil».

«Si almas degeneradas . . . procuraram, exclamava Andrada ao se despedir da Academia de que era secretario perpetuo, amargurar por vezes a minha cansada existencia, e buscaram, mas em vão, mallograr o meu patriotismo e bons desejos, o estudo da natureza e dos livros no seio da amizade, e a voz da consciencia foram sempre o balsamo salutifero que cicatrisava estas feridas do coração. Cumpre, pois, deslembrar-me do passado».

Exonerado da intendencia da policia, torna ás suas occupações ordinarias. O sabio recupera todos os seus direitos: á sciencia cedem logar os ardores bellicos e as agitações da politica. Explora algumas minas portuguezas, ordenando as uteis sementeiras nos areáes da costa (2); trata da agricultura, e arrenda para este fim uma quinta no Almegue, perto de Coimbra; e nos montes de Santo Amaro, perto da Figueira, cuida de um grande pinhal e planta arroz, trigo, centeio, legumes, hortaliças, flores etc. Publica memorias de summo interesse, que enriquecem as collecções da Academia Real; emfim, ergue esta douta associação a uma altura a que nunca mais havia de attingir após a sua ausencia.

E' desta época que datam a *Memoria sobre as minas de carvão de pedra de Portugal*, 1809, publicada n'*O Patriota* fluminense em fins de 1813; a memoria sobre a necessidade e utilidade de novos bosques em Portugal, onde se revela conhecedor profundo da sciencia florestal (1812); outra *Memoria sobre*

---

(1) Vide José Acurcio das Neves, *Invasão dos Francezes em Portugal*, t. 3.º

(2) Dr. J. E. da S. Maia.- Principiou a plantação dos areáes pelos do Couto de Lavos, cujas terras de lavoura estavam em perigo de ser alagadas e estragadas pela visinhança do mar; esta sementeira entretanto só teve principio em 1805, mas findou em 1806. Foi a primeira sementeira methodica que vingou em Portugal, e hoje os ferteis campos de Lavos estão defendidos e amparados.

a nova mina de ouro da outra banda do Tejo, chamada Principe Regente (1815); a *Memoria minerographica* sobre o districto metallifero entre os rios Alve e Zezere (1816); outra sobre as pesquisas e lavras dos veios de chumbo na provincia de Traz os Montes (1818); além de trabalhos preciosos sobre a metallurgia, a geographia dos antigos, uma introducção aos *Elementos de Metallurgia*, um numero consideravel de discursos, dissertações e memoriaes lidos na Academia Real (1).

Era tempo de repousar de tantas fadigas no seio da Patria. Fundas saudades do torrão natal pungiam-lhe o nobre e amoroso coração. Trasladada a Côrte para o Brazil, entregue Portugal aos desasos do governo proconsular irritado, desconfiado e ignorante, nada mais prendia José Bonifacio á metropole, onde, nas eminencias do poder se acoutavam «a ignorancia timida ou desleixada, o obscurantismo de algumas toupeiras, que temem ou não podem supportar a luz». (2)

Pediu e obteve licença para voltar ao seio da Patria, em 1819. Contava então 56 annos Sahira do Rio de Janeiro em demanda do Velho Reino em 1780. A sua ausencia durára 39 annos.

Antes de deixar para sempre as plagas luzitanas, recebeu o ultimo e valioso testemundo do muito respeito que lhe tributava o mundo scientifico: o Instituto de França *(Académie des Sciences)* o elegeu seu socio correspondente, a titulo extrangeiro, para a 7.ª secção (Mineralogia) (3).

Ao mesmo Instituto devia, mais tarde, pertencer, pelo mesmo titulo, S. M. o Senhor D. Pedro II, seu augusto pupillo.

IV

Chegado ao Rio de Janeiro, trazendo como galardão unico de seus serviços o titulo do Conselho e o habito da Ordem de

---

(1) A' Academia Real das Sciencias de Lisboa José Bonifacio, no *Discurso Historico* por elle recitado, como secretario, na sessão publica de 24 de Junho de 1818, pag. 12, deu conta de um escripto valioso, em que se propunha explanar a *Historia Natural* de Plinio.

« E' lastima que d'este seu precioso lavor intellectual não apparecesse publicado um só fragmento. Os cuidados e turbações da vida publica, em que pouco depois figurou com tamanho proveito e gloria do Brasil, lhe não deixaram momentos de lazer, em que désse a lima derradeira á obra começada.

Enlaçando intimamente o conhecimento das modernas sciencias mineralogicas e a vasta erudição nas lettras classicas, o sabio americano, com utilidade simultanea da litteratura mineralogica e da philologia latina, deixar-nos-hia uma valiosa confrontação entre os conhecimentos oryctognosticos, representados pelo romano compilador, e o estado das sciencias naturaes no primeiro quartel do seculo XIX. Seria quanto aos mineraes notorios aos antigos, e á sua ainda imperfeita metallurgia, um trabalho de maior comprehensão que o de Littré, quando alguns annos depois interpretou e enriqueceu de notas e commentos a *Historia Natural* do general romano.»

(3) *Discurso* na sessão anniversaria de 1815.

(3) A *Académie des Sciences*, fundada pelo genial Colbert em 1666, compõs-se de 66 *membros*, 10 academicos *livres* e 8 socios *extrangeiros*. Divide se em 11 secções, a cada uma das quaes são addidos correspondentes. Cinco secções pertencem às sciencias *mathematicas*, seis ás sciencias *physicas*. Cada secção comprehende 8 membros *titulares* excepto a 4.ª, que tem 6.

Christo, José Bonifacio apresentou-se ao monarcha. O governo de d. João VI quiz de prompto aproveitar os seus merecimentos, instando com elle para acceitar o logar de director da Universidade que então se projectava crear no Brasil, por ser natural «escolher para seu creador e primeiro reitor um sabio abalisado e encyclopedico como o conselheiro Andrada, o unico capaz de erguer este estabelecimento ao par dos mais perfeitos da Europa.» Tendo de seguir para Santos, adiou a sua resposta; e os acontecimentos que se succederam vedaram a realisação do magno projecto. Até hoje o Brazil não tem uma Universidade. Em compensação é a terra das Faculdades *livres*, libérrimas até.

Em Santos, José Bonifacio foi habitar o seu sitio dos *Outeirinhos*. Alli poz em ordem os seus preciosos manuscriptos (1), classificou a sua immensa collecção de mineraes, de plantas e de medalhas trazidas da Europa e compoz grande parte de suas poesias. Em Março de 1820 emprehendeu, em companhia de seu irmão Martin Francisco, uma excursão montanistica em parte da provincia de S. Paulo, para determinar os terrenos auriferos. Esse bello e importante trabalho foi impresso no *Journal des Mines*. De Ytú remetteu a S. M. o sr. d. João VI os seus versos *O Brasil* «no faustissimo dia 13 de Maio de 1820.» Diz o poeta:

Não te enganem com vil hypocrisia
Astutos cortezãos, sombrios bonzos,
E os que nos molles vicios ser affectão
«Alburquerques terriveis, Castros fortes,
«Em quem poder, porém, já tem a morte.»
Mas em torno de ti te adejem brandas,
Filhas do Céo! verdade, sã justiça,
Meiga e candida paz, risonha Flora,
Ceres, Pomona, os sylphos bemfazejos
Que os thesouros te abram, entranhados
Nas vastas serras, nas impervias mattas.
Illumina teus povos; dá soccorro,

---

1 Em Paquetá o dr. Emilio Joaquim da Silva Maia viu os seguintes manuscriptos de seu amigo Andrada: —1. Jornal de suas viagens, 2.° Tratado de mineralogia. 3.° Parte das obras de Virgilio, traduzidas com commentarios; 4.° Compendio de montanistica, geometria subterránea e docimasia metallurgica; este era o seu compendio da sua cadeira da universidade de Coimbra. 5. Memoria sobre o trabalho e manipulação das minas de ouro em geral. 6.° O testamento metallurgico, do qual se imprimiram em Lisbôa as primeiras folhas, sendo prohibida a publicação das outras, por ellas irem de encontro a algumas opiniões theologicas. 8.° Alguns elogios históricos: entre estes occupa sem duvida o primeiro logar o de d. Maria I. 9.° Muitas observações suas sobre diversas minas da Europa. 10. Elle copiou egualmente, por propria lettra, muitos manuscriptos existentes nas diversas bibliothecas de Lisbôa sobre o Brasil, as suas prodsecções e outros objectos, muitos dos quaes são de grande valor. «Deus permitta que todos estes preciosos manuscriptos se não percam, como tantos outros de outros illustres brasileiros, e que com a sua publicação possam ainda ser uteis».

O mesmo dr. viu tambem em Paquetá a collecção de medalhas, muito interessante e muito rica, sobre moedas portuguezas, entre as quaes tinha algumas antigas e rarissimas.‖ Que fim levaram todos esses thesouros scientificos?!

Prompto e seguro, ao indio tosco, ao negro,
Ao pobre desvalido.—Então riqueza
Teus cofres encherá. O mar inchado
Verás manso manso acamar-se, como outr'ora,
De novos argonautas entre as prôas:
Verás o genio da gentil botanica,
A quem a bemfeitora medicina
Corteja e acompanha a agricultura,
A corôa enramar-te de mil loiros:
A creadora chimica escoltada
Das artes todas, verás o rico seio
Revasar sobre ti, sobre teus povos,
Dos thesouros que o patrio solo encerra. (1)

Em Santos, nas suas terras dos *Outeirinhos*, e no sitio de Santo Amaro, perto da Villa, entregue ás suas cogitações philosophicas, contemplando o espectaculo da plangente natureza,—

Como esta matta escura está medonha!
Não é tão feia a habitação dos manes!
Este ribeiro triste como sôa
Por entre o pardo emmaranhado bosque,
E como corre vagaroso e pobre?
O sol, que já se esconde no horizonte,
O quadro ateia mais.—O vento surdo
De quando em quando só as folhas move!
E' este da tristeza o negro alvergue!
Tudo é medonho e triste! só minha alma
Não farta o triste peito de tristeza! (2)

meditava sobre o estado do Brazil e ouvia ao longe o fragor da tempesdade que vinha se aproximando.

A 24 de Agosto de 1820 rebentou uma revolução no Porto, logo depois correspondida em Lisbôa, estabelecendo em Portugal o systema constitucional representativo. D. João VI teve que regressar, muito contra a vontade, para o Velho Reino, deixando no Brasil como regento seu filho, o principe d. Pedro de Alcantara-Bourbon.

A 13 de Março de 1821, o Capitão-General João Carlos Augusto de Oeynhausen Grevenburg annuciava em bando na capital desta provincia a proclamação do systema constitucional em S. Paulo, como antes já o havia sido na cidade do Rio de Janeiro. Os seis deputados desta provincia ás Côrtes Constituintes foram eleitos: a José Bonifacio foi devida a honrosa

1 *Poesias Avulsas de Americo Elysio*, edição de Bordeaux, 1825, á pag. 67.
2 Id. á pag. 70.

escolha dos dignos deputados paulistas «avantajando-se entre elles o irmão do conselheiro Andrada, Antonio Carlos, que, secundado por seus collegas, á excepção de um, soube conservar a dignidade do Brasil, e calçar o caminho para sua independencia.» (1).

Em 23 de Junho de 1821, deu-se em S. Paulo um movimento popular, de que resultou a eleição e installação de um *Governo Provisorio*,—«José Bonifacio, o genio da liberdade e do patriotismo, o fautor principal da Independencia, o vulto grandioso na magnifica epopéa da fundação do Imperio, animava o movimento e o dirigia, com aquella circumspecção e prudencia que assellavam todos os seus actos.» (2).

Foi acclamado presidente do Governo popular o Capitão-General João Carlos, que tão bôas provas de capacidade e patriotismo déra nos governos de Matto Grosso e Ceará e desde 25 de Abril de 1819 no de S Paulo (3). Era justo preito áquelle varão illustre. A José Bonifacio coube a vice-presidencia. Os outros membros eram: secretarios—do Interior e Fazenda, o coronel Martin Francisco Ribeiro de Andrada; da Guerra, o coronel Lazaro José Gonçalves; da Marinha, o chefe de esquadra Miguel José de Oliveira Pinto. Vogaes: pelo ecclesiastico, o arcipreste Felisberto Gomes Jardim e o thesoureiro-mór João Ferreira de Oliveira Bueno; pelas armas, os coroneis Antonio Leite Pereira da Gama Lobo e Daniel Pedro Müller; pelo commercio, o brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão e o coronel Francisco Ignacio de Sousa Queiroz; pela instrucção publica, o padre Francisco de Paula e Oliveira e o tenente-coronel André da Silva Gomes de Castro, e pela Agricultura, o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o tenente-coronel Antonio Maria Quartin.

Em Dezembro, porém, o conselheiro José Bonifacio e seu irmão Martin Francisco, sabendo da noticia da proxima retirada do principe d. Pedro para Portugal, convocaram os membros do governo para uma reunião na noite de 24, e, nesta reunião, expuzeram-lhes a necessidade de uma mensagem ao principe—declarando-lhe que a sua partida seria o signal da separação do Brasil. Desta e de outras identicas mensagens foram portadores: por parte do governo provisorio, o conselheiro José Bonifacio e o coronel Gama Lobo; pela camara municipal, o marechal

---

1 *Esboço historico*, já citado - Os deputados por S Paulo foram: Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, Diogo Antonio Feijó, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Antonio Manuel da Silva Bueno (tomou assento como supplente), Antonio Paes de Barros (idem), Francisco de Paula Sousa e Mello (não tomou assento).

2 Conselheiro Olegario H. de Aquino e Castro.

3 Vide o nosso estudo sobre *Oeynhausen*, publicado em Março de 1902. O marquez de Aracaty merece ser julgado melhor do que tem sido geralmente. O visconde de Taunay confiou-nos, para ler, pouco antes de morrer, a 1.ª parte de uma biographia completa de Oeynhausen. E' um trabalho esplendido. Ignoramos si o concluiu. - bem como *A Vida do Almirante Leverger*, - Barão de Melgaço, cuja carreira immortal descrevêmos na imprensa de Cuyabá, em 1905 e 1906. Este foi uma das figuras mais proeminentes da historia de Matto Grosso no seculo 19.

Arouche; pela do bispo e clero, o vigario de M Boy, Alexandre Gomes de Azevedo. E seguiram para o Rio de Janeiro.

Foi no dia 9 de Janeiro de 1822 que essas commissões, e outras do Rio de Janeiro e Minas Geraes, se dirigiram em muito concorrido préstito ao principe regente, que, depois de recebel-as e ouvil-as, respondeu que FICARIA, na crença de ser isso para BEM DE TODOS E, em seguida, no dia 16, organisou o ministério, cabendo ao conselheiro José Bonifacio as pastas do reino e dos negocios extrangeiros (1).—Estava passado o Rubicon.

Desse dia 16 de Janeiro até 12 de Outubro de 1822, a historia de José Bonifacio é a historia da revolução da Independencia do Brasil e da acclamação de seu Primeiro Imperador. Já escrevemos, si bem que resumidamente, esta historia, em outras columnas (2). Ha quem diga que—*bis repetita placent*. Seremos laconico, afim de não cançar o leitor e não alongar demasiado este artigo, onde procuramos esboçar antes a figura do Sabio do que a do Politico

For decreto de 3 de Julho, foi nomeado ministro da Fazenda Martin Francisco Ribeiro de Andrada.—A *Bernarda de Francisco Ignacio* convulsionára S. Paulo e fôra causa de perseguições injustas: o movimento popular de 23 de maio não fôra um assomo de reacção lusitana e sim o fructo de dissenções locaes e divergencias pessoaes, de ciumes politicos, «questão de pennacho».—Fôra illogico suppôr que o coronel Francisco Ignacio, o ouvidor Costa Carvalho, o ex-capitão general Oeynhausen e outros patriotas eram infensos á causa brasileira e aos interesses paulistas (3). O Principe Regente dirigiu-se a S. Paulo: foi nesta viagem providencial que S. A. ergueu o brado do Ypiranga e consummou a separação—e a Independencia. (4)

Cumpre lembrar que, dias antes, «achando-se reunida em conselho toda a administração pela princeza d. Leopoldina, o sr. Martin Francisco, ministro dos negocios da fazenda, propoz que o Brasil se devia declarar independente de Portugal, visto a má conducta das côrtes portuguezas para com elle; esta ideia foi energicamente defendida pelo sr. José Bonifacio, ministro do imperio e dos negocios extrangeiros, e apoiada pelo resto do ministerio, ficando encarregado o dito sr. Martin Francisco de mandar o officio declarando esta decisão ao principe, que então se achava em S. Paulo. O que logo tudo teve logar, decidindo ao principe a praticar a heróica acção do campo do Ypiranga.» (5)

Decidida a Independencia, seguia se marcar a fórma de governo. Escreve Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond:

---

1 João Mendes de Almeida, *Notas Genealogicas*.
2 *Album Imperial*, n. 2, de 20 de Janeiro de 1906. Artigo *D. Pedro I.*
3 Vide a interessante polemica histórica entre o dr. Antonio Piza e o barão de Rezende, *A Bernarda de Francisco Ignacio*, transcripta na *Revista do Instituto Historico de S. Paulo.*
4 *Album Imperial*, n. 2, art. cit.
5 *Elogio Historico* do dr. E. J. da Silva Maia, nota 33 à pag. 135.

«A ideia de se conferir ao principe o titulo de imperador e não de rei nasceu exclusivamente de José Bonifacio, e foi adoptada pelo principe, com exclusão de outro qualquer.

Nos conselhos alguma opposição houve quem fizesse a esta ideia, não por a julgar prejudicial, mas sómente pelo temor de que viesse occasionar algum embaraço para o reconhecimento das outras nações. Os que assim pensavam opinavam pelo titulo de rei, que não acharia os mesmos embaraços, sobretudo da parte das grandes potencias da Europa. José Bonifacio refutou todos esses argumentos, que lhe pareciam infundados.

«O Brasil, dizia elle, quer viver em paz e amizade com todas as outras nações, ha de tratar egualmente bem todos os extrangeiros, mas jámais consentirá que lhe intervenham nos negocios internos do paiz. Si houver uma só nação que não queira sujeitar-se a esta condição, sentiremos muito, mas nem por isso nos havemos de humilhar nem submetter á sua vontade». Estas, e outras palavras de egual peso e consideração, elle as disse, em minha presença, a M. Chamberlan, encarregado de negocios da Inglaterra». (1) Era a linguagem altiva de esclarecido patriotismo, conscio de sua força.

V

O Ministerio Andrada prestou eminentissimos serviços ao Brasil. Confessa-o uma testemunha insuspeita e illustre, fallando dos dous irmãos ministros:

«Nenhuns outros entravam na administração debaixo de melhores auspicios de opinião publica, que um e outro gosavam em gráu superior de saber e patriotismo, principalmente o primeiro. Era seguramente este o unico homem apontado então como possuidor das qualidades necessarias para dirigir a revolução, porque ao prestigio de sua popularidade, necessaria a todos os ministros em todos os tempos, e com muita especialidade em crises revolucionarias, reunia vasto saber, imaginação viva, actividade sem egual e intrepidez remarcavel.

Todas essas qualidades desenvolveu durante o tempo da sua administração, com geral conceito e applauso...

Entrou o sr. José Bonifacio na crise mais assustadora por que esta cidade tem passado. Jorge de Avilez acabava de insubordinar-se, á testa da Divisão Auxiliadora de Portugal, na noite de 11 de Janeiro, escandalisada da nobre resolução que S. M. o Imperador, então Principe Regente, havia tomado, no dia 9 do mesmo mez, de ficar no Brazil.

As enérgicas medidas do mesmo senhor, secundadas pela attitude guerreira que as tropas brasileiras e o povo em massa

---

1 *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. XIII.

desta Capital desenvolveram, no dia 12 e seguintes, obrigaram aquelle general a embarcar com os seus soldados para a Praia Grande. Mas isto não bastava: era necessario obrigal-os a sahir para fóra do Brasil. Isto se conseguiu com effeito; e não se póde negar que esta acção heróica foi devida á energia e intrepidez do principe regente, como é de todos bem sabido: mas esta só não fôra bastante, si o sr. José Bonifacio não estivesse á testa dos negocios, e os não dirigisse com acerto, sem que por isso queiramos negar gloria distincta ao ministro da Guerra, o sr. Joaquim de Oliveira Alvares, que nessa occasião lhe coube, pela actividade e boa disposição de suas medidas. Aqui temos um acto grande deste Ministèrio, que é necessario lançar na conta das suas obras bôas.

Seja o segundo a creação do Conselho de Procuradores Geraes das Provincias do Brasil, por decreto de 16 de Fevereiro; medida politica e acertada, que, lançando os primeiros fundamentos da nossa representação nacional, foi preciosa pedra iman que principiou a attrahir todas as provincias a um centro, sem o qual a divisão houvéra sido inevitavel, a Independencia teria sido, sinão impraticavel, pelo menos mais difficil de obter e enluctada de muito sangue, e o Imperio apparecia tarde ou nunca, como era mais natural. Graças, portanto, ao governo que nos preparou tão grande bem, e nos poupou a tantos males.

Para que tudo fosse rapido na causa da Independencia, o decreto de 3 de Junho, deliberado no Conselho dos Procurado-dores Geraes, e referendado pelo sr. Andrada, preparou o primeiro passo para elle, ou seja antes o segundo, porque o primeiro foi, na nossa opinião, o magestoso acto de 9 de Janeiro. Convocada por este decreto uma Assembléa Geral Constituinte, segura ficou desde logo ao Brazil a certeza de que ia ser independente, e possuir uma Constituição; assim se verificou com effeito e a quem se devem estes dous bens? Sem negarmos o primeiro movel de phenomenos tão espantosos pela rapidez com que se obraram á força da opinião de todo o povo brasileiro que se pronunciou a uma só voz, com força soberana e irresistivel, cumpre que tributemos ao governo o devido reconhecimento pela sabedoria, patriotismo e exaltado liberalismo com que soube obedecer a essa mesma opinião, aproveitar-se della e dirigil-a para prosperidade do Brasil. Menos vigilancia no governo, si elle tivesse tido menos patriotismo, ou illiberal, os espiritos que se exaltavam com amor pela Independencia e Constituição, houveram tomado outra vereda. Graças, pois, ao governo, que, pelo acerto com que dirigiu o leme da náu do Estado, nos levou a porto de salvação.

Não podia escapar ao genio creador do primeiro ministro do Brasil que, declarada a Independencia, principal ponto a que caminhavam suas vistas, era necessaria a acclamação do Principe Regente: este passo cortava todas as vistas de esperança

que Portugal ainda pudesse ter sobre o Brasil, e destruia ao mesmo tempo quaesquer ideias desvairadas que alguma provincia porventura pudesse ter, e é fóra de duvida que com effeito tinha: era, por consequencia, necessario. Entrou, pois, nesta empresa, e facil lhe foi leval-a a bom resultado, porque os animos estavam dispostos. Zelosos patriotas uniram-se ao Ministro, dispuzeram-se as cousas, e verificou-se a acclamação no sempre memoravel dia 12 de Outubro de 1822, em seis provincias a uma só voz, e á mesma hora, e todas as outras fizeram outro tanto, immediatamente que puderam.

Na nossa opinião, este passo preservou o Brazil de grandes males, firmou a sua Independencia e apressou o reconhecimento desta. E porque a gloria de uma grande acção é sempre do general que a dirige, embora seja verdade que na acclamação do Imperador tiveram distincta parte muitos homens patriotas e o povo todo que unanimemente a queria, ninguem ousará negar ao Ministro que a presidiu, o logar distincto que nella teve, e que fez um serviço relevante á sua Patria.

A ordem natural do seguimento da causa da Independencia obrigou-nos a alterar a recordação de diversos actos importantes, que simultaneamente illustraram a marcha patriotica, sábia e activa do governo. Todos sabem a actividade que se tomou contra Portugal e ocioso será recordar a guerra que do Rio de Janeiro se fez ao general Madeira e ás suas tropas na Bahia. O manifesto do Pricipe Regente aos povos deste Imperio, datado de 1 de Agosto de 1822, e outro aos governos e nações amigas, com data de 6 do mesmo mez, são peças que muito honram os seus autores. O decreto de amnistia pelas passadas opiniões, de 18 de Setembro, ordenando ao mesmo tempo o distinctivo — «Independencia ou morte» — adoptado pelo Principe Regente nos campos do Ypiranga, e mandando sahir os dissidentes, acto foi não só de patriotismo, mas de genio muito politico, bemfazejo e liberal. Outros do mesmo mez, que designaram o tope nacional brazileiro, deram ao Brazil um escudo de armas e mudaram a côr das fardas dos criados da Casa Imperial, são provas nada equivocas de genio tão nacional como creador do ministro que os referendou. E, para que ir mais longe? O que fica dito basta para formar o conceito de que o governo em 1822 fez serviços notaveis ao Brasil, que este nunca deve esquecer...

Os mais membros do Ministerio trabalharam de accôrdo, mas não tiveram por sua posição logar opportuno de sobresahirem. Mas não é bem que deixemos de fazer honrosa memoria do sr. Nobrega, que se fez distincto pelo seu amor dos principios constitucionaes, nem do sr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, depois Marquez de Villa Real da Praia Grande, em quem resplandeceu sempre amor de justiça e bem fazer.

O sr. Martim Francisco illustrou o seu Ministerio, pelos principios sem exemplo que desenvolveu da mais stricta eco-

nomia na despesa dos dinheiros publicos, e esmiuçada fiscalisação da receita: qualidades são estas que nem os seus inimigos lhe têm sabido negar, e ellas fazem, na nossa opinião, o mais soberbo elogio que o mais perfeito administrador da Fazenda póde desejar.» (1)

A 28 de Outubro de 1822 é lavrada a demissão do Ministerio. O povo reclama em tumulto a sua reintegração: o Imperador cede, e os Andradas voltam ao poder dous dias depois, com medidas extraordinarias. Procede-se a uma devassa, em virtude da portaria de 11 de Novembro, contra «uma facção occulta e tenebrosa de famosos demagogos e anarchistas»; e nella são incluidos José Clemente, o general Nobrega, Ledo, conego Januario, padre Lessa, Domingos Alves Branco e outros servidores distinctos do paiz. Segue-se a deportação ou a prisão; Ledo consegue fugir para a Banda Oriental. José Bonifacio inaugura uma politica de reacção. «Seu zelo o levou talvez a actos discricionarios, que o verdadeiro liberal reprova, mas escusa e respeita pelos motivos que os produziram.»

O reverso da medalha está na dissolução da Constituinte, que perjurára ao seu mandato, e na prisão e deportação dos tres Andradas e de mais 12 deputados, arguidos por seu turno, pela reacção constitucional, de «famosos demagogos e anarchistas.» (2)

A demissão do Ministerio deu-se a 17 de julho de 1823; a dissolução a 23 de Novembro: acto necessario, que livrou o Brazil da anarchia parlamentar; acto strictamente constitucional, que assegurou ao Imperio a decretação e o juramento de um pacto Fundamental, tido até hoje como um modelo de sabedoria e liberalismo.

---

(1) Manuscripto de José Clemente Pereira, agora exhumado pelo sr. Ernesto Senna. E' uma peça importante para a nossa historia este documento, intitulado — *O Ministerio dos srs. Andradas*. Cumpriria transcrevel-o na integra; mas não queremos abusar da generosa hospitalidade desta illustrada redacção.

Figurará em seu inteiro teôr no folheto em que pretendemos enfeixar esta pequena série de artigos.

(2) «Eram os Andradas politicos vigorosos, renitentes, obstinados. Os seus antagonistas não podiam esperar delles tolerancia, nem quartel. Tornado agora chefe da opposição parlamentar, dominando com seus irmãos a assembléa constituinte, José Bonifacio pagou em duras e impenitentes represalias as violentas aggressões com que os seus emulos lhe haviam amargurado a influencia e o poder. Os Andradas atearam no Parlamento e na imprensa uma guerra inexoravel, de que seguramente não sahia avantajada a popularidade e o futuro do juvenil imperador.

O *Tamoyo* e a *Sentinella*, orgams dos Andradas na imprensa, minavam a existencia attribulada ao gabinete. José Bonifacio, que não possuia dotes oratorios, mal poderia trasladar em arrojos da tribuna a fortaleza varonil do seu espirito, o indomito fervor das suas paixões, e a dura animadversão aos seus contradictores. Mas a politica audaz dos tres irmãos tinha para as luctas do Parlamento a voz de Antonio Carlos, fogosa, eloquente, apaixonada. A assembléa foi então a scena de violentissimos debates, em que o povo, irrompendo no proprio recinto parlamentar, tomou voz pelos Andradas contra os que o seu partido verberava como infestos á liberdade e independencia do Brasil. A sessão de 10 de Novembro de 1823 ficou para sempre memorada como uma das mais tempestuosas. Nem é de extranhar que no seu difficil noviciado a nação ainda inexperta, e os seus primeiros mandatarios se deixassem transviar. Antonio Carlos mostrou-se naquella tormentosa conjunctura um tribuno revolucionario.

As paixões da convenção parecia referverem mais indomitas sob a ardente influição do sol dos tropicos. A crise politica ameaçava sangrentos dessidios ao Brasil...» — Latino Coelho, *op. cit.*

A bordo do navio *Luconia*, seguiram os desterrados a 2 de Novembro para a França. José Bonifacio foi habitar nos arrabaldes de Bordeaux, onde livre do barulho das grandes cidades e rodeado das pessôas que lhe eram mais caras, se consolava com a leitura e cultura da poesia.

Em principios de 1825 fez elle imprimir as *Poesias avulsas de Americo Elysio*, onde se deparam composições notaveis pela fórma genuinamente vernacula e não raras pela inspiração, quaes a *Ode aos Bahianos*, a *Ode aos Gregos*, e outras.

A metrificação é impeccavel. Na Ode intitulada *O poeta desterrado*, o patriota, ulcerado pela injustiça e pela ingratidão, expande a sua indignação contra os seus adversarios.

Ora é a saudade que o punge:

Os labios que ora movem molles versos,
Já levantar souberam da vingança
Grito tremendo, e despertar a Patria
Do somno amadornado.

Mas de todo acabou da patria a gloria!
Da liberdade o brado, que troava
Pelo inteiro Brasil, hoje emmudece,
Entre grilhões e mortes.

Sobre suas ruinas gemem, choram
Longe da patria os filhos foragidos:
Accusa-os de traição, porque a amavam,
Servil, infame bando.

Ah! Não digas, ó zoilo, mal do vate,
Si aos lares seus não volta; acicalado,
Buido ferro afogaria o grito
Que pela Patria erguesse.

Aos inimigos que o lançaram a caminho do exilio e o rojaram a praias extrangeiras:

Maldição sobre vós, almas damnadas!
A taça do prazer a vós vos saiba
Como o mel venenoso das abelhas
Da cisplatina plaga.

. . . . . .

Que um Trasybulo novo se levante
c'um punhado de heróes, a tyrannia
No ensanguentado throno já lutante
Cahirá aos pés exangue.

Outras vezes, esquecendo que a velhice lhe está já intimando a temperança do coração, o estro de José Bonifacio voeja em raptos eroticos. Em vez de cantar como Horacio:

Desine dulcium
Mater sœva Cupidinum
Circa lustra decem flectere mollibus
Jam durum imperiis. Abi
Quo blandæ juvenum te revocant preces: (1)

pede ás consolações do amor o lenitivo ás suas maguas de cidadão e de proscripto.

Nas poesias de *Americo Elysio*, além de muitas originaes composições, deparam-se notaveis trasladações de eminentes poetas, antigos e modernos. A poesia biblica está alli representada pela paraphrase de uma parte do *Cantico dos Canticos*. A musa greco-romana tem no livro a sua parte, nas versões de Pindaro, de Hesiodo e Virgilio. Dos poetas inglezes apparecem trasladados alguns trechos de Ossian e de Young. (2)

VI

Sete longos annos durou o desterro.

Ao cabo deste tempo, voltou o conselheiro Andrada ao Brasil; e tendo perdido na travessia sua boa esposa, companheira dos seus trabalhos, aviso que a Providencia lhe mandava dos males que o aguardavam na patria, beijou coberto de lucto as praias de Nictheroy. O nobre velho é bem recebido do Imperador. Mas de pouco lhe poude elle servir, pois os caminhos da gloria por onde tinha começado a sua carreira estavam semeados de abrolhos impossiveis de se arrancar. Por este tempo o Corpo Legislativo, reconhecendo os grandes serviços prestados á patria por este illustre brasileiro, satisfez aos desejos do governo, que lhe concedeu a pensão annual de 4:000$000.

Retirado á ilha de Paquetá, ainda alli o foi desenterrar a calumnia: forja-se o plano de *republicas* ridiculas, e se apregôa como o seu chefe o venerando ancião, que não responde sinão com o desprezo. E' porém neste mesmo tempo que uma sociedade sabia, a Imperial Academia de Medicina da Côrte, como para o indemnisar, o escolheu para socio honorario, honrando-o assim, e honrando-se egualmente. Egual tributo lhe pagou a sociedade de Instrucção Elementar (3).

---

(1) Horat. *Carm. IV*, 4 -8—Nota 26 do sr Latino Coelho.

(2) Id ibid.—Durando ainda a sua residencia em Portugal, traduziu do grego o idyllio *A' Primavera* Publicou-o em 1816, na impressão régia, com as iniciaes J. B. A. S. Sahiu mais tarde transcripto no *Parnaso Brasileiro*, caderno IV, pag. 51 Vem na edição de 1861, a pags. 140 144, com uma Advertencia.

(3) Cit. *Esboço Hist.* anon.

Eis chegados os ominosos dias de Abril, de longa mão preparados pelos *constitucionaes*, *liberaes* e arruaceiros e por uma soldadesca capitaneada por alguns chefes traidores. (1) Uma eleição imprudente de ministros é o pretexto de que se servem os corypheus da revolução para amotinar as massas inconscientes. E o Imperador, cansado de tanta perfidia, abdica muito voluntariamente o throno em seu Augusto Filho. Reconhecendo em José Bonifacio o seu verdadeiro amigo, lavra o seu testamento politico, nomeando-o Tutor de seus tenros filhos. Nesse dia, na hora suprema do infortunio, escreve Homem de Mello, o fundador do Imperio está abraçado com José Bonifacio: «era a reconciliação, publica e solemne, com o seu glorioso passado de 1822.—A geração da Independencia estava rehabilitada.—Ainda uma vez, a magnanimidade da indole brasileira trouxe-nos este desenlace consolador nessa grande crise do nosso passado». (2)

Não: a geração da Independencia não precisava de rehabilitação. A 7 de Setembro D. Pedro I estava identificado com os Andradas, e estes com o Brasil. Sete de Abril não foi a resultante de 12 de Novembro: *erat in fatis*.

A Camara dos Deputados logo depois annullou a nomeação feita pelo Imperador; mas nomeou tutor ao mesmo conselheiro José Bonifacio, que aliás protestára, defendendo os seus direitos, ou antes os do pae de seus augustos pupillos. José Bonifacio teve então, e por muito pouco tempo, assento na Camara. Nunca, porém, foi orador parlamentar.

Em 1832 surgiu o partido *caramurú*, fiel interprete dos sentimentos de repulsa da nação contra o ensaio de republica, concretisado no governo regencial. José Bonifacio, accusado de *restaurador*, foi envolvido nas intrigas politicas (3) e declarado suspeito. Os *restauradores* foram victimas das maiores violencias nas noites de 2 a 5 de Dezembro de 1833. O governo

---

1 Vid *Album Imperial*, nosso cit. art sobre *D Pedro I*

2 F. I. M Homem de Mello *A Constituinte perante a Historia* in fine. E' um livro um tanto ingenuo e cheio de bôas intenções em relação á revolucionaria Assembléa.

3 Sobre o partido *Caramurú* e a acção dos Andradas na *Restauração*, melhor diremos no artigo referente a Antonio Carlos. Entretanto, desde ja deixaremos consignado este facto:

No catalogo dos manuscriptos e autographos deixados por S M. o Imperador D. Pedro II, na Quinta da Boa Vista, encontra-se o seguinte periodo:

«Carta autographa de D. Pedro a Antonio Carlos de Andrada, datada de Lisboa, 14 de setembro de 183.., na qual se lê a seguinte declaração:

«Art. 1.º A minha abdicação está valiosa, jamais tive tenção de a declarar nulla».

No art. 2.º depois de longas explicações, conclue: «Amo muito o Brasil; amo muito a meus filhos e a todos os meus concidadãos: eu amo multissimo a minha honra e a minha reputação; respeito sobremaneira o juramento que voluntariamente prestei á Constituição brasileira, para ir emprehender cousas que não sejam legaes e que não conformes com a vontade geral da nação brasileira, a que pertenço»

Tudo do proprio punho do Primeiro Imperador.

Commentando este documento que foi colligido pelo dr. José Maria Vaz Pinto Coelho, escreveu a gazeta republicana *O Tempo*, em setembro de 1892:

«E' este documento da maior valia para o conhecimento exacto de um dos mais agitados periodos da nossa historia politica

Sabemos que, depois da abdição do Primeiro Imperador, os politicos adhesos ao seu governo e os que por despeito, espirito de opposição ou desgosto pela incapacidade do governo regencial, procuravam a volta de D. Pedro I e conspiravam contra a validade da abdição na pessoa de seu filho.

chefiava os motins, sequioso de arrancar ao velho patriota a tutoria de D. Pedro II. Conseguiu o seu fim sinistro.—Nesses dias fataes, quebram-lhe as vidraças, cobrem de baldões e injurias seu nome respeitavel, e o governo, sem o menor direito, suspende o Eleito da assembléa: o tutor de D. Pedro II é conduzido á prisão por um capitão. A Camara sanccionou com applausos de sua maioria todas as medidas tomadas pelo Ministerio da Regencia.

Soffreu coacção e espionagem em Paquetá durante alguns mezes. E um historiador rende graças ao governo dictatorial; «não foi de outro modo perseguido, nem gouve empenho politico em obstar a sua absolvição no processo que de necessidade lhe instauraram...» (1).

Depois da terrivel catastrophe, os restos de vida sensitiva e intellectual que ainda animavam o conselheiro Andrada foram-se esvaecendo pouco a pouco, até que pelas 3 horas do dia 6 de Abril de 1838, na mesma data do anniversario em que fôra nomeado por D. Pedro I tutor de seus filhos, no mesmo dia em que se amontoou o combustivel em que deviam arder a tranquillidade e a paz do Brasil. foi sua alma pura receber o galardão de seus feitos da mão d'Aquelle que sonda os corações, e. indulgente ás fraquezas da misera humanidade, leva-lhe em conta até a menor parcella de virtude.

Morreu pobre, como pobre vivera. Recusou todas as condecorações e o titulo de marquez, offerecidos pelo primeiro Imperador. Não representou S. Paulo nas Côrtes Constituintes. Foi apenas deputado á Assembléa dissolvida e seu presidente e vice-presidente. Nunca foi Senador do Imperio o Patriarcha da Independencia, o Washington, ou si preferirem, o Franklin brasileiro... o nosso Humboldt!

—José Bonifacio—é um contemporaneo e amigo quem fala —era de estatura menos que ordinaria, de figura regular, branco e loiro na sua mocidade, de olhos pequenos e vivos, que descobriam a delicadeza de suas sensações e finura de seu espirito. Sua conversação era amena e jovial, e recheada de labaredas de espirito, cheia de allusões finas e engraçadas. Os seus costumes eram doces, sua bondade quasi angelica estava

---

Esses *Sebastianistas* de então eram chamados *caramurús* e as suas principaes figuras eram José Bonifacio, tutor do menino imperador, e seu irmão Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, o grande orador da Constituinte.

Acreditara-se que a destruição da Sociedade Militar pelo povo e a prisão de José Bonifacio tinham sido as causas destruidoras do partido *caramurú*. A carta que acima transcrevemos prova que foi apenas a lealdade de D. Pedro I ao acto, espontaneo, de sua abdicação.

Por aquelles annos, a imprensa liberal accusava Antonio Carlos de ter ido á Europa convidar o imperador *a voltar* e o *Sete de Abril* dedicou-lhe á viagem uma celebre poesia humoristica. Os *caramurús* negaram-na, mas vemos hoje que era verdade.

D. Pedro I não foi restabelecido no throno, porque não quiz acceder ao convite dos *caramurús*.

Essa licção é um aviso, porque ha acontecimentos historicos que se reproduzem.»

(1) J. M. de Macedo. Cit. *Esboço Hist.* anon.

pintada no seu rosto; sua paciencia era stoica, sua tolerancia evangelica, sua caridade verdadeiramente christã. Elle nunca conservou rancor, nunca esqueceu beneficio, nunca recusou soccorro a quem lhe o pedia. Não procurou inimizades sinão por bem do Brasil; si a difficuldade das circumstancias em que se achou collocado o fez desviar da senda do estricto direito, o seu coração não teve parte no que a cabeça prescrevia. Emfim teve defeitos, porque era homem, porém os seus defeitos eram pontos mui imperceptiveis no mar de suas bôas qualidades.

A 7 de Setembro de 1872, no quinquagesimo anniversario da independencia, foi Inaugurada na praça de S. Francisco de Paula, na cidade do Rio de Janeiro, com toda a solemnidade, a estatua de José Bonifacio de Andrada e Silva, obra do estatuario francez Luiz Rochet, o mesmo que tambem fizera a do Fundador do Imperio.

Ao discurso do orador do Instituto Historico, de onde partira a iniciativa para a execução da idéa, respondeu o Imperador:

«As nações engrandecem-se com as homenagens prestadas a seus varões illustres. José Bonifacio de Andrada e Silva é digno da veneração que lhe tributam os brasileiros, e eu lhe consagro como grato Pupillo.»

O monumento compõe-se de uma estatua pedestre, de bronze, representando o grande patriota trajando á côrte, tendo na mão esquerda o manifesto de 6 de Agosto de 1822 em que proclamara aos povos a nossa emancipação politica, e na direita a pena com que o escrevêra; apoia essa mão em livros amontoados numa cadeira de estylo grego. Ornam-lhe o pedestal quatro figuras allegoricas, symbolisando a Justiça, a Poesia, a Sciencia e a Integridade, vasadas tambem em bronze massiço. A inscripção consta do seu nome e data da proclamação da nossa independencia. A base em que assenta o monumento é de marmore rosa do monte Jura, e os degráus da escada octogonal que o circumda são de granito do Rio de Janeiro.

A' inauguração da estatua assistiram, além de S. M. o Imperador, S. M. a Imperatriz, SS. AA. a Princeza Imperial e o sr. Conde d'Eu, grandes do Imperio, o Instituto Historico e Geographico Brasileiro e enorme concurso de povo.

De S. Domingos, em Nictheroy, o seu cadaver, convenientemente embalsamado, foi depositado nas catacumbas da Ordem do Carmo da Côrte, e mais tarde transferido para a cidade natal, como em testamento pedira.

Na cidade Andradina repousa o maior dos Andradas,—«homem monumento, homem tres monumentos: um, pela sciencia, outro pela poesia, outro pela gloria de patriarcha da indepen-

dencia da patria; José Bonifacio, rei de tres corôas, viveu, floresceu, resplendeu, e morreu sendo o admiravel symbolo da simplicidade estupenda, do desinteresse inexcedivel, da probidade brilhante, sem jaça, e do patriotismo mais acrysolado.»

A 7 de Setembro de 1872 foi collocada sobre a sua sepultura a pedra tumular offerecida pelo insigne artista Antonio Carlos do Carmo (1), digno filho da cidade Franca do Imperador.

Retiro, Março, 1907.

E. Leão Bourroul.

---

(1) De nossa biographia de Antonio Carlos do Carmo, publicada em nossa *A Justiça*, da Franca, em 1884:

— Em 1869, achando-se em Santos, soube que naquella cidade, na egreja do Carmo estavam sepultados os restos mortaes do Conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva sem que ao menos houvesse sobre a sepultura uma pedra com alguma inscripção que attestasse aos vindouros que alli repousavam os restos mortaes do Patriarcha da Independencia. O patriotismo de Antonio Carlos do Carmo revoltou-se contra tanto esquecimento e ingratidão e immediatamente mandou preparar uma lapide com inscripção; e a 7 de Setembro daquelle anno fez a collocação della, que ainda hoje póde ser vista no centro do altar-mór da Egreja do Convento logo que se transpõe o arco-cruzeiro.

Eis a inscripção:

AQUI JAZ
O Patriarcha da Independencia do Brasil
grande e desinteressado
patriota, distincto cidadão,
JOSE' BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA
Tributo á virtude
honra e merito
Pelo artista A. C. do Carmo
Santos 7 de Setembro de 1869 47 annos.

A respeito deste piedoso e patriotico acto lê-se na *Correio Paulistano* de 10 daquelle mez e anno:

Tumulo de José Bonifacio. — A 7 do corrente foi posta uma pedra marmore sobre o tumulo do notavel «paulista José Bonifacio de Andrada e Silva» cujas cinzas acham-se em uma das sepulturas da capella-mór da Egreja do Carmo em Santos.

Este acto piedoso foi feito pelo artista Antonio Carlos do Carmo, filho desta provincia e director da companhia equestre que trabalha actualmente em Santos.

E' digno de louvor o modesto patriotismo daquelle artista

Deu-se o acto sem a minima solemnidade, estando presentes duas ou tres pessôas simplesmente apesar da consideração que em *palavras* tributa-se entre nós *áquelle grande vulto da historia patria*.

— Pela lei n. 7 de 9 de Março de 1886 ficou o Governo da Provincia «auctorisado a despender até a quantia de 10 contos de réis com o levantamento de um tumulo no logar mais conveniente na cidade de Santos, para encerrar os preciosos restos do grande cidadão José Bonifacio de Andrada e Silva, fallecido em 6 de Abril de 1838.» Este projecto apresentado pelo sr. coronel Joaquim Benedicto de Queiroz Telles (barão do Japy) foi sanccionado pelo sr. conselheiro João Alfredo.

— Escreveu o sr. dr. Alfredo Moreira Pinto em 1898:

«A commissão encarregada de erigir um mausoléu a José Bonifacio, depois da acquiescencia do conego dr. Eduardo Duarte da Silva a 7 de Dezembro de 1889 reuniu-se na capella mór da egreja do convento do Carmo e procedeu a exhumação dos ossos do grande morto. Erguendo-se a pedra marmore que existia sobre a sepultura mandada collocar pelo paulista, artista e director de uma companhia equestre Antonio Carlos do Carmo, estavam os ossos do grande finado dentro de um caixão de zinco tendo por fóra do mesmo taboas de outro caixão

Recolhidos em uma urna ficaram depositados na capella-mór até o dia 12 do mesmo mez de Dezembro, em que foram conduzidos para o mausoléu, no centro do claustro do convento, onde ainda descançam.

O mausoléu é de muito gosto artistico e obra de Bernardelli.

Ha sobre elle o corpo do Patriarcha, de marmore, sobre um caixão sem tampa, repousando a cabeça sobre um travesseiro e coberto com um manto de bronze.

Está resguardado por um alpendre de vidro e cercado por um gradil de marmore.

Aos pés foi collocada a pedra offerecida por aquelle artista.

JOSE' BONIFACIO (O velho)

TESTAMENTO (1)

EM NOME DE DEUS, AMEN!

Eu, José Bonifacio de Andrada e Silva, estando em perfeito juizo e não sabendo o termo de minha existencia, fiz este testamento como minha ultima vontade, e é da maneira seguinte:

Sou natural da provincia de S. Paulo, deste Imperio do Brasil, nascido e baptisado na Villa de Santos, filho legitimo do coronel Bonifacio José Ribeiro de Andrada com d. Maria Barbara da Silva, ambos ao fazer deste já fallecidos.

Fui casado com d. Narcisa Emilia Oleary de Andrada, já fallecida, de quem tive duas filhas, a saber:

D. Carlota Emilia de Andrada, casada com Alexandre Antonio Vandelli,

E d. Gabriella Frederica Ribeiro de Andrada, casada com o conselheiro Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

Declaro mais que tenho outra filha natural, chamada d. Narcisa Candida de Andrada, a quem sempre reconheci e criei como minha verdadeira filha, e se acha legalmente legitimada.

Nomeio por meu testamenteiro:

Em primeiro logar ao Desembargador Francisco de França Miranda;

Em segundo logar a meu irmão Martin Francisco Ribeiro de Andrada;

Em terceiro logar ao Reverendo Luiz da Veiga Cabral; aos quaes hei por abonados, independente de prestação de fiança alguma.

Nomeio para tutor e curador de minha filha D. Narcisa Candida de Andrada a meu presado irmão Martin Francisco Ribeiro de Andrada, a quem peço que emquanto esta minha filha não tomar estado, a não separe da companhia de sua tia D. Maria Amalia Nebias, em attenção ao amor de mãe com que a tem tratado, serviços que lhe tem prestado, e confiança que n'ella faço.

O meu corpo será, sem pompa, sepultado na igreja aonde ultimamente me tiver dado a rol, e o respectivo Parocho dirá uma missa de corpo presente por minha alma.

Declaro que tenho, na provincia de S. Paulo, districto de Parnahyba, uma fazenda de terras para criação, a qual se chama *Monserrate*.

Tenho mais na dita provincia, districto da Villa de Santos, uma porção de terras chamadas *Oiteirinhos*.

---

(1) Por julgarmos de interesse, transladamos como Annexos o Testamento de José Bonifacio e a parte terceira de um poemeto do illustre diplomata Miguel Maria Lisbôa, Barão de Japurá, intitulada *O Patriarcha da Independencia*. Este poemeto vem nos Romances Historicos, publicados em Valle de Renca, no Chile, em Janeiro de 1842, obra hoje muito rara.—*E. L. B.*

Tenho mais na dita provincia, districto de Piracicaba, uma parte n'um engenho de assucar, com suas terras e bemfeitorias, do qual meu irmão Martin Francisco Ribeiro de Andrada é director e administrador.

Tenho mais no districto do Rio de Janeiro, em a ilha de Paquetá, uma pequena chacara, com casas e mais bemfeitorias, em cuja casa se acha depositada a minha numerosa livraria (pouco mais ou menos seis mil volumes), afóra os meus manuscriptos.

Tenho encaixotada uma consideravel collecção mineralogica em casa do tenente-coronel José Joaquim dos Santos, assistente na rua do Lavradio, e tanto nesta como em livros empreguei toda a minha tal ou qual fortuna.

Tenho em guarda de Antonio Luiz Fernandes Pinto quatro apolices do governo que vencem cinco por cento; a saber: tres d'estas acções são de um conto de réis cada uma, e a quarta sómente de quatro centos mil réis.

Tambem se acha ao fazer deste em sua guarda uma porção de dinheiro que ao presente delle vou gastando; o que tudo melhor constará da conta que elle apresentar, pois é negociante honrado nesta praça e homem de bem.

Ficaram da minha fallecida mulher as joias seguintes:

Dois fios de perolas, a saber: um mais fino, outro mais graúdo.

Uma pluma.

Brincos e alfinete de peito tambem ornados de perolas.

Quatro memorias de ouro com suas pedras de pouco valor.

Um cordão de ouro de quatro palmos de comprido.

E duas caixas de ouro para uso de rapé, a saber: uma esmaltada e outra lisa.

Tenho ao fazer deste alguma prata para uso da mesa e luzes que não declaro por poder desencaminhar-se alguma peça em minha vida e será a que se achar por meu fallecimento.

Declaro que tive contas em vida do fallecido Antonio Rodrigues da Silva, natural do Rio de Janeiro, e a meu vêr as julgo saldadas a meu favor, entrando nellas duzentos mil réis que ultimamente lhe tinha dado, e cem mil réis que dei á sua enteada para o enterro daquelle, do que existe recibo.

Tambem me são devedores algumas pessoas, cujos nomes e creditos se acham, parte em meu poder, e parte em mão de Antonio Luiz Fernandes Pinto, já mencionado, que ao todo andará pouco mais ou menos por um conto e seiscentos mil réis.

Declaro que até a data de hoje, por conta que me foi remettida, devo ao Sr. Luiz de Menezes de Vasconcellos Drummond, a quantia de quatro contos e duzentos e dezoito mil e novecentos réis, de prestações que me tem feito, entrando nellas o importe de minha passagem de França para o Brasil e todas as despesas do funeral da minha fallecida mulher.

Declaro que tenho despendido varios dinheiros em beneficio de minha filha D. Carlota Emilia de Andrada e seu marido, em

prejuizo dos mais herdeiros, e para desencargo de minha consc.encia deverá entrar em collação com as despesas que ultimamente fiz com ella e seu marido a saber:

Um conto cento e setenta mil réis de sua passagem de Portugal para o Brasil.

Cento e oitenta mil réis de sua passagem para Santos.

Cento e cincoenta mil réis, dinheiro adiantado, que por ella recebeu nesta occasião seu marido para a dita viagem.

E duzentos e oitenta mil réis por uma letra de cambio passada em Lisbôa, á ordem de João Ribeiro de Carvalho; o que tudo somma um conto setecentos e oitenta mil réis.

Deixo á minha afilhada Carlota Emilia Machado, que ao presente se acha em minha companhia, cem mil réis.

Deixo a meu irmão Martin Francisco Ribeiro de Andrada todos os meus manuscriptos que se acharem desencadernados.

Declaro que deixo por universal herdeira da minha terça a minha filha D. Narcisa Candida de Andrada, em cuja terça é minha vontade entrarem em collação as quatro apolices do governo, acima mencionadas, igualmente uma criança cabrinha chamada Constança, e um preto de nação chamado Pedro.

Deixo igualmente os meus serviços (si Sua Majestade Imperial os julgar dignos de alguma remuneração) a José Maximiano Rodrigues Machado, na condição de se verificar o casamento com a dita minha filha D. Narcisa Candida de Andrada, por este m'a ter pedido para sua esposa e eu o julgar muito capaz; porém, no caso que por algum incidente se não verifique com elle o dito casamento, passarão á pessoa que com ella casar com approvação do tutor.

E por esta fórma dou por c ncluido este meu testamento, que quero que se cumpra, por ser esta a minha ultima vontade, e para este fim imploro a protecção das leis; e pedi ao dito Reverendo Luiz da Veiga Cabral, que este por mim fizesse, o qual vai por mim assignado.

Rio de Janeiro, na ilha de Paquetá, 9 de Setembro de 1834.

José Bonifacio de Andrada e Silva.

Padre *Luiz da Veiga Cabral.*

O auto de approvação é datado do mesmo dia e foi feito por Francisco Manuel de Mello, tabellião e escrivão do juiz de paz do districto da freguezia do Senhor Bom Jesus do Monte da ilha de Paquetá.

Assignaram como testemunhas: José Martins Vianna de Castro, José Narciso de Cerqueira, João Pereira de Carvalho e Silva, Joaquim Antonio de Almeida, João Francisco Graça e João Marcellino Rodrigues.

Foi apresentado, em 6 de Abril de 1838, pelo testamenteiro, o Desembargador Francisco de França Miranda, ao escrivão interino da provedoria da cidade de Nictheroy, Silvestre dos Reis

Nunes, e aberto pelo juiz municipal interino, o cidadão Manuel de Frias e Vasconcellos, que mandou se cumprisse e se registrasse.

No dia 8 do mesmo mez assignou o Desembargador Francisco de França Miranda o termo de aceitação dos encargos da testamentaria.

Em 17 de Setembro de 1840 mandava o promotor interino dos residuos, o advogado Alexandre Moreira de Sousa Requião, que o testamenteiro provasse que o testador fôra sepultado na matriz em que ultimamente se déra a ról, como determina uma de suas disposições.

«Nada consta dos autos a respeito, lê-se na *Revista Popular*, XII, 1861; sabe-se, porém, que o corpo do illustre finado foi embalsamado e transportado de Nictheroy para esta côrte e depositado nas catacumbas da igreja da Senhora do Monte do Carmo e depois trasladado para a Villa de Santos.

«As visceras foram sepultadas, creio que sem ceremonia religiosa de qualidade alguma, na capella de Nossa Senhora da Conceição de Nictheroy, onde o Padre Jeronymo Maximo Rodrigues disse uma missa de corpo presente, de esmola de quatro mil réis, por alma do fallecido, a pedido do irmão do finado, Martin Francisco Ribeiro de Andrada».

O PATRIARCHA DA INDEPENDENCIA

ROMANCE TERCEIRO

O FUNERAL (1)

Eu vejo Nicthero de iucto coberto,
Eu vejo o mar quieto, e o zephiro mudo!
A grande cidade parece um deserto,
Nas margens do lago concentra-se tudo!

Nos muros altivos, do Franco feitura,
Em tempo marcado a bombarda arrebenta,
Quaes tristes gemidos com que a amargura
Do velho Nicthero no peito se ostenta!

Eu vejo cem barcas com remos pausados,
Cobertas de lucto, a lagôa sulcando,
Quaes veem-se na Australia de cysnes pesados
As negras fileiras em ordem nadando.

---

1) Os que tiverem presenciado o funeral de José Bonifacio, reconhecerão o quam fielmente procurei descrever aquella funebre pompa. Como porém esse numero é limitado, devo explicar que o velho Andrada falleceu em S. Domingos, pequena povoação fronteira á cidade do Rio de Janeiro; dalli foi transportado na galeota imperial, com numeroso sequito de falúas, á rampa do largo do Paço, onde desembarcou; passou pela frente do paço imperial: e atravessando o largo, foi receber as honras funebres na egreja dos Terceiros do Carmo.—(Esta Nota e a seguinte são de M. M. Lisbôa).

Entre ellas ávante de todas vê-se uma
De mestos accordes as auras enchendo,
Que são compassadas c'o fervor da espuma
E o gemer dos remos com pausa batendo.

Galeota imperial que após todas avança,
De negro velludo traz eça pesada,
E em triste ataúde sobre a eça descança
Tudo o que á terra pertence de Andrada.

'Inda hontem domava mil almas curvadas,
Brilhava entre genios, igualava aos numes;
E' hoje um montão só de cinzas geladas,
Sustidas com custo por finos perfumes!

A argentea madeixa já nada encadêa;
O baço olho azul a si já nada attrahe!
No mundo do tempo cruel tudo é prêa;
Perece assim tudo; tudo assim decahe!

Mas a alma sublime que animava Andrada,
Alma sempre intenta da patria na gloria,
Terá em nossos peitos eterna morada,
Viverá pr'a sempre na nossa memoria;

Sem que o tempo possa jámais consumil-a,
Sem que a dura louza com seu peso a esmague,
Sem que o frio gelo da campa tranquilla
Dos nossos affectos os fogos apague.

Nos fortes castellos que Nicthero guarda,
A altiva trincheira relampeja e fuma,
E estouram a um tempo as vozes da bombarda,
Que ha pouco se ouviam só uma por uma.

E do Guanabara nos muros limosos
A barca funérea por fim deposita
Do Andrada immortal os despojos preciosos
Em que um povo inteiro tristes olhos fita.

E quando (ó portento!) da barca descia
O esquife sagrado á apinhoada praça,
A lua que em lucto seu rosto cobria,
Rompe as negras nuvens e o feretro abraça! (1)

---

1) Este poetico incidente, filho sem duvida do acaso, occorreu literalmente como o descrevo no texto, e eu presenciei.

Um distincto poeta nosso, a cuja opinião dou o maior apreço, observou-me que no verso *de arte maior*, devia haver sempre cadencia na segunda syllaba. Sem impugnar a regra, creio comtudo que ella admitte excepções: os Castelhanos, que usam muito deste metro, ás vezes põem a cadencia na primeira ou na terceira syllaba, como no 5.º verso dos seguintes de Zorrilla:

E o feretro passa ante o nobre aposento
D'onde a Augusta Prole de reis poderosos
Do amigo contempla o triste sahimento
Com peitos sentidos, com olhos chorosos.

De accesos brandões uma dupla ala traça
Do sequito funebre a vereda augusta;
E' mais tudo um mar de cabeças que a praça
Inunda, e murmura, e ameaça e assusta.

Um templo elegante, profuso em lavores,
Recebe em seu seio o feretro sagrado;
Mas hoje se occultam seus ricos primores
Nos negros tapizes que teem-no enluctado.

As funebres tochas que brilham aos centos
E tudo abrasar em seu lume parecem,
Só deixam vêr rostos de dôr macilentos,
Só ólhos que amargas lagrimas aquecem.

De balsamos finos são urnas fechadas
As almas dos homens que egualam aos Numes;
Urnas que sómente depois de quebradas
Derramam na terra seus ricos perfurmes!

Da Virgem do Carmo no templo sumptuoso
Tristes catacumbas em um claustro erguidas,
Recebem as cinzas do heróe generoso,
Por finos perfumes com custo sustidas;

C'os Anjos os guardam, solicitos, mestos,
Até que, sulcando o procelloso pégo,
Do velho Patriacha os acatados restos
Em terra paulista vão buscar socego.

MIGUEL MARIA LISBÔA.
(Barão de Japurá).

Gigante sombrio, baldon de Castilla,
Castillo sin torres, ni almenas, ni puente,
Por cuyos salones em vez de tu gente
Reptiles arrastran su piel amarilla,
¿ Di-me ? que se hicieron tus nobres señores
Tus ricos tapices de sedas y flores ? etc.

Si, portanto, em escrever um ou outro destes versos com cadencia na 1.ª syllaba ha incorrecção, consola-me o ter por companheiro em tal falta a um genio tão distincto como Zorrilla.

DICCIONARIO TOPOGRAPHICO

DA

COMARCA DE CASA BRANCA

(Estado de São Paulo, Brasil)

POR

LAFAYETTE DE TOLEDO

1899

Coordenado pelo dr. Alfredo de Toledo

ADVERTENCIA

Já estava quasi concluida esta obra quando, neste anno, foram promulgadas as leis creando o municipio de Tambahú e transferindo o districto de Itobi, de São José do Rio Pardo para Casa Branca. Por esta razão é possivel que haja algum engano na designação de qualquer localidade, como pertencente a um ou a outro municipio.

Casa-Branca, dezembro, 1898.

L. DE T.

Geographia é a descripção de varias regiões e *chorographia* a de uma parte limitada da terra, como um estado, uma provincia, etc. Quando a descripção se restringe ainda mais, como a uma cidade, uma villa, designa-se com o nome de *topographia*.

José Pompeu.

Isto são uns apontamentos, que fiz para os gastos de casa, e tambem para o publico.

João Alvares Soares.

Diccionario Topographico da Comarca de Casa Branca

Açude—Correguinho, no sitio Cachoeira, aff. do rio Verde.

Agua Branca—Corrego na fazenda da Prata, affluente do Cocaes.

Agua Comprida—Corrego. Vide Comprido.

Agua Fina—Correguinho na fazenda Barreiro, affluente do Pederneiras.

Agua Fria—Quarteirão pertencente a este districto policial. Seu nome indigena é Iroiçá, pelo qual, aliás, não é conhecido. A denominação provém do corrego Agua Fria, do municipio de São José do Rio Pardo.

Agua Parada—Referindo-se á noticia sobre Agua Parda, que inserimos neste trabalho, escreveu o dr. Aristides Serpa em *O Povo*—jornal do Sacramento (Minas): « Com effeito nenhum logarejo, nem rio, existe com esse nome no municipio de Casa Branca. Ha, porém, é certo, um pequeno lacrimal, situado na antiga estrada de rodagem que de Casa Branca ia a São José do Rio Pardo, e hoje cortado pelo ramal deste ultimo nome da linha ferrea Mogiana, denominado Agua Parada. Não será a esse que se refere Moreira Pinto? »—E' de facto a esse lacrimal que se refere o illustre geographo, pois outro não ha na comarca.

Agua Parda—Moreira Pinto, em seu importante Diccionario Geographico do Brasil, vol. I, pag. 91, dá noticia de um logarejo da provincia de S. Paulo, no municipio de Casa Branca, sob o nome de Agua Parda. Ha engano: neste municipio não ha logarejo, nem corrego ou rio algum com essa denominação, e sim com a de Agua Parada.

Agua Santa—Vide Agua Virtuosa.

Agua Suja—Fazenda e bairro no districto de Itobi.

Agua Virtuosa—Um dos quarteirões em que se divide o districto policial desta cidade.—Bairro a pequena distancia da povoação. Seu nome é derivado de uma nascente de agua mineral, que já não existe e a que o povo attribuia milagres e virtudes. O bairro é tambem conhecido por Agua Santa. Vide este nome.

Agudo—Serra que atravessa o municipio de Santa Cruz das Palmeiras, na direcção de nordéste a léste e estabelece divisas daquella circumscripção com a de Casa Branca. E' a principal elevação do terreno, muito fertil, e uma continuação da serra do Campo Alegre. Ahi foi colocado um observatorio pelo dr. Martinho Prado.

AJURÚ—Nome brasileiro, generico, do papagaio. Etym. brasileira: *a*, gente, + jurú, boca: allusão ao falar o papagaio como a gente (MACEDO SOARES).—Aiurú, ajurú, arejú, in genere avis Psittacus (MARTIUS).—Moraes diz que ajurú é papagaio; e Abbeville escreve juruue.

ALAMBARI—Corrego neste municipio.—Significa, em linguagem indigena, rio de peixe côr de prata (A. MARQUES).—Disse-me o Visconde de Beaurepaire—Rohan que na provincia de S. Paulo, e, portanto, Paraná, sempre se diz alambari, ao passo que em Mato Grosso, lambari. Suppõe que ambas as palavras sejam corruptela do tupi *arambari* (sardinha) ou *araveri*, como traz o diccionario tupi de Martius (TAUNAY). Numa correspondencia de Aguas do Lambari (Minas), para o *Diario de Noticias*, do Rio, lê-se: « Deixe-me pôr aqui um pedaço de pedantismo lexicographico. « Lambari não é nome indigena, tupi ou guarani pelo menos; « pois a lingua geral dos brasis não tem *l*. Ha de ser Arambari « ou Rambari (*r* fraco). Assim como Parati é a contracção de « parait+y, rio do parati, Lambari é rio do peixe rambari. »

Esta definição é verdadeira, pois rambari é o nome indigena da nossa sardinha.—De umas notas do ex-imperador d. Pedro II ao livro *Curiosidades naturaes do Paraná* pelo Visconde de Taunay, publicadas no *Jornal do Commercio*, em 1892, extractamos a seguinte explicação do vocabulo *alambari*:—Ará, dia; mbá cousa; y, agua. Não será nara mbá, habitante, mirim, pequeno, y, rio,—pequeno habitante do rio? »

ALAMBARY—Vide Alambari.

ALAMBIQUE—Capão, na estrada de Mocóca, além do Mato Secco.

ALBINO—Corrego a pequena distancia da cidade. Tira seu nome do de Albino Teixeira da Silva, que risidiu longo tempo numa chacara que lhe fica proxima. Desagua no Lambari.

ALEGRIA—Fazenda de cultura de café, pertencente aos herdeiros de José Prudente Correia.

ALTO - Capão, na chacara Bôa Vista.

ALTO ALEGRE—Fazenda agricola, no bairro da Vargem Grande, pertencente a Francisco Candido Alves da Cunha.

AMARGURA—Primitivo nome na rua Barão de Casa Branca, desta cidade.

AMAZONAS—Avenida no patrimonio da Lagôa.

AMERICA—Avenida do Novo Bairro.

APARTADOR—Fazenda neste municipio em 1826; foi dividida em 1854, e confina com as de Cocaes e Piçarrão.

APPARECIDA—Fazenda agricola, no bairro da Vargem Grande pertencente a Antonio Cesar dos Santos.

AREIA BRANCA—Corrego neste municipio, affluente do Cocaes.

AREIÃO—Corrego no districto de Tambahú. Na lei estadual n. 79, de 25 de agosto de 1892, vem escripto *Ancião*, em vez de *Areião*. Desagua no rio Tambahú.—Logar proximo á povoação do Rio Verde (hoje Itobi).

Areias.—Antigo quarteirão policial, hoje extincto.

Argentina.—Avenida do Novo Bairro.

Arrependido.—Um dos quarteirões em que se divide o districto policial de Casa Branca.—Ribeirão, affluente do Tambahú. Fazenda agricola.—Serra.

Aterradinho —Logarejo a 3 kilometros, onde, em tempos remotos, houve um regular nucleo de povoação. Era um *pouso*, e ahi descançavam os tropeiros e carreiros que transitavam na grande estrada de S. Paulo a Goias. Em 1857 havia ahi uma casa de negocio e rancho á esquerda; hoje, apenas se vêm restos de taipas e de edificações.—Estação da linha ferrea Mogiana, hoje supprimida.—Corrego na estrada desta cidade á Vargem Grande.—Fazenda agricola pertencente a Bartholomeu Contini e outros.

Aterrado.—Logarejo proximo á cidade, tambem conhecido por Aterradinho. Vide este nome.—Corrego, affluente do Sucuri.

Baião.—Corrego, na faz. Morrinhos.

Barão de Casa Branca.—Rua desta cidade, assim denominada em honra áquelle titular (tenente-coronel Vicente Ferreira de Silos Pereira). Teve successivamente os nomes de Amargura, Direita e Tenente-Coronel Silos.

Barbosa.—Corrego, affluente do Cocaes.

Barra Grande.—Logar, na fazenda Terra Vermelha de Cima, onde o Tambahú recebe um seu affluente. Diz o dr. Souza Coulam que a Barra Grande é a confluencia do Arrependido e Bebedouro e origem do Tambahú.

Barraca —Corrego, affluente do da Prata

Barreirinho — Fazenda agricola.— Corrego, affluente do Tambahú.

Barreiro.—Corrego neste mun.; faz barra no Lambari.—Corrego, affluente do Cocaes.— Corrego, affluente do ribeirão da Resacca.—Fazenda agricola pertencente a Eugenio Ferreira de Castro e outros, locada a 50° N O da cidade de Casa Branca, na distancia approximada de 24 kilom. e a 30° N E da estação de Tambahú, na distancia de 15 kilom. Agronomicamente, divide-se em tres regiões distinctas: os altos serrados de areia solta e profunda, que se extendem além de S. Simão, imprestaveis a qualquer cultura, com vegetação *infezada*, que mal serve de magra pastagem, colocados a N O da fazenda, notaveis por occuparem sempre os pontos mais elevados da contra-serra; a parte central, composta de terras fortes, ricas de humus e oxido de ferro, de subsólo profundo, quasi toda occupada com cafézaes, que apresentam vegetação pujante e fructificam notavelmente; e a parte a N E, occupando approximadamente um terço da área total, compostas de campos rasos, de hervagem fechada, offerecendo boas pastagens no tempo das aguas. A parte central presta-se vantajosamente a todas as culturas: cereaes, canna de assucar, tabaco etc; a canna, porém, posto que tenha um

desenvolvimento notavel, não tem a riqueza saccharina equivalente, phenomeno este devido á propria força do sólo, que fornece seiva em quantidade superior á convertivel pela acção dos raios solares. Esta região é regada por muitos correguinhos, todos affluentes do corrego das Pederneiras, tributario do rio Pardo, e que serve de linha divisoria entre esta fazenda e a dos Morrinhos. A lavoura dominante, em 1896, era a do café e alguns cereaes em quantidade sufficiente apenas pora o consumo local Em suas matas e capoeirões abundam o cedro, o oleo, a peroba, a canela, e nos cerrados o jacarandá. Pela medição feita judicialmente em 1896 verificou-se que a fazenda Barreiro contém 1.568,29 hectares e foi avaliada em 178:695$235.— Em tupi, segundo Martius, barreiro significa goara-piranga.—Barreiro: Assim se chamam os terrenos salitrados, mui procurados pelos animaes, e sitios sabidos dos caçadores para a espera e caçada das antas (Severiano da Fonseca).

Barro Amarello.—Grota, na faz. Varzea Grande, proxima ao rio Verde.

Barro Preto — Corrego, aff. do Pederneiras. — Logar, na faz. Cachoeira.

Barro Vermelho—Corrego, na fazenda Paciencia.

Bassoróca—Sebastião Dias designa com este nome o mesmo phenomeno que nós aqui conhecemos com o de *soróca*. «E' uma excavação caprichosa,—diz elle, falando da bassoróca proxima á chacara do sr. Celestino Ribeiro Pinto, em Mogi-mirim, — que occupa talvez tres hectares de área, principiando com a profundidade de 15 metros, e continuando sempre mais profunda para os lados do campo do Belém, até manifestar-se como um abysmo medonho. O interior da bassoróca é um labyrintho composto de cavernas, grutas extensas e corredores invios, formados pela filtração e queda lenta das aguas. O sólo é quasi todo arenoso; mas, de espaço a espaço, apresenta vegetação, diversos detritos de plantas, argila de diversas côres, amigdaloides e outras pedras exquisitas.» Neste municipio as bassorócas mais notaveis são as da proximidade da povoação e a da fazenda dos herdeiros de José Carneiro; e têm egualmente as denominações de soróca, bossoróca, vossoróca e botoróca.

Bebedor—Vide Bebedouro e Lambedor.

Bebedouro—Um dos quarteirões policiaes em que é dividido o districto de Casa Branca.—Corrego no districto de Tambahú. —Fazenda.

Brejão—Importante fazenda de cultura de café, pertencente a d. Veridiana Prado e dr. Eduardo Prado e a 3 leguas de Casa Branca. A lei provincial n. 118, de 22 de abril de 1885, desmembrou-a deste municipio e annexou-a ao de Santa Cruz das Palmeiras.

Bella Vista—Faz., proxima á estação de Corrego Fundo.

Beserra—Corrego, affluente do Quebra-Cuia.

Bexiga—Logar na faz. Lambari.

Bico Branco—Sitio, na faz. Bebedouro.

Bico de Pato—Fazenda agricola, pertencente a João Ferreira de Castro.—Serra.

Boa Esperança—Fazenda de plantação de canna e café, que pertencéra ao capitão José de Freitas Garcez, no districto de Tambahú, a uma e meia legua da estação deste nome. E' dotada de um excellente engenho, onde se fabrica aguardente.—Fazenda agricola, pertencente a d. Maria Rita do Prado e outros.

Boa Morte—Travessa, ligando a rua coronel José Julio ao largo da Boa Morte.—Largo, onde se acha edificada uma pequena capela consagrada a Nossa Senhora da Boa Morte e que fôra construi'a, em 1870, por Nicolau Felix Farani e outros.

Boa Vista—Capão neste mun. — Fazenda agricola pertencente a Ernesto Ferreira Coelho.—Fazenda, pertencente aos herdeiros de José Antonio Carneiro e Silva.—Chacara.—Vide Serra Negra das Caldas.—Bairro suburbano.—Corrego na faz. S. José da Serra.—Espigão, na faz. Cercadinho. — Antigo porto no rio Jaguari.—Antiga denominação da rua Luis Gama.—Antiga villa e mun. do Estado de S. Paulo. Orago São Sebastião e diocese de São Paulo. A lei provincial n. 15 de 5 de abril de 1856 creou uma freguezia com esse nome, pertencente ao mun. de Casa Branca, a de n. 29, de 24 de março de 1871, elevou-a á categoria de villa, e a de n. 20, de 8 de abril de 1875 á de cidade com o nome de *Mocóca*. Como parochia pertenceu ao mun. de Caconde por força do art. I da lei prov. n. 55, de 15 de abril de 1868, do qual foi desmembrada e incorporada ao de Casa Branca pela lei prov. n. 25, de 17 de março de 1871. Sobre limites vide lei prov. n. 38, de 25 de abril de 1857 e n. 39. de 6 de abril de 1872. Vide Mocóca (Moreira Pinto).

Boa Vista da Estiva—Fazenda neste districto.

Boa Vista da Lagoinha—Fazenda, no mun. de Tambahú.

Boa Vista da Vargem Grande — Moreira Pinto dá noticia de um bairro do municipio de Casa Branca, na provincia de S. Paulo, com uma escola publica de instrucção primaria. Vargem Grande, povoação florescente, colocada a 18 kilometros desta cidade, é districto de paz pertencente ao municipio de S. João da Boa Vista. O orago da freguezia é Sant'Anna e a sua denominação—Sant'Anna da Vargem Grande.

Boa Vista do Rio Verde—Antiga fazenda, hoje subdividida em muitas outras. Actualmente (1894) apenas della resta um sobrado em ruinas, á margem do rio Verde, na estrada para o Rio Doce.

Boa Vista dos Cocaes—Antiga fazenda, cuja denominação está hoje mudada.

Bóca—Poca, suff., racha; rachar; rachado; que racha, entra na composição de algumas palavras brasileiras: tabóca, pipóca, arapóca, Ibitipóca etc. (Macedo Soares).

Bocaina—Serra neste mun.—Boqueirão, rasgão de serra, desfiladeiro. Depressão de uma serra ou cordilheira, quando a

escarpa desta parece abrir-se como formando uma grande boca, que facilita o accesso ao plano superior ou chapada (Homem de Mello).—O alto da serra do Tinguá tem na *bocaina* da estrada do Commercio 360 braços, isto é, 792 metros, acima do nivel do mar... O rio de São Pedro corre naturalmente mais baixo, e a estrada do Commercio desce para o atravessar; assim como, depois de atravessal-o, tem de subir para alcançar a *bocaina* da serra de Sant'Anna (*Jornal do Commercio*, Rio, 6—abril—85).—Etymologia: brasileira, bocaba, participio de bog, fenda, racha, buraco em fórma de rasgão? Antes, substantivo português boca + suffixo anho = aneo, por metathese âeno = aino, dando bocanha + bocaina? Orthographia: pronuncia brasileira: bôcâinã; portuguesa: bocáina (Macedo Soares).—Boca de um rio menos consideravel que a barra principal (Sousa Fontes).—Entrada de um canal ou de um rio (Jari).—Bocaina e boqueirão, originando-se do mesmo radical *boca*, têm a maior parte das vezes a mesma significação (Rohan).—Corrego na fazenda Barreiro, trib. do rio Pardo.

Boccaina—Vide Bocaina. — Beaurepaire Rohan adopta a orthographia boccaina.

Boiada—Ribeirão na provincia de São Paulo, affluente do rio Pardo, na estrada de Casa Branca a Franca (Moreira Pinto). Em suas cabeceiras ha uma cachoeira profundissima.

Boliviana—Avenida do Novo Bairro.

Bom commodo—Chacara, na fazenda Casa Branca; hoje não tem essa denominação.

Bom Jardim—Uma das denominações locaes que tem a serra que atravessa o mun. de Casa Branca, no estado de São Paulo (Moreira Pinto).—Vide Campo Alegre.—Vide Jardim.

Bom Jesus—Vide Senhor Bom Jesus.

Bom Successo — Fazenda pertencente a Joaquim Ignacio Villasbôas, e que, pela lei provincial n. 31, de 23 de março de 1882, foi desligada de tres municipios e annexada a este.

Bosque—Rua da cidade, antiga São Benedicto.

Bossoróca—Vide Bassoróca.

Botoróca — Palavra indigena (tupi), significando casa de bugios (Fr. Maranhão)—Vide Bassoróca.

Buaba—Vide Embuava.

Buracão—Corrego na fazenda Casa Branca, affluente do Barreiro.—Corrego na faz. Varzea Grande.

Caá—Palavra indigena, significando mato. Entra na composição de muitas palavras brasileiras.

Caá-Ubi—Vide Caiobi.

Caayurú — Palavra indigena, significando boca de mato; entrada da mata (B. Caetano).—Não será esta a verdadeira origem do nome da povoação Cajurú? - Vide Cajurú.

Cabeceiras do Ribeirão São João—Fazenda agricola, dividida judicialmente em 1890.

Caçador—Cachoeira do rio Verde, na faz. Varzea Grande.

Cachoeira—Corrego; banha a fazenda do mesmo nome, dos herdeiros de José Thomaz de Andrade.—Fazenda agricola pertencente a d. Laura Maria de Siqueira e outros, annexada ao mun. de Casa Branca em virtude da lei provincial n. 74, de 6 de abril de 1885, que a desmembrou de São João da Boa Vista.—Ribeirão, affluente da Fartura.—Sitio, na fazenda Vargem Grande.

Cachoeira Alta—Fazenda agricola de Manoel de Sant'Afra de Sousa Meirelles, que, pela lei n. 37, de 10 de março de 1889, foi desmembrada deste municipio e ligada ao de Santa Rita do Passa-Quatro.

Cachoeira de Pirassununga—Antigo quarteirão policial, hoje extincto.

Cachoeira dos Ilhéos—Antiga fazenda, ou sesmaria cedida pelo governo, em 1815, aos colonos vindos dos Açores. Foi dividida judicialmente, ha pouco tempo, e está hoje fraccionada em diversas fazendas e sitios, denominados Môrro, Bom Jesus, Prata, Môrro dos Ilhéos, etc. Estes ilhéos, a quem se deram as terras da Cachoeira, chamavam-se Francisco de Espindola, João Vieira da Costa, José da Rosa Machado, José de Sousa Francisco de Sousa Pimentel, José Vieira da Costa, José de Pontes dos Reis, Manoel Vieira Gonçalves, Manoel Velloso de Sousa, João de Matos, Maximo José de Sousa.

Cachoeirinha—Corrego e logarejo no bairro do Cercadinho.—Fazenda agricola.—Vide Fazenda Velha.

Cachoeirão—Fazenda neste municipio, que foi do coronel Lucio Gomes dos Santos Leonel, e por este legada em testamento a seus ex-escravos, conforme se vê da verba seguinte: «Declaro que depois de minha morte ficam gosando de plena liberdade todos os meus escravos, José, Thomé, Simão, Delmiro, Basilino, Paulo, Rosalina, Maria, Carolina, Angelina, Thereza, Eleuteria, Cornelia e a ingenua Rosa, aos quaes deixo as terras de cultura, divididas, no Cachoeirão, districto desta cidade, com as plantações e o pasto cercado, da Lage para dentro, as criações de pórcos e gados, com a condição porém de não poderem vender, e sómente usufruirão, passando sempre aos seus legitimos herdeiros, ou legalmente reconhecidos, e no caso da extincção de toda próle, os ditos bens ficam pertencendo á Egreja Matriz desta cidade, e por morte de qualquer dos ditos escravos, succederão uns aos outros na herança, sejam ou não herdeiros.» (Registro de testamentos, 1874).

Caconde—Povoação situada ao norte da capital, em territorio outrora pertencente ao municipio de Casa Branca. Foi creada freguezia em 1842, villa em 1864 e cidade em 1883. Pertence á comarca de Caconde e dista doze leguas desta cidade.

Cadeia—Praça, contigua á de Misericordia, onde está edificado o Paço Municipal (vide este nome).—Travessa, ligando a praça da Cadeia Velha á rua Luis Gama.

Cadeia Velha—Largo, contiguo ao do Rosario, onde havia a primitiva cadeia, construida em 1830 e demolida em 1888.

Cadella Parida—Nome de uma fazenda que pertenceu a Domingos Fernandes, e que o filho deste, Henrique Fernandes Garcia e sua mulher Antonia Bernardina venderam a João Gualberto Corrêa da Silva, morador em Camandocaia, a 23 de abril de 1833. Era situada nesta freguezia e já perdeu aquella denominação.

Cafezal—Fazenda agricola, no bairro da Lagôa, que pertenceu a Lazaro e Almeida. Denomina-se hoje São Manuel.

Cafundó—Logar, no quarteirão do Bebedouro, districto de Tambahú.—Cafúa, logar ermo e longinquo, de difficil accesso, ordinariamente entre montanhas (Meira). A radical caf ou o thema cafú, que apparece em cafofo, cafúa, cafúca, cafundó, cafurna, talvez seja a mesma radical cav, que deu cava, cavar, caverna, cavoco, cova, covanca, coveiro, covil, covo (Macedo Soares).

Caiobi—Avenida do Novo Bairro, assim denominada em homenagem ao chefe goianá, tão conhecido na historia de São Paulo.—Palavra indigena que significa folha azul ou verde. Couto Magalhães escreve Caá-Uby; e João Mendes, Caha-uby, adoptando, comtudo, a orthographia de Machado de Oliveira:—Cayubi.

Cajurú—Povoação situada á margem do ribeirão do mesmo nome, a NNO da capital, em territorio que pertencia ao municipio de Batataes. Foi creada freguezia em 1846, incorporada ao municipio de Casa Branca, e elevada a villa em 1865. Hoje, é municipio e comarca.—Mato triste ou feio (Fr. Maranhão).—Mato de papagaio: caá, mato; ajurú, papagaio (Martius).—A respeito deste vocabulo suscitou-se, em 1897, uma discussão entre Galvão de Oliveira, Adolfo Paolielo e Lafayette de Toledo, pelo *Diario de Campinas;* e achando-a interessante passamos a transcrever os respectivos artigos:

A palavra Cajurú

I

Distincto collaborador do *Diario de Campinas,* o sr. Galvão de Oliveira, dirigiu-me, ha dias, uma *carta-bilhete,* á qual dou publicidade por triplice motivo:—*primo,* porque ella não se refere a assumpto de caracter particular; *secundo,* porque reclama uma rectificação; *tertio,* porque envolve materia que interessa a todos que se dedicam ao estudo da lingua guarani.

Eis o que diz aquelle sr.:

Illmo. sr. Adolpho Paoliello.

Além de pensar, tive occasião de ouvir falar que v. exc. foi a pessoa que deu informações, ou melhor, escreveu para o *Almanach do Estado de S. Paulo,* e lendo-o vi um topico que

me acanho de esclarecer-vos. E' que v. exc. disse que «a população não sabe qual a origem da palavra Cajurú. A mim accusem de dizel-o, mas como é para favorecer o conhecimento da lingua tupica, a qual, digo sem pretenção, nem tampouco vexado, conheço regularmente, o que me é bastante. Demais a mais, eu, possuindo grammaticas e diccionarios da dita lingua, julgo-me, sinão competente, pelo menos auctorizado a dar a origem da palavra de que ora se trata. Mesmo que ainda não tenha visitado essa cidade, não posso dizer si o seu nome exprime a realidade. Pois bem; a origem da palavra Cajurú já deveis sabel-a: provém do Guarani ou Tupi. Quanto á significação, digo o que exprime: — mato que tem papagaios. De Caa, mato, e ujurú, papagaios. Eu pretendo dar aos leitores do *Diario de Campinas*, do qual sou collaborador, uma série de significações das palavras dessa origem, o que em tempo opportuno farei. Queira desculpar-me que sou crd.° ob.°.

GALVÃO DE OLIVEIRA.

S. Paulo, 4—1—97.

Agradecendo e pondo de parte o tratamento *v. exc.*, com que, por excesso de delicadeza, o missivista me distinguiu, submetto-me com prazer á obrigação que me impõe a verdade, solicitando do illustre sr. Galvão de Oliveira a necessaria venia para fazer uma rectificação, quanto ao primeiro periodo exarado na carta acima transcripta.

Não fui eu quem escreveu para o *Almanach do Estado de S. Paulo* as alludidas informações: foi, segundo consta-me, o sr. Antonino Soares de Sousa, digno funccionario publico aqui residente.

A elle, pois, e não a mim, pertence o direito paterno concernente ao facto.

A rectificação que ora faço tem por escopo unica e exclusivamente o seguinte: evitar que o sr. Antonino Soares, comquanto seja um republicano *enragé*, use da conhecida locução elliptica *aqui d'el rei!* — e, justamente, merecidamente, desmorone a minha estulta e pseuda prosapia, citando-me, para minha vergonha, a phrase proferida por Virgilio quando lhe escamotearam a honrosa paternidade de uns versos: — *hos ego versiculos feci, tulit alter honores.*

Embora um *distincto assignante*, ou em linguagem sem ambages, um *distincto monarchista* já tenha dito pelas columnas do *Commercio de S. Paulo* que sou «um jornalista amiolado pelos maiores publicistas da Italia»; embora eu tenha a certeza de que o estalão de que elle se serve para, a seu talante, determinar o merito intellectual de outrem é o mesmo, o mesmissimo que applica á sua pessôa, pois que se julga sempre superior ao que effectivamente é; embora todos que me conhecem saibam que não passa de uma verdadeira parvoice a asserção do famigerado e *quasi tonsurado* monarchista, porque jámais ousei

ultrapassar a limitada esphera que circumda a penumbra em que vivo; — devo dizer ao illustre sr. Galvão de Oliveira que a respeito da lingua Guarani estou completamente *in-albis*: não sei patavina.

Portanto, não posso fazer commentarios, quer favoraveis, quer desfavoraveis, sobre a sua opinião manifestada na *carta-bilhete* que obsequiosamente me dirigiu.

Quanto á significação da palavra *Cajurú* falou-me alguem uma vez que ella queria dizer *cesto de cajús*.

Como ja disse, sou uma nullidade no assumpto; comtudo ficaria mais satisfeito si Cajurú significasse mesmo *cesto de cajús*, tanto mais quanto para papagaios bastam os nossos politicos, cuja estirpe vai-se degenerando com a apparição dos revoltosos e expatriados tucanos do *papo amarello*...

Peço ao sr. Galvão de Oliveira relevar-me a indiscreção que acabo de commetter, estampando nas columnas do *Diario* a *carta-bi hete* que me enviou, sem eu haver solicitado de s. s. a necessaria e prévia auctorização para fazel-o.

Conto certo com o seu beneplacito, porquanto a méta que me levou a assim proceder é identica áquella que se deprehende logicamente da supra-mencionada *carta-bilhete*: elucidar a questão.

E oxalá que os competentes, como os srs. João Mendes de Almeida, Couto de Magalhães, Capistrano de Abreu, José Verissimo, Escragnole Taunay e outros, se manifestem a respeito, para que um dia possamos dizer do Guarani o mesmo que da lingua portuguesa disse o insigne poeta Antonio Ferreira:

Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa lingua, e já onde fôr
Senhora vá de si soberba e altiva

Cajurú, 26 — 1 — 97.

ADOLPHO PAOLIELLO

II

Sr. redactor do *Diario de Campinas*.

Li, com o interesse que sempre me despertam as questões linguisticas, o artigo que, a respeito do vocabulo *Cajurú*, publicou o sr. Adolfo Paoliello. E, comquanto incompetente, sem ter sido chamado a campo, permitta-se-me entrar na questão, emittindo sobre o caso a minha opinião fraquissima.

Os indigenas tinham por costume designar as localidades pelo nome correspondente a phenomenos physicos notaveis, ou a accidentes das mesmas localidades. Dizer-se, pois, como o sr. Galvão de Oliveira, repetindo aliás o que escrevêra Martius, em seu *Glossaria linguarum brasiliensium* (1863), que Cajurú significa mato de papagaio, é fugir áquellas regras immutaveis de nossos autochtones. Cajurú, segundo frei Francisco dos Pra-

zeres Maranhão, na *Poranduba maranhense*, é uma planta que produz uma especie de ameixa roxa e insipida; e no *Diccionario da lingua geral do Brasil*, boca do mato: — caá, mato; jurú, boca. Desta opinião é tambem o nosso grande indianologo Baptista Caetano, no *Vocabulario Guarani*, quando diz Cajurú significar=boca de mato, entrada da mata.

Azevedo Marques, nos *Apontamentos historicos e geographicos de S. Paulo*, refere-se a frei Prazeres Maranhão, citando que o vocabulo significa mato triste ou feio. Em nenhuma das obras deste frade illustre, nem nas mencionadas atrás, nem na *Collecção de etymologias brasilicas*, publicadas em 1846, encontro tal palavra com aquelle significado. Na *Collecção* vem Cayurúguaçú: — côfo de mato grande.

Baptista Caetano, na obra citada, escreve Caayurú, e não decompõe a palavra.

Não conheço a cidade de Cajurú; não sei, pois, si está colocada em algum mato feio ou triste, ou á entrada da mata. Verificando-se a ultima hypothese, a palavra originaria será Caáyurú, transfigurada em Cajurú pela corrupção do uso; e a ultima será então Caajurú.

Rogando-lhe desculpar-me a ousadia destas linhas, peço-lhe, sr. redactor, acceitar os meus protestos de estima e consideração.

Casa Branca, 2 — 2 — 97.

Seu amigo e admirador,

LAFAYETTE DE TOLEDO.

III

Sr. redactor.

Não deixarei passar tão opportuno momento para fazer considerações sobre a minha opinião a respeito da palavra Cajurú, exarada em carta que dirigi ao talentoso jornalista sr. Adolpho Paoliello, e que s. s. publicou neste jornal juntamente com um seu artigo. Ainda mais opportuna se me depára esta occasião para responder ao artigo que, sob o titulo que anteponho a estas linhas, foi publicado neste jornal, e pelo sr. Lafayette de Toledo escripto, pois que elle se me afigura um alicerce solido para estas considerações.

Antes de tudo, porêm, seja-me dado dizer que a significação que dei da palavra—Cajurú—não foi plagiada do livro do sr. Martius, o celebre botanico que viajou 40 annos pelo Brasil, pois que nem o consultei.

Entremos no assumpto.

Li o artigo do sr. Toledo - e se deprehende delle que Cajurú tem tres significações, pois que s. s. não deu com o certo. Significa, então, o seguinte:—*planta que produz uma especie de ameixa rôxa e insipida*, *boca de mato*, e, emfim, *mato triste* ou *feio*—sem sabermos, no entretanto, qual é a significação certa.

O artigo do sr. L. de Toledo se me afigura um alicerce á etymologia que dei, sinão vejam este periodo:

« Baptista Caetano, na obra citada, escreveu Caayurú, e não « decompõe a palavra ».

Caáyurú é como devia ser dito mesmo, e significa, portanto, mato de papagaio. Composta dos substantivos caa (mato) e ayurú (papagaio).

Que caá é mato, ninguem m'o contestará, e nem tão pouco fal-o-ão a respeito de ayurú, que é papagaio, como já se disse. Para exemplo:—Caaçapaba, Ayuruoca etc.

Visto isto, creio que não foi sem contar com seguros elementos que manifestei a minha opinião.

E, terminando, sr. redactor, conto com a vossa coadjuvação, publicando estas linhas, no que muito obrigará ao vosso amigo,

S. Paulo, 4 de Fevereiro de 1897.

GALVÃO DE OLIVEIRA.

IV

(AO SR. LAFAYETTE DE TOLEDO)

Ao dirigir-me ao sr. Lafayette de Toledo, a esse moço distincto, que, devido unicamente ao seu talento e a sua applicação ao estudo (estudo feito comsigo mesmo), chegou a se impôr á admiração dos que apreciam e cultivam as letras, é-me inteiramente impossivel esquivar-me ao desejo de proferir um energico, um estentoroso *não apoiado*!—depois de haver lido o artigo que, com epigraphe identica á deste, s. s. escreveu e que se acha inserto no *Diario de Campinas* de 4 do mes actual.

Eu protesto contra o segundo trecho do referido artigo, porque elle é a antithese da verdade, é a negação evidente de um juizo muito justo formado por homens competentes e destituidos de parcialidades.

Diz o sr. Lafayette:—« E, comquanto incompetente, sem ter « sido chamado a campo, permitta-se-me entrar na questão, emit- « tindo sobre o caso a minha opinião fraquissima ».

Embora seja muito peculiar das pessoas que, como o sr. Lafayette de Toledo, têm um nome merecidamente aureolado, utilizarem-se sempre dos recursos supremos da modestia, eu, seguindo os dictames da minha consciencia e obedecendo ás leis da verdade e da justiça—*que pódem mais do que a modestia*—contesto *in totum* a primeira asserção de s. s. E para tornar *incontestavel* a minha constestação disponho vantajosamente de um meio excellente e facilimo: apresentar o proprio artigo do sr. Lafayette.

Quem, após a leitura desse artigo, deixará de reconhecer no seu auctor um escriptor competentissimo na materia?

Agora sou eu quem pede permissão ao sr. Lafayette de Toledo para lhe dizer que s. s. foi chamado a campo, tanto que no meu artigo se lê: «e oxalá que os competentes, como os srs. João Mendes de Almeida, Couto de Magalhães, Capistrano de Abreu, José Verissimo, Escragnole Taunay e *outros* etc.

Ora, para que o sr. Lafayette não tivesse sido chamado a campo, era necessario que eu houvesse restringido o numero dos competentes, não pospondo á nomenclatura destes o adjectivo *outros*.

Que me perdôe o sr. Lafayette essas considerações, mas são ellas muito justas quando applicadas aos corypheus da modestia...

A respeito da verdadeira significação da palavra Cajurú, eu ainda me considero immerso em trevas mais densas, porque diz o sr. Lafayette que, consoante fr. Francisco dos Prazeres Maranhão, a palavra significa *uma planta que produz uma especie de ameixa insipida*; segundo o *Diccionario da lingua geral do Brasil*, boca de mato—sendo da mesma opinião «o grande indianologo Baptista Caetano»; e, conforme Azevedo Marques, mato triste ou feio.

O sr. Galvão de Oliveira, porém, sustenta que a palavra quer mesmo dizer mato de papagaio, e corrobora a sua opinião, já conhecida, additando que não foi sem contar com seguros elementos que a manifestou.

Afinal, em que ficamos?

Fiat lux!...

—Peço ao srs. typographos que tenham cuidado com esse *latinoriosinho*, para não me forçarem a fazer mais rectificações.

E *ad rem:*

No primeiro artigo que publiquei sobre a questão que ora se discute, os amigos typographos fizeram-me commeter um erro palmar.

Não é que os *malvados*, arrumaram a indiscripção, em vez de indiscrição, como está no original?

Isso não passa mesmo de malvadez da parte delles, porque tenho consciencia de que a minha letra é muito bôa. Estava quasi a dizer até que tenho uma *bella calligraphia*; mas não o digo, visto ter receio de que algum purista me passe uma sarabanda como aquella que o eminente e nunca assaz pranteado philologo Julio Ribeiro passou no padre Senna Freitas, por haver este escripto tal phrase.

O que desejo é que os srs. typographos se arranjem bem com o seu intromettido *pção* .

E para outra vez não sejam tão indiscretos...

Estou vingado!

Cajurú, 10-2-97.

ADOLPHO PAOLIELLO.

V

Cedendo ás solicitações dos srs. Adolfo Paolielo e Galvão de Oliveira, direi, sem mais preambulos, que o vocabulo *Cajurú* póde significar:

1) Boca de mato (caá, mato; jurú, boca). Caá, segundo Ruiz Montoya, *Vocabulario y tesoro de la lengua guarani*, é *monte, y la yerva que beven;* é vocabulo commum aos dialectos da lingua tupi, e se applica exclusivamente aos productos do reino vegetal. Póde, segundo as circumstancias, significar mato, herva, folha e ramagem (Montoya, *Diccionario português—brasiliano;* Seixas, *Vocabulario da lingua indigena geral*). Na linguagem vulgar só usamos delle em composição com outras palavras substantivas ou adjectivas: Caaguassú, Caápeba, Caápórórócа, ou Mucuracaá, Cavarucaá, etc. Quando o termo Caá é seguido de um adjéctivo, costuma-se, em geral escrever e pronunciar Caguassú, Capéba, Capororoca; torna-se, porém, saliente o som dos dous aa, quando o termo Caá é collocado no fim da palavra: Mucuracaa, etc. (Beaurepaire Rohan, *Diccionario de vocabulos Brasileiros*). Macedo Soares, *Diccionario Brasileiro da lingua portuguesa*, diz que significa folha de planta, planta herva; mato, pau, madeira, o matte (Saint-Hilaire) e o chá de matte; e entra como thema na composição de innumeras palavras brasileiras, nomes de plantas principalmente. E Baptista Caetano, *Vocabulario Guarani*:—«herva, folha, mato (ca ab, nasce? ser que cresce? em geral deve ser ca (radical) com *a* (suffixo) como em pirá, tobá, ibá, yibá, etc.); o chá ou infusão da congonha ou herva matte (*Ilex paraguaiensis*). Ha grande numero de compostos, nos quaes *caa* tem significações mais diversas que as de *herva*, português.» E Carl von Martius, no *Nomina plantarum in lingua tupi*, do *Glossaria linguarum brasiliensium*:—«folium, planta, herva, frutex, arbor, lignum, baculum (in dialecto Camé); japonice: Kuwá Kwá; in lingua Caraiborum terrae continentis *yráca*, teste Oviedo VII, c II;—guaranice *ekat* éxokhén (1) est folium ilicis paraguaiensis (St. Hil., pro Thea usitatum).—Jurú diz Martius, no *Nomina animalium in lingua tupi*, é—*os, facies*; e Baptista Caetano:—yurú, yurub: boca (y-u-rub, o que a comida tem, contém?); entrada; bocado: caá-yurú, boca, entrada da mata; e Montoya, que tambem escreve *yurub*:—boca, bocado. Com esta significação encontra-se em Montoya, que a define—entrada, o callejon de monte; em Baptista Caetano e outros.

2) Mato triste ou feio (caá, mato; jurú, triste). Conforme disse no meu primeiro artigo, apenas Azevedo Marques, citando erroneamente a Prazeres Maranhão, enuncia que *jurú* quer dizer triste. Ha confusão aqui: o que se traduz por triste em tupi é jururú, termo aliás bem vulgarizado.

---

(1) Por falta de typos, reproduz-se esta frase grega em caractéres latinos.

L. DE T.

3) Mato de papagaio *(caá*, mato; *ajurú*, papagaio). Ajurú, lêmos em Macedo Soares, é nome brasileiro, generico, do papagaio; de a, gente, jurú, boca; alusão ao falar o papagaio como a gente; em Baptista Caetano: ayurú—ayurub: boca de gente, boca humana; nome generico do papagaio; em Montoya, papagaio; em Martius:—Aiurú, ajurú. Piso II, 85; ajeru aliás—in genere avis Psittacus; derivatum ab *ajurú* collum; em Moraes, *Diccionario português*, papagaio. Com esta mesma significação encontramos *juruue* em Claude d'Abbeville, *Missions des péres capucines*.

4) Cesto de cajú *(cajú*, cajú; *urú*, cesto) Urú, segundo José Verissimo, é o nome de um pequeno cesto de talas com tampa, em que guardam o tabaco, o cachimbo, os anzóes, o isqueiro, o canivete, etc.; um indispensavel. Vem no Diccionario Contemporaneo, de Caldas Aulete. (Scenas da Vida Amazonica, 1886). E Baptista Caetano: vaso continenti, e Beaurepaire Rohan:—especie de cabaz, cesto ou bolsa com tampa. Fazem-na de folhas de palmeira ou cipó fino, e serve de mala de viagem. Algumas são grandes e podem conter tanto como um *cassuá* (Meira). No valle do Amazonas, trazem-nas como as patronas dos soldados. São tambem usuaes no Ceará. E' vocabulo tupi. O *Diccionario Português-Brasiliano* o traduz em côfo Nesta mesma accepção, conforme vimos já, a considera fr. Prazeres Maranhão quando, na *Colecção de etymologias brasilicas*, define—Cayuruguaçú (caá-urú-guaçú): côfo de mato grande; cachoeira de Mato Grosso. Caá, neste caso, está mal traduzido, pois não se concebe que haja *côfo de mato*; traduza-se, pois, caá urú por *samburá de madeira*, em linguagem correcta e usual aqui no sul do Brasil.

Qualquer destas definições, como ficou largamente demonstrado, é exacta; qual, porém, se deve applicar á cidade de Cajurú, tendo-se em consideração o costume adoptado pelos indigenas nas denominações locaes?

A isso posso agora responder, melhor informado, declarando peremptoriamente que a primitiva denominação de Cajurú, logar, é—Caájurú: de *ca* (contracção de *caa)*, mato, e *jurú*, boca, entrada; e significa *entrada da mata*.

De facto, a cidade de Cajurú está colocada na *boca do mato* que circumda a serra do Cubatão.

Lafayette de Toledo.

Calção de Couro—Corrego, affluente do Cocaes. Rega a fazenda da Prata.

Caldas—Estação da E. de F. Mogiana, no Estado de São Paulo, entre Mato Secco e Casa Branca, no kil. 134. Denomina-se hoje Engenheiro Mendes (Moreira Pinto).

Çambab-hy—Vide Tambahú.

Campo Alegre—Lagôa de pequena dimensão, neste mun., proximo á serra de seu nome.—Serra colocada a oéste e que atravessa parte do municipio, cortada pelo rio Tambahü e pela antiga estrada que liga a cidade á cidade de São Simão. Tem tambem os nomes de Arrependido, Bom Jardim ou Jardim e Quebra-Cuia. Seu ponto mais elevado é no Agudo, a 1.020 metros acima do nivel do mar.—Fazenda agricola pertencente ao sr. Antonio José Correia (Barão do Rio Pardo).

Campo Redondo—Lagôa pequena e rasa, na fazenda Terra Vermelha de Cima, formada por dois ramos do corrego Preto, na proximidade de um espigão.

Canna do Reino—Corrego e logar na fazenda Cocaes do Rio Verde.

Capão—Fazenda neste municipio, vendida pelo sargento-mór José Pedro Galvão de Moura Lacerda a 27 de Julho de 1792.—Pequeno mato, isolado no campo.—Excellente palavra brasileira, derivada da lingua geral: caá-poán, mato redondo (Taunay).—Bosque isolado que apparece no meio do campo como ilha de verdura. Nos logares humidos são os *capões*, muitas vezes densos e compõem-se de arvores elevadas, muito proximas umas das outras. Apparecem principalmente nas baixas e junto aos riachos, de que formam um ornato especial, principalmente nos buritisaes, onde mais se desenvolve a bella *mauritia vinifera* (Wappœus). Bosque no campo; mato isolado no meio do campo, como a ilha solitaria na vastidão do mar; ilha de arvoredo: do guarani caá, mato, e pan, o que está no meio (Macedo Soares). Este autor desenvolve proficientemente a origem do vocabulo na *Revista Brasileira*, tomo III, p. 224 (1880).—Bosque isolado no meio de um descampado. Este vocabulo, no sentido brasileiro, não tem de portugues sinão a fórma. E' apenas a alteração de caápaun, que, tanto em tupi como em guarani, significa mata isolada (B. Rohan).

Capão Alto—Sitio agricola, pertencente a Fidelis Fernandes Garcia, no bairro da Estiva.

Capão Bonito — Fazenda neste municipio, comprada em 1818 por Manuel Antonio Cabral a José Alves da Silva. Hoje tem outra denominação.

Copella da Boa Vista da Varzea Grande—Bairro no mun. de Casa Branca, do Estado de S. Paulo, com uma escola publica mixta, creada pela lei provincial n. 8, de 15 de fevereiro de 1884 (Moreira Pinto). Este illustre geographo tambem menciona o bairro da Boa Vista da Vargem Grande, como sendo outro, que não a Capela. A povoação de Vargem Grande, como já ficou dito, pertence ao municipio de S. João da Boa Vista.

Capitão Horta—Rua desta cidade, assim denominada em honra ao capitão Moysés de Oliveira Horta.

Capitão Vicente—Vide Guarirobas e Palmital.

Carrapatos—Sitio, na fazenda de Cocaes, assim conhecido em 1829. Actualmente não tem essa denominação.

Carros—Antiga denominação da rua Luis Gama.

Carvalhinho—Vide Tenente Carvalhinho.

Carvão de Pedra—Por decreto n. 9603, de 12 de junho de 1886, o governo geral concedeu privilegio ao dr. Gabriel Dias da Silva e Roberto Normanthon para explorarem carvão de pedra e outros mineraes neste municipio. Até agora, porêm, não deram principio a tal exploração. Em officio dirigido ao presidente da provincia, em 30 de dezembro de 1863, a Camara informou não haver aqui carvão de pedra.

Casa Branca—Cidade no districto, municipio e comarca do mesmo nome, do estado de São Paulo, republica dos Estados Unidos do Brasil. Esta povoação, antigo sertão da estrada de Goias, do bispado de São Paulo, daquem do rio Pardo, foi, por carta régia de 25 de outubro de 1814, erecta em freguezia com a invocação de Nossa Senhora das Dôres, como se vê do seguinte alvará: «Eu o Principe Regente de Portugal, e do Mestrado, Cavallaria e Ordem de Nosso Senhor JESVS Christo: Faço saber que sendo-Me presente com representação do Reverendo Bispo de São Paulo do Meu Concelho, o requerimento dos moradores do certão da estrada de Goiaz no dito Bispado, em que Me expunham a grande falta de Pasto, e Soccorros Espirituaes, que sofrião pela longitude de sua Freguezia, pedindo-Me, que afim de remediar tão grandes males lhes fizesse a Graça de Erigir huma nova freguezia naquelle Certão. O que visto, e respostas dos Procuradores Geraes das Ordens, e da Minha Real Coroa, e Fazenda, que tudo subio a Minha Real Prezença, em consulta da Mesa da Consciencia, e Ordens: Hey por bem, que no certão da estrada de Goiaz, no Bispado de São Paulo, daquem do Rio Pardo no lugar denominado—da Caza Branca,—seja erecta huma nova Freguesia com a Invocação de Nossa Senhora das Dores, a qual os moradores do dito Certão edificarão a sua custa no prefixo termo de quatro annos, e ficará limitada esta nova Freguezia desde o Rio Juquari até o pouzo do Cubatão. Pelo que Mando a todas as pessoas, a que o cumprimento deste Alvará competir, o cumprão, e guardem, como nelle se contém, sendo passado pela Chancellaria da Ordem e registrado nos livros da Camera do Bispado de São Paulo, e nos das Freguezias que por este Sou Servido Mandar Erigir e no de que ella houvér de ser desmembrada, e valerá como Carta, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação em contrario. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1814.—Principe, com Guarda.— Alvará pelo qual V. A. Real Ha por bem, que na estrada do Certão de Goiaz seja erecta huma nova Freguezia, como acima se declará —Para Vossa Alteza Real ver.—João Gaspar da Silva Lisboa. a fez.—Por immediata Resolução de S. A. Real de 15 de março de 1814 e Despacho da Mesa da Consciencia e Ordens de 18 do mesmo mez e anno (1).»—Em 1824 o bispo de São Paulo dirigiu ao presidente da provincia o seguinte officio: «Illmo. e Exmo Sr. —Accuso a recepção da Portaria de V. Exc. de 6 do corrente

na qual me participa V. Exc que tendo o Capitão Mór da Villa de Mogi mirim, marcado o rio Pardo, para servir de divisa com a villa da Franca, convinha que aquella demarcação servisse de limite da Freguesia de Casa Branca, e que eu houvesse de annuir a esta pertenção, ao que respondo a V. Exc. com a copia do Alvará da creação da mesma Freguesia. Não posso certificar a V. Exc. se a este respeito tem havido alguma mudança, o que milhor poderá informar o Parocho daquella Freguesia, quando V. Exc. haja por bem assim o mandar. Hé o que se me offerece a dizer a V. Exc. tendente a es e obj cto. Ds. Gde. a V. Exa.—São Paulo 17 de junho de 1824.—Illmo. e Exmo. Sr. Presidente Lucas Antonio Mont iro de Barros.—Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade.

Pela lei provincial n. 15, de 25 de fevereiro de 1841, foi Casa Branca elevada á categoria de villa, constituindo municipio com a freguezia de Caconde e o curato de São Simão. A lei n. 22, de 27 de março de 1872, elevou-a á cidade, e a de n. 46, de 6 de abril do mesmo anno, creou a comarca de Casa Branca, comprehendendo os termos de Casa Branca, Caconde e São Simão. Pela actual organização judiciaria do Estado, Casa Branca é séde da comarca do mesmo nome, constituida pelos districtos de Casa Branca e Tambahú (2). Confina este municipio ao *norte* com o de Mocóca, a *nordéste* com o de São José do Rio Pardo, a *léste* e *sul* com o de São João da Boa Vista, a *oéste* com o de São Simão. O municipio é composto de campos e matas; parte destas acha-se em terrenos montanhosos e outra parte, a maior, extende-se por terrenos planos e espigões de pequena elevação. A povoação teve seu começo por um pequeno rancho á margem do Espraiado, e mais tarde por edificações que fizeram José Antonio de Almeida e o padre Francisco José de Godoy (3), que de Itú para ahi foram em 1810 (4), e pelo estabelecimento de diversas familias açorianas dirigidas pelo governo de d. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma, em 1815. O nome de Casa Branca provém de uma pequena casa caiada, unida áquelle rancho, situada no caminho de Mogi-mirim á Franca, e que servia de pouso e descanço aos que iam em demanda da Franca, Minas, Goiaz e Mato Grosso. Foi seu primeiro vigario o aludido padre Francisco José de Godoy, que celebrou a primeira missa no povoado em 1811, em casa de Bento Dias. Primitivamente consistia a producção do logar em toucinho e queijo, pelo que moroso foi o seu desenvolvimento, conservando-se assim até 1864, época em que o dr. Martinho da Silva Prado, tendo adquirido por compra

(1) Copiado de um documento existente no Archivo Publico do Estado, e que nos foi offerecido, em cópia, pelo illustre director dessa rapartição, dr. Antonio de Toledo Piza.

(2) Actualmente (1898) a comarca compõe-se dos municipios de Casa Branca e Tambahú e do districto de Itobi.

(3) Aliás, Francisco de Godoy Coelho.

(4) Vieram antes de 1810.

uma fazenda (1), iniciou o plantio do café, proporcionando recursos a grande numero de lavradores. Dahi em deante rapido foi o progresso do logar. Acha-se a cidade situada a N N O da capital da provincia, a 720 metros sobre o nivel do mar. E' o municipio servido pela ferro-via Mogiana e pelo Ramal Ferreo do Rio Pardo. Conta além disso estradas ordinarias para todos os municipios limitrophes (*Relato io da Commissão de Estatistica*). — « O governo portugues, nos tempos coloniaes, distinguia muito todos os aventureiros que, sem temor da morte, arriscavam-se a atravessar vastos sertões repletos de indios, só com o fim de descobrir ouro. Dahi o caracter egoista, que foi a primeira feição dos nossos antepassados, assim como o mais pernicioso mal que se inoculou na indole do brasileiro. O primitivo nome do grande imperio era — *Terra de Santa Cruz*; o egoismo, e por conseguinte o ouro, denominou-o—Brasil. Diz a tradição e com ella o grande poeta:

«Terra, porém, depois chamou a gente
Do Brasil, não da Cruz; porque, attraida
Doutro lenho nas tintas excellentes,
Se lembra menos do que foi na vida.
Assim ama o mortal o bem presente:
Assim o nome esquece que o convida
Aos interesses da futura gloria,
Aos bens attentos só da transitoria.»

Os paulistas, aproveitando as boas disposições do governo portugues, e movidos sobretudo por um genio audaz e aventureiro, tentaram commettimentos extraordinarios que parecem inverosimeis.

Em 1670, pouco mais ou menos, B. Bueno da Silva, natural da cidade de São Paulo, desejando possuir um grande numero de indios, e ouvindo falar que pelos lados de Goiaz havia uma tribu mansa e pacifica, onde as mulheres ornavam-se com folhas de ouro, pela primeira vez atravessou os sertões pelo lado do poente. Neste trajecto abriu a grande estrada que, atravessando a cidade de Casa Branca, communica a provincia de S. Paulo com as de Goiaz, Minas e Mato-Grosso. Chegando ao seu destino, tentou por meio de artificios influir de uma maneira sobrenatural no animo dos indigenas. Para isso queimava aguardente na presença delles, que aterrorisados, o chamavam *Anhanguéra*, que quer dizer diabo velho. Seria Bartholomeu Bueno da Silva, quem primeiro passou pelos terrenos de Casa Branca? Acreditamos que sim; tanto que por carta régia de 8 de maio de 1748, foram concedidas por tres vidas ao filho de *Anhanguéra*,

(1) Esta fazenda, denominada *Brejão*, pertence hoje ao municipio de Santa Cruz das Palmeiras, e é uma das mais importantes dali.

que teve o mesmo nome de seu pai, as passagens dos seguintes rios: Rio Grande, Corumbà, Jaguari-mirim. O ultimo rio, cortando a estrada a que acima nos referimos, passa distante de Casa Branca quatro leguas (1). O roteiro, que depois guiou os outros paulistas em suas viagens a Mato Grosso, foi exactamente aquelle que *Anhanguèra* deixou a seu filho. Por consequencia não póde soffrer a menor duvida de que Bartholomeu Bueno da Silva foi quem abriu a grande estrada que procura a ponte do Jaguára.

E hoje, que o commercio tem creado novas forças, devido aos grandes elementos de progresso, que jaziam na mais repugnante apathia, que interesses diversos forçam as provincias limitrophes a estreitarem suas relações, é que podemos medir a importancia do comettimento daquelle audaz paulista. A natureza collocou a provincia de S. Paulo em condições mui vantagiosas, em relação aos interesses de Goiaz e Mato Grosso.

Todos os nossos rios, procurando a grande bacia do Prata, com exepção dos rios do littoral, demonstram á luz do dia a importancia daquellas paragens, em relação a esta provincia.

Casa Branca tira seu nome de um peque rancho (2) que havia aquem do espraiado que banha a cidade.

Os tropeiros que conduziam sal para o Rio Grande e os carreiros que vinham de Franca, procuravam o mencionado rancho que, sendo a unica habitação caiada, denominavam—na *Casa Branca*. Em 1810, José Antonio de Almeida, que nasceu em Itú no anno de 1795 (3), foi forçado a retirar-se daquella cidade, e encontrando-se com o padre Francisco de Godoy (4), que pro-

---

(1) Divide os municipios de Casa Branca e S. João da Bôa Vista.

(2) O dr. João Mendes de Almeida combate esta lenda e diz que a origem do nome *Casa Branca* é tupi. Adeante damos a noticia, que nos offereceu, e que é um excerpto do seu importante trabalho inedito—*Diccionario Geographico da Provincia de S. Paulo.*

(3) José Antonio de Almeida, segundo declaração sua, nasceu em Itú, em 1801. Eu propendo a crêr que elle se enganára e dissera a verdade ao dr. Loyolla, porquanto é duvidoso que se ajustasse, aos nove annos, como camarada, isto é, aos sete, porque o padre Francisco de Godoy veiu para aqui em 1808. Em 1829, este sacerdote teve uma questão a respeito de terrenos. Depondo Manoel Fernandes de Rezende, na acção, disse,—que seu pai *José de Almeida Lara*, lhe dissera «que muito se custou achar caminho no ribeirão chamado Cocaes».

Não se tratará deste José de Almeida Lara, que muito póde ser o pai daquelle José Antonio?

José Antonio de Almeida foi casado com d. Antonia Nunes, filha de Bento Dias Garcia.

(4) O padre Francisco de Godoy Coelho foi vigario de Casa Branca por longos annos. Falleceu em 1834, deixando por sua herdeira a madre-abbadessa Anna de São Joaquim, recolhida ao convento de Santa Thereza, da Capital, e por testamenteiro o brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, seu parente. Godoy obteve as terras de Cocaes por sesmaria e por compras.

A fazenda de Bento Dias, que elle comprára tambem, era composta de campos, matas e bemfeitorias e comprehendia, desde a lagoa secca dos Olhos d.Agua, até o Piçarrão inclusive, indo findar Cocaes abaixo, ficando de dentro o corrego Comprido (ou Agua Comprida), onde fez uma posse e uma cainha coberta de palha, em 1805, o finado José Francisco. Na sobredita questão do padre, disse a testemunha Marianno Dias de Oliveira: Que José Francisco sendo citado para uma acção de força e esbulho, por uma composição que fizeram elle intruso e seu pae (Bento Dias), largou mão das terras e das bemfeitorias que tinha feito junto ao corrego Comprido, o qual corrego se acha contiguo ao sitio da Bocaina, apossado por Jacyntho Rodrigues, e por este vendido a Je-

curava um logar denominado Cocaes, na estrada de Goiaz, ajustou-se como camarada do referido padre. A fazenda de Cocaes, pertencente ao padre Godoy, dista desta cidade apenas uma legua. Ahi foram lançadas as primeiras bases da futura povoação (1). Todavia, dois grandes inconvenientes foram logo conhecidos: a falta de agua e o facto de se achar o local escolhido muito fóra da estrada e, por consequencia, do commercio.

Além disso na Estiva já existiam tres casas pertencentes a José de Lara, Vicente de Lara e Francisco de Lara (2). O interesse que estes individuos tiravam, negociando com os tropeiros e carreiros, chamou desde logo a attenção dos habitantes de Cocaes, que vieram estabelecendo-se por todo o leito da estrada. No emtanto, o padre Godoy continuava com affinco na fundação da pequena povoação. A primeira missa foi dita em 1811, em casa de Bento Dias, sogro de José Antonio de Almeida. Em breve chegou á capital a noticia da uberdade do sólo, que por uma circumstancia particular offerecia aos lavradores daquelle tempo immensas vantagens, como a de possuir excellentes culturas, todas ellas tendo perto lindos campos mui apropriados para a criação de gado. A esse facto é que attribuimos a grande immigração mineira, que tomou conta do todo o municipio. E, com effeito, em todo o valle entre o rio Mogi-mirim (3) e rio Pardo até o Pontal, logar onde o ultimo rio, precipitando-se no Mogi, tira-lhe o nome, não ha umr só familia que não seja mineira. Ao passo que os mineiros, em constantes luctas, tentavam invadir o territorio dos paulistas, estes, leva-

---

ronymo Alves em 1795; com as terras do Bebedouro da Prata, vendidas por Maria do Espirito Santo a seu pai, e a sesmaria velha da Lagoa do Rocha, até o corrego dos Tubanos (ou Tubaranas ?), tirou o mesmo vigario Godoy sesmaria do terreno comprado e das demais terras de cultura, campos e cerrados, que se achavam devolutas, para as partes de Pirassununga, onde tinha tirado por sesmaria o capitão José de Moraes Preto, o que sabe por ter ouvido muitas vezes ler a sesmaria do padre Godoy. Disse mais que, abrindo este padre um caminho do corrego Comprido por deante, chegando ao ribeirão de Cocaes com varias pessoas e elle testemunha, ahi demoraram dois dias a procurarem passagem, por haver muitos brejos junto ao *rio*, e depois, achando modo de passarem só na estrada, que ainda hoje existe, para Pirassununga. Por este mesmo caminho seguiu José Alves da Silva por ordem do brigadeiro Gavião, á procura da fazenda do Lageado. E proseguindo-se nesse mesmo caminho aberto, até chegar ao ribeirão dos Garcias, hoje denominado Ribeirão Feio, abaixo da estrada, que depois se abriu, em direcção ao sitio do finado José Joaquim Bezerra, que alli *sitiou-se* depois que comprou a sesmaria do dito Moraes; e recolheu-se o padre com os picadores, escravos e camaradas. Que isto foi no anno de 1808, não existindo, por aquelles lados de Pirassununga, pessoa alguma ou sitio, até aquelle tempo, nem se achou corte algum de *aposseanles*, nem signal de fogo nos campos e cerrados, sinão os que mandou por o padre Godoy».

(1) Chegaram a fazer um cemiterio e uma capellinha, sob a invocação de Sant' Anna. A proposito refere a lenda um facto digno de menção: A povoação de Casa Branca progredia e já tinha uma capella coberta de sapé, no local onde hoje está a egreja do Rosario.

O vigario Godoy e outros queriam que a freguezia fosse em Cocaes; e os de cá teimavam em creal-a na *casa branca* ou no *Haçá-bang-cá*, e foram buscar a imagem de Sant'Anna, aos Cocaes, para a collocarem na capella. A' noite, os *cocaenses* vieram tiral-a e a levaram de novo.

O padre, aproveitando o ensejo para a sua propaganda, dizia a seus fieis que a *imagem fugira porque não queria morar em Casa Branca*.

Estas vindas e idas repetiram-se, até que o povo descobrisse a artimanha dos homens de Cocaes. Ainda hoje ha duas fazendas neste municipio cuja denominação recorda a malograda povoação de Cocaes: a de Sant'Anna e a do Piçarrão do Cemiterio.

(2) Não pude ainda verificar si estes Laras são parentes de José de Almeida Lara.

(3) Leia-se Mogi-guassú.

dos p r uma indole verdadeiramente aventureira, procuravam o sul. Foi exactamente nesta occasião que assumiu a suprema administração da capitania o muito illustrado d. Francisco de Assis Mascarenhas, marquez de Palma. «Foi, diz o brigadeiro Machado, em seu *Quadro historico da provincia de S Paulo*, um dos seus primeiros actos promover a colonização na capitania, como uma das suas mais instantes necessidades, attenta a diminuição da população com as repetidas levas para o sul. Nesse tão louvavel proposito, predispoz que algumas das familias açoristas, que para esse fim lhe foram dirigidas pelo governo, habitassem temporariamente Jundiahi e Campinas, como para se adaptarem ao clima de sua nova patria, e em seguida mandou formar em Casa Branca e nas terras de uma sesmaria contendo uma legua de frente e duas de fundo, pertencente ao coronel José Vaz de Carvalho, que generosamente cedeu de sua propriedade um nucleo de colonização, começando-o com vinte daquellas familias, cujo numero foi posteriormente augmentado, provendo-se a cada individuo uma diaria para sua manutenção, emquanto para ella não tivesse recursos, e recommendando os colonos aos cuidados das mas abastadas familias de Mogi-mirim». Em que ann deu-se semelhante acontecimento? Examinando as *Memorias do Rio de Janeiro* de José de Sousa de Azevedo Pizarro e Araujo na parte em que se refere á questão, affirma elle o seguinte: «D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde 1.° de Palma, que, achando-se no governo actual de Minas Geraes, depois de governar a capitania de Goiaz, foi nomeado a 13 de maio de 1814, vice-rei da India, cujo posto e governo se lhe transferiu para o de S. Paulo por despacho de 13 de maio do mesmo anno, e pela honrosa carta régia de 6 de outubro seguinte, em vista da qual tomou posse a 8 de dezembro immediato». Portanto, fica demonstrado que os colonos açoristas vieram para Casa Brança no anno de 1815. José Antonio de Almeida, que ainda vive (1), affima que por ordem de um capitão Baptista, vindo de Mogi-mirim (2), foram intimados os povos para ajudarem aos ilhéos na edificação de suas casas, e tocou-lhes como imposto, 20 duzias de ripas (3). A vinda dos ilhéos e conseguintemente de muitos outros individuos que procuravam, para as suas especulações, a estrada que naquelle tempo já era muito frequentada pelos carros e tropas, fez abortar o plano do padre Godoy, de fundar a povoação nos Cocaes, obrigando-o a mudar-se para o logar onde está hoje situada a cidade (4).

---

(1) Almeida falleceu nesta cidade, ás duas horas da tarde do dia 23 de agosto de 1876. Depois de escriptas as notas precedentes, verifiquei que elle nascera em 1784, e não em 1801, como declarára

(2) O capitão João Baptista Ferreira era juiz ordinario de Mogi-mirim em 1816, época em que deveriam ter-se construido as casas dos colonos

(3) Ne-se m smo anno (1816), o governo mandou a Casa Branca o engenheiro militar Daniel Pedro Müller, que tão importante papel desempenhou, mais tarde, na politica e no exercito,--demarcar os lotes de terrenos dos ilhéos e indicar o arruamento.

(4) Na fazenda Piçarrão do Cemiterio, proximo ao Aterradinho, existem ainda duas cruzes que recordam o cemiterio da povoação de Cocaes.

Infelizmente os primitivos habitantes do municipio não conheciam a cultura de café, de maneira que as melhores matas foram todas estragadas com grandes roças, onde sustentava-se um numero extraordinario de gado. E depois a entrada de fazendeiros mineiros,—que mediam a riqueza pela maior ou menor quantidade de terra que possuiam,—demorou por muitos annos a divisão da propriedade, ficando desta arte o municipio paralysado, não gosando de outra importancia, sinão aquella que lhe vinha da estrada da Franca. Felizmente a entrada de fazendeiros importantes, já pelo lado da fortuna, já pelo lado da intelligencia, veiu chamar a attenção dos lavradores para a lavoura do café. E hoje podemos affiançar que o municipio de Casa Branca é talvez a zona mais importante da provincia. Ha, todavia, um mal que tem resistido a todo o commettimento destinado a exterminal-o. A ignorancia popular, e o indifferentismo em relação ao adiantamento intellectual—são geraes. Em compensação os homens mais antigos do logar, manifestando sempre grande veneração á moralidade, transmittiram a seus filhos a mesma indole e costumes. Desta sorte a cidade de Casa Branca recommenda-se especialmente pelo respeito á ordem e acatamento á autoridade. A vinda dos Açorianos, em 1815, na qualidade de colonos, pouca ou nenhuma utilidade deixou ao municipio pelo lado civilizador. E o mal até hoje ainda produz funestas consequencias. Em regra todo o individuo empregado na lavoura não sabe lêr. (A. R. de Loyola).—Cidade e municipio da provincia de S. Paulo (Brasil), na comarca de Mogimirim, em sitio fértil e saudavel. Orago Nossa Senhora das Dores, diocese de S. Paulo. Tem 6.124 habitantes livres e 1795 escravos (1). Criação de gados. Acha-se em construcção o lanço de estrada de ferro que a ha de ligar com a capital da provincia e com outras cidades importantes. Acha-se egualmente estudada a estrada que a ha de ligar á Caldas, na provincia de Minas Geraes, e o prolongamento da linha de S. Paulo até a margem esquerda do Rio Grande. O titulo de cidade foi-lhe concedido no anno de 1872. E' séde de collegio eleitoral (2). Elege 20 eleitores. E' egualmente séde de comarca judicial de 1.ª entrancia (3). O municipio de Casa Branca, que comprehende tres parochias, conta 8.188 habitantes livres e 2 093 escravos (*Dicc. de Geog. universal*, 1878).—Povoação situada a NNO da capital, entre as cidades de Mogimirim e da Franca. Começou por um arraial, que desenvolveu-se no principio do seculo actual. O sabio frances Augusto de Saint-Hilaire, em sua excursão pela

(1) Segundo o recenseamento de 1872. Em 1890 se procedeu a novo recenseamento, muito defeituoso, que demonstrou orçar a população do municipio por 10 000 almas, mais ou menos. E' preciso notar que de 1885 para cá o territorio municipal se tem reduzido bastante.

(2) A reforma eleitoral de 1893 transferiu a séde do 7.º districto para Ribeirão Preto. O municipio está dividido em 5 secções com 1072 eleitores, segundo a revisão de 1895.

(3) Actualmente as comarcas do Estado não têm categorias.

provincia de S. Paulo, no anno de 1819, assim se exprime: «As casas que formam a grande rua de Casa Branca, em numero de 24, tinham sido construidas para familias de insulares açorianos, que se tinha mandado vir povoar esta localidade. O governo pagou o preço do transporte e deu-se a cada familia, não sómente uma casa, mas instrumentos aratorios, e meia legua de terras cobertas de matas. Estes colonos desanimaram á vista das arvores enormes que éra preciso derribar, antes de poder plantar: dezoito familias fugiram atravessando a provincia de Minas Geraes e foram lançar-se aos pés do rei, implorando que as tirasse de Casa Branca; deu-se-lhes outras terras para o lado de Santos, e a povoação de Casa Branca ficou quasi deserta.» Luis d'Alincourt, em seu viagem ás provincias de São Paulo, Goias e Mato Grosso, affirma que o motivo da fuga destes colonos foi—ter o governo faltado ás (1) que lhes fizéra. Seja, porém, como fôr, a povoação foi creada freguezia, desmembrada da parochia de Mogimirim, por alvará de 25 de outubro de 1814, sob a invocação da Senhora das Dôres, e elevada á villa por lei provincial de 25 de fevereiro de 1841, e á cidade por lei de 27 de março de 1872. Dista da capital 44 leguas ou 244, 4 kil., e das povoações limitrophes, a saber: de Caconde 12 ou 66,6 kil., de S. Simão 11 ou 61,1, de S. Sebastião da Boa Vista (2) 16 ou 88,8 (3), do Espirito Santo do Pinhal 10 ou 55,5, do Espirito Santo do Rio do Peixe 9 ou 50, de Mogimirim 12 ou 66,6, e de S. João da Boa Vista 9 ou 50 (Azevedo Marques). —Fazenda rural, que deu nome a esta cidade, e em cujo terreno foi edificada. Suas divisas eram as seguintes: Principiavam no capão, no alto do espigão, seguindo pela direita, confrontando com a fazenda de Prudente José Corrêa (4) até o capão da Guariróba, e seguindo pelo espigão até fechar no brejo, onde morou Antonio Pinto, confrontando com a fazenda do Ribeirão, dividindo com as do Piçarrão e Penhóra, e terminavam onde começaram. A divisão da fazenda de Casa Branca, a unica de que temos conhecimento, começou na audiencia de 22 de junho de 1846 e foi julgada por sentença a 30 de abril de 1847. Tinha a fazenda 577 alqueires de terras, sendo 491 de campos, que foram avaliados a 10$000, e 86 de mato, que foram avaliados a 14$000, importando em rs. 6:144$000. Desta quantia deduziu-se a de 344$000, valor do pasto reconhecido como propriedade de Nossa Senhora das Dores, comquanto não apparecesse titulo de doação; e tambem a de 320$000, por quanto foi avaliado o terreno entre os dois corregos, onde está assentada a povoação, e destinado a patrimonio da egreja. Esta parte foi doada a Nossa Senhora pelos condominos da fazenda

(1) Houve aqui, por força, omissão de uma palavra. Vide os *Apontamentos*, de Azevedo Marques.
(2) Hoje Mocóca.
(3) A distancia daqui a Mocóca é de 6 leguas.
(4) Esta fazenda foi de Antonio José Ribeiro e dr. José Rodrigues do Prado.

Vicente de Almeida França, Marcos de França, João Almeida França, Ignacio Francisco de Almeida, Antonio Barbosa de Moraes, Gonçalo Ferreira Garcia, Francisco de Paula Cardoso e Francisco Martins de Carvalho. Tambem tiveram parte na fazenda: Fructuoso José da Silva, capitão José Gonçalves dos Santos, Serafim Caldeira Brant, Antonio Martins Furão de Pontes e outros.—Nova villa da provincia de São Paulo, na ultima comarca de que a villa da Franca é cabeça. Era primitivamente um arraial cuja população se augmentou consideravelmente com o governo constitucional. Sua egreja, dedicada a N. S. das Dôres, foi creada freguezia, e largo tempo depois uma lei provincial de 25 de fevereiro de 1841 lhe conferiu o titulo de villa, desmembrando, para formar o seu, o districto da villa de Mogimirim. Consta, pois, o seu districto de seu territorio parochial, do de Caconde e do de S. Simão. Seus habitantes, avaliados em 3.000, são pela maior parte agricultores e criadores de gado (Milliet de Saint Adolphe).—Marchamos duas leguas até a Estiva, mais uma legua á bonita villa de Casa Branca, notavel pela sua egreja de bella apparencia e pelo seu cemiterio. Vai uma legua daqui ao Aterradinho, meia á Lagôa, tres e meia ao rio Sapucahi (1), cuja ponte passamos a pé, porque está em peior estado do que a do rio Pardo... (Moutinho).—Estação da linha Mogiana, a 277,5 kilometros de São Paulo e a 720 metros de altura sobre o nivel do mar; foi inaugurada em 1878. A cidade está colocada na altitude de 680 metros.—Cidade na qual ha uma estação da estrada ferro Mogiana. Está assentada no declive de um monte baixo; e, na raiz deste monte, ha um pequeno corrego cujas aguas são espraiadas. Ahi, o antiquissimo caminho, que era o travessio dos indigenas e que depois foi a estrada geral para a Franca, formava uma curva, ladeando o monte, para noroeste. Dahi o nome, corrompido em Casa Branca. Casa Branca é corruptéla de Haçá-bang-ca, «travessio torcido». De *haçá*, «passagem, travessio», *bang*, «torcer, encurvar», levado ao supino pelo accrescimo da particula *ca* (breve), para significar «torcido». O *h* tem som aspirado. O facto de existir mais adiante a *casa caiada* da Estiva (2), ou Registro do despacho dos generos, foi causa da corruptéla. De um *Itinerario* (3) *de viagem*, em 1857, vou transcrever alguns trechos, que explicam de certo modo a denominação tupi: «Sahi do Aterradinho ás 8 horas da manhã, e, caminhando meia legua ao rumo de sessenta gráus, cheguei á villa de Casa Branca, que, por suas construcções, e trato de seus habitantes, se mostra uma

(1) Leia-se Jaguari

(2) A *casa caiada*, a que se refere o autor do *Diccionario*, não era situada na Estiva, e sim á beira da cidade, na rua hoje denominada da Praia.

(3) O *Itinerario*, a que se refere o dr. Mendes, é o da *viagem terrestre da cidade de Santos, na provincia de San Paulo, a Cuiabá, capital da provincia de Mato Grosso*, pelos engenheiros major bacharel José de Miranda da Silva Reis e capitão bacharel Joaquim da Gama Lobo d'Eça. E' escripto pelo primeiro e está publicado no tomo XXVI da *Revista do Instituto Historico*, 1863, pags. 317 e 364.

das mais civilizadas povoações que em minha viagem atravessei. Continuando dahi, ao rumo *noroeste*, caminhei tres quartos de legua até o *alto do campo*. A uma legua e um quarto da villa passa-se pelo logar chamado Estiva, ainda no mesmo rumo *noroeste*, e atravessa-se a váu um pequeno corrego.. O terreno mostrou-se, neste dia, pouco accidentado.» Este antiquissimo caminho está hoje abandonado e quasi tapado; porque, depois de 1857, foi aberta uma estrada, denominada de *rodagem*, mais recta ao alto do campo. (João Mendes de Almeida (1), *Dicc. geog. da prov. de São Paulo*, inédito).—De São João da Bôa Vista regressei para a estação de Cascavel, onde tomei a linha tronco da Mogiana em direcção á cidade de Casa Branca. Passei pelas estações de Engenheiro Mendes, Orindiuva, Lagôa, Cocaes e Casa Branca. Fica esta cidade a 173 kilometros de Campinas, 74 de São João da Bôa Vista e 88 de Mogi-guaçú, na encosta de uma colina, que desce suavemente para o lado de N E, contornada pelos dous Espraiados, que se reunem a outros dous, formando o corrego das Congonhas, affluente do rio Pardo. A' distancia, nos limites do municipio, ficam a O. e a 18 kilometros o rio Tambahú, a E. e a 36 o Jaguari, ao N. e a 12 o rio Verde e a 12 o Tubarana. Sua posição topographica não é feia. Quem se coloca na estação da estrada de ferro aprecia bellos panoramas. E', entretanto, Casa Branca uma cidade profundamente triste e extraordinariamente decadente. Compõe-se de umas nove ruas e de umas cinco praças. A rua mais importante é a que parte da estação (2) e vai até o fim da cidade, numa extensão de mais de um kilometro. Não são as ruas calçadas e poucas têm passeios cimentados. As praças carecem de nivelamento e de limpeza. Os predios são quasi todos terreos, antigos e sem gosto; não são numerados. O commercio é insignificante, sendo exercido por italianos e turcos. Os principaes edificios da cidade são: a Matriz, ainda em construcção, a Casa de Misericordia, a casa da Camara, Cadeia, e o predio em que funcciona a sociedade italiana *Principe di Napoli*, o melhor da cidade. Tem o municipio o districto do Rio Verde, hoje Itobi, cortado pela linha ferrea Mogiana e os bairros do Escavadinho (3), São João, Lagôa e Engenheiro Röhe. A população da cidade é de 3:000 habitantes e a do municipio de 12 a 13,000. Confina o municipio com Tambahú, Santa Cruz das Palmeiras, São João da Boa Vista, Mocóca e Rio Pardo. Entre os rios que o banham notamos o Pardo, Verde, Verdinho, Sant'Anna, Prata, Sucuri e Cocaes. E' a cidade illuminada a luz electrica (Moreira Pinto, *Uma viagem pela Mogiana*, no *Jornal do Commercio* de 20 de janeiro de 1899.)—O nome de

---

(1) A obra do illustre dr. João Mendes foi lida, em parte, a diversos homens de letras, no dia 25 de janeiro de 1891.

(2) Rua Coronel José Julio.

(3) Este bairro não é conhecido aqui.

Casa Branca é, segundo a tradição, proveniente de uma casa caiada que havia á margem da estrada que de São Paulo ia a Cuiabá. Segundo averiguações que pudemos colher, teve ella a sua origem num pequeno rancho caiado que existira neste logar e era o ponto de descanso dos tropeiros que demandavam Minas e Goiás. Foi fundada pelos irmãos Laras, que moravam na Estiva, e pelo padre Francisco de Godoi, que conforme a autorizada opinião do dr. Augusto Ribeiro de Loyola, para aqui viera em 1810 (*Almanaque de Casa Branca*, 1888).—A villa de Casa Branca acha-se situada em uma rampa suave, espraiando as suas casas por uma quasi planicie alegre e saudavel. Logo á entrada da povoação nota-se a pitoresca egreja do Rosario, cercada de cruzes com os symbolos do supplicio do Redemptor, ao lado do cemiterio, que é a construcção mais importante do logar. As ruas são tortuosas e sem nivelamento; as casas têm apparencia mediocre, notando-se raras de sobrado. O desenvolvimento tem sido extremamente lento: erecta em freguezia no anno de 1819 (1) pela importancia que já adquirira naquella época, ainda hoje (1865), nota-se a maioria de casas velhas e mesmo em ruinas, attestando a decadencia em (2) que se acha (Taunay).—Moreira Pinto dá noticia, sob o nome de Casa Branca, de um insignificante corrego do Estado de São Paulo, que rega o municipio de seu nome e desagua no Estiva, tributario da margem esquerda do rio Pardo. Este corrego, que talvez seja o Espraiado, nunca foi conhecido com aquella denominação.

Cascaes—Sob esta denominação Moreira Pinto registra, em seu *Diccionario*, um ribeirão do Estado de São Paulo, affluente do Jaguari-mirim. Este rio não tem affluente algum com tal denominação; e sim com a de Cocaes.

Castilhos—Rua do patrimonio da Lagôa, assim denominada em homenagem ao dr. Julio Prates de Castilhos, ex-presidente do Rio Grande do Sul.

Cava—Antigo caminho, que desta cidade ia ás fazendas Cachoeirão e Cocaes.—Corrego.

Cemiterio—Corrego, affluente do Cocaes.

Centrinho—Uma das denominações do corrego do Macaco, aff. do rio Doce, no dist. de Itobi.

Cerca Velha—Corrego neste municipio em 1835.

Cercadinho—Quarteirão policial do districto de Casa Branca. —Fazenda agricola, dividida judicialmente em 1846. Tinha os seguintes limites: « Principiando na barra do rio Cocaes, no Jaguari, subindo por este até a barra do corrego da Divisa, por este acima até ao valo, por este até ao corrego, pelo corrego acima até ao alto, por um valo velho, e deste, carregando á

(1) Aliás em 1814.

(2) Esta apreciação justa em 1865 deve ser modificada depois que a estrada de ferro chegou a Mogimirim e naturalmente espalhou a sua benefica influencia até Casa Branca. Hoje (1873) a cidade, pois que já passou de villa, está em grande augmento e promessas de prosperidade certa (Taunay).

esquerda, a procurar a cabeceira do corrego das Pedras, e por este abaixo até á barra da Cachoeirinha, por esta acima até um capãozinho, para cima da ponta de um cerradinho, e deste ao alto do espigão, divisando com o alferes José Garcia Leal, e deste, a rumo direito, á baixada do valinho, por este, á direita, á cabeceira de um brejo, por este abaixo até á barra de outro, e voltando por este, á esquerda, até ao alto; pela cerca velha até á ponta da cabeceira do corrego do Jacintho, e por este abaixo até encontrar os cultivados do finado João da Costa Beserra, carregando á direita, pela beira da capoeira, a sair no campo, e pela beirada deste, voltando á esquerda pela beira do capão abaixo até ao ribeirão de Cocaes, divisando com as terras do falecido padre Godoy, e descendo por este abaixo até frontear o alto da Boa Vista, ficando além do ribeirão Cocaes vinte alqueires de cultura, avaliados em 200$000; e pelo dito espigão da Boa Vista até frontear um capãozinho, e por este abaixo até á tapéra de Leopoldino, a fazer barra no Cocaes, e por este abaixo até á barra do Jaguari, onde teve principio a confrontação, divisando com o finado Lourenço da Costa». Esta fazenda tinha a superficie agrária de 2833 alqueires (6.855 hectares e 86 ares), sendo avaliados os campos a 4 e 6$000 o alqueire e as matas a 10$000.

Cercado—Antigo quarteirão policial, hoje supprimido.—Ribeirão, aff. do rio Pardo.

Cercado da Cachoeira—Antigo quarteirão policial, hoje extinto.

Cerrado—Antigo quarteirão policial deste districto, ora extincto.—Estação da linha ferrea Mogiana, no municipio de São Simão, proxima deste.—Floresta de arbustos de 3 a 4 pés de altura, mais ou menos, mui chegados uns aos outros (Taunay). —Bosque isolado, que cresce nos campos mais altos e seccos e nos taboleiros e chapadas, constando apenas de arvores baixas e tojáes (Wappœus).—Lagôa, de que fazem menção documentos de 1835.—Mato emmaranhado, basto, ou muito enredado de silvas e cipós (Macedo Soares).

Chilena—Avenida do Novo Bairro.

Cidade Livre do Rio Pardo—Vide São José do Rio Pardo.

Cidreira—Ribeirão do Estado de São Paulo, affluente do rio Jaguari, entre São João da Boa Vista e Casa Branca (M. Pinto).

Cigano—Ribeirão, no bairro do Cercadinho, já assim conhecido em 1843; aff. do Cocaes.

Ciganos—Corrego, aff. do Sucuri.

Cipó—Corrego, na faz. Varzea Grande, aff. do rio Verde. —Nome commum ás diversas especies de plantas sarmentosas e trepadeiras, e particularmente ás que se empregam á guisa de cordel ou barbante para amarrar entre si quaesquer objectos. Com elle tambem se fazem cestos. Na construcção das choupanas, serve egualmente para ligar umas ás outras as differentes peças

de madeira, donde resulta dizer-se que o *cipó* é o prego do pobre. Deriva-se do tupi ycipó (Voc. Bras.).

Claro—Ribeirão deste municipio; estabelece os limites deste com os de Santa Cruz das Palmeiras e Piraçununga.

Claudina—Corrego, na faz. Varzea Grande, aff. do rio Verde.

Cocaes—Ribeirão, affluente do Jaguari; divide os municipios de Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras. Nasce naquelle e rega grande parte deste. No relatorio da *Commissão de Estatistica* é mencionado como rio.—E' consideravel pelo seu volume d'agua, mas imprestavel como motor, por ser o seu curso, na mór parte, em terrenos baixos, sem declividade sensivel e margeado de largos pantanos em nivel que lhe é superior. Recebe muitos corregos e ribeirões, taes como—Lavrinha, Tubarana, Prata, Sant'Anna, Fortaleza, Limoeiro, Palmeiras, Barreirinho, etc.—Estação da linha Mogiana, entre Casa Branca e Lagôa.—Vide Casa Branca.

Cocaes do Rio Verde—Fazenda neste Municipio.

Cochos—Sitio e corrego, neste municipio.—Plural de côcho, que Julio Ribeiro define—madeiro cavado, serve de comedouro a animaes; serve tambem para ter liquidos por pouco tempo. A fórma cóchos, lembrada por este illustre philólogo, é erudita e não usada nesta região.

Cocuruto—Corrego, na faz. São José da Serra.

Colombiana—Avenida do Novo Bairro.

Commercio—Antiga denominação da rua Mestre Araujo.

Comprido—Corrego, affluente do Jaguari-mirim. Perdeu essa denominação.—Vide Agua Comprida

Conceição do Rio Pardo—Assim chamava-se o *descoberto*, em que hoje está colocado o municipio de Caconde. Em 30 de novembro de 1771 foram de Mogimirim os officiaes da Camara, incorporados, tomar posse do novo *descoberto*, e disso lavraram auto (*Almanaque de Mogimirim*, 1889).

Congonha—Herva-matte verdadeira e de bôa qualidade. E' vocabulo de origem tupi, derivado de côgôi (Romaguera Correia).

Congonhas—Corrego, banha a fazenda do mesmo nome, e e desagua no rio Pardo.

Constituição—Travessa, que liga o largo da Cadeia Velha ao Espraiado.

Contas—Corrego, na faz. Varzea Grande, aff. do rio Verde.

Contenda—Corrego, affluente do Cocaes; tem sua nascente perto da serra do Arrependido.—Fazenda agricola.

Çoroca—Vide Soroca.

Coronel Correia—Estação da linha Mogiana, no kilometro 189, entre Casa Branca e Coronel José Egydio, aberta ao trafego a 25 de setembro de 1898.

Coronel José Egydio—Estação da linha Mogiana, no kilometro 204, entre Coronel Correia e Tambahú, aberta ao trafego a 25 de setembro de 1898.

Coronel José Julio—Rua desta cidade, assim denominada em honra ao coronel José Julio de Araujo Macedo.

Coronel Lucio—Rua, assim denominada em honra ao coronel Lucio Gomes dos Santos Leonel.

Corrego da Onça—Sitio agricola, pertencente a Joaquim Vilela de Andrade.

Corrego Fundo—Povoação deste municipio e districto de Tambahú, onde ha uma estação da linha ferrea Mogiana, escola primária para o sexo masculino, cemiterio e agencia do correio. Está colocada a 737 metros de altura sobre o nivel do mar.

Correia—Antiga denominação da faz. Melgueira.

Cotia—Capão, na fazenda Cocaes. Especie de coêlho de pernas altas, orelhas pequenas, cabelo avermelhado e rijo, rabo muito pequeno. Come-se, porém, sua carne é sêca; a péle curte-se para sapatos (Fr. Maranhão).—Martius escreve *Cuiti*, e Rohan, *cutia*, accrescentando ser corruptela de *acuti*, nome tupi desse animal.—Corrego affluente do Cocaes.

Cotias—Logarejo na fazenda da Prata.

Covas—Sitio, a pequena distancia da cidade.—Ribeirão.

Criminoso—Corrego neste mun.

Cubana—Avenida do Novo Bairro.

Descalvado—Serra; limita os municipios de Santa Rita do Passa Quatro e Casa Branca, e fica a oeste daquella cidade.

Descoberto—Descoberta, descobrimento. Só neste sentido, como adjectivo ou participio passado, é que os lexicos portuguêses dão *descoberto;* no de descobrimento, e tambem de cousas ou logares descobertos, substantivo, é termo genuino do dialecto brasileiro, correspondendo a descoberta, que elles trazem, mas fr. Francisco de São Luis reprova como gallicismo. Ir ao descoberto era invadir o sertão, para descobrir minas de ouro e de esmeraldas, ou captivar indios, ou para uma e outra cousa ao mesmo tempo: a volta do descoberto era o descimento (*Macedo Soares*).

Desterro—Capela edificada, numa das colinas que circumdam a cidade, por João Gonçalves dos Santos, em 1889, nos terrenos de sua propriedade. Foi inaugurada a 27 de abril de 1890, celebrando ahi o conego Miguel Martins da Silva a missa conventual. E' de pequenas dimensões, de construcção singela, e dedicada a Nossa Senhora do Desterro.

Direita - Antiga denominação da rua Barão de Casa Branca.

Divisa—Corrego neste mun., affluente do Jaguari.—Corrego, affl. do Bebedouro.

Doce—Rio do Estado de São Paulo, affluente do rio Verde, que o é do rio Pardo e este do Paraná, nas divisas do municipio de São José do Rio Pardo (Moreira Pinto). Divide esse municipio e o de Casa Branca.—Vide Rio Verde e Rio Doce.—Capão, na faz. Cachoeira dos Ilhéos.

Duas Barras—Fazenda agricola e de criar.

Dutra—Corrego, já mencionado em 1835.

Embaúba—Logar deste municipio, na estrada da Franca.—Corrego, aff. do Pederneiras.—Planta medicinal *(cecropia peltata)*, a que Luis d'Alincourt chama ambaúba.—Embaíba (ou segundo outras ortographias embaúba, imbaíba, ambaiba e ambayva) é a conhecida cecropia, arvore urticacea de cujas folhas se alimenta a preguiça (animal, se entende). (Varnhagen).

Embira—Capão, na faz. Cercadinho.—Nome commum a todas as fibras vegetaes que podem servir de liame, quer provenham das camadas corticaes, como acontece a diversas especies de malvaceas e outras, quer provenham de folhas como as de caraguatá, de certas palmeiras, etc. || *Etym.* Do tupi *ybyra*, nome que se extende a qualquer especie de estopa (*Voc. Bras.*). || A muitas arvores do Brasil que offerecem materia prima para cordas e estopa se dá o nome de embira, taes são a embira branca, a embira vermelha, a embirêtê, a embiriba, o embirussú, etc. || Tem-se escripto tambem *envira*, e assim o fazem Gab. Soares e Baena; porém o mais geral é embira (B. Rohan).

Embiruçu—Corrego neste mun.—Vide Imbiruçu.

Embuava—Corrego, na fazenda Barreiro, aff. do Pederneiras.—Alcunha com que se designa o natural de Portugal, a qual, porém, nada tem de injuriosa, e é o resultado de tradições historicas, desde os tempos coloniaes (Rohan). A respeito deste vocabulo Macedo Soares e Baptista Caetano publicaram interessantes artigos na *Revista Brasileira* (tomo I, pag. 586; tomo II, pag. 348; 1879). Couto de Magalhães escreve *Imbuava;* outros, *Emboaba* e *Imboaba;* e Claudio Manuel, *Buaba*.

Engenheiro Mendes—Estação da estrada de ferro Mogiana, entre Orindiuva e Cascavel, no kilometro 174. Seu nome primitivo era Caldas.

Engenheiro Röhe—Estação da linha Mogiana, no ramal de Canôas, entre Itobi e Villa Costina.

Equador—Avenida do Novo Bairro.

Escalvado—Môrro situado na estrada que da cidade de Casa Branca se dirige á da Franca do Imperador. E' notavel não só pela sua elevação em territorio geralmente plano e aberto, como por assemelhar-se a um castello gothico (Azevedo Marques).

Espigão da Lage—Antigo caminho, que desta cidade ia ás fazendas Cachoeirão e Cocaes, paralélo ao denominado Cava.

Espraiado—Corrego, na faz. Morrinhos, tambem conhecido por Estiva.—Corrego que banha a cidade e vai desaguar no Congonhas.

Estação—Primitiva denominação da rua Coronel José Julio.—Largo do Novo Bairro.

Estalagem—Bairro e rua desta cidade.

Estiva—Ribeirão, proximo ao antigo pouso, e que corre sobre leito argiloso para S.O., com velocidade de tres palmos, tendo de largura 15 palmos sobre 1/2 de profundidade. Tem

margens baixas, descampadas, e dá passagem a váu (TAUNAY).— Logar a N. O. da cidade, de que dista uma legua e um quarto, na antiga estrada de Goias, onde havia um rancho, á margem do corrego. Ainda hoje ha diversas casas ali.—Corrego de pequenas dimensões na estrada desta cidade a Vargem Grande. —Quarteirão policial.—Bairro rural, onde ha uma capela consagrada a Santa Cruz.—Corrego na fazenda Olhos d'Agua.— Corrego, tributario do rio Feio, que o é do Jaguari-mirim.— Corrego, na fazenda Morrinhos, tambem conhecido por Espraiado.

ESTRADA GERAL—A 10 de janeiro de 1730 o governo expediu uma carta régia prohibindo que houvésse mais de um caminho para as minas de Goias e Mato Grosso. Este caminho é, sem duvida a grande estrada que levou Bartholomeu Bueno (o Anhanguéra) áquelles sertões e que passava por Casa Branca.

FAVEIRO—Estação da Mogiana, neste mun., entre Tambahu e Corrego Fundo, no kilom. 219.

FAZENDA—Herdade com destino a grande cultura. Ha fazendas de criação e fazendas de lavoura. Nas primeiras se cuida de gados, sobretudo do bovino e cavalar, e são particularmente conhecidas no Rio Grande do Sul pela denominação de *estancias*. Nas segundas se cultiva café, canna de assucar, algodão, cereaes etc. As de canna são geralmente chamadas *engenho* (ROHAN). Segundo Alencar o termo fazenda, no sentido de propriedade agricola, começou a empregar-se no começo do seculo XVII (RASEC).

FAZENDA VELHA—Ribeirão, na faz Melgueira, tambem denominado Cachoeirinha; aff. do Jaguari.—Logar no districto de Tambahu.

FAZENDÃO—Denominação popular da antiga fazenda Ribeirão de São João.

FAZENDINHA—Sitio na fazenda de Cocaes do Rio Verde.

FEIA—Lagoa, nas proximidades da Vargem Grande.

FEIO—Ribeirão na antiga fazenda de Cocaes, tributario do Mogiguassú.

FIGOLINA—A figolina que encontra-se na margem do Espraiado é misturada com kaolin, mineral de que hoje se fabricam tijolos (PAULA e SILVA).

FIGUEIRA—Logar, proximo á fazenda Campo Alegre.—Arvore, designada em geral em abaneenga por *ambayb*, necessariamente differente de *emboyb*, arvore de familia inteiramente differente (Cecropias), que evidentemente pode ser explicada por *emba-oco-yb* (arvore de oco). Em tupi porem algumas figueiras são tambem designadas pela palavra *sapopemba*, que nos reporta á *hapopema* — hapopemba (raiz alastrada). O nome *ambayb* dado ás figueiras até hoje me pareceu difficil de explicar-se, mas á vista do que diz a lenda, é possivel que aos espiritos imaginativos agrade a interpretação de *angpa-hyb* (arvore das almas extinctas), porque em abaneenga nada tem de extraordinaria a

queda do *g* e a transformação subsequente dos naso-labiaes *np* em *mb* (Baptista Cartano) — Corrego, na estrada de rodagem de Casa Branca a São José do Rio Pardo.

Flores—Antiga denominação da rua Capitão Horta, e que lhe foi dada pelo seu primeiro habitante, o capitão Vicente Ferreira de Silos Pereira, que então residia na casa outróra pertencente á herança de Antonio Floriano de Araujo Cunha.

Floresta—Fazenda de café, neste districto, propriedade de Luiz Bartalotti.

Floriano Peixoto—Rua no patrimonio da Lagoa.

Fornálha—Corrego, na faz. Melgueira.

Fortaleza—Corrego, na fazenda da Prata, affluente do Tubarana.

Forte—Reza a tradição que no bairro da Boa Vista, nas immediações da chacara que foi de Vicente Ozias de Silos, existiu um fórte, de onde os soldados resistiam aos ataques dos indios. A uma velha, testemunha antiquissima de muitos factos deste logar, ouvimos dizer que alcançára ainda, naquelle sitio, *uma casa grande, redonda e muito alta*. Em documento algum encontramos referencia a esse fórte.

Francelina—Corrego na faz. da Prata, affluente do Cocaes.

Francisco Glicerio—Antiga denominação da rua do Mercado.

Fructeiras—Corrego, na faz. Lagoa.

Funil—Antigo quarteirão policial, hoje pertencente ao districto de Pirassununga.

Gaeça—Logar, na antiga estrada da Franca, perto do rio Tambahú, a 3 leguas da cidade.

Garcias—Ribeirão, na fazenda de Cocaes, assim denominado em 1805, e hoje Ribeirão Feio. A antiga denominação será tirada do appellido de Bento Dias Garcia, Roque Garcia e outros, que primeiro povoaram Cocaes?

Goiáná—Tribu indigena.—Acossaram os Aimorés, pelo rio Araguaia acima, até transporem a serra divisoria das aguas e alcançarem o rio Parnahiba.—Ahi *os goiá-nã* preferiram ficar, para derramarem-se pacifica e lentamente pelos vales do Mogiguassú e do Anhembi ou Tieté, até os campos de Pirá-tininga e a serra de Paranapiacaba, onde Martim Affonso de Sousa os encontrou em 1531; e os perseguidos, com o nome de *carib-óca*, que significa «descendentes de brancos», em contraste com os tupis, «da primitiva geração», desceram esse mesmo rio Parnahiba, no ponto em que é nomeado Paraná...—Em tupi quer dizer—proximos ou parentes dos *goià* (Mendes de Almeida).

Goianás—Rua do Novo Bairro.

Goiás—Rua no patrimonio da Lagoa.—Tribu indigena procedente do archipelago de Bahama ou Antilhas, e que se installou ás margens do rio São Franscisco e deu a esta região o seu nome. Alguns escrevem Guayazes. O nome de Goyaz não tem outra origem (Mendes de Almeida).

GOYAZ—Vide Goiás.

GRALHA—Fazenda no bairro da Agua Santa.

GRAMMAGÔ—Corrego, affluente do Tambahú; banha a fazenda Jardim (COULAM).—Não será corruptela de Gram—Magól?

GRANDE—Vide Rio Grande.

GROTA FUNDA—Logar, proximo á cidade.

GUAÇÚ—Vide Guassú.

GUANABARA—Rua do Novo Bairro.—Vocabulo brasileiro, corruptéla de *guanápará*, que, segundo Varnhagen, significa seio de mar.

GUARACIABA—Rua do Novo Bairro.—Burton, o annotador da traducção inglesa da obra de Hans Staden, por Tootal, em nota á primeira parte, cap. 23, diz que *guaraciaba*, que significa cabelo do sol, era uma expressão applicada aos europeus por causa dos seus bellos ou louros cabelos. Não sabemos onde Burton colheu esta noticia. O que é certo é que esse vocabulo, mais corectamente escripto, era empregado para designar o *guainumbi*, a interessante ave que os portugueses denominaram *beija-flor* e *chupa-flor;* e os franceses *colibri*, por assim serem chamados pelos indigenas de suas Antilhas; os mexicanos, *huitzitzil*. Assim o o guainumbi chamava-se tambem entre nossos indigenas *guinambi*, *aratica*, *aratárata-guaçu*. E da mesma sorte *guaraciaba*, que significa raio do sol, e *guaracigaba*, cujo sentido é cabello de sol (MARCGRAV). —Coaraciba ou coaraciaba é um dos nomes com que os indigenas appellidam o beija-flor, significando raios ou cabelos do sol, de *coaracì*, sol, e *aba*, cabelos (BARBOSA RODRIGUES).

GUARAIPO— Vide Guerupú.

GUARANI—Avenida do Novo Bairro.—Nação de indios que povoaram São Paulo. Guarani não quer dizer «guerreiro», como Varnhagen e outros suppuzeram. O general Couto de Magalhães, no seu livro *O Selvagem*, pensa que esta palavra parece corruptela de *guarini*, significando guerra. Sem embargo da autoridade de pessoa tão competente, divergimos dessa sua conjectura. O significado referido não corresponde ao povo. Além disso, na lingua tupi está a verdadeira significação. *Goá-ra-ni*, ou por contracção, *goar'-ani*, «não originario do logar». Com effeito, os guaranis não eram daquella região, onde se estabeleceram e confinaram, «de livre vontade», sem o onus da servidão (JOAO MENDES).

GUARANTAN— Logar, na antiga estrada de Mocóca.—Madeira de muita consistencia e duração; emprega-se em lascas para fêchos: *ymira antan* (MARTIUS), familia das sapindaceas.—Capão na fazenda Casa Branca:—Vocabulo brasileiro. significa— *madeira*, *forte*, *rija*, e é corruptela de *êbèr-âtâ*. Escrevendo a respeito de *guará*, diz Baptista Caetano: Afinal em tupi muito degenerado ha guará por êbêrá, em que se deu primeiro a mudança frequente em tupi de *ebe* em *eve*, mas é difficil ainda explicar o resto».

GUARIRÓBA—Corrego, affluente do rio Verde.—Capão, nas proximidades da povoação, na fazenda Casa Branca, tambem conhecido pelos nomes de Capitão Vicente e Palmital. — Nome vulgar de uma especie de palmeira do genero Cocos (C. oleracea), a qual fornece um palmito amargoso mui apreciado (ROHAN).

GUARUPÚ—Vide Guerupú.

GUASSÚ—Vocabulo tupi, significando *grande*, e do qual nos servimos muitas vezes para distinguir certos objectos maiores que outros (ROHAN) —Guaçú é melhor orthographia.

GUAYAZES—Vide Goiás.

GUERÚPÚ—Capão, conhecido já em 1832.—Nome indigena de uma especie de abelha.—Romaguera Correia escreve *guarupú*, e define—abelha que ha em *Missões*, especialmenre na região de matas, e que fornece excellente mel e muita cêra. Chamam-n-a tambem *guaraipo*, nome por que é conhecida no Paraná a especie *Mellipona numerosa*

GUIRRAS—Ribeirão, na faz. Uberabinha, affluente do Jaguari.—Falando de um corrego denominado *Guirra*, que banha o mun. de São José dos Campos, escreve Moreira Pinto, transcrevendo uma informação local: «O povo diz Guirre e não Guirra. Parece-me, porém, que é Guirra, nome de um passaro que repete este dissylabo, ou *Aguirre*, devido, talvez, ao primeiro descobridor ou possuidor daquelle logar. Nada posso asseverar.» Não será corruptéla do tupi *guirá* (passaro)?

HAÇA-BANG-CA—Vide Casa Branca.

HERVAS—Capão, neste municipio.

HOSPITAL DE ISOLAMENTO—Foi construido em 1893, pelo Governo do Estado, no campo dos Papagaios. E' destinado ao isolamento de enfermos de molestias contagiosas.

IMBIRUÇÚ—Especie de bombacea ou lecythidea, de cuja casca se extrai embira (ROHAN).—Imbira, embyra, corruptéla de *imyra*; açu, grande (MARTIUS). Tambem se escreve Embiruçú, ou Imbirussú.

IMBOABA—Vide Embuava.

IMBUAVA—Vide Embuava.

INAJÁ—Avenida do Novo Bairro.—Palmeira do gen. MAXIMILIANA (M. regia). E' vocabulo tupi, identico a Indaiá, bem que se applique ás vezes a palmeiras de generos diversos. Os tupinambás davam tambem o nome de *Inajá* á fructa da palmeira pindoba (ROHAN).

INDEPENDENCIA—Fazenda agricola, no districto de Tambahú, propriedade do dr. Alfredo Guedes, hoje denominada Santa Carolina.

INFERNO—Ribeirão; desagua no rio Pardo, logo abaixo da cachoeira proxima á estrada de Cajurú.

INVERNADA—Fazenda situada neste municipio e no de São João da Boa Vista, dividida judicialmente. Foi desmembrada da Varzea Grande.—Nome que dão a certas pastagens conve-

nientemente cercadas de obstaculos naturaes ou artificiaes, onde se guardam animaes cavalares, muares ou bovinos, para descansarem ou recuperarem as forças perdidas nas viagens ou nos serviços que prestaram (Rohan).

Ipiranga—Nome de uma rua desta povoação.—Palavra indigena, que quer dizer rio de agua vermelha (Martius). A denominação da rua provém de uma commemoração da data da independencia do Brasil, por parte da Camara Municipal, e não de qualquer accidente da localidade.

Iroiça'—Vide Agua Fria.

Itaguaçú—Vide Itaguassú.

Itaguassú—Fazenda de café, de que é proprietario o capitão Coriolano de Lima.—Palavra indigena, significando pedra grande: *ita*, pedra, *guassú*, grande. Os accidentes topographicos justificam a denominação da localidade.

Itapema—Rua do Novo Bairro.—Vocabulo brasileiro, significando pedra chata.

Itapuavas do Rio Pardo—Uma das denominações que teve o descoberto, hoje municipio de Caconde. *Itapuava* é, sem duvida alguma, vocabulo indigena; mas, será corruptéla de *itaipava*,—recife que, atravessando o rio de margem a margem, o torna vadeavel nesse logar?

Itobi—Vocabulo da lingua tupi, cuja significação é *rio verde*. A seu respeito publicaram-se no periodico local *O Intransigente* os seguintes artigos:

I

Senhor Redactor:

Quer parecer-me que foi em vossa folha que sahiu publicado que, no Congresso do Estado, tratam de mudar a denominação do povoado do *Rio Verde* para a de *Itoby*, que dizem significar a mesma expressão, em linguagem indigena.

E' preciso notar-se que os nomes locaes, para conservarem encanto e trazerem o poetico cunho nacional, devem vir de sua origem primordial. E' preciso que sejam tradicionaes, tenham sagração historica, sejam transmittidos dos primitivos tempos, em que essas regiões foram conhecidas ou exploradas.

O Rio Verde foge desta regra Ninguem descobriu ainda qual a familia a que pertencia a horda autochtone destas redondezas, a que ramo ethnographico pertencia, qual o idioma por ella falado.

Não vejo necessidade de crearem-se arbitrariamente e phantasticamente titulos indigenas para localidades recentes, edificadas hontem, sem o assentimento da tradição, ou sem que se baseiem em accidenres physicos, ou de qualquer outra ordem, que os justifiquem.

Onde os congressistas do Estado foram buscar esse *Itoby*? Quem sabe lá si tal termo expressa, na realidade, a ideia, que

lhe querem dar? Quem disse que os primitivos habitantes destas alturas notaram a côr accidental das aguas do pequeno rio, e assim o chamaram?

Itoby... rio verde?! Póde ser; mas duvido que esteja bem averiguado.

Ito póde traduzir-se por *verde* talvez em alguma gyria tapuia do valle amazonico; porém, entre os senhores do littoral brasiliense, isto é, entre os tupis, a côr verde designava-se pela palavra *jakyre*. Entre os guaranis, que extendiam seu dominio desde S. Paulo ás regiões platinas, e que estavam em contacto com as tribus sulanas, quer me parecer que *verde* era: —*cica*; de onde *sabiá-cica*, e mais quatro ou cinco vocabulos, em que entra *cica*, dando a ideia de verde.

Ainda é tempo de emendar a mão. Srs. congressistas, não barbarizem tão cruamente nossa bella lingua fetichica. Olhem: em vez de *Itoby* dêm ao *Rio Verde* seu antigo nome de *Rio Doce*, *Villa Fortino* ou então *Barro de Tijolo*, ou melhor *Villa dos Majores*, em homenagem a seu fundador, e a seu creador e impulsionader (1). *Rio Verde*, a garrida e progressiva filha dos brejos, nasceu e vai crescendo á sombra de dois dignos majores, e promette dentro em breve ser uma fornada delles.

Não seja embaraço á conservação do actual nome a atrapalhação postal; com a administração do sr. Horta, os correios do Estado ficaram mesmo num pé ruim: agentes e empregados de todas as categorias andam zangados e remettem para o Norte a correspondencia destinada ao Sul, para o Nascente a destinada ao Occidente e vice-versa.

Rio Verde, 28—6—98.

UM CONSERVADOR.

II

Um conservador, que me parece mais revolucionario que Luisa Michel ou Ravachol, veiu pelo *Intransigente* contestando que a palavra indigena *Itobi* possa ser traduzida para *rio verde* no vernaculo.

Em que pese á respeitavel autoridade do illustre *conservador*, é de precisão notar que desta vez errou.

Lembrado por um amigo do Rio Verde e tambem por outros que têm assento na Camara dos Deputados, para a escolha de uma denominação daquella localidade, indiquei-lhes como a mais natural e de facil pronunciação esta de que tratamos.

Poderia remontar minhas pesquizas ás origens destas paragens e procurar descobrir o nome que os nossos aborigenes davam á localidade. Achei, porém, desnecessario esse trabalho, porque a denominação Rio Verde é claramente portuguesa, é dos nossos dias.

---

(1) Refere-se aos majores Carlos Augusto da Silva e Damazo Ribeiro Nogueira.

Por essa razão, resolvi mais acertado traduzir a palavra composta Rio Verde em tupi e formar uma simples—*Itobi*. Foi o que fiz e manifestei áquelles amigos.

Quanto ao vocabulo em questão, tenho o prazer de afirmar ao *conservador*, estribado na opinião assaz auctorizada de Baptista Caetano e Montoya, que está correctamente escripto e fielmente traduzido. Compõe-se de *i*, agua, rio, e *tobi*, verde.

LAFAYETTE DE TOLEDO.

III

A solicitações de um certo *conservador* muito meu conhecido, vou externar minha humilima opinião sobre a recem-creação da palavra *Itobi*, pela qual vae ser substituido o nome da povoação do *Rio Verde*.

E' com toda a modestia que venho submetter á illustrada critica de meu erudito e abalizado amigo, sr. L. de Toledo, algumas ponderações, que muitos julgarão enjoadas; mas que o amigo terá o chinchorro de aguentar resignadamente e até gostará de alimentar esta pauteação despretenciosa, e digamos, com franqueza, agradavel, pois quebra a modórra mortuaria em que a gente vive aqui, na roça.

Itobi é denominação desnecessaria, impropria e incorrecta. Está etymologicamente errada e sua morphologia desattende a regras fixas e indispensaveis da grammatica das linguas polysinteticas.

O tupy—guarany está classificado como lingua agglutinante, isto é, uma lingua em que os elementos analyticos duma phrase são partes componentes de uma unica expressão. E' uma lingua morta, quero dizer que permanece inculta, e por isso sua orthographia é invariavel e deve ser uniforme, de todo que não se quadra com os systemas das linguas vivas, revoltando-se soberanamente contra o methodo phonetico. Possue *42 (!)* sons vogaes, que MONTOYA assignalou por seis vogaes com 7 (!) accentos cada uma.

Acontece, pois, que a caracterização graphica está sujeita a preceitos inviolaveis, senão quizermos estabelecer uma marafunda incompreensivel.

O accento prosodico, bem como o symbolo graphico tem no *abañeenga* e *neengatú* influencia capital e importancia decisiva. Os exemplos, perfeitamente inuteis, para nós dois, não o são para os *cujos*, que não estudaram ainda este assumpto. Vejamos exemplos: *túpa*, rede de dormir; *tupá*, raio; *tupã*, ente supremo. *Puá*, redondo; *puã*, levantado, erguido. *Ytú*, golpe de agua, salto num rio; *itú*, arrecife, pedra á flor d'agua. derivado de *itá*.

Para exprimir a idéia de *agua*, os selvicolas emittem um som muito difficil, que eu não sei descrever com a penna, uma pronuncia muito diversa do *i*, mas que participa desta letra, ao mesmo tempo que participa do *a* e do *u*. E' uma emissão de voz gutturalissima e que tem similaridade com a do Y, entre os gregos. Por esta razão a honrada estirpe dos escriptores antigos, escreveram Y e Yg, as duas palavras, que denotam *agua* na lingua geral.

Muito bem andou o competentissimo general B. ROHAN symbolisando Y, encimado de um trema (.), que indica a differenciação phonica e guia o estudo lexicologico nas agglutinações.

A menor distracção na escripta oppõe uma tranqueira inamovivel aos incipientes, como eu, em applicações indigenistas.

Y compõe termos que principiam por consoante: *Ycatú*, *Ypiranga*, *Ypanema*, *Ytú*. Ha casos de hiato: *Yapó*, *Yára*, *Yamundá*, *Tyetê* Porque não diremos *Yobi*, em vez de *Itobi?*

Yg forma as palavras que, começam por vogal:—*Yguape*, *Yguatemy*, *Ygaçaba*, *Yguaçú*. Porque não se dirá *Ygobi?*

O *g* letra guttural converte-se em *c*, consoante analoga, quasi equivalente, parenta muito chegada: *Ycapara*, *Ycamaquan;* mas não póde transformar-se em *t*, consoante *dental;* erro, esse feiudo e embirrante *t* interpolou-se na palavra com offensa ao genio da lingua.

Em guarany, *hovy* exprime *azul*, e como o *h* é sempre aspirado torna-se injustificavel a introducção do *t*.

No idioma tupico, verde converte-se em *jakire:* mas, o provecto e glorioso rebuscador das cousas patrias, o benemerito lexicographo americanista, dr. BARBOSA RODRIGUES ensina-nos que *obi* significa azul, verde

Assim sendo foi infelicissima e erronea a escolha do adjectivo, com preterição de *jakire* e *cica*, pois *Ygobi*, ou *Yhovy*, tanto póde ser rio *verde*, como rio *azul*, como rio *furta* côr-azul e verde

Em todo caso desvirtua completamente o juizo do constructor da palavra, não expressa com fidelidade a idéia desejada. E', portanto, um vocabulo improprio, perde toda a graça, não tem o toque respeitavel da ancianidade, não é herdado do genesis da historia da lingua, não está consagrado pela tradição, não foi creado de conformidade com a lingua americana, não serve para titulo de uma localidade.

Certamente, estes tristes gatafunhos não serão lidos pelos srs. congressistas que, inda mesmo que os lessem, não fariam caso delles, e por máu fado do *Rio Verde* será seu pittoresco e adequado nome mudado em *Itobi*, cuja melhor traducção é pedra azul (*itá*—pedra; *obi* ou *hovy*—azul).

J. H. DE SILOS.

IVAHI—Travessa desta cidade.

JACINTHO—Corrego, no bairro do Cercadinho, affl. do Cocaes.

JAGUARA-HY—Vide Jaguary.

JAGUARI—Vide Jaguary.

JAGUARY—Vocabulo indigena, que significa *rio dos cães* (jagoará-ig) (FR. MARANHÃO.)—Martius define Jaguari, Jaguary, Jaguara-hy (ribeiro de Mato Grosso) por *aqua felis onçae*; e Macedo Soares,—rio do cão.—Antiga fazenda deste municipio. —Denominação commum do Jaguari-mirim.—Avenida do Novo Bairro.

JAGUARY DO CAMPO—Rio affluente do Jaquari e que corre entre os municipios de S. João da Boa Vista e Casa Branca (A. MARQUES). Este é o mesmo Jaguari-mirim.

JAGUARY-MIRIM—Rio affluente do Mogi-guassú; tem origem nos montes occidentaes da serra da Mantiqueira, de onde passa para a provincia de São Paulo. Corre na direcção mais geral de léste para oeste, entre os municipios de São João da Boa Vista e Casa Branca (A. MARQUES). Tem por tributarios os ribeirões Sant'Anna, Piçarrão, Oriçanga, Cocaes e Estiva.—Vide Jaguary do Campo.—No *Itinerario da viagem do Rio a Coxim*, em 1865, diz Taunay: «Com mais uma legua de viagem transpõe-se o Jaguari-mirim numa ponte de pranchões, cobertos de argila, sobre esteios; ponte em tão máu estado de conservação, que obrigou-nos a concertos em quasi toda a sua extensão de 273 palmos sobre 15 de largura, para poder-se effectuar a passagem da força e bagagem. Este rio, apesar de seu diminutivo indigena, é mais consideravel do que o que divide os municipios de Campinas e Mogi-mirim; nasce na serra dos Limites, mais conhecida pelo nome de serra das Caldas, corre para O., com velocidade de 2 1/2 palmos por segundo, e vai lançar-se no Mogy-assú. Tem leito arenoso: margens abruptas, bem que pouco elevadas e presta-se á navegação de canôas grandes desde a villa de São João (1) até a sua foz, no espaço de 5 1/2 leguas approveitaveis para o commercio e communicação ribeirinha. Os peixes peculiares ás aguas de rio acham-se nelle com abundancia, sobretudo na estação das chuvas, ficando por todo o anno nos rebojos que as enchentes produzem. Em suas margens cobertas abunda tambem a caça importante, como veados, cervos, mateiros (*cervus rufus*), catingueiros (*cervus cimplicicornis*); em aves, os jacús (penelope), grandes bandos de pombas torquazes, tucanos (ramphastus), a bella colhereira (platea ayaya), etc.»—A uma legua de Itupeva, passa-se o rio Jaguari-mirim atravessado por uma ponte de madeira de duzentos palmos de comprimento e dezoito de largura, mal construida e com um dos lances desarrumado. Este rio é piscoso no tempo

1) São João da Boa Vista.

das aguas, fornecendo tambem as matas de suas margens alguma caça, dá váu no tempo da secca (MIRANDA REIS).

JAMBEIRO—Fazenda agricola e de criar, a uma legua da cidade, que pertenceu a Urias Gonçalves dos Santos. — Sitio, na faz. Cocaes do Rio Verde.

JARDIM—Fazenda agricola, em que ha um morro, prolongamento da serra do Campo Alegre, assás notavel pela sua elevação e configuração.— Vide Campo Alegre.

JECA—Corrego na faz. Olhos d'Agua, affluente do Divisa.

JEQUITIBÁ—Espigão, na fazenda Varzea Grande. — Arvore de construcção, da familia das myrtaceas, genero lecythis. Gabriel Soares escreve *juquitibá*, e diz que «é uma arvore real, façanhosa na grossura e comprimento, de que se fazem gangorras, mesas dos engenhos e outras obras, e muito taboado. Tem a côr brancacenta, é leve e pouco duravel onde lhe chove».

JOÃO BERNARDO—Corrego na faz. Olhos d'Agua, affluente do Areia Branca.

JOÃO PEREIRA—Corrego, na faz. Lagôa.

KAOLIN—Por decreto de 6 de dezembro de 1890, foi concedido privilegio ao Barão do Rio Pardo para explorar, neste municipio, aquelle mineral, silicato de potassa e quartzo. Com relação ao kaolin, escreveu o *Diario Popular*, da capital: «Damos abaixo o resultado da analyse a que o sr. Francisco Asiari procedeu na argila branca encontrada nos terrenos da fazenda do sr. Barão do Rio Pardo, em Casa Branca, e reputada como a melhor para a fabrica de louças e porcelanas. Eis o documento, que obsequiosamente nos foi enviado: «Analyse de 100 grammas de argila branca, que se acha nos terrenos do illm.° Barão do Rio Pardo:

Agua hygrometrica	1.40
Agua de combinação	6.33
Silica	71.25
Carbonato de cal	2.10
Aluminio	11.35
Oxido de ferro (traços imperceptiveis)	....
Magnésia	0.40
Potassa (traços imperceptiveis) . .	....
Residuos não argilosos	7.00
Perda	17
	100.00

la branca, marga infuzivel: *kaolin* (grupo dos silicatos), . na manufactura da louça. S. Paulo, 27 de dezembro —FRANCISCO ASIARI, engenheiro».

ADINHA Fazenda de café.

RE—Corrego, na faz. Cocaes.

GÔA—Capão, na fazenda Paciencia—Estação da E. de F. a, neste municipio, no kilom. .... entre Orindiuva e

Cocaes.—Fazenda agricola, pertencente a João Pereira de Castro e outros, situada a 18 kiloms. da estação de Tambahú e a 12 da de Corrego Fundo, com as quaes se communica por bons caminhos. Tem por divisas as fazendas da Varzea, Morrinhos, São José da Serra, Bebedouro e Bom Successo. O aspecto geral, relativamente ao systema orographico, é pouco montanhoso, compondo-se a fazenda, na sua totalidade, de terras *manchadas*, todas consideradas altas, visto estarem colocadas na serra dos Morrinhos e algumas na altitude de 900 metros. O systema hydrographico é representado pelos corregos das Fructeiras, Macahubas, Moreira, Lagôa e João Pereira, que têm por tributarios lacrimaes e pequenas vertentes. E' coberta de cerrados regulares e ruins e de boas matas, onde abundam as madeiras de construcção, como—peroba, oleo, jacarandá, araribá, coração, guaritá canela e cedro. Na composição geologica do sólo predominam a terra roxa (argila ferruginosa manganezifera), as argilo-arenosas, as argilo-calcareas e as humiferas. Pela medição judicial, feita em 1897, verificou-se ter a fazenda a extensão superficial de 1,395^{h} 21,^{a} 75.^{c} — Corrego, que banha a fazenda do mesmo nome.

Lagôa do Rocha — Logar na fazenda de Cocaes. — Vide Rocha.

Lagôa Formosa—Fazenda que, em virtude da lei provincial n. 51, de 30 de abril de 1882, foi transferida do municipio de São João da Boa Vista para o de Casa Branca e, sendo revogada essa lei, tornou a pertencer áquelle municipio.

Lagôa Grande—Lagôa de grandes dimensões, fronteira á estação do mesmo nome, na faz. Olhos d'Agua.

Lagôa Secca—Antigo pouso, na grande estrada de rodagem para Goiás, a 3 leguas desta cidade.

Lagôa Verde—Linda e grande lagôa, toda cheia de vegetação, a pequena distancia dos Olhos d'Agua, em cujas proximidades havia um *pouso* da estrada de Goiás.—Logar, na estrada de rodagem para Mogimirim, assim chamado por causa da vegetação que cobre quasi totalmente a superficie de duas grandes lagôas mui proximas uma da outra. *Cyperaceas* e outros vegetaes palustres mal deixam perceber de longe a existencia da agua, parecendo a lagôa uma campina verdejante, onde destaca-se o branco candido das innumeras garças que para ali affluem. Povoam egualmente estes terrenos alagados, segundo informações do logar, muitos jacarés (*crocodillus sclerops*), de que ha grande receio (Taunay).

Lagoinha—Fazenda neste districto, a pequena distancia da cidade.—Corrego, que banha a fazenda de seu nome. — Grota, na faz. Varzea Grande.

Lambari—Vide Alambary.—Fazenda agricola.

Lambedor—Fazenda neste municipio, hoje denominada Bebedor (ou melhormente Bebedouro). Pertencêra ao conselheiro Diogo de Toledo Lara Ordonhes, fallecido em 1826, de quem

escreve Azevedo Marques: «Em sua vida havia feito doação á Santa Casa de Misericordia de sua cidade natal (São Paulo) de uma fazenda chamada *Lambedor*, nas margens do Rio Pardo, districto da então villa de Mogimirim, a qual foi vendida e seu producto applicado á construcção do actual hospital».

LANÇADOR—Corrego neste mun.

LANCEIRO—Corrego na foz. Olhos d'Agua.

LARANJAL—Quarteirão do districto policial de Casa Branca. Fazenda agricola.

LAVRINHA—Corrego, affluente do Cocaes; banha a fazenda da Prata.

LAZARETO—A dois kilometros, mais ou menos, da cidade, entre o Cemiterio Municipal e o Hospital de Isolamento, no local *Papagaios*, está edificada uma casa destinada a lazareto para variolosos. Mandada construir pelo coronel Honorio de Silos, em terreno para isso cedido por José Antonio Teixeira, foi entregue á Camara Municipal a 12 de junho de 1888. Tem annexo um pequeno cemiterio.

LOBEIRO—Corrego na fazenda da Prata, tributario do Jaguari.—Fazenda agricola.

LUIS GAMA—Rua, antiga dos Carros. A nova denominação foi-lhe dada em homenagem ao illustre abolicionista Luis Gonzaga Pinto da Gama.

MACACO—Corrego, no districto de Itobi; estabelece limites dos municipios de São José do Rio Pardo e Casa Branca.

MACAHUBAL—Corrego na fazenda Lagôa.

MAFRA—Corrego, aff. do Pederneiras, na faz. Barreiro.—Pouso, na antiga estrada de Goiás, e de que escreve, no seu *Itinerario*, o Visconde de Taunay: «A's nove horas da manhã deixou-se o pouso (Paciencia), e, caminhando para N., encontrou-se a 300 braças, mais ou menos, um pequeno rancho á margem esquerda de um corrego insignificante, que dirrge-se de N. para S.: á legua e meia o novo rancho do Mafra, depois do qual, por terrenos accidentados e cobertos de mata, na qual achamos uma delicadissima orchidea (talvez do genero odontoglosso), com florezinhas de um roxo suave, chegou-se ás margens do rio Pardo, a duas leguas da Paciencia.»

MAJOR LEONARDO—Rua no patrimonio da Lagôa, assim denominada em honra do major Manuel Theodoro da Silva Leonardo.

MAMBUCA—Corrego.—Especie de abelha, conhecida em Goiás (*Couto de Magalhães*); e tambem em Minas. Sebastião Paraná classifica-a no genero mellipona excelsa.

MANGABEIRAS—Potreiro na fazenda Cocaes do Rio Verde.

MARACAJÚ—Fazenda agricola que, em virtude da lei n. 77, de 17 de junho de 1881, foi desmembrada do municipio de Pirassununga e annexa ao de Casa Branca; pertence hoje ao de Santa Cruz das Palmeiras.—Vocabulo tupi, corruptela de mara-

cajá-ú, significando rio do maracajá. Maracajá, segundo escreve Moreira Pinto, é nome vulgar de uma especie de gato indigena e silvestre (felis pardalis, Neuw), tambem chamado gato do mato. Costa Rubim escreve maracaiá, originario do guarani mbaracaia, gato bravo.

MARECHAL DEODORO—Antiga denominação da rua Coronel José Julio, dada em honra ao marechal Manuel Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da Republica.

MARIOPOLIS—Fazenda agricola.—Palavra composta, significando logar ou cidade de Maria. E' combinação do vocabulo Maria e a particula grega polis.

MATA DE PIRASSUNUNGA—Antigo quarteirão policial, hoje extincto.

MATO GRANDE—Corrego, aff. do São Pedro.

MATO SECCO—Fazenda agricola, pertencente a Domingos Vilela de Andrade.—Corrego neste districto.

MATRIZ—Praça, assim denominada por se achar ahi edificada a egreja matriz. —Travessa ligando a praça desta denominação á rua Capitão Horta.

MELGUEIRA—Primitiva denominação da fazenda Mariopolis. —Fazenda agricola.

MENINO DEUS—Pequena capela á rua 27 de Março.

MERCADO—Antiga denominação da rua Francisco Glicerio.

MESTRE ARAUJO—Rua, assim denominada em homenagem ao antigo professor Francisco José de Araujo.

MEXICANA—Avenida do Novo Bairro.

MICHAELENSE—Vide Quinta Michaelense.

MINEIROS—Travessa desta cidade.

MINERAÇÃO—E' corrente que na cidade e municipio de Casa Branca jamais se tratou de mineração. Disso encontramos prova cabal num livro existente no cartorio da policia e que serviu de protocólo do juizo municipal. Esse livro, numerado e rubricado, tem na primeira pagina o seguinte termo: « Este livro deve servir para o sr. Thomaz Carlos de Sousa, ou quem por minha ordem suas veses fizer, na qualidade de meo secreto Agente, lançar a quantidade de oiro em pó, e em barras que comprar, ou guiar-me da villa de Mogi-mirim, e seo extenço Termo: vai numerado e rubricado por mim com a Rubrica de que uzo. São Paulo, 3 de junho de 1820. MANOEL RODRIGUES JORDÃO. » O livro conservou-se em branco até 24 de novembro de 1855, data em que foi destinado a protocólo de audiencias.

MIRIM—Vocabulo tupi (adjectivo), significando pequeno, para distinguir objectos menores que outros: Mogi-guassú, Mogi-mirim.

MISERICORDIA—Rua que liga os largos da Cadeia e da Matriz.

MOCÓCA—Cidade, edificada em territorio outrora pertencente ao municipio de Casa Branca. Foi fundada em 1846, por fa-

zendeiros vindos de Minas. Por lei de 5 de abril de 1856, elevou-se a povoação á categoria de freguezia, com o nome de São Sebastião da Boa Vista; pela de 24 de março de 1871 á de villa e pela de 8 de abril de 1875 á de cidade, com a denominação de Mocóca. O patrimonio foi lhe doado em 1847, como se vê do seguinte documento, extrahido de uns autos de posse judicial, existentes no primeiro cartorio de Casa Branca:

Illmo. sr. juiz municipal.—Diz Felicissimo Antonio Pereira, na qualidade de fabriqueiro, e assim thesoureiro e procurador da nova capéla de S. Sebastião da Boa Vista, por nomeação da Camara Municipal da vila de Casa Branca, de conformidade da lei, em razão do logar e terreno em que se acha ella erecta pertencerem hoje a este municipio, e como para que na mesma se continue na licença da celebração do santo sacrificio da Missa seja preciso reconhecer-se qual vem a ser o seu patrimonio, e deve-se-lhe dar posse judicial, e para esse fim veiu V. S. a este logar á petição vocal do protector da mesma pia fundação, Venerando Ribeiro da Silva: é o presente requerimento a V. S. se sirva preceder ao reconhecimento, demarcação e acto de posse, como achar de direito, para o que apresentarei os titulos de doação em que consiste o patrimonio.—P. a V. S. se sirva deferir como fôr justo e legal.—*Despacho.*—A. venha concluso. São Sebastião da Boa Vista, 4 de dezembro de 1847.—Carvalho e Vasconcellos.

Conclusos os autos, o juiz deu o seguinte despacho:—Apresente o impetrante os titulos de doação, reconhecidos por tabellião, e declare nos autos os nomes dos doadores, e de quanto cada um, e a somma total em generos, e seu valor em dinheiro no presente tempo, e logar, e de accôrdo com o fiscal nomeie dois peritos lavradores para darem o conhecimento do espaço, a confrontação e demarcação do terreno que faz o objecto do auto de posse, que se requer.—Carvalho e Vasconcellos.—Apresento para ser visto por este juizo os titulos das doações dos terrenos, declarando que os doadores são os seguintes; os quaes titulos foram reconhecidos pelo proprio tabellião da diligencia. Doador primeiro, Venerando Ribeiro da Silva, comprou e doou para o patrimonio de S. Sebastião, 10 alqueires de terra de cultura, comprou a Domingos e sua mulher, como consta dos titulos; Salvador Pedro de Moraes e sua mulher doaram ao mesmo santo, para seu patrimonio, dois alqueires de cultura de matos, como consta dos titulos; Emygdio Antonio de Jesus e sua mulher doaram um alqueire de cultura; José Pereira dos Santos e sua mulher doaram ao mesmo santo uma quarta de cultura, como consta da escriptura; Joaquim Gonçalves de Moraes e sua mulher doaram ao mesmo santo tres quartas de cultura; José Gomes de Lima e sua mulher doaram dois alqueires de cultura e deram mais 14 alqueires de uma troca de um terreno, como consta da escriptura; Domingos Antonio de Castro e sua mu-

lher doaram 3 alqueires de terras de cultura, como consta da escriptura. Vêm a sommar todos estes terrenos em 33 alqueires, os quaes foram avaliados em 10:000, que faz a somma de 330:000, e tendo de accordo com o fiscal nomeado peritos lavradores, para dar o conhecimento do espaço, confrontação e demarcação do terreno, em que se comprehendem aquelles numeros de alqueires e que ficam servindo de patrimonio da denominada capéla de São Sebastião da Boa Vista, em cujo meio se acha edificada a capéla.

Declara-se que todo este espaço é proprio para plantação, sem alagadiços e atravessado por um córrego denominado *Corrego do Meio*. Quanto a suas confrontações, são as seguintes: pelo lado do sul diviza com Antonio José Gomes, de um lado e outro do córrego, e pelo lado do nascente diviza com José Christovam de Lima, e daqui, em toda a circumferencia, diviza com todos os doadores, porque este terreiro é tirado das fazendas dos mesmos doadores, os quaes vivem em commum. Quanto á demarcação fica assim feita, só sim faltando pôr os marcos, os quaes vão ser postos na presença dos doadores e confrontantes, lançando-se mão de todos os meios necessarios, afim de ficarem os marcos nos quatro angulos extremos, com a exactidão possivel. São Sebastião da Boa Vista, 4 de dezembro de 1847.—O fabriqueiro, Felicissimo Antonio Pereira.—Francisco Venancio de Siqueira.—Francisco Moreira Rodrigues.—Em vista da declaração do impetrante fabriqueiro, de accordo com o fiscal, e acharem-se reconhecidos os titulos de doação, que ficam em poder do mesmo fabriqueiro, de assim estar reconhecido o espaço e valor do terreno, e suas confrontações, em cujo centro, ou meio, se acha colocado o edificio da capéla, de que foi e fica sendo patrimonio, proceda-se ao auto de posse do mesmo patrimonio, com as devidas formalidades, e da maneira a mais publica, que em nome da capéla será tomada pelo mesmo fabriqueiro, e assignado por elle, e pelos mais concorrentes, que a esse auto forem presentes. São Sebastião da Boa Vista, 4 de dezembro de 1847.—Carvalho e Vasconcellos.

Auto de posse

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos quarenta e sete, vigesimo sexto da Independencia e do Imperio do Brasil, aos quatro dias do mes de dezembro do dito anno, nesta capéla de São Sebastião, municipio da vila de Casa Branca, da setima comarca da imperial cidade de S. Paulo, em o adro da dita capéla, onde se achava o juiz municipal primeiro supplente, o cidadão Antonio José Teixeira de Carvalho e Vasconcellos, commigo escrivão de seu cargo, ao diante nomeado, adjunto com o official de justiça Severiano Constantino Pereira, para o effeito de lavrar o presente auto de posse judi-

cial no terreno do patrimonio doado á dita capéla, e como dito patrimonio já estivesse reconhecido no espaço de 33 alqueires de planta de milho, e assim este terreno confrontado, avaliado em 330:000 em dinheiro, em meio de cujo patrimonio se acha edificada a capéla, segundo consta dos autos, mandou o juiz dar posse do mencionado patrimonio da capéla, na pessoa do actual fabriqueiro e procurador Felicissimo Antonio Pereira, a este se lhe deu posse judicial e formal, passando-se o juiz para a porta principal da capéla, mandando apregoar a posse, em differente ponto do terreno, em repetidas veses, pelo official de justiça, em logar do porteiro, e achando sem companhia, o mesmo fabriqueiro o recebeu, em signal de ter tomado a dita posse, em nome da capéla, de sua legitima administração e de seu patrimonio, cortou ramos, tomou terra e lançou ao ar, e assim foram desempenhadas as cerimonias do estylo. E como este acto foi publico, e se não manifestasse, nem presumisse opposição alguma, houve o juiz a posse por conferida e tomada judicialmente, do que, para constar a todo tempo, mandou lavrar o presente auto, que assigna com o fabriqueiro, assignando tambem o fiscal, os doadores e os confronteiros, que se achavam presentes, assim como outras pessoas do logar, que testemunharam o acto. Eu, Manuel Rufino de Arantes, escrivão, que o escrevi.— Carvalho e Vasconcellos—Felicissimo Antonio Pereira— Severiano Constantino Pereira—O fiscal, Joaquim José Pereira— José Gomes Lima— Veneran o Ribeiro da Silva— Emygdio Antonio de Jesus— A rogo de Domingos Antonio de Coito, Joaquim Manoel da Cruz—José Pereira dos Santos.

Este auto foi julgado por sentença a 15 de dezembro de 1847. —Situada a 21° 25 de lat. sul 3°43 long do Rio de Janeiro, dista da capital 343 kilom., de Casa Branca 65, de Monte Santo 40, de São José do Rio Pardo 30, de Cajurú 50, de Guaxupé 44, de Santa Barbara das Canôas 40, e de Caconde 42 kilom. Em 1846 alguns fazendeiros do sul de Minas, que aqui vieram caçar, ao depararem no meio da mata com varias casas cobertas de sapé, denominaram esta localidade *Mocóca*, da palavra indigena (casa pequena e ruim), denominação que conserva até hoje. Foi creada freguezia, com a denominação de São Sebastião da Bôa Vista, em 5 de abril de 1856; elevada a villa em 24 de março de 1871 e a cidade, com a denominação de Mocóca, em abril de 1875. A cidade é edificada entre duas colinas suaves e de egual altura, sendo dividida em duas partes pelo ribeirão Mocóca, que atravessa toda a cidade (*Almanak do Estado de São Paulo*).—Vocabulo tupi, corruptela de mocuóca.

Mocoóca—Vocabulo tupi; significa — casa de mocó (mocóóca). Segundo José' Pompeu, mocó é um quadrupede da ordem dos roedores (kerodon mocó), que se encontra na fauna do Ceará—Vocabulo do dialecto tupi do Amazonas, (Seixas). Tem a mesma significação de mucuóca.—Vide Mococa.

Modesto—Corrego, affluente do ribeirão da Prata, na fazenda deste nome.

Mogi—O nome Mogi (rio das cobras), tão frequente na geographia paulista, é ainda um vocabulo guarani, apezar da alteração por que passou. Mogi, em outro tempo escripto *boigi*, é simplesmente corruptela dos vocabulos guaranis: mboi—gi (Theodoro Sampaio).

Mogi-guaçú—Vide Mogy-guassú.

Mogy-guassú—Rio consideravel, affluente da margem direita do Rio Grande ou Paraná. Nasce no campo dos Ciganos e é formado de varias vertentes no territorio de Camandocaia, tomando o nome de Mogy-guassú depois da sua confluencia do Jaguari-mirim. Seu curso é de 90 a 100 leguas, ou 560 kilometros, pouco mais ou menos, na direcção mais geral de suéste para noroéste, recebendo como affluentes os rios São Paulo, Mogi-mirim, Tucura, Itaqui, das Pedras, Taquaratan, Itupeva, Jaguari-mirim, Pardo e Gambá, os ribeirões Engazeiro, Canôas, Dois-Irmãos, (um da margem direita, outro da esquerda), Bomfim, Quilombo, Pantâno, Garça Branca, Agua-pé, Mel, Piauhi, Gariroba e Cassununga, e os corregos Barreiro, Perobas e Tapéra. Depois de banhar a povoação que delle deriva o nome, percorre o Mogy-guassú a oéste os territorios de São João do Rio Claro, Brotas, Limeira, Piracicaba, Pirassununga e Belém do Descalvado e a éste os de São Simão, Franca, Batataes, Casa Branca, (1) e outros (Machado de Oliveira—Vaz de Mello—Azevedo Marques).—Palavra indigena, composta de *mogi*, *mogy*, *mugy*, ou *mojú* (corruptela de moxi: — nas màs horas) e *guassú*, grande, maior, significando—*locus infaustus major*, segundo Martius, que escreve Mogi-guaçú.

Moirões Queimados—Faz. agricola.

Monjolinho do Rio Pardo—Fazenda neste municipio em 1829.

Monjólo—Corrego na antiga fazenda de Cocaes.

Mont'Alverne—Fazenda neste municipio, pertencente a Ernesto Ferreira Coelho.

Mobeira—Corrego na fazenda Lagôa.

Môrro—Fazenda agricola, pertencente a d. Maria das Dores Nogueira de Carvalho e outros, desmembrada do municipio de Santa Cruz das Palmeiras pela lei n. 75, de 7 de abril de 1885.—Ribeirão, na faz. deste nome.

Môrro da Demanda—Logar na fazenda Rio Doce.

Môrro dos Ilhéos—Vide Cachoeira dos Ilhéos.

Mortes—Capão, neste districto.

Mosquitos—Corrego, na faz. São José da Serra.

Mucuóca—Vocabulo indigena, significando—cerca ligeiramente construída nos riachos por meio de páus fincados a prumo,

---

(1) Com a creação do mun. de Santa Cruz das Palmeiras, deixou o de Casa Branca de ser banhado pelo Mogi-guassú.

ramo de aminga e tujuco, afim de paralysar um tanto a corrente da agua, e dar logar á pesca chamada de gapuia (Baena). —Vide Mocoócs.

Municipal—Travessa, hoje denominada rua Coronel Lucio.

Nascimento—Com este nome encontra-se, nas actas da Camara Municipal, a designação de uma rua desta cidade em 1851.

Negros—Capão, na fazenda Cocaes.

Nossa Senhora—Potreiro, annexo á cidade, pertencente à egreja da parochia. Foi doado por Lourenço Martins Leme, falecido a 2 de janeiro de 1838, que em seu testamento fez a seguinte declaração: «Declaro tambem possuir umas partes (de terra), por compras, neste sitio da Casa Branca, cujos titulos existem em meu poder, e delles hão de constar seus valores; e da parte que comprei a Manuel Ignacio de Almeida, desta, o que houver de campos, a metade dou-a de esmóla a Nossa Senhora das Dores, nossa padroeira».

Nova—Nome primitivo da rua Sete de Setembro, antes de chamar-se da Palha.

Nova Casa Branca—Bairro, na estação da Lagôa, onde a Camara Municipal possue um patrimonio de quatro alqueires de terra, por doação do major Manuel Theodoro da Silva Leonardo. E' tambem denominado Patrimonio da Lagôa.

Novo Bairro—Bairro suburbano, locado acima da estação da estrada Mogiana, com uma área de 66,86 hectares oe 27,61 alqueires, dividido em quatro perimetros e em 2 alamedas (Paulista e Uruguaia), 1 largo (Estação), 1 praça (Republica), 4 ruas (Goianás, Guaraciaba, Guanabara e Itapema) e 13 avenidas (Jaguari, Caiobi, Inajá, Argentina, Chilena, Perúana, Boliviana, Equador, America, Guarani, Cubana, Mexicana, e Colombiana) e 527 datas. Os terrenos deste bairro foram adquiridos pela Camara Municipal, por compra a Francisco Nogueira de Carvalho e fazem parte do quinhão que, na divisão da fazenda Casa Branca coube a Serafim Caldeira Brant. Ausentando-se este, foram os terrenos vendidos a Antonio José Teixeira, em hasta publica, a 26 de setembro de 1864. Por morte de Teixeira e inventario feito em 1871, foram arrematados por Aureliano Modesto de Castro, que os vendeu a Francisco Nogueira de Carvalho, a 5 de dezembro de 1889, havendo-os a Camara por escriptura de 29 de março de 1896. Em 1897 foram demarcados pelo agrimensor João Carlos Ferraro.

O'ca-cari—Nome que em tupi significa—*casa branca*, e pelo qual suppõe o engenheiro Pedro José de Paula e Silva ter sido conhecido o local onde se assenta esta cidade. Conrado, em seu antigo mappa, cita o *Para-o'ca-cari*, ou rio da casa branca (Almanak de Campinas, 1886).

Oleos— Capão, na fazenda Paciencia.—Correguinho, na fazenda Barreiro, affluente do Pederneiras.

Olhos-d'Agua—Pequeno ribeirão, a meia lugua do Jaguarímirim, de que e affluente: é atravessado pela antiga estrada da Franca.—Fazenda agricola e de crear.—Lagôa secca, já assim conhecida em 1830.

Onça—Corrego neste districto; faz barra no Tambahú.—Fazenda agricola.

Orindiúva—Estação da Mogiana, no kilom. 144, entre Lagôa e Engenheiro Mendes.—Especie de madeira, da familia das leguminosas. E' de côr vermelha escura, tecido compacto, e muito apreciada por sua rijeza e duração.

Ortizes—Corrego que limita os municipios de Santa Cruz das Palmeiras e Casa Branca. Deriva sua denominação do appellido Ortiz, de lavradores que moravam á sua margem, como Antonio Ortiz de Camargo e José Ortiz de Camargo. E' tributario do Cocaes.

Paciencia—Antigo pouso na estrada de Goiás, onde por muito tempo residiu o capitão Manoel Thomaz de Carvalho. Junto corre um corrego com o mesmo nome. Das edificações não resta um vestigio siquer.—Fazenda agricola pertencente aos herdeiros do capitão José Venancio Villasboas e outros.—Corrego, que banha a fazenda do mesmo nome.—Taunay, no seu *Itinerario*, diz: «A um quarto de legua do Tambahú, levantou-se ha pouco (1865) um rancho, correndo mais adiante o corrego do Passatempo. Com mais 200 braças, acampou-se no pouso da Paciencia, perto do ribeirão do mesmo nome a rumo O. A estrada que ahi vai ter é quasi toda traçada em campinas sem arvores, havendo apenas seiscentas braças de matas nas margens do Tambahú».

Paço Municipal—Edificio pertencente ao municipio e em que funccionam a Camara, as repartições municipaes, o tribunal do jury e as audiencias dos juizes e que serve egualmente de cadeia publica Foi inaugurado a 3 de março de 1888.

Paineira—Corrego, na faz. Morrinhos

Paiól—Fazenda agricola.—Corrego na faz. da Varzea.—Corrego, na fazenda Campo Alegre; affluente do Tubarana.

Paisandú—Travessa.

Palha—Antiga denominação da rua Sete de Setembro, e teve-a, segundo diz a tradição, pelo seguinte facto: Jacintho José de Sousa, conhecido por Jacintho Meirinho, morava na casa que hoje pertence á herança de Luis Antonio da Silva, tinha por costume *bater* arroz e deixar sempre grandes montes de palha na rua. O povo, á falta de outra denominação, deu-lhe aquella.

Palmeiras—Corrego na fazenda da Prata, tributario do Rio Feio.—Corrego; corre ao sul e desagua no rio Pardo.—Travessa

Palmeiras da Terra-Vermelha—Fazenda agricola, nesta comarca, de propriedade de José de Vasconcelos Bitencourt, João Caetano de Lima e outros, que pertenceu primitivamente ao conde de Valença (Estevam Ribeiro de Rezende). Tem a

superficie agraria de 824,3 hects., e foi dividida judicialmente em 1884. Está collocada na fralda da serra do Jardim, e banham-n-a o rio Tambahú e os corregos Preto, Arrependido, Salgado, Bebedouro, Tijuco Preto.

PALMEIRAS DO CERRADO—Antigo quarteirão policial, hoje extincto

PALMEIRAS DO TAMBAHÚ—Fazenda agricola, hoje dividida e com diversas denominações

PALMITAL—Capão, proximo á cidade, na chacara Santa Iria. —Vide Guariróba —Corrego, na faz Lagôa.

PAPAGAIOS—Capão e logar, a pequena distancia desta cidade, onde estão edificados o Hospital de Isolamento, o Lazareto de Variolosos e o Cemiterio Municipal.

PARACATÚ—Fazenda, no bairro da Vargem Grande.—Vocabulo brasileiro, corruptela de *piracatú*, significando peixe bom., (pirá catú)

PARAHIBA—Rua do patrimonio da Lagôa.—Vocabulo brasileiro, que significa, segundo frei MARANHÃO,—peixe mau; corrupção de *pirá-aiba*; e segundo MILLIET DE SAINT-ADOLPHE—rio da agua clara. Esta significação é errada: a verdadeira é —*rio maù* (pará, rio; ahiba, máu), conforme constataram VARNHAGEN e MACEDO SOARE .

PARANÁ—Rua do patrimonio da Lagôa. Vocabulo tupi, que significa rio. Começa a agglutinar-se em paraná—paranam (J. VERISSIMO). Na lingua tupi a palavra pará-ná significa «proximo do mar»; porém os indigenas indicavam com esse nome todo e qualquer rio grande (JOÃO MENDES). No dialecto dos *Canoeiros*, segundo COUTO DE MAGALHÃES, paranã é corrego. Com a significação de rio o dão COSTA E SILVA e OSCAR LEAL; e de rio grande, parente do mar, MACEDO SOARES.

PARANÃ—Vide Paraná.

PARDO—Vide Rio Pardo.

PASSATEMPO—Corrego, na faz. Morrinhos, tambem conhecido por Pimenta; banha egualmente a faz. Paciencia.

PATRIMONIO DA LAGÔA—Vide Nova Casa Branca.

PAU-BRANCO—Correguinho, na fazenda do Barreiro.—Corrego na faz. Morrinhos.

PAULISTAS—Travessa; liga o largo do Rosario a diversas ruas.—Alameda do Novo Bairro

PERDENEIRAS—Corrego affluente do rio Pardo—Pequena serra que surge ao norte da serra do Araraquara, entre os rios Pardo e Mogi-guassú, a noroéste da cidade de Casa Branca, em meio de um territorio descoberto, e adaptado á industria pastoril, que tem ali grande applicação. Corre a serra de sudoéste para noroéste, e na extremidade deste rumo ergue-se um grupo de montanhas que tem o nome de morro das Pederneiras, e se identifica com a serra (MACHADO DE OLIVEIRA).

PEDRAS—Corrego, affl. do Cocaes.

PEDREGULHO—Corrego neste districto.

PELOURINHO—Póste colocado na praça publica para nelle serem amarrados os criminosos expostos á ignominia. Era tambem destinado, de preferencia, ao supplicio dos escravos que deviam ser açoitados. SEBASTIÃO PARANÁ diz que o pelourinho, de um madeiro grosso e lavrado nas quatro faces, continha quatro argólas de ferro, braços pelos lados e um cutelo no remate. CONSTANCIO dá o pelourinho como uma columna de pedra, rematada por pontas de ferro, onde se espetavam as cabeças dos degolados, e tinha tambem argólas onde se podia enforcar. Em Casa Branca existiu o pelourinho, ali á margem esquerda do Espraiado, ao terminar da travessa da Constituição. Com o andar dos tempos a areia, subindo, sotterrou o instrumento infamante. Si se fizessem escavações, poderia ser descoberto, pois, segundo a tradição, era um madeiro bastante comprido. A um officio do presidente da provincia, perguntando si existia aqui o pelourinho, a Camara respondeu que não. Seria curioso si se conseguisse desenterrar o famoso padrão e conserval-o como recordação historica.—Costume era de nossos antepassados levantarem logo um pelourinho, quando se fixavam em qualquer parte, com intenção de fundarem um arraial. Desgraçadamente os brasileiros não ignoram que *pelourinho* é uma picota que se levanta em logar bem publico, com uma argóla de ferro presa no alto, onde amarram-se os escravos para serem surrados com bacalhaus. Tambem desgraçadamente nenhum brasileiro ignora que *bacalhau* é um açoite de correia, com varias pernas trançadas, e ás vezes com pontas de pregos nas extremidades (FELICIO DOS SANTOS).

PENHORA—Fazenda de crear, junto á povoação. Fazia parte da sesmaria do Lambari.

PEREIRÃO—Corrego, na faz. Melgueira.

PEROBEIRAS—Fazenda, dividida judicialmente e proxima á povoação de Vargem Grande.

PERUANA—Avenida do Novo Bairro.

PIÁGUAÇÚ—Sitio, no bairro da Estiva.—Vocabulo indigena, cujo significado é—coração grande (*piá-guaçú*).

PIAUHI—Rua do patrimonio da Lagôa.—Vocabulo brasileiro; significa rio do piau (*piau-hi*).

PIÇARRÃO—Este ribeirão corre entre os municipios de Casa Branca e São João da Boa Vista e é um dos affluentes do Jaguari-mirim.—Antiga fazenda.

PIÇARRÃO DA LAGOINHA—Vide Piçarrão.

PIÇARRÃO DO CEMITERIO—Vide Piçarrão.

PIMENTA—Corrego, na fazenda Paciencia.

PIQUIRA—Logar, proximo á cidade.—Cavalo de raça anã, natural de Campos dos Goitacazes, e mui apropriado ao exercicio das creanças.—Peixe de pequena especie, que habita as aguas do Paraguai e seus affluentes (ROHAN).

PIRACINUNGA—Vide Pirassununga.

PIRASSUNUNGA—Estrada de rodagem, que liga a cidade de *Casa Branca*. á daquella denominação.—Vocabulo tupí, cuja significação é—*cachoeira em que a agua cai fazendo ruido*. A proposito da graphia desta palavra, a *Cidade de Campinas*, sob a epigraphe *Questão interessante*, inseriu os seguintes artigos, que para aqui trasladamos:

I

Aos mestres

O sr. Ricardo Azamôr, funccionario do Thesouro do Estado em commissão do governo na cidade de *Pirassununga*, e que nas horas d'ocio entrega-se a finos trabalhos intellectuaes, como os leitores já terão observado por algumas versões hespanholas, publicadas nesta folha, acaba de escrever ao nosso director literario as seguintes interessantes linhas sobre não menos interessante assumpto:

«Pira...sununga, 21 de setembro de 1897.—Meu distincto confrade e amigo.—A permanencia que tenho tido nesta cidade, como sabe, tem-me proporcionado algumas horas de descanço, que dedico a estudos um tanto proveitosos. Agora, *metti mãos á obra*, como diz o vulgo, quanto ao verdadeiro modo de escrever o... proprio nome do logar. Parece-me que não é tal *Pirassú* ..; mas, como officialmente assim é escripta a palavra, não posso deixar de seguir a praxe aceita por ordem superior. Lembro-me, porém, que ainda não ha muito tempo *Baurú*, que officialmente era escripta com *h*, perdeu-o, após pequena, porém utilissima discussão. *Pirassununga*, talvez seja tão feliz... Vêl-o-emos.

Como sabe o amigo, ha grande difficuldade de representar o *u* guttural dos primeiros povoadores do *Brasil*. Mais aspero ainda que o *u* francez, foi diversamente representado pelos colonos e missionarios. Tem-se observado que ao norte (seguindo o littoral) tem elle o som de *i*: exemplo,—*Pendotiba*, *Itaitindiba*, *Mangaratiba*.

Ao sul, o som de *u*, ex. *Ubatuba*, *Caráguátátuba*, etc., etc.

Em todas essas palavras (parece-me) ha o mesmo elemento suffixo—*tuba* (muito). Um ou outro caso, ao sul (*Cori-tiba*) *parece* estabelecer perfeita identidade. Temos em uso, no norte: *boy-cininga* (cobra luminosa ou de olhos de fogo, especie de *boy-tatà* do sul). *Pira* (peixe), *cininga* ou *cinunga* parece ser: «peixe que allumia, como succede com quasi todos os escamósos em noite de luar. O *ticum*, é o mesmo tucum, só com a differença de pronuncia em certas zonas.

Em *S. Paulo* ha ainda o *Mboim*, que não tem similhante no seu modo graphico; todos os mais (parece-me) são representados por *Imbê*, segundo ha tempos ouvi do general *Couto Ma-*

galhães, muito versado no assumpto. *Imbetiba* (muito cipó) é um porto de *Macahé* (Estado do *Rio de Janeiro*). Apezar do *civis romanus sum*, não vou com o meu meio, porque tenho que submetter-me á praxe official.

Um irmão meu, talentoso e muito dado ao estudo da «*historia*», já me informou em tempo que possue um exemplar de RACINE com o nome do seu dono primitivo, *doré sur tranche:* Visconde de Piracinunga.

Não acha o amigo que é caso de falarem os mestres, os competentes ? Parece-me que sim, pelo que daqui lhe envio este arranzel todo. Seu affeiçoado.—RICARDO AZAMÔR »

A proposito da carta que ahi fica, e póde ser objecto de cogitações eruditas, por parte dos mais versados no assumpto, como JOÃO MENDES, MACEDO SOARES, LAFAYETTE DE TOLEDO e outros, o nosso companheiro evoca esta recordação:

Ha bons quatorze annos, ALBERTO FARIA era ainda uma creança; morava então em *S. Carlos*, onde fundára a *Alvorada*.

Entre os escassos collaboradores desse periodico de roça, mas de saudosa memoria para elle, contava-se o dr. AURELIANO DE SOUSA E OLIVEIRA.

Esse homem de superior intelligencia, espirito verdadeiramente culto, não existe hoje. Residira ali largo tempo, e esteve em evidencia, pela attitude que assumira antes.

Empenhado nos torneios da liberdade, republicano convicto e abolicionista dedicado, publicara a *Propaganda* e a *Alliança*, duas folhas de magnifica orientação, bellamente redigidas ambas, e que rivalizavam com os melhores jornaes da capital da provincia, naquella época.

Affastado já das lutas politicas e sociaes, que lhe haviam grangeado inimizades, salientando-se a do visconde do Pinhal, poderoso do logar e chefe de prestigio, o dr. AURELIANO DE SOUSA OLIVEIRA, vivia absorvido no estudo, em uma pitoresca chacara, á qual iam visital-o amigos raros, porém sinceros.

Achando-se de uma feita na aprazivel vivenda, em conversa com o dr. AURELIANO, ALBERTO perguntou-lhe qual a exacta graphia do nome da localidade, que o sr. AZAMÔR agora deseja saber.

Aquelle respondeu: *Piracinunga*, e acrescentou em tom explicativo: *Pira*, peixe; *ci*, junto; *nunga*, faz bulha. Allusão aos cardumes de peixes, quando voltam da desova; ronchando.

Parece-nos razoavel a lição dada ao redactor da *Alvorada*, que na materia não fez grandes progressos de 1883 para cá, valha a verdade. .

Entretanto, isso não impéde que outros se manifestem a respeito, esclarecendo o caso.

II

Ainda a proposito da graphia exacta do nome da cidade vulgarmente chamada *Pirassununga*, o estudioso moço RICARDO AZAMOR dirigiu ao nosso companheiro ALBERTO FARIA a seguinte carta:

«Pira.. nunga, 23 de outubro de 1897.—

Meu dilecto amigo e confrade —A minha carta hontem publicada em a vossa estimada *Cidade*, appareceu com alguns erros typographicos que será conveniente corrigir. Si ainda houver tempo para esse fim, ficar-lhe-ei summamente penhorado. Onde se le *tuba* (minto), devem ler *tuba* (muito); é *Mangaratiba* e não como saiu: em vez de *ao sol* (*Cori-tiba*), eu escrevêra *ao sul*, etc.

E a proposito: ha aqui um *cabra velho* que garante que todos os outros *cabras* (legitimos) pronunciam Piracinunga. Lendo no seu commentario á minha carta o que sobre o assumpto lhe disse ha annos o illustre morto dr. AURELIANO DE SOUSA E OLIVEIRA, penso que não póde haver mais duvida sobre o verdadeiro modo de escreverem aquella palavra.

Mais a mais: no titulo imperial, agraciando o falecido visconde de Piracinunga, devia estar escripta a mesma palavra tal como o agraciado estampou-a no volume de RACINE, a que jà me referi. Comprehende-se que não seja obrigatorio aos viscondes o conhecimento da ortographia, todavia o facto desse (de *Piracinunga*) haver possuido o volume de RACINE em sua estante, faz crêr que não era nenhum *arrebenta-cabrestos*.

Fez bem em chamar para o facto a attenção dos drs. JOÃO MENDES, MACEDO SOARES e LAFAYETTE DE TOLEDO, pois considero-os competentes para resolverem a questão; assim como o já citado general COUTO, o talentoso e estudioso dr. ANTONIO PISA, director do Archivo do Estado, e outros.

Confesso-lhe que teria verdadeira satisfação em lêr esse nome officialmente escripto como deve sel-o; tanto assim que não posso insistir em escrevel-o como desejo, por não conhecer perfeitamente (*proh pudor*!) os dialectos brasilicos.

Saudações do seu affeiçoado, admirador e amigo.—

RICARDO AZAMÔR.»

III

Escreve-nos o nosso collaborador, sr, RICARDO AZAMÔR:

«Pira.. nunga, 29 de setembro de 1897.—

Ao ALBERTO FARIA.—

Iniciando a questão sobre a exacta graphia do nome desta localidade, consultei diversas pessoas competentemente habilitadas em informar-me, entre ellas o illustrado dr. PISA, digno director do Archivo do Estado; o dr. Vieira de Moraes, chefe po-

litico aqui residente; o estudioso inspector literario deste districto (28.º), sr. tenente Francisco Conceição; o commendador Waldek, um distincto, prestimoso e esclarecido octogenario aqui morador ha muitos annos; e o sr. capitão José Bastos, grande amador de caça e pesca, muito relacionado com os caboclos.

Antes, porém, de proseguir, rogo-lhe a fineza de recommendar aos distinctos moços, seus auxiliares, que fazem a revisão da *Cidade*, que tenham um pouco de paciencia com esta massada toda; mas, não deixem passar erros typographicos como os do meu ultimo artigo, onde substituiram a data de setembro de 1897 para *Outubro* de... 7, 897 (ó sympathicos malvados!)

Ahi vái hoje a resposta remettida pelo illustrado sr. dr. Antonio de Toledo Pisa. As outras irão depois.

Chamo muito particularmente a sua attenção para a tal historia do *Piraçû*, com o c cedilhado e *u* circumflexo.

No mais, saudações do admirador e amigo.—

Ricardo Azamôr »

Segue-se a informação do dr. Pisa:

« Estado de S. Paulo.—Repartição de Estatistica e Archivo. —S. Paulo, 28 de setembro de 1897.—Cidadão Ricardo Azamôr. —Recebi o seu cartão postal e um numero do jornal *Cidade de Campinas*, tratando ambos da graphia da palavra *Pirassununga*; e, como sou nominalmente chamado a terreiro, ahi vai o que sei a respeito.

Havia na lingua indigena um som de *u* que não tem equivalente em portugues; é o *û* frances na phrase *J'ai sû—eu tenho sabido*.

A palavra deve ser escripta *Piraçûnunga—Pira-çûnunga—peixe ronca--peixe faz bulha;* e como os portugueses não conheciam o som *û*, alguns entendiam *i* e pronunciavam *Piracinunga*, emquanto outros entendiam *u* e pronunciavam *Piraçununga*. Ambas as fórmas são correctas, desde que não ha em portugues o som *û* dos indigenas. A substituição do ç (c com cedilha) por dois *ss* é que é corrupção, introduzida pelos portugueses na graphia da palavra *Piraçûnunga*.

Outros exemplos: A cobra cascavel era chamada pelos indigenas *Boy-cinunga* ou *Boy-çûnunga*, que equivale a *cobra que faz bulha, cobra que chocalha*.

Ha no rio *Tieté*, municipio do mesmo nome, um poço fundo, de agua quasi parada, muitissimo abundande de um peixe chamado *mandi*, que ronca quando é tirado da agua pelo anzol, rede ou tarrafa; esse poço é ainda hoje chamado *mandi-çûnunga —mandi ronca*, e os tietéenses escrevem e pronunciam *Mandissununga*, quando deveriam escrever *Mandiçununga* ou *Mandicinunga* para obedecer ao genio da ligua portugueza, que não tem o û indigena.

Ha ainda um outro exemplo de corrupção e de contracção da palavra indigena; é *Cassununga*. *Caua* ou *Caba* quer dizer *vespa* e *çûnunga* equivale a *ronca*; a palavra, portanto, deveria ser *Cauaçûnunga*, e foi contrahida para *Caçununga* e transformada em *Cassununga* que quer dizer *vespa que faz ruido* ou *vespa que zumbe*.

A syllaba *ci* ou *çû* não póde, portanto, ser desligada de *nunga*, porque é parte integrante desta ultima e juntas significam *roncar*, *fazer bulha* ou *ruido*.

O exemplo *Piracicaba* não serve neste caso, porque esta palavra está muito corrompida. A primitiva graphia desta palavra deve ter sido *Pira-uceca-caba*, contrahida para *Pira-ucecaba* e corrompida para *Pira-cicaba*, sendo *Pira*—peixe, *uceca*—chega, e *caba*—sitio, e significando o *logar até onde chega o peixe*.

E' até onde chegam os meus conhecimentos sobre a materia, e o que fica dito traz a responsabilidade do dr. Theodoro de Sampaio, que é uma das nossas autoridades sobre a graphia, origem e significação dos vocabulos indigenas.

Saudações do am.º obr.º

ANTONIO DE TOLEDO PISA.

IV

Tem hoje a palavra o distincto e estudioso sr. Lafayette de Toledo, advogado no fôro de Casa Branca e presidente da Camara Municipal daquella cidade.

Confórme verificarão os leitores pelo que se vai ler, a informação prestada pelo sr. Lafayette ainda não é completa, visto elle modestamente dizer que vai «estudar» a questão, quando todavia pelo que expõe demonstra claramente ter iniciado esse estudo.

Depois de *Pirassununga*, *Piracinunga*, *Piráçununga*, apparece-nos agora... *Pirassonunga!*

Interessante, realmente!

«Meu caro Azamor.

A vida attribulada que levo, em continuas viagens, preoccupado sempre com assumptos relativos a esta dura profissão de advogado, não me permitte ás vezes corresponder promptamente á gentileza dos amigos. Ha de me desculpar, pois, a demora da minha entrada na questão do vocabulo *Piracinunga*. Serei um retardatario, mas não faltarei.

A respeito de *Piracinunga* pude apenas verificar que assim escrevem Milliet de SAINTADOLPHE-(*Diccionario geographico do Brasil*) e MARTIUS (*Glossaria linguarum brasiliensium*). E este define o vocabulo—*Speciem prae se fert intestinorum piscis*; de *pira*, peixe, *cigie*, tripa. e *nungar*, parece.

Azevedo Marques, nos *Apontamentos historicos e geographicos*, escreve—Pirassonunga e define-o:—*peixe que morde*. Parece, em parte, que têm razão, pois, no dialécto dos Caiuás encontram-se o verbo *çun* (morder), os substantivos *pira* (peixe) e *cigiê* (tripa) e tambem o verbo nongar (parecer).

Vou estudar a questão, e publicarei logo o meu artigo.

Adeus.

Abraça-o o

Amº. e adºr.
Lafayette de Toledo».

V

Amigo Lafayette,

Vi tua carta, publicada na *Cidade de Campinas*. Discordo da opinião que externaste e, a despeito de não ser chamado, venho metter no meio a minha colher de páu.

Sou *cabungueiro* e *babacóra* no assumpto; isto, porém, não impede que possa auxiliar-te.

Acho que correctamente devemos escrever o vocabulo, cuja etymologia andas estudando,—*Piracynynga*, e daremos então a traducção de *peixe que canta, sibila ou ronca*.

Ha entre os peixes dos rios paulistas um que, realmente, produz um som estridulo e monótono, como o da cigarra, de onde se originou a sua alcunha vulgar de *peixe-cigarra*.

Já encontrei, e devo ter annotado não sei onde, seu nome tupico, que no momento não me occorre.

E' um interessante vertebrado, das proporções ordinarias da piaba, menos grosso e gorduroso Tem sobre as branchias uma membrana esbranquiçada, apparelho onde se fórma seu canto, e tem a fórma do insecto que imita.

Vemos repetidas vezes as vogaes *i* e *y* (esta ultima com pronuncia entre *i* e *u*), transformadas em *u*. Sirva de exemplo o innumeravel *tiba*, em—*Pirituba* (juncal), *Caraguatatuba* (multidão de gravagoatás), *carapanátuba* (multidão de mosquitos), *Indayátuba*, *Ubatuba*, *Gerebatuba*, etc.

Conhecemos tres vocabulos, mui correntes em *São Paulo*, em cuja composição entra o verbo *cyny* (som intermédio entre *i* e *u*, como vemos em *sicury*, que se deve pronunciar quasi *sicuriú*); verbo que hontem juntos verificamos significar *atroar*, *cantar*, *zumbir*, etc. E são: *caçununga* (vespa zumbideira); *Vaçununga*, porto da navegação fluvial do *Mogy-guaçú*, derivado de *iba*, pau, madeira, *cyny*, cantar, roncar, produzir qualquer som, e *anga*, suffixo que denota o agente, *o que* faz uma acção; *vaçununga*, portanto. é *pau que canta*, rumoreja, geme, E' bem conhecida a denominação da cascavel. no abaneenga: *boicininga*, —*mboi*, cobra; *cininga*, que faz barulho, que chocalha guizo, ou que sibila.

Couto de Magalhães, tanto no vernaculo, como no estilo brasilico, tem uma orthographia incoherente e caprichosa. Ora, emprega dois *s s*; ora, *ç*. *Piracininga*, diz elle, significa *sibilo* ou *ronco de peixe*.

No *Mogy-Guaçú* observa-se o phenomeno da piraçêma, quer á subida, quer á rodada dos peixes. O nome da povoação é tirado da cachoeira, que, de remotos annos, é conhecida por cachoeira de *piraçununga*. Todos sabemos de que discernimento eram dotados os nossos selvicolas. Todos sabemos que os peixes não logram alcançar a altura da cachoeira e que, portanto, na segunda piracêma (que se me não engano, se realiza na primeira conjunção da lua, no mez de janeiro), coalham as aguas do rio nas proximidades, parecendo pedaços de prata polida. Nesta hypothese: *pira*, peixe; *cyny*, cantar, roncar; *anga*, suffixo que significa *o que encobre*, escurece—significará: *peixe que cantando encobre as aguas*.

Sobreleva notar que, nas épocas de seus amores, na piracema, os peixes ficam a modo que abobados, sóbem á tona d'agua coalhando o rio, e pódem ser colhidoa á mão.

Parece-me que tenho razão em pensar desta maneira; poderás, caso julgues que é babuzeira, atirar com estes rabiscos ao cisco.

Casa Branca, 14—10—97.

Teu amigo e creado,

José Honorio de Silos.

VI

PIRAÇUNUNGA

(*Quisque sua arma incumberet*)

Accedendo ao honroso convite do distincto poeta Ricardo Azamor, pedindo a minha opinião sobre a exacta graphia do vocabulo *Pi-assununga*, em cujo assumpto ainda os mestres não disseram a ultima palavra; não obstante a minha reconhecida incompetencia, na materia de philologia, o faço, sem esperança de que o meu trabalho adiante alguma coisa.

Antes, porém, sejam-me permittidas algumas considerações geraes, que não vêm fora do termo.

Por occasião da descoberta do continente sul-americano, verificou-se ser elle habitado por hordas, mais ou menos numerosas, nomadas, de usos e costumes diversos, falando dialectos differentes, cuja origem perde-se além dos tempos historicos.

Não se possuindo até o presente uma ethnographia exacta dos aborigenes do *Brasil*, as investigações que a respeito delles se têm tentado fazer, fundam-se em hypotheses, tanto ou quanto possiveis, em conjecturas mais ou menos aceitaveis.

Os fragmentos de linguagem, vocabulario insufficiente que ha servido de base ás classificações dos primitivos povos americanos, sem nenhuma relação historica com os homens civilizados, só poderão ser aceitos emquanto um estudo mais aprofundado não provar pelos caractéres physicos do indigena, a raça primitiva a que pertence.

Dos fragmentos historicos que dos tempos coloniaes nos restam, conclue-se que a *America* era immensamente povoada por nações distinctas, algumas bellicosas, outras barbaras, ou antropophagas,—que se devoravam umas ás outras, que raças inteiras desappareciam convertendo-se em pequenas tribus sempre que perdiam o seu chefe.

Couto de Magalhães, um dos homens que mais se ha dedicado ao estudo da historia do nosso paiz, calculou a população indigena em um milhão de almas, dividido em 280 tribus, que, vivendo errantes, nunca souberam os limites dos seus dominios.

Abordando ao assumpto, de que óra nos preoccupa, como poderemos determinar, com precisão, a qual dessas tribus devemos a denominação das diversas localidades do Estado de *São Paulo*, que ainda conservam nomes indigenas?

D'Arbigny reuniu os *indios* brasileiros em uma só raça, denominando-a *Brasilio-Guarani*, o que não póde ser aceito, pelos traços physionomicos das hordas isoladas, que se não parecem como membros da mesma familia.

Na opinião de Wappaeus, a maior parte dos *indios* que, pelo numero e organisação guerreira, havia adquirido uma certa supremacia sobre os outros, denomina-se *Tupinambá* (tubyba-nimbya), segundo Frei Vicente (Apia-b-été).

Com elles aprenderam os colonos paulistas a lingua tupi, algo desenvolvida depois das missões dos jesuitas, que, segundo consta, escreveram uma grammatica (nós não a conhecemos), tornando-a, em summa, a lingua usual.

Como lingua geral (especialmente em territorio paulista), o *abanheenga* teve grande influencia sobre a brasileira; muitos objectos naturaes do pais, como animaes, plantas, montanhas, rios, etc., foram designados por palavras tupis.

Convém notar-se que a opinião citada não modifica a exposição seguida, porquanto uma voz autorisada em nossa historia patria, diz que na época do descobrimento do *Brasil* a raça tupi já se achava fragmentada em tribus, sendo a lingua mais geralmente falada a dos Tapuias.

Mas, qual o gráu de filiação historica entre Tupis e Goitacazes dispersos em territorio paulista?

Aos Goiatacazes liga-se uma outra tribu, a dos Aimorés, tambem paulista.

A qual dellas devemos as denominações das localidades que ainda conservam o seu primitivo nome, quando temos certeza, como já ficou dito, que cada tribu tinha o seu dialécto differente?

Quem nos affirmará que quando os Goitacazes levantaram o seu aldeamento, nesta parte do *Brasil*, as localidades designadas por palavras indigenas, não possuiam as denominações que ainda hoje conservam?

Dando, porém, a elles (Goitacazes, Tapuias, Aimorés), como um dos ramos da familia Tupi, a autoria de muitos termos indigenas, usados, estudemos a natureza do vocabulo em questão.

E' opinião aceita que *pira*, significa peixe, mas no grego *pira-tu*, *peirão*, a mesma radical tem significação diversa.

Ou será o indigena uma desfiguração do grego?

O Visconde Beaurepaire-Rohan. no seu vocabulario de termos brasileiros· pag. 113, dá: *Pira*, molestia de pélle, conhecida no Norte; *Pirá* (palavra aguda) nome generico de peixe.

Esta opinião é confirmada por José Verissimo, tambem autoridade na materia.

Do que se conclue que a radical que deve ser aceita é *Pirá* e não *Pira* (grave).

No dialécto das tribus citadas, *ci* é uma fórma diminutiva, ex.: *cipo*, arbusto, fragil, fino; e *çu* augmentativo, ex.: *taquara-çu*, degenerado em taquarauçú, por facilidade de phonologia.

A desinencia *nunga* significa—barulho, havendo opiniões, aliás competentes, de que *nunga* significa cachoeira, ronco, barulho.

Ora, sendo o local propriamente denominado—*Pirassununga*, o rio *Mogi*, no ponto onde é caçado o peixe grande, na embocadura da cachoeira, justamente onde a agua é mais agitada; conclue-se que a palavra é composta de—*Pirá-çu-nunga*, isto é, peixe, grande, faz barulho.

Convém fazer conhecido que o local propriamente chamado *Piráçununga*, *(adoptemos desde já a sua exacta graphia)* é a cachoeira citada e não a cidade que, segundo os almanachs, chama-se *Bom Jesus dos Afflictos*.

Não acho fundamento na duvida que ha sobre o valor do *u*, confundindo-se com o *u* frances e com o *i* portugues.

Nas linguas rudimentares (é facto conhecido), predomina sempre o som agudo, que se modifica com o seu progresso, correspondendo ás modalidades phonicas.

Em todas as palavras indigenas (conhecidas), não ha uma só cujas vozes não sejam puras.

O proprio portugues no seculo XI nos fornece provas a respeito.

A accentuação das vozes já é uma prova da perfeição do que a linguagem tem attingido.

Além disso, não ha hypothese de, por mutação, o indigena proferir linguas tão diversas.

O *u* da palavra *Piráçununga* não deve levar accento algum, bem como o radical *Pirá* deve se conservar inalteravel.

Chegados a este ponto, continuam os exemplos citados pelo illustre dr. TOLEDO PISA a serem aceitos como verdadeiros, convindo notar-se que em relação aos verbos pouco se sabe.

Piráçununga, 2—10—97.

FRANCISCO CONCEIÇÃO.

VII

Os indigenas, como é geralmente sabido, tinham por costume designar as localidades pelos seus caracteristicos physicos. E essa denominação só era definitivamente aceita e consagrada depois da sancção de uma assembléa nocturna, conforme expõe o padre IVES D'EVREUX na *Viagem ao norte do Brasil nos annos de 1613 a 1614.*

Assim sendo, a denominação da cidade de *Pirassununga* deve derivar de algum accidente da localidade. E neste ponto estou de accôrdo com o professor FRANCISCO CONCEIÇÃO, que diz ser assim chamada a cachoeira do *Mogi-guaçú*, cujo nome passou á povoação.

A graphia do vocabulo deve ser, pois,—*Piráçunûnga:* de *pirá* (peixe) e *çunûnga*, gerundio do verbo *çunû* (rumorejando, fazendo ruido). Neste caso, significará *peixe rumorejando*, ou mais amplamente—*logar onde os peixes fazem bulha.*

O illustrado sr. JOSÉ HONORIO DE SILOS, que é autoridade na materia, já explicou, em artigo anterior, esse phenomeno, a piracema, que se observa nas cachoeiras do *Mogi-guaçú*, tanto em *Piráçunûnga*, como em *Mogi-mirim.*

Do referido verbo *çunû* ha o participio *çunûmbáb*, *çunûháb* ou *çunûngáb*, significando *logar de rumorejar.* Parece, portanto, que será melhor decompôr o vocabulo assim: — *pirá-çunûngáb*, traduzido então em *logar do peixe rumorejar.*

Conforme notei já, MARTIUS, no seu *Glossaria linguarum brasiliensium*, escreve *Piracinunga*, definindo—*peixe que parece tripa*: *pira* (peixe), *cigie* (tripa) e *nungar* (parece).

AZEVEDO MARQUES, nos *Apontamentos historicos e geographicos de São Paulo*, diz que *Pirassonunga é peixe que morde.*

A ortographia de MARTIUS foi adoptada por MILLIET DE SAINT ADOLPHE, no *Diccionario geographico do Brasil;* por BRAZ DA COSTA RUBIM, nos *Vocabulos indigenas e outros introduzidos no uso vulgar*, em que assevera ser nome de rio e vir do guarani *pirá*, peixe, *tini*, secco, «que em diversos dialectos se dizia, ou o entendiam *cinunga.*»

Estabelecendo uma outra ordem de idéas, veremos que *pirá*, no tupi, nem sempre se traduz por *peixe:* é tambem o verbo *abrir.*

Remontando ás radicaes da palavra *Piracinunga*, poderemos decompol-a assim: —*pi-ra-i-çununga*, de *pi*, centro, fundo; *ra* (com *r* brando) desigual, alto e baixo: *i*, agua; e *çununga*, fa-

zendo ruido. A significação será—*fundo ou centro desegual, cheio de altos e baixos, onde a agua cai fazendo ruido.*

Isto dá melhor idéa de cachoeira, um dos accidentes physicos que os nossos aborigenes tão bem aproveitavam nas suas denominações.

Emfim, os competentes, os mestres que falem.

Casa Branca, 1897.

LAFAYETTE DE TOLEDO.

PIXÉ—Logar proximo á povoação de Tambahú.—Máu cheiro, fetido, cheiro nauseabundo. «O *pixé* do sangue humano me enjôa», lê-se numa proclamação, de 9 de maio de 1835, do dr. Angelo C. Correia, aos paráenses rebelados (RAIOL, *Motins politicos*, p. IV, pag. 181). De *pixé*, cheiro de couro queimado, o que cheira a cousa queimada (JOSÉ VERISSIMO).—Enfumaçado: Esta comida está *pixé*. E' vocabulo commum aos diversos dialectos da lingua tupi, e era particularmente consagrado ao cheiro do peixe assado (ROHAN). No sentido de fétido, segundo SEIXAS, é usual no dialecto amazoniense.

PONTAL—Sitio agricola no districto de Tambahú.

PONTE ALTA—Fazenda, proximo de Cocaes, que a réga em parte.

PORTÃO QEIMADO—Logar, na estrada desta cidade ao bairro do Cercadinho.

POTREIRINHO DO BORGES—Logar, na fazenda de Cocaes.

POTREIRO—Pequeno pasto, proximo á habitação e cercado por valados (JOSÉ DE ALENCAR).- Campo cercado com pasto e aguada, destinado a animaes cavalares e muares. Em Minas Geraes dão tambem a isso o nome de *Piquete* (ROHAN).—Em São Paulo chama-se *potreiro* qualquer campo fechado, de grande extensão, e *mangueiro* o de pequena.—JOSÉ DE ALENCAR escreve *potrero*, mais conforme á etymologia castelhana.

POUSO—Rancharia, multidão de ranchos, isolados ou em grupos, abertos quasi sempre, onde os viajantes pousam (MACEDO SOARES).—Logar nas estradas, em que os tropeiros, carreiros e viajantes pernoitam.

PRAIA—Rua, na proximidade do Espraiado.

PRATA—Fazenda nesta comarca, limitada a éste, sul e sudoéste pelos ribeirões Sant'Anna e Cocaes, e banhada pelos corregos da Lavrinha, Prata, Fortaleza, Limoeiro, Palmeiras e Barreirinho e ribeirões Tubarana e Calção de Couro. Tem a superficie agraria de 2045,52 alqueires de 100 × 50 braças (4950,16 hectares) e, dividida judicialmente em 1894, foi avaliada em 236:959$650. Pertence a d. Maria das Dores Nogueira de Carvalho, Prudente José Corrêa e outros, e foi desmembrada do municipio de Santa Cruz das Palmeiras e annexada ao de Casa Branca em virtude da lei provincial n. 75, de 7 de abril de 1885.—Ribeirão, na

fazenda de seu nome, tributario do Cocaes.—Capão e corrego na fazenda Paciencia.

Preto—Corrego, affluente do Tambahú, e que banha a fazenda Terra Vermelha de Cima, na direcção geral de N 14° W na extensão de 1.150 metros, a partir de seu cruzamento até ao ponto em que é dividido em dois braços, sendo o maior o da direita, que tem a direcção geral de N 42° W e vai fazer cabeceira com o corrego do Areião. Ao approximar-se do espigão divisor das aguas do Bebedouro e do Preto, este abaixa-se e divide-se em dois ramos para formar a lagôa do Campo-Redondo. —Ribeirão, aff. do Cocaes.—Corrego, na faz. Varzea-Grande, aff. do rio Verde.

Quartzo—Vide Kaolin.

Quatro-mil-reis—Sitio, proximo ao rio Verdinho, a uma legua da cidade.

Quebra-Cuia—Ribeirão affluente do rio Pardo.—Vide Campo Alegre.—Fazenda, entre este municipio e o de São Simão.

Queiroz Telles—Antiga denominação da rua Coronel José Julio, dada em homenagem ao dr. Antonio de Queiroz Telles (Conde de Parnahiba).

Quinas—Capão na fazenda Casa Branca.

Quinta Michaelense—Importante chacara, proximo á cidade, junto á estrada Mogiana, onde ha cultura do caféeiro, de cereaes e fructas diversas. E' servida por machina de beneficiar café, movida a vapor. Pertenceu a Eugenio Zarco da Camara Loureiro e seus irmãos, que lhe deram aquella denominação em lembrança da ilha de São Miguel, de onde são naturaes.

Ramal Ferreo do Rio Pardo—A lei provincial n. 87, de 21 de abril de 1880, concedeu privilegio ao dr. Martiniano da Fonseca Reys Brandão, Samuel Severiano de Aguiar e Fernando Schleicher, ou á companhia que organizassem, para a construcção, uso e goso de um ramal de estrada de ferro, que partindo da Mogiana, na divisa de Casa Branca, fôsse ter ás divisas de Minas Geraes, passando por São José do Rio Pardo. A lei n. 24, de 27 de março de 1884, revogou aquella, na parte relativa aos dous ultimos concessionarios, estabelecendo mais que o privilegio só poderia ser transmittido á empresa *Ramal Ferreo do Rio Pardo* e que o privilegio seria por 60 annos. A 2 de março de 1884 ficou constituida essa empresa, que começou a funccionar a 7 de abril do mesmo anno, iniciando-se logo os trabalhos technicos. Em 1886 foi inaugurado o trafego até São José do Rio Pardo, e em 1889 até Canôas. O ramal pertence, desde 1889, á Companhia Mogiana; e tem as seguintes estações:—Itobi, Engenheiro Rohe, Villa Costina, São José do Rio Pardo, Engenheiro Gomide, Commendador Guimarães, Mocóca e Canôas.

Rancho Novo—Logar, a meia legua da cidade, no rumo N.O., onde, em 1865, havia uma casa levantada ha pouco e por isso chamada *Rancho Novo* (Taunay).

Rancho Velho—Fazenda neste municipio, em 1833.

Republica—Praça do Novo Bairro.

Resaca—Antigo quarteirão policial, hoje extincto.—Ribeirão, na fazenda Apartador, tributario do Cocaes.—Logar proximo ao rio Jaguari.

Resaca do Lambari—Vide Sesmaria de Lourenço Martins.

Retiro—Corrego, na fazenda Paciencia.—O mesmo que pôsto, casa situada nos fundos de uma fazenda ou estancia (Rohan).

Ribeirão de São João—Fazenda agricola.

Ribeirão de S. João e Rio Doce—Fazenda de café, pertencente a Luis José de Sousa e outros.

Ribeirão Preto—Povoação, fundada em territorio que pertencia ao mun. de Casa Branca, em 1856, por José Borges da Costa, Manuel Fernandes do Nascimento, João Alves Pereira e Bernardo Alves Pereira. Em 1870 foi elevada a freguezia e em 1871 a villa.

Rio Claro—Faz.. nos limites do districto de Tambahú, com o de Santa Rita do Passaquatro.

Rio das Pedras—Antigo quarteirão policial, hoje extincto.

Rio Doce—Um dos quarteirões policiaes em que se divide o municipio.—Fazenda de plantação de café, pertencente a José Fortino, nos limites do municipio com o de São José do Rio Pardo.—Fazenda pertencente a José Antonio Simões Dutra e outros.—Vide Doce.

Rio Grande—Nasce na serra da Juruóca, comarca de São João del-Rey, marca os limites septentrionaes da provincia de São Paulo com os de Minas Geraes e Goias. Entra na provincia de São Paulo aos 20°25' de lat. *sul*, corre a rumo mais geral de léste para oéste até a foz do rio Inferno, seu affluente meridional; daqui curva-se para o sul e retoma a precedente direcção ao recolher o Sapucahi-mirim; daqui a sua direcção approximadamente rectilinea é para noroeste até a cachoeira de Santo Estevam, que desembóca na sua margem esquerda. O Rio Grande desagua no Paraná e percorre na provincia de São Paulo os municipios das cidades de Franca, Casa Branca e Mogi-mirim, e das villas de Batataes, São João da Boa Vista, Penha e Serra Negra (Azevedo Marques).—O Rio Grande não percorre o municipio de Casa Branca, como affirma Azevedo Marques, baseado em Machado de Oliveira.

Rio Pardo—Este rio nasce em Minas Geraes, e vai lançar-se no rio Grande pela margem esquerda, depois de curso tortuoso, encachoeirado e sempre com velocidade notavel. Sua direcção é para O., entre margens pouco altas, com mata cerrada que se estende a perto de meia milha dellas e em que abunda a caça a mais variada. Nas immediações da ponte (na estrada

geral que vai a Cajurú), um volume d'agua notavel atira-se de encontro a uma grande rocha existente no centro da corrente, e reparte-se em dois ramos que se precipitam com furia por sobre os rochedos do fundo, formando, apezar da pouca altura, imponentes saltos. Existe sobre o rio (em 1865) uma ponte em pessimo estado, dividida em dois lanços pelo rochedo de que falamos, tendo o primeiro lanço 65 palmos de comprimento e 21 de largura e o segundo 120 palmos de comprimento sobre 30 de largura (TAUNAY).—Affluente da margem direita do Mogi-guassú Nasce na face oriental da serra chamada do Rio Grande, formado por confluentes que regam o municipio de Caconde. Corre na direcção mais geral de léste para oèste, até o municipio de São Simão, curvando-se depois para noroéste até o districto do Ribeirão Preto, onde retoma a sua primitiva direcção (A. MARQUES). Este rio marca as divisas do municipio de Casa Branca com os de Cajurú e Mocóca.—Antigo quarteirão policial, ora extincto.

RIO VERDE—Estação da linha ferrea Mogiana, no kilom. 14 do ramal do Rio Pardo, entre Casa Branca e Engenheiro Röhe (1).—Povoação antigamente denominada Rio Doce, fundada em 1889 por José Fortino, Carlos Augusto da Silva, Miguel Cione. Januario Cione e outros. Tem cêrca de 300 casas, escólas primarias, agencia de correio, uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dôres e estação da estrada Mogiana. Foi creada pârochia em 1898, sendo nomeado vigario, por portaria de 28 de março, o padre Samuel Manfredi. Em 1894 foi dirigida ao Congresso do Estado uma representação dos moradores do povoado, pedindo a transferencia delle para o municipio de Casa Branca e sendo desannexado do de São José do Rio Pardo, a que pertence. Essa representação, que não foi deferida, é do teôr seguinte: «Illmos. e exmos. srs. presidente e membros da Camara dos Deputados do Estado de São Paulo.—Nós abaixo assignados, proprietarios, residentes na povoação do Rio Doce, comarca de São José do Rio Pardo, vimos representar a v. excs. pedindo a passagem desta localidade para a comarca de Casa Branca, com a denominação de Villa Fortino. As razões que nos levam a pedir tal passagem são as seguintes: Esta povoação, já muito adiantada pelo numero sempre crescente de suas construcções e pelo seu commercio, fica encravada na extrema da comarca de São José do Rio Pardo, distando 22 kilometros da cidade do mesmo nome, séde da comarca, e apenas 14 kilometros da cidade de Casa Branca. Accresce ainda que, pela marcha dos trens da Mogiana, que vão de Casa Branca a São José do Rio Pardo, os habitantes desta povoação podem ir a Casa Branca, onde chegam, por dois trens, ás 8 1/2 da manhã e 1 1/2 da tarde, voltando ás 11, 45 da manhã e ás 4 1/2 da tarde; ao passo que para São José do Rio Pardo ha só dois trens de ida, com impossibi-

(1) De 1 de novembro de 1898 em diante passou a se denominar Itobi.

lidade de voltar no mesmo dia: de sorte que toda a facilidade de communicação é com Casa Branca, com a qual esta povoação tem todas as suas relações. Outro motivo não menos ponderoso, que justifica o nosso pedido, é o seguinte: O cidadão José Fortino, proprietario da fazenda na qual está edificada esta povoação, acaba de doar á Camara Municipal de Casa Branca oito alqueires de terras, nesta mesma povoação (1); de sorte que a Camara Municipal de Casa Branca já é proprietaria aqui e vai distribuir datas para novas construcções. Pedimos, pois, a passagem para Casa Branca da fazenda *pro indiviso* denominada Boa Vista além do Rio Verde, pertencente a José Fortino e outros, na qual fazenda se acha a povoação do *Rio Doce* referida, que v. excs., em attenção aos serviços prestados a esta localidade pelo mesmo José Fortino, se dignem denominal-a *Villa Fortino*, como é a nossa vontade expressa e espontanea. Esperamos, pois, que v excs., como fieis interpretes de nossos direitos e dos interesses geraes do Estado, attenderão ao nosso justo reclamo. Povoação do Rio Doce, 18 de junho de 1894.

José Fortino —*Acquaviva Costabile* —*José Gillio*.—*Carletto Angelo*.—*Casimiro Sevieri*.—*Battistella Giovanni* —A rogo de Alessi João, *Vicente Cione*.—A rogo de Francisco Vanno, *Miguel Vescillo*.—*Miguel Vescillo* —*Marcon Giuseppe*.—*Ravonelli Angelo* —*José Santino*.—*Brocco Paolo* —*Antonio Ravanelli*.—A rogo de Luis Cesarano, *A. Costabile*.—*Sacini Antonio*. —*Candido Castejon*.—*Julio Febra*.—A rogo de Cherubino Luigi, *V. Cione*.—*Pizzo Angelo* — *Marcon G. Battista*.—*Marcon Pietro*.—*Piolotini Virgilio* —A rogo de Bergamasco G. Battista, *José Marcon*.—A rogo de Antonio Martins Daniel, *Vicente Cione*.—*Florentino Santini*.—*Sartorel Giovanni*.—*Carlo Tencal* —*Gaetano di Santis*.—*Antonio Manupella* —*João Manoel Pires*.—*Annibal de Castro*.—*Alfonso d'Alessandro* —*Mogogno Giovanni*.—*Sancini Serafino* —*Braz Silvestre*.—*Pedro Fortino*. —*Salvador Fortino*.—*Rodolfo Gadda*.—*Antonio Pascoli*.—*Pedro Pascoli* —A rogo de Antonio Passarello, *A. Costabile*.—*Pedro Castejon*.—A rogo de Catharina Santa Lucia, *V. Cione*. —*João Baptista Bergamasco*.—*Ignacio Pereira Dutra*.—*Pedro Castilho*.—*Gaddi Giovanni*.—*Rancan Raffaele*.—*Giuseppe Zanetta* —*Zanetta Antonio*.—*Antonio Silverio da Silva Musa*.— *Antonio Letterio Pagano*.—*Francisco Falconi & Irmão*».

Em 1898, nova representação foi dirigida ao Congresso, solicitando a creação do districto de paz, nos termos seguintes (2):

«Dignos deputados do Congresso do Estado de S. Paulo. —As povoações que caminham para o progresso, devido ao esforço dos seus habitantes e á boa orientação de todos os conci-

---

(1) Estas terras foram desapropriadas pela Camara de São José de Rio Pardo.
(2) *O Porvir*, n. 14, de 29 de maio de 1898.

dadãos, sempre mereceram ser attendidas nas suas representações perante os Poderes Superiores, as quaes se baseam nas necessidades de momento, ou em prevenções para casos futuros.

Nós, illustres deputados, residentes nesta prospera e já grande povoação do *Rio Verde*, comarca de *S. José do Rio Pardo*, constituimo-nos em commissão para vos vir pedir que vos digneis autorizar para a nossa terra a creação de um districto de paz, tanto mais que esta povoação acaba de ser elevada a freguezia, o que sobremodo prova desenvolvidamente a vida que promette ser estabil.

A concessão que vos pedimos, e que esperamos obter, será por demais util, quanto se torna precisa e indispensavel, attendendo ás numerosissimas vantagens que hão de advir para o povo do Rio Verde e para o que habita nas circumvizinhanças, que encontrará em sua localidade aquillo de que carece em materia de publica administração e justiça.

A creação de um districto de paz é uma medida necessaria, que nos dispensa de caminhar tres grandes leguas em procura de soluções que podemos achar em casa, e é um melhoramento que muito carece esta povoação para o seu bom desenvolvimento.

E por isso, confiados no alto juizo e bondoso criterio dos dignos representantes do nosso Estado, que hão de ver nesta singela petição a defesa de uma causa justa,

Esperamos dos illustres cidadãos deputados ser attendidos no nosso pedido.

Rio Verde, 20 de maio de 1898.—A commissão, Conselheiro *José Duarte Rodrigues*.—*Gustavo Ribeiro de Avila*, delegado do directorio politico.—*Januario Cione*, agente municipal.—*Leopoldo dos Santos*, subdelegado de policia.—Padre *Samuele Manfredi*, vigario da parochia do Rio Verde.—*Caetano Cione*, agente do correio.—*Saturnino de Aguiar Musa*, negociante — *João Sartorel*, negociante.—*Vicente Cione*, guarda-livros —*Luis Augusto Machado*.—*Damaso Ribeiro Nogueira*.—*José Cione*, professor.—*Antonio Cardoso*, redactor d'*O Porvir*».

A lei estadual n. 568, de 27 de agosto de 1898, elevou o povoado do *Rio Verde* á categoria de districto de paz, com a denominação de *Itobi* e as mesmas divisas do districto policial, e o desmembrou do municipio de *S. José do Rio Pardo*, annexando-o ao de *Casa Branca* (1). Essas divisas, segundo o acto do secretario da Justiça de 26 de dezembro de 1894, são as seguintes: «Começando na barra do rio *Doce* com o rio *Verde*,

---

(1) Eis o teôr dessa lei:

«Artigo 1.º Fica elevado á categoria de districto de paz o districto policial do *Rio Verde*, sito no municipio de *S. José do Rio Pardo*, conservando-se as actuaes divisas, o qual passa a denominar-se *Itobi*.

Artigo 2.º O territorio do novo districto fica desmembrado de *S. José do Rio Pardo* e annexado ao municipio de *Casa Branca*.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrario».

seguindo pelo rio *Doce* acima até sua cabeceira, comprehendendo as terras de Joaquim Cornelio. Brochado, dahi, procurando a nascente do corrego *Centrinho*, que abaixo se denomina *Macaco*, em terras do doutor Costa Machado, seguindo pelo ribeirão do *Macaco* abaixo, até o rio *Verde* e por este acima até a barra com o rio *Doce*, onde tiveram começo e têm fim as divisas».— Vide *Itobi*.—Os primeiros juizes de paz do districto, eleitos a 30 de outubro de 1898, foram o major Damazo Ribeiro Nogueira, Egydio Brochado de Andrade e Saturnino de Aguiar Musa.

Como um subsidio para a historia desta localidade, transcreveremos os seguintes artigos publicados no *Oeste de São Paulo*:

Protesto

No dia 13 do corrente celebrou-se uma festa na Capella do *Rio Verde*, sendo que, no meio do enthusiasmo da mesma, *arvoraram* um letreiro no largo da referida Capella denominando-a *Villa do Rio Doce*. Ora é sabido que o chão todo da Capella e circumvizinhos são de minha exclusiva propriedade, e todos sabem que o proprietario póde dar nome á sua propriedade. Protesto pois contra tal usurpação de meus direitos e declaro que a referida povoação se chama *Villa Fortino*.

Casa Branca, 16 de maio de 1893.—*José Fortino*.

Capella do Rio Verde

O abaixo assignado, proprietario das terras onde está a Capella do *Rio Verde*, vem declarar aos interessados que tomaram ali datas para construcção, o seguinte:

Tratando se de bens de raiz, a alienação destes não póde ser feita sem outorga da mulher do vendedor.

Neste sentido o abaixo assignado está prompto a dar escriptura, com sua mulher, das referidas datas áquelles que já edificaram casas ou que começaram a edificar, ficando sem effeito a concessão de datas áquelles que dentro de um mez, a contar da data deste, não derem começo á respectiva edificação. Para se cumprir o que aqui fica avisado, podem os interessados procurar o abaixo assignado a qualquer hora.

Casa Branca, 14 de maio de 1893.—*José Fortino*.

Ao publico

Os moradores da villa do *Rio Verde*, que não querem ser colonos do sr. José Fortino, vendo no *Oeste de São Paulo* de 17 do corrente, um protesto daquelle senhor, vêm contraprotestal-o agora: fazemos sciente ao publico que o dito senhor não tem poderio algum neste logar, ao contrario tem procurado

o seu atrazo, pois que tem querido chamar a si a sua propriedade, sem que para tanto tenha direito, porque não possúe *titulo algum*. Em primeiro logar a capella foi construida pelo sr. major Carlos Augusto, que fez todas as despesas, ou quasi todas. Mas mesmo que o sr José Fortino tenha escriptura de parte desses terrenos que diz serem seus, não é razão bastante para intitular-se proprietario desse logar que faz parte de fazenda *pro indiviso*. Ha cêrca de 4 annos que aquelle senhor está desfructando os rendimentos deste logar, vendendo datas, tirando madeiras, incorrendo mesmo em um crime porque annuncia vendas de datas, para o que passa talões, sem possuir nenhumas terras neste logar.

E para o sr. Fortino ver que não estamos enganados, emprazamos o mesmo senhor a apresentar escriptura de compra anterior ás vendas que tem feito das datas. Avisamol-o mais que não acceitamos a escriptura que obteve ha poucos dias, por não ser legal, visto o vendedor não ter assignado na escriptura, nem dado procuração, havendo sómente procuração da mulher do vendedor e duvidamos que o sr. Hyppolito realize esta venda porque todos nós sabemos que quando se contracta um negocio que depende de escriptura publica, a venda não é valida se a escriptura não é bôa, além de a propriedade do sr. Hyppolito estar hoje com um grande valor, porque sómente a olaria dá mais de 800$000 por anno livres, e ainda mais agora, que vamos ter estação de estrada de ferro.

Approveitamos a occasião para declararmos ao publico, que no dia 30 de abril a sra. d. F Maria Sciacca com seus filhos e genros, herdeiros de José Antonio de Almeida Carreiro, passaram escriptura de dous alqueires de terras annexos á capella em ratificação do Patrimonio que aquelle fallecido tinha dado e além disso tem se mais escripturas e dadivas feitas, por outros socios da fazenda, que brevemente darão a escriptura. Por isso quem quizer vir tomar datas neste logar venha entender-se com o procurador da Igreja, que brevemente será nomeado, visto o sr. Fortino não ter mais dominio neste logar, que nunca deveria ter tido, por não conhecermos no mesmo competencia alguma, porque o seu intuito era tirar grandes resultados, illudindo os moradores e os demais socios da fazenda, afim de fazer posse alli: Protestamos, portanto, contra qualquer acto daquelle senhor.

Declaramos mais que havendo no dia 13 deste um festejo em louvor a São Benedicto, o sr. Fortino, uns dias antes das festa, viajou constantemente procurando dissuadir o povo de comparecer á festa, dizendo que ia embargar a festa, que si não pudesse, faria revolução: querendo, por ignorancia, que essa localidade fosse chamada *Villa Fortino* e não *Villa do Rio Verde* e com tal arrogancia que chegou a dizer que os que moravam aqui eram seus colonos, ao que respondemos que tivemos educação e somos independentes de sermos colonos ou cavoucadores

de terras, não duvidando nós, que o sr. Fortino fosse colono e cavoucador de terra. Villa do Rio Verde, 19 de maio de 1893. —*Manoel Sevilhão*. — *José Carlos de Oliveira*.—*Ignacio R. Damazo*.—*Januario Cione*.— *Martim C. Moreira*.—*José Santino*. —*João Fortunato da Palma* —*Firmino Alves dos Santos*.—*João José Antunes* —*Cesar Brazilio Barros*.— *Antonio Pascali*.— *Santini Serafino*.— *Ravanelli Antonio*.—*Thomaz Alonso* — *Battistella Giovanni*.—*Rossetto Giacomo* — *Carleto Angelo*.—*Antonio Rizzi* — *Florentino Santini*.— *Manoel Souto* —*Innocencio Jooquim Gomes*.—*Antonio Daniel Martins*.—*Z. Nogueira* —*Pedro João Nogueira Cobra*·—*Adro Firminiano da Silva*.—*Norberto Pinto de Miranda*.

Rocha—Lagôa de pequenas dimensões neste districto.

Rodeio—Capão, na fazenda Cocaes —Logar no campo de uma estancia, onde fazem reunir o gado em dias determinados, de ordinario uma vez por semana (Coruja). Em Espanha dão o nome de rodeio ao logar,, nas feiras e mercados, onde se põe o gado grosso reunido para venda (Valdez). Nos campos de Cima-da-Serra, serve ainda mais o rodeio para dar sal aos gados (Cesimbra).

Rosario—Fazenda agricola, de José Alves da Silva Musa. Foi desmembrada da de São Theodoro, que pertence a este municipio por força de uma lei provincial, desligando-a da freguezia de São José do Rio Pardo.—Corrego, na faz. Varzea Grande —Praça nesta cidade.

Salgado—Corrego, affluente do Tambahú. Tem sua nascente na serra do Jardim e banha a fazenda Palmeiras da Terra Vermelha.

Saltador—Corrego neste mun., na faz. Olhos d'Agua.

Sant'Anna—Ribeirão, affluente do Jaguari. E' consideravel pelo seu volume de agua, mas imprestavel como motôr, por ser o seu curso, em grande parte, em terrenos baixos, sem declividade sensivel e margeado de largos pantânos em nivel que lhe são superiores. Na estrada para Santa Cruz das Palmeiras tem este ribeirão uma cachoeira, que é uma das curiosidades naturaes deste municipio. E' tambem conhecido por Sant'Anna da Serra, por ter sua nascente na serra do Campo Alegre.

Sant'Anna da Serra—Fazenda agricola.—Quarteirão policial do districto de Casa Branca.—Vide Sant'Anna.

Sant'Anna da Vargem Grande—Vide Boa Vista da Vargem Grande.

Santa Barbara—Logar, proximo á fazenda dos Ilhéos, apossado em 1813, mais ou menos, por Miguel Paes Domingues. —Corrego, affluente do Barreirinho.

Santa Candida—Fazenda, no districto de Itobi.

Santa Carolina=Fazenda agricola, no districto de Tambahú.

Santa Christina—Fazenda agricola, pertencente a d. Antonia dos Passos Silos e seus filhos, no bairro do Laranjal.

Santa Clara—Fazenda agricola, situada neste municipio.

Santa Cruz—Bairro suburbano.—Fazenda agricola, do capitão José Caetano de Lima.—Logar, proximo ao Taquarassú, onde se ergueu uma capela sob a invocação de Santa Cruz.—Corrego, na faz. Varzea Grande.

Santa Cruz das Palmeiras—Villa e municipio na comarca do mesmo nome. A povoação foi creada freguezia por lei n. 146, de 10 agosto de 1881; villa pela lei n. 48, de 20 de março de 1885, pertencente á comarca de Casa Branca, de cujo territorio foi desannexada, com as divisas estabelecidas por acto de 29 de novembro de 1883, para ser incorporada ao da comarca de Piraçununga, pela lei n. 91, de 12 de setembro de 1892. Foi fundada em 1874 por Manuel Valerio do Sacramento, seus irmãos e outros, que colocaram uma cruz de madeira no logar em que actualmente se acha o povoado, e levantaram em 1876 uma modesta capéla. A comarca foi creada em virtude da lei n. 306, de 26 de julho de 1894. A povoação era tambem conhecida por Santa Cruz dos Valerios.—O seguinte documento foi extrahido do archivo da Camara Municipal daquella cidade:

Auto de instalação da nova villa de Santa Cruz das Palmeiras e de juramento dos vereadores da Camara Municipal da mesma villa, como abaixo se declara.

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1886, aos tres dias do mês de maio do dito anno, nesta villa de Santa Cruz das Palmeiras, da provincia de São Paulo, em casa da residencia do cidadão Francisco de Araujo Gouveia, onde veiu o sr. dr. Ricardo Soares Baptista, presidente da Camara Municipal da cidade de Casa Branca, de cujo municipio fazia parte o territorio da nova villa, commigo Francisco das Chagas Alvarenga, secretario da mesma Camara, para o fim de instalar esta nova villa de Santa Cruz das Palmeiras e dar juramento aos vereadores eleitos e convocados para esse fim, a qual villa foi creada pelo decreto do teôr seguinte: N. 48. O dr. José Luis de Almeida Couto, commendador da ordem de Gregorio Magno e presidente da provincia de São Paulo. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancciono a lei seguinte: Art. 1.° Fica elevada á categoria de villa a freguezia de Santa Cruz das Palmeiras, do termo de Casa Branca. Art. 2.° Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario da provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio do governo da provincia de *São Paulo*, aos 20 dias do mes de março de 1885.—Dr. *José Luis de Almeida Couto.* —Carta de lei pela qual V. Exc. manda executar o decreto da Assembléia Provincial, que houve por bem sanccionar, elevando á categoria de villa a freguezia de *Santa Cruz das Palmeiras,*

do termo de *Casa-Branca*, como acima se declara.—Para V. Exc. vêr. Antonio Pedro de Oliveira a fez.—Publicada na secretaria do governo da provincia, aos 20 dias do mez de março de 1885.—*Daniel Augusto Machado.*—Sendo as suas divisas constantes do acto do teôr seguinte:—2.ª secção.—O presidente da provincia de *São Paulo*, sob proposta da Camara Municipal de *Casa-Branca*, em officio de 18 de julho ultimo e á vista da informação da mesma Camara, de 23 de agosto e 22 do corrente, e da de *Pirassununga*, de 1.° deste mesmo mez, declara que as divisas da nova freguezia de *Santa Cruz das Palmeiras*, do 1.° dos referidos municipios, creada pela lei n. 146, de 1.° de agosto de 1881, são as seguintes: Principiam na estrada que vem da freguezia de *Santa do Passa Quatro* para *Casa-Branca*, em frente á casa de João Pinto e no alto da serra; e do alto desta até o espigão que serve de divisa entre a fazenda de Antonio Carlos do Amaral Lapa e a do *Rio-Claro*, e por este espigão abaixo até o pontilhão da estrada de ferro em terras do mesmo Lapa, e dahi em rumo ao observatorio do dr. Martinho Prado, no alto do *Agudo*, e pela serra mais alta até o alto do cafezal da fazenda de Antonio José Correia, em frente á cabeceira do corrego do *Paiol*, e por este abaixo até o corrego da *Tubarana;* por este abaixo até o corrego de *Santo Antonio*; por este abaixo até o ribeirão de *Cocaes*; ainda por este abaixo até o corrego dos *Ortizes*; e por este acima até suas cabeceiras, e dahi em rumo ao *Jaguari*, e por este abaixo até as divisas de *Pirassununga*, e por estas divisas até onde tiveram principio as que ora são estabelecidas. Palacio do governo da provincia de *São Paulo*, 29 de novembro de 1883.—*Barão de Guajará.*— Conforme. O secretario interino, *Benedicto A. Coelho Netto.* Decreto e acto que são entregues por copia para fazer parte do archivo da camara municipal desta villa. E achando-se ali reunidos os vereadores eleitos Antonio Crispim de Abreu, Manuel Rodrigues Olegario, Modesto Alves de Carvalho, Francisco de Araujo Gouveia, José Bicudo de Almeida, Francisco de Arantes Moura, e João Theodoro de Sousa Pinto, depois da leitura do referido decreto e acto, feita por mim secretario, o sr. presidente lhes defiriu o juramento do art. 17 da lei de 1.° de outubro de 1828, aos Santos Evangelhos, em um livro destes, em que cada um pôz sua mão direita, dizendo: Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as funcções de vereador da camara desta villa de *Santa Cruz das Palmeiras*, de promover quanto em mim couber os meios de sustentar a felicidade publica. E recebido por elles o juramento, assim prometteram cumprir. Em seguida o mesmo sr. presidente declarou em alta voz que estava instalada a nova villa de *Santa Cruz das Palmeiras* e dava posse aos vereadores eleitos e juramentados, os quaes immediatamente passaram a occupar os respectivos logares, convidando o sr. presidente o vereador Antonio Crispim de Abreu, que lhe

pareceu mais velho, para occupar interinamente a cadeira da presidencia, ficando por este modo instalada a nova villa de *Santa Cruz das Palmeiras* e os vereadores de posse de seus cargos. E para constar, mandou o sr. presidente lavrar o presente auto, que vai assignado por elle e pelos juramentados. Eu, Francisco das Chagas Alvarenga, secretario da Camara, o escrevi.—*Dr. Ricardo Soares Baptista.— Antonio Crispim de Abreu.—João Theodoro de Sousa Pinto.—Manuel Rodrigues Olegario.—Francisco Arantes de Moura.—Modesto Alves de Carvalho.—Francisco de Araujo Gouveia.—José Bicudo de Almeida.*

Dos autos de inventario de Antonio Valerio do Sacramento passamos a trasladar os seguintes documentos:

Petição

Illmo. sr. juiz d'orphams.—Diz Antonio d'Aranha Albuquerque, residente no Bairro de *Santa Cruz*, deste Municipio, que no inventario a que V. S. procedeu no espolio de Antonio Valerio do Sacramento e sua mulher, e em que é inventariante Manoel Valerio do Sacramento, foi descripta como pertencente ao acervo uma capellinha alli existente denominada de *Santa Cruz*, quando é certo que tal capella é uma obra formada a custa de esmolas e do trabalho do povo daquelles lugares, como evidentemente mostra o attestado jurado do Reverendissimo Vigario de *Casa Branca*, e mais provão os documentos annexos que todos concorrem a justificar as diversas doações do patrimonio em que está hoje edificada aquella capella Em vista, pois, da Ord. liv. I, tit. 88 § 4.°, que só manda contemplar as cousas alheias achadas em poder do defunto, a titulo de emprestimo, penhor e deposito, para evitar descaminho; e como a respectiva capella não esteve em penhor, emprestimo e deposito, em poder dos inventariados, o supplicante, interessado como um dos doadores á capella, requer a V. S. que incontinenti, á vista da prova exhibida, mande excluir a capella e o terreno de seu patrimonio do inventario, cumprindo assim o que preceitúa a Ord. citada, § 4.°, e o que ensinão todos os praxistas, como o conselheiro Ramalho, *Instituições orfanologicas*, § 103, pag. 241. O supplicante, confiado na justiça e na lei, pede deferimento na forma requerida. E, R. M. Casa Branca, 5 de março de 1878.—*Antonio Aranha de Albuquerque.*—Despacho:—Em vista dos documentos apresentados pelo supplicante, mando que se exclúa do inventario a capella, ficando ás partes salvo o direito de, em juizo competente, proporem suas acções, intimando-se ao inventariante o despacho. Casa Branca, 5 de março de 1878. —*Guilhermino.*

Documento

Attesto *in fide parochi* que se acha edificada uma capella no lugar denominado *Santa Cruz*, neste Municipio, que em parte foi a esmolas do povo e dirigida pelo sr. Manoel Valerio do Sacramento e ha mais de dous annos que se considera como edificio publico, e por ser verdade e me ser este pedido, passo e firmo á fé de meu cargo. Casa Branca, 5 de março de 1878. —O vigario, Joaquim Theodoro de Araujo Tavares.

O patrimonio da egreja compõe-se de 54, h 4,38 de terras, demarcadas na fazenda das Palmeiras, em divisão judicial a que se procedeu em 1879, no juizo de Casa Branca, em virtude de doações feitas por diversos, conforme ao quadro abaixo:

DOADORES		Data da doação	Quantidade em alqueires
MARIDO	MULHER		
José dos Santos Correia. .	Maria Brandina de Godoy .	29 setembro 1877	1
João Baptista de Barros Leite	Helena da Rocha Barros. .	6 novembro »	1
João de Carvalho Barros. .	Francisca Ferraz de Barros.	» » »	2
Raymundo de Araujo Macedo.	Maria Julia de Freitas . .	21 » »	0,25
Antonio Aranha Albuquerque.	Maria Brandina Bezerra. .	26 fevereiro 1878	2
Francisco de Araujo Gouveia.	Maria José de Araujo. . .	» » »	2
Aureliano Bento de Araujo .	. . . . .	28 » »	1
Manuel da Costa Carneiro .	. . . . .	17 março 1878	0,50
Ignacio Gomes de Moraes .	Anna Quiteria de Andrade.	» » »	1
João Carlos de Arantes. .	Maria Luciana de Arantes .	» » »	1
José Carlos de Arantes . .	Helena Francisca de Arantes	20 » »	1
Antonio Aranha Albuquerque.	Maria Brandina Bezerra. .	24 » »	0,50
Francico José de Sousa Pinto.	Francisca Maria do Espirito Santo	28 » »	1,50
			14,75

Santa Cruz do Aterrado—Pequena capela, a dois kilometros da cidade, á margem da estrada que vai a Vargem Grande. Foi construida em 1898 a esforços de José Aleixo Caetano de Carvalho, Santo Meneselli e outros.

Santa Cruz dos Valerios—Vide Santa Cruz das Palmeiras.

Santa Emilia—Fazenda agricola.

Santa Eugenia—Fazenda agricola, pertencente ao municipio de Santa Cruz das Palmeiras e que, pela lei n. 51, de 30 de abril de 1882, foi desligada do de Casa Branca e annexada ao de Pirassununga.

Santa Iria—Chacara suburbana, tambem conhecida pela denominação de Capitão Vicente, porque pertenceu ao então capitão Vicente Ferreira de Silos Pereira—Fazenda agricola, que passou para este municipio em virtude da lei provincial n. 89, de 18 de abril de 1870, sendo desligada do de Pirassununga. Com a creação da villa de Santa Cruz das Palmeiras, essa propriedade ficou incorporada ao seu territorio.

Santa Isabel—Fazenda agricola.

Santa Maria—Fazenda agricola. pertencente ao municipio de Santa Cruz das Palmeiras, hoje. A lei n. 89 de 18 de abril de 1870, desannexou-a do municipio de Pirassununga e passou a para este.

Santa Mariana—Fazenda agricola.

Santa Paulina—Fazenda agricola.

Santa Rita do Passa Quatro—Povoação fundada em 1860 por Francisco Modesto Guilhermino, Gabriel Porfirio Vilela, Ignacio Ribeiro do Valle, Carlos Ribeiro da Fonseca e Francisco Deocleciano Ribeiro, que erigiram no logar uma capella sob a invocação de Santa Rita de Cassia. Foi creada freguezia em 1866 a villa em 1885. Pertencêra ao municipio de Casa Brauca.

Santa Silveria—Fazenda agricola, pertencente a Joaquim Dutra do Nascimento.

Santissimo Coração de Jesus—Capela de fórma octogona, construida no antigo cemiterio, proximo ao Paço Municipal, por Francisco José de Queiroz, capitão José Venancio Villasbôas, capitão Prudente José Correia e tenente-coronel Jeronymo José de Carvalho, em 1851. Teve primeiramente a invocação de São Miguel.

Santo Antonio—Bairro e rua desta cidade.—Fazenda em Corrego Fundo.—Corrego, affluente do Tubarana, e que estabelece divisas entre os municipios de Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras,

São Benedicto—Antiga denominação da rua do Bosque.

São Bento—Rua, que liga o largo da Cadeia Velha á rua da Praia.

São Domingos—Corrego. aff. do Pederneiras.

São João—Corrego neste municipio.—Bairro urbano, em que ha duas escolas publicas primarias.—Ribeirão, que banha a fazenda de seu nome.—Travessa, ligando a cidade ao bairro deste nome.

São José—Rua desta cidade.—Fazenda agricola, outr'ora pertencente a Santos & Meira.

São José da Serra—Fazenda agricola, neste municipio, pertencente a José Vilela de Andrade e outros. Está locada a 35° noroeste da cidade de Casa Branca, na distancia approximada de 24 kilometros, e a 53° nordéste da estação de Tambahú, na distancia de 18 kilometros. As estradas que a ligam a Casa Branca, atravessando grandes regiões do campos rasos, são bôas

mas todo o commercioe trafego são feitos para Tambahú. Geologicamente, divide-se em duas regiões distinctas: a parte noroeste, cabeceiras dos corregos Areião, Côchos e Bocaina, occupando a quarta parte da área total, é composta de terras boas, isto é, ricas de oxido de ferro e humus, semeadas de pequenos blócos de escórias que attestam sua origem vulcanica, porém, manchadas de terrenos de aluvião em que se encontram os granitos erraticos boleados, e chapadões de areia solta, imprestaveis para qualquer cultura. Em seu conjuncto mostra esta região as convulsões por que passou: composta primitivamente de morros alcantilados de origem vulcanica, foi mais tarde soterrada por terrenos de aluvião, e estes, ainda, por terrenos sedimentares, que vieram á posição actual por sublevações lentas. A origem lacustre destes ultimos é provada pelo subsólo composto de estratificações de argila composta, em que assentam as referidas areias soltas. Por sua altitude, excepção dos chapadões arenosos, toda a região se presta á cultura do café, que fratifica regularmente, na média 80 arrobas por mil pés. A região a sueste, até ao corrego da Prata, e noroeste, acompanhando o rio Pardo, é composta de campos rasos de boa qualidade, que muito se prestam á creação do gado lanigero e do cavallar; infelizmente, porêm, a industria pastoril está ahi completamente abandonada, contando-se apenas algum gado vaccum, de raças ordinarias. A fazenda é regada por muitos corregos, affluentes do ribeirão Tambahú, tributario do rio Pardo; poucos se prestam, comtudo, para motores de grande força, por terem seu curso em logares pantanosos. Os corregos que a regam são os seguintes: Cochos, Areião, Cocuruto, Prata, Mosquitos, Barro Vermelho, Divisa, Boa Vista, Silvestre, Bocaina, Pederneiras e Pimenta e ribeirões, os do Inferno e Tambahú.

São José do Rio Pardo—Cidade, no municipio e comarca de seu nome, ligada a Casa Branca pelo ramal de Moóca, da linha Mogiana. A povoação foi creada freguezia por lei provincial de 16 de abril de 1874, villa em 20 de março de 1885 e cidade, com a denominação de Cidade Livre do Rio Pardo, por decreto n. 179, de 29 de maio de 1891. O decreto n. 207, de 6 de junho do mesmo anno, restituiu-lhe a denominação antiga. Em vista da nova organisação judiciaria do Estado o termo de S. José do Rio Pardo passou a constituir comarca, desmembrado da de Casa Branca, a cujo territorio pertencia.—A respeito desta localidade, escreveu o dr. Moreira Pinto, no *Jornal do Commercio*, de 23 de janeiro de 1899: «Em Casa Branca tomei o ramal de Canôas em direcção á cidade de S. José do Rio Pardo. Passei pelas estações do Rio Verde a 11 kilometros de Casa Branca, Engenheiro Röhe a 18 e Villa Costina a 22. Dista a cidade de S. José do Rio Pardo 35 kilometros de Casa Branca e 30 da Moóca. Está situada em uma colina, á margem esquerda do Rio Pardo, contornada a E. pelo corrego São José e e ao N. pelo ribeirão Monte Alegre, affluente daquelle rio. E'

cercada pelos morros denominados Lage, Tubaca, Monte Alegre, Santo Antonio e Fartura. A cidade está mal edificada. Quem penetra nella pelo lado da estação sente uma impressão desagradavel, impressão que não se desvanece á proporção que se caminha para o seu interior. E' uma cidade sem horizont s; para qualquer lado que o olhar se volte depara com montes e estes muito proximos e ligados uns aos outros. As ruas são regularmente largas, em ladeira, algum tanto ingremes, sem calçamento, poucas com passeios cimentados e illuminada á luz electrica. Os predios, em numero de 614. são quasi todos terreos, havendo alguns sobrados de gosto. Tem apenas uma praça, a 15 de Novembro, em cujo centro ergue-se a Matriz e a um dos lados a Casa da Camara que tambem serve de cadeia. Está em parte ajardinada. Possúe unicamente dous edificios publicos, a Matriz e a Casa da Camara, a Maçonaria, está ainda em construção, mas promette depois de concluido ser um importante edificio, já pelas suas proporções, já pelo gosto architectonico. A Matriz é um templo grande e bonito. Tem a torre no centro e um relogio abaixo. Seu interior é bem ornado Tem além do altar-mór, mais dous altares lateraes de marmore. A Casa da Camara é um predio terreo, com 4 janellas de frente e a porta de entrada. Na sala das sessões encontram-se os retratos de Tiradentes e do Marechal Floriano e um pequeno busto do General Deodoro. A cidade póde ter uma população de 4,000 habitantes. O municipio confina com Caconde, Casa Branca, Mocôca, São João da Boa Vista, do Estado de S. Paulo, e com Muzambinho, do Estado de Minas. E' regado pelos rios Pardo, Fartura, Verde, Macacos, Agua Fria, Peixe, Monte Alegre, Santo Antonio e Aguas Claras. Pertencem ao municipio os districtos do Sapecado (Espirito Santo do Rio do Peixe) e S. Sebastião da Gramma, e os bairros Monte Alegre, Fartura, Lage, Tubaca, Agua Fria, Rio do Peixe, Santo Antonio Engenheiro Röhe, Engenheiro Gomide e Villa Costina, estes tres ultimos com estações da estrada de ferro. A lavoura do municipio é a do café, havendo 100 fazendeiros, que exportam 500 mil arrobas desse producto Estive nessa cidade com o intemerato republicano Ananias Barboza, que em agosto de 1889, sendo proprietario do Hotel Brasil prendeu o chefe liberal Saturnino Barboza, o subdelegado e resistiu a uma força de 20 e tantas praças, que pretendiam assassinar o general Glicerio e a elle Ananias. O general Glicerio dirigia-se então para a Mocóca, afim de fazer conferencias republicanas S José do Rio Pardo foi em seu principio a fazenda da Lage, da qual era um dos condominos o tenente Antonio Marçal Nogueira de Barros, que fez doação, a 19 de junho de 1865, de tres alqueires de terra. Foram outros doadores Candido de Miranda Noronha, que na mesma data deu um alqueire, Candido de Faria Moraes, que deu tres alqueires, José Theodoro de Nogueira Noronha, que deu quatro alqueires, e João José

de Sousa, que deu a 6 de fevereiro de 1865 um alqueire. Em 25 de fevereiro de 1873 houve a posse judicial dos terrenos doados para patrimonio da igreja.»

São Miguel.—Faze da de cultura de café, pertencente ao conselheiro José Duarte Rodrigues, proxima á estação do Rio Verde. E' uma das mais importantes da comarca, e illuminada a gaz acetyleno.— Rua desta cidade e que liga os largos da matriz e Cadeia.—Vide Santissimo Coração de Jesus.

São Pedro.—Corrego, na fazenda Morrinhos.

São Pedro dos Morrinhos.—Arraial, fundado em territorio da fazenda dos Morrinhos, em 1894, por Moysés Venancio Villasboas, Antonio Augusto Correia de Carvalho, Eugenio Ferreira de Castro e Francisco Antonio do Prado, que doaram 38,72 hectares de terra para patrimonio da egreja. Por uma lei de 1899 foram ali creadas duas escolas primarias.

São Sebastião da Boa Vista.— Antiga denominação do municipio e villa de Mocóca. Vide este nome e Boa Vista.

São Simão.—Povoação, fundada em territorio que pertencia ao municipio de Casa Branca; foi creada freguezia por lei provincial de 10 de março de 1842 e villa por outra de 22 de abril de 1865. E' séde da comarca de S. Simão.

São Theodoro.—Fazenda agricola, annexada á freguezia de Casa Branca e desmembrada da de S. José do Rio Pardo em virtude de uma lei da antiga Assembléa Provincial.

São Vicente.—Fazenda agricola, em que se cultiva o caféeiro. Foi desligada da de Ribeirão São João.

Sarandi.—Logar, proximo á fazenda Cocaes do Rio Verde. —Vocabulo brasileiro, contracção de *çarará-íb*, significando, segundo Baptista Caetano,—os páus ou pernas por sobre as quaes se faz rolar a madeira tirada.

Senhor Bom Jesus.—Fazenda agricola, pertencente a d. Maria das Dôres Nogueira de Carvalho e outros; hoje tem outras denominações.

Seriema.—Logar e campos na faz. Boa Vista.—Nome vulgar do *Dicolophus cristatus*, ave da ordem dos pernaltas, notavel pela guerra assidua que faz a toda a sorte de ophidios, Marcgrave lhe chama *Sariama*; e é provavel que seja esse o nome primitivo desta ave (B. Rohan).

Serra Negra das Caldas.—E' uma ramificação sudoéste da cordilheira occidental ou serra da Mantiqueira, cujas aguas alimentam os affluentes do rio Mogiguassú. Tambem é conhecida com o nome de Boa Vista (Azevedo Marques).

Serradinho.—Corrego na antiga fazenda de Cocaes, tributario do Jaguari.

Serrinha.—Fazenda agricola.

Sertão Mimoso.—Era assim conhecido todo o vale que deste logar vai ás margens do Rio Grande, especialmente o municipio da Franca, que é plano e coberto de linda vegetação.

SERTÃOSINHO.—Antigo quarteirão policial, hoje extincto e annexado, em parte, ao districto de Santa Cruz das Palmeiras. —Estação da Companhia Mogiana, neste municipio, já extincta. —Serra: limita os municipios de Santa Rita do Passa-Quatro e Casa Branca e está colocada a oéste desta ultima povoação.

SESMARIA.—A origem deste nome parece que se deve procurar em *sesma*, que era a 6.ª parte de qualquer coisa. E como estas terras se costumavam dar com o fôro e pensão do *sexto* ou de *seis um*, daqui se disse facilmente *sesmaria* ou *sesmeiro*, e tambem *sesmo*, sitio, termo ou limite em que se acham as terras assim dadas de sesmaria (VITERBO).—*Sesmarias* são propriamente as dadas (1) de terra, casaes e pardieiros, que foram ou são de alguns senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora o não são (ORD. *liv. 4, tit 43, pr.*) —Qual foi originariamente a extensão superficiaria de uma sesmaria? Lemos em PIMENTEL, *Arte da Navegação*, que a *legua de sesmaria* tem 3.000 braças. Era preciso que já a esse tempo as sesmarias fossem muito grandes, para se medirem por *legua* de um certo typo. No *Brasil* as doações feitas na costa por d. João III eram verdadeiras sesmarias, não no sentido legal que vêmos firmado nas posteriores Ordenações do Reino; mas, no popular, em que aqui sempre se tomaram semelhantes dadas. As concedidas pelos primeiros Capitães donatarios, nos termos dos seus foraes, deviam sêl-o com a clausula da Ordenação; mas não se lhes marcou a extensão. E' de notar que, em regra, a sesmaria no *Brasil* se não podia regêr pela Ordenação, como bem consultou o Desembargo do Paço, e se vê em CABEDO, p. 2, dec. 112, e *Repert. das Ord.*, vb. *Sesmeiros devem dar as terras*, not. *b*. O Alv. de 8 de dezembro de 1590 firmou sobre a extensão das sesmarias uma regra prudencial, deixada ao arbitrio dos governadores, quando mandou a d. Francisco de Sousa que «a todas as pessôas que fôrem com suas mulheres e filhos a qualquer parte do *Brasil* lhes sejam dadas terras de sesmarias, para nellas plantarem seus mantimentos e fazerem roças de cannaviaes para sua sustentação, *conforme a qualidade e familia* (isto é, numero das pessôas della) *de cada um dos ditos casados.*»

Nem de outra maneira se podia legislar para um paiz nas condições do nosso a esse tempo. Comtudo, não tardaram os abusos; e no fim do seculo XVII vêmos a comara da capitania so *Rio Grande do Norte* representando «que ali existiam muitas pessôas a quem se havia dado quantidade de terras de sesmarias que não podiam cultivar, *tendo algumas duas e tres sesmarias de 5 e 6 leguas em quadro*, que vendiam e arrendavam». Em resposta ordenou a carta régia de 16 de março de 1692 ao governador Antonio de Sousa de Menezes que lhas tirasse e désse a quem as cultivasse. A carta régia de 27 de dezembro de 1695 marcou 1 legua de de largo (testada), e 4 de comprido (fundos), a carta régia de 27 de dezembro de 1697 já restringiu

os fundos a 3 leguas para 1 de testada, ou 1 1/2 legua em quadro; o que foi recommendado pela Prov. de 20 de janeiro de 1699, e ainda outra vez pela de 19 de março de 1729. Outro typo vêmos no Alv. de 23 de novembro de 1700, «pelo qual s. m. mandou que se désse a cada aldeia, tendo 100 casaes, 1 legua de terra em quadro, tirando-se, si necessario fôsse, de qualquer outra secção vizinha á aldeia, executando isto os ouvidores summarissimamente, sem attenção á repugnancia das partes». Esse alvará, que, além de uma legua para os Indios, manda separar uma porção para os seus párocos, foi dirigido ao governador de *São Paulo*; assim como a cada régia de 12 de novembro de 1710, declarando que «essa porção que se manda separar para os vigarios, tirando-a dos particulares vizinhos, não seja mais do que aquella *que baste para pasto de tres ou quatro cavallos e de outras tantas vaccas*, que é o que basta para um clerigo»; e de ambos dá noticia José Arouche de Toledo Rendon, na sua instructiva *Memoria sobre as aldeias dos indios da provincia de São Paulo*, estampada na *Rev. Trim. do Inst. Hist., Geogr. e Ethnogr. Bras.*, 1842, 2.ª ed., 310 (Macedo Soares).—Em *Mato Grosso*, em 1828, as maiores sesmarias tinham tres leguas de fundo e uma de testadt; e as menores meia legua em quadra (Alincourt).—Em *Minas Geraes* as sesmarias iam desde 48 leguas até 60 braças quadras (Gerber). —As concessões que temos visto aqui no *Mar d'Hispanha* (e dizem-nos serem eguaes em tudo ás dadas para toda esta *mata do Rio*) regulam meia legua em quadra... (M. Soares). —No *Rio de Janeiro* a sesmaria dada aos jesuitas por Estacio de Sá, no 1.º de julho de 1565, foi de duas leguas de testada e duas de fundos. Já a da Camara, dada pelo mesmo, em 16 do dito mez e anno, foi de uma e meia legua de testada com duas de fundos. Mem de Sá, em 16 de agosto de 1567, confirmou a sesmaria da Camara por lhe faltar o auto de posse, e amplicu-a com mais 6 leguas em quadra (Haddok).

Sesmaria de Lourenço Martins—A respeito da sesmaria concedida a Lourenço Martins Leme, encontram-se no cartorio do escrivão de paz os seguintes requerimentos:

1—Diz o Alferes Urias Egmidio Nogueira de Barros e os abaixo assignados, todos desta freguezia, que elles supp.es querem chamar a este juizo todas as Pessoas que se axão dentro da sismaria de Lourç.º Miz. Leme, sendo os seg.es: Francisco Martins de Carvalho, Ignacio Pires, Jacinto Pires do Prado, Angella Maria de Tal, Ignacio Pires Mosso, Joaquim Ferreira, Antonio Roque, asim mais todos os que se julgarem intruzos na sobredita sismaria para que compareção na primeira Audiencia deste Juizo afim de se tratar do meio da reconciliação do Estillo, ficando todos citados por todos os mais termos e actos Judiciaes the

(1) O tempo transformou o vocabl *dadu vemap aot*

final sentença, por tt.°—P. a V. S. seja servido mandar que se notifiquem por todo o requerido e que se observe os termos da ley.—E. R. M.—*Urias Imidio Nogueira—Antonio de Magalhães Passos—João Pereira de Sousa—José de Magalhães Passos—Balduino José Marques*—Asigno a rogo de Joana Maria de Moraes —*Urias Imidio Nogueira*—Signal e cruz de *Francisco* † *Pereira da Silva*.—Termo de reconciliação.—Aos 24 dias do mes de setembro de 1832, nesta Freguezia da *Caza Branca*, em cazas da residencia do Juiz de Paz Suplente Francisco Antonio Gonçalves dos Santos aonde fui vindo Eu Escrivão do seo cargo ao diante nomeado e sendo ahi compareceu o Alferes Urias Imidio Nogueira de Barros, e outros interessados, e trazendo por ordem deste Juizo a Francisco Martins de Carvalho, Ignacio Pires, Jacinto Pires do Prado, Angela Maria Fernandes, Ignacio Pires o moço, e outros referido no requerimento, sobre os factos alegados no requerimento retro, e supra e o rezultado foi em primeiramente correrem os Rumos com Agulhões para esse meio verificar-se si estão dentro da dita Sismaria por ovidarem-se o Rumo da mesma quando depois de correrem os dittos Rumos da sismaria e se axarem alguns comprehendidos dentro da mesma sahirão para fora, e por assim se haverem convencionados, mandou o ditto Juiz lavrar este Termo, em que se assigna com as partes. Declaro que não assignou Jacinto Pires do Prado por não comparecer e Eu Manoel Joaquim de Sousa Escrivão que o Escrevy.—*Santos—Urias Imidio Nogueira—Joze de Magalhães Passos—Anionio de Magalhães Passos—João Pereira de Sousa—Balduino José Marques—Francisco Martins de Carvalho*—Asino a rogo da senhora Joanna Maria de Morais—*Antonio Gonçolves da Silva*—Signal de Cruz de *Fraucisco* † *Pereira da Silva*—Signal de Cruz de *Ignacio* + *Alves Nogueira*—Signal de cruz de *Antonio* + *Roque—Ignacio Alves Nogueira—Alexandre José Nogueira*—Signal de cruz de *Joaquim* + *Ferreira de Queiroz*—Signal de cruz de *Manoel* + *Ferreira do Prado*—Asino a Rogos de Anna Maria Ignasia—*Antonio Gonçalves da Silva*.—E logo no mesmo dia, mez e anno, depois de concluido o Termo de conciliação assima referido, e as partes assignadas compareceu Jacintho Pires do Prado sobre o objecto que trata na petição enfrente, e o rezultado foi não convencionar só sim sahirão das ditas terras por final sentença quando descaia por cujo motivo passão a tratar dos seus Direitos no Juizo competente.

2—Dizem os abaixo assignados, proprietarios e interessados da sesmaria denominada *Resaca do Lambari*, desta freguezia de *Casa Branca*, termo de *Mogi-mirim*, comarca de *Itú*, que elles supplicantes, por titulo legal, são senhores do respectivo terreno, sem contradicção, nem opposição de alguem, como se mostra dos documentos juntos; e para bem de serem garantidos pela lei do Imperio, requerem a V. S. lhes conceda licença para limparem os rumos já corridos e demarcados, acceitando V. S. ao piloto

João Marcellino e Francisco Martins de Carvalho para examinarem e concertarem os referidos ventos, na fórma concedida P. P. a V. S., etc.—*Urias Emidio Nogueira—João Pereira de Sousa.*—Termo.—Aos 21 dias do mez de maio de 1830, nesta freguezia da *Casa Branca*, em casas da residencia do juiz de paz supplente Manuel Luiz da Silva Villela, onde fui vindo eu, escrivão de seu cargo, ao diante nomeado, sendo ahi presentes, compareceram o alferes Urias Emygdio Nogueira, João Pereira de Sousa e outros interessados da sesmaria denominada *Resaca do Lambari*, para o effeito de nomearem louvados para o alimpamento dos rumos da dita sesmaria, os quaes nomearam a Silverio Pereira da Costa e Joaquim Machado de Oliveira, para cujo fim foram, por ordem do juiz, notificados para prestarem o juramento dos Santos Evangelhos, igualmente aos pilotos nomeados João Marcellino e Francisco Martins de Carvalho; do que para constar mandou o dito juiz fazer este em que declara qualquer dia do mez de junho proximo para effectuarem a dita medição e limpamento dos rumos, e lavrar este termo em que se assigna com os interessados. Eu, Manuel Joaquim de Sousa, escrivão que o escrevi.—*Villela—Balduino José Marqnes—João Pereira de Sousa—João Lourenço*—Signal de cruz de *Ignacio Alves Nogueira*—Signal de cruz de *Ignacio Martins de Carvalho*—Signal de cruz de *Francisco Pereira.* — *José de Magalhães Passos.*

3—Diz Lourenço Martins Leme, da Casa Branca, que o supplicante requerendo ao ex-juiz das medições capitão Manuel Dias de Barros, a reformação dos marcos de pau a pedras da sua sesmaria da *Resaca do Rio Lambari*, ao que, deferindo mandou que se citasse aos hereos confinantes, o que se fez: que ao supplicante faz a bem que o actual escrivão, revendo os ditos autos, lhe passe certidão em breve relatorio, declarando por seus nomes sobr' (?) e cognomes os herêos que se citaram e a data da certidão, que a ser uma só, que a passe por seu teôr.—Despacho.—Passe na fórma que requer. Villa de *Mogi*, 20 de março de 1824.—*Prado*—Certidão.—Manuel Antonio de Oliveira, tabellião publico do judicial e notas e mais annexos nesta villa de *Mogi-mirim*, e seu termo, &—Certifico que revendo os autos de que faz menção o requerimento retro, nelles a fls. 19 se acha o mandado do teôr e fôrma seguinte: O capitão Manuel Dias de Barros, cidadão juiz das medições das terras de sesmaria da villa e termo de *São José de Mogi-mirim*, por provisão trienal do Illmo. Exmo Sr. Marquez de Alegrete, governador e capitão general desta capitania, e na mesma villa e seu termo procurador da Fazenda Real por provisão do Serenissimo Principe Regente Nosso Senhor, que Deos guarde, etc,—Mando ao escrivão do meu cargo que por bem deste, indo por mim assignado, e em comprimento do meu despacho interlocutorio de fls 16 v. dos autos da medição da sesmaria que obteve Lourenço Martins Leme

e fez medir na paragem da *Resaca do Lambari*, sem citação feita aos heréos confinantes da mesma, citem aos mesmos, que são: Joaquim Furtado da Silva, Bento Dias Garcia, o rev. Francisco de Godoy Coelho, Antonio Xavier Machado, João José, Ignacio Ferreira Alves, Francisco Ferreira, Gonçalo Ferreira Garcia, João Luis, João Francisco (por cabeça de sua mulher), Ignacio de França (por cabeça de sua mulher), Antonio Manuel Corrêa Leme (por cabeça de sua mulher), Antonio Fernandes (por cabeça de sua mulher), José Dias Mainardo (1), e estes na qualidade de herdeiros de Anna Garcia e seu marido João Martins Diniz, como tambem a Antonio Martins e João de Matos e seus irmãos, que me informam serem os sobreditos confinantes da dita sesmaria, para que no dia 22 do corrente mêz, em que hei fazer audiencia na fazenda da Paciencia e Pederneiras, compareçam por si ou por seus procuradores, na mesma audiencia, para nella dizerem o que lhes fizer a bem, respeito á medição e demarcação da mesma sesmaria, para o fim de se poder julgar por sentença a mesma, como me foi requerido pelo mesmo sesmeiro em sua petição de fls, 16. Visto que dos mesmos autos não consta serem citados os ditos confinantes, nem Luciano Dias, por tambem o ser, ao qual egualmente citará para a mesma audiencia, e a todos sobreditos, com a comminação de, á sua revelia, se proseguirem os mais termos de direito: o que cumpra e al não faça. Villa de Mogi-mirim, 13 de março de 1813. Eu, Francisco de Paula Brito de Andrade, escrivão que o escrevi. — Barros.—Francisco de Paula Brito de Andrade, tabellião do publico, judicial e notas, e escrivão desta sesmaria, por provisão, etc. -Certifico que em virtude da mandado supra, citei aos confinantes declarados no mesmo por todo o conteúdo supra, o que fiz a uns em suas proprias pessoas e a outros por cartas que tive a certeza de sua entrega. O referido é verdade, em fé do que passo o presente que assigno. Paciencia e Pederneiras, 22 de março de 1813.—Francisco de Paula Brito de Andrade.— E nada mais se continha nem declarava em dito mandado, etc. E eu, Manoel Antonio de Oliveira, escrivão que o subscrevi, conferi e assigno. Manuel Antonio de Oliveira.

Sete de Setembro—Rua, antigamente denominada da Palha por que é mais conhecida.

Silicato de potassa—Vide Kaolin.

Silverio—Corrego, na faz. Varzea Grande, aff. do rio Verde.

Silvestre—Corrego, na faz. São José da Serra.

Sitio—O mesmo que *chacara*. Tambem dizem *situação*. Habitação rustica com uma pequena granja (Aulete).—Em São Paulo da se esta denominação ás pequenas fazendas.

Sobrado—Corrego na antiga fazenda de Cocaes, tributaria de ribeirão deste nome.

---

(1) Mainardo, Mainate ou Mainarete ?

Soróca—Assim denominam-se as excavações que se vêm ao pé desta cidade, tambem chamadas *bosseroca*, e desbarrancados ou esbarrondadeiros, em Minas. Quando o ex imperador d. Pedro II visitou Casa Branca, em 1887, dizem que expendêra sua opinião a respeito, manifestando que o verdadeiro nome era *Soróca*. Nessa occasião um dos *reporters* que o acompanhavam publicou em jornal do Rio a seguinte quadra:

« De Casa Branca a cidade
alegra a quem a visita ;
pois ao lado das *sórócas*
tem muita moça bonita.»

Esta quadra é attribuida ao poeta Mucio Teixeira, então representante d'*O Paiz* (Almanaque de Casa Branca, 1888) —Çoroca: (gerundio) rompendo-se ; sendo rompido, desmanchado, rasgado (Bap. Caetano).

Sucuri—Corrego affluente do rio Verde.—Nome indigena da anaconda brasilica. Luccok faz menção, na *lista dos reptis* da *sucuriuba* ou *sucuryú* (bôa anaconda), que diz ser—*a very large water snake*. Raqueni e Lafayette escrevem que sucurijú ou sucuriuba é—*una specie di bôa del Brasile*. O Barão de Melgaço dá noticia de tres rios, um ribeirão e uma cachoeira do Estado de Mato Grosso, com o nome de *Sucuriú*. Escragnolle Taunay, considerando portugueza a palavra *sucuri*, dá-lhe *oiênaga* como a sua correspondente no dialecto Guaná da lingua tupi. Um rio de Goiás é denominado *Sucuriù* por Cunha Matos. Azevedo Marques escreve: « *Sucuri* rio affluente da margem esquerda do Tieté Corre no sertão desconhecido» Milliet de Saint-Adolphe designa rios, povoação, cachoeira e ribeirões em São Paulo, Minas e Mato Grosso, sob a denominação de *Sucuri* e *Sucuriú* ; e Luis d'Alincourt um rio de quarta ordem, da região de Mato Grosso, cujo nome é *Sucuriú do Juruena*, e falando da *sucuri* e da *giboia*, diz que estas duas especies de grandes cobras não têm veneno, mas são nocivas por comerem os animaes domesticos. Constancio escreve « *Sucurijú* ou *sucuruinha:* cobra chamada tambem cobra de veado, cobra monstruosa que traga um veado inteiro. Creio que é a mesma que a anaconda da Asia. » Não mencionam a palavra em questão: Baptista Caetano, Valle Cabral, Velloso, Moraes Torres, Costa Rubim, Freire Allemão, Tocantins, Honorato, Montoya, Thomaz Pompeu, Adolpho Coelho, José Verissimo, Barbosa de Almeida, Jomard, Moutinho, Tschudi e outros, que consultamos. E' de presumir, pois, que a anaconda brasilica não tenha o mesmo nome nas diversas regiões de nossa Patria. Em Minas e São Paulo tem a denominação de *sucuri* e, mui raramente e erradamente a de *sucuriú*. Qual então deve ser o seu verdadeiro nome :—sucuri, sucuriú, sucuruiú, sucurijû, sucuruiuba ou sucuriuba ? A nosso

vêr, desde que se trate unicamente de designar o animal, deve-se escrever *sucuri* (não *sucury*). As particulas *ù, yú, iú, jú, uba* têm significação propria; e, quando pospostas ao vocabulo, mudam-lhe completamente a signicação. Assim, por exemplo: sucuri é o nome de uma cobra; desde, porém, que se lhe addicione a desinencia—*ù*—(agua, rio,) o vocabulo (*sucuri—ù*) passa a significar—*rio da sucuri*. Si se lhe ajuntar—*yú*—(pôdre, apodrecido), a palavra assim composta (*sucuri—yú* ou *sucurú—yua*) designará uma sucuri pôdre.—*Sucuri* é melhor orthographia do que a usual (*sucury*). MARTIUS escreve—*Çucureju*, e define-a —cobra d'agua. —*Sucuri*: a serpente gigante que habita nos grandes rios e engole um boi De *suu*, animal e *curi* ou *curú*, roncador. Animal roncador, porque de feito o ronco da *sucuri* é medonho (JOSÉ DE ALENCAR.)

TAMANDUÁ—Corrego, aff. do Sucuri.—Do guarani *tamanduá*. Quadrupede conhecido, de que ha duas especies: *bandeira* e *mirim*.

TAMBAHI—Vide Tambahú.

TAMBAHÚ—Povoação e districto de paz, creado pela lei estadal n. 79, de 25 de agosto de 1892.—Rio; nasce na Barra Grande, confluencia dos ribeirões Arrependido e Bebedouro e corre entre este municipio e o de São Simão, na direcção de sudoéste para nordéste. AZEVEDO MARQUES designa este rio, affluente do Pardo, pelo nome de *Tambahi*, que na lingua tupi quer dizer a mesma cousa que *Tambahú* Os caipiras, ou naturaes destas paragens, dão-lhe este ultimo nome.—Local em que o rio Tambahú atravessa a serra do Arrependido.—Vocabulo indigena, ou da lingua geral, significando *rio dos mexilhões:* composto de *tambá*, mexilhões ostras, e *hú* (corruptela de *hy*), rio, agua. *Tambá*, mexillones, *etiam quod est, intra pudenda mulieri* (MONTOYA). *Tambá*, mexilhões, ostras, o que está dentro da concha (BAPTISTA CAETANO). Os indigenas tinham por costume designar as localidades pelo nome correspondente a phenomenos physicos notaveis, ou a accidentes das mesmas localidades. Não parece, por isso, razoavel a significação de rio dos mexilhões para o nosso Tambahú. BAPTISTA CAETANO diz: «—*Çambab*, part.: logar, tempo, modo de ser amarrado; subst.: *juntura, união*, articulação». Esta a raiz mais provavel do vocabulo *Çambab-i*, que se corrompeu mais tarde, pela quéda do ç brando, em Tambahi ou Tambahú; e quer dizer—*logar onde o rio se junta*. E é justamente na serra do Arrependido, cortada pelo Tambahú e pela estrada de S. Simão, que esse rio faz junção com o Taquaruçú. A denominação extendeu-se a toda a zona banhada pelo rio. O nome Tambahú, disse-me o illustre indianólogo e meu saudoso amigo VISCONDE DE BEAUREPAIRE-ROHAN, não é exclusivo do municipio de *Casa Branca*. Ha na *Parahiba do Norte*, a alguns kilometros da capital, uma enseada chamada *Tambahú*, onde passei um dia mui alegre em companhia de

amigos, sendo eu então presidente da provincia. No artigo *Nomina locorum* do seu *Glossario*, MARTIUS menciona este *Tambahú*, e mais e *Tambahú-assú* e o *Tambahú-mirim*, cachoeiras do rio *Tieté*, das quaes fala o sabio dr. LA-CERDA no seu *Diario de viagem*, sem comtudo dar-lhes a etymologia, como aliás o fez a respeito de outras cachoeiras e demais accidentes daquelle grande rio. (1) E' bem claro que o vocabulo *Tambá* alguma significação tem; mas, além da que lhe dá MONTOYA, não a tenho podido encontrar em vocabulario algum da lingua tupi. Ao mexilhão chamavam os indios da costa—*sururú*, nome que, desconhecido hoje na parte meridional do nosso litoral, é ainda usual na *Bahia* e dahi para o norte, menos no *Pará*, onde, segundo BAENA, o conhecem pela denominação portugueza. Do mexilhão da agua doce, de que fala GABRIEL SOARES, sem lhe indicar o nome tupi, eu nada lhe posso dizer. Cumpriria saber si nesse rio *Tambahú*, do seu municipio, ha mexilhões ou outro qualquer marisco a que se possa applicar o nome guarani de *tambà*. Será um peixe? No *Pará* ha o *Tambaki*, que vive nas aguas doces do *Amazonas*. Em *S Paulo* ha no rio *Tieté* um peixe chamado *tabarana* (2) Será este nome uma corruptéla de *tambarana*, significando neste caso—*semelhante ao tambá?* Não me é possivel esclarecer estas duvidas, e eu, nestes casos, prefiro antes confessar a minha ignorancia do que fabricar etymologias irrisorias, como o fazem certos sabios, aos quaes bem se póde applicar a sentença de MOLIÉRE: *Un sot savant est sot plusqu' un sot ignorant*». O proprio BAPTISTA CAETANO, que passava como gran-mestre da lingua geral, teve lamentaveis descahidas: por exemplo, tomou como tupi a palavra *carapuça* e neste sentido a decompoz. Sua argumentação é apparentemente tão sólida que póde facilmente illudir a qualquer que ignore a origem daquella palavra, usual em *Portugal* antes da descoberta do *Brasil*, como se póde ver na celebre carta de Pero Vaz de Caminha, dirigida de *Porto Seguro* ao rei d. Manoel. BAPTISTA CAETANO nunca perdoou a si proprio tamanha leviandade, logo que soube que a tinha commettido». Em carta posterior, accrescenta o venerando mestre: «Ha dias o *Jornal do Commercio*, noticiando um naufragio na costa da *Parahiba do Norte*, dá ao *Tambahú* o nome de *Timbahú*, o que para mim é inteiramente novo. Nós temos uma arvore de construcção chamada *Timbahuba* e tambem *Timbahiba*. E' talvez mais um elemento para a discussão». Nos rios e corregos deste Estado ha em abundancia um peixe chamado *tambiú*, pouco maior que o *lambari* e da mesma especie. Não será esse nome *Tambahú* uma corrupção de *tambiú?*—As divisas do districto de Tambahú, segundo a lei referida, eram as seguintes, conforme ao tex-

---

(1) *Tambahú*—*tambaquí* v., *tambaquí*, peixe; *hy*, agua (MARTIUS).
(2) Neste municipio ha o ribeirão *Tubarana*, muito distante do *Tambahú*.

to da mesma lei, deste teôr: «Art. 1.º Fica creado um districto de paz na povoação de Tambahú, municipio de Casa Branca, com as seguintes divisas: Alto da serra do Arrependido, onde se encontram os limites do municipio de Santa Cruz das Palmeiras, seguindo depois pelas divisas da fazenda do cidadão Francisco Borges de Sousa Dantas a encontrar a fazenda do cidadão Joaquim Caetano de Lima, continuando sempre pelas divisas da fazenda do cidadão Sousa Dantas até ao corrego do Arrependido, no pontilhão da estrada de ferro Mogiana, descendo este corrego até ao rio Tambahú, por este acima até ás cabeceiras do corrego da Divisa, e destas as do Ancião; destas, pelos limites da fazenda Paciencia, seguindo até ao rio Pardo, descendo este até ás divisas do municipio de S. Simão, e dahi seguindo até ao ponto em que tiveram principio as divisas. O novo districto de paz se limita com os de Casa Branca, Santa Cruz das Palmeiras, S. Simão e Santa Rita do Passa Quatro. Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario».—A lei n. 559, de 20 de agosto de 1898 elevou o districto a municipio. Eis os termos della e os do parecer da commissão do Senado:

Parecer n. 73

« A commissão de estatistica, tendoe studado o projecto n. 58 do corrente anno da Camara dos Deputados, elevando á categoria de municipio o districto de paz *Tambahú* e considerando: que pelos documentos que o fundamentaram evidencia se que áquelle districto de paz sobram condições de desenvolvimento e prosperidade, sem que estas faltem tambem ao municipio de *Casa Branca* do qual se desmembra; considerando que embora este municipio se opponha a tal elevação, a unica allegação que prova é que habitantes do actual districto de paz devem á municipalidade por impostos lançados e que, por esse motivo, a elevação a municipio não pode ter logar em face do que dispõe a letra E do art. 2.º da lei n. 476, de 23 de dezembro de 1896; considerando que essa disposição da lei não se applica ao caso em questão e nem á transferencia de territorio de um para outro municipio; considerando que ainda mesmo se applicasse a camara de *Casa Branca* tem salvo seu direito á cobrança executiva pelo que legalmente lhe for devido: considerando que além de não perecer seu direito por esse lado, ainda o novo municipio será responsavel, por uma quota parte das dividas já, porventura, contrahidas pelo municipio de *Casa Branca ex-vi* do que dispõe o art. 6.º da lei n. 16, de 13 de novembro de 1891, é a commissão de parecer que o projecto entre em discussão e seja approvado pelo Senado.

Sala das commissões, 2 de agosto de 1898. —*A. Candido Rodrigues.—J. B. de Mello e Oliveira.*

Lei n. 599, de 1898

«Art. 1.° Fica elevado á categoria de municipio o districto de paz *Tambahú*.

Art. 2.° O municipio de *Tambahú* terá as seguintes divisas; principiando no alto da serra do *Arrependido* no ponto em que atravessam os trilhos da *Companhia Mogiana*, seguem pelo alto do espigão nas divisas do coronel João C. Leite Penteado e Antonio C. do Amaral Lapa, continuando pelo espigão nas divisas de d. Veridiana Prado & Filho até encontrar as divisas dos herdeiros de Joaquim Caetano de Lima, por estas até encontrar o o corrego *Tiiuco Preto*, por este abaixo até o rio *Tambahú*, pelo rio *Tambahú* abaixo até o rio *Pardo*, pelo rio *Pardo* abaixo até o ribeirão *Quebra Cuia*, por este acima até a fazenda de Antonio Thomaz de Carvalho, seguindo deste ponto pelas aguas vertentes da fazenda *Bom Successo* e dividindo com o municipio de *S. Simão* até encontrar as divisas do municipio de *Santa Rita do Passa Quatro*, por estas até os cafesaes de João Franco de Oliveira e Francisco Ferreira de Carvalho no alto da Serra do *Rio Claro* e dahi pelo espigão até fechar o perimetro.

Art. 3.° A primeira camara do novo municipio compor-se-á de seis vereadores.

Art. 4.° Não poderá realizar-se a installação municipal sem que na respectiva séde se verifique a existencia de predio com as necessarias accommodações para o funccionamento da camara e cadeia.

Art. 5.° Revogam-se as disposições em contrario.»

A primeira eleição municipal realizou-se a 23 de março de 1899, sendo eleitos vereadores o capitão David de Almeida Santos o capitão José de Vasconcelos Bitencourt, João Ferreira de Castro, Damazo de Sousa Pinto, João Baptista Alvares Machado e José de Magalhães Passos Junior, dos quaes tomaram posse os quatro primeiros a 15 de abril seguinte, instalando-se, assim, o municipio.

Taquara—Corrego, na faz. de Cocaes, affluente do Cocaes. —Da guarani *taquara*. Planta de que ha varias especies; *uçu* ou grande; *i* ou *mirim*, pequena; *pinina* ou pintada; *poca* ou que estala (Rubim).

Taquaral —Corrego; banha a fazenda Jardim.

Taquaruçu—Taquara grande, canna grossa, *arundinaceas giganteas* (Bap. Caetano).—Vide Taquarussú.—Vocabulo guarani, composto de *taquara* (canna ôca) e *uçu* (grande).

Taquarussú—Ribeirão, tributario do Tambahú.—Vide Taquaruçú.

Tenda—Corrego, affl. do Cocaes.

Tenente Carvalinho—Rua, que liga, em pequena distancia os largos da Matriz e Rosario; e assim denominada em homenagem ao tenente Antonio José Teixeira, appellidado o *Carvalhinho*.

Tenente Coronel Silos—Antiga denominação da rua Barão de Casa Branca.

Terra Vermelha—Faz., no districto de Tambahú, pertencente ao capitão José de Vasconcelos Bitencourt.—Corrego, na faz. Congonhas.

Terra Vermelha de Cima—Fazenda, situada no municipio de Casa Branca, a seis kilometros da estação de Tambahú, a que está ligada por excellente estrada de rodagem. Não tem terras de primeira qualidade: são todas baixas, sujeitas á geada na mór parte e cobertas de cerrados. E' banhada pelo corrego do Bebedouro, pelo da Divisa, affluente deste, e pelo Preto, affluente do Tambahú. Sua área é de 1.259,95,21 hectares ou 520, 6 alqueires, e o perimetro de 17,251 kilometros. Foi dividida judicialmente em 1894, sendo as terras avaliadas a 200$000 o alqueire de 50 ⋈ 100 braças, ou 104:120$000 a totalidade. Pertencia então ao capitão José de Vasconcelos Bitencourt, Moysés Mendes de Oliveira, Jesuino Garcia Vieira, Manuel Theodoro de Moura, José Martins da Silva, Jocelyno Lucas Pereira, Candido José Moreira, João Salvador e a herdeiros de Manuel Jacintho Garcia, e seu primitivo proprietario foi Silverio Pereira da Costa, que a vendeu a Simão Garcia Mulano e deste passou a seus herdeiros.

Theatro São José—Foi construido, no largo da Matriz, por uma associação fundada a 27 de agosto de 1871, a esforços do dr. Martinho Avelino.

Ti-Anna—Logar, no bairro da Vargem Grande, cuja denominação é uma corruptéla de *Tia-Anna*.

Tijuco—Vocabulo brasileiro: lama, e particularmente a lama de côr escura. Tambem se diz *tujuco*. E' de origem tupi (Rohan). No *Dicionario português-brasiliano* vem *tijuca* e no *Vocabulario da lingua brasilica—tuiúca*, como ainda se diz no dialecto amazoniense, segundo Seixas. Em guarani: *tuyú* (Montoya)

Tijuco Preto—Corrego, affluente do Tambahú.

Tócas—Corrego; faz barra no Tambahú.

Tres Irmãos—Fazenda de José Rodrigues Goulart e outros, que, pela lei n. 5, de 8 de março de 1873, foi desligada de Belém do Descalvado e annexada á freguezia de Santa Rita do Passa Quatro, do municipio de Casa Branca.

Tubarana—Ribeirão, affluente do Sant'Anna, que separa os municipios de Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras.

Tubunas—Capão e corrego, na fazenda de Cocaes.—Species Apis nigra (Martius). — Tubuna: especie de abelha negra; de *tub*, abelha mestra, e *una*, preta (Bap. Caetano). Especie de abelha indigena, mui commum em Missões e que fornece mel agradavel e mui procurado, fornecendo tambem muita cêra. E' palavra derivada do guarani *tûbu-ñeê*, assobio, silvo (Romaguera Correia).

Uberabinha—Logar e *pouso* na antiga estrada de rodagem, desta cidade a Mogimirim.—Fazenda.—Vocabulo brasileiro, significando Uberaba pequena. Uberaba, em tupi, quer dizer *agua que brilha* (u-berâb).

Uruguaia—Avenida do Novo Bairro.

Vargem Grande—Vide Boa Vista da Vargem Grande e Varzea Grande.

Varginha—Corrego, trib. do Cocaes.

Varzea—Fazenda, situada neste municipio e no de São Simão.

Varzea Grande—Fazenda, pertencente a Antonio Rodrigues do Prado e outros, e dividida judicialmente em 1874. Tinha a superficie agraria de 3.146 hectares, avaliados em 23:002$100, e está hoje fraccionada em muitas fazendas e sitios.—Antiga fazenda, de grande extensão, pertencente a José Garcia Leal e outros; e hoje subdividida em muitas fazendas e sitios.—Fazenda de cultnra, de Gabriel de Avila Ribeiro e outros.—Quarteirão policial deste districto.

Vendinha—Corrego, na faz. Lagôa, trib. do Lagôa.

Victorino—Capão, na antiga fazenda de Cocaes.

Villa Fortino—Vide Rio Verde.

Vinte e sete de Março—Rua, que liga os largos da Matriz e Rosario, assim denominada em homenagem á data da lei que elevou esta povoação á categoria de cidade (27 de março de 1872).

Vossoróca—Vocabulo indigena.—Do guarani *ibi*, terra, *coroi*, romper. Barranco; este termo é sómente usado em São Paulo (Rubim). Vide Bossoróca e Soróca.

BIBLIOGRAPHIA (*)

ABBEVILLE (PADRE CLAUDIO D'—):

Missions des pères capucines.

ADOLPHO COELHO:

Diccionario etymologico portuguez, 1890.

AUGUSTO RIBEIRO DE LOYOLA:

Almanak literario paulista, 1876.

AULETE:

Diccionario contemporaneo da lingua portugueza.

AUSTO RASEC:

O Paulista, 1895.

AZEVEDO MARQUES:

Apontamentos históricos, geographicos, biographicos, estatisticos e noticiosos da provincia de S. Paulo, 1879.

BAPTISTA CAETANO:

Apontamentos sobre o abañeenga.
Notas ao opusculo «Do principio e origem dos indios do Brasil», 1881.
Vocabulario guarani, 1880.

BARÃO DE MELGAÇO:

Diccionario chorographico da provincia de Mato Grosso, 1884.

BARBOSA DE ALMEIDA:

Algumas palavras de que usam os indios do Mucuri, 1846.

BARBOSA RODRIGUES:

Notas á grammatica e diccionario tupi de Lucock, 1881.

BEAUREPAIRE ROHAN:

Diccionario de vocabulos brasileiros, 1889.

BERNARDO DA COSTA E SILVA:

Viagens no sertão do Amazonas, 1892.

CABEDO:

Decisiones, 1664.

CANUTO THORMAN:

Almanak do Estado de S. Paulo, 1895.

CARL FRIEDR. PHIL. VON MARTIUS:

Glossaria linguarum brasiliensium, 1862.

CESIMBRA:

Ensaios sobre os costumes do Rio Grande do Sul.

CLAUDIO MANUEL DA COSTA:

Villa-Rica, 1859.

CONSTANCIO:

Diccionario critico e etymologico da lingua portugueza, 1873.

CORUJA:

Colecção de vocabulos e phrases usados na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1853.

COSTA RUBIM:

Vocabulario brasileiro, 1853.
Vocabulos indigenas, 1882.

COUTO DE MAGALHÃES:

O Selvagem, 1876.
Os Guaianás, 1893.
Primeira viagem ao Araguaia, 1889.

CUNHA MATOS:

Chorographia da Provincia de Goiaz.

(*) Além dos autores referidos nesta *bibliographia*, foram tambem citados no *Diccionario* mais os seguintes: Adolfo Paolielo, Antonio de Toledo Pisa (dr), Aristides Serpa (dr.), barão de Jari, barão Homem de Mello, Coulam (Francisco de Sousa), Francisco Conceição, Galvão de Oliveira, José Honorio de Silos, Pedro II (D.), Ricardo Azamôr e Visconde de Sousa Fontes.

ESCRAGNOLLE TAUNAY:

Céos e terras do Brasil, 1882.
Curiosidades naturaes do Paraná, 1890.
Itinerario da viagem feita da cidade do Rio de Janeiro ao Coxim, 1873:
Vocabulario da lingua quaná ou chané, 1875.

FELICIO DOS SANTOS:

O Acaiaca, 1862.

FRANCISCO DOS PRAZERES MARANHÃO (FREI):

Colecção de etymologias brasilicas, 1846
Diccionario da lingua geral do Brasil, 1891.
Poranduba maranhense, 1891.

FREIRE ALLEMÃO:

Questões propostas sobre alguns vocabulos da lingua geral.

GABRIEL SOARES:

Tratado descriptivo do Brasil em 1587, 1851

H. GERBER:

Noticias geographicas e administrativas de Minas Geraes, 1874.

HADDOCK LOBO:

Tombo das terras municipaes do Rio de Janeiro, 1863.

HONORATO:

Diccionario topographico de Pernambuco, 1863.

IVES D'EVREUX:

Viagem ao norte do Brasil.

J. E. WAPPÆUS:

A terra e o homem, 1884.

JOÃO ALVARES SOARES:

Progymnasma literario, 1807.

JOÃO MENDES DE ALMEIDA:

Algumas notas genealogicas, 1886
Diccionario geographico de S. Paulo, (inédito).

JOHN LUCCOK:

A Grammar and vocabulary of the tupi language, 1882.

JOMARD:

Bulletin de la Societé de Geographie de Paris.

JOSÉ DE ALENCAR:

Iracema, 1870.
O Gaúcho, 1870.

JOSÉ POMPEU DE A. CAVALCANTI:

Chorographia da Provincia do Ceará, 1888.

JOSÉ VERISSIMO:

Scenas da vida amazonica, 1886.

JULIO RIBEIRO:

A Carne, 1888.

LUIS D'ALINCOURT:

Estatistica da Provincia de Mato Grosso, 1877.

MACEDO SOARES:

Diccionario brasileiro da lingua portugueza.
Estudos lexicographicos do dialecto brasileiro, 1880.
Tratado juridico-pratico da medição e demarcação de terras, 1887.

MACHADO DE OLIVEIRA:

Geographia da Provincia de S. Paulo, 1862.
Quadro Historico da Provincia de S. Paulo, 1897.

MARCGRAV:

Historia natural do Brasil.

MILLIET DE SAINT-ADOLPHE:

Diccionario geographico do Brasil, 1863.

MIRANDA REIS:

Itinerario da viagem terrestre da cidade de Santos a Cuiabá, 1863.

MORAES:

Diccionario portuguez.

MORAES TORRES:

Vocabulario da lingua geral do Alto Amazonas, 1853.

MOREIRA PINTO:

Diccionario geographico do Brasil, 1887, 1889 e 1894.

MONTOYA:

Vocabulario y tesoro de la lengua guarani 1876.

MOUTINHO:

Noticia sobre a Provincia de Mato Grosso, 1869.

Oscar Leal:

O Amazonas, 1894.

Pedro José de Paula e Silva:

Almanak de Campinas, 1886.

Pimentel:

Arte de navegar, 1819.

Raiol:

Motins politicos.

Raqueni e Lafayette:

Nuovo dizionario portoghese-italiano.

Romaguera Correia:

Vocabulario sul-riograndense, 1898.

Sebastião Dias:

Almanak de Mogi-mirim, 1889.

Sebastião Paraná:

Esboço geographico da Provincia do Paraná, 1889.

Seixas:

Vocabulario da lingua indigena geral, 1853.

Severiano da Fonseca:

Viagem ao redor do Brasil, 1880.

Theodoro Sampaio:

A nação guaianá da capitania de São Vicente, 1897.

Thomaz Pompeu:

Diccionario topographico do Ceará, 1861.

Tocantins:

Dialecto dos mundurucús, 1877.

Toledo Rendon:

Memoria sobre as aldeias dos indios da Provincia de S. Paulo, 1842.

Tschudi:

Verzeichniss von Worten der Naknemuk Botokuden, 1866.

Valdez:

Diccionario español-portugués.

Valle Cabral:

Etymologias brasilicas, 1877.

Varnhagen (F. Adolfo—):

Historia geral do Brasil, 1876.

Vaz de Mello:

Descripção do Mogi-guassú.

Velloso:

Vocabulario dos indios caiuás.

Viterbo:

Elucidario, 1865.

***

Almanak de Campinas, 1886.
Almanak de Casa Branca, 1888.
Annaes da Bibliotheca Nacional.
Diccionario de Geographia Universal, 1878.
Documentos interessantes para a historia de São Paulo (Publicação do Archivo Publico).
Ordenações do Reino de Portugal.
Relatorio da Commissão Central de Estatistica, 1888.
Revista Brasileira, 1880.
Revista do Museu Paulista
Revista Trimensal do Instituto Historico.
Vocabulario da lingua brasilica.

Apontamentos relativos a Aleixo Garcia

Este homem audaz, que appareceu como um meteoro, passando através das montanhas e dos rios que interceptavam sua viagem da costa do Brasil aos confins do Imperio dos Incas, desappareceu da mesma fórma, deixando um nome que não deve ser olvidado pelos historiadores brasileiros.

Ainda que alguns historiadores ponham duvida sobre a veracidade da viagem de Aleixo Garcia, comtudo, esmiuçando o que outros nos revelam a seu respeito, não podemos deixar de concluir que sua viagem foi veridica e uma das mais arrojadas do seculo dezeseis.

Partindo da costa do Brasil seis europeus e grande numero de indigenas, para se internarem nos bosques sombrios de um paiz povoado por selvagens, era preciso que o chefe de semelhante expedição fosse de um temperamento ardente e dotado de coragem inquebrantavel.

Fabulosas ou veridicas, as noticias transmittidas dessa viagem e dos resultados obtidos, serviam de incentivo a outros destemidos exploradores do mesmo seculo, excitando as ambições delles, e estimulando-os a penetrarem na vasta região desconhecida do continente sul-americano em procura das immensas riquezas que se contava existirem no poder dos indigenas.

Como procurei demonstrar nos *Subsidios para a historia de Iguape*, a partida de Aleixo Garcia do porto de São Vicente no anno de 1524 a mandado de Martim Affonso de Sousa, deve ser considerada apocrypha, porquanto não podia elle ter sido mandado em exploração pelo dito Martim Affonso de Sousa, que sómente no anno de 1531 chegou á costa do Brasil.

Por tudo quanto diz a historia, devemos inferir que no anno de 1524 os unicos europeus existentes em São Vicente ou seus arredores eram os celebres João Ramalho e Antonio Rodrigues.

Nesta época, nas proximidades de Iguape, existia o bacharel português que foi desterrado no anno de 1501, (e que tudo nos leva a crêr que se chamava Cosme Fernandes) em companhia de Francisco de Chaves e mais alguns castelhanos, não podendo duvidar que estes castelhanos fossem os homens perdidos, da fróta commandada por Juan Dias de Solis que navegava nesta costa no anno de 1508.

Proximo á ilha de Santa Catharina, havia diversos europeus vivendo em harmonia com os indigenas, e, assim, temos tres nucleos europeus nesta costa do Brasil, donde podia ter partido a expedição de Aleixo Garcia.

Vejamos o que ha a favor ou contra a opinião por nós emittida de ter sido Iguape este nucleo.

Dizem os historiadores que Aleixo Garcia partiu com cinco europeus e um contingente numeroso de indigenas de São Vicente, indo através dos sertões até as fraldas dos Andes, voltando com grandes riquezas até as margens do rio Paraguai, donde mandou dous de seus companheiros, acompanhados por doze indigenas, adeante, com amostras da riqueza do paiz e ao mesmo tempo pedindo soccorro. Dizem mais que estes companheiros chegaram salvos em São Vicente, emquanto que Garcia foi assassinado; declarando uns que essa morte foi praticada por seus companheiros que cobiçavam a riqueza que elle possuia, e outros que o assassinato foi feito por indigenas, que outro tanto fizeram a Sedenho e sua gente que seguiu o roteiro de Aleixo Garcia. Tambem dizem que as noticias dessa viagem e á vista da riqueza obtida, inflammava a imaginação dos seus compatriotas e que a sua morte era impotente para deter outros aventureiros de São Vicente.

Parece impossivel que existisse tal numero de europeus em São Vicente, naquella época, sem que deste facto fizesse menção frei Gaspar da Madre de Deus nas suas *Memorias para a historia de São Vicente.*

Não devemos duvidar que as noticias que havia da viagem de Aleixo Garcia influissem no animo de todas as pessôas que a narrativa della ouvissem, e, assim foi que, em fins de 1525 ou principio de 1526, Dom Rodrigues d'Acuña, commandando o navio São Gabriel e aportando na ilha de Santa Catharina, ahi encontrou alguns dos companheiros de Juan Dias de Solis que deram taes noticias do paiz, que induziu trinta e tantos de seus marinheiros a ficarem.

Logo em seguida, Sebastião Cabot, por causa da insubordinação do pessoal de seus navios, foi obrigado a aportar na ilha de Santa Catharina, onde encontrou dous companheiros de Solis e marinheiros de diversas nacionalidades. Recebendo a bordo de seus navios algumas das pessôas encontradas, continuou sua derrota ao Sul, que foi modificando, em vista das noticias recebidas sobre a viagem de Aleixo Garcia e entrou no *Rio de Solis*, subindo-o até a fóz do rio São Salvador, onde levantou uma fortaleza, e em cujo logar encontrou com um outro companheiro de Solis de nome Francisco del Puerto. Continuando suas explorações levantou outra fortaleza na barra do rio Terceiro que denominou Espirito Santo, mandando recolher se a esta o pessoal que tinha deixado na de São Salvador. Subindo o rio Paraná até á ilha Apipé, ahi recebeu noticias dos indi-

genas confirmando as que elle tinha recebido em Santa Catharina, referentes á viagem de Aleixo Garcia, e, em vista das novas informações, resolveu a voltar e subir o rio Paraguai, cujo curso explorou até além do logar onde mais tarde foi erigida a cidade de Assumpção, recolhendo em sua viagem detalhes sobre a viagem do celebre aventureiro Aleixo Garcia.

Neste mesmo tempo, Diogo Garcia chegou com seus navios á costa do Brasil e demorou muito tempo num logar que alguns autores declaram ser São Vicente e outros o Rio dos Innocentes. Ainda que haja divergencia na denominação do porto onde elle demorou, comtudo, os historiadores concordam em dizer que elle encontrou neste porto um bacharel português que lhe forneceu mantimentos e um interprete, genro do mesmo bacharel. Partindo dahi, Diogo Garcia aportou na ilha de Santa Catharina, seguindo o roteiro de Sebastião Cabot até o *Rio de Solis*, donde mandou voltar seu navio maior com pretexto de o mesmo não servir para a exploração do dito rio; porêm, parece que a verdadeira razão era tel-o fretado ao seu amigo, o dito bacharel, para transportar mercadorias e escravos á Europa. Subindo o rio Paraguai, Diogo Garcia encontrou-se com Sebastião Cabot e juntos desceram o mesmo rio até a fortaleza do Espirito Santo, donde mais tarde voltaram á Europa, deixando na dita fortaleza cento e setenta homens sob o commando de Nuno de Lara.

Dizem os historiadores que entre os companheiros que não quizeram acompanhar Aleixo Garcia em sua tenebrosa viagem, havia dous, sendo de nome Henrique Montes e Melchior Ramires, e que elles mais tarde vieram a estabelecer-se em Santa Catharina.

Em referencia á viagem de Sebastião Cabot, consta que elle levou de Santa Catharina dous companheiros de Solis e é provavel que fossem os acima citados, tanto mais que Henrique Montes se achava em Portugal na occasião da organização da expedição confiada a Martim Affonso de Sousa, voltando Henrique Montes nesta expedição ao Brasil no anno de 1531, feito *Cavalleiro da casa e agraciado com o officio de provedor de mantimentos, assim na viagem, como ao depois, em terra, em qualquer logar onde assentassem.*

Agora, si Henrique Montes e Melchior Ramires eram companheiros de Aleixo Garcia e não quizeram acompanhal-o em sua viagem e mais tarde foram estabelecer-se em Santa Catharina, forçosamente devemos concluir que na occasião da mesma viagem não eram moradores dahi, como tambem que sua mudança do ponto de partida da dita viagem para Santa Catharina deu-se depois do anno de 1524.

E' natural concluir que nesta época havia relações entre os moradores do pequeno nucleo de europeus estabelecidos em Iguape com os da ilha de Santa Catharina e não é de duvidar

que Henrique Montes e Melchior Ramires fossem moradores daquelle nucleo.

No anno de 1531, Martim Affonso de Sousa na sua viagem ao Sul, aportou nas proximidades de São Vicente, mas não entreteve relações com João Ramalho ou Antonio Rodrigues nessa occasião: e chegando a Cananéa mandou procurar o bacharel português. Estudando o diario de Pero Lopes de Sousa, verificámos que Martim Affonso tinha informações exactas a respeito da localidade, cujas informações naturalmente foram fornecidas por Henrique Montes que se achava na fróta. Em companhia do bacharel havia Francisco de Chaves e cinco ou seis castelhanos, e, pelas noticias dadas a Martim Affonso, elle ahi deixou *Pero Lobo com oitenta homens que fossem descobrir pela terra dentro: porque o dito Francisco de Chaves se obrigou que em dez mezes tornára ao dito porto com quatrocentos escravos carregados de prata e ouro.* Depois de uma demora de quarenta e quatro dias na ilha do Abrigo, Martim Affonso continuou sua viagem ao Sul, perdendo nas proximidades da ilha de Santa Catharina uma das suas embarçações, e, quatro mezes depois da sua partida da ilha do Abrigo, voltando elle do Sul, estabeleceu-se no porto de São Vicente, donde mandou procurar as pessôas que naufragaram proximo a Santa Catharina, encontrando-as já com outra embarcação que fizeram *com ajuda de quinze homens castelhanos que no dito porto havia muitos tempos.*

Não nos devemos admirar de Martim Affonso não ter mandado logo procurar saber noticias dos seus oitenta homens deixados com Francisco de Chaves, visto o prazo marcado para a volta destes ter sido de dez mezes, e até a data de seu estabelecimento em São Vicente tinha decorrido sómente a metade do dito prazo.

Já vimos que, partindo Diogo Garcia e Sebastião Cabot para a Europa, deixaram cento e setenta homens com Nuno de Lara na fortaleza do Espirito Santo. Pouco tempo depois, Nuno foi morto com parte da guarnição, numa sortida que faziam em procura de mantimentos, ficando dahi em deante Ruiz Garcia de Mosquera como commandante, soffrendo continuos ataques dos indigenas e padecendo por falta de mantimentos, até que, no fim de 1532 ou principio de 1533 os homens que restavam da guarnição resolveram abandonal-a e mudarem-se para a costa do Brasil, vindo a estabelecer-se por pouco tempo em Iguape.

Por mais que frei Gaspar da Madre de Deus fizesse para contestar a estada de Ruiz Mosquera em Iguape, ou de sua ida a São Vicente, não podem suas allegações destruir o facto consignado na escriptura da venda que fizeram os herdeiros de Ruiz Pinto, onde diz: «*Esta carta estava já registada como nella se contem, e por se perder o livro do tombo (que foi levado pelos moradores de Iguape) se tornou a registar em outro*

livro que ora se fez. E fica nelle registada hoje, 20 dias de agosto em S. Vicente de 1537, por mim Antonio do Valle, Tabalião.»

No anno de 1536, estando Dom Pedro de Mendosa no rio da Prata e faltando-lhe mantimentos, mandou Gonçalo Mendosa á costa do Brasil a procural-os, encontrando este na ilha de Santa Catharina com Ruiz Moquera e sua gente, a quem Gonçalo facilmente persuadiu a abandonarem as suas casas e plantações para seguirem com elle ao rio da Prata. Em 1538 foi mandada outra embarcação do rio Prata à ilha de Santa Catharina á procura de noticias de um navio da frota de Alonço Cabrera e para ser carregado de mantimentos, cuja embarcação naufragou dentro do rio da Prata, salvando-se sómente seis dos tripolantes, sendo um destes homens Hulderico Schmidel, historiador que acompanhou a expedição de Dom Pedro de Mendosa.

No dia 29 de março de 1541, Dom Alvares Nunes Cabesa de Vaca aportou na ilha de Santa Caharina e no dia 18 de outubro do mesmo anno partiu por terra em caminho a Assumpção, levando em sua companhia duzentos e cincoenta homens e vinte seis cavallos, servindo-lhes de guia uns indigenas da mesma ilha.

Estudando um pouco a descripção daquella viagem veremos que a expedição, subindo o rio Itapucú e atravessando a Serra geral chegou no dia 1.° de dezembro ao Iguaçú e no dia 3 ao rio Tibagi, onde encontrou um indio brasileiro de nome Miguel que voltava da cidade de Assumpção á sua terra natal. Com este indio, Dom Alvares tratou para servir de guia, e, continuando sua viagem chegou no dia 7 do mesmo mez ao rio Taquari (Ivahi?) e no dia 23 a um logar chamado Tugui onde se demorou para festejar o dia de natal. Diz a descripção que no dia 14 de janeiro a expedição chegou outra vez na margem do rio Iguaçú e no ultimo dia do dito mez, mais uma vez alcançou o mesmo rio Nesta ponta, sendo avisado o Dom Alvares que os indigenas, moradores nas margens do rio Piquiri se achavam dispostos a atacar sua comitiva resolveu dividil-a em duas partes, seguindo com uma em canôas pelo mesmo rio abaixo e mandando marchar a outra por terra até as margens do rio Paraná. Atravessando este rio em canôas e balsas fornecidas pelos indigenas, mandando seus doentes em canôas pelo rio Paraná até o rio Paraguai, Dom Alvares continuou sua viagem a Assumpção, onde chegou no dia 11 de março de 1542, com cento e quarenta e cinco dias de viagem:

Não podemos deixar de notar uma pequena incoherencia na descripção desta viagem, não podendo ter sido o rio Iguaçú onde a expedição chegou no dia 31 de janeiro, mas sim, o rio Piquiri, na foz do qual existe a celebre cachoeira denominada de Sete quedas, proximo ao logar onde Dom Alvares atravessou o rio Paraná.

No anno seguinte, elle resolveu explorar rio acima do Paraguy e nessa occasião recebeu de uma tribu de Guaxarapós, noticias de haver estado na mesma região Aleixo Garcia com cinco europeus, um mulato chamado Pacheco e grande exercito de indigenas. Diziam os Guaxarapós que Pacheco foi morto por um cacique de nome Guaini e que Garcia voltou para o Brasil por um outro caminho, ficando muitos do seu exercito atras. Mais tarde Dom Alvares encontrou-se com duas aldeias de Chanesés, trazidos do seu paiz natal pelo referido Garcia. Diziam estes homens que o resto dos companheiros de Garcia haviam succumbido ás mãos dos Guaranis, e que elles, não conhecendo outro caminho para sua terra sinão aquelle por onde vieram, não podiam mais voltar a ella. Na ultima ponta, onde chegaram alguns homens da expedição de Dom Alvares, ahi encontraram indigenas que pertenciam ao heterogeneo exercito do celebre aventureiro Aleixo Garcia.

Em tudo quanto encontramos na historia referente aos feitos de Dom Alvares Nunes Cabeza de Vaca, não ha nada que nos faça suppor que de Santa Catharina á Assumpção elle seguisse o roteiro de Aleixo Garcia, e, sómente no anno seguinte á sua chegada a esta cidade é que parece ter procurado saber do caminho que Garcia seguiu; comtudo, não podemos duvidar que durante seu estadio em Santa Catharina, Dom Alvares ouvisse algumas noticias a respeito de semelhante viagem.

No anno de 1552 João de Salazar chegou a ilha de Santa Catharina, onde encontrou com um hespanhol de nome Juan Fernandes, que de Assumpção tinha sido enviado para persuadir os indigenas a cultivarem as terras, para assim ter neste porto com que abastecer os navios que ahi tocassem. Perdendo neste porto seu navio transporte, Salazar demorou ahi dous annos, no fim dos quaes resolveu ir por terra a Assumpção morrendo grande parte da sua comitiva nesta viagem.

Pelo exposto é provado que do anno de 1525 em diante, haviam noticias na costa do Brasil dos resultados da viagem de Aleixo Garcia, e, parece que, sómente no anno de 1511 foi feita a primeira viagem por europeus ao interior do paiz partindo da ilha de Santa Catharina.

Si esta ilha fos e a ponta donde partiu Aleixo Garcia com sua celebre expedição, naturalmente outros aventureiros teriam procurado seguir o mesmo roteiro entre os annos de 1524 a 1541.

A historia consigna o facto de Sebastião Cabot, no anno de 1526 demorar alguns mezes na ilha de Santa Catharina, recebendo ahi taes noticias do interior do paiz que o induziam a deixar de seguir sua viagem à China e Japão pelo estreito de Magalhães, da qual foi incumbido pelo Rei de Hespanha, para ir explorar o rio que até então era conhecido pelo nome de «*Rio de Solis*».

Não podemos negar que a ilha de Santa Catharina era um dos portos mais frequentados pelos navegantes daquella epoca, ao mesmo tempo, tantas frotas, ou parte de frotas, ahi tocavam entre os annos 1508 a 1552, das quaes a historia consigna certos factos, que parece impossivel ter escapado á noticia dos historiadores, se fosse este porto o logar onde Aleixo Garcia organizou sua Expedição.

Ainda mais, temos o facto de todos os historiadores hespanhóes declararem ser Aleixo Garcia um português e ter partido sua expedição da costa do Brasil, cujo facto não conduz com a idéia dos mesmos historiadores que consideravam Santa Catharina fóra dos limites do Brasil, si fosse este porto a ponta da partida.

Portanto, excluido o porto de São Vicente e a ilha de Santa Catharina, fica o nucleo de Iguape como porto hypotheticamente da partida, e, em apoio desta supposição, temos diversos acontecimentos historicos, alguns dos quaes já citados.

Em relação ao facto de ter sido degredado um bacharel português na costa do Brasil nos primeiros annos do seculo dezeseis, não devemos discutir, visto a concordancia que existe nos escriptos que tratam deste assumpto, e, ainda que haja alguma duvida a respeito do seu nome ou da epoca exacta da sua chegada aqui, não ha nenhuma relativamente a elle ter sido posto em terra na ilha do Cardozo, defronte á ilha do Abrigo, que durante muito tempo era conhecida pelo nome de Ilha de Cananéa.

Henrique Montes, Melchior Ramires, Francisco de Chaves, Francisco del Puerto e outras pessoas encontradas nesta costa por diversos navegantes entre os annos de 1518 a 1526, são consideradas pelos historiadores como sendo companheiros de Juan Dias de Solis, e, nesta mesma categoria devemos incluir o celebre Aleixo Garcia, visto a declaração positiva de terem sido os dois primeiros citados companheiros deste.

Analysando o que a historia nos revela a respeito destes homens, veremos que os dois primeiros eram moradores na vizinhança da ilha de Santa Catharina no anno de 1527, onde tinham ido estabelecer-se depois da viagem de Aleixo Garcia, não querendo acompanhar este em sua desastrosa viagem. Dahi seguiram para o Rio da Prata, e, Henrique Montes, mais tarde, voltou para Europa, donde veio novamente em companhia de Martim Affonso de Sousa no anno de 1531, agraciado pela Rei de Portugal.

De Melchior Ramirez nada mais encontramos sinão de ter sido companheiro de Aleixo Garcia e de Henrique Montes, como já referimos.

Francisco del Puerto era companheiro de Juan Dias de Solis na sua desastrosa viagem no anno de 1515, e passou alguns annos vivendo com os indigenas nas margens do rio Uruguai.

Relativamente a Francisco de Chaves, podemos provar, por documentos existentes nos archivos desta cidade, alguns dos quaes já publicados, que seus descendentes eram herdeiros de Cosme Fernandes, que aqui em Iguape é considerado como sendo o bacharel português desterrado no principio do seculo dezeseis. Manuzeando estes documentos, somos convencidos que Francisco de Chaves era genro do dito bacharel, como foi aventado pelo erudito historiador Francisco Adolfo Varnhagen na sua nota n 32 que acompanhou o «*Diario da navegação de Martin Affonso de Sousa*»; e, portanto, torna-se mais provavel a ideia delle ter sido o interprete fornecido pelo bacharel desterrado a Diogo Garcia na sua viagem de 1526 a 1528.

Fazendo deducções dos dados que temos, achamos que os sete naufragos da frota de Juan Dias de Solis, perdidos no «Rio dos Innocentes», eram: Francisco de Chaves, Aleixo Garcia, Henrique Montes, Melchior Ramires e mais tres, cujos nomes por ora não alcançamos, e, que, reunindo-se estes com o bacharel, que na occasião do naufragio havia uns seis annos se achava nesta costa, formaram um dos primeiros nucleos de europeus no Brasil.

Dizem os historiadores positivamente que o numero de homens deixados por Juan Dias de Solis no logar onde poz o nome de «Rio dos Innocentes» era de sete. Igualmente dizem que Aleixo Garcia em sua viagem através do continente levou cinco companheiros europeus, dos quaes mandou dois de volta com noticias da riqueza do paiz e pedindo soccorros, ficando assim tres que desappareceram com elle.

Serão estes os tres cujos nomes nos faltam?

O numero de pessoas que existiam neste nucleo de Iguape que supunhamos ser o da partida de Aleixo Garcia, concorre para confirmar esta supposição e sem que tivesse mais europeus além dos que consta; porém, neste caso, o bacharel e Francisco de Chaves acompanharam a expedição e foram os dois que voltaram em procura de soccorro

Esta hypothese é confirmada pelas tradições locaes.

Além disto, não parece provavel que Martim Affonso de Sousa deixasse aqui oitenta homens armados e municiados para uma viagem de dez mezes, quando ainda elle ia empenhar-se em viagem de exploração ao Sul, si não fosse convencido da maior probabilidade do bom exito deste pequeno exercito, que dependia do conhecimento do guia.

Ao mesmo tempo, não podemos dizer que não havia mais que oito europeus neste nucleo no anno de 1524, sendo provavel que houvesse mais, visto os naufragios havidos nesta costa e as relações que julgamos terem tido os moradores daqui com os da ilha de Santa Catharina.

Igualmente não devemos julgar que todos os castelhanos que acompanharam o bacharel e Francisco de Chaves no dia 17

de agosto de 1531, na entrevista que tiveram com Martim Affonso de Sousa, fossem naufragos da frota de Juan Dias de Solis no anno de 1508; porque, si Aleixo Garcia e seus tres companheiros europeus, mortos na volta da expedição, fossem dos sete homens perdidos no «*Rio dos Innocentes*», como é provavel, não podiam existir aqui sinão duas pessôas, não contando com Melchior Ramires que pelas ultimas noticias seguiu para o rio da Prata, ou com Henrique Montes que se achava em companhia do mesmo Martim Affonso de Sousa.

Examinando esta questão por um outro lado, isto é, pelo lado do conhecimento que os Indigenas podiam ter da riqueza existente nas mãos dos Perúanos, é de notar que o numero dos Sambaquis existentes nesta parte do littoral é grande, alguns dos quaes attingem a um tamanho enorme, e, parece-nos, que não ha outra parte da costa do Brasil que possua em igual superficie de terreno tantos destes monumentos prehistoricos, como existem entre o morro de Jurêa, ao norte da barra do rio Ribeira, e a Ararapira, ao sul da barra de Cananéa.

Não vamos encetar um tratado sobre sambaquis, declarando porém que não acceitamos a hypothese de terem sido estes feitos pela acção do mar, como alguns autores declaram; tanto mais, tendo em vista os acurados estudos feitos pelo nosso amigo major Ricardo Kröne, dos sambaquis principaes desta zona, cujos estudos são do maior interesse e derramam luz sobre o tempo prehistorico deste paiz.

Para a construcção de tantas e tão grandes montes de cascas de crustaceos, era necessaria a conglomeração de povo em numero elevadissimo, e como parece que em certas epocas a construcção dos sambaquís ficava parada, deixando assim o tempo preciso para a formação das diversas camadas de humus que nelles existem entre camadas de cascas, devemos concluir que aquelle povo fosse migratorio, sinão de todo ao menos em parte.

Si as migrações effectuadas eram forçadas pela falta dos crustaceos, que podia haver em certas e determinadas epocas, ou causadas por outra razão qualquer, parece impossivel descobril-as hoje; porêm, a existencia do referido humus em camadas bem pronunciadas, algumas até de trinta centimetros de espessura, prova que durante muitos annos estes sambaquís eram abandonados, ficando expostos á acção meteorologica e ajuntando sobre elles a materia organica necessaria á formação do humus.

Todos os navegantes e exploradores do tempo immediato á descoberta, concordam em mencionar o grande numero de canoas em uso pelas diversas tribus, provando que este povo conhecia o valor desse meio de transporte e utilisava-o tanto quanto era possivel.

Estudando a posição geographica desta região, veremos que o rio Ribeira, antigo Igoa, nasce nos planaltos do Paraná, proximo ás cabeceiras dos rios Iguassú e Tibagi, nas margens dos

quaes foram estabelecidas algumas das primeiras povoações europêas por parte do governo do Paraguai; ao mesmo tempo alguns dos affluentes grandes do rio Ribeira fazem contra-vertes com affluentes dos rios Paranapanema e Tieté.

Nos rios Iguassú e Tibagi, atravessando-os ou navegando-os andou Dom Alvares Nuno Cabesa de Vaca em sua penosa viagem de Santa Catharina a Assumpção no anno de 1542, encontrando-se com «*um tal Miguel, indio brasileiro, convertido, que de Assumpção, onde residira algum tempo, voltava ao paiz natal*». Tambem nestas paragens Dom Alvares recebeu noticias de terem sido assassinados os homens que compunham uma partida de portugueses enviada por Martim Affonso de Souza.

Estes factos concorrem para demonstrar que os rios Igoa, Iguassú e Tibagi eram vias de communicação usadas pelos indigenas nas suas viagens entre o rio Paraguai e a parte do littoral onde existia o nucleo dos europeus em Iguape.

Nos estudos de ossadas encontradas nos sambaquis, tem-se reconhecido typos differentes de craneos que a nosso ver fornecem a confirmação da migração dos indigenas e intercomunicação que havia entre as tribus de diversas partes do continente sul-americano, cuja intercommunicação existe até hoje, tanto que os indigenas que vivem na serra dos Itatins entretêm relações com os do interior do paiz.

Ora, conhecendo que ainda ha esta intercommunicação, quando o numero dos indigenas é limitadissimo, e que elles encontram maiores difficuldades para continuar suas relações com tribus afastadas, por causa do receio que têm de apparecer em povoações civilizadas; devemos acreditar que as relações entretidas na epoca da descoberta fossem mais estreitas, ainda que ás vezes as guerras entre as diversas tribus pudessem difficultar ou cortar as relações entre os membros das tribus combatentes.

Tomando este facto em consideração e o auxilo offerecido ao transporte pelas vias fluviaes que, com excepção de um pequeno trecho de terreno entre as cabeceiras do rio Igoa e os confluentes do rio, Paraná, dão communicação desde o littoral até os confins do Perú, é natural suppor que os indigenas que recolheram o bacharel desterrado em 1501, tivessem conhecimento da riqueza e do estado adiantado da civilização dos perúanos.

Este conhecimento, transmittido ao bacharel e aos naufragos que reuniram-se com elle, devia ter motivado a viagem de Aleixo Garcia.

Voltando á descripção da viagem de Dom Alvares Nunes Cabeza de Vaca e analysando os factos citados, é de notar a declaração de ser o tal Miguel um indio brasileiro convertido que voltava ao seu paiz natal, especialmente lembrando-se que Dom Alvares, desde sua sahida de Santa Catharina ia tomando posse do paiz que atravessava em nome do Rei de Hespanha, demonstrando que não considerava aquella região como pertencente

ao Brasil; e, portanto, Miguel ia caminhando para Iguape, São Vicente ou Piratininga, unicos nucleos existentes naquella epoca nesta parte do Brasil.

E' verdade que as palavras «*Indio Brasileiro convertido*» dão a pensar que sua terra natal fosse nas proximidades de Piratininga, centro religioso; porem, podemos entendel-as como significando, somente, convertido a vida civilisada, e assim elle podia pertencer a qualquer tribu estabelecida nas proximidades de São Vicente ou Iguape.

Não podemos duvidar que havia caminho conhecido pelos indigenas entre a habitação de Francisco de Chaves e as terras marginaes dos rios Iguassú e Piquiri, onde Dom Alvares recebeu noticias da mortandade da expedição de Martim Affonso de Sousa. Agora, se os homens da expedição de Martim Affonso foram mortos pelos indigenas que habitavam as margens do rio Iguassú ou as do rio Piquiri, como tudo nos faz crer, temos prova que elles iam em direcção ao Perú, e devemos suppor que seguissem o roteiro de alguma outra expedição anterior e a unica realizada antes do anno de 1531, de que temos noticia, é a de Aleixo Garcia.

E' facto comprovado, por muitos documentos existentes em Iguape, que Francisco de Chaves e seu sogro Cosme Fernandes possuiam terras no lugar da actual cidade e outras em frente a barra do Capara, inclusive o pequeno morro denominado «*Oiteiro do Bacharel*».

Tomando qualquer destes pontos, que distam uma legua um do outro, como ponto da partida da expedição de Martim Affonso, o caminho mais facil a seguir para alcançar os planaltos de Paraná, seria naturalmente o rio Igua, hoje denominado rio Ribeira de Iguape, utilisando-se para seu transporte as canoas que os europeus e indigenas aqui residentes deviam ter possuido.

Temos ainda o facto de ter sido achado n'uma excavação feita nas areias do rio Ribeira pelo fallecido dr. Henrique Bauer, um machado de bronze que os entendidos consideram como sendo peruano, cujo machado talvez fosse perdido pelos companheiros de Aleixo Garcia, durante sua viagem em procura de soccorro.

Documentos existem nos cartorios desta cidade dos quaes se verefica que no anno de 1618 residiu um homem em Iguape de nome Agapito Garcia com mais de oitenta annos de idade, casado com Maria Dias Lemes, tendo um filho de nome Manoel Dias Garcia. Foram estabelecidos em terras proximas á barra do rio Ribeira e que diziam ter sido dos seus antepassados, que foram dos primeiros povoadores de Iguape.

Não serão estes, descendentes de Aleixo Garcia?

Por notas genealogicas que temos organizado podemos provar o parentesco que ha entre Agapito Garcia e diversas familias importantes residentes nesta zona actualmente, faltando sómente saber si Agapito tinha ou não parentesco com o celebre aventureiro.

Reconstruir a historia das primeiras tentativas de exploração neste paiz é defficillimo, e é natural que surjam hypotheses ás vezes erroneas, comtudo, acreditamos que o ponto de partida da expedição de Aleixo Garcia fosse Iguape, donde mais tarde partiu a de Martim Affonso de Sousa, cujo roteiro, consta-nos, existia a poucos annos passados nesta cidade.

Iguape, 1905.

ERNESTO GUILHERME YOUNG.

O VOADOR

I

Dom Joaquim Martinez, cura collado da egreja parochial de Santa Leocadia e S. Romão, da cidade de Toledo, certifico que ás folhas 115 do livro dos fallecidos, que começou no anno de 1705 e terminou no anno de 1739, se acha lançado o seguinte assentamento: «Aos *dezenove dias* do mez de novembro de 1724 annos falleceu D. Bartholomeu Lourenço de Gusmão, doutor em canones pela Universidade de Coimbra, natural da villa de Santos, no Brasil, de edade *de trinta e oito annos*, presbytero, residente na cidade de Lisboa, filho de D. Francisco Lourenço, já fallecido, e de D. Maria Alvares, achando-se presentemente no Hospital de Misericordia da parochia de S. Romão desta cidade de Toledo, tendo se confessado e recebido por viatico o Santissimo Sacramento da Eucharistia e o da Extrema Uncção. Falleceu *sem testamento por não ter o que legar* e foi sepultado nesta parochial egreja de S. Romão com assistencia da Parochia e da Irmandade do Senhor S. Pedro, vestido com habitos sacerdotaes e deu á parochia desta egreja sessenta e seis « reales » pelos ditos habitos e trinta «reales» pela sepultura, a qual quantia foi paga pela referida Irmandade dos Sacerdotes do Senhor S. Pedro, e por ser verdade firmei esta como cura collado da dita egreja.—Dom Francisco Gomes Mariscal.»

Este assento foi copiado por Joaquim Martinez, na cidade de Toledo, em 5 de maio de 1856 e reconhecido como authentico pelos escrivães de Toledo.

Tal certidão de obito existe no Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, acompanhada de um certificado de Francisco Adolpho Varnhagen (6 de agosto de 1856) então encarregado dos negocios do Brasil, em Madrid.

O futuro Visconde de Porto Seguro enviou e offereceu ao Instituto esse curioso documento (ora por mim traduzido do hespanhol) pelo qual se prova o triste fim do immortal Paulista a a quem cabe, por certo, o titulo de Patriarcha dos conquistadores do ar.

Passa hoje, pois, mais um anniversario desse triste acontecimento e não são descabidas algumas linhas dedicadas a esse verdadeiro genio brasileiro que figura no longo catalogo dos martyres da sciencia.

Quarto filho do cirurgião do presidio de Santos, Bartholomeu Lourenço de Gusmão nasceu mais ou menos pelos annos de 1685.

Era 10 annos mais velho que seu illustre irmão, o mui conhecido escrivão da Puridade, Alexandre de Gusmão.

Eram os outros: frei Simão Alvares, pregador de merito, nascido em 1682, frei Patricio de Santa Maria, franciscano, nascido em 1690, o padre Ignacio Rodrigues, jesuita, nascido em 1701, padre João Alvares de Santa Maria, carmelita, nascido em 1703, todos illustres. Familia privilegiada de principes pela intelligencia, disse com razão Teixeira de Mello!

Com os jesuitas estudou humanidades. Nunca, porém, como se escreveu, fez parte da Companhia de Jesus. Enviado a Portugal, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde obteve o gráu de doutor em direito canonico.

De suas habilitações literarias e scientificas nos dá larga noticia seu contemporaneo o abbade Diogo Barbosa Machado. Conhecia perfeitamente a lingua latina, fallava com correcção a franceza e italiana e traduzia bem a grega e a hebraica.

Dotado de singular modestia, diz o Visconde de S. Leopoldo, de amavel singeleza e candura d'alma, de tal sorte acanhado, que não parecia deposito de tantos thesouros scientificos Em meio de infinitas virtudes reluzia a do amor e piedade filial.»

Occupou com distincção a tribuna sagrada. Entre os seus sermões é citado o que proferiu na festa do Corpo de Deus, em S. Nicoláu, em Lisboa, no anno de 1721.

Versado nos conhecimentos da physica e da mecanica publicou em 1710 um folheto (depois impresso em latim) sobre varios modos de esgotar sem gente as náus com agua aberta.

Tanta era a reputação de Bartholomeu que instituida por d. João V, em 8 de dezembro de 1720, a Academia Real de Historia Portugueza, o monarcha escolheu o nosso distincto compatriota para fazer parte dos 50 primeiros socios effectivos de que se compóz aquelle gremio.

Pereira da Silva explica essas boas graças do Rei do seguinte modo: Gusmão emprehendeu uma viagem á Hespanha e alli conquistou a sympathia e amizade da rainha que pôz sob a protecção do joven filho de d. Pedro II o ecclesiastico que já se tornava notavel por seus merecimentos.

Mas o que torna immortal o nome de B. de Gusmão é a gloria de ter elle sido o primeiro inventor dos aerostatos. Gloria incontestavel, em vista do muito que se tem escripto sobre o assumpto.

Depois de aturados estudos de gabinete e pequenas experiencias animou-se este a enviar a d. João V a seguinte petição: Diz o Licenciado Bartholomeu Lourenço de Gusmão, que elle tem descoberto hum instrumento para andar pelo ar, da mesma sorte que pela terra e pelo mar com muito mais brevidade, fazendo-se muitas vezes duzentas e mais leguas

de caminho por dia, nos quaes instrumentos se poderão levar os avisos de mais importancia aos exercitos e terras mais remotas, quasi no mesmo tempo, em que se resolvem: no que interessa Vossa Majestade muito mais que a todos os outros Principes, pela maior distancia dos seus dominios, evitando-se desta sorte os desgovernos das conquistas, que provém em grande parte de chegar tarde as noticias delles; além de que poderá Vossa Majestade mandar vir o preciso dellas muito mais brevemente e mais seguro: poderão os homens de negocios passar letras e cabedaes a todas as praças sitiadas, poderão ser soccorridas tanto de gente, como de viveres e munições a todo o tempo e tirarem-se dellas as pessoas que quizerem, sem que o inimigo o possa impedir. Descobrir-se-ão as regiões mais visinhas aos Pólos do Mundo sendo da Nação Portugueza a gloria deste descobrimento, além das infinitas conveniencias, que mostrará o tempo. E porque deste invento se podem seguir muitas desordens, commettendo-se com seu uso muitos crimes e facilitando-se muitos na confiança de se poderem passar a outro reino, o que se evita estando reduzido o uso a huma só pessoa a quem se mandem a todo o tempo as ordens convenientes a respeito do dito transporte e prohibindo-se a todos os mais sob graves penas: he bem se remunere ao supplicante invento de tanta importancia.

Pede a Vossa Majestade seja servido conceder o privilegio e que, pondo por obra o dito invento, nenhuma pessoa, de qualquer qualidade que fôr, possa usar delle em nenhum tempo neste Reino ou suas conquistas sem licença do supplicante ou seus herdeiros, sob pena de perdimento de todos os bens e as mais que a V. Majestade parecerem. E. R. M.

Consultada a Mesa do Dezembargo do Paço foi esta favoravel á pretenção do requerente. O rei deu a seguinte resolução: Como parece á Mesa e além das penas, accrescente—a de morte aos transgressores. E para com mais vontade o supplicante se applicar ao novo instrumento, obrando os effeitos que relata, lhe faço mercê da primeira dignidade que vagar em as minhas Collegiadas de Barcellos, ou de Santarem e de Lente de Prima de Mathematica da Minha Universidade de Coimbra, com seiscentos mil réis de renda, que crio de novo em vida do supplicante sómente.

Lisboa 17 de abril de 1709.

II

D. João V, seja dito em honra á sua memoria, abraçou com enthusiasmo os projectos do padre Bartholomeu de Gusmão.

Do seu bolsinho o monarcha contribuiu com todos os gastos para a construcção do aerostato, a que o seu autor dera o nome de *barqueta ou naveta*.

Realizou-se a experiencia publica em 9 de agosto de 1709, no Pateo da Casa da India, perante a côrte portugueza, fidalguia e immenso concurso de povo. O autor do novo invento fel-o subir desde o torreão da precitada Casa da India até o outro fronteiro, no chamado Terreiro do Passo. Batendo o apparelho na cimalha da *Sala das Embaixadas*, soffreu sensivel desarranjo que impossibilitou a ascenção.

Que esse acontecimento se effectuou em tal tempo ha provas irrefragaveis. Provou-o á saciedade o conego Francisco Freire de Carvalho, em uma monographia, inserta no tomo 1.°, parte 1.ª da 2.ª série das Memorias da Acad. Real de Sciencias de Lisboa, tambem impressa no Volume XII da Revista do Instituto Historico «*Memoria para reivindicar para a nação portugueza a gloria da invenção das machinas aerostaticas*».

De uma cópia desse trabalho, possuida por José Bonifacio de Andrada e Silva, servin-se o Visconde de S. Leopoldo para tratar do assumpto, em um opusculo que faz parte de um volume *Memorias do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, reproduzidas em um dos ultimos livros da Revista do mesmo Instituto.

Segundo affirma o illustre bibliophilo Innocencio da Silva, a memoria do conego Carvalho teve ainda dois additamentos, escripto pelo proprio autor e outro pelo padre Francisco Recreio, conforme consta das Actas da Academia Real de Sciencias de Lisboa — tomo 1.°, pags. 193 a 212 e tomo 2.° pags. 139 a 149.

Quando não fossem sufficientes todas as provas adduzidas bastaria o testemunho de Francisco Leitão Ferreira, contemporaneo do Bartholomeu de Gusmão e mais tarde seu collega na Real Academia de Historia Portugueza. Leitão Ferreira com toda a paciencia registrava dia por dia os acontecimentos mais notaveis e importantes do seu tempo.

Estes apontamentos, conforme se suppõe, foram impressos, segundo consta da *Bibliotheca Lusitana*, do abbade Diogo Barbosa Machado, que menciona o competente titulo. Alem disso ainda existem: a estampa do aerostato feita (1774) nas officinas de Simão Thadeu Ferreira e um folheto sahido da imprensa de Antonio Rodrigues Galhardo e publicado depois, que aos irmãos Mongolfiers se começou a dar a gloria da invenção dos aerostatos.

A despeito das pretenções francezas, acerca da prioridade, é ella conferida com toda a imparcialidade ao nosso compatriota pela Encyclopædia Britannica menor a *Dictionary of Arts, Sciences*, etc., Edinburg, 1797—vol. 1.°—3.ª edição. Seguem a mesma opinião: a *Encyclopædia Edmensis*—by James Miller—Edinburg, 1818, tomo 1.° e a *Encyclopædia American*—Editor Francis Lieber, Philadelphia—1830.

Tal é, porém, o poder da verdade que um compatriota dos Montgolfiers, portanto insuspeito, confessa abertamente serem devidas as primeiras experiencias dos aerostatos ao padre Gusmão.

Fazemos referencias á importante obra—*Biographie Universelle de Michaud*—tomo 19, publicado em 1819. Nella póde ser lida, no artigo Gusmão, uma noticia sobre o padre Bartholomeu, escripta por Bocous que o apregôa como o inventor dos aerostatos. Pondo de parte inexactidões sobre minucias da vida do futuro academico, conclue assim Bocous: «Quoique bien avant le XVIIe siècle, divers auteurs eussent proposé différents moyens pour s'élever dans les airs, il parait certain que l'on doit au P. Gusmão les premiéres expériences des ballons aérostatiques, renouvelées avec un si grand succés soissante ans aprés sa mort».

Assim tambem pensa o inolvidavel Ferdinand Denis, amigo do Brasil, por elle percorrido em varias direcções, e escriptor estrangeiro que melhor escreveu sobre o nosso passado.

Larousse, no seu grande *Diccionario*, não tem escrupulo em esposar com toda a imparcialidade as opiniões de Bocous, e isso é um verdadeiro milagre, quando se sabe quanto são deficientes as noticias ministradas por essa encyclopedia com referencia ao Brasil e a Portugal.

Com o fracasso occorrido, no dia da ascensão, pozeram-se em campo os poetas satiricos do tempo e contra B. de Gusmão lançaram apodos, torpes calumnias e insultos. Segundo refere Varnhagen, foi até escripta uma comedia, que se conserva manuscripta. «Estas e outras satiras mordazes, apesar de estupidas, prosegue o illustre autor da «Historia do Brasil», eram, segundo o costume, anonymas. Os miseraveis que, por inveja e baixeza de animo, hostilizam os grandes pensamentos e os grandes homens, seus autores, são, de ordinario, cobardes. Nem que a voz intima da consciencia, accusando-lhes a perversidade da sua obra, lhes mostre o pelourinho em que ficariam, ante a posteridade, eternamente cravadas suas cabeças».

Dos muitos versos citaremos os principaes, por exemplo, as decimas—*Ao novo invento de andar pelos ares:*

Esta maroma escondida,
Que abala toda a cidade,
Esta mentira verdade,
Ou esta duvida crida;
Esta exalação nascida
No Portuguez Firmamento,
Este nunca visto invento
Do Padre Bartholomeu,
Assim fôra santo eu
Como elle he coisa de vento

Esta féra passarola,
Que leva por mais que brame,
Trezentos mil réis de arame
Sómente para a gaiola:

Esta urdida paviola,
Ou este tecido enredo;
Este das mulheres medo
E emfim dos homens espanto,
Assim fôra eu cedo santo,
Como se ha de acabar cedo.

Estas decimas appareceram impressas em 1732, em uma collecção cujo autor é o celebre Thomaz Pinto Brandão (o Camões do Rocio) muito do peito do rei d. João V. Tem ella por titulo *Pinto Renascido, Empennado e Desempennado Primeiro Vôo.*

Eis um outro especimen:

«Com que engenho te atreves, Brasileiro,
A voar no ar? Sendo pateiro,
Desejando ave ser, sem ser gaivota?
Melhor te fôra, na região remota
Onde nasceste, estar com siso inteiro»

Os zoilos daquelle tempo, pondera o Visconde de S. Leopoldo, querendo ridicularisar o invento concorreram para os nossos fins, deixando-nos testemunho da existencia da machina e do seu compositor no seguinte

SONETO

Ao padre Bartholomeu, inventor da navegação do ar.

Veio na frota hum doente brasileiro
Em trage clerical, sotaina e corôa,
Fez crer, que pelo ar navega e vôa,
Num barco sem piloto e sem remeiro.

Vae-se ao Marquez de Fontes mui ligeiro
Declara-lhe o segredo, este o apregôa,
Sobe á consulta, pasma-se Lisboa
Em tanto esquece a fome do terreiro

Bem merece este doente eterno assento
Na etherea região, eu já lhe approvo
A diabrura do subtil invento;

Pois hum milagre fez, que he mais que novo
Em manter tantas bocas só de vento
Fazendo hum camaleão de tanto povo.

Não são concordes os autores na descripção do primitivo aerostato do padre B. de Gusmão. Duvidas existem acerca dos motores empregados por elle para levar a cabo seu audacioso

commettimento. Discutil-as não cabe nestas simples notas. Para fazel-o careço de competencia. Seriam a electricidade e o magnetismo, como muitos querem? Certo é o autor não podia ou não quiz divulgal-os. Era este o seu segredo, segredo que o acompanhou á sepultura.

Além dos trabalhos citados o leitor curioso poderá encontrar no *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio da Silva, as precisas indicações taes como artigos do jornal *Panorama*, *Revista Universal Lisbonense*, *Revista Academica de Coimbra*, Catalogo dos Manuscriptos Portuguezes existentes no Museu Britannico, organisado por Figaniére, etc.

Ha poucos annos e a proposito das experiencias de Santos Dumont publicou o sr. Horario de Carvalho erudito opusculo onde vem consagradas algumas paginas ao mallogrado irmão de Alexandre de Gusmão.

Convém não esquecer, salvo erros que contem, o *Diccionario Popular* de Pinheiro Chagas. volume 1.°.

Mas, porque Bartholomeu, estimado pelo rei, orador fluente e apreciado, lente da Universidade de Coimbra, membro da Academia, onde leu memorias, encarregado de importantes missões, falleceu miseravelmente em Toledo?

Ainda nesse ponto, como veremos, reina confusão entre os historiadores.

III

Quando em 1724 desappareceu da cidade de Lisboa o sabio Bartholomeu Lourenço de Gusmão, a calumnia alçou de novo o collo. Dessa tarefa ingloria encarregou-se ainda Thomaz Pinto Brandão.

Entre os importantes codices manuscriptos da nossa Bibliotheca Nacional, encontrou o operoso e muito erudito Valle Cabral um que elle reputou com fundamento ser o original e inedito das *Obras varias* do precitado poeta satirico. Desse volume extrahiu Cabral varios sonetos e decimas, reproduzidos com a mesma ortographia do original e dando-os á estampa no 1.° volume dos Annaes da Bibliotheca, pags. 190-198.

Transcrevendo taes satiras, é meu intento averiguar si dentre esses versos, dictados pelo odio e pela inveja posso descobrir o verdadeiro motivo da partida do padre Bartholomeu e si essa causa de acôrdo está com as varias opiniões dos historiographos. Os gryphos são meus.

Ao padre Bartholameu Lourenço, o Voador *que fugio*, e se entende, porque se soube *tinha familiaridade co'o Demonio*.

SONETO

Bartholameu Lourenço he hoje o alvo
dos discursos da Côrte e as inferencias
rezolvem, ter do Demo intelligencias,
e que estas o fizerão por em salvo.

Porem este discurso em tudo he calvo
que assim o provão erradas consequencias
desses inventos, partos das Sciencias
com que atroava o mundo este *Papalvo*.

Monstro era de memoria grande e rara
o Padre, mas de leve entendimento
se bem, que de vontade muito avara:

E só podera achar ao seu invento
modos, com que nos ares navegára
se tivera *co'Demo tratamento*.

Ao mesmo padre Voador:

Varios discursos faz toda esta terra
sobre a *fuga do Monstro* da memoria;
mas a meu ver a cauza mais notoria
he, que se ha *retirado á Inglaterra*.

Demos graças a Deos, já que *da guerra*
que nos fez, conseguimos a Victoria;
privando-o tão bem de tanta gloria
co'o retiro, q'algu' mao feito enserra.

Pode ser fossem *dogmas de Luthero*
ou herethicos erros de Calvino
que para tudo azado o concidero:

Porem a Molinista eu mais me inclino
fosse, por *se atrahir* sendo do Clero
ás *vontades do Sexo Feminino*.

A' mesma ausencia do Voador

Que o Voador voára, ouvi dizer
segunda vez, do nosso Portugal;
se mentira não he, caso he fatal
que o discurso nos deve suspender

Mas a causa tomára eu saber,
de todos ignorada em caso tal,
se foi para seu bem, se para seu mal
que inda mal, tudo póde soceder

Alguns senhores querem prezumir,
que fôra isto troça que buscou
para assim mais voar e mais subir:

Mas prezumo, que elle se enganou
pois qual outro Lusbel veyo a cahir
da *Soberana Graça* a que voou.

Ao mesmo Voador, auzentando-se desta Cidade, em 28 de Setembro de 1724:

Depois de dar ao Povo mil pezares
Bartholameu Lourenço o *Passarolla*
Servindo-lhe o Paquete de gayolla,
Tandem, tandem voou por esses ares.

O *medo* lhe deo azas, e talares.
E qual Mercurio, ou qual Padre Carolla
De Voador do ar, lhe deu na tólla
Hir ser agora voador dos mares.

Dizem, se sogeitou *hir passar fomes*
Fogindo *ao Santo Officio* e logo, logo,
Antes que o rayo se empregasse nelle.

E assim sendo contrario aos seus dous nomes
Sendo Lourenço teve medo ao fogo,
Sendo Bartholameu guardou a pelle.

DECIMAS

Credito dará Lisboa
ao que agora não deu,
pois o tal Bartholameu
de que voou, fama voa.
Já voou e não a tóa
sem embargo, que as atou,
e com taes azas voou,
que apezar de muitas cazas
para levar boas azas
muita gente depenou (*)

Deu um vôo mui ligeiro
cruzando os ares ázado
e foi vôo tão cruzado
que valeo muito dinheiro.
Não foi o vôo rasteiro,
Antes um misterio enserra
este vôo, e hé ver que erra,

(*) Traz a margem, diz V. Cabral, e pela mesma letra do codice a nota seguinte: Tinha pedido muito dinheiro que levou.

em voar no seu tropheo
não da terra para o céo,
sim do céo *para Inglaterra.*

Tanto em Lisboa voou
com ligeireza oportuna
que com as azas da fortuna
de Lisboa ao Céo chegou.
Que o sol real divizou
o Luzimento elevado,
porém por força do fado;
e deste vôo atrevido
se já foi *del Rey valido*
já de o ser está *privado*

Dizem praguentos Celectos
com juizo superior
que fogio o Voador
por juizos mais secretos.
E apezar dos discretos
se não estou farto de vinho
Creyo, que o caso adevinho
e me rezolvo a dizer
que só fogio por não ser
do senhor *Duque vezinho.*

Mais, que Icaro voou
porque a melhor sol sobio
e hoje voando fogio
do sol, *que o authorisou.*
Creyo que a Luz o animou
para tornar a voar;
mas não me devo admirar,
de buscar outro farol:
porque fogindo do sol
era força hir para o mar.

Já confuzo o juizo trago
de ver que foi com razão
passaro de arribação
este passaro bisnago.
Medo foi, pois sempre vago
forão suas vozes feas,
deixando as tripas cheas
de medo das Santas cazas;
fogio com alheas azas
voar com penas alheas

Aqui hum Pinto voar
quiz, com voo mui distincto;
mas quem tem azas de pinto
não se pode remontar.
He me preciso sylvar
esta sua prezumpção:
pois não sofro, e com razão,
que este arojado, e daninho
sendo um pobre pintainho
se nos meta a taralhão.

Mas tornando as de que falo,
pois deste aquelle he distincto;
quero deixar este Pinto
a quem Frei *Simão faz galo*.
E digo sem intervallo
que athé o Santo offendeu
de quem nome recebeu.
este Voador nocivo,
pois fogio como captivo
do Santo Bartholameu.

Foi-se embora, e tomou vento;
fogio para o mar voando
e póde ser receando
que cá lhe dessem tormento.
Déstro andou no seu intento,
porque se se dê assenso
dos seus erros ao immenso,
dirão todos e mais eu,
que fogio porque temeu
o ser como São Lourenço.

Dentre os amigos e admiradores do padre Gusmão, tão cruelmente ultrajado, um appareceu que contra o Camões do Rocio escreveu o seguinte soneto:

Dize Lingoa cruel, mormuradora,
que dizer sempre mal tens por officio,
Corica mentiroza, que propicio
estás, para mentir a toda a ora?

Dize como cruel, como traidora?
formas no ar tão barbaro edificio,
que contra hum tal heróe, por culpa e vicio
de respeito das Leys te saes tão fóra?

Dize, com que razão ou fundamento
falas mais largo, que succinto,
sendo do seu deslustre instromento.

Tal não posso sofrer, nem tal consinto,
pois delle tenho asaz conhecimento,
e sei, que *Aguia* foi sempre e tu és Pinto.

A este soneto, respondeu o poeta, affirma ainda V. Cabral com outro que a decencia manda omittir e que tem por titulo *De Thomaz Pinto para Fr. Simão, supondo lhe fizera o soneto antecedente.*

Declara ainda Valle Cabral não saber ao certo quem seria o autor do soneto a que respondeu Pinto Brandão por maneira pornographica Quanto a mim, salvo melhor juizo, compulsando a Bibliotheca Lusitana de B Machado encontro entre os contemporaneos de Gusmão e de P. Brandão, frei Simão Antonio de Santa Catharina, religioso de S. Jeronymo. Musico distincto, teve, diz B. Machado, *notavel genio para a poesia jocosa como testemunhão os seus versos, pelos quaes se fez acredor dos applausos de tres academias Anonyma, Portugueza e Escholastica.* De frei Simão entre varias obras publicadas e manuscriptas existem — *Rimas Sonoros* — impressas em 1731 com o *affectado nome* de Simão Antunes Freire.

IV

Dentre as ferinas allusões do Camões do Rocio, duas serviram de base aos biographos para explicar a fuga de Bartholomeu de Gusmão: medo das perseguições do Santo Officio e a perda do valimento de d. João V.

Não merece contradicta a opinião dos que, sem fundamento, sustentavam que Bartholomeu chegou a ser preso, tendo-se escapado dos carceres inquisitoriaes, graças á protecção dos jesuitas, confrades (sic) do preclaro brasileiro.

« O que obrigaria, pergunta o Visconde de S. Leopoldo, a hum varão tão sizudo e constante e que havia até então dado provas de exacto observante das condições com que entrava para a sociedade a arrojar-se a desairosa fuga? Acaso o fundado receio de huma *sorte egual á de Galileu* seria a discreta prudencia de prevenir huma *grande injustiça*, effeito do humor corrosivo da inveja, que com propriedade João de Barros comparou e denominou—*o cancro da honra* —? *De certo que me faltão dados positivos* para o affirmar, mas *tradição* não interrompida tem vogado até hoje, de que se evadira de *tremenda perseguição* para paiz estranho. »

« Em vida, refere Varnhagen, o illustre Paulista, depois de annunciar o seu invento, em vez de recompensas, recebeu ultrages e *perseguições* e não encontrou mais descanço até fallecer em 18 de novembro de 1724, em Toledo, para onde, *com outro irmão*, fugira de Lisboa em 26 de setembro anterior, *afim de escapar ás garras do Santo Officio.*»

O companheiro de evasão de que fala o illustre autor da *Historia do Brasil* era frei João de Santa Maria, irmão mais moço de Bartholomeu Lourenço.

Quem primeiro se lembrou de comparar o nosso compatriota a Galileu foi o celebre padre José Agostinho de Macedo, no seu poema—*Novo Argonauta*—impresso em Lisboa (1809.)

O conselheiro João Manuel Pereira da Silva, em sua obra *Varões Illustres do Brasil*, diz vagamente : B. Lourenço se evadira por *medo da Inquisição*.

Passava elle talvez por feiticeiro e de ter partes com o Diabo.

Para o supracitado escriptor o que operara no espirito do Padre a idéa da subita resolução fôra tambem o descontentamento do Rei por não ter Bartholomeu dado em Roma prompta solução a negocios de que havia sido encarregado.

Mas Pereira da Silva linhas abaixo cahe em completa contradicção quando refere : chegado de Roma foi Bartholomeu empregado pelo proprio d. João V. como decifrador na respectiva secretaria dos despachos diplomaticos.

Quanto as taes negociações, eis o que se colhe do Visconde de S. Leopoldo : «Com o caracter de enviado á côrte de Roma havia lhe d. João V. encarregado de negociações diversas, com especialidade de solicitar duas Bullas, a do serviço da Patriarchal e a das quartas partes dos Bispados, progredia vagoroso entre tropeços, *talvez* por não haver comprehendido as intenções do rei ; deliberou este que fosse assistir-lhe seu irmão Alexandre de Gusmão, que por fim o substituiu : parece que o transcendente talento de Bartholomeu, formado para brilhar em esphera apropriada, como, com effeito, brilhou ; avesado á justeza e exacção dessa sciencia sublime, que, de demonstração em demonstração, segue a corollarios certos, o que não casava com as combinações variaveis da diplomacia : *sua natural franqueza* relutava à sagaz e refinada dissimulação, necessaria muitas vezes para chegar ao desenlace de enredadas negociações, nem o bulicio dos salões se compadecia com a silenciosa reclusão em que gerou originaes projectos.»

Tudo isto se passou *em* 1720, e se houve descontentamento regio, esse *durou pouco* ; porquanto Alexandre de Gusmão obtivera do Pontifice tudo quanto almejava d. João V.

Foi exactamente nesse anno (1720) que ao fundar a Academia Real de Historia Portugueza, em 8 de dezembro de 1720, o rei d. João V escolheu para um dos 50 socios effectivos o

nome do dr. Bartholomeu Lourenço de Gusmão. Como conciliar esse facto com a tão decantada perda de valimento?

Demais continuou elle a exercer o magisterio na Universidade de Coimbra, sem ser incommodado pelo rei. Este o tinha nomeado e poderia, si quizesse, demittil-o si na realidade Bartholomeu tivesse incorrido no desagrado do filho de d. Pedro II. Finalmente, segundo refere Innocencio da Silva, B. de Gusmão foi por *alvará regio de 16 de julho de 1722*, nomeado Capellão da Casa Real!

Quando vinha a Lisboa não deixava de comparecer ás sessões da Academia onde era recebido com toda a consideração. Na conferencia de *13 de julho de 1724* e não de 16 de setembro de 1723 (como escreveu o V. de S. Leopoldo) lia o padre Bartholomeu o *Prologo das Memorias dos Bispos do Porto*. Esse trabalho *mereceu*, diz a acta que tenho á vista, *a approvação de toda a Academia*. Essa circumstancia não se daria si tal memoria encerrasse ou contivesse idéas contra a religião. Como é sabido, a Academia se compunha de leigos e sacerdotes, alguns dos quaes familiares do Santo Officio.

Só na conferencia de 22 de dezembro de 1724 foi provida a vaga do academico Brasileiro. O dr. Bartholomeu Lourenço de Gusmão, reza a acta, *tinh se ausentado desta Côrte sem permissão da Academia e passado o tempo que marcão os Estatutos, pareceu aos censores que devia prover-se o logar de Academico de numero que elle occupava*. Na conferencia de 4 de janeiro de 1725 foi com effeito eleito Nuno da Silva Telles.

Que Bartholomeu vivia em boa harmonia com os seus collegas prova ainda a acta de 20 de setembro de 1724. Nessa reunião foi elle convidado com outros a dar conta de seus estudos.

Por varias vezes occupou elle a tribuna sagrada. Seus sermões são todos elogiados pelo abbade Diogo Barbosa Machado. O da festa do Corpo de Deus, em S. Nicolau, em Lisboa, mereceu de seus censores, frei Manoel Guilherme e frei Boaventura de S. Gião, grandes elogios. Fizeram-lhe justiça, diz Varnhagen, declarando «como eram reconhecidos os seus raros talentos e os *creditos que grangeára em Coimbra*, onde se doutorára em Canones; como no estrangeiro, por onde viajára depois de 1710. Nos sermões ostentou o padre Bartholomeu não só muita lucidez de estylo, como não poucos rasgos de eloquencia».

Si, como dizem, desde 1709 a Inquisição desconfiava do padre B. Lourenço, não se comprehende como só em 1724 tratasse de perseguil-o. Como é bem sabido, não fazia ella ceremonias em encerrar em seus carceres aquelles que lhe cabiam nas garras. Exemplo, entre muitos, o do poeta Antonio José da Silva.

Evadiu-se para fugir do Santo Officio de Portugal e procurou a Hespanha, onde a Inquisição era muito mais severa.

Isso não se comprehende. Tanto é isto verdade que o poeta Brandão dá o Voador evadindo-se para a Inglaterra. Ao entregar em 1732, á imprensa, o seu *Pinto empennado e desempennado*, o Camões do Rocio devia já ter conhecimento do triste fim da victima de suas calumnias. Não retocou, por amor da rima, os seus sonetos e decimas. Estava no seu direito. Não se admitte, porêm, como os biographos do padre Lourenço de Gusmão se fiassem na tradição e repetissem muitos annos depois, em prosa, os dislates de um poetastro, que escrevia *só para fazer rir a gente.*

Na minha humilde opinião o padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão expatriou-se em virtude de perturbações das faculdades mentaes. *Modesto, de amavel singeleza e candura d'alma, de sorte acanhado*, concentrou os seus desgostos e elles tiraram-lhe a razão.

A injustiça dos contemporaneos, os sarcasmos de uns, as calumnias de outros muito contribuiram para tão triste resultado. Sem meios para tentar novas e custosas experiencias, viu elle que no futuro a sua idea da navegação aérea lhe seria roubada. Outros teriam os louros da primazia e o seu nome votado seria ao ostracismo. Para amparal-o no caminho do exilio voluntario teve felizmente os carinhos do Benjamin da familia.

As trevas do entendimento duraram-lhe menos de dois mezes, e elle afinal descançou, morrendo na enxerga de um hospital.

Hoje, mais do que nunca, ao Voador deve o Brasil uma estatua. Seus restos mortaes deveriam ser recolhidos ao seio da Patria, se podessem ser retirados da valla commum do cemiterio de Toledo.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1905.

Dr. José Vieira Fazenda.

Juiz de Fóra em S. Paulo

Em carta de 31 de agosto de 1724 o ouvidor geral Manoel de Mello Godinho Manso representou ao governo da metropole fazendo presente ser necessario um logar de juiz de fóra e orphams em S. Paulo e lembrando que, não sendo elle tão necessario em Santos como o era na Capital, o juiz de fóra daquella villa podia passar para esta cidade, o que seria mais economico do que a creação de um novo logar, por dispensar o ordenado com que a este se teria de dotar.

O governo de Lisbôa, dando de mão ao alvitre indicado de transferir de Santos para S. Paulo o juiz de fóra daquella villa, mandou, pela Carta Regia de 18 de junho de 1725, que o governador Rodrigo Cesar de Menezes informasse «o que poderia render o logar de Juiz de Fóra, creando se de novo, e qual o ordenado que se lhe devia dar».

O governador, em cumprimento da Carta Regia mencionada, escreveu aos 11 de maio de 1726 que «acho ser preciso servir-se V. Maj. de mandar crear o novo logar de Juiz de Fòra, deixando-lhe o de Juiz dos Orphams; e pelo que toca ao rendimento que poderá ter nos emolumentos de um e outro, acho serem bastantes para poder passar dando-se-lhe o mesmo ordenado que tem o Juiz de Fóra de Santos».

Apesar da representação de Godinho Manso e do parecer, favoravel do governador, a metropole não creou então o logar de juiz de fóra de S. Paulo, dando por essa maneira ensejo a que os officiaes da Camara desta cidade, em carta de 3 de abril de 1734, pedissem fosse creado o referido logar.

Ao Conde de Sarzedas, pois que á frente do governo da capitania não mais estava Rodrigo Cesar, foi pela Carta Regia de 15 de novembro do mesmo anno, ordenado informasse com seu parecer, ouvindo os homens bons da cidade, a representação da Camara, e elle o fez por carta de 30 de abril de 1735, na qual escreveu lhe parecer que mais necessidade havia de juiz de fóra na villa de Guaratinguetá com alçada nas villas circumvizinhas de Pindamonhangaba e Taubaté.

Si a primeira representação, tendo parecer favoravel do governador, não foi attendida, á segunda, não amparada por tão ponderoso elemento, coube egual sorte, não sendo ainda desta feita creado o logar de juiz de fóra de S. Paulo, ao qual só quasi oitenta annos depois deu existencia o Alvará de 13 de maio de 1810.

MARQUEZ DE VALENÇA
1777—1856

Creado o logar de juiz de fóra do civel, crime e orphams de S. Paulo com ordenado egual ao de Marianna, foi nomeado para elle o DR. ESTEVAM RIBEIRO DE REZENDE, que o exerceu desde 6 de fevereiro de 1811 até o meado de 1815, tendo antes exercido o de juiz de fóra de Palmella, em Portugal.

O dr Rezende, nascido a 20 de julho de 1777, era filho legitimo do coronel Severino Ribeiro e de sua mulher d. Josefa Maria de Rezende e natural da freguezia de N S. da Conceição dos Prados, comarca do Rio das Mortes, capitania de Minas Geraes. Casou-se em S Paulo aos 25 fevereiro de 1819 com d. Illidia Mafalda de Sousa Queiroz. Em 1818 desembargador da Casa da Supplicação; em abril de 1822 acompanhou o principe d. Pedro a Minas como secretario de estado interino; em 1824 foi ministro do Imperio; em 19 de abril de 1826 foi nomeado senador por Minas; em 1827 ministro da justiça. Foi agraciado com o titulo de Barão de Valença em 1825, elevado a Conde no anno seguinte e a Marquez em 1848 e falleceu em 8 de setembro de 1856.

Em 8 de junho de 1815 já estava em exercicio de seu cargo o segundo juiz de fóra de S. Paulo, DR. JOÃO GOMES DE CAMPOS, que em 19 de julho de 1817 ainda o exercia. Em 14 de dezembro de 1822 tomou posse do logar de desembargador da Casa da Supplicação do Rio de Janeiro.

Deste juiz conta o dr. Moreira de Azevedo em seu livro *Mosaico Brasileiro* a seguinte interessante passagem:

«Era o desembargador João Gomes de Campos um magistrado recto e muito probo.

Apresentando-se em sua casa uma titular com uma carta de empenho para elle ser-lhe favoravel em certa pretenção, disse-lhe o juiz:

—Ah! minha senhora, tenha a bondade de abrir esta gaveta.

A titular abriu a gaveta que se achava atopetada de cartas.

—O que viu, minha senhora? perguntou-lhe o desembargador.

—Cartas, muitas cartas, ainda lacradas dirigidas a V. Ex.

—Pois deite V. Ex. ahi a sua carta.

—Mas, sr. desembargador ...

—Perdoe-me; tenho feito isso aos pobres e não posso ser mais generoso com os ricos; sou obrigado a ler os autos e nada mais; a lei é a melhor carta de empenho que me podem apresentar; o mais é inutil e me faz perder o tempo de que tanto preciso.

A titular não insistiu, e o voto do desembargador foi-lhe contrario»

De 28 de agosto de 1819 a 28 de julho de 1821 foi juiz de fóra de S. Paulo o DR. NICOLAU DE SIQUEIRA QUEIROZ, que em 23 de junho deste ultimo anno referido presidiu a vereança geral e extraordinoria da Camara Municipal de S. Paulo, na qual se procedeu á formação de um governo provisorio da pro-

vincia e se juraram as bases da Constituição decretadas pelas Côrtes Geraes, Extraordinarias e Constituintes de Lisboa.

Em 1 de outubro de 1821 o dr. Queiroz tomou posse do cargo de ouvidor geral e corregedor do Rio de Janeiro.

O DR. JOSÉ DA COSTA CARVALHO succedeu ao dr. Siqueira de Queiroz no logar de juiz de fóra do civel, crime e orphams e em 20 de agosto de 1821 já se achava em exercicio desse cargo, de que foi o titular até 6 de março do anno seguinte, data em que foi nomeado ouvidor-geral.

Filho legitimo de José da Costa Carvalho e d. Ignez Maria da Piedade Costa, nasceu aos 7 de fevereiro de 1796 na freguezia de N. S. da Penha, Bahia; formou-se em Coimbra, cuja Universidade lhe conferiu em 1819 o gráu de bacharel em leis; casou-se a primeira vez em S. Paulo aos 29 de janeiro de 1824 com d. Genebra de Barros Leite e a segunda vez em Lisboa com d. Maria Isabel de Sousa Alvim; representou a provincia natal na Assembléa Constituinte; a de S. Paulo não só na primeira legislatura (1826 a 1829), como na segunda (1830 a 33) e na quarta (1838 a 41), a de Sergipe no senado, para o qual foi nomeado aos 30 de abril de 1839; foi deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo na primeira legislatura; um dos tres membros da regencia permanente do Imperio depois da abdicação de d. Pedro I; director da Academia de Direito de S. Paulo em 1835 e 36; presidente da provincia de S Paulo em 1842; ministro do Imperio em 1848 e presidente do conselho de ministros, de 8 de outubro de 1849 até 1852. Agraciado com o titulo de Barão de Mont'Alegre em 1841, foi elevado a Visconde dois annos depois e a Marquez em 1854.

Tomou parte na *Bernarda de Francisco Ignacio*, hostilizando os Andradas, que tinham adquirido justa preponderancia no Governo Provisorio, e falleceu aos 18 de setembro de 1860.

Tendo sido Costa Carvalho nomeado ouvidor em 6 de março de 1822 e com essa nomeação tendo ficado vago o logar de juiz de fóra, para elle foi nomeado em 4 de maio do mesmo anno O DR. JOSÉ CORREIA PACHECO E SILVA, que estava exercendo desde 3 de maio de 1819 o cargo de juiz de fóra de Santos e exerceu o novo cargo até 13 de abril de 1825.

Natural de Itú, filho legitimo do alferes Filippe Correia da Silva e d. Maria Pacheco da Silva, bacharelou-se em leis na Universidade de Coimbra; casou-se em Itú em 1829 com sua prima d. Francisca Emilia, filha do tenente Elias Antonio Pacheco da Silva e d. Anna Fausta Rodrigues Jordão; representou a provincia de S. Paulo na Assembléa Constituinte em que tomou assento a 26 de maio de 1823, substituindo o deputado effectivo conselheiro de fazenda Diogo de Toledo Lara Ordonhes, como a representou ainda na Assembléa Geral na primeira legislatura (1826—29) e na terceira (1834-37); foi membro não só do do governo provisorio creado pela Carta Regia de 25 de junho

MARQUEZ DE MONTE-ALEGRE
1796—1860

de 1822, accumulando as funcções de secretario, como tambem do Conselho Geral de Provincia na segunda legislatura.

Falleceu no correr do anno de 1835 deixando descendentes.

Aos 18 de abril 1825 assumiu o exercicio do cargo de juiz de fóra de S. Paulo o dr. Ernesto Ferreira França, que nelle se conservou até 1 de outubro de 1827.

Foi deputado geral por Pernambuco na segunda legislatura e ministro dos estrangeiros do gabinete de 2 de fevereiro de 1844, e representou na camara temporaria a Bahia em tres legislaturas, voltando em 1847, depois de ver duas vezes annullada pela camara vitalicia sua eleição para senador por Pernambuco, á carreira de magistrado encetada em S. Paulo em 1825.

Em 1838 foi Ernesto França aos Estados Unidos da America do Norte em missão diplomatica, posteriormente negociou como plenipotenciario o casamento da Serenissima Princeza a sra. d. Januaria e em 1845 um tratado com a Inglaterra.

Por decreto de 25 de abril de 1857 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça e falleceu aos 14 de março de 1872.

O dr. Ernesto França foi casado com d. Isabel de Oliveira França, filha do illustre paulista Conselheiro Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, este, baptisado na Sé de S. Paulo, aos 11 de maio de 1752, e aquella, neta paterna de José Rodrigues Pereira e d. Anna de Oliveira Montes.

Em principios de outubro de 1827 o dr. França foi succedido na cadeira de juiz de fóra de S. Paulo pelo dr. Rodrigo Antonio Monteiro de Barros, que exerceu o cargo até fins de fevereiro de 1832.

Era natural de Minas Geraes, filho legitimo do Visconde de Congonhas do Campo e formado em leis pela Universidade de Coimbra. Casou-se com d. Maria Marcolina Prado, filha do capitão-mór Eleuterio da Silva Prado.

Foi o ultimo ouvidor de S. Paulo e o seu primeiro juiz de direito na ordem chronologica, desembargador da Relação de Pernambuco, deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo nas quatro primeiras legislaturas e na sexta e deputado geral na segunda, quarta e quinta, tendo tomado assento na terceira como supplente. Falleceu aos 29 de fevereiro de 1844.

Passando Monteiro de Barros no primeiro quartel do anno de 1832 a occupar o logar de ouvidor effectivo, foi substituido no cargo de juiz de fóra pelo dr. Paulino José Soares de Sousa, que o exerceu durante pouco tempo, sendo, oito mezes após sua nomeação, removido para o logar de juiz do crime do bairro de S. José, na Côrte, e depois para o juizo da segunda vara civel da mesma comarca.

Nascido em 1807, filho do dr. José Antonio Soares de Sousa e d. Antonia Magdalena Soares de Sousa, fez seus estudos superiores na Universidade de Coimbra até o quarto anno e veiu

terminal-os na Academia de Direito de S. Paulo, que em 1831 lhe conferiu o gráu de bacharel.

Foi desembargador da Relação do Rio de Janeiro; deputado á Assembléa Provincial do Rio na primeira legislatura; deputado geral desde 1836 até 1849, sendo neste anno escolhido senador; ministro da justiça desde 23 de maio a 24 de julho de 1840 e 23 de março de 1841 a 20 de janeiro de 1843 e ministro dos estrangeiros de 8 de junho de 1843 a 2 de fevereiro de 1844 e do gabinete de 8 de outubro de 1849. Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto a Côrte de Pariz para tratar da questão do Oyapock Em 2 de dezembro de 1854 foi agraciado com o titulo de Visconde de Uruguai com grandeza. Em 1862 publicou o *Ensaio sobre o direito admnistrativo* e em 1865 a primeira parte dos *Estudos praticos sobre a administração das provincias do Brasil*. Falleceu a 15 de julho de 1866.

No mesmo anno de 1832, em que ao dr. Monteiro de Barros succedeu o dr. Paulino de Sousa, a este succedeu o DR. FERNANDO PACHECO JORDÃO, natural de Itú, filho legitimo do tenente Elias Antonio Pacheco da Silva e d. Antonia Fausta Rodrigues Jordão, primo do dr. José Correia Pacheco e Silva e formado em leis pela Universidade de Coimbra.

O dr. Jordão era juiz de fóra em Santos, quando foi nomeado para egual cargo na cidade de S. Paulo e foi, na ordem chronologica, o ultimo juiz de fóra de S. Paulo tendo o art. 8 do Codigo do Processo Criminal Brasileiro, que na provincia de S. Paulo entrou em vigor aos 20 de maio de 1833, declarado extinctos, assim como os de ouvidores, os logares de juizes de fóra.

Nomeado juiz de direito da comarca de Itú em 1833 e desembargador da relação do Maranhão em 1842, foi em 1854 aposentado.

Deputado á Assembléa Legislativa Provincial em seis legislaturas e deputado geral em duas, quinta e nona, falleceu no estado de solteiro, em 13 de dezembro de 1858.

ALFREDO DE TOLEDO

Padre Bartholomeu de Gusmão (*)

Hoje que o problema da navegação aérea tem tomado grande desenvolvimento, tendo um brasileiro illustre Santos Dumond, se imposto á admiração e applausos do mundo por seus arrojados commettimentos na conquista da dirigibilidade dos balões, não é fóra de tempo relembrar a gloria que cabe ao Brasil por ser um de seus filhos o inventor dos *Aerostatos*.

O padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão, nasceu na cidade de Santos, em S. Paulo, em 1685, sendo seus paes Francisco Lourenço, Cirurgião-mór do Presidio da então villa de Santos e e d. Maria Alves.

Convém, desde logo, rectificar um erro commum, o de ter o padre Bartholomeu de Gusmão, pertencido a uma ordem regular. Além de Alexandre de Gusmão, ministro de d. João V, teve o padre Bartholomeu mais dez irmãos. Destes professaram em ordens religiosas o padre Simão Alves, jesuita; frei Patricio de Santa Maria, franciscano; padre Ignacio Rodrigues, jesuita; frei João de Santa Maria, carmelita, Paula Maria e Archangela da Conceição, clarissas. Dahi, sem duvida, o julgar-se ter professado tambem em religião o padre Bartholomeu de Gusmão. Por seus talentos oratorios, grande illustração e serviços á patria foi elle nomeado capelão da casa real portugueza, tendo conquistado o gráu de doutor em direito canonico pela Universidade de Coimbra.

Não temos o intuito de narrar a vida deste illustre brasileiro, nem mesmo acompanhal-o nas glorias conquistadas na diplomacia ou nas letras. Restringimos o nosso estudo ao feito que maior fama lhe deu, alcançando-lhe o congnome de VOADOR.

Si não invejamos aos povos mais cultos e mais adiantados na civilização as glorias conquistadas por seus filhos, não podemos consentir que nos roubem as que são bem nossas. Muito embóra pretendam os escriptores francezes dar aos irmãos Montgolfiers, em 1783, a primasia do descobrimento dos aerostatos, tendo mesmo

(*) Transcrevemos do primeiro numero (julho de 1907) da revista mensal *Vozes de Petropolis* o interessante artigo do illustre jornalista e politico dr. Hosannah de Oliveira e que se relaciona com o assumpto proficientemente tratado pelo erudito e distincto escriptor dr. Vieira Fazenda na memoria já estampada neste volume sob a epigraphe—*O Voador*. *N. da R.*

celebrado com pompa o centenario desta descoberta, é fóra de duvida, pelos documentos publicados pelo insigne conego Francisco Freire de Carvalho, em uma *memoria* que se encontra no tomo XII, da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, que, 70 annos antes, já o padre Bartholomeu de Gusmão, fazia em Lisbôa experiencias do seu invento.

Limitar-nos-emos, para não alongar por demais este artigo, a transcrever os mais positivos desses documentos e que não deixam duvida alguma sobre a originalidade e prioridade do invento pelo padre Bartholomeu.

Si nos tempos antigos a lenda nos transmittiu a fuga pelos ares de Dedalo e seu filho ás iras de Minos; si nos tempos mais modernos o jesuita Lana e o dominicano Galiano conceberam projectos de navegação, não existe documento algum dando si quer a probabilidade de terem tido estes projectos inicio de execução; e dois sabios eminentes Hocle e Leibnitz demonstram ser inexequivel o plano do primeiro e absurdo o do segundo.

O primeiro documento a que nos referimos é a petição do padre Bartholomeu dirigida a d. João V e assim concebida:

« Diz o licenciado Bartholomeu Lourenço que elle tem descoberto um instrumento para andar pelo ar da mesma sorte que pela terra e pelo mar, com muito mais brevidade; fazendo-se muitas vezes duzentas e mais leguas de caminho por dia, nos quaes instrumentos se poderão levar os avisos de mais importancia aos exercitos e terras mais remotas, quasi no mesmo tempo em que se resolvem: no que interessa á Vossa Majestade muito mais que todos os outros principes, pela maior distancia dos seus dominios; evitando-se desta sorte os desgovernos das conquistas, que provém em grande parte de chegar tarde a noticia delles. Além do que poderá Vossa Majestade mandar vir todo o preciso dellas muito mais brevemente e mais seguro; poderão os homens de negocio passar letras e cabedaes a todas as praças sitiadas: poderão ser soccorridas tanto de gente, como de viveres e munições a todo o tempo; e tirarem-se dellas as pessoas que quizerem, sem que o inimigo o possa impedir. Descobrir-se-ão as regiões mais vizinhas aos polos do mundo, sendo da nação portugueza a gloria deste descobrimento. Além das infinitas conveniencias, que mostrará o tempo. E porque deste invento se pódem seguir muitas desordens, commettendo-se com seu uso muitos crimes, e facilitando-se muitos na confiança de se poderem passar a outro reino, o que se evita estando reduzido o dito uso a uma só pessoa, a quem se mandem a todo o tempo as ordens convenientes a respeito do dito transporte, e prohibindo-se as mais *sobre* (1) graves penas; e é bem se remunere ao Supp.ª invento de tanta importancia.

---

(1) *Sobre* — assim se lê no impresso, que fielmente copiamos.

«Pede a V. M. seja servido conceder ao Supp.e. o privilegio de que, pondo por obra o dito invento, nenhuma pessôa de qualquer qualidade que for, possa usar d'elle em nenhum tempo neste reino ou suas conquistas, sem licença do Supp.e ou seus herdeiros, sob pena de perdimento de todos os bens, e as mais que a V. M. parecerem.

Este documento se não prova ter sido levada a effeito a experiencia do *aerostato*, demonstra ter o seu autor convicção de haver inventado um instrumento poderoso para viajar pelos ares. E a respeitabilidade de que gosava o distincto brasileiro em Lisboa, por sua illustração e talentos, alcançaram não fosse posta em duvida a sua declaração de inventor. E isto se evidencia do seguinte documento datado de 17 de abril de 1709, documento de summa importancia, pois tem o cunho official e traduz perfeitamente o sentir daquelle tempo. Não foram julgadas bastantes as penas pedidas pelo inventor em sua petição. Para maior atemorizar os que porventura tentassem apoderar-se do novo invento, o rei fez decretar contra esses taes a pena de morte.

Consultou-se no desembargo do paço a El-Rei com todos os votos e que o premio que pedia era mui limitado, e que se devia ampliar.

Sahiu despachado com a resolução seguinte:

«Como parece á mesa; e alem das penas, acrescento a de morte aos transgressores: e para com mais vontade o supplicante se applicar ao novo instrumento, obrando os effeitos que relata, lhe faço mercê da primeira dignidade que vagar em minhas collegiadas de Barcellos, ou Santarêm, e de lente de prima de mathematica na minha Universidade de Coimbra, com seiscentos mil reis de renda, que crio de novo em vida do supplicante sómente. Lisbôa.

17 de abril de 1709. Com a rubrica de Sua Majestade.»

*
* *

O requerimento do p.e Bartholomeu e o despacho real trouxe á publicidade o invento e, como sóe sempre acontecer tornou-se o caso motivo de commentarios pró e contra.

Como specimen transcrevemos a poesia que se encontra na collecção impressa, intitulada «Pinto renascido, composta pelo poeta portuguez Thomaz Pinto Brandão, o qual foi contemporaneo do p.e Bartholomeu de Gusmão.

Ao novo invento de andar pelos ares

DECIMAS

1.°

«Esta marôma escondida,
Que abala toda a cidade;
Esta mentira verdade,
Ou esta duvida crida;
Esta exalação nascida
No portuguez firmamento;
Este nunca visto invento
Do padre Bartholomeu,
Assim fôra santo eu,
Como elle é cousa de vento.»

2.°

«Esta féra passarola,
Que leva, por mais que brame,
Trezentos mil reis de arame
Sómente para a gaiola;
Esta urdida paviola,
Ou este tecido enredo;
Este das mulheres medo,
E em fim dos homens espanto,
Assim fôra eu cedo santo,
Como se ha de acabar cedo.»

*
* *

Parece-nos seriam bastantes os documentos apresentados para evidenciar-se ter o p.e Bartholomeu de Gusmão descoberto uma machina propria para viajar pelos ares. Mas para nenhuma duvida haver, ainda da memoria que nos está servindo de guia transcrevemos prova decisiva.

Assim se exprime o Conego Francisco Freire de Carvalho.

«Este documento importantissimo e fidedigno, mais do que os outros todos, é o alvará expedido a favor do p.e Bartholomeu Lourenço, em vista do seu requerimento, para a navegação do ar, por elle annunciada e promettida: documento fielmente copiado na Torre do Tombo da Chancellaria d'El-rei d. João V. —Officios e mercês, liv. 31 fl.s 202—V.

3.° Documento manuscripto

« Eu El-Rei faço saber, que o P.e Bartholomeu Lourenço me representou por sua petição, que elle tinha descoberto um instrumento para se andar pelo ar, da mesma sorte que pela terra e pelo mar, e com muito mais brevidade, fazendo-se muitas vezes duzentas e mais leguas de caminho por dia; no qual instrumento se poderiam levar os avisos de mais importancia aos exercitos e a terras mui remotas, quasi no mesmo tempo em que se resolviam, no que interessa eu mais que todos os outros principes, pela maior distancia dos meus dominios, evitando-se d'esta sorte o desgoverno das conquistas, que procediam, em grande parte, de chegar mui tarde a mim a noticia delles; além de que poderia eu mandar vir todo o preciso d'ellas muita mais brevemente e mais seguro, e poderiam os homens de negocio passar letras e cabedaes com a mesma brevidade, e todas as praças sitiadas poderiam ser soccorridas, tanto de gente, como de munições e viveres a todo o tempo, e retirarem-se d'ellas as pessôas que quizerem, sem que o inimigo o podesse impedir: e que se descobririam as regiões que ficam mais vizinhas aos polos do mundo, sendo da nação portugueza a gloria desse descobrimento, que tantas vezes tinham tentado inutilmente as estrangeiras. Saber-se-hão as verdadeiras longitudes de todo o mundo, que por estarem erradas nos mappas causavam muitos naufragios; alem de infinitas conveniencias que mostraria o tempo, e outras que por si eram notorias, que todas mereciam a minha real attenção: e porque d'este invento tão util se poderiam seguir muitas desordens, commettendo-se com o seu uso muitos crimes, e facilitando-se muitos mais na confiança de se poder passar logo aos outros reinos, o que se evitaria estando reduzido o dito uso a uma só pessôa, a quem se mandassem a todo o tempo as ordens que fossem convenientes a respeito do dito transporte, prohibindo-se a todas as mais sobre (1) graves penas: por ser justo que se remunerasse a elle supplicante invento de tanta importancia, me pedia que lhe fizesse mercê conceder privilegio, de que pondo por obra o dito invento, nenhuma pessôa de qualidade que fôr, podesse uzar d'elle em nenhum tempo n'este reino e suas conquistas, com qualquer pretexto, sem licença d'elle supplicante ou de seus herdeiros, sob pena e perdimento de todos os seus bens, ametade para elle supplicante e a outra ametade para quem os accusassem, e *sobre* as mais penas que a mim me parecessem, as quaes todas teriam lugar tanto que constasse que alguem fazia o sobredito instrumento, ainda que não tivesse usado d'elle para que não ficassem frustadas as ditas penas, ausentando-se o que as tivesse incorrido: E visto o que allegou hei por bem fazer-lhe mercê ao supplicante de lhe conceder o

(1) Seguimos á risca o manuscripto da Torre do Tombo.

privilegio de que pondo por obra o invento de que trata, nenhuma pessôa, de qualidade que fôr possa usar d'elle em nenhum tempo neste reino e suas conquistas, com qualquer pretexto, sem licença do supplicante ou de seus herdeiros, sob pena de perdimento de todos os seus bens, ametade para elle supplicante e a outra metade para quem os accusar: e só o supplicante poderá usar do dito invento como pede na sua petição. E este alvará se comprirá, inteiramente como n'elle se contem; e valerá, posto que seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação do livro 2.°, tit. 4.° em contrario.

E pagou de novos direitos quinhentos e quarenta réis, que se carregaram ao thesoureiro delles a fl 160 do liv. 1.° da sua receita; e se registrou o conhecimento em fórma no liv. 1.° do registro geral a fl. 149. José da Maia e Faria o fez em Lisbôa aos 19 de abril de 1709. Pagou d'esta quatrocentos réis. Manoel de Castro Guimarães o fez escrever.—Rei—Conferido. Patricio Nunes: e commigo Joseph Corrêa de Moura.

Teria o padre Bartholomeu levado a effeito o seu projecto? Teria feito a demonstração publica de seu invento? E' o que nos vão provar exuberantemente os documentos que se seguem. Foi contemporaneo do padre Bartholomeu o beneficiado Francisco Leitão Ferreira, prior da Egreja de Loreto em Lisboa, homem erudito e de grande merecimento. De um manuscripto, que esteve em mão do patriarcha de Nossa Independencia José Bonifacio de Andrada e Silva, o autor a quem estamos seguindo copiou e transcreveu o seguinte.

« 19 de abril de 1709—Data do alvará d'el-rei de Portugal d. João V a favor do p.e Bartholomeu Lourenço, clerigo de ordens menores, natural do Rio de Janeiro (foi engano de Leitão Ferreira, por quanto o individuo de que trata era natural da villa de Santos, na provincia de S. Paulo, como atraz fica dito,) em que lhe concedeu privilegio para que elle sómente e seus herdeiros podessem usar do instrumento, que se offereceu fazer para navegar pelo ar; promettendo uma nova navegação de grande utilidade para o dominio portuguez. Estamos esperando o effeito e experiencias d'este inaudito invento »

Nota marginal do mesmo autor

« Fez a experiencia em 8 de agosto deste anno de 1709 no pateo da Casa da India, diante de Sua Majestade e muita fidalguia e gente, com um globo que subiu suavemente á altura da sala das embaixadas, e do mesmo modo desceu, elevado de certo material que ardia, e a que applica o fogo o mesmo inventor.» E continua depois: « Esta experiencia se fez dentro da sala das audiencias.»

O mesmo poeta a que já antes nos referimos, Thomaz Pinto Brandão, publicou outra poesia dedicada ao p.e Bartholomeu. De seu contexto deprehende-se ter sido feita após a experiencia do aerostato ficando confirmada, pela realidade do facto, a alcunha de *Voador*, que pelo povo lhe havia sido dada.

*
* *

Ao padre Bartholomeu, lendo na Academia

DECIMAS

1.º

« Meu Padre Bartholomeu,
Eu, segundo o meu sentir,
Não vi outro mais subir
De quantos vi voar eu:
O conceito é como meu,
Que o não pude achar melhor;
Porem se como orador
Tanto sabeis levantar,
Não me deveis estranhar,
Que eu vos chame *Voador*.

2.º

« Tanto no ar vos remontaes,
Que com delgadas idéas
Fazeis de alcunhas plebéas
Antonomasias reaes:
E pois vos avesinhaes
Mais ao celeste fulgor,
Será tyranno rigor,
Que eu tambem no ar não fale,
E que na terra se cale,
Que é uma aguia o *Voador*.

3.º

« Quem mais vôe não se vê,
E se ha quem deste se gabe,
Até agora se não sabe
Que casta de passaro é:
Só vós da vista e da fé
Sois quem logra este primor;
E pois tão alto louvor
Não ha outro a quem se applique,
Será força que eu publique
Que só vós sois *Voador*.

4.º

« Por força do vosso estudo,
Por geito do vosso estado
Para tudo sois azado,
Tendo penna para tudo:
Assim de estylo não mudo
No estranho do meu louvor,
E entendo do meu amor
(Se o não tomaes por labêo)
Que até chegardes ao céo
Haveis de ser *Voador*.

Estes nos pareceram os mais importantes documentos recolhidos com escrupulo e summo cuidado pelo conego Francisco Freire de Carvalho. Poderiamos publicar outros não menos interessantes, si o espaço de que dispomos não fosse limitado.

Como specimen dos brutaes ataques soffridos pelo illustre brasileiro, accusado de feiticeiro, endemoninhado etc., tendo sido obrigado a fugir para escapar á sanha de seus temiveis inimigos, publicamos este soneto:

Ao P.e Bartholomeu, inventor da navegação do ar

Veio na frota um doente brasileiro,
Em trajo clerical, sotaina e c'roa,
Fez crer que pelo ar navega e voa
N'um barco sem piloto e sem remeiro.

Vai-se ao Marquez de Fontes mui ligeiro,
Declara-lhe o segredo, este o apregôa:
Sahe a consulta, pasma-se Lisboa,
E em tanto esquece a fome no Terreiro:

Bem merece este doente eterno assento
Na ethérea região; eu já lhe aprovo
A diabrura do subtil invento;

Pois um milagre fez, que é mais que novo,
Em manter tantas bocas só de vento,
Fazendo um cameleão de tanto povo.

Resta-nos agora appellar para o Instituto Historico Geographico Brasileiro, para o Club de Engenharia, instituições que tantos e importantes serviços têm prestado a nossa patria, que não deixem passar em olvido o segundo centenario do extraor-

dinario invento. Em 8 de agosto de 1709 foi feita a primeira experiencia do *aerostato*. D'ahi para cá dous seculos se tem passado: a ideia tem progredido e aos brasileiros cabe grande somma das glorias colhidas pela humanidade em busca desse estupendo desiteratum. Foi um brasileiro, um paráense Julio Cesar Ribeiro de Sousa que deu nova forma aos *balões*, da qual em breve se apoderaram engenheiros francezes. E' um brasileiro que sustenta na Europa a primazia na dirigibilidade dos aerostatos. A França, sempre zelosa de suas glorias, celebra com enthusiasmo o centenario dos irmãos Montgolfiers. Com mais razão, com mais direito devemos nós os brasileiros acclamar, por uma grande apothéose ao sabio padre Bartholomeu de Gusmão, a primazia que nos cabe no invento da navegação aérea.

HOSANNAH DE OLIVEIRA

OUVIDORIA DE PARANAGUÁ

Azevedo Marques em sua *Chronologia* publicada em appendice aos seus *Apontamentos Historicos* e J. J. Ribeiro na *Chronologia Paulista*, vol. I, pag. 666, dizem ter sido creada a comarca de Paranaguá em 17 de junho de 1723. Esta, não é, porêm, a data da creação da referida comarca, uma das oito que se desmembraram da comarca de S. Paulo creada pelas Cartas Régias de 24 de maio de 1694 e 1 de setembro de 1699.

Da Carta Régia de 26 de abril de 1723 consta ter sido feita a nomeação de ouvidor-geral para a villa de Paranaguá e similhante nomeação não estaria então feita, si não já estivesse creada a comarca.

A Carta Régia de 17 de junho de 1723 não creou, de facto, a comarca de Paranaguá, se cingiu a participar que o logar de ouvidor de Paranaguá já estava provido e creado, em virtude de representação do ouvidor de S. Paulo, Rafael Pires Pardinho, quando foi recebida a carta de Rodrigo Cesar de Menezes datada de 4 de outubro de 1722 e em que este, reformando seu parecer constante da carta de 13 de setembro de 1721, escrevia não ser preciso juiz de fóra em Paranaguá.

Creada em 26 de abril de 1723 ou pouco antes, a comarca de Paranaguá ficou comprehendendo todas as povoações e todo o territorio situados entre uma linha geographica de leste a oeste tirada de Iguape e as divisas sul-nacionaes, até que a Carta Regia de 20 de novembro de 1749, que desmembrou a comarca estabelecendo a ouvidoria de S. Catharina, a fez limitar pelo sul com a nova comarca pelos rios S. Francisco, Negro e Iguassú e o Alvará de 12 de fevereiro de 1821 alterou em parte as divisas, passando a villa de Lages para a comarca da Ilha de S. Catharina, então creada com a divisão em duas da comarca de S. Pedro do Rio Grande e S. Catharina. como em virtude de Alvará de 1812 era denominada a comarca de S. Catharina creada em 1749.

Com as primitivas divisas ou com as resultantes quer da creação da comarca de S. Catharina, quer da desannexação da villa de Lages, o facto é que a ouvidoria de Paranaguá, que em 1812 passou a ser denominada comarca de Paranaguá e Curitiba, não deixou de existir sinão quando o Codigo do Processo Criminal Brasileiro entrou em vigor, no anno de 1833. e,

no entretanto, Azevedo Marques escreve que por Alvará de 19 de fevereiro de 1811 foi creada a comarca de Paranaguá e Curitiba e explica similhante creação, dizendo que «A Carta Régia de 17 de junho de 1723 havia creado a comarca de Paranaguá, que comprehendia as povoações limitrophes de S. Catharina, Laguna, S. Francisco do Sul e os territorios do Rio Grande do Sul, porêm com a separação deste e do de S. Catharina deixou de existir a comarca de Paranaguá e por isto nesta data foi de novo creada a comarca de Paranaguá e Curitiba».

O indefesso historiador paulista laborou, porêm, em explicavel equivoco ao fazer a comarca de Paranaguá e Curitiba creada por Alvará de 1811 e em erro quando disse extincta a comarca de Paranaguá pela creação da comarca de S. Catharina.

A comarca de Paranaguá não foi de novo creada por alvará de 19 de fevereiro de 1811, visto que em tal data não foi expedido pelo governo nenhum alvará com força de lei, sendo, no entretanto, certo que de exactamente um anno depois data o Alvará de 19 de fevereiro de 1812 relativo á comarca de Paranaguá.

Este alvará, porêm, com o qual se explica o equivoco, apenas mudou o nome da comarca de Paranaguá pelo de Paranaguá e Curitiba, transferindo ao mesmo tempo a séde da comarca e a residencia dos ouvidores da primeira para a segunda das villas nomeadas, mas não creou a comarca, já então existente desde quasi noventa annos.

Na realidade, em 1811 ou 1812, a existencia da comarca de Paranaguá já vinha sem solução de continuidade desde que foi a ouvidoria installada pelo dr. Antonio Alves Lanhas Peixoto no primeiro quartel do seculo XVIII, não tendo ella deixado de existir em virtude da separação do Rio Grande do Sul e S. Catharina, porque a Carta Régia de 20 de novembro de 1749, que fez tal separação, apenas dividiu a comarca de Paranaguá pelos rios S. Francisco, Negro e Iguassú para constituir com os territorios e povoações ao sul a comarca de S. Catharina ficando a comarca de Paranaguá constituida das povoações e territorios situados entre as divisas da comarca de S. Paulo e os rios mencionados.

Como Azevedo Marques, tambem laborou em equivoco o operoso chronologista J. J. Ribeiro, quando, á pag. 222 do vol. 1.º de seu trabalho citado, affirmou que por Alvará de 19 de fevereiro de 1811 foram creadas as comarcas de Paranaguá e Curitiba, pois nem existe similhante alvará, conforme ficou dito, nem as villas de Curitiba e Paranaguá foram, no regimen judiciario dos tempos coloniaes, comarcas distinctas entre si.

1) Creada a comarca, foi nomeado seu ouvidor Antonio Alves Lanhas Peixoto, a cujo favor foi expedida a respectiva provisão aos 21 de agosto de 1724, mas cuja nomeação já antes tinha sido levada ao conhecimento do governador de S. Paulo pela

Carta Regida de 14 de março e a quem já anteriormente, em 8 de janeiro, o governo central mandára adeantar ajuda de custo na importancia de 600$000.

Em 12 de novembro de 1725 o governador e capitão-general da capitania de S. Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, em instrucções, que deu a Peixoto, ordenou diversas diligencias que por este deviam ser levadas a effeito logo que passasse para sua comarca, donde se infere que até então não tinha Peixoto assumido o logar, em cujo exercicio fez correição na séde da comarca, sendo por ordem régia os provimentos, que então deu, considerados nullos nas partes em que contrariavam os do ouvidor Pardinho, como consta da representação feita pela Camara de Paranaguá aos 23 de agosto de 1732.

Pouco tempo exerceu elle as funcções de seu cargo, pois, si no caracter de ouvidor de Paranaguá foi a Laguna e aos 26 de março de 1726, ao voltar daquella povoação fundada pelo paulista Domingos de Brito Peixoto, erigiu a villa do Desterro, em 6 de julho do mesmo anno acompanhou o capitão general em sua viagem á Cuiabá, donde não mais voltou para sua comarca.

A Rodrigo Cesar de Menezes foi ordenado pela Carta Régia de 6 de agosto de 1725 que ao seguir para Cuiabá levasse em sua companhia para auxilial-o no estabelecimento do regimen administrativo das minas e no que fosse necessario o ouvidor Lanhas Peixoto, que se suppunha chegado já da metropole para assumir o cargo para que fôra despachado.

O ouvidor de S. Paulo, que então era o dr. Francisco da Cunha Lobo, affirmava, porêm, que elle e não Lanhas Peixoto é que devia acompanhar o capitão-general a Cuiabá e apresentava em pról de sua affirmativa diversos argumentos, que foram todos rejeitados pelo capitão general, que, a seu turno, affirmava que a ordem recebida era para levar Lanhas Peixoto.

Não conseguindo ir em logar deste com a ajuda de custo fornecida para a viagem, resolveu Cunha Lobo, a pretexto de pertencer Cuiabá á ouvidoria de S. Paulo, seguir viagem para aquella povoação no caracter de ouvidor; mas a esta resolução oppôz embargos o capitão-general, não permittindo que fosse levada a effeito.

Chegado a Cuiabá, o capitão-general, por carta de 22 de novembro de 1726 encarregou Lanhas Peixoto de exercer os cargos de superintendente, ouvidor-geral e provedor dos defuntos e ausentes.

E' de notar-se que a ouvidoria de Cuiabá não tinha sido até então creada, mas o governador, que não tinha competencia para creal-a, deliberou por sua alta recreação que durante sua permanencia naquelle povoado nelle houvesse ouvidor e encarregou das funcções desse cargo a Lanhas Peixoto.

Para cohonestar seu acto o governador se apegou á ordem que tinha para a elevação de Cuiabá á categoria de villa, por-

quanto, argumentava elle, si della constava que a villa devia ser creada na fórma da Ordenação, ella tambem lhe concedia a a faculdade de fazer tudo o mais que lhe parecesse conveniente ao real serviço.

Certo, porêm, estava Rodrigo Cesar, apesar da falsa noção que tinha de sua autoridade, de que seu acto não se achava plenamente justificado com a faculdade, que deduziu da ordem da creação da villa, e, por isso, em 1.° de março e só em 1.° de março de 1728, dando conta desse acto seu, pediu fosse elle approvado, quando já pela provisão régia de 15 de fevereiro desse mesmo anno tinha sido mandado revalidar todos os processos e sentenças, por não poder haver sem nova creação dois ouvidores na mesma capitania.

Incumbido Lanhas Peixoto de exercer os cargos supra mencionados, elle, de facto, os exerceu até 8 de abril de 1727, quando pediu e obteve sua exoneração.

Oito dias depois, em 16 de abril, foi Peixoto reintegrado, a seu pedido, no cargo de ouvidor-geral, exercido então pelo juiz ordinario Rodrigo Bicudo Chassim, e no de provedor, não o sendo no de superintendente, que continuou confiado ao capitão Gaspar de Godoy Moreira, que antes da chegada do governador era quem o exercia.

Até principios de abril de 1727 tinha reinado completo acôrdo, pelo menos apparente, entre Rodrigo Cesar de Menezes e o ouvidor.

O capitão-general, ao incumbir Peixoto dos cargos já referidos, dizia não só que a experiencia lhe tinha mostrado o quanto acertada foi a eleição de Peixoto para acompanhal-o a Cuiabá, como ainda que reconhecia na pessoa do mesmo ouvidor «todas aquellas circumstancias dignas de occupar os maiores empregos».

Em 8 de março de 1727 ainda o mesmo em relação a Lanhas Peixoto era o conceito externado pelo capitão-general, que em carta desta data ao soberano português escrevia que elle era dotado de capacidade, letras e prudencia e, mais, que era credor de «toda a honra que Sua Majestade costuma fazer aos que com tanto zelo o servem».

Em 16 de abril, porêm, já entre os dois enviados da metropole não reinava a mesma harmonia e neste mesmo dia o capitão-general deu a entender que considerou a excusa anteriormente apresentada por Peixoto como acto hostil a sua pessoa e o advertiu em relação as custas judiciaes cobradas das partes litigantes.

As contendas entre Peixoto e o vigario da vara o governador as lastimou dizendo que o perturbavam e desassocegavam e que, a seu vêr, ellas, depois de terem sido levadas ao conhecimento de quem as podia decidir, só foram renovadas com o fim de o amofinar.

Tendo Peixoto mandado soltar um negro, que fôra preso por ser encontrado com arma prohibida, Rodrigo Cesar censurou seu proceder e lhe ordenou que mandasse prender novamente o negro e depois o castigasse na fórma da lei.

Antonio Barroso jogava com a cavillação de receber o que ganhasse e não pagar o que perdesse e o governador ordenou a Peixoto que o mandasse prender, ao que este replicou não lhe permittirem as leis a prisão de quem quer que fosse sem culpa formada, sem prova e sem despacho de pronuncia.

Extranhou Rodrigo Cesar o proceder de Peixoto dizendo que os governadores eram loco-tenentes do Principe e, como taes, superiores a todas as mais justiças e, assim, importava em não cumprimento do dever por parte do ouvidor a inobservancia do que pelo governador lhe era ordenado.

A noção, que de sua autoridade tinha Rodrigo Cesar de Menezes, era falsa, porque a Carta Régia de 13 de março de 1712 já tinha estatuido que a administração da justiça era independente dos governadores, como depois a Carta Régia de 26 de maio de 1732 estabeleceu que em materia de justiça os ouvidores não têm que dar conta aos governadores, que nenhuma jurisdicção têm sobre elles.

Este, porêm, não era o modo de pensar de Rodrigo Cesar e, por isso, elle, não contente de fazer diversas censuras ao ouvidor e de por mais de uma vez lhe extranhar o procedimento, fazia magna questão de que Peixoto lhe remettesse para serem julgadas em junta de justiça a devassa por dois crimes de morte praticados por escravos e uma outra, a que Rodrigo Cesar chamava «a devassa do homem da folheta».

Em relação a esta segunda devassa accrescentava o governador que supposto fosse peão, branco e livre o delinquente e o ouvidor, em vista de seu regimento, o pudesse sentenciar até cinco annos de degredo, elle governador entendia que o caso pedia maior pena pela qualidade do crime e pelas circumstancias que o aggravavam.

Lanhas Peixoto não se conformou com as exigencias de Rodrigo Cesar e, depois de inultimente ponderar que não se podia fazer a junta de justiça, escreveu aos 11 de outubro de 1727 ao governador lhe participando que a continuação do exercicio dos cargos, de que estava investido, implicava com sua consciencia e lhes pedindo a mercê de acceitar a desistencia que dos mesmos fazia elle Peixoto.

A desistencia foi acceita, a junta se fez e um negro homicida foi levado á forca, mas, por provisão régia de 29 de julho de 1732 foi achado que bem obrara Peixoto «em lhe parecer que a junta só devia ser feita em S. Paulo e com a formalidade ordenada no regimento dos ouvidores».

Deixando o cargo de ouvidor, foi Peixoto nelle substituido, primeiro, pelo mestre de campo Antão Leme da Silva e, depois,

por Diogo de Lara e Moraes, que deixou a jurisdicção por ordem do governador, sendo ella por este aos 4 de abril de 1728 declarada extincta.

Em 5 de junho de 1728 partiu de Cuiabá, dando por finda a diligencia de que estava incumbido, o governador Rodrigo Cesar, não sem escrever nesse mesmo dia a Lanhas Peixoto uma carta em que pela terceira vez lembrava a este a obrigação que lhe corria de acompanhal-o, pois que não lhe era dado abandonar a comarca de Paranaguá, para onde devia seguir viagem e onde devia residir, uma vez terminada a commissão que lhe fôra dada de acompanhar o governador a Cuiabá.

Nenhuma importancia ligou Lanhas Peixoto ás cartas de Rodrigo Cesar, se deixando ficar em Cuiabá por quasi dois annos mais e só de lá partindo para S. Paulo em 1730, em cujo mes de maio foi atacado em caminho nos pantanaes da embocadura do rio Jaguari, pelos indios paiaguaz, perdendo então mais de sessenta arrobas de ouro dos quintos reaes e que estavam a seu cargo e perecendo com quasi toda sua gente, que se compunha de remeiros e cem homens armados, dos quaes todos apenas escaparam desesete.

Conhecida em S. Paulo a hecatombe, em que foi victima o primeiro ouvidor de Paranaguá, o capitão general Antonio da Silva Caldeira Pimentel determinou por um bando datado de 4 de setembro de 1730 que fossem destruidas e queimadas as aldeias dos indios que infestavam o caminho de Cuiabá, permittiu o saque das aldeias e a escravização dos mesmos indios e nomeou chefe da expedição o capitão-mór Gabriel Antunes Maciel.

A esta expedição seguiram-se outras sem que se conseguisse o resultado almejado, sendo a primeira sob o commando geral de Manoel Rodrigues de Carvalho e composta de tres divisões sob os commandos de Gabriel Antunes Maciel, seu irmão Antonio Antunes Maciel e Antonio Pires de Campos.

2) A Lanhas Peixoto, que succumbiu nas mãos dos selvagens em maio de 1730, succedeu no logar de ouvidor de Paranaguá o dr. Antonio dos Santos Soares, nomeado pela resolução tomada em 20 de maio de 1730, quando ainda não era conhecida a morte de seu antecessor.

Antonio dos Santos Soares foi, anteriormente, juiz de fóra de Olivença e proferiu neste caracter em 1 de maio de 1718 uma sentença, cujo inteiro teor se pode ler na pagina 102 dos *Arestos* publicados por Feliciano da Cunha França como appendice ás suas *Additiones Aureæque Illustrationes ad quinque libros Primæ Partis Practicæ Lusitanæ Emmanuelis Mendes de Castro*, edição de 1765, Lisbôa.

Foi, tambem anteriormente, juiz de fóra de Santos, em cujo exercicio despachou em 25 de junho de 1722 uma petição do sargento-mór Manoel Manso de Avellar e aos 23 de agosto de 1725 teve ordem de assumir a vara de ouvidor por ter o des-

embargador syndicante Antonio de Sousa de Abreu Grade se retirado de S. Paulo, deixando a cidade sem ministro.

Em 6 de julho de 1730 foi expedida a favor do dr. Antonio dos Santos Soares a respectiva carta de ouvidor de Paranaguá em vista da resolução referida de 20 de maio do mesmo anno, sendo elle em 13 de julho nomeado provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capellas e residuos, lhe sendo, em 15 do mes ultimo referido, fixado o ordenado de 400$000 annuaes com mais 40$000 de «aposentadoria para casas» e lhe sendo concedida por provisão de 20 de novembro do mesmo anno de 1730 ajuda de custo na importancia de 200$000.

Santos Soares, quando foi nomeado ouvidor de Paranaguá, se achava no Brasil, onde tinha acabado de servir o logar de juiz de fóra de Santos e, não podendo, por isso, prestar pessoalmente na chancellaria o juramento do cargo, pediu licença para prestal-o por procurador ou perante o governo de S. Paulo e esta lhe foi concedida por provisão de 17 de agosto de 1730 passada em virtude de resolução de 3 desse mes.

A Camara de Paranaguá na representação, que fez em 23 de agosto de 1732 ao governo da metropole, dizia esperar do talento e prudencia do ouvidor geral dr. Antonio dos Santos Soares «boa creação e augmento do bem commum».

Aos 19 de maio de 1733 o Conde de Sarzedas, governador de S. Paulo, escreveu a este ouvidor uma carta em que não só accusava o recebimento da que lhe fora escripta em 25 do mes anterior, como ainda—tendo o ouvidor provido por tres meses a um escrivão do Rio de S. Francisco—fazia ver que os provimentos dos escrivães eram da competencia do governo e não dos corregedores de comarca.

Nova carta lhe escreveu o referido governador em 23 de julho do mesmo anno, mas, desta feita, para lhe remetter a lei de 29 de novembro de 1732 e lhe ordenar diversas providencias para a execução da mesma lei.

Em julho de 1733 o ouvidor geral augmentou o ordenado do escrivão da Camara de Paranaguá e proveu em correição que as pessoas que achassem em abandono catas e faisqueiras velhas podiam nellas minerar sem obrigação de as comprar. A carta Regia de 16 de novembro de 1734 ordenou que o governador de S. Paulo, ouvidos o respectivo guarda-mór das minas e a Camara de Paranaguá, interpuzesse seu parecer a respeito das dnas alludidas determinações do ouvidor Santos Soares.

O Conde de Sarzedas, escrevendo ao monarcha portugues em 23 de março de 1734, disse: «O ouvidor de Paranaguá Antonio dos Santos Soares serviu de Juiz de Fóra de Santos e se acha na sua comarca doente depois que foi para ella e por esta razão não tem feito ainda correição», e na carta escripta a 9 de maio do anno seguinte informou ao soberano portugues de que «O Ouvidor Geral da Comarca de Paranaguá tem servido a V.

Maj.ª naquelle logar com recta intenção e limpeza de mãos e bom acolhimento ás partes, porém carregado de achaques e como na dita frota lhe vem successor se administrará melhor justiça ás partes, o que não podia fazer o dito Ministro por estar quasi sempre enfermo».

3) O successor de Antonio dos Santos Soares, ao qual Sarzedas se referiu em sua carta de 9 de maio de 1735, foi o dr. Manuel dos Santos Lobato, nomeado pela resolução de 19 de outubro de 1733 e a cujo favor foi expedida a respectiva carta em 4 de maio de 1734 e fixado o ordenado, que era egual a de seu antecessor, por provisão de 12 de novembro do mesmo anno.

O dr. Manuel dos Santos Lobato, que tinha sido juiz de fóra da villa de Torrão, foi, como os ministros que o procederam na comarca, nomeado provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capellas e residuos, se lhe fazendo mercê da serventia do referido officio por provisão de 27 de setembro de 1734.

A este ouvidor, lhe dando diversas instrucções para a arrecadação dos quintos reaes pelo novo systema de capitação, dirigiu em 15 de agosto de 1735 uma carta o governador de S. Paulo, a quem pela Carta Regia de 21 de fevereiro de 1738 foi mandado informasse com seu parecer a conta, que sobre a cata geralmente conhecida pelo nome de D. Jaime, déra o ouvidor Lobato.

Este ministro, de facto, por carta de 28 de março de 1737 levou ao conhecimento do governo da metropole que no sitio denominado Santa Fé, distante da séde da comarca pouco menos de um dia de viagem, existia u'a cata geralmente conhecida por cata de D Jaime, e que elle ouvidor não permittiu aos que pretendiam exploral-a o fizessem, visto se dizer ter sido ella aberta á custa da fazenda real.

Estando Lobato no exercicio do cargo de ouvidor de Paranaguá, um decreto de 28 de janeiro de 1736 creou quatro intendencias de minas na capitania de S. Paulo e, nomeando para a de Goiaz o dr. Sebastião Mendes de Carvalho e para a de Cuiabá o dr. Manoel Rodrigues Torres, autorizou o respectivo governador a nomear interinamente para a de Paranapanema a João Coelho Duarte e para a de Paranaguá o ouvidor da comarca.

Romario Martins, em artigo publicado a de 8 de janeiro de 1906 n'*A Republica*, orgam da imprensa diaria de Curitiba, escreveu que o dr. Manoel dos Santos Lobato «casou com a distincta paranaguara d. Antonia da Cruz França e por motivo desse acto perdeu o cargo».

Na verdade, a Carta Regia de 27 de março de 1734 prohibia o casamento dos magistrados nas conquistas sem especial licença regia, sob pena de serem suspensos, riscados do serviço real e remettidos para o reino.

4) O dr. Gaspar da Rocha Pereira, que em 1739 era juiz de fóra de Santos, foi, segundo o citado historiographo paranaense, ouvidor de Paranaguá depois de Lobato.

O dr. Gaspar em 1751 era intendente da real casa dos quintos de Minas Geraes na comarca do Rio das Mortes e a morte o encontrou no exercicio desse cargo.

5) O dr. Manoel Tavares de Siqueira e Sá, que, tendo sido antes juiz de fóra da villa do Redondo da provincia de Alemtejo, succedeu na ouvidoria de Paranaguá ao dr. Rocha Pereira, foi o secretario da Academia dos Selectos, que por iniciativa de Feliciano Joaquim de Sousa Nunes e tendo por presidente o padre-mestre Francisco de Faria foi celebrada no Rio aos 30 de janeiro de 1752 em obsequio e applauso de Gomes Freire de Andrada.

Os trabalhos da Academia dos Selectos foram colleccionados sob o titulo — *Jubilos da America na gloriosa exaltação e promoção do Illmo. e Exmo. Sr. Gomes Freire de Andrada* — e publicados em um volume in 4.°, de 80—362 paginas, na officina do dr. Manoel Alvares Solano, Lisboa, 1754.

De vinte e cinco foi o numero de membros da Academia, se contando entre elles a poetisa fluminense d. Angela do Amaral Rangel, uma das heroinas das *Brasileiras Celebres* de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, que affirma terem os seus versos bellos e simples, faceis e fluentes primado sobre as composições dos demais academicos, entorpecidas pela calculada affectação do estylo e repletos de antitheses, conceitos e trocadilhos.

Para fazer parte da Academia foi tambem convidado o dr. Gaspar Gonçalves de Araujo, nascido em Santos aos 4 de maio de 1661, mas elle se excusou, allegando seus achaques e seus noventa annos de edade, por carta a que o referido secretario deu publicidade nos *Jubilos da America*, ahi chamando o illustre paulista « Nestor Brasilico e o mais celebre Jurisconsulto Americano ».

Entre os trabalhos do secretario dr. Manoel Tavares de Siqueira e Sá, reunidos no mencionado livro com os dos mais academicos, se leem alguns sonetos, dos quaes ao acaso se traslada o seguinte:

A experiencia confirma assáz notoria,
Ser a vida do homem sobre a terra,
Hûa dura, cruel, continua guerra,
Na esperança final de hûa victoria.

A Coroa, a que aspira, e toda Gloria
Num certame legitimo se encerra,
Contra os vicios vestindo, se não erra,
As Virtudes por Armas, sem vangloria.

As premissas bem póde confessar-mas
Todo aquelle, que vir o mal, que segue
Na formal herezia de negar-mas

E, por texto a razão, basta que allegue,
Provando, que sómente por taes Armas,
A verdadeira Gloria se consegue.

6) O dr. Antonio Pires da Silva e Mello Porto Carreiro era ouvidor de Paranaguá, quando em 1 de junho de 1750 o dr. Manuel José de Faria tomou posse do cargo de ouvidor de S. Catharina e installou assim a nova comarca, creada pela Carta Régia de 20 de novembro do anno antecedente.

O dr. Antonio Pires casou-se em S. Paulo aos 11 de abril de 1751 com d. Maria Joaquina da Silva Lustosa, natural da villa de Santos e filha legitima de sargento-mór Antonio Ferreira Lustosa e D. Catharina da Silva Almeida e neta materna de Manuel Mendes de Almeida e d. Maria Gomes de Sá.

7) Em 1755 ainda exercia o dr. Antonio Pires o cargo de ouvidor, pois que, conforme o refere Romario Martins, ha em Curitiba acto seu datado daquelle anno, mas em 1757, na affirmação do mesmo historiographo, não mais era elle o ouvidor da comarca e sim o dr. Jeronymo Ribeiro de Magalhães.

Entre este ouvidor e o que se lhe seguiu mediou longo espaço de tempo, durante o qual a comarca esteve sem ouvidor effectivo, sendo o cargo exercido, na fórma da lei, pelo vereador mais velho da séde da comarca.

O facto de ter estado acephala a comarca por largo tempo se acha affirmado pelo Morgado de Matheus, d. Luis Antonio de Sousa, governador e capitão-general de S. Paulo, que em carta de 25 de dezembro de 1767, levando ao conhecimento do vice-rei o roubo do cofre de ausentes em Paranaguá e consultando como devia agir para precaver os descaminhos de dinheiros publicos, uma vez que não podia, no entender da Relação, mandar conhecer do occorrido por ministro de outra comarca, escreveu: «A Comarca de Paranaguá está ha muitos annos sem ouvidor letrado, o que já fiz presente á S. Majestade».

8) O governador Martim Lopes Lobo Saldanha em officio dirigido em 21 de abril de 1778 a Martinho de Mello e Castro escreveu: «O Bacharel Antonio Barbosa de Matos Coutinho, ouvidor da comarca de Paranaguá, se faz digno de toda a mercê, que sua Majestade for servida conferir-lhe pelo zelo, actividade, promptidão e acerto com que tem executado as minhas ordens, e as do Marquez Vice-Rei, em tudo o que pertence ao Real serviço distinguindo-se muito nas promptas providencias que deu em toda a campanha do anno antecedente com excessivo trabalho pessoal, e ainda com despesa sua».

Estando em correição na villa de Iguape, que pertencia á comarca de Paranaguá, ahi deixou este ouvidor em 20 de abril de 1779 um provimento pelo qual autorisava a Camara a assistir com o mantimento preciso os que fizessem o vallo projectado para communicar o rio da Ribeira com o mar, provimento

esse que, segundo participação feita por Antonio Rodrigues da Cunha em carta de 26 de outubro, foi approvado pelo governador da capitania.

9) Depois do dr. Matos Coutinho foi ouvidor da comarca o dr. Francisco Leandro de Toledo Rendon, nomeado em 2 de abril de 1783.

Este ouvidor era natural de S. Paulo, onde foi baptisado a 29 de março de 1750, e filho de Agostinho Delgado Arouche e d. Maria Thereza de Araujo e Lara, irmão dos drs. tenente-general José Arouche de Toledo Rendon primeiro director do Curso Juridico de S. Paulo, e Diogo de Toledo Lara Ordonhes, desembargador do paço, conselheiro de fazenda, socio correspondente da Academia Real de Sciencias de Lisboa e alcaide-mór da villa do Paranaguá por despacho de 22 de janeiro de 1820.

O dr. Leandro fez em S. Paulo seus estudos de grammatica latina, philosophia e theologia e em 1774 partiu para Coimbra, em cuja Universidade formou-se em leis no anno de 1779.

Casou-se em S. Paulo aos 16 de Julho de 1790 com d. Joaquina Josefa Pinto da Silva, contrahiu, tendo-se enviuvado, segundas nupcias com d. Anna Leonissa de Abelho Fortes aos 29 de maio de 1796, uma e outra filhas do dr. Antonio Fortes de Bustamante e Sá Leme, e falleceu em 1810.

Em Iguape deixou o dr. Leandro em 8 de agosto de 1787 na qualidade de ouvidor um provimento pelo qual mandava se proseguisse na canalização da agua da fonte chamada do Senhor para o abastecimento da villa.

Em 20 de janeiro de 1789 fez o mesmo ouvidor, em observancia de uma portaria datada de 24 de setembro do anno anterior, a erecção da freguezia do Iapó em villa com a denominação de Villa Nova de Castro em honra de Martinho de Mello, e Castro, secretario de Estado dos Negocios Ultramarinos.

10) O dr. Manoel Lopes Branco e Silva, que succedeu ao dr. Leandro na ouvidoria, foi nomeado a 12 de outubro de 1789, tomou posse em 9 de outubro do anno seguinte, lhe foi por provisão de 9 de novembro e resolução de 20 de outubro de 1796 concedida licença para se casar com d. Gertrudes Solidonia de Mello, viuva do dr. Antonio José de Sousa, e erigiu em villa com o nome de Antonina aos 6 de novembro de 1797 a freguezia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa.

Em 15 de novembro de 1798, no tempo deste ouvidor, não havia, segundo o asseverou o governador Castro e Mendonça em carta ao Tribunal do Conselho Ultramarino, não havia em toda a comarca de Paranaguá «um só letrado com carta de Bacharel e Formatura».

11) O dr João Baptista dos Guimarães Peixoto, na qualidade de ouvidor de Paranaguá, remetteu a Camara de Lages, para ahi ser publicado, seu edital de 23 de abril de 1800 acêrca do perdão a criminosos concedido pela Carta Regia de 28 de agosto de 1779.

De um officio dirigido pelo governador Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça em 20 de maio de 1802 ao Visconde de Anadia, consta que o ouvidor Guimarães Peixoto foi suspenso do cargo pelo dito governador, cuja ordem, ao depois expedida, para que se recolhesse o ouvidor a S. Paulo não mais o encontrou em Paranaguá, tendo elle partido em uma summaca para Pernambuco, donde era natural.

12) O dr. Antonio de Carvalho Fontes Henriques Pereira tomou posse do cargo de ouvidor em 9 de fevereiro de 1804, participou sua posse á Camara de Lages em officio de 7 de março seguinte e aos 19 de agosto tomou parte na vereança geral a que se procedeu na villa de Iguape para se deliberar sobre o refazimento da respectiva Egreja Matriz.

Em informação, que aos 6 de maio de 1805 pelo governador Franca e Horta foi prestada em obediencia ao aviso de 1 de dezembro de 1803, escreve elle em relação ao dr. Fontes Henriques: «O ouvidor de Paranaguá me tem dado decisivas provas da sua ignorancia e insufficiencia para o importante cargo que exerce», e, depois de especificar os factos com que procura fundamentar o conceito externado, termina: «Finalmente não se nega a acceitação de offertas avultadas, e pelos factos que me têm sido presentes a este respeito, devo justamente concluir, e asseverar a V. A. que é nenhum o seu desinteresse e Limpeza de Mãos».

13) Na villa de Iguape deixou aos 26 de agosto de 1809 o dr. Antonio Ribeiro de Carvalho, ouvidor e corregedor da comarca, provimento para limpeza e asseio do rego, em que vinha a agua para o abastecimento da localidade.

14) Por decreto de 6 de fevereiro de 1810 foi nomeado ouvidor da comarca o dr. João de Medeiros Gomes, que a 19 de março de 1812, dando execução ao Alvará de 19 do mes anterior, transferiu a séde da comarca para Curitiba.

O referido Alvará de 19 de fevereiro de 1812 não creou a comarca ou as comarcas de Paranaguá e Curitiba, mas, além da creação de um logar de juiz de fóra, só mudou a denominação da comarca de Paranaguá para a de Paranaguá e Curitiba, fazendo desta villa cabeça de comarca e residencia dos ouvidores.

O dr. João de Medeiros Gomes foi o segundo ouvidor da comarca de Itú, onde a 15 de julho de 1821 presidiu a sessão extraordinaria da Camara Municipal, em que foram juradas as bases da Constituição decretadas pelas Côrtes Geraes de Lisbôa, e, posteriormente, foi ouvidor da comarca de S. Paulo em 1823, deputado supplente á Assembléa Geral na primeira legislatura—1826-29—, desembargador da Casa de Supplicação do Rio de Janeiro, cavalleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro por despacho publicado no dia da sagração e coroação de d. Pedro I e cavalleiro professo na Ordem de Christo.

15) Foi o dr. Medeiros substituido na comarca já então de nominada de Paranaguá e Curitiba pelo dr. José Carlos Pereira

DE ALMEIDA TORRES, contra o qual representou o Governo Provisorio de S. Paulo ao Principe Regente, que mandou participar por officio de 15 de abril de 1822 ao referido Governo que devia tomar este as medidas de segurança que julgasse uteis.

Almeida Torres, mais tarde agraciado com o titulo de Visconde de Macahé, foi em 1824 ouvidor da comarca do Rio das Mortes, que tinha por séde a villa de S. João d'El-Rei, foi eleito deputado pela provincia de S. Paulo á quinta legislatura geral, representou a provincia da Bahia no senado do Imperio, tendo sido escolhido senador em 14 de janeiro de 1843, foi duas vezes presidente da provincia de S. Paulo, a primeira em 1829 e a segunda de 1842 a 43, presidente da provincia do Rio Grande do Sul nomeado por carta imperial de 13 de outubro de 1830, ministro do imperio do gabinete de 2 de fevereiro de 1844, presidente do conselho de ministros do gabinete de 8 de março de 1848, sendo a segunda pessoa que occupou o logar de presidente do conselho, creado pelo decreto n. 523, de 20 de julho de 1847, e falleceu aos 25 de abril de 1850.

Sendo ouvidor Almeida Torres, foram alteradas as divisas da comarca, de que foi desannexada a villa de Lages por Alvará de 12 de fevereiro de 1821, a qual villa e seu termo já pelo Alvará de 9 de setembro de 1820 tinham sido incorporados á capitania de S. Catharina.

16) O ouvidor da comarca dr. JOSÉ DE AZEVEDO CABRAL, que fôra em 1806 juiz de fóra da villa de S. Salvador dos Campos de Goitacaz, proveu em Iguape aos 3 de setembro de 1823 que nenhuma pessoa distrahisse para serventia particular, como o pretendeu fazer Ignacio Moreno, as aguas que abasteciam a referida localidade.

17) O dr. JOSÉ VERNEQUE (assim escrevia elle seu nome, como se vê da carta de sentença por elle assignada a favor do p.e Pedro Gomes de Camargo contra o alferes Joaquim Januario Pinto Ferraz) o dr. JOSÉ VERNEQUE RIBEIRO DE AGUILLAR foi empossado do cargo de ouvidor da comarca aos 26 de julho de 1824, mais tarde desembargador da Relação da Bahia e, depois, da Casa de Supplicação do Rio de Janeiro, e casou-se em Curitiba com d. Anna de Sá Sotomaior, filha do coronel Ignacio de Sá Sotomaior.

Foi este o ultimo ouvidor da comarca de Paranaguá e Curitiba, tendo o art. 8.º do Codigo do Processo Criminal de 29 de novembro de 1832 extinguido as ouvidorias, que passaram para o dominio da Historia, que ora relembra nestas paginas não só os nomes dos que no largo periodo de mais de um seculo foram os encarregados da distribuição da justiça em uma porção da terra brasileira, como algumas datas necessarias para o estudo da marcha que seguiu a mesma terra para o progresso e para a civilização.

ALFREDO DE TOLEDO.

Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro á capitania de S. Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas noticias sobre a cidade da Bahia e a ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que ha pouco foi occupada. (*)

DE GUSTAVO BEYER

Traducção do sueco pelo dr. Alberto Löfgren

Os paquetes á vela, que de Falmouth se dirigem ao Rio de Janeiro, aportam sempre na Ilha da Madeira, onde demoram dois dias para deixar o correio da Europa e receber o que se destina ao Brasil. Dahi, por egual motivo, dirigem-se á Bahia, o que fazem sómente na ida, de novembro até abril, quando o vento aliseo sopra de norte a sul e o equador é transposto entre os meridianos 22 e 26, ao passo que, de maio a outubro, quando o vento sopra em direcção contraria, este porto é visitado sómente na volta.

A Bahia, a segunda cidade depois do Rio de Janeiro, na latitude de 13° sul, com 80.000 habitantes, está situada sobre um promontorio alto, perto do mar, e avista-se de longe. O seu commercio é vasto e o seu porto é excellente e bem defendido por uma guarnição numerosa. O actual governador da capitania da Bahia, Conde dos Arcos, ex-vice-rei do Brasil, é ainda moço, de qualidades superiores e, sobretudo, de um genio creador que muito tem contribuido para o aformoseamento deste grande emporio, que tão favoravelmente se apresenta aos navios que sulcam o atlantico do sul, sombreado como está por bellas bananeiras, mangueiras e coqueiros. Domina a cidade o novo edificio da opera e ao entrar no porto o viajante é surprehendido por um bello, extenso e bem traçado jardim publico que de noite costuma estar caprichosamente illuminado. No meio deste

---

(*) O original do presente e interessante trabalho foi publicado em Stockolmo, na typographia de Elmen e Granberg, no anno de 1814, e, sendo encontrados pelo bibliothecario de S. M. Oscar II, da Suecia, na bibliotheca particular deste soberano dois exemplares do folheto em que o dito original foi dado á estampa, o referido monarcha, por intermedio do mesmo seu bibliothecario, cedeu um dos exemplares ao nosso distincto consocio dr. A. Löfgren, e este tratou logo de fazer a versão do sueco para o vernaculo á qual ora damos publicidade.

N. DA R.

passeio ergue-se, sobre um pedestal de marmore branco, a estatua do Principe Regente, encarando o mar. No declive da rocha, entre o passeio e a praia, foi construida uma formidavel bateria de 40 morteiros, o que junto com as outras fortalezas, especialmente uma rotunda com 100 canhões em 3 series, edificada ha pouco no centro da bahia, impede qualquer desembarque inimigo. O estrangeiro que alli aporta comprehende logo o quanto são erradas as opiniões que ouviu na Europa sobre este paiz que, muito favorecido pela natureza, ainda não se acha civilizado, apezar da mudança de colonia para nação independente. Egualmente comprehende quanto erraram os escriptores de viagens que, apenas visitando o Rio de Janeiro, tomaram esta cidade por padrão para julgar todo um territorio de 60.000 milhas geographicas quadradas, quando elles, si quizessem ter se informado, poderiam ter conhecido o plano para a grande obra de civilização e povoamento do paiz.

A Bahia possúe grandes docas, fabricas de algodão, fumo e aço, tão bôas como na Inglaterra. Tem espaçosos hospitaes e quarteis para as tropas, que no ultimo anno foram augmentadas com 2 regimentos de infantaria e um de cavallaria, commandados pelos respectivos officiaes escolhidos entre os excellentes officiaes do exercito portugues na Europa. Uma esquadra ligeira permanece sempre no porto.

A posição da cidade, no caminho da Europa para a India, e a actividade de seus habitantes, crearam ahi uma riqueza que difficilmente pode ser calculada, porèm de que é facil fazer-se uma ideia, sabendo-se que, quando o Principe Regente, no começo de 1808, ali pela primeira vez desembarcou nos seus estados americanos, o corpo commercial por si offereceu á Sua Alteza Real, caso elle se decidisse a fixar sua residencia na Bahia, a quantia de 5 milhões de corôas para edificação de um palacio, além do compromisso de custear a côrte toda por espaço de seis meses, despesa que, com toda a segurança, pode ser calculada em um milhão de corôas, o que então não podia ser acceito, por já estar tudo preparado no Rio de Janeiro para receber a familia real e toda a comitiva. E' pena que este emporio famoso quasi tivesse sido destruido por uma chuva diluvial nos meses de junho e julho ultimos.

Desde a Bahia não se perde de vista a bella costa brasileira, que apresenta uma cordilheira contínua de montanhas cobertas de vegetação. E' preciso vel-a para bem julgal-a. O Cabo Frio é dobrado na latitude 2° 54' sul, este afamado ponto de encontro, tanto para os cruzadores das potencias navaes, como para os pescadores pacificos que na sua simples embarcação, denominada «*linguada*» (1), construida de 4 páus apenas, buscam os mais saborosos peixes para fornecer á população do litoral e aos navios

---

1 Jangada.

que passam. Em todo o logar que a vista devassa, enxergam-se pequenos navios que, ao longo da costa, conduzem os productos do paiz aos grandes portos e, em geral, no dia seguinte ao de ter dobrado o Cabo Frio, entra-se no grandioso porto de S. Sebastião ou Rio de Janeiro. A entrada passa em grandeza a das columnas de Hercules e pode ser comparada a uma porta cujos dois batentes são duas immensas e núas rochas de granito, das quaes a da esquerda é denominada Pão d'Assucar e que, segundo a ultima medição, tem 800 pés de altura. Os navios passam tão perto da fortaleza de Santa Cruz, collocada no centro da entrada, que com um porta-voz pode-se responder ás perguntas que dali vêm, o que é obrigatorio, para os que intentam passar em silencio. Santa Cruz è uma ilha perfeita que cruza o seu fogo com o de todas as fortalezas do porto e dos morros ao redor da cidade. Desses morros o da ilha das Cobras é curioso, porque ao pé delle os maiores navios podem ancorar. Na entrada do porto, que tem o comprimento de algumas leguas suecas, a vista se deleita com uma porção de ilhotas encantadoras que gozam de uma primavera eterna e das quaes emanam os mais agradaveis aromas. Entre ellas a «Ponto de Acajou» (1), onde reside o almirante inglez snr. Dixon, é a mais aprazivel pela sua situação. Os paquetes ancoram de preferencia deante do palacio que, com a cidade, terá uma curta descripção.

O desembarque é feito numa praça quadrada, um pouco maior do que a praça de Gustavo Adolpho em Stockholmo e onde, no lado do mar, existe um cáes de quadros de granito munido de degráus e de assentos. No centro deste caes ha um reservatorio de agua em fórma de obelisco, com inscripções e uma agua fresca e crystallina que jorra de cabeças de cobras e de dragões. A agua lhe vem de uma fonte distante duas leguas, de onde é conduzida para todos os logares publicos da cidade por aqueductos que são verdadeiras obras primas de construcção. Ao redor deste obelisco sempre se encontram bandos alegres, cantantes e barulhentos de negros que ahi vêm buscar agua que conduzem na cabeça em vasilhas de madeira parecidas com tonneis. Do lado do mar a agua é conduzida para os navios em calhas e bombas. Por causa da agglomeração constante desta gente estão alli postadas sentinellas para manter a ordem.

Os tres lados da grande praça são occupados por edificações; á esquerda o palacio do Principe Regente; no centro a capella real, de fronte do reservatorio e á direita, fronteira ao palacio, uma outra casa grande. Os edificios todos têm sacadas onde damas, cavalheiros e pagens se divertem durante as horas frescas do dia, respirando os aromas que se desprendem das numerosas flores ahi collocadas. A praça é bem nivellada, calçada de gra-

1 Ponta do Cajú.

nito e coberta de uma areia quartzosa e brilhante. De noite, especialmente ao luar, ella é muito frequentada. Nesta praça, chamada «Largo do Paço», e parallela á capella real, tem começo a rua principal, a chamada Rua Direita, de onde partem todas as outras ruas em linha recta, um tanto estreitas mas munidas de passeios lateraes para os pedestres. Atravessadas estas ruas nota-se que a cidade está muito bem collocada num promontorio quadrado rodeado de agua por tres lados e terminando no quarto lado por montanhas ornadas de uma rica vegetação. Apesar desta posição, tão excellente para o commercio e a navegação, seu porto seguro, incomparavel e bem defendido, capaz de abrigar todas as armadas do mundo, seu luxo e sua riqueza, a cidade do Rio de Janeiro, com seus 130000 habitantes, não constitúe, todavia, um dos mais saudaveis logares do grande continente americano. Collocada num valle *au niveau* do mar, na latitude de 23° S, perto do Tropico do Capricornio e Zona Torrida, rodeada de altas montanhas, que produzem constantes chuvas ou 177 dias chuvosos no anno, termo médio, e cuja agua por falta de canaes se estagna dentro do seu perimetro, origina disso uma humidade nociva ao organismo e uma porção de insectos molestos, dos quaes ha ahi maior abundancia do que em qualquer outro logar do Brasil. Os descriptores de viagens tem-se, além disso, occupado tanto com esta capital e suas curiosidades, que uma descripção minha seria apenas uma repetição inutil do que já se conhece, além de que o governo já deliberou sanar os erros commettidos por occasião da primitiva construcção da cidade, quando se consideraram apenas o porto e o seu commercio.

Desta deliberação governamental já existem, aliás, bastantes provas desde a vinda da Europa do Principe Regente que deu uma nova direcção a tudo nestas ricas regiões. No anno passado inauguraram-se uma academia militar e uma escola botanica. A bibliotheca real com 80000 volumes e 4000 manuscriptos foi posta em ordem, assim como a famosa collecção mineralogica de Freyberg foi enriquecida com 90 especies de diamantes pelo sr. da Camara. O Collegium Medicum, de organização complicada, foi dissolvido, recebendo um outro nome com tres professores apenas; um bello edificio para opera foi concluido no Campo da Ciganha e fizeram-se os alicerces para o novo Banco e a Casa da Moeda. Muitos palacios foram concluidos e outros começados por familias nobres e ricas vindas da Europa, evidentemente porque pretendiam ahi fixar-se. O novo Jardim Botanico, na Praia do Freitas, ostenta no seu terreno as mais raras plantas importadas de outros continentes; a fructa do pão, a arvore da camphora e o arbusto do chá ahi se desenvolvem bem, este ultimo é cultivado por uma colonia chineza e promette uma acclimação proveitosa desta planta indica na America do Sul. Algumas fabricas de polvora são construidas pelo tenente-ge-

neral de Napion (1) para aproveitar a inexgotavel quantidade de salitre do paiz e o seu producto tem chegado ao preço de um shilling a libra, de que resulta o Brasil poder exportar esta materia de defesa á patria mãe. Em Santos ha uma fabrica de fusis e de canhões debaixo da superintendencia do mesmo general.

Limitando com o Rio de Janeiro, a Capitania de S. Paulo é tida como o paraizo do Brasil por causa da sua altitude, seu ar saudavel e fresco. suas ricas minas e seus habitantes hospitaleiros, conhecidos na historia brasileira pelo nome de *paulistas*. O estrangeiro que viaja nesta parte da America sem os visitar soffre uma perda real, assim como o naturalista e o philosopho, que ali encontrarão mui favoraveis elementos para a investigação e para a meditação. Era agora no meio do inverno, (o melhor tempo para tal viagem) parecido com o verão na Suecia, excepto serem os dias e as noites egualmente longos, que tomei esta resolução, porque não teria de expôr-me ao calor abrasador nas excurções geologicas nas montanhas. O meu companheiro de viagem era o conde Nicolas von Pahlen de São Petersburgo, moço, amavel e estudioso, tão excellente literato quanto conhecedor do mundo em virtude de viagens pelos principaes paises europeus. Tudo foi posto em ordem para esta viagem que, por causa de sua extensão e falta de commodidades, pela maior parte no dorso de mulas, não pode deixar de ser difficultosa.

Apesar do Brasil não ser mais considerado colonia, o estrangeiro encontra, todavia, difficuldades em viajar sem passaportes e recommendações, do que nós estavamos abundantemente munidos e dos melhores. A viagem dos «dois noruegezes» para o interior era logo o assumpto das conversas em todas as rodas, porque poucas pessoas haviam que, depois de terem permanecido por annos no Rio de Janeiro, tives-em tido a curiosidade de ver S. Paulo, tão afamado aliás por sua situação e suas bellezas naturaes. Em toda a parte offereceram-nos recommendações para as mais distinctas pessoas da capitania, entre as quaes tenho a honra de contar com reconhecimento perpetuo S. Ex.cia o Marquez de Alegrete (2), actual governador geral. O bispo dom Manoel de Sousa (3) e o ouvidor dom Nuno Stiplitz (4) de ori-

---

1 O tenente-general Carlos Antonio Napion foi em 1800, com José Bonifacio e Martim Francisco encarregado de uma viagem mineralogica da Extremadura á Coimbra, commissão que desempenharam satisfactoriamente.

2 O Marquez de Alegrete, Luis Telles da Silva, administrou a capitania de S. Paulo de 1 de novembro de 1811 ate ser nomeado governador do Rio Grande do Sul, em 20 de agosto de 1815, sendo substituido no governo de S. Paulo por um triumvirato composto do bispo d. Matheus, do ouvidor d. Nuno e do intendente de marinha Miguel Jose do Oliveira Pinto.

3 De 31 de maio de 1797 a 5 de maio de 1824, data do seu fallecimento, foi bispo de S. Paulo d. Matheus de Abreu Pereira. Acreditamos que o A. se refere ao dr. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, successor de d. Matheus, tendo sido eleito bispo em 1826, porque, embora este não se chamasse Sousa e por occasião da viagem de Beyer não fosse ainda bispo, era elle então vigario geral do bispado e, portanto, a segunda autoridade diocesana, o que bem podia motivar o equivoco, em que cahiu o A., não tendo este interesse maior em evital-o.

4 D. Nuno Eugenio de Locio e Seilbz foi ouvidor de S. Paulo de 1813 a 24 de setembro de 1821, quando o Governo Provisorio resolveu suspendel-o e que «se lhe des-

gem sueca pela linha materna, as mais altas autoridades do paiz. Com o capitão de um pequeno navio contratei a viagem para Santos por um dublão ou 16 piastras espanholas tendo o cuidado de prover-me dos mantimentos necessarios, armas e arreios e, no dia 1 de março, de manhã, embarquei para sahirmos immediatamente, aproveitando o terral, o vento da terra. Além do conde von Pahlen e de mim, haviam mais passageiros entre os quaes um official que, por distincção na guerra em Portugal, tinha sido promovido para as tropas no Rio Grande do Sul para onde elle tinha de fazer a viagem por terra durante mais de quatro meses, depois da chegada em Santos. A nossa provisão viva de gallinhas e perús tinha sido consideravelmente augmentada por nossos amigos que, sem o nosso conhecimento, os mandaram a bordo, de modo que não sómente havia abundancia, mas ficava ainda bastante para obsequiar os outros passageiros que tinham contratado a sua comedoria com o capitão.

Em vez de um passaporte commum, tinha eu o que se chama uma portaria, assignada pelo ministro dos negocios estrangeiros, o Conde das Galveas ordenando em nome do Principe Regente a todas as fortalezas e registros—logar de revisão da bagagem etc,—e a todas as autoridades que me deixassem passar livre e sem embaraços. Apesar de conhecer o valor deste documento no Brasil não podia imaginar que tambem me désse direito á hospedagem, tratamento e transportes gratuitos, e que não são retribuidos pela corôa. Em casos difficeis tem-se até o direito de assignar P. R. (Principe Regente), e niguem póde então recusar a hospedagem. Mas apesar de nem eu nem o conde von Pahlen julgarmos proprio de nós aproveitar de todas estas liberdades, é necessario confessar que na maior parte dos logares no interior de S. Paulo a hospitalidade é tão grande que não nos deixaram pagar cousa alguma, parecendo até que consideram isso um tributo devido ao estrangeiro que constantemente recebe as mais significativas provas de bondade e de benevolencia.

Depois de já dado o signal para a partida, chegou a bordo um official da fortaleza Villagalham para revistar os documentos do navio e dos passageiros e notou que os primeiros não estavam conforme manda a lei. Por ter havido nisso um desfalque nas rendas da corôa, fez elle prender o capitão e levou o para ser interrogado na policia. Este acontecimento imprevisto, que retardaria a sahida por muitos dias si o caso tivesse de ser tratado como é de praxe, passou, porêm, sem consequencias, porque o mesmo official que o provocára, teve a gentileza de dirigir-se, em nome do conde von Pahlen e meu, ao governador geral do Rio de Janeiro, Marquez de Vagos que, consi-

---

sem oito dias para despejar a Provincia». Já tinha sido, antes de nomeado para s. Paulo, ouvidor de Pernambuco e foi o primeiro presidente da provincia de Alagoas (1824) senador do imperio pela mesma provincia, nomeado em 19 de abril de 1826. Falleceu aos 16 de janeiro de 1843. N. da R.

derando a nossa situação a bordo, ordenou a soltura do capitão, de modo que dentro de duas horas pudemos estar em caminho. Não ha muita commodidade a bordo destes navios, mas são os unicos que existem, não querendo ir em canoas que navegam ao longo da costa aportando cada noite. Isso, porêm, é arriscado por causa dos roubos pelos caboclos ou pelo perigo de encontrar tempestades. Sem leito e sem cabina, dorme-se no tombadilho ou no fundo da canoa e uma esteira constitue toda a cama. Não se deve, porêm, exigir commodidades quando se viaja na costa brasileira, porque ha compensação nos muitos logares magnificos e bellezas naturaes que sómente do lado do mar se apresentam em toda a sua plenitude. A comida nestes barcos correspondem ás commodidades e é impossivel para um europeu, apesar de haver diariamente carne e toucinho mas que perdem o seu valor pelo modo do preparo. A carne do Rio Grande é cortada rente aos ossos em tiras finas e longas que, depois de seccas, são enroladas. Para preparar esta carne põe-se-n'a de molho para depois assal-a num espeto. O toucinho, sem carne, é de gosto e cheiro desagradaveis e para não deteriorar, é fortemente salgado e pendurado ao lado do navio para seccar. Com isso recebem uma especie de feijão preto cozinhado com farinha de mandioca até formar u'a massa compacta que, depois de dividida em grandes bolas, é comida com as mãos. A mandioca é o pão dos brasileiros, tanto no mar como em terra, especialmente em forma de farinha que vem em pequenos cestos. Esta farinha tem um gosto tão agradavel que pelo costume se torna até preferivel ao pão, mesmo para os estrangeiros. Neste dia passamos Santa Cruz, a grande propriedade do Principe Regente, situada na Ilha Grande. Ahi S. Alteza Real vem passar uns meses no anno em companhia de sua familia e de seus ministros. A propriedade tem 100 leguas quadradas em area e é, portanto, do tamanho de um pequeno ducado. Destinam esta fazenda para um campo de experiencias agricolas e foi muitas vezes dirigida por agricultores ingleses. Como todos os melhores logares no Brasil foi esta propriedade organizada pelos jesuitas que eram os seus donos e que, para julgar pelas «rudera», de certo não deixaram de tirar lucro das vantagens que a natureza lhes ahi offerecia O palacio, que antes era um convento, é edificado em quadro com um pateo aberto e galerias interiores no primeiro e segundo andar. Os 36 quartos, destinados aos monges, são pequenos mas transformados e decorados para a familia real. Em frente do palacio, ao sul, ha um bello parque de duas leguas suecas quadradas, cortado por dois ribeirões navegaveis por pequenos navios, e cujas margens são ornadas por arvores indigenas de rara belleza. Todo o campo é um prado grande e verdejante onde pastam uns 7 a 8000 bovinos e merece o pincel de um mestre para ser reproduzido. Os trabalhos são executados por 2000 escravos que são todos instruidos na doutrina christã, possuindo cada um um pedacinho de terra e

dois dias livres por semana para trabalharem para si, sem contar os dias santificados.

O tempo estava magnifico mas o vento nos foi contrario até o dia 9, quando passamos entre a terra firme e a ilha de S. Sebastião, que é uma das mais ferteis e onde está situada a cidade Villa Nova da Princesa. A ilha dos Porcos vem em segundo logar e possue um porto regular em que os navios procuram abrigo contra as tempestades ou quando o vento é contrario. E' escassamente povoada e não tem mais que 60 habitantes, dos quaes 32 pertencem a uma só familia, a do sargento Manoel José de Mora, que em duas nupcias teve 30 filhos, todos ainda vivos. A ilha é rica em peixe e a sua posição é muito favoravel para contrabando, razão porque ha aqui um destacamento de soldados para vigiar os navios e botes que entram. Pertence a ilha á cidade de Obatuba (1), a duas leguas d'ali na terra firme; cultivam a canna de assucar, a mandioca e fabricam agua-ardente. Demorei ali alguns dias na casa de um velho chamado Vasco, oriundo do Porto e que habitava na ilha ha 40 annos. Fui convidado para um casamento que já duráva um semana com danças e folguedos. Cada tarde dançavam lundum e danças brasileiras, ao som da cithara acompanhada de vozes fortes e, como aqui sómente ha gente abastada, os homens vinham ás danças em botas claras de couro de cabrito e grandes esporas de prata, cujo tilintar, junto com o bater com os saltos no soalho, acompanhava a musica. Estalavam tambem com os dedos para imitar castanholas. Fazendo a conta do que se matava aqui diariamente em boi, vitello e porco e toda a sorte de aves, junto com a quantidade de fructas, café, cachaça, assucar e arroz, acreditar-se-ia facilmente que estavam esperando a hospedagem de um batalhão inteiro. Para honrar a festa auxiliei o trabalho para a grande canôa que era destinada a transportar uma deputação da ilha dos Porcos para o Rio de Janeiro, afim de pedir ao Principe Regente a concessão da partilha dos terrenos da ilha entre os habitantes.

Ao longo da costa de S. Sebastião enxergam-se lindas casas e todos os morros mostravam plantações de mandioca e de canna de assucar que agora estavam colhendo para levar aos engenhos. Nas praias ha casas de armação para a pesca das baleias que d'aqui até Santos é negocio bastante lucrativo para os habitantes e para a cidade A corôa arrenda esta pesca a particulares, por annos determinados, tal como em Santa Catharina. Apanharam um dia um peixe-boi, Trichechus manatus L., que os indios chamam «Ignaragua», do tamanho de um boi e com a mesma boca e dentes, de modo que deve, como este, alimentar-

(1) Ubatuba. Povoação fundada pelos annos de 1600 por Jordão Homem da Costa natural da Ilha Terceira.

N. DA R.

se de capim. A cabeça é arredondada e parece a de uma mulher. O couro é duro como o do elephante e o animal tinha dois braços com os quaes nadava e por baixo haviam duas tetas para alimentar os filhos, o que prova ter sido uma femea. O gosto da carne não era desagradavel e a banha, especialmente ao redor da cauda, tinha gosto de manteiga. Os seus ossos são brancos como o marfim e têm a mesma applicação.

Na outra margem do canal, na terra firme e no meio de um bonito bosque, divisa-se um grande convento franciscano, rodeado de coqueiros, laranjeiras e bananeiras, o qual, além de outras vantagens naturaes, parece estar edificado a proposito para garantir aos frades excellente pescaria. Calmaria e continuo vento contrario facultava-nos bastante lazer para visitar todas as curiosidades de S. Sebastião e suas vizinhanças, de modo que sómente no dia 13 ancoramos na bahia de Santos. Já ao raiar do dia ouviu-se o canhoneio da fortaleza, repetido ao meio dia em honra do anniversario do Principe Regente, quando passamos no estreito canal, ornado em ambas as margens de campos cultivados e altas montanhas. Longe da cidade vê-se a casa da quarentena num excellente logar, quasi todo rodeado de agua e tudo reune-se para agradavelmente impressionar o estrangeiro recemvindo.

Logo chegou um escaler, isto é, um bote coberto e a dez remos, cujo commandante tinha ordens do governador da Silva, a quem a minha chegada estava annunciada, para vir buscar-me. Nesta visita o commandante disse-me que o sr. Marquez de Alegrete lhe ordenára que me hospedasse no palacio do governo, um antigo convento de jesuitas, espaçoso e bem situado, e me proporcionasse todas as commodidades necessarias pelo tempo que pretendia demorar-me em Santos. O conde de Pahlen, de cuja chegada o cavalheiro da Silva nada sabia, compartilhava commigo estas finezas e, depois de termos entregues as nossas cartas de introducção a varios funccionarios da corôa, recebemos as mais lisonjeiras provas de estima e de benevolencia e é com a maior gratidão que nos lembramos do cavalheiro d'Oliveira Pinto (1) intendente da marinha e commandante da flotilha, cuja gentileza para com os estrangeiros em geral é tão grande quanto o são os seus meritos militares. Santos é uma cidade pequena com 4000 habitantes, tem forte commercio com a America Espanhola e exporta para a Europa pelo Rio de Janeiro grande quantidade de assucar e arroz que é considerado o melhor do Brasil. A sua população augmenta annualmente, como em todos os emporios commerciaes, ao passo que o numero dos frades diminue em con-

---

(1) Miguel José de Oliveira Pinto fez parte do triumvirato, que substituiu no governo da capitania em 1813 o Marquez de Alegrete, e do governo provisorio constituido em consequencia do movimento popular de 23 de junho de 1821. Falleceu no Rio aos 14 de janeiro de 1847.

N. DA R.

sequencia de maior instrucção e governança sabia. Varios conventos não continham mais de 2 ou 3 e o maior só abrigava um frade entre os seus muros.

Durante os dias 14 e 15 visitamos a cidade e as suas curiosidades e fizemos uma excursão nos arredores para colleccionar caramujos. No dia 16 embarquei no mesmo escaler ás 8 horas da manhã, passando por um canal natural de tres leguas de comprimento e considerado um dos mais bellos no Brasil, ornado como está em ambos os lados por palmeiras, coqueiros e mangueiras, em cujas copas enxergam-se e ouvem-se as mais bellas aves da America. Nas margens e quietas sobre a areia, descançavam uma porção de aves aquaticas e tartarugas e por toda a parte pulavam peixes, tudo livre das armas e das rêdes dos homens. Neste canal tranquillo quasi se não chega a admirar uma bella vista quando já se divisa uma outra ainda mais bella, e todas ellas bem mereciam ser reproduzidas. O desembarque é ao pé de uma montanha enorme chamada Serra do Cubatão que parece ter sido collocada pela natureza como limite extremo para o viajor curioso mas, depois de ter pago um imposto aduaneiro insignificante pelas pessoas, animaes e bagagens, recebido pela alfandega de Cubatão, arrendada a uma casa inglesa May Coppendal & Comp., sobe-se em mulas esta parte da cordilheira. O caminho em zigue-zague de angulos curtos, é protegido por um parapeito, ladrilhado e continùa até a altitude de 7000 pés levando a subida cerca de duas horas. De cima offerece-se a mais deslumbrante vista que talvez haja no mundo. A montanha toda coberta de mata, musgo e plantas pequenas, é formada de granito e um grès ferruginoso; dos altos precipitam-se massas de agua formando lindas cascatas passando por caminhos que a arte lhes cavou no proprio granito e em muitos logares cruzam a estrada antes de cahirem no abysmo A mata cobre a maior parte da serra e desenvolveu-se de tal modo por cima do caminho que não sómente o protege contra os raios solares como até contra as chuvas que raras vezes faltam. Como o dia era claro pudemos melhor apreciar esta obra gigantesca. Quatro a cinco caminhos em zigue-zague pareciam em muitos logares correr acima de nossas cabeças e davam novos ensejos de admiração por uma obra para cuja conclusão foi necessario vencer tantos obstaculos naturaes e applicar milhões de cruzados que foram gastos para derrubar a mata, construir tão longo caminho através da propria rocha e finalmente, calçal-o com lages. Tudo contribue para dar uma alta ideia da energia do brasileiro e sua inclinação para grandes empresas. Poucos trabalhos desta natureza na Europa podem se considerar superiores a este e, quando se leva em conta a população tão escassa nas proximidades e mesmo aqui, se comprehendem as enormes despesas que acarretou e que talvez em nenuhum outro paiz se tenha luctado com tantas difficuldades como estas. Já mencionei

que todos os transportes são feitos por tropas e devo aqui descrever uma scena que presenciei no Cubatão. Defronte da casa do guarda, num grande espaço plano, cujos lados são occupados por armazens e outras casas, trouxeram uma centena de mulas para serem arreadas e carregadas com as mercadorias que em canôas chegaram de Santos. O socego e a comprehensão destes animaes durante o arreamento são comparaveis unicamente á pericia dos carregadores, especialmente pretos, de repartir a carga egualmente nos dois lados. A carga é fixada sobre uma cangalha feita de palha e coberta de couro crú com dois cabeços para cima e nos quaes se fixam as cargas, sendo o mais difficil a evitar que a cangalha pise o animal pelo attricto. As mulas são amarradas umas ás outras pelas caudas e como ellas assim caminham em linha, são necessarios apenas poucos tropeiros, a cuja voz ellas seguem e obedecem.

Serra acima o terreno é plano e muitos logares parecem-se com paisagens de Skane e Uppland, havendo aqui estrada para vehiculos de rodas. Tudo é differente do que já tinhamos visto. Com um céu completamente puro, respira-se um ar saudavel e os proprios habitantes não se parecem com os seus patricios das capitanias vizinhas. Julga-se vêr uma outra raça mais parecida com os suissos. Os camponezes são cortezes e hospitaleiros e em casa de cada um delles pode-se obter um grog, ovos e bom caldo de gallinha com gemmas de ovo e farinha de mandioca. A noite passamos no Marianno, uma casa insulada numa grande mata e onde mudamos de animaes. Fomos ahi obsequiados com uma boa ceia e camas, o que, depois de um dia inteiro de viagem a cavallo, nos era extremamente agradavel, tantopara o estomago como para o corpo todo. No dia seguinte, de manhã cedo, chegou um official da guarnição da cidade de São Paulo, por parte do governador que tinha sido prevenido da nossa chegada, para nos dar as bôas vindas a esta capitania e communicar que elle teria muita satisfação em nos receber e nos dar hospedagem no palacio do governo (outro grande convento de jesuitas), si s. ex. não soubesse que em virtude de recommendação dos nossos amigos do Rio de Janeiro, isso já estava arranjado na casa do conego Juan Ferreira. (1) Já tinhamos o prazer de conhecer a familia deste senhor, mas nada sabiamos de sua incomparavel gentileza que passava tudo quanto era licito esperar-se mesmo no paiz mais hospitaleiro.

---

1 O conego João Ferreira de Oliveira Bueno era natural de Santos e filho de João Ferreira de Oliveira e d. Maria Bueno, ter-neta de Amador Bueno de Ribeira, o *Acclamado*. Formado em canones pela Universidade de Coimbra, foi nomeado conego da Sé Paulopolitana a 14 de junho de 178' e falleceu em 6 de maio de 1830, instituindo herdeiro universal o seu sobrinho desembargador João de Sousa Pereira Bueno. Eleito pelo povo e tropa, fez parte do governo provisorio de S. Paulo em 1821-22, e escreveu a narração de uma viagem, que effectuou, ao Paraná, em 1810, narração que se acha estampada no tomo I da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*.

O mesmo official nos communicou que o snr. governador tinha dado ordem para nos fornecer cavallos para continuarmos a viagem. Durante alguns dias passamos por bonitas plantações de canna de assucar e de mandioca, mas muitos campos havia sem cultura por falta de habitantes. Atravessamos tambem alguns rios pequenos em cujas proximidades se viam colonias novas situadas na sombra de laranjeiras e bananeiras. Os cavallos, que nos foram mandados, chegaram no dia 19 com duas ordenanças de cavallaria e pudemos então deixar as nossas mulas e apressar a viagem, de modo que ás 4 horas da tarde chegamos a S. Paulo onde apeamos na casa do referido sr. conego Juan Ferreira que nos recebeu amavelmente, já tendo convidado algumas pessoas para jantarem em nossa companhia. Entre ellas estavam o coronel Andrada, (1) grande naturalista, cujo irmão (2) e um snr. da Camara (3) ha alguns annos visitaram a Europa inclusive a Suecia. De noite fomos visitar o governador geral, Marquez de Alegrete, que nos recebeu rodeado da força e do brilho proprios destes altos dignitarios, porém isso não nos impressionou tanto quanto o modo amavel e cortez com que elle sempre recebe todos os estrangeiros, assim como as muitas instituições novas que elle tem organizado na capitania e que lhe têm merecido o amor e a estima de todos.

E' aqui costume o viajante receber primeiro as visitas, o que no nosso caso se estendeu a todas as classes e corporações e, sómente depois de ter pago as visitas todas, foi que pude occupar-me em passeios pela cidade e examinar as suas curiosidades. S. Paulo está situado num bonito morro de cerca de uma legua de perimetro, rodeado de campos e prados, regados e cortados por pequenos rios que durante o tempo das chuvas o torna quasi uma ilha, unindo-se todos ao rio Tieté que a uma legua da cidade corre na direcção sudoeste. A cidade foi principiada pelos jesuitas e tem o seu nome do primitivo templo cujo padroeiro foi o Apostolo Paulo. Esse templo foi inaugurado em 8 de fe-

---

1 O coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada nasceu em Santos em 1774, bacharelou-se em mathematicas na Universidade de Coimbra, foi um dos grandes vultos da Independencia Nacional, membro do governo provisorio de S. Paulo em 1821-22, deputado á Assembléa Constituinte de 1823 pelo Rio de Janeiro, á Assembléa Geral Legislativa em duas legislaturas, 2.ª e 4.ª, ministro da fazenda em 1822 a 23 e em 1840. Fez em 1805 pela capitania de S. Paulo uma viagem mineralogica, cujo *Diario* foi publicado no vol. IX da *Revista da Inst. Hist. Brasil.*, que tambem publicou em seu tomo 45 seus *Jornaes das viagens pela capitania*. Martim Francisco falleceu em 3 de fevereiro de 1844.

2 O irmão do coronel Andrada, que visitou o velho mundo foi José Bonifacio de Andrada e Silva que o correu como naturalista e mineralogista durante dez annos «desde os verdes campos da Lombardia até a gelada Suecia e Noruega, tudo observando e notando com a perspicacia e penetração do sabio». Nasceu elle em Santos aos 13 de junho de 1763 e falleceu em 6 de abril de 1838. Foi um patriota e um sabio e bem mereceu o titulo de Patriarcha da Independencia do Brasil com que a Posteridade o galardoou.

3 O A. se refere ao dr. Manuel Ferreira da Camara Bittencourt e Sá que foi companheiro de José Bonifacio em sua excursão scientifica pela Europa. O dr. Camara nasceu no correr do anno de 1762 no arraial de Itacambirussú, capitania de Minas Geraes em 1826 foi nomeado senador do Imperio e falleceu em 13 de dezembro de 1835.

N. da R.

vereiro de 1554, por occasião do baptismo do principe indigena Tavariça (Tibiriçá), moço dotado de grandes virtudes e excellentes qualidades e que governava a colonia que naquelle tempo se chamava na lingua dos indios «Piratininga» o que quer dizer peixe secco, por causa dos muitos peixinhos que ficavam em secco quando, depois das chuvas, o rio Tamanduatehi, que cerca a cidade, diminuia as suas aguas que tinham inundado as varzeas. Mais tarde, quando os portugueses occuparam a cidade, S. Paulo foi proclamado capital, em 1581, em vez de S. Vicente, a primeira cidade, que tinha sido construida por Martim Affonso de Sousa em 1531.

Em todo o continente americano não se conhece logar mais saudavel. A media do thermometro está entre 50 e 80 gráus Fahrenheit (10–27°), nem chuvas extraordinarias, nem trovoadas excepcionaes se produzem e as noites são de modo a tornar necessario vestir o sobretudo. E' sede do Governador Geral, dum Bispo e um Ouvidor. Ha varias praças publicas com fontes d'agua, 13 instituições religiosas, das quaes 8 igrejas, 3 convertos de frades e um de freiras, a maior parte, como as casas da cidade, construidas de taipa que muito resiste ao tempo, um hospital excellente e boas barracas para as tropas. A população da cidade e seus suburbios é calculada em mais de 15000 pessoas, inclusive o clero e os militares. Os primeiros são de principios liberaes e o bispo, seu chefe, é um homem de meritos literarios que fez varias viagens á Europa e muito tem contribuido para a tolerancia e o esclarecimento que se notam nesta capitania. As tropas de todas as armas são em numero de dois mil homens, divididos em legiões. A milicia é numerosa porque cada homem é sujeito ao serviço militar. O corpo medico é pequeno, tanto em numero como em conhecimentos, exceptuados os do hospital e das legiões. Em geral servem os pharmaceuticos de medico e dos seus armarios distribuem Deus sabe o que, porque póde-se comprar delles ferraduras com a mesma facilidade que um ferreiro vende vomitorios, e segue-se d'aqui que ainda não existem as associações de officios. Os casos de molestia são raros em S. Paulo e não ha epidemias, mas na vizinhança das minas vi frequentemente caboclos com grandes inchações nas glandulas do pescoço, o que antes se pode attribuir ao costume de carregar tudo na cabeça, do que ao clima. Este costume é tão inveterado que muitas vezes encontram-se pessoas que carregam assim um garrafa vasia ou outro objecto pequenino. Esta inchação differe do Stroma dos Alpes por ser molle e se estender ás vezes de uma orelha a outra. A variola que antes fazia grandes estragos, como em outros logares entre os tropicos, é prevenida por um instituto vaccinogenico, installado no palacio do governo, debaixo da protecção do governador geral. A vaccinação é ahi gratuita, como em todos os outros paizes bem governados e com o mesmo resultado feliz.

Apesar de não haver fabricas nem manufacturas de importancia, alêm das metallurgicas, ha em S. Paulo diversas industrias, entre as quaes merece menção em primeiro logar a das rendas, de largura e fineza excepcionaes — em geral, occupação das mulheres.—Fazem tambem tecidos de algodão de varias cores e qualidades, destacando-se os mosquiteiros com que se cercam as camas e que são tão finos que nenhum mosquito póde atravessal-os. Ha tambem as redes com grandes barras feitas á mão e nos quaes se dorme a sesta no canto de algum quarto. Servem egualmente de cama em viagens, sendo armadas entre duas arvores ou dois postes. Obras de ouro ou de prata de toda especie, principalmente trabalhos de filigrana, occupam muita gente. Nos arrabaldes moram muitos criolos indios que fabricam potes de barro de grande consumo, porque é uso geral preparar nelles a comida e carregar agua. Muitos outros objectos são fabricados de barro e não sem gosto.

Os camponezes nas proximidades da cidade têm por principal industria a criação de gallinhas e de porcos que em grandes quantidades conduzem para a cidade. Fornecem o mercado tambem de uvas, ananás, pecegos, goiabas, maçãs, peras, marmellos e a fruta do pinheiro da terra que assam e comem como castanhas. Legumes são produzidos com abundancia durante o anno todo, assim como inhame, repolho, couve-flor, alcachofra, espinafre, espargo, alface, e muito agrião. Ha batatas europeas, batata doce, ervilhas, melancias e toda especie de feijões e cebollas e, alêm disso, encontram-se por pouco preço gallinhas, gansos, pombas, marrecos e perús.

Os habitantes da capitania de S. Paulo distinguem-se de todos os outros americanos por sua civilização e boa apparencia. Fogosos, bravos e sinceros, tornavam-se sempre temidos nas antigas guerras com os espanhoes e os indios, sendo militares por natureza. Occupam um territorio maior do que a França apesar de não serem mais do que uns 250000. Os homens, ainda que tenham empregos civis, são todos militares, pertencendo aos regimentos de milicia com obrigação de servir no caso de invasão inimiga e é esta a razão porque se encontram todos trajando os mais ricos uniformes que, como é natural, tanto realça esta sociedade. Os postos de coronel pertencem em geral aos commerciantes de primeira classe. Os militares são divididos em tres categorias: a primeira, ou, a contractada, é paga pelo Estado e marcha para onde fôr mandada, até fóra dos limites do paiz como acontece agora, para Paraguai; a segunda, ou a milicia, fica sempre no paiz e recebe da corôa as armas, o uniforme e a montaria; em certas epocas do anno faz exercicios. A terceira, ou as ordenanças, compõe-se de soldados velhos da primeira ou segunda categoria e serve para policiamento no paiz, nas aduanas, barreiras, registos e obras publicas para fiscalizar e tratar com os escravos. Não ha grande mistura destas

categorias e em cada corpo encontra-se a mesma côr entre os homens; os negros pertencem aos contractados e trajam uniforme branco Mas, apesar do espirito guerreiro que reina nesta capitania, ha tambem pessoas que amam o commercio e outras que se distinguem por conhecimentos scientificos.

As mulheres são em geral bonitas, bem feitas e extremamente encantadoras no seu modo de ser. Nunca vi olhos mais expressivos, dentes mais bonitos e pés mais mimosos do que nellas—poder-se-ia crêr estar em Stockholmo. Canto e musica são talentos communs que ellas revelam com a mesma graça e facilidade. O primeiro consiste principalmente nas conhecidas modinhas e os instrumentos mais frequentes são o piano, a harpa, a guitarra e o orgam, dos quaes a guitarra é o mais commum e tocado até entre o povo do campo. Simples no trajar, distinguem-se, todavia, as paulistas por um gosto excepcional e, apesar de viverem num paiz onde o ouro e os brilhantes abundam, usam-nos raras vezes. Com um simples enfeite de flores natuturaes ornam o seu comprido e escuro cabello, arranjado e fixado com ricos pentes. As flores no cabello, dadas de presente, são verdadeiras provas de graça e bem querer, comparaveis apenas a dança depois do jantar na Suecia, ambas reservadas por muito tempo e ambas destinadas ao feliz correspondido. Ellas são bastante sensiveis á lisonja e se orgulham de ser paulistas; são inexcediveis nas pequenas intrigas e, como me foi contado, partilham com as mulheres da Europa o gosto pelas superficialidades, mas são menos constantes que estas. Raras vezes occupam carruagem nos seus passeios ao campo ou viagens maiores, preferem montar a cavallo, no que têm grande habilidade. Quando montam, vestem uma saia comprida que lhes esconde os pés, com gola vermelha e enfeitada de galões ou de bordados a ouro. Aos 13 ou 14 annos costumam casar e é raro ver uma paulista solteira.

Cada terra tem seus costumes, assim tambem S. Paulo, e em poucos logares a polidez é mais exaggerada do que aqui. Quando um estrangeiro pela primeira vez visita uma familia, é recebido pelo dono da casa que lhe offerece a «sua amizade, seu coração e sua casa, como si fosse a delle», o que de modo nenhum deve ser tomado como uma simples formula. Quando o hospede se retira, o dono da casa chega primeiro á porta, não para dizer uma amabilidade, mas para mostrar que o hospede é o dono da casa, acompanha-o ate o ultimo degràn e, muitas vezes, até á rua. Isso é tão commum, como o é o costume de fazer presente de um objecto que a pessoa gaba; p. ex. na viagem ás minas encontramos um capitão Ferreira que montava um cavallo bonito e de excellente andar e como eu por acaso o dissesse, quiz elle presentear-me com o animal, do que com muita difficuldade pude declinar. Taes casos se dão frequentemente e no começo embaraçam muito os estrangeiros, que, por isso, são tidos por menos bem educados.

O tempo passa depressa num paiz onde se gosam tantas finezas como em S. Paulo. Passamos uma semana inteira em divertimentos, entre os quaes, além *de bailes e theatros*, devo mencionar um passeio campestre a cavallo, organizado pela Marqueza de Alegrete, da cidade até o outro lado do rio Tieté, onde passamos um dia inteiro brincando. Muitas senhoras casadas e moças bonitas compunham a comitiva que, toda unida, partiu da cidade, acompanhada por um enxame de ordenanças e criados. Um outro dia o governador geral ordenou manobras das tropas no «Campo da Santa Luz», a que alguns milhares de pessoas vieram assistir, a pé. Os uniformes das legiões e os seus movimentos mereciam todo o applauso, distinguindo-se especialmente a artilharia. De tropas extranhas havia um regimento de cavallaria de 800 homens, das minas de diamantes de Minas Geraes, provavelmente um dos mais brilhantes regimentos do mundo, o qual estava de passagem em S. Paulo para se ajuntar ao exercito brasileiro, acampado em Paraguai, perto do limite com o dominio da Espanha. Todo o metal nos arreios era de prata massiça e como elles pertenciam a familias mineiras naquella rica provincia, estavam equipados em correspondencia. Contaram-me que no regimento nenhum homem havia que não tivesse a somma de mil corôas na algibeira. O seu comportamento tambem era o melhor possivel. Do campo de exercicio e, acompanhando as tropas com musica e bandeiras desfraldadas, seguiam todas as damas e cavalheiros que, em numero de 50, tinham sido convidados para passarem a tarde no palacio.

No dia 23 chegou a noticia da entrada do exercito russo em Berlim e na mesma noite festejou-se este acontecimento com uma representação no theatro particular que o Marquez tinha construido no palacio e onde estreiaram sómente os seus ajudantes e algumas poucas damas. No dia 24 seguiu-se um grande jantar com concerto e brilhante baile de noite.

No dia 25 emprehendi a viagem para as minas em companhia do sr. Elboque, tenente-coronel em S. Paulo, o ajudante-general sr. Dankwardt, capitão da artilharia montada e o sr. Huntley, commerciante ingles, alèm de cinco creados e uma escolta de dois dragões e um sargento que por ordem superior tinham de tomar conta de nossa bagagem e prestar os serviços necessarios. Todos iam montados, inclusive o conde v. Pahlen e eu. O caminho seguia na direcção sul atravessando Jaraguá, Ponamduba, Itú, Porto Feliz, S. João de Ipanema, Sorocaba, Cotia e S. Roque, ao longo do rio Tietè que passamos em varios logares por pontes compridas. Para não ficarmos surprehendidos por homens ou animaes ferozes, guardamos a seguinte ordem: 1.° dois creados pretos; 2.° o sargento; 3.° os viajantes, dois a dois, de modo a podermos conversar; 4.° tres criados com a bagagem, cozinha e cantinas; 5.° dois dragões, todos com fuzis.

Tiete é um rio especialmente curioso, porque corre do lito-

ral para o interior, onde se torna mais fundo e mais largo, servindo de communicação entre Rio, Santos e S. Paulo ao norte e os districtos ricos de Cuiabá, Mato Grosso, Paraguai, Rio da Prata, Potosi, Chiquisaca e uma grande parte do Perú, ao sul. As suas margens são encantadoras. Tiete tem 23 cachoeiras que tornam difficil a viagem porque em muitos logares é preciso conduzir por terra as canoas, unicas embarcações que servem para este rio. Elle une-se com os rios Paraná, Pardo, Sucuriú e Sorocaba e, ha pouco, o governo deu ordem para exploral-o por habeis officiaes de marinha, dos quaes esperam-se interessantes descripções.

Jaraguá, que pertence ao ex-governador Orta (Horta), é conhecido pela quantidade excepcional de ouro ali extrahido ha 200 annos, quando era considerado o Perú brasileiro. Hoje, porém, não é assim, apesar de continuar a extracção. O terreno ao redor é montanhoso e desigual; a propria montanha parece composta de gneiss com hornblenda cuja superficie é vermelha e contem ferro. O ouro é encontrado em «stratos» de pedregulho com ouro, chamados «cascalho» que se retira do morro com uma picareta chamada «almocafre». Este cascalho é collocado em bacias de madeira, denominadas «batéas» onde é lavado com movimento constante e despejado pelos negros que durante o trabalho ficam no meio do riacho que é regulado de modo a não ter correnteza demasiada. A porção, que é lavada cada vez, pode ser de umas 6 a 8 libras e compõe-se de quartzo, pyrites e oxydo de ferro. O ouro que contem fica no fundo pelo proprio peso especifico e differe muito em quantidade e tamanho de suas particulas das quaes algumas são tão pequenas que boiam, ao passo que outras chegam ao tamanho de uma ervilha e até maiores. A fiscalização do trabalho é feita por inspectores que, para bem avistar os negros, estão assentados na sombra, num logar alto perto do trabalho. O processo mais commum é seccar o ouro e entregal-o ao official que o pesa e tira um quinto que é para a corôa. Depois funde-se o resto com Murias Hydrargyri em forma de barras que são quilatadas e marcadas pelo seu valor intrinseco, do qual dão um attestado impresso que sempre acompanha a barra. Agora não é mais permittido deixar circular ouro em pó ou em barra, porque todo elle deve ser amoedado de acordo com a moeda do paiz que pelo seu valor exacto é entregue pelo banco. Jaraguá tem grandes terrenos, extensas matas e boa caça de veados, nhambús, e outros animaes. A lavoura, que seguiu á mineração do ouro, tem feito grande progresso e o trabalho é executado por 50 negros ou escravos que aqui, como em outros logares, pertencem ao inventario e são vendidos como o gado, valendo actualmente 200 riksdaler banko (150$000).

A mina aurifera de Ponamduba é menos explorada do que Jaraguá por falta de agua até agora, mas é mais rica. Um terço desta mina é propriedade do sr. Dankwardt que, por ter reben-

tado e removido um grande morro que até então impedia a agua a vir, deu a esta uma direcção conveniente que prometteu aos proprietarios uma rica extracção. Rebentar morros com polvora era tão pouco conhecido que, antes de ceder ao sr. Dankwardt a terça parte pela direcção technica dos trabalhos, o dono primitivo de Ponamduba julgou poder destruir a montanha por meio de grandes fogos que aqueciam a superficie, sobre a qual depois deitava-se agua, mas como o effeito era insignificante, esteve quasi a abandonar a exploração. Todos os pequenos rios nesta zona contem ouro mas tão pouco que em muitos logares não vale a pena empregar na extracção mais do que um ou dois negros, ao passo que a lavoura está completamente abandonada. E' triste ver como está inculta e deserta esta parte de S. Paulo cuja fertilidade roduziria cem por um e num clima tão saudavel, ao passo que o proprietario com sua sede de ouro, vive na necessidade de tudo e encara com indifferença a riqueza que a natureza lhe collocou aos pés. E' tido como remunerador o trabalho que rende ao dono uma pataca por negro e por dia, porque a manutenção do negro é avaliada apenas na terça parte, o que, calculado sobre um grande numero, dá um bom lucro, razão por que, tanto no campo como nas cidades desta capitania, pessoas ha que empregam os seus capitaes na compra de escravos que, trabalhando para outros, constituem o seu unico mas rendoso meio de vida. Mais longe e antes de chegar á cidade de Itú, o terreno é cultivado e todos os campos são ornados com plantações de canna e ao pé de cada rio encontram-se engenhos e alambiques, que são movidos por agua. Os valles são cheios de gado e satisfação e bem-estar caracterizam tudo. Itú tem uma bonita cathedral na qual ha bons quadros da historia da igreja. Convidados pelo vigario, com quem jantamos em casa do capitão Marcellino, para visitar a Cathedral, mandou elle repicar os sinos á nossa chegada, mas não o fizeram, porque um outro prelado, que nos devia receber, lembrou-se que esta honra de modo nehum podia ser feita a dois herejes do norte, como eramos eu e o Conde. O vigario, acostumado a ser obedecido, mostrou visivel descontentamento, mas não podia de forma alguma fazer o seu collega concordar nesta fineza para comnosco. Mas quando elle, finalmente, lembrou-lhe um trecho da ultima noticia que tinha vindo da Europa, de que o principe de Kutusoff tinha mandado conduzir a imagem de Nossa Senhora deante do exercito russo quando ia combater os franceses, os inimigos crueis de Portugal, e forneceu assim a prova mais evidente de que os russos, como os outros povos do norte, eram catholicos, o collega, apparentemente convencido, pediu humildemente desculpa e gritou para a torre: «toquem, rapazes». A altercação entre os dois ecclesiasticos era distinctamente ouvida, mas os sinos dobraram em Itú e nós sahimos debaixo de bençams.

Viajando pelos arredores de Itú é impossivel não notar que

toda a gente da classe baixa tinha os dentes incisivos perdidos pelo uso constante da canna de assucar, que sem cessar chupam e conservam na boca em pedaços de algumas pollegadas. Quer em casa, quer fóra della, não a largam e é possivel que esta tambem seja a causa de haver aqui mais gente gorda do que em outros logares. A classe superior gosta egualmente de doce, pelo que recebeu a alcunha «mel do tanque» isto é, o melhor melado produzido na fabricação do assucar. Os proprios bois e os burros tambem participam da mesma inclinação e encontram-se elles, tal qual seus conductores, mastigando canna. E' um refresco para todos durante o calor

A elephantiasis é uma molestia bastante commum em Itú e é crença geral que ella se cura melhor com exortações e pelos santos do que pela medicina. A causa deste mal ainda não está descoberta.

Em caminho visitamos a conhecida cachoeira do Tieté denominada «Salto de Itú» que tem uma extensão de um quarto de legua com largura correspondente, parecendo destinada pela natureza para grandes fabricas e sem muito trabalho. Mas apesar disso e apesar de que os açudes, que no Brasil custam tanto trabalho, já existem pelo acaso, não ha nesta immensa cachoeira mais do que um só monjolo para socar milho.

Seis leguas de Itú e á margem do mesmo rio, está a cidade de Porto Feliz donde partem todas as expedições militares quando se dirigem para o sul, ao Paraná, Mato Grosso e Rio Grande e que recebem d'aqui o ferro, o sal, a munição e o vestuario que o governo annualmente fornece para as tropas. Estavam aqui varias divisões de canôas grandes, destinadas a uma expedição secreta mandada pelo ministerio de d. Rodrigo, conde de Linhares, presidente do conselho e ministro da guerra, mas, por sua morte, foram as canôas guardadas em telheiros proprios. Em cada canôa cabem 80 homens com armas e tudo necessario, menos a agua, e todas são feitas da preciosa «peroba» de cujo tamanho pode fazer-se uma ideia sabendo que uma canôa destas é feita de um só tronco. Ao pé da cidade ha a grande montanha calcarea denominada «Araara Itaguaba», nome este que conserva do tempo dos indios e quer dizer: «comer cal» porque, nos meses de janeiro e fevereiro chegam aqui milhares de papagaios e outros passaros americanos que comem cal antes de porem os ovos. Em Porto Feliz estavamos hospedados em casa do capitão Ferreira, (1) irmão do conego Ferreira, de S. Paulo e, como elle, cumulou-nos de finezas. A uma legua da cidade fomos recebidos pelo capitão-môr (abreviação de «major») ou primeira autoridade e varios officiaes que, juntos com o capitão Ferreira, do mesmo modo, nos acompanharam na

---

(1) Capitão Miguel Ferreira de Oliveira Bueno.

N. da R.

partida. Tivemos aqui, pela primeira vez, a felicidade de almoçar e jantar em companhia das senhoras da casa. Em todos os outros logares estavamos sempre a sós com o dono da casa e os cumprimentos reciprocos eram feitos por intermediarios.

Um pouco além de Porto Feliz deixamos o Tieté para nos dirigirmos directamente ao rio Sorocaba, que passamos em canoas. Os animaes passaram a nado, amarrados uns aos outros pela cauda. Aqui começa a verdadeira região da exploração mineira e por toda a parte ha ouro e ferro, porém não em tal abundancia como em S. João de Ipanema a algumas leguas distante onde, numa extensão de 10 leguas suecas, se encontra um minerio de 80 a 85 °/₀ de ferro, á flôr da terra e com matas numa extensão dupla. Ha varios annos funcciona aqui uma fabrica, actualmente dirigida por um sueco, sr. director Hedberg. Na mesma occasião organizaram-se mais duas fabricas de ferro, uma em Tijuca pelo Barão von Eschwege, da Allemanha, e outra em Minas Geraes pelo afamado mineralogista sr. da Camara, que o mundo scientifico conhece desde as suas viagens pela Russia, Suecia e Allemanha. Mas nem uma nem outra tem dado bons resultados para os proprietarios. A superintendencia de Ipanema é exercida por uma «junta», de que o director é membro, e o capital de movimento está em acções de que o governo possue um terço. A fabrica é situada proxima ao rio Sorocaba que fornece a agua necessaria e está projectada para trabalhar com dois folles e 5 fornos, dos quaes um deve estar em descanço. O trabalho é executado por cem negros, além dos creoulos. Os açudes são feitos de pedra lavrada e todas as obras internas são feitas das mais lindas madeiras do Brasil, cortadas numa serra bem montada e por meio da queda dagua do proprio rio conduzidas até a fabrica. O logar mais rico, porém, é a montanha chamada «Goraçoiaba», ordinariamente denominada «Morro do ferro», a meia legua de distancia da fabrica com a qual communica por uma estrada nova e larga. Em relação ao fabrico do carvão, julgava-se por muito tempo que as madeiras brasileiras não prestavam por causa da sua dureza, porém a experiencia do sr. Camara convenceu do contrario. Imaginava-se tambem que a fabricação de ferro no Brasil prejudicaria á Europa e supplantaria a importação da Suecia, porque o aproveitamento dos recursos proprios seria de grande valor, caso uma guerra entre a Inglaterra e as potencias do Norte impedissem a exportação dos artigos de primeira necessidade. Ignorancia topographica foi a causa desta opinião erronea, ou, seria isso um meio para affastar a concurrencia? Em todo o caso despertou-me a attenção e para melhor conhecer as condições fui mais umas 20 leguas adiante. Ferro em quantidade sómente ha na capitania de S. Paulo e, si alguma vez as fabricas forem aperfeiçoadas, havendo alguma sobra para vender, será necessario transportal-a até o porto de exportação mais proximo que é o Rio de Janeiro, ou então, ao longo da

costa que tem 300 leguas e, neste caso, o processo é o seguinte: em Ipanema o ferro é carregado por animaes, por causa da falta de bôas estradas, até a serra do Cubatão onde desce 7000 pés num declive forte, de modo que a carga não póde ser grande. De Cubatão, onde se pagam direitos por ser a alfandega arrendada, o ferro é conduzido algumas leguas em canoas até á cidade de Santos, logar em que é baldeado de novo para pequenas embarcações cobertas para ser conduzido por 30 leguas ainda até o Rio de Janeiro, onde, finalmente, póde ser exportado. Considerando agora que todo este trabalho é pago em ouro, vê-se que o ferro fica tão caro que não póde dar lucro nenhum, mórmente quando já existe uma exportação remuneradora de café, assucar e couros e não póde concorrer com o ferro europeu em preço Segundo o meu modo de pensar, o resultado final dos novos projectos, isto é, si fo em executados, será apenas que uma das mais interessantes provincias do globo, poderá produzir para si todo o ferro de que precisa.

Duas leguas daqui está a cidade de Sorocaba, que tem o seu nome do rio que a atravessa. E' muito espalhada, mas escassamente habitada, sendo notavel por seus cortumes de couros de cabra, suas rêdes de algodão e a grande renda que a corôa aqui arrecada do segundo imposto sobre todos os cavallos, bestas e bois que, em estado selvagem nos campos, são conduzidos até aqui, para irem á S. Paulo ou Rio de Janeiro. O primeiro imposto é pago em Curitiba na divisa da capitania. Hospedamos nós todos em casa do coronel Francisco de Aguiar, um homem abastado que pôz uma casa inteira a nossa disposição e nos recebeu do modo o mais amavel. Em Sorocaba mudei do intento de continuar nesta direcção, onde já vi o mais interessante e deliberei, em vez disso, visitar as minas de diamantes em Minas Geraes na companhia do Conde de Oyenhausen que fazia parte das tropas alli, o que necessitava novo equipamento e novos animaes, porque os que tinham servido até agora já estavam imprestaveis. Um acontecimento infeliz, porém, privou-me de fazer esta viagem para uma das mais ricas partes partes do Brasil e a mais interessante para o mineralogista. Voltamos á S. Paulo por Cutia e S. Roque e chegamos no dia 5 de Junho de tarde, recebendo-nos ahi o nosso amavel hospedeiro sr. conego Ferreira que estava completamente paramentado (*in pontificalibus*) para o Santo Officio na cathedral, convidando-nos para assistir e ouvir boa musica. Tudo estava em movimento para no dia seguinte festejar o Espirito Santo, correspondendo á nossa festa de Corpus Christi, com a differença, porém, de que em cada cidade no Brasil e tambem nas aldeias grandes, ha um chamado imperador, eleito por sorteio que, por meio de subscripção mantem em sua casa mesa lauta durante os dias que a festa durar. O imperador preside a esta mesa vestido de corôa e manto com brilhantes e sceptro na mão. Durante estes dias gosa elle de

todas as honras; as tropas lhe fazem continencia e na igreja elle entra em procissão e tem o primeiro logar. Numa casinha de madeira construida expressamente na praça da igreja e brilhantemente pintada, recebe elle, assentado no seu throno, as offerendas que lhe são devidas e que em geral consistem em victualhas que depois são repartidas entre os pobres. O offertante apresenta a sua offerta na cabeça e ajoelha diante do throno; o imperador agradece, fazendo o signal da cruz. Tudo isso é effectuado com tal cerimonia, tal ordem e tão circumstanciadamente e todos são tão ricamente vestidos que parece antes uma festa asiatica. A festa começava com musica na cathedral que estava esplendidamente illuminada e onde encontramos todos os nossos conhecidos. Fogueiras e rojões haviam em todas as praças e, a noite passou-se em casa do imperador, que era moço e cujo pai antes tinha exercido esta dignidade durante muitos annos.

O dia seguinte, ou Corpus Christi, passou-se em divertimentos que pertenciam á festa. O proprio bispo disse a missa em duas igrejas onde a musica era excellente. Todas as senhoras estavam ricamente vestidas com sedas de côres e com flôres em vez de mantilhas, como costumam, com rendas largas e que servem especialmente para ir ás igrejas. Os cavalheiros todos trajavam uniformes de gala. O governador geral tinha logar separado onde estava com o seu estado-maior e, de fronte delle, sobre o seu throno, estava o joven imperador com corôa dourada e uma grande côrte. Durante toda a cerimonia religiosa, que não acabava antes das 4 horas da tarde, a guarnição pelo lado de fóra, apresentava as armas e dava salvas com as espingardas, e rojões subiam aos ares. No mesmo dia os monges franciscanos davam um jantar para cem pessoas, sendo eu e o Conde v. Pahlen convidados, mas, como já estavamos convidados para o grande jantar que o imperador dava, ficámos em posição difficil, tanto mais por desejarmos muito assistir ao jantar no convento, o que talvez nunca mais teriamos occasião de fazer. Por isso foi feito o seguinte arranjo: todas as damas iriam jantar com o imperador e os cavalheiros com os monges, para depois encontrarem-se de tarde na casa de sua majestade. O convento é espaçoso, limpo e bem situado. O bispo recebeu os seus convidados num grande salão onde elles com genuflexões beijavam-lhe a mão, o que o proprio governador geral tambem teve de—apparentar pelo menos. Durante toda esta festa o governador dava o lado direito ao bispo, apesar das incessantes recusas deste. Aqui, como em toda a parte, a conversação tinha por assumpto a guerra contra a França e o odio contra Napoleão que nem aqui é livre das maldições do pulpito e que nesta parte do mundo certamente não tem um só partidario. E' necessario lembrar que isso era em junho do anno passado (1813). Finalmente tocou a campainha do refeitorio do convento e os convidados foram

conduzidos por um comprido corredor até a sala de jantar, onde todos se assentaram ao longo de uma immensa mesa que quasi vergava debaixo do peso do que podia haver de superior e melhor nesta terra. Em todos os cantos da sala havia mesas para os trinchadores. O serviço era feito exclusivamente por noviços e bebiam-se os melhores vinhos europeus como si estivessemos em qualquer capital do velho continente. Não posso negar que o jantar era tão alegre e livre como interessante por sua raridade, e tão pouco posso negar que debaixo destas sotainas negras, que em geral se distinguiam pela tristeza e menosprezo do mundo e dos homens, eu encontrei pessoas distinctas, não sómente instruidas, como inteiramente respeitaveis na sua vida social. As saúdes mais notaveis eram: depois do brinde em honra da Real Familia de Bragança, as em honra das nações que enfrentavam o Napoleão — a russa e a sueca e, era para mim immensamente agradavel tão longe da patria, em tal companhia e em tal logar, ter a felicidade de beber a saúde do meu rei e do grande principe cujos feitos foram enaltecidos neste novo mundo. O jantar acabou com café ás 7 horas da noite, depois do que, fomos convidados a uma outra sala para a sobremesa, cuja quantidade passa toda a descripção. Numa grande mesa quadrada estavam servidas todas as frutas e todos os vinhos da America do Sul, acompanhados dos mais finos vinhos europeus e cerveja branca e preta, o que aqui é uma grande raridade, para cuja conservação são necessarias boas adegas. No centro da mesa a figura de uma mulher representava a America com uma cesta de frutas numa mão e noutra uma pequena garrafa de vinho; ao redor della, formando escada, havia uma porção de doces seccos envoltos em papel de côres, o que muito se prestava para presentes ás damas, razão por que a pobre America foi logo despojada dos thesouros doces que guardava e a presa levada para a sociedade imperial onde servia nos jogos de prendas, muito em voga em S. Paulo.

E' costume ir ver os ricos ornatos do imperador, especialmente espera-se isso dos estrangeiros. A coroa é de ouro massiço e muito bem trabalhada; pesa 4 marcos (949 grammas) e pertencera aos jesuitas que por occasião da sua expulsão a deixaram no muro de um convento, onde foi achada com outros valores. O sceptro tambem é de ouro massiço e pesado e o manto é de seda branca com pelles, constellado de pedras preciosas que provavelmente não pertencem ao imperador e são pedidas por emprestimo para a occasião, porém tudo é muito brilhante. No dia 8 houve a festa do imperador na villa de Santo Amor (Santo Amaro), tres leguas de S. Paulo, e para a qual tinha sido convidado o governador com sua familia, assim como todas as pessoas gradas, pelo vigario que teve a bondade de tambem nos convidar.

Os convidados formavam uma caravana muito grande a cavallo e de ambos os sexos e, apesar de cahir uma chuva forte,

todos preferiam a montaria ás carruagens que apenas transportavam algumas senhoras idosas. A festa estava brilhante em Santo Amaro que tem uma bonita igreja e, depois de terem entregues as offerendas ao imperador e saciado os pobres, passamos aqui dois dias em divertimentos com canto, musica e dança que sempre acabava com serenatas de noite em honra das damas, depois de estarem já recolhidas aos seus aposentos. O vigario de Santo Amaro é um prelado illustrado que na sua parochia tem introduzido muita cousa util e é por isso estimado e amado por todos. Nos dias 10 e 11 arranjei todas as collecções que tinha feito em S. Paulo e dispús tudo para a viagem á Minas Geraes. No dia 12 toda a sociedade foi convidada para um baile de despedida e ceia que o Conde de Pahlen, eu e o sr. Dankwardt offereciamos em reconhecimento de todas as gentilezas que nos tinham sido dispensadas. Por causa do espaço, este baile teve logar na chacara do coronel Wartzé e que pelos cuidados do sr. Dankwardt foi muito bem illuminada, tanto dentro como fora. As honras da casa, conforme o costume da terra, foram feitas pelas exmas. senhoras dona Maria de Loureiro e dona Mariana Velasco de Portugal, que tiveram a bondade de incumbir-se desta tarefa, contribuindo muito para a boa ordem de tudo. Os convidados, em numero de 150 pessoas, pareciam todos satisfeitos. Entre as danças executaram-se lindos trechos do grande compositor do Rio de Janeiro, sr. Marcus de Portugal, modinhas brasileiras e outras musicas e cantos bonitos. A' mesa foram brindados a Familia Real, o governador geral e as paulistas e o baile continuou com serviço ininterrupto de refrescos até 3 horas da madrugada, quando os convidados se retiraram.

No dia 13 deixei S. Paulo, onde o Conde v. Pahlen ainda ficava e, em companhia do capitão Dankwardt, um conductor e dois creados parti para o Rio de Janeiro por Cubatão e Santos. Na mesma noite chegámos á Ponte Alta, perto da cordilheira, onde passémos a noite, pretendendo seguir viagem logo cedo quando o meu creado, um europeu, teve a louca lembrança de nos assassinar, a mim e o sr. Dankwardt, de noite, quando dormiamos. Depois de ter fechado as portas e as janellas, de modo a não deixar ninguem entrar nem sahir, correu elle para o nosso quarto e com um sabre começou a ferir o sr. Dankwardt, em cujo auxilio eu, sem um momento de hesitação, corri ainda meio dormindo. Duas graves feridas na cabeça duas no braço esquerdo e uma contusão na mão direita, demonstravam que o assassino infelizmente aproveitára o seu tempo. Repugnando-me estendel-o com um tiro de pistola, emquanto ainda tinha esperança de impedir o seu intento pela força physica, continuei esta luta desigual, unicamente com as minhas mãos para, si possivel fosse, tirar-lhe a arma e prendel-o, o que não consegui emquanto não quebrei o sabre com golpes furiosos. Meio desfallecido pela grande perda de sangue não pude evitar a sua fuga, porem,

no dia seguinte os dois soldados que lhe mandamos ao encalço, o acharam trepado numa arvore onde tinha passado a noite de medo das onças que nestas paragens pouco atacam as pessoas pacificas. Quando deu entrada na cadeia de S. Paulo teve um accesso de furia, pelo que foi transportado para o hospital. No inquerito ficou verificado que elle pretendia primeiro atacar-nos á pistola, e como estas estavam munidas de fechos de segurança, que elle não entendia, temos motivo de attribuir a isso a nossa salvação.

As extraordinarias provas de amizade e de interesse que tive, tanto do governador geral Marquez de Alegrete, como de muitos outros paulistas, serão sempre lembradas com a maxima gratidão. Pouco a pouco voltaram as forças e continuamos a viagem serra abaixo onde, na divisa da capitania, separei-me do sr. Dankwardt que voltou para S. Paulo, porém devido a minha molestia, só cheguei ao Rio no dia 12 de julho. Já tinha chegado a noticia do acontecimento em Ponte Alta, com o triste augmento que no caminho eu tinha fallecido das consequencias.

Em nenhum paiz do mundo encontram-se tão poucos aleijados como em S. Paulo e não me lembro de ter visto um só durante minha viagem nesta capitania, que tenho de concluir agora com as seguintes observações.

Além da sua posição favoravel e salubre, S. Paulo tem em si mesmo em abundancia tudo quanto é necessario para o bem-estar e pode-se ter a certeza de que onde existem necessidades é isso devido á falta de vontade para trabalhar e não de occasião para ganhar e adquirir todas as commodidades da vida. Tudo ali ha por preços reduzidos, com excepção de roupas para ambos os sexos, por ser artigo de importação, apesar do paiz produzir lã e algodão em abundancia. Quando São Paulo comprehender a utilidade das fabricas e chegar o tempo da sua installação, esta capitania terá dentro de si mesma tudo quanto é preciso para ser independente de todas as mais. Uma casa na cidade, sufficiente para abrigar decentemente uma familia, não custa mais do que 600$000 e nenhuma difficuldade ha em encontrar uma chacara perto da cidade pelo mesmo preço, onde pode produzir carne de toda a qualidade, toucinho, peixe, queijo, manteiga, legumes, toda especie de frutas proprias do clima, gallinhas, pombas, marrecos, ganços e perús, além de café, assucar, agua-ardente, vinho, milho, pimenta, arroz e mandioca e ainda lã, algodão, etc. O gado, nos logares onde se pratica a industria pastoril, é do mesmo tamanho que o gado ingles, porém na maioria das fazendas elle é menor. A carne é saborosa e o preço commum de um boi é actualmente de 2,5 a 8 mil réis quando conduzido para a cidade e apenas a metade no campo. As vaccas parem em geral dois bezerros cada vez (sic.) Na provincia do Rio Grande, o gado é tão numeroso que um boi

é obtido por duas patacas e em muitos logares abate-se o gado unicamente para aproveitar o couro ao passo que a carne é deixada para os cachorros bravos que percorrem essas paragens do Brasil. Ali, mas sómente naquella provincia, a gula tem introduzido um modo extranho de preparar o roastbeef. Do animal, ainda vivo, corta-se da coxa uma comprida e grossa tira de carne com couro que se costura e assa no chão sobre um fogo brando. Ficando com todo o succo natural, este prato é bastante saboroso. Os pellos são destruidos pelo fogo, de forma que o aspecto é agradavel. Este costume, porém, só existe entre as familias nomadas, viajantes, caçadores ou negros, mas, como a civilização e os costumes europeus já se espalharam neste paiz, é de suppor que ensinem áquelles vagabundos do Rio Grande que ha tambem outros modos de preparar a sua «grande francesa».

Os cavallos são excellentes e existem em grande quantidade desde 7 a 8 mil réis, sendo então já domados. São apanhados bravos, como os bois, por meio de uma corda com um nó na extremidade, chamada laço. Em pleno galope jogam este laço no pescoço do animal que elles depois montam até cançar, ficando então domado. A grande quantidade de cavallos produzidos no paiz é provavelmente a causa de todos os paulistas serem bons cavalleiros, e é conhecido que como taes são respeitados pelos vizinhos e pelos inimigos. As mulas são apanhadas e domadas pelo mesmo systema que os cavallos, e são geralmente empregadas nos carros e nos transportes entre Rio de Janeiro, Minas Geraes, S. Paulo, Goiaz, Cuiabá e Curitiba, onde diariamente se encontram grandes tropas de ida e vinda, em geral carregadas com um peso de 300 libras que transportam na distancia incrivel de 200 a 300 leguas suecas. Não imaginava que pudesse haver uma lucta egual entre o homem e o animal, como quando uma mula chucra tem de ser domada. Chama-se tambem a isso «quebra-mula» e não se póde deixar de admirar a destreza com que os cavalleiros habeis se jogam de uma mula para outra ou para um cavallo e depois os obrigam a aceitar o mais apertado freio. Ella, a mula, joga se contra as paredes e ao chão, mas acaba por entregar-se, debaixo da applicação de um par de esporas reforçadas. São Minas Geraes e as minas diamantiferas, onde a população é mais densa, que exigem a maior parte das mercadorias e de sal, que sómente deste modo, por falta de communicações mais commodas, pódem ser transportadas. O sal é produzido em Bayo, perto do Cabo Frio, e vem tambem da colonia mais proxima das ilhas de Cabo Verde. O consumo é muito grande porque todos os animaes morreriam se não o recebessem diariamente, especialmente em S. Paulo observou-se isso sem saber bem porque. Por toda a parte ha criação de cabras, cujo leite é preferido ao da vacca, mas a criação de carneiros parece negligenciada, apesar de darem-se bem e produzirem uma lã muito fina.

Fóra dos rios ou das proximidades do mar, é raro encontrar peixe. Os mais vulgares são: o dourado, a tainha, que é muito gorda e bôa, e o timbó. A creação de abelhas não é favorecida em S. Paulo, apesar de haver todo o motivo para isso Existem muitas, tanto selvagens como domesticas e a maior parte do mel e da cera é tirada de arvores ocas nas florestas. Contra toda a expectativa, quasi toda a cera consumida no Brasil, é introduzida das colonias africanas de Portugal.

As matas abrigam muitos animaes bravios e perigosos dos quaes o tigre vulgar, o tigre preto, a panthera e o jaguar são os mais communs, com uma especie de lontra. De outros quadrupedes existem: o tamanduà que vive exclusivamente de formigas, a anta ou tapir, de cujo couro, depois de secco ao sol, os indios fabricam os seus escudos, impenetraveis pelas balas e pelas flechas, a preguiça, que tem seu nome da lentidão de seus movimentos, pouco mais rapidos que os do caramujo, è muito gorda e grande, de cor cinzenta e vive o mais do seu tempo nas arvores onde se alimenta de galhos tenros e folhas, principalmente da embaùba. Tem-se observado que quanto mais destas arvores existem, mais preguiças ha A sariguea (raposa) da raça dos gambás é o grande inimigo das gallinhas e sua presença revela-se por um fedor insupportavel que o seu corpo exhala; o ouriço-caixeiro e o tatù que vive em subterraneos no campos. A cabeça e a cauda parecem com as do lagarto e o corpo è coberto de um couro duro e impenetravel como o casco da tartaruga. A sua defesa está nas longas e afiadas unhas. Sendo muito gostoso come-se elle com prazer, pelo que è muito caçado. Perseguido, fura elle o chão num momento e não se pegando por uma perna elle desapparece, porque se pegando pela cauda esta arrebenta mas o animal se livra. Existem mais o veado e o porco do mato, que no gosto e na apparencia, assemelha-se a um grande leitão e o pequeno camello, mas que parece muito raro.

O viajante com razão admira-se do grande numero de macacos que apparecem nas matas e das proezas quasi humanas, que se contam da Guariba; o certo é que vivem numa especie de sociedade e que são muito curiosos quando livres, nas matas. Quando, de manhã cedo, elles descem para roubar alguma roça de milho ou um pomar, põem sempre nos altos na vizinhança sentinellas que por gritos communicam a approximação de uma pessoa. Sendo negligentes, são castigados com varas si estão perto e com pedradas quando fogem. Numa caçada curiosa, á que assisti, vi que as femeas quando tem de fugir de pressa, tomam os filhos nos braços. Encontrando arvores tão distantes umas das outras que não alcancem os galhos, a mãi joga-se como um raio, pegando os galhos do outro lado, e enroscando a cauda onde estava serve assim de ponte para o filho. A *simia seniculus*, ou mico real, è do tamanho de um serelepe, muito bonito, porem não vive ao norte do equador.

Insectos ha muitos e entre elles o mosquito, mas que não molesta tanto como no Rio. Fogem todos da fumaça dos cigarros. Mais vulgar, porêm, é o pequeno insecto que chamam «bicho», em ingles *chigger*, que penetra por baixo das unhas e nas rugas dos dedos dos pés onde forma pequenas bollas cheias de vermes brancos com cabeças pretas. Tira-se esta bolla com uma agulha, enchendo depois o buraco com tabaco ou calomelanos, operação esta em que os negros são muito destros. E' necessario dizer-se que o pouco asseio é a principal causa deste mal que não tem importancia no começo. O grande morcego que os viajantes tanto têm descripto, causa muito mal ao gado em S. Paulo. Tem 12 pollegadas de comprimento e as azas tem de 4 a 6 pollegadas. A lingua é muito pontuda e munida de espinhos. De noite assenta-se no hombro dos cavallos ou muares e, furando a veia do pescoço do animal, suga-lhe o sangue que depois continúa a correr e o animal fica coberto delle. Durante a sucção o morcego abana com as azas para assim diminuir a dôr da ferida. E' encontrado sómente na America do Sul e na India, atacando tambem as pessoas que dormem com as janellas abertas.

De cobras e amphibios ha muitas especies. A cobra mais perigosa chama-se «Jacaraca» (jararaca) e habita não sómente os campos e as matas, mas entra, ás vezes, até nas casas. A mordedura mata dentro de 24 horas. A Çucuriyba, de cujo tamanho e força se póde fazer uma ideia pela capacidade de matar o boi e a onça, habita perto dos rios Tieté e Amazonas. Não pensava que nas minhas viagens chegasse a ver este monstro horrivel, que raras vezes é encontrado na vizinhança das estradas publicas, mas quasi sempre no interior das matas ribeirinhas, porque a sua natureza lhe permitte viver n'agua como em terra, porem, casualmente, vi um numa das voltas do rio Tietè, cujas margens tinham u'a mata densa e impenetravel, talvez nunca percorrida por gente. O animal era de cor parda com pelle escamosa e brilhante, cabeça chata mas redonda e munida de dois grandes olhos verdes, boca larga, uma fileira de dentes largos e lingua grande, não bifurcada. Estava dormindo e sem força de mover-se em consequencia de uma refeição demasiada de um boi bravo. Esticada no chão com a larga cabeça repousando na relva á sombra de um arbusto, a cauda estava enrolada conforme o costume das cobras. O seu ronco despertou a attenção dos negros que, aliás, tem certa facilidade para descobrir taes cousas, como cobras, passaros e outros animaes. Pararam immediatamente e gritaram; «bicho»! o que significa tanto uma minhoca como uma cobra de 20 pés, porêm nós continuamos a marcha atè ouvirmos gritarem: «grande bicho», o que despertou a nossa attenção e curiosidade. Que aquelle que nunca viu tal monstro julgue da nossa sensação ao descobrirmos este. Tivemos muito tempo para examinal-o, porque nem o barulho dos nossos cavallos ou burros conseguiu accordal-o e como

todos nós estavamos com espingardas, chegamos perto e enviamos-lhe uma duzia de balas no corpo, o que foi repetido. A cabeça foi attingida primeiro, mas ninguem, nem os negros que muitas vezes se defendem com faca contra as onças, tiveram coragem de se approximar. O corpo torceu-se convulsivamente, encolheu-se, brilhando em varias côres e o sangue sahia da cabeça. Finalmente foi morto a pedradas. Os negros receberam ordem para lhe tirar o couro, e foi pena que a cabeça estivesse totalmente esmagada e não pudesse ser conservada. O couro, que tinha 30 pés de comprimento e 6,5 de largura, estava furado em varios logares e foi me offerecido. Perto do logar desta caçada encontramos depois os restos de um boi novo que a cobra matara e que agora estavam cobertos de uma baba escura com myriades de moscas. Conforme disseram-me, esta *Boa* nunca ataca a gente e, quando está com fome, sobe a uma arvore onde se esconde entre as folhas para espiar os animaes que passam e que ella mata do seguinte modo: com a cauda enroscada joga o corpo sobre o animal que escolheu e ao redor do qual enleia o resto do seu corpo, apertando as roscas cada vez mais até moer os ossos. Com as fauces abertas ataca então o animal ainda vivo, sugando-lhe primeiro o sangue todo, para depois engolir a sua victima. A refeição é sempre tão copiosa, que depois não pode mover-se e precisa repousar, escolhendo para isso um logar perto de um rio, onde é facil escapar e onde ha fresca agradavel. Este animal differe da *Boa constrictor* que é maior e não tem escamas na pelle. A boicininga, o ibibiboca ou cobra coral, boiquatiara e a boiçocanga são cobras que apparecem especialmente no tempo do calor.

O remedio mais commum contra as mordeduras de cobra é deixar um negro chupar o logar mordido, o que elle faz do seguinte modo: começa por mascar bastante tempo um pedaço de fumo e em seguida sugar, cuspindo fóra o que tira da ferida; depois faz-se uma mistura de fumo e agua que se deita no logar offendido, mudando duas vezes por dia. Este remedio que a experiencia provou ser melhor, devia ser experimentado em outros paizes, si ali houvesse facilidade de ter sugadores como no Brasil. De amphibios encontram-se nos rios de S. Paulo o caiman, o jacaré e a capivara. Um pequeno lagarto é encontrado por toda a parte nas casas. Apparece especialmente de tarde e, tão innocente quanto frio, é por todos protegido, porque caça e mata os mosquitos molestadores. E' um divertimento em S. Paulo, de manhã cedo, na cama, observar esta caçada sobre o mosquiteiro e muitas vezes rigosijei-me da matança destes insectos odiados.

Por toda a parte ha aranhas de tamanho descommunal, vermelhas, pardas, variegadas e pelludas, entre as quaes a *Sphaex coerulea* é bastante vulgar. E' sómente durante as horas mais

quentes dos dias de verão que uma especie de aranha grande, extremamente fria, apparece. Desta aranha emana um cheiro fetido que envenena as bebidas e mata com frio excessivo e tremor. Ha pouco tempo, felizmente, achou-se no vinho um antidoto certo e agradavel contra este veneno. De escorpiões ha um genero pequeno e especial chamado «boiquiba», cuja picada não mata, mas provoca uma dôr que passa tudo conhecido e persiste durante 24 horas. Do genero *Scolopendra* ha varias especies, differentes na fórma e tamanho. Uma dellas, preta e com cabeça vermelha e pelluda, é um excellente *Venerium* quando posto sobre as partes genitaes, o que os indios e outras classes no Brasil bem sabem. Acredita-se que, usado com frequencia, causa feridas ulcerosas que chegam a determinar a queda das partes, mas isso, sem duvida, provêm antes dos *Lues venerea*

De formigas ha tantas especies differentes em S. Paulo e no Brasil, e a sua historia é tão complicada e interessante que aqui não póde ser o logar de as descrever e são todas tidas como uma das pragas do paiz e com justa razão. A formiga maior e mais devastadora chama-se «içá» e tem tres quartos de pollegada, de côr vermelha e, no tocar-se, ella deixa um cheiro quasi de limão. Ella mora em subterraneos com canaes de um a dois metros de comprimento correndo em zigue-zague e com casas ou jardins na vizinhança, onde se propaga prodigiosamente. Não se conhece contra ella outro remedio que não o de destruir a sua habitação com agua e cavando, principalmente no mes de setembro, quando os filhos estão para sahir. A vida e o trabalho incomprehensiveis deste pequeno insecto são admiraveis, especialmente quando se observa como se dividem no trabalho de cortar p ex. o ananaz O brasileiro distingue então entre cortadora e carregadora, das quaes a primeira corta as plantas e a segunda as carrega. Encontram-se, porêm, muitas vezes no caminho com umas pequenas formigas pretas, que não têm a mesma força, mas que cortam as pernas das grandes e lhes roubam a carga, naturalmente pagando isso com a vida de muitas das suas, porque a içá não larga sem defender-se até o ultimo. A içá tem uma vitalidade extraordinaria. Mordido de uma içá no dedo até sahir sangue, cortei-lhe a cabeça com um canivete, mas nem assim ella largou durante 11 minutos, continuando a mover as antennas e os olhos Fiz a mesma experiencia com outras e o resultado era sempre o mesmo. O unico meio de impedir a sua invasão nos jardins é com pequenos canaes cheios de agua que não podem atravessar. Em S. Paulo ha ainda uma outra especie pequena e com azas, contra as quaes este meio não serve, mas são, felizmente, raras.

O cupim é uma pequena formiga branca que sómente é encontrada entre papeis e nas bibliothecas, onde exerce o seu instincto destruidor, propagando-se de um modo incrivel. Vi na

Bibliotheca Real do Rio de Janeiro os fragmentos de um volume em folio, que o bibliothecario assegurou-me ter sido destruido em poucos dias, junto com a maior parte da capa e é certo que milhares de volumes estavam mais ou menos estragados. Ellas se destroem a si mesmas quando se introduz nos ninhos dellas uma massa de farinha, arsenico e assucar, que as torna loucas, mas não as mata. Acredita-se ser o grude do encadernador que attrahe os cupins para as livrarias e é por isso que mistura-se hoje arsenico neste grude. Estas formigas só existem no Brasil.

Os passaros são em numero extraordinario e não ha menos de cem especies de papagaios dos quaes as araras são as maiores e quasi do tamanho de um gallo capão com uma cauda de meio covado: a avestruz, a *pica paradisiaca*, o *trochilus minimus* e o ibis são tambem muito lindos. De aves de rapina o *falco harpyia* e o *vultur gryphus* são os mais curiosos pela propriedade de se domesticarem para a caça de outros passaros; a anhuma, cuja voz é a de um burro, e a marreca, uma especie de palmipede que não póde voar nem andar, sómente nadar, são os mais raros.

De gallinaceos ha em S. Paulo, além de perdizes e faisões, que em tamanho são menores do que os europeus, a jamperna, o jacú, grande como um perú, o mutum e o macuco, que todos são saborosos e, apanhados novos, facilmente se criam e engordam como gallinhas. Dois jacús domesticados que conduzi por mais de 20 leguas a cavallo, foram victimados por um gato a bordo, na viagem para a Europa.

Lembro-me tambem de uma especie de gallo, chamado «gallo musico», que tem a propriedade de prolongar uma das notas do seu canto por 1 a 2 minutos e que é muito estimado. De vista parece-se muito com os nossos gallos, é porém maior e raras são as casas que não tem um gallo destes no quintal e dentro da casa um par de papagaios que palram ás vezes até uma meia duzia de palavras principalmente na casa dos indigenas. E' interessante notar que os papagaios têm certa predilecção pelos negros e acostumam-se melhor com elles do que com os brancos; os papagaios mais palradores são educados por negros. Na Africa seria facil explicar isso, mas no Brasil, onde a maioria dos habitantes são brancos, é menos comprehensivel.

As matas de S. Paulo produzem grandes e excellentes madeiras que, quasi todas, têm conservado os seus nomes indigenas. Muitas têm uma gomma aromatica e são consideradas as melhores. O vinhatico é estimado por sua belleza, o cedro por sua força, a peroba por seu tamanho e dureza, servindo para canôas; a jacarandá ou páo rosa de côr preta e amarella, a S. Sebastião de Arrulla, cabiuna, juracatão, ubatão, candurú e varias especies de palmeiras, das quaes a iri é a mais notavel por sua elasticidade, e o páo d'alho que tem o cheiro effectivo de alho. Para construcções navaes a natureza não deu melhores madeiras á

nação nenhuma do mundo e contam-se mais de 30.000 leguas geographicas quadradas cobertas dellas.

Em relação ao reino vegetal, só posso mencionar as plantas mais communs, das quaes a mandioca occupa o primeiro logar. Tem uma raiz de um pé de comprimento e 5 a 6 pollegadas de grossura e um caule de um metro ou mais acima do chão. Ella é venenosa, tanto nova como secca, menos para os porcos e é reduzida á farinha do seguinte modo: Depois de arrancada da terra é ella bem lavada, descascada e ralada num ralo proprio e a massa collocada numa prensa que lhe tira todo o succo, depois do que é espalhada sobre um forno de cobre de 4 a 5 pés de diametro. Emquanto estiver no forno é constantemente remexida até evaporar-se toda a humidade e, uma vez bem secca, está prompta a farinha que, si deve ser mais fina é ainda pilada num pilão. Guardada da humidade, esta farinha se conserva por muito tempo e é muito nutritiva por causa da sua propriedade gelatinosa. Misturada com caldo de carne é mui saborosa e excellente para longas viagens. O succo, que sahe da mandioca prensada, mata os porcos, apesar destes poderem comer a raiz sem perigo. Encontra-se tambem uma especie de mandioca brava chamada «aipi» e que tem o gosto da castanha. O inhame merece o logar depois da mandioca e serve como a batata; é farinhenta e chega a ter um diametro de 5 pés, com casca parda escura. Conserva-se durante semanas no mar e é muito estimada pelos europeus. A banana é a sobremesa preferida dos brasileiros; tão nutritiva quanto saborosa, constitue ella a comida principal dos negros, junto com a mandioca. O milho, empregado como forragem, e o arroz são os productos mais communs e ricos do paiz. O primeiro dá 120 por um, e tem espigas com mais de 300 grãos. O ananaz—*Ananas Bromelia*—, assim chamado por Plumier em honra do naturalista sueco Olavo Bromelius que nasceu em Orebro em 1639, não é tão gostoso como o da Europa, mas os pequenos limões, as laranjas as uvas, os cocos, o maracujá, a manga, e a incomparavel goiaba que é empregada para doce, exportado em forma de queijo, são verdadeiras gulodices de S. Paulo. Ha muitas especies de Mimosa, chamadas «Joqueri», que ornam os jardins. A Copaifera officinalis é muito commum e o seu balsamo, que sahe do tronco ferido, é apanhado em vasilhas largas e empregado contra molestias externas. Da Garfuana emprega-se a casca para tingir de amarello e da trepadeira chamada «emby» faz-se pequenas cordas. O mangue cresce nas margens dos rios e ribeiras e as suas raizes se espalham por baixo do chão, de onde as pontas sahem de novo: a sua casca serve para cortume por causa de ser adstringente. A sapucaia tem uma fructa curiosa. Assemelha-se a uma marmita com tampa torneada, d'onde ella pende, abrindo-se na maturação deixando escapar 4 sementes, que se parecem com castanhas e são de agradavel sabor. O pro-

prio fructo é duro como pedra e contem geralmente mais 50 pequenos fructos. Iba é uma especie de pinheiro que cresce até uma altura descommunal, com a copa sobre um tronco direito e, segundo Linné, existe sómente na capitania de S. Paulo. As fructas são compridas e munidas de casca da côr da castanha e, como ella, são assadas no fogo e comidas em sobremesa. Em muitos centos estão ellas unidas, formando uma bolla de bonito aspecto que se secca para separar as castanhas. O cipó *(Viola Ipecacuanha)*, a canella branca, a gengivre, o tamarineiro, a jalapa e muitas outras plantas que pertencem a pharmacia, existem por toda a parte, mas, como a agricultura, são para serem aproveitadas pelas gerações futuras.

AS RENDAS DA CORÔA NO BRASIL

1.°. Uma quinta parte de todo o ouro extrahido, o que, incluindo as minas do governo, dá uma renda consideravel, que para o anno de 1812 foi calculada em 135 arrobas a 32 libras a arroba, ou 6640 marcos ouro de 16 10d por marco.

2.°. 15 °/₀ de todas as mercadorias importadas.

3.°. 5 °/₀ de tudo exportado.

4.°. 10 °/₀ de toda a producção do paiz, o que perfaz uma somma consideravel. Calcula-se por exemplo a renda annual de couros produzidos no Rio Grande em 33 contos e em 66 contos a do assucar e do algodão exportados sómente da Bahia.

5.°. As indulgencias que resultam do arrendamento a particulares do direito de cobrar impostos.

6.°. Rendas da alfandega de tudo quanto entra para o districto das minas e que se paga no Registro de Mathias Barbosa ou Parahibuna á razão de 1$000 a arroba.

7.°. Imposto sobre escravos novos que, *per capita*, pagam 10$000 e no mesmo artigo comprehende-se um imposto sobre bois para o Rio de Janeiro, de dois terços de mil réis.

8.°. Grande renda das barreiras de todos os rios e pontes, onde pagam 4$000 de cada mula solta, como, por exemplo, em Sorocaba.

9.°. 10 réis cada libra de carne de vacca vendida no Rio de Janeiro; está arrendada por contracto ao sr. Russel, vice-consul da Inglaterra.

10.° Grande renda do fumo, do sal e dos contractos de pesca da baleia, e outras pescas, todos arrendados a particulares.

11.° 10$000 cada pipa de aguardente que do interior vem ao Rio para ser exportada.

12.° A nova taxa predial que deve render muito.

13.° Grande renda bem calculada das piastras espanholas que no Brasil valem 750 réis, mas que o banco compra para recunhar as moédas de 3 patacas com as armas e divisa do paiz e que sahem da casa da moéda com o valor de 960 rèis, dando,

portanto, um lucro de 32 °/₀ ao Estado. Esta transformação monetaria faz que não valha a pena exportar prata do Brasil, sinão para os colleccionadores e a operação é tanto melhor quanto o paiz não possúe este metal. Serve até de aviso a outras nações para dar maior valor á sua moéda de prata, afim de prevenir uma exportação illicita e prejudicial.

A renda dos diamantes e pedras preciosas não entra nestes calculos porque é muito incerta. Acredita-se, porèm, que seja egual a do urucú, marfim e toda especie de madeira, tanto para a tinturaria como para trabalhos finos, avaliada em 3 300 contos por anno. Os diamantes de propriedade do principe-regente são avaliados em 33 mil contos ou 6 mil toneis de ouro. Calculam-se as despesas da côrte no Rio de Janeiro, por 800 pessoas que ali recebem *in natura* as chamadas «rações», a um dobrão ou 16 piastras espanholas por dia, ou, em dinheiro, em 10 contos 240 mil réis por dia, o que, segundo o cambio notado em 1813, a 78 pence por mil rèis (sendo de 67,5 pence ao par), perfaz a somma de 214.000 libras esterlinas.

* * *

As moédas do Brasil são as seguintes:

Ouro: O dobrão ou 40 patacas, ou 12$000, é uma moéda imaginaria, como em Portugal. Meio dobrão ou «Joanete», vale 20 patacas ou 6$400 réis. é a moéda mais acceita e tem grande valor entre todas as nações do sul, sem que tenha melhor ouro do que as outras.

moédas de	12 1/4	patacas	ou	4$000	
» »	6 1/4	»	»	2$000	
» »	3	»	»	1$000,	ou 2 pintos.

Prata:	3 patacas	(piastra espanhola)	24 vintens	ou	960	réis·
	2 »		16 »	»	640	»
	1 pataca		8 »	»	320	»
	1/2 »		4 »	»	160	»
	1/4 »		2 »	»	80	»

Cobre: 2 vintens ou 40 réis.
1 vintem » 20 »

A divisa da moéda brasileira é: Stab. subque. Sign. Nata (Stabile subque signo Nata scil. Monita.). Representa uma esphera com o tropico e no outro lado o busto do principe-regente.

* * *

As taxas dos portos do Brasil são eguaes para todos os navios, excepto para os navios de guerra e paquetes. Os portos principaes são: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Nos dois primeiros paga-se:

Ao pratico para entrada e sahida .	7$000	
Entrada e sahida.	4$000	
Ancoragem por dia	2$000	
O Patrico-mór por dia	1$000	
O interprete todo o tempo . . .	2$000	
6 guardas a 3 patacas cada um, sem manutenção, por dia . . .	5$760	
O guarda-mór do tabaco . . .	3$200	
O guarda-mór da alfandega . .	1$280,	portanto,
a primeira despesa	17$840	
diaria.	8$760	

No Rio de Janeiro pagam-se:

Entrada e sahida com pratico . .	25$600
Interprete, diaria.	1$000
Ancoragem »	1$000
2 guardas, diaria.	1$900
Primeira despesa no Rio . . .	25$600
Diarias.	3$900

* * *

Quando um navio tem de sahir da Suecia devia-se calcular bem o tempo melhor porque, fazendo isso, a casa armadora ganha pelo menos 6 meses na viagem de ida e volta, sem contar a commodidade para o navio e para a tripolação com um bom vento constante que permitte gosar as vantagens. E' bom lembrar-se que os ventos alizeos sopram de Norte a Sul de novembro até abril, mas de Sul a Norte de abril a novembro e que, portanto, os navios suecos em viagem, devem estar na altura da Ilha Madeira no começo de novembro e não, como até agora tem feito, sahir da Suecia neste tempo. Os que sahem dos portos do Baltico devem estar promptos para navegar no fim de agosto e os do Mar do Norte em setembro, sendo de esperar que estes mesmos navios, voltando do Rio de Janeiro, pudessem, no anno seguinte, estar de volta em junho com suas cargas. Todos que navegam para o Brasil deviam além disso, receber ordens de passar pelo curso norte, não sómente para terem mais agua, mas para evitarem alguma aportagem no canal e as despesas que isso acarreta.

* * *

O seguinte quadro dá a latitude e a longitude dos principaes cabos e logares do Brasil.

	LATITUDE Gr.	M.	S.		LONGITUDE Gr.	M.	S.
Cidade Belem no Rio Amazonas. .	1	30	0	—	48	30	0
Ponta de Tegioca	0	27	0	—	48	8	0
Cidade Caheté	0	36	0	—	46	50	0
Ilha S. João de Evangelista . . .	1	7	0	—	44	14	0
Ilha Maranhão	2	32	0	—	43	40	0

	LATITUDE			LONGITUDE		
	Gr.	M.	S.	Gr.	M.	S.
Rio Paraiba	2	40	0 —	41	20	0
Sierra	3	31	0 —	38	23	0
Cabo S. Roque.	5	7	0 —	36	15	0
Rio Grande	5	17	0 —	36	5	0
Barra do Parahiba Norte	6	40	0 —	35	30	0
Cidade Olinda	8	2	0 —	35	15	0
Recife	8	14	0 —	35	15	0
Cabo S. Agostinho.	8	26	0 —	35	15	0
Bahia ou S. Salvador	13	0	0 —	39	25	0
Cabo S. Thomas	21	51	0 —	40	49	0
Cabo Frio	22	54	0 —	41	35	0
Rio de Janeiro.	22	54	0 —	42	39	45
Ilha Santa Catharina	27	40	0 —	47	43	0

*
* *

A ilha Tristão da Cunha que durante seculos não tem sido habitada, está a 23 gráos latitude Sul, entre o Cabo da Boa Esperança na Africa e Rio da Prata na America do Sul, com mais duas ilhas Nightingale e Inaccessible, todas situadas num clima excellente, com vegetação exuberante, rica pesca de baleia nas suas costas e grande abundancia de porcos e de cabras que, provavelmente, foram ali desembarcados por navios. Todas estas vantagens, porém não puderam attrahir os habitantes do Brasil, nem de outra parte da America do Sul, a emigrarem para estas bellas ilhas, talvez porque onde estavam já tinham terra bastante para cultivar. Estava reservado a um aventureiro norte-americano, chamado Roberto, tornar-se conhecido pela occupação desta ilha e, ha tres annos, depois de arranjar a protecção dos governos de Londres, Rio de Janeiro e dos Estados Americanos, occupou-a de sociedade com um ex-allemão de nome Sievers.

Parece que isso promettia muita utilidade aos navios que nestas paragens estivessem necessitados, razão por que as nações deram a sua protecção á empresa. Roberto pode logo attrahir outros aventureiros dos paizes proximos, alcançando o numero de 16 homens e 30 mulheres, sobre os quaes elle deixou-se proclamar rei em 1812, com nome de Roberto Primeiro, notificando ás outras nações que os navios delles, com retribuição modica, podiam ser providos por elle com mantimentos, agua etc. Immediatamente iniciou varias culturas como a de batatas e legumes, construcção de um porto e um forte. De todos os navegantes recebeu elle provas de gratidão ede reconhecimento; barricas d'agua, potes, apparelhos de lavoura, carretas, pequenos canhões etc. eram sempre presentes muito estimados pelo novo rei. Até o famoso navegador Pedro Heywood, almirante do navio ingles

«Montague», de 74 canhões, estacionado na America, fez ao Roberto uma visita pessoal e viu-o dividir-se entre a charrua e os cuidados da governança e, segundo o testemunho do sr. Heywood, a sua energia era de tanto maior valor, quanto elle era um homem nervoso, dotado de intelligencia perspicaz e inclinação para empresas arriscadas, como prova a sua decisão de povoar uma ilha deserta e crear um abrigo aos navegantes naquella immensa extensão d'agua que separa a Africa da America.

O rei Roberto morreu o anno passado debaixo do peso das fadigas, exactamente quando o sr. Sievers, que conheci pessoalmente, no Rio de Janeiro, estava occupado na negociação de um emprestimo, afim de comprar uma escuna armada para defesa das costas de Tristão da Cunha. A primeira noticia da morte do soberano, o sr. Sievers apressou-se em voltar e apesar de ninguem conhecer o contracto que elle tinha com Roberto, é de suppor que elle se proclamasse successor. Certo é que em todas as occasiões que o rei era mencionado, elle o chamava — The King my partner—o rei meu associado.

Segundo tem sido garantido no sul, o codigo Roberto permittia a polygamia, o que talvez era antes uma necessidade politica do que consequencia de principios. Em todo o caso, decerto muitos desejariam ser habitantes da ilha Tristão da Cunha.

Juizado de Fóra e Ouvidoria de Itú

O governador e capitão general Rodrigo Cesar de Menezes, em 28 de setembro de de 1722 dirigiu uma carta ao soberano português, na qual escreveu que na sua opinião era «mui preciso haver na dita Villa de Outú Juiz de Fóra e que este tenha jurisdicção na Villa de Sorocaba, sendo obrigado a repartir o tempo de sua assistencia em uma e outra parte», e pela Carta Regia de 17 de junho do anno seguinte lhe foi respondido que, depois de estarem bem estabelecidas as minas de Cuiabá e de ser o seu rendimento certo e permanente, seria creado o logar de juiz de fóra de Itú.

Por esta mesma Carta Regia se ordenava outrosim ao governador declarasse de que «moradores se compõe a dita Villa e as freguezias que tem, e a terra que comprehende e se ha nella algum convento de religiosos para que, conforme a noticia, se possa tomar a resolução que fôr conveniente neste particular».

As informações exigidas foram prestadas em carta de 18 de agosto de 1724 pelo governador, que affirmou se compôr a villa «de oitocentos casaes, tendo sete legoas de districto, não tendo mais Igreja curada do que a Matriz, um Convento de Religiosos Franciscanos, um hospicio de terceiros de N. S. do Carmo e uma Igreja do Senhor Bom Jesus, e como está situada na barra do Rio onde desembarcam os mineiros que vem das minas de Cuiabá, e o concurso daqui por diante ser muito maior, se faz preciso haver nella Juiz de Fóra, não fazendo duvida o rendimento das ditas minas, por ser certo, do qual pode sahir o seu ordenado».

Em vista do informe, foi, segundo communicação feita ao governador da capitania pela Carta Regia de 12 de agosto de 1726, mandado crear o logar de juiz de fòra para a villa de Itú, sendo, para occupal-o, nomeado em 23 de março de 1727 o DR. VICENTE LEITE RIPADO, que em 1720 era ouvidor geral do Maranhão e nesse caracter por officio de 13 de junho accusou o governador Bernardo Pereira de Berredo de diversos factos escandalosos, sendo por este, a seu turno, accusado de excessos praticados contra os moradores.

O dr. Leite Ripado, por carta de 13 de julho de 1729, representou ao governo da metropole pedindo a annexação da villa de Sorocaba ao juizado de fóra de Itú, a exemplo da reunião

da villa de S. Vicente ao juizado de Santos, e sobre este seu pedido as Cartas Regias de 25 de janeiro e 22 de abril de 1730 mandaram que o governador Caldeira Pimentel interpuzesse parecer ouvindo os officiaes da Camara de Sorocaba.

Em 23 de abril de 1730 o governador e capitão general Caldeira Pimentel concedeu provisão de procurador de causas do juizo geral da villa de Itú a Manuel Soares de Sousa, «attendendo ao que (este) allegou e a informação que deu de sua intelligencia e capacidade o dr. Vicente Leite Ripado, Juiz de Fóra da dita Villa».

Na secretaria do governo paulista se poz em 10 de abril de 1732 o «cumpra-se» na carta de 27 de fevereiro do anno anterior, pela qual fôra nomeado juiz de fóra de Itú o DR. ANTONIO MONTEIRO DE MATOS, que tinha dado boa residencia do logar, que antes exercêra, de juiz de fóra de Alenquer.

Por provisão de 9 de março de 1731 se fixou o ordenado annual de 300$000 que devia elle vencer, tendo assim no ordenado um accrescimo de 50$000 sobre o que vencia seu antecessor Leite Ripado, e por outra provisão de 4 de abril do mesmo anno se lhe deram 200$000 de ajuda de custo, tendo lhe sido feito mercê, por provisão de 17 de março, do officio de Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capellas e residuos da villa de Itú.

A este juiz de fóra escreveu em 29 de dezembro de 1732 o Conde de Sarzedas, governador e capitão general da Capitania, ordenando fizesse toda a diligencia possivel não só para evitar a pratica contra a guerra aos gentios pa aguaz e a todos os mais barbaros, que infestavam o caminho e minas de Cuiabá, como tambem para que fossem castigados com a severidade, que merecia tão grande delicto, os que por elle deviam responder.

Outra carta escreveu Sarzedas em 14 de janeiro de 1733 ao mesmo juiz de fóra, mas desta feita para lhe fazer diversas exprobações e entre ellas a de que havendo na capitania vinte e tantas villas, todas se conservavam em uma paz universal com excepção apenas de Itú, onde se não a experimentava.

Tendo chegado ao conhecimento do soberano que na capitania de S. Paulo se tinham introduzido cunhos falsos com que se marcavam as barras de ouro, ordenou elle por carta de 15 de maio de 1733 ao governador que nomeasse o ministro de maior capacidade que houvesse em seu governo para tirar logo devassa de todas as pessoas que tinham fundido ouro, ou usado de cunhos falsos para marcar as barras ou folhetos sem serem quintados, as pronunciar, prender e remetter para a cadêa de Lisboa, enviando a devassa para a Secretaria de Estado e a conservando em aberto para se continuar.

Resolveu o monarcha, posteriormente, que a devassa comprehendesse tambem os crimes de levantar casa de moeda, fazer moeda falsa, cercear ou diminuir a verdadeira, e incumbiu de

continuar a dita devassa, lhe sendo esta remettida pelo ministro que della se achasse encarregado, ao dr. Braz do Valle, que vinha para a capitania de Minas na qualidade de juiz do fisco e que, mais tarde, foi nomeado por decreto de 28 de janeiro de 1736 intendente de uma das cinco intendencias de Minas Geraes que lhe fosse designada pelo respective governador, e, ainda depois, fez parte da Casa da Supplicação de Lisboa, da qual foi nomeado desembargador em 1748.

Esta resolução do soberano português foi communicada ao governador Sarzedas por carta de 30 de outubro de 1733, e da devassa sobre cunho falso, emquanto não chegasse de Minas Geraes o dr. Braz do Valle, a quem fôra confiada a referida diligencia, foi por uma portaria de 3 de dezembro de 1734 incumbido o juiz de fóra de Itú dr. Antonio Monteiro de Matos.

Na junta, que se realizou em S. Paulo aos 25 de abril de 1735, para se estudar e propôr o melhor modo de conservar e augmentar as minas de Goiaz, tomou parte este juiz a cujo respeito se externou Sarzedas na informação, prestada a 9 de maio de 1735 sobre os militares, ministros e mais officiaes da capitania, escrevendo que «O Juiz de Fóra da Villa de Itú tem mostrado na sua capacidade e letras que é digno de todo o bom accrescentamento, e o bom conceito que delle faço me obrigou encarregal-o da devassa, que se continúa em aberto nesta Capital sobre a extracção do ouro em pó, barras falsas e cerceamento da moeda verdadeira».

Egualmente honroso é o topico da carta de 24 de março de 1734, na qual Sarzedas affirma, referindo-se expressamente ao dr. Monteiro de Matos, serem mal empregadas suas letras no logar de juiz de fóra de Itú, onde o clima o tratava muito mal, como honrosos são os termos da portaria pela qual foi commissionado para tirar a devassa sobre cunho falso e na qual dizia Sarzedas estar no conhecimento das letras, capacidade e zelo com que elle se desempenhava dos deveres do cargo de juiz de fóra de Itú

O governador Conde de Sarzedas na villa de Santos aos 3 de junho de 1735 deferiu juramento e deu posse do cargo de provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da villa de Itú ao dr. João Nobre Pereira, que para tal cargo fôra nomeado por despacho da Mesa de Consciencia e Ordens de 4 de junho de 1734, como pela resolução regia de 6 de março e carta de 10 de dezembro do mesmo anno fôra nomeado juiz de fóra da villa mencionada.

Teve o dr. Nobre Pereira pela portaria de 10 de dezembro do anno de sua referida nomeação 200$000 rs. de ajuda de custo, e por outras duas expedidas quatro dias depois se lhe arbitrou a aposentadoria em 60$000 rs. em cada anno e se lhe fixou o ordenado annual em 300$000 rs.

As relações deste juiz de fóra com o governador Sarzedas não foram tão amistosas como as de seu antecessor; pois em 12

de dezembro de 1735, em 17 e 22 de janeiro do anno seguinte Sarzedas lhe dirigiu cartas o censurando por ter posto o «cumpra-se» em um despacho do governador, por ter lavrado um auto contra o coronel regente da villa e por ampliar a sua jurisdicção e diminuir a dos militares; participando que ordenára ao coronel regente não lhe désse ajuda militar para as diligencias de justiça sem que precedesse pedido e advertindo que, se continuasse o juiz a assim proceder, na conta annual sobre o procedimento dos magistrados elle faria presente ao soberano querer o juiz alterar tudo quanto se achava disposto pelo dito Senhor, para que este determinasse o que houvesse por bem.

A' carta de 12 de dezembro, escripta por Sarzedas, deu o dr. João Nobre Pereira prompta resposta mostrando, a correcção do seu acto quanto ao «cumpra-se» increpado; dizendo que na villa não havia militares e, por isso, elle não podia pretender diminuir a jurisdicção delles, affirmando que não pediria ao coronel regente da villa ou a qualquer outro official de ordenança ajuda militar para as diligencias, porque os officiaes de ordenanças não são militares e sim subalternos delle juiz, e accrescentando que o governador podia dar a S. Majestade a respeito delle juiz a conta que bem lhe parecesse a elle governador, pois estava certo que si para este effeito o governador se informasse de pessoas fidedignas não poderia elle juiz ter maior credito que a informação do proprio governador.

O Conde de Sarzedas, considerando incivil a resposta, que lhe deu o juiz de fora, instruiu com ella uma longa accusação que por carta de 4 de fevereiro de 1736 fez junto ao governo de Lisboa contra o dr. Nobre Pereira e na qual dizia «serem poucas as esperanças de servir bem quem chega a fomentar ruinas dando armas prohibidas para commetter delictos».

Em vista da mencionada accusação foi expedida a Carta Regia de 26 de outubro de 1736 pela qual foi mandado advertir o dr. Nobre Pereira para que não procedesse pelo auto que formou contra o coronel, nem impedisse a execução das ordens do governador aos cabos das Ordenanças;—se lhe extranharam os diversos factos, de que foi accusado,—se declarou que a carta do juiz não era incivil e estava muito nos termos do negocio,—e se dicidiu que o juiz de fora tem jurisdicção sobre as Ordenanças e seus officiaes, não lhe sendo, por isso, necessario recorrer ao governador para proceder contra elles.

Com provisão do governador para ser intendente e provedor da fazenda real chegou em 20 de janeiro de 1744 ás minas de Mato Grosso o dr. João Nobre Pereira, que acabára de ser juiz de fora de Itú.

Em 24 de março de 1734 o governador e capitão general, que estão administrava a capitania de S Paulo affirmou ao governo da metropole não ser de nenhuma utilidade ao serviço real haver juiz de fora em Itú e da Carta Regia de 30 de dezembro

de 1735 se vê que pela resolução do Conselho Ultramarino de 22 do referido mês e anno foi determinado que se extinguisse a judicatura de Itú e se creasse a de Guaratinguetá; mas esta resolução não foi executada, tanto que não só em 27 de novembro de 1749 foi decretada a extincção do logar de juiz de fora de Itú, seguramente porque elle não fôra extincto pela resolução de 1735, como ainda o logar de juiz de fora de Guaratinguetá deveu sua creação ao Alvará de 9 de outubro de 1817.

Foi, de facto, em virtude do decreto de 27 de novembro de 1749 que a villa de Itú deixou de ter juiz de fóra e a proposito Pedro Taques, sobre informar em sua *Nobiliarchia Paulistana* que José do Amaral Gurgel foi o primeiro juiz ordinario de Itú, depois que se extinguiu «o caracter de juiz de fóra na pessôa do DR. THEOTONIO DA SILVA GUSMÃO», asserta em sua *Historia da Capitania de S. Vieente* que o logar de juiz de fóra de Itú se extinguiu no anno de 1750, quando o dr. Theotonio da Silva Gusmão deixou o exercicio desse cargo.

O dr. Theotonio de Gusmão era paulista, segundo o affirma Azevedo Marques; foi, por nomeação feita pelo governador Sarzedas e por este a elle communicada em carta de 14 de setembro de 1735, Fiscal da Intendencia das Minas de Goiaz, onde elle então se achava; embarcou no porto de Araritaguaba em companhia do Conde de Azambuja, primeiro governador nomeado para a capitania de Mato Grosso, com destino a Cuiabá, onde chegou aos 11 de janeiro de 1751 e para onde foi na qualidade de juiz de fóra da villa, que se havia de crear e que, de feito, foi erecta aos 19 de março de 1752 com o nome da villa de Mato Grosso, da qual foi elle o primeiro juiz de fóra e o dr. Manoel Fangueiro Fracesto foi o segundo e ultimo

O dr. Theotonio fundou em 1758 a aldêa ou missão de N. S. da Boa Viagem do Pará e «S. Majestade lhe fez mercê, na affirmação de Nogueira Coelho, de que ahi fizesse um logar de desembargador da Relação da Bahia com o ordenado de 600$000 rs.»

Deixando a referida aldêa, passou o dr. Theotonio para o Estado do Pará

Extincto o logar de juiz de fóra de Itú, alguns annos depois se representou ao governo portugues pedindo sua restauração «para com esta medida se evitarem as prepotencias de algumas familias daquella villa» e o referido governo em 5 de fevereiro de 1780 ordenou ao capitão general Martim Lopes Lobo de Saldanha informasse com seu parecer declarando se util seria a creação de um juiz de fóra em Itú, como já antigamente houvera, se eram reaes as desordens alludidas e quaes seus autores.

Martim Lopes, cumprindo a ordem constante da carta que em 5 de fevereiro de 1780 lhe foi escripta pelo Secretario de Estado Martinho de Mello e Castro, informou em 9 de outubro do mesmo anno que, a seu ver, «a criação do dito Ministro se

faz inutil, primeiro porque sendo o ordenado diminuto para este continente, aonde quasi todos vem mais com o ponto de vista de hirem ricos do que servirem bem, se augmenta esta despesa, não havendo fundo nesta capitania para pagar as actuaes. Segundo, porque, se S. Maj.e pretende evitar as absolutas da Villa de Itú com um Juiz de Fóra, será necessario criar pa a cada uma das mais villas outros semelhantes; e fallando a V. Ex. com a circumspecção que devo, zelo e fidelidade com que sirvo a Sua Maj.e, devo segurar-lhe que no tempo de meu governo não tem havido mais prepotencias que as suggeridas pelo Estado Ecclesiastico, sendo cabeça de todas o Bispo Diocesano».

Não foi então nem depois restabelecido o juizado de fóra de Itú, mas em 2 de dezembro de 1811 foi esta villa constituida cabeça de comarca, a que deu o nome e que comprehendia a mesma villa e mais as de Sorocaba, S. Carlos, Mogi-mirim, Porto Feliz, Itapetininga, Itapeva e Apiahi, com os respectivos termos.

***

Um alvará de 2 de dezembro de 1811 creou na capitania de S. Paulo uma nova comarca comprehendendo as villas, com seus respectivos termos, de Itú, que era a cabeça da comarca e lhe dava o nome, Sorocaba, S. Carlos, Mogi-mirim, Porto Feliz, Itapetininga, Itapeva e Apiahi.

Em 17 do referido mês foi nomeado ouvidor geral e corregedor dessa nova comarca, a ultima que foi creada nos tempos coloniaes em terra paulista, o dr. Miguel Antonio de Azevedo Veiga, que de abril de 1807 a principios de 1813, quando tomou posse o novo ouvidor dr. d. Nuno Eugenio de Locio e Seiblz, exerceu egual cargo na comarca de S. Paulo, de que foi desmembrada a de Itú.

Attendendo a uma sua representação o governo geral houve por bem lhe conceder licença para que se casasse com pessoa apta, conforme reza o officio de 5 de março de 1817 do Conde da Barca, secretario de Estado, ao Conde de Palma, governador de S. Paulo.

Obtida, como se vê, a necessaria licença, o dr. Azevedo Veiga contrahiu nupcias com d. Escolastica Joaquina de Barros, filha de Antonio de Barros Penteado e de d. Maria de Paula Machado.

Ao dr. Veiga succedeu na ouvidoria de Itú o dr. João de Medeiros Gomes, que, tendo sido antes ouvidor e corregedor da comarca de Paranaguá, o foi, depois, em 1823, da comarca de S. Paulo.

O terceiro ouvidor da nova circumscripção judiciaria foi o dr. Antonio de Almeida e Silva Freire da Fonseca e este aos 28 de novembro de 1824 fez a erecção da villa da Franca do Imperador.

Foi o dr. Freire da Fonseca juiz de fóra de Taubaté antes de ser nomeado ouvidor de Itú e, quando juiz de fóra, teve a incumbencia de tirar uma devassa sobre a Bernarda de 23 de maio de 1822.

Com os drs. João de Medeiros Gomes, Manoel Joaquim de Ornellas e outros, foi o dr. Freire nomeado no dia 1 de dezembro de 1822, por occasião de ser d. Pedro I sagrado e corôado imperador do Brasil, cavalleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Após o dr. Freire foi ouvidor e corregedor de Itú o dr. Francisco Lourenço de Freitas, paulista, natural de S. Sebastião, nascido em 2 de janeiro de 1802 e formado em leis na Universidade de Coimbra em 1824.

Nomeado em 1825 para o logar de juiz de fóra de Minas Novas creado por alvará de 22 de janeiro de 1810, transferido em 1827 para o logar de juiz de fóra de S. Sebastião, foi nomeado em 1829 ouvidor de Itú, e, tempos depois, juiz de direito de Santos, mas antes de entrar em exercicio foi removido para a comarca do Paraná e, não aceitando a remoção, ficou avulso até lhe ser designada a comarca de Taubaté. Ficou novamente avulso de 1855, quando foi removido para Piratini, Rio Grande do Sul, e não aceitou a remoção, a 8 de julho de 1867, data esta em que lhe foi designada a comarca da Franca, onde administrou justiça até ser aposentado em 1873.

O dr. Lourenço de Freitas casou-se em 1829 em S. Sebastião com d. Anna Leopoldina de Oliveira, filha de Manuel Gonçalves de Oliveira e de Anna Eufrosina de Sant'Anna Lopes e *sexies* neta de d. Simão de Toledo Piza e sua mulher d. Maria Pedroso casados em S. Paulo em 1640.

O dr. Francisco Lourenço de Freitas foi deputado á Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo na setima legislatura (1846-47) e foi tambem o ultimo ouvidor de Itú, tendo exercido o cargo até a extincção do mesmo em virtude do Codigo de Processo Criminal.

Alfredo de Toledo.

OS INDIGENAS

(ENSAIO APRESENTADO AO INSTITUTO EM SUA SESSÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 1907)

Dispenso-me de procurar definir que significa o vocabulo *indigena*, porque sabemos que elle é applicado, entre nós, para indicar os habitantes barbaros da America, que foram impropriamente denominados *indios*, por alguns antigos, pois quando se descobria o Novo Mundo, pensavam ter descoberto a India.

De onde vieram os indigenas?

Eis uma pergunta difficil de ser respondida Entretanto, sobre este assumpto, existem tantos trabalhos escriptos que dariam para formar uma grande bibliotheca.

Mas, para explicar como vieram os indigenas até a America, não posso deixar de, primeiramente, remontar-me, embora em ligeira sinthese, á origem do homem

E' sabido que a esse respeito existem tres opiniões, e, portanto, neste elevado terreno scientifico, os sabios se dividem: de um lado illustres scientistas defendem e sustentam a doutrina do polygenismo, que é o systema dos que attribuem as raças humanas a differentes troncos primitivos.

A' frente dos polygenistas, entre muitos, se destacam Morton, Nott, Littré, Broca, Agassiz, e, aqui no Brasil, o general Couto de Magalhães e o dr Silvio Roméro.

O sabio Agassiz, eminente naturalista suisso, deu ao homem nove troncos: 1.° o polynesio, 2.° o australiano, 3.° o malaio ou indio, 4.° o hottentote, 5.° o africano, 6.° o europeu, 7.° o mongolico ou aziatico, 8.° o americano, 9.° o arctico.

Apesar disso, porém, esse mesmo sabio não hesitou em proclamar que «tudo no mundo foi feito por um Espirito ante o qual o homem não póde senão humilhar-se, para reconhecer, com uma gratidão ineffavel, as prerogativas com que foi dotado, além da promessa de uma vida futura».

O general Couto de Magalhães divide a humanidade em 4 troncos, a saber; o preto, o amarello, o vermelho e o branco.

E no seu excellente livro *O Selvagem*, diz:

«Como o tronco negro é o que melhor supporta o calor: como a marcha do planeta que habitamos tem sido do calor para o frio, e como todos os phenomenos vitaes se ligam á marcha da temperatura, o tronco negro parece que foi o primeiro creado, e

devia sel-o naquella parte do globo onde, primeiro do que em outras, a temperatura desceu ao gráu que era compativel com o organismo do homem.

«Pela mesma serie de comparações creio que o tronco amarello veiu depois do preto, o vermelho depois do amarello, e finalmente o branco, que deve ser contemporaneo dos primeiros gelos, foi o ultimo. Julgo tambem que, na ordem do desapparecimento, a natureza ha de proceder pela mesma fórma—o tronco preto ha de desapparecer antes do amarello, e assim successivamente, até o branco. Este ha de talvez, por sua vez, desapparecer tambem, no fim do periodo geologico de que somos contemporaneos para, quem sabe, dar lugar ao apparecimento duma outra humanidade, tanto mais perfeita e tão distante da actual, quanto esta o é dos grandes quadrumanos antropomorphos que chegaram até nossos dias».

De outro lado está Lamarck, com a theoria do *transformismo*, completada pela *selecção natural* de Darwin, que se funda no «struggle for life».

E ainda temos os partidarios do *monogenismo*, que é o systema antropologico que considera todos os homens provenientes de um só tronco, ou de uma só origem. São elles o sabio antropologo francez Quatrefages, o notavel scientista inglez Pritchard, o grande Buffon, o popular Luiz Figuier, no seu livro muito conhecido *L'Homme primitif*. Ferdinand de Lanoye, e, entre nós, João Mendes de Almeida e Americo Brasiliense.

De Lanoye, illustre antropologista francez, na sua obra posthuma o *Homem selvagem*, diz:

«A' *Sciencia social*, que estabelece a unidade de fim para a humanidade, não pode admittir para os seus membros uma illogica pluralidade de origem, cuja consequencia seria, para cada raça, uma desigualdade de ponto de partida, de meritos a adquirir e de sacrificios a realizar, na busca de um futuro identico para todos».

«Finalmente a historia, que resume todos estes dados, não pode dispensar-se de os corroborar, com uma auctoridade cujo valor é permittido discutir, mas que se não poderia recusar sem má fé; queremos falar das tradicções ainda hoje espalhadas pela superficie da terra. Ou sejam estudadas e sabiamente formuladas na base dos systemas religiosos ou cosmogonicos das nações primeiro civilizadas, ou se colham os mais grosseiros restos nas reminiscencias balbuciadas pelas tribus mais selvagens, fica-se impressionado com a analogia de todos esses velhos échos dos primeiros dias da existencia do homem: é-se forçado a reconhecer a identidade dos seus testemunhos que, se elevando de todos os pontos do globo, e de todos os degráus da escala da civilisação concluem, como Buffon do alto do seu genio, como a sci-

encia escapando ás hesitações dos prejuizos, como Christo morrendo pela fraternidade humana, *na unidade de especie de origem e de berço*».

Creio ser excusado dizer que, como catholico, e, portanto, baseado na fé, eu já era monogenista muito antes que os meus estudos sobre esta questão viessem confirmar, de uma fórma absoluta, as minhas crenças a respeito da origem do homem; e assim sendo, sempre acceitei, como uma grande verdade, as palavras do *Genesis*:

Et creavit Deus hominem ad imaginem suam : ad imaginem Dei creavit illum : masculam e fœminam creavit eos.

Não posso, pois, a proposito dessas doutrinas, deixar de subscrever o que um illustre patricio nosso, Americo Brasiliense, disse num seu valioso trabalho:

« Ha ainda a theoria de Darwin, fundada sobre o principio da *selecção*, da lucta pela vida. Este naturalista desenvolveu com mais amplitude e sob nova face a doutrina pregada por Lamark.

« Dadas estas noções geraes, cumpre-me dizer-vos que não tenho estudos profundos e especiaes sobre a materia, não posso por isso fazer a critica das diversas opiniões Isto não obsta, porém a que, em resultado de ligeiros conhecimentos adquiridos com a leitura de alguns trabalhos dos escriptores que tratam do assumpto, me declare pela unidade da especie humana. Esta doutrina, apadrinhada por sabios de tão alta reputação como Cuvier, Humboldt, Quatrefages e outros, é a mesma ensinada pelo *Genesis*. Diga-se muito embora que ha raças privilegiadas para melhor comprehenderem — uma a liberdade, como a saxonia; outra a egualdade, como a latina; e outra a fraternidade como a slava, — eu não me afasto das crenças que nutro. Sendo as condições fundamentaes da natureza humana as mesmas em todas as raças, todas têm os mesmos altos destinos. Si umas caminham mais depressa e apresentam mais harmonioso desenvolvimento, e gosam de mais prospera existencia, certamente estas phases differentes, que se observam, são devidas ao *meio*, onde vivem; não só ás influencias physicas, mas ás moraes e intellectuaes que as cercam. E' esta a doutrina que professo; e desde os primeiros tempos de minha mocidade aprendi a crêr que a intelligencia é um raio de luz divina dado á humanidade, que a liberdade é essencial condição de seu integral desenvolvimento, que todas as raças tendem á perfectibilidade, que não ha bençãos para umas e maldições para outras ».

A proposito da origem do homem fico aqui, porque este rapido estudo não comporta digressões maiores. Entretanto, não podia deixar de, embora ligeiramente, tocar neste importante assumpto, antes de referir-me ás hypotheses mais aceitas da vinda do homem para a America.

* * *

Sendo geralmente apontada a Asia como berço do genero humano, é de suppor que, ao dar-se a dispersão dos povos, dessa occasião date a vinda dos primeiros homens para a America.

As principaes hypotheses explicando como as primeiras correntes migratorias vieram para esta parte do mundo, são:

1.ª) Que os indigenas foram habitantes da antiga Atlantida, grande continente que hoje está provado que existiu, em épocas remotissimas, entre a Europa a Africa e a America, e que tambem, no dizer de alguns, povoou o Egypto. Partilham esta opinião os illustres indianologos Brasseur de Bourbourg, Alcyde d'Orbigny, Hamard, Don Henrique de Thoron; e, entre nós, o venerando sabio brasileiro, conego Ulysses de Pennafort, auctor de trabalhos monumentaes, entre elles o *Brasil Pre-historico.*

2.ª) Que os primitivos habitantes da America viéram pelo Estreito de Behring, que tem poucas leguas de comprimento. Walace, citado por Candido Costa, acredita que este Estreito se formou durante a época quaternaria, e que já existiu uma communicação, sem solução de continuidade, entre a Asia e America.

Mesmo actualmente, por occasião dos rigorosos invernos que costumam reinar naquellas paragens, os gelos que se formam dão passagens a pedestres, de um continente a outro.

3.ª) Que os indigenas vieram da Asia, fazendo escalas pelas ilhas do Pacifico, ou quiçá impellidos pelas tempestades mui communs nesse mar. E para documentação desta hypothese, allegam que até hoje não é raro apparecerem nas costas da cidade de S. Francisco, juncos chinezes alli atirados pelas tempestades; e até apontam que, de 1782 a 1876, quarenta e nove embarcações chinezas foram arrastadas pelas correntes do Japão ás costas norte-americanas.

4.ª) Que em tempos idos a America era unida ao continente asiatico e que a separação se deu por effeito de um grande cataclysmo.

5.ª) Noutra hypothese, brilhantemente formulada e desenvolvida pelo dr. Francisco Ferraz de Macedo, num erudito trabalho intitulado *Formação geologica das Americas*, que sahiu publicado em 1900, em um numero especial da excellente revista *Brasil-Portugal*, este scientista aventa a idéa de que todos os continentes fossem unidos, mas que formidaveis abalos geologicos os separaram, deixando-os como estão actualmente.

Acho esta hypothese bem rasoavel, baseado em dous mappas que acompanham o referido trabalho; mas no que discordo desse illustre scientista é quando elle diz que «o homem deveu apparecer em differentes pontos do macisso, em varios tractos de terrenos, separados pelas fendas, quer de norte e sul, quer em outros sentidos, dando em cada ponto do seu apparecimento origem ás bases das raças primitivas.»

Vê-se, pois, por este pequeno trecho, que elle é partidario do polygenismo, theoria que ha pouco acabei de combater.

Entendo, sim—e não me consta que esta opinião já tenha sido ennunciada—que, si por ventura as partes do mundo foram unidas, a celebre Atlantida de Platão, que os antigos affirmam ter desapparecido, motivado por um grande cataclismo, era a propria America que, em vez de sumir-se, afundada nas aguas do oceano immenso, desappareceu sim, porém das vistas dos primeiros europeus e africanos, sendo arredada violentamente centenas de leguas da velha Europa e da Africa, ficando de permeio as aguas profundas do Oceano Atlantico.

* * *

De que povo descendem os indigenas da America?

E' difficil dar-se uma resposta cabal.

Particularmente não partilho esta ou aquella opinião a respeito de materia tão importante e, ao mesmo tempo, tão controvertida; porém admitto algumas hypotheses que nellas se contém.

Está provado que os indigenas da America pertenciam a diversas raças, e, consequencialmente, descendem de differentes povos. Quatrefages é de opinião « que o novo mundo fôra povoado por tres raças: amarella, branca e negra. A raça branca habitava principalmente o noroeste, a amarella é ainda hoje representada por differentes tribus, e a negra, pouco numerosa, occupava o isthmo de Panamá e a ilha de S. Vicente, na entrada da golpho do Mexico. »

Entre as innumeras opiniões que podia citar escolherei apenas algumas.

Possuo um exemplar de uma obra curiosissima intitulada *Esperanza de Israel*, escripta por Menasseh Ben Israel, theologo e philosopho hebreu, em 1650, e vertida para o espanhol por Santiago Perez Junquera. Neste livro, o autor, baseado em profundos estudos que fez da materia e amparado principalmente em Montezinos, autor das *Memorias antigas da historia do Perú*, affirma que foi o povo hebreu que povôou a America, em cujo interior ainda espera a vinda do Messias, a redempção das tribus e o dominio universal. E argumenta, citando trechos da Biblia, cotejando os costumes, a religião, a linguagem e os monumentos em ruinas dos indigenas, e conclue affirmando a origem hebréa das tribus selvagens do novo mundo.

O sabio indianologo D. Henrique Onfroy, visconde de Thoron, numa memoria monumental, publicada em 1876, prova exuberantemente que os povos da antiguidade a mais remota conheciam a existencia da America; e refere-se a Platão, que dizia existir atraz da celebre Altantida um grande continente; cita Diodoro da Sicilia, que, 45 annos antes de Christo, já em seus escriptos, falava claramente da America, indicando seus rios

navegaveis, suas edificações sumptuosas e dizia que os phenicios descobriram esse continente; aponta Aristoteles, descrevendo um paiz fertil, além do Atlantico; cita tambem Plutarcho que no «*Tratado das manchas no orbe lunar*» conta, abrangendo todo o occidente além d s columnas de Hercules, *que o continente em que reinava Merope* foi visitado por Hercules *numa expedição que fez para oeste*, e que seus companheiros *alli apuraram a lingua grega*, que começava a adulterar-se. «Ora, continua o Visconde de Thoron, os nossos estudos de philologia comparada, nos têm feito descobrir que a lingua quichua ou dos Antis da America equatorial e meridional, contem centenares de vocabulos gregos. Este facto confirma a viagem de Hercules a America.»

Em resumo, este notavel occidentalista procura provar, argumentando com um enorme cabedal de conhecimentos, que na antiguidade, até a queda de Carthago, 146 annos antes de Christo, o oceano fora quasi sempre frequentado; que a America era então conhecida dos povos navegantes; e que a facilidade de communicações sempre existiu entre os dous grandes continentes pelos ventos geraes e as correntes equatoriaes, cujo conhecimento possuiam os marinheiros phenicios. E termina affirmando e documentando suas asserções, que as terras de Ophir de Tarschisch, bem como Parvaim, logares celebres, de onde, segundo a Biblia, Salomão mandava suas frotas buscar ouros e pedrarias, se achavam situados perto do nosso rio Amazonas.

D. Felix y Sobron, no seu interessante, porém deficiente trabalho *Los idiomas de la America Latina*, baseado na linguagem dos indigenas, nas suas pyramides e nos seus hieroglyphos, entende que elles descendem dos egypcios e tambem dos hebreus. Eis o que elle escreve:

« Varios de los que al principio estudiaron los idiomas, notaran desde luégo la semejanza de muchas voces del quichoa y otros lenguages con otras palabras del hebreo.

« Alguno avanza hasta afirmar que con respecto á la lengua de las Antillas, principalmente de Cuba, podia darse por sentado que no era más que el hebreo corrompido; proposicion calificada por muchos otros de muy exagerada.

« Pero despues de los eruditos trabajos del sabio baron de Humboldt, apoyados en las curiosas investigaciones de los P. P. Gaona, Olmos, Motolinia y otros que obtuvo y meditó; y despues de otros estudios más modernos de etnólogos europeos y americanos, está completamente demostrado que en casi todas las lenguas del nuevo mundo existe la más perfecta analogia de infinidad de palabras de ellas con otras de las lengoas asiaticas».

« Y como se verá en su respectivo logar, uno de los más eruditos literatos mejicanos no se limita á señalar la semejanza de mujos vocablos con varias palabras hebreas, sino que apunta la identidad de la frase en su construccion y rodeo en muchos casos».

Charles Wienier—*L'Empire des Incás* - depois de brilhante estudo a respeito dos indigenas da America, conclue: « Que les habitants descendent directment des races asiatiques, Indienne, Indo—Chinoise et Mongole ».

O sabio naturalista Alexandre de Humboldt—*Tablaux de la Nature*—diz « que os povos occidentaes do antigo continente tinham tido relações com a Asia muitos annos antes da chegada dos espanhoes. A analogia dos calendarios mexicanos, thibetanos e japonezes, das pyramides de degraus, orientados com toda a exatidão, os mythos antigos acerca das quatro edades, ou os quatro cataclysmos do mundo, e a dispersão da raça humana depois de uma grande inundação, são outros tantos indicios em apoio desta crença.

« O que se tem publicado, depois do meu livro, na Inglaterra, França e Estados Unidos, acerca das esculpturas singulares, executadas quasi em estylo indico, encontradas nas ruinas de Guatemala e Yucatan, dá ainda maior valor ás analogias que eu indicava. Os antigos monumentos da peninsula de Yucatan assombram, ainda mais que os de Palenque, pela civilização que revelam ».

O nosso Domingos José Gonçalves de Magalhães, visconde de Araguaia, no seu livro *Opusculos Historicos e Literarios*, contraditando Varnhagen, que atacára os indigenas, na sua opulenta *Historia do Brasil*, pondera:

«Infelizmente, porém, os Barbaros da Europa que aniquilaram o colossal imperio dos incas; que desvassaram tantas cidades florescentes do Mexico e do Perú, e tantos monumentos destruiram, com tão estupida ferocidade nos roubaram as melhores paginas que nos podiam guiar na pesquisa da antiguidade americana. Comtudo, á vista dessas ruinas eloquentes de Cusco, Teaguanac , Utatlam, Tulha, Tenochtitlam, Culhuacan e Tezcuco, essa Athenas americana, onde Summariava, primeiro bispo do Mexico, invejoso da gloria attribuida a Omar, amontoou em uma praça todos os documentos da historia, da literatura e das artes, e todos os manuscriptos, hieroglyphos e pinturas dos Azteques, e ergueu uma pyramide que entregou ás chammas; á vista dessa multidão de cidades, de canaes, de pontes, de pyramides, do papel de pita, cartas geographicas, e divisão do anno em 365 dias, e dessa maravilhosa estrada de quinhentas leguas de Cusco a Quito, por entre montanhas, talhada nas rochas, e guarnecidas de arsenaes, fortalezas, templos e hospicios para os caminhantes; á vista dessas gigantescas ruinas descriptas por Garcilasso, Humboldt, Kingsborough e outros viajantes; documentos incontestaveis de uma civilização de caracter antigo e original, que denuncia gerações successivas e seculos para ter chegado a esse ponto de grandeza e esplendor; á vista de todos esses factos, tão facil nos é suppor essa civilização anterior, como contemporanea da mais antiga civilização da India e do Egypto ».

João Mendes de Almeida, no seu excellente livro *Notas Genealogicas*, a respeito da origem da povoação da America, diz:

«Temos por cousa provavel que o continente da America meridional foi, em tempos de impossivel averiguação, invadido por habitantes das ilhas da Oceania, mais proximos á costa occidental.

«Basta comparar os usos e os costumes dos povos daquellas ilhas com os usos e os costumes dos indios da America. A tatuagem ou a operação de desenhar, por sulcos abertos na cutis, pinturas variegadas; os enfeites de pennas; o fetiche do jarde verde; a superstição ligada aos amuletos de ossos humanos; o uso de uma massa de pedra, fixada ao pulso por um amarrilho, com o qual esmigalhavam, nos combates corpo a corpo o inimigo; a maneira de fabricar, de um só madeiro ou de um unico tronco, embarcações de mais de sessenta pés de comprimento, bem como o modo de aprestal-as para a navegação; as danças, sempre allegoricas á guerra, a sacrificios, a funeraes; a fórma hierarchica e electiva do governo; e muitos outros signaes; tudo isso foi encontrado na America, especialmente na região entre o rio Amazonas e o rio da Prata, etc.»

O sabio Barbosa Rodrigues, depois de provar pelo *muyrakitã* «a unica prova palpavel que nos póde dizer alguma cousa» sobre a origem asiatica dos indigenas, diz no seu notavel trabalho *O muyrakitã e os idolos symbolicos:*

« Estudando-se a historia mythologica e antiga da Asia, meditando-se sobre o *Genesis*, ouvindo-se a tradição e comparando-se tudo, desapaixonadamente, o que se encontra em ruinas da America, ou o que se descobre sepultado pelas terras, ou conservado de geração em geração pelos povos, com religioso respeito, vê-se que a origem dos selvagens da America é a mesma daquelles que na Europa se prezam de ser de uma origem differente.

« A Asia, pondo-se mesmo de parte a Biblia, foi o berço da humanidade. Foi della que partiram os Aryanos, mas della partiram tambem outros povos, que esgalhados deram ramos que se estenderam pelas cinco partes do mundo. Si em algumas épocas emigraram grupos de um só sangue, em outras houve leva de cruzamentos com sangue que mais se mesclava pelas uniões amigaveis, ou pelas conquistas e pelo dominio. Os Coudras, do codigo de Manon tambem emigraram.

« Foram desses grupos cruzados que chegaram á America ou nella se cruzaram com outros anteriormente emigrados e dahi o mixto de costumes e de linguas. A grande distancia e o grande espaço para estabelecimento, o tempo que levavam a chegar e a se encontrarem os differentes grupos, tudo originava modificações de costumes e de linguas, de épochas diversas, na America, emquanto que na Europa os grupos tinham um pequeno espaço para se estabelecerem e menor o tempo para os encontros,

porque menores eram as distancias a vencer: dahi conservaremse mais puros os costumes, avançarem a civilização e a linguagem».

O muito erudito conego Pennafort, acceitando e ampliando os brilhantes estudos do grande occidentalista, sr. Visconde de Thoron, cita no seu *Brasil pre-historico* innumeros vocabulos tupís, sanskritos e gregos, e, fazendo um estudo comparativo dos mesmos, conclúe:

« Para mostrar o parentesco da nossa formosa lingua brasilena ou tupi com as tres importantes linguas do mundo: o hebraico, o sanskrito e o grego, são sufficientes as etymologias que reproduzimos da longa nomenclatura que temos já escolhido e fazem parte do nosso Lexicon tupi comparado. O que ahi fica exharado vem corroborar o que affirmamos sobre o cruzamento das nossas raças brasilenas com as outras raças semiticas e aryanas.

« Emquanto aos Pelasgios e aos Hellenos não ha duvida que elles tinham sciencia de alguma terra ao oeste do Oceano; e segundo a tradição parece certo que os gregos tambem tiveram na America estabelecimentos antes da fundação de *Karkédon* ou Karthayo, colonia pheniciana; como testemunha, diz de Thoron, podemos citar as narrações hellenicas de Theopompo, reproduzidas em latim por Ælianus e em Plutarcho; o primeiro affirma que Hercules foi visitar os Gregos entre os Maropas (*Marupá*, em tupi); ora estes habitaram em face da Lybia (Africa) os territorios occupados hoje pelos Brasilenos, emquanto que Sylla conduziu este mesmo Hercules até o mar hyperbóreo ou saturniano, sobre o continente croneo, onde habitavam os Gregos; havia portanto Gregos ao Sul e ao Norte da America. Durante o bloqueio do estreito, o qual durou trezentos annos, os Hellenos isolados no meio dos *barbaros* desappareceram, mas a sua lingua ficou mesclada ás linguas americanas, sobretudo ao tupi, que contem innumeras raizes da lingua grega etc.»

Candido Costa, no seu interessante livro *As duas Americas*, refere-se a uma pedra lavrada, com inscripções, encontrada no Estado de Parahiba, a qual, sendo submettida ao juizo do sabio orientalista francez Ernesto Renan, foi por este considerada de origem pheniciana.

O mesmo escriptor conta que «outras tres inscripções punicas se acharam em Boston, cuja noticia se publicou em França, no anno de 1781; e, não ha muito, na villa das Dôres, em Montividéu, um fazendeiro descobriu uma lápida sepulcral, com caracteres desconhecidos, cobrindo uma sepultura de tijolos, onde se achavam espadas antigas e um capacete, damnificados pela ferrugem, e uma jarra de barro, de grande dimensão. Todos estes objectos foram apresentados ao douto padre Martins, o qual obteve lêr na lápida, em caracteres gregos:—*Alexandre, filho de Philippe, era rei da Macedonia na olympiada 63: nestes lugares Ptolomeu...* — faltava o resto. Numa das espadas se achava

gravada certa effigie que parecia ser de Alexandre, e no capacete se viam esculpidas varias figuras representando Achilles, arrastando o cadaver de Heitor em roda dos muros de Troia».

« Póde-se suppor que algum chefe das armadas de Alexandre, levado por alguma tormenta, surgisse alli, e marcasse com tal monumento a sua estada».

Resumindo essas abalizadas opiniões que citei, torno a repetir o que acima disse, isto é, que pertencendo os indigenas a differentes raças, consequentemente descendem de diversos povos, e, portanto, não se póde precisar um só povo como seu ancestral remóto.

Admittido isto, é bastante provavel as tribus brancas da America serem oriundas talvez dos proprios europeus; as vermelhas dos egypcios e judeus; as amarellas dos chinezes e japonezes; e as pretas dos africanos negros.

Isto numa épocha remótissima, porque em nossos dias parece-me que só existem indigenas amarellos e vermelhos, estes na America do Norte, representados principalmente pelos *Pelles Vermelhas*, e aquelles na do Sul, pelos *Tupis* e seus ramos.

* * *

Os indigenas brasileiros já começam a ser um mytho e breve desapparecerão do vasto scenario onde figuraram durante longos seculos, e, quiçá, assistiram a passagem de alguns milennios.

Está, portanto, bem perto o dia em que elles se transformarão em personagens lendarios—e a lenda é afinal a mais poetica e formosa das immortalidades.

Os indigenas eram quasi geralmente bons, meigos, alegres e hospitaleiros. Raça de briosos e altivos, não foram vencidos, porém sim esmagados pelo progresso. Sua terra foi conquistada, mas elles não foram conquistados, tanto que, as esphaceladas tribus que ainda existem em nosso paiz, vivem na liberdade relativa que lhes offerece o seio amigo dos sertões vetustos do Brasil; porém lá mesmo, á medida que a civilização avança, passando algumas vezes por cima dos seus miseros cadaveres, elles recuam, cedem terreno, mas não cedem a si proprios: é que, em sua simplicidade nativa, não comprehendem o progresso que se lhes depára na ponta reluzente de uma bayoneta, ou na boca negra de um bacamarte sinistro...

Existiu, comtudo, ha bem poucos annos, em nosso paiz, um varão notabilissimo em tudo, especialmente pela sua alevantada estatura moral—vulto gigantesco, que encheu gloriosamente mais de meio seculo da nossa historia, e cuja estampa cyclopica avulta mais, cresce e crescerá sempre, á medida que o tempo passa, inflexivel, derrubando as *notabilidades* do momento e os *heróes* do dia, reduzindo-os ás suas verdadeiras proporções e atirando-os alfim até o infimo pó do esquecimento perpetuo... Aquelle

santo varão, que merecia figurar ao lado dos que Plutarcho immortalizou, era filho do fundador e unificador da grande Patria Brasileira. Nasceu, abriu os labios tenros para o primeiro vagido na real Quinta da Bôa Vista, no meio do fausto e das riquezas, e muitos annos depois (contingencias da vida humana!) exhalou o ultimo alento de uma existencia toda dedicada ao engrandecimento do seu paiz, num hotel secundario de Paris, rodeado apenas por meia duzia de amigos dedicados—esse principe illustre chamava-se Pedro II.

Pois bem, esse monarcha generoso, que conhecia perfeitamente o tupi, sobre o qual até escrevera, em francez, um interessante estudo, foi um grande amigo dos pobres indigenas; recebia-os sempre em seu palacio, como um velho pae carinhoso recebe os seus filhos; ouvia attento as suas queixas, presenteava-os, confabulava com elles na propria lingua desses brasilicos Depois sahiam alegres e satisfeitos, conscios de que seus direitos seriam respeitados, porque assim o affirmara aquelle grande velho, cuja figura olympica, para elles, assumia proporções sobrenaturaes.

Acerca da popularidade do Imperador entre esses nossos irmãos, conta o viajante Mauricio Lamberg, que nos sertões da Bahia encontrara um indigena civilizado que, no tempo de sua vida nomada, fôra apresentado a d. Pedro II, no Rio de Janeiro, com mais alguns membros de sua tribu. Assim que viu o viajante, com a mais adoravel das familiaridades, pressuroso, perguntou-lhe: «Como vai o Imperador do Brasil?»

Sim, a saude do venerando monarcha devia interessar muito os seus ingenuos e rudes filhos.

No seu viver simples, elles naturalmente pensavam que o seu grande amigo não podia tombar; si hoje, pois, chamassemos alguns daquelles indigenas que tiveram a ventura de confabular com o Imperador, e lhes fosse contado que esse magnanimo senhor cahiu um dia do seu throno, foi exilado e morreu pobre no estrangeiro, elles ficariam certamente entristecidos; mas, si accrescentassemos que hoje, após dezeseis annos, ainda se nega uma modesta sepultura, nesta terra immensa, ao maior dos seus filhos - então os gentios, selvagens mas generosos, haviam talvez de abominar esta civilização brilhante, porém carcomida pelos odios e pelas paixões mesquinhas!

Sem distincção de classes e de partidos, eu não creio que haja um só brasileiro sensato e patriota que não admire a elevação moral do «neto de Marco Aurelio», que foi grande no seu glorioso reinado, porém ainda foi maior na tristeza do seu isolamento, soffrendo e curtindo as agruras cruciantes de um triste exilio. Assim, não importa que o corpo resequido do velho Imperador lá esteja repousando em terra estrangeira, pois em cada coração da maioria dos brasileiros a sua memoria tem, não uma sepultura, mas sim um verdadeiro tabernaculo carinhoso, onde é amada e respeitada condignamente.

O grande patriota, porém, o grande amigo dos nossos indigenas, o pae da pobreza envergonhada, o philosopho, o sabio acatado e festejado pelas maiores summidades européias do seu tempo, hadevir breve, gloriosamense, envolto naquella antiga bandeira auriverde, que levou a fama da patria brasilica desde as margens remótas do Amazonas immenso até as campinas do gaúcho heroico! Ha-de vir breve, descançar para sempre, debaixo das constellações protectoras do nosso Cruzeiro do Sul!

O grande exilado de 89, porém, não cahiu, não morreu, pois o seu traspasse foi uma das maiores apothéoses que o mundo latino assistiu, commovido e soluçante! Sim, não morreu, porque nos versos vibrantes do poeta:

Quem na lucta cahe com gloria
Tomba nos braços da historia!

S. Paulo, 1907

LEONCIO DO AMARAL GURGEL.

O PADRE MANOEL DE MORAES

I

A figura do Padre Manoel de Moraes, pelo quasi mysterio que a rodeava e pelo romanesco que suggeria o pouco que sobre ella transpirára das narrativas do tempo, tem tentado varios dos que no Brazil se dedicam a assumptos historicos. Pereira da Silva idealizou-a numa novella que não vale grande coisa, e Eduardo Prado pensava consagrar-lhe uma monographia que devia valer muito O erudito paulista—porque em Eduardo Prado havia debaixo da bohemia do *globe trotter* um fundo de pacata erudição, que elle avivava com o brilho da sua graça—pretendia fundar o seu trabalho principalmente no processo da Santa Inquisição, a que respondeu o curioso personagem que foi missionario jesuita e praticante calvinista, andou vestido de roupeta e «de grã com traçado, chapéu e trancelim» como gente de guerra, fez voto de castidade no Brazil e casou duas vezes na Hollanda, foi lingua do gentio, capitão de indios nas guerras de Pernambuco e commerciante de páu brazil.

Aquelle processo, cujo conhecimento desmancha muita asserção errada, de Innocencio da Silva entre outros, acaba de ser mandado copiar na Torre do Tombo de Lisboa pelo Instituto Historico e figurará num dos futuros volumes da excellente *Revista*, que ha quasi setenta annos mantem a benemérita associação. Entretanto interessará o resumo das suas 500 paginas aos que se não contentam com as poucas informações de Duarte de Albuquerque Coelho, entre os antigos, ou de Varnhagen entre os modernos historiadores, acerca de um brazileiro que foi bastante habil para escapar á sanha do terrivel tribunal e bastante instruido para figurar com seu vocabulario tupi-latim na obra classica de Piso e Marcgraf sobre a historia natural do Brazil.

***

A 25 de Fevereiro de 1646 entrava no Palacio dos Estáos, onde funccionava em Lisboa o Santo Officio (no local em que hoje se levanta o Theatro de D. Maria II) um homem por nome Antonio Ribeiro, que se disse mestre de uma caravella

recemchegada de Pernambuco e a bordo da qual se achavam dois presos, remettidos pelo ouvidor geral Domingos Ferraz de Sousa, para serem apresentados ao referido tribunal religioso.

Allegava o maritimo que, tendo sua embarcação surta junto á terra, melhor fôra não deixar a bordo os accusados.

Informado do occorrido, mandou o Bispo inquisidor-geral buscal-os e entregal-os no carcere da penitencia pelo familiar Antonio Franco: como é sabido, honravam-se de servir de beleguins dessas diligencias ecclesiasticas pessoas de toda a consideração e até da mais alta nobreza. Um dos presos era o Padre Manoel de Moraes; o outro um judeu conhecido por Miguel francez, natural porém de Lisboa e que, indo a Flandres, se circumcidára e apostatára.

Na manhã seguinte, reunidos em conselho os senhores inquisidores, liam os papeis enviados d'além mar e inteiravam-se do caso, que não era aliás novo. Annos antes, em 1639, fôra Manoel de Moraes denunciado por haver abjurado a religião catholica e vivido escandalosamente entre os schismaticos, julgado e condemnado á revelia pela Santa Inquisição. O ouvidor geral dos povos da capitania de Pernambuco, que exercia tambem as funcções de auditor geral da gente de guerra, ao acompanhar as forças em operação contra os hollandezes aquem do S. Francisco, trouxera ordem do governador geral Antonio Telles da Silva de promover a prisão do antigo religioso da Companhia, que se achava novamente praticando a fé romana e vivendo entre portuguezes leaes.

Telles da Silva tinha tão feroz a beatice que, segundo acaba de informar-nos o sr. Capistrano de Abreu, se offerecia para montar e custear do seu bolso a Inquisição no Brazil. A malevolencia de Martim Soares Moreno, um dos tres mestres de campo desse periodo de campanha, servindo aquella intransigencia, permittiu que se effectuasse a captura do revel, seguida da entrega ao mestre da caravella por J. Cosmo de Crasbeco, quiçá parente do celebre impressor de Lisboa

Os libertadoress tinham já então chegado ás proximidades do Recife, restabelecendo o arraial do Bom Jesus, e dominavam a menor parte do littoral, por onde exerciam francas suas communicações com a Bahia e com o Reino. Manoel de Moraes, a esse tempo o licenciado, não o padre, nenhuma resistencia podia offerecer, e as proprias ruas do Recife, ainda em poder dos hollandezes, lhe não proporcionariam a guarida da primeira estada Na sua defesa, aliás, affirmou elle, repetidas vezes, nutrir o intento de apresentar-se á mesa do Santo Officio desde a sentença, afim de eximir-se das suas culpas, umas reaes, outras imaginarias—porquanto, declarava, peccára gravemente contra a honestidade, mas nunca contra a fé. Demorára em fazel-o porque tivera que voltar a Pernambuco por questões de dinheiro. Tambem o acto merecia certa hesitação por parte de

quem não podia mais gosar do favor e beneficio dos apresentados, havendo sido «relaxado em estatua e avertido.»

Do primitivo processo consta quaes as culpas attribuidas a Manoel de Moraes, denunciado por um Duarte Gutterres, commerciante que assistira em certo tempo em Amsterdam. Algumas das testemunhas de accusação revelaram manifesta parcialidade, sobretudo um clerigo pernambucano, por nome Manoel de Carvalho. O licenciado aproveitou comtudo o intervallo para, no segundo processo, apresentar em seu abono extenso rol de testemunhas, entre ellas o embaixador portuguez junto aos Estados Geraes, Francisco de Andrade Leitão.

Da exactidão das informações prestadas pelas primeiras, logo dá desvantajosa idéa a contradicção concernente á edade que o réu apparentava ter. Suppunha-lhe Gutterres 34 annos em 1639, 30 o christão novo João Fernandes, 50 o carmelita Thomás Olagre, 50 tambem o christão novo Diogo Henriques, 45 o mestre de caravella Domingos Vicente. Concordaram todavia todas em que era de poucas carnes e moreno de côr, quasi todas em que era de estatura meã, ajuntando algumas que começava a ter cãs: uma descreve-o «alto preto magro e feo.»

Na verdade tinha Manoel de Moraes 43 annos naquelle tempo, pois que confessava 50 em 1646, e muito provavelmente, paulista de nascimento e posto que só accusando na sua genealogia ascendencia portugueza, tinha parte de mameluco, mostrando-a na côr da pelle e nas feições.

Por outra contradicção jurava o denunciante Gutterres e jurava tambem Fernandes, que este era «professor da ley de Moysés nos Estados da Olanda», terem em Amsterdam, nos annos de 1634 e 1635, conhecido Manoel de Moraes *casado e com filhos*, quando os demais depoentes relatavam—o que era a verdade—ter elle caido em poder dos hollandezes por occasião da conquista da Parahyba, que occorreu precisamente de 1634 para 1635.

Pelo depoimento do Padre Raphael Cardozo, procurador que foi da Companhia no Brazil, ficamos sabendo que Moraes estivera, rapizola, no collegio dos jesuitas na Bahia, que passára a Pernambuco com o provincial e que, ao estalar a guerra, em 1630, era superior de uma aldeia de indios, o que faz crêr que ali mesmo recebêra as ordens. Segundo informação ulterior do provincial da Companhia em Portugal, Simão Alvares, Manoel de Moraes nunca chegou a prestar votos solemnes, apenas os simplices, acabados os dois annos do noviciado, e já se achava despedido da Ordem, por suas faltas, antes de se passar para os hollandezes e muito antes, portanto, de abandonar seu credo.

De positivo ha que, homem de acção por temperamento, commandou seus tutelados indigenas na primeira phase da guerra, quando no primitivo Arraial Mathias de Albuquerque defendia obstinadamente a campanha contra os invasores herejes: a cir-

cumstancia não é contradictada no processo e expressamente a refere um christão velho de Alcobaça, por vinte annos residente no Brazil. Não tendo parecido aos seus superiores decente tal combinação de missionario e guerrilheiro por gosto, foi Manoel de Moraes compellido a deixar a lucta de certo com desagrado. Retirou-se com varios jesuitas mais para uma aldeia de suas missões, dahi passando a Itamaracá e, ao ser tomada a ilha em 1633, transferindo-se para o Rio Grande do Norte.

O seu conhecimento da lingua geral facilitava-lhe habitar entre os aborigenes e levou-o naturalmente então a fixar-se em Cunhahú, onde dizia missa e exercia as outras funcções sacerdotaes, ao mesmo tempo preparando um contingente de 300 indios para qualquer emergencia bellica. Arguiu-o seu inimigo, Padre Manoel de Carvalho, de haver após a abjuração determinado esses indios a pelejarem contra os portuguezes, mas o facto é inacreditavel, por suspeita a fonte. O certo é que da Parahyba, onde provavelmente se encontrava desde a conquista do Rio Grande em 1633, foi o jesuita levado prisioneiro para o Recife, onde é corrente que passou a trajar de secular e sacudiu com a roupeta as crenças, sendo por semelhante motivo e não anteriormente—o que se deduz do processo—expulso da Ordem pelo provincial Domingos Coelho, uma vez avisado este do occorrido.

Ao partir para a Hollanda, fazendo a embarcação escala pela Parahyba, já o padre horrorizára os catholicos presentes á mesa do governador, á qual se sentavam uns vinte hollandezes e varios moradores principaes, comendo carne em quinta-feira de Endoenças, quando os outros portuguezes só se serviam de queijo e azeitonas. Os hollandezes, entre os quaes era o zelo calvinista pelo menos tão intenso quanto entre os portuguezes o fervor romano, regosijavam-se sobremaneira com uma tal apostasia singular da parte de um letrado religioso e apontavam-no como exemplo aos outros captivos, entre elles frei Antonio Caldeira, da Ordem de N. S. da Graça, que relata o facto.

Por acceitavel se póde ter que, bandeado com o inimigo, tivesse Manoel de Moraes, para crear-se posição, prestado, como outro mameluco celebre, o Calabar, informações valiosas aos invasores, feito mesmo um livro «dos portos e entradas do Brazil». Isto explicaria a referencia de uma das testemunhas de que, em Amsterdam, vivia o ex-jesuita *á* custa da Companhia das Indias Occidentaes, por serviços a ella prestados; pois que se fica sabendo, pelas confissões do réu, não poder ser verdadeiro o dizer de outra testemunha allusivo ao casamento de Moraes com a filha de um dos principaes da Bolsa.

Não que não tivesse o antigo cura fortes instinctos commerciaes. Ao ser ordenada sua prisão «pelas paixões particulares de Martim Soares Moreno», estava elle, segundo pessoalmente declarou, numa aldeia do limite de Pernambuco «a fazer páu», isto é, a embarcar páu-brazil. A prisão não foi todavia tão

inesperada, nem tão desprevenido andava elle que, ao ser apresentado á mesa do Santo Officio, não tivesse em seu bahú um maço de papeis «que diziam a bem da sua causa». O tribunal parecia de resto de algum modo predisposto em seu favor, logo decidindo contra o requerimento do promotor Domingos Esteves, que não passasse o preso dos carceres da penitencia para os secretos, «visto sua enfermidade e não poder ser curado comodamente sinão onde está». De todo tempo valeram os empenhos: estamos vendo que até pesavam na casa sinistra das torturas, cujos juizes era de suppor fossem a elles inaccessiveis. A principal razão da comtemplação usada reside seguramente nas certidões e recommendações dos mestres de campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, que por esse tempo andavam, sem auxilios directos da metropole, recuperando para o seu Rei os dominios americanos em poder dos hollandezes.

Ambos intercediam vivamente pelo accusado junto ao Santo Officio, descrevendo-o descalço e de crucifixo na mão a acompanhar e exhortar os combatentes do seu berço e da sua primeira fé, entre os quaes livremente vivia e porventura exercia o sacerdocio, tendo lhe — assegurava elle — sido restituidas as ordens por um commissario de Sua Santidade com quem, na Hollanda, se confessára e de quem alcançara a absolvição, uma vez desertada a segunda mulher com a qual se casára no rito calvinista — ceremonia que não envolvia para elle mais do que uma mancebia legalizada.

II

Na confissão espontaneamente feita a 23 de Março de 1646 perante o Inquisidor Belchior Diaz Preto, assentiu Manoel de Moraes em que effectivamente casára na Hollanda, não só uma, mas duas vezes: a primeira na provincia de Gueldria, com uma filha de Arnoldo Vanderhait, o qual tinha o contracto do peixe na cidade que no processo se denomina de Ordrnick. Para ahi tinham remettido o prisioneiro á chegada do Brazil, negando-lhe passagem para a Hespanha — recusa attribuida por Manoel de Moraes ao receio que o seu regresso ao theatro da lucta inspirava, por causa da influencia que exercia entre o gentio, com o qual se armára para a defesa ou para a traição, confórme dermos credito a sua versão, ou á versão do marquez de Bastos, donatario de Pernambuco

Mais ou menos dous annos viveu com essa esposa de nome Margarida, que ao fallecer lhe deixava um filho, com quem ficou o avô. A Companhia, vendo o antigo jesuita assim publicamente renunciar ao celibato ecclesiastico, portanto á doutrina romana, quiz, pretende elle, confiar-lhe um cargo de governo no Brazil. Moraes, porêm, o não acceitou, para não deixar sua fé, do que lhe faziam condição — assim pelo menos contou as

cousas nos Estáos—e passando a Leyde, onde pensava imprimir um livro sobre o Brazil e sua fertilidade, conheceu perto da Universidade uma Adriana Smetz, com a qual casou e da qual teve duas filhas

Porventura será esta a viuva pobre que frei Thomas Alagre lhe dava por mulher em seu depoimento. O que é menos facil de conciliar é esse seu sacrilego viver matrimonial com a sua asserção de que não perdia missa. frequentando em Leyde oratorios particulares e em Amsterdam a egreja do Cordeiro Branco. Manoel de Moraes invocava a tal proposito extensa lista de testemunhas

Ao cabo de outros dous annos, cançado de flamengas e hollandezas, saudoso dos tropicos e dos seus encantos, sensivel mesmo ao parecer ás formosuras exoticas, pois que, ao ir preso para Portugal, declarou com empenho alforriar, caso morresse, a mulata Beatriz que lhe servia de governante, abandonou o lar legitimado e embarcou para Pernambuco, ainda sob o dominio da Companhia das Indias, numa das expedições de soccorro.

Os recursos muito provavelmente faltavam-lhe. A Companhia não tomára encargo indefinido de sustental-o. Entre os documentos recolhidos na Hollanda pelo dr. José Hygino, figura uma reclamação pecuniaria do licenciado Moraes contra o conselho da associação mercantil. Lá, se frei Manoel Calado, o auctor do Valeroso Lucideno, catholico e frade, lográra desfructar a amizade do Principe Mauricio de Nassau, que proventos não poderia auferir entre os herejes elle, que havia dado tão valiosas arrhas da tibieza da sua moral religiosa?

Do inventario a que não muito depois Manoel de Moraes procedeu no carcere, «dos bens adquiridos por sua industria»—entre os catholicos, porque ahi lhe correu mais de feição—vê-se que não perdera seu tempo. As dividas a receber excediam bastante as que tinha a pagar. Com cinco casaes novos de escravos da Guiné e mais tres negros solteiros bem dispostos, algumas juntas de bois, carros, um cavallo de sella e quantidade de machados, foices, enxadas e outros instrumentos, explorava o corte do pau brazil no logar de Tapacurá. cinco leguas distante do Arraial. Vendia-o aos judeus do Recife a cruzado o quintal: num sitio da Alagoa Grande possuia, ao partir, um deposito de 1 200 quintaes, e noutro ponto algum mais de que lhe fizera mercê João Fernandes Vieira.

Isto indirectamente explica a nova conversão politica, senão religiosa—dando de barato que nunca abjurou formalmente—do trefego paulista. As conversões mui raramente deixam de ter sua base interesseira. Manoel de Moraes voltou para Pernambuco em Dezembro de 1643.

Em 1644 dava-se a sublevação portugueza e João Fernandes Vieira, o governador da liberdade divina, passava edictos pelos quaes dava quitação aos que servissem a dita guerra do que deviam aos hollandezes.

Intelligente como era, o ex-jesuita comprehendeu de relance todo o partido a tirar da situação. Em primeiro logar, fazia jus ao seu perdão, no caso que previa de vencer a revolução: tendo vivido em Amsterdam e no Recife e convivido com directores e soldados, ninguem melhor podia aquilatar a corrupção e o desanimo do lado hollandez. Em segundo logar, livrava-se do melhor modo dos committentes pois que, segundo suas declarações, recebera de hollandezes peças, escravos da Guiné, bois e dinheiro, uns 2.500 cruzados, para restituir em pau-brazil. Em terceiro logar tomava logar entre os especuladores e não entre os espoliados, porquanto a guerra da liberdade foi nos processos um formidavel roubo.

A fé impellia menos que o amor do ganho. Naquelle tempo mesmo não se podia chamar rara a indifferença religiosa: a intolerancia occultava muita cobiça. Manoel de Moraes fala de muitos christãos novos e alguns velhos que, passando para terras neerlandezas, de novo se fizeram hebreus ou abraçaram o calvinismo. O facto é conhecido, e bem assim que os bens dos hollandezes e judeus de Pernambuco foram postos a saque, não tanto por serem de inimigos da santa religião quanto por serem de inimigos abastados.

João Fernandes Vieira, cuja moral foi caprichosa, pilhou á grande. Neste ponto tem razão o sr. Pereira da Costa no seu recente trabalho sobre o Castrioto Luzitano: apenas não foi elle o unico, sendo dos poucos que, tendo sacrificado haveres, procuravam uma compensação que não era de todo injusta. Do processo do Padre Manoel de Moraes consta que elle se apoderou—serve tão sómente de exemplo—de cincoenta e tantos bois de carro do judeu Balthazar da Fonseca e que mandou para a Bahia em curto prazo 200 a 300 escravos, uns de presente ao governador Telles da Silva, outros para serem vendidos por conta propria.

O que sobrava, distribuia pelos amigos. Os bens em Olinda daquelle Fonseca foram doados a um Luiz da Costa, homem sem merecimento, diz a testemunha, e constavam de casas, jardins e olarias, tudo calculado em 20.000 cruzados. O interessante é que o indio Camarão tinha suas peças africanas e, mais extraordinario ainda, corria voz, que Henrique Dias, capitão-mór dos negros, tomára «muitissimos escravos e os vendera». Até para Portugal iam de presente desses escravos roubados, quiçá tambem para negocio; na caravella em que seguiu Manoel de Moraes, embarcou um «valente negro» remettido como mimo por Martim Soares Moreno a um sobrinho clerigo.

A situação era pois de tentar qualquer aventureiro ganancioso, e Manoel de Moraes não perdeu tempo no decidir-se. Com effeito depoz André Vidal de Negreiros que ao chegar á povoação de Santo Antonio do Cabo com algumas companhias do seu terço em auxilio dos moradores levantados, já encontrou o li-

cenciado encorporado aos soldados de João Fernandes Vieira, que seguiu até a Casa Forte, animando-os com suas pias exhortações.

Manoel de Moraes estava, pois, perfeitamente ao facto de quanto se passava do lado dos portuguezes, das glorias como das vergonhas, e por isso chega a pretender que o proceder de Martim Soares Moreno para com elle obedecia ao receio de que, desembarcando solto em Portugal, podesse ter accesso junto ao Rei e referisse cousas menos agradaveis tocantes ao procedimento do mesmo mestre de campo. A prisão teria até sido feita em desaccôrdo com as ordens de Telles da Silva, que eram de mandar fornecer embarcação ao licenciado para que podesse ir apresentar-se ao Santo Officio, recommendando que fosse seguro porque escrevia em seu favor a Sua Majestade.

Diz Moraes que a desconfiança hostil de Martim Soares Moreno nascera da circumstancia de, numa relação que aquelle escrevera, calarem-se os serviços desse cabo de guerra e elogiarem-se os dos dous outros, Vieira e Negreiros.

A facilidade com que o mameluco mudava de aspecto e de opinião leva a duvidarmos, até segunda prova, de quanto affirma, e conduz a crer que tanto falavam verdade as testemunhas que no Recife o viram escutando as predicas evangelicas quanto as que na Hollanda o viram assistindo ao santo sacrificio. Os interrogatorios soffridos pelo accusado levaram mezes e muitos, sendo verdadeiramente inquisitoriaes, como os de todo e qualquer processo do calebre tribunal. As perguntas insistentes, repetidas, repisadas, capciosas deviam fatigar espiritos já abalados pelo soffrimento e predispol-os a confissões mesmo exaggeradas, mesmo inverosimeis.

No caso em questão travaram-se sobre pontos de fé longos dialogos entre o Inquisidor Belchior Diaz Pretto e o ex-jesuita, cujo sangue frio e argucia se não deixavam desmontar facilmente, guardando-se de ambiguidades theologicas. Em assumptos secundarios teve porém que ir cedendo, posto resalvando sempre energicamente o essencial, a pureza de suas crenças immaculadas através de todas as peripecias do seu viver, até não se acanhando de em plena Gueldria, entre protestantes, agarrar-se com uma imagem da Virgem Maria em occasião de borrascas.

Assim, admittiu Manoel de Moraes ter revelado na Hollanda estarem mal defendidos os fortes da Companhia no Brazil, invocando comtudo como poderosa attenuante haver salvado a Bahia de um ataque de funestas consequencias. Sustentara, ao que asseverava, em conselho dos directores, serem fartos os recursos da capital brazileira quando uma carta do governador Diogo Luiz de Oliveira, apprehendida pelos corsarios hollandezes expunha a triste condição da defesa do centro do dominio portuguez na America. Seu conselho foi não obstante seguido

Outrosim, aconselhara as autoridades a não vexarem antes tratarem bem os pernambucanos, pretextando o interesse da

Companhia mas de facto para salvar seus patricios de tyrannias Os serviços prestados por elle ao inimigo não passavam, em verdade, de semelhantes suggestões e avisos. Tambem era exacto, reconheceu, que comera carne em dia de preceito e com isto dera escandalo, mas por só haver a mais farinha de mandioca. A predicas calvinistas egualmente concorrera, no Brazil e na Europa, sem todavia entender palavra, apenas por curiosidade, para apreciar a gesticulação dos prégadores.

III

Uma vez formulado o libello da Justiça, com seus longos e severos provarás, constituiu-se como procurador da causa do Padre Manoel de Moraes o licenciado Manoel da Cunha—substituido no andamento do processo pelo licenciado Luiz Ferrão—que apresentou em resposta uns artigos de contrariedade A Santa Inquisição não deixava as suas victimas sem advogado de defesa: os seus processos revestiam todas as formas ordinarias da Justiça, excepto que corria tudo secreto, jurando as proprias testemunhas nada revelarem do que tivessem dito e ouvido.

E' claro que á infracção do juramento correspondiam penalidades.

O licenciado Manoel da Cunha tomou a serio seu encargo. Invocou os feitos de guerra do seu cliente, praticados contra os hollandezes no Arraial, em Itamaracá, no Rio Grande do Norte —porque mesmo depois de deixar o Arraial, fôra elle obrigado a pelejar com seus indios em ajuda dos moradores portuguezes, atacados no gradual alastramento da occupação estrangeira—como a melhor, mais tangivel prova da sua sinceridade e lealdade á causa portugueza, que era a causa catholica. E' de ver que por completo repelliu a hypothese aventada de uma capitulação traidora, em formal contradicta áquella lealdade.

Assim narrou a defesa o episodio que é conhecido na sua outra luz, porque delle se occupam as *Memorias Diarias*. Achava-se Manoel de Moraes no engenho de Antonio de Valladares, na Parahyba, com o seu gentio que retirára do Rio Grande, quando Antonio de Alburquerque e Martim Soares Moreno lhe pediram que fosse buscar, para reunil-os aos outros, os indios da aldeia de Gararaca. O jesuita assim fez, deixando á guarda dos dois militares os seus tutelados. Atacados entrementes pelos hollandezes, teriam os cabos de guerra fugido, sem se defenderem, com os soldados do seu commando, abandonando ao inimigo os indios, mas assegurando a Manoel de Moraes, a quem encontraram de volta da sua missão, que estavam esses em salvo. Adiantando-se desacautelado o Padre, deparou pelo contrario com o seu rebanho tomado e a si proprio se viu cercado, não lhe restando mais do que entregar-se, visto ser impossivel qualquer defesa. Accusava elle os fugitivos da origem de tal

infamia: para encobrir sua covardia teriam ido falsamente informar Mathias de Albuquerque de que o missionario desleal se mettêra de caso pensado com o inimigo.

A defesa, recebida a 23 de Novembro de 1646, apresentava uma consideravel lista de testemunhas, em abono dos seus dizeres, no Brazil, Portugal e Hollanda.

A inquirição respectiva começou a 18 de Março de 1647, tendo-se passado as commissões necessarias para serem perguntadas umas e vendo-se as demais por informação. Algumas foram favoraveis, outras desfavoraveis.

O desembargador Antonio de Sousa Tavares por exemplo, Secretario que fôra da embaixada de Tristão de Mendonça Furtado, o primeiro enviado portuguez junto aos Estados Geraes depois do rompimento da união com Castella, depoz que o Padre Manoel de Moraes, seu conhecido da Hollanda, mostrára sempre nas suas praticas ser verdadeiro catholico romano, usando como bom religioso de grande modestia nas suas falas, e manifestando repetidos desejos de mudar-se para Portugal, afim de ser de utilidade aos seus patricios, empenhados na recuperação de Pernambuco, e ver seu filho criado na fé catholica.

Declarou mais o desembargador haver então visto uma certidão em latim de Artichofsky, o notavel polaco ao serviço da Companhia das Indias e seu mais illustre capitão na guerra do Brazil, de como poupára a vida de Manoel de Moraes no encontro em que o captivára, pelo grande valor com que elle se defendera, pois mandára degolar a mór parte dos soldados rendidos.

O padre, aliás, não menciona esta façanha entre as que em geral se lhe attribuem, parecendo antes que lhe não fôra dado offerecer resistencia.

Um camareiro do já defunto embaixador Tristão, por nome Jeronimo Esteves, confirmou com a autoridade peculiar á criadagem os dizeres de Sousa Tavares, depondo que o accusado de facto almejava por transferir-se para Portugal e derramava por esse motivo sentidas lagrimas: só o retinham a consideração dos filhos e o receio do castigo capital. Concordava entretanto o famulo diplomatico em que o antigo jesuita ensinava a seita que os hollandezes seguiam, não por certo de coração, mas para não morrer de fome ou para não ser por elles morto.

Ao contrario destes, o Padre Manoel Calado do Salvador, o confessor de Calabar na hora extrema e amigo de Mauricio de Nassau, foi cruel com o accusado. Affirmou que, com seus indios, elle auxiliára os hollandezes contra os portuguezes, chegando a avançar—basta isto porêm para se lhe descobrir o exaggero—«que se não fôra o dito padre, nunca os Olandezes entrarão pella terra dentro e fizerão o damno que tem feito». O auctor do *Valeroso Lucideno* estava certamente pensando no renegado a quem assistira no patibulo: do seu depoimento indirectamente

se conclúe todavia, bem como de outros, que o mameluco ordenado só reabraçou sua fé quando presentiu que os portuguezes ganhariam a partida e que a sua salvação estava em acompanhal-os.

Nenhuma testemunha se avantajou com effeito na defesa do réu ao procurador de João Fernandes Vieira em Lisboa, chamando Jeronimo de Oliveira Cardoso; o que mais prova que foi o restaurador da liberdade pernambucana o maior protector do Padre apostata e arrependido. Confirmou-lhe Cardoso todas as falas sobre o remorso que em certo tempo invadiu sua alma; authenticou a historia da confis-ão geral em Amsterdam, onde por esse tempo se achava a testemunha, vivendo com o réu na na mesma casa; corroborou finalmente, pelas informações que então e no local colhera, que Manoel de Moraes jámais escrevera contra a doutrina catholica e até frequentava assiduamente as egrejas romanas.

As testemunhas de Pernambuco, interrogadas em virtude da commissão dada ao vigario de Santo Antonio do Cabo, licenceado Matheus de Sousa Uchoa, foram de resto uniformemente excellentes para o accusado: no seu numero conta-se o famoso Camarão, cuja edade era em 1647 de 46 annos, e que declarou conhecer o missionario, de quem fôra depois companheiro d'armas por dois annos, de quando seus superiores o mandaram ensinar o catecismo na aldeia de Meretibi, onde o indio residia. Seja dito de passagem que esta declaração parece decidir completamente a questão da naturalidade do Camarão em favor do estudioso sr. Pereira da Costa, que sempre o reputou *pernambucano*, ficando a referida aldeia dentro dos confins do feudo de Duarte Coelho.

Recordaram essas testemunhas de além mar os combates do Padre contra os hollandezes á frente do seu gentio da aldeia de São Miguel, duas leguas distante de Iguarassú, e abonaram seu manifesto arrependimento de quaesquer erros commettidos na Hollanda, pois que o viam, após o regresso, ir assistir, ainda mesmo quando aboletado no Recife, aos serviços divinos na egreja de N. S. do Amparo em Olinda, onde prégava frei Manoel dos Oculos, como era popularmente conhecido o Padre Calado.

Para dar o devido valor a estes depoimentos e calcular quanto elles podiam influir sobre a sorte do réu, é mistér ter presente que Manoel de Moraes ainda desembarcou no Brazil vestido de «flamengo»—o que elle todavia explicava pela prohibição que na Hollanda existia para os religiosos de vestirem seus habitos—e que, ao ir residir na mata, em Aratangi, a dez leguas do Recife, «onde tinha casa de vivenda, pau brazil e rossarias», o antigo jesuita se conservava apesar de tudo numa situação pelo menos dubia. Tinha, portanto, sua importancia, e grande, saber-se no Santo Officio que nesse periodo costumava, posto que afastado dos sacramentos, ir em todo o caso á missa a duas leguas dali, trazer contas ao pescoço e rezar horas inteiras.

Contou João Fernandes Vieira no seu depoimento, aliás de todo o ponto sympathico, que o Padre lhe fora primeiro trazido preso por um alferes a quem mandára «fazer gente», e que primeiro o conduziu ao cabeça João Lourenço francez, junto ao qual intercedeu o recrutado para ser apresentado áquelle mestre de campo. Levado à sua presença, lançou-se-lhe aos pés e confessou seus erros e pezares, respondendo-lhe Fernandes Vieira com ar majestatico e magnanimo que facilmente assumia, não ser seu juiz para o castigar.

A segunda conversão de Manoel de Moraes não foi por conseguinte espontanea, conforme apregoava o interessado em seu costume de constante duplicidade, filho porventura nessas condições de não saber mesmo, em circumstancias taes, o que mais vantajoso lhe seria fazer. O interessante é, e fala pela sua habilidade mais ainda do que pela bondade alheia, que o accusado encontrou tambem testemunhas bastantes para confirmarem suas praticas romanas na Hollanda, nenhuma havendo mesmo,— afóra uma referencia vaga—que jamais o tivesse lá ouvido falar mal da santa religião.

Manoel de Moraes pretendia provar mais do que isso, que só faltara bater-se por sustentar contra judeus e calvinistas a intangibilidade do credo catholico e repelir suas heresias—o que admittia Francisco de Andrade Leitão, embaixador que era a esse tempo na Haya, apenas com relação aos judeus—ponderando com muito bom senso que em relação aos outros «me não persuado que diria mal delles em sua presença, dependendo do seu favor e sustentando-se do que lhe davam» Não passariam de algumas patacas os soccorros que o antigo jesuita recebia cada mez para alimentos, da Companhia das Indias, mas o positivo é que, ainda ao partir Moraes para o Brazil, o representante portuguez ouviu, e muito provavelmente assim era, que ia elle em serviço daquella associação mercantil «em cousas de que os directores o encarregavam, dando-lhe por isso ordenados e obrigando-se a sustentar sua mulher em Amsterdam».

No entanto a Francisco de Andrade Leitão pedira o Padre que lhe procurasse meio de ir a Lisboa sem receio de ser executado por virtude da sentença contra elle passada, e que obtivesse do Rei alguma tença para manutenção dos filhos e da mulher, no seu dizer uma das mais formosas da Hollanda:«com pretexto—informava o embaixador —de que o iria servir na guerra do Brazil onde poderia ser de grande utilidade para esse Reino e muy prejudicial aos inimigos». Assim reza o depoimentos escripto com que, a 6 de Setembro de 1646, respondeu Andrade Leitão de Munster, onde se acha como plenipotenciario nomeado para o Congresso de Westphalia, ao pedido da Inquisição.

IV

No seu alludido depoimento de Munster o embaixador portuguez, posto que não eximindo o Padre Manoel de Moraes das faltas e embustes praticados, todavia o desculpava e achava digno de misericordia Opinava que o réu lhe não parecia em suas communicações hereje formal, execrando até os erros dos que o eram, e acreditava que elle só não abandonava a mulher « por luxuria, affeição natural e necessidade, temendo que, si o fizesse, perderia os alimentos que os directores lhe davam e outras commodidades necessarias para a vida mundana » A familia, isto é, a precisão de dar-lhe de comer foi, de resto, o motivo, em certo momento invocado pelo antigo jesuita, para explicar seu regresso ao Brazil—a ver se lhe podia grangear alguns meios de subsistencia.

A disparidade dos testemunhos provêm em grande parte, pelo que logo se percebe, das incongruencias da vida do accusado. O seu advogado, por via de contradictas, apontou mesmo, no decorrer do processo, varios inimigos do réu, com os quaes tinha elle tido differenças, e cujo depoimento se fazia por isso suspeito: no numero contava-se um Frei Angelo, monge capucho e filho tambem do Brazil, com quem Manoel de Moraes discutira acaloradamente o argumento de um caso de consciencia, acabando por dizer-lhe, no ardor da disputa, que mais sabia um cozinheiro da Companhia de Jesus do que um letrado da religião do arguinte, pelo que se poz o Frade muito sentido e lhe ficou com odio.

O facto de ter sido fronteiro na guerra e feito, ao que apregoava, grande damno ao inimigo com o seu gentio, despertou contra o missionario guerrilheiro muitos emulos que lhe queriam mal, especialmente Capitães e officiaes da milicia, que ficaram outros tantos inimigos seus, encobertos, os da peor especie, porque muito mais difficilmente se consegue combatel-os.

Negando a pés juntos que se houvesse bandeado de interesse e de crenças com os hollandezes, quer na aldeia parahybana de Itapúa, onde foi preso, quer no Recife, onde apenas o guardaram dois mezes, antes de despachal-o para Amsterdam, o accusado apontou outras testemunhas, e as mesmas antigas em segunda condição, com o fim de contrariar as que contra elle tinham deposto, segundo se vira da revelação das mais provas da justiça no seguimento dos tramites do processo. Esta nova inquirição para probança da defesa apparecia comtudo difficil nesse anno de 1647, pela guerra que mais e mais se generalizára no Brazil—1647 foi o anno do massacre e occupação de Itaparica e devastação do Reconcavo—não se tendo por outro lado, no relativo ás Provincias Unidas, realizado ainda a paz com a Hespanha, que só no anno immediato occorreria em Munster. Por isso fez o réu desistencia da sua supplica e pediu mesmo prompta sen-

tença, por se achar muito achacado e soffrendo grandes calamidades.

A 29 de Agosto foi encerrado o processo, depois de vistos os autos, culpas e confissões do reu, parecendo a todos os votantes da mesa que, com o accrescido em seu favor, em parte se diminuira a prova que contra elle existia no primeiro processo, no qual não fôra ouvido; mas que ainda assim resultavam graves e urgentes presumpções de erros contra a fé. A organização judicial, mais exigente, nada encontraria que dizer contra a equidade de taes conclusões. Antes do despacho final devia, portanto, o rêu, de acordo com o estylo da epoca, commum a quaesquer tribunaes e a todos os paizes, ser posto a tratos.

Dos nove inquisidores, uns opinaram por todo o tormento, outros por dois tratos espertos, outros ainda por um esperto e um corrido: por esta ultima combinação foi que em appellação se decidiu o conselho. A 6 de Setembro, levado para a casa das torturas e instado para que confessasse tudo, Manoel de Moraes fraquejou deante dos instrumentos e, antes que o executor o segurasse, revelou afinal que de facto repudiára sua religião em fim de 1637, quando na Gueldria impellido a isso pela communicação constante com herejes e tentado da lascivia.

Ajuntou que «teve crença na ceita dos calvinistas» coisa de quatro annos. Foi comtudo sincero no seu erro, quer dizer que imaginou piamente durante esse tempo que se não perderia acceitando a doutrina reformada. Frequentou — era infelizmente verdade — as egrejas protestantes, ouviu as predicas dos pastores, comeu carne nos dias de preceito e deixou de lêr as sua horas canonicas: por não saber hollandez, lia, porêm, pelo seu antigo breviario os psalmos de David e, se não usava assim da Biblia dos herejes, tão pouco commungava ao modo delles «que é comer pão em memoria da Ceia». A ninguem todavia podia accusar de seducção. Elle proprio deixara-se corromper pelo máu exemplo, convencido em certa época de que os sacramentos da Egreja, excepção feita do baptismo, não fossem bens necessarios para a salvação da alma. O remorso veio-lhe quando foi abrir-se com Tristão de Mendonça Furtado: o caminho da embaixada foi a sua estrada de Damasco.

Dir-se-ia que a Inquisição apenas esperava esta franqueza para mostrar-se clemente ao réu. Mercê da confissão referida, de haver reconhecido sua apostasia e ter procurado ir apresentar-se ao Santo Officio para tal fim recorrendo a catholicos, dando signaes de arrependimento e pedindo perdão e misericordia, recebeu o tribunal religioso, consoante a supplica formulada, no gremio da união da Santa Madre Egreja e não relaxou o braço secular, segundo até aqui se acreditava na fé de Innocencio da Silva. O erudito autor do *Diccionario Bibliographico Portuguez* não só menciona que Manoel de Moraes caiu na simplicidade de apresentar-se nos Estáos, fiado na caridade christã do Santo

Officio, como relata que foi elle por muito favor garrotado em vez de queimado.

Na verdade mandou a mesa que, em pena e penitencia de suas culpas, comparecesse o rèu no auto publico da fé no modo costumado, isto é, com o habito penitencial e as insignias de fogo e ali, junto ao crepitar das fogueiras destinadas a outros, ouvisse sua sentença, abjurando seus hereticos erros em forma. Outrosim eram-lhe assignados carcere e habito penitencial perpetuos sem remissão; ficaria para sempre suspenso das suas ordens, via-se mandado instruir nas coisas da fé necessarias para a salvação da alma, e teria de cumprir «as mais penas, e penitencias espirituaes» que lhe fossem impostas. Da excommunhão maior em que incorrera o absolviam, entretanto, os juizes *in forma ecclesiæ*, mas os bens materiaes ficavam-lhe confiscados. O resultado era mais duro do que terrivel.

A sentença confirmatoria da mesa, passada pelo conselho presidido pelo Bispo—inquisidor geral traz a data de 10 de Setembro de 1647, e o auto da fé em que foi ella lida ao réu, teve logar no Terreiro do Paço no Domingo, 15 de Dezembro do mesmo anno. O outro, em que o tinham relaxado em estatua occ rrera a 6 de Abril de 1642

A indulgencia do Santo Officio para com o Padre Manoel de Moraes, apostata e perjuro, não se esgotou com preservar-lhe a vida. Por carcere foi-lhe dada, a 11 de Janeiro de 1648, a cidade de Lisboa, onde teria de satisfazer suas penas espirituaes, sendo-lhe sómente vedado usar prata, ouro ou seda nas suas vestes e andar em bestas de sella A vergonha do habito penitencial foi-lhe poupada contra o voto mesmo dos inquisidores que acompanharam todo o processo tendo elle requerido aquella graça visto estar contricto e soffrer de asthma, de gotta e de outras enfermidades, ao ponto de não gosar um dia sequer de boa saude.

Concedeu-se-lhe tambem a 27 de Janeiro o poder commungar uma vez por mez. Finalmente foi deferido por completo o seu pedido de poder sair para fóra do Reino e ir para qualquer provincia catholica—em cujo fundamento allegara estar peregrino, suspenso e sem meios, não se podendo pois sustentar, ninguem o ajudando nem ao menos lhe acudindo com esmolas, antes, sendo de todos desprezado, passando com muito trabalho e padecendo necessidades tão excessivas que dormia sobre uma esteira, sem colchão nem enxergão, coberto com suas pobres roupas.

A ultima noticia que temos do Padre Manoel de Moraes, pelo processo da Inquisição aqui condensado, é justamente a permissão do Santo Officio, de 10 de Março de 1648, para que pudesse ausentar-se para qualquer parte do Reino «como fosse de catholicos», tendo esta sido a redacção adoptada pelo inquisidor geral. A mesa, aliás, annuira pura e simplesmente á formula do pedido

que, considerando mesmo então Pernambuco provincia contaminada pelos herejes, a cujo dominio não conseguira ainda subtrahil a por completo o esforço pernambucano—1648 foi o anno dos Guararapes—dentro em poucos annos lhe permittiria, se a vida lhe fosse poupada pelos achaques, como o fôra pelos juizes, voltar uma vez mais á mata de Pernambuco e rever ou substituir a sua fusca governante. E' provavel que os sustos e os soffrimentos tivessem, porem, abatido os enthusiasmos sensuaes do sacerdote apaixonado, a quem a Inquisição, de ordinario tão inclemente, fez mercê até da liberdade, quiçá porque elle muito amou e os que assim amam fazem jus á misericordia divina, da qual o Santo Officio se proclamava o conselheiro.

Rio, 1907.

M. DE OLIVEIRA LIMA.

TIRADENTES E A EDUCAÇÃO CIVICA

(CONFERENCIA REALIZADA A 20 DE ABBIL DE 1907, PELO PROFESSOR JOSÉ FELICIANO, NO «GREMIO NORMALISTA»).

Cidadão dr. director e meus collegas! Minhas senhoras e meus senhores! Meus prezados discipulos!

Uma vez mais darei a estas conferencias um matiz educativo. A esta elevada mira tenho subordinado as modestas cogitações de minha vida civica e religiosa. Defectiva como é e incompleta, tem-me ella mais fundamente mostrado que as mazellas essenciaes de nossa época derivam sempre de nossas falhas educativas. E' mister que os professores e publicistas não deslembrem nunca o proveito educativo de seus trabalhos quaesquer. De nossas mesmas illusões e enganos emanam grandes vantagens para a propria ou para a alheia educação. E', porém, necessario que nos não deixemos prender nas estreitezas de um particularismo egoista.

Já démos aqui provas de nossa largueza de vistas. A festa de 14 de Julho permittiu nos encarar a universalidade humana, como sendo a fonte e o alvo de nossos esforços educativos, civicos ou pessoaes.

E' um erro pensar que nos devemos isolar em commemorações puramente civicas. E' erro igual ao das familias arraigadamente tradicionaes, que só memoram seus fastos caseiros, suas preoccupações domesticas. Não ha Familia sem Patria que a sustente e nem Patria sem a especie humana que secularmente trabalha para as patrias todas, formando em conjunto a Humanidade.

E' justo, porém, dar ao civismo, dar á Patria o florente aspecto que nessa trilogia está representando. Assim farei no esboço rapido que se vae ouvir.

* * *

I

O homem nasce para ser cidadão antes de tudo. Da civica educação pende o destino fundamental do homem, ou sua actividade efficaz. A educação domestica deve preparal-o para esse destino: é viciosa, quando propende a absorvel-o numa estreita esphera de interesses duplamente egoistas. A educação universal completa a actividade civica: dá-lhe elasterio, dá-lhe amplidão de vistas, para coordenar, para aproveitar na especie humana resultados que tendem a concentrar-se em nacionalidades. Tambem se torna viciosa quando aspira a um vago internacionalismo inconsistente, a um desaggregador cosmopolitismo, falho dos deveres civicos.

O nó, o eixo da educação, está, pois, no civismo bem coordenado e bem dirigido pelo centro affectivo da educação domestica. O civismo romano é uma digna preparação que devemos completar. O que antigamente se coordenava em torno da *actividade guerreira da conquista*, deve-se agóra systematizar com a *actividade industrial do trabalho*. Ao estado de *guerra* permanente succederá um permanente estado de *paz*. Os homens antigos guerreavam para incorporar o mundo á Patria romana. Os homens de hoje devem trabalhar por se incorporar á especie humana, como elementos uteis da grandeza universal. Em cada Patria as classes diversas convergem os esforços, os resultados de seus officios differentes. Na Humanidade as differentes republicas exercem officios de utilidade universal e assim convergem seus esforços todos. A *rivalidade militar*, que dividia as antigas *cidades*, será substituida pela *convergencia industrial*, que congraçará as *republicas* modernas. A sociedade civica ficará sociedade universal.

Metastasio, em seu *Attilio Regulo*, pintou em bellos versos o civismo romano. Si lhe alargarmos o horizonte, substituindo *Patria* por *Humanidade*, substituindo a *guerra* pela *industria*, nesse quadro teremos a pintura do moderno civismo. E' o que se póde ver nesta formosa traducção de Bocage:

Na patria pensa;
Vê nella um todo de que somos partes:
Erro é no cidadão considerar-se
Da Patria separado; os bens, os males,

Que deve conhecer, são os proveitos,
Ou detrimentos della, a quem de tudo
E' devedor: quando o suor e o sangue
Por ella espalha, nada seu despende:
Quanto lhe deve restitue á patria.
A patria deu-lhe o ser, deu-lhe a doutrina,
O alimento lhe deu: co'as leis, co'as armas
Dos insultos domesticos o escuda;
Dos externos o salva: ella lhe presta
Nome, honra, gráu, seus meritos premêa,
Vinga os aggravos seus; mãe carinhosa,
Se esmera em lhe forjar prosperidade,
Em fazel-o feliz, quanto é possivel
Ao destino dos homens ser ditoso.
E' certo que estes dons lá têm seu pezo:
Quem o pezo recusa, o jús deponha,
Renuncie o favor, mendigo, inutil,
Os desertos inhospitos demande,
E em ferinas envolto hirsutas pelles,
Contente de um covil, e agrestes frutos,
Lá viva a seu sabor, inerte e livre.

* * *

Assim, na sociedade actual não deverá prevalecer nem o egoismo de uma nação,—como o industrialismo anglo-saxonico, — nem o egoismo de uma classe, como o socialismo collectivista ou internacional. Entre o industrialismo nacional e o demagogismo industrial,—ambos igualmente oppressivos, exclusivistas,—surge o industrial civismo altruista, synthetico e pacifico. Este vem harmonizar todas as classes, applicando socialmente todos os productos industriaes, utilizando systematicamente todas as verdades praticas e synergicamente coordenando todos os trabalhos uteis.

O bem humano em geral è que prevalecerá, sem nenhum exclusivismo nacional, sem a mutua exploracão das classes sociaes. A mira final do trabalho é o bem estar da Posteridade, é o implemento dos continuos, immensos planos que o Passado esforçadamente nos vae legando. A continuidade ininterrupta do conjunto humano ha de assim preponderar sobre a solidariedade contemporanea. Esta será definitivamente cimentada com uma base e um fim, extremes do egoismo com que um movediço presente a vae actualmente inquinando.

Vivemos solidarios no presente, mas *pelo* Passado e *para* o Futuro. Esse é o vero civismo, que se resolve no fim geral da educação, isto é, no *viver para outrem*, no viver para a Posteridade humana, continuando, immortalizando nossos dignos avoengos.

Corrigimos assim e assim completamos o civismo romano que tão lindamente o poeta nos descreveu. A Patria, ahi exclu-

sivamente enaltecida, é integrada pela especie humana, pela Humanidade, que póde ser geralmente preponderante sem nenhum exclusivismo.

E não ha dizer que vae nisto um idealismo vão, porque na economia commum, — politica, industrial ou pessoal,—essa mira se acha inteiramente consagrada. Ninguem consome todos os productos que realiza. Ao contrario, fal-os mais e mais durar conservando-os muitas vezes para um remoto futuro, em que não viverá. Ninguem ha que não vise o futuro quando labuta e não tire do passado os meios com que trabalha. O mal está em não se querer fazer isso mesmo *por bem*, em se não systematizar o trabalho altruista, como sendo o mais apto a satisfazer os mesmos interesses individuaes.

A crise economica por que passamos é disso cabal demonstração. Si todos os cidadãos se unissem para commercialmente, naturalmente valorizar nossos productos todos, veriam as classes activas como seriam recompensadas por um relativo augmento de goso são, de bem estar verdadeiro...

* * *

Eis ahi o civismo que devemos cultivar, amando cada vez mais a nossa Patria. Nós devemos amar a Patria como os nobres cavalheiros adoram a dama de seus pensamentos:—realçando suas qualidades e polindo, attenuando seus defeitos. Não ha mister simular qualidades e dissimular defeitos. E' necessario corrigir estes e fazer brilhar aquellas.

As qualidades de nossa Patria são as que se acham irrevogavelmente incorporadas ao passado, que lhe fizemos, e as que estão preparadas, antevistas no futuro, que lhe fazemos. Os defeitos são nossas proprias imperfeições:—estão na tibieza com que a servimos, na detracção com que a ennegrecemos, na exploração com que malbaratamos seus immensos recursos.

Realçar as qualidades da Patria é reviver e glorificar suas nobres, meritorias tradicções, é completar os esboços do Passado, é integrar suas preparações, é rememorar seus heroicos feitos,— é commemorar Tiradentes. Fazer brilhar suas qualidades é labutar em prol de um luzente porvir, é realizar os ideaes civicos que já preluzem no horizonte patrio.

Polir, attenuar seus defeitos é ensinar a nossos coevos o recto caminho do civismo, é instillar em nossos alumnos, em nossos subordinados um enthusiastico, altivo sentimento dos altos destinos de nossa Patria; é dar-lhes uma emoção edificante, nobrecente de seus deveres a cumprir e recompensar seus deveres cumpridos.

Corrigir os defeitos da Patria é trabalhar na educação de nossos coetaneos, é fugir seus deploraveis costumes, sua maledicencia malsã; é insistir mais e mais em nosso aperfeiçoamento

proprio, em nossa educação pessoal. Generalizemos essa cultura civica, generalizemos a civilidade individual nas escolas, nas familias, nas relações pessoaes, nos contratos, nos debates forenses ou camararios, nos contubernios de amigos, nas festas, nos desportos, no moderado athletismo, na amavel callisthenia.

Porque consagrar patrioticas estudantadas, batuques familiares, espirituosos remoques, convicios pilhericos, arteirices de corretagem, mofinas escrituras, escandalos de imprensa, testilhas politicas, renzilhas forenses, tertulias de tavolagem, carnavalescos folguedos, serenatas de noctambulos, jogos brutescos, gymnasticas derreadoras, frivolos brincos ou denguices anti estheticas ?

A civilização da Patria, seu nobre polimento avaliam-se pelo donairoso conspecto de nossas damas, pelo porte varonil de nossos cavalheiros, pela compostura dos que se preparam a um destino sério. Avaliam-se pelos salões familiares, pelas camaras deliberativas, pelos tribunaes, pelos escritos de nossa imprensa, pela frequentação de nossas ruas, de nosso commercio ; pela correcção de nossos negocios, pela nobreza de nossos processos em geral e particularmente por nossa linguagem, pela distinção de nossas maneiras...

Eis aqui o civismo pratico, eis aqui o amor da Patria de que em Tiradentes vamos ver um sublime exemplo.

II

Tiradentes symboliza para nós o espontaneo civismo republicano, como podia florescer no tempo em que elle viveu, na época inicial da moderna concepção da verdadeira Republica.

Outr'ora *Republica*, *res-publica*, era simplesmente a *cousa publica*, a *náu do Estado*, qualquer que fosse o Palinuro que lhe empunhasse o leme ou lhe dirigisse as manobras. A constituição das monarchias modernas outorgou ao chefe do Estado os caracteristicos fundamentaes da inviolabilidade e da hereditariedade. A Republica só começou a destruir esses principios com a decadencia do systema catholico-feudal. A primeira e incompleta applicação que teve o principio republicano foi no seculo XVI, na revolução hollandeza. Ahi surgiu e consagrou-se o dogma revolucionario da soberannia popular. A liberdade presidiu então á mais florente e á menos tempestuosa das crises revolucionarias, que inauguraram no Occidente a instituição republicana. Depois, um lampejo republicano irrompeu de novo no seculo XVII, e na sublevação ingleza estabeleceu o principio da igualdade como dogma politico.

Na época de Tiradentes, ao iniciar-se o ultimo quartel do seculo XVIII, a idéa republicana funde seus dogmas e guia a emancipação americana. Mas só no ultimo decennio do XVIII seculo houve uma inteira, final convergencia dos dogmas revolucionarios, para produzir na França a «Grande Crise».

Explodiu então a maior, a mais dolorosa de todas as transformações politicas e sociaes. A França abnegadamente operou assim o desmoronamento final da ordem antiga e annunciou o alvorecer de uma organização humana, sociocratica, livre de peias sobrenaturaes...

No Brazil a emancipação dos Estados Unidos, as idéas francezas, as idéas republicanas tiveram uma viva repercussão.

Os estudantes de Montpellier, os engenheiros, os poetas, os viajantes ahi communicavam essas agitações, estes santos alvorotos em prol de uma era nova. José Joaquim de Maia, de Montpellier, com o pseudonymo de *Vendek*, escreve a Jefferson em Pariz e lhe communica essas emoções, essas idéas de independencia republicana que trabalhavam a colonia portugueza. Teve com elle em Nîmes uma conferencia e solicitou o auxilio da novel republica americana. Disse-lhe que os brazileiros estavam resolvidos a seguir o «admiravel exemplo» dos americanos

porque sendo «habitantes do mesmo continente» eram «de alguma sorte compatriotas». Declarou-lhe que «os homens de letras eram os que mais desejavam uma revolução» e que o paiz estava geralmente preparado para ella; só lhe faltava chefe e um auxilio efficaz, como o da nação americana. Jefferson, levando em conta a riqueza do paiz, a instrucção e a fortaleza de seus habitantes, reconheceu a probabilidade de se fazer do Brazil uma só Republica; mas teve o cuidado de nada prometter ou de se escusar cautelosamente (1).

* * *

Foi nesse meio e nesse tempo que surgiu a nobre figura de Tiradentes, com seu profundo e espontaneo civismo.

Baseados tão sómente em uma triste jogralidade de Ignacio de Alvarenga Peixoto, varios historiographos têm consagrado em seus livros que Tiradentes era «feio, de aspecto repellente». Já demonstrei alhures (2) que o heróe mineiro era bem parecido, era sympathico, de agradavel presença, aberto de physionomia e extraordinariamente expansivo. Esta prazenteira expansibilidade é que seus malsinadores tacharam de indiscreta. Elle era nobre, generoso e vivia para o bem, na esphera em que nascêra, nos limites de suas forças, que farte desenvolvidas. Não lhe eram precisos os subterfugios e cautelas de quem vive escurentando a vida. As devassas de Minas e Rio, que tudo inquisitorialmente escudrinharam, nenhuma tacha descobriram, que de leve lhe poudesse marear a vida, como intemerato cidadão.

Tinha os defeitos da espontaneidade exuberante. Mas tinha civismo tão profundo, tão extremoso e tão commovedor que orçou pelas raias de uma religiosidade exabundante. Em sua alma de crente, esse enthusiasmo era em verdade a *possessão de um deus*, como o etymo do vocabulo nos ensina. Confundiu-o com o culto de latria que votava á triplice divindade catholica. Por elle estava prompto «a dar seu corpo a devorar», como Danton, o alcandorado estadista da Revolução Franceza.

Entretanto, no civismo perturbado de nosso tempo, foi esse apex de enthusiasmo que se lhe antojou o maximo defeito de

---

1) V. Revista do *Instituto Historico do Rio*, tomos 3, 47 e 56.

2) V. meu opusculo, *Tiradentes*, publicação n. 2, do *Club Republicano de Commemorações civicas*, Campinas, 1904. (Os artigos ahi enfeixados são de 1892).

Uma informação, que tenho presente, reforça especialmente os testemunhos que nesse opusculo citei a pags. 8, 9 e 20. Foi tirada pelo dr José Rezende Teixeira Guimarães, em S. José d'El-Rei, e é datada de 23 de abril de 1862. Ahi vivia uma ancíã de 85 annos, que conhecera o Martyr. Ella declara «*que Tiradentes era um homem bonito*».

Essa informação apparece chãmente, despretenciosamente em meio de outras muitas. Não teve como fim especial desmentir essa caricata e triste inverdade dos classicos historiadores de nossa Patria. Sei que não tenho evitado, que não evitarei a reproducção dessa falsidade. Mas que fazer, si ha letrados que não lem e só escrevem o que *já está escrito* nos livros grandes?

nosso heróe. Um seu primitivo enthusiasta, — o autor da mais trabalhada, completa, porém defeituosa historia da conjuração mineira, — apparentemente só por isso o quiz apear de seu plintho glorioso. O *seu patriota lhe sahira um frade*, diz elle. Como si aos frades fôra impossivel attingir os altos pincaros do heroismo civico e não poudessem chamar-se um Savonarola ou um Frei Caneca !

Já nos tempos da Republica, esse mesmo glorioso aspecto de nosso heróe suscitou um desvio mais grave. Na onda anonyma de certos desalumiados detractores, apparece ao Norte a ambição nativista, que tem querido arrebatar a Minas a gloria de um proto-martyr republicano. O heróe que se lhe antepõe, o proto-martyr usurpador é o pernambucano Bernardo Vieira de Mello, — «o feliz capitão dos Palmares», como lhe chama Southey, ou o ambicioso, o sévo, o infeliz «capitão do matto», como lhe chamariamos nos ominosos tempos do escravagismo.

Vejam como surgiu elle, a perseguir mocambos e quilombos livres; vejam como viveu, a tyrannizar cruelmente a familia, a idear violencias que na vida civica lhe dessem postos preponderantes (3). Vejam, por outro lado, a vida simples, generosa do dentista, do medico espontaneo, a curar gratuitamente seus concidadãos. Vejam suas occupações, sua generosa viva idade, seus planos industriaes tão pacificos, tão uteis civicamente. Vejam seu final enthusiasmo patriotico e seu cruento sacrificio final. E digam depois si ha cotejo possivel entre o pretenso heróe de 1710, o feliz capitão dominador e a hostia sagrada que em 1792 se immolou á Patria querida, sendo simples alferes de um obscuro regimento de cavallaria...

* * *

De estirpe humilde, Tiradentes nasceu em 1748, na fazenda do Pombal, á margem do rio das Mortes, no termo da villa de S. João d'El-Rey (?) (e não S. José que hoje se honra com o nome do proto-martyr?. V. nota *in fine*). Teve instrucção

---

3) Segundo o autor da *Narração historica das calamidades de Pernambuco*, (tomo 53 da *Revista do Inst. Hist. Brazileiro*), B. V. de Mello morreu em seu leito, no Limoeiro (Lisboa), suffocado em noite invernosa pelas emanações de um fogareiro que deixára acceso, em seu quarto. O autor da *Narração* chama a isto *acabar mal*, em castigo da séva tyrannia que na familia exerceu, por occasião do supposto adulterio de uma sua nora. Depois de inaudita fereza, depois de venenos administrados por todas as vias, depois de uma sangradura, foi a misera suffocada por mãos da sogra e do marido. Eis como o precitado autor descreve as «mortes desgraçadas» destes «peitos carniceiros»:

«A sogra... morreu suffocada, e dizem que berrando por causa ou de alguma esquinencia, ou inflamação do bofe ou asthma. O marido, André Vieira e seu pae Bernardo Vieira, morreram no Limoeiro de Lisboa... este achando-se, pela manhan, morto na cama, havendo-se deitado nella são, com um fogareiro acceso, que tinha mettido na alcova, em razão do frio de inverno, que então era; aquelle, estando jogando as taboias valente, caiu para traz defunto; e ambos foram sem confissão, segundo as noticias que vieram de Lisboa, das sobreditas mortes».

O dr. Alfredo de Toledo, num arrazoado cerradamente juridico, já liquidou esta *Reivindicação improcedente*.

regular, sabendo o francez e mesmo o latim. Redigia bem e com uma calligraphia melhor que a de muitos letrados de seu tempo. Nossos preconceitos literarios nos levam a suppôr que só o alphabetismo dá instrucção. O Tiradentes podia ser analphabeto, e entretanto possuir uma instrucção mais completa que a dos letrados ignorantes. Bastava-lhe o processo da tradição oral, que a nossos maiores permittia adquirir um intenso, um alargado saber.

Tiradentes inaugurou sua vida civica no commercio ambulante. Foi depois soldado e chegou ao posto de alferes. Sempre acreditado, sempre exacto no serviço, no cumprimento dos deveres, era chamado para as mais arriscadas diligencias e para commissões de confiança. Tentou sem resultado a mineração e era entendido em explorações mineralogicas (4).

Ideou empresas industriaes no Rio de Janeiro e em todas visava sempre ao bem estar de seus concidadãos. Projectou trapiches nas praias e carreiras de barcas entre o Rio e a Praia-Grande. Planejou augmentar as aguas da Carioca, fazendo a canalização dos rios Andarahy e Maracanã. Estes planos, em que o desattenderam então, foram todos realizados mais tarde, como obras utilissimas ao trafego da vida civica.

Foi nessas constantes viagens de Minas ao Rio que Tiradentes começou a manifestar suas idéas revolucionarias, seus intentos de emancipar o paiz do jugo portuguez e do governo realengo.

Onde hauriu essas idéas? Na maçonaria, cujo triangulo lhe symbolizava ao mesmo tempo sua devoção á Trindade catholica? Com os estudantes que regressavam a seus lares, abeberados das idéas do seculo, impregnados de espirito novo, dos fortes ideaes revolucionarios? Com os poetas sonhadores, a idear hypotheticas republicas? Com sacerdotes illustrados, como o conego Luiz Vieira, cuja grande, selecta bibliotheca abrangia todas as novidades do seculo?

Tenho por escusado fazer esta indagação. A idéa da independencia estava no ar e era por todos aspirada, pertencia a todos os cidadãos activos. Os intentos de libertação estavam geralmente nesse povo industrioso, mas opprimido e vexado. Maia dizia: «a respeito da revolução não ha mais que um pensamento em todo o paiz». E o paiz estava sufficientemente preparado para gosar da liberdade. No dizer de Jefferson, «o Brazil, comparado com a Metropole, era mais populoso, mais rico, mais forte e era tão instruido como ella». Só lhe estava faltando a viril iniciativa, que em 1789 foi abafada, como em largos traços vamos apreciar.

---

4) Basilio de Magalhães, em uma conferencia feita em Campinas, em 1904, diz que L. da Cunha Menezes, «em officio de 21 de abril de 1784, nomeou Tiradentes, para acompanhar Galvão de S. Martinho numa exploração aos sertões orientaes da capitania por ter Silva Xavier «intelligencia mineralogica».

III

Já foi dito que «sem Tiradentes, a Inconfidencia diminuiria em dois terços de seu esplendor» (5). E essa é a verdade para quem cotejou os numerosos documentos dessa mallograda conspiração. Todos os companheiros de Tiradentes, mesmo aquelles que o heróe «achára com mais calor», á uma, procuraram eximir-se da responsabilidade que tinham no projectado levante. Desafogaram-se em expansões covardes, desceram a recriminações vis, rebaixaram-se em delações vergonhosas. E terminavam seus indignos depoimentos com implorações á piedade da clemente rainha de Portugal.

Tiradentes foi UNICO a não culpar ninguem, foi UNICO a aguarentar a responsabilidade dos males, mesmo de seus inimigos, como o imbelle Gonzaga, que em suas «lyras» indignamente a— mesquinha o generoso alferes. A si tão sómente inculpou, chamando-se á autoria de quanto fez e tudo confessando com accento de verdade.

Não ha séria objecção contra o primado do intemerato alferes na conspiração mineira. E' em verdade de uma *Conspiração de Tiradentes* que se trata aqui: os mesmos antigos historiadores palacianos andam accordes no epigraphar assim o planejado movimento. Podemos, pois, concentrar no magnanimo heróe toda a trama revolucionaria e ver assim mais uma vez toda a grandeza civica desta alma de eleição.

* * *

O imposto do quinto de ouro, em 1734 e 1750, fôra commutado na obrigação de darem os povos das Minas cem arrobas annuaes de ouro. O atrazo em 1778 era de 538 arrobas, actualmente uns 18 mil contos, e o governador Barbacena, em 1788, vinha encarregado de lançar a *derrama*, a finta geral para a cobrança desta quantia. O terror que tal processo de cobrança inspirava aos minguados 400 mil habitantes das Minas, era um real, um solido motivo para obter sua adhesão ás idéas revolucionarias de Tiradentes.

---

5) Vide a publicação—«21 de abril». Ouro Preto 1894.

Eis o que especialmente, economicamente explica a recrudescencia dessas idéas em 1788.

Ha, porém, testemunho de que Tiradentes começou a manifestar seus *principios* no governo de Luiz da Cunha Menezes, o *fanfarrão Minezio* das celebradas *Cartas Chilenas*. Seria então por 1786 que Tiradentes se manifestou revolucionario. Mas só no anno da projectada *derrama* Tiradentes *proseguiu com vigor* em seus patrioticos intentos. Nes e anno, em agosto de 1788, encontra-se no Rio com o dr. José Alvares Maciel, que acabava de chegar da Inglaterra.

As noticias que Maciel lhe deu sobre a emancipação americana fizeram-no chorar de enthusiasmo. Dahi em deante o fogo sagrado o devorou inteiramente, sem remissão. Busca estudar a revolução americana e pede aos amigos que lhe traduzam obras inglezas que tratam do assumpto.

* * *

Tiradentes volta a Minas, induz seu commandante a entrar na conspiração e o consegue, auxiliado por Maciel. Suggere a conveniencia de uma reunião para combinar-se o plano da revolta, para eleger-se o chefe e definitivamente determinar-se os encargos, os papeis dos conspiradores. A todos fala com eloquencia calorosa e é a elle que o commandante remette quantos querem saber da *formalidade com que tinha determinado estabelecer a nova republica de Minas, em consequencia da do Rio de Janeiro.*

Aos mesmos letrados, como Alvarenga, convidava a que viessem ouvir em sua casa *a exposição do alferes Joaquim José.*

Nasceu dahi a reunião em que se combinou o levante e em que o Tiradentes teve sempre o primeiro papel. Os convites do commandante, coronel Francisco de Paula, eram feitos com o *fim de se encontrarem com o alferes*, para que vissem *quanto falava inflammado sobre o levante*, que *até chegava a chorar.*

Nessa reunião foram as idéas e planos de Tiradentes que geralmente prevaleceram. Assim foi adoptada a idéa de se começar o levante por Minas e não pelo Rio. Era o corajoso alferes que sairia á rua por occasião da *derrama* e com alguns companheiros iniciaria a revolução com o grito—*Liberdade*! Delle foi a idéa da bandeira revolucionaria, com o mysterioso triangulo da Trindade. E chamou a si a mais arriscada missão, — a de prender o governador ou eliminal-o, si preciso fosse.

* * *

Eis o heróe em sua acção decisiva. Não é agora que devo alongar-me numa historia que ha tres lustros me attrahe, me seduz, sem que haja lazer para compol-a definitivamente. Apenas

accrescentarei mais algumas linhas para melhor caracterizar o final civismo de Tiradentes. Terminarei depois descrevendo o crue nto sacrificio

A conjuração foi denunciada ao governador a 15 de março de 1789, quando o Tiradentes estava caminho do Rio, com um mez de licença. Encontrou-se com o refece delator e ainda lhe disse uma phrase caracteristica de seu altruismo: — «Cá vou trabalhar para os outros, para você!» E o Judas Silverio ia trabalhar para si, ia pagar com a denuncia a enorme divida que o prendia á fazenda real...

Em caminho continuava intemeratamente na propaganda revolucionaria: *«nada o pegava»*. Quando um seu amigo, o conego Costa, lhe fazia ponderações, respondia sempre com ar seguro: — *Não ha de ser nada; Deus está comnosco!*

Delle dizia o illustrado conego Luiz Vieira que *a haver muitos de seu quilate, far-se-ia no Brazil uma Republica florescente.* E seu companheiro padre Rolim testemunhava que elle *era um heróe, que se lhe não dava morrer na acção, comtanto que ella se fizesse.*

Assim, animado pela confiança de seus companheiros e sobretudo encalmado pelo ardor de sua flamma interna, ia o Tiradentes para o seu Calvario, ainda com a esperança de *formar uma Republica e converter o paiz em uma segunda Europa.* E quando lhe falavam que era crime levantar-se o vassalo contra seu rei, respondia indignado: — *Isto não é levantar: é restaurar a nossa terra!*

* * *

Foi com taes estos de enthusiasmo que chegou ao Rio «afouto e destemido, com o aferro de um *quaker*», segundo testemunhou o frade Raymundo Pennaforte, que lhe assistiu aos ultimos momentos. «Era um daquelles individuos da especie humana, — dizia o frade, — que põe em espanto a mesma natureza».

Ahi o alcançou a denuncia, sendo preso em um esconderijo, na antiga rua dos Latoeiros (Gonçalves Dias). Fôra ainda seu terno civismo que lhe grangeára esse final auxilio. Obtivera-o por intermedio de uma viuva a quem beneficiára, curando-lhe a filha.

Não cabe aqui narrar as peripecias de um monstruoso processo, que durou tres annos. A sentença foi lida aos presos na madrugada de 19 de abril de 1792, provocando em todos os companheiros de Tiradentes os mais tristes desabafos. Só este soffreu quietamente a sinistra leitura.

No dia seguinte, depois de embargos não recebidos, veiu a sentença final, em que a todos os réus, excepto Tiradentes, se

commutava a pena de morte em degredo perpetuo. Foi então que a sacra victima se elevou ao apice de seu generoso civismo, de sua magnanimidade heróica. Em meio da ruidosa alegria de seus companheiros, que entoavam a *Salve Rainha* e cantavam o terço de Nossa Senhora, o Tiradentes, todo acorrentado, com elles se alegrou e deu-lhes os parabens Ao confessor, que o assistia em tão doloroso transe, disse elle sorrindo-se tristemente:

—«Agora, sim, morro cheio de prazer, pois não levarei após mim tantos infelizes a quem contaminei: — isto mesmo eu intentei nas multiplicadas vezes que fui á presença dos ministros, pois sempre lhes pedi que fizessem de mim só a victima da lei».

* * *

Seguiu-se no dia 21 de abril a pavorosa execução e o esquartejamento deshumano.

Em 1892, por occasião do centenario de Tiradentes, compuz uma narração rimada da tremenda scena final. Essa é a que em seguida se vae ouvir.

Fecharei com ella este imperfeito esboço da grandeza civica de nosso heróe.

* * *

E agora a todos nós, mestres e alumnos, cidadãos antes de tudo, resta-nos pautar systematicamente nossa vida pelos exemplos de um civismo espontaneo, que em Tiradentes attingiu as alterosas cimas do sentimento religioso.

Enchamos o coração dos haustos affectuosos que estes sentimentos nos despertam. Assim, predispostos ao bem, tratemos de o praticar mais e mais em nossa Patria, tão carecida de todos os bens para afugentar todos os males de um organismo novel.

O mal civico está sobretudo em se não praticar o civico bem, em se negarem as formas melhor adjectivadas a seu implemento completo. E' o negativismo do bem que constitúe o mal. E' o negativismo em geral que derranca nossos perturbados tempos.

Vou concluir. (Vide o APPENDICE).

APPENDICE

(A' CONFERENCIA DE 20 DE ABRIL DE 1907)

I

A EXECUÇÃO DE TIRADENTES

1.)

DESCRIÇÃO extrahida do folheto n. 2 do *Club Republicano de Commemorações Civicas*, Campinas, 1904 (consta de artigos escritos em 1892):

O dia 21 de Abril foi um sabbado.

O sol banhava os horizontes de esplendida luz, clareava as serras, os altos pincaros circumjacentes e era jà bem calido ás oito horas. Esse dia fôra decretado de festejo publico, e para maior solennidade sustou-se a partida dos navios ancorados na bahia. A tropa toda trajava de uniforme rico, ornado com festões de flores. O commandante Pedro Alvares de Andrade, o ajudante de ordens do vice-rei, que era seu filho Luiz Benedicto de Castro, e as demais autoridades, montavam briosos cavallos rica e curiosamente ajaezados.

Gualdrapas franjadas de ouro, arreios com ferragem de prata, estribos do mesmo metal, ornamentos de velludo escarlate, muitas fitas entrelaçando-se nas crinas e nas caudas, tudo isto fazia o apuro e realce das galas grandes com que se festejava uma execução pavorosa.

O lugar do supplicio, segundo as definitivas indagações do sr. Miguel Lemos, é o occupado actualmente pelas cocheiras da Empreza Funeraria, á rua Visconde do Rio Branco n. 36. Esse terreno em 1792 fazia parte do extenso Campo de S. Domingos.

Nesse campo, a confinar quasi com o largo da Lampadosa, estava levantada uma forca descommunal, de tão grande altura que para nella subir foi preciso uma escada com mais de 20 degraus.

Ficava no centro de um vasto triangulo formado por quatro regimentos da tropa regular, engalanados com uniformes maiores, e providos com munições de 12 balas.

Os soldados tinham as costas voltadas para a machina sinistra.

Os instrumentos bellicos soavam por toda a parte; os ginetes trotavam garbosos ou galopavam frementes, casando seu duro estrupido com os sons dos clarins e os rufos dos tambores.

As janellas estavam vindo abaixo de tanto mulherio, diz Frei Raymundo, e cada uma apostava com outra o melhor asseio e luzimento de seu trajar.

A multidão apinhava-se á roda do instrumento fatal, sendo preciso patrulhas para lhe conter a curiosidade.

Logo cedo o carrasco, que era o negro Capitania, foi á cadeia implorar ao Réu o perdão da morte que involuntariamente lhe ia dar. Tiradentes, placido, em sublime humildade, que o exaltou extraordinariamente, respondeu ao algoz:

—O' MEU AMIGO, DEIXE-ME BEIJAR-LHE AS MÃOS E OS PÉS!

E tendo-o feito, provocou admiração e lagrima do proprio empedernido executor (1)

Ao despir-se para enfiar a alva e receber o baraço, tirou tambem a camisa, dizendo:

— MEU REDEMPTOR TAMBEM POR MIM MORREU NÚ!

Cerca de 9 horas da manhã partiu o cortejo do edificio da cadeia publica, em que hoje se reune a Camara dos deputados e onde naquelle tempo funccionava o Tribunal da Relação. O oratorio ou Capella de Jesus, onde Tiradentes ouviu a sentença, e onde permaneceu até ir para o cadafalso, era a sala que depois foi occupada pelo archivo da Camara. A porta por onde sahiu, abria-se então para o lado da igreja de S. José, em um pequeno largo que ainda existe e nelle havia então um pelourinho. Dahi seguiu o prestito pela rua da *Cadêa* (hoje *Assembléa*) passando pelo largo da *Carioca*, pela rua do *Piolho* (*Carioca*) até o Campo de São Domingos ou largo da Lampadosa. Esse grande quadrilatero era despovoado, retalhava-se em muitos charcos ou pantanos e seus lados se formavam com as actuaes ruas do *Visconde do Rio Branco* (antiga do *Conde da Cunha*), da *Constituição* (antiga dos *Ciganos*), a face do Campo de Sant'Anna, entre essas duas ruas, e a face opposta da actual *Praça de Tiradentes* (antigo *Largo do Rocio*), comprehendida entre as ruas da *Carioca* e *Sete de Setembro*, outr' ora rua do *Cano* (2).

Compunham o séquito:

---

1) O sr. Norberto, narrando este episodio, diz que Tiradentes *desceu de seu pedestal de gloria* e alhures accrescenta que essa phrase de excelsa humildade, como em geral o religioso comportamento do Heróe neste dorido passo, lhe mostraram que *tinham prendido um patriota e executado um frade* Só uma alma incapaz de sentir os estimulos da virtude, e muito gasta pela anarchia do seculo, poderá desconhecer a summa valia do sentimento religioso, que torna o homem eminentemente sympathico, que o faz accessivel a todas as boas idéas, e apto a praticar todas as boas acções. E' preciso, além disso, ignorar que desse sentir é a humildade o principal alicerce, pois, como diz Augusto Comte,

A SUBMISSÃO É A BASE DO APERFEIÇOAMENTO.

2) MIGUEL LEMOS, op. cit.

1.°) Um esquadrão de cavallaria, seguido pelo clero e irmandade da Misericordia com sua collegiada, levando na frente a respectiva bandeira.

2.°) 9 religiosos e meirinhos (3), escoltando o padecente, que ia no meio, de crucifixo nas mãos, e no collo o baraço fatal que o carrasco segurava.

3.°) Desembargadores do crime e escrivão da alçada, os ministros desta, o ouvidor e o juiz de fóra.

A funebre carreta, destinada a trazer os despojos da Victima, vinha no couce, a rodar pesadamente, puxada por 12 galés.

Os religiosos psalmodiavam a proposito: de vez em vez parava o cortejo todo, os tambores rufavam fortemente e lia-se o pregão infamante.

Revestido da alva, indumento sagrado, de que a Posteridade faz seu maior titulo de gloria, maniatado com o crucifixo, ia o Martyr de olhos fitos em seu Christo amado, symbolo de sua fé ardente e só por duas vezes os afastou para contemplar o céu.

Diz delle Frei Raymundo:

«Causou admiração sua constancia e muito mais a viva devoção que tinha aos grandes mysterios da Trindade e da encarnação, de sorte que, falando-se-lhe nesses mysterios, se lhe divisavam as faces abrasadas, e as suas expressões eram cheias de uncção, o que fez que o seu director não lhe dissesse nada mais sinão repetir com elle o symbolo de S. Athanasio» (4).

O valor, a intrepidez e a pressa com que caminhava, os soliloquios que fazia com o crucifixo que levava nas mãos, encheram de extrema consolação os que lhe assistiam».

A's 11 horas chegou á praça o cortejo. O sol fulgia quasi a pino e a calma era grande.

Todos os testemunhos do tempo são accordes em pintar a coragem, a resignação e grandeza dalma com que Tiradentes encarou o supplicio e soffreu sua barbara, sua ostentosa execução.

Devoto fervente do gozoso mysterio da Trindade, quando chegou á forca pediu ao confessor que só desta lhe falasse.

Subiu lesto a comprida escada do patibulo. Com os olhos fixos na imagem, sem estremecimento algum, deu o pescoço para o fatal apresto e ao carrasco pediu tres vezes que abreviasse a execução.

Não lh'o consentiu o guardião do convento de Santo Antonio, Frei José de Jesus Maria do Desterro, que, *inflammando-se desmarcadamente em caridade e em justiça* (diz Frei Raymundo), subiu alguns degraus da escada e improvisou uma fala ao povo, exhortando-o a se não possuir tão sómente da curiosidade ante

---

3) Segundo o capitão Dias Barbosa, marchava depois do padecente uma escolta, que elle, como tenente ou alferes, commandava, e o carrasco ia no fim (M. Azevedo, *Curiosidades*, 90).

4) Ahi pela vez primeira se dá ao Espirito Santo o nome de *Deus*, completando o grupo de tres que constituem o mysterio da Trindade. Esse symbolo não foi composto por S. Athanasio.

o pavoroso espectaculo, ante a constancia do réu, que «ainda assim fôra objecto da clemencia real e da illuminada justiça de seus ministros, *que lhe não aggravaram a pena*» (!).

Depois rezou o mesmo frade o symbolo dos Apostolos: no sepulcral silencio de todos os assistentes, só se erguia a voz do Tiradentes repetindo as palavras da oração. O frade descia os degraus, á medida que terminava o credo; por fim, sumiram-se as vozes.

Segundo o capitão Barbosa, Tiradentes intentou falar ao povo e é tradição que chegou a dizer:

—O' PATRIA! RECEBE MEU SACRIFICIO!

Mas o executor Capitania impelliu a Victima, que girou em convulsões no espaço e foi cavalgada pelo algoz.

Retumbaram unisonos os rufos dos tambores, abafando o grito de horror que semelhante scena provocára. Frei Raymundo Pennaforte, encarregado do discurso parenetico allusivo ao acto, fel-o em seguida, fundando-se inteiramente nas palavras do *Ecclesiastes*:

«Nem por pensamento detraias de teu rei, porque as mesmas aves levarão tua voz e manifestarão teu juizo».

Acabada a fala, desfez-se a figura triangular, os regimentos metteram-se em uma só columna e deante delles foi lido um discurso do brigadeiro Pedro Alvares sobre a fidelidade devida aos soberanos. Deram depois tres vivas á rainha e entraram para os quarteis.

Em 1842, um ancião, morador no Rio e testemunha occular da tremenda execução, assim a narrava com as lagrimas nos olhos e apontando para o lugar do supplicio, até hoje sem edificação (5):

«Meus meninos, ahi nunca se construiram casas, porque este terreno é amaldiçoado: bebeu o sangue de um justo, ou antes de um santo; foi aqui esquartejado o Tiradentes, pelo crime de nos querer fazer livres Eu tinha então meus 19 annos, e me lembro perfeitamente que neste lugar eu o vi dar a alma a Deus, morrendo como um carneiro. Desde então todos os donos deste terreno morreram de morte subita, antes que pudessem fazer qualquer construcção, porque Deus Nosso Senhor não quer que neste terreno maldito se faça casa para morada de christão».

* * *

Ahi está o heróe, o martyr, o justo, o santo consagrado pela historia veridica e pela tradição popular! A vida e a morte desse homem extraordinario concretizam o VIVER PARA OUTREM

5) *Gazeta de Noticia* 19 de Dezembro de 1889 e opusculo do sr. Lemos, pag. 24

em suas feições mais commoventes. Era um desprendido de si mesmo, era uma natureza altruista do modo o mais completo.

Seu martyrio foi celebrado com festas. Além das galanices do dia, além dos discursos louvaminheiros, houve um solenne *Te-Deum*, depois de tres dias de luminarias, ordenadas por severos editaes do Senado da Camara.

O decahido theologismo prestou-se a todos esses manejos de servilismo.

Na solennidade religiosa de 25, o afamado orador Frei Fernando Pinto prégou um sermão totalmente moldado sobre as bases que na vespera lhe formulára o chanceller juiz da alçada.

Eram tres essas bases:

1.ª) Dar graças a Deus pelo descobrimento da conjuração, a tempo de se poder dissipal-a;

2.ª) Dar graças por ficar o Rio isento do contagio da dita nefanda conjuração;

3.ª) Persuadir os povos a serem fieis a sua Soberana, tão pia e clemente.

Esse mesmo theologismo benzeu em Minas a pedra fundamental do monumento a Tiradentes, tem benzido as bandeiras da Republica, tem promulgado constituições republicanas, depois de haver patrocinado intimamente a do extincto imperio, e ainda ha pouco promovia exequias á defunta monarchia.

Emquanto o clero catholico festejava o cruento sacrificio da hostia sagrada, preludiando os hymnos cultuaes que lhe havia de entôar a Posteridade, emquanto a realeza folgava em tripudios vís, eram espalhadas as santas reliquias do Martyr.

Seus quartos foram distribuidos pelos lugares mencionados na sentença

Sua cabeça, içada em um alto poste, foi collocada no lugar mais publico de Villa Rica.

O sr. Mello Moraes (6) diz que em começo de setembro de 1821, numa eminencia ao norte de Ouro Preto, ainda se via um poste alto e ponteagudo, onde estava o craneo do Martyr.

O padrão de infamia, erguido em Villa Rica no chão salgado de sua casa, á rua S. José, foi arrazado em 1822.

---

6) *Chronica Geral do Brazil* II, pag. 401.

2)

NARRAÇÃO RIMADA, ESCRIPTA EM 1892, POR OCCASIÃO DO CENTENARIO.

Um sabbado foi. Nuvens de ouro o dia
Esplendente, flamivomo rompia:
Era essa a mesma luz
Que outr'ora dirigiu a errante frota
Para as plagas gentís da terra ignota,
A terra *Vera Cruz* (1).

A cidade se mostra toda em festa;
O povo grado e o poviléu se apresta
A' solenne funcção:
Ha soldados em torno da cadeia;
E á machina sinistra já rodeia
Cerrada multidão.

Os personagens todos de alto porte
E outros, em quem pavôr não move a morte,
Montam ricos corceis:
Hilare sôa a tuba rumorosa;
E a aulica chusma corre cuidadosa
Dos direitos dos reis.

De alva e baraço, o negro algoz penetra
Na cadeia, e perdão ao Réu impetra
Da morte que vae dar . .
Mas Elle, humilde e placido, lhe disse
Que sómente . . sómente permittisse
Os pés e as mãos beijar!

O' peregrina, ó grande natureza!
Que vivo exemplo á gente que despreza
Os outros só por si!
Aos outros sotopôr-nos tal exemplo
Nos impelle, e és maior quando contemplo
Essa humildade em ti.

(1) A 21 de Abril a fróta de Cabral *errava* nas aguas que deviam chamar-se brazileiras. Nesse dia viram os portuguezes os primeiros signaes de terra (algumas *hervas compridas*) que encaminharam a fróta para nossas plagas. Creio que foi NORBERTO (pag. 411) o primeiro a notar esta coincidencia.

Como Jesús, — Christo Jesús lendário,
Morrer intenta, e marcha a seu Calvario
Com baraço e pregão!...

. . . . . .

O cortejo se move da cadeia
Para o largo sinistro, onde enxameia
A espessa multidão.

Do povo e clero, da nobreza toda
Quem sentisse não houve a negra noda
De crime tão cerval!
Alegres, ou os psalmos entoando,
Do padecente á roda vão marchando
A' peanha fatal.

Da Trindade devoto fervoroso,
Era-lhe esse mysterio tão gozoso
Que a via sacra andou
Numa visão gratissima engolfado;
E em soliloquios com seu Christo amado
Ao largo emfim chegou.

Quasi a pino o sol fulgindo estava
No amplo triangulo, que ahi formava
A tropa regular.
A victima, de frades escoltada,
A' praça chega e sóbe lesto a escada
Do patibulo-altar.

O collo dá para o fatal apresto,
E do algoz só requer seja elle presto
Em sua atra missão;
Não lh'o consente frei Jesús Maria,
E préga e clama que a rainha é pia,
Que é *leve* a punição.....

Só depois destas vozes imprudentes,
Poude por fim rezar o Tiradentes
O symbolo da Fé.
Tudo silenciou... Só era ouvida
A voz do Heróe, que estava, a fronte erguida,
No cadafalso, em pé.....

Um impulso... e no espaço se despenha
O corpo... Só então a voz roufenha
Da multidão ecôou.....
O rufo dos tambores retumbantes
As garras do remorso penetrantes
Nesse povo abafou!

Frei Pennaforte se incumbiu do resto:
Do crime a negridão põe manifesto
Em declamante voz..
Mas, da cella no placido recanto,
Bem confessou que nosso Heróe espanto
A' natureza poz.

Foi grande até ao lúgubre momento;
Porém dos odios o fatal fermento
Ahi não cessará...
Seu corpo fica em postas retalhado...
E, pela estrada emfim sendo espalhado,
De cães pasto será.

Sua cabeça, por sentença inica,
Levada foi á antiga Villa Rica,
Onde exposta ficou.
Mão piedosa, porém,—diz-nos a lenda,—
A cabeça tirando á trave horrenda,
Em secreto a enterrou.

De vinte e dois o chefe grandioso
Juntar-se vem ao Martyr glorioso,
Vem a Patria formar:
Do Heróe mineiro o vulto venerando,—
Delido o traço de um labéo nefando,—
Emfim se poude alçar.

Outro chefe depois, de honrada fama,—
Hostia tambem do Amor que mais inflamma
Um peito varonil,—
A' frente os socios destemido impelle
E os destroços reaes do throno expelle
Bem longe do Brazil.

. . . . . .

Os feitos immortaes de Tiradentes
Devem livres honrar os descendentes
Do excelso Precursor:
—E' na gloria ás altezas do Passado
Que mais se apura o estimulo sagrado
Do reverente Amor!

1892 e revisão de 1907).

José Feliciano.

II

NOTAS E ESCLARECIMENTOS

1.°

A EFFIGIE DO HERÓE

A questão da «figura antipathica, feia, repellente, espantada», do Tiradentes merece uma nota especial, para bem caracterizar a leveza cortezã dos máximos historiadores desta conjuração.

1.°) NORBERTO diz, ao retratar malignamente o Heróe (*Conjur. min.*, p 74):

«A sua physionomia nada tinha de sympathica e antes se tornava notavel (?) pelo quer que fosse de repellente, devido (?) em grande parte ao seu olhar espantado».

E em nota assim *documenta*:

«Era um homem feio e parecia (?) sempre espantado». Assim o retrata o coronel Alvarenga. 2.° *Int.*, 14 *Jan.* 90. *Ap. 4, Dev. do R de J.* Parece (?) que a physionomia do Tiradentes o impressionára bastante. Ao principio disse que era uma cara que não conhecia. *Idem*».

Só transcrevo esta parte da pagina, embora possa refutar igualmente toda a malignidade restante.

2.°) VARNHAGEN diz, sem citar doc , mas pondo entre aspas os dous malevolos adjectivos de Alvarenga (*Historia*, p. 1024):

«Cumpre (?) accrescentar que para alguns dos mallogros do mesmo alferes em suas pretenções, além da circumstancia (?) de ser *tiradentes*, devia (?) tambem contribuir o seu physico. —Era bastante alto e muito espadaúdo (?, de figura antipathica, e «feio e espantado».

As malignidades que Varnhagen accrescenta são tiradas de Norberto e affirmadas sem documentos, como vamos vêr.

Consultei no original todos os documentos dà conjuração, que em 1892 estavam no Archivo Publico do Rio e na Bibliotheca Nacional.

Li o dep. de Alvarenga, o de 14 de janeiro de 1790. E' aquelle em que o appellidado *vate da bajulação* «se resolvêra a narrar tudo com pureza», para se defender e accusar os companheiros. A altiva paulista, sua exemplar esposa, não estava mais ahi para lhe impedir os «vôos» de fidelidade malsinadora e delatoria. Faz por isso um discurso de causidico arteiro, adubando

com ironias, com desdens simulados e rastejando-se numa delação formal, minuciosa, mexeriqueiramente indigna. E' penosa a leitura de tanta debilidade moral, propria do taful, do jogador impenitente que só vinha jantar à casa «por haver peixe fresco, raro em Villa Rica», e habitualmente se recolhia a deshoras, pelas tres da madrugada.

Nesse indigno depoimento-delatorio; só e só nesse triste documento—no mais estirado dos mais longos interrogatorios (11 fls.) —é que se encontram as suppositicias bases para o maligno retrato de Tiradentes. Ahi, entre fingidos desdens, entre *innocentadoras* dissimulações, depuramos o seguinte:

1.°) Refere Alvarenga que não déra importancia ao convite, que lhe fizera o tenente-coronel Freire de Andrade, para ouvir o Tiradentes, «que nem conhecia», sobre a materia do levante, «porque não havia de falar em semelhantes materias com ninguem, e especialmente com *uma cara que não conhecia*».

2.°) Refere mais (fl. 7) que o tenente-coronel lhe disse que «havia de mandar» o alferes, porque «fazia gosto que o ouvisse, só por ver quanto falava inflammado na materia que até chegava a chorar»; mas elle «respondente lhe instou até sahir que o não mandasse».

3.°) No dia seguinte, «estando o respondente no escriptorio de João Rodrigues de Macedo (1) (*onde ficava jogando, ás vezes até ás tres da madrugada*) LHE APPARECEU UM OFFICIAL FEIO E ESPANTADO (fl. 8) e lhe disse que lhe queria uma palavra em particular; sahiu o respondente, perguntou-lhe quem era, e elle lhe disse que era o alferes Joaquim José, que o tenente-coronel o mandava ali certificar a elle respondente que a noticia do Rio de Janeiro era verdadeira, e que elle a tinha ouvido geralmente aos negociantes, ainda que em muito segredo, e que na verdade era pena que uns paizes tão ricos, como estes, estivessem reduzidos á maior miseria, só porque a Europa, como esponja, lhe estivesse chupando toda a sustancia, e os excellentissimos generaes de tres em tres annos traziam uma quadrilha, a que chamavam criados, que depois de comerem a honra, a fazenda, os officios, que deviam ser dos habitantes, se iam rindo delles para Portugal; mas que o Rio de Janeiro já estava com os olhos abertos, e que as Minas pouco a pouco os haviam de ir abrindo: ao que o respondente lhe disse que não andasse falando naquellas cousas, porque lhe podia succeder muito mal, e que dissesse ao seu tenente-coronel que aquillo não era o que elle respondente lhe tinha recommendado, e que estava occupado (?), e que por

(1) Era o feliz contractador dos direitos de entradas e dos dizimos pelos dous triennios de 1776-1782. Estava alcançado em mais de um milhão e meio de cruzados. Pertencia ao numero dos protegidos pela *Junta de Administração e Arrecadação*, cuja maioria (de que era *magna pars* TH. GONZAGA), teimava em dar em arrematação a cobrança dos direitos, em vez de o fazer ella propria, como opinava o deputado e escrivão da Junta Carlos José da Silva. Este é um ponto que muito influe na apreciação do papel nullo que neste movimento desempenhou Gonzaga (V. *Rev. do Inst.*, tomo 6 e 64).

isso o não ouvia mais. Foi-se embora e elle respondente ficou nessa noite jogando com João Rodrigues de Macedo até ás tres horas da madrugada; quando chegou á casa achou todos dormindo, *como quasi sempre succedia...*»

. . . . . .

Eis ahi o UNICO doc. historico (1) em que se baseiam nossos historiadores para condimentar suas malignidades contra a *pessoa* do Tiradentes. E' preciso ler todo o depoimento, em que Alvarenga descarna desdenhosamente a comparticipação, os compromissos de *seus amigos*. E' preciso ver como se vae innocentando com ironias, com remoques á *fatuidade* do tenente-coronel Andrade, com bajulações «ao governo activissimo e de fogo, qual o do Illm. e Exm. Vice-rei actual Luiz de Vasconcellos e Souza, cujo caracter é *parcere subjectis et debellare superbos*».. (1).

Norberto nem ao menos é fiel em sua nota, quando attribue a Alvarenga a phrase:

«*Era um homem feio e parecia sempre espantado*». Alvarenga só disse desdenhosamente chocarreiramente, a desluzir os companheiros, para melhor se innocentar ante os terriveis juizes: um dia «lhe appareceu um official feio e espantado»... (2).

Onde, pois, a base para a «figura antipathica» para a «physionomia notavel pelo quer que fosse de repellente, devido (?) em grande parte (?) a seu olhar (?) espantado»? Não temos ahi um triste exemplo desta malignidade literaria que dilúe phrases, que as achata, que as distende como oleaginosa gota de calumnia?

Varnhagen tambem unctuosamente extende os dous epithetos e com elles derranca o physico inteiro de Tiradentes, tirando illações moraes, desumindo inferencias historicas. Norberto, em sua tisnadura, começára dizendo que o Heróe «era de estatura alta, de espaduas bem desenvolvidas, *como os naturaes* da *Capitania de Minas Geraes* (?)» Varnhagen, que já fizera *sua* desenvolução, resume o *documento*, resume *seu autor* e faz o *Tiradentes* «*bastante* (?) alto e *muito* (?) *espadaúdo*». Resume e reforça com adverbios de sua invenção...

* * *

Eis a amostra que eu desejava fornecer, para caracterizar certos processos historicos. Infelizmente não é unica e eu consagrarei duas notas mais a respigar nesses autores os erros salientes, em que tão nefastos processos tiveram uma pessoal, vaidosa applicação literaria.

---

1) Vide *Peças justificativas* nas *Obras poeticas* de I. J. de Alvarenga Peixoto, Rio de Janeiro, 1865 (publicadas por J. NORBERTO). *Archivo do Districto Federal*, 1894, n. 11. Archivo Publico do Rio, *Livro* V, *app.* n. 4.

2) Em agosto de 1873, *Um mineiro*, (Dr. C. Ottoni) apreciando na *Reforma* o livro de Norberto, chama a isto «*traducção um pouco livre*».

Terminarei com tres citações que de todo annullam a maligna pretensão de antipathicamente caricaturar um victima sagrada, uma alma religiosa, duplamente veneranda pelo martyrio e pelo amoravel civismo.

1.ª) Seja a primeira a da desinteresseira anciã, que já referi em nota á conferencia. Era D. Ignacia Simplicia de Sousa, natural de Santa Rita de Rio Abaixo, com 85 annos, moradora em S. José d'El-Rei, em 1862. Conhecêra Tiradentes e seu irmão cap. José da Silva Santos, então já fallecido (vivia ainda em 1805, como se sabe pelo testamento de outro irmão, Padre Antonio da Silva Santos, dous annos mais velho que o Tiradentes). D. Ignacia dizia «que Tiradentes era um homem bonito» (e isto em meio de outras informações que deu ao dr. José Rezende Teixeira Guimarães, em 23 de abril de 1862).

2.ª) A segunda é do respeitavel e illustrado mineiro, conego Joaquim Camillo de Brito, que morreu octogenario em abril de 1892, na cidade de Sapucaia. Na *Gazeta de Noticias* (março 1889), diz elle de Tiradentes: «NÃO ERA DE FIGURA ANTHIPATICA, como fizeram crer ao nosso historiador (Varnhagen). O conego Rodrigues da Costa (conjurado, que regressou á Patria, foi da Constituinte e morreu em 1844), que o conhecia presencialmente, e em cuja vivenda se hospedava elle em suas viagens ao Rio de Janeiro, *reiteiradas vezes me disse que o Xavier* (assim o tratava elle) era um rapaz SYMPATHICO, e, posto que não houvesse affinidade entre a farda e a sotaina, *era-lhe sempre agradavel sua presença*».

3.ª) Finalmente, em noticia de 29 de maio de 1860, no *Correio Mercantil*, diz o centenario capitão Antonio Dias Barbosa Ferreira (que, como tenente de milicias, assistira ao supplicio de Tiradentes):

«Formára muita tropa, com grande concurso de povo; ao meio dia chegou o padecente, que elle pessoalmente conhecia, e em cujo rosto se via a *resignação* e a *coragem*: era de MEDIANA ESTATURA, *e de cabellos louros* e BEM PARECIDO.»

Eis ahi a vera effigie do Heróe. Não fosse o maligno proposito com que a desnaturaram, para melhor apoucar o intemerato alferes, e não seria preciso alargar-me tanto. Demais é este o typico exemplo de um mau processo historico, ainda commum em nossos chronistas ou historiadores. Era preciso bem caracterizal-o, para o condemnar de todo em todo e evitar ás novas gerações a reincidencia em tão feios deslizes. A historia não ha de servir á satisfação de ruins paixões partidaristas. Della havemos de inferir ensinamentos e preparações ao continuo progresso da Humanidade.

A nota seguinte pretende esclarecer uma dessas preparações e afastar a injustificada reivindicação de Pernambuco. Não tratarei de uma directa refutação, porque o trabalho do dr. Alfredo de Toledo é a esse respeito decisivo.

2.ª

A REIVINDICAÇÃO PERNAMBUCANA

A intima apreciação dos magnatas sociaes, o julgamento moral de nossos heróes é ponto mui delicado da historia, sobretudo nos tempos anormaes, nas epocas perturbadas. A *sociabilidade*, o civismo geral domina muitas vezes em organizações, cuja sã *moralidade*, cuja pureza pessoal apresenta falhas sensiveis. E' então que o phenomeno social deve ser considerado com abstração do phenomeno moral, como no estudo sociologico se apreciam as leis sociaes do organismo collectivo, antes de assentar as leis moraes da organização individual.

Mas um caso desses precisa nitidamente caracterizar-se como social. O acto civico, a sociabilidade meritoria ha de ser imponente, ha de preponderar no campo da apreciação historica. Houve claramente uma força collectiva, social, que se personalizou na individualidade mais energica, mais accentuada que o meio civico apresentava. O cidadão energico surgiu dominante sobre o pedestal do homem fallido, e o rehabilitou para os negocios, para o trafego da vida civica.....

Está nesse caso Bernardo Vieira de Mello, o destemido companheiro de Domingos Jorge, na lamentosa destruição dos *Palmares* (1) ? Na chamada *Guerra dos Mascates* foi elle a viril personificação dos estimulos civicos e tornou se o magnata preponderante, o eponymo de seu tempo ?

Examinemos o caso rapidamente, já quanto ao meio civico, já em relação ao pretendido heróe, o proto-martyr usurpador.

São varios os testemunhos, são multiplas as chronicas que nos pintam o meio pernambucano em 1710. O facto que civicamente o dominava então era a rivalidade entre recifenses e olindenses, entre os ricos negociantes, appellidados *mascates*, e os nobres *senhores de engenho*, moradores de Olinda.

Informada a Metropole dessas «desuniões», sabiamente assentou em separar a jurisdicção das villas rivaes, dando a Recife independencia urbana. No erigir o symbolico, o disciplinador pelourinho e «na distribuição do termo», não accordaram as autoridades maximas, — o Governador Sebastião de Castro Caldas e o Ouvidor geral José Ignacio de Arouche. Este pendia

---

1) ROCHA PITTA, *Hist. da America portugueza*, 2.ª *ed.* 1880, pag. 239-242.

a estreitar os lindes urbanos e aquelle os dilatava, a desgosto dos naturaes pernambucanos.

Naturalmente dous partidos se formaram a digladiar-se vivamente, primeiro em convicios e depois a mãos violentas.

Chegaram as cousas a termos que, em 17 de outubro de 1710, pelas 4 horas da tarde, o governador e os seus foram alvejados por um bacamarte que lhes despejou 5 ou 6 «balas hervadas». Apezar de «fazerem seu emprego», diz um parcial dos olindenses, «as balas não foram mortiferas, por não serem penetrantes, porque, parece, fiava mais o escopeteiro da actividade e virtude do veneno com que as hervára, poupando por isso a polvora»... (1).

Seguiram-se perseguições, que atearam nos olindenses um geral movimento revoltoso. O governador, vendo-se em apuros ante «o furor do povo levantado», embarcou-se para a Bahia em uma sumaca, ou, como diz um seu partidario, «determinou pôr terra em meio» (na madrugada de sexta-feira, 7 de novembro de 1710) (2).

O bispo D. Manuel Alvares da Costa, pouco affecto ao governador, succedeu-lhe no governo, com tal ou qual apparencia de legalidade.

Mas os recifenses não se conformaram com taes desordens.

Apercebem-se com armas, com petrechos bellicos, abastecem-se de viveres e *compram* capitães de terços militares...

«A 18 de junho (1711), em uma quinta-feira, se representou de publico a tragedia do levante do Recife», diz o já citado chronista olindense. Afortalezam-se, entrincheiram-se, «nomeiam os capitães que vão presidiar as fortalezas» e «mandam assestar a artilharia dos fortes para a parte da terra»...

Os olindenses congregados os assediam e ferem escaramuças. Dahi as guerrilhas, dahi a *guerra dos mascates*, tão pomposamente celebrada.

Durou este cêrco, duraram estas refregas até á chegada do novo Governador, Felix J. Machado de Mendonça. Desembarcou este a 8 de outubro, depois que os revolucionarios, por intermedio do bispo-governador, lhe fizeram entrega legal das fortalezas e deram fim ou treguas a seus desatinados motins

Eis o meio, eis os alvorotos villãos, as competições de campanario, em que nem uma vez se falou na independencia brazileira, numa republica nacional, para fazer de todo o paiz «uma Nova Europa». Todos os partidos lutavam por demonstrar vivamente sua extrema fidelidade á Metropole. «De nossa parte é que está El-rei, pois, em nenhuma parte do mundo tem o dito senhor mais leaes vassallos que os Pernambucanos». Assim

---

1) «... para que ficassem dentro no corpo, onde fizesse a herpe seu effeito...» accrescenta o chronista, mui senhor das intenções das sobreditas balas (*Rev. do Inst. Hist.* do Rio, tomo XVI).

2 *Rev. do Inst. Hist.* do Rio, tomo LIII, 2.ª parte.

declarou o senado de Olinda ao capitão-mór da Parahyba, João de Motta da Gama, que por seu lado defendia a lealdade dos recifenses e se apresentava como medianeiro *entre partidos tão fieis* a «seu rei». *(Rev. cit.* tomo XVI). Si o opulento Recife estivesse quietamente sujeito a Olinda, nenhuma revolta haveria, e estavamos livres destas apaixonadas refertas historicas.

* * *

Mas, dir-me-ão, o heróe, como heróe que era, esteve acima de seu meio e foi um revoltado republicano, que se offereceu martyr de uma idéa nova, de um instituto novo.

Antes de tudo, como referi na conferencia e como refere o dr. Alfredo Toledo em seu folheto, só depois da independencia americana começou a ter voga a idéa do moderno governo republicano. Bem o provam os revolucionarios mineiros, bem o prova Tiradentes, que pedia aos amigos lhe traduzissem obras que explicavam o governo republicano da «America Ingleza».

Vejamos, porém, o homem, o heróe, segundo o testemunho de seus parciaes (*Revista cit.*, tomo XVI, pags. 18, 20, 25, 28, 29, 101, 110 e 120; Rocha Pitta, *op. cit* 239, 240-242, e 281-282; Varnhagen, *Hist.*, 2.ª ed., 825 e 826 seguindo suas preoccupações pessoaes). Nas datas, nas origens e episodios substanciaes, esses testemunhos se accordam com as chronicas dos recifenses *(Rev.*, tomo LIII, 2.ª parte, pags. 65, 68, 75, 76, 83, 90, 254, 268, 277, 291 e 295; Southey (ou P. L. Correia), trad brazil., tomo V, pags. 122-127).

Em 1695, Bernardo Vieira de Mello, diz Rocha Pitta, «era homem nobre e valoroso, experimentado na guerra dos negros, havendo logrado algum tempo antes o feliz successo de um choque, em que degolou e cativou um grande troço delles»...

Foi então offerecer-se ao governador Caetano de Mello de Castro para servir na «campanha e conquista» dos Palmares, de que estava encarregado o paulista Domingos Jorge. Concorreu destemida e interesseiramente para a destruição dessa «rustica» *Republica* dos negros. Como se vê, o heróe *republicano* inaugurou sua grandeza civica destruindo uma *republica (res publica*, estado organizado)... Tal inicio não lhe poderia ser mui propiciatorio

Em 1711, talvez chamado pelo Governador, acudiu ao Recife com o terço dos Palmares, para servir o governo. Seus parciaes proclamam sua innocencia quanto aos motins desse anno e exalçam-lhe a fidelidade realenga. Dizem que elle se mantinha no Recife com sua gente, para livrar o filho dos barbaros assassinatos que cervalmente commettêra: essa é a maior defeza que lhe fazem.

O Senado, na resposta a que já me referi, declara textualmente: «...os naturaes de Pernambuco...no sangue de seus

paes e avós herdaram a mais constante fidelidade para com seu rei. E si Bernardo Vieira assistia por ora no Recife, *era por causa de lhe culparem um filho por uma morte e demandarem outro por um casamento* .. Nós tratamos de paz e Vm. de guerra. Oh! como se ha de Vm. arrepender do que óbra, quando Sua Magestade for sabedor de tudo»... A el-rei «havemos de dar conta de tudo, pois de tudo é Vm. causa. (Olinda, em Camara, 26 de Junho de 1711» (1). Esta é uma acta verdadeiramente authentica, na qual estão exarados os unicos *heroismos* de Bernardo Vieira em 1710

A 18 de Junho de 1711, ou por questões de prepotencia contra os soldados de Recife, ou pelo furor dos amotinados *mascates*, Bernardo Vieira, surprehendido e «confuso da novidade», na janella de sua casa recebe dous tiros que o matariam... «si o acertaram» (diz o chronista seu parcial).

A' vista do povo exaltado, que vociferava contra elle, seus amigos o prenderam e, para aquietar as turbas, o metteram numa enxovia. Seus contrarios o transferiram depois para o forte das Cinco Pontas (2). Ahi ficou durante todo o cêrco, durante o tempo mais propicio a seus estos de heróe republicano. Ahi esteve sem agir, sem dar que falar de si nem uma vez.

Só pelos ecos tomou parte nas escaramuças da famosa «guerra», em que, na pueril descrição de Varnhagen, «rompeu fogo durante vinte horas; acompanhado de quando em quando de chuva» (pag. 830).

O filho André Vieira e o irmão Manuel de Mello lograram escapar, este para morrer desastrosamente ás mãos do fatidico sobrinho, que tomou parte em guerrilhas e ahi cevou seus instintos destruidores.

Do pretenso heróe não mais falaram seus parciaes, até á chegada festiva do novo Governador metropolitano, Felix José Machado de Mendonça. No dia que este desembarcou, a 8 de outubro, talvez por ordem do Bispo, foi solto o heróe frustraneo, sem heroismo authentico, sem nenhum supplicio, sem martyrio bem verificado. O unico martyrio que seus contrarios lhe infligiram é o que narra o chronista recifense, por occasião das festas estrondosas que fizeram ao heróe D. Sebastião Pinheiro Ca-

---

1) Um anonymo, a 4 de outubro de 1711, escreveu aos recifenses para defender os de Olinda contra as provaveis calumnias que aquelles haviam de apresentar ao Governador, prestes a chegar. Ahi se diz: «O primeiro fundamento das sonhadas glorias dos srs. mascates, para credito de seu encanecido zelo, ou precipicio de suas fantasticas presumpções, foi a calumnia que quizeram impôr de inconfidentes aos Pernambucanos, maculando o timbre melhor de sua nobreza com tão infame vilipendio, sendo estes os que entre todos os Portuguezes se podem jactar de jubilados na fé e lealdade, para com seu rei—como de seus paes e avós, cujas acções com o sangue herdaram, o publica a fama largamente; pois pelo valor delle, sem ajuda nem despeza da real fazenda venderam as vidas em restauração de Pernambuco, que ao mesmo rei generosos tributaram. (*Rev.* XVI, 101).

2) Segundo o chronista recifense, é de ver o modo timorato, contricto, de somenos heroismo com que se portou neste passo. Os mesmos tiros á janella seriam ja contra o preso que fugia (*Rev.*, LIII, 90).

marão. E foi o seguinte: Quando o Governador na janella, em publico, acarinhava o heróe, — Bernardo Vieira e o magno chefe revolucionario André Dias ficaram defronte, em pé, a esmoer-se de raiva. Como se vê, não é um martyrio digno dos exaggerados louros que lhe quer dar uma posteridade, em extremo dadivosa...

E' verdade que depois, por suspeita de novas tentativas heroicas ou revolucionarias, num domingo de Ramos, a 27 de março de 1712, Bernardo Vieira chegou preso ao Recife. O novo Governador o mandou para o forte de Brum, «não ficando privilegiado dos ferros ou algemas.»

Na frota de 28 de julho de 1712, —a mesma que trouxera o Governador e agora ia de regresso, — Bernardo Vieira e seu funesto filho partiram para Lisboa, «onde chegaram a salvamento e foram agazalhados no Limoeiro». Ahi morreram pacificamente, o primeiro agazalhado num quarto bem aquecido, mas com o ar viciado pelas emanações de um fogareiro acceso. O outro morreu de repente, estando prazenteiro a jogar as tabolas (gamão ou damas?).

Onde o heroismo destas mortes, onde o martyrio destes *heróes*, onde o civico merito extraordinario que sirva de alcandorar Bernardo de Mello acima do heróe mineiro?

* * *

Nessa mesma «*guerra* DOS MASCATES» ha *heróes* muito mais interessantes, que podiam commover melhor seus compatriotas pernambucanos (1). O coronel Leonardo Bezerra Cavalcante, de «galhardo genio para persuadir», inimigo dos reinóes, é um personagem muito mais vivo, mais digno e interessante. Sua vida mais activa apresenta finalmente um aspecto lastimoso,— com degredo e peregrinação martyrizante, de Lisboa para a India, da India para o Brazil, para Pernambuco, a suspirar pelo «ninho seu paterno». Conhecido ao saltar na Bahia, de novo o prendem, impedindo-o de tornar a Pernambuco. Na Bahia, tendo perdido de todo a vista, morre afinal, sem duvida ralado pelas saudades...

Mas a gloriosa e polida Pernambuco não tem precisão destas rivalidades. Sua messe de louros é demasiado abundante para que ande a respigar estas migalhas. Basta-lhe a gloria das luctas hollandezas, além de suas gloriosas tradicções veramente republicanas.

Já o disse muito bem o chronista dos olindenses em 1711. E' elle ainda que, na precitada resposta do Senado, assim justamente se exprime:

---

1) Entre elles se conta o capitão André Dias, de quem o chronista recifense aponta umas intrigas, umas innocuas liberdades *republicanas* (?) (pg. 79). Do mesmo genero devem ser as revolucionarias tramas do chronista de SOUTHEY, que por isso gratuitamente attribue a Bernardo Vieira incomprehensiveis intuitos *republicanos*.

« Em nenhuma parte do mundo libertaram praças os vassallos da corôa de Portugal, como os Pernambucanos, pois sem despeza da fazenda real e sem ordem do seu rei, que julgava a restauração impossivel, se levantaram contra o inimigo, e com perdas consideraveis de suas fazendas e copiosas effusões de sangue, descalços, sem abrigo ao rigor do tempo, e mortos a fome, restauraram a seu rei estas capitanias. E foram tão leaes, que em seu serviço desprezaram todas as conveniencias e enchentes de cabedal, que lhes offerecia toda a Hollanda» (*Rev.* XVI, 24).

3.º)

A GUERRA DOS MASCATES

(Respigas em Varnhagen)

Parece-me que devemos restringir a tendencia para desprestigiar nossos presonagens eminentes. Somos ainda tão pobres de gente prestigiada e com tal encarniçamento vae a politica destruindo nossos melhores nomes,—que não é demais pouparmos os que ainda galhardamente sobrenadam em nosso revolto meio iconoclasta.

E' mister, porém, que esse respeito seja esclarecido e não acarrete o desprestigio de outros personagens, não degrade institutos mais venerandos que as personalidades respeitadas.

De nossos homens illustres é Varnhagen o que mais vezes nos deixa entaliscados entre essas duas difficuldades. Como elle, ninguem mais largamente revolveu os secretos escaninhos de nossa historia e espalhou maior numero de julgamentos pessoaes, de observações reformadoras, de vivazes correcções.

A cada momento suas investigações impositivas, suas correcções minuciosas, frias; suas ogerizas philosophicas, civicas ou literarias, seu orgulho de achador nos obrigam a decidir, a ter preferencia a cahir ás vezes em lamentavel partidismo pessoal.

A nova edição da *Historia Geral*, annotada pelo erudito, distinto escriptor sr. Capistrano de Abreu, dá-nos esperanças de vêr clareadas essas maculas de Varnhagen.

A parte já publicada faz-me, porém, recear que se esteja considerando Varnhagen como o «syncretizador» auctorizado de nossa historia e não como «um ardente investigador, um infatigavel resuscitador de chronicas», na phrase de Oliveira Lima.

Apezar de sua meritoria indulgencia para com seu illustre patrono, o distinto escritor e diplomata dr. Oliveira Lima — razoavelmente desconhece em Varnhagen o dom precioso do verdadeiro historiador (*Jornal do Commercio*, 19 de julho de 1903).

Meu caro e illustre amigo, o Barão Homem de Mello, em verdes annos (1858), numa critica notavel, dizia que, «investigador laborioso e incansavel, o autor da *Historia Geral*... não é historiador; é um mediocre chronista». Nota suas frequentes «reflexões, despidas de interesse e selladas com o cunho da mediocridade». Ainda em 1905, o meu erudito amigo, sempre de

juvenil espirito, repetia-me em Pariz algumas dessas tristes reflexões (Vide A. H. LEAL, *Pantheon Maranh.*, IV, nota C).

Não é possivel canonizal-o como prócer nacional ou colendissimo historiador de nossa Patria. O mal que uma exaggerada «canonização» pode causar a nossa historia, é por demais evidente para me justificar nestas respigas. Desde que escrevi meu opusculo sobre o *Descobrimento do Brazil*, comecei a fazer moderadamente estas respigas ou reservas. Então, lendo a *Chronica do Descobrimento (Panorama*, 1840), desejei que Varnhagen se não libertasse tão depressa do fino meio literario que nesse tempo frequentava. Era incompleta a preparação com que desde logo se considerou um acabado, um nobre cavalheiro das letras historicas. E essa orgulhosa fidalguia literaria em má hora se juntou á altaneria pessoal, aguarentando os meritos do futuro historiador...

A' vista destas breves razões, relevem-me as respigas ou resalvas que lhe preciso fazer, quanto á narrativa da guerra dos mascates e da conspiração mineira (em a nota seguinte).

1.)

Logo no começo (pag. 823) ha um erro de facto: o ouvidor que contrastava Sebastião Caldas não era Luiz de Valenzuela Ortiz e sim José Ignacio de Arouche Só depois que este desistiu do cargo ou foi nomeado tombador, veiu substituil-o o Juiz de Fóra Valenzuela Ortiz (V. *Rev. do Inst.*, XVI, 10; LIII, 2.ª part., 26; LXIV, 1.ª part., 254; SOUTHEY, V, 110). Este erro é repetido por todos os compiladores de Varnhagen. Acompanha-o uma das reflexões «despidas de interesse». Diz elle: «Natural era que estas demonstrações de applauso pelo chefe favoravel se convertessem em vituperio contra o opposto».

2.)

A' mesma pagina occorre novo erro, que se corrige pelo mesmo doc. que Varnhagen cita varias vezes (no tomo XVI da *Rev. do Inst.)*: o Ouvidor (Arouche) *não deixou* o Bispo, *indo refugiar-se na vizinha Parahyba*. Partiu em companhia do Bispo e este no caminho oppoz-se á prisão do ouvidor (*Rev.* XVI, 10; LIII, 37). Ainda aqui, pag. 824, *se reflecte* que—«A capitania ficou acéphala e *toda se deu* por sublevada. *Tratou* pois *de ter* um chefe.» E na pagina seguinte diz que *varios recolectos da Madre de Deus se prestaram a ser chefes principaes da insurreição dos Mascates* («expressão com que na Asia se nomeavam os vendilhões, e que na lingua portugueza *veiu a produzir* o verbo *mascatear*, applicado aos que mercadejam a retalho»). Não é preciso nenhuma severidade para ver que, no corpo de uma *Historia Geral*, taes reflexões orçam pelas raias do pueril...

E' tambem de notar que á pg. 828 cita as procissões dos «nobres olindenses» para «ter uma idéa dos sentimentos piedosos que os animavam», e na pag. seguinte considera: «*Nem que* a Providencia envie aos povos a guerra extranha para castigar sua falta de união». Isto não o impedirá de tomar partido pelos olindenses, á pag. 830, com uma de suas habituaes reflexões: «A perda da acção... deu novos brios aos bravos olindenses, *como succede sempre que as causas que se defendem são verdadeiramente patriotica*»: *do que nos deve servir de confirmação o ardor com que defendiam a sua causa*».

E acaba descrevendo o «traje dos nossos fuzileiros»: «calções e meias com çapato e fivella... sobrecasacas agaloadas de mangas largas, e os chapeus de tres bicos, *dos quaes um ficava para deante*» (!). Como se vê, não foi para encurtar parlandas que se commetteram as omissões anteriores.

3.)

Depois descreve a batalha ultima: «Rompeu o fogo ás oito da manhan e seguiu pela noite adeante, durante vinte horas; *acompanhado de quando em quando de chuva.* O fuzilar das armas se confundia ás vezes com o relampaguear dos coriscos, e *do mesmo modo* o ruido dos tiros com o echo dos trovões, repercutido pelos valles. Pelejou-se de parte a parte *com decisão*». E ainda architecta este medonho, confuso cataclismo, que nos dá a medida de certos processos historicos, quando o patidarismo pessoal nelles funestamente domina: «Os Camarões e Tundacumbes aproveitaram destas perseguições para exercerem suas vinganças, as quaes, *unidas* ao arbitrio dos delegados da justiça, *chegaram a criar* um partido sinceramente revolucionario, que se *tivesse forças houvera levado avante sabe Deus que planos de desesperação, e em tal extremo* (?), *bem que afinal teriam que ceder extenuados e debilitados, podéra* (!) *a capitania chegar nada menos que a haver nadado* (?) *em um mar de sangue*» (!).

Com taes confusões e tal estylo, não ha factos que não sejam substituidos por aereas, escuras supposições pessoaes. No caso presente, a parcialidade do chronista leva-o a esta catastrophe impropria da scena tragica e muito mais da scena historica:

«Cumpre (?!) accrescentar que a recente villa do Recife não se estreou (?) com muita felicidade. *Ao deitarem-se foguetes* em certa festividade, *entrou* um em uma casa, e *foi* abrazar um barril de polvora, *fazendo-a saltar aos ares*, com morte de quatorze pessoas, o que levou o governo a, por uma provisão, dispôr acerca da armazenagem da polvora destinada para negocio».

Ora, tal facto não foi a *estréa* de Recife. Deu-se já no governo de D. Lourenço de Almeida, successor de Felix Machado, e em dia de Santa Catharina, a 24 de novembro de 1715. Acon-

---

Vid. o que transcrevi á pag. 368.

teceu o desastre ao queimar-se um *castello*, que lançou quantidade de foguetes; e a casa não saltou para os ares, nem chegaram a morrer quatorze pessoas (*Rev. do Inst*, LIII, 2ª parte 298-299).....

O que ahi está deve bastar para que, em a nota seguinte, me não accusem de examinar um aspecto só dos defeitos de Varnhagen. Para este exame, poderiamos escolher uma outra secção da *Historia Geral*, e ahi bem frequentes seriam as falhas como as que acabamos de caracterizar.

4.°

A CONSPIRAÇÃO MINEIRA

(Respigas em Varnhagen e Norberto)

Varnhagen tem algum teiró com Norberto (1): embora o siga muitas vezes, não o cita e atira-lhe algumas notas amargas.

1.°)

A' pag. 1019 corrige uma data de J. Norberto, a quem se reporta sob o disfarce de «alguns», e á pag. 1032 emenda-lhe a interpretação de um verso de Alvarenga, chamando-o vulgarmente, infantilmente «um escriptor que *pelo nome não perca*». Os trechos de Norberto, ahi refugados, estão a pags. 174 e 121 da *Conjuração mineira*.

A proposito de Gonzaga, sua «birra literaria» o leva a contrariar Norberto, pretendendo haver feito um «estudo profundo de toda a devassa» (2).

Entretanto não a cita nem uma vez: serve-se tão sómente das incompletas publicações do *Brazil Historico* de M. Moraes, e segue Norberto, ás vezes nas mesmas reflexões pessoaes. E'

---

1 Parece ter-se originado em 1850, ao discutir-se o autor dos *Dialogos* ou *Dialogo das Grandezas do Brasil* (*Rev.* XIII, 277 e 402-405). E' o mesmo Bento Teixeira, autor da *Prosopopéa* e *Relação* annexa? Varnhagen negava, por «*não estar disposto a dar inteiro credito*» ao Abbade Barbosa. . Norberto tocou ao vivo em seu fraco, sublinhando e lamentando esse extranho modo de rejeitar testemunho, sem outro documento além de sua *melhor disposição* para com um outro autor (ANDRES BARCIA). A viveza pessoal com que lhe responde Varnhagen é caracteristica, chegando a pôr em equação, em contraste sua idade propria (uns 34 annos). E mais typica se torna a questiuncula pela repercussão que teve, até 1873.

Della trata WOLF (*Le Brésil littéraire*, pag. 109) e friza como Varnhagen na 1.ª edição de sua *Historia* (II, 53), em 1853 «nie même que Teixeira soit l'auteur de la *Prosopopéa* e de la *Relação*». Ora, a 18 de julho de 1872, Varnhagen descobre na *Bibl. Publ.* de Lisboa um exemplar da *Prosopopéa*, edição de 1601, *e de* BENTO TEIXEIRA... Seguiu-se logo a descoberta de outro exemplar no *Bibl. Nac.* do Rio (pelo dr. Ramiz Galvão: vide sua edição, quasi fac-simile, da *Prosopopéa*, em 1873). Depois deste castigo, vejam na 2.ª edição da *Historia* (pag. 686), a referencia confusa que faz a Bento Teixeira: nega-lhe a autoria da *Relação* em um periodo que envolve tambem a *Prosopopéa* em uma duvidosa affirmação.

Como «birra literaria», é caracteristica.

2 A' pag. 1019 e na mesma pag. 1020 Varnhagen se contradiz, pois, affirma que a «publicação interpolada e menos correcta do teor do processo» é que lhe permittiu «dar actualmente a esta secção um pouco mais de desenvolvimento;»... No emtanto diz logo adeante que fez «estudo profundo de toda a devassa», e fez «acareação de todos os depoimentos» (pag. 102.).. E entra a aproveitar-se de Norberto, como se póde ver no trecho que citei á pag. 369, 3.° O original traz: «*se hiam* rindo para Portugal». Norberto nas *Obras* de ALVARENGA, pag. 143, transcreve: *sahião* (sahiam). . Ora, é esta a lição que segue Varnhagen á pag. 1022.. Isto para citar só um trecho, agora no alcance dos leitores, como já o fiz a pags. 368 e 370, onde Varnhagen visivelmente copia Norberto, em illações pessoaes, insignificantes, sem bases. Ainda á pag. 1022, nota, querendo corrigir o nome do tenente-coronel *Andrade* para *Andrada*, faz esta confissão «Demais *parece*

exemplo o que diz de José Joaquim da Maia (pg. 1016), que aspirava a «exorbitar da esphera em que nascêra», «segundo sua propria narrativa», —o que não é verdade, porque a «narrativa» é de Norberto, pag. 31-41.

Foi Norberto quem identificou em José Joaquim da Maia o famoso estudante, que em Nîmes conferenciára com Jefferson Para isso teve os elementos na *Dev. do Rio* e no «*Auto de perguntas feitas á cerca de uma carta escripta ao ministro dos Estados Unidos, por um estudante do Brazil que se achava em Montpellier*». E' o *Appenso* 2 *bis*, que hoje se acha no Archivo Publico do Rio (*Livro II Devassa em Minas Geraes*). Ahi depõem especialmente o coronel Francisco Antonio e seu primo dr. Domingos Vidal Barbosa, que conhecêra J. J. da Maia e um companheiro commum chamado José Mariano Leal. Este «conhecia o estudante e sua empresa» e com D. Vidal «commentára a *originalidade do Maia*». E' assim que Vidal Barbosa se exprime em novo depoimento, feito no Rio a 21 de junho de 1790 (*Appenso* n. 17, *Dev do Rio*, *Livro VI* do Archivo Publico).

Varnhagen, tratando deste episodio e affectando particular conhecimento do caso, declara em nota (pg. 1016): «Todos estes factos constam do auto summario feito aos presos (?) em 7 de Julho de 1789». (Vidal, principalmente interrogado, não estava preso).

Pela data, que deve ser 8, e pelo vago da citação vê-se que Varnhagen não tinha presente esse auto da *Dev. de Minas* No seu tempo esses documentos não eram accessiveis, e por muitos annos, com a *Dev. do Rio*, estiveram em mãos de Norberto, seu feliz descobridor (?) (1).

A' pag 1018 ha um «segundo se disse», em que o testemunho de Norberto é de novo aproveitado. O restante destas respigas e as que fizermos em Norberto, ainda mais patentearão esta deploravel fraqueza de Varnhangen: — não conhecia *toda a*

[?] que elle proprio assignava correcto. Veja-se o B. [*razil*] H. [*istorico*] I, n. 56». Quem conhecesse a *Devassa toda* (*Archivo do Districto Federal*; abril, 1894) veria que lá o coronel assigna *Andrad.e*, em breve, com o *e* caracteristico». Mas que importancia tem isso? E' verdade que nesse caso talvez *cumprisse* contar, como o faz em nota, que o tenente-coronel era filho natural do 2.º Conde de Bobadella, José Antonio Freire de Andrada.

1 Em nota ás *Obras* de GONZAGA, tomo I, 1862, pag. 98, diz Norberto que «esses manuscriptos volumosos e tão preciosos *existiram* por muito tempo no Archivo da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, *desconhecidos* e *ignorados*, pois *achavam-se cosidos num sacco de couro*». Ahi os descobriu (?) Norberto, dahi os retirou para sua casa, onde os conservou largos annos, aproveitando-os em seus trabalhos multiplos e finalmente em sua *Conjuração mineira*, composta e nesta parte inteiramente acabada desde 1860. V. *Rev pop.*, tomo X, abril de 1861, onde se publicou o 2.º capitulo.

Varnhagen poderia descobrir em Portugal as copias incompletas e parcelladas que daqui foram. Não consta que o fizesse e só orgulhosamente publica a informação de Barbacena á côrte portugueza (11 de julho de 1789. V. pag. 1019 e *Rev. do Inst.*, tomo 40). Os *Autos crimes* da sentença, defeza e embargos finaes só incompleta e incorrectamente lhe foram conhecidos. Os originaes estavam *irregularmente* em mãos particulares ou cobiçosas e só mais tarde a *Bib. Nacional* os adquiriu por bom preço. Lá os consultei em 1892, com informações do erudito, saudoso e bom dr. Teixeira de Mello

Na incompleta e confusa *Bibliographia* do *Jornal do Commercio*, de 21 de abril 99, consta uma copia do *Auto summario*, pertencente a Varnhagen.

devassa, todos os depoimentos, não os estudára profundamente, pausadamente e servia-se do *Brazil Historico*, servia-se de Norberto, ás vezes em suas mesmas inferencias pessoaes.

2.)

Temos, pois que as fontes de Varnhagen são M. Moraes, confessadamente, e J. Norberto, em allusões não confessaveis. Da auctoridade e fé que merece o primeiro, «o prolifico investigador», como lhe chama o erudito dr. J. C. Rodrigues (*Bib. Braz.*, I part., 414), dirá melhor a historia que vae em nota, para completar a anterior, a respeito do achado de J. Norberto (1). Deste, investigador menos prolifico e mais prestante, na presente respiga diremos alguma cousa, de conserva com Varnhagen. E será quanto á historia do estudante José José Joaquim de Maia, cuja identificação com Vendek vae ser objecto de um esclarecimento especial. Ahi citaremos os documentos e melhor exporemos os factos que hão de finalmente comprovar quanto aqui affirmamos.

Baseando-se em depoimentos, que elle mesmo tem como artificios da defeza (pag. 47, nota), Norberto romantiza o caso de Maia. Do misero filho de um «artesano» («pedreiro», diz o depoimento) imagina elle sahir o planeador da independencia patria, ambicioso de «subtrahir-se» á «obscuridade de sua ascendencia, de seu nascimento» (pag. 40). Como si em 1786 fosse possivel

---

1) O dr. M. Moraes, no *Brazil Historico*, 2.ª série, tomo III, 1868, pag. 179 e nota, narra que, *no dia seguinte* a um *que não determina*, foi procurar na Secretaria do Imperio os documentos da Conjuração Mineira. O sr. João Ximenes de Araujo Pitada ahi vira «o processo original. . *dentro de um saco verde*». E como era Ministro do Imperio o Conselheiro Pedreira [Luiz Pedreira do Couto Ferraz, mais tarde V. de Bom Retiro], o facto devia ter-se dado entre 1853 e 1857, duração do Ministerio Paraná, de que fazia parte o mesmo Conselheiro [V. as bellas paginas de Nabuco, em seu livro *Um estadista do Imp.*, I, 165-167]. M. Moraes achou effectivamente o processo cujo exame lhe foi facultado. Mandou copial-o e o publicou «integralmente no *B. H.*, á excepção de *algumas peças* de pouca importancia (?), e do *sequestro dos bens dos presos*» (aqui estão peças muito importantes). O que foi essa publicação, feita em 1865, em um jornal, disse-o já o mesmo Varnhagen: «interpolada e menos correcta». O fim mercantil de uma publicação aos pedacinhos, imperfeita e incompleta, desnaturou os meritos de um trabalho que podia ser um grande serviço historico e civico. Não é, pois, ahi que está *toda a devassa*, que estão *todos os documentos* para o estudo profundo e decisivo de um judicioso historiador.

Ha porém, neste caso, um aspecto que mais afeia essa publicação. Nos *Autos do processo*, que a Bib. Nacional *comprou* de um particular, existe um termo de entrega das duas devassas e appensos com uma lista destes. Ve-se ahi que o n. 26 é um livro impresso de 370 paginas. No Archivo Publico (Livro III) falta esse appenso, que pelo depoimento do Porta-estandarte Francisco Xavier Machado [Livro I, n. 13, fls. 81-83] e por uma certidão do *Livro* I, fls. 150, sabemos ser o livro *Recueil des loix constitutives des Etats Unis de l'Amérique*, in 8.º, capa de papel pintado. Esse livro e outros inglezes eram de Tiradentes, que os levava aos amigos para que lhes traduzissem passagens que elle de antemão escolhêra (sabe-se que elle tinha estudado o francez).

Ora, depois disto leiam esta nota de Mello Moraes [*Op. cit.*, pag. 179], «Appenso ao processo original encontrei um exemplar das constituições dos Estados Unidos da America do Norte, traduzidas em Francez... Quando tive noticia que a Capital de Santa Catharina diligenciava livros parra formar sua bibliotheca, lhe mandei de presente o exemplar das Constituições, appenso ao processo original de Tiradentes, pondo-lhe uma declaração, na qual me assignei (!). Este livro deve estar na bibliotheca de Santa Catharina». Norberto já encontrou a falta da *Sentença* e de alguns appensos [notei especialmente a ausencia do interrogatorio de Claudio M. da Costa], e denuncia este caso [pags. XV e 37, notas]...

Eis ahi como se tem feito nossa historia em geral e a de Tiradentes em especial.

a um misero sahir de sua «choupana» (?) da Lapa (Rio de Janeiro) e estudar em Montpellier, perambular em Nîmes, acudindo a uma conferencia que «lhe pedira» Jefferson, após sua importante communicação!

Além desse *historico* romantismo, Norberto, mesmo citando o tomo III, pag. 209 da *Revista*, erra dizendo que Maia, a 2 de outubro de 1786, dirigira a Jefferson a precitada communicação. Provaremos que esta é de 21 de Novembro de 1786 e que Jefferson, em sua resposta de 26 de dezembro, só pede a Maia «um rendez-vous ou à Montpellier ou en sa *(sic)* voisinage». Só depois de nova carta de Maia (datada de 5 de janeiro de 1787) é que se realizou em Nîmes a famosa entrevista, em que Jefferson *diplomaticamente* muito animou seu patriotico interlocutor...

Ora, depois disto, é deploravel que Varnhagen, a pags. 1016 e 1017, venha exactamente com as mesmas falhas de Norberto, accrescentadas de novos enxertos de *vistas* novas, e repetições phantasiosas. Refere que o «filho de um pedreiro da rua da Ajuda (Lapa?)... movido de ambição... aspirando a exorbitar da esfera em que nascêra, decidiu-se... a escrever, em outubro de 1786 ao celebre Jefferson, dizendo lhe como elle e *outro patricio seu* (?) eram vindos do Brazil para tratarem da independencia».. Declara Varnhagen que Jefferson «respondeu mui pontualmente» e «disse (?) que apenas os Brazileiros por si proprios conquistassem a independencia, *não teria a sua nação duvida* em negociar o provel-os»; etc..

Como diplomata, Varnhagen sabia que, mesmo «guardando as formas que a sua posição official lhe recommendava», Jefferson não podia assim responder de pronto e que tambem Maia não lhe haveria de chofre apresentado uma communicação que exigisse tal resposta. O que consta, dos mesmos documentos citados por Varnhagen (*Rev.*, III, 209), é que Maia lhe pediu indicasse um *meio seguro para communicar o negocio* e que Jefferson lhe respondeu «satisfazendo ao pedido».

Só na segunda carta (21 de novembro) Maia lhe communica o negocio em *seu nome individual*, sem falar em nenhum «outro patricio seu». Finalmente, só na entrevista, realizada em Nîmes em começo de 1787, é que Jefferson se manifestou em termos verdadeiramente diplomaticos. Declarou sua incompetencia para falar *em nome de sua nação* e accrescentou que, falando como individuo, «poderia communicar-lhe que... uma revolução feliz no Brazil não pode deixar de excitar interesse nos Estados Unidos», etc...

Entretanto Varnhagen affirma que Jefferson na entrevista "*tornou* a dizer-lhe que a revolução deveria em todo o caso ser primeiro effectuada pelos proprios Brazileiros, e que depois, uns por desejo de ganho, outros por ambição, não *deixaram de passar a levar-lhes bacalhau* (!), etc., e a ajudal-os».

Este pedacinho textual e incrivel exige uma explicação. Varnhagen quiz variar a narrativa de Norberto e recorreu ao depoimento do coronel Oliveira Lopes. Ahi já encontrára elle a historia de «dous enviados que estavam em Montpellier», e, *portanto, deviam* estar tambem na 1.ª carta de Maia. Agora viu no mesmo depoimento (pag. 48, nota, de Norberto) que Jefferson dissera aos suppostos dous enviados que «sua nação estava prompta a soccorrel-os com naus e gente, pagando-se-lhes os soldos e *obrigando-se a tomar-lhes o bacalhau* e o trigo»...

Ora, si Varnhagen conhecesse «toda a devassa, todos os depoimentos», saberia que este coronel Lopes era um patrannheiro, que *mentia*, mentia «sem razão nenhuma, unicamente por querer mentir» e depois sentenciava descaradamente: «*Quem não mente não é de boa gente*» (*Livro V, app. 9; int. de 13 julho 1791*). O Porta-Estandarte Machado, contando suas basofias, diz que sua alcunha era—*O come os milhos.*

Esta escura amostra de uma nobreza invertida bem podéra servir de fechar esta respiga. Varnhagen, porém, deu-lhe outro fecho menos tristemente *gentilicius*, mas igualmente vulgar e de mau gosto. Tirou-o de um depoimento do dr. Domingos Vidal, primo do triste coronel inveridico

[Triste além do mais. A testemunha Victoriano Velloso declara que ao tempo das prisões, indo pedir emprestado um cavallo ao coronel Lopes, *encontrou-o chorando como uma criança, dizendo que estava perdido.*]

Nos artificios de sua defeza, Vidal trata o collega Maia de «pobre miseravel», «mal trajado que nem uma consideração infundia, por cujo motivo foi desprezado pelo dito ministro, segundo contou a elle testemunha o mesmo José Joaquim de Maia, vendo assim frustradas suas idéas» (NORBERTO, pag. 47, nota e Archivo Publico do Rio, *Livro* I, peça n. 13 e especialmente *Livro* II, *appenso* 2 *bis* e *Livro* VI, *app.* 17).

Vejam agora o fecho, aperfeiçoado por Varnhagen, e dispensem-me o commentario: «Maia não saiu muito satisfeito desta conferencia; e julgou que o illustre enviado tivera em pouco o plano delle improvisado negociador, ao tratal-o,—ao presenciar-lhe a *casca*, segundo a sua expressão» (?)...

3.)

Preciso apressar estas respigas, embora muito haja ainda que restolhar. Logo em seguida se encontra o debatido assumpto da autoria das *Cartas Chilenas*, que Varnhagen «sem duvida, segundo seus definitivos exames,» attribue a Claudio Manuel da Costa. Prescindindo mesmo da affirmação de Teixeira de Mello (*Annaes* da B. N., I, 377), que o faz secretario do *fanfarrão Minezio*, será difficil comprehender que em sua decadencia fosse

Claudio capaz de escrever os verdores de estylo e as vivacidades das *Cartas Chilenas*. Pela *Instrucção* de Martinho de Mello ao Visconde de Barbacena, sabe-se que Gonzaga e seu amigo-poeta, o procurador da fazenda Francisco Bandeira, protegiam na arrematação dos contratos das entradas (1785-1787) o concorrente cap.^{m} Antonio Ferreira da Silva. E isto contra o Governador Luiz da Cunha e Menezes, que tambem abertamente protegia José Pereira Marques (o *Marquezio* das *Cartas*). Tendo vencido o Governador, é natural que os poetas se vingassem literariamente de seu poderoso competidor e escrevessem o satyrico poema. Neste, no canto VIII, se descreve o caso da arrematação, com os mesmos argumentos que na Junta desenvolveram Gonzaga e Bandeira (V. *Rev. do Inst*,.tomo VI e LXIV). Não ligo maior importancia ao caso; mas, de passagem, não me dedigno de apontar esta solução razoavel aos apaixonados na materia. Bandeira podia escrever a *Dorotheu* (Gonzaga), de «ruças becas», e com elle combinar a melhor correcção do poema, pois, eram intimos, de se frequentar diariamente (NORBERTO, pag. 143 e depoimentos varios, em que naturalmente se apoiou).

Depois deste apuramento, Varnhagen, á maneira de Norberto, faz Tiradentes apparecer em scena como principal vulto, pelo seu grande enthusiasmo, pela sua muita expansão e indiscreção e, afinal, até (?) pelo seu martyrio»... Vê-se que da 1.ª á segunda edição não foi só o titulo da secção que baixou de — *Primeira conspiração em favor da Independencia do Brazil*, a — *Idéas e conluios em favor da Independencia em Minas*.

Alèm de outros muitos depoimentos (de todos os induzidos por sua influencia), basta lei o 6.º interrogatorio de Tiradentes, para ver quanto elle era habil e mesmo discreto em sua propaganda. Com esse mesmo interrogatorio e com o de Salvador Gurgel (Livro I, 13, fl. 94) se desfaz uma nota amarga lançada contra Norberto (pag. 1026). Este é arguido de inexacto por «*dizer*-SE» que Gurgel não escreveu «duas linhas recommendando o *Tiradentes*».

Gurgel não deu a Tiradentes nenhuma recommendação, e o procurou especialmente para comprar delle um diccionario francez (donde se induz uma prova para o que já tenho affirmado com outros docs., a respeito da instrucção do nosso heróe). O testemunho de seu amigo bacharel Castro é que Amaral Gurgel, ao saber da prisão de Tiradentes, lhe dissera: — Veja lá em que estado agora me punha, si lhe dou a carta que me pedia! (Livro I, 13; *Archivo do Dist. Fed.*, 1894, n. 7).

Consultei o n. 65 do B. H., II, citado por Varnhagen (pag. 1026), e mais uma vez ficou provado que Varnhagen não conhecia o processo todo, nem mesmo estudára «pausadamente» as peças publicadas. Nestas veria, além do que já citei : 1.º) Que no 6.º interrogatorio Tiradentes declara: «Supposto que o dito Salvador lhe respondeu que lhe daria as ditas cartas, *comtudo* NEM

as deu, NEM *elle respondente lh'as pediu*, NEM *tornou a vel-o»*. 2.°) Que a sentença diz: «consta PELA CONFISSÃO DESTE REU (GURGEL) e do reu *Tiradentes* que lhe NÃO *déra as ditas cartas»*... (V. *Rev.*, tomo VIII e tomo LXIV, na completa e cuidadosa edição de meu erudito amigo H. de Mello). 3 °) Que no B. H. (1867, pag. 8) das razões do advogado consta argumentadamente que Gurgel não deu as referidas cartas.

Depois desta instrucção e depois de saber que a publicação do *B. Historico* é «menos correcta», Varnhagen estaria habilitado a corrigir em o n. 65, no dep. de Gurgel, o trecho que o induziu em erro, em peccado de accusação, e que é o seguinte: «instou o dito alferes que só queria algumas cartas para o Rio; ao que lhe respondeu elle testemunha que alli não tinha conhecimento e só com um tenente do regimento de artilharia, por nome Francisco Manoel da Silva e Mello: mas que então lhe não escrevia; a que acudiu o alferes, dizendo: que era bastante lhe fizesse uma carta do teor seguinte:—que o portador daquella ia á cidade do Rio, a tratar de certa dependencia que o mesmo lhe communicaria; e que supplicava o quizesse dirigir para o seu bom exito; *cuja carta*, BEM *ainda assim lhe deu elle testemunha, e se despediu, não o tornando mais a ver até ao presente*... »

A facilima correcção (para quem soubesse os factos) é ler NEM onde está BEM...

Eis ahi o desserviço que a Varnhagen pessoalmente prestou M. Moraes e que ambos estão civicamente prestando a nós todos.

A' pagina 1025, prosegue Varnhagen na faina de contrariar Norberto, que realmente manejára os documentos originaes, embora suas opiniões cortezãs, suas preoccupações pessoaes o levassem a torcel-os trabalhosamente. Affirma Varnhagen que — «não é *para nós* bem averiguado...se a verdadeira legenda de Alvarenga, por todos preferida, foi a *Libertas quæ sera tamen*, ou a de — *Libertas aut nihil*, que *se attribuiu depois* a Claudio». Ora, neste ponto, como em quantos está desinteressado, é Norberto que tem razão, quando affirma ser de Alvarenga a legenda preferida (*Libertas quæ sera tamen*) e quando *attribue* a Claudio a *Libertas aut nihil*, além de outra (pags. 101, 102, 116. 184).

Provaremos com os docs. este caso, para deixar exuberantemente demonstrado que Varnhagem não consultou os autos do processo e manejou mal os mesmos já publicados depoimentos, em que «advertiu certa contradição». Esta, que resulta apenas do depoimento do padre Carlos de Toledo, é inteiramente dissipada pelo conjunto do processo.

Assim, no 4.° interrogatorio, declara Tiradentes:

O coronel Ignacio de Alvarenga disse «que as armas para as bandeiras da nova Republica deviam ser um Indio desatando as correntes com *uma letra latina*, da qual elle respondente se

não lembra» (Livro V, 1.º dos *Appensos da Dev. do Rio*), app. n. 1; e *Arch. do Dist Fed.*, 1894, n. 5).

Claudio « foi .. perguntado si os confederados tinham já tratado de levantar armas ou bandeira. Respondeu que não havia duvida dizer o coronel Alvarenga, em certa occasião, que se poria uma lettra que dissesse--*Libertas quæ sera tamen*». (*Revista do Instituto*, LIII, 1.ª parte, pag. 161) [1].

Alvarenga, no já citado interrogatorio (14 de jan. de 1790), declarou que foi elle quem lembrou a Claudio e aos mais, como letra da bandeira, «o versinho de Virgilio — *Libertas quæ sera tamen*» — E accrescenta envaidecido «*que elle achou e todos os que estavam presentes (acharam) muito bonita*»—(*Livro* V, app. n. 4; *Arch. do Dist. Fed.*, 1894, n. 11) [2].

A *Sentença* finalmente, apoiando-se nos differentes documentos, declara que foi Alvarenga quem propoz a letra—*Libertas quæ sera tamen*, segundo «confessa o reu a fol. 11, Ap. n.º 4, dizendo que elle (Claudio) e todos que ali estavam presentes achavam a letra bonita» (*Rev.* LXIV, 1.ª parte, pag. 118).

Deste caso, além da correcção a Varnhagen, podemos tirar uma lição contra nossa triste vaidade literaria ou aliteratada. Alvarenga não teve estimulos civicos para vencer os medos da tyrannica justiça temporal; não foi cidadão vero para evitar as delações bajulatorias. Mas foi *autor*, foi *meio-autor* de vaidade satisfeita e capaz então de affrontar tristemente seus implacaveis juizes...

4.)

Daqui podemos facilmente passar ao termo destas resalvas e respigas, quanto a Varnhagen. Desejo mostrar nosso accordo relativamente ao papel de Gonzaga, que «não chegou jamais a associar-se» á conspiração mineira. Esta é minha convicção, á vista da leitura de todas as peças originaes deste monstruoso processo. Sinto apenas que não me possa apoiar inteiramente na autoridade de Varnhagen e precise demonstrar minha these.

---

[1] *Os autos de proguntas* de Claudio Manoel da Costa estavam no *App.* n. 4 do *Livro* II (no Archivo Publico do Rio), como se vê pela certidão a fls. 150 do *Livro* I e pelo termo de entrega nos *Autos crimes* (na Bibliotheca Nacional). Este termo declara que os *autos* tinham oito fls. e duas o appendice (*Auto de corpo de delicto*). *Desappareceu* esse appenso: só restam as edições de Esquiros (Alfredo Moreira Pinto), á pag. 79 do *Processo*, etc., que publicou em 1872, e a do Instituto Historico, em que ha um *confere* do official do Archivo. Já teria apparecido o *Appenso*, como apparecêra a *Sentença*, em mãos antiliberaes? O *B. Historico*, 2.ª série, I, publicou estes autos e é dahi que os reproduziram as edições posteriores.

[2] O *versinho* é tirado da I *Egloga*, vers. 28.

Claudio, que aereamente, amedrontadamente falou em Gonzaga, não merece fé. Seu triste depoimento foi uma ante-scena do suicidio, que effectivamente se lhe seguiu. Dahi só indicios a completar poderiam ser tirados: como prova inteira, é sem valor, pois argúe uma excitação, uma debilidade e temor de pessoa imbelle, caduca ou dementada.

O padre Carlos Toledo, que muito falou na cumplicidade inteira de Gonzaga, declarou depois que o fez como artificio de propaganda, para induzir os pequenos com o nome de um grande. Disso amargamente se arrependeu e se retratou em forma. Não teve só «escrupulos disso», como diz Varnhagen (pag. 1021). Mostra-se arrependido no 2.° interrogatorio (fls. 70 do app. 5, *Livro* V); e no 3.° accrescenta que *pede a Gonzaga e a Deus que o perdôe por esse mal.* Seu irmão, o sargento-mór Luiz Vaz *(App.* 11, *Livro* V), que repetira o artificio, declarou que o padre Carlos lhe dissera depois que lhe pezava «ter dito que o Desembargador Gonzaga entrára no levante, mettendo-o nisso, sem que o dito desembargador entrasse nas idéas da sublevação e motim».

Alvarenga em seu indigno depoimento, alargando desmedidamente, inutilmente a delação, nomeia Gonzaga na reunião da casa do tenente-coronel Andrade. E depois entre duvidas, sobre ser na de Gonzaga ou na de Claudio, declara que na casa daquelle é que se realizou a conferencia sobre as *bandeiras*. [O padre Carlos diz que foi na de Claudio, e dahi o confundir o lemma, a *letra* deste com a de Alvarenga *(Arch.* do *Dist. Fed.* 1894, pag. 498].

O tenente-coronel Andrade declara repetidamente que Gonzaga não assistira ás reuniões, que não entrára na sublevação, «nem elle lhe mandou falar nada», como fizera crer Alvarenga em seu depoimento. Acareado com Alvarenga, este entrou em duvida sobre sua affirmação a respeito, «não estando certo si era de Gonzaga que falou o acareado Francisco de Paula» *(Livro* V, app. 6). O padre Rolim, aquelle que o Heróe *achára com mais calor*, depôe que, passando por casa de Francisco de Paula, viu luz e «entrou a tempo que achou o dito tenente-coronel Francisco de Paula, o Vigario de S. José Carlos Correa de Toledo, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier e depois entrou José Alvares Maciel e a poucos passos se entrou a falar na derrama e se mandou chamar o Coronel Ignacio José de Alvarenga, o qual veiu e entre todos se entrou a falar na materia da sublevação e motim» (1). «Assevera» que Gonzaga não assistiu á reunião e que

---

(1) Foi chamado por um bilhete do padre Carlos. O celebre bilhete foi achado entre os papeis de Alvarenga e foi junto aos autos. Está no *Livro* I, n. 11 *(Auto de exame e separação de papeis)* ou grupo 11, conforme pareceu-me e assim o classifiquei no recenseio que fiz em 1892. Este bilhete, escrito em um quarto de papel de linho, é concebido nestes termos: «Alvarenga. Estamos juntos e venha

duvidava que elle entrasse na conjuração; embora disso lhe falasse Tiradentes (*Livro* VI, appens. n. 13).

Só nos resta, pois, este supposto dito de Tiradentes. Outros ditos quaesquer se derivam directa ou indirectamente dos depoimentos referidos, que, ou confutados ou accordados, assentam que Gonzaga nem assistiu a reunião alguma, nem participou do levante. Dissipada esta duvida, terei summariamente feito a maior, a mais essencial resalva a Norberto, que baldadamente se esforçou por alcandorar Gonzaga em supremo chefe da Conjuração. Com elle secundariamente ficam resalvados quantos erigem Gonzaga em corypheu de nossa nacionalidade, em guião do civismo brazileiro. Gonzaga tem seu posto lyrico

---

Vm.ce já, etc. Am.º Toledo». Norberto (110-111) não só erra, lendo «em meia folha de papel almaço» um «você», em vez de «Vm.ce», mas ainda torce aqui horrivelmente os docs. Já o Alvarenga dissera que o bilhete rezava que chegasse lá si queria rir um pouco. . . Comparem estas affirmações com o que acima está provado: 1.ª) «O tenente coronel. . mandou avisar pelo coronel Alvarenga o Vigario... e o Dezembargador Gonzaga». 2.ª) «*E' de crer* que outros, como Claudio .. receberam o mesmo convite; mas não compareceram». 3.ª) Gonzaga «ou não assistiu ou fel-o muito tarde, talvez (?) pelo desgosto (!) que lhe causava *a figura pouco sympathica* do Tiradentes, e que era além disso seu inimigo» (Eis porque *a figura do Tiradentes devia ser repellente)*. 4.ª) Como o Vigario Toledo declara «que a unica vez que vira Gonzaga em casa de F. de Paula, *elle subia* e *Gonzaga* descia»,—logo á pag. 120 Norberto phantasia uma reunião patriotica em que—«acabava Gonzaga de entrar, subindo a escada, *quando ainda o Vigario de S. José descia* (!)». Nessa reunião hypothetica era natural que em seu hypothetico estro civico encontrasse «Alvarenga o modo de tocar as cordas do patriotismo dos corações daquelles que ali concorriam», como affirma Norberto. E continúa nesse teor a invenção com manifestações patrioticas, para colorir a hypothese de uma republica, nascida no Capit. III, em casa de Gonzaga. Tenho um exemplar da *Conjuração*, adquirido no Rio, e que devia ter pertencido ao mesmo Norberto. Traz esta nota: «Este não o dou a ninguem, e está emendado para nova edição. *J. Norberto de S. S.*» As emendas são de pouca monta: são antes limaduras nos pontos em que Gonzaga devia estar em scena, á custa de estylo e com detrimento da verdade historica. Vem appensa uma interessantissima carta de Araujo Porto Alegre. Dal-a-ei depois, junto com novas notas e novos docs., que não posso agora coordenar, no meio de multiplas occupações escolares (10br.º de 1907) Devo advertir que nas *Obras* de Alvarenga, pag. 38, o «Vmce» está «Vm.», o que pode caracterizar a progressão com que Norberto ia alterando os docs, para chegar a seus fins.

de mavioso poeta e tem tudo a ganhar em se não envolver nas contendas civicas, para as quaes não foi adaptada sua envergadura. Cantemos suas *lyricas*, eliminando os tristes desmaios com que adulou seus algozes, com que espezinhou o Heróe; e deixemol-o a purificar-se no doloroso martyrio de um casamento desigual, em que muito soffreu E' o que diz o Conselheiro Rezende, um dos envolvidos na conspiração (*Rev. do Inst.*, tomo VIII.)

Eis aqui o testemunho do Heróe, numa das elevações de seu coração magnanimo:

« E quanto ao Desembargador Thomaz Antonio Gonzaga, sobre o qual lhe *têm sido feitas tantas instancias*, declara que absolutamente não sabe que elle fosse entrado, e nunca elle respondente lhe falou em tal, pelo temer; e lhe parece que elle não era entrado em razão de ver, como já disse (1), que quando elle entrou em casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, na occasião em que se tinha estado a falar nesta materia, todos se calaram, e a elle não se contou cousa alguma (Quando Alvarenga chegou, acudindo ao chamado do padre Carlos, «foi-lhe recontada toda a conversação», disse Tiradentes na 2.ª parte deste interrogatorio); e que elle respondente não tem razão nenhuma de o favorecer, porque sabe que o dito Desembargador era seu inimigo, por uma queixa que o respondente fez delle ao Illmo. e Exmo. General Luiz da Cunha: não obstante o que, elle respondente confessa que todos o acclamavam por bom Ministro, e elle mesmo respondente assim o diz e assim o disse varias vezes, até ao seu successor» (*Livro* V, ap. 1 (*Livro* I da *Div. de Minas*); Esquiros, *Processo* 1872, pag. 33-34; *Arch. do Dist. Fed.*, 1894, n. 5, pag. 235).

Veremos logo as causas que influiram na injusta condemnação de Gonzaga. Assim acabaremos de vez com esta intromissão perturbadora das preferencias literarias, pessoaes nos apuramentos historicos.

De todos os interrogatorios veridicos só consta o seguinte, no App. n. 8, *Livro* V:

---

(1) No fim da reunião notavel, em que Alvarenga foi chamado pelo bilhete do padre Carlos. Tiradentes refere-se a esse bilhete em termos exactos. Foi dessa reunião que o padre Carlos sahiu mais cedo, por ter entrado o capitão Maximiliano de Oliveira Leite e ter-se parado a conversa. Então é que se encontrou na escada com Thomaz Gonzaga, que entrava. Este ahi foi a «conversar em humanidades», a ouvir ao coronel Alvarenga «umas oitavas feitas ao baptizado de um filho do exmo. sr. d.Rodrigo», a «examinar alguns livros do tenente-cronel Andrade, entre os quaes se achava um que contava ao sapateiro Bandarra entre os primeiros poetas portuguezes». Veremos adeante a importancia desta reunião. (*Archivo do Dist. Fed.*, 1894, 497-498; *Obras* de Gonzaga, I, 142, 143 e 144)

A novas e apertadas instancias dos juizes sobre Gonzaga, confirma o conego Vieira que, perguntando a Alvarenga (e porque não a Gonzaga, si este era conjurado?) sobre um intentado levante, Gonzaga ouvindo, disse:

—*A occasião para isso perdeu-se.*

Na ultima parte desta respiga, veremos que esta é a só culpa de que Gonzaga, por fim, não quiz mais defender-se. E isto depois de haver dito que sua phrase era *politicamente* explicavel, sabendo-se que a occasião de uma derrama é a mais propicia para um levante.

Eis a culpa unica, o só facto subsistente, que erige Gonzaga em *Chefe* da *Conspiração mineira*!

Acabemos, pois, com este mytho: não ha para o levantar uma só prova resistente. E para assentar o primado de nosso Heróe, ha todas as provas, todas,—desde as mais simples conversas expansivas, até ao final martyrio, até à canonização que a mesma tradição popular tem consagrado.

5.)

Deixando á pag. 1035 as *reflexões* finaes de Varnhagen, com suas inferencias e pareneses duvidosas, voltemo-nos especialmente para Norberto, afim de terminar estas respigas.

O caso de Norberto é o de um peccado consciente. em que não entra «birra literaria» ou «melindre profissional». Depois de ter sido um «enthusiasta do Tiradentes», desgostou-se de sua religiosidade, de seu «mysticismo», que o fez morrer com o «credo santo nos labios», em vez de *soltar «o brado da mallograda revolta»*. Queria-o «como esses martyres pernambucanos de 1817 e 1824 » (*Revista* XLIV, I parte, pag. 131 e 132). Num monarchista e num «historiador» é incomprehensivel essa queda pelos heróes republicanos, pelos heróes feitos de encommenda, á nossa vontade. O historiador ha de coordenar os factos, ha de expôl-os systematicamente como são e não como os quer, como os conjectura. E' em relação ao tempo e ao theatro dos acontecimentos que deve construir o quadro, a historia caracteristica.

«Poeta e romancista», Norberto seguiu suas impressões, seus gostos: enthusiasmou-se por Gonzaga, tratou de escarnar os defeitos de Tiradentes e buscou descobrir virtudes em seus contrarios.

Sem duvida foi Gonzaga o mais talentoso, o mais argumentador de todos os letrados envolvidos no projectado levante. Os quatro interrogatorios de Gonzaga são um apontoado inteiriço de fortes, juridicos argumentos, em que os juizes não levam a melhor: nem uma só vez deixou sem resposta suas apertadas instancias. Num ultimo e desanimado esforço, os juizes, no fim do 4.° interrogatorio, a 4 de agosto de 1791, em acareação cruel, arremessaram contra o réu o frio delator Alvarenga e o meio rispido, illustrado conego Vieira. Escancarou-se a casa de

Claudio e expoz-se Gonzaga numa esteira, a contorcer-se de colica biliosa e, segundo os juizes, *obrigado* a ouvir sediciosas praticas. Foi então que o poeta, declarando ao Alvarenga não se lembrar de semelhantes praticas, ouviu a insistencia que este lhe oppoz com um luxo de tristes minucias. E foi tambem então que se calou finalmente, engulhado ante scena tão miseranda. (*Obras* I, 158-159).

A argumentação de Gonzaga, reforçada em suas *Razões* de embargos, naturalmente provocou certa emulação nos juizes, desembargadores como elle e que não lhe queriam ficar somenos (Norberto, 333). Na cultura, na educação literario-juridica as faculdades moraes, não tendo um forte lastro de bondade, perdem facilmente o equilibrio, cedendo a presidencia a uma perniciosa vaidade, que não respeita amigos, nem interesses nobres. E' o balão de que fala Voltaire : um alfinete o punja e logo sopra os fumos, os ventos que tudo ennegrecem, que menoscabam tudo...

Dahi as aperturas hostis em que os juizes puzeram o talentoso desembargador; dahi o amontoamento de vagos indicios, de provas dialecticas, ontologicas, presumptivas, com que injustamente o condemnaram. E' o que diz a *Sentença:* «supposto que todos os mais réus *sustentem com firmeza* que NUNCA este réu *assistira nem entrára em algum dos ditos abominaveis conventiculos*, COMTUDO não póde o réu considerar-se livre da culpa pelos *fortes indicios* que contra elle resultam»... E o relator argumenta : como «algumas vezes poderia falar ou ter ouvido falar hypotheticamente sobre o levante» ; como «o animo com que se proferem as palavras é occulto aos homens» ; como «é *inaveriguavel*» saber si o réu falava hypotheticamente... — concluem os juizes *averiguando* os indicios em desfavor de Gonzaga e condemnando-o a degredo perpetuo, reduzido, pela clemencia real, a dez annos de desterro para a praça de Moçambique (*Rev.* LXIV, 1.ª p.).

Mas os argumentos de Gonzaga não eram generosos como os de Tiradentes, que no 10.º interrogatorio, para salvar o capitão Maximiliano, argumenta que houve equivocação com elle proprio. Tiradentes declarou que fôra elle quem entrára, quando, suppondo-se que era o capitão e parando-se a conversa, o tenente-coronel Andrade interveiu, assegurando que «aquelle era dos nossos» (Dep. do padre Carlos, *Arch. do Dist. Federal*, 1894, 497). Um mixtiforio, com que em 21 de abril de 1899 se enganou a boa fé do *J. do Commercio*,—ainda repete este facto como verdadeiro, como prova contra o Tiradentes, *de quem desconfiavam os conspiradores authenticos* (!). Felizmente essa vaidosa tentativa de resurgir Norberto passou despercebida e carece de importancia para merecer refutação.

A generosidade de Tiradentes neste passo é muito clara. Como sabemos pelo interrogatorio de Gonzaga e do padre Carlos, era exacto que o capitão Maximiliano entrára nas circumstancias narradas e que a conversa continuára sediciosamente, após a sahi-

da do padre Carlos, que na escada se encontrou com Th. Gonzaga. E foi ao entrar este que o concialiabulo realmente cessou, porque o novo personagem não era iniciado (V. *Archivo do Dist. Fed.*, 1894, pags. 235, 497-498; *Obras*. de GONZAGA, I, pags. 142, 143, 144, 147, 149, 150, 155 e 156).

Gonzaga era como os demais poetas de seu *outeiro*, — era um amortecido civicamente. Insultava o Heróe generoso, que o defendia, nos mesmos correctos versos com que adulava Barbacena. Argumentava para si com as mesmas razões que feriam seus companheiros, a quem juridicamente ia prefigurando como *réus que disfarçavam em sua presença*. Dominava-o essa mortecor dos literatos absorvidos na cultura da fórma, ás vezes incorrecta, insignificante, pouca esthetica, e fóra do mundo real, que *vae correndo* para gaudio, *para alimento* de suas personalidades.

O conego Vieira, mesmo com sophismas defensivos, foi o unico dos letrados que se manifestou á altura do seculo, das preoccupações politicas, historicas e literarias de seu tempo. Visivelmente o attestam sua escolhida bibliotheca, seus de poimentos e a notoriedade de seus sermões (1).

Os mais viviam nessa «apagada e vil tristeza» dos cantadores de anniversarios, de pastoras varias,—Dalianas, Nizes ou Marilias—, dos contadores de

Pedrinhas no fundo do ribeiro,

á guisa dos «versejadores nacionaes», de que nos fala José Bonifacio (*Poesias*, Bordéos, 1825). Dahi só um estimulo de autoridade, de orgulho ou de interesse contrariado é que os fazia sahir com mordacidades jaculatorias, as menos elevadas e nem sempre meritorias manifestações do genio poetico. Claudio, impregnado do *arcadismo* romano, talvez podendo brilhar em primeira plana, era um combalido, um decadente. Alvarenga entresachava bellas oitavas em um estirado canto... genethliaco; limava sonetos, odes a magnatas e jogava, empenhando suas baixellas. Os interrogatorios de Alvarenga, de Claudio e mesmo os de Gonzaga, com sua aguda viveza de jurisconsulto innocente, não argúem cultura geral, grande literatura e muito menos denotam ideaes humanos, preoccupações sociaes, a competir com o illustrado conego Vieira. Alvarenga lia pelos livros do tenente-coronel An-

---

(1) Não é exacto que a livraria de Claudio, com 388 volumes, fosse «a maior das particulares que se conheciam no vice-reino», como diz Norberto (pag. 62). Era maior a do conego Vieira, com 580 volumes variadissimos, em diversas linguas, e sobre sciencias, artes, literatura, desde os classicos latinos até ás obras de Voltaire; desde a historia classica até ás obras sobre a revolução dos Estados Unidos do Norte. [V. *Rev.* LXIV, 1.ª parte].

drade, preoccupando-se com modestas *humanidades*, com Virgilio, com o posto do *sapateiro Bandarra entre os primeiros poetas portuguezes*. (*Problema literario* tão insignificante mereceu a Gonzaga uma especial menção no interrogatorio segundo. Não devia ser muito abundante a messe do seus campos literarios...) Claudio, habituado á morna confabulação dos outeiristas, com a innocente «communicação de seus versos» ou das novidades occorrentes, foi lastimoso e descaridade seria insistir em seu deploravel interrogatorio....

Entretanto é com a chefia... literaria de Gonzaga, é com a delatoria collaboração de Alvarenga, é com o viciado interrogatorio de Claudio [como os juizes explicitamente o reconhecem (*Rev. cit.*, pag. 125)]; é com estes indicios que Norberto vae architectando a phantasiosa, hypothetica republica dos conspiradores-poetas. Para isso, longos annos teve os documentos em mãos. Extractou-os, resumiu-os, encurtou-os, extendeu-os, polindo os e esclarecendo-os em pontos varios com a meia luz de um pallido, incoherente romantismo historico. Poudera ser o magno creador, o Thucydides vero da historia deste movimento e foi apenas seu deturpador romantico, seu interesseiro julgador, com o preconcebido escopo de erigir Gonzaga em supremo chefe da conspiração. Nutante, contraditorio, nem esse fim de encommenda logrou attingir...

Não o posso acompanhar, a corrigir todos os erros, todas as invenções com que delineia *sua* conjuração em torno de Gonzaga e de Claudio, como «primeiros chefes da conspiração». Por mais esforços que envidasse, ninguem viu, ninguem póde ver em suas deliquescentes paginas a mais tenue demonstração de sua these. A cada passo Norberto é obrigado a forjar «mysterios», a referir-se a uns «conjurados» em geral; a estatuir:—«é de crer», «correu», «propalou-se», «sabe-se»... E por fim. exgottado com tam falsidicos esforços, declara (pag. 65): «Ha idéas que não têm autores... São muitas cabeças em um só corpo»...

Assim, nessa «mysteriosa incubação», já «existia o levante», quando Tiradentes o veiu transtornar com sua «jactancia», indiscreção e «loucos projectos». Era «um homem do povo», sem importancia e responsabilidade, que se iniciava, por intermedio de Maciel (!), «nos mysterios de uma conjuração, que desde muito tempo se tramava em Villa Rica (?) (pag 88).. E assim Norberto amontôa, dispõe, enfileira seus titeres para fazer uma conjuração de encommenda.

As contradicções pullulam a cada passo, e a cada passo os enxertos narrativos são forjados com phrases, episodios, intrigas, ás vezes negadas finalmente pelos proprios autores...

Seria penosissimo respigar e resalvar mais do que já fiz em meus escritos de 1892, mais do que acabei de fazer. Baste mostrar rapidamente a importancia pessoal de nosso Heróe.

Tiradentes, minerador experimentado, pratico nas canalizações e captações de aguas, necessarias a suas lavras, foi natu-

ralmente levado a se fazer grande industrial e a emprehender no Rio trabalhos identicos, em mais alargada escala. A hydraulica de seu tempo, sem inuteis, suppositicios calculos, praticamente não lhe podia ser extranha.

Sabe-se demais, pelo sequestro de seus bens, de suas alfaias que estava longe de ser um homem de frequentação ordinaria, de costumes grosseiros.

Assim como hoje, com os progressos de nosso tempo, haveria de hombrear com os hydraulicos reputados, tambem seu porte e seu vestuario o fariam recebido em nossos mais elegantes salões. Darei ainda a lista de suas farpellas *espiguilhadas*, de suas vestes guarnecidas, recamadas; e dir-me-ão depois os leitores si muitos abastados de hoje, muitos elegantes nossos estarão *mutatis mutandis* á altura do intemerato e luzido alferes de 1788.

Tem-se julgado Tiradentes á fé de nossos preconceitos, de nossas preoccupações anti-sociaes. Não se imagina que naquelle tempo era muito um alferes e alferes queixoso de já não ser capitão, a que tinha incontestaveis direitos. Além disso, como demonstrarei com docs., era elle encarregado dos fornecimentos á tropa e muitas vezes com o risco de aligeirar seu bolsinho, em proveito de Fazenda Real, ou de comprometter suas *roças*, suas *sesmarias* (que as possuia, conforme se vê dos *sequestros*). Não se cura de saber que então o trajar era mais distinctivo pessoal do que o é hoje, no democratismo inconsistente dos que se affeitam com o fim de apparentar o que não podem ser A Metropole ainda prescrevia *leis sumptuarias*, que regulavam até o trajo das differentes classes sociaes. E' conhecida a *lei pragmatica* de 24 de Maio de 1749, composta de 31 capitulos, em que se dispõe quanto «inviolavelmente deverá praticar-se» a respeito do vestuario, das alfaias «e outras despesas e usos que convem moderar ou reformar» (Vide *Archivo do Distr. Fed.*, 1894, n. 5 e n. 6.)

* * *

Joaquim Norberto teve em mãos todos os documentos que lhe permittiriam exalçar dignamente o *seu* Heróe. E digo *seu* porque em 1882, nove annos após a edição de seu livro, ainda concorreu para a *Commemoração annual* do Club Tiradentes, enviando-lhe seu canto epico—*A Cabeça do Martyr*. Está cheio de reminiscencias classicas e romanticas, de expressões alheias, mas é um *canto* bem entoado e feito segundo um certo ar *garrettiano*, segundo o tom do *Evangelho nas selvas*. Pena é que certa frieza literaria lhe perpasse pelo todo em longos, romanticos monologos e vá descahir na malicia final...

E' a mesma pena que sinto por não poder consagrar-lhe uma gratidão mais inteira, pelo bem que nos fez, conservando no Archivo Nacional os documentos que iam sendo dilapidados... Graças a Norberto, a despeito de todas as reservas, pude guiar-

me com mais segurança na pesquiza dos documentos originaes. Suas numerosas citações, mesmo desviadas da verdadeira mira, foram caminho trilhado para chegar depressa a meu objectivo... Sinto que o não possa melhor associar ao bom e illustre conselheiro Joaquim Portella, que no Archivo Publico espontaneamente me franqueou os sete preciosos volumes (o 7.° em formação), que constituem a fonte da grandeza de Tiradentes...

Mesmo com todas as resalvas, é mister que façamos justiça aos laboriosos, aos ardentes investigadores como Varnhagen e Norberto. Aproveitemos seus materiaes e evitemos seus processos de coordenação.

5.º

VENDEK É JOSÉ JOAQUIM DA MAIA

(*Prodromos da Conspiração mineira*)

FONTES: 1.)—*Revista do Instituto Historico*, do Rio, *III*, 209; VIII (2.ª ed.), 309; XLVII, I parte, 123; LVI, II parte, 116.

2.)—*Revista Popular*, X, abril de 1861, pag. 65-74.

3.)—J. NORBERTO, *Conjuração mineira*, 1873, pag. 39-50 e 343.

4.)—J. C. RODRIGUES, *Bibl. Braziliense*, pag. 59 e 61.

5.)—ARCHIVO PUBLICO NACIONAL (Rio), *Livro* I, *Dev. de Minas*, n. 13 (Inquirição de 63 testemunhas): *Livro* II, (*Appensos á Dev. de Minas*), app. n. 2 *bis*; *Livro* IV, n. 7 (*Dev. do Rio* continuada em Minas) e n. 13 (*Declaração* dos presos existentes, etc.); *Livro* VI (2.º dos *Appensos á Dev. do Rio*), app. n. 17.

Em artigo do *Jornal do Commercio*, transcrito em 1884, no tomo 47 da *Rev. do Inst. Hist. do Rio*, publicaram-se cartas de um *Vendek*, brazileiro que em 1786-1787 escrevia de Montpellier a Jefferson, que então se achava em Paris (1). Essas cartas existem na Bibliotheca da Secretaria dos Negocios Extrangeiros em Washington. O dr. Filippe Lopes Netto dellas tirou cópias authenticas e as photographou: as photographias estão actualmente no Archivo do *Instituto Historico* do Rio. São escritas em francez incorrecto e estão acompanhadas de uma carta de Jefferson, em francez igualmente defeituoso (*Rev.* tomo 56). O erudito dr. José C. Rodrigues, em seu precioso *Catalogo* (*Bibliotheca Braziliense*), pag. 59, publica o original dessa carta, datada de 26 de setembro de 1786, em que Jefferson annuncía a Vendek sua proxima viagem a Montpellier, ou a «sua vizinhança».

Em nenhuma dessas repetidas publicações apparece o nome de José Joaquim da Maia, e nem por suspeita a elle vagamente se allude. Ao contrario, na *Rev.*, tomo 47, pag. 124 da I parte, se diz que «o conselheiro Lopes Neto escreveu para Montpellier com o fim de averiguar si em 1786 e 1787 havia na escola de medicina algum estudante de nome Vendek». «Alli nada consta»,

(1) JEFFERSON, um dos grandes fautores da Republica Norte-Americana e depois seu terceiro presidente, era então na França o representante de seu paiz.

accrescenta o redactor do artigo, «e o que me parece provavel é que Vendek fosse nome supposto, pois que o autor das cartas recommendava a Jefferson que mandasse resposta ao sr. Vigarons».

Este Mr. Vigarons era «Conseiller du Roy et professeur en médicine à l'Université de Montpellier», conforme diz Vendek em sua primeira carta. Deve ser VIGAROUS, reputado medico de Montpellier,—conforme demonstraremos no fim desta nota.

A não ser uma confusa approximação, que em abril de 1899 fez no *J. do Commercio* o autor de um laborioso mixtiforio ahi publicado,—este pequeno problema historico tem apparecido como irresoluto até mesmo no recentissimo e erudito catalogo do dr. J. C. Rodrigues. Entretanto, a identificação de Joaquim Norberto, publicada em 1861 na *Rev. Pop.*, dá-nos a solução inteira do pretenso problema. A elle é que, no fundo, cabe o merito deste achamento.

Basta para isso notar que a identificação de Joaquim Norberto se refere a um estudante de Montpellier, que ahi estava por 1786 e que Vendek, visivelmente, se dá como tal, pois, está em confiança intima com um notavel medico ou cirurgião, «professor da Universidade de Montpellier».

E' o que mais claramente veremos nesta nova e especial identificação, em que exporemos: 1.°) tudo quanto se refere ao Vendek de Jefferson; 2.°) tudo quanto se apurou nas *Devassas da Inconfidencia mineira*, relativamente ao estudante de Montpellier, José Joaquim da Maia. A citação das fontes na epigraphe desta nota nos dispensa de interromper a exposição com multiplicadas referencias aos documentos comprobatorios.

1.°

A 2 de outubro de 1786, Vendek escreve de Montpellier a Jefferson, dizendo-lhe que «tem um assumpto da maior importancia para communicar-lhe». Não podendo ir a Pariz, por motivo de doença, pede «que lhe diga si com segurança póde communical-o por carta», e que «dirija a resposta à *Mr. Vigarons (Vigarous), Conseiller du Roy et Professeur en médicine à l'Université de Montpellier*».

Conforme se vê de sua carta a John Jay (Marselha, 4 de maio de 1787), Jefferson respondeu-lhe indicando «o meio de levar avante seu intento com segurança».

A 21 de novembro de 1786, escreve-lhe Vendek a importante carta, que em sua correspondencia Jefferson transcreve *ipsis verbis*, omittindo a assignatura de seu correspondente. Dessa carta de Vendek se vê que Jefferson lhe respondêra a 16 de outubro, mas só com atrazo foi sua carta recebida. E' então que Vendek se declara brazileiro e enviado á França, a fim de conseguir do representante da America Ingleza o auxilio de que

necessitava o Brazil para sua independencia. Declara-se «habilitado a lhe dar todas as informações que elle julgar necessarias, no caso de querer consultar sua nação». Trata-se, como se vê, de um só enviado e a carta é muito explicita a esse respeito. Na primeira nenhuma informação deu e nesta limitou-se a caracterizar o fim de sua missão. Tudo isto corrige as erroneas affirmações de Varnhagen, conforme o que ficou dito em o n. 4.°

Jefferson não lhe deu nenhuma resposta circumstanciada e indiscreta, como expõe Varnhagem. A 26 de dezembro de 1786, em uma cartinha, escreve que «retardára a resposta a sua carta da 21 de novembro, porque a todo momento esperava fazer uma viagem ás provincias meridionaes da França». Apezar de não haver ainda decidido o momento da viagem,—diz Jefferson textualmente,—«j'aurais sûrement l'honneur de vous en faire part, et de *demander un rendez-vous ou à Montpellier ou en sa (sic) voisinage*».

Jefferson, com effeito, então ou logo depois escreveu finalmente a Vendek, dizendo-lhe que iria á Aix e que, sob pretexto de ver as antiguidades de Nîmes, se desviaria de seu caminho até esta cidade e propunha que Vendek ahi viesse encontral-o.

A 5 de janeiro de 1787, escreveu-lhe Vendek, accusando a recepção dessa noticia: pergunta-lhe pelo dia de sua chegada a Nîmes e lugar de seu alojamento. Prontifica-se a ir vel-o a Nîmes ou a qualquer outro lugar que lhe seja mais commodo.

Jefferson, em sua correspondencia (Marselha, 4 de maio de 1787), declara que Vendek veiu e resume as informações que deu, conforme se pode ler nas *Revs.* citadas (tomo III, pag. 210; tomo XLVII, I parte, pag. 127). Nesse resumo diz Jefferson que seu interlocutor é «*natural do Rio de Janeiro*, a presente metropole, *onde elle mora*». Jefferson declara tambem especialmente: «A todo o tempo os Brazileiros hão de precisar que lhes forneçamos embarcações, trigo e peixe salgado. Este peixe é um grande artigo, que recebem actualmente de Portugal». Como em sua carta de 21 de novembro Vendek se mostrava receoso da intervenção da Hespanha, «que não deixaria de se unir a Portugal»,—Jefferson na entrevista fez ver que «uma tentativa ou empreza da Hespanha não era para recear-se ou nada teria de formidavel» (tomo III, 212 e XLVII, 129). Estes pontos devem ser particularmente assignalados, como importantes para a identificação de Vendek com José Joaquim da Maia.

Já disse que Jefferson nada prometteu a seu informante. Convem ainda assignalar, para a identificação referida, que Jefferson, apezar de todas as cautelas diplomaticas, declarou «que a revolução bem succedida no Brazil não podia deixar de interessar aos Estados Unidos e attrahir um certo numero de individuos em seu auxilio, officiaes nossos, em cujo numero não faltavam excellentes militares». Mas então os Estados Unidos «desejavam

cultivar a amizade de Portugal, com quem entretinham um commercio vantajoso».

A respeito do «assumpto de maior importancia», a que se referiu Vendek em sua carta de 2 de Outubro de 1786, esta foi a *unica* resposta, e *verbal*, que Jefferson lhe deu. Entretanto, lendo-se Varnhagen, acha-se tudo isto confundido, accrescentado e duplicado (V. pags. 1016 e 1017).

Jefferson não se despreoccupou do Brazil e vemos que se tinha favoravelmente impressionado com a entrevista, com as informações de Vendek. Em 12 de março de 1789, em 11 de abril de 1791, em 14 de maio de 1817 e 4 de agosto de 1820 se mostra mui benevolamente preoccupado com «seus irmãos do sul» e especialmente com o Brazil, que elle considéra, em 1817, «mais populoso, mais rico, mais forte e tão instruido como a mãe patria».

Vejamos agora quem era Vendek.

2.°

Quando, em 1841, no tomo III da *Revista* se publicaram os extractos da correspondencia de Jefferson, o *Instituto Historico* já tinha em seus archivos os documentos para saber quem era o informante do illustre estadista. Infelizmente a descoordenação lamentavel que reina em nossos documentos historicos e em sua publicação, faz de nossa historiographia uma congérie immane, que aturde, que desconcerta os mais habeis de seus cultores.

Em 1839, dous conjurados sobreviventes, o conselheiro José de Rezende Costa e o conego Manoel Rodrigues da Costa, membros honorarios do *Instituto*, enviaram a este uma exposição e informações a respeito da conspiração mineira. Só em 1846, no tomo VIII, foram insertas as notas do conselheiro Rezende e até hoje não foram publicadas as informações do conego Costa, de quem já tenho falado pelas noticias que forneceu ao conego Brito, de Sapucaia. No tomo LXIV, parte I, 104 e 105, meu erudito amigo, o Barão Homem de Mello, fez especiaes referencias a esse doc. e lastíma que tivesse havido «a infeliz idéa» de supprimir sua publicação.

No tomo VIII (2.ª edição), pag. 309, o conselheiro Rezende informa (16 de novembro de 1839):

«O dr. Domingos Vidal formou-se em França na faculdade de medicina (de Bordeus?) e *igualmente José Joaquim da Maia, natural do Rio de Janeiro, que alli (?) falleceu, antes do regresso a seu paiz*: e como este asseverava *ter sido encarregado nesta cidade e tratava (de tratar?) com o ministro dos Estados Unidos da America em Paris, para a cooperação da independencia premeditada, e obtivera uma resposta favoravel*, Vidal foi muito inquirido a este respeito».

Vidal foi deportado para a ilha Sant'Iago de Cabo Verde, onde chegou em janeiro de 1793, e ahi morreu oito mezes depois, no Convento S. Francisco da Ribeira Grande. Segundo o conselheiro Rezende, que fôra desterrado para a mesma ilha, até aos ultimos momentos esperava de Lisboa o habito da ordem de Christo e a tença de 200$000, «talvez o premio com que o alliciavam para colher esclarecimentos sobre a revolução». De sua fraqueza de animo veremos outras provas logo em seguida. Assim poderemos confirmar o testemunho do conselheiro Rezende, que, «em sua avançada idade de 74 annos e alguns mezes», se lembrava dos fracos de Vidal e facilmente esquecia as fraquezas do mancebo que em 1789 se rebaixára com seu pae em uma denuncia deploravel. A nós, em vista de seu exemplar comportamento de filho amoravel, cabe excusar taes debilidades, sem as esquecer para prevenir os vindouros contra as suggestões vis do egoismo irrefreado. Não vou até á facilidade com que Norberto accusa Rezende Costa de odio a Vidal, só porque lhe descobre essas fraquezas mui ajustadas a seu caracter. O sr. Norberto, com suas bem proprias razões, admitte muito que se desnaturem episodios por má vontade pessoal.

Na *Devassa de Minas (Livro* I, n. 13 de meu recenseio) a fls. 97 v. vem o depoimento de Domingos Vidal. Ahi narra (?) o caso do estudante de Montpellier e o plano da conspiração, conforme o que soube de seu primo, o coronel Francisco Antonio. O Tiradentes mataria o Governador e, trazendo a cabeça, diria:—Este era o que nos governava; de hoje em deante—*Viva a Republica!* Depois faria uma oração. A senha era—*tal dia é o baptizado....* A' vista, porém de seu tartamudear, propoz-se a escrever carta-denuncia. Vem essa carta no *Livro* III, *app.* 24. E' datada de 9 de julho de 1789, e assim começa (textualmente): «Além do que communiquei aos Menistros, que ontem me inquiriram a respeito do sucesso que relatey acontecido em Montpellier.»... E passa a dar mais assentadamente o plano do levante. Termina declarando que não *denunciou isto ha mais tempo* «por não dar importancia aos sujeitos e ao facto e por não saber a ley que a isso o obrigava (visto ser medico)». Na *Devassa do Rio (Livro* IV, fol. 88) diz que «por esta denuncia e a mais franqueza dos depoimentos», espera o Perdão de S. M.ª, pela ignorancia da lei». Vemos que Vidal queria ter o vezo de não dar importancia aos mais; donde resultava não se dar tambem sufficiente e digna importancia.

Um referimento de seu primo fez que o interrogassem na *Dev. do Rio* e em um summario, ordenado a 30 de junho de 1789, por uma portaria especial, em que o Visconde de Barbacena assim declara: «Por ser digno de maior e mais particular averiguação o facto em que tocou o coronel Francisco Antonio de Oliveira Lopes nas suas ultimas respostas, referindo-se ao dr. Domingos Vidal Barbosa, *acerca de uma carta escrita ao ministro dos Es-*

tados Unidos da America Septentrional por um estudante do Brazil que se achava em Montpellier: ordeno a Vm.ce que se informe summariamente delles inquirindo novamente o coronel, o dito Domingos Vidal e as mais pessoas que se referirem nos seus depoimentos (NORBERTO, 49, nota; *Livro* II, *Appensos* à *Dev em Minas*, App. n. 2 *bis*)

Nesse novo depoimento, mais senhor de si, «lembra-se de uma extravagancia que havia succedido em Montpellier, quando elle testemunha ahi estudava *a um seu condiscipulo por nome José Joaquim da Maia*, o qual se lhe metteu na cabeça que havia de ser libertador de sua terra, *sendo natural do Rio de Janeiro* e, fingindo-se enviado de sua nação, se atreveu a falar ao Ministro da America Ingleza». Só tenho algumas notas dos depoimentos de Vidal em Minas e no Rio. Sirvo-me nestes extractos das transcrições de Norberto e da incompleta que encontrei em uma nota do *Jornal do Commercio* de 21 de abril de 1899. Norberto não discrimina bem estes depoimentos, pois, ao escrever em 1860 este capitulo só extractou da devassa do Rio, continuada em Minas. No emtanto, ao publicar seu livro em 1873, juntou a esses extractos referencias á verdadeira *Dev. de Minas*. Não faz concordes ou conformes referencias ao appenso n. 17 do *Livro* VI, em que Vidal foi interrogado pela alçada e ainda fez declarações sobre o intrincado episodio de José Joaquim da Maia. Desse depoimento, feito a 21 de junho de 1790, dou adeante extractos meus, e um de Norberto (pag 327).

No depoimento da chamada *Devassa do Rio*, declara Vidal que «em França vira um sujeito chamado José Joaquim da Maia, filho de um pedreiro, que se queria fazer outro Mr. Franklin relativamente á America Portugueza, dizendo que a queria pôr independente da Europa.... e com effeito *chegára a escrever ao ministro da America Ingleza, que se achava em Paris, dizendo que era enviado dos Americanos Portuguezes, que queria tratar do negocio de sua independencia, para o que pedia o auxilio de sua republica*; ao que lhe foi respondido que *depois que cá tivessem na America conseguido a independencia os favoreceria* com as manufacturas e o mais que carecessem para a conservar, porém que *ajudar o rompimento não, por ser com uma nação em cujos portos achavam benigno acolhimento*; mas depois *succedendo vir o dito ministro á provincia de Languedoc* (1), *indo-lhe ahi falar o dito José Joaquim da Maia*, foi conhecida a pouca verdade com que elle se tinha intitulado enviado», etc.

---

(1) Uma parte do *Baixo Languedoc* ou Languedoc, oriental, formou o actual departamento do Gard, que tem como capital *Nîmes*. Em 1902 ahi estive de passagem: trouxe ao nosso *Instituto* uma vista e um fragmento das *Arènes*, como lembrança da famosa entrevista de José Joaquim da Maia.

Aqui Vidal aduba seu depoimento com phrases desdenhosas, para mostrar que Maia fôra «desprezado pelo dito ministro», que tal episodio não tinha importancia e não lhe advinha responsabilidade alguma por estar nelle envolvido. Vê-se que a prisão e as instancias dos juizes desataram a lingua ao tartamudo do primeiro depoimento. E isto em mal, porque estes como outros fingidos desdens de nada serviram para o innocentar.

Seu primo, coronel Lopes, que lhe ouvira a historia, a reconta com mais desinteresse, embora com o accrescimo de um ou mais dos costumarios pontos. Diz elle, reportando-se a Vidal, como testemunha referente: « Estando em Montpellier, andaram lá dous enviados, que não sabe o nome, nem a dita testemunha lhe disse; *que um era da Lapa do Rio de Janeiro, mandado pelos commissarios desta cidade para tratarem (tratar?) com o ministro da America Ingleza*, e que a este respeito tiveram os ditos enviados algumas conferencias com o dito ministro, a uma das quaes assistira a testemunha referente (Vidal) e que o dito ministro dissera que tinha dado aviso a sua nação e que esta estava pronta a *soccorrel-os com náus* e gente, pagando-se-lhes os soldos e obrigando-se *a tomar lhes o bacalhau e o trigo*; que depois de *fazerem cá o rompimento, avisassem logo para vir o soccorro*, e que falaria tambem a el-rei de França, para se inclinar a soccorrel-os; que *um dos enviados dissera que a nação de que se temiam era a Hespanhola, por ser confinante; ao que o dito ministro lhe respondêra que não temessem*, porque era um nação lerda, e que o Rio de Janeiro era uma praça que se defendia bem, e que si fosse necessario usassem de balas ardentes, sem se embaraçarem com as leis do Papa » (V. NORBERTO, pag. 47—48, nota).

Apezar do sabor de semi-rusticidade que lhe deu o assaloiado coronel serrano, o episodio está em tudo essencialmente conforme com a narração de Jefferson. E' notavel que o coronel, falando em dous enviados, só faz effectivamente agir a um delles. Em seu depoimento de 27 de novembro de 1789, o padre Carlos de Toledo refere que o coronel Lopes « tinha ouvido dizer que os negociantes do Rio de Janeiro tinham mandado *um enviado ou um estudante para França, para tratar da sublevação e liberdade que pretendiam;* porém nem lhe disse o nome dos negociantes, nem o do enviado » (*Archivo do Districto Federal*, 1894, pag. 500).

A 21 de junho de 1790, Domingos Vidal soffreu ainda da Alçada um ultimo interrogatorio (*Livro* VI, *app.* 17). Ahi declara ser filho do capitão Antonio Vidal de Barbosa e d. Thereza Maria de Jesus, natural de Minas (freguezia de N. S. da Conceição do Caminho do Matto) e que era doutor em medicina pela Universidade de Bordeus. Instado para dizer mais sobre o caso do estudante José Joaquim da Maia, declara nada mais

saber e que seu companheiro José Mariano Leal, que devia vir com o Conde de Rezende (1), conhecia o estudante e sua empreza e com elle commentára a *originalidade do Maia*. Já *o Maia* não éra tão desprezivel e passava a ser um *original*.

Acareado com o coronel, seu primo, que disera serem dous os enviados, por assim o ouvir do proprio Vidal, persistiram ambos em seus depoimentos, por mais instancias e medos que lhes puzessem os juizes, muito empenhados em apurar este ponto.

E' curiosa a nota do escrivão, que, á pag. 327, Norberto textualmente transcreve deste *auto de perguntas* e *confrontação*:

« E por mais argumentos e persuasões que lhe foram feitos, não foi possivel conhecer-se, nem *presumir-se, ainda exteriormente (!)*, qual delles ou se engana ou falta á verdade positivamente, do que tudo dou minha fé judicial, e das grandes instancias que por elle juiz desembargador lhes foram feitas».

E assim deu o juiz por concluido este interrogatorio, com que fechamos tambem nossa concludente demonstração. *Vendek* é o mesmo José Joaquim da Maia: a este respeito nenhuma duvida séria pode mais existir.

Para completar o episodio, fôra conveniente indagar em Montpellier a matricula de José Joaquim da Maia. E' o que espero ainda realizar, quando os lazeres de um retiro, duramente conquistado, me permittirem consagrar á Patria mais serenos dias e cogitações mais assentadas, em contendas menos renhidas.

Quanto a Mr. Vigarous (e não Vigarons), creio poder apresentar a seu respeito uma satisfatoria informação.

Na *Biographie universelle* (Michaud), tomo 48, 1827, pag. 454, vem noticia de dous irmãos Vigarous, ambos notaveis professores de medicina em Montpellier.

1.º) *Bartholomeu* VIGAROUS (1725—1790). Exercendo a cirurgia desde 1745, doutorou-se em 1751 e depois que se tornou, em 1768, cirurgião-mór do hospital militar, foi nomeado professor real, cathedratico de cirurgia. Pratico dos mais reputados em Montpellier, de *uma feliz audacia*, deixou *Obras de Cirurgia*, que seu filho publicou em 1812.

2.º) *Francisco* VIGAROUS, irmão mais moço do 1.º, destinara-se a principio ao sacerdocio; depois, mudando vocação, estudou medicina, doutourou-se e constituiu familia. E' provavel que nesta se achasse de pensão José J. da Maia, em 1786. Vigarous falava com elegancia e facilidade a lingua latina. Brilhou assim com vantagem nos concursos e em 1776 foi provido em uma cadeira, que honrosamente preencheu, morrendo em 1792.

---

(1) O vice-rei Conde de Rezende—o taciturno José Luiz de Castro—tomou posse de seu cargo a 4 de junho de 1790 (T. MELLO, *Ephemerides*).

Larousse, á noticia do 1.°, accrescenta a de um seu filho, José Vigarous (1759—1829), que se doutorou em 1780 e foi professor em 1786, exercendo o cargo sem grande relevo.

Assim, José J. da Maia provavelmente se hospedava na casa de um dos irmãos Vigarous, pois, em occasião tão delicada usou do endereço de um delles, o «conseiller du Roy». Maia, portanto, não devia ser o desprezivel personagem que Vidal intentou caricaturar. Em 1786, não era um qualquer insignificante que podia ir estudar á Europa e tratar familiarmente um reputado professor de medicina, um conselheiro do Rei.

Segundo os depoimentos de Vidal, J. J. da Maia morreu em Lisboa, quando se dispunha a partir para o Brazil. No *Livro* v, n. 13 constam estas declarações finaes sobre nosso mallogrado compatriota:

Indagando o juiz porque «se não *segurou* e perguntou a José Joaquim de Maia»..., o escrivão declara que «não se perguntou a José Joaquim da Maia *por estar ausente e constar ser fallecido* e que seu pae tambem era fallecido e que *por isso* não se perguntou tambem» (Norberto, pag. 49)...

6.º

POMBAL E SÃO JOSÉ DE TIRADENTES

Pombal está situado á margem do Rio das Mortes e antigamente S. José d'El-Rei, hoje de Tiradentes, era S. José do Rio das Mortes. Actualmente está na divisa dos municipios de S. José e de S. João d'El-Rei. Esta cidade dista 12 ks daquella. Tres são as informações que nos dá o *Dicc.* de MOREIRA PINTO, que ahi esteve em 1897.

Pombal era então uma tapera e S. José mui decadente. Ainda existia nesta o vasto predio do padre Carlos de Toledo.

No centro da *Praça da Liberdade*, ou da *Inconfidencia*, em 1892, commemorando o centenario de Tiradentes, erigiu-se uma columna em sua honra. Segundo a descrição de M. Pinto, é de ordem composita, assenta sobre pedestal de pedra plastica e este sobre degráus cimentados. E' encimada por uma urna funeraria. Ladeiam o pedestal quatro pilastrinhas, unidas por meio de correntes e em uma das faces está a seguinte inscrição latina, composta pelo dr. Castro Lopes:

JOACHINO JOSEPHO A SILVA XAVIER
BRASILIÆ LIBERTATIS PROTOMARTYRI ILLIUS CIVITATIS INCOLÆ
HOC MONUMENTUM SUMPTU PUBLICO ERIGENDUM CURAVERUNT
DIE VIGESIMO PRIMO APRILIS
A. D. MDCCCXCII
FLOS LIBERTATIS TANDEM DE SANGUINE GEMMAT

Nos autos de inventario e no testamento da Mãe de Tiradentes (1), consta que em 1756 Pombal tinha uma Capella de N. S. da Ajuda e *pertencia* a S. José d'El-Rei. Era então (1756)

---

(1) *Revista do Instituto Historico*, tomo 66, 1 ª parte. O manuscrito foi offerecido pelo sr. Julio Guimarães, de Cataguazes, ao illustrado bibliothecario do Instituto, dr. Vieira Fazenda, que delle fez presente ao mesmo Instituto. A publicação foi feita em 1904 pelo Barão Homem de Mello, cuja erudição corre parelhas com uma actividade quasi juvenil.

uma «Fazenda... com suas capoeiras, mattas virgens, horta, arvores de espinho, Capella, diversas casas de vivenda, senzallas e paiol»», valendo tres contos e duzentos (em reduzida avaliação judicial e na *moeda daquelle tempo*).

Ainda havia na mesma Fazenda do Pombal umas terras mineraes com serviços de agua, em ambas as margens do rio, além de «mais quinze praias na lavra do Sargento-mór João Gonçalves Chaves e varios regos em diversas *parages*»... tudo avaliado em um conto e duzentos

Juntando-se-lhe trinta e seis escravos e os bens moveis diversos, o acervo elevou-se a mais de dez contos, abatendo-se as dividas classificadas e as custas do inventario. Vê-se por ahi que Tiradentes era filho de paes abastados, cuja herança liquida importaria hoje em mais de cem contos. Quantos abastados de hoje poderiam chegar a tanto ?..

O testamento, feito a 22 de julho de 1751, reza que os Paes de Tiradentes *eram moradores no Rio Abaixo em seu sitio chamado o Pombal, Freguezia e termo de S. José*. No inventario se diz textualmente: «nesta *parage* chamada o sitio do Pombal no Rio Abaixo, termo da Villa de S. José» (1).

Entretanto, na *assentada* do primeiro interrogatorio de Tiradentes (a 22 de maio de 1789), se diz que elle era «natural de Pombal, termo de S. João d'El-Rei». E assim o affirmam alguns escritores de Minas, á testa dos quaes se acha o illustre Presidente do Estado, dr. João Pinheiro, que tanto e tão carinhosamente tem estudado a conspiração mineira.

Conjecturo que nesta duvida vae apenas a mui conhecida questão de campanario, em que dous municipios, com iguaes direitos, reclamam um termo, *uma* paragem situada na vizinhança ou na linha de suas divisas.

A nós baste saber que em 1748, por occasião do nascimento de Tiradentes, Pombal era freguezia do termo de S. José d'El-Rei, na comarca do Rio das Mortes, a cuja circumscrição tambem pertencia o termo de S. João. E' o que dizem claramente o testamento e autos de inventario, de 1751 a 1757.

---

(1) Nos autos de inventario consta que o testamento foi aberto em S. João, a «primeiro» de dezembro de 1755 ; o que deve ser engano, porque tambem ahi se diz que a Mãe de Tiradentes falleceu a 6 do mesmo mez e anno (V. *Rev.*, tomo 66, 1.ª parte, pags. 288 e 294). Seria conveniente uma revisão dessa cópia, onde ha erros graves.

7.º

ADVERTENCIA FINAL

Estas *Notas e esclarecimentos* deverão continuar-se no tomo seguinte desta *Revista*. Então, com mais assento, serão coordenados os documentos da conspiração mineira, de que publicarei alguns ineditos. Não sabendo quando as vicissitudes da vida me consentirão calma e repouso para escrever a *Historia de Tiradentes*,—nesta *Revista* irei registrando os documentos que sirvam a outros escritores mais preparados, mais felizes. Os livros e documentos não se devem possuir pelo *goso* de os ter, sinão pela utilidade que aos mais advenha de sua posse e de seu uso effectivo, em trabalhos coordenados.

E' mui pernicioso o prurido, o gosto e mania de *achar*, de *possuir* documentos, para discutir prioridades ou puerilidades e para os *subtrahir* á circulação, para os esquecer em pulverulentos archivos. Neste particular, aconteceu com Varnhagen um caso mui caracteristico. Achou um manuscrito —*Memoria sobre o exito que teve a Conjuração de Minas*, etc., e o offereceu ao *Instituto Historico*. Norberto por sua vez, com auxilio de Araujo Porto Alegre, teve noticia e obteve cópia de outro manuscrito sobre os — *Ultimos momentos dos inconfidentes*, cujo precioso original actualmente deve estar em Minas. Norberto extractou o manuscrito e delle publicou quanto era preciso em seu conhecido livro. Fez mais: serviu-se especialmente do «quasi esquecido» manuscrito de Varnhagen. Este, ao publicar a 2.ª edição de sua *Historia*, cita subrepticiamente o documento de Norberto e cita o seu autor (frei Raymundo Pennaforte). Mas não se refere a Norberto, não cita seu proprio esquecido manuscrito, onde teria uma indicação para saber que os — *Ultimos momentos* — deviam ser escritos por Frei Raymundo... (V. NORBERTO, pag. XVI; VARNHAGEN, pags. 1033 a 1035; *Revista do Instituto*, tomo 44, 1.ª parte, 136, 156 e 183).

Ha em Minas diversos archivos particulares que possuem documentos sobre a conspiração mineira. Sei que o illustre presidente de Minas tem publicado em jornaes alguns dos muitos documentos que guarda em seu archivo. E' para lamentar que sua vida atarefada, e civicamente tão activa, lhe não haja permittido fazer um livro em que os colleccione todos, sob o titulo feliz—*A terra natal*, que adoptou para os poucos já publicados.

Ha muito que espero esse e outros subsidios para uma historia que tão cara nos deve ser. E' mais que tempo de convergir esforços para dissipar funestos erros, para reconstituir historicamente os melhores aspectos de nossa querida Patria. Como o poeta, saibamos contentar-nos com a roborante, estimuladora gloria de amar a nossa terra e a *nossa humana* gente.

15 de dezembro 1907.

José Feliciano.

S. Paulo

Endereço: Caixa Postal, 216.

O PAPEL DE JOSÉ BONIFACIO

NO

Movimento da Independencia

(CONFERENCIA REALIZADA NO SALÃO STEINWAY, S. PAULO, EM 25 DE OUTUBRO DE 1907).

Meus senhores:

O instincto popular raramente ou nunca se engana. As suas sympathias e antipathias distribuem-se com equidade. Não se fez preciso que os estudiosos do passado, acobertando-se com a indulgencia da distancia no tempo, proclamassem Dom João VI um rei benemerito. O povo já como tal o consagrára, recusando associar-se ás chufas que durante um seculo lhe têm sido dirigidas pelos politicos d'aquem e d'alem mar, apoiados em historiadores novellistas. No exaggero das caricaturas grotescas o bom senso, devia talvez dizer o bom gosto popular, soube descobrir os traços genuinos da sagacidade e da bondade.

O facto é que a memoria de Dom João VI vivia cercada de estima quando pretendeu rehabilital-a num assomo de justiça a critica historica, que mais não fez do que corroborar uma feliz intuição nacional, da mesma fórma que a critica philologica nobilita as felizes expressões plebéas, concedendo-lhes fóros literarios. Todos, no Brasil, tiveram a saudade do rei excellente, antes mesmo que elle, constrangido, nos deixasse, e, quasi um anno depois, o encarregado de negocios da França, de quem o governo da regencia nutria queixas por desaffecto á nova ordem de coisas que se preparava, fazia notar na sua correspondencia official que os libellos mais descabellados e mais licenciosos sahidos dos tristes prélos da Capital,—os qualificativos são delle—poupavam sempre o monarcha portuguez, a quem nunca deixavam de referir-se com amizade e veneração.

Outro tanto acontece com José Bonifacio. Acclamado por uns, denegrido por outros, em vida e depois de morto, o sentimento publico, quero dizer a voz popular, attribuiu-lhe a autoria da Independencia, cognominando-o de seu patriarcha. Se alguns ainda lhe contestam, movidos por um impulso, que ás vezes

degenera em mania, de destruir legendas e reformar tradições, com a primazia do esforço a legitimidade do titulo, ninguem ousaria desligar seu nome da direcção do movimento, felizmente iniciado e felizmente concluido, da nossa autonomia politica. Seria faltar á verdade essencial dos factos.

Outros podem compartilhar da gloria, mas os seus nomes não são como o delle representativos do acontecimento. Calar o de José Bonifacio quando se trate da nossa emancipação politica, seria o mesmo que falar da Reforma sem mencionar Luthero ou recordar o Resurgimento escondendo Cavour.

A theoria dos homens providenciaes póde ter sido supplantada por uma doutrina mais conforme com os principios de uma sociologia inspirada na harmonia biologica, e, sobretudo, mais adequada ás justas reivindicações das multidões cansadas do anonymato. Os grandes homens subsistirão na historia e continuarão a apparecer no mundo, senão como factores unicos de acontecimentos decisivos, pelo menos como representantes supremos das aspirações collectivas, em todo o caso, como entes excepcionaes.

Neste sentido continua José Bonifacio a ser um grande homem, visto que o principe Dom Pedro apparece nas suas mãos como o instrumento precioso—um instrumento magico que fosse dotado de consciencia e vibrasse com intelligencia propria—por meio do qual se realizaram as aspirações politicas e se preservou a integridade territorial e moral de uma nação, cujo logar é amplo na geographia e cujo papel deverá ser notavel na historia universal.

Sabeis todos quem foi José Bonifacio. O vosso intenso e legitimo orgulho paulista delle se desvanece, como se desvanece dos aventureiros sem temor que rasgaram largos horizontes continentaes á população do litoral e transformaram em fazendas do interior esses arraiaes da costa, embebidos na contemplação do vasto oceano que lhes trazia frescas nas suas brisas, as recordações das aldêas brancas, das «casinhas da serra» que o poeta mais tarde cantaria «co'a lua da sua terra».

Ha que respeitar-vos o sentimento e partilhal-o. Os bandeirantes paulistas foram os «conquistadores» brasileiros, os creadores desta patria que o ministro de 1822 conseguiu—elle mais do que ninguem—manter ainda sob o sceptro imperial de um soberano imaginoso, já quasi um romantico, cheio de vida, com todas as illusões e esperanças desta, e prestigioso tanto porque nascera principe, como porque tinha por si a mocidade, o garbo, a força e a exuberancia.

O santista era um sabio, um mineralogista de merecimento. A politica foi buscal-o no meio dos seus quartzos e dos seus calcareos. Latino Coelho, incumbido do seu elogio academico em Portugal, paiz ao qual pertence José Bonifacio pelos estudos da sua mocidade e pelas preoccupações intellectuaes da sua vi-

rilidade, nol-o descreveu, em seu soberbo estylo esculptural, percorrendo a Europa culta, centro por centro, ouvindo professores eminentes das Universidades francezas, allemans e suecas, visitando laboratorios, collecções e minas.

A sciencia, porém, lhe não consumiu outros ardores. Foi soldado do batalhão academico que se formou ao tempo das invasões francezas; a politica empolgou-o num instante critico da nossa existencia nacional, e até o poeta que versejára á margem do Mondego e na Bertioga, reappareceu no exilio.

Em Bordéos, com effeito, no anno de 1825, foi que Americo Elysio—ainda duravam os appellidos bucolicos dos arcades do seculo pastoril, num prolongamento patriot co mythologico—authenticou seus arroubos, colleccionando suas composições de uma inspiração emperrada mas de um estro sensual:

Se te vejo, as entranhas se me embebem
De insolito alvoroço ;
O sangue ferve em borbotoens nas veias !
Sou todo lume, fico todo amores !

Ao mesmo tempo que publicava essas suas cantatas e odes, deixava elle correr o fel dos seus despeitos nas cartas que hoje são em parte do dominio de toda a gente, e nas quaes se mostra esquecido de quando metrificava em Coimbra, dirigindo-se ao amigo Armindo :

Ignorados da «turba» viveremos
Da singella virtude acompanhados,
Em quanto com Chimeras viz, ridiculas
Freneticos mortaes a vida estragão
No seio de mil males e mil crimes.

José Bonifacio foi um homem de sentimentos muito vivos: os seus enthusiasmos eram fortes como os seus odios. Ainda não chegára ao Rio, chamado pelo Regente para aconselhal-o sobre a organização do governo, que de portuguez ia passar a brasileiro, e ajudal-o a pôr cobro a uma desordem que tocava em anarchia, e já o encarregado de negocios da França, instruido da sua reputação, o descrevia para Pariz como um homem «fougueux et très ardent». Este foi o seu principal defeito, se defeito se póde chamar a manifestação irreprimivel de um temperamento apaixonado.

O referido agente diplomatico, coronel Maler, que tambem peccava por arrebatado... nos escriptos por não poder sel-o nos actos, ao transmittir a noticia da nomeação de José Bonifacio (o qual vinha ostensivamente na qualidade de deputado da junta de S. Paulo perante o Principe Regente)para ministro do interior e dos negocios estrangeiros, ao mesmo tempo que infor-

mava a côrte das Tulherias do bom conceito geral que mereciam os conhecimentos do politico, hontem homem de estudo, elevado ao poder, inteirava-a da fama certa de impetuoso e exaltado de que o agraciado gosava sem injustiça.

Do que nenhuma duvida nutria o correspondente diplomatico em questão era de que «Monsieur d'Andrada» tomaria ascendente sobre o espirito de Dom Pedro, que parecia firmemente disposto a abraçar os interesses nacionaes e se tornaria o director influente dos seus collegas de gabinete. Eram estes collegas: Caetano Pinto de Miranda Montenegro, o antigo capitão general de Mato Grosso e de Pernambuco, que tivera o animo de transitar por terra de um dos seus dois governos para outro, numa dura, posto que instructiva peregrinação pelo immenso sertão, mas não tivera animo egual para abafar a conspiração donde surdiu a revolução de 1817, agora, não obstante, alvo da confiança do Regente e encarregado das difficilimas finanças de um paiz de thesouro exhausto; o marechal de campo Joaquim de Oliveira Alvares, portuguez do velho Reino, casado e estabelecido no novo, onde combatera na fronteira do Rio Grande contra a malta de Artigas, e acabava de commandar as tropas brasileiras reunidas no campo de Sant'Anna, a 12 de janeiro de 1822, para fazerem frente á divisão portugueza de Jorge de Avillez, e Manoel Antonio Farinha, que, tendo sido o unico do antigo gabinete a prestar-se a continuar a assignar o expediente, permanecia como ministro da marinha.

Os acontecimentos que originaram a substituição do gabinete são geralmente conhecidos. Achava-se o Principe no theatro na noite de 12 de janeiro, quando o foram prevenir da attitude abertamente insubordinada da guarnição portugueza que, ameaçada em segredo de desarmamento, entendia protestar contra a humilhação e jurava carregar com Dom Pedro para Lisboa, assim desmentindo praticamente o famoso «fico» pronunciado tres dias antes.

As Côrtes, no intuito de bem desaggregarem o Reino ultramarino e privarem os sentimentos politicos brasileiros do seu centro natural de convergencia, tinham decretado o estabelecimento de juntas provisorias, uma em cada provincia, correspondendo-se «directamente» com a soberana assembléa das Necessidades, e decidido o regresso á Europa do herdeiro da corôa, afim de seguir, nos paizes neste sentido mais adeantados, um curso pratico de singeleza democratica e de nullidade constitucional. Precisamente contra semelhantes resoluções se rebellára a junta de S. Paulo, que, movida por José Bonifacio, a 24 de dezembro de 1821, convidava a junta de Minas a reunir-se a ella e fazerem causa commum, constituindo um nucleo de resistencia. Desta resistencia, por essa deliberação, de subito o Paulista se tornava a alma.

Ao propalar-se o boato de um motim—incomparavelmente mais grave do que qualquer outro — e tinham sido frequentes desde um anno—presenciado pelo Rio de Janeiro, a sala de espectaculos do Rocio ficou deserta. O motim, porêm, gorou. Os brasileiros acudiram tão pressurosamente aos seus postos que, ao alvorecer, mais de 4.000 homens, em grande parte gente de milicia trazida do interior, se tinham congregado em armas. Força foi aos regimentos de Avillez, em menor effectivo, capitularem e annuirem á intimação de retirada para a Praia Grande, donde rompeu um manifesto, mas nenhuma hostilidade material. Os nossos movimentos politicos sempre começam incruentos, como que assim se denunciando a nossa instinctiva repugnancia ás sangrentas discordias civis.

Se estava vencida na Côrte a resistencia européa—prenuncio de uma facil emancipação da capital—restava o problema mais custoso, que era o de assimilar o centro o espirito provincial, e expellir os fócos de occupação portugueza que mantinham um desequilibrio nacional, symptomatico desse periodo de transição politica. A crystallização não podia apparecer perfeita emquanto a embaraçassem materias extranhas e a primeira coisa a fazer devia ser eliminal-as—pareceu ao naturalista, numa feliz applicação ao mundo moral das regras elementares do mundo physico.

José Bonifacio entrava na politica mais activa que um paiz pode comportar, no outomno da existencia humana, com um nome feito no mundo scientifico da época durante quadra mais repousada, e uma farta experiencia da vida com que sustentar a agitação que avocára. Tinha 58 annos em 1821, assistira durante mais de 10 na Europa d'além Pyrineus, collaborára distinctamente em publicações especiaes, privára com theoricos e industriaes de muitos paizes, e em Portugal exercera cargos no professorado, na magistratura e na administração. Observára aspectos varios da natureza e aspectos varios da sociedade, adquirira traquejo e nas idéas alcance, consolidára a feição pratica do seu espirito como lh'a emprestára a natureza dos seus principaes estudos, e tingira de liberalismo, senão politico, pelo menos economico, o seu cabedal de planos de utilidade publica.

Talvez fosse, era mesmo um delineador mais do que um executor. Porventura lhe faltava em malleabilidade de acção o que lhe abundava em sagacidade de pensar. O representante diplomatico americano — e aos americanos não falta a perspicacia—teve esta impressão do ministro de Dom Pedro e exarou-a na sua correspondencia para Washington, onde a encontrei. Para a crise da independencia José Bonifacio foi todavia o homem indicado, o homem adequado.

Teve habilidade para jogar com as circumstancias favoraveis e teve decisão para arcar contra as circumstrncias adversas, cabendo naquella phase o ser brusco em algumas occasiões e o ser energico em todas. Depois, quando o apparelho constitucional

entrou em movimento com suas molas ainda perras, é que se fazia preciso mão mais delicada para dirigir-lhe a marcha e ageitar-lhe o andamento; não só uma vista afeita aos trabalhos do microscopio para examinar nos seus menores detalhes a composição do complicado machinismo.

O representante da França, da França dos Bourbons, o qual não supportava com paciencia quanto tresandasse a liberal, negava até ao ministro da independencia madureza nas idéas, ordem methodica nos projectos, o que elle chamava um desenvolvimento systematico no seu conjunto e applicação, como se naquelles momentos difficeis e mesmo angustiosos, fosse coisa muito possivel a serena realização de um programma fixo de planos.

A essas criticas, porém, responde melhor do que qualquer defesa literaria o exito da politica servida pelo vosso conterraneo, esse a quem o coronel Maler descrevia nos seus officios para Pariz como «uma cabeça vulcanica apesar das cans, confundindo tudo no falar e no administrar, ora divagando, ora perdendo o rumo, levado pelo impulso de seu patriotismo exaltado e pelo seu odio ás Côrtes». Maler sobretudo se espantava—reputava na sua phrase um phenomeno—de que um homem de saúde tão precaria como era José Bonifacio, podesse berrar havia então dez mezes (este officio é de outubro de 1822) sem estar de todo esfalfado.

O reverso da medalha gravada pelo francez é tão lisonjeiro que merece e deve ser conhecido, para honra do diplomata e para gloria do politico. E' como se de um lado o perfil mais duro do personagem accusasse um queixo redondo e voluntarioso e um nariz aquilino e dominador, e do outro o rosto de frente deixasse ver uns olhos de expressão bondosa e uma larga testa intelligente. O artista—que o era Maler, em estylo official pelo menos—põe com effeito mais de uma vez em relevo as sans opiniões do patriota, o seu coração excellente, o seu inexcedivel desinteresse, a sua detestação dos principios antimonarchios, que combatia com furor. Ahi estava aliás um ponto de concordancia, portanto, de sympathia entre os dois.

Não estou fazendo mais do que reproduzir textualmente os dizeres do coronel Maler, que das suas conversas com José Bonifacio, e eram frequentes, se julgou autorizado a concluir a harmonia das preferencias monarchico-constitucionaes do primeiro ministro brasileiro com as bases da Carta franceza da Restauração.

E' facto que, como governante, José Bonifacio zelou sempre os fóros do executivo e teve a mão pesada quando se tratava de repressão, e pode bem ser exacto o que referia o encarregado de negocios, de nutrir o patriarcha uma verdadeira ternura dynastica, elle proprio affirmando não poder ver sem viva commoção as creanças reaes, os pequeninos rebentos nacionaes da casa de Bragança. Já tinhamos então o Imperio, pois que este outro officio é de novembro de 1822.

O «Elogio» de dona Maria I, pronunciado em Lisboa, em apurada linguagem, no anno de 1817 e no seio da Academia Real das Sciencias pelo seu illustre socio paulista, é um testemunho consideravel em favor daquelle ardor monarchico, do que em inglez se chamaria com mais simpleza e mais precisão o «loyalism» de José Bonifacio. «Louvar hum soberano virtuoso he accender farol em torre altissima, para atinarem os outros a carreira»—foi, nas suas palavras, a regra a que obedeceu a elaboração desse panegyrico de encommenda, de uma intensa devoção dynastica, deve antes dizer-se de uma marcada deferencia cortezan no seu estylo engalanado, nos seus atavios pagãos, nas suas reminiscencias classicas, nas suas citações frequentes de philosophos gregos e romanos, na sua sensibilidade que era comtudo em demasia affectada para não ser exaggerada.

Era, pois, José Bonifacio um adversario declarado das tendencias republicanas, pelas disposições do seu temperamento tanto quanto pelos conselhos da sua intelligencia: o ideal consistia então nas democracias tão liberaes que chegassem a ser ingovernaveis. Não bastava no entanto á sua visão de estadista evitar a republica. Ponhamos ao seu credito que mais urgente e mais necessario lhe appareceu manter a propria nacionalidade brasileira ameaçada de dissolução.

O regimen não passava afinal de coisa secundaria deante desse magno problema, que, de resto, uma vez resolvido pelo prestigio do representante da dynastia e pela convicção geral do interesse patriotico, assegurava a um tempo a união nacional e a estabilidade monarchica.

Antes mesmo de ser ministro de Dom Pedro e de se transportar para o que devia ser o centro da nacionalidade em formação, já José Bonifacio comprehendera admiravelmente a situação, abraçando com olhar agudo toda a perspectiva. Ao serviço do seu ideal, e nenhum mais nobre se poderia dar do que evitar o naufragio de uma aggremiação moral e solidaria que custára tanto sangue e representava tantos esforços, puzera elle aquella combatividade que o levára, professor, a pegar em armas com seus discipulos para enxotar de Portugal os aggressores francezes.

E' mister ter bem presente que o Brasil offerecia á tentativa de recolonisação das Côrtes uma seára opima de realidades, não só um terreno fertil em esperanças. Onde quer que se denunciava o maior vigor do elemento portuguez, tanto quanto onde se revelava o maior fermento do espirito local, na Bahia e no Maranhão como em Pernambuco e no Ceará, em todo o Norte emfim, a idéa de rompimento com a capital de origem colonial e de ligação directa com a séde das Côrtes e da realeza, das autoridades supremas da nação em sua nova classificação hierarchica—as Côrtes primando a realeza—recebera um acolhimento o mais sympathico.

Com ella pensava lucrar os que meditavam a recolonização constitucional—muito parecida nos seus projectados processos com a colonisação absolutista—e não menos os que aspiravam á independencia democratica, mais accessivel ou pelo menos mais compativel com o facto de uma libertação do que a emancipação com uma monarchia.

O Sul, não obstante a preoccupação regional ser ahi tambem viva e muito imperfeita a solidariedade moral, então impediu a fragmentação do Brasil; e no Sul foi o vosso conterraneo quem, decidindo a junta de São Paulo a prestar obediencia ao Rio de Janeiro e reconhecer a supremacia do principe regente «com autoridade propria», arrastou as demais divisões administrativas para a esphera de influencia paulista, constituindo esse troço um primeiro esboço de união.

A provincia de Minas Geraes, apesar da sua superior população, dependia pela sua localisação central das do Rio e São Paulo, sem cujo acordo ficaria até privada das suas melhores communicações com o exterior. Paraná não existia ainda; Santa Catharina pouquissimo valia isoladamente, e São Pedro do Sul era por demais despovoado e exposto ás correrias dos guerrilheiros orientaes para que podesse desprezar o interesse de uma união. O influxo de São Paulo estendeu-se até a Cisplatina, onde a 19 de julho de 1821, ficára admittida, sob os auspicios do conquistador Lecor, a suzerania fluminense na pessoa do principe regente e depois Defensor Perpetuo do Brasil, mas onde era instavel o equilibrio pelo valor do factor militar portuguez.

José Bonifacio entrou para os conselhos de Dom Pedro certo de que a unificação nacional se effectuaria se a coroa — e a a coroa estava mais sobre a cabeça do filho que sobre a do pae, coacto pelas Côrtes—quizesse desempenhar o seu papel tradicional de protectora das regalias populares contra uma oligarchia de adventicios, como outr'ora as defendera contra o feudalismo; certo tambem de que no momento que atravessavam a Europa culta e suas descendencias, não mais se podia dizer dependencias ultramarinas, o espirito liberal, um certo espirito liberal bem entendido, deveria caracterizar a acção da autoridade.

A força era indispensavel, mas já se não supportaria a tyrannia.

Acreditava assim José Bonifacio na efficacia de uma legislação esclarecida, producto sadio da sciencia do governo que, nas suas palavras elevadas e orientação pratica, devia consistir «em indagar o que pode ser hum Estado para corresponder aos seus mais altos fins; em conhecer todos os seus recursos presentes e futuros, e todas as suas faltas actuaes». Nisto, como no gosto extremo pelas sciencias naturaes, era elle um digno filho do seculo XVIII, o seculo da regeneração intellectual e do paternalismo administrativo.

No «Elogio» da «Optima Maria», conforme appellidava o academico a excelsa soberana defunta, depara-se-nos uma phrase que trae a vibração da alma do que apenas era então um homem de estudo, ainda não um homem de governo, quando tocada pelo afan das conquistas moraes. Referindo-se aos decretos reduzindo os segredos dos accusados, regulando a jurisdicção illimitada da policia, declarando e restringindo a jurisdicção dos donativos, o orador accrescentava como commentario: «Foi esta huma prova mais do quanto a nossa Rainha desejava condescender com as novas luzes, espalhadas pela Europa, começando assim gradualmente a limpar o edificio social da ferrugem de tempos barbaros e escuros».

Não deve surprehender-vos que, quem assim pensava, fosse, caso raro entre os nossos homens publicos da época, infenso á instituição servil, que por elle se haveria extinguido quasi simultaneamente com o resto de dependencia colonial que ficára após o reinado americano de Dom João VI e a organização do reino do Brasil. Não era opportunista em tal materia, e se não obteve ganho de causa o illustre paulista em seu adeantado modo de vêr neste ponto, foi porque os acontecimentos decidiram diversamente, não porque lhe faltassem coragem e vontade.

O predominio mesmo de José Bonifacio no governo durou pouco: cessou com a cessação da crise cuja terminação foi principalmente obra sua. Os Andradas foram derrubados e votados ao ostracismo quando, por um lado, o Principe, naturalmente arvorado em emblema da união, mostrou ter sugado no berço o leite do despotismo, e por outro lado os elementos radicaes, contidos ou contendo-se durante a luta pela integridade nacional, se não quizeram submetter por mais tempo, cederam ás suas paixões e levantaram suas resistencias. Collocado entre as duas correntes oppostas, no ponto peor do embate, o estadista da Independencia perdeu o prumo e desgarrou: tambem estava cumprida a sua alta missão, que fôra a de salvar o Brasil por meio do Imperio constitucional.

A historia das relações intimas entre Dom Pedro e José Bonifacio, entre Telemaco e Mentor, é uma historia ainda por fazer e para a qual faltam infelizmente as contribuições de caracter pessoal que mais interessante a tornariam. Os Andradas, transformados em «corcundas», depois da abdicação, partidarios quasi unicos no Brasil da restauração imperial do duque de Bragança, cujas tendencias autoritarias reconheceram afinal quanto se casavam com a concepção que elles tinham da autoridade, calaram seus resentimentos de 1823 e não deixaram revelações bastantes ou interessantes bastante.

Um momento houve, que a ninguem escapa, no qual o ministro se impôz ao Principe como se impôz á situação. Dom Pedro procurava com a maior assiduidade e a qualquer hora o

seu conselheiro na modesta casa por elle occupada. Maler conta que, passando pelo Rocio a cavallo na occasião de uma dessas visitas, ouvira que um popular, com aquella zombaria tão peculiar á população fluminense e as mais das vezes apropriada e conceituosa, alcunhava o Regente de «ajudante de campo de José Bonifacio».

Não faltaria quem fizesse chegar a São Christovam ditos semelhantes. Muitos seriam os que, uns por pura maldade, outros por inveja rancorosa, tentariam envenenar relações que eram mais a conjugação de duas energias do que o encontro de duas sympathias.

Só os homens verdadeiramente superiores apparecem despidos de pequenas invejas, e são rarissimos. Poucos são tambem os reis que, dotados de imaginação e actividade, supportam a collaboração de grandes ministros. Ora, José Bonifacio chegára a crescer tanto em popularidade, em poder e em iniciativa, que offuscava o throno. Aliás, sua influencia se derivava em boa parte da aura que cercava o Principe Regente depois das suas manifestações brasileiras; assim como o prestigio de Dom Pedro proviera muito do acerto das resoluções promovidas pelo seu conselheiro.

A intelligencia entre estas duas forças repousava sobre uma base concreta, pois que era reciproca a vantagem; mas ao se separarem, Dom Pedro teve o arranco de quem sacudia uma canga e José Bonifacio a melancholia de quem lidára com um ingrato, occorrendo que a ambos assistia a razão. Um e outro possuiam a indole violenta e o gesto prompto. A continuação da associação requeria abnegação, que tendia, porém, a relaxar-se uma vez passada a crise, e exigia delicadeza, que não era o predicado caracteristico de nenhum dos dois personagens.

Quando digo delicadeza, quero referir-me, é claro, á polidez superficial das maneiras, não á delicadeza intima dos sentimentos. José Bonifacio tinha o doesto facil e grosseiro. As viagens pelos paizes mais cultos não tinham envernizado completamente esse portuguez—que o era, de patria até 1822, de educação e de feitio toda a vida—forte na sua delgadeza, colerico, de poucas contemplações estudadas e de bastante jactancia. A sua alma, porém, tinha vibrações que desciam até as senzalas: alma fidalga num envolucro comparativamente rustico, o que vale mais do que o contraste opposto.

Tambem Dom Pedro tinha uns arrancos brutaes que eram antes manifestações da falta de educação familiar de que se resentira a sua infancia, e da incoherencia, não quero dizer do desbragado do meio em que desabrochára a sua mocidade; mas não faltava, não podia faltar uma sentimentalidade rica a quem se despojou altivamente de uma corôa para ir defender em incertissima contenda os direitos de uma creança e se prestava a acabar como regente em nome da filha, tendo começado a vida

publica como regente em nome do pae e sido, no intervallo imperador e rei e o outorgador generoso e sincero—porque tanto era sincero no bem como no mal—de duas cartas constitucionaes, consagrando em summa por parte do direito divino todas as conquistas politicas, isto é, todas as liberdades da Revolução.

E' pena que a boa intelligencia do começo não houvesse podido manter-se de lado a lado, entre soberano e ministro, de fórma a organizar-se a vida autonoma do paiz sobre os auspicios dessa dupla individualidade exercendo-se associada numa mesma orientação e sob uma unica inspiração, de facto constituindo uma só acção.

José Bonifacio dissera ao pronunciar o elogio da rainha dona Maria I—e cito mais de uma vez esta oração academica porque foi escripta na virilidade, mas quando ainda não pesavam sobre seus hombros, nem coisa alguma indicava que dentro em pouco pesariam, as responsabilidades do poder—estar «capacitado de que os grandes projectos devem ser concebidos e executados por um só homem, e examinados por muitos: de outro modo desvairão as opiniões, nascem disputas e rivalidades, e vem a faltar aquelle centro commum de força e de unidade, que tão necessario he em tudo, e mormente em objectos de summa importancia».

Um só homem para conceber e executar, entendia elle. Mas não conhecera a mythologia greco-romana um deus de duas caras dissemelhantes, e não encerrava o pantheon buddhista uma deusa de cem braços independentes? Porque se não verificaria politicamente uma anormalidade anatomica que não fosse um embaraço á existencia physiologica? Porque se não combinariam na personalidade directriz o cerebro amadurecido do homem de estudo e o braço juvenil do homem de impulsos e de enthusiasmos? A fusão seria perfeita—nada a contrariava—de um pensamento reflexivo e de uma vontade espontanea. A unidade moral até se accomodava com a dualidade physica.

O encarregado de negocios da França, um observador arguto, mau grado os seus preconceitos reaccionarios, julgava o estadista mais de molde a concordar com o Principe do que a guial-o com circumspecção; mas a verdade é que se Dom Pedro se esqueceu inteiramente de que era herdeiro de um Reino Unido, foi porque a seu lado havia quem lhe mostrasse a cada passo as vantagens de ser imperador.

E' facto que se Dom Pedro foi por vezes imprudente, melhor dito impaciente, numa occasião aliás em que as delongas eram contra-indicadas, por seu lado José Bonifacio não peccava pelos habitos de procrastinação. A ambos se póde attribuir a origem de varios instantes sediciosos dessa serie agitada de dias que precedeu e seguiu de perto a Independencia.

A reflexão é velha e quasi banal—mas as banalidades não são mais do que verdades repetidas—de que nas crises nacionaes, e em quaesquer momentos de apuro, aos governantes cabe dirigirem o movimento, sob pena de serem levados na enxurrada dos acontecimentos. Faz-se, comtudo, mister que a direcção se não descubra muito, para não provocar os ciumes ou offender as velleidades de rebeldia dos que disfarçadamente se pretende tutelar ou pelo menos encaminhar.

Dom Pedro e José Bonifacio applicaram a maxima com a restricção, e deram-se bem com ambas. Uma vez realizada a separação, a saber, proclamados rotos os laços de dependencia entre as Côrtes de Lisboa e as provincias do Brasil, ficava por fazer alguma coisa de essencial que era ageitar no novo molde esse immenso corpo amorpho e de uma plasticidade desegual, que tanto podia vir a ser uma monarchia centralizada como uma republica federativa—uma confederação neste caso de escassa duração.

O governo constituido não abriu mão do leme, para não naufragar em algum escolho, mas apparentou deixar o navio fluctuar á mercê das ondas. Foram os republicanos, os adeptos das doutrinas democraticas pelo menos, que inventaram de facto o Imperio. Foi Ledo quem redigiu, fez imprimir e affixou a proclamação de 21 de setembro, suggerindo a acclamação. Foi José Clemente Pereira quem expediu, em nome da sua Camara, emissarios ás outras municipalidades para adherirem á idéa que, adoptada na penumbra de uma loja maçonica á qual pertencia Dom Pedro, trazia em si uma satisfacção vibrante do amor proprio nacional e a promessa de demonstrações positivas da munificencia imperial.

O principe relutou, para salvar as apparencias. José Bonifacio fingiu desinteressar-se da fórma e só fazer questão do fundo, mergulhando na passividade para permittir a actividade aos agitadores profissionaes: estes marcharam para a frente e a procissão acompanhou-os.

Todos, aliás, acharam no cortejo o seu logar: só o corpo diplomatico estrangeiro, de que tinham permanecido uns restos na debandada da côrte de Dom João VI, com attribuições antes consulares, ficou desnorteado, sem bem saber que attitude lhe cumpria, ou melhor, sem ousar definir precisamente sua attitude. Naturalmente refugiaram-se, aquelles dentre o corpo que revestiam caracter diplomatico, na abstenção, que é um recurso sempre aberto aos agentes internacionaes.

O encarregado de negocios da Austria, um barão Mareschal, que era muito intelligente e cuja situação mais delicada se fazia e mais perplexo o tornava pelo facto de ser a nova imperatriz uma archiduqueza da linhagem dos Habsburgos, inventou uma dessas doenças que se denominam diplomaticas—antonomasia de fingidas—para desculpar-se de não ir ao Paço no dia 12 de

outubro—anniversario de Dom Pedro e ao mesmo tempo data escolhida para a acclamação imperial—e rogar ao seu collega de França, de, na sua qualidade de «primus inter pares», apresentar por elle as desculpas e as congratulações.

O de França, que não peccava por tolo, respondeu-lhe muito francamente que não compareceria na côrte fluminense, por motivo das alterações ahi sobrevindas, sem novas instrucções do seu governo, e que, portanto, reduzido a zero em vez de um, não lhe era licito pôr deante dos olhos «de Suas Altezas» o «triste» boletim do saúde do amigo. Os consules de Inglaterra e da Russia—que ainda eram Chamberlain e Langsdorff—despidos como andavam de caracter diplomatico, não tinham egual motivo para duvidas e subterfugios, e não pensaram sequer em ausentar-se.

Uma prova, entretanto, indiscutivel de que José Bonifacio não abandonára de facto o timão aos representantes municipaes ou populares, está em que poz embargos a uma manifestação politica que se projectava simultanea com o offerecimento da corôa, e que consistia em obter do soberano—impor-lhe seria mais exactamente o termo—a sua prévia sancção da Constituição que viesse a ser elaborada pela assembléa legislativa adrede convocada.

Telles da Silva, o futuro marquez de Rezende, foi quem deu parte a Maler do designio, que era o de José Clemente e seus amigos, e do furor de José Bonifacio ao ouvir falar em tal. O plano, comtudo, não vingou na reunião publica do Senado da Camara a 10 de outubro, da qual a acta publicada fornece uma noção imperfeita, e por isso se transmudou em jubilo a colera do ministro, que o agente francez nessa occasião descrevia preso de uma grande exaltação patriotica que buscava vasão numa extrema volubilidade de lingua.

Não obstou em todo caso o recúo da Municipalidade que no theatro, onde o espectaculo do palco era menos interessante e menos dramatico que o da sala, e no largo do Rocio, scena dos motins e algazarras, o povo, desafiando a chuva torrencial que caia, misturasse com seus brados festivos e sinceros em honra do joven imperante, frequentes e enthusiasticos vivas á Constituição liberal do Brasil.

Na verdade, se todos num momento dado acclamavam e applaudiam o Imperio, cada qual pretendia que o imperador fosse a seu geito. A lua de mel foi por isso curta entre conservadores e demagogos, se é que estas designações correspondem fielmente, uma aos que professavam pela autoridade um respeito mais decidido, e outra aos que antepunham ás regalias soberanas o fervor pelas franquias populares, nas suas illusões appellidando o Imperador o primeiro democrata do Imperio e apontando-o, muito erradamente de certo, como prestes a converter-se, se tal fosse a vontade geral, num simples cidadão da Republica Brasileira.

Mercê dessa ironia tão commum na historia, as circumstancias levaram o ministro conservador de 1822 a affectar em 1823 modos de demagogo, sendo envolto nos successos que assignalaram a dissolução violenta da Constituinte—elle que pessoalmente tinha o orgulho não só das tradições intellectuaes de ascendentes proximos, mas tambem da fidalguia da sua linhagem, que entroncava em casas nobres do Reino; e cujas inclinações iam para uma Constituição pautada pela Carta franceza, na qual se alentasse o poder sem se sacrificarem as liberdades.

No seu espirito mesmo travavam luta, para se ajustarem numa fórmula estereotypada a Benjamin Constant, a jurisprudencia severa do antigo desembargador da Relação do Porto, educado na tradição coimbran, e o philosophismo do discipulo das reformas de Kónigsberg, o estudioso do criticismo racionalista de Kant, do idealismo transcendental de Fichte e do metaphysismo agudo de Schelling.

Aquella aspiração de conciliação politica continuou de pé depois delle, e não é seu menor titulo á nossa consideração o haver no momento necessario refreado a desordem nas ruas, assim como opportunamente contivera a desordem nos espiritos, quando esta ultima podia ter acarretado, e acarretaria fatalmente a decomposição desta nossa nacionalidade que não lograria, fragmentada, cumprir o destino que lhe anda certamente reservado, de que José Bonifacio expressou a confiança em versos que se acham recordados em bronze no pedestal do monumento no Rio do descobridor do Brasil, e a que o nosso eminente representante na Conferencia da Haya, o sr. Ruy Barbosa, começou a emprestar realidade perante todo o mundo civilizado nas suas admiraveis orações e propostas vasadas nas formas de bronze do Direito e da Justiça.

M. de Oliveira Lima.

Os machados de pedra dos indios do Brasil e o seu emprego nas derrubadas de mato

PELO PROF. DR. HERMANN VON IHERING

Os machados de pedra empregados pelos nossos aborigenes, de conformidade com o uso a que se destinavam e tambem conforme o material de que são feitos e a tribu a que pertenceram, variam muito em suas dimensões, fórma e peso e ainda em seu encabamento. Sem nos occuparmos daquelles typos de machados que se destinam a fins diversos do que hoje temos em vista estudar, como sejam os empregados em occasiões cerimoniaes ou aquelles que, por demais pequenos, evidentemente substitúem em seu emprego os nossos utensilios de lamina pequena, como os canivetes, faquinhas, etc., só queremos verificar aqui o emprego e manejo daquelles machados de pedra de que se utilizavam os indios para cortar madeira grossa, derrubar troncos de arvores possantes e, em especial, os com que preparavam as suas roças para o plantio de vegetaes que lhes forneciam bôa parte de seu alimento.

Para o estudo do emprego que os indios faziam desses seus utensilios primitivos podemos basear-nos em variada documentação, como sejam em parte a evidencia resultante do exame critico dos proprios machados, as informações que encontramos na literatura antiga e moderna e, emfim, o que ainda hoje se póde observar, o manejo que ainda em nossos dias elles têm entre as tribus de selvicolas, entre os quaes ainda o machado de aço não substituiu por completo o que outróra era empregado exclusivamente por todos os nossos indios.

Neste ultimo caso estavam ainda os Bacaíris das margens do rio Xingú, (1) quando os visitou o Dr. Karl von den Steinen em 1884 e que em sua memoria diz (p. 160) que só com seus machados de pedra encravados em cabos de madeira, conseguem derrubar arvores e preparar postes; alem disto só ossos, dentes de animaes e conchas lhes servem de instrumentos auxiliares.

(1) Karl von den Steinen, Durch Central-Brasilien: Expedition zur Erforschung des Xingú. Leipzig, 1886.

(2) *Dr. Zeferino Candido*, Quarto Centenario do Descobrimento do Brasil, 1500-1900. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900, p. 372.

Para citarmos alguns dos trechos mais interessantes da literatura antiga, referente a esta questão, transcrevemos o trecho da carta de Pero Vaz Caminha (2) em que elle narra a curiosidade dos selvicolas em verem os carpinteiros prepararem os madeiros com que deviam levantar a cruz: «porque elles não têm cousa, « que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras « feitas como cunhas, mettidas em um pau, entre duas talas mui « bem atadas, e por tal maneira que andam fortes...»

Tambem Hans Staden (3) em varios pontos de sua interessantissima narração refere-se a esses machados que descreve como: « uma especie de pedra preta azulada, que elles preparam como « uma cunha... das quaes algumas são maiores, outras menores. « Tomam depois um páu fino que dobram ao redor da pedra e « amarram com fibras de embira...» (p. 129) «Nos lugares onde elles « querem plantar, cortam primeiro as arvores e deixam-nas seccar « durante um a tres mezes. Depois deitam-lhes fogo...» (p. 130).

Egualmente suggestivo é o trecho que transcrevemos do artigo infelizmente anonymo da *Revista do Instituto Historico* do Rio de Janeiro, mas que, como se o vê á pg. 206 do mesmo escripto, data do anno de 1584; ahi diz o pequeno capitulo que trata «das ferramentas de que usavam». § 16 Antes de terem conhecimento dos Portuguezes usavam de ferramentas de pedra, osso, páu, cannas, dentes de animaes etc., e com estas derrubavam grandes matos com cunhas de pedra, ajudando-se do fogo, e assim mesmo cascavam a terra com uns páus agudos e faziam suas metaras, contas de buzios, arcos e flechas tão bem feitos como agóra fazem, tendo instrumentos de ferro, porêm gastavam muito tempo em fazer qualquer cousa; pelo que estimam muito o ferro pela facilidade que sentem em fazer suas cousas com elle, e esta é a razão porque folgam com a communicação dos brancos.

Queremos ainda dar aqui, pela sua curiosidade, o trecho em que ao nosso assumpto se refere o padre J. Gumilla (4) que trata largamente dos costumes dos indios do Orinoco. Diz elle (p. 264): « A primeira vez que estive com os gentios, pensei que pela sua « rudez, seria forte argumento, para aggregal-os a melhor sitio, « ponderar-lhes que alli não tinham ferramentas com que roçar, « limpar a terra e derrubar as arvores; mas não se deu tal, « porque, tomando de seus machados de pedra de dois gumes e « empatando-os no meio em *garrotes* proporcionados, responde- « ram-me que com as *macánas* (que são suas espadas de madeira « rija) quebravam os pequenos arbustos e com aquelles machados « cortavam os troncos verdes, e as mulheres iam queimando os « páus seccos. Perguntei quanto tempo gastavam em cortar uma « daquellas arvores? E responderam-me, que duas luas; isto é,

(3) *Hans Staden*, Suas viagens e captiveiro entre os selvagens do Brasil. Edição Commemorativa do IV Centenario (A Löefgren) São Paulo. 1900, p. 129 e 130 etc.

(4) Padre *Joseph Gumilla*, El Orinoco Illustrado, Historia natural, civil etc. de este gran Rio. Madrid, 1745, Tomo II.

« dois mezes, (cousa que com um machado commum se faz em « uma hora). Por isto eu dissera que não podia comprehender « como seu trabalho tão lento lhes podia dar fructo sufficiente para « satisfazer sua singular voracidade. Perguntei ainda: Como « ou com que preparam seus machados de pedra tão dura? E « responderam-me que com outras pedras quebravam a estas; e « depois, á força de amolal-as em pedras mais brandas, e com a « ajuda de agua, lhes davam a fórma e davam o fio aos gumes. « Jámais vi esta manobra; creio, porêm, que só a custo de muito « tempo o conseguem: occupação propria para gente ociosa ».

Quasi todos os nossos indios faziam roças, isto é, derrubavam o mato em lugar apropriado, para nestas clareiras plantarem milho, feijão, mandioca, algodão etc.; alguns auctores antigos mesmo, taes como Ulrich Schmiedel, nos dizem que essas roças eram por vezes extensas e fartas. Sempre, porêm, estas informações são laconicas e não se expandem sobre o modo porque se utilizavam os indios dos seus machados, o emprego que davam aos de tamanho diverso e de differente encastoamento.

Em geral limitam-se a dizer que delles se utilizavam como nós dos nossos machados de aço.

Entretanto bem podemos imaginar que esses machados de pedra, segundo as suas dimensões, lhes serviam tanto para derrubar arvores, como para o preparo de seus arcos, flechas e mais utensilios e mesmo que os de dimensões maiores lhes serviam de enxadas para cavocarem a terra.

Ainda ha pouco o sr. dr. E. A. Goeldi se externou a este respeito em uma conferencia (5) que fez perante o XIV Congresso dos Americanistas, lamentando essa carencia de informações; conclúe, porêm, o mesmo scientista que, segundo o que ouviu dizer dos indios do Alto Amazonas, estes só se utilizam dos seus machados de pedra como instrumento com que amaçam os troncos das arvores, depois de tel-os carbonizado e que, depois de ter eliminado com o machado a porção carbonizada, de novo chegam-lhe o fogo Deste modo, taes machados não funccionariam como instrumentos cortantes, mas só com o emprego alternativo do machado e do fogo conseguiriam derrubar os troncos de arvores de que se quizessem utilizar ou que pretendessem eliminar.

Não me pareceu plausivel generalizar tal emprego do machado para todas as eventualidades, mesmo porque assim só em casos relativamente diminutos o machado de pedra prestaria bons serviços e sempre seria muito penoso qualquer serviço, mórmente em se tratando de cortar arvores ainda verdes Além disto, baseavam-se taes affirmações, relativas a suppostos costumes de indios do Alto Amazonas, em informações vagas e talvez incertas.

Mas, lembrei-me logo, o melhor meio de se sahir do terreno das conjecturas, suppoisições e carencia de provas, seria o de por

(6) Dr. *E A. Goeldi* Ueber den Gebrauch des Steinant bei jetzt lebenden Indianern Sudamericas, speciell Amazoniens, XIV Amerikanisten-Kongress 1906, p. 441-444.

a questão a limpo pela experiencia, que afinal nos viria a ensinar o quanto se póde conseguir com o rude machado de pedra, manuseando-se-o como o teriam os seus fabricadores. Propuz-me então fazer uma roçada com o auxilio unico de machados de pedra e para tal fim escolhi entre os diversos typos representados nas collecções do Museu Paulista seis de tamanho e fórma diversos, que me pareciam mais apropriados Serviram-me de modelo para o encastoamento dos machados dous exemplares encabados, da antiga collecção do Museu, de proveniencia incerta e um outro que ha pouco obtive do Paraguai, proveniente dos indios Guaiaquís. Observo, entretanto, que já actualmente taes machados dos Guaiaquís, quer do Mato Grosso, quer do Paraguai, são bastante raros, visto como o incansavel colleccionador italiano, sr. Boggiani em suas repetidas viagens procurou obter tudo que encontrasse, de modo que só com custo pudemos adquirir ainda um exemplar para o nosso Museu. Mandei pois preparar-me alguns machados, encastoando-os segundo aquelle typo e obtendo assim os exemplares figurados (figs. 1, 2 e 3).

Dirigi-me pois a um sitio apropriado, para ahi crear a minha «roça prehistorica» Acompanhavam-me dous auxiliares, o sr. Ernesto Garbe, naturalista-viajante do Museu Paulista e o sr. Mathias Wacket, colleccionador do Alto da Serra, que com toda dedicação me auxiliaram neste ensaio e a cuja perseverança devo em bôa parte o completo exito alcançado.

Basta dizer que não houve meios para convencer trabalhadores, lenhadores de profissão, a que se sujeitassem a esse trabalho, que consideravam por demais massante e, talvez, indigno de sua profissão O lugar escolhido foi uma mata proxima á Caixa d'Agua da Estação do Alto da Serra, onde espessa floresta de bellas arvores cobre o espigão daquellas pittorescas serranias.

Durante o trabalho foi que se verificou que não são os machados de dimensões maiores—de ca. 30 cent. de comprimento —que servem para tal fim, visto como são muito pesados e de manejo difficil, principalmente em sentido horizontal; tambem os machados pequenos, de ca. 8 × 5 cent. (peso de 240 gr.) não são apropriados, pois que seu trabalho não rende.

Os melhores typos são os de 10 × 7 cent. ou pouco mais e de uma grossura de 3,5 cent. e peso de ca. 500 grs.

Tambem a força a empregar foi preciso ir tenteando; vibrando-se o golpe com muita força o effeito é negativo, visto como assim facilmente se quebra o cabo ou a propria pedra. Com pequenos golpes vae-se dando talho por talho, que sempre faz o gume encravar-se na madeira e, uma vez obtida a necessaria pratica, mesmo os cavacos saltam longe, abrindo-se cada vez maior brécha na madeira. Naturalmente o córte não póde ser de talho tão liso, como o obtem o machado de aço e tambem a cinta que se deve talhar em redor do tronco precisa ser de angulo mais aberto do que em trabalho analogo com o machado de aço.

Mas—bem o demonstram as nossas experiencias—o trabalho não é tão arduo que se deva dizer que o indio não o executasse e quanto á questão do tempo, este não lhe é tão precioso como nós o temos em conta. Trata-se, além disso, de serviço a elles imprescindiveis, como o preparo de suas roças e pouco se lhes dará gastarem nisto algum tempo a mais.

Em nossa experiencia, realizada no Alto da Serra, o resultado obtido foi o seguinte. Os meus dous auxiliares empregaram sómente tres dias de trabalho para fazer uma clareira de 15×7 metros, isto é 105 m. quadrados em meio de uma mata cerrada, onde abundavam os troncos de arvores por vezes de 30 cent. de diametro e de madeiras resistentes, de lei. Umas dessas arvores da qualidade chamada *Tiuna* muito dura, tambem dita de lei, media 25 m. de altura e o tronco tinha 30 cent. de diametro na altura em que foi cortado, a 50 cent. acima do chão. Pois essa peça (fig. 4) comprobatoria do valor do machado dos nossos indios não resistiu sinão 4 horas ao paciente trabalho do sr. Garbe. Para confrontar este resultado com o que obtem o lenhador com o seu machado de aço, fizemos um caipira cortar o mesmo tronco um pouco acima e sempre foi preciso o esforço de meia hora, para que egual serviço fosse executado; mandando ainda uma vez torar o tronco, desta vez com serra puchada por dous trabalhadores, elles gastaram 9 minutos para conseguil-o.

Eu mesmo propuz-me cortar uma *Canella* de 12m. de altura, cujo tronco media 12 cent. de diametro. A madeira era dura, mas o machadinho tirava-lhe lascas que uma após outra cediam aos golpes e ao fim de 23 minutos tombava, tendo eu cortado mais de dous terços do tronco. Como porêm a arvore cahisse sobre outra, vizinha, a parte central do cerne não poude quebrar toda, nem a arvore cahir ao chão. Estava, porêm, vencida a sua resistencia. Achei, entretanto, interessante conservar a peça neste estado (fig. 6), no momento em que já não offerece resistencia ao proprio peso da cópa.

Tinhamos, pois, concluido o serviço necessario para ter uma roça preparada para o plantio; pelo menos no que diz respeito ao trabalho a executar-se com o machado, pois de resto bastava deixar seccar o mato derrubado e queimal-o em época opportuna, para já se poder plantar algum pouquinho de milho ou mandioca.

Quanto ao machadinho (fig. 3), com que se fez quasi todo este serviço, não era elle dos mais bem afiados da collecção, mas de um diorito escuro summamente resistente, tanto que não apresenta nenhum signal de quebradura ou dente—salvo os dous que já anteriormente tinha.

Experimentou-se depois cortar madeira secca com os mesmos machados; mas tal não foi possivel. O machado quasi que não consegue encravar-se na lenha, que apenas se comprimia cada vez mais, em consequencia dos golpes que rebatiam. Durante

a roçada foi preciso derrubar tambem uma arvore quasi secca de pouca grossura e nessa peça gastou-se o duplo ou quasi o triplo do tempo que se teria empregado para derrubar egual tronco ainda verde. E' que falta a seiva ao tronco e pois o trabalho se torna muitissimo mais penoso.

Julgo pois conclusivas estas minhas observações e especialmente a experiencia (6) posta em pratica. Nunca o indio que quizesse trabalhar depressa terá empregado alternativamente o o fogo e o machado para derrubar um tronco no mato, pois o fogo logo acabaria e, seccando a madeira, só tornaria mais arduo o serviço. Bem o mostram as peças que apresento como documento e o tempo que indiquei que fôra gasto para derrubar essas arvores, que não é tão excessivamente longo o trabalho que se tem para cortal-a com o machado de pedra.

Além disto é preciso levar em consideração que o indio, que quizesse abrir uma roça no mato, escolheria cuidadosamente o lugar que melhor se prestasse e entre as condições primeiras certamente figurava a de que não deveria haver nesse mato muitos troncos grossos a derrubar. Si, entretanto, não pudesse evitar que ahi houvesse uma ou outra arvore de respeitavel grossura, a qual para derrubar lhe custaria muitos dias de trabalho, elle naturalmente lançava mão do mesmo recurso que ainda hoje empregam nossos roceiros, isto é, descascal-a-ia a certa altura, queimando-a ainda um tanto para matar a arvore que já não daria muita sombra prejudicial á plantação.

Como já observei ha pouco, ha variados typos de machados de pedra, que nem todos se prestam para derrubar arvores. Taes são os muito pesados, com os quae só se póde dar golpes verticaes; outros são muito pequenos e seriam destinados a serviços menos rudes.

As suas canôas certamente todos as faziam, como tambem os pilões, com auxilio do fogo (7) ou, antes, da braza, que aos poucos iria carcomendo o lenho,—systema este tambem ainda hoje bastante em voga entre os nossos moradores do interior do paiz.

---

(6) Pelo que leio no livro de M. Hoernes, Der Urgeschichte des Menschen—Leipzig 1892, p. 247—tem-se feito experiencias neste sentido na Europa, porêm com madeiras e machados de material diversos "Schested na Dinamarca trabalhou facilmente a madeira com auxilio de instrumentos de pederneira, derrubando em breve tempo troncos de pinheiros, etc. Conseguiu, mesmo, fazer em tempo relativamente curto todo o serviço de carpinteiro necessario para acabar uma pequena casinha ou rancho". Nesse caso, porêm, a madeira era de qualidade muito mais molle do que em geral o são as nossas e tambem o material de que era feito o machado é muito superior ao nosso.

(7) A este mesmo respeito podemos ainda citar um trecho do pe. J. Gumilla (El Orinoco illustrado etc. loc. cit. p. 155). «Entre as nações, diz elle, onde já ha missionarios ou nas que não ficam muito distantes, usam hoje ferramentas apropriadas para o serviço; porem em todas as nações em geral, antes que chegassem os Hespanhóes e entre as muitas onde até agora não chegaram, os indios fabricam suas armas, seus tambores e suas embarcações sómente com o auxilio do fogo, e da agua, á custa de muito tempo e de uma prolixidade incrivel. Com o fogo soprando as brazas, excavam as madeiras, gastando o que é necessario: e com a agua, que sempre está á mão, apagam o fogo para que não se gaste mais do que é mister. Não ha soffrimento nem paciencia que bastem mesmo para vel os trabalhar, tão rudemente e quasi o seu trabalho cresce com o passo insensivel com que crescem as hervas do campo, vagar todo proporcionado á innata preguiça dos indios.»

Explicação das figuras

Fig. 1, 2 e 3—Machados de pedra, encastoados segundo modelo original dos indios Guaiaquis; com o machado fig. 3 foi feito a maior parte da derrubada do mato.

Fig. 4, 5 e 6—Troncos de arvores cortados unicamente com auxilio dos machados de pedra aqui figurados. O tronco fig. 4 («tiúna» de 30 cent. de diametro) foi derrubado pelo sr. E. Garbe em 4 horas; o outro, fig. 5 («canella» de 12 cent. de diametro) foi cortado pelo dr. H. von Ihering em 23 minutos.

Fig 7—Vista da mata, no Alto da Serra, com a roça preparada com machados de pedra; á direita vê-se o sr. dr. H. von Ihering com os seus auxiliares, juntos a um tronco que derrubaram.

Fig. 1

Fig. 2

Fig. 3

UNIV. OF MICH.

Fig. 5

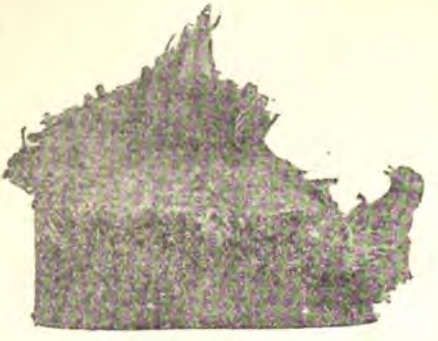


Fig. 6

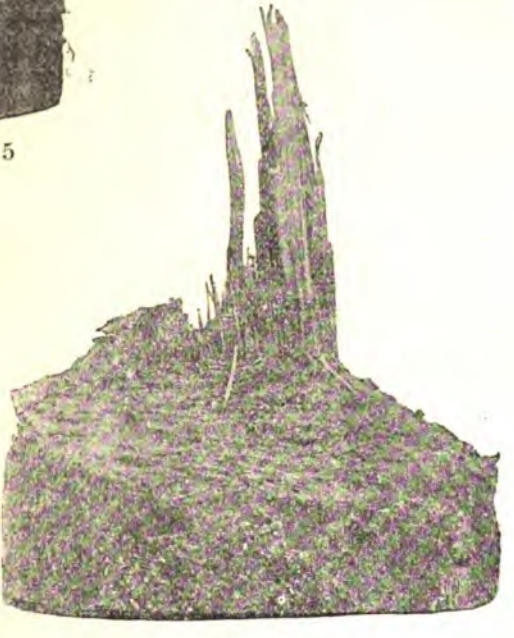


Fig. 4

UNIV. OF MICH.

"QUERO-JÁ"

(22 DE JULHO DE 1840)

Guarda a tradição a noticia de phrases ou palavras pronunciadas por individuos de valor em importantes e solemnes occasiões.

De algumas a critica historica tem rejeitado a authenticidade, deportando-as para os dominios da lenda.

Sóbe, porêm, de ponto o interesse quando o individuo, a quem são attribuidas taes palavras nega terminantemente havel-as pronunciado durante a vida.

Neste segundo caso, me lembro do muito conhecido—«Quero-já»—que aos nossos historiadores tem servido de synthese aos acontecimentos precedentes á declaração da maioridade do imperador d. Pedro II.

Como bem sabido é, graças a uma revolução meio parlamentar, meio popular, e auxiliada pelas classes armadas, o joven imperante, contra a letra expressa da Constituição, tomou, aos 14 annos de edade, o leme do governo e prestou o competente juramento, no Paço do Senado, no dia 23 de julho de 1840, na presença de 33 senadores e 84 deputados alli reunidos em Assembléa Geral.

Sobre a maioridade, alêm dos jornaes do tempo e de um folheto impresso na typographia do *Despertador*, já escreveram proficientemente Pereira da Silva, Moreira de Azevedo, Theophilo Ottoni e o venerando sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe e o meu antigo condiscipulo o illustre Joaquim Nabuco.

Para o que vou estudar basta o seguinte: o partido liberal moderado occupou o poder de 1831 a 1837. Em 35 foi eleito Regente o padre Diogo Antonio Feijó, em virtude do Acto Addicional. Em 19 de setembro de 37 Feijó resigna o poder. E' chamado para substituil-o o ministro do imperio Pedro de Araujo Lima, que exerce interinamente a Regencia até ser eleito para o precitado cargo, cuja effectividade devia terminar em maio de 1842, sendo provavel fosse reeleito até a maioridade de d. Pedro, a qual só se devia realizar em 2 de dezembro de 1843.

Os liberaes fóra do poder não se contentaram com a sua sorte de verdadeiro ostracismo. Haviam falhado varios planos para derrubar os adversarios. Assentaram no projecto de proclamar o menino imperador que entraria no exercicio do poder com supprimento de edade.

Era promotor dessa idéa o senador José Martiniano de Alencar, o imperterrito liberal de todos os tempos. Foi fundado o Club Mariorista, cujos estatutos formulados por Alencar tiveram a approvação de varios amigos politicos, taes como os deputados Antonio Carlos, Martim Francisco, Peixoto de Alencar e os senadores Costa Ferreira, Hollanda Cavalcanti e Paula Cavalcanti.

As reuniões da sociedade realizaram-se em casa do senador Alencar, á rua do Conde, no predio em que mais tarde residiu o Visconde do Rio Branco.

Tres coisas procuraram obter os maioristas, cujo numero foi progressivamente crescendo: acquiescencia de dom Pedro, votação das camaras, e, principalmente, apoio popular.

O primeiro intento foi facilmente satisfeito. Deu-se principio á conquista de votos no parlamento, e foi creada a gazeta *Maiorista*, que, de par com o *Despertador*, defendiam e advogavam a causa da maioridade.

Depois de varias peripecias, o Club resolve apresentar o projecto no dia 13 de maio, sendo no Senado encarregado desta missão Hollanda Cavalcanti. Os amigos do Regente buscam, por todos os modos, contrariar as intenções dos maioristas.

Para retardar a medida proposta por estes, apresentam na Camara um projecto de refórma constitucional, que só poderia ser effectuada com demasiada demora.

Cahe no Senado o projecto dos maioristas, por 18 votos contra 16.

Alencar e seus amigos não desanimam e abraçam novo plano de realizar seus desejos. Escolhem para arena de combate a Camara dos Deputados, sendo apresentante de um novo projecto o deputado Alvares Machado.

Já por esse tempo eram eloquentes as manifestações populares em pról da maioridade, e os maioristas haviam conquistado o apoio de amigos do governo, entre elles José Clemente Pereira.

Depois de varias peripecias politicas, em 21 de julho Antonio Carlos apresentou na Camara um projecto declarando o imperador maior desde já, cuja discussão foi approvada.

Era quasi certa a victoria dos maioristas. Os amigos do governo deliberam o adiamento do corpo legislativo. E' chamado para ministro do imperio Bernardo Pereira de Vasconcellos, que immediatamente lavra o decreto de adiamento, que é lido no dia seguinte no meio de grande confusão e tumulto.

Levanta-se Antonio Carlos e grita—quem fôr brasileiro siga commigo para o Senado. O illustre parlamentar é acompanhado por todos os seus amigos politicos e por uma multidão de mais de 3.000 pessôas, que invadem o recinto das sessões.

No trajecto são os maioristas saudados pelos moradores das casas, que affluiam ás janellas dando, os homens enthusiasticos vivas á maioridade, e as senhoras agitando os lenços em signal de applausos e approvação.

Na Camara Vitalicia, senadores e deputados deliberam em commum. Declaram-se em sessão permanente e resolvem enviar uma commissão ao palacio da Bôa Vista.

Os da commissão voltam com a noticia de que o Imperador —*queria já*—acceitar o governo, tendo ordenado ao regente que *revogasse* o decreto do adiamento da Assembléa Geral e a convocasse para o dia seguinte. Antonio Carlos lê a representação que dirigira ao joven monarcha e historia os factos passados em Palacio. Omitto diversas circumstancias, bastando dizer que no dia seguinte, por entre um concurso de mais de 8.000 pessoas, d. Pedro II comparecia no Senado e ahi prestava o juramento no meio do maior enthusiasmo por parte do povo, que com vivas o acclamava.

Entretanto, d. Pedro II, por mais de uma vez, negou a connivencia com os membros do Club Maiorista, e o que é mais, asseverou nunca ter proferido o *quero já*.

Quem este ultimo facto narra é o dr. Moreira de Azevedo, em uma nota de seus trabalhos historicos, dizendo que ouviu a negativa com outras testemunhas na sessão do Instituto Historico de 3 de julho de 1863. De facto, recorrendo ás actas respectivas, vê-se que nesse dia o dr. Felizardo Pinheiro de Campos lêra naquella associação um trabalho—*Bosquejo do actual reinado desde a declaração da Maioridade.*

Em 1867, Tito Franco de Almeida publicou a Biographia de Francisco José Furtado, illustre maranhense e illustre chefe do partido liberal. A pag. 13, tratando da maioridade, escreveu Franco de Almeida o seguinte: «a maioridade perante o direito foi um crime constitucional do qual o Imperador participou e ao qual a nação annuiu. No arrebatamento de suas boas intenções, não comprehenderam seus autores toda a grandeza do perigo á custa de profunda ferida na Arca Santa da soberania, independencia e liberdade nacional». Em um exemplar da referida biographia, pertencente ao Imperador, escreveu elle a lapis a seguinte nota: «Eu não tive arrebatamento. Si não fosse aconselhado por diversas pessoas que me cercavam, eu teria dito que não queria».

A letra da nota a lapis foi reconhecida como authentica pelos srs. Marquez de Paranaguá, Visconde de Ouro Preto, Barão Homem de Mello e conselheiros Olegario e Corrêa. O livro pertence hoje á Bibliotheca do Instituto Historico e póde ser visto com facilidade.

Quando no seio do Instituto o conselheiro Araripe lia a sua importante memoria sobre a maioridade e asseverava: «Com effeito, pessoa familiar do Imperador revelou-lhe a existencia do plano e provocou uma declaração de sua parte. A pessoa acima commissionada não se demorou em annunciar que o Imperador não hesitava em manifestar «que *queria* a maioridade e desejava que ella fosse realizada, estimando muito que a idéa partisse

dos Andradas e seus amigos», o Imperador observou não ser exacta a circumstancia ahi referida, e, finda a leitura, disse que se não *recordava* de ter sido jámais provocado por pessoa alguma do Paço para enunciar-se acerca da projectada declaração da maioridade.

O sr. conselheiro Araripe, com a independencia que lhe é propria, reflexionou que suas asserções eram fundadas nas *actas* do *Club Maiorista*. Este incidente deu logar a uma extensa nota que se lê á pag. 209 do tomo 44 da Revista do Instituto Historico—Parte II—1882. Ainda por esta nota se vê que o Imperador indirectamente repelle o conhecido—*quero já*.

O que o conselheiro Araripe escreveu está de perfeito acôrdo não só com as actas do Club Maiorista, como tambem com o que escreveu Ottoni e fôra antes repetido por Andradas e até pelo proprio Bernardo Pereira de Vasconcellos na sua exposição de 28 de julho. Alludindo aquelle politico ao facto do Regente ter ido a S. Christovão declarar ao monarcha que adiára as Camaras para melhor ser proclamada a maioridade no dia 2 de dezembro, disse: «Sua Majestade se dignou declarar que *queria tomar já* as redeas do governo, e que a Assembléa Geral fosse convocada para o dia seguinte.»

O *quero já* conquistou fóros de cidade e foi repetido de boca em boca não só pelos liberaes, como até pelos proprios amigos do governo e do regente.

Como recusar a não connivencia com os propagandistas da maioridade? O que poderiam estes fazer si não tivessem a approvação do joven Imperador? Seria caminhar sem rumo.

Theophilo Ottoni em sua mui conhecida circular (1860) allude até á missão confiada ao gentil-homem Bento Antonio Vahia e depois «a um memorial que *nos foi devolvido com um—Sim—escripto pelo proprio punho do Imperador*». «A maioridade, accrescenta, estava decretada exclusivamente pelo partido liberal com a sancção imperial antecipadamente concedida .. Ninguem, sinão os *conjurados* e o *Imperador*, sabia das molas secretas que governavam o jogo da scena!»

Como conciliar tantas testemunhas com a negativa de d. Pedro?

Deve o *Quero já* passar para o rol das coisas anecdoticas ou figurar como indicando a terminação de lutas politicas que precederam o inicio do segundo reinado?

Destrincem o caso os historiadores de *masso e mona*, na phrase de Camillo Castello Branco, e prestarão um bom serviço.

Do dia do *Fico* existem duas versões. Que da Maioridade fique uma--unica e verdadeira. A incerteza nesse assumpto não póde nem deve perdurar.

22 de julho de 1907.

DR. JOSÉ VIEIRA FAZENDA.

REVOLUÇÃO DE 1842

MEMORIA

Acompanhada de documentos e autographos

(LIDA NO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE S. PAULO, PELO DR. JOÃO BAPTISTA DE MORAES)

Tendo reunido alguns documentos relativos á revolução de 1842, despertou-se-me o natural desejo de conhecer as causas que determinaram aquelle movimento.

Apesar dos esforços empregados, não consegui satisfazer a justa curiosidade.

As monographias que encontrei sobre assumpto tão interessante de nossa historia politica além de incompletas, limitavam-se a descrever materialmente os factos, sem aprofundar a origem.

Tive então de recorrer as unicas fontes que se achavam a meu alcance—discussões politicas, informações de contemporaneos e artigos esparsos dos jornaes da epocha que me foi dado encontrar.

Com esses elementos, aproveitando velhos autographos, escrevi despretencioso estudo, sem intenção de dal-o á publicidade.

Alguns collegas sabem que daquella intenção fui demovido a instancias do nosso chorado consocio dr. Miranda de Azevedo.

Sujeitando-o hoje á benevolencia de meus consocios, cumpro os desejos do amigo que desappareceu, e presto homenagem a sua memoria.

As paginas, que passo a lêr, não podem satisfazer a curiosidade dos competentes. Servirá, porêm, de ponto de partida para aquelles que quizerem aprofundar e conhecer de modo completo, acontecimento tão importante, e sobre o qual tem-se guardado tão condemnavel silencio.

Tendo de referir e analysar factos ligados á vida dos partidos historicos da monarquia, em um dos quaes militamos, não nos sentimos presos pelas ligações do passado.

Os 65 annos decorridos após os acontecimentos de que nos vamos occupar, e mais do que elles, a mudança radical da forma de governo que se operou no paiz, e que extinguiu as antigas aggremiações politicas, dão-nos a imparcialidade e a calma para avaliar e julgar de acontecimentos que já pertencem á Historia.

Pelo estudo reflectido dos documentos que compulsamos, e informações de contemporaneos que procuramos obter, formou-se-nos a convicção de que o movimento de 1842 não será justificado pelos vindouros.

Em principio, não somos contrarios aos movimentos revolucionarios. Consideramos sagrado o direito de insurreição, quando os povos impellidos por um só pensamento, dão signaes evidentes de que se acham dispostos a todos os sacrificios para combater abusos do poder, conquistar novas liberdades ou readquirir as perdidas.

Quando, porêm, não existem abusos a combater, e a opinião nacional nada reclama, a Historia verbera os ambiciosos que provocam as guerras civis, que, causando o anniquillamento de grande numero de vidas, paralysam as forças vivas de um povo, derramando o rancor e o odio na sociedade irman.

Se em 1842, alguns bem poucos se envolveram na luta impulsionados pelo ardor dos verdes annos, ou seduzidos pelos idealismos da liberdade, a maxima parte foi constrangida a intervir, por meios abusivos e inconfessaveis naquella explosão determinada pelo orgulho e desmedida ambição de poder de alguns chefes decahidos.

Os promotores do movimento procuraram justifical-o pela coacção em que se achava o Imperador, e necessidade de impedir a execução da lei de 3 de dezembro de 1841, até que fosse revogada pela Assembléa Nacional.

Aquella lei, proclamavam os revolucionarios--era inconstitucional--attentava contra a independencia do poder judiciario--collocava o paiz na dependencia da policia e coarctava as franquezas provinciaes.

Facil nos será hoje demonstrar de que não foi sincero o pretexto de que se soccorreram os promotores do movimento--que a lei de 3 de dezembro de 1841 não attentou contra as liberdades publicas, ou individuaes do cidadão, ao contrario, reclamaram-n'a os espiritos mais liberaes da epocha, foi amparada na Camara com o voto de futuros revoltosos, e a sua sombra o cidadão encontrou todas as garantias compativeis com a ordem.

Para que resaltem estas verdades, necessitamos fazer um retro specto politico e remontar aos periodos posteriores ao 7 de abril.

Para esse fim dividiremos nosso trabalho em quatro partes.

Na primeira estudaremos os effeitos da revolução de 7 de abril, na segunda, a discriminação dos partidos, na terceira a Maioridade, finalmente na quarta, a Revolução de 1842.

EFFEITOS DA REVOLUÇÃO DE 7 DE ABRIL

A revolução de 1831, trouxe como consequencia a promulgação de leis descentralizadoras, arrancadas aos legisladores pelas exigencias populares.

Debalde vozes autorizadas e previdentes ergueram-se para protestar contra a imprevidencia das camaras e fraqueza do governo regencial.

Esses protestos foram desattendidos, e a camara, coagida pelos reclamos de uma população irriquieta, qual era a do Rio de Janeiro naquelle tempo, continuou a votar leis e a discutir projectos excessivamente liberaes, sem attender que essas leis não produziriam os resultados desejados, porque iam ser applicadas em um paiz intellectualmente atrazado, com população diminuta, disseminada em extensissimo territorio, quasi sem meios de communicação, e que por esses motivos não se achava preparada para gosar de tão extensas liberdades.

As consequencias produzidas por essa legislação não se fizeram esperar, e, decorrido pouco tempo, quasi todas as provincias do Imperio se achavam anarquizadas, sem que os governos impotentes encontrassem nas leis os meios necessarios para restabelecer a ordem.

As difficuldades da situação aggravaram-se consideravelmente depois das alterações constitucionaes de 1834.

Theofilo Ottoni, que foi um dos mais sinceros adeptos da reforma, como a queria o primitivo projecto, ao dirigir em 1860, a celebre «circular» aos mineiros, conta, que as alterações foram votadas *pelo medo* que os estadistas que dominavam a situação tinham da volta de Pedro 1.º. Começavam a ser executadas aquellas leis, quando d. Pedro falleceu em 24 de dezembro de 1834. Se esse acontecimento se tivesse dado quatro mezes antes, affirma Ottoni que a reforma não teria sido votada.

Esta valiosa opinião, demonstra quão critica era a posição do legislador brasileiro, obrigado a votar leis, umas, impostas pelas exigencias dos exaltados, outras, pela ambição de politicos que para se conservarem no poder, transigiam com suas opiniões, acceitando idéas que sabiam inefficazes e perigosas naquella epocha de limitada instrucção.

Desde 1835 em diante, homens de reconhecido patriotismo e diga-se a verdade, de excessiva coragem civica, porque necessitavam contrariar aspirações populares, começaram a reclamar por medidas energicas, capazes de soffrear a anarquia que avassalava o Imperio de norte a sul.

As vozes isoladas, ao principio sem echo, foram-se amiudando, e, em pouco tempo, a opinião nacional proclamava a necessidade urgente da decretação de leis apropriadas para restabelecer a integridade da patria e o imperio da lei.

* * *

Com o intuito de unificar a administração, e ver se por essa forma se fortalecia o governo regencial, a Camara reduzira a regencia a um só membro, nomeado pelos eleitores das provincias, por 4 annos.

O poder legislativo, porém, para manter a sua supremacia, incumbiu-se de inutilisar a medida salvadora, cerceando diversas attribuições da regencia, entre essas a de dissolver as Camaras.

Dois candidatos se apresentaram em campo, para pleitear o cargo de regente—Hollanda, sustentado pelo Norte do Imperio, Feijó, indicado pelo notavel brasileiro Evaristo da Veiga.

O chefe do partido libera moderado conhecia os defeitos de Feijó, e a sua incapacidade para chefe de governo representativo em periodo de organização, mas a amizade que o prendia ao companheiro de 1831, e a certeza de que seus conselhos prevaleceriam no espirito do irascivel ministro de Justiça de 32, levaram-n'o a levantar na sempre prestigiosa «Aurora» aquella candidatura, que facilmente conseguiu fazer triumphar.

Evaristo, porêm, contou de mais com o prestigio de sua amizade, e cedo verificou que Feijó nada esquecera, nada perdoara.

«Guardados no seio das reminiscencias que evocava a miudo estavam os despeitos que soffrera, as offensas de amor proprio que supportara, as injurias que recebera, as inimizades que produzira o procedimento de um ou outro companheiro nas Camaras, no gabinete, nas lutas e nos perigos» (1).

Assumindo a regencia em 12 de outubro de 1835, dominado por aquellas reminiscencias, começou pondo a margem os chefes mais prestigiosos e notaveis do parlamento, cercando-se, com rarissimas excepções, de homens de reconhecida incapacidade administrativa, como eram Tristão Pio, Saturnino Costa e outros.

Dedicados amigos que o haviam auxiliado na luta, penitenciavam-se por tel-o preferido a Hollanda. Se este se distinguia tambem pela originalidade de proceder, não lhe faltavam qualidades de governo.

Todos os contemporaneos confirmam, que naquelle periodo era elle neutro e imparcial, e embora mais tarde se tivesse ligado ao partido liberal, salientou-se sempre pela firmeza de suas convicções e profundo espirito de justiça.

As censuras parlamentares exasperavam a Feijó por tal modo, que fazia alarde em arredar do governo os mais notaveis membros da maioria das Camaras, contrariando assim os principios do systema representativo, aos quaes não queria se sujeitar. O conego José A. Marinho, um dos chefes do movimento revolucionario em Minas Geraes, amigo pessoal do regente, quando em 1844 escreveu a historia da revolução mineira, assim descreveu

---

1 Pereira da Silva—De 1831 a 1840.

os factos succedidos no periodo de que nos occupamos, e que transcrevemos, para demonstrar que acompanhamos os acontecimentos com a mais completa imparcialidade.

«Não era, porêm, Feijó o homem apropriado para por-se em tal tempo á testa dos negocios publicos.

«Entre as qualidades constitutivas de seu caracter, sobresahia a tenacidade no proseguimento daquillo que entendia ser o melhor: numa especie de desprezo por tudo quanto tendesse a condescendencias e manejos, para obter apoio; estas qualidaddes o tornavam improprio, para governar em um tempo em que os partidos estavam desassombrados no interior, e cada um delles tratava de subir ao poder, preciso lhe era então consultar, ouvir condescender, porêm sua indifferença para com o corpo legislativo, a maneira rude com que tratava a camara temporaria, o arredamento que mostrava de homens que com elle haviam cooperado depois do 7 de abril para a sustentação da ordem publica, lhe grangearam oppositores violentos. A obstinação do regente, forçando-o a escolher alguns ministros, que eram uma satira viva da illustração do paiz, acabou de perdel-o na opinião de muitos, a eleição de alguns senadores com preterição do maior merito, alienou lhe o animo dos que se julgaram com injustiça preteridos, a maneira emfim por que se exprimira perante o corpo legislativo, sobre a Santa Sé, preveniu contra o regente a opinião de muitos.

«A guerra ao seu governo tornou-se violenta e fortemente sustentada na tribuna da camara temporaria.

«O partido da *maromba*, ligou-se francamente com a opposição genuina, e emquanto os prelos da Côrte gemiam com publicações insidiosas contra a politica do governo, com insinuações malevolas, com satiras picantes e indecentes contra a pessoa do regente, recusava-se este teimosamente não acceitar as consequencias do systema representativo.

«Irritada pela obstinação do regente, que parecia querer deixar a banda as capacidades naturaes do paiz, para nomear ministros a homens que, a excepção de poucos, não tinham habilitações para bem servirem, a opposição transcedeu todos os limites das conveniencias publicas. O grupo da opposição crescia diariamente, quando um inimigo poderoso apresentou-se dirigindo os differentes grupos, e a todos apresentou um ponto de reunião, *uma bandeira, uma nova doutrina* cujo dogma era o *regresso*.

«Esse adversario foi o senador Vasconcellos».

Era, de facto, Bernardo Pereira de Vasconcellos um inimigo poderoso. Desde epocha anterior a 1831, figurava na politica do paiz Eleito deputado em 1826, era tido como o mais notavel dos oradores da camara. «Cada dia mais forte, mais rico de sciencia, mais seguro de seus recursos, nenhum o excedeu na valentia da dialectica, no ardimento do ataque, na energia da defesa e nenhum o igualou no jogo do sarcasmo e do ridiculo» (1).

1 Joaquim M. de Macedo—Anno Biographico.

Se cruel enfermidade paralizou-lhe parte do movimento do corpo, não conseguiu abater-lhe a desmedida coragem, nem offender as suas grandes qualidades mentaes.

Estadista sem rival, politico evidente, jornalista emerito, deve-lhe a patria os mais notaveis monumentos da nossa legislação.

Foi esse homem excepcional, a mais poderosa mentalidade que tem fulgurado na nossa vida nacional, que tomou a si levantar a bandeira do *regresso*, para o fim de supplantar a anarquia e restabelecer o imperio da lei, no paiz convulsionado desde 1831.

Organizando o partido que figura na historia patria com o nome de *conservador*, a nova aggremiação politica apresentou-se desde logo poderosissima, quer pelo numero, quer pelas illustrações que se reuniram ao redor da nova bandeira.

No partido do *regresso* se alistaram os antigos restauradores, os grupos que guerreavam a regencia e com elles os mais notataveis brasileiros que aureolaram a nossa vida nacional, e dentre os quaes destacaremos os Miguel Calmon, Maciel Monteiro, Rodrigues Torres, Paulino, Honorio, José Clemente, Costa Carvalho, Manoel Felisardo, Euzebio, Araujo Lima e tantos outros.

Feijó, embora reconhecesse e tivesse mesmo reclamado muitas vezes pela necessidade da promulgação de leis apropriadas para fazer cessar as calamidades publicas, deixando-se dominar pelo seu genio irascivel e despotico, não solicitava as medidas parlamentares e procurava governar rodeando-se de homens que, na opinião de Marinho, — *não tinham habilitações para bem servirem os cargos de ministros.*

Para tornar conhecido o estado do paiz no periodo posterior a 1831 faremos rapida descripção, recorrendo tão sómente a documentos officiaes, para que não possam ser contestados.

Esse estudo justificará a necessidade de medidas energicas reclamadas para fazer cessar a marcha descentralizadora que anarquizava o Imperio.

Em 1831, Feijó, Ministro da Justiça, transmittindo á Camara dos Deputados diversas informações, dizia:

«Aproveito a occasião para declarar que a insufficiencia das leis criminaes, e a falta dellas para muitos casos, é as causas dos males que soffre a capital e todo o Imperio.»

«O apoio que os perversos encontram em pessoas que mais os deviam censurar, vae introduzindo a immoralidade, a ponto tal que as leis são inteiramente desprezadas e as autoridades vilependiadas e vendo-se a massa dos cidadãos probos como abandonada a seus proprios recursos, não os encontrando nem na legislação, nem nas autoridades, não deve admirar que o desespero os conduza a excessos que já vão apparecendo, e que ameaçam a total dissolução do corpo social».

Em 1832, ainda era Feijo que vinha denunciar.

«Se a Nação cujo governo è fraco, está exposta aos embates das paixões, e aos assaltos do crime, o que será de um estado

como o Brasil, onde uma administração frouxa e imprevidente, por longos annos deixou os homens se familiarizarem com o crime: onde a impunidade tem sido constante e os laços sociaes quasi inteiramente se dissolveram?

«Se o governo do Brasil nenhum mal pode prevenir, elle não pode nem punir nem recompensar, e quando mais não fosse, isso bastava para provar sua nimia fraqueza.

«Tem, pois, ainda existido o governo do Brasil, porque é nacional, porque tem marchado á vontade do maior numero, porque a classe interessada na ordem, convencida da pureza de suas intenções, da justiça de suas deliberações, da invariabilidade de seu caracter, tem feito esforços extraordinarios, tem sacrificado os seus commodos e até sua propria existencia para sustental-o».

Concluindo as suas observações, escrevia Feijó o seguinte topico com a sua habitual franqueza:

«Tal é, Snrs., o governo do Brasil, taes são as tristes circumstancias em que nos achamos —um abysmo horrososo está a um só passo diante de nós. Remedios fortes e promptissimos podem ainda salvar a Patria.

Um só momento de demora talvez faça a desgraça, inevitavel: ou lançae mão delles com presteza, ou decidi-vos pela negativa».

Em 1833, ainda era o Ministro da Justiça que vinha denunciar—«que o codigo do Processo, no que toca a policia, não protegia a vida dos cidadãos honrados, nem lhes garantia os meios de haverem sua propriedade roubada».

Aureliano Coutinho em 1834, então Ministro da Justiça, não se apartava de seus antecessores, solicitava das Camaras medidas legislativas, tendentes á manutenção da segurança interna, da propriedade e vida dos cidadãos, tão expostos aos ataques dos malfeitores.

Não melhorava a situação angustiosa do paiz, o que levava Alves Branco a se pronunciar, em 1835, nos seguintes termos:

«Concluirei repetindo-vos o que uma vez já vos inculquei, e é, que agora mais do que nunca aparece a urgente necessidade de um poder inaccessivel ás intrigas locaes, imparcial e forte, contra o qual nada possam os chefes irregulares de maiorias turbulentas».

E, depois de descrever o caracter das revoluções sem idéas, impellidas por paixões ferozes, vicios infames, bruta estupidez, e barbara insolencia, dizia á Camara dos deputados:

«Decidi, pois, se a pretexto de despotismos do governo, deverão nossos concidadãos continuar a soffrer effectivos despotismos de turbulentos, cegos e ferozes».

Em 1836 e 1837, as reclamações passaram dos relatorios dos ministros para as Falas do Trono.

Eis o que dizia o regente, em 1836.

«A' falta de respeito e obediencia ás autoridades, a impunidade excita universal clamor em todo o Imperio, é a gangrena que actualmente ataca o corpo social».

«Nossas instituições vacillam, o cidadão vive receoso e assustado, o governo consome o tempo em vans recommendações.

«O vulcão da anarquia ameaça devorar o Imperio, applicae a tempo o remedio»

No anno seguinte, 1837, a fala do trono denunciava que a tranquillidade publica não poderia continuar, em quanto não se firmasse nas bases de uma legislação apropriada. Remedios fracos e tardios pouco ou nada aproveitam na presença de males graves e inveterados.

* * *

Como vemos, o governo todos os annos denunciava com carregadas cores os males que dilaceravam o paiz, sem entretanto propor medidas para removel-os, limitando-se, como affirmava o proprio Regente, a *vans recommendações*.

Foi essa criminosa imprevidencia do governo, que levou Vasconcellos a congregar as forças, esparsas e desflardar a bandeira do *regresso*, para sustar a decretação de leis descentralizadoras e promulgar outras, que fortalecendo a autoridade, estabelecessem perfeita harmonia entre a liberdade e a ordem.

Com a irascibilidade de Feijó, augmentava-se a opposição parlamentar, desaparecendo diariamente a minoria que o apoiava, receosa da luta travada entre o Regente e a Camara dos Deputados.

Quando em 1836, em 3 de novembro, encerrou-se a sessão legislativa, dirigiu-se Feijó a aquella corporação nos seguintes termos, que demonstram o intenso despeito que o dominava.

«Seis mezes de sessão não bastaram para descobrir remedios adequados aos males publicos. Elles infelizmente foram em progresso. Oxalá que na futura sessão o patriotismo e a sabedoria da assembléa geral possam satisfazer as urgentissimas necessidades do Estado.»

No começo da sessão legislativa de 1837, a commissão da resposta á fala do trono, repelliu as accusações do regente — affirmando que nunca recusára medida alguma reclamada — que não era missão da Camara iniciar medidas administrativas, sem que o governo requisitasse ou indicasse quaes as necessarias, e, ao concluir a resposta, estabeleceu a questão de confiança nos seguintes termos.

«Se a epocha da reunião do corpo legislativo, é sempre esperançosa para a nação, é porque esta reconhece que só da mutua e leal cooperação dos poderes politicos póde provir o remedio efficaz dos males que a affligem.»

«Mas esta corporação, Senhor, a Camara dos Deputados, faltaria a seus mais sagrados deveres, se a prestasse a uma administração que não gosa da confiança nacional».

«No nosso seculo e com as instituições que possuimos, o primeiro dever dos ministros é governar conforme os interesses e necessidades do paiz, e aquelles que o desconhecem ou menos prezam não podem dirigir os negocios publicos».

Iniciada a discussão, apenas uma voz, impellida mais pela amizade pessoal, do que pela convicção, levantou-se para responder a censura.

Limpo de Abreu, procurou sustentar que não era sómente a Camara a interpetre da confiança nacional, porque o Senado representava tambem a nação. Que a nomeação de ministros era da livre escolha da corôa, e que, se fosse vencedora a doutrina, contida na resposta á fala do trono, a corôa ficaria nullificada, e tão poderosa seria a Camara que os ministros não passariam de seus pupillos.

Facil foi a Vasconcellos, Rodrigues Torres, Honorio e outros sustentarem os principios da influencia parlamentar nos governos representativos.

Afinal, depois de violenta discussão, na qual foi Feijó acremente censurado—pela má direcção dada á guerra do Sul, pelo attentado contra a liberdade da imprensa, e animação que dava ás pretenções das Assembléas Provinciaes, para alargarem suas attribuições, foi a resposta a fala do trono approvada por maioria de 15 votos

Quando a commissão da Camara dos Deputados seguindo a praxe, foi apresentar ao regente a resposta do voto de graças, Feijó, com toda a irascibilidade assim respondeu:

«Como me interesso muito pela prosperidade do Brasil, e pela observancia da Constituição, não posso estar de acôrdo com o principio emittido no 7.° periodo da resposta, e sem me importar com os elementos de que se compõe a Camara dos Deputados, prestarei a mais franca e leal coadjuvação, esperando que ao menos desta vez, cumpra as promessas tantas vezes repetidas em tomar em consideração as propostas do governo.»

Era da pragmatica declarar o Presidente que a camara recebia com especial agrado a resposta da Corôa.

Como, porêm, seguir a pragmatica, diante do acto irreflectido do regente?

Pedro I, autoritario, cheio dos preconceitos da realeza, embalado pelo orgulho, animado pelo ardor da mocidade, não teve a coragem que sobrou a Feijó, quando quiz dar á Camara dos Deputados um signal do seu despeito, pois, comparecendo á sessão de encerramento, limitou-se ao celebre e historico—«Illustres e dignissimos snrs. representantes da Nação, está encerrada a presente sessão.»

A resposta de Feijó provocou curiosa discussão. Diversos alvitres foram lembrados, mas afinal não se chegando a um acôrdo, a Camara limitou-se a approvar a acta, na qual, a seu turno, não se fazia referencia alguma ás palavras do regente.

O ministerio, diante do resultado da votação, solicitou a demissão, que foi a principio recusada, e só concedida afinal, após grande repugnancia de Feijó.

Organiza-se novo gabinete, tendo sido chamado Alves Branco, tirados os demais ministros da minoria e elementos extranhos á Camara.

Não contente com esse acto, Feijó, acreditando intimidar a Camara com um golpe de estado, faz publicar no «Correio Official» um artigo por elle escripto, declarando que se a Camara pretendesse perseverar nas suas velleidades de influir no governo, o regente se resolveria a exercitar todas as funcções do poder moderador, embora a lei da regencia os houvesse limitado, pois que o poder executivo não podia deixar de ser independente do legislativo, e não sujeitar-se as maiorias das camaras, varias e caprichosas.

A anarquia já não dominava sómente nas diversas classes da sociedade. A propria regencia já se achava avassallada pelo mal que corroia a nação inteira.

Das discussões que se seguiram nas camaras, accentuou-se a divisão das escolas politicas.

O partido adeantado, que ficou designado com a designação de—liberal—sustentava, que a reforma da constituição de 1834 não necessitava de retoques.

O partido do *regresso*, palavra que Vasconcellos definia, *recurso contra desatinos*, entendia que era de necessidade inadiavel uma lei de interpetração de varios artigos do acto addicional, e, nesse sentido, em 10 de julho apresentou projecto.

Sobrevieram discussões doutrinarias, interessantissimas, que figuram nos «annaes», demonstrando a illustração dos legisladores daquelle periodo.

Feijó, porêm, (copiemos ainda o insuspeito conego Marinho) «decidido a não transigir com os que lhe queriam impor uma politica, no seu entender contraria aos interesses do paiz, determinado a não procurar, pelos meios que o Governo tinha a sua disposição, o apoio que lhe faltava nas camaras, batido torpemente por uma imprensa descomedida ouvindo ao longe o ronco do trovão que a 7 de setembro ribombara na cidade da Bahia, não tendo procurado corromper em 1836 as urnas eleitoraes, tendo visto separarem-se delle alguns amigos prestantes, desgostosos de alguma organização ministerial, quando aliás os que para isso tinham habilitações recusavam-se ao encargo de Ministro; fatigado de lutar contra tão pertinazes, quanto injustos e fortes adversarios, dotado de proverbial desinteresse, o senador Feijó, nomeia senador por Pernambuco a Pedro de Araujo

Lima, membro da opposição, fal-o ministro do Imperio, e entrega-lhe o poder, para que o novo partido fosse realizar o systema de governo que, na tribuna e pela imprensa, proclamava como melhor para os interesses do paiz».

* * *

O conego Marinho, occultou factos importantissimos, que concorreram para a inesperada renuncia de Feijó, factos que não lhe podiam ser desconhecidos, attenta a amizade que o ligava a Feijó.

A victoria do Fanfa, no Rio Grande do Sul, brilhante feito devido á alta capacidade militar e arrojo de Bento Manoel, trouxera, entre outros enormes resultados, o aprisionamento de Bento Gonçalves, Onofre, Zambicari, Côrte Real e outros importantes chefes revolucionarios.

Essa acontecimento golpeava de morte a revolução.

Os prisioneiros foram remettidos para o Rio, transportados na escuna Venus.

A pessima e irresoluta politica central, relativamente á revolução do Rio Grande, concorreu poderosamente para impedir a sua terminação.

Coarctando a acção do general em chefe, que queria approveitar-se da derrota inflingida aos revoltosos, pretendeu o governo entrar com elles em acôrdo, para o que delegaram poderes a alguns dos prisioneiros do combate do Fanfa, dando-lhes liberdade.

Conservaram presos, Onofre e Côrte Real na fortalaza de Santa Cruz e Bento Gonçalves na de Villegaignon.

Os emissarios encarregados de aplainar o terreno, ainda não haviam chegado a seu destino, e já haviam se evadido os dois prisioneiros de Santa Cruz.

Para evitar a fuga de Bento Gonçalves, declarou o governo que o hia transferir para ponto mais seguro, para o que fel-o recolher ao Forte do Mar, na provincia da Bahia.

Nos primeiros dias de setembro de 1837, chega ao Rio a noticia de que Bento Gonçalves, o presidente eleito da republica do Piratinim, fugira, mal chegara a Bahia, e que se encaminhava para o theatro da guerra.

Foi enorme o clamor que se levantou no Rio de Janeiro contra Feijó, que já era ha muito accusado de benevolencia e sympathia para com os revoltosos do Sul.

A manifestação publica foi tão violenta que, pela primeira vez, se abateu o espirito do velho lutador.

Ainda assim quiz arcar com as difficuldades do momento, mas comprehendeu que a situação era difficil e que seu governo só poderia ser possivel com ministros tirados da maioria parlamentar, mas, teimoso, como elle proprio se inculcava, preferiu antes renunciar á regencia, do que submetter-se.

Calou tambem o conego Marinho circumstancias hoje conhecidas

Feijó não pretendeu desde logo resignar o poder em favor de seus adversarios. Ao contrario, esforçou-se para conserval-os á frente dos negocios publicos.

Foi só depois das recusas de Limpo de Abreu e Alves Branco, que inopinadamente, a conselho de Paula e Sousa, escolheu a Araujo Lima, (um dos chefes do novo partido) senador por Pernambuco, nomeou-o Ministro do Imperio e transmittiu-lhe a Regencia.

Transcrevemos da «Memoria sobre a guerra do Sul», trabalho do eminente conselheiro Tristão de Alencar Araripe, uma nota, a fls. 77, que confirma o que acabamos de narrar. E' uma informação preciosissima, referida a aquelle illustre escriptor, pelo senador Alencar, que foi a mais irriquieta e violenta personalidade politica do seu tempo.

«Nos ultimos dias do governo de Diogo Feijó, convocou este seus amigos intimos, e mais influentes no partido dominante. Paula e Sousa era um delles.

«Diogo Feijó, consulta com elles, a quem devia entregar o cargo de Regente.

«Discutiram os amigos na primeira conferencia, e nada decidiram: discutiram na segunda, e a mesma cousa succedeu: na terceira tambem nada ficou assentado.

«Depois desta terceira conferencia, Diogo Feijó, sem mais audiencia de ninguem, chama Pedro de Araujo Lima, e entrega-lhe o governo.

«Arguido então por haver dado o poder ao partido adverso, respondia o Regente demissionario: xamei os amigos pedindo-lhes, conselho; e como não consultava se devia abdicar, porque isto estava por mim resolvido, mas sim a quem devia entregar o governo, e Paula Sousa dice na ultima conferencia que o Pedro de Araujo podia ser um bom Rei Constitucional, a elle entreguei a Regencia».

Não ha um só contemporaneo que não reconheça que o eminente paulista não era o homem apropriado para exercer o cargo de chefe supremo, em paiz de governo representativo, e em periodo de organização.

A seu respeito assim se manifestava Antonio Carlos, na sessão de 10 de junho de 1838:

«Foi eleito para o supremo poder, o prestante cidadão meu patricio o sr. Feijó, cidadão que realmente tinha prestado serviços quando Ministro de Justiça, cidadão cuja cabeça eu julgo assás illustrada, *mas teimoso, e que não estava na altura da missão a que o elevaram, teimoso e emperrado, como todos os paulistas somos, elle não poude conhecer, não poude se compenetrar da necessidade de guiar-se, pela opinião publica, que hé a grande rainha.*

Se tal era o celebre paulista, alcunhado o «Cavaignac de Sotaina», como poderia em 1842, esquecer-se que a politica do paiz era dirigida por Vasconcellos, o poderoso athleta, que o derribara da Regencia?

Na ultima parte deste trabalho, demonstraremos que o movimento revolucionario, não teve consequencias desastrosas, por ter irrompido antes de tempo, devido ás imprudencias de Feijó que deixando-se dominar pelo odio, não soube guardar as reservas de conspirador.

Naquelle periodo, abatido por dolorosa enfermidade, ainda era tão intenso o seu rancor politico contra o governo, que aliás realizava o seu programma, que fez-se conduzir a Sorocaba para animar e dirigir o movimento, que felizmente, em S. Paulo, teve a ephemera duração das Rosas de Malherbe.

* * *

Não perpassava pelo espirito dos que conheciam a teimosia e o emperramento de Feijó, de que elle seria levado a resignar a regencia abandonando a luta que havia provocado com a Camara dos Deputados.

Aquella resolução, por inesperada, occasionou profundo abalo.

Já ia em meio a leitura do expediente da sessão da Camara dos Deputados, em 19 de setembro de 1837, quando foram entregues á mesa e immediatamente lidas as seguintes communicações.

De Pedro de Araujo Lima, dando conhecimento de ter sido nomeado Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, pelo Regente, em nome do Imperador.

Foi por essa communicação que a Camara surprehendida soube achar-se mudada a situação do paiz, e que o regente se resolvera emfim adoptar as formulas dos governos representativos caminhando de acôrdo com a maioria parlamentar.

Essa surpresa, porêm, foi dominada por outra mais importante, ao ser lido o segundo officio do novo Ministro do Imperio Araujo Lima, dando conhecimento da renuncia de Feijó, e communicando que em virtude dessa deliberação e de acôrdo com o art. 30 da lei de 12 de agosto de 1834, da refórma da Constituição, passava a tomar conta da regencia interina do Imperio.

Eis a intrega da renuncia e do manifesto que a acompanhava.

Ill.mo Ex.mo Sr.

«Estando convencido de que minha continuação na regencia não pode remover os males publicos, que cada dia se aggravam por falta de leis apropriadas, e não querendo de maneira alguma servir de estorvo a que algum cidadão mais feliz seja encarre-

gado pela nação de reger seus destinos, pelo presente me declaro demettido do logar de regente do Imperio para que v. ex., encarregando-se interinamente do mesmo logar, como determina a constituição politica, faça proceder a eleição do novo regente, na fórma por elle indicada.

Exmo. sr. dr. Pedro de Araujo Lima.

Diogo Antonio Feijó».

O regente nunca assignava um officio, sem reclamar contra a redacção, que a queria sempre de accôrdo com o seu systema original e com minudencias desnecessarias.

Depois de ter assignado a renuncia, não se pôde conter, e lançou no officio um enorme—P. S.—com a seguinte declaração «Accresce achar-me actualmente gravemente enfermo.—*Feijó*».

Em seguida foi lido o manifesto.

«Brasileiros. Por vós subi a primeira magistratura do Imperio, por vós desço hoje desse eminente posto.

Ha muito conheço os homens e as cousas.

Eu estava convencido da impossibilidade de obterem-se medidas legislativas adequadas ás nossas circumstancias, mas forçoso era pagar tributo a gratidão, e fazer-vos conhecer pela experiencia, que não estava em meu poder acudir as necessidades publicas, nem remediar os males que tanto vos affligem.

Não devo por mais tempo conservar-me na regencia: cumpre que lanceis mão de um outro cidadão, que mais habil ou mais feliz mereça as sympathias dos outros poderes politicos.

Eu poderia narrar-vos as invenciveis difficuldades que previ e experimentei: mas para que? Tenho justificado o acto da minha espontanea demissão, declarando ingenuamente que eu não posso satisfazer o que de mim desejaes.

Entregando-vos o poder que generosamente me confiastes, não querendo por mais tempo conservar-vos na expectação de bens de que tendes necessidade, mas que não posso fazer-vos; confessando o meu reconhecimento e gratidão a confiança que vos mereci, tenho feito tudo quanto está de minha parte.

Qualquer porêm que fôr a sorte que a providencia me depare, eu sou cidadão brasileiro, prestarei o que devo a patria. Rio de Janeiro 19 de setembro de 1837.

Diogo Antonio Feijó».

Tanto no acto da renuncia, como no manifesto, Feijó confessa que não pudera remover os males publicos, que cada dia se aggravavam por falta de leis apropriadas, que elle estava convencido da impossibilidade de obtel-as, desde antes de assumir a regencia.

Quaes eram essas leis que não pudera obter das camaras?

Nós as conheceremos no correr destes apontamentos.

No manifesto existe um topico, que combinado com outro, antes escripto por Alvares Machado, demonstra que as difficuldades de governo eram previstas, tanto assim que houve momento em que Feijó esteve resolvido a não acceitar o cargo de Regente, para o qual acabava de ser eleito.

Em um artigo, intitulado—Reminiscencias—publicado no jornal—*São Paulo*—e benevolamente transcripto no vol. 11, da *Revista do Instituto*, pag. 93, publiquei um autographo, até então inedito, dirigido por Alvares Machado, que se achava no Rio, ao regente Costa Carvalho, em Piracicaba, onde se encontrava o seguinte topico—« Ora vamos ao estado do Paiz: Fizerão-se as eleisões para Regente té no Pará, Feijo obteve maioria; já está fora d duvida Feijo sae eleito Regente, e por consequencia temos nova eleisão para Regente, por q Feijo não aseita: não aseita, por q ja dise q não aseitava, e por q está convensido q ele não pode obter meios d governar, o q outro qlq^r. poderia obter».

E' sabido que Feijó foi demovido daquelle intento, pelo esforço de Evaristo.

* * *

Como consequencia desses memoraveis acontecimentos, Bernardo Pereira de Vasconcellos, o creador do novo partido, organiza o gabinete de 19 de setembro de 1837, com elementos da maioria das Camaras—Miguel Calmon, Maciel Monteiro, Rodrigues Torres e Sebastião do Rego Barros.

Quando em 1860, Theofilo Ottoni, dirigiu aos eleitores de Minas, a celebre «Circular», um dos mais notaveis documentos da nossa historia politica, assim se referia aos acontecimentos de 1837:

« O ministerio de 19 de setembro, apresentou-se diante das Camaras brilhante de talentos, com a aureola de que se não lhe podia contestar de haver conquistado parlamentarmente as pastas, reforçado pela sancção do corpo eleitoral que acabava de elevar á regencia o ministro do Imperio, rico de prestigio pelo facto de haver abafado na Bahia uma revolta perigosa, aliás insuflada por amigos do ministerio, antes da conquista do poder, armado com a força que lhe dava a escola da autoridade, que arredada oito annos da vida politica, nella entrava remoçado».

Com quanto não seja nosso intuito reproduzir um longo periodo da historia da nossa vida politica, comtudo, não podemos deixar de descrever, embora succintamente, qual era o estado do paiz no momento da renuncia, e apontar as causas que se foram acumulando, até explodirem em 1842, em São Paulo.

Ao ser declarada a revolução no Rio Grande, em setembro de 1835, achava-se na Presidencia Fernandes Braga. Substitue-o Araujo Ribeiro.

Espirito conciliador, reflectido, com extensas relações no centro dos acontecimentos, a sua escolha mereceu geraes applausos.

Chegando á provincia conflagrada, foi seu primeiro cuidado entender-se com os chefes do movimento, affirmando-lhes que ia inaugurar um governo de paz e esquecimento, aconselhando-os a que reconhecessem seu governo, para impedir medidas que elle não queria desde logo pôr em pratica.

Bento Manoel, parente e amigo de Araujo Ribeiro, é o primeiro a abandonar a revolução, reconhecendo a autoridade do delegado imperial.

Era valiosissima essa adhesão, por quanto Bento Manoel, ousado e valoroso, figurava em todas as lendas guerreiras, como heróe invencivel.

Procedendo com calma e prudencia Araujo Ribeiro conseguiu que os chefes do movimento revolucionario reconhecessem a sua autoridade.

Não fôra a traição de Onofre, atacando inopinadamente a Bento Manoel quando este se dirigia para Porto Alegre, á frente dos seus valentes gaúchos e morta estaria a revolução. E' voz geral, repetida pelos chronistas, que Onofre e outros chefes se oppunham á pacificação, por quanto a revolução facultava-lhes percorrer as campanhas e se enriquecerem com toda sorte de esbulhos.

Perdidas todas as esperanças do restabelecimento da autoridade do governo em toda provincia, Araujo Ribeiro reúne elementos de resistencia em diversos pontos e entra em acção.

Silva Tavares retoma Pelotas, e a cidade de Porto Alegre, organizando a contra revolução, repelle os revolucionarios e entra de novo para a legalidade.

O governo central, que desejava a pacificação sem ser pelo meio das armas, desautorando o Presidente da Provincia entra directamente em acordo com os chefes revoltosos, que impuzeram como condição inicial de qualquer acordo a retirada de Araujo Ribeiro da presidencia.

Sujeita-se o governo a essa imposição, e como consequencia, é inesperadamente demittido Araujo Ribeiro, e nomeado para substituil-o, o general Antero.

Ao ser conhecido o acto do governo geral levanta-se protesto vehemente, por parte da camara, do commercio e dos principaes auxiliares do governo no Rio Grande do Sul.

Solicitam de Araujo Ribeiro, que não désse posse ao Presidente nomeado, até que voltasse do Rio o Vice Presidente Vieira da Cunha enviado como emissario, para obter que o governo desfizesse um acto que era considerado como sendo uma calamidade publica.

Recusou-se Araujo Ribeiro, mas prometteu permanecer na provincia até que voltasse o emissario.

Chega neste tempo o Presidente nomeado, e assume a administração da provincia.

Poucos dias depois volta a Porto Alegre Vieira da Cunha, trazendo do Rio novas cartas presidenciaes—uma, nomeando novamente Araujo Ribeiro, outra transferindo Antero para Santa Catharina.

Embora satisfeita a opinião publica, o procedimento incorrecto do governo contribuiu poderosamente para fortalecer a revolução

Foi necessario novo impulso para recuperar o tempo e a força moral abalada por aquelles factos.

Depois de ter o governo conseguido inflingir diversos revezes aos revolucionarios, Bento Manoel os esmaga no terrivel combate do Fanfa, no qual foram aprisionados Bento Gonçalves e os principaes cabeças do movimento.

Ainda se festejava a victoria do Fanfa, e era extraordinario o prestigio e a popularidade de Araujo Ribeiro, quando é novamente demittido, chegando Antero para substituil-o ao mesmo tempo.

Assumindo a administração, o novo Presidente intima a Araujo Ribeiro para que abandonasse a provincia, por não ser conveniente a sua permanencia nella, quando se ia tratar da pacificação.

Antero, poderia ser um bom soldado, mas desde logo demonstrou que era pessimo diplomata, e que desconhecia completamente o meio em que ia agir.

Querendo desmoralizar a administração passada e dar arrhas de sua sympathia aos revoltosos, inicia uma politica de exclusão, dispensando dos commandos amigos de Bento Manoel, que por influencia deste haviam abandonado as fileiras revolucionarias e de a muito estavam prestando serviços relevantes ao governo legal.

Ao ter noticia desses factos, não occultou Bento Manoel o seu despeito.

Immediatamente escreve a Antero, para que o substitúa no commando da fronteira, pedido que foi immediatamente attendido, retirando-se o terrivel guerrilheiro para Alegrete, depois de dispersar seus valentes gaúchos.

Nesse tempo, Netto, Crescencio e João Antonio, sabedores das divergencias que haviam surgido entre Antero e Bento Manoel, empregam esforços e conseguem que este se conserve inerte em Alegrete. Obtida a promessa, pouco a pouco dirigiram-se para Cangussú, Camaquan e S. Gabriel.

Antero, a pretexto de examinar os principaes aquartellamentos, acompanhado de brilhante estado-maior, deixa a Capital, e depois de permanecer no Rio Pardo alguns dias, passando por Caxoeira e outros pontos, dirige-se para Alegrete.

Cerca de 20 legoas antes de chegar áquella cidade, ao atravessar o Ibicuhi, é inopinadamente enfrentado por Bento Manoel, que, por um ousado golpe de mão, o faz prisioneiro,

tendo conseguido apoderar-se de quasi toda brilhante escolta que o acompanhava.

A noticia da deffecção do indomavel guerreiro, para o qual os Pampas não tinham segredos, o aprisionamento do Presidente Antero e logo após o terrivel desastre da rendição de João Chrisostomo, entregando aos rebeldes Caçapava, o maior emporio bellico que o governo possuia na provincia, abateram completamente a coragem das forças legalistas.

O governo central ficou abalado com esses tremendos golpes, e mais ainda pelo clamor geral. Caminhando, porém, de erro em erro, em vez de collocar á frente do governo e das tropas desmoralizadas um homem de valor, nomeia Presidente a Feliciano Pires, nome desconhecido, mas que se prestava a servir de intermediario para o tão sonhado e sempre adiado apaziguamento.

Não poupou o governo meios para facilitar a missão do seu delegado, e para o auxiliar, deu liberdade a diversos prisioneiros do Fanfa, conservando apenas Bento Gonçalves, Onofre e Côrte Real.

Iniciaram-se as transações—Feliciano e Netto trocam prisioneiros—cabendo a Netto um dos seus mais terriveis auxiliares—Amaral do Rio Pardo.

Greenfel e Silva Tavares por parte do governo e Crescencio pelos revoltosos, são designados para discutir e assentar as bases da pacificação, em um ponto vizinho á cidade de Pelotas. Reunidos, assignam o convenio da suspensão de armas e marcam as linhas divisorias dentro das quaes deviam permanecer as forças de cada uma das partes, até que o governo e revoltosos assignassem a pacificação.

Esta convenção havia sido repellida pelo Vice Presidente Cabral de Mello, antes de Feliciano assumir a administração.

Dessa tregoa, Netto, astuto e precavido se aproveitou, para melhorar suas posições e occupar novos pontos estrategicos. No Rio Grande do Sul, estavam as cousas neste ponto, quando deu se a renuncia de Feijó...

A provincia do Pará, conflagrada, antes, por Pinto Madeira, e depois de 1833, pelo conego Campos, em seguida pelo seringueiro Pedro Vinagre e finalmente por Angelim, sanguinolento faccinora, havia passado por dolorosos periodos que perduravam ainda.

Embora o general Andreas tivesse retomado Belém em 1836, em seguida a ilha de Marajó, Oeiras, Santarem, Vigia etc., das hordas esmagadas formaram-se magotes de salteadores, nos extremos limites da provincia, cuja presença impedia a retirada das forças existentes.

Na Bahia, de ha muito, os espiritos se achavam exaltados.

Alli eram freneticamente applaudidas as victorias dos revolucionarios do Sul, e a imprensa pregava abertamente a idéa da separação da provincia.

A regencia, descuidada, não se preocupava com a situação, apparentava mesmo ter grande confiança no governo da Bahia, tanto que para alli enviou Bento Gonçalves, a pretexto de lhe tornar *mais difficil* a fuga.

Ao dar-se a resignação de Feijó, achava-se preparada a revolução e ao lado della grande parte da força de linha existente na Capital.

Rompendo o movimento, Sousa Paraiso, que havia demonstrado ser incapaz e imprevidente, abandona o Palacio do Governo aos revoltosos, e foge para um dos vasos de guerra estacionados no porto.

Em um momento a revolução domina e a Bahia declara-se independente do Rio e do Brasil até a maioridade de d. Pedro II, devendo até lá reger-se por principios republicanos.

Duras calamidades pesaram naquella parte do Imperio, e foi só em março de 1838, que as forças do governo conseguiram se apoderar da Capital e apagar o incendio que em desespero os revoltosos haviam ateado na cidade baixa.

Como se vê, a herança era onerosissima, não podia ser nem mais difficil, nem mais desolador o estado do paiz ao se inaugurar a politica do *regresso*.

Vem a proposito transcrever o curioso autografo, dirigido pelo regente Feijó ao seu ainda amigo Costa Carvalho, então em S. Paulo, exercendo o cargo de Director da Faculdade de Direito.

Esse documento, ao mesmo tempo que deixa transparecer a fraqueza do governo, evitando impor sua vontade ao Presidente do Rio Grande e conservando o do Pará cuja inaptidão proclamava, quando entretanto continuamente desautorava a um delles, entrando directamente em transacções com os adversarios, descreve o estado da revolução naquellas provincias, e deixa patente que Araujo Ribeiro não contrariava a politica occulta do governo, pois era seu intuito estabelecer a autoridade legal naquella provincia, por outros meios que não pelas armas—tanto assim que apenas pedia pequenos transportes maritimos (escunas) e não forças.

Snr. Costa.

«Tenho presente a sua ultima a q.e respondo; que talvez impossivel seja obter da assembléa a autorização para reformar um Estabelecimento cientifico, sendo cada Deputado um D.or iminente, porem V Ex.a enviando ao Governo oz seos Estatutos, e m.mo lembransas, ou representasão sobre os pontos de reforma que julga convenientes, o Governo o levará a Ass. e então escudado na autoridade do Diretor facilitar-se-á o conseguir-se ao menos em p.te a reforma: pois bem sabe que da nosa Ass.a nada sae que não seja imperfeitissimo.

«Sobre a autorizasão p.a nomear q.m o substitua interinam.e axo mui conven.te e verei se os Estatutos não assignão Suplente, lhe ira a Comisão.

«Sobre negocio de Fran.co Alves: té hoje nenhum requer*. tem sido apresentado como ele prometeume faser, e por iso ainda nada se tem feito.

«Consebemse esperanças do Pará. Cametá tem resestido alguns ataques dos rebeldes, e só d'uma vez lhes matou mais de 100. Eduardo estava quasi abrasos com o preto Virisimo dentro da cid,e que vae se tornando seu rival: as bexigas tem morto am.tos delles; e a 11 de Dezb.o ja foi encontrada a eispedisão de Pernambuco junto a Salinas: Só este reforso e m.to mantimento que daqui se tem remetido desde 9br.o reanimará aquelles desgrasados abandonados a todo genero de desgrasas *pela incuria e ineisplicavel inaptidão de M.el Jorge*, que sem sahir da Fragata quer que a Provincia se entusiasme emqu.to ele deixa morrer nos Barcos prisioneiros 125—e talvez 200 de Mar e Tropa e isto de fome, bexigas e outras molestias.

«José de Ar.o Ribr.o querendo tratar o B. G. (1) *deplomaticamente* vae levando o negocio a inevitavel guerra civil, um pouco mais de presa, um pouco menos de temor teria de uma vez acabado com a sedisão: mas elle toma posse contra alei no Rio grande q.do é instado pelo Vice P. da As. P. para o faser na Capital a vista da certeza da Amnistia, e apesar de B. Gonsalves lhe pedir com q.ta forsa pode para que não tomasse pose no R. G. *não quer que se lhe mande tropa e sim Vazos:* lá vai nesta Semana mais 3 Escunas.

A. D.o Sr. Costa. Desejolhe todo o bem. Rio 21 de Fevereiro 1836.

De seu Am.o e obr.o S.e

Feijó.

Em 1837, Araujo Ribeiro defendendo nas camaras a sua administração demonstrou, que ao chegar ao Rio Grande do Sul, apenas encontrara duas povoações em poder dos legalistas, não existindo mais de 400 praças de linha mal municiadas, ao passo que os revoltosos já dispunham de mais de tres mil homens.

Mais precavido e prudente do que posteriormente se mostrou o Presidente Antero, Araujo Ribeiro assumiu a administração na cidade do Rio Grande, e recusou o convite para o fazer em Porto Alegre, que se achava em poder dos revoltosos.

Que garantia podia-lhe merecer o *convite* da Assembléa Provincial toda dedicada a Bento Gonçalves?

Bento Manoel, que juntamente com o chefe revolucionario e outros acabavam de *reconhecer* o governo de Araujo Ribeiro, não era inopinadamente atacado por Onofre, quando se dirigia para Porto Alegre?

Reatemos os acontecimentos politicos.

---

1 Bento Gonçalves o chefe do movimento revolucionario.

* * *

No dia 22 de fevereiro, a Camara emocionada esperava na hora regimental a presença de Vasconcellos.

Em seu lugar apresenta-se José Calmon, que declara não poder comparecer o seu collega, por ter sido chamado ao Senado para discutir o orçamento. Por elle encarregado apresenta e justifica as tres seguintes propostas.

> 1.ª Autorização para o Governo destacar 4 mil guardas nacionaes de todo o Imperio, e por um anno, para a defesa das praças, fronteiras e costas da provincia a que pertencessem.

Declara que o governo já havia *deliberado*, sem aguardar o tardio resultado do recrutamento, fazer marchar do Rio e de outras praças toda quanta tropa de linha julgasse conveniente, para a provincia do Rio Grande.

Essa resolução justifica a necessidade da medida solicitada, —substituição daquellas forças.

> 2.ª Prorogação por mais um anno no Pará e no Rio Grande da suspensão de garantias, decretadas pelas leis de 22 de setembro de 1835 e 11 de outubro de 1836.
>
> Como complemento dessa autorização solicitava a de poder conceder amnistia geral ou particular, ás pessoas envolvidas nos crimes de sedição ou rebellião commettidas nas mesmas provincias, caso a humanidade e a conveniencia do Estado assim aconselhasse.

O governo queria ficar armado com esta autorização, por que não desejando perseguir a quem quer que fosse, seu fito era chamar á ordem os cidadãos illudidos.

> 3.ª Abertura de um credito de 2.400 contos, para supprir os deficits verificados.

Eram, como se vê, tres votos de confiança que o novo governo vinha solicitar das Camaras.

Apresentadas aquellas medidas, o Ministro da Fazenda deu as explicações politicas, que eram anciosamente esperadas, e que foram recebidas no meio de geraes applausos.

Dessas declarações destacaremos apenas as seguintes.

Affirmou José Calmon, que a nova administração estava resignada a acceitar todas as condições do governo representativo—queria governar com as Camaras: manter a harmonia dos poderes publicos—exigia portanto o apoio dos representantes da nação—se esse faltasse, se retiraria do governo.

O fito do governo era manter a Constituição, o acto addicional e as leis, e que por esse motivo iria revogando e havia de revogar todos os Decretos e ordens, que eram oppostos á mesma Constituição, ao acto addicional e as leis (1).

Declarou que o programma da nova administração estava consubstanciado no aviso expedido no dia 20 por Bernardo Pereira de Vasconcellos, ministro de justiça e interino do Imperio: accrescentou que, desde que estivesse de novo estabelecido o imperio da lei e a integridade da patria, o governo promoveria todas as refórmas necessarias ao desenvolvimento do paiz, depois de maduramente estudadas, desde que não contrariassem a Constituição e houvesse reclamo da opinião publica.

O aviso expedido por Vasconcellos, que delineou o programma do partido que subia ao poder, é documento historico de grande valor. Foi publicado na imprensa da epocha e teria desaparecido, se não figurasse na Colleção de Leis, edição de Ouro Preto.

Sendo rarissima essa edição e não figurando o aviso nem mesmo nos annaes legislativos, transcrevo aquelle programma, hoje conhecido de numero limitado de curiosos.

Eis a Circular.

«Communico a v. s. que o exmo. sr. Diogo Antonio Feijó, acaba de renunciar espontanea e livremente o cargo de Regente do Imperio, em nome do Imperador sr. d. Pedro II e, na fórma do acto addiccional á Constituição assumiu a Regencia o sr. Pedro de Araujo Lima, como ministro e secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o que v. s. verá das inclusas cópias.

O primeiro acto do Regente interino foi a nomeação de um novo ministerio, para o qual fui chamado e encarregado da pasta da Justiça, e interinamente da do Imperio, e relevando que v. s. fique inteirado da marcha que pretende seguir a nova administração, apresso-me em enuncial-a em geral, reservando o seu desenvolvimento para outros avisos.

Guardar e fazer guardar a Constituição, o acto addicional e as leis, sendo condição devida de qualquer administração brasileira, ocioso se torna dizer que será do actual governo.

Todavia, para que nossas instituições liberaes produzam os esperados fructos, para que de sua leal e plena execução resulte a *liberdade* e a *ordem*, é de mistér que o governo tenha a *necessaria força*, porque é só assim que elle póde fazer o bem e prevenir o mal.

Esta força, pensa o governo encontral-a na sua propria organização, sujeitando os seus membros a uma reciproca responsabilidade por seus actos governativos, desvelando-se em manter perfeita harmonta entre si, de maneira que a expressão da vontade de um seja a expressão da vontade de todos.

---

1 Um dos primeiros actos do ministerio de 19 de setembro foi declarar sem effeito os decretos expedidos pelo gabinete anterior, amordaçando a imprensa.

Mas embalde serão os esforços do governo, se a harmonia que elle pretende manter se não verificar igualmente em seus delegados.

Força é portanto que o governo ache nestes a necessaria obediencia, a mais activa cooperação e a mais leal execução de seus deveres.

Nada desautoriza, nada debilita tanto um governo, como deparar com obstinação, contrariedade e indiferença naquelles a quem deu sua confiança e de quem devia esperar auxilio, zelo e conformidade.

Um tal procedimento jámais terá o assenso do governo.

Importa que se tranquilizem os empregados publicos, o governo não indagará o partido que seguiram, e quaes as opiniões que professavam.

Elle acceita as lições do passado, mas sujeita as suas suggestões na admissão ou destituição dos empregos, para as quaes só consultará a aptidão, serviços, probidade, zelo, actividade e energia.

Não intenta o governo dominar as opiniões, mas não as verá com indifferença, quando hostis aos principios vitaes da administração se produzirem em factos.

O governo saberá respeitar todas as idéas, todos os sentimentos, todos os partidos—mas tambem os saberá combater com energia, e punir com toda severidade das leis, se ousarem recorrer a meios reprovados.

Não ignora v. s. que uma facção armada, na provincia do Rio Grande do Sul atropellou as leis, destruiu o socego, depoz a legitima autoridade, menoscabou todas as ordens do Governo Imperial, e por fim arrojou-se a proclamar um governo republicano.

A ninguem se esconde que debellar e escarmentar a rebellião é um direito de todos os brasileiros, é o interesse vital da verdadeira liberdade, essencialmente ligada á união e integridade do Brasil.

O governo não perderá instantes, não poupará esforços para restaurar alli o Imperio da Lei.

Possam as calamidades que o crime despejou naquella provincia fazer cahir a venda aos fanaticos de idéas avessas ao nosso regimen.

Conhecido o programma do novo partido, reorganiza-se o que figurou na historia politica da monarquia com o nome de liberal, e proclama a necessidade do ampliar-se o programma de 1831, e inscrevem em sua bandeira:—Monarquia Federativa; Eleição biennal da Assembléa Geral Legislativa; Senado electivo e temporario; Suppressão do Conselho de Estado; Assembléas Provinciaes com duas Camaras, etc. Estabelecidas as escolas oppostas, data de 1837 a discriminação dos partidos.

* * *

Depois de esmagada a revolta da Bahia, o governo voltou a sua attenção para o Rio Grande do Sul.

Havia sido nomeado presidente daquella provincia o marechal Elisiario, o qual, nos 5 mezes decorridos, organizara a administração, distribuindo forças e entregando os pontos estrategicos a Silva Tavares, coronel Loureiro e João de Deus Muniz Barreto, cabendo a este a missão de guardar Rio Pardo e pontos circumvizinhos.

Nesse tempo, maio de 1838 abrem-se as Camaras e na fala do trono, chama-se a attenção dellas para as graves divergencias que estava suscitando a intelligencia da lei de 12 de agosto de 1834.

Em 8 de maio, foi lida a resposta á fala do trono, subscripta por *Antonio Carlos*, José Clemente e Carneiro de Campos. Della destacaremos os seguintes topicos, dogmas fundamentaes do novo partido:

«A camara não podendo deixar de reconhecer que sendo a primeira necessidade do paiz o prompto restabelecimento da ordem, o governo de V. M. bem mereceu do Brasil, pela efficacia dos meios com que apressou e levou a effeito a restauração da ordem legal na provincia da Bahia.

«A camara dos deputados está firmemente decidida a sustentar a lei constitucional de 12 de agosto de 1834, que reformou alguns artigos da Constituição do Imperio, como consequencia necessaria do principio da justiça, que exige se dê ás provincias todos os meios de recursos provinciaes, que não pódem deixar de existir dentro dellas: reconhecendo todavia que a mesma lei tem suscitado duvidas graves e gerado conflictos perigosos á paz do Imperio, pelos termos vagos, obscuros e inexactos com que foram redigidas algumas de suas disposições—trabalhará por esclarecer o que ha de obscuro, precisar o que existe de vago, e por fazer desaparecer, pelas regras de uma sana hermeneutica, qualquer intelligencia que pareça estar em contradição com o rigor de nossos principios constitucionaes, afim de que um acto de vital esperança para o Brasil, possa produzir os salutares beneficios que teve em vista a sabedoria que o dictou».

«A camara dos deputados, Senhor, promette franca e positivamente ao governo de V. M. I. sua efficaz e leal cooperação para os fins sobreditos».

No dia 10 de maio entrou em discussão a resposta a fala do throno. Havia grande interesse no publico para conhecer qual a força da opposição e a do governo.

Rompe o debate Alvares Machado, requerendo que seja adiada a discussão até que pelos ministros fossem apresentados os relatorios. Essa proposta foi rejeitada por 53 votos, tendo obtido 9 a favor,

Segue-se Ottoni, propondo para que seja a discussão da resposta á fala do trono por periodos e não englobadamente.

Sobre este ponto, em pequenos discursos, opposição e amigos do governo terçam as armas. No começo, reinou perfeita calma, sendo a discussão amenizada com jogo de espirito.

Ottoni, que falara por varias vezes, chama Vasconcellos de 1.° ministro, e a Honorio, de chefe da maioria. Este que se achava presente protesta, declarando—que não é chefe—que está coacto com o epitheto; não quer se occupar com epithetos porque então poderia chamar a Ottoni —clarim— guarda avançada da minoria (1).

Antonio Carlos não se oppõe a discussão por periodos—não quer privar os seus adversarios de discussão: em gentileza me hão de nunca ganhar a victoria—se os snrs. têm armas afiadas para entrar em renhido cambate—tambem os membros da commissão estão promptos para elle».

Um terceiro, vinha protestar, declarando que não se tratava de gentilezas, mas de ganhar tempo para discussão de projectos importantes.

Rodrigues Torres, ministro da marinha, corta a questão, declarando que o governo não fôra ouvido a respeito, mas acceitava a discussão artigo por artigo.

Ottoni offerece emenda, e nessa discussão tomam parte—Alencar, Limpo de Abreu, Alvares Machado, pela opposição; Nunes Machado, Antonio Carlos, Paula Candido, d. Francisco e Honorio pelo governo.

Em uma das vezes que Vasconcellos occupou a tribuna se aproveitou para referir-se a palavra—regresso—e que serviu de base para a organização do partido conservador.

Disse elle—«Explico o sentido em que eu me tenho desvanecido de pertencer ao regresso.

« Houve tempo em que eu julgava que o liberalismo consistia em derrubar tudo quanto nos legarão nossos antepassados. Fizeram-se muitas e importantes refórmas e pretendia-se progredir da mesma maneira.

« Eu entendi então que devia interpor recurso contra essa maneira de proceder, contra esse prurido de innovar, e empreguei a palavra de *regresso*, como synonimo de *recurso*, ao menos é esta a intelligencia que lhe dão os classicos portuguezes».

« Alguns entendem que as palavras significam não o que seu autor quer com ellas, mas sim o que elles querem que ellas signifiquem.

« O systema do regresso ensina a avaliar as medidas que se pretendem adoptar para bem do paiz, submettel-as á discussão, não do partido republicano, ou deste ou de qualquer outro, porque discussão entre partidos são infructuosas— mas sim em suscitar a discussão entre as diversas opiniões, os diversos interesses, para atinar com a verdadeira opinião do paiz.

---

1 Ottoni não gostou do epitheto e dava solenne cavaco quando o repetiam.

« Se o synonimo assim entendido é prejudicial ao paiz, então nós não podemos servil-o».

O gabinete de 19 de setembro teve difficil missão, qual a de restabelecer a ordem nas provincias—umas conflagradas pela guerra civil, outras anarquizadas pela interpretação que davam a diversas disposições do acto addicional

Com rapidez foi concluido o restabelecimento da ordem no Pará; em março de 1838, voltava a Bahia para a communhão nacional, e novas providencias vinham completar as anteriormente dadas para a pacificação do Rio Grande.

Ao mesmo tempo, Vasconcellos encaminhava a refórma da legislação criminal, a do processo perante o jury, retirava dos juizes de paz as attribuições policiaes, acabava com a escolha de promotores, juizes municipaes e de orphams de listas organizadas pelas camaras municipaes, centralizava emfim a acção politica.

A resposta ao voto de graças foi approvado em 12 de junho de 1838. Caminhava o ministerio rodeado de apoio geral, quando dois factos vieram abalar-lhe o prestigio e enfraquecel-o perante a opinião publica, a derrota de Barreto, no Rio Pardo, e a divergencia que surgiu entre o regente e o ministerio, relativa á eleição senatorial do Rio.

* * *

Quando o presidente do Rio Grande distribuiu as forças pelos diversos pontos estrategicos, entregou a Barreto a defesa do Rio Pardo e das localidades circumvizinhas, recommendando-lhe, especialmente, que conservasse sentinellas no Rincão d'Elrei, onde se achava reunida a cavalhada, para evitar surprezas.

Descuidou-se Barreto e mais ainda o official encarregado de fazer as rondas indispensaveis para conhecer a aproximação do inimigo.

Desse descuido se aproveitaram os rebeldes—trabalhando a noute, abriram picadas, e inesperadamente invadiram o Rincão, apossaram-se da cavalhada e aprisionaram as forças alli estacionadas.

Barreto, certo de que ia se haver com pequeno numero de inimigos, em vez de permanecer no Rio Pardo, ou recolher-se á povoação do Triumpho, para se apoiar na esquadrilha, como lhe havia sido ordenado, procura os inimigos, e encontra na sua frente, Bento Manoel, Netto, Crescencio, Côrte Real e Onofre.

No dia 19 de maio entrava Bento Manoel na cidade de Rio Pardo, e apossava-se de todo e armamento, munições e de cerca de 1200 prisioneiros.

Barreto, desesperado, foge, recolhe-se á esquadrilha. conseguindo apenas salvar 200 homens.

A responsabilidade deste desastre é consequencia da politica dubia do governo central, que para ser agradavel aos re-

beldes, procedia de modo a desgostar Bento Manoel, o mais temivel dos guerrilheiros, e que felizmente mais tarde voltou ás fileiras imperiaes, acontecimento que influiu «para reerguer o animo publico do abatimento a que tinha chegado, tendo sido solemnizada aquella volta em Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre e S. José, porque Bento Manoel provara ser o mais notavel cabo de guerra que militava no campo dos rebeldes, e, sem a sua cooperação, estes não poderiam deixar de intibiar-se na luta» (1).

De facto, pouco depois mudava-se a sorte da guerra, e Bento Manoel, acossando os rebeldes, não lhes dava tregoas—A elle deveu Caxias a victoria de Ponche Verde, em 13 de maio de 1843.

A opinião publica no Rio de Janeiro clamou contra Elisiario, considerando-o responsavel pelo desaste do Rio Pardo, e toda a imprensa exigia a sua demissão. O ministerio, conservando-o no governo da provincia, concorreu poderosamente para se enfraquecer. A opposição, tanto na camara como no senado, se aproveitou com vantagem, daquelle desastre para arredar do governo as sympathias populares.

O que, porem, abalou fortemente o ministerio foi a discordia que surgiu entre elle e o regente por causa da eleição senatorial do Rio de Janeiro.

Entendia o regente que a successão de Lucio Soares devia tocar a seu particular amigo Lopes Gama. Vasconcellos e seus collegas sustentavam José Calmon, porque, além de ser chefe prestigioso de uma das mais importantes provincias, fazia parte do ministerio e a sua exclusão affectaria a força moral do gabinete perante a Nação.

Remettida a lista triplice ao regente, este, em 16 de abril de 1839, escolhe senador a Lopes Gama.

Como era natural, não sugeitou-se Vasconcellos á vontade impolitica e caprichosa do Regente, e recusou-se assignar a carta senatorial—como consequencia, demitte-se o gabinete, apesar de contar enorme maioria nas Camaras.

Organiza-se o ministerio de 1 ° de setembro de 1839, que precedeu ao de 18 de maio de 1840, que caiu pela revolução parlamentar da maioridade, e do qual fez parte Vasconcellos, durante 9 horas que elle com orgulho considerava as mais gloriosas de sua vida politica.

Deixando o governo, Vasconcellos conservou-se arredado do movimento politico, o que ainda mais concorreu para enfraquecer o governo regencial.

O grande politico que em annos anteriores havia levantado a idéa da maioridade de d. Januaria, para assumir a regencia, idéa que não excedeu os limites de um pensamento, tanto que se apresentava patrocinada por Hollanda Cavalcanti, revivia entre

1 Pereira da Silva — De 1831 a 1840.

gos aquelle pensamento, com o intuito de contrariar o regente, allegando que, tendo então d. Januaria attingido os 18 annos, cabia-lhe assumir a regencia, sendo o governo de Araujo Lima por esse motivo inconstitucional.

Reproduzirei em seguida o interessante periodo historico da revolução parlamentar da maioridade, que momentaneamente arredou do poder o partido conservador, cuja volta ao poder produziu a revolução de 1842.

Os meus consocios terão notado as divagações historicas e politicas que parecem não ter ligação alguma com o ponto que me propuz estudar, mas, dos attrictos que elles provocaram, dos odios que surgiram, nasceram as causas que determinaram a revolta — ciumes e ambição de poder.

Até o momento da revolução, e nos factos subsequentes, tenho de referir-me muitas vezes a Vasconcellos, e, para que a nova geração possa bem avaliar, comprehender e admirar a capacidade do grande homem de Estado, que durante 24 annos fulgurou na nossa historia politica, reconcentrando em sua individualidade a attenção do paiz e a admiração de amigos e adversarios, torna-se indispensavel conhecer o seu retrato, em todos os tons. Recorrerei para esse fim á descripção feita, por um brasileiro que se occultou sob o pseudonimo de John Armitage, que escreveu a Historia do Brasil de 1808 a 1831, obra que, como sabemos, contem o mais completo, veridico e imparcial repositorio dos factos daquelle periodo.

Diz aquelle escriptor: «A lei para o nivellamento dos direitos de importação sobre as fazendas de todas as nações foi apresentada pelo patriota Vasconcellos—o seu discurso a este respeito foi uma peça de raciocinio solido, de pespicácia, e de sãos principios de economia politica».

«A maneira por que a adopção do systema representativo desenvolveu as faculdades intellectuaes de Vasconcellos—o Mirabeau do Brasil, causa seguramente o maior espanto. Educado em Coimbra, nunca alli se distinguiu pelo seu talento ou pela sua applicação. Restituido á sua patria, não tratou de aproveitar-se das pequenas vantagens que a sua educação lhe tinha assegurado; e foi só depois de haver sido nomeado deputado, quando já contava mais de 30 annos, (32) que principiou a dar provas dessa applicação intensa, e desse talento transcendente, que lhe grangearam a admiração, mesmo dos seus mais encarniçados inimigos. A datar deste periodo (...) parece que um novo principio começou a animar sua existencia, e noite e dia foram por elle consagrados ao estudo da sciencia administrativa. Seus primeiros ensaios como orador nada tiveram de brilhantes. As palavras eram mal collocadas, a elocução difficil (era gago nessa epocha) e a acção sem donaire. A estas desvantagens, accrescia ainda o ser desconsiderado entre os liberaes, em consequencia de sua desordenada ambição. Demais, sua moral passava por corrupta; e uma serie

de enfermidades, attribuida pelos seus inimigos a uma vida dissoluta, e pelos seus amigos pelos effeitos de um veneno subtil, tinham-lhe dado a apparencia e o porte de um sexagenario. A pelle murchou-se-lhe; os olhos afundaram-se; o cabello começou a alvejar; a marcha tornou-se tremula, a respiração difficil; e a molestia espinhal, de que então principiou a padecer foi para elle fonte inexaurivel de cruelissimos tormentos.

Emquanto, porem, passava o physico por este prematuro naufragio, parecia que o interno principio vivificante caminhava num progresso correspondente para o estado de perfeita madureza.

O orador diffuso e sem nexo de 1826, tinha-se tornado dois annos depois tão eloquente e tão sarcastico, que nenhum outro membro da casa lhe podia ser comparado; (completara 33 annos) e quando, levado pelo enthusiasmo, ou incitado pela paixão, dava largas a suas emoções, a sua figura decrepita e curvada elevava-se qual a de um genio protector, á sua maior altura; os olhos animavam-se de novo com todo o seu pristino lustre, e nas feições de seu arrugado e cadaverico semblante brilhavam por momentos a mocidade renovada e a intelligencia.»

* * *

Esse *velho*, que em 1832 contava 36 annos de edade, de figura decrepita e tremulo caminhar, continuou até os 55 annos a assombrar os contemporaneos aconselhando, inspirando ou iniciando os monumentos da nossa legislação.

Em 1.° de maio de 1850, diz-nos Joaquim Manoel de Macedo, no seu Anno Biographico—toda a cidade do Rio de Janeiro, ao annuncio da morte de Vasconcellos, commovia-se, como ao ruido de um monumento que houvesse desabado.

Foi uma das primeiras victimas da terrivel epidemia da febre amarella, que naquelle anno aterrorizou a cidade do Rio de Janeiro.

Não passarei adiante, sem referir um dos actos mais importantes da administração de Vasconcellos em 1838. e que tanto o recommenda á gratidão nacional, e que não póde deixar de ser rememorado em uma associação literaria e investigadora, como é o nosso Instituto Historico.

* * *

De ha muito a instrucção publica e o desenvolvimento intellectual se achavam paralizados, devido ás circumstancias especiaes do paiz.

No periodo anterior a 1822, o espirito nacional achava-se entregue á luta pela Independencia. De 1822 a 1831, a nova nacionalidade, impulsionada pelas idéas da epocha, procurava intervir na sua reorganização, almejando novas liberdades. De

1831 a 1837, a fraqueza do governo regencial e a legislação existente haviam anarquizado completamente o paiz, que estava prestes a se desmembrar.

Apesar das grandes difficuldades que impediam a marcha regular do governo, Vasconcellos, com admiravel actividade, procurava organizar todos os ramos do serviço publico, regularizando-os, pela energia que empregava na applicação das medidas adoptadas.

Legislador emerito, espirito culto, elle sabia que as nacionalidades não progridem, nem alcançam perfeito gráu de civilização, sem o impulso que sóem produzir as lutas da intelligencia.

Não podia, portanto, deixar de prender-lhe, a attenção, o estado decadente do ensino, e a paralização do desenvolvimento intellectual em muitas das suas manifestações.

Voltando suas vistas para a instrucção, Vasconcellos reforma a legislação, augmenta o numero das escolas primarias no Rio, organiza o ensino secundario, escolhe o mestre, premeia o alumno, e chama a attenção das Assembléas Provinciaes para o momentoso assumpto.

Com notavel regulamento, justificando magistralmente a divisão do ensino, crea o Collegio de Pedro II, que deu vida a uma geração de brasileiros notaveis.

Em seguida, reformou a Academia de Bellas Artes, promoveu o desenvolvimento da sociedade de medicina, a amante da instrucção e auxiliadora da industria nacional e facilitava ao padre Januario da Cunha Barbosa e ao Visconde de São Leopoldo a creação do Instituto Historico e Geographico do Rio de Janeiro, benemerita instituição, que tem prestado assignalados serviços á Patria, reunindo religiosamente as tradições do passado pelos esforços do presente, para que nos vindouros seculos o historiador conheça os nossos erros, as nossas glorias e os inolvidaveis serviços de tantos brasileiros, que, com inexcedivel patriotismo, trabalharam para o engrandecimento da patria.

Devido a esse impulso patriotico os espiritos cultos se congregaram, e, em periodo limitado, o Brasil, nação pequena e nova, e que ainda não se achava completamente organizada, conseguia reunir um nucleo intellectual que causaria orgulho ás velhas nações civilizadas.

Foi nesse periodo que deu-se o renascimento das sciencias, artes, literatura, poesia lirica, pintura e musica, e que fulguraram os Domingos José Gonçalves Magalhães, Torres Homem, Porto Alegre, José Maria do Amaral, Justiniano José da Rocha, Firmino Rodrigues Silva, Odorico Mendes, o conego Januario, o Visconde de S. Leopoldo, Francisco Manoel da Silva e tantos outros.

Nessa epocha de memoravel desenvolvimento intellectual, na arte scenica surgia Joaquim Augusto e depois Estella dos Santos até hoje não excedida por nenhuma outra artista nacional.

João Caetano, depois de ter pago á patria seu tributo de sangue, na guerra da Cisplatina, iniciara-se na sua arte percorrendo a provincia do Rio, figurando nos papeis de dama e de galan. Mais tarde fundava a escola romantica, para se immortalizar no drama e na tragedia, e, sem nunca ter tido mestres, assombrava os seus contemporaneos no *Kean, Cabo Simôo, Gargalhada*, adivinhando e realizando em scena, como nos diz um de seus biografos, os futuros Rossis e Salvinis.

Que estas lembranças se perpetuem nas associações cultas como é o nosso Instituto Historico.

MAIORIDADE

Os partidos politicos não poderiam cumprir sua missão nem realizar seus programmas, se quando apeados das posições officiaes, não empregassem esforços para a conquista do poder.

A historia nos demonstra que abstenções muitas vezes occasionaram o suicidio dos partidos.

No nosso paiz, durante o Imperio, a conquista do poder estava ao alcance da opposição—pela victoria das urnas—pelo voto do parlamento, ou pela dissolução das Camaras, medida de que usava o Imperador, para acalmar o movimento irritado de um partido, deante da longa permanencia de seus adversarios no poder.

Em 1840, o partido liberal estava impossibilitado de subir ao poder por qualquer daquelles meios.

O voto do parlamento lhe era contrario, visto ser a maioria dedicada ao governo e ao ministerio. A victoria pelas urnas só poderia ser obtida quando a camara completasse o seu mandato constitucional. Até lá aquella corporação era omnipotente, por ter sido retirada da regencia a attribnição de dissolver camaras

Via-se, portanto, aquelle partido na dura contingencia de permanecer no ostracismo á espera da maioridade, que ainda vinha longe. Só em 2 de dezembro de 1843, se daria aquelle acontecimento.

Alguns politicos irriquietos, nao querendo esperar occasião opportuna para galgar o poder, o que é uma grande sciencia politi a, resolveram conquistal-o por um golpe de estado.

Para esse fim levantaram a idéa de ser o Imperador declarado maior, tres annos antes da epocha constitucional, marcada aos 18 annos no art. 121 da Constituição do Imperio.

Não era nova a idéa da maioridade.

Durante o periodo regencial, por mais de uma vez aquelle pensamento se manifestou quer na camara dos deputados, quer nas aggremiações politicas, não com intuito de facilitar a marcha

regular dos negocios publicos, mas como arma de guerra para difficultar a acção do governo ou servir de escada aos assaltantes do poder.

A primeira vez foi levantada no parlamento, em 1835, pelo deputado Luis Cavalcanti. O projecto por elle apresentado para ser o Imperador declarado maior aos 14 annos, não foi julgado objecto de deliberação.

A segunda vez, ou por se achar impressionado pelos males causados pela fraqueza dos governos regenciaes, ou, o que é mais certo, movido pelo desejo de contrariar a regencia, Vasconcellos, manifestou a alguns amigos a conveniencia de ser o governo exercido por d. Januaria, depois de declarada maior.

Esse desejo, como elle proprio declarou, no manifesto de 28 de julho de 1840, nunca excedeu os limites de um pensamento.

Entretanto o *Sete de Abril*, jornal inspirado por Vasconcellos, justificou a conveniencia da medida, tendo sido fortemente combatida por Evaristo, na *Aurora*, não só pela sua inconstitucionalidade, como ainda porque no Brasil ninguem acreditaria que a Regencia seria entregue de facto á Princesa.

O *pensamento* de Vasconcellos foi repellido pelo partido moderado, tornando-se o grande politico mineiro alvo de terriveis ataques.

Na assembléa provincial de Minas, na sessão de 26 de março de 1836, Manoel Ignacio de Mello e Sousa, um dos mais prestigiosos chefes do partido liberal, bradava: «Pereça aquelle que se atrever a *profanar* a Constituição. Pereça o *conspirador*, quem quer que elle seja!»

A terceira tentativa deu-se em 1837, quando Vieira Souto apresentou na camara projecto para que fosse o Imperador declarado maior, quando ainda não havia ultrapassado os 12 annos de idade.

Além dessas tentativas, uma outra foi planejada, como consta de um precioso autografo de politico evidente naquelle periodo.

Logo após a eleição de Regente do Acto Addicional, o grupo chefiado pelos dois Hollandas, e que acabava de ser derrotado, procurou se apoderar do poder, por um golpe de estado parlamentar, promovendo a maioridade de d. Januaria, e creando um Conselho Triumviral, que de facto governaria o paiz.

A este golpe de estado não se referem as chronicas e as memorias que compulsei, e talvez na historia não viesse figurar aquelle tentamen, sem o conhecimento do notavel documento, do qual vou lêr o topico referente ao assumpto.

Esse autografo foi escripto no Rio de Janeiro, em julho de 1835, por Alvares Machado, e dirigido, a Costa Carvalho, que abandonando o seu lugar na regencia trina se recolhera a Piracicaba, na sua propriedade agricola Monte Alegre.

O precioso autografo representa uma pagina curiosa da historia politica daquelles agitados periodos, e, percorrendo-o

hoje, 72 annos depois dos factos que narra, parece-nos estar assistindo o desenrolar dos acontecimentos, tão viva e minuciosamente são elles descriptos.

E' um documento longo, que nos descreve o caracter e a competencia de homens notaveis da epocha, bem como os factos e as intrigas que no momento se movimentavam.

Eis o topico:

« O partido Olandes tendo perdido a batalha na Urna Eleitoral apela para a intriga: elle está em maioria na Camara dos Deputados, e quer servir-se desta maioria para dar um golpe de estado, para fazer uma especie de 30 de julho: querem fazer pasar uma medida legislativa que julgue maior a Princesa d. Januaria, e lhe confira a Regencia do estado durante a minoridade do Imperador: ganhada que seja esta batalha farão pasar imediatamente uma outra medida Legislativa pela qual se confie a tutoria dos augustos pupilos a d. Amelia na conformidade da verba testamentaria com que faleseu o Imperador. A nova regente governará com um conselho de tres membros; e esperam os olandezes governar a Nação por meio das intrigas de Palacio, uma vez que o não puderam fazer pelo voto Nacional.

« A Camara dos Deputados conta em seu ceio 97 deputados; destes, 53 fazem a maioria olandeza, 44 são o nucleo da antiga moderação: e no entanto estes 44 esperam fazer recuar a maioria diante da discussão, que será vehemente, calorosa, e do ultimo interesse: estes 44 unidos em falange serrada, fortes pela superioridade intelectual, escudados pela Constituição do estado esperam derrotar aos facciosos, e venser, ou para milhor dizer dezagl merar uma maioria vacilante, fraca, desunida, por pretenssões particulares, e composta de anarquistas, de republicanos e absolutistas. Não sabemos o dia que se apresentará na camara aquele projecto, ele tem sido demorado porque os Fransas ezitam em aderir mas logo que elles asinem aparecerá: o projecto aparecerá asinado por toda a facsão e isto é mais um meio insidioso que os olandezes axarão para ilaquear gente flutuante, timida e mal unida. O Ramiro da Bahia levantará a lebre. Os hollandezes tem empregado todos os ardís para xamarem ao Lima as suas vistas, querem-no consolar com a segurança de que ele fará parte do conselho triunviral da Regente, mas o Lima não se deixou illudir, antes deu grande cavaco: mas o Lima está rodeado de Ministros traidores, o unico omem de confiança é o Castro e S.ª porque Alves Branco além de ser doutado de um caracter timido, flutuante, é concunhado do Ramiro parente de muitos olandezes, e mesmo nunca teve uma fisionomia politica bem pronunciada Tem-se querido muito agitar a população da cidade e fasela espozar as prentensõens dos olandezes, mas a população da cidade ainda esta enjoada das ruzgas, e mostra-se dezeijoza de socego e pas: disseram aos eizaltados que o ensejo era proprio, e o meio vantajoso para irem

a Republica : disseram aos caramurús que o meio era optimo para restaurar os principios, e o resto do pessoal derribado em 7 de Abril : porém, nem eizaltados, nem caramurús se querem meter em nova caravana, á mesma fome de ordem: a tudo isto acrese que a Guarda Nacional ainda se axa com optimos xefes: Manoel da Fonseca Lima comanda a forsa de primeira linha, Luis Alves de Lima está a testa do corpo de permanentes. e por este lado estamos seguros. apezar de contar-se com a traisão dos Ministros da Marinha e Guerra: o Ministro do Imperio é um ente nulo.

Alguns dizem que é mister mudar ao menos os Ministros de Marinha e Guerra. Este é o estado em que as cousas se axam; e, para nada ocultar-lhe, devo dizer que o Vasconcellos está unido aos olandezes, e poriso muito desacreditado: a maioria do Senado é contra o projecto dos olandezes, e para isto muito contribuio o saberem que anda nisto o dedo do Vasconcellos; se bem que ainda ontem o Vasconcellos negou que ele andase: declarará (aseguram-me) contra o projecto de Lei.

Vensida que seja afasão olandeza pode a actual regencia seguir em suas funsões, e provera aos Ceos que ela mantivesse té..... quem sabe? tudo pode ser: mas a Regencia não pode permanecer com um só membro: Se V. Exª. não vem fica só o Lima, e dará azo a dizer-se que sesou a Regencia porque ese corpo colectivo não tem mais sua maioria, e podem tentar com sombra de razão dar ao Lima sua despedida e deixar o governo ao Ministro do Imperio».

Desta vez, os maioristas não conseguiram levar por diante seus desejos O Ramiro não *levantou a lebre* e Feijó poude assumir a regencia em outubro de 1835.

Reproduzindo factos historicos e que figuram nas chronicas, nos annaes do parlamento e documentos insuspeitos. o nosso intuito é tornar patente que a idéa da maioridade servira aos interesses politicos de ambos os partidos—apoiada uma vez na imprensa por Vasconcellos foi repellida por Alvares Machado e Mello e Sousa, que imprecou a morte daquelle estadista, só porque lhe viera ao pensamento a idéa de profanar a Constituição, desejando a maioridade de d. Januaria: mas em 1840 ambos foram os mais ardentes paladinos da idéa.

* * *

No começo do anno de 1838, os chefes politicos decahidos, contando com as dificuldades do governo na pacificação do Rio Grande, pretenderam recuperar o poder por meios revolucionarios.

Para esse fim, organizaram um club secreto, denominado Sociedade dos Patriarchas Invisiveis, com séde no Rio de Janeiro e ramificações nas provincias que pretendiam conflagrar.

Ou por terem encontrado repulsa, ou porque os encarregados de propagar as idéas da Sociedade nas provincias, não

tiveram competencia para impol-as, o certo é que em São Paulo, apenas se organizaram clubs em algumas localidades do Norte, parte da provincia de S. Paulo que, como é sabido, achava-se ligada pelas relações commerciaes, mais com a Côrte do que com a Capital.

Em occasião opportuna, daremos a conhecer os estatutos daquella sociedade secreta, e a influencia que alguns desses clubs tiveram no movimento material de 1842.

Não encontrando apoio geral para um movimento armado, o senador Alencar, creador da Sociedade dos Patriarchas Invisiveis, promoveu a idéa da maioridade do Imperador, como unico meio de galgar o poder e governar com seus amigos o paiz por meio de um conselho de dez membros.

Dias antes de serem abertas as Camaras, Alencar reuniu em sua casa Antonio Carlos, Martim Francisco, os dois Hollandas e o dr. Alencar, seu sobrinho, e propoz a creação de um club, que trabalhasse secretamente para a proclamação da Maioridade do Imperador. Acceita a idéa, organizou-se o club no dia 15 de abril de 1840, sendo nessa data approvados seus estatutos.

Da acta dessa primeira reunião consta ter Hollanda apresentado duas propostas.

1.ª Para que cada socio procurasse conhecer a idéa do Imperador.

2.ª Para que cada socio alliciasse deputados e senadores para votarem a maioridade.

Para conhecer a idéa do Imperador, foram nomeados Antonio Carlos e Hollanda.

A segunda reunião dos conjurados realizou-se no dia 22 de abril.

Foram propostos Ottoni e Marinho, que, sendo acceitos e estando presentes, tomaram parte nas deliberações.

Em seguida Antonio Carlos declarou, que já haviam dado alguns passos para conhecer-se o pensamento do Imperador, e comquanto nada tivessem colhido acreditavam que o monarcha desejava aquella medida.

Em seguida, Alencar declarou que havia alliciado Vicente de Castro, Manoel do Nascimento, Lima Sucupira, Ferreira da Costa e Lima e Silva.

Em 29 de abril realiza-se a terceira reunião dos conjurados —são admittidos José Bento e Pinto Coelho.

Antonio Carlos informa, (palavras textuaes da acta) *que entendera-se com pessôa do Paço, e que esta falando com o Imperador, este dissera que queria. que desejava, que fosse logo, e muito estimava, que partisse* ISTO *dos srs. Andradas e seu partido: accrescentando serem essas as palavras do Imperador.*

Continúa a acta. Em vista disto é Pinto Coelho, encarregado de entender-se com o Tutor para que este conversasse a respeito com o Imperador.

Pinto Coelho era sobrinho, creio eu, do Marquez de Itanhaen, então tutor do joven monarcha.

No dia 7 de maio, reunem-se os conjurados, pela 4.ª vez, e Pinto Coelho dá parte, que S. M. queria que se adiantasse a medida da maioridade.

Nesta reunião foram propostos—Vergueiro, Limpo de Abreu e Montezuma.

Na 6.ª reunião, realizada em 9 de maio, José Bento declarou que Vergueiro não comparecia por não se achar inteiramente disposto a acompanhal-os. Limpo não faz declarações, mas não compareceu.

Decide-se a apresentação do projecto no Senado e Alencar offerece um por elle feito. Não sendo approvado, é substituido pelo seguinte:

Artigo 1.° O sr. d. Pedro 2.°, Imperador e defensor perpetuo do Brasil, é declarado maior desde já.

Artigo 2.° Logo que o sr. d. Pedro 2.° entrar no exercicio de seus direitos, escolherá um conselho de dez membros, que terão os mesmos ordenados, que tinham os antigos conselheiros de Estado.

Em 12 de maio realiza-se a 7.ª e ultima sessão secreta do club da maioridade, e nella resolvem;

Que o projecto devia ser apresentado no dia seguinte por essa data a do anniversario de d. João 6.°, o que seria agradavel ao neto.

«*Depois de debate, decidiu-se, contra o vencido na outra sessão, que os projectos fossem dois, um propondo a maioridade, outro o conselho do Estado*

«*Resolveu-se que no dia seguinte Olanda offereceria o projecto no Senado, lá Mello e Sousa o assignaria, sem ser do club.*

Nessa ultima reunião foi organizada uma lista demonstrativa, pela qual se verificava que o projecto poderia contar com 16 votos a favor e 18 contra, não se sabendo o modo de pensar de tres senadores. A apresentação do projecto era indispensavel mesmo sem contar com maioria. Não podia ficar eternamente secreto.

Completemos as informações que são ignoradas pelo laconismo das actas.

Dias antes da reunião das Camaras, o senador Alencar, depois de ter ouvido os dois Hollandas, communicou seu pensamento a Antonio Carlos e a Martim Francisco, que o approvaram.

No dia 15 de abril de 1840, realiza-se em casa de Alencar a primeira reunião dos conspiradores. Compareceram apenas aquelles 5 conjurados, numero que foi se elevando até 11.

Pertenciam á camara vitalicia José Martiniano de Alencar, os dois Hollandas, (Antonio e Francisco) o conego José Bento Ferreira de Mello e Antonio Pedro da Costa Ferreira.

Faziam parte da camara temporaria Martim Francisco, Antonio Carlos, Ottoni, Marinho, Montesuma, e o dr. Alencar.

Acceita a idéa, referem as chronicas que os confidentes como preliminar trataram de tornal-a conhecida do Imperador, e saberem qual seria o seu pensamento a respeito.

Dessa incumbencia foi encarregado Antonio Carlos, que gosava de geraes sympathias, entretinha no Paço relações intimas com alguns dos veadores que rodeavam o joven Imperador.

E' facto sabido que Antonio Carlos encarregou ao veador Bento Antonio Bahia, de fazer chegar ao Imperador uma missiva, cujos termos haviam sido approvados no club, e era assim concebida:

«Os Andradas e seus amigos desejam fazer decretar pelo corpo legislativo a maioridade de V. M. I.; mas nada iniciarão sem o consentimento de V. M. I. (1)».

Ottoni, um dos confidentes, escrevendo 20 annos depois destes acontecimentos a celebre—«Circular»—diz-nos:

«Precisavamos de segurança prévia, de que o poder viria parar nas nossas mãos; aliás trabalhariamos estupidamente para reforçar a preponderancia dos retrogados».

«Só a sancção da victoria, a posse do poder, podiam justificar nossa participação em tal empresa».

« Seria loucura insistir na sua realização, senão estivessemos bem seguros das disposições de animo do mancebo imperial, se não contassemos com o seu beneplacito, e, para tudo dizer, com suas boas graças.

Essa segurança, os confidentes acreditavam ter com resposta que dias depois lhes apresentara Antonio Carlos:

«Quero e estimo muito que *esse negocio* seja realizado pelos Andradas e seus amigos».

Com esta informação, fez-se acreditar aos associados, e depois a seus amigos politicos, que o joven monarcha se achava de accrdo com os conspiradores que se haviam reunido com o fito de rasgar a Constituição do Imperio.

Entretanto, bastaria uma leitura meditada daquella resposta para que surgissem suspeitas quanto á sua veracidade.

Bento Bahia foi incontestavelmente um homem astuto e desde logo comprehendeu que jamais occasião tão propicia se lhe offereceria para servir-lhe a ambição, e della se aproveitou com arrojo.

Foi essa ambição, que deu origem á resposta, que serviu para mistificar homens de grande merecimento e de boa fé—o que não teria acontecido se não estivessem com o espirito obsecado por uma idéa fixa - a *conquista do poder*.

Os termos da *resposta*, transmittidos pelo veador Bento Bahia a Antonio Carlos não podiam ter partido do joven monarcha.

---

1 Ottoni - Circular aos Eleitores de Minas.
Theophylo Ottoni—Circular. Pereira da Silva, de 1831 a 1840.

Embora de pouca idade, era elle summamente retrahido, distinguindo se por admiravel criterio e profunda circumspeção, qualidades essas que todos os contemporaneos lhe reconheceram.

Quando Hollanda, em 13 de maio de 1840, apresentou ao Senado o projecto da maioridade, declarou que o Imperador se achava com todas suas faculdades desenvolvidas.

O Marquez de Paranaguá, na sessão de 20 daquelle mês e anno, affirmava que ao joven imperante sobrava intelligencia para tomar as redeas do governo, e presidir com sua augusta presença e influencia immediata as deliberações do governo na direcção dos negocios publicos.

Na camara dos deputados, Alvares Machado, Limpo de Abreu e Antonio Carlos confirmavam as palavras dos venerandos senadores.

Nenhuma dessas opiniões deve pesar mais que a que passamos a transcrever Theofilo Ottoni, um dos confidentes, em 1860, exactamente no periodo em que tanto contrariava a Corôa, attribuindo-lhe o *poder pessoal* referindo-se aos acontecimentos da maioridade assim se manifestava. «Fazia-se em geral o mais vantajoso conceito, não só dos dotes moraes do Imperador, como do seu desenvolvimento intellectual, e mais que tudo do profundo criterio, e discreta reserva em que se mostrava eminente.»

Se na epocha da maioridade, os mais nataveis brasileiros reconheciam no joven monarcha, profundo criterio, discreta reserva, elevação moral e intellectual, como acreditar que elle se tivesse manifestado tão levianamente, qualificando de NEGOCIO um acto inconstitucional?

As grandes qualidades do Imperador que os contemporaneos reconheceram e que a Historia confirma, não teriam ficado empanadas se tivesse elle sido tão ingenuo a ponto de entregar nas mãos de politicos que tinham sêde de poder, o *Sim*, lançado com sua letra no celebre memorial» escripto por uma das nossas illustrações» como refere Ottoni, documento que demonstraria á posteridade seu apoio a conspiradores que tramavam uma medida, que por inconstitucional poderia conflagrar o paiz?

Se os principios da honra e do dever foram seus apanagios desde os dias felizes da mocidade, até que velho e doente, chorando a patria amada, expirou no exilio, porque não protestar para que cesse essa lenda, que se fosse verdadeira denotaria no Imperador uma indole astuta, perversa mesmo, qual a de occultar do Regente, do ministerio, do governo emfim, seus pensamentos intimos e as propostas que lhe haviam sido feitas pelos que tramavam um attentado contra a Constituição?

Não! Quem no seu seculo e na sua patria, desde moço se avantajou dos contemporaneos, por assignalados dotes, cultivada intelligencia, circumspecção e patriotismo, não podia referir-se naquelles termos, e muito menos deixar nas mãos dos confidentes a prova escripta, que lhe faria baixar os olhos e carminar-lhe o rosto, todas as vezes que tivesse de encarar seus associados.

Felizmente para grande numero de contemporaneos, que se deixavam guiar por calma e reflectida observação, desde logo se firmou a idéa, de as palavras attribuidas ao Imperador, e o *Sim* não foram mais do que uma arma de guerra politica.

Para outros, a mesma convicção veiu, quando passados apenas 7 meses, o Imperador *demittia* o ministerio ao qual encarregara de tratar do *negocio* da sua maioridade.

Para os incredulos finalmente, quando muitos annos após, o Imperador, assistindo no Instituto Historico do Brasil a leitura da Memoria sobre a Maioridade, trabalho do notavel magistrado e illustre homem de letras, Tristão de Alencar Araripe, ao terminar a sessão, declarou a aquelle brasileiro, e autorizou-lhe a dar publicidade, de que não era exacto o que se lhe attribuia, e que não se recordava de ter sido jámais provocado por pessoa alguma do Paço, e, que, quando aquelles acontecimentos se deram, só occupava-se com seus estudos, nãs se preocupando com a politica militante.

Aquelle recado imaginario, e o *Sim*, que nem mesmo pode se dizer apocripho, porque ninguem o viu, são lendas que devem desaparecer das velhas chronicas, por não terem mais razão de ser.

Naquelle momento, foi de grande vantagem. Aos confidentes, para arregimentarem forças e iniciarem o movimento, a Bento Bahia, para receber nas festas da Coroação o titulo de Visconde de Sarapuhi.

Antes de continuar devo referir uma anecdota, para amenizar tão longa exposição. Quando os conspiradores tratavam de *alliciar* votos favoraveis ao projecto, procuravam convencer de que o fim do Club era—*sustentar a monarquia ameaçada*—como constava de seus estatutos.

Quando se esforçavam de convencer ao senador Manoel de Carvalho, este, afinal se manifestou nos seguintes termos:

« Muitas revoluções contra os reis o povo tem feito, mas a favor do rei, só vocês a querem fazer—todavia os acompanharei ».

* * *

Em 7 de maio de 1840, ao ser apresentado na Camara dos Deputados o projecto de resposta á fala do trono, foi nelle incluido o seguinte topico—e *vendo com prazer aproximar-se a maioridade de V. M. I., assegura* etc.

Iniciando-se a discussão do voto de graças, Honorio Hermeto, na sessão de 12 de março, apresentou a seguinte emenda:

« Supprimam-se as palavras—sobre a qual tem V. M. I. grande interesse pela natureza e pela Lei, e vendo com prazer aproximar-se a maioridade de V. M. I. ».

No dia seguinte ao da apresentação desta emenda na Camara, Hollanda, de acôrdo com o que havia sido resolvido nas reuniões secretas do Club Maiorista, justificou no Senado os dous seguintes projectos

1.° A Assembléa Geral Legislativa decreta:

Artigo unico. O sr. d. Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, é declarado maior desde já.

Paço do Senado, 13 de maio de 1840.

Antonio Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, José Martiniano de Alencar, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, José Bento Leite Ferreira de Mello, Antonio Pedro da Costa Ferreira, Manoel Ignacio de Mello e Sousa.

2.° A Assembléa Legislativa decreta:

Artigo unico. Logo que o sr. d. Pedro II fôr declarado maior nomeará um conselho que se denominará Conselho Privado da Corôa, composto de dez membros que terão os mesmos ordenados que tinham os antigos conselheiros de Estado.

Paço do Senado, 13 de maio de 1840.

Antonio Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, José Martiniano de Alencar, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, José Bento Leite Ferreira de Mello. Antonio Pedro da Costa Ferreira, Manoel Ignacio de Mello e Sousa.

Justificando o primeiro desses projectos, declarou Hollanda, que retardara aquella apresentação por dois motivos: 1.° pelo respeito que votava a todos os artigos da Constituição, ainda mesmo aos que por sua natureza não eram reputados constitucionaes; 2.° pela oportunidade.

Affirmava que o Imperador se achava com todas as faculdades desenvolvidas, pelo que, tendo em consideração a conveniencia do momento, não hesitava em declarar que era de necessidade dispensar-se um artigo que não era constitucional.

Quanto ao segundo projecto, declarou que seu desejo era trazer as cousas ao estado normal, sem o que não haveria a estabilidade ambicionada, pelo que julgava conveniente acompanhar o primeiro projecto de outro que lhe era analogo.

Devo notar duas circunstancias que demonstram que o interesse politico era anteposto á coherencia e aos principios. Hollanda, no anno anterior em desacordo com o golpe de estado que premeditou em 1835, combatera o projecto que declarava maior a princesa d. Januaria, para em 40 collocar-se a frente de um movimento maiorista, que, como os outros, attentava contra disposições constitucionaes.

Mello e Sousa, um dos signatarios do projecto, tambem em 1838, na assembléa provincial de Minas Geraes, considerava conspirador, os que pretendiam *profanar* a Constituição. E' certo que naquella occasião a idéa não podia aproveitar a seu partido.

A suppressão do Conselho de Estado, fôra um dos mais preciosos lemmas da escola liberal, que aquelle partido fez vingar no Acto Addicional. Os conspiradores de 1840, porém, não trepidaram romper com os principios cardeaes da sua escola, restabelecendo o mesmo Conselho de Estado, com o nome de—Conselho Privado da Corôa,—Tribunal dos Dez de Veneza, como foi na época designado.

A opinião publica, sempre curiosa, procurou devassar qual o motivo que determinara a apresentação em separado dos dois projectos—o da maioridade e o do Conselho Privado.

Os conjurados guardaram a respeito a mais absoluta reserva, e como vimos, nem mesmo das actas constam as razões que determinaram a separação; só depois de decorridos muitos annos foi desvendado o motivo.

Alguns dos confidentes do ramo temporario, coherentes com os principios que haviam sustentado no parlamento e na imprensa, consideravam victoria importante da escola liberal, a disposição contida no artigo 32 do Acto Addicional, que supprimira o Conselho de Estado.

Acreditavam que, com aquella medida, ficava annullado o poder moderador, crescendo de prestigio o elemento popular, representado pela Camara, o que facilitaria a adopção das reformas que fossem reclamadas pela opinião publica.

Seja dito que a disposição do artigo 32 não havia sido applaudida tão sómente pelos membros da escola liberal.

Carneiro Leão, apoiado por prestantes correligionarios comparava aquella instituição ao Conselho dos Dez de Veneza, e coherente com sua antiga opinião, qualificou de *monstro* o projecto de Hollanda creando o Conselho Privado, declarando que melhor nome teria, se o denominassem Conselho de Inquisidores.

Os confidentes, que queriam guardar coherencia com os principios que já haviam sustentado em 1834 na reunião secreta de 12 de maio, recusaram-se a acceitar o projecto, que havia sido aprovado na sessão anterior, restabelecendo o Conselho de Estado embora mascarado com outro nome.

Ottoni e Marinho declararam-se intransigentes neste ponto, pelo que tornou-se necessario ceder, sem o que o projecto da maioridade morreria antes de nascer.

Para poderem contar com o apoio daquelles dous deputados, que já tinham clientela importante, transigiram os proceres do Senado, e para esse fim dividiram o projecto: o da maioridade

seria questão fechada, para os confidentes, o do Conselho Privado, questão aberta, como hoje se designa na giria parlamentar.

Transcrevemos o projecto primitivo organizado por Alencar. A sua simples leitura deixa bem claro que outro era o fito secreto dos conjurados.

Artigo 1.° Fica concedido um supprimento de idade a S. M. o Imperador o sr. d. Pedro II, actual Imperador e defensor perpetuo do Brasil, para que comece a governar desde já.

Artigo 2.° Durante o tempo que decorrer, até S. M. completar 21 annos, e mesmo depois, se elle o julgar conveniente, averá um conselho de Estado, composto de um individuo, por cada Provincia do Imperio, nomeado pelo Imperador, dentre os cidadãos brasileiros, que tenham as qualidades exigidas para senador, ou que tenham nascido, residido. ou occupado emprego de consideração na respectiva provincia.

Artigo 3.° Os membros deste Conselho terão as mesmas attribuições e ordenados que tinham os antigos Conselheiros de Estado, e serão sujeitos á mesma responsabilidade pelos conselhos quando oppostos ás leis, ou manifestamente contrarios aos interesses da Nação.

Artigo 4.° A dotação de S. M. o Imperador, fica fixada em 600 contos, a contar do dia em que tomar as redeas do governo.

Artigo 5.° Ficam revogadas todas as leis e disposições em contrario.

Como se vê, Alencar era um politico intemerato.

O *supprimento* de idade, que elle queria dar ao Imperador, tinha apenas por fim impedir que a minoridade se terminasse no prazo constitucional, isto é, em 1843, mas extendel-a até 1846, porque só então ficaria o Imperador livre da tutela, do Conselho de Estado, *que lhe era imposta até completar 21 annos.*

Se Honorio qualificou de *monstro* o projecto apresentado ao Senado por Hollanda, qual a qualificação que daria, se por ventura fossem adoptadas as idéas de Alencar?

* * *

Ou para embaraçar o projecto apresentado no Senado, ou para impedir que se attentasse contra a Constituição do Imperio, Honorio Hermetto, em 18 de maio de 1840, apresenta na Camara o seguinte projecto:

A assembléa geral legislativa decreta:

Artigo unico. Os eleitores para deputados na seguinte legislatura lhes conferirão nas procurações especial faculdade para reformar o artigo 121 da Constituição, para que S. M. o Imperador actual, o sr. d. Pedro II, possa ser declarado maior antes da idade de 18 annos completos.

Paço da Camara dos Deputados, 18 de maio de 1840.

Honorio Hermetto Carneiro Leão.

Em sua sustentação, declara que o apresenta para que se apresse a maioridade, visto entender que o artigo 121 da Constituição é constitucional, não podendo, portanto, ser revogado senão pelos tramites legaes estabelecidos na Constituição.

Reformar o artigo por lei ordinaria seria como que um recurso á força, um golpe de estado, uma revolução se partisse do povo.

Poderia ser justificado si o governo estivesse acefalo, mas, existindo governo, só serviria para fazer resuscitar os gabinetes secretos e as antigas camarilhas.

Concluindo a justificação do projecto, declarou Honorio, que contava para elle com o voto de muitos adversarios que, em 1836, consideraram conspiradores os que quizeram dispensar a idade da princeza d. Januaria.

Tendo sido apoiado o projecto, declarou o Presidente, que ficaria sobre a mesa, para seguir a marcha seguida pela Constituição.

Oppõe-se a essa deliberação Montezuma, um dos conjurados, sustentando que, como era de praxe, o projecto deveria ser enviado ás commissões respectivas, e não ficar sobre a mesa.

O Presidente mantem sua decisão, declarando que os projectos, propondo reforma de um artigo constitucional, tem de seguir a marcha estabelecida na propria Constituição—ficaria sobre a mesa, para ser lido por tres vezes, com o intervallo de 6 dias, de uma a outra leitura.

* * *

No dia 20 de maio, entra em 1.ª discussão no Senado o projecto do Club, para o fim de declarar maior o Imperador, *desde já*.

Estabelece-se no recinto profundo silencio.

O Marquez de Paranaguá, que se recusara a assignar o projecto, mas que promettera apoial-o, espera longo tempo, e vendo que nenhum senador queria falar—exclama: «se não há quem queira a palavra para falar sobre o projecto, falarei eu», e, abandonando a cadeira presidencial, vem declarar que o Imperador estava a completar 15 annos, e que, sobrando-lhe intelligencia, tratava-se de supprir por lei a falta dos tres annos para completar a idade ordinaria declarada em um artigo da Constituição. Que não julgava constitucional o artigo, e como lhe parecia que a nação reclamava aquella medida, vinha dar o seu voto para que o projecto fosse á 2.ª discussão, porque, sendo sua materia importante, necessitava que fosse discutido com a calma necessaria.

O *reclamo da Nação*, a que alludia o velho Presidente do Senado, ainda não existia.

O Club conspirador reuniu-se pela 1.ª vez em 15 de abril —o projecto só tornou-se conhecido em 13 de maio, ao ser apresentado á camara vitalicia

Entrando em discussão no dia 20 de maio, era completamente ignorado nas provincias.

O discurso de Paranaguá foi ouvido, ser ter recebido uma unica manifestação favoravel ou desfavoravel—e, passando-se á votação, foi este o resultado:

A favor:—Paranaguá, S. João da Palma, Lages, Vergueiro, Hollanda, Paula Albuquerque, Almeida Albuquerque, Paula Cavalcanti, Costa Ferreira, Alencar, José Bento, Mello e Sousa, Jardim, Saturnino, Paes de Andrade e Lima e Silva.

Contra:—Lopes Gama, Araujo Vianna, Maricá, Pedra Branca, Congonhas, Alves Branco, Velasques, Cunha Vasconcellos, Oliveira, Paraiso, Mello Matos, João Evangelista, Nabuco, Antonio Augusto, Patricio, Rodrigues de Andrade, Marcos Antonio e Carneiro de Campos.

Foi rejeitado por 18 votos, não tendo votado Vasconcellos e d. Nuno, que eram contrarios.

Paranaguá empregou todos os esforços para que não cahisse o projecto na 1.ª discussão, inclusive não voltando a occupar a cadeira presidencial, para aproveitar seu voto e inutilizar o do Vice Presidente, Conde de Valença, que era contrario.

Nesse mesmo dia, em que o Senado, sem discutir repellia o projecto da maioridade, Sousa Franco, requeria na Camara o encerramento da discussão do voto de graças, sendo em seguida acceita por 43 votos contra 37, a emenda de Honorio supprimindo o periodo—e vendo *com prazer aproximar-se a maioridade de V. M. I.:*

Estava morta a maioridade—sem que tivesse se dado a menor manifestação popular, favoravel ou desfavoravel ao projecto.

A repulsa do Senado, porém, não deixou de arrancar um protesto vehemente de Feijó.

De Campinas, onde se achava, em 8 de junho escrevia elle o precioso autografo que passo a ler, cuja minuciosa direcção era a seguinte:

Rd.mo Sr. Conego

Vigario, Senador e Padre José Bento Leite Ferreira de Mello,

A D.ª

Côrte.

José Bento.

Além de outras, já vos escrevi desta partecipando-vos de m.ª mudansa e pedindo-vos ate 7bro. me aprontases 1 conto e 700, e tantos mil reis p.ª ultimar o pagamento do sitio que comprei por 8 contos, e 800 milr.ª a vista. Ora esta quantia é o premio, e mais 600$ do vosso credito, ficando devendo somente

6 contos e eu vos oferecia por este favor o ficarem os p.^{ros} 4 contos a 10 p.^{r} c lucrando assim vós annualmente 80$ e como não tive ainda resposta e isto importa a eu ficar mal, por iso torno a pedirvos este favor, e que me respondais se poso contar com esa quantia te 7bro p.^{a} asim asegurar a q.^{m} me emprestou igual para o dito pagamento do sitio.

Emfim o Senado sem contrariar matou o projecto da maioridade. Nada á tão miseravel como ese Senado, vil escravo de quem quer que governe, e o quiser aliciar. D^{s} me livre delle, ainda que não dos 9 mil crusados, q p^{a} o ano os vou ganhar. A D.ª Saud^{a} a João Dias, e dise a Alencar e Olanda que lhes escrevi em Abril, e não sei se receberão, que vos digão ao menos. S. Carlos 8 de Junho de 1840.

Devoso am.^{o} obr^{o} S.^{r}
Feijó.

Quando Plutarcho, o grande historiador grego, escreveu as Vidas Comparadas, esse precioso livro que tem inspirado a tantos genios, esmerava-se em descrever não só os actos grandiosos dos seus personagens, como tambem referir anecdotas e factos intimos para que o historiador tivesse no futuro elementos, para conhecer a fundo o caracter grandioso de Cesar, Paulo Emilio, Fabio, Tiberio e Caio Gracho, a par da avareza dos Crassus e da tyramnia sanguinaria dos Neros, dos Syllas e dos Galba.

O precioso autografo que se acabo de ler — documento intimo, é de grande valor historico porque confirma o juizo que os contemporaneos traçaram de Feijó.

Quando aquelle homem superior se deixava dominar pelo odio pessoal ou politico, desappareciam muitas de suas grandes qualidades, para se tornar irascivel, injusto e violento, como o era apostrofando o Senado de vil escravo de qualquer governo que o quizesse alliciar, só por que aquella corporação votára contra o projecto politico da Maioridade, patrocinado por seus amigos pessoaes.

Esquecia-se que aquelle mesmo Senado repellira com sobranceria as imposições dos Regentes e do gabinete, não ratificando a demissão de José Bonifacio, o Tutor, projecto, que Feijó, ministro de justiça, havia feito vingar, impondo-o á Camara temporaria.

Por outro lado, aquelle precioso autografo vem ainda confirmar a justiça da tradição.

Nem o odio, nem a irascibilidade conseguiram uma só vez desvial-o do seu culto á probidade.

Moço, occupara as mais elevadas posições politicas no velho e no novo mundo; já velho, governava um novo Imperio em novo continente, e ao deixar o governo, doente e alquebrado, *para não ficar mal*, não se envergonhando da sua honrada pobreza, ia pedir por emprestimo, ridicula quantia, para poder com-

pletar o pagamento da modesta propriedade agricola que escolhera para descançar das fadigas de tantos annos de serviço á causa publica.

No meio das lutas, muitas vezes por elle proprio provocadas, das offensas e das injustiças, seus adversarios politicos e seus inimigos pessoaes curvaram-se sempre diante da rigida probidade do paulista notavel, que, ao abandonar as altas posições transpoz em honrada pobreza, os umbraes da Immortalidade.

* * *

Na noite de 20 de maio de 1840 realizaram-se no Rio duas reuniões politicas, nas quaes foram aventados e previstos acontecimentos que vieram a se realizar.

Os maioristas, reunidos na casa do senador padre José Bento Leite Ferreira de Mello, achavam-se completamente desanimados com as votações do Senado e da Camara dos Deputados; aquella rejeitando o projecto da maioridade na 1.ª discussão e em silencio—esta, supprimindo do projecto de resposta á fala do trono as palavras *«e vendo com prazer aproximar-se a maioridade de V. M. I.»*

Nessa reunião, diversos alvitres foram lembrados, e logo afastados pelas difficuldades de execução.

Montezuma, callado, ouvira todos os pareceres, até que afinal rompendo o silencio, começou a emittir seu pensamento, de modo que ao começo não foi tomado a serio pelos maioristas presentes.

Foram estas as suas primeiras palavras: «Está vencedora a idéa da maioridade.....

Em seguida, deu as razões de seu modo de pensar, que a tradição não nos transmittiu.

Na mesma hora talvez, grande numero de amigos do governo e alguns ministros, se achavam em casa de Vasconcellos, no Macuco.

O quadro era o *pendant* do que se passava na reunião do senador José Bento, enthusiasmo, alegria pela rejeição do projecto no Senado e adopção na Camara da emenda suppressiva de Honorio.

Vasconcellos ouvia a descripção dos acontecimentos, sem sobre elles se manifestar, até que, instado por Paulino Soares de Sousa, limitou-se a dar um conselho ao governo.

Julgava extemporaneo o contentamento de seus amigos, por que a batalha se achava apenas iniciada, e que a derrota apparente que os maioristas haviam soffrido não importava no aniquilamento da ideia Acreditava que a materia seria novamente levada á Camara, já então amparada por uma opinião popular, que os interessados procurariam organizar, para agir no theatro dos acontecimentos.

Vidente e prespicaz, aconselhou a seus amigos que se aproveitassem do momento de desanimo dos adversarios, e adiassem immediatamente as camaras. A seu ver era essa a unica medida decisiva para impedir que o partido adverso tentasse renovar por qualquer fórma o golpe de estado, que acabava de ser frustrado, e que necessariamente o levaria ao poder se victorioso.

Adiadas as camaras, podia o governo tranquillamente providenciar para que o Imperador fosse acclamado em 2 de dezembro, como já havia resolvido o ministerio, e continuar no poder a situação dominante.

Ou por não terem se convencido da opinião de Vasconcellos, ou porque sentia-se o ministerio fraco pelos ataques pessoaes que havia soffrido, receioso talvez de não encontrar no Regente o apoio e a força moral, tão necessaria para impor sua vontade ao paiz, não foi seguido o conselho do preclaro estadista.

A calma que succedeu ao movimento parlamentar, parecia demonstrar que havia sido abandonada a idéa da maioridade, o socego, porêm, era apparente, porquanto em reuniões secretas successivas, estudava-se o meio de reviver a questão na assembléa, tal como previra Vasconcellos.

Em 3 de julho, 14 dias depois dos acontecimentos descriptos Alvares Machado reviveu a questão na Camara encarando-a por uma outra face.

Disse aquelle conhecido paulista:

«Não podemos nos retirar para nossas provincias, deixando no poder um GOVERNO ILLEGAL. Se tem de ser accintemente demorado o governo do sr. d. Pedro II, entregue-se a suprema administração, a quem compete pela Constituição.

«A Constituição no art. 126, diz: Se o Imperador, por causa *physica* ou *moral*, evidentemente reconhecida por cada uma das Camaras da Assembléa, se impossibilitar para governar, em seu logar, governará como Regente, o Principe Imperial, se fôr maior de 18 annos A sra. d. Januaria é a Princesa Imperial, a herdeira presumptiva da Corôa, já a reconhecemos, já recebemos o seu juramento, já é maior de 18 annos, e por isso, desde o dia em que completou essa idade, lhe devião ser entregues as redeas do poder».

Como se vê, embora a disposição constitucional fosse mui diversa, com ella se argumentava, para pôr de lado a maioridade do Imperador.

As disposições dos arts. 122 e 126 da Constituição não podiam ser invocadas para dar substituto ao Imperador. A Constituição falava em *impossibilidade* FYSICA ou MORAL, não se podia portanto applicar aquellas hypotheses á *minoridade*, porque esta não importava em IMPOSSIBILIDADE de governar.

O ataque, porêm, á regencia acoimando-a de *governo illegal* produziu effeito, tornando-a assim mais fraca e desmoralizada.

Apressou-se Honorio a requerer para que fosse dado para a ordem do dia o projecto que apresentara para reformar o art. 121 da Constituição.

Deu-se a respeito discussão importantissima, na qual tomaram parte, sustentando o projecto e reconhecendo a constitucionalidade do art. 14 os deputados Angelo Custodio, Carneiro da Cunha, Nunes Machado, Honorio, Ferreira Penna e Sousa Franco, sendo até hoje considerados irrespondiveis pelos mestres de direito constitucional os discursos dos dois ultimos.

Alvares Machado, Limpo, Antonio Carlos, Montezuma, Martim e outros manifestaram-se sustentando, não ser necessaria a reforma do art. 121, por não ser constitucional. Continuavam calmas, interessantes e doutrinarias as discussões, quando coube a Ottoni falar sobre a materia.

Com grande bombridade declarou que não procurava subterfugios--reconhecia que o artigo era constitucional, mas votava contra o projecto de Honorio, porque entendia que estando agitada a opinião publica, o representante da nação devia attender á necessidade do momento, e depois explicar seu procedimento ao corpo eleitoral e pedir lhe um bill de indemnidade.

Accrescentou mais que a lei seria desnecessaria, porquanto tendo naquelle momento o Senado votado contra o projecto que espaçava as eleições, não haveria mais tempo de chegar o seu conhecimento aos longinquos limites do paiz, antes da epoca legal das eleições.

Em outubro de 1839, Carneiro da Cunha havia apresentado um projecto adiando as eleições para 1841.

Esse projecto foi discutido em maio de 1840, e nessa occasião foi requerido o adiamento da discussão, tendo Honorio se opposto a esse requerimento, demonstrando que dessa medida dependia o seu projecto da reforma constitucional da maioridade.

Tendo sido repellido o requerimento de adiamento, foi o projecto votado, e remettido ao Senado, que o rejeitou no dia 17 de julho, justamente quando orava Ottoni.

Tendo alguem lhe dado a noticia, aproveitou-se elle como argumento para demonstrar que o projecto de Honorio, não tinha mais razão de ser.

Respondendo ao discurso de Ottoni, Honorio sustentou que o art. 121 era constitucional, e porque era o primeiro a reconhecer que os governos regenciaes eram fracos e turbulentos, foi que recorreu a um meio, que sem offender a Constituição, conciliasse ambas as cousas, para não provocar commoções populares.

Affirmou que era doutrinario, mas não a tal ponto que o levasse a desconhecer que existem circumstancias que a lei não pode prever.

Applaudiu a Ottoni, porque, de todos, era o unico adversario que se mostrava forte—rompendo com as imposições partidarias, sustentando que a Camara não tinha autoridade para reformar o artigo 121 mas que votaria pelo projecto da maioridade, por que julgava perigosa a situação do paiz.

Increpou em seguida a Alvares Machado, pelo regresso de suas opiniões, vindo agora declarar que não queria ser governado com *reisinhos páus de laranjeira.* Fez-lhe ver que se os ministros da regencia podiam ser tidos como páus de laranjeira, como taes seriam os do monarcha, porque no paiz não haviam classes privilegiadas. Ao concluir, declara-se *indeciso*, quer retirar o projecto.

Esta declaração precipita os acontecimentos. Em um momento abandona-se a idéa de dar-se o poder a d. Januaria.

Alvares Machado, applaudindo a Honorio, sustenta, que, tendo sido retirado o projecto, tornava-se necessario declarar-se a maioridade do Imperador *immediatamente.*

No meio das opiniões as mais desencontradas, levanta-se José Clemente para fazer notar que a Camara não decidira se o projecto era constitucional ou não, o que teria sido muito conveniente.

Entendia, porém, que no estado actual, já não era mais possivel esperar-se pelo tempo constitucional para proclamar-se a maioridade, porque a opinião a esse respeito estava generalisada, e tornava-se necessaria a exaltação de S. M. o Imperador sr. d. Pedro II quanto antes, acto a que não deve embaraçar a disposição constitucional, visto como todos os publicistas reconhecem os golpes de estado, como necessarios em certas circumstancias —e o estado actual o justificava.

Os maioristas que na primeira fase se descuidaram de *agitar* a *opinião publica*, trataram de attender áquella necessidade na segunda fase.

Os interessados já se haviam entendido com o ardente polemista, conhecido pelo nome de Brasileiro Resoluto, e este, dois dias antes dos acontecimentos que narramos, fôra esperar a sahida do Imperador que se achava na Capella Imperial, e ao avistal-o rompeu em vivas á maioridade, que foram correspondidos pelo povo.

No mesmo momento, espalhava-se entre os presentes e distribuia-se pelas casas da rua do Ouvidor a seguinte quadrinha impressa, que a tradição conservou, attribuindo-a a Antonio Carlos:

Queremos Pedro Segundo
Embora não tenha idade,
A Nação dispensa a lei
E viva a Maioridade.

* * *

O discurso de Honorio, declarando-se *indeciso*, e as palavras de José Clemente deram face diversa aos acontecimentos.

No meio de idéas as mais desencontradas, Limpo de Abreu se compromette a apresentar na sessão de 20 indicação que satisfaça as vistas da Camara.

Como era de prever, na segunda-feira, 20 de julho, a Camara apresentava um aspecto imponente. Todos os deputados occupavam suas cadeiras, e os espectadores se agglomeravam nas galerias, nas tribunas e nos corredores do edificio.

Limpo de Abreu, espirito esclarecido, porém excessivamente timorato, receoso do movimento revolucionario, procurou dar uma feição constitucional á declaração da maioridade.

Subindo á tribuna, declarou que poderia apresentar desde logo um projecto declarando o Imperador maior, mas que preferia adoptar a medida que em identicas circumstancias vencera nas Camaras Portuguesas, quando se tratou da maioridade de d. Maria II, pelo que apresentava a seguinte indicação:

> Indico que se nomee uma commissão especial, composta de tres membros, para se offerecer á Camara, com urgencia, a medida que lhe parecer mais conveniente, sobre a maioridade de S. M. o Imperador, o sr. d. Pedro II.
>
> O deputado, *A. P. Limpo de Abreu.*

* * *

Rompeu o debate o deputado Galvão, oppondo-se á indicação por inutil e prejudicial. Inutil, porque a discussão havida era mais que sufficiente para que cada um tivesse juizo formado—prejudicial, porque reconhece que da demora da solução resultaria grande mal ao paiz, Affirmou que se o tivessem consultado quando a tres meses passados levantaram a idéa, teria se opposto, porque reconhecia que o artigo, que fixa o tempo da maioridade, é constitucional, mas que, diante da crise que se manifesta, devia-se correr um véu sobre o artigo da Constituição, porque a salvação do Estado é superior a todas as leis. Estava doente, deixou o leito, veiu á Camara para votar contra a indicação e offerecer um requerimento.

Não o deixam continuar Um deputado pede ao Presidente, que mande abrir a sala das sessões aos espectadores—apesar da repulsa desse pedido, o recinto é invadido pela multidão.

Antonio Carlos, aproveita-se da coacção em que haviam ficado os espiritos titubiantes, affirmando que não se devia conter ou ferir a vontade popular, offerece em aditamento á indicação de Limpo de Abreu a seguinte resolução:

A Assembléa Geral Legislativa do Brasil resolve:

Artigo 1.º O sr. d. Pedro II é declarado maior desde já.

Artigo 2.º Ficam derogadas todas as leis e disposições em contrario.

Paço da Camara, 20 julho 1840.—*Ribeiro de Andrada.*

E como complemento, apresenta esta indicação:

« Indico que a Commissão de Constituição seja encarregada de submetter á approvação da Camara o officio que se deve dirigir ao Senado, pedindo a reunião de ambas, para juntas deliberarem sobre o modo mais expedito de collocar S. M. o Imperador o sr. d. Pedro II sobre o Trono, e desta arte, como verdadeiros representantes da opinião publica, pôrem termo á crise actual, e satisfazerem o enthusiasmo e vontade pronunciada do povo.—*Ribeiro de Andrada* ».

Galvão, que se achava com a palavra, que lhe fôra arrebatada por Antonio Carlos, quando era a sala das sessões invadida pelos espectadores, consegue enviar á mesa um requerimento nos seguintes termos:

«Requeiro que por acclamação se decrete desde já a maioridade de S. M. o sr. d. Pedro 2.º, imperador constitucional do Brasil.—*Galvão.*»

Protesta o deputado Rezende com o que se estava procedendo—não quer a revolução feita pela Camara, e como quer o Imperador com a Constituição vota contra tudo.

Continúa violento o debate. Falava Alvares Machado quando o Presidente declara adiada a discussão por se achar na casa o ministro da guerra, que viera assistir á 3.ª discussão da fixação das forças de terra.

Ouvindo a declaração do Presidente, o deputado Navarro, que até então acompanhava o grupo contrario á maioridade, em gritos descompassados, declara que o governo mandara o ministro da guerra assistir a sessão para aterrorisar os deputados e paralysar o andamento da medida salvadora da maioridade. A presença do ministro significava o ultimo arranco dessa camarilha prostituida, desse governo infame... (perderam-se as palavras, conservada, porém, ficou o ultimo periodo) «o paiz não póde mais ser governado por semelhante regente, por essa camarilha de ladrões»...

Todo o discurso de Navarro foi interrompido com apartes vehementes e chamados a ordem.

Avançam alguns deputados para Navarro, que arma-se com um punhal. Vae agarral-o o deputado G. Martins, que é repellido. Nesse momento Pontes Visgueiro segura-o pelas costas. Preso por essa forma, continúa Navarro nas suas invectivas, que cessava para dar vivas a d. Pedro 2.º, á maioridade. Só depois de muito tempo foi que se conseguiu uma calma relativa.

Antonio Carlos pede que se vote a indicação de Limpo de Abreu como unico meio de cessar o estado de perturbação dos animos.

Nunes Machado vae a tribuna para advertir a Navarro que nem os gritos nem os tumultos farão com que elle vote, desde que se persuadá que a Camara quer fazer uma revolução, e nella lançar o paiz. Não reconhece camarilhas—ha governo no Paiz, que deve ser respeitado, porque não é prostituido e se compõe de pessoas tão honradas como elle orador e qualquer dos deputados.

Segue-lhe na tribuna Carneiro Leão—censura os actos praticados por Navarro, esperando que esse deputado se cohiba de taes excessos chamado ao pudor»....

Ao que Navarro responde: «Vocês é que não têm pudor, deputados de meias caras».

Continuando, diz Honorio que aquelle deputado não está em estado de deliberar, e que devia ser examinado, para se saber se devia ali continuar, que aquelle deputado chegou ao excesso de ameaçal-o com um punhal, mas que elle, mercê de Deus, nunca teve maior tranquilidade, do que no momento do perigo—pouco lucro haveria em tirar a vida a um corpo doente.»

O deputado B. Pedrosa indaga se o Presidente não tem no regimento outros meios para manter a ordem, visto Navarro ter lançado mão impunemente de um punhal, e posto as mãos em Gonçalves Martins.

Dou minucioso detalhe desta sessão, porque os jornaes maioristas negaram ter-se Navarro armado de um punhal—falam em um lenço—mas depois das palavras de Honorio e Pedrosa, nenhuma duvida pode perdurar. Só com grandes difficuldades se consegue realizar a eleição da Commissão proposta por Limpo de Abreu, sendo eleitos Ramiro, Gonçalves Martins e Nunes Machado, derrotada a chapa maiorista que era composta de Limpo de Abreu, Aureliano e Antonio Carlos.

E com essa votação encerrou-se a sessão.

Apesar de se ter formado uma opinião no Rio de Janeiro apesar da pressão exercida, fazendo-se invadir a Camara por magotes de espectadores, a maioria conservava-se firme, reconhecendo a necessidade de se reformar o art. 121 da Constituição, para depois declarar-se a maioridade.

Na sessão de 21, Antonio Carlos envia á mesa o seguinte:

A Assembléa Geral Legislativa resolve:

Artigo unico. S. M. o Imperador sr. d. Pedro 2.° desde já é declarado maior.

Andrada Machado.

Falam a favor:—Alvares Machado, Antonio Carlos, Montezuma, Ottoni; contra, Dantas, Carneiro da Cunha, Rezende, Nunes Machado, C. Leão, Gonçalves Martins e afinal Ramiro, que apresenta o seguinte requerimento:

«A Commissão especial, encarregada de offerecer á Camara e com urgencia o que lhe parecesse conveniente sobre a maioridade de S. M. o sr. d. Pedro 2.º, entende que, sendo a materia de que tem de occupar-se sobre todas grave e ponderosa, conviria sem duvida ser coadjuvada por uma Commissão da Camara vitalicia como em algumas circumstancias tem sido observado; e, em consequencia é a Commissão de parecer que com urgencia seja o Senado convidado a nomear de seu seio uma Commissão especial, que tenha de occupar-se com a desta Camara de um objecto de maxima importancia.

Paço da Camara dos Deputados, 21 de julho de 1840—*Ramiro Gonçalves Martins.—Nunes Machado*».

Esse requerimento foi tido como protellatorio, mas é de crer que a commissão desejava, em negocio de tanta monta, dividir a responsabilidade com o Senado.

Além disso, pela má direcção, fraqueza do governo, que se achava completamente desmoralizado, não se chegava nem ao menos a conhecer-se a força dos tres grupos que dividia a Camara.

De facto, grande numero de deputados votavam pela maioridade, porque entendiam que o art. 121 não era constitucional: outros, como Ottoni, reconheciam que o artigo era constitucional, mas votavam pela maioridade, por entenderem que essa medida era indispensavel nas circumstancias em que se achava o paiz, finalmente o terceiro grupo entendia ser desnecessaria e inconveniente a medida. Sendo tão notavel a divergencia, havia conveniencia em harmonisar-se as opiniões para que, partindo da Camara aquella medida, representasse a vontade do paiz.

Não se chegando a acôrdo, Ottoni vem declarar, que os factos parecem deixar claro que o governo, agarrado ás pastas, não pleiteia a maioridade, mas contenta-se em espaçar aquella medida, até que se façam as eleições. E como entendia que a questão da maioridade se devia separar de qualquer outra, requeria que ficasse adiado o requerimento da Commissão, *para ser tomado em consideração depois de decidida a questão da maioridade.*

Este requerimento suscita debate demorado e violento pela intervenção de Navarro, que aconselhava ao governo a que «resignasse o poder e *tivesse brio*». Falam contra, Tosta, Nunes Machado, Sousa Franco, e a favor Alvares Machado.

A intervenção das galerias se manifesta com vehemencia, os gritos repercutem no salão, torna-se impossivel ao Presidente manter a ordem. Protestam alguns deputados, declarando que a revolução deve ser feita não na Camara, mas no Campo de Santa Anna, grita Alvares Machado que é defensor da liberdade e da monarchia, e que nunca representará o papel, na praça publica, de Gracho improvisado—afinal vota-se e é approvado o requerimento de Ottoni, sendo o resultado recebido com vivas á maioridade.

Temos nesta longa exposição nos guiado pelos annaes e jornaes da epoca. Um facto deve ter sido notado—a ausencia do ministerio no seu posto, e a fraqueza com que procedia, desmoralizado pelo abandono de seus amigos.

Na sua Circular diz-nos Theofilo Ottoni, que este abandono era um acto proposital de Vasconcellos, que queria assim se vingar do Regente, que promovera a queda do gabinete de 19 de setembro, fazendo a escolha de Lopes Gama para senador, quando elle Vasconcellos e o ministerio em peso era contrario a aquella escolha, cuja carta imperial recusaram assignar.

Os factos, entretanto, demonstram o contrario, porquanto não recusou Vasconcellos seu concurso ao governo no momento de maior perigo.

Já vimos, que logo após haver cahido no Senado o projecto da maioridade e repellido na Camara o topico da fala do trono, Vasconcellos aconselhára ao ministerio que adiasse as Camaras, conselho que foi despresado.

No momento extremo voltou o governo suas vistas para o notavel politico, que novamente aconselhou o adiamento das Camaras visto como *só alli se estava agitando a questão*, não se notando em todo o paiz o menor interesse para que fosse votada a maioridade ou não.

Fraco e desmoralizado como se achava o governo, não sentia-se com força moral para tal acto. Paulino e Rodrigues Torres, moços de grande illustração e merecimento, primavam pela capacidade administrativa, trato ameno e espirito tolerante. Eram aptos para realizar um progamma administrativo, mas incapazes de combater, naquella epoca de governo fraco, movimentos revolucionarios promovidos no parlamento, maximé não podendo contar com a firmeza do Regente, que se annullara.

Lembrou-se o Regente de reccorrer a Vasconcellos, para que este aceitasse a nomeação de Ministro do Imperio, e puzesse em pratica o conselho duas vezes emittido.

E' facto veridico que Vasconcellos se achava estremecido com o Regente, e apesar disso, aceitou o encargo.

Ottoni, escrevendo 20 annos depois destes acontecimentos, diz-nos que Vasconcellos, com o tino politico que lhe era conhecido, sabia que a maioridade triunfaria, mas que aos *liberaes faltavam condições de permanencia no poder*, pelo que *calculadamente* se ligou ao Regente para dictar leis na hora da victoria, que elle previa.

Enviou-lhe o Regente o ministro Rodrigues Torres, e Vasconcellos, aceitando o encargo, apressou-se a assumir a responsabilidade da medida que havia aconselhado e que si fosse adoptada em tempo opportuno, teria produzido sem duvida alguma o resultado desejado

Esta providencia foi tão rapida, que conservou-se ignorada até o momento em que, como uma bomba, foi explodir na Camara.

A votação favoravel que obtivera o requerimento de Ottoni, deixara evidente que, na sessão de 22, de uma ou de outra fórma seria proclamada a maioridade.

Essa crença era geral, e deputados maioristas, e grande numero de espectadores (pequeno relativamente ao grande acontecimento, 2 a 3 mil, calculo das gazetas maioristas, como o *Despertador*) anciosos esperavam o desenrollar dos acontecimentos.

Aberta a sessão, são lidos pelo 1.° Secretario os dois seguintes e inesperados decretos:

« O Regente, em nome do Imperador o sr. d. Pedro 2.°, tomando em consideração a exposição que pelos Ministros e Secretarios de Estado das differentes repartições lhe foi feita, acerca do estado de perturbação, em que actualmente se acha a Camara dos Deputados, e attendendo a que a questão da maioridade de S. M. o Imperador, que nella se agita, pela sua gravidade, e pela alta posição e importancia da augusta pessoa a qne é relativa, somente pode e deve ser tratada com madura reflexão e tranquilidade: ha por bem, usando da attribuição que lhe confere o art. 101 § 5.° da Const. do Imp., adiar a Assembléa Geral para o dia 20 de novembro do corrente anno.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, senador do Imperio, ministro e Secretario de Estado dos negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, 22 de julho de 1840, decimo nono da Independencia e do Imperio. Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.—Está conforme, João Cam.ª de Campos.

Este decreto foi lido sem que se desse manifestação violenta, a qual sómente Rebentou ao serem conhecidos os motivos, apresentados ao regente pelo ministerio para justificar o adiamento

Eis seus termos:

Senhor—Tratando-se na Camara dos Deputados da tão melindrosa quanto importante questão da maioridade de V. M. Imperial, e havendo as discussões em logar do caracter sisudo, reflectido e prudente que lhes convinha, em attenção á gravidade da materia, tomado outro muito diverso, chegando não só a pertubar-se a ordem dentro da mesma Camara, mas tambem a promover-se a agitação do povo desta Capital; julgamos do nosso rigoroso dever submetter á consideração de V. M. I. a necessidade de uma medida que, restabelecendo novamente a tranquilidade, ponha naquella Camara os espiritos em estado de poderem, com a necessaria circumspecção e madureza, deliberar e decidir sobre tão importante materia. Esta medida, Senhor, não pode ser outra sinão o adiamento da Assembléa Geral Legislativa, por aquelle tempo que se julgar estrictamente indispensavel, para se conseguir aquelle fim: nós pois o propomos á alta consideração da V. M. Imperial, afim de que se digne resolver sobre este assumpto, como em sua sabedoria julgar conveniente.

Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1840.—*Bernardo Pereiro de Vasconcellos.—Paulino José Soares de Sousa.—Caetano Maria.*
Lopes Gama, José Antonio da Silva Maia, Salvador José Maciel, Joaquim José Rodrigues Torres.

* * *

Levantam-se exclamações energicas. Todos pedem a palavra e querem falar ao mesmo tempo. Os contrarios á maioridade retiram-se, permanecendo apenas os favoraveis á idéa.

Pronuncia algumas frases Alvares Machado, que não podem ser ouvidas pelos gritos das tribunas. Segue-se Antonio Carlos, que declara que o Regente é um usurpador, um traidor o actual ministerio, afinal fala Martim Francisco, declarando que não reconhece semelhante decreto

Com dificuldade faz-se ouvir Limpo de Abreu, prudente, circumspecto que ja reunia todas as qualidades de grande estadista, e que merecia consideração geral. Pede calma. Declara que o pretexto invocado pelo governo para adiar as camaras, parecerá verdadeiro perante o paiz, si naquelle momento não procederem com toda a calma—essa calma e circumspecção servirão de protesto ao acto do governo, que deve ser respeitado. A Camara não pode oppor um acto de força a outro acto de força do governo. Obedecendo, diz elle, demonstraremos que os fundamentos da medida—são menos verdadeiros.

Embora apoiadas pelos deputados que o rodeavam, as palavras de Limpo de Abreu perdem-se no enorme tumulto que dominava no recinto completamente invadido pelo espectadores.

Retiram-se os deputados contrarios á maioridade. O Presidente e os secretarios abandonam a mesa.

No meio do enorme tumulto, consegue Antonio Carlos subir em um banco

Como uma aureola de arminho, ondeam-lhe os longos cabellos brancos, fulgurava-lhe o olhar, e o «sol de 67 annos» de facto, brilhava no occaso com todos os esplendores do meio dia».

Consegue dominar o tumulto, e então com voz ardente e juvenil enthusiasmo, pronuncia a frase que se tornou historica. « Quem é patriota e brasileiro, siga commigo para o Senado. Abandonemos esta Camara prostituida».

E arrastando após si os deputados maioristas, entra como revolucionario naquella casa, onde só cinco annos depois voltava para declarar—que vinha dos ardores do Indostão para os gelos da Siberia.

* * *

No Senado deu-se rapida conferencia entre senadores e deputados maioristas, ficando resolvido que fosse enviada uma deputação ao Imperador, para pedir-lhe que assumisse o governo do paiz, em vista do perigo que corria a ordem publica.

Esse receio era perfeitamente justificado, visto desta vez ter sido bem dirigido o movimento.

Primeiro, fez-se a opinião no parlamento, facilitando-se a invasão das salas das sessões pelos espectadores do Brasileiro Resoluto. Era o meio de aterrorizar os expiritos fracos e pusillanimes e arrancar delles voto favoravel.

Posteriormente recorreram aos quarteis, e alguns commandantes não tiveram coragem de recusar auxilio material a um movimento a cuja frente acreditavam estar o Imperador.

Naquelle tempo, como hoje, como sempre, em todos os paizes atrazados, o poder era « o *carro de Apollo, atraz do qual se precipitavam as multidões*».

Na massa popular, fazia-se espalhar—que o regente tramava sequestrar o jovem monarcha, e removel-o para fora do Rio—que o Imperador anciava pela maioridade, tanto. que encarregava aos Andradas de promovel-a.

Para faser parte da Commissão, encarregada de transmittir ao Imperador o desejo dos representantes da nação foram desinados os seguintes senadores e deputados—Conde de Lages, Vergueiro, Alencar, os dous Hollandas, Antonio Carlos, Martim Francisco e Montezuma.

Antes de seguir a Commissão, o dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles foi enviado ao Paço para conseguir do Imperador que a recebesse.

Chegados ao Paço, introduzidos á presença do Imperador, leu Antonio Carlos a seguinte representação:

« Nós abaixo assignados, Senadores e Deputados do Imperio do Brasil, crendo que o adiamento das Camaras, no momento em que se tratava de declarar a maioridade de V. M. I., é um insulto feito á sagrada pessoa de V. M. I., é uma traição ao paiz commettida por um regente, que, em nossa opinião não o é de direito, desde o dia 11 de março do corrente anno, e reconhecendo os graves males que de similhante adiamento se podem seguir, já á tranquilidade da capital, já á das provincias, onde os inimigos da paz e da tranquilidade publica se podem acarretar com este acontecimento, para com elle dilacerarem as entranhas da mãe patria, vêm reverentes aos pés de V. M. I., a rogar que V. M. I. para salvar-nos e ao trono, tome *desde já* o exercicio de suas altas attribuições. — Rio, 22 de julho de 1840».

Recebendo a representação, declarou o Imperador que ia deliberar, retirando-se a Commissão para uma das salas para esperar a resposta imperial.

Nesse dia o Regente havia cedo comparecido ao Paço, para communicar ao Imperador a razão que determinara ao governo adiar as camaras—que outra não era sinão a de fazer proclamar a maioridade no dia 2 de dezembro—não pelo effeito de um

golpe de estado, mas com a calma, prudencia e reflexão que deviam cercar acto nacional de tanta magnitude.

O Imperador ouviu attentamente as razões apresentadas pelo Regente, dispensou-lhe a costumada attenção, e approvou a resolução do governo.

Poucos momentos depois de ter o Imperador recebido a representação, chegava novamente ao Paço o Regente, acompanhado de Rodrigues Torres, os quaes foram immediatamente introdusidos junto ao monarcha.

Chamada pouco depois a deputação á presença do Imperador, para receber delle a resposta, esta lhes foi transmittida *pelo Regente* nos seguintes termos:

« Que naquelle dia dera parte ao Imperador, que ia adiar as Camaras, para que pudesse se dar a acclamação, no dia 2 de dezembro com toda a solemnidade. Mas, sabendo que alguns deputados e senadores se achavam reunidos no Senado, e havendo alguma agitação no povo, viera saber, si Sua Majestade queria ser acclamado no dia 2, OU JÁ».

E como S. M. respondesse que *queria já*, convocaria a assembléa domingo, para ser acclamado.

Antonio Carlos, nesse momento, pedindo permissão, fez notar que era de grande conveniencia que a acclamação se realizasse no dia seguinte, porquanto, existindo agitação no povo, o unico meio de fazer cessal-a, era apressar aquella solemnidade, para a qual não mais se oppunha o governo.

Quando o orador concluiu suas observações, o Imperador voltando-se para o Regente, disse-lhe: «Convoque para amanhã».

* * *

Expostos os factos como nos são trazidos pelas chronicas, elucidemos um ponto historico.

Como é sabido, repetidas censuras foram feitas ao Imperador, por ter demonstrado precipitação e arrebatamento pronunciando o *Quero Já*.

Pelo conhecimento de factos posteriores, podemos hoje affirmar que o Imperador, nem mostrou arrebatamento nem pronunciou aquellas palavras que lhe foram attribuidas no momento.

Prudente, criterioso, reservado, qualidade esta em que era eminente, como reconheciam-lhe geralmente, o Imperador naquelle momento não fez mais do que acceitar os factos consumados.

Já deixamos patente que a chronica não era verdadeira, quando attribuia-lhe apoio aos conjurados. Facil nos será tambem desfazer a lenda do—*Quero Já*.

A primeira vez que encontramos aquellas palavras, foi quando Antonio Carlos leu no Paço, a Representação dos Deputados e Senadores—*que foi por elle redigida*. As ultimas palavras daquelle documento são as seguintes: «vêm reverentes (a commissão) aos pés de V. M. I., a rogar que V. M. I., para

salvar-nos e ao trono, tome DESDE JÁ o exercicio de suas attribuições».

A segunda vez, figura no Relatorio da Deputação, *formulado por Antonio Carlos*. Eis como descreve elle os factos:

« Cinco minutos depois, veio se chamar a deputação, outra vez á presença de S. M. I., e, estando ahi o Regente, disse, que elle havia hoje dado parte a S. M. I., que havia adiado as Camaras sómente com o fim de preparar toda a solemnidade para S. M. I. ser acclamado no dia 2 de dezembro, anniversario do mesmo Senhor; mas que tendo alguns senhores deputados e senadores se reunido na casa do Senado, e havendo alguma agitação no povo, elle veio saber si S. M. queria ser acclamado no dia 2 ou *já*. S. M. respondeu que QUERIA JÁ, e que em tal caso convocaria a assembléa domingo, para ser acclamado—*mas instando os membros da deputação, para que fosse amanhan*, em consequencia do estado de agitação em que estava o povo, S. M. disse ao Regente—*Convoque para amanhan*».

* * *

Vejamos, porém, si é possivel reconstituir-se o momento historico.

Quando o movimento em favor da maioridade predominava na população, o governo comprehendeu que já não era possivel crear-lhe embaraços.

Querendo, porém, dirigir a revolução, no *interesse partidario*, collocou-se a frente della, para evitar as consequencias.

Mas, sob pretexto de se preparar as solemnidades para tão grande acontecimento, e para que não parecesse aquelle acto arrancado por meios revolucionarios, resolveu adiar as Camaras, para que a acclamação se realizasse no dia 2 de dezembro, anniversario natalicio do Imperador.

No dia 22 de julho, o Regente cedo, dirigiu-se ao Paço, e deu conhecimento ao Imperador da resolução do governo e da medida do adiamento.

Em vista, porém, das occurrencias provocadas na Camara dos Deputados pelo decreto de adiamento, da subsequente reunião no Senado, da agitação que lavrava no povo, a certeza de que chefes militares achavam-se no Senado ao lado dos promotores do movimento, determinaram a que o Regente, acompanhado do ministro Rodrigues Torres, se dirigisse novamente ao Paço, para communicar os acontecimentos.

O Regente e o Ministro, chegando ao Paço, (copiemos as palavras de Rodrigues Torres proferidas na Camara, na sessão de 3 de junho de 1841) « fomos introduzidos na sala em que estava S. M. que se dignou receber-nos, com a benignidade do costume».

« O sr. Araujo Lima expoz a S. M. que, à vista do que havia occorrido, desejava que S. M. lhe declarasse si era sua vontade tomar desde logo as redeas do governo, porque nesse caso elle Regente faria novamente convocar a Assembléa».

« S. M , depois de pensar alguns momentos, dignou-se responder, que julgava conveniente tomar desde logo as redeas do governo».

« O sr. Pedro Lima agradeceu a S. M. a sua deliberação, e asseverou que ia convocar as Camaras para domingo immediato».

« S. M. dignou-se então manifestar ao Regente o desejo de que elle mesmo annunciasse esta deliberação á Deputação que se achava em uma das salas immediatas».

Introduzida novamente a Commissão perante o Imperador, o Regente deu-lhes a seguinte resposta:

« Que elle Regente, naquelle dia, communicara ao Imperador que o governo havia resolvido adiar as Camaras, para que se preparassem as solemnidades, para ser o Imperador acclamado no dia 2 de dezembro—seu anniversario natalicio.

« Que mais tarde, aggravando-se a situação, voltára ao Paço para saber si S. M. queria ser acclamado antes do dia anteriormente combinado, e como entendesse o Imperador que devia ser antes —convocaria a Assembléa para domingo.»

Tendo, porém, Antonio Carlos, relator da Commissão, INSISTIDO para que a acclamação se realizasse *no dia seguinte*, em consequencia da agitação que reinava no povo, o Imperador, voltando-se para o Regente, disse-lhe—*Convoque para amanhã*.

Foram estas as unicas palavras que o Imperador pronunciou em publico. O que se passou na conferencia entre elle, o Regente e o Ministro só foi conhecido muitos annos após.

O — *Quero Já* — palavras de que usou Antonio Carlos, é um complemento do — *Recado* — e do — *Sim*. Devem desapparecer das chronicas.

Temos descripto os acontecimentos, compulsando documentos que não podem ser contestados — e entre esses, palavras do proprio Imperador

Na sessão do Instituto Historico do Brasil, de 3 de julho de 1863, falando sobre o assumpto, disse o Imperador:

> « Quando fui consultado em 1840, eu não disse — *Quero já* — ».

Mais tarde, ainda no Instituto, ao Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, affirmou-lhe o Imperador e autorizou-lhe a tornar publico:

> « Que só se pronunciára sobre a maioridade, no dia 22 de julho, quando a Commissão do Senado e o Regente foram ao Paço, na Quinta da Boa Vista».

« Ouvi a Commissão e o Regente. Consultei particularmente o Tutor e o meu Aio, e foi, a conselho de ambos, que declarei acceitar o governo ».

« E, porque, ao dizer o Regente á Commissão, que ia convocar a Assembléa Geral para domingo, *ella insistisse* sobre a necessidade de prompta convocação — disse ao Regente — *Convoque para amanhã*.

Onde se encontra o *Quero Já*, como signal de precipitação ou arrebatamento ?

A bem poucos annos, quando Tito Franco publicou a Biografia do Conselheiro Furtado, o Imperador, annotou o exemplar, que pertence hoje ao Instituto Historico do Brasil, com a seguinte declaração :

« Eu não tive arrebatamento, se não fosse aconselhado por diversas pessoas que me cercavam, teria dito que não queria».

Brasileiros illustres que presencearam os acontecimentos, e outros que mais tarde se tornaram amigos pessoaes do monarcha, entre estes o historiador Fernandes Pinheiro, confirmam que o Imperador, em quanto menor, nunca mostrára desejos de governar.

E' certo que, naquelle momento agitado, houve quem tivesse *precipitação, arrebatamento, desejo immoderado de poder*. Os chefes do movimento maiorista, *Querião Já* o poder em suas mãos, para gozar dos resultados da victoria.

* * *

Em virtude da determinação do Imperador, foi expedido o seguinte decreto :

«Tendo sobrevindo ao decreto que adiou a Assembléa Geral para o dia 20 de novembro, circumstancias extraordinarias, que tornam indispensavel que se reúna quanto antes a mesma Assembléa Geral: Ha por bem o Regente, em nome do Imperador o sr. d. Pedro 2.°, convocal-a para o dia 23 do corrente«.

« Bernardo Pereira de Vasconcellos, Senador do Imperio, ministro e Secretario de Estado dos negocios do Imperio, assim o tenha entendido e o faça executar. Palacio do Rio de Janeiro 22 de julho de 1840, decimo nono da Independencia e do Imperio.—*Pedro de Araujo Lima*.—*Bernardo Pereira de Vasconcellos*».

Quando a Commissão voltou ao Senado, e Antonio Carlos deu conta da missão recebida com geraes applausos, Navarro,

propoz que não se dissolvesse a reunião, «para evitar estratagemas de que é capaz a intelligencia infernal de certo personagem». «Fiquemos em nossos postos», bradava elle, «*nem morreremos de fome por não comermos até amanhã*».

Não foi por diante a proposta de Navarro, porque Antonio Carlos, entre applausos, affirmou:

> «Tenho a palavra de um Bragança, de um Imperador.»
>
> «Eu ouvi de sua propria boca, eu me fio em sua palavra.»

Lido o decreto da convocação, dissolveu-se a reunião.

No dia seguinte, 23 de julho, reunidos senadores e deputados, no Senado, foi aberta a sessão, tendo comparecido grande numero de senadores e deputados, e o presidente Marquez de Paranaguá, proferiu as seguintes palavras:

«Eu, como orgam da representação nacional, em Assembléa Geral, declaro desde já maior a S. M. I. o sr. d. Pedro 2.°, e no pleno exercicio de seus direitos constitucionaes. Viva a Maioridade de S. M. o senhor d. Pedro 2.°! Viva o senhor d. Pedro 2.°, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil! Viva o sr. d. Pedro 2.°».

Em seguida foram nomeadas 4 commissões, a primeira para redigir a proclamação da Assembléa Geral á Nação Brasileira, dessa fizeram parte Antonio Carlos e Limpo de Abreu; a 2.ª composta dos Senadores Mello Matos, Paraiso, Baependi, Vergueiro, Lima e Silva, Carneiro de Campos, Valença, Saturnino, José Bento, Hollanda, Almeida Albuquerque, Paula Cavalcante, Sousa e Mello, Lages, e mais 28 deputados para irem ao Paço, saber de S. M. o dia e hora em que deveria prestar o juramento, marcado no art. 103 da Constituição. A terceira para receber o Imperador, e a quarta, para receber as princesas.

A commissão encarregada de formular a proclamação, sujeitou á approvação, a seguinte:

Brasileiros!

A Assemblea Geral Legislativa do Brasil, reconhecendo o feliz desenvolvimento intellectual de S. M. o sr. d. Pedro 2.°, com que a Divina Providencia favoreceu o Imperio de Santa Cruz: reconhecendo igualmente os males inherentes a governos excepcionaes, e presenceando o desejo unanime do povo desta Capital; convencida de que este desejo está de acôrdo com o de todo o imperio, para conferir-se ao mesmo Augusto Senhor, o exercicio dos poderes que pela Constituição lhe competem; houve por bem, por tão poderosos motivos, declaral-o em maioridade, para o effeito de entrar immediatamente no pleno exercicio desses poderes, como imperador constitucional e defensor perpetuo do

Brasil. O Augusto Monarcha acaba de prestar o juramento solemne determinado no art. 103 da Const. do Imperio.

«Brasileiros! Estão convertidas em realidades as esperanças da Nação; uma nova era apontou; seja ella de união e de prosperidade. Sejamos nós dignos de tão grandioso beneficio».

Depois de duas horas da tarde, voltou a deputação que havia sido encarregada de ir ao Paço saber a hora em que o Imperador queria prestar o juramento, e deu conhecimento de que cumprira a sua missão, recitando ao Imperador a seguinte fala:

«Senhor.

A Assemblea Geral Legislativa, unico e legitimo orgão dos sentimentos da Nação, convencida de que nenhum outro remedio mais conviria aos males que a opprimem, nas circumstancias actuaes, que a immediata acclamação da maioridade de V. M. I., e a sua exaltação ao trono do Brasil, e em consequencia a entrega do deposito sagrado das redeas do governo nas augustas mãos de V. M. I., nos envia em deputação a annunciar a V. M I., a maneira solemne porque V. M. I., acaba de ser por ella declarado maior no meio do geral regozijo; e a rogar a V. M. I., que dignando-se acolher com benignidade aquella expressão dos sentimentos nacionaes, haja por bem completar seus actos, prestando-se ao juramento solemne, exigido pelo art. 103 da Constituição do Imperio, no paço do Senado, onde a Assemblea Geral reunida aguarda a augusta presença de V. M. I.

Assim Deus ajude a V. M. I., acolhendo os fervorosos votos que os fieis subditos de V. M. I. não cessam de dirigir-lhe pela prosperidade e diuturnidade do reinado de V. M. I.»

As' tres horas e meia da tarde, chegava o Imperador ao Senado, recebido pela deputação, prestando em seguida o juramento, como consta do Auto que transcrevemos.

AUTO DE JURAMENTO

Saibam quantos este publico instrumento virem que, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1840, decimo nono da Independencia e do Imperio do Brasil, aos 23 dias do mez de julho, nesta muito leal e heroica cidade do Rio de Janeiro, no paço do Senado, onde se reuniram as duas Camaras Legislativas, estando presentes 33 senadores e 84 deputados, sob a presidencia do Ex.mo Marquez de Paranaguá, para o fim de dar execução ao art. 103 da Constituição, estando presente S. M. I., o sr. d. Pedro de Alcantara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocadio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, segundo imperador e defensor perpetuo do Brasil, filho legitimo e primeiro varão existente do fallecido sr. d. Pedro 1.°, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo

do Brasil, e da fallecida senhora d. Maria Leopoldina Josefa Carolina, imperatriz sua mulher, archiduqueza d'Austria, lhe foi apresentado pelo Ex.mo Presidente o missal em que o mesmo augusto senhor poz a sua mão direita; e sendo por mim lida a formula determinada no mencionado art. 103 da Constituição, pronunciou S. M. Imperial em alta voz o seguinte juramento:

> «Juro manter a religião catholica apostolica romana, a integridade e indivisibilidade do Imperio, e prover ao bem geral do Brasil, quanto em mim couber».

E para perpetua memoria, se lavrou este auto em duplicata, que vae assignado pelo mesmo augusto senhor, pelo Presidente e dois primeiros Secretarios de uma e de outra Camara. E eu, Luis José de Oliveira, primeiro Secretario do Senado, o escrevi. —*D. Pedro 2.º—Marquez de Paranaguá*, presidente—*Luis José de Oliveira*, primeiro Secretario do Senado—*Antonio Joaquim Alves do Amaral*, primeiro Secretario da Camara dos Deputados».

Assignado o auto de juramento, foram erguidos vivas á Maioridade, correspondidos enthusiasticamente.

Um facto não pode passar despercebido — O Senado e a Camara em sua quasi unanimidade compareceram á sessão de 23 de julho, e maioristas e seus adversarios da vespera figuraram nas deputações designadas para os actos da solemnidade.

No dia 28 de julho, a imprensa publicava a exposição de Vasconcellos sobre os memoraveis acontecimentos que acabamos de descrever. E' documento de alta valia para completar a historia do movimento.

Ei-la:

«Bernardo Pereira de Vasconcellos julga dever explicar ao publico o seu procedimento no curto periodo de 9 horas do dia 22 do corrente mez, em que foi ministro e secretario de estado dos negocios do imperio.

São hoje sabidas dos habitantes desta Capital, e sê-lo-ão em breve dos de todo o imperio, as melancolicas occurrencias dos dias anteriores ao referido 22 de julho, por occasião de se occupar a Camara dos Deputados da questão do supprimento de idade de S. M. o Imperador, afim de que o mesmo augusto Senhor entrasse immediatamente no exercicio de sua autoridade constitucional. E' incontroverso que a medida de antecipar a maioridade de S. M. I. não tinha maioria de votos nem na camara dos senadores, nem na dos deputados, posto que áquelles mesmos que a impugnavam não faltassem ardentes e sinceros desejos de vê-la realizada sem offensa dos principios constitucionaes: este facto não era desconhecido dos que conceberam este anno a idéa de investir o joven imperador da sua autoridade. No senado fôra um tal projecto rejeitado, bem que ninguem o impugnasse na discussão

e houvesse quem o sustentasse. Esta decisão da camara vitalicia nenhuma impressão produziu no espirito publico, sendo manifesto que nem os habitantes da côrte, nem os de qualquer outra provincia se haviam até então pronunciado a favor da medida. Todavia, não desacorocoaram alguns deputados do triumpho da sua idéa; continuaram a insistir para que o imperador fosse declarado maior por uma lei ordinaria; e dado que não poucos se dispozessem a votar a favor della, uma vez que fosse acompanhada de garantias para a nação e para o trono, crescia este empenho, á medida que se observava mais tendencia para a sua realização.

No meio do debate desta transcendente materia, debate que devêra ser notavel pela prudencia, sisudeza e gravidade que o devia presidir, appareceram symptomas de coacção na Camara dos Deputados. Os que admittiam a idéa com modificações viam-se expostos a insultos e perigos, se não guardassem silencio. Para prova deste facto, offereço o *Jornal do Commercio*, de n. 188 a 193.

Invoco, além disso, o testemunho dos deputados e espectadores imparciaes; deponham elles se, além do que tem chegado ao conhecimento do publico, não tiveram alguns dignos representantes do paiz e principalmente os ministros da corôa, de soffrer vergonhosos insultos e ameaças. Pessoas do povo, reunidas em grande numero invadiam o paço da Camara, rodeavam os deputados dentro da propria sala das sessões, tomavam parte nos debates, applaudindo estrondosamente os oradores de um lado, e suffocando a voz de outros com gritos aterradores, em uma palavra, quasi que havia de todo desapparecido a distinção entre as galerias e os legisladores, a população pacifica e industriosa, que ao principio esperava tranquilla a solução que os poderes supremos do estado houvessem de dar á questão da maioridade, começava a affligir-se á vista de scenas tão desagradaveis, representadas naquelle mesmo recinto donde somente deveram partir exemplos de ordem e de obediencia ás leis; e o governo via-se na impossibilidade de fazer cessar, pelos meios a seu alcance, semelhante estado de cousas, não desejando que ainda levemente se lhe attribuisse o intento de coagir os legisladores.

Nunca fui considerado infenso ao governo de S. M. I. o senhor d. Pedro II, tendo até em outra época desejado a regencia da augusta princesa imperial a senhora d. Januaria, desejo este que nunca excedeu os limites de um pensamento, e que me custou as mais acerbas injurias e calumnias, havendo mesmo quem, nas discussões da assembléa provincial de Minas Geraes, me indigitasse como conspirador contra o regente do Acto Addicional, imprecando a minha morte.

Confesso ingenuamente que meu afferro á monarchia e o exemplo da dispensa de idade da senhora d. Maria II, rainha

de Portugal, foram os unicos elementos de minha convicção, em que se podiam oppôr a uma tal medida. Ainda hoje não hesitarei em dar o meu voto para o supprimento de idade de um principe, debaixo de razoaveis condições de segurança; ainda hoje votaria pela maioridade do senhor d. Pedro II, mas com limitações e com sufficientes garantias para o trono e para o paiz, pois que os acontecimentos mesmo do reinado da senhora d. Maria II tem feito em mim a mais profunda impressão.

Deixára o senhor d. Pedro, duque de Bragança, organizado o paiz, e nos primeiros empregos do estado os Portuguezes mais esclarecidos, mais traquejados no meneio dos negocios publicos, carregados de prestantes serviços á patria, e os bravos generaes que tanto haviam contribuido para a queda da usurpação e reconquista da perdida liberdade. Este governo que promettia larga duração, tanto pela sua solidez como pelas immortaes reminiscencias que despertava, durou apenas dous annos, não era passado este prazo, quando rompeu uma revolta, que rasgou a carta constitucional e violentou a joven rainha a assignar com o seu proprio punho a condemnação do mais importante titulo de gloria de seu augusto pai; e lá está Portugal remoinhando entre a anarchia e as tentativas de um governo regular!

Diversas são, e para peior, as circumstancias do Brasil: nossas instituições não estão completas, faltam-nos muitas leis importantes, algumas das existentes exigem consideraveis reformas, e muito ha que vivemos sob o governo fraco de regencias.

Falta-nos um conselho de estado, não temos eminencias sociaes, ou por pobreza nossa, ou porque a inveja e as facções tenham caprichado em nivellar tudo. Neste estado de cousas não acclamára eu por meu voto o senhor d. Pedro II maior desde já, sem que o armassemos de todos os meios necessarios para ser feliz o seu reinado, bem que hoje me considere na mais explicita obrigação de envidar todas as minhas forças, afim de que os resultados não justifiquem um dia as minhas tristes apprehensões e as de meus illustres collegas pertencentes a essa patriotica maioria de 19 de setembro.

Chamado pelo Regente, no citado dia 22 do corrente mez, para me encarregar da repartição dos negocios do imperio, não hesitei um só momento á vista do perigo, tendo por collegas cidadãos tão honrados, alguns dos quaes pertenciam a essa maioria: não desconheci a crise em que estava o Brasil; affligiam-me sobre tudo os perigos que ameaçavão o trono, produzidos pela precipitação e insolita maneira de discutir, tolerada na Camara dos Deputados. Meus collegas e eu, unanimes em sentimentos, propuzemos ao Regente, em nome do Imperador, o adiamento da Assembléa Geral, para o qual estavamos expressamente autorizados pela Constituição da Monarchia, e nunca me pareceu o Regente mais Brasileiro e mais digno do seu alto posto do que subscrevendo o seguinte decreto:

« O Regente, em nome do Imperador o sr. d. Pedro II, tomando em consideração a exposição que, pelos ministros e secretarios de estado das differentes repartições, lhe foi feita acerca do estado de perturbação em que actualmente se acha a Camara dos Deputados, e attendendo a que a questão da maioridade de S. M. I., que nella se agita, pela sua gravidade e pela alta posição e importancia da augusta pessoa a que é relativa, sómente póde e deve ser tratada com madura reflexão e tranquilidade: ha por bem, usando da attribuição que lhe confere o art. 101, § 5.° da Constituição do Imperio, adiar a Assembléa Geral para o dia 20 de novembro do corrente anno.

« Bernardo Vieira de Vasconcellos, senador do imperio, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, o tenha assim entendido e faça executar.

« Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1840, decimo nono da Independencia e do Imperio—Pedro de Araujo Lima —Bernardo Pereira de Vasconcellos.»

No senado não se consentiu que fosse lido este decreto, e permitta Deus que seu nobre presidente, o sr. Marquez de Paranaguá, ainda um dia não tenha de arrepender-se da maneira por que se houve neste transcendente negocio! Na Camara dos Deputados appareceram gritos, ameaças e provocações, que nem se compadeciam com a Constituição, nem com o regimento da casa. Accusaram-me de calumniador, de traidor e de inimigo do sr. d. Pedro II. Protestaram contra este acto como emanado de um governo illegal, intruso e usurpador; mas emfim, obedecendo-lhe, pouparam ao governo o dissabor de recorrer a providencias adaptadas para a sua execução.

—Calumniei a Camara, dizem os meus adversarios, porque ahi reinava a mais perfeita tranquillidade, e não havia alteração alguma na Capital.

—Peço aos leitores que confrontem o decreto de adiamento com esta increpação, e convencer-se-ão de que nelle se não asseverava que o povo da Capital estava agitado e menos amotinado. Limitou-se a exprimir a desordem das discussões na Camara dos Deputados, desordem que parecia appropriada para tornar odiosa a santa causa que ahi se pleiteava. Digam-nos os espectadores imparciaes, diga-o o *Jornal do Commercio* de 23 do corrente mez. Inexplicavel contradicção: Ao mesmo tempo que se me accusava de calumniar a Camara, de conspirar contra o Brasil e o trono, estrondavam na casa os brados horriveis dos tribunos da plebe, e a illustrada maioria, reprovando com mudo silencio tanto desatino, só fazia votos para que a Divina Providencia salvasse o joven principe, para que não fosse elle mais uma victima innocente offerecida nos altares da demagogia.

Era eu o traidor e o conspirador, observando religiosamente a lei, e meus desvairados accusadores eram fieis á Constituição do estado, almejavam a tranquillidade publica, quando discutiam e

atacavam o acto do poder moderador que adiava as Camaras? quando proclamavam illegal, intruso e usurpador, um governo que tinham até então reconhecido, dado que um ou outro, nestes ultimos dias, alguma vez fallasse por incidente sobre a sua legalidade?!

Conspirava eu adiando as Camaras quando aconselhava a crise em que nos viamos, como permittia a Constituição do estado, e eram fieis ao seu dever aquelles representantes da nação que, tendo obedecido ao decreto do adiamento, foram ao paço do senado fazer parte de huma reunião popular onde deliberações se tomaram sobre a propria existencia do governo, forcejando para dar o caracter de revolução a esse acto do adiamento, que, apesar de tudo, e e sempre foi considerado ordinario?

Conspiraria eu cumprindo fielmente as leis na qualidade de ministro da corôa, e meus inimigos são irreprehensiveis, bem que as infringissem por um modo tão extraordinario, como elles mesmos não poderão negar?

Depois de expedido o decreto de adiamento, partiu o Regente para S. Christovão, afim de participar a S. M. o Imperador o passo que déra, e declarar-lhe qual a intenção do governo, que não foi outra senão preparar devidamente as cousas para que, ainda no corrente anno, fosse proclamada a maioridade de S. M., não como uma medida arrancada pelo desencadeamento das paixões, e dictada revolucionariamente por um partido em minoria desde 1836 até hoje, mas com aquella solemnidade, prudencia e sisudeza, que devem acompanhar um tão grande acto nacional. O Regente voltou, tendo sido benignamente acolhido por S. M. o Imperador e merecido o seu assentimento.

Ao meio dia, constou ao ministerio, reunido em casa do Regente, que o commandante das armas, Francisco de Paula Vasconcellos, estava de acordo com a reunião no senado; que o commandante dos estudantes da academia militar havia marchado com elles armados para aquelle ponto, e que uma deputação, composta de senadores e deputados, se dirigia a S. Christovão para obter de S. M. o Imperador a sua acquiescencia á proclamação de sua maioridade. Era indispensavel ao governo procurar tambem saber qual a definitiva resolução do mesmo augusto senhor, á vista da face que as cousas acabavam de tomar, e para isso voltou o regente ao paço imperial. S. M. se dignou declarar que queria tomar já as redeas do governo, e que a Assembléa Geral fosse convocada para o dia seguinte. Conhecida assim a vontade de S. M., entendeu o governo que era do seu dever conformar-se com ella, e os commandantes das forças de que podia dispôr receberam ordem para se limitarem unicamente áquellas medidas indispensaveis afim de fazer com que a segurança individual fosse respeitada.

Apesar dos escrupulos que tinham os membros do governo sobre tal medida, de ordem do Regente, em nome do Imperador,

convoquei de novo a Assembléa Geral, no mesmo dia 22, para o seguinte, à vista da declaração de S. M., e porque era este o ultimo acto do Regente. E para que o pretexto de achar-me eu no poder não contribuisse para se consummar uma revolução e ensanguenta-la, consegui do Regente a minha demissão, durante este meu ultimo ministerio de 9 horas sómente, 9 horas que eu reputo as mais honrosas de toda a minha vida publica.

Não me é dado saber qual será a minha sorte por este acontecimento.

O senhor Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (hoje ministro do imperio) arrojou-se a ameaçar-me em particular, e aos meus outros collegas em geral, na augusta presença do Imperador, no momento mesmo em que S. M. acabava de aceitar a difficil e espinhosa tarefa de dirigir os negocios publicos. Que lição! Que sentimentos se pretendem inspirar ao coração do innocente monarcha! Que prova de acatamento e respeito à sua sagrada pessoa! A' espera dos effeitos da colera e vingança do senhor ministro do imperio, tenho até agora demorado esta minha breve exposição, mas, já que tardam tanto, força é procurar por esse meio justificar-me perante os Brasileiros verdadeiramente amigos da monarchia constitucional.

Venham sobre mim todos os males; ainda estou impenitente. Longe de arrepender-me, ufano-me do meu procedimento, sujeitando-me ao juizo imparcial dos Brasileiros. Iguaes sentimentos (posso com segurança assevera-lo) compartem os meus honrados collegas, que nunca hesitaram, nunca abandonaram o seu posto no momento do perigo. Não posso terminar sem agradecer-lhes, e especialmente ao exm. sr. Pedro de Araujo Lima, as distintas provas de confiança que me derm em uma occasião tão solemne.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1840.

Bernardo Pereira de Vasconcellos».

* * *

Estão decorridos 67 annos após aquelles acontecimentos, e estudando-os hoje, somos obrigados a reconhecer que foi patriotica a resolução do Imperador aceitando o governo antes da época constitucional.

Achava-se elle diante de um movimento revolucionario em favor da maioridade.

Si alguns membros do partido liberal, si collocaram á frente da revolução, depois de terem perdido as esperanças de conseguirem a maioridade por uma medida parlamentar, chefes politicos que apoiavam o governo, e dos mais notaveis, outra solução não aconselhavam.

Não se declarára Honorico *indeciso*, querendo retirar da discussão o projecto propondo a reforma do art. 121 da Constituição, para que o Imperador fosse declarado maior antes dos 18 annos?

Não affirmára perante a Camara que reconhecia circumstancias que justificavam os golpes de estado?

José Clemente, com sua palavra auctorizada e insuspeita, não acabava de sustentar na tribuna—que era indispensavel a exaltação do Imperador ao trono, *quanto antes*, acto que não podia mais ser embaraçado pela disposição constitucional, em vista da agitação que reinava?

Não aceitára o governo a idéa, adiando as camaras, para se preparar a solemnidade, afim de ser o Imperador acclamado no dia 2 de dezembro?

Não voltára ao Paço o Regente, acompanhado de um membro do gabinete, para dar conhecimento ao Imperador de que a revolução se achava triumphante, e saber si queria assumir o poder antes da época, que na manhã desse mesmo dia havia sido entre ambos combinada?

Como se vê, ninguem mais tratava de crear embaraços á declaração da maioridade—era questão resolvida, imposta ao governo pelas corporações politicas, por uma parte das classes armadas e pelo povo.

Era essa a situação, quando o Imperador patrioticamente aconselhado, resolveu aceitar o poder, movido tambem pelo nobre intuito de impedir a continuação do movimento e as desastrosas consequencias que se dariam, se naquelle momento se pretendesse contrariar a idéa.

Ainda assim, muitas violencias foram praticadas. Membros do governo e deputados contrarios á maioridade foram desrespeitados. Antonio Carlos, na presença do Imperador, maltratou e ameaçou a Vasconcellos. A casa deste foi apedrejada, e contra sua pessoa formularam pasquins indecentes, que foram espalhados pela cidade.

Uma quadrinha tornou-se popular e por toda a parte era repetida. Eil-a:

De bronca loquacidade
E' Bernardo, sem questão,
Dizedor de bernardices
Impando de sabichão.

Apesar de victoriosos, os maioristas achavam-se exaltados, e não só foi Antonio Carlos que se excedeu diante do Imperador, quando o joven monarcha, determinou que se fisesse a convocação para o dia seguinte, Martim Francisco: disse ao Imperador.

« Permitta agora V. M. que eu dê um abraço no sr. Araujo Lima. Quanto aos seus ministros, *hei de perseguil-os e perseguil-os* até a ultima extremidade, como traidores a V. M. e ao Brasil».

Quando Rodrigues Torres, na sessão de 11 de junho de 1841, deu conhecimentó deste facto á Camara, Antonio Carlos negou ter partido delle o *abraço*, como affirmára Rodrigues Torres, mas, Martim Francisco, immediatamente, declarou que fora elle o autor do *abraço*.

* * *

Não concluiremos a longa exposição, sem aqui deixar consignada uma tradição.

Quando os deputados maioristas se dirigiram ao senado, consta que Pedro de Araujo Lima, por um momento pretendeu resignar o cargo de Regente, para que o substituisse Vasconcellos.

Consultado este, declarou que estava prompto, e que faria executar o decreto do adiamento das camaras, e subjugaria a revolução com as forças de que podia dispor o governo.

No momento, porém, de resignar o cargo, Araujo Lima desistiu de o fazer, a instancias de pessoa de sua familia que fez-lhe ver que, embora esmagada a revolução, de todo o sangue que fosse derramado, lhe caberia a responsabilidade, seria uma nodoa indelevel para elle e para seus descendentes.

Estas razões poderosas influiram de tal forma no espirito do Regente —*bom imperador constitucional*— que a idéa não teve seguimento. Patriota e de espirito elevado, elle, apesar de melindrado pelos ataques pessoaes de que fora victima, quiz passar á posteridade rodeado da estima que deve merecer a memoria de quem como o Marquez de Olinda encaneceu no serviço da patria, fallecendo aos 83 annos de idade em 1870, depois de ter durante meio seculo occupado as mais elevadas posições no paiz.

GABINETE DE 24 DE JULHO DE 1840

Victoriosa a revolução, sóbe ao poder o grupo do partido liberal que promovera o movimento, e organiza-se o gabinete do 24 de julho de 1840, o da *Maioridade*, como ficou sendo conhecido na historia politica do paiz.

Sua organização foi a seguinte: Antonio Carlos, Imperio; Martim, Fazenda; Aureliano; Estrangeiros; Limpo de Abreu, Justiça; Cavalcanti de Albuquerque, Marinha; Francisco Cavalcanti, Guerra.

Quem hoje medita sobre os acontecimentos daquella epoca, verifica que a organização do gabinete de 24 de julho, era extremamente fraca para iniciar nova situação politica, embora figurassem na sua composição homens illustres que já se haviam notabilisado por serviços á causa publica.

O gabinete era fraco porque não soubera organizar nem o interesse politico nem a esperança dos ambiciosos. A presença de dois Andradas, dois Hollandas, tornavam-no antes, um mi-

nisterio de familia, um ministerio de facção, do que representante de um principio.

Accresce que nem subira ao poder constitucionalmente, nem prestigiado pela victoria de qualquer dos principios que em 1839 inscrevera em sua bandeira, ao ampliar o programa de 1831.

De facto, a maiorldade não era pensamento de um partido.

Em 1835, os Hollandas o quiserão promover, para impedir que Feijó assumisse a Regencia para cujo cargo acabava de ser eleito.

Essa idéa foi repellida por membros notaveis da epoca. Alvares Machado no autografo já transcripto, censurava os seus promotores, porque a idea não fora aventada no interesse publico, mas como meio de se apossarem seus promotores do poder, para governarem o paiz atraz de um conselho de tres membros.

Posteriormente, Vasconcellos desejou a maioridade de d. Januaria, para assumir a regencia, desejo que, como elle declarou no manifesto de 28 de julho de 1840, nunca excedera os limites de um pensamento. E', porém, sabido, que o desejo de Vasconcellos era determinado para contrariar o Regente.

Relembrando estes factos historicos, queremos demonstrar que a idéa da maioridade pertencera a ambos os partidos, e que ambos a pretenderam, movidos por interesses particulares ou partidarios.

Em 1840, a luta não seria iniciada, se os promotores do movimento «não tivessem certeza que o poder lhes iria parar nas mãos, se a idéa triumfasse». (1)

Ainda assim, a *certeza do poder*, não conseguira reunir todo o partido liberal, ao redor da bandeira desfraldada.

Antonio Carlos, Martim, Alvares Machado, Montezuma e outros entendiam que a maioridade podia ser decretada pela Camara sem a reforma do art 121 da Constituição. Consideravam que aquelle artigo não era constitucional, porque referia-se a uma condição de tempo, e não tinha relação com a divisão e limites dos poderes politicos do cidadão.

Sousa Franco, cuja competencia, sinceridade e prestigio, já não se lhe podia contestar naquelle tempo, pensava de modo diametralmente opposto.

Entendia que sem a reforma do art. 121, constitucionalmente feita, não podia ser decretada a maioridade, porque tal declaração importaria em extensão e augmento de attribuições de poderes politicos.

A maioridade, sustentava Sousa Franco, importaria em pleno gozo de todos os direitos politicos e individuaes do cidadão, e sendo constitucional o que diz respeito a estes, só constitucio-

(1) Theofilo Ottoni —Circular.

nalmente se poderia fazer tal alteração ou dispensa, e porque assim pensava, dera seu apoio ao projecto que Carneiro Leão apresentára, na sessão de 18 de maio de 1840.

Ottoni e seus amigos reconheciam a constitucionalidade do art. 121, mas entendiam que a *salus populi* exigia a medida inconstitucional, salvo ao deputado, explicar posteriormente as razões de seu voto ao eleitorado e pedir-lhes um *bil de indemnidade.*

Como se vê, além de não ser principio do programma liberal, não houve completa uniformidade de vistas sobre ponto tão importante.

Não era essa divergencia a unica a enfraquecer o gabinete de 24 de julho

Graves dissensões pessoaes, profundos antagonismos de principios, mutuas desconfianças dividiam os membros do novo governo, o que impossibilitava a unidade de vistas, indispensavel para imprimir a força precisa ás deliberações collectivas.

Rapidamente exporemos quaes eram as desconfianças e os antagonismos entre os membros do gabinete.

Antonio Carlos, naquella epoca não infundia confiança aos liberaes orthodoxos.

Desde 1831 até morrer, o que se deu em 1845, tornara-se um politico arrebatado e quasi sempre indisciplinado, defeitos esses que os seus contemporaneos explicavam como sendo provocados pelo despeito de ter chegado aos 67 annos, sem ter sido chamado a fazer parte de organizações ministeriaes.

Em 1832, o odio, que elle e seus irmãos votavam a Feijó, o levou a se alistar entre os reaccionarios, combatendo Evaristo com extrema violencia na imprensa. Dahi a restaurador, e agente desse partido, era um passo—e esse deu-o Antonio Carlos.

Sobre este ponto historico reina completa divergencia entre as chronicas—umas negam sua ligação aos restauradores, outras a confirmam.

Em um dos ultimos estudos sobre a sympathica individualidade de Antonio Carlos, lemos o seguinte:

« A imprensa do governo e do partido liberal moderado o atacou como um dos chefes do partido restaurador, e partindo Antonio Carlos em viagem á Europa, geralmente se acreditou, que o levara além do Atlantico o empenho de convencer o ex-Imperador d. Pedro da necessidade de sua volta, e de trazel-o para o Brasil. Sobre este ponto podem *haver duvidas*; *a verdade historica não se conhece a toda luz*: mas não parece aleivosa a noticia espalhada por aquella imprensa ». (1)

Acredito trazer documento indiscutivel, diante do qual nenhuma duvida mais póde ser permittida.

---

(1) J. M. de Macedo. Anno Biografico.

Antonio Carlos, foi emissario do partido restaurador junto a d. Pedro, e trabalhou para que aquelle principe regressasse ao Brasil—Eis a prova.

Nos annaes da Camara dos Deputados, na sessão de 30 de março de 1839, Antonio Carlos declarou o seguinte:

> «Quando resolvi deixar o paiz, um partido rogou-me que indo eu para a Europa, me encarregasse de fazer sentir a um personagem o interesse que viria de ser tutor de seu filho e até regente—Disso me incumbi eu, mas como as condições eram a simples vinda dessa pessoa na qualidade de tutor, para ser declarado regente, caso a Assembléa quizessse, não era por isso restaurador, não tinha tenção de restaurar, tinha tenção de melhorar o paiz, que, nesse tempo, rolava a borda do precipicio.»

A volta de d. Pedro como tutor e regente importava no desaparecimento de todas as liberdades conquistadas em 1831.

Queixas mais recentes guardava o partido liberal de Antonio Carlos.

Em 1837 e 38, apoiára o partido conservador. Neste ultimo anno foi relator da commissão, essencialmente politica, da resposta á fala do trono.

Naquelle posto applaudiu todas as medidas governamentaes da politica conservadora, e proclamou a *necessidade da lei da interpretração*, o mais impertante dogma da escola conservadora.

Ottoni, e com elle muitos membros do partido liberal, não podia comprehender, que os dois Andradas, se associassem no governo com o ministro que havia desterrado para a ilha de Paquetá, e feito processar — o Andrada primogenito, José Bonifacio, o Washington Brasileiro.

Que harmonia de vistas poderia existir entre Limpo de Abreu e o ministro de justiça de 1833, que se viu desautorado pelo não cumprimento do decreto de amnistia dos revoltosos de Minas?

A mesma desharmonia reinava até então entre o governo e alguns de seus novos delegados.

Martim Francisco escolheu para seu collaborador na provincia do Ceará ao senador Alencar, o mesmo, que na sessão de 12 de maio de 1837 tão cruelmente verberára.

Censurando o gabinete do qual fazia parte seu novo collega Limpo de Abreu, pela conservação de certos presidentes, referindo-se ao do Ceará, assim se manifestava:

> «Se eu pudesse rasgar o véu que occulta o misterio de semelhante attentado, se eu pudesse revellar a esta Camara o nome da pessoa, que esse Presidente (Alencar) encarregou de assassinar a Pinto Madeira, todo o misterio estava patente, toda a discussão tinha acabado, mas a religião do segredo m'o veda.»

Os amigos de Alencar, entre elles um sobrinho, retrucaram a Martim com igual violencia, e, em artigos na imprensa, reviveram a tragica execução de Chaguinhas, e a historia do — *laço do Curral do Conselho* — que Martim, como membro da Junta do Governo Provincial de S. Paulo, mandara procurar para substituir a corda que arrebentara com o peso do corpo do infeliz, para se proceder de novo ao supplicio daquelle paulista, filho de Cananéa, sargento de milicias, e cuja memoria é hoje completamente ignorada, tendo sido victima, segundo uns, por factos amorosos, segundo outros, para apagar doutrinas de liberdade e de independencia da patria, das quaes era ardente apostolo.

Poderia com taes elementos dissolventes, existir a harmonia de vistas tão necessaria em uma nova situação?

Eis porque, Ottoni foi levado a assim se manifestar — «Mal triunfava a maioridade, e já sobravam razões ao partido liberal para se arrepender de havel-a iniciado. Podia cobrir a cabeça mesmo no dia do triunfo.» (1)

* * *

Como era de prever, «de tão anomala organização de Gabinete», (2) desde logo, serias divergencias surgiram entre seos membros, as quaes, transpirando, vieram ainda mais enfraquecer a nova situação perante a opinião publica.

Martim Francisco, violento, autoritario, entendeu que o governo devia intervir no pleito eleitoral, empregando meios reaccionarios para que a nova situação pudesse conseguir maioria parlamentar que lhe garantisse a permanencia no poder.

Aureliano, divergiu dessa politica. Entendia aquelle preclaro brasileiro, creador do montepio dos servidores do Estado, que as instituições não se achavam ainda bem cimentadas, pelo que o governo devia não conflagrar o paiz, creando odios que iraim se reflectir na pessoa do joven monarcha, mas proceder com moderação e tolerancia, unico meio de ligar todos os brasileiros ao redor do trono.

Queria o futuro Visconde de Sepetiba, que o primeiro gabinete da maioridade deixasse correr o pleito livremente, para que a opinião designasse qual o partido que deveria governar. Se assim procedesse, elle se dignificaria perante a historia.

Facil foi a Martim impor sua vontade aos collegas, tendo ficado Aureliano em unidade.

Por ter apresentado aquellas idéas generosas, Aureliano cahiu no desagrado de alguns politicos intransigentes — e nunca foi perdoado.

---

(1) Ottoni - Circular.
(2) Ottoni — «Circular».

Já estavam decorridos mais de 20 annos, quando Tito Franco escreveo a «Biografia» e Ottoni a celebre «Circular». «Ainda soavam os hymnos da festa, dizia Ottoni, e já o governo pessoal se inaugurava com a nomeação do chefe da facção aulica, o sr. Aureliano de Sousa, para ministro dos negocios estrangeiros».

Entendia Ottoni que Aureliano não deveria ter feito parte do gabinete maiorista, porque se havia conservado em estudada neutralidade, e seus antecedentes em relação aos collegas o collocavam em perfeito antagonismo para com cada um delles.

Havia grave injustiça nesta apreciação.

O antagonismo, que existia entre Aureliano e os collegas, era, pode-se dizer, nenhum, comparado com o que até então havia separado os diversos membros do gabinete de 24 de julho.

Dizer-se que durante a luta parlamentar da maioridade Aureliano se conservára em estudada neutralidade, é querer contrariar a historia dos acontecimentos.

A escolha daquelle notavel parlamentar estava naturalmente indicada.

Se os membros do novo gabinete deviam ser tirados dentre os promotores do movimento revolucionario, a prioridade cabia a Aureliano.

Não foi elle o relator do projecto da commissão da resposta á fala do trono, no qual se achava inscrito o celebre periodo com que foi iniciado o movimento ?

Quando o Imperador annotou o exemplar da «Biografia», a que já nos referimos, justificou a inclusão de Aureliano na organização ministerial, negando ao mesmo tempo ter imposto o seu nome—o que fez nos seguintes termos:

> « Dava-me com Aureliano: estimava-o pelas suas qualidades, porém não o impuz como ministro, nem, começando então a governar com menos de 15 annos, fazia questão de ministros. Sahiram dentre os que me fizeram maior ».

Esta declaração do Imperador, desfaz a significação que alguns membros do partido liberal procuravam dar á entrada de Aureliano no gabinete da maioridade.

* * *

Os maioristas esperavm que a primeira medida politica do gabinete seria a dissolução da Camara dos Deputados, que havia sustentado principios e situacões divergentes.

Em vez desse decreto, foi publicado o que nomeava os ministros, Camaristas de S. M. Imperador, o que fez Ottoni emittir a seguinte apreciação:

« No dia seguinte ao da organização do ministerio, o pontifice da seita palaciana (Aureliano) vestia com a libré de camaristas os seus cinco collegas, e os Andradas tiveram de enfileirar-se nas cerimonias da côrte, com a criadagem imperial».

Porque attribuir a Aureliano um acto da pasta da qual era titular Antonio Carlos?

Navarro, o irascivel maiorista, o homem do punhal, tornou-se um dos mais ardentes adversarios do gabinete da maior idade. Um dos diversos motivos, que o levaram a separar-se dos amigos da vespera, foi ter o gabinete «cercado a Corôa de ministros camaristas para o fim de cortar a communicação entre a nação e a corôa «O ministro, dizia Navarro, queria occultar do monarcha as queixas publicas para permanecer no poder.

Quando se reabriram as sessões da Camara, em um só ponto achavam-se unidos os deputados. Ouçamos ainda Ottoni.

«Porfiavam os oradores em mostrar-se cada qual mais realista do que o seu vizinho. A discussão do projecto, que decretava a dotação do Imperador, é uma pagina digna de estudo. Liberaes, conservadores, opposionistas e ministeriaes disputavam entre si quem do pão do compadre havia de dar mais larga fatia ao augusto afilhado

«O sr. Antonio Carlos cobriu o lanço dos outros licitantes, propondo 800 contos, que foram votados de enthusiasmo».

* * *

Era do Rio Grande do Sul, que soprava o vento da desgraça para os gabinetes e situações.

Quando se organizou o ministerio da maioridade, achava-se na administração da provincia conflagrada o heroico general Andréas, que com extremo vigor havia dominado no Pará os horrores da «Cabanada».

Homem de indomavel energia, sabia, entretanto, como chefe, ser prudente e acautelado. Tendo encontrado o exercito *sem soldados* e as *forças sem cavalhada* officiou ao governo, declarando «que se achava de braços quebrados» — Pedia forças.

Não perdia o tempo esperando que l'has remettesse o governo central. Com verdadeira diplomacia, conseguiu chamar novamente para as fileiras da legalidade a Bento Manoel, que pelos erros e imprevidencia do governo havia se unido aos revoltosos.

Foi esse um grande serviço, porquanto os proprios revoltosos diziam que a sua defecção «valia para a legalidade seis mil homens», palavras que Aureliano repetiu na tribuna da Camara.

Era crença popular no Rio Grande, arraigada em amigos e adversarios, que a victoria acompanhava sempre o heroico guerreiro.

No começo da campanha se achava alistado entre os revoltosos e com outros obrigou a que o Presidente Fernandes Braga abandonasse Porto Alegre.

Passando-se pouco depois para a legalidade, inflingiu aos revoltosos a terrivel derrota do Fanfa.

Á desastrada politica seguida no Rio, de pretender sempre satisfazer as requisições dos revoltosos, levaram-no de novo para os campos adversos—causando ás forças legaes terriveis golpes, entre os quaes o aprisionamento do Presidente Antero, os successos do Rincão d'Elrei, e a queda da cidade do Rio Pardo.

Voltando finalmente para as forças legaes, graças á diplomacia de Andréas, coube-lhe a gloria de ser o primeiro guerreiro que conseguiu surprehender a Canavarro, derrotando-o completamente em Ponxe Verde, reduzindo o exercito revoltoso a pequenas partidas, que Francisco Pedro com indomavel ardor batia e destroçava em Dom Pedrito, Santa Maria Xúa, Cangussú, Candiota, Arroio Grande, e, finalmente, em Porongos.

* * *

O governo, em vez de enviar a Andréas as forças que reclamava aquelle general, ordenava-lhe que promovesse a pacificação segundo as instrucções que enviára.

Em um celebre officio, o irascivel general classificou de *indecentes* as propostas do governo. Amnistia, dizia elle, só propõe quem póde dispor de forças—mas aquella medida, quando se achava no governo em pé de inferioridade, só teria como resultado levar aos adversarios a convicção de que eram considerados pelo governo fortes e invenciveis.

Recusando-se Andréas a se prestar a esses manejos, o governo resolve enviar Alvares Machado ao Sul, *embaixador* perante os revoltosos.

Chegando ao Rio Grande, dirigiu-se Alvares Machado ao acampamento dos rebeldes, e inaugura-se a politica que ficou alli denominada —do *vinho e marmellada*—.

Depois de grandes festas, os revoltosos apresentam sua proposta de conciliação, cuja base era — Reconhecimento da Republica Rio Grandense!

Emquanto se discutia a conciliação, os revoltosos, como já haviam praticado em 1837, procuravrm collocar-se em esplendidas posições estrategicas.

Conseguido esse *desideratum*, declaram a Alvares Machado que suspendiam o estudo das propostas, porque. não tendo elle livre acção, estava-se perdendo tempo Desse-lhe o governo a responsabilidade official, e de novo seriam encetadas as negociações.

O governo central, não comprehendendo que os revolucionarios se achavam empenhados em arredar Andréas, cuja energia era um elemento de victoria, apressou-se a demittil-o de Presidente e Commandante das Armas. Substitue-o Alvares Machado na Presidencia.

As lutas e as divergencias dos passados periodos, tinham demonstrado ao governo a conveniencia de reunir os dous cargos

em uma só pessoa para que a administração tivesse mais cohesão e força

Com a demissão de Andreas, separam novamente os cargos, sendo nomeado o general João Paulo Commandante das Armas.

Foi um erro, que produziu graves consequencias.

Não podemos deixar de consignar um facto lamentavel. Os continuos erros do governo central, concorreram para que a guerra civil assolasse por tão longo tempo os ferteis Pampas.

Nove longos annos durou a luta fratricida. Durante os dois ultimos annos daquelle periodo, esteve á frente do exercito legal, Caxias, o grande pacificador nacional. Nos sete annos anteriores, a Provincia foi governada por 12 presidentes e vice-presidentes.

Cada vez que se assentava um plano, ao se iniciar a campanha, ou quando já se achava iniciada, aquellas mudanças alteravam as medidas adoptadas, facto que retardava as operações e contribuia para fortalecer os revoltosos.

As mais longas administrações foram as de Araujo Ribeiro e Caxias. Aquelle inflingiu a derrota do Fanfa, este terminou a guerra com a derrota de Ponxe Verde. Não tivessem tempo sufficiente, não poderiam encerrar ou surprehender o inimigo que corria a campanha, surgindo hoje aqui, amanhã, 20 ou 30 legoas além!

* * *

Assumindo a administração, recebe Alvares Machado convite dos revoltosos para continuarem com o estudo das propostas de pacificação.

Neste tempo, vem á mão do Presidente prova documental, de que Bento Gonçalves convida a chefes legalistas para servirem á Republica.

Foi só então que comprehendeu ter sido ludibriado pelos revoltosos.

Lembrado do que succedera a Antero, recusa o convite, e, de acordo com João Paulo encetam as operações militares.

Foi essa campanha que occasionou a queda do ministerio maiorista. Entendeu João Paulo que devia correr atraz dos revoltosos, perfeitamente montados, quando o exercito não tinha cavallaria para com elles competir.

Nessa corrida phantastica, desesperada, João Paulo chega á fronteira sem nada encontrar. Atrás de si deixa indefesa a Provincia inteira.

Os entendidos censurão a direcçam de João Paulo, e o Presidente pouco depois reconhece a procedencia das accusações.

Como consequencia surge a desharmonia entre o Presidente e o Commandante das Armas, occasionando esse facto a retirada de muitos chefes legalistas, que não queriam se envolver na luta que surgira entre o Presidente e o Commandante das forças.

Conhecidas no Rio as desastrosas consequencias destes factos, o governo, sempre indeciso, procurou contemporizar.

Foi nesse momento que Aureliano, vendo perigar a integridade do Imperio pelo desmembramento do Rio Grande, propoz, em Conselho de Ministros, a retirada de João Paulo. Os collegas repelliram esse alvitre.

Aureliano, não querendo carregar com as consequencias que occasionaria a conservação de João Paulo no commando, vae ao Imperador, expõe-lhe circumstanciadamente os erros da campanha e os caprichos do governo, e solicita sua demissão do cargo de ministro.

O Imperador, adoptando o voto singular de Aureliano, recusa-lhe a demissão e *demitte* o *ministerio*, encarregando Araujo Vianna de organizar a nova situação conservadora.

Eis os termos da declaração da retirada do ministerio, feita na Camara por Antonio Carlos:

> «Nestas circumstancias, os 5 ministros que eram de outra opinião, (que fosse conservado João Paulo) FORÃO OBRIGADOS *a retirarem se a serem vencidos*. Não foi S. M. quem decidiu, porque o Imperador reina e não governa, mas tem o direito que lhe dá a Constituição de *demittir os ministros*, e *elle* DEMITTIU os *ministros que pensavam como eu*».

A mudança politica, como era natural, exacerbou os animos dos exaltados do partido decahido.

Repetidas censuras foram dirigidas ao Imperador—uns, viam na demissão do ministerio a continuação do poder *pessoal*, que se iniciara com a entrada de Aureliano no gabinete de 24 de julho: outros, como Ottoni, attribuiram aquelle acontecimento a mero capricho de *imperialismo*.

O Imperador, contestando as observações feitas por Tito Franco, na já citada, «Biograga», escreveu a seguinte nota:

> «Se o imperialismo não é o Imperador, mas o partido que se serviu da inexperiencia delle, concordarei, embora cumpra recordar *os erros commettidos* pelo Ministerio da maioridade, ou antes, *por alguns* de seus membros, e as discussões que houve antes de ser dissolvida a primeira camara da maioridade».

* * *

Quando se abriu o parlamento, que poucos dias depois foi dissolvido, já se achava no poder o gabinete conservador de 23 de março de 1841, continuando, entretanto, desumido o partido liberal.

Membros dos mais considerados desse partido denunciaram na tribuna o falsesmento da eleição pela desmedida intervenção do governo.

Urbano, em maio de 1841, dizia na Camara.

« E' espantoso o modo por que se procedeu á eleição. Suspendeu-se, demittiu-se, recrutou-se, perseguiu-se. Hoje deve a camara defender as verdadeiras garantias do povo: quando o governo quer influir nas eleições, quando quer aniquillar todas as garantias de ordem e suffocar absolutamente a expressão da vontade nacional, não sei que haja outro recurso que não esta Camara.»

No mesmo sentido, e com maior violencia se manifestavam Nunes Machado, Francisco Ramiro, e tantos outros liberaes illustres.

O governo nem se defendia, nem era sinceramente defendido, apenas Antonio Carlos, o revolucionario de Pernambuco, o liberal de 1831, o defensor da politica conservadora em 37 e 38, o republicano de coração e monarchista de cabeça, o restaurador emfim, demonstrou coragem, vindo justificar na tribuna a politica do gabinete do qual fizera parte, sustentando a these De que o governo, expressão de um partido, tem o direito de intervir no pleito eleitoral».

A Camara dos Deputados, que havia sido eleita com tão grande violencia, foi dissolvida no dia 1.° de maio de 1842.

O relatorio, apresentado ao Imperador pelo ministerio, pedindo a dissolução, justifica a medida excepcional, demonstrando que a Camara não representava a opinião do paiz eleita como fôra com extrema violencia já denunciada na tribuna pelas vozes insuspeitas de Urbano, Ramiro, Nunes Machado, Sinimbú, e confirmadas pelo ex-ministro de estrangeiros Aureliano Coutinho.

Transcrevemos esse documento historico.

Senhor. Os ministros de V. M. I. incorreriam em grave responsabilidade para com o Paiz, trahiriam as suas consciencias, seriam indignos da confiança que V. M. I. tem nelles depositada, se não viessem pedir, com o mais profundo respeito, a V. M. I., uma medida que as circumstancias reclamam imperiosamente para manter contra os embates das facções o systema Monarchico Constitucional Representativo, unico que póde assegurar a salvação do Estado.

E', sem duvida, melhor prevenir a tempo as consequencias, que a marcha incalculavel das facções costuma acarretar comsigo, do que lutar com ellas depois de haverem produzido irreparaveis estragos.

A actual Camara dos Deputados, Senhor, não tem a força moral indispensavel para acreditar seus actos, e fortalecer entre nós o Systema Representativo. Não póde representar a opinião do Paiz, porque a expressão da vontade Nacional, e das neces-

sidades publicas, sómente a póde produzir a liberdade do voto. A existencia dessa Camara não é compativel com a idéa de um Governo regular; porque nella predominam homens, que, pondo de parte os meios constitucionaes, não recuam diante de outros que subvertem todas as idéas de organização social, invadem, usurpam e tendem a constranger no exercicio de suas attribuições os outros Poderes do Estado.

Ainda não se apagaram da memoria dos Brasileiros as recordações das tramas e violencias, que na eleição da actual Camara dos Deputados foram commettidas em quasi todos os pontos do Imperio O triumpho eleitoral, calcadas embora as leis do pudor, foi o objecto em que puzeram todo o seu desvelo as influencias, que a despeito da vontade Nacional então predominavam, e o resultado coroou seus deploraveis esforços, porque contam na Camara dos Deputados decidida maioria.

O Brasil inteiro, Senhor, se levantará para attestar que em 1840 não houve eleições regulares. São irregularmente suspensas (até mesmo em massa) autoridades, cuja adhesão é suspeita ou duvidosa; ordens com prevenção lavradas são confiadas aos agentes, que presidem á empresa eleitoral para remover obstaculos, e impedir que predomine a vontade publica; empregados publicos são collocados na dura collisão de optar entre o sacrificio da sua consciencia, e o pão de seus filhos: operarios de repartições publicas, soldados, marinheiros de embarcações de guerra, são constrangidos a levar á carga cerrada, em listas que lhes são impostas, um voto, de que não tem consciencia; agentes subalternos da menor moralidade e autorizados para proceder como lhes aprouver, arregimentam, e armão individuos, cujos direitos são mais que contestaveis, cuja nacionalidade mesma é duvidosa, e muitos dos quaes, não pertencendo ás Parochias, não têm nellas voto; estes regimentos invadem os Templos, arrancam das Mesas com violencia, e rasgando-lhes as vestes, cidadãos que para as compor haviam sido chamados, e os substituem por outros á força; expellem dos mesmos Templos com insultos, e ameaças cidadãos pacificos, que ahi concorrem para exercer um dos mais preciosos direitos do cidadão livre, qual o de eleger os seus Representantes. E se esses regimentos não bastam, se o cidadão não se acobarda, a um aceno daquelles agentes, obedecidos pela força armada, são acommettidos os Templos, profanados por baionetas, e corre o sangue Brasileiro!

Quando todos esses meios falham, é empregado outro recurso, empenham-se em perturbar por todos os modos as operações eleitoraes.

Se a maioria dos cidadãos indignada se retira sem entregar as suas listas, apparecem, não obstante, pejadas as urnas de um numero dellas excedente ao dos cidadãos activos da Parochia.

Das mãos dos que as proclamaram recebem as Mesas as listas aos maços, aos centos, e sem conta, quer venham, ou não assignadas, quer os nomes, que por baixo dellas se lêm, se,am ou não, de cidadãos activos, de meninos, de escravos, e ainda mesmo imaginarios. E como se tanto não bastára, é a apuração feita por essas Mesas uma amarga e criminosa divisão do direito de votar! Contam os votos como lhes apraz; lêm os nomes dos votados como lhes parece; apuram listas em massa. Esta Capital foi com indignação testemunha dessas Saturnaes, as quaes disseram ser eleições de um povo livre.

A esses attentados outros accrescem: roubam-se as urnas; substituem-se nellas as listas verdadeiras, ou pelo menos publicamente recebidas por outras falsas; e até não se hesita diante da escandalosa, e tão publica falsificação das actas, quando o resultado que apresentam não está em tudo ao sabor dos interessados.

Em alguns lugares é o numero dos Eleitores apparentemente augmentado por uma maneira incrivel e espantosa.

Collegios houve que, não podendo sequer dar cem eleitores, apresentaram, todavia, mais de mil.

Não ha quasi parte alguma do Imperio, Senhor, onde alguns desses attentados contra a liberdade do voto não fossem perpetrados em as eleições da actual Camara dos Deputados.

Uma Camara Legislativa eivada em sua origem por tantos vicios e crimes, desconceituada na opinião geral dos Brasileiros que os testemunharam, jamais poderá conciliar a estima, veneração e prestigio que produzem a força moral, tão necessaria a taes Corpos politicos, e á manutenção do regimen representativo. Os seus actos não pódem encontrar aquella obediencia facil e voluntaria, que é filha da convicção que têm os governados, de que para elles concorreram por meio de uma eleição livre. Nem ella conseguirá, quaesquer que sejam seus esforços, dominar a razão social.

Entregue necessariamente à publicidade tudo quanto se passa em uma Camara Legislativa, chama para o campo das discussões a intelligencia, as paixões, os interesses de todos os membros da Associação, é quotidianamente julgada, condemnada ou approvada. De quanta força moral deve ella gozar, de quanta confiança deve ser revestida, para que não soffra quebra a sua autoridade por essas quotidianas sentenças? Uma Camara Legislativa desconceituada é a maior calamidade que póde affligir uma Nação.

Contra a Camara dos Deputados que acaba de constituir-se, ergue-se de cada ponto do Imperio uma queixa exprobando á sua origem uma violação de Lei; logo no mesmo dia da sua eleição ouviu-se em cada ponto do Impe io um protesto contra ella, a razão publica a foi condemnando, foi decretando a sua dissolução, e cada facto que ia depois apparecendo, mais a con-

firmava em sua sentença. Aceitar, ou tolerar tal Camara, é concorrer para que seja falseado o Systema Representativo, e impellir a Nação para que seja abysmada na anarchia, e no despotismo.

Reconhecem os Ministros de V. M. I. que os principios de ordem não foram de todo repellidos da composição da actual Camara dos Deputados; e reconhecem-no com tanto maior prazer, quanto isso prova a força da Opinião Nacional, que, apesar de comprimida, conseguiu collocar na mesma Camara homens notaveis por suas luzes, talentos e virtudes; mas o que poderão seus esforços, sua habilidade e seu patriotismo, diante dos obstaculos que têm de encontrar?

A Salvação do Estado, tal qual se acha constituido pela Constituição e seu Acto Addicional, exige, portanto, que a actual Camara dos Deputados seja substituida por outra, a quem a liberdade do voto dê o caracter de Representante da Opinião Nacional, e a força moral indispensavel para firmar entre nós o Systema Monarchico Constitucional Representativo.

E por isso os Ministros de V. M. I. não hesitaram um momento em pedir a V. M. I. a providencia comprehendida no Decreto, que têm a honra de depositar nas Augustas Mãos de de V. M. I que resolverá como houver por bem.

Palacio do Rio de Janeiro, em 1.° de maio de 1842. De V. M. I Subditos fieis e muito reverentes—Marquez de Paranaguá, Candido José de Araujo Vianna, Paulino José Soares de Sousa, Visconde de Abrantes, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, José Clemente Pereira.

DECRETO DISSOLVENDO A CAMARA DOS DEPUTADOS

Tomando em consideração o que me espuzeram os Meus Ministros e Secretarios d'Estado no Relatorio desta data, e tendo ouvido o Meu Conselho d'Estado, Hei por bem, usando das attribuições que me confere a Constituição no artigo cento e um, paragrapho quinto, dissolver a Camara dos Deputados; e convocar desde já outra que se reunirá no dia primeiro de novembro do corrente anno.

Candido José de Araujo Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em o primeiro de maio de mil oitocentos e quarenta e dois, vigesimo primeiro da Independencia e do Imperio. —Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador.—Candido José de Araujo Vianna.

As apaixonadas censuras, e na tribuna da Camara, affirmou que Aureliano não queria permanecer, mas que o *Ministerio insistiu* para que ficasse, afim de firmar o principio que os mi-

nistros, que vencem as questões de gabinete, devem permanecer, para que qualquer ministro tenha a força para fazer vingar suas opiniões, quando graves motivos e o interesse do Brasil o exijam.

Este principio foi sempre posteriormente seguido.

Os factos que acabamos de rememorar, foram confirmados pelo proprio Aureliano, quando teve de responder a Ottoni e a outros que entendiam ser-lhe impossivel explicar sua permanencia no poder.

«A minha presença, disse Aureliano, é sempre excellente: emquanto tiver a honra de conservar a confiança da Corôa e da maioria dos representantes da Nação, pouco me importa que alguem a ache falsa, vesga ou difficil».

Nesse discurso, confirmou que, quando fora convidado para fazer parte do ministerio anterior, se oppusera ás medidas violentas.

«Eu disse então que, attendendo ás circumstancias do paiz, ao enthusiasmo da Nação pelo seu joven monarcha, entendia que o primeiro Ministerio de d. Pedro 2.° devia seguir uma politica conciliadora, afastada do espirito de partido, uma politica, emfim, tendente á reunião em torno do Throno de todos os brasileiros, si possivel fosse, e que fizesse esquecer os males passados.»

«Eu tive a honra de ouvir a Corôa dizer, que era essa a politica que desejava se seguisse, e o prazer de ouvir a meus nobres collegas que a ella adheriam: mas, sou bastante franco para o dizer (e com magua o digo) que comecei a observar que na pratica o gabinete tendia a affastar-se dessa politica, que eu julgava que se devia seguir».

* * *

O gabinete de 23 de março de 1841 teve a missão de executar o programma do partido que subira ao poder pela primeira vez em 19 de setembro de 1837.

Paulino José Soares de Sousa foi a alma desse gabinete, e adoptando o pensamento politico de Vasconcellos, fez votar as leis de 23 de novembro e 3 de dezembro de 1841, que reconstituiram a base da autoridade no paiz. (1)

A historia parlamentar daquelle periodo é de grande ensinamento, e nos convence que nenhum ministerio fez mais pelo paiz do que o de 23 de março.

Esmagou a anarchia que dilacerava o paiz desde 1831, restabeleceu a ordem, fazendo executar as leis da reforma do Codigo do Processo.

Consolidou as instituições, e salvou a integridade do Imperio. Aureliano, que occasionára a queda do gabinete da maioridade, continuou como ministro na nova situação, occupando a pasta dos estrangeiros.

---

(1) Nabuco—Um Estadista no Imperio.

Sua presença naquelle ministerio exasperou os que haviam promovido a maioridade; uns accusaram-no de ter procedido, como o fez relativamente ao Rio Grande, porque desejava que para alli voltasse seu irmão; outros, attribuiam a sua acção aos *effeitos do Imperialismo*.

Com esta palavra queria-se significar que o Imperador procurava collocar um elemento divergente nos ministerios para crear desconfianças entre seus membros.

José Clemente veio immediatamente protestar contra.

Nesse mesmo discurso Aureliano confirmou que, desaprovando as violencias eleitoraes, desejou desde logo retirar-se do gabinete. Esperou occasião azada, e essa apresentou-se quando por elevados principios de patriotismo propoz que fosse retirado de João Paulo o commando do exercito legal no Rio Grande do Sul, em vista das divergencias, que existiam entre elle e o Presidente, divergencias que eram conhecidas do governo e que redundavam em prejuizo de causa legal.

* * *

Eis-nos chegados a 1842.

Os que acompanharam tão longa exposição, verificaram que depois do 7 de Abril a anarchia começou a se espalhar na vasta extensão do paiz. Os fracos governos regenciaes, expostos aos embates das ambições, tinham concorrido para o desaparecimento da autoridade. Regentes e ministros, como vimos, denunciavam os males mas não applicavam o remedio. As Camaras eram dominadas, como dizia Alves Branco, pelos chefes irregulares das maiorias turbulentas.

Quando o partido conservador subiu pela segunda vez ao poder, foram votadas as leis reclamadas desde 1832, leis que vieram trazer força e prestigio á autoridade, restabeleceram a ordem, consolidaram as instituições e salvaram a integridade da Patria.

Sobreestar a execução das leis da reforma, por inconstitucionaes, foi o motivo justificativo da revolução.

A historia, porém, na sua imparcialidade, ha—de—demonstrar que não foi sincero o pretexto invocado.

As verdadeiras causas serão encontradas nos documentos e autografos que vamos dar á publicidade.

As leis de novembro e dezembro de 1841, denominadas na epocha—*leis do cabresto*—surgiram com o segundo reinado, foram modificadas em 1871, pelo patriotico gabinete Rio Branco e só desappareceram com a queda do Imperio.

GABINETE DE 23 DE MARÇO DE 1841

REVOLUÇÃO

Quando em 1840 se organizou o ministerio da maioridade, foi nomeado Presidente de S. Paulo o coronel Rafael Tobias de Aguiar e Castro,

Essa nomeação, como era natural, foi mal recebida pelo partido adverso e acremente censurada.

> «Querido no seu partido, é elle fidalgamente aborrecido de seus adversarios Sua administração hade ser reaccionaria, é chefe de partido, inimigo dos filhos de outras provincias—*dos arribados*, como se elles nâo fossem brasileiros.»

Assim na Camara dos Deputados se manifestava Pacheco, naquelle periodo, um dos chefes do partido conservador na provincia.

E' sabido que Tobias não consentia que filhos de outras provincias se envolvessem na politica militante local. A sua má vontade contra os *arribados* nascera do facto de figurar entre os mais prestaveis chefes do partido conservador, e portanto entre os seus adversarios politicos, Pacheco e outros que não eram paulistas e que já o haviam combatido no seu anterior governo.

Achava-se Tobias na administração da Provincia de S. Paulo, quando pela *demissão* do gabinete maiorista foi chamado ao poder a situação conservadora.

Organizado o gabinete de 23 de março de 1841, como era natural, diversos Presidentes solicitaram suas demissões, e alguns foram demittidos, mesmo antes de solicitarem.

Commetteu Tobias grande erro politico, que elle foi obrigado mais tarde a reconhecer, não acompanhando o ministerio maiorista na sua retirada.

Cedeu, porém, a imposição de seus amigos politicos, que procuravam obter que Tobias fosse conservado no governo da provincia, recorrendo para esse fim á pessoa residente no Rio, e que gosava de relações na nova situação,

Quando mais tarde foi o illustre paulista vehementemente censurado pela sua permanencia no governo da Provincia procurou justificar-se da dubia posição que assumira, nos seguintes termos:

«Fiel a minhas crenças monarquicas, não *acompanhei, como talvez devesse*, o ministerio de julho na sua retirada.

Amigos meus, insinuados pelo gabinete de março m'o escreveram, pedindo-me essa conducta, esperando que não servisse a ministros, quaesquer que elles fossem, mas somente o Imperador, assegurando-me apoio do novo ministerio.

Cedi ao que me parecia razoavel e fiquei na Presidencia até para satisfazer aos desejos da Provincia quasi inteira que com ardor me pedia que não largasse um posto, no qual, elles dizião, tanto bem tinha feito e podia ainda fazer.»

Convém deixar consignado o seguinte: *O gabinete de 23 de março não insinuou* a amigos de Tobias a que o aconselhassem a permanecer na presidencia, e muito menos lhe foi garantido o apoio do ministerio.

A verdade historica é a seguinte, até hoje não contestada.

Pessoa influente, residente no Rio de Janeiro, e que entretinha relações com um dos membros do gabinete, instado por politicos paulistas, procurou entender-se com o ministro amigo, e saber se o governo tratava de substituir ou demittir o Presidente de S. Paulo.

Na maior intimidade, affirmaram ao amigo, que até aquelle momento, o gabinete disso ainda não havia cogitado.

Aquella pessoa procurou ainda saber se seria possivel a conservação de Tobias, ou se, em caso contrario, devia elle pedir demissão, pois não desejava ser demittido.

Teve como resposta que não havia inconveniencia na continuação de Tobias na presidencia, nem motivos para pedir a demissão, mas que se isso fosse resolvido, daria conhecimento ao amigo, para que este communicasse ao interessado.

Como se vê, tratava-se da opinião individual de um ministro, em conversa intima com pessoa de amizade.

Esta confidencia foi transmittida para S. Paulo, e em vista del'a, resolveu R. Tobias permanecer na presidencia, apoiando-se nos mais ferrenhos adversarios da nova situação, taes eram Feijó, Martim, Antonio Carlos e outros.

A demora da substituição de R. Tobias trouxe como consequencia violentas reclamações do partido conservador não só de S. Paulo, como tambem de outras provincias.

Não podia o governo desattendel-as, e foi então resolvida a demissão de R. Tobias, e avisado o amigo residente no Rio para que o prevenisse afim de solicitar a demissão. R. Tobias não quiz annuir, Eis como narra elle o facto .

«Mas cedo desappareceu o burlado empenho, que mostrava fazer pela minha conservação o gabinete de março, e novas cartas exigiram de mim que pedisse minha demissão, ao que não pude annuir por ter a minha palavra empenhada para com a Provincia· e declarei categoricamente que obedeceria á demissão, quando se me désse, mas não a pederia em obediencia a insinuações de homens que profundamente despresava por seus precedentes e vis manejos» (1)

Deve-se notar que R. Tobias permaneceu na presidencia servindo como delegado dos «homens que profundamente despresava» durante o longo periodo de tres mezes e 22 dias.

Ao ser recebida a noticia da demissão, os amigos politicos do presidente, que já o haviam feito commetter dois erros, dominados por extremo orgulho e desmedida ambição, aconselharam-no a que não entregasse o governo a seu substituto Miguel de Sousa Mello e Alvim.

«Cerrei os ouvidos, diz R. Tobias, ás vozes de amigos meus, que embora fieis subditos de S. M. I., e amantes do paiz, me aconselhavam desobedecesse ao ministerio, escutando o bem da Provincia e do serviço não entregasse a presidencia, sem que S. M. I., melhor informado, de novo ordenasse».

Desta vez não quiz R. Tobias aceitar o conselho mas, não passou a administração a seu substituto, e elle proprio deu posse ao novo presidente em 15 de julho de 1841.

Antes de proseguir, convem deixar consignado que o ministro, a quem se falou no Rio sobre a conservação de R. Tobias na presidencia, foi José Clemente Pereira.

Mais tarde este ministro, explicando os factos na tribuna da Camara dos Deputados, affirmou que sua opinião fora individual, emittida na intimidade, sem consultar a seus collegas, que só conheceram daquellas circumstancias mais tarde, quando para *cumprir a promessa feita* avisou ao intermediario que estava resolvida a demissão do presidente de S. Paulo, e que era chegado o momento de solicital-a.

O presidente Miguel de Sousa, de acordo com as instrucções do governo, foi immensamente tolerante, o que R. Tobias confirmou no seu manifesto — «entreguei a presidencia, ao sr. Miguel de Sousa Mello e Alvim, de cuja nobre conducta para commigo naquelle lugar não tenho senão bem a dizer».

Miguel de Sousa permaneceu na presidencia até 13 de janeiro de 1842, quando já se achavam votadas as leis da reforma,

(1) Monifesto de Rafael Tobias.

passando a administração ao vice-presidente padre dr. Vicente Pires da Mota, que a exerceu até o dia 20 de janeiro, quando deu posse ao Barão de Monte Alegre.

A escolha de Monte Alegre foi determinada por motivos especiaes.

Queria o governo que as leis da reforma fossem executadas com calma, prudencia e tolerancia, e ninguem podia melhor satisfazer os intuitos do governo em São Paulo do que o presidente escolhido.

Ligado à Provincia por grandes interesses de fortuna, alliado por seu casamento com as mais illustres familias liberaes, calmo, de educação fina e esmerada, o ex-regente do Imperio já havia dado sobejas provas de alta capacidade e excessiva tolerancia.

Logo que assumiu a administração da provincia, o vice presidente, padre Vicente, que era seu amigo particular, e que entretinha relações com R. Tobias, foi com este se entender para que facilitasse a nova administração, impedindo com seu prestigio ataques intempestivos para evitar possiveis attritos.

Esta intervenção não poderia ter sido iniciada sem a acquiescencia de Monte Alegre, o que demonstra os intuitos tolerantes da nova administração.

Iniciada por essa forma a politica conservadora, foi Monte Alegre, apenas 9 dias depois de se achar no governo, sorprehendido com a publicação do violento manifesto dirigido pela Assembléa Provincial ao Imperador, pedindo-lhe que sobre estasse a execução das duas denominadas leis das reformas do Codigo, e creação de um conselho de Estado, até que se reunisse a Assembléa, para que esta pudesse rever aquellas leis e revogal-as.

Transcrevemos o documento alludido, publicado, quando ainda nenhum acto havia sido praticado pelo presidente demonstrando intolerancia partidaria.

Desde aquelle momento não era mais permittido a Monte Alegre prescindir dos amigos politicos do governo, o que fez, collocando-os nas posições administrativas policiaes e da Guarda Nacional.

Eis o manifesto, que transcrevemos, para que se possa avaliar de sua violencia.

Senhor !

A Assembléa Provincial de S. Paulo em cumprimento de seus deveres os mais sagrados, vem ante o Trono de V. M. I. e C. pedir que Se digne sobreestar na execução das suas denominadas Leis das reformas do Codigo, e criação de um Conselho de Estado, até o tempo em que a nossa Assembléa as possa rever, e revogar, como o de esperar, attenta a sua inconstitucionalidade; e de envolta implorar de V. M. I. e C. a demissão do actual ministerio, cuja continuação no poder põe em risco a paz do Imperio, a ordem da Provincia e até a segurança do Trono.

A Assembléa Provincial de S. Paulo dismenteria a sua origem, e a naturalidade de seus membros, e faria subir ás faces de seus constituintes o rubor da vergonha de mistura com a merencoria amarellidão da colera se contemplasse silenciosa o desmoronamento gradual da Constituição, a cuja sombra tem o Povo Paulistano por mais de 20 annos saboreado as doçuras da paz, e os frutos de uma crescente prosperidade material, e de um açodado melhoramento intellectual e moral; e se deixasse, que Elches do liberalismo, e Apostolos do arbitrio mangrassem o fruto tão bem começado da liberdade publica.

Não, Senhor, a Assembléa Provincial, se não olvida, que o novo Povo, que ella representa, se goza de bem merecida reputação por sua fidelidade nunca desmentida, não menor nomeada tem conseguido por seu enthusiastico amor á liberdade, e seu religioso respeito, e inabalavel afinco á Constituição, que a formulou, e ao Acto Addicional, que a desinvolveu.

A Assembléa Provincial recorda-se com prazer e orgulho, e com satisfação corveja sobre os peitos do Povo Paulistano que a historia memorará aos vindouros: ella não se esquece que a um Paulista sem par, Amador Bueno de Ribeira, de quem muitos de seus Membros têm a honra de descender, deveu a Corôa de Portugal a conservação d'esta bella Provincia, quando pela restauração subiu ao Trono Portuguez a Dynastia de Bragança. A' esta leal Provincia recorreu o Augusto Pae de V. M. I. e C., quando rodeado das hostes lusitanas; a seu reclamo acudiu ella pressurosa, enviando centenares de filhos seus a defender o Principe querido contra a insolencia e protervia da tropa lusitana. A Assembléa Provincial jubila ao lembrar-se que no Congresso Portuguez foi d'entre os Deputados Paulistas, honra lhes seja feita, que partiu pela primeira vez o trovão da energica indignação contra os vilipendios, e partilha leonina de liberdade, que ao Brasil queria impor esse injusto e indiscreto Congresso. Exulta ainda hoje a Assembléa Provincial, quando aponta para o Ipiranga, aonde se proclamou a Independencia do Brasil em alliança com a liberdade.

Poderá, Senhor, recuar a Assembléa Provincial ante o perigo, que por ventura lhe possa vir de dizer com energia a verdade ao Trono; e não receará antes ennegrecer por timida prudencia e sordidos respeitos de personalidades o ouro de gloria que recebeu brunido? Não se pejará de faltar á fidelidade, que deve a V. M I. e C. occultando que esses detestaveis, e detestados ministros arrojaram-se a envolver no seu perjurio a Sagrada Pessoa de V. M. I. e C. aconselhando-o para sanccionar actos, que clara e flagrantemente violam a Constituição do Estado, tendendo d'est' arte a comprometter na opinião do paiz a Alta Probidade de V. M, I. e C.? A observancia das fórmas, porque subiram á presença de V. M. I. e C. estas denominadas Leis não excusa a protervia do ministerio. Elle não ignora que

o nome de Lei não póde caber a actos de pura força brutal e dissoluto arbitrio.

Estes actos, Senhor, não são leis por peccarem na materia e na fórma. Peccam na materia por lhes faltar o que constitue a idéa da Lei. No Systema Constitucional a Lei é a expressão da vontade Nacional, declarada por seus legitimos representantes, e sellada com o cunho do Imperante; mas a vontade Nacional não é, e nem póde ser sinão o resultado da opinião reinante: ora a opinão reinante reprova a prescripção desses actos, até por serem decretados por interpretes infieis, rejeitados, a maior parte, pelo Povo Soberano. Peccam na fórma pelo modo, porque foram introduzidos: elles alteram claramente a Constituição, o que é indisputavel; e sendo assim era de mister que não fossem taes alterações creaturas de uma legislacão ordinaria, como foram. Demais: não ha lei sem imparcial e conscienciosa discussão, sobretudo quando se trata do que é puramente constitucional; a fortaleza da Constituição se não deve levar de assalto, preciso é rodeal-a de regular assedio, e apoderar-se pouco a pouco dos postos, que a defendem, para que convencida pela necessidade capitule a guarnição salvando sempre o que é essencial. Não foi assim que procedeu a corrompida ou illudida maioria da Assembléa passada; céga e tumultuaria para levar avante os nefarios projectos do governo, calcou todas as regras não só da justiça, como até a da mais commum decencia.

Senhor, a Assembléa Provincial de S. Paulo, pondo de parte o topico de justiça, e direito, por onde se mostrou, que se não deve obediencia aos actos, contra os quaes reclama, passa agora aos motivos de conveniencia e prudencia politica, que aconselham o seu sobreestamento na execução. E' principio incontestavel em politica, que o poder é o apanagio da intelligencia, e da riqueza social; a vista d'olhos ainda a mais superficial sobre a historia da organização das sociedades humanas o prova. O Povo, pois, que augmenta em illustração e prosperidade, de necessidade exige maior porção de liberdade, maior ingerencia nos negocios publicos; é, pois, um contrasenso, que se tire ao illustrado o que se concedeu ao ignorante, que se negue ao rico o que se tinha outorgado ao pobre.

Isto, porém, é o que fazem as cerebrinas refórmas do codigo. A Constituição concedera ao Brasil infante e pouco illustrado, ao Brasil que marchava com passos ainda tardios na carreira industrial, e no caminho da riqueza, uma porção de liberdade, que o estomago fraco da infancia, quiçá não podesse bem digerir, e assimilar; máus humores, pode ser, que se gerassem então desta improvidencia; mas o uso fortificou o orgam; e ora que vão desapparecendo os inconvenientes, de que nos queixavamos, a tyrania e a cegueira nos pretendem reduzir a um regimen ainda inferior aos dos tempos coloniaes, fazendo resurgir debaixo de novos nomes os velhos capitães-móres, empoeirados pela fluctuação da

amovibilidade, e com o inaudito accrescentamento do poder judiciario. Igual violencia, e ainda maior escarneo é a monstruosa Lei do Conselho de Estado; manietar a Corôa para não poder descartar-se de um ministerio imbecil, e atroz; confundir a alta politica e pura administração é nimio desprezo de nossa razão: é contarem muito com ignorancia em um tempo, em que o regimen liberal continuado tem aclarado, e abrilhantado a luz que com elle despontara.

O Povo, Senhor, tem crescido em intelligencia, em resolução, e mutua confiança; tem a precisa penetração para descobrir os abusos, de que sofre; tem confiança na força dos meios, a que pode recorrer para buscar a sua reforma; e contra esta força pensar em introduzir uma nova falange de abusos em alargar o circulo já de sobejo amplo da corrupção, é mais extravagante, que o dilirio do frenetico, mais despresivel, que a estupidez do sandeu. E qual será o exito da luta, que se vai assim criar?

A Assembléa Provincial de S. Paulo estremece ao dizel-o; mas crê que elle não será duvidoso, nem longo o conflicto: a victoria será sim deploravel, como é toda a victoria conseguida contra a ordem, e ainda mesmo contra o crime, mas a responsabilidade pesará sobre aquelles, cujas injustiças, atrocidades e desatinos provocaram o que póde vir a ser uma sanguinaria e injustificavel vingança.

Senhor, as convulsões politicas, como funestos cometas, trazem em sua cauda os estragos, as miserias, o derramamento de sangue mesmo innocente, e o abalo dos governos estabelecidos, e talvez sua inteira ruina.

Como não deprecará pois a Assembléa Provincial de S. Paulo o exercicio do poder tutelar do Monarcha para arredar de si tão medonho porvir? Já se nos antolha obrigar na lava revolucionaria os talismans quebrados da Jerarchia, e da autoridade; e só da piedade de V. M. I. e C. esperamos o socego de nossa inquietação. Senhor, o conhecimento é indestructivel; a liberdade é inseparavel do conhecimento; os interesses que apoiam a causa da tyrannia usam-se; os que escudam a liberdade devem necessariamente augmentar com o progresso da civilização.

O governo, que cerra os olhos a esta verdade, promove a sua ruina, e com ella a anarchia social; ninguem a teme mais do que a Assembléa Provincial de S. Paulo, embora tenha convicção de que seus fins são de curta vida, quando os do despotismo são permanentes. E' para fugir ao empestado bafo do poder absoluto, que a Assembléa Provincial de S. Paulo se esforça para obter de V. M. I. e C. o sobreestamento na execução de reformas, que necessariamente o introduzirão entre nós. Ellas uma vez executadas, não nos deixam a escolha senão entre o despotismo popular: são tão repugnantes ás convicções e crenças do Povo, são tão hostis á illustração actual, que só um longo systema de coerção e terror as póde sustentar; mas o habito de servilidade, que deve gerar e enraizar semelhante systema, por

força converterá a Monarchia Constitucional em absoluta. Por outro lado o terror perde a força á proporção de sua duração, e acaba por fim pela insurreição dos opprimidos. Ora a historia e a experiencia nos ensinam que as revoluções effectuadas pela violencia tendem a lançar o poder nas mãos dos chefes que as capitanearam, e estes poderes com quanto disfarçados sejam, são por força illimitados, dictatoriaes.

Senhor, não creia V. M. I. e C. que a Assembléa Provincial inventa fantasticos perigos, sonha males não existentes. Não, Senhor, a Provincia inteira se levanta como um só homem contra as denominadas leis: algumas das Camaras já se têm energicamente pronunciado contra ellas; receia-se que as restantes sigam o exemplo, e que as acompanhem os Eleitores e mais autoridades.

Talvez os desleaes Conselheiros, que abusam da bondade de V. M. I. e C. lhe gritem aos ouvidos que a firmeza é uma grande virtude no manejo dos negocios publicos, que as conspirações e insurreições são melhor reprimidas pelo vigor e decisão, e que recuar ante ellas é fazel-as formidaveis; mas, Senhor, a firmeza tem sua esphera propria além da qual é vicio; pequenos motins, e assoadas comprimem-se com o vigor, mas repugnancias fundadas em principios, que constituem a vida dos Povos, só o compromisso, e compromisso gracioso, e a tempo pode curar.

Um governo assisado não trata de arraigados descontentamentos de uma Provincia inteira como trataria a explosão de um motim commum; um governo sabio não confunde a inflamação, que invade até o amago do Systema da Nação com a ligeira irritação local. Verdades tão comesinhas não podem escapar ao atilamento de V. M. I. e C.; a Assembléa Provincial está tão convencida da força de espirito de V. M. I. e C.; tem tal confiança na bondade de Seu Imperial Coração que sem hesitação alguma contaria com o deferimento de sua justa petição, se V. M. I. e C. só o escutasse, se só se guiasse por Suas Luzes, e não pelas emprestadas a Seu ominoso ministerio, para quem a historia tem registado em vão a longa serie dos crimes, e loucuras humanas. Este medonho quadro, em que os ministros se vêm retratados, talvez que ainda mais os irrite, e em despeito se obstinem na precipitosa carreira, que vae sem duvida abysmar a Patria; embora de roldão com ella se precipitem tambem elles Senhor, nem um beneficio, que V. M. I. e C. possa fazer a nossa Patria, poderá penhorar tanto a gratidão do Povo, como a demissão de tão inepto, quanto atroz ministerio. Nunca abutres tão esfaimados prearam as entranhas do Brasil: nunca tão immundas harpias enxovalharam o solo puro do Imperio de Santa Cruz. A Justiça eterna conculcada; a immoralidade no seu apogêu; a sordida doutrina do interesse substituida a dos principios; o regimen do Estado entregue ao capricho com

exautoração da razão, o afugentamento da honra e capacidade de todos os empregos para dar logar a docil, e venal clientela; a denegação ao cidadão da mais sagrada garantia, qual o direito de petição, como no caso das Camaras de Minas Geraes; a pacificação do Rio Grande, talvez vital para o Imperio, retardada, e estorvada, senão de todo impossibilitada pela má escolha, e teimosa continuação de um plano desassizado, e sua pesssma execução, entregando-se tudo a Presidentes e Generaes ineptos, para favorecer sordida cobiça; e melhor, e talvez a unica moeda do Estado, as honras, esperdiçada, desapreciada, e quasi annullada por sua imprudente e até insolente distribuição, com poucas honrosas excepções, dando consideração á insignificancia, excluindo o merito reconhecido, assalariando a corrupção, e premiando o vicio e o crime das pessoas de trahidores e assassinos; a crueldade marchando de cabeça levantada, rodeada de rios de sangue, de gemidos, e ais de soffrimento, e desesperação nas desditosas Provincias do Ceará e Parahiba, além de tudo quanto a barbaridade Turca aguilhoada pelo fanatismo religioso perpetrou de horrores na Grecia insurgida, e de quanto o frio despotismo do Autocrata do Norte despejou de males sobre a malfadada Polonia; a fazenda publica, emfim, afincada e deliberademente dissipada para fins sinistros, eis, Senhor, alguns dos lineamentos, bem que não todos, da medonha vida publica do ministerio, que deshonra o Brasil, e atraiçoa a V. M. I. e C. illaqueando a Sua Boa Fé, e fazendo-O parecer não como Pae, que é, mas como o Tyrano, que não é, dos Seus Povos.

Senhor, ainda é tempo, acuda V. M. I. e C. ao Brasil, acuda a si, arredando de Seus Conselhos semelhante Ministerio. A Assembléa Provincial de S. Paulo, cumprindo o seu dever, sabe que a verdade nem sempre é agradavel aos Principes, e decerto nunca aos zangãos que o rodeiam, e abusam de Sua inexperiencia, mas a vóz do dever, na opinião da Assembléa Provincial, deve fazer calar a prudencia humana. A Assembléa Provincial apella para o tempo, a marcha d'elle talvez desgraçadamente verifique suas provisões; e então convencer-se-ha V. M. I. e C., que nunca teve mais fieis subditos, e mais verdadeiros amigos do que aquelles que não hesitaram em incorrer talvez no Seu desagrado, expondo-lhe verdades dolorosas com o unico fim de salvar a Dignidade do Throno, e firmar a segurança do Povo.

Paço da Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo, 29 de janeiro de 1842.—*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*, Presidente.—*Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel*, 1.° Secretario.—*Constantino de Almeida Faria*, 2.° Secretario.

Qual o motivo que determinou o apparecimento de tão violento manifesto, quando parecia reinar, senão harmonia, ao menos tolerancia entre os adversarios politicos?

E' facil a explicação.

Os decahidos em 23 de março de 1841 não se deixaram desde logo dominar por excessiva intolerancia, porque estavam convencidos de que brevemente voltariam ao poder, quando em abril de 1842 se abrissem as Camaras, visto contarem com a enorme maioria obtida pelos meios denunciados por Urbano, Ramiro, Nunes Machado, Aureliano Coutinho e tantos outros liberaes de merito.

Desde, porém, que os chefes politicos no Rio tiveram a certeza de que aquella Camara seria dissolvida, pretenderam crear uma athmosfera revolucionaria, como meio de impedir a dissolução. Para esse fim transmittiram a palavra de ordem para as provincias, aconselhando-as a que rompessem com violencia, como meio de impressionar o governo.

Foi essa a razão do apparecimento do Manifesto de 29 de janeiro de 1842, quando apenas havia Monte Alegre iniciado sua administração.

Os motivos allegados contra as leis de dezembro, sorprehenderam aos homens politicos do paiz.

Já ficou descripto que a reforma judiciaria havia sido instantemente reclamada por todos os governos que se succederam depois de 7 de abril de 1831, como meio indispensavel de reprimir a licença, o desrespeito á autoridade e a anarquia, que se alastrara do Rio a todo o Imperio.

Essa necessidade fôra proclamada por Feijó, Vergueiro, Alves Branco e por todos os gabinetes que se organizaram naquelles agitados periodos.

Aureliano, Limpo de Abreu, este, ministro de Justiça em 3 dos 15 ministerios que se organizaram naquelle periodo, não cessavam de clamar que a tranquilidade publica não poderia existir em quanto não se firmasse nas bases de uma legislação apropriada—«remedios fracos e tardios, dizia Feijó em 37 na fala do trono, pouco ou nada aproveitam na presença de males graves e inveterados».

Foi para combater a inercia desses governos que se succediam, denunciando os males publicos, sem propor medidas para reprimil-os, que Vasconcellos organizou o partido do—*regresso*—que em 41 executava seu programma no poder.

Iniciada essa politica em 1837, mereceu ella o apoio de Antonio Carlos até 1838. As leis da reforma foram votadas quando se achava no governo Aureliano Coutinho, coherente em 1841 com os principios que sustentára em 1834, como ministro da Justiça.

O padre José Bento, os senadores Vergueiro e Paula e Sousa não concorreram com seus votos para que fossem approvadas aquellas leis? (1)

Como renegar em 41 os principios tantas vezes manifestados?

---

(1) Mello Matos.--Paginas da Historia Constitucional.

Approvado o Manifesto, foi nomeada uma commissão para ir ao Rio entregal-o ao Imperador. Essa commissão, como era natural, não foi recebida, attento aos termos violentos com que fôra redigido o manifesto, facto esse que produziu profunda irritação entre os orgulhosos chefes politicos de S. Paulo.

No grande numero de documentos e autografos que compulsamos, principalmente correspondencia particular, não encontramos indicio de que se cogitava ainda fazer vingar aquellas reclamações pela revolução.

Em meados de março, *alguns* deputados paulistas seguiram para o Rio, e foi lá, depois que se convenceram que o governo não se arreceava da dissolução, que Alencar levantou a idéa de se reproduzir o movimento que lhes havia elevado ao poder em 1840.

Outros eram, porém, os tempos, e a autoridade já se achava revigorada pela nova legislação e pelo desaparecimento dos fracos governos regenciaes.

Depois de se ter ouvido a R. Tobias, os deputados paulistas procuraram entrar em acordo com seus collegas de Minas Geraes, garantindo-lhes que a Provincia de S. Paulo se levantaria como um só homem a voz de seus chefes.

Os deputados de Minas, ao principio recusaram-se a tomar parte em qualquer movimento revolucionario, e apenas se comprometteram a prestar auxilio indirecto, difficultando que as levas dos guardas nacionaes de Minas se dirigissem para S. Paulo afim de combater a revolução que se planejava.

Esta noticia, transmittida para S. Paulo, causou grande contrariedade a R. Tobias, porquanto era crença sua e de seus amigos que a revolução só poderia ser victoriosa se o movimento rompesse ao mesmo tempo em Minas.

Por alguns dias ficaram suspensos os conchavos, diante da attitude dos politicos mineiros.

Pouco depois, alguns commerciantes abastados de Minas, achavam-se no Rio para promover transacções commerciaes. Gosavam elles de consideração e prestigio politico. Esses mineiros, Lessa e João Gualberto, incitaram aos deputados para que favorecessem o plano dos paulistas, affirmando-lhes que o movimento encontraria apoio em Minas.

A deputação mineira, ainda assim, não quiz proceder precipitadamente e procurou ouvir a opinião do coronel José Feliciano, para o que chamaram-no ao Rio.

Prudente, circumspecto, gosando em Minas de real prestigio e geral estima, como os factos posteriores demonstraram aquelle cidadão, só a muito custo e mediante condições impostas resolveu collocar-se à frente do movimento em Minas, *convencido pelas affirmativas dos deputados de S. Paulo, de que nesta provincia o movimento* seria tão violento e poderoso, que se tornaria impossivel ao governo geral dividir as poucas forças de que

podia dispôr, desfalcado como se achava pela remessa de tropas para o sul.

Ficou então assentado que o movimento romperia nas *capitaes de S. Paulo e Minas*, nesta, logo que alli chegasse a noticia de ter-se S. Paulo rebellado.

Transmittidas estas resoluções a R. Tobias, aceitou elle a combinação havida, exigindo, porém, que o senador padre José Bento, que se achava no Rio, partisse immediatamente para Minas, afim de auxiliar o movimento na parte da provincia em que gosava de popularidade.

O primeiro desgosto que teve R. Tobias, foi, ao saber mais tarde que aquelle senador não se retirára da Côrte. Não sendo rapidas as communicações entre S. Paulo e Rio, ficou convicto o chefe paulista de que Minas só lhe prestaria auxilio negativo.

Abertas as Camaras, a verificação de poderes começou a ser feita com extrema lentidão—as commissões recusavam aos adversarios os documentos relativos ás eleições em suas provincias, e nesse tempo realizavam-se os conchavos para as depurações desnecessarias e hypothecas de votos.

Referindo-se a essas transacções, disia Cansanção de Sinimbú:

> «Se para ter parecer favoravel for necessario empenhar nossos votos, desejamos perder, vale mais perder com orgulho do que vencer com baixeza».

Em 1.° de maio foi dissolvida a Camara e convocada outra para reunir-se em 1.° de novembro de 1842. Immediatamente ficou resolvido o movimento revolucionario.

Recebendo aviso, R. Tobias enviou seus emissarios para todos os pontos, afim de prevenir os chefes politicos com os quaes já se havia entendido, não só do dia determinado para rebentar a revolução na Capital, como tambem da reunião e remessa de forças para os pontos designados.

Eram dedicados auxiliares de R. Tobias, em Sorocaba, o coronel José Joaquim de Lacerda, em Itú, Tristão de Abreu Rangel, em Porto Feliz, o dr. Viegas, em Capivari, José Rodrigues Leite, que tambem influia em Porto Feliz, em Piracicaba o padre Manoel José de França, capitão Amaro, em Una, Paulino Aires de Aguirra em Itapetininga, major Francisco de Castro, na freguesia do O', ponto de onde deviam partir as forças para se apoderarem do Quartel da Capital, major Cintra, em Atibaia, e muitos outros, cujos nomes iremos indicando.

Como acontece nestas occasiões, em algumas localidades os conspiradores não souberam guardar a devida reserva, e bem cedo estava Monte Alegre conhecedor de toda a trama preparada.

Não se descurou um só momento, e, calmamente, sem estrepito, reunia na Capital as poucas forças de que podia dispor, e tanto bastou para que o major Francisco de Castro não pudesse

vir assaltar o Quartel, no dia 11 de maio e tomar a cidade, o que se deprehende de diversos depoimentos existentes nos inqueritos que tivemos necessidade de compulsar.

A palavra de ordem para o interior, remettida aos chefes e ás camaras municipaes, consistia em—impedir a posse das novas autoridades nomeadas em virtude da Lei de 3 de dezembro de 1841.

Os acontecimentos se precipitaram, por quanto, desde que foi resolvido o rompimento, tornou-se necessario levar o facto ao conhecimento de Feijó, então em Campinas.

Os que conheciam o espirito autoritario do velho paulista, receosos que de sua intervenção no movimento surgisse alguma imprudencia, foram contrarios a aquella idéa. Entendiam, que não sendo Feijó um chefe popular, a sua intervenção seria mais perniciosa que benefica.

Outros, porém, embora conhecessem que eram ponderosas as razões dos que se oppunham a chamada de Feijó, ainda assim a julgavam indispensavel, por entenderem que seria de grande effeito fóra da Provincia o facto de ser elle um dos directores do movimento.

Desde, porém, que Feijó teve em Campinas conhecimento das combinações assentadas, sentiu reviver o odio que votava ao partido e aos homens que o haviam obrigado a abandonar a regencia, e despresando as conveniencias, sem se importar de saber quaes os elementos e os recursos dos conjurados, impoz desde logo sua vontade, para que se iniciasse o movimento.

O fracasso ridiculo, que teve a revolução, foi attribuido por alguns á intervenção de Feijó, quando as ultimas deliberações ainda não haviam sido resolvidas.

Estes factos, ainda os ouvi ultimamente, a um dos alevantados espiritos da actualidade, filho dilecto de quem fôra um dos mais ardentes e dedicados auxiliares de R. Tobias.

* * *

Foi devido a essas indiscreções, que o governo provincial teve conhecimento do que se tramava, e soube impedir que a revolução rompesse na Capital da Provincia, como se haviam compromettido os deputados paulistas.

Por este tempo, verdadeira ou falsa, começou a se propalar a noticia de que o governo geral designara official de sua confiança para deter a R. Tobias, pelo que viu-se elle obrigado a deixar a Capital, por esse motivo, e pelo fracasso da tomada do Quartel, commissão de que se encarregára o major Francisco de Castro.

R. Tobias retirando-se de S. Paulo, dirigiu-se a Sorocaba, que era o foco revolucionario, graças aos elementos de que alli dispunha o coronel José Joaquim de Lacerda, e as extensas

amizades que o chefe paulista mantinha naquella zona, e onde se achavam reunidos os principaes elementos da revolta.

Não podendo ser adiado o movimento, tornou-se necessario apressal-o, ficando resolvido proclamar-se R. Tobias presidente interino da Provincia.

* * *

No dia 17 de maio de 1842, os sinos das igrejas de Sorocaba tocavam a rebate, e pouco depois reunia-se a Camara Municipal em sessão extraordinaria, sobre a presidencia do tenente-coronel José Joaquim de Lacerda, presentes os vereadores—dr. Vicente Eufrasio da Silva Abreu, Romualdo José Paes, Francisco Manoel Campolim, Elesbão Antonio da Costa e Silva e Antonio Mascarenhas Camello, convocados para tomar conhecimento das occurrencias e adoptar as graves deliberações constantes da acta, que adiante transcrevemos, e que foi redigida por Gabriel José Rodrigues dos Santos, que poucos momentos depois era nomeado secretario do presidente interino da Provincia de S. Paulo.

Transcrevemos essa peça integralmente por ser um documento historico emportante:

Acta da reunião da Camara Municipal á requisição do Povo e Tropa reunidos hoje nesta cidade.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1842, 22 da Independencia e do Imperio do Brasil, nos Paços da Camara Municipal desta cidade de Sorocaba, onde se reuniram em consequencia do rebate que o Povo, e Guardas Nacionaes, fizeram tocar, todas as autoridades civis e Militares, o Batalhão das ditas Guardas Nacionaes e mais cidadãos deste Municipio, os quaes todos attendendo ao estado de coacção em que se acha S. M. o sr. d. Pedro 2.°, Imperador Constitucional do Brasil, dominado pela facção que, curando unicamente de seus interesses, tem levado este Imperio ás bordas do abysmo, em que vae ser submergido e esta Provincia reduzida ao misero estado da do Ceará e Parahiba, com a administração tyrannica do Proconsul que como delegado dessa facção a tem governado e opprimido, e conhecendo que convem quanto antes salvar o trono do sr d. Pedro 2.° e a Constituição que temos jurado, propuzeram como medida de salvação a nomeação de um Presidente interino desta Provincia, e unanime e expontaneamente proclamaram o sr. coronel Rafael Tobias de Aguiar, para o dito cargo, a quem autorizaram para administrar em nome de Sua Majestade o sr. d. Pedro 2.°, Imperador Constitucional até que o mesmo Augusto Senhor livre-se da coacção em que se acha e nomeie um Ministerio de confiança nacional, e outrosim que a Assembléa Geral Legislativa tenha derogado as Leis que têm sido feitas contra a Constituição do Imperio. Igualmente autorizaram ao dito Exmo. Presidente nomeado para que tome todas as medidas que julgar convenientes para salvar a Provincia dos horrores da anarquia

a que vão conduzil-a as ditas Leis, suspendendo a sua execução; no mesmo acto e por uma deputação de 3 de seus membros mandaram os ditos vereadores convidar ao mesmo Exmo. Sr. Coronel Rafael Tobias de Aguiar para o indicado fim, e comparecendo elle, e sendo-lhe declaradas as condições de sua nomeação, prestando o juramento, que lhe foi deferido pelo Presidente da Camara, de defender o Imperador e a Constituição até a ultima extremidade, se deu este acto por findo. E para constar se lavrou a presente Acta que assignaram os ditos vereadores com o Exmo Presidente nomeado: Autoridades e mais cidadãos que se acharam presentes e que tiveram parte no dito acto. Eu Elias de Oliveira Cesar Leme, Secretario da Camara, a escrevi.—José Joaquim de Lacerda—Rafael Tobias de Aguiar—Vicente Eufrasio da Silva Abreu, Romualdo José Paes, Francisco Manoel Campolim, Elesbão Antonio da Costa e Silva, Manoel Lopes de Oliveira, Manoel Ribeiro de Arruda e Silva, Antonio de Mascarenhas Camello—Juiz de Paz José Custodio Barbosa. Seguem-se cerca de 300 assignaturas.

Empossado do cargo, entrou em movimento a maquina governamental.

O primeiro acto do novo Presidente foi a nomeação do dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, para Secretario da Presidencia, e em seguida foi distribuida ao Povo a Proclamação que já se achava impressa, que tambem transcrevemos como peça indispensavel.

Paulistas! Os fidelissimos Sorocabanos vendo o estado de coacção a que se acha reduzido o nosso Augusto Imperador o sr. d. Pedro 2.° por esta Oligarchia sedenta de mando e riqueza, acabam de levantar a voz, elegendo-me presidente interino da Provincia para debellar essa hydra de trinta cabeças, que por mais de uma vez tem levado o Brasil á borda do abysmo, e libertar a Provincia desse Proconsul, que postergando os decretos mais sagrados veio commissionado para reduzil-a ao estado do misero Ceará e Parahyba.

Fiel aos principios que hei adoptado constantemente na carreira publica, não poude hesitar em dedicar mais uma vez minhas débeis forças na sustentação do Trono Constitucional.

Paulistas!! O vosso patriotismo já deu o primeiro passo precedendo, e seguindo os vossos representantes, quando fieis interpretes de vossos sentimentos, clamaram contra essas leis que cerceando as prerogativas da Corôa, e as liberdades publicas deitaram por terra a Constituição: o vosso valor e firmeza farão o resto.

Mostremos ao mundo inteiro que as palmas colhidas nas campinas do Rio da Prata não podem definhar na do Ipiranga.

Os descendentes do illustre Amador Bueno sabem defender os seus direitos a par da fidelidade que devem ao Trono.

União e a Patria será salva. Viva a Nossa Santa Religião. Viva S. M. o Imperador. Viva a Constituição.

Rafael Tobias de Aguiar.

O «*Governista*» publicado na Capital, transcrevendo a proclamação supra, analysa-a em todos os pontos—e conclue:

«Bem diz o rebelde, *que é fiel aos principios que ha adoptado*. Nós o cremos: Nós o conhecemos e se estamos certos de que a *sede do mando* o faria servir debaixo de *um governo qualquer, que lhe deixasse dominar perpetuamente uma das mais importantes provincias do Brasil, sabemos tambem de quanto é elle capaz quando isso lhe é negado.*

Na mesma data, 17 de maio de 1842, foi expedida Portaria ordenando a suspensão da Lei das Reformas, annullando tudo quanto se havia feito em virtude da mesma lei, e mandando continuar em vigor as anteriores.

Alguns dias antes José Joaquim de Lacerda, de Sorocaba, Tristão de Abreu Rangel, de Itú, José Rodrigues Leite, de Porto Feliz, haviam percorrido diversas localidades, dentre outras, Tatuhi, Capivari, Pirapora de Curuça, Campinas, prevenindo aos amigos para que estivessem preparados e fizessem as Camaras Municipaes reconhecer a R. Tobias como Presidente interino da Provincia quando se désse a proclamação em Sorocaba, e, caso estas não se reunissem que o reconhecessem na frente da força de Guardas Nacionaes e povo.

Realizada a proclamação em Sorocaba, partiram os proprios para as povoações circumvizinhas, e no dia 19 as Camaras de Itú e Porto Feliz reconheciam o governo revoltoso — a de Capivari a 19 e a de Constituição em 20 de maio

Nos dias 17 e 18 tanto em Faxina como em Itapetininga era R. Tobias acclamado, sendo que de Itapetininga veio immediatamente collocar-se a seu lado com a força que poude reunir, Paulino Aires de Aguirra, seu cunhado.

Em Itú o enthusiasmo dominava parte da população, tendo a frente do movimento pessoas consideradas que se apressaram tambem a proclamar aos habitantes da historica Cidade nos seguintes termos:

Ituanos!

A necessidade de sustentar a Constituição e o Imperador nos obrigou a tomar as armas.

Ituanos! Cidadãos, que empunham as Armas para defender a liberdade, devem ser sujeitos ás autoridades, respeitar direitos alheios, portanto esperamos que, fieis aos sentimentos generosos que sempre distinguiram os Paulistas, não empregareis vossa força e coragem senão por ordem superior e em caso urgente.

Infelizmente temos entre nós alguns dissidentes, sede attenciosos com elles emquanto não vos agredirem e insultarem. Respeitae suas pessoas, suas familias e suas propriedades, com a

mesma circumspecção, e rigor com que os repellireis, soldados da liberdade não mancham no crime mãos, que têm a nobre missão de sustentar os direitos do homem, e vingar a patria. Confiae em vossos chefes, no governo interino da Provincia e na Providencia que vela sobre nossos destinos.

Viva a Religião!
Viva a Nação!
Viva a Constituição!
Viva o Monarcha!
Viva o Governo Interino da Provincia!
Vivam os Paulistas!
Antonio Paes de Barros, Presidente
José Severino de Almeida
João Leite de Sampaio Ferraz
Francisco José Pinto
Pedro Alexandrino Rangel.

Tomando a serio a sua posição, o novo governo, por portaria de 19 de maio nomeava commandantes militares para diversas localidades do interior e lhes remettia instrucções impressas.

Naquella mesma data o Presidente interino ordenava a suspensão da lei das Reformas, e mandava annullar tudo quanto havia sido feito em virtude das mesmas.

Conforme havia sido determinado, de todas as cidades circumvizinhas os encarregados do movimento dirigiam-se para Sorocaba com as forças que tinham podido conseguir pelos meios que mais adiante tornaremos conhecido.

O maior numero pertencia a Sorocaba, cuja população havia em grande numero se alistado nas fileiras revolucionarias, uns por dedicação, outros obrigados pelos juizes de paz e pelos officiaes da Guarda Nacional.

* * *

Começou o novo governo a dar as providencias para poder cercar, atacar e tomar a Capital, que a todos parecia de urgente necessidade.

Como especimen, transcrevemos o autografo de uma das portarias para aquelle fim expedidas, guardando nesse e em todos os autografos que publicarmos, a sua ortografia propria.

«O Presidente interino da Provincia, tendo em consideração omerecimento e mais partes que concorrem na pessoa do Sr. José Rodrigues Leite o nomea Sargento Mór Commandante do Esquadrão de Cavallaria da Villa de Porto Feliz, devendo prestar juramento perante a Camara, e entrar immediatamente em exercicio. Palacio do Governo intr.° na Cidade de Sorocaba, 17 de maio de 1842.

Rafael Tobias de Aguiar.

Ao mesmo tempo, providenciava R. Tobias a reunião das forças de Itú, de Sorocaba e outras, no ponto designado para a concentração geral.

Para esse fim eram expedidas portarias para Porto Feliz, Capivari, Tatuhi, Constituição, Una, S. Roque, Atibaia e outros pontos.

Ainda como curiosidade transcrevemos *um autografo* dessas portarias, expedida logo após a proclamação de Sorocaba.

> « Devendo-se tomarem todas as medidas que conservem a segurança publica e a causa proclamada hoje nesta cidade para sustentar e defender o Trono de S. M. o Imperador o Pres.e interino da Provincia ordena ao Sr. Sarg.mor Comd.e do Esquadrão de Cavallaria da V.a de Porto Feliz, que reuna o maior numero de praças do d.o B.m, e faça marchar para a cidade de Itú entendendo-se com o Cidadão Tristão d'Abreu Rangel para apromptar Quartel esperando ali as ultimas ordens deste Governo.
>
> Palacio do Governo intr.o em Sorocaba 17 de maio de 1842.
>
> *Rafael Tobias de Aguiar.*
>
> P. S.
>
> Remetterá o officio junto dirigido a Camara M.al de Capivari.

Transcrevemos ainda o seguinte *autografo* sobre as providencias tomadas para a organização das forças necessarias para assediar S. Paulo. E' interessante esse documento, por ser escripto por Gabriel José Rodrigues dos Santos, já então Secretario do Presidente interino.

> — « O Presidente In.to da Provincia recebeu com prazer o officio que em 18 do corrente lhe dirigiu o Sr. Sarg.mor José Rodrigues Leite Commandante do Esquadrão de Cavall.a da Gd.a N.al da V.a de Porto Feliz, e inteirado do seu conteudo congratula-se com o Sr. Sarg.mor pelos successos que refere.
>
> Dependendo em grande parte o feliz exito da Santa Causa em que nos achamos empenhados do livramento da capial da provincia, o Pres.e interino quer fazer marchar para ali, com a maior celeridade possivel toda a força que puder; e confiado no valor e patriotismo dos habitantes dessa V.a, exige que o Sr. Sarg.mor apenas receber esta faça seguir para a cidade de Itú, toda a força do Esquadrão de seu commando que estiver reunida ou que puder reunir-se no momento e bem assim todos os patriotas que quizerem fazer este importante serviço.

O Presid.e Int.o deseja m.to que o Sr. Sarg.mor marche igualmente porque está certo de que o seu exemplo m.to animará os patriotas, e no caso de quando cheguem a Itú já tenha marchado a força que dali segue, deve a dessa V.a ir encorporar-se com ella, na intelligencia de que os contingentes dos Municipios de Itú e Porto Feliz devem estar impreterivelmente no Pirajussara, de segunda a terça-feira da proxima semana, para ahi fazer juncção com a força que daqui marcha ás ordens do Sarg.mor Francisco Galvão de França. Nesta data *vae ordem a collectoria*, para supprir com as despesas necessarias da marcha, e qd.o não haja dinheiro sufficiente o Sr. Sarg.mor *pedirá* o que for necessario a *algum patriota* certificando-o prompto embolso. Confiado no zelo e activid.e do Sr. Sarg.mor, o Governo conta com o pontual comprimento de tudo quanto ora lhe determina. Palacio do Gov.o de S. Paulo, na cid.e de Sorocaba, 20 de maio de 1842.

Rafael Tobias de Aguiar.

P. S.

O Gov.o conta q.' o Major Galvão esteja em Pirajussara na 2.a feira até as 2 horas da tarde, e elle avisará de S. Roque p.a Itú. Deve ficar nessa uma guarnição sufficiente, ainda q.' de Tatuhi nada se deve temer, porq.' o Gov.o ja suspendeu o Juis de Paz e já deu outras providencias p.a impedir ali reuniões inimigas. O Major Galvão acha-se nomeado Com.a Superior, e commandará toda a expedição.

Na mesma occasião os agentes no interior cumpriam a palavra de ordem, e espalhavam noticias animadoras, dando como realizados factos que nunca figuraram senão em cartas.

Eis um desses curiosos documentos:

Rd.mo Sr. Padre França.

Capivari, 17 de maio de 1842.

Neste momento chego de Porto Feliz, trazendo a esta Villa os planos de rompimento que os nossos amigos politicos enviaram para o dia de amanhã. O Tobias está em Sorocaba vae ali ser aclamado pelos 400 homens, que estão em armas. Aclamado Presi.e destes 400 sáe 150, com 200 de Itapetininga, que commandados pelo major Galvão *vão coadjuvar* o rompimento na Capital, que he infalivel e seguro o Governo ali conta 200 homens no quartel, quasi todos *estão comprados pelo França* para coadjuvar.

O Bento de Barros passou uma *ordem franca* ao França, o Chico de Castro está no O' com força prompta para marchar para S. Paulo; em S. Bernardo, Bonilha conta outra força, que logo toma conta da Serra de Santos, sahi 200 homens para tomar conta da fortaleza os quaes devem ser coadjuvados pelos dois barcos que ali surtem e que já estão comprados pelo commercio de Santos, da Atibaia marxa força para S. Paulo, bem como das Villas do Norte para commandal-as o tenente-coronel Bento José de Moraes, o qual caminhou para Taubaté, de maneiras que o grito é seguro. O Tobias aclamado em Sorocaba officia as Camaras afim de restabelecer os juizes de paz em suas antigas attribuições, bem como o juiz municipal, e faser com que as autoridades demittidas assumão novamente antiga jurisdicção—deve-se em 1.° logar faser reconhecer o Pres.te aclamado pela Camara e depois cumprir-se suas ordens, e quando a Camara não seja favoravel pode o Juiz de Paz aclamar em frente da força e do povo, e sendo mesmo a Camara disposta hé preciso estar escudada em força para fazer o rompimento, V. Rd.ma é nossa esperança nessa, e por isso não nos deixará mal, eu mando um proprio a Sorocaba afim de traser os officios e remetterei amanhã de Porto Felis.

Sou seo Am.° Obr.°

Viegas.

(dr. João Viegas Muniz).

Para animar aos correligionarios, dar como certa a tomada da Capital escrevia R. Tobias aos novos commandantes dos fantasticos Esquadrões cartas de seu proprio punho. Eis o autografo dirigido de José Rodrigues Leite:

Illmo. Sr. José Rôis Leite.

Sorocaba, 20 de maio de 1842.

Tive o praser de receber sua estimadissima de 18 do corrente em que me narra os acontecimentos dessa: eu não esperava menos dos patriotas dessa, bem conhecidos pelo seu amor a liberdade, e firmesa. O primeiro passo foi dado, e com bastante enthusiasmo, pois que foi abraçado por Porto Feliz, Itù e Capivary, porém de pouco nos valeria se não continuassemos com a maior prestesa, e deixassemos a Capital entregue nas mãos do sanhudo Proconsul por mais oito dias. Nestas circunstancias cumpre que todos os nossos amigos e V. S. em particular fação todos exforços para que dessa e Capivary sigão o maior numero de forças hoje mesmo se for possivel para se encorporar com as de Itú, pois que as de Itapetininga devem chegar hoje, e desejo que não se demorem nem um dia nesta.

Sei que a mocidade briosa dessa não precisa ser excitada e que correrá alegre ao reclamo da patria e por isso faria injuria se não contasse com expontanea coadjuvação da mesma. Vão as cartas e officios em que me falla que enviará a seu destino com a maior brevidade.

Não tenho tempo para mais, senão reiterar os protestos de estima e amisade com que sou

De V. S.ª
Am.º M.tº Aff.º e Obr.º
Rafael Tobias de Aguiar.

* * *

Algumas observações são necessarias para explicar os acontecimentos e os esforços improficuos, que o chefe paulista teve de empregar para reunir forças em numero que lhe pareceu sufficiente para cercar e tomar a Capital.

Comquanto já estivesse resolvido o recurso ás armas, essa decisão era apenas conhecida dos chefes locaes.

Com excepção das forças que se achavam reunidas em Sorocaba no momento da proclamação, as demais ainda estavam dispersas. Foi só depois da elevação de R. Tobias a Presidencia que de Capivari, Piracicaba, Porto Feliz, Itú, e outros pontos si arregimentavam as forças revoltosas. Este facto deprehende se dos autografos que transcrevemos, e demonstra que foram circumstancias inesperadas que apressaram o rompimento.

Uma das causas, talvez a mais importante, foi o insuccesso da tomada do quartel de S. Paulo, incumbencia confiada ao major Francisco de Castro, o popular Chico de Castro, que ainda conhecemos, incumbencia que elle nem tentou realizar.

Esse golpe estava assentado para o dia 11 de maio. Aquelle major residia perto da freguezia do O'—Na noite de 10, o tenente Joaquim Leite Penteado e Joaquim R. Goulart, acompanhados dos homens que *forçadamente* conseguiram reunir dirigiram-se a casa de Francisco de Castro, que já se achava preparado com força que pudera obter.

O plano era o seguinte: na manhã de 11 seria invadida a cidade e tomado o Quartel. Para esse resultado Chico de Castro contava não só com a força que dispunha como de grande numero de amigos que se achavam na Capital e que o auxiliavam com esforço, e certeza de se achar comprada parte da força.

O successo era inevitavel, fraco como se achava o Presidente da Provincia, o que se propalava para animar o enthusiasmo.

No dia 10 o major Francisco de Castro enviou a S. Paulo Leite Penteado—*como batedor*—disseram mais tarde as testemunhas que depuzeram no processo a que responderam os revoltosos.

A missão do *batedor* era verificar quaes as forças existentes, e se era possivel realizar-se a tomada do Quartel.

A' tarde desse dia voltava Penteado, levando a noticia de

que o Presidente se achava prevenido, pois fizera recolher os pequenos destacamentos existentes nas localidades proximas, os quaes reunidos á força existente na capital, tornava impossivel o golpe de mão. Que essas forças se elevavam a mais de 200 homens, que se achavam aquartelados, e que não haviam sido compradas. Transmittiu mais uma desalentadora noticia, qual a de já haver ordem para a prizão de Tobias.

Estes factos ficaram demonstrados no processo por grande numero de testemunhas—não só de pessoas que se achavam reunidas a Chico de Castro, como ainda do depoimento a que se procedeu em Atibaia. Desta localidade veiu a S. Paulo Manoel Jorge Ferraz, para assistir commissionado a tomada da Capital no dia 11 de junho.

Aquellas noticias desalentadoras determinaram Chico de Casrto a dissolver nessa mesma noite as forças reunidas em sua casa —*fomos largados até 2.ª ordem*—disseram alguns dos que ali se achavam, quando depuzeram no processo instaurado, finda a revolução, contra os cabeças.

O insuccesso determinou a que Rafael Tobias abandonasse *occultamente* a Capital. Elle o confirma no seu manifesto: « e eu caminhei depois de *ter-me occultado por alguns dias*, para a minha fazenda do Paranapitanga, e chegando a Sorocaba já ahi achei uma grande força armada e aquartellada sob o commando do T.e C.el Jeronymo Isidoro de Abreu: a governança da cidade, e todos os habitantes della exigiam a minha coadjuvação e finalmente a Camara e povo nomearam-me presidente interino da provincia ».

Descoberta a conspiração, era imprescindivel o rompimento por que qualquer demora inutilizaria o trabalho feito, ao que os ambiciosos não quizeram se sujeitar.

Dando-se o rompimento extemporaneamente, tornou-se necessario o exforço que transpira da leitura dos autografos transcriptos, para reunir forças para se tomar a Capital, antes que do Rio viessem os recursos, que já era notorio terem sido reclamados pelo Presidente.

Transcrevemos mais um dos autografos que possuimos, dirigido de Itú por Tristão de Abreu Rangel ao commandante dos revolucionarios em Porto Feliz, que nos dá conhecimento da organização e procedencia das forças, e do logar convencionado para reunião dellas. O ponto escolhido foi em Pirajussara, situado uma legua além da ponte dos Pinheiros.

« Da participação junta do Ex.mo Presidente da Provincia, verá que a gente vinda de Itapetininga, deve chegar hoje e seguir amanhã 21 do corrente para a Capital, com tropa da cidade de Sorocaba, e desta cidade (Itú) e dessa villa (Porto Feliz) porem como recebi aviso dali que a gente só poderia estar aqui a 22, vou pela presente deprecar a celeridade da marxa, para que amanhã 21 infallivelmente saião dahi para a 22 seguirem daqui

com a que deve marxar tambem, pois neste sentido officio ao Ex.mo Presidente.

« O logar designado para a juncção das forças é Pirajussara. Bem vê V. S. que a celeridade da marxa é de summa necessidade, porque operações taes devem ser uniformes.

« Dahi devem vir municiadas thé aquelle ponto.

Itú 20 de maio de 1842.

Tristão de Abreu Rangel.

* * *

No dia em que a Columna Libertadora deixou Sorocaba, chegou a aquella cidade Feijó, que apressou-se a dirigir sua Proclamação aos povos Eil-a.

« Apenas sube eu em Campinas ás 10 horas da noite, que nesta cidade se havia acclamado um Presidente Paulista, e que este era o sr. Tobias, cobrou a minha alma algum alento, e persuadi-me que a Provincia ia recobrar seo antigo renome, que brevemente os Mandoes, conhecendo que com Paulista não se brinca se retirarião do Conselho de S. M I. e darião lugar a que elle livremente escolhesse um Ministerio amigo da Constituição e que soubesse como se governa homens livres.

Dei providencias; e de manhã não obstante o meu abitual estado de enfermidade, pusme'a caminho e xeguei a esta Cidade de Sorocaba com tres dias de viagem.

A minha gratidão será eterna a todos os Sorocabanos; e jamais deixarei de lembrar-me que aqui foi onde se deo o primeiro grito de convite a Provincia, para despertar de tanto torpor e de tratar-mos de segurar nossas liberdades; enxime de entuziasmo observando o valor, a coragem e o desejo que todos mostravão em dispor-se aos perigos todos para libertar a Capital do jugo desse Presidente *Baiano* que tanto nos tem oprimido e sem rasão; deliberei ajudar tão onrosa tarefa quanto em mim estivesse; e como nada posso senão exprimindo meos sentimentos em quanto puder diser a meus patricios tudo quanto julgar que lhes convem para perpetuar a gloria da Provincia. Talves pouco me reste de vida, mas esse pouco voluntariamente sacrificarei pela patria a quem tudo devo.

Sorocaba 22 de maio de 1842.

Feijó

A Columna Libertadora partiu de Sorocaba no dia 21 de maio.

O ponto de concentração designado era Pirajussara.

O T. C.el José Joaquim de Lacerda se dirigiria áquelle ponto passando por São Roque, acompanhado de 200 homens.

Paulino Aires de Aguirra, a frente de 300 homens, chegaria a Pirajussara pela estrada de Una.

O major Francisco de Castro procuraria de Araçariguama o ponto de concentração, com a força que conseguisse reunir.

Commandaria emc hefe Francisco Galvão de França, as forças, que poderami se elevar a pouco mais de 800 homens.

Era crença geral de que facil seria a Columna Libertadora se apoderar da Capital, desprevenida, *como fazião constar achar-se.*

O fracasso da tomada da Capital e da retirada de R. Tobias havia sido conservado em grande sigillo.

Se aquella noticia não foi divulgada, outra mais importante veiu trazer grande desanimo á Columna.

São Paulo não poderia ser tomado, pois soubera em curto espaço preparar-se para a defesa e mesmo para o ataque.

Quando o governo teve noticia de que alguma cousa se preparava, começou a recolher sem estrepito as forças esparsas nos pontos mais proximos. O vice presidente, padre Vicente Pires da Mota, expediu proprios para Jacarehi, Jundiahi e Itapecerica chamando á Capital os coroneis Paula Machado, Queiroz Telles e cap.m Manoel José de Moraes. Com elles combinou quaes os auxilios que deveriam prestar ao governo.

Queiroz Telles permaneceria em Jundiahi, com a força que conseguisse reunir, prompto para marchar para a Capital, Itú, Campinas ou Sorocaba. O coronel Paula Machado e o cap.m Moraes voltariam á Capital com o reforço que pudessem obter.

Partindo para suas localidades, estes cidadãos achavam-se de volta a S. Paulo, no mesma dia em que a Columna deixava Sorocaba, acompanhados de cerca de 500 homens que foram se aquartellar em São Francisco e S. Bento.

Essa força e a que já se achava reunida eram mais que sufficientes para defender a Capital.

Na mesma occasião espalhava-se a noticia de que em Santos se desembarcaram batalhões de Caçadores e Fuzileiros.

Como conseguiu Monte Alegre prevenir-se tão a tempo?

Avisado do que se tramava em varias localidades do interior, graças á imprudencia dos conjurados, apressou-se a levar o facto ao conhecimento do governo geral, pedindo forças.

Posteriormente recebendo a communicação de não ter sido possivel dar posse ás autoridades nomeadas para Sorocaba, sabendo que o mesmo aconteceria em muitas localidades onde dominavam camaras eleitas com a violencia que occasionou a queda do gabinete maiorista—fez partir para o Rio pessoa de confiança com correspondencia reservada. O emissario do Presidente por uma felicidade occasional, chega a Santos duas horas antes da partida do «Ipiranga», o unico vapor que então navegava regularmente entre Santos e Rio.

No dia seg.te o governo geral estava conhecedor do que se premeditava, e, providenciando com rapidez, remetteu tropas que desembarcaram em Santos no dia 16.

A noticia correu com rapidez, e o facto era conhecido em Itú no dia 18 de maio, como se verifica do autografo que segue-se, dirigido por Tristão ao dr. Viegas, em Porto Feliz.

Sr. Dr. Viegas

Brilhou V. S.ª ahi como em Capivary, e no que recommendou para Piracicaba.

Eu vou informar o governo do que me diz.

Do que aqui houve, já deverão saber, e alem do que escrevo ao Zuza tenho a accrescentar que pelo Xiq.° Mesquita chegado com dois dias e meio de Santos, sabe-se que chegou a Santos um barco que se esperava com tropa, e feito o desembarque sahirão *quarenta almas do outro mundo*, as quaes estavão batendo o queixo no Rio Pequeno.

Em São Paulo havia muita coragem e esperança de rompimento.

O enthusiasmo aqui continua: os governistas retirarão-se para Jundiahy, e estamos tambem promptos para a marxa que o Governo mandar.

Dê suas ordens ao seu amigo obr.°

Tristão

Itu, 18 de Maio de 1842.

Com se vê, esta carta era escripta no dia seguinte ao da proclamação de Tobias em Sorocaba, e apesar de todos os esforços empregados a noticia da chegada das *quarenta almas do outro mundo* em Santos, transpirou, produzindo terror em todas as localidades que haviam adherido ao governo revolucionario. Desde esse momento, como demonstraremos com preciosos autografos, o enthusiasmo arrefeceu, e cada um foi procurando meio de desaparecer da scena, antes mesmo de representar o papel, que lhe fora designado.

A Columna Libertadora teve noticia do facto ao chegar a Pirajussara—estancou alli de uma vez, para só se *debandar*, quando dias depois ouviram o tremendo grito—«Os Periquitos»—

O chefe revolucionario desde esse momento comprehendeu que estava perdida a partida, mas ainda assim tentou um esforço, para ver se conseguia occultar a chegada de Caxias, que elle sabia já em caminho da Capital, galgando a serra de Santos.

Para esse fim resolveu expedir mais uma Portaria em data de 22 de maio.

«Constando ao Presidente interino da Provincia que os perturbadores da ordem publica na cidade de Campinas esperão ali ao capitão Sabo para os auxiliar e comandar, o mesmo Presidente ordena ao Sr. Sargento-mor Commandante da Guarda Nacional de Cavallaria de Porto Felis, que faça prender ao dito Sabo tendo-o em devida guarda, devendo requisitar a sua

prisão quando esteja n'algum lugar em que a autoridade deste Governo jà esteja reconhecida, tomando neste negocio interesse que se deve empregar para se prevenir que um tal individuo se va reunir com outros do mesmo jaez.

O mesmo Sr. Presidente previne ao Sr. Sargento-mor que o Barão de Monte Alegre, *tem procurado entreter aos seus com a noticia de subida de tropa, que he visivelmente falsa, tanto pela falta que ha dellas no Rio de Janeiro, como pela noticia que ainda a dois dias se lhe deo de S. Paulo, devendo por tanto estar-se prevenido contra tão falsas insinuações*, bem que o mesmo Presidente esteja mui certo que a subida detropa de fora será mais um estimulo para reunir todos os Paulistas. O mesmo Presidente tem o praser de communicar ao Sr. Sargento mor para fazer constar aos amigos da sagrada causa que defendemos, a chegada do Sr. Senador Feijó a esta; pois que muito conta com os conselhos deste distincto patriota.

Palacio do Governo de S. Paulo, em Sorocaba, 22 de Maio de 1842.

Rafael Tabias de Aguiar.

Por maior que fosse a reserva recommendada, a terrivel noticia como um rastilho de polvora percorria com extraordinaria rapidez o interior da provincia levando o desanimo e o terror.

Em Campinas, Jundiahi, Tatuhi formaram-se fortes centros de resistencia. A força enviada de Sorocaba para bater *os absolutistas* de Tatuhi, era toda apresionada.

R. Tobias, em vista da gravidade da situação, pensava em se collocar a frente das forças que deviam seguir para Campinas. Emquanto não o fazia, tomava as seguintes providencias constantes do seguinte autografo:

O Presidente Interino da Provincia sendo informado de que os absolutistas da cidade de Campinas estão reunindo gente armada para opporem-se á vontade da Provincia, e ajudarem a escravisar a Nação, e a manter a S. M. o Imperador débaixo do jugo da coacção) em que O conservão ministros e conselheiros perfidos e trahidores; e convindo providenciar energicamente para que não avultem essas reuniões e não consigão os facciosos pertubarem o socego publico e fazerem violencias aos *constitucionaes*, resolveo determinar ao Sr. Antonio Manoel Teixeira, Commandante militar da referida cidade que promova com todo o exforço a reunião de cidadãos Guardas Nacionaes do serviço activo e da reserva, e Guardas Policiaes e os colloque em um ponto seguro e defensavel *fora da cidade* onde possa conservar-se uma força de observação que será empregada em prender a todos que pertencerem aos facciosos e a defender os habitantes do campo das aggressões que elles tentem fazer, procurando por todos os meios a seo alcance fazer com que se despersem essas reuniões.

Outrosim terá particular cuidado em observar se os absolutistas tentão mover-se sobre a Capital ou para algum outro ponto, e nesse caso dará immediatamente aviso do ponto ameaçado e igualmente a este Governo e os persiguirá com as forças que tiver reunido pela retaguarda. O Governo ordena que da cidade de Itú, parta uma força sufficiente para servir de centro a reunião que o Sr. Commandante militar deve fazer, e o official que a commandar ficará sujeito as suas ordens para que opere debaixo de suas vistas,

O Sr. Commandante Militar declarará ao Sr. Capitão Francisco Teixeira, ao Capitão Luciano ao Tenente Antonio Roiz, encarregados de reunir gente, para marcharem para a Capital, que devem por a sua desposição a que tiverem reunido, ou houverem de reunir—Palacio do Governo de S. Paulo em Sorocaba 30 de Maio de 1942.

Rafael Tobias de Aguiar.

Em fins de maio, R. Tobias procurava ainda occultar a chegada de Caxias a S. Paulo. Já declarava, entretanto, que—havia chegado a Capital *alguma tropa de fóra*—mas, pedia que se communicasse aos amigos, porém PARA COM A NECESSARIA DISCREÇÃO, nem referia quem era o commandante cujo nome já representava a victoria.

Eis os termos do autografo de Feijó a José Rodrigues Leite.

Illm. Sr. José Rois Leite.

Sorocaba 25 de Maio de 1842.

Ontem chegou a esta o Tenente Coronel Bento José de Moraes, dando a noticia de que em S. Paulo se preparavam para a defesa, *tendo chegado alguma tropa de fóra*: esta noticia posto que de sabbado, *é talvez exagerada, comtudo póde ter algum gráo de veracidade*, e na guerra nada se deve despresar, e nestas circumstancias, que todos os amigos e defensores da nossa causa tomem a peito reunir o maior numero de gente que puderem, fazendo partir os influentes para os bairros, e tudo o mais que julgarem conveniente, pois que será preciso por sitio a cidade e entreter com reforço de gente, e qualquer falta póde ser fatal, tanto a causa que abraçamos como a tantos Paulistas benemeritos.

Energia e mais energia e o que póde aterrar nossos inimigos.

Não accrescento mais nada, porque estou certo que fará tudo, tudo, communicando isto ao nosso amigo de Capivary, *porém com a necessaria discripção*. Não tenho tempo para mais.

Seu amigo muito affectuoso obrigado

Rafael Tobias de Aguiar.

Se R. Tobias sabia guardar uma reserva criteriosa, não mostrando desanimo—outros procuravam com noticias falsas levantar o espirito abatido dos que estavam envolvidos no movimento.

Como especimen, é de grande curiosidade o seguinte autografo, escripto pelo padre França, dirigido ao capitão Antonio José da Silva, que naquella data se achava em Limeira, e que era conhecido naquella zona com o appellido — *Gordo.*

Const. 29 de Maio 1842.

A pouco chegou o Affonso trazendo officios do Presidente e noticias das operações militares da Columna, que foi atacar a Capital.

A cidade de S. Paulo *está sitiada por 1400 homens* dos nossos bravos Paulistas de Sorocaba, de Itú e da Atybaia: o *Costa Carvalho consta que se retirou e não se sabe para onde:* a Serra está guarnecida pela gente do Bonilha (de São Bernardo) e por duzentos lanceiros habeis enviados de Curitiba ou Faxina os quaes escaparão-se por um lado da cidade e forão se ligar ao Bonilha, (!)

A columna encontrou uma guarda avançada nos Pinheiros, ao prinçipio pretendeo vadiar o rio, visto ser pequeno—mas ao depois cortou-a e está Senhora dos Pinheiros.

Nossa gente está desesperada por avançar e atacar a residencia do Proconsul, mas o Commandante em chefe julga que não convem pelo derramamento de sangue esperando conseguir tudo sem esse mal.

Vão esses officios, faça delles prompta e segura remessa.

Participe as occurrencias: e quanta noticia tiver d'esse lado, principalmente os passos dos inimigos para dar-se as providencias precisas.

Seo amigo velho

O *P.e França.*

N. B. Em Tatui nossos inimigos reunirão uma pequena força, o Vigario de lá não deo informações precisas e exactas. Tobias mandou 20 homens, os quaes forão presos e desarmados pelos inimigos. Que temeridade! Tatui querer erguer-se á frente da Provincia! »

Na mesma occasião em que o padre Reis e outros tomavam a si a missão de espalhar noticias optimistas sobre a posição da Columna, o panico invadia Sorocaba, onde se achava Tobias.

Constava alli que os *absolutistas* de Tatui não contentes de terem aprisionado a escolta que fora enviada para batel-os resolveram atacar Sorocaba, que elles sabiam despida de força.

Nem mesmo R. Tobias se eximiu desse receio, como vemos pelo seguinte autografo:

Ill.mo Sr. José Rôis Leite. (Porto Felis).

Ontem á noite quando lhe dirigi uma portaria para fazer marchar a força que pudesse para separar os perturbadores de Tatuhy, que por imprudencia do vigario Norberto *havião prendido* huma pequena escolta que daqui mandei (de 18 homens), esqueci-me diser que tambem ordenei que de Itapetininga, marchassem forças sobre aquella freguesia, o que lhe previno afim de que determine que se poste n'algum lugar seguro a força que daqui marxar, para principiar qualquer operação de commum accordo.

VS. bem sabe quão prejudicial seria a causa que defendemos se deixassemos um punhado de desordeiros assim menoscabarem os nossos principios e pretenderem vir *perturbar a ordem nesta cidade*, e por isso espero qua dará toda a actividade n'esta diligencia, indo em pessoa, ou confiando em quem tenha inteira confiança.

Não tenho tempo para mais.

Am.° m.to affectuoso e obr.°
Rafael Tobias de Aguiar.

De todos os pontos recebia R. Tobias noticia desanimadoras.

O autografo que adiante transcrevemos, vem demonstrar que bem abatido devia estar o orgulho dos que pretenderam convulsionar a provincia para se apossarem do poder.

Tatuhi era o terror não só de R. Tobias, como de todo o interior. Basta diser-se que até de Itapetininga se recusava a remessa de forças para a columna, a pretexto de que não podia se desfalcar a cidade, exposta aos ataques *dos de Tatuhi.*

Ill.mo Sr. José Rois Leite.

Sorocaba, 28 de maio de 1842.

(Autografo escripto por Gabriel José Rodrigues dos Santos. Assignado por Tobias).

Recebi a sua carta de hontem ás 10 horas da manhã, *e por ella e pelas que o acompanharão* de Capivary vejo que *há um terror panico que é necessario dissipar*—talvez de proposito levantado por nossos inimigos para embaraçar nossas operações pois não é de supor que a sahida de pouco *mais de 100 homens desse municipio e de Capivary, ambos tão populosos* os tenha desfalcado, como me diz que alguns querem diser, e os exponha a riscos que eu não vejo que *possão causar tanto medo.* Nossos

inimigos de outros municipios não podem sahir para fora, porque *então os nossos ficão senhores do terreno*, e eu persuado-me que elles mais se exforção por defender-se do que para agredirem. Os escravos não são terriveis havendo vigilancia da parte dos senhores. Portanto ainda que não devamos despresar os perigos eu penso que esses municipios ainda podem dar mais gente, e é *contando com auxilios maiores* que nos mettemos nesta gloriosa empresa. O meo amigo sabe que em principio devemos apresentar tudo quanto pudermos para dar uma prova de nossa força, para podermos vencer as primeiras difficuldades e que do exito dos primeiros passos depende em grande parte a nossa sorte, pois que ao depois será muito mais difficil reparar uma perda que qualquer facilidade pode occasionar.

Espero pois que não poupem exforços e que redrobem mesmo os sacrificios para ir mais gente de Capivary para a Columna e dessa para Tatuhy; porquanto é conveniente que a Columa fique tão forte, que nada possa parar diante della, para que no caso de citio possa não só verifical-o com rigor, como ter ainda gente disponivel para algumas sortidas e empresas que forem necessarias.

Pelo que respeita a Tatuhy meo amigo sabe que é indispensavel dispersar *essa canalha* para não servir de centro a inimigos e descontentes e *para não nos estar alarmando todos os dias*: e como essa é uma deligencia que não pode levar muito tempo será facil apromptar gente.

Eu daqui não *posso dispensar mais gente* porque apenas tenho com *excasses para guarnecer esta praça que é a mira dos nossos inimigos e que está exposta aos de Una, São Roque* que apesar de dispersos podem de repente reunir-se e atacar-nos.

Emfim meu amigo o tempo é de sacrificios e é só a custa delles que podemos vencer: e é contando com elles que encetamos esta carreira. Nada mais lhe digo senão que vae o Major Sant'Anna para comandar a eispidição de Tatuhy, e que fico certo de que elle levará força sufficiente.

Diga a todos os nossos amigos que quem teme muito nestes tempos está meio vencido e que a coragem é o mais poderoso auxiliar dos que entraõ em uma revolução.

A Ds. mande as suas ordens a que é

De V. S.ª

Am.° mt.° att.° e obr.°

Rafael Tobias de Aguiar.

Este autografo demonstra que com excepção de Sorocaba, Itu (aqui nos primeiros dias) a revolução não encontrara elemento nem mesmo nos mais pequenos e pobres centros, como eram naquelle tempo Una, S. Roque etc.

Continuavam pessimas as noticias de Tatuhy e havia geral receio que forças legaes alli reunidas viessem atacar Sorocaba.

Sem meios para repellir qualquer ataque porque a Columna Libertadora já se achava marchando para S. Paulo, limitava-se o governo de Sorocaba a dar providencias em Portarias aos commandantes das localidades vizinhas para fazer marchar forças, que não existiam. Eis um desses curiosos documentos, escriptos pelo secretario dr. Gabriel Jose Rodrigues dos Santos e assignado pelo Presidente sedicioso.

« Constando que em Tatuhy se fas uma reunião de gente armada e que ameação vir atacar esta cidade, o Presidente Interino da Provincia ordena ao Sr. Sargento Mor, Commandante do Esquadrão de Cavalleria de Porto Felis, que immediatamente que esta receber faça marchar uma força sufficiente para ir ali dispersar essa reunião, e *prender os cabeças* entre os quaes se distingue mais um Xavier que foi demittido do posto de capitão; e determinará ao Commandante da Força, que marchar que no caso que no caminho saiba que os de Tatuhy marcharão para esta os siga e venha cortar a rectaguarda.

O Sr. Sargento Mor, conhece quanto é *necessario dissipar os receios que causão essas* reuniões em Tatuhy, e ao mesmo tempo impedir que nossos inimigos tenham alli um ponto de apoio: por isso o Presidente Interino recommenda-lhe, que faça partir a força amanhã mesmo, o mais cedo que for possivel, e que participe com brevidade a hora em que ella tiver de sahir, para este Governo poder tomar aqui outras providencias. Palacio do Governo de São Paulo na cidade do Sorocaba, 26 de Maio de 1842, ás 11 horas da noite.

Rafael Tobias de Aguiar

Esta é egualmente dirigida ao Sr. tenente coronel commandante do Batalhão, a quem o governo não se dirige especialmente, por falta de tempo.

E não era somente em Tatuy que a legalidade encontrava apoio.

Em Jundiahy achava-se reunido grande numero de voluntarios para seguir ou para S. Paulo, ou qualquer outro ponto em que se tornasse necessario.

Em Campinas dominavam completamente os *Corcundas*.

Tobias em 30 de maio,no meia commandante militar do Municipio da cidade de Campinas a Antonio Manoel Teixeira, e no mesmo dia expede a seguinte portaria.

« O Presidente Interino da Provincia sendo informado de que *os absolutistas de Campinas* estão reunindo gente armada para opporem-se á vontade da Provincia, e ajudarem a escravisar a Nação e a manter a S. M. o. I. debaixo do jugo da coacção em que O conservão ministros e conselheiros perfidos e trahidores;

e convindo providenciar energicamente para que não avultem essas reuniões, e não consigão os facciosos perturbarem o socego publico e faserem violencias aos constitucionaes, resolveo determinar ao Sr. Antonio Manoel Teixeira, commandante militar da referida cidade, que promova com todo o exforço a reunião de cidadãos G. N. do serviço activo e da reserva e Guardas Policiaes e os colloque em um ponto seguro e defensavel *fóra da cidade* onde pode conservar-se uma força de observação que será empregada em prender a todos os que pertencerem aos facciosos e a defender os habitantes do campo das aggressões que elles tentem faser, procurando por todos os meios ao seo alcance faser com que se dispersem essas reuniões.

Outro sim terá particular cuidado em observar se os *absolutistas* tentão mover-se sobre a Capital, ou para algum outro ponto e nesse caso dará immediatamente aviso ao ponto ameaçado e igualmente a este Governo, e os perseguirà com a força que tiver reunido pela rectaguarda. O governo nesta data ordena que da cidade de Itú parta huma força sufficiente para servir de centro a reunião que o Sr. commandante militar deve faser e o official que o commandar ficará sugeito as suas ordens para que opere debaixo de suas vistas, e como lhe parecer mais conveniente.

O Sr. Comd.te militar declarara ao Cap.m Franc.o Teixeira, ao Cap.m Luciano e ao T.e Antonio Rodrigues, encarregados de reunir gente p.a marcharem para a Capital, que devem por a sua disposição a q.' tiverem reunido, ou houverem de reunir.

Palacio do Gov.o de S. Paulo, na Cidade de Sorocaba 30 de Maio de 1842.

Rafael Tobias de Aguiar.

De facto o Presidente Interino, deu ordens para Itú, afim de que dalli seguissem 100 homens para auxiliar os *constitucionaes* de Campinas a combaterem os *absolutistas*.

Encontramos um autografo de Tristão de Abreu Rangel, que em data de 31 responde ao Pres.e de Sorocaba, affirmando não poder reunir o numero de homens determinado: só existiam alli *velhos* e *doentes*.

Ill.mo e Ex.mo Sr. Coronel Rafael Tobias de Aguiar.

Itú 31 de Maio de 1842.

Hontem recebi a de V. Ex.a que veio pelo portador a qual respondo:

M.to agradeço ter tomado em consideração minhas lembranças enviadas pelo Dr. Emydio, ellas são filhas do desejo de q.' prospere nossa intenção—salvar a Prov.a e a Liberdade.

Respeito a marxa de 100 homens devo dizer a V. Ex.ª que é absolutamente impossivel pois comquanto talvez tenhamos cerca de 300 incluidos individuos velhos e doentes que só acodem ao rebate, a gente é ordinaria e por tanto vou meter o peito, exgotar tudo a ver se consigo 50 q.' é o maximo possivel: o Boaventura os levará porem elle deve voltar porque é o Unico Off.al que temos de confiança: *nos rebates falsos q.' tem havido elle e eu somos os que seguimos ao logar de perigo* V. Ex.ª pode bem ver que daqui já seguirão 130 e indo estes, 50 monta tudo a 180.

Pretendo com a gente que seguir mandar 2 a 3 mil cartuxos de differentes adarmes. Hontem *passarão por aqui indo para a Força 30 Bestas* com munição da villa de Porto Feliz e eu vou mandar 20 Bestas com milho e farinha.

Hontem ainda escrevi p.ª Araraquara aos am.os Carlos e M.el Joaquim suas coadjuvações. *M.to estimei as proposições amigaveis da parte do inimigo* p.r q.' denotão fraquesa, mas nada de fiarmos alicioza e perfida.

Vou escrever a P. felis p.ª que se exforcem *mostrando-lhes que pouco* tem feito, a vista do que aqui fazemos.

De suas ordens a

Seo am.° m.to obr.° Cr.°

Tristão de Abreu Rangel.

A posição dos sediciosos tornava-se difficil. Em Tatuhi os absolutistas organizavam resistencia e prendiam um destacamento de 20 homens que contra elles enviara R. Tobias. Em Jundiahi existiam reunidos grande numero de cidadãos promptos para seguirem para Itú ou para onde fosse ordenado. Em Campinas dominavam os Corcundas, diariamente fortalecidos com gente enthusiasmada tendo vindo só de Franca mais de 300 homens, emfim, Porto Felis pouco fazia.

Estas noticias corriam veloses, e por toda parte notava-se grande retrahimento, e, aquelle *terror panico*, de que falava Tobias, se apoderava dos sediciosos.

Transcrevemos alguns authografos que demonstram o retrahimento.

João de Arruda Leite agente, dos sediciosos em Pirapora (Tiete), escrevia para Porto Feliz a José Rodrigues Leite, um dos dedicados chefes do movimento a seguinte carta.

> « Empregando todos os exforços a meo alcance para fazer effectiva a ordem de V. S.ª remettendo q.to antes a força de 18 praças, e infelizmente não compareceu *senão* Antonio Frz. da Cruz *que deixa seos paes no luto da enfermida.e e q.' tomadas por esta impressão m.to mais devem soffrer em sua saude.* (!)

Na relação junto copia da que V. S.ª me remetteo estão notados com causa e sem ella os que faltarão. Acerca dos que não tem desculpa razoavel dou as providencias de correcção e sobre outros V. S.ª se dignará ou (apagado)

Por esta occasião imploro a V. S.ª a demissão do posto em que me acho e tendo logar espero que seja atendido, *consideração a distancia de minha residencia a esta Freguesia.*

Pirapora 28 de Maio de 1842 (Tieté)

João de Arruda Leite

Em data posterior escrevia Francisco Teixeira da Silva, tambem de Pirapora, o seguinte.

Illmo Sr. Major José Rois Leite

Tendo recebido o officio com data de 22 juntamente o diploma o que paço a dar as ordem competente conforme V. S. me recomenda, erestame que V. S. me es clareça sedevo madar notificar os guardas previlegiados ou não. *Tão bem achãose quasi todos doentes e se devo aseitar as partes, e alguns esconderão.* (!)

Dsg. a V. S.

Francisco Teixeira da Silva

De Capivari recebia o chefe de Porto Felis noticias desanimadoras :

Sr. José Roiz.

Recebi a sua de 4 em que me dis influa quanto puder sobre a marcha para Tatuhy ; meo amigo Vmce sabe que *não tenho influencia* nenhuma principalmente depois que o Comandante Militar ficou encarregado da Policia, por meo parecer tem sido que deve marchar tudo daqui, *mas vejo poco geito* : hoje fazem a apartação os comandantes daqui inclusive Policia, Ges, Nes, e Militar todos são de muitas contemplações e creio que ja me não gostão por causa de minhas instancias, se eu podese marchar então mostraria, *mas estou com minha mão bem arruinada, daquelle calo antigo para nada presto.*

Eu e minha mulher muito recommendamos as Vmce M.ª mana e familia e disponha de quem he

De Vmce.

Mano Cop.ᵉ am.º Obrigado

José Ignacio de Camargo

NB. Minha mulher pasa boa por que ja se desvaneceo os motivos de que se queixava. Desejo não mostre a ninguem por que se os Snrs. Comandantes daqui souberem ficarão mal com migo, e com isto nada se faz a bem da Patria.

As *doenças, os callos no dedo, as contemplações na apartação* crescião diariamente, quando não se falava com toda a franqueza como na seguinte carta dirigida a Rafael Tobias.

Illmo Exmo Sr.

Mogy-mirim 29 Maio 1842.

Recebi a carta de V. Ex. datada de (apagado) na qual me ordena tomar conta da Legião e reunir a força que julgar necessaria para conter os absolutistas nesta villa, e como J. Theodoro Xavier tenha ali reunido um n. de 300 a 400 omens entre Guarda Nacional e Policia nada posso obrar sem que V. Ex. delibere e mesmo devo communicar a V. Ex que eu me acho demetido pelo Barão de monte alegre assim como outros officiaes e entre estes o Major Domiciano J. de Sousa Comandante da Guarda Nacional de Casa Branca e thé o colector Jose Pinto Miz portanto nada posso obrar e por isso V. Exa delibere como julgar conveniente.

Deos guarde a V. Ex.

Joaquim Floriano de Araujo

Dia a dia complicava-se a situação e ja não era só de Tatuhy que o Governo de Sorocaba receava o ataque. Em Campinas era grande o enthusiasmo pela causa legal, e consideraveis as forças de Guardas Nacionaes e voluntarios alli reunidas.

Rafael Tobias só então resolveu dirigir pessoalmente as operações contra Campinas e no dia 4, para esse fim seguiu para Itu—Tomou esta resolução depois de ter enviado Portarias aos pontos circumvizinhos para que fossem atacar e tomar Campinas. Essas ordens reiteradas não produziram effeito algum.

Retirando-se de Sorocaba nomeou a Feijo Vice Presidente, e este apressou-se a expedir a Patriarchal Portaria aos *fidellissimos* de Sorocaba como eram designados pelo «Maiorista».

PROCLAMAÇÃO

Diogo Antonio Feijó, do Conselho de Sua Majestade, Grão Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro, Senador do Imperio, e por Mercêde Deos, Paulista.

O Exmo. Presidente, sendo obrigado a ausentar-se para fora desta cidade a tratar negocios tendentes a causa que defendemos, mas tendo de voltar brevemente, comtudo para não

parar o expediente da Presidencia nomeou-me seo Delegado, para com o nome de vicepresidente dar todas as providencias convenientes ao estado actual da Provincia.

Meus Patricios, confiae em mim, nada pouparei para coadejuvar-vos. Sede obediente as ordens de vossos superiores, tende patriotismo e coragem, e breve sereis coberto de gloria.

D. A. Feijó.

Deixando Sorocaba R. Tobias dirigiu-se a Itú, para de lá seguir para Campinas. De uma carta do padre Reis dirigida a—Gordo—consta o seguinte topico. «O sr. Tobias passou por Itú e foi a Campinas com piquete só de 40 homens».

Em Itú o chefe revolucionario tomou algumas providencias para atacar Campinas e procurou levantar o espirito dos amigos residentes em Constituição, dirigindo-lhes de Itú a seguinte Portaria ou Manifesto.

«O Presidente Interino da Provincia sabendo com praser que dessa Villa da Constituição tem marchado para reforçar a Columna Libertadora o numero que se prestou voluntariamente; mas tendo noticia que podem marchar alguns guardas-policiaes sem desfalque da guarnição da mesma Villa, e sendo de grande interesse a sagrada causa que abraçamos e defendemos dispersar quanto antes os famosos absolutistas que tem debaixo do jugo a cidade de Campinas, ordena ao sr. Commandante-Militar da Villa da Constituição que quanto antes faça marchar o numero dos ditos guardas que se puder dispensar da guarnição da mesma Villa a reunir-se com a força que marchou desta sob as ordens do commandante-militar de Campinas Antonio Manoel Teixeira esperando da parte do sr. commandante-militar todo o zelo e actividade pois que da actividade desta medida concorrerá em grande parte para libertar-se a dita cidade de Campinas. Por ultimo previne ao sr. commandante-militar que o sargento-mór Reginaldo Antonio de Moraes Salles vae incumbido de dirigir os guardas que forem destinados para esta deligencia. O que tudo lhe communico para sua intelligencia e execução. Palacio do Governo de S. Paulo *em Itú 4 de Maio de 1842.*

Rafael Tobias de Aguiar».

Seguindo immediatamente para Campinas, é de crer que Tobias caminhasse com cautela, tanto mais acompanhado como se achava por pequena força, e ignorando factos importantes de que só teve conhecimento pela carta autografa que de Itú lhe dirigiu Tristão.

«Illmo e Exmo Sr. Coronel R. T. de Aguiar.

Itú, 6 de Junho 1842.

Hoje seguiu a peça com a escolta que V. Ex.ª determinou e eu *dei os bois* precisos e arrangei o que faltava.

Aqui xegarão os de Piracicaba em n. de 48 e gente bôa, e eu os faço demorar the que V. Ex.ª dê suas ordens que espero thé amanhã as 9 horas do dia para cujo fim sae esta as 9 horas com toda a violencia.

Por um irmão do dr. Mello soube que o Governo tem entre os de linha, Guarda Nacional e gente forçada no Quartel *1700;* que a força dos Pinheiros he de *800 a 900* estando 200 em Pinheiros e o resto para traz; que elle os vio; pois esteve na xacra do Souza Barros, que desmanxarão os Curros, e entrenxerarão-se dentro da Capital, que para *Campinas marxarão 130 praças* de linha 30 bestas carregadas com armamento, e *uma peça*, e por elle o capitão Amaral senhor do bairro do Macedo ou do Floreo me mandou diser que o plano do governo Barão he estacionar forças em Campinas e bater no mesmo dia nossa Columna na Cotia, e aqui em Itú e ir sobre essa cidade, e pessôa que veio com os que marxarão para Campinas confirmão isto. O caminho de Santos está franco e disem ainda que com 50 homens do Governo em um ponto que elle ignora: que o Governo mandou cavalhada para condusir um resto de tropa que ficou estropeada pelo caminho de terra para o Rio e que gente nossa atropelou aos condutores da cavalhada e não consentio que ela passasse, e de feito regressou. Que nossas gentes pelas Villas do Norte está reunida e em hum ponto que elle ignora 300 a 400 sem saber quem é o commandante.

Que em Pouso Alegre, S. João de El-Rei e Barbacena houve rompimento, porém, que se ignorão as particularidades. Que dentro da Capital e o mesmo Barão de Caxias avaliou a nossa força em perto de 2$

Não me lembro se já communiquei a V. Ex.ª que da Limeira forão para Campinas 50 e poucas praças, tendo sahido de Piracicaba 70, e forão de muito má vontade preferindo ir para Columna para isso foi preciso ir com elles o Antonio José da Silva, conhecido por Antonio Gordo, e o Reginaldo depois de xegar a venda Grande ponto de parada pretendia seguir para Constituição, Limeira e Rib.^{m} Claro.

Eu avalio pelo que seguiu daqui as forças nossas em Campinas em 160 a 200, não contando com os que se devião reunir a elles, que julgo não serem muitos: o mais que podem ter será 300 muito mal armados.

Sexta feira p. p. entrou reforço aos absolutistas, da Franca ou desse lado, que avalião em 500: porém não ha tal e nem é possivel, mas he provavel que sejão mais de 100, e não me ademirarei que elles com o reforço vindo da Capital tenhão hoje 800 a 1$000.

Eu nesta data aviso aos nossos de Campinas do reforço que tiverão de S. Paulo e digo-lhes, que avisando a V. Ex.ª espero ordens, que lhes transmittirei. A vista de tudo isto delibere V. Ex.ª se a Força vinda da Constituição marxa para a Columna, para aqui ou vai para Campinas: elles querem ir para deante, he gente bôa, e que faz o melhor.

Por oras *poucos sabem dessas noticias, e a publicarem-se vai apparecer aqui um desalento terrivel,* mas que eu julgo sem fundamento porque por estes dias em quanto os nossos estiverem perto de Campinas não ha perigo.

Emfim eu fico a espera da resposta de V. Ex.ª thé as 9 horas, pois só o commandante de Peracicaba sabe que a Força q dali veio não segue sem sua ordem.

Para o que quizer estou prompto como seu

Am.° m.to obr.°

Tristão de Abreu Rangel

P. S.

O Commd.te Militar da Constituição delegou os poderes no Vigario

Nessa carta, Tristão, que era com o padre Reis os dois unicos enthusiastas do movimento, como se deprehende de seus autografos, mudava de linguagem. e já achava possivel ser *batida a Columna*, reconhecia que as forças legaes em Campinas já se elevavam *a 1000 homens*, e que a noticia de achar-se reforçada com força de linha e artilharia, iria *causar um desalento terrivel.*

Convem amenizar o historico reproduzindo algumas anedotas. Uma dellas se refere *á peça*—de que trata a carta de Tristão. Essa *peça* foi uma invenção dos revoltosos de Porto Feliz.

Aquella villa era antigamente o ponto de partida das monções, e lugar onde se reuniam apetrechos militares desde os tempos coloniaes, para serem remettidos á provincia de Goiaz.

Desde aquelles tempos achava-se alli abandonada uma peça, que, embora de pequeno calibre, era de difficil transporte. Ou essa peça foi abandonada por inutil, ou tantos foram os misteres em que foi ella empregada no decurso de tantos annos que afinal tornou-se imprestavel.

Quando rebentou a revolta, os revolucionarios a encontraram no deposito, sendo a noticia transmittida immediatamente para Itu, Sorocaba, p.ª a Columna, para toda parte emfim, por proprios.

Recebendo a noticia, Feijó ordenou que se transportasse aquelle precioso instrumento de guerra para a Columna Libertadora, e apressou-se a dar tão importante noticia no—*O Paulista*—orgam do governo revolucionario, por elle redigido.

«Oje foi remettido para a mesma (Columna Libertadora) uma peça de campanha, com grande surtimento de balas e metralhas, e quantidade de cartuxame e armamento».

Chegando a tal peça em Itú, quando alli se achava R. Tobias, este verificou a sua imprestabilidade.

Entendeu que seria ridiculo remettel-a para a Columna, e deu ordem a Tristão para que se fizesse a remessa não para a Columna, mas para os revoltosos de Campinas, remessa que foi feita por Tristão, pelo modo constante de um seu autografo, que já transcrevemos.

Mas como a ordem para a remessa da *peça* p.ª a Columna fôra dada por Feijó: viu-se R. Tobias obrigado a escrever o seguinte autografo, para prevenir susceptibilidade do fogoso ituano.

Amigo Dr.

Apresente essa carta ao Sr. Feijó, e a vista da noticia seria talvez previdente não mandar a *pecinha* para o acampamento por que não servindo de nada ali, aqui para o que se pretende poderá ser de muita utilidade, mas deixo ao arbitrio do dito Snr., devendo no caso de não enviar mandar cedo ao Cop.ᵉ Elesbão, para ver como vão as armas que são lá de necessidade.

Seo am.º affectuoso,

Tobias de Aguiar.

Esta carta era dirigida ao dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos que ficára em Sorocaba junto ao vice presidente.

Não se tratava pois da artilharia grossa que se achava na Fabrica do Ipanema, (?) como consta desta outra noticia do *O Paulista*, o orgão official do Governo de Sorocaba.

«Mandou-se vir da Fabrica do Ipanema a artilheria gróssa, e munições, que lá havião; e ordenou-se a *fundição de um parque de artilheria de bronze, para o que já se enviarão muitas arrobas de cobre e estanho*».

Esta ordem foi de 31 de maio. Felizmente 10 dias depois estavam debandados os revoltosos e não puderam se aproveitar *daquelle parque.*

A *pecinha* teve a sua historia—foi remettida para os revoltosos de Campinas, que se achavam cerca de uma legoa aquem daquella cidade e ainda descançava no carro, que fôra puchado pelos bois de Tristão, quando os caçadores de Caxias a encontraram na Venda Grande.

R. Tobias, recebendo as terriveis noticias contidas na carta de Tristão quando já se achava a caminho para Campinas, comprehendendo que nada mais poderia tentar em favor daquella cidade, volta a Itú e dali dirige a Feijó o autografo que passamos a transcrever.

Senhor Feijó.

Itú 7 de Junho de 1842.

Cheguei a esta sem incommodo.

Visto constar que as forças inimigas em Campinas forão reforçadas com cento e tantas praças, huma peça de artilheria, e alguns caixões de armamento, resolvi que a pequena força da Constituição, que aqui achei, marchasse para a Columna, pois que ali estão com os olhos para o caminho a espera de reforço, e mesmo com pouco se póde alentar, e Antonio Manuel com 200 e poucos homens pouco ou nada póde fazer, e ordenei-lhe em consequencia que tivesse grande cautela, parecendo-me mais conveniente por-se na defensiva de que deverá sahir sómente no caso de tentarem alguma coisa sobre esta cidade, ou outro ponto.

Aqui encontrei com um moço, vindo de Taubaté com 7 dias de viagem e que diz vem consultar commigo, e que ali não se tem feito nada a espera de ordens ou communicação nossas de que estão inteiramente privados; mas que tudo estava disposto a primeira voz.

Por elle verei se envio as cartas e mais papeis para as villas do Norte, se bem que com as pesquizas é difficil salvar uma carta.

Elle diz que no momento de sahir corria que o Breves tinha atacado as forças que vinham por terra do Rio, e esperava-se muito de Barbacena e de outros lugares de Minas.

Veremos se não são bons desejos.

Inclusa vae a carta que tive da nossa columna. O dr. Gabriel, que me mande dizer amanhã pelos que voltão as forças qualquer noticia que tiver de Tatuhy ou de Porto Feliz, em relação a aquella Freguezia, pois poderá influir na deliberação que terei de tomar sobre a gente de Itapetininga. Não tenho tempo para mais que desejar-lhe todas as melhoras para dar ao menos dois murros no homem que teme encontrar com a alma de Cervantes.

Sou com particular estima de V. Exa.

amigo muito affectuoso cr.°

Rafael Tobias de Aguiar.

Leia-se com toda calma e imparcialidade a correspondencia e as portarias expedidas pelo Presidente revoltoso—os actos do seu governo—as suas indecisões, os seus planos, e facilmente nascerá a convicção, que R. Tobias, chefe prestigioso de partido, gosando do respeito de seus correligionarios, probo na sua vida publica e particular, não possuia nem o *prestigio popular* indispensavel, nem *qualidades militares* para dirigir um movimento revolucionario.

Partindo de Sorocaba no dia 21 de maio, a força foi-se engrossando com os contingentes de Itú e localidades, circumvizinhas. Essa juncção deu-se no bairro do Jaguarahy, vizinhança da villa da Cotia.

Alli, nova divisão foi dada á Columna e confiou-se o commando parcial aos Tenentes Coroneis Lacerda e Aguirra e ao capitão Ortiz—Continuou a commandar em chefe o Sargento Mór Francisco Galvão de Barros França.

Existe completa divergencia sobre o numero exacto dos combatentes da Columna Libertadora, mas parece que não excedia de 1200 homens.

A marcha havia sido demorada no começo, e demoradissima se tornou depois que foi impossivel occultar-se que os «Periquitos» caminhavam ao encontro da Columna, estando por elles já guarnecida a ponte dos Pinheiros.

A Columna caminhava em curtas etapas, com grandes difficuldades, sem ordem, sem organização alguma militar. Antes de se iniciar a marcha, perdia-se enorme tempo em pegar e arrear os animaes, que conduziam os mantimentos, e formavam a *vanguarda*. Innumeros *cargueiros* conduziam aves e até perús, como afirmavam testemunhas.

Nem uma só vez se iniciou a marcha, sem antes ser resado o terço com immensa devoção.

Tudo isto tomava tempo, e já ia bem alto o sol, quando se organizava a marcha.

Parecia que todos procuravam não chegar ao seu destino.

As pessimas noticias eram cuidadosamente occultadas até aos proprios amigos.

Afinal chegaram os revolucionarios ao ponto indicado, o celebre — Pirajussara—e alli permaneceram inactivos, esperando occasião de avançar..... para seus penates.

Mal pensava R. Tobias, escrevendo a carta atrás transcripta, que estava prestes a receber a terrivel noticia da DEBANDADA DO MAJOR GALVÃO.

Si a—*Debandada*—tivesse sido produzida por combate encarniçado, si o sangue de nossos irmãos se tivesse misturado as negras aguas do caudaloso Pinheiros, seguramente nos limitariamos a narrar os acontecimentos, sem transcrever as chronicas.

Sendo, porêm, como foi, uma scena, não tragica, mas comica, referiremos as anedotas correntes, guardando apenas completo respeito á tradição, (com reserva de nossa opinião que daremos no correr desta memoria).

Até este momento só havia para se lamentar, *a morte do cavallo de um vedêta*,—e *soldados empalhados*—remettidos para S. Paulo. na pitoresca descripção do vereador Campolim.

E' tempo de dar noticias da Columna Libertadôra.

Quando a Columna Libertadora chegou a Pirajussara, muitos chefes transmittiram para o interior a importante nova.

Em vez, porém, de narrarem o desanimo que dominava, escreviam cartas como a que se segue. Campolim era um dos vereadores da Camara Municipal de Sorocaba, um dos proceres do movimento.

Amigo Zuza *(José Rois Leite)*

Sorocaba 31 de Maio de 1842.

As nossas forças estão a vista do inimigo que está em bella posição e *não se animão* a sahir dali ainda que sejão provocados. Elles tem tido alguns tiroteios e *ainda não ferirão* dos nossos, disem que elles tem perdidos alguns que mandão *embrulhados* para S Paulo, dizendo serem dos nossos, são pessimos atiradores derão mais de 20 tiros em hum vedeta nosso e *só matarão o cavalo*. Nada se pode ajuisar do que se passa no campo aquem la está he que toca dirigir.

Se a cousa não ficar boa tencionо ir para as forças. Constame que em Porto Feliz existem *duos pessas* mandai-me contar de que calibre são se de ferro ou metal e talvez nos armazens em que se guardão trens do Cuyabá haja armamento mandai passar revista a caixões se os houverem. Agora meo bom Amigo, vencer ou morrer he o que devemos fazer alias ignominias afrontas martirios he nosso futuro. Portanto meo bom Amigo eu vos conjuro em nome da *Patria Aflita* pela perca de sua liberdade que empregueis todos os esforços para DISCUBRIR HOMENS *armamentos* etc. Coadjuvemos o nosso Presidente espero que seremos salvo.

Do acampamento tem vindo alguns desta cidade como Dr. Vicente, Xico Lopes, José Bernardino e outros poucos porem sexta feira tudo marxa outra vez para seos postos.

O portador está a espera e por isso não sou mais extenço, respondei-me logo sobre as pessas armamento etc. do trem que la houver mandaime contar. Tenho-me visto louco para aprontar armas Não se descuidem de mandar municiamento de fogo e de boca para os seus

Vosso Am.°

Campolim.

(Vereador da Camara de Sorocaba)

Descobrir homens! Nem sombras, como veremos.

Feijó foi um dos que conservaram esperanças em quanto não se deu a *debandada*

Teimoso, dominado pelo intenso odio que votava á nova situação politica, ainda assim, estamos convencidos, não procuraria alterar a verdade sobre os acontecimentos, occultando factos, ou narrando-os de forma diversa para conseguir *descobrir homens.*

Se elle publicava as noticias que abaixo transcrevemos, no

ultimo numero do «O Paulista, (o 4.°) exactamente no dia em que se dava a debandada, é porque se haviam cuidadosamente delle occultado os factos, os receios e o desanimo que geralmente dominava. Não fosse isso, não redigiria elle noticias, como as seguintes:

«Ordenou-se a marxa de mais 600 homens contra a Capital, *que devião* partir de Limeira, Mogymirim, Amparo e Bragança, e que o mais tardar *devem* chegar a seu destino hoje ou amanhã.»

Grifamos as palavras da noticia, para fazer notar que aquelles 600 homens, que *devião* marchar, nunca o fizerão, nem jámais *chegaram* á Columna Libertadora

«De Porto Feliz e Itú têm ido tropas carregadas de mantimentos para a Columna Libertadora».

«Oje foi remettida para a mesma uma *peça* de campanha, com grande sortimento de balas e metralhas, e grande quantidade de armamento.»

Já sabemos a historia da *peça*, que Tobias reduziu á *pecinha* imprestavel.

Nesse mesmo n.° do «O Paulista» de 8 de junho, ainda dá Feijó as seguintes noticias.

«Da Constituição, pedindo-se instantemente partilhar a gloria de ter parte na libertação da Capital, estando reunido mais de 400 cidadãos armados, ordenou-se que marxassem 200 ou mais se quisessem.» (!)

Se é a estes que se refere a carta de Tristão a R. Tobias, vimos que só apareceram em Itú 48.

Nesse mesmo *O Paulista* encontramos outras curiosas noticias redigidas por Feijó.

« Voluntariamente *marxão* para o mesmo fim *alguns centenares* do Amparo, Limeira. Araraquara e *ainda mesmo de Mogymirim* ».

Esses, como outros, nunca chegaram a seu destino, mas *O Paulista* não cessava de dar noticias semelhantes, verdadeiramente inverosimeis.

« Partio uma escolta de cavallaria de Itú, a reunir-se aos nossos em Campinas, afim de prender os cabeças da força contraria, *batel a e desbaratal a*, e aos de Mogy» .

Ora nesta data já R. Tobias tinha em seu poder aviso de Mogimirim declarando que aquella localidade se achava dominada por J Theodoro Xavier e que, portanto, nada podia fazer-se alli.

Como poderiam ser presos os cabeças de Campinas, batidas e *desbaratadas as forças* legaes, se estas se elevavam a mais de mil homens, e em Venda Grande não chegaram a se reunir mais de 200 revoltosos ?

Não déra Tristão este aviso a R. Tobias ? Não foi essa noticia *que o demoveu de continuar sua marcha* para aquella ci-

dade, e ficar em Itú indeciso, sem saber para onde seguir? Como explicar-se a seriedade das noticias do *O Paulista?*

Uma só explicação existe—é que se occultava a verdade a Feijó.

Em 8 de julho ainda escrevia elle:

« O enthusiasmo na Columna, *ainda não esfriou.* Apesar de alguns pequenos tiroteios de parte a parte, da nossa ainda não houve ferido e constava que 7 ou 8 contrarios havião perecido ».

« E' provavel que por estes 15 dias *tenhamos um parque de artilharia de bronze*, completo, com a munição necessaria, além das 5 peças de ferro, que já temos em eizercicio».

Chegamos ao momento decisivo.

Caxias, depois de ter tomado as precisas providencias, querendo evitar a luta, aconselhou aos revoltosos que se retirassem para suas casas, abandonando as fileiras rebeldes, garantindo-lhes que não seriam perseguidos.

Na mesma occasião dirigiu-se ao chefe revoltoso, major Galvão, aconselhando-o a não servir de instrumento de ambiciosos que queriam reduzir S. Paulo á condição do Rio Grande.

Eis como Feijó dá conta desse facto, no *O Puulista*, n. 4:

« O Barão de Caixias comandante das forças contrarias, comanda hoje um Batalhão de Caçadores que trouxe da Corte, recrutas das Provincias do Norte: todos constrangidos, e que estranhando o frio de S. Paulo, estão em grande numero povoando os ospitaes. Terá debaixo de suas ordens ao mais 1500 pessoas entrando os guardas nacionaes, que de má vontade defendem a causa do ex-presidente *Baiano*.

« Logo que o Barão de Caxias observou o noso acampamento, dirigio um officio ao noso comandante, o Senhor Francisco Galvão de França, em que lhe dizia que ele defendia um governo legitimo, e que esperava que o noso Comandante, não quisesse redusir esta Provincia á sorte da do Rio Grande. Se lhe respondeo, que nós é que defendiamos o Imperador para livralo da coacsão em que o tinha uma oligarquia detestavel: e que como estavase certo da onra e boas qualidades dele Barão, esperavase, que quando não quizése coadjuvarnos pelo menos louvaria nosos esforsos.

« Nisto ficou-se.

« Sem duvida em *nóso conceito, o Sr. Brigadeiro Luis Alves de Lima é o primeiro Oficial do noso eizercito, e suc onra e probidade estão provadas; é amigo da liberdade e da Constituisão, incapaz de trair o governo que nele confiou*; porem tambem estamos certos de que apenas se de que se faz a ele instrumento de tirania para violarse a salvo a Constituisão, imediatamente se voltará contra os que pretenderem escravisar o seo paiz. Tambem estamos certos, de que sem fal-

tar a seu dever, não cometerá atrocidades contra os Paulistas, que oje defendem sua onra, seus direitos, e a liberdade de seo Imperador.

«O sr. Barão de Caxias asseverou estar munido de ampla autoridade para aplanar todas as dificuldades. Portanto esperemos que ele aconselhe ao ex-presidente Baiano para que se retire afim de que S. M. o Imperador nomeando outro Ministerio, nos dê um Presidente que não seja socio, ou discipulo do monstro Vasconcellos: e que a Assembléa Geral revogue as leis, que tem feito abertamente contrarias a Constituisão. Feito isto, estamos todos em pás: aliás a defesa será profiada, e o futuro pode traser consequencias fataes ao governo, a nós e ao Brasil todo, que não pode deixar de simpatisar com a nossa causa, que de tão perto lhe toca».

Cumpridos os deveres de humanidade, recebida a resposta do commandante da Columna Libertadora, ordenou Caxias que as forças legaes atravessassem a ponte dos Pinheiros. Sabia elle que o campo adverso estava exposto de todos os lados, sem precauções estrategicas, sem defesa, emfim. Uma circumstancia imprevista permittiu-lhe cumprir seus deveres de chefe, poupando sangue de seus soldados, de seos irmãos, o que sempre procurava evitar, o grande pacificador nacional.

* * *

Na madrugada de 8 de junho os vedetas da Columna chegaram a um ponto proximo ao rio dos Pinheiros, onde até então não se haviam aventurado.

Dias antes havia sido queimada uma roçada nas proximidades.

Quando os batedores, ao romper do dia avistaram por entre o nevoeiro da manhã os páos ennegrecidos da queimada, os—*tocos*—como os denominava um contemporaneo dos acontecimentos, nas narrativas muitas vezes repetidas a quem escreve estas linhas, convictos de que tinham diante de si os *terriveis* caçadores de Caxias, voltaram redeas, e em galope desesperado, alcançam e atravessam o campo onde se achava a Columna Libertadora aos gritos—*Os Periquitos! Os Periquitos!*—Como se sabe, os amigos dos revoltosos designavam com aquelle nome os caçadores de Caxias, por usarem de uniforme verde.

Foi tal o panico e o terror que se apoderou da Columna, que toda ella *debandou* na mais vertiginosa carreira.

Apesar dos esforços do commandante, só dahi a duas legoas no Barueri, conseguiu elle deter parte diminuta da infanteria, já desfalcada pelas deserções.

A cavallaria, porém, só estacou nas localidades de sua procedencia Itú, Porto Feliz e Sorocaba. Foi tal o terror, que aquellas localidades ficaram completamente abandonadas.

A chronica, que nos vem trazendo estes factos, seguramente augmentou a sua importancia, mas a sua veracidade não pode ser contestada.

Podemos confirmar o facto com documentos irrecusaveis, entre elles com o precioso autografo que vamos transcrever de Gabriel J. Rodrigues dos Santos, o secretario do governo de Sorocaba.

Illmo Sr. José Rois Leite.

São seis horas da manhã e estando S. Ex.ª dormindo eu não quiz acordal-o para mostrar-lhe sua carta para que elle não recebesse de improviso o choque doloroso que eu experimentei com a noticia da sentidissima morte de meo particular amigo Antonio Rodrigues: creia V. S.ª que eu o choro como se deve chorar a perda de um amigo e paulista por todos os titulos digno deste nome, mas como tive a fortuna de conhecer as suas virtudes resta-me ao menos o consolo de esperar que elle receberá no céo a recompensa dellas.

Como estão aqui dois proprios dessa faço partir já um para informar-lhe dos motivos da *retirada da columna*, e *desfazer a impressão* que causarão as noticias mal fundadas que deo o Amaral. *Teve-se aviso no acampamento* de que de S. Paulo sahira uma força por *Santo Amaro* e que dali se dirigia por Una para vir suprehender-nos *nesta cidade:* e *como ainda* QUE ISSO NÃO SE REALISASSE a simples presença de forças inimigas para cá punha a nossa Columna em risco de ser cercada, o commandante destacou dois Esquadrões de Cavallaria para virem dar-nos soccorro, e *veio recuando* com o resto da gente para tomar uma posição vantajosa para combater o inimigo qualquer que fosse sua direcção. Os Esquadrões chegarão antehontem e a columna vem em marcha, devendo ter pousado hontem nos Olhos d'Agua e vir acampar não longe desta cidade em logar onde possa esperar o inimigo, ou soccorrer Itú caso elle para lá se dirija. Eis o que há dexacto: *não há e nem houve debandada*: e não se tendo podido tornar effectivo o sitio por motivos que V. S.ª não ignora eu julgo que foi bom que o inimigo sahisse fora das trincheiras, porque em campo não é elle temivel e podemos talvez fazer alguma coisa. Acho por tanto que *ainda não ha motivo para desesperar, e nem o Sr. Tobias nem o Sr. Feijó achão a causa perdida.*

Emquanto temos um exercito composto de homens tão *valentes* e não perdermos uma acção decisiva ainda devemos ter esperanças principalmente quando ha toda probabilidade de que todo o Norte da Provincia ja esteja em armas á nosso favor, e até contão os *ultimos desertores do Caxias* que ja constava que uma força de 200 a 300 homens que vinha do Rio por terra fora toda aprisionada entre Pindamonhangaba e Taubaté.

S. Ex.ª esta muito anciado por ver reunida na Fabrica toda a expedição de Tatuhy, por isso julgo que V. S.ª deve fazer marchar os contingentes de Pirapora e Capivary, pois o Bloem que tem de Commandar esta expedição tambem está anciado por ver tudo reunido e organisado para marchar:

Este homem decidio-se afinal a puxar a espada por nós e creio que nos fará bons serviços. Rogo-lhe pois que faça todo o empenho para que hoje mesmo se reúna na Fabrica toda a Força ainda que cheguem de noite.

De Corytiba as noticias que ha não são positivas: o que consta com mais algum fundamento é que là pretendião aproveitar occasião para separarem-se, formando nova Provincia, mas eu ainda não temo que os Corytibanos nos hostilisem.

Mande V. S. suas ordens a quem é

D. V. S. Am.° e Patricio Obrg.^{m}.

Gabriel

N. B.

Queira explicar os motivos da *retirada* aos nossos Am.^{os} dessa e outras Villas.

Escrevendo tão longamente, Gabriel J. Rodrigues dos Santos procurava justificar a *debandada*, e dar noticias animadoras.

Entretanto um periodo dessa carta demonstra, que a retirada deu-se *por um facto que não se havia realizado*, isto é a partida de tropas de S. Paulo para Santo Amaro para seguir dali por Una afim de ir atacar Sorocaba!

Si já nos primeiros dias reinava *terror panico* só com a noticia de que forças haviam desembarcado em Santos, deve-se calcular qual não seria o terror que dominava na mór parte dos sediciosos guardas nacionaes, que ignoravam completamente a causa que determinara a que seus commandantes os arrastassem a uma luta fratricida.

Pelo documento autografo, que acabamos de ler, vê-se ainda que até aquelle momento não se havia dado tiroteio algum, nem haviam sido remettidos para S. Paulo soldados *empalhados*, e é bem possivel que não tivesse sido morto aquelle cavallo unico, que os caçadores de Caxias conseguiram matar, tragicos acontecimentos descriptos por Campolim.

Debandada a Columna, pensou R. Tobias em reunir seus destroços na Fabrica do Ipanema. Nada consegue, como se vê do seguinte autografo :

Illmo e Exmo Snr.

Tendo hontem chegado a esta fui logo visitar a força vinda de Porto Feliz.

Pretendia seguir a manhã para Porto Feliz a reunir a Cavallaria do meu comando, mas a pouco tive cartas dahi e pessôa fidedigna veio pessoalmente informar-me que os influentes ainda andão refugiados (com a noticia da debandada) e não é possivel reunir-se força nenhuma alli presentemente e nem em Pirapora onde o comandante dispersou toda sua gente e deixou a Freguezia entregue ao saque e tudo quanto quiserem a canalha. O Comando Militar acha-se delegado em João Dias Teixeira de Toledo, patriota distincto, mas....gravemente doente. por onde conheço que o nomeado por V. Ex.ª tão bem foi affectado da mesma enfermidade dos outros como V. Ex.ª verá da junta.

A vista do exposto só se poderá effectuar a deligencia vindo força dahi, as quaes quanto mais depressa vierem melhor será, pois aqui esperamos por esse unico recurso.

Com mais demora talvez se possa reunir forças naquelles pontos hoje completamente abandonados com a maior vileza possivel. A vista do exposto continuo a conservar-me neste ponto té V. Ex.ª determinar-me o contrario.

Quartel da Fabrica do Ipanema Junho de 1842.

Ill.mo Ex.o Snr. C.el *Rafael Tobias de Aguiar*. Presidente interino desta Provincia.

José Rodrigues Leite
Major do Esquadrão de Porto Feliz

Como reunir as forças debandadas, se os *influentes* já se achavam refugiados, dispersados por elles os soldados; entregues as localidades ao saque com a maior vileza, e quando o commandante militar era um distincto... patriota, mas doente, da molestia que affectava a todos?

Até a *debandada*, a *revolução* fôra uma comedia. Demissões de officiaes da Guarda Nacional que não ficavam demittidos; nomeações de commandantes militares, que não conseguiam tomar posse ou a não aceitavam; proclamações, que não eram attendidas, *ataques* imaginarios: *doenças, callos arruinados*, emfim toda uma sequencia de actos fantasticos, e de promessas não cumpridas. O máu sucesso da revolução foi devido a essas causas, e sobretudo á falta de motivo capaz de levantar uma população ordeira e laboriosa.

« As causas do máu successo do movimento de Sorocaba, (diz-nos Rafael Tobias no seu manifesto publicado em 1844,) não vem aqui appello mencionar: todavia o nimio amor da humanidade, o horror do derramamento do sangue parente, e a novidade de um similhante acontecimento numa provincia *acostumada a longa paz e dada a grande maioria a agricultura, commercio e artes da sua vida privada, pode bem explicar, sem recorrermos as faltas pessôaes que não é prudente esmerilhar muito miudamente*»

Esse manifesto, escripto tanto tempo após os acontecimentos é o documento a nosso vêr o mais completo para demonstrar que a sedição significou apenas — o gesto de despeito de politicos ambiciosos que se viram privados do poder 8 mezes depois de terem a elle subido por meio de uma revolução, qual a da Maioridade.

Mas, continuemos a observar quaes os effeitos da *debandada* de Pirajússara, e sua repercussão nas localidades nas quaes chefes politicos despeitados haviam arrancado de suas occupações a população ordeira e laboriosa, para prendel-a ao carro dos seus despeitos.

Chega a noticia da debandada a Porto Feliz, e o que lá se produziu diz-nos o autografo dirigido a R. Tobias, que vae ser lido com a curiosidade que merece.

Illmo Exmo Snr.

A completa acephalia em que nos achamos hoje por motivo de uma falsa noticia de que nossas tropas se havião *retirado em debandada*, que *Itú estava inteiramente* deserta, e que Piracicaba fôra atacada por forças de Campinas, que fez com que o *Commandante militar interino e mais officiaes da Guarda Nacional e Camaristas se retirassem contando com a causa perdida*, fez com que reunindo-nos deliberassemos nomear para Commandante Interino o sr. Luis Antonio da Fonseca, athé que V. Ex.ª dê providencias a respeito participando ao mesmo tempo a V. Ex.ª que apenas se acha um Capitão de Cavallaria e que existe nos quarteis 78 praças.

Joaquim Ponce de Almeida.
Francisco Pereira de Araujo.
O padre Lourenço Correia Leite de Moraes.
João Dias Teixeira de Toledo.
Manoel Pacheco Gatto.
José de Padua Castanho.
Francisco das Neves Gomes.
(Assignaturas autografas)

Como se vê, eram os *chefes—commandantes officiaes e camaristas*, os que seguião a *debandada*—os pobres guardas, esses continuavam a permanecer nos quarteis para onde tinham sido conduzidos, esperando com calma o desfecho dos acontecimentos. Homens rudes, ignorantes, comprehendiam, entretanto, que tendo sido illudidos, não lhes convinha fugir.

Em Capivari, o mesmo terror : «Como poderia eu prever o alarme, quando aqui chegaram primeiro esses srs. que no meio do pateo em vozes alta falavam do que sucedeo ?

«Na mesma noite em que aqui apareceião os homens de tarde, avisei os Piracicabanos para se previnirem.

«Sua casa está feito estalagem dos que tinhão aparecido desse lado pelos maots; o que me dóe é que de certo o Cap,m Xico e o Boa Ventura e outros da peça ou forão mortos ou....»

Esta carta era dirigida a—Primo José Leite, pelo «O Corrêa», parecendo que refere-se não á debandada grotesca de Pirajussara, mas á da Venda Grande, na qual, infelizmente, correu sangue, como adiante veremos.

Achava-se R. Tobias em Itú, desanimado pelo insuccesso de sua viagem, por não ter podido seguir para Campinas, quando foi sorprehendido com a noticia da *debandada*.

Passada a primeira impressão, dirige-se a Barueri, onde Galvão tinha conseguido deter parte da infantaria.

Alli chegando, verificou, pelo desanimo dos presentes, pelo redusido numero de combatentes, que estava tudo perdido, pelo que resolveu retirar-se para Sorocaba, o que fez.

Antes de partir, segundo golpe e tremendo vem abater o chefe revolucionario, com a noticia do desastre da Venda Grande, da fuga dos amigos alli reunidos, do desbarato dos poucos que resistiram e consequente morte do capitão Boaventura do Amaral, que embora conhecendo a inutilidade da defesa, preferiu succumbir para não ficar mareada sua honra de soldado. Boaventura pertencera ao exercito.

* * *

Os revolucionarios de Campinas, não podendo permanecer na cidade, onde dominavam os «*Corcundas*», de acordo com as ordens recebidas haviam escolihdo para ponto de reunião uma fasenda pouco distante da cidade

Dalli pretendiam desalojar os legalistas em Campinas depois que tivessem reunido forças sufficientes que lhes foram promettidas

O ponto escolhido era conhecido pelo nome de Venda Grande, no sitio do finado Theodoro.

De Sorocaba seguiu para aquelle ponto um pequeno contingente commandado pelo capitão Boaventura do Amaral, para servir de centro

Antonio Manoel Teixeira, que havia sido nomeado Commandante militar, Luciano Nogueira e outros acompanhados de gente por elles municiada foram se reunir a Boaventura.

Se a Columna Libertadora, que estava encarregada de atacar S. Paulo, caminhava sem as devidas precauções quando se achava em frente de um inimigo terrivel, deve se calcular qual seria o descuido dos que permaneciam reunidos na Venda Grande, apesar de saberem que os chefes legalistas de Campinas coroneis Franco e Quirino dos Santos eram homens activos, intrepidos e que já haviam resolvido dispersar a reunião da Venda Grande.

Recebendo os de Campinas aviso de que suas forças iam ser reforçadas com oitenta caçadores de Caxias, resolveram occupar algumas posições para cercar Venda Grande

No dia 7 de junho achavam-se os revoltosos reunidos naquelle ponto, completamente descuidados, ignorando ainda a presença de força de linha no municipio.

Como em Pirajussara, a força não tomára precaução alguma, e os seus homens se achavam entregues a diversos entretimentos

Muitos haviam se embrenhado nas matas procurando sorprehender a caça, outros pescavam e alguns auxiliavam os trabalhadores do engenho na moagem.

Guiados por vaqueanos, os caçadores de Caxias se aproximaram do ponto de reunião sem que fossem presentidos.

A alta macega que ali existia facilitava o movimento dos caçadores. De rojo estenderam-se em linha, e inesperadamente recebem os revoltosos a primeira descarga, seguida de outras.

A debandada foi geral, somente o pequeno numero que se achava junto á habitação para ali se dirigiu, e não teriam feito resistencia alguma, si não fora a coragem e decisão de Boaventura, que terminantemente declarou que havia de morrer resistindo.

Expondo-se ao ataque, foi um dos primeiros a cahir morto, e, como consequencia, deu-se o aprisionamento dos que ali se achavam, sem maior resistencia.

A noti ia espalhou-se rapidamente, e na manhã seguinte, 8 de junho, recebe-a R. Tobias quando desanimado observava em Barueri os destroços da Columna Libertadora.

Disem as chronicas, que só um acto de barbaridade foi commettido em Venda Grande—não pelas forças, mas por um voluntario.

Depois de findo o ataque, certo legalista desfechou certeiro tiro sobre um infeliz rebelde, que se achava ferido e se occultára em um coxo.

O facto mereceu repulsa geral, tendo o autor vivido isolado durante muitos annos.

Retirando-se R. Tobias de Barueri, continuou a *debandada*.

No dia 13 entrava em Sorocaba parte dos homens pertencentes a aquelle municipio. No dia 14, a gente de Itapetininga, como, de que fórma, em que estado de corpo, e disposição de animo será dito pelo conego Marinho, cuja palavra insuspeita não poderá ser posta em duvida.

Antes, porém, continuaremos a acompanhar os passos de R. Tobias, para em seguida reatarmos a narrativa dos acontecimentos.

* * *

Chegando a Sorocaba, viu-se R. Tobias abandonado das forças, que haviam desaparecido como por encanto. Deu-se em Sorocaba o mesmo que acontecera em Itú, Capivari, Porto Feliz, Itapetininga. Ao passo que desapareciam os revolucionarios, *vinham chegando os influentes do partido legalista que se achavam até então foragidos* Pretendeu-se ainda reunir os dispersos, na Fabrica de Ferro.

Aproximava-se Caxias, e não teve R. Tobias outro recurso sinão a fuga, quando soube que aquelle Goneral destacára força para effectuar a sua prisão. Alguns dias permaneceu nas vizinhanças de Sorocaba e depois em marchas forçadas resolveu procurar a provincia do Rio Grande do Sul. A marcha não podia, porém, ser como elle desejava, porquanto era de perto seguido pela escolta enviada para prendel-o, guiada por pessoas conhecedoras da zona, e que como sóe acontecer em taes ocasiões, se apresentaram para auxiliar a escolta.

Com grandes difficuldades conseguiu chegar a Itapetininga, onde demorou-se julgando estar livre da força que o perseguia.

Avisado de que sua presença ali se havia divulgado deixou a localidade e foi pernoitar na fazenda de Bom Retiro, pertencente a Joaquim José de Oliveira.

Aquelle cavalheiro achava-se ausente. A sua esposa, porém, recebeu o illustre foragido dispensando lhe fidalga hospitalidade.

Ali se achava R. Tobias, quando, alta noute, os escravos vieram prevenir á esposa de Oliveira de que estava a fazenda cercada por soldados.

Immediatamente a distinta paulista fez vir á sua presença o pardo Agostinho, seu escravo, capataz do serviço, e encarregou-o de impedir a prisão de R. Tobias, por todos os meios.

Agostinho, depois de verificar que de facto se achavam cercados os pastos ao redor da fazenda, por feliz inspiração, dirigiu se ao engenho de canna, e foi collocar-se com R. Tobias debaixo da enorme bica que alimentava a moenda.

Nesse ponto haviam crescido plantas aquaticas, que presas aos lados do conductor, cahiam em festões emmaranhados, tão densos, que serviram para occultar Agostinho e R. Tobias.

Diversas vezes os soldados passaram junto á bica. Esquadrinharam o engenho, subiram aos telhados, aos forros e só retiraram-se depois de muitas horas de infrutuosa pesquisa.

Um facto deve aqui ser consignado. Joaquim José de Oliveira, um dos ricos proprietarios daquella zona, possuia a seu serviço mais de 200 escravos. Estes sabiam que ali se achava occulto um homem, entretanto não denunciaram a sua presença e confirmaram mesmo que a muitos dias ninguem pernoitára na fazenda.

Quando Joaquim José de Oliveira voltou e teve conhecimento do que sua esposa praticára, applaudiu o seu procedimento.

Entretanto, era elle adversario do chefe foragido. Eis um traço do caracter paulista.

Retirando-se a escolta, foi R. Tobias conduzido por vaqueanos da fazenda para pontos seguros, até que depois de muitos dias e de muitas difficuldades, seguiu marcha, procurando as fronteiras do Sul, devendo atravessar as extensões que formam hoje o territorio do Paraná, antiga comarca de Curitiba.

Foi ahi que se encontrou com Francisco das Chagas do Amaral Fontoura, pae do dr. Ubaldino do Amaral, que o acompanhou até o Rio Grande do Sul. A. R. Tobias tinha-se ligado Felicio Pinto de Castro, seu enteado.

Vencidos numerosos trabalhos, muito tempo depois, R. Tobias atravessava os campos da Vacaria, quando foi aprisionado por uma escolta que fôra enviada por Caxias, que depois de ter pacificado S. Paulo e Minas, seguira para commandar as forças legaes que combatiam os revolucionarios do Rio Grande do Sul, e tivera denuncia de que R. Tobias ia ligar-se aos revoltosos.

Remettido para o Rio de Janeiro, foi processado e conservou-se preso até que veiu beneficial-o a amnistia.

* * *

Doente, alquebrado, caminhando com extrema difficuldade viu-se Feijó abandonado em Sorocaba.

Era o unico representante do movimento, e deve-se calcular qual seria a impressão dolorosa que o animava, quando dirigiu ao Barão de Caxias a seguinte carta que já é conhecida de muitos. Via Feijó o isolamento ao redor de sua pessoa. Da Columna Libertadora só existia a tradição—mas ainda assim, propunha *accomodação*, para não dizer *imposição*.

Eis cópia da carta:

Ill.mo e Ex.mo Sr. Barão de Caxias.

Sorocaba, 14 de junho de 1842.

Quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luis Alves de Lima, seria obrigado a combater o Padre Feijó ?

Taes são as coisas deste mundo !

Em verdade o vilipendio que tem o governo feito aos Paulistas, e as leis anticonstitucionaes da nossa assembléa me obrigarão a parecer sedicioso. Eu estaria em campo com minha espingarda se não estivesse moribundo; mas faço o que posso. Porêm alguns choques tem já produzido o espirito de vingança e eu temo que o desespero traga terriveis consequencias; e como persuado-me que Sua Majestade Imperial hade procurar obstar as causas que derão motivo a tudo isto, *lembra-me procurar a*

V. Ex.ª por este meio, e rogar-lhe a seguinte acomodação que he honrosa a Sua Majestade Imperial e a Provincia; e vem a ser: Primeiro—Cessem as hostilidades:—Retire-se da Provincia o Barão de Monte-Alegre, e seu Vice-Presidente, até que Sua Majestade nomeie quem lhe parecer; e a Provincia pede a V. Ex.ª que interceda perante o mesmo Senhor, para que não nomeie socio, amigo, ou alliado de Vasconcellos: Segundo—que a lei das Reformas fique suspensa até que a Assembléa receba a representação que a Assembléa Provincial dirigiu a mesma sobre este objecto: Terceiro—Que haja amnistia geral, sobre todos os acontecimentos que tiverão lugar e sem excepção; embora seja eu só o exceptuado e se descarregue sobre mim todo o castigo.

Ex.mo Sr. Vossa Excellencia he humano, justo, e generoso, espero não duvidará cooperar para o bem desta minha patria.

Eu lhe assevero que exigirei a execução deste tratado por parte do Governo actual da Provincia, e com o Commandante de nossas forças póde concluir definitivamente esta capitulação. Deos felicite a V. Ex.ª como deseja quem hé De V. Ex.ª Amante e obrigado servidor.

Diogo Antonio Feijó.

O portador lhe entregará uns exemplares de um periodico que eu redijo.

Caxias, recebendo a carta de Feijó, respondeu-a, e, com quanto não se conheça seus termos, contemporaneos affirmam que o General do Exercito Pacificador, declarou não aceitar propostas, mas aconselhava a Feijó que se entregasse e que igual conselho désse aos chefes sediciosos—Que confiasse na clemencia do Imperador.

Nesse momento os chefes sediciosos não se achavam mais em Sorocaba — todos haviam desaparecido com a debandada. Ortiz, Manoel Martins de Mello, José Joaquim de Lacerda, José Vergueiro, Bento José de Moraes, Francisco de Castro, Daniel Gomes, capitão Amaro, Paulino Ayres abandonaram Feijó a seu destino.

Ainda assim, o velho paulista queria mais do que haviam exigido os revolucionarios !

Não era sómente a retirada de Monte Alegre que elle impunha — exigia tambem a demissão do vice-presidente padre Vicente Peres da Mota—até então seu amigo, como o fôra Monte Alegre.

Quanto á substituição daquellas autoridades, a exigencia ainda era mais excessiva—Dominado pelo velho odio que votava ao chefe do partido do *regresso*—queria que para aquelles cargos não fosse nomeado *Socio, amigo ou alliado de Vasconcellos.*

Depois de pedir o que era do interesse particular de seu partido—queria a suspensão da Reforma, até que a Assembléa

Geral *recebesse* a representação que a Assembléa de São Paulo dirigira á mesma sobre este objecto.

Neste ponto, encontrava-se a unica concessão—já se contentava Feijó que a Assembléa *recebesse* a representação.

Com a resposta de Caxias não perdeu o velho paulista as esperanças, e tentou obter uma conferencia com o general pacificador, não sendo attendido pela força dos acontecimentos.

Eis o precioso documento, no qual já não se impunham condições, mas pedia-se ao vencedor que lembrasse, que propuzesse um meio decente para se evitar derramamento de sangue.

Ex.mo Sr. Barão de Caxias.

De sua resposta collijo, que não dá esperanças de accomodação alguma, e que reduz os Paulistas ou entregarem-se a discripção, ou a tentarem a sorte do desespero.

Confesso a V. Ex.a que nunca contei com similhante resolução sua.

Talvez de viva voz eu pudesse convencer-lhe da justiça da causa que defendemos; mas o meo estado de enfermidade embaraça-me tão grande jornada; comtudo se V. Ex.a quizer aproximando-se mais em hora e lugar certo eu me exforçarei por comparecer.

Entretanto se V. Ex.a quizer poupar sangue e lhe lembra algum meio decente, proponha, que eu trabalharei por obter a aprovação, alias lavo as mãos aconteça o que acontecer.

D.s Gd.e a V. Ex.a m.tos annos.

Sorocaba, 18 de junho de 1842.

De V. Ex.a amante e Vnr.or Obr.o servo,

Diogo Antonio Feijó.

Não obteve Feijó resposta desta sua segunda missiva.

E como o exercito pacificador se aproximava, desapareceram de Sorocaba os poucos que ali haviam permanecido, e com elles Rafael Tobias que dirigiu-se para Itapetininga, unico caminho que lhe ficava livre. Sua retirada deu-se no dia 18 á noite, quando Caxias deixou de dar resposta á carta de Feijo, como já descrevemos.

No dia 20 estavam perto de Sorocaba as forças legaes, e no dia 21 entrava Caxias na cidade, 30 dias depois que dali partira a Columna Libertadora e publicava a seguinte Proclamação:

O Barão de Caxias, Veador de Suas Altezas Imperiaes, Fidalgo Cavalleiro da Casa de S. M. o Imperador, Commendador da Ordem de S. Bento D'Aviz, Cavalleiro das do Cruseiro e Roza, Condecorado com a Medalha da Guerra da Independencia, e General em Chefe do Exercito Pacificador da Provincia de S. Paulo.

Faço saber a todos os individuos, excepto os chefes, que por ventura tenham tomado parte na revolta d'esta Provincia por suggestões desses ambiciosos de mando, que abusaram da bôa fé desses habitantes pacificos, desta cidade e seus contornos, que se no espaço de dez dias, contados da publicação deste, se me apresentarem, trazendo as armas que lhe foram dadas pelos referidos chefes da revolta, poderão voltar a suas habitações e continuar na sua vida domestica; porêm os que assim não obrarem, sendo presos serão remettidos para a Capital da Provincia, onde entrando em processo serão punidos com todo o rigor das leis.

Quartel General do Exercito Pacificador na Cidade de Sorocaba, 21 de junho de 1842.

Barão de Caxias.

Foi curta a Presidencia Interina de Rafael Tobias.

Proclamado no dia 17 de maio, no dia 18 de junho abandonava Sorocaba, fugindo para as fronteiras do Sul. Já o seguimos nessa retirada dolorosissima, devemos concluir com a narração dos factos que se deram em Sorocaba.

* * *

Estabeleceu Caxias o Quartel General na rua do Hospital, esquina da do Bom Jesus.

Pouco depois, o General, acompanhado apenas do seu official de ordem, dirigiu-se á Rua das Flores, na casa de residencia do alferes João Nepomuceno de Sousa Freire, onde se achava Feijó.

Contemporaneo do facto, filho de Sorocaba, assim narrou-me o episodio da prisão de Feijó.

Fazendo-se annunciar, disse a pessoa que o veiu receber.

«Quero falar com o sr. senador Feijó».

Recolhido á sala, conservou-se de pé, examinando grosseiros e velhos quadros. Poucos momentos depois entrava Feijó na sala, caminhando com bastante difficuldade, por se ter aggravado a paralysia em uma das pernas.

Caxias, dirigiu-se ao velho lutador, e cumprimentando-lhe disse-lhe com acatamento:

«Só o dever de soldado me impõe o doloroso dever de vir prender ao sr. senador Feijó um dos chefes do movimento revoltoso. Convido-o a acompanhar-me».

«Estou ás suas ordens», foi a resposta de Feijó.

«Quer V. Ex.ª dar algumas providencias, ou levar alguns objectos para o Quartel General onde tudo falta»?

«De nada preciso, apenas de uma esteira.»

Trocadas estas frases, Feijó convidou Caxias a sentar-se offerecendo-lhe uma cadeira, e conversou sobre o passado. Entre outras cousas, perguntou a Caxias se lembrava-se dos acontecimentos de 31, e do Ministro de Justiça que o nomeára major do Corpo de Permanentes e concluindo disse-lhe.

«O sr. é moço, aprenda no que está vendo o que são as vicissitudes do mundo. Naquelle tempo eu dava accesso ao sr. Lima e Silva, hoje vem elle prender ao velho Feijó, já moribundo»!

Depois de recolhido ao Quartel General, conservou-se Feijó reconcentrado.

A' noite, porém, verificou faltar-lhe um objecto indispensavel, e escreveu a João Nepomuceno um bilhete, pedindo-lhe para enviar-lhe um travesseiro.

O autografo foi-me mostrado pelo finado dr. Americo Brasiliense, que o conservava com extremo cuidado.

Aqui ainda existem muitas pessoas que leram o curioso documento.

Recolhido a S. Paulo, bem cedo viu o governo que não devia Feijó ahi permanecer. A Provincia, embora pacificada, achava-se commovida ainda por um facto que a tinha impressionado. Tratava o governo de punir os cabeças, muitos dos quaes haviam sido presos e teriam de responder ao jury. Feijó, sempre irascivel, clamava contra todos os actos do presidente, alimentando odios que precisavam ser extintos.

Monte Alegre desde logo havia combinado com Caxias, depois de ter ouvido o Governo Geral, sobre a conveniencia de amnistia geral.

Era sabido que tanto em Jundiahi, como em Itapecerica protegidos por hospitalidade generosa de Queiroz Telles e Manoel José de Moraes, existiam muitos dos implicados nos acontecimentos, e que nem foram processados. Ora, não convinha ao interesse de todos que continuasse o irrequieto vice-presidente de Sorocaba, a manter odios e a censurar a administração.

Foi, pois, medida de ordem a que tomou o governo determinando a Feijó que seguisse para a Côrte. Não attendendo a essa exigencia feita primeiramente por amigos, foi-lhe transmittida ordem official, que teve a seguinte resposta:

Ill.mo Ex.mo Sr. Presidente da Provincia.

Em resposta ao officio de V. Ex.ª datado de hontem: digo — que não duvido que o Publico se persuada, que não fui alheio não a Rebellião, mas a Sedição que teve logar em Sorocaba.

Ahi estão os meus escriptos impressos que provam a minha adherencia a esse acto; mas que elle se desgote por ver-me em liberdade emquanto lavra a perseguição das autoridades por

tanta gente, e impunemente, é suppol-o inimigo da Constituição que me protege, e que o mesmo Publico diz tanto respeitar. Igualmente entendo que V. Ex.ª quer que eu me retire para o Rio de Janeiro para com o meu encommodo poupar o iniquo desgosto dos que me desejão ver perseguido contra a lei.

Ex.mo Sr. Eu sou habitual e gravemente enfermo, he provavel que o Senado me faça chamar para responder a accusação que por parte do governo se promover contra mim, e então, havendo de demorar-me na Côrte o tempo preciso para minha defesa seria inutil augmentar o meu soffrimento desde agora até Novembro em que o Senado deve reunir-se.

Se os Paulistas vão tomando a naturesa de cães, que gostão de augmentar a aflição ao aflicto, e para evitar o excesso das paixões que temos governo armado de força que deve proteger o cidadão inerme, e confiado na publica autoridade nada temo.

Comtudo se a V. Ex.ª parecer prudente eu brevemente me retirarei para o meu sitio evitando assim de excitar com minha presença o odio dessas féras: e hirei esperar pelo tempo em que a Lei me chamar a responder pelos meos feitos.

Deus Guarde a V. Ex.ª m.tos annos.

Cidade de S. Paulo, 5 de Julho de 1842.

Ex.mo Sr. Barão de Monte Alegre.

Diogo Antonio Feijó.

Não quiz o governo aceitar a proposta de Feijó de retirar-se para Campinas. Seria de grande inconveniencia que elle ali permanecesse, porque naquelle municipio a rebellião fôra repellida materialmente, facto que determinou odios que se conservaram vivos por muitos annos.

Era por tanto cauteloso o governo exigindo que Feijó se retirasse da Provincia.

Vendo que o governo não podia attender a seus desejos Feijó resolveu retirar-se não sem ter lavrado o protesto que em seguida transcrevemos.

Ill.mo Ex.mo Snr.

Acabo de receber a ordem positiva de V. Ex.ª para dentro de tres dias retirar-me para Santos, e dali no primeiro vapor para a Côrte, e que do contrario fará V. Ex.ª respeitar com a força a sua dignidade.

Ex.mo Snr., deixando de entrar em polemica com V. Ex.ª sobre os muitos objectos contidos no dito officio, não só por inutil como porque em juizo competente terei occasião de o fazer; e sem entrar em discussão da nullidade da actual suspensão de garantias, julgo comtudo do meu dever declarar:

1.ª. Que o § 1.º do art. 179 da Constituição é o direito pela mesma reconhecido, e que fórma a essencia do governo livre, e que portanto não posso ser obrigado ao que a Lei não me obriga, mande quem mandar o contrario, e que por isso soffro a maior violencia em ser constrangido a deportar-me para a Côrte e sem saber para que nem té quando.

2.ª. Que importando a deportação pena maior que a de prisão declaro reconhecer violado abertamente o art. 27 da mesma Constituição.

3.º. Que o meu publico estado de enfermidade, e a brevidade do prazo para minha deportação privando-me do necessario, aggrava muito mais a violencia que commigo se pratica e contra aqual emquanto houver Constituição no Brasil constantemente clamarei.

4.º. Que emfim procurarei retirar-me no prazo marcado, não por obediencia á ordem illegal e anteconstitucional de V. Ex.ª mas para evitar somente maiores violencias a vista da ameaça que me faz V. Ex.ª do emprego da força.

D.ª Gd.ª a V. Ex.ª muitos annos.

Cidade 5 de Julho de 1842.

Ex.mº Snr. Barão de Monte Alegre.

Diogo Antonio Feijó

Processado com os demais cabeças, deu-se a pronuncia pelo Chefe de Policia, dr. José Augusto Gomes de Menezes, perante o qual correra o processo. Eis os termos desse documento:

«Vistos estes autos de Summario ex-officio em virtude da Portaria de f. 4, constantes dos doc.tos que decorrem de f. 6 á f. 193; das inquirições das oito tt.es d'elle de f. 206 á f. 235, de. f. 362 á f 364, e de f. 375 á f. 378, e das especiaes a respeito dos diversos compromettidos, como se vê de toda a segunda parte dos autos; e dos diversos outros documentos annexos na mesma segunda parte d'elles e na 3.ª; tudo sobre a rebellião na Provincia: obrigo á prisão e livramento, como cabeças d'ella, o Senador Diogo Antonio Feijó, Coronel Rafael Tobias d'Aguiar, dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, José Joaquim de Lacerda, e José Vergueiro, como de vê de m.ª sentença f., não comprehendendo aqui o Tenente Coronel Jeronimo Isidoro d'Abreu, e o Major José Joaquim de Sanct'Anna por se acharem já pronunciados em processo separado, ut doc. f. 202 p.

Obrigo mais, como cabeças á prisão e livramento, José Bon.? Leite, dr. João Viegas Jorte Muniz, Luiz Antonio da Fonseca e R.do José d'Almeida Campos, ut minha sentença f; e Tristão d'Abreu Rangel, Manoel Martins de Mello, Cap.m João Floriano

Ortis, e Candido José da Mota, ut de m.ª sentença f.; não mencionando o Major Francisco Galvão de Barros França, por achar-se processado em apartado como do doc. f. 202.

São mais obrigados á prisão e livramento, como cabeças, o Capitão José Corrêa Leite, o Vigario Manoel José de França, o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o Cap.m Joaquim Floriano de Araujo, o Cap.m Francisco José da Silva, Antonio Manoel Teixeira, e Reinaldo Antonio de Moraes Salles, ut de m.as sentenças f., e f; não mencionando aqui o Alferes Francisco Teixeira Nogueira, por achar-se pronunciado em processo separado e em conselho de guerra. São ainda mais pronunciados, como cabeças da rebellião, Paulino Ayres d'Aguirra, e Manoel Paulino Ayres, o Cap.m Francisco Pereira d'Assis, o Tenente Coronel Bento José de Moraes, o Major Francisco de Castro do Canto e Mello, e Tenente Daniel Gomes de Freitas. O Escrivão lance seus nomes no rol dos culpados, e passem-se as ordens necessarias para a captura dos que se não acham presos, ficando somente suspenso todo o ulterior procedimento quanto aos dois Senadores, Diogo Antonio Feijó e Nicoláu Pereira de Campos Vergueiro, á vista do privilegio de que gozam.

Não são pronunciados os compromettidos aqui não mencionados, de que tratão os doc.tos f., e f. dos autos, ficando só considerados cabeças e como taes obrigados á prisão e livramento somente os de que tenho feito especial menção. Passe-se alvará de soltura para os que se acham presos, e aqui não tenho pronunciado, exceptuados os do doc.to f. 516 a respeito dos quaes tenho ainda de proceder a indagações. Dê-se contra mandado p.a não ser preso, a quem aqui se não achar pronunciado. Extraiam-se quanto antes os processos dos dois Senadores, para serem remettidos ao Senado; e os dos Militares, para serem levados ao Conselho de guerra, e remettão-se estes autos ao Dr. Delegado do Termo para os apresentar no Jury, ficando copia para á ella unirem-se as diligencias, que devem continuar. Recommendem-se nas prisões os pronunciados que se achem presos. Cidade de S. Paulo 25 de 9.bro 1842.

G. de Menezes.

Em tempo.

Intimem-se as pronuncias aos pronunciados que se acham presos e faça o Escrivão publicação em seu cartorio das minhas sentenças f., f. e f. 4 e quando o juiz d'esta. S. Paulo.

* * *

Seguindo para o Rio, não permittiu o governo que ali desembarcasse, recebendo ordem para esperar na provincia do Espirito Santo a reunião do Senado, ao qual cabia conhecer e resolver das accusações levantadas contra elle, como cabeça do movimento revolucionario.

Apresentando a resposta a que era obrigado, Feijó pronunciou no Senado, o pequeno discurso que segue-se e que serve para encerrar a historia da revolução quanto a sua pessoa.

Sr. Presidente, tendo-se aggravado ainda mais a minha molestia, não me foi possivel até hoje apresentar a resposta que me foi mandada dar sobre o processo que contra mim se intentou; e ainda agora mesmo me foi preciso servir-me de redacção alheia para apresental-a. Portanto remettia á mesa para dar-se-lhe o o conveniente destino.

Eu desejava, antes de morrer, cumprir ao menos uma promessa que tinha feito na occasião em que fui mandado sahir da minha provincia, ainda o mundo não sabe da minha boca a historia da minha prisão, deportação e degredo.

Eu tive desejos ao principio de a communicar ao Senado; mas algumas razões obstaram a isso, principalmente porque o Senado parecia ter aprovado o procedimento barbaro que houve comigo.

Ha tempos, requerendo eu que se nomeasse uma commissão para examinar os actos do governo, e manifestando desejos de que o Senado considerasse o procedimento que o mesmo governo teve contra mim, e por conseguinte contra o Senado e contra a Constituição, não o pude conseguir; portanto julguei que era melhor calar-me. Mas resta-me sempre esse pezar de nada dizer; por isso sempre direi duas palavras para referir o que soffri.

Entretanto saiba-se que não soffri tudo quanto quiz o governo que eu soffresse, pois que pela benignidade dos Brasileiros não tive falta de cousa alguma, em toda parte tive sempre recursos, em toda a parte recebi os maiores beneficios e obsequios.

Achava-me em S. Paulo, já mandado sahir para esta Côrte deportado quando fui convidado para vir á Côrte. Não aceitei o convite, e como me pareceu não dever submisso soffrer um acto illegal e anti-constitucional, recalcitrei ou dei em contrario algumas razões; mas respondeu-se-me que o que a Constituição prohibia era a prisão dos senadores, e não qualquer outro acto que o governo julgasse conveniente praticar com senadores. Temi algumas outras consequencias; temi ser levado á cadêa para levar nas grades alguma correcção de açoutes, visto que isso não era prisão, e por conseguinte, na opinião do governo, podia praticar-se: o que é pois que eu havia de fazer, eu que, com um sopro podia cahir em terra?!..· Bem me lembrava dos meios de resistencia a ordens illegaes, sem o que será sempre nominal nossa liberdade, e nós escravos dos atrevidos. Nada porém podendo contra a violencia, retirei-me.

E' verdade que nessa occasião eu estava bastante enfermo e desprovido de meios, pois tinha apenas 20$ na algibeira. Requeri que se me mandasse pagar o trimestre vencido da minha

pensão, que era 1:000$; pois era preciso ter com que subsistir; mas respondeu-se-me *que não havia dinheiro e que mesmo devia ficar isso como penhor para as indemnizações a que eu estivesse sujeito.* Sahi pois como me achava; vim á Côrte, não me deixaram desembarcar, demorei-me algumas horas, e sahi sem saber para onde! E' verdade, como já disse, que recebi beneficios em toda a parte.

Nas poucas horas que aqui estive, foram a bordo differentes pessôas offerecer-me dinheiro, e uma até me obrigou a receber alguns centos de mil réis que levava. Mesmo nesse paiz onde estive degradado encontrei muitos homens benevolos que me offertaram dinheiro e tudo o mais. Por este lado pois nada soffri; mas muito da parte do governo, que de tudo me privou, até do que era meu.

Portanto, senhores, soffri tudo isto! prisão, deportação e seis mezes de degredo, quasi 4:000$ de multa, e de que estou privado até hoje. Mas o governo não está satisfeito ainda; mandou por isso formar esse processo, e não ficará satisfeito senão com o meu exterminio! Estou pois entregue ao Senado; faça elle de mim o que quizer; a vida em mim será pouca... soffra-se tudo.

Tenho dito em geral como posso o que era preciso que se soubesse, demais, o publico já o sabe, e fará a devida justiça a quem merecer.

* * *

O senador Nicolau Vergueiro foi tambem recolhido a S. Paulo e com Feijó seguiu para o Rio. Recebendo aquella ordem, transmittiu a Monte Alegre a resposta que segue-se e que não podemos deixar de transcrever, attenta a personalidade de Vergueiro.

Ill.mo e Ex.o Snr.

Tive a honra de receber o officio de V. Ex.a em que me indica a conveniencia de retirar-me p.a a Côrte do Rio de Janr.o

Se esta indicação não fosse motivada em um facto que está de encontro a m.a conducta, nenhuma reflexão faria sobre ella, mostrando que vae sacrificar as m.as opiniões e os meos comodos á direcção do Gov.o fora do lugar onde tenho o dever de sustentar aquellas; porem diz V. Ex.a que estando o povo na crença que eu não fora alheio aos actos criminosos q. tiverão lugar nesta Provinçia hé natural se desgoste vendo muitos cidadãos perseguidos pela Justiça em quanto eu goso ampla liberdade pelo privilegio do art.o 27 da Constituição.

Permitta V. Ex.a que eu faça algumas observações a respeito. Tal crença popular só pode caber a pessoas illudidas p.r meos inimigos ou q. não conheção a differença que há entre a manifestação irresponsavel das opiniões do Senador e do Depu-

tado e a resistencia material, porq.to sabe V. Ex.a e sabem todos q. poucos dias depois de encerrada a Ass.a P.el em 7 de Março me recolhi a m.a fasenda distante 28 legoas desta cid.e e 26 de Sorocaba d'onde não sahi, nem hade constar q. tivesse communicações com os q. puzerão em pratica a sedição de 17 Maio, e lá me conservei ignorando tudo q.to se passou dep.o desta fatal explosão q. havia repellido com antecipação, dizendo p.r vezes nesta cid.e e na do Rio de J.o, que me militava a reclamações q. entendesse legaes, m.s q. ninguem contasse commigo p.a vias de facto.

Firme neste proposito fui sorprehendido com a noticia do rompim.to em Sorocaba, rapidam.te propagado a cid.e da Constituição q. dista da m.a fasenda 6 legoas e meia.

Na ignorancia em que eu estava dos precedentes e da extenção do fatal movim.to, e sem meios p.a obstal-o, limitei-me a ordenar a meos colonos e m.o pessoas livres da Fasenda que ninguem fosse a Freguesia em quanto durasse o barulho e assim o cumprirão.

Não era possivel que no meio da effervecencia popular deixasse eu de praticar algum acto de condescendencia, convindo-me observar o movimento tumultuoso e desejando que não fosse acompanhado de insultos; porem logo que os mais entusiastas partirão a unir-se ao grosso das forças sediciosas, vendo a frente dos restantes um homem prudente falei-lhe nestes tormos=«V. M.ce está aqui como Pilatos no credo, manda essa gente p.a suas casas, deixando só alguma patrulha para evitar algum roubo ou desacato, que em taes circumstancias são para temer.

Elle agradeceo o meo conselho, dizendo era conforme aos seos desejos, e o poz em execução.

Depois disto, sabendo que o Sr. Paula Sousa era opposto á sedição e estava retirado em casa de um amigo dos mesmos sentimentos fui ter com elles p.a desabafar e ver se me orientava sobre um acontecimento que não podia comprehender bem, tendo só noticias vulgares e m.tas conhecidam.te fabulosas.

Passando pelo desgosto de ver morrer inesperadam.te o dono da casa retirei-me mais consternado a minha fasenda, Em todo este tempo o meo desejo era recolher-me a esta cidade e por vezes escrevi pedindo passaportes p.r q. as estradas estavão impedidas, mas nem as cartas puderão passar e vim, logo que se desempedirão, sem que em tempo algum tivesse correspondencia ou intelligencia com o Governo sedicioso.

Eis aqui o que sei de mim, o que os outros dizem não sei eu; mas pelo testemunho de minha consciencia não necessito do privilegio do art.o 27 da Constituição para evitar a perseguição legal, sendo mal fundada a crença do povo em contrario a qual receberá maior força publicando-se a consideração que V. Ex.a lhe da no seo officio. Hé sobre este ponto de vista q. ouso chamar a attenção de V. Ex.a p.a q. se digne remover este

inconveniente nocivo a m.ª reputação, e espero q. V. Ex.ª julgue digno de attenção o que tenho exposto.

Deos G.de a V. Ex.ª

S. Paulo, 5 de Julho de 1842.

Ex.mo Sr. Barão de Mont'Alegre

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

A cooparticipação de Vergueiro no movimento revolucionario —era patente.

Fora apprehendida toda a correspondencia que entretivera com Reginaldo A. de Moraes Salles e Joaquim Antonio da Silva (o Gordo) com o vigario França da Constituição. Além disso estivera na Columna Libertadora, a frente de um batalhão de lanceiros. Desde porem que fracassou a revolução Vergueiro tornou-se extraordinariamente inquieto.

Embora fosse um cidadão de real merecimento, quer pessoal quer intellectual, seu espirito era bastante fraco, e timido. Estava excessivamente impressionado quando se recolheu a São Paulo.

Em Santos, quando ja a bordo do vapor que conjuntamente com Feijo o conduzia ao Rio, esse desanimo tomou maiores propo ções.

Ouvi muitas vezes uma anedota referente a esse desanimo.

Depois de embarcado, Vergueiro não deixava Feijó um só momento, cada vez mais queixoso, mais abatido, pela incerteza do futuro.

Constantemente dirigia a Feijó a seguinte pergunta—« O que vae ser de nós, Feijó?

O velho paulista nada respondia, mas, tão grande numero de vezes fez-lhe Vergueiro a pergunta que em uma dellas Feijó disse «Não sei. Mas se eu fosse governo, o menos que faria era cortar a cabeça aos chefes da sedição».

Desde então cessaram ás interrogações de Vergueiro.

* * *

Marinho, narrando os factos acontecidos em S. Paulo, assim aprecia a marcha da Columna:

O major Galvão, em vez de marchar rapidamente sobre a Capital, como muito se lhe recommendára, gastou quatro dias para chegar ao ribeirão do Pirajussára, onde reforçou ainda mais a Columna com a força de Itú, que ahi encontrára, não sendo de Sorocaba á cidade de S. Paulo mais que 18 legoas, e tendo o commandante á sua disposição uma bella e consideravel cavallaria. Em Pirajussára encontrou-se o major Galvão com uma guarda avançada da pequena força, com que o general barão de Caxias havia guarnecido a ponte dos Pinheiros, e tão estropeada estava toda a força, pela marcha forçada, que de Santos trazia,

tão desanimada pelo terror, que infundia a persuazão de que a provincia de S. Paulo havia-se erguido, unida como um só homem, e forte como um gigante, que as forças do general Caxias julgavam-se infallivelmente esmagadas; e o teriam sido, se o commandante dos insurgentes quizesse arriscar a menor tentativa sobre estes homens fatigados, e tanto desmoralizados; mas o major Galvão, longe de avançar, retirou-se para o Jaquarahi.

A deliberação do commandante, dos insurgentes, além de mostrar desanimo, e irresolução que é sempre para os revolucionarios um infallivel prognostico de derrota, proporcionou ao general da legalidade occasião de que elle se aproveitou immediatamente para desenvolver seus planos. Foi o primeiro cuidado do general dirigir um officio ao major Galvão, em que lhe fazia ver os perigos, que corria elle ao qual pedia o general se não compromettesse por alheios caprichos, e assegurava-lhe que levava poderes amplos para aplanar todas as difficuldades, dando a entender que seriam satisfeitos os desejos dos Paulistas, se além não fossem elles do que parecia.

O major Galvão respondeu com firmeza e dignidade a este officio; mas em vez de autorisar sua resposta com a ameaça de um prompto assalto a capital, tirou lhe todo o prestimo e valor retirando-se para Barueri. E' inexplicavel a maneira por que este official, aliás bravo e honrado, comprometteu a causa, que abraçara; pois que, não podendo elle ignorar que o exito do movimento dependia absolutamente de um assalto á Capital, onde encontraria poderoso apoio, deixou de acommetter as forças do barão de Caxias, ou não podendo entrar pelos Pinheiros, não procurou algum passo vadeavel no rio, que muitos acharia, estando guarnecidas por forças muito insignificantes as pontes do Anastacio e de Santa Anna, e as de Santo Amaro e passo do O': se algumas tinham, constavam ellas de paisanos. O que é porém ainda mais inconcebivel é o abandono, em que deixára Galvão as estradas de Sorocaba e Campinas, por onde iam e e vinham, sem que o menor estorvo os embaraçasse, os agentes do presidente de Mont'Alegre; e tal era o desleixo, que um general com habilidade e genio poderia ter introduzido força em Sorocaba sem ser pre-entido, e teria tambem prendido a Raphael Tobias. Foi tal a inercia e o desleixo do commandante dos insurgentes, que pela estrada de Campinas passaram, sem que soffressem a menor inquietação, 200 praças e armamento, que foram ao depois occasionar a fatalissima derrota da Venda Grande. Teve o commandante certeza de que partira de Jundiahi para S. Paulo uma cavalhada de que o barão de Caxias tinha urgente necessidade, e bem que passasse ella a quatro legoas distante do seu acampamento, não teve a deliberação de a mandar tomar. Tanta inacção e negligencia pudéra desmoralizar o mais aguerrido exercito. Que effeitos produziriam entao em paisanos, reunidos pelo enthusiasmo, pela dedicação patriotica,

com a convicção porém de que pelejavam contra o governo, e que necessitavam de ser sustentados neste empenho por empresas proprias a inspirarem confiança? O susto principios a preocupar os espiritos, e o desanimo tornou-se geral. O coronel Tobias tomou então a deliberação que ao principio devêra ter tido, pois que em vez de se deixar ficar em Sorocaba, convinha que tivesse marchado com as forças e então teria evitado o que agora não era possivel remediar; appareceu pois no dia 8 de junho no acampamento do Barueri, e tão mal collocado o achou, que, se o general da legalidade fosse emprehendedor, podéra ter introduzido no acampamento uma força a qualquer hora da noite: fez mudar o acampamento e procurou por todos os meios reanimar os espiritos. Já não era tempo, porém, passada estava a occasião, e para cumulo de fatalidades foi ahi sabida a terrivel derrota da Venda Grande, occasionada pelo desleixo de Galvão, e pela imprudente e intempestiva coragem de um commandante dos insurgentes. Então principiaram a apparecer algumas pequenas partidas das forças da legalidade pelo lado da Cotia: em consequencia disto, resolveu Galvão retirar-se com o intuito de se ir collocar entre S. Roque e Sorocaba, o que em verdade era obrar militarmente; pois que occupando essas posições, não só obstaria ao assalto de Sorocaba, mas poderia cortar a marcha do inimigo nas muitas matas que bordam aquella estrada

O major Galvão, porém, não fez alto em parte alguma, e nos dias 13 e 14, divididas em duas columnas, chegaram a Sorocaba as forças insurgentes, e com tal precipitação, que não só não deixaram alguma força que lhes protegesse a retaguarda, mas nem ainda vedetas que lhes dessem aviso, se o inimigo se approximasse. Nestes momentos de susto e de anciedade chega tambem a noticia de que Raphael Tobias havia sida atraiçoado em Coritiba, e que essa importante comarca, longe de adherir ao movimento, estava occupada por forças vindas de Santa Catharina, as quaes deviam marchar a occuparem Itararé. Todos se julgavam cercados; e para augmentar-lhes a angustia e o desanimo, nem uma noticia havia do que nas villas do norte se passava, muito menos ainda do que ia pela provincia de Minas que Raphael Tobias acreditava, fundado nas primeiras opiniões dos deputados mineiros, não se haver movido. Entretanto deliberaram sustentar com todo o esforço o ponto de Sorocaba; e Raphael Tobias retirou-se na noite de 18 de junho para Itapetininga, afim de observar dali o que convinha fazer-se, deixando entretanto a direcção dos negocios ao vice-presidente senador Feijó, que, no ultimo e desesperado momento, tomou sobre si todas as consequencias do movimento, e com tanta generosidade se sacrificou, bem que não desconhecesse elle em cujas garras se mettia. A approximação das forças da legalidade foi o signal de dispersão geral, foi um verdadeiro *salve-se quem puder*. Assim no dia 20

de junho estava o general da legalidade na casa da presidencia interina, e o honrado e dedicado senador Feijó, mettido em uma caleça, caminhava, guardado por numerosa escolta, para a cidade de S. Paulo levando sobre o semblante os traços de uma alma impassivel na desgraça e os signaes de uma consciencia tranquilla, pela convicção de haver fielmente preenchido o seu dever.

Raphael Tobias caminhava ainda para Itapetininga, quando teve noticia do occorrido em Sorocaba, e conhecendo a extensão dos perigos que o ameaçavam, tratou de refugiar-se, não podendo todavia escapar á policia da traição, de que se elle queixa em seu manifesto. Assim estava vencido, e com tão pouco custo pela parte da legalidade aquelle movimento, filho do enthusiasmo, mas tão infelizmente dirigido.

* * *

O grande numero de autografos que transcrevemos demonstram que a exposição de Marinho, além de incompleta, é omissa sobre muitos pontos.

Longe dos acontecimentos, elle escreveu sob informações interessadas em occultar a verdade, e foi devido ao vicio de origem dessas informações que aquelle escriptor commetteu graves injustiças.

Attribue Marinho o fracasso da revolução á inercia do major Galvão, commandante da Columna Libertadora Diz elle:

« Se tivesse marchado com rapidez para a Capital, se não tivesse *estacado* em Pirajussara, *diante de uma guarda avançada da pequena força com que Caxias havia guarnecido a ponte dos Pinheiros, se tivesse arriscado a menor tentativa, as forças desmoralizadas do Barão de Caxias, tiriam sido esmagadas* »

E' tempo de se fazer justiça ao major Galvão, e demonstrar que outro não podia ter sido seu procedimento.

Galvão desde logo viu que as forças, que lhe haviam sido confiadas, ignoravam completamente os mais rudimentares exercicios militares, e se achavam pessimamente armadas e municiadas, e diminutissima.

Além disso, não ignorava que mais de dois terços dos seus commandados se achavam nas fileiras por meios violentos, que esses não occultavam os votos que faziam pelo desbarato da Columna, unica esperança de conseguirem a liberdade que lhes havia sido sequestrada.

Os documentos que adiante vão ser lidos, bem como o extracto de depoimentos tirados dos diversos inqueritos a que se proceram em algumas localidades depois da pacificação, deixam evidentes—quaes os meios que os chefes do movimento empregaram para engrossar suas forças.

Eis como procedera em Sorocaba, o tenente-coronel Lacerda, um dos mais dedicados amigos de R. Tobias.

PORTARIA

Tendo-se de reunir depois de amanhã o Batalhão de meo Commando pelas 10 horas do dia ordeno a V. M.ces, que fação reunir todas as praças do dito Bat.m que não se achão empregados em servisso, empregando p.a isso toda inergia q. for possivel, e nessa occasião me darão parte circunstanciada de todos aquelles que deixarão de comparecer, se forão ou não avisados, e por quem, assim como as diligencias que fiserão para a reunião do maior n.o que for possivel dos ditos guardas.

Espero que para o cumprimen.to desta ordem não me seja preciso empregar os meios que a lei me permitte. Quartel em Sorocaba, Junho 1842.

Ill.mo Snrs. Commandantes das Companhias do Batalhão da Guarda N.al desta Cidade. Jose Joaquim de Lacerda. T. Coronel.

Mal sabiam aquelles infelizes guardas nacionaes, arrancados á sua vida laboriosa, atirados com extrema violencia nas fileiras da Columna Libertadora, que um dia, aquelle acto de prepotencia contra elles exercida os faria passar á posteridade como defensores da liberdade!

«*A população corria cheia de enthusiasmo ás armas porque em todos existia a convicção de que a liberdade estava compromettida pelos excessos do ministerio de 23 de março* (!)

E' assim a Historia!

A autoridade naquelles tempos residia na mão dos Juizes de Paz.

Em Itapetininga, *sequestrava-se* o juiz de paz effectivo, e o supplente, assumindo a vara, expedia as seguintes portarias.

> Logo q. V. S.a receber este faça aviso a todos os Cidadõis deseu Distrito para se acharem nesta Villa no dia 12 do corrente pelas onse horas do dia, para se fazer publico a traição em que está o nosso Augusto Impeirador o Senhor D. Pedro Segundo, e assim nossa Constituição, vindo todos armados. Deos G. a V.S.a Snr. Cap.m da Policia da Q.ta Comp.a Vicente Antonio Vieira.
>
> Itapeteninga 10 de Maio de 1842.
>
> *Paulino Aires de Aguirra.*
>
> J. de P. S.

Ainda de Aguirra, encontramos o seguinte autografo.

Ill.mo Snr. Vicente Antonio Vieira.

Logo q. V. S.ª receber este faça reunir todos os Cidadõis de seo Comd.º e mesmo aq.les q. o não são e sederija a esta Villa p.ª sustentar nossa Constituição e Senhor D. Pedro Segundo e assim sustentamos a nossa liberdade, servindo este aos officiaes de Pulissia, Inspectores e outras quaes quer Autoridades. Dª. G.de Itapeteninga 11 de Maio de 1842.

Ill.mos Snrs. Cap.m e T.e de Polissia da Pescaria e Areão.

Paulino Aires de Aguirra.
J. de P. S.

Alguns guardas nacionaes, mais espertos, ou talvez prevenidos por algum superior humano e consciencioso, conseguiram escapar, como, e porque fórma, o dizem os curiosos autografos seguintes:

Ill.mo Sr. João Mor.ª Rocha.

Constando que os guardas *estão occultos e não querem comparecer p.ª o serviço do G.* aqui lhe rogo o favor de fazer com elles q.' aparesão que venhão *prestar serviço*, e otros q.l q.r G. que Vm.ce ver fará, mesmo para dismintir a voz q.' anda q.' Vm.ce é o que aconçelha para que elles não apparecerem, o que espero em seu patriotismo e zello. Deus Guarde a Vm.ce De quem hé seu Vn.cr

Itapet.ª Maio 1842.

Francisco de Albuquerque Rolim

Em 31 de maio o mesmo Tenente Coronel Francisco de Albuquerque Rolim de Moura declarava que não podia mandar os guardas—«*p is a gente se tem avançado ao mato com medo*».

Ainda um autografo, curioso, porque demonstra o meio usado para engrossar as fileiras revolucionarias.

Lista dos que o sr. Antonio Joaquim da Costa ade avizar Com as armas que tiverem

José Nunes da Silva, José Leandro Leite, Antonio Pires, Paulino, camarada de Francisco José da Silva, Antonio Joaquim, camarada do mesmo, Bento Manoel de Freitas, Francisco José da Silva, Mariano Nunes, Ignacio Rodrigues de Moraes, Dois Filhos do Mesmo, João Baptista.

P.ª Vm.ce ceaxar com eles na minha casa amanham as deis oras do dia. Juqueri, 10 de maio de 1842.

Jose Joaq.m L.te Penteado,
2.º Com.te de Policia.

Recorrendo aos inqueritos que conseguimos compulsar, encontramos o seguinte:

Em Ita etininga — O padre João Raimundo de Abreu, tenente Francisco José Coelho, sargento mór Manoel Affonso Pereira Chaves, e capitão José Leonel Ferreira declararam— *que os guardas recebiam ordens do Capitão de Policia e dos Inspectores de Quarteirão, para comparecerem armados, no dia designado, sem lhes declarar para que fim — Os que compareciam ficavam detidos, e contra a vontade eram obrigados a seguir para Sorocaba*

Em Atibaia — Leonardo José Pedroso, Joaquim da Silva Porto, capitão Jacintho Alves do Amaral, Eugenio de Siqueira, Frutuoso de Lima, José Antonio de Camargo Felisberto Pires, depuzeram que (alguns delles) haviam sido avisados pelo Commandante da Companhia para comparecerem nos sitios de José Joaquim de Araujo Cintra, e capitão mór Lucas *para uma deligencia*. Outros foram conduzidos a *força* por José Vicente (Inhó do Pequiri) capitão Luiz Gonzaga e pelos netos do capitão mór Lucas.

Algumas dessas testemunhas declararam, que José Joaquim de Araujo Cintra lhes dissera que reunia força para atacar a villa e *tomarem os postos que haviam perdido os de sua familia*, e seguirem depois para S. Paulo. Este como se vê não escondia o motivo *real* do movimento.

Antonio Manoel de Oliveira e Roque Pinto Moreira, perante o Chefe de Policia de S. Paulo dr. Rodrigo A. Monteiro de Barros, declararam «que a gente de Francisco Pereira de Assis, procurava alliciar forças — e quando não o conseguiam, *por não achar quem lhes obedecesse, voltavam com a escolta e os levavam presos—As testemunhas foram assim conduzidas*.

Antonio Joaquim, Delfino de Campos, Pedro Correia, perante a mesma autoridade declararam *que haviam sido agarrados por Joaquim da Silveira e ameaçados de morte se não o acompanhasse*-

Ignacio Rodrigues de Moraes, Marciano Nunes, Antonio Candido, Joaquim José de Siqueira e outros, da freguezia de Nossa Senhora do O', declararam que foram avisados para na noite de 10 se acharem na porta do tenente Leite Penteado, *armados para irem em deligencia capturar tres criminosos*.

Uma dessas testemunhas declarou que recebera ordem «*de levar comsigo todo o artigo do genero masculino que pudesse*

pegar em armas. Todos affirmaram que os avisos eram terminantes—*seriam recrutados se não apresentassem.*

Alguns *decididos* conseguiam escapar, como o fez Belarmino de Oliveira e Castro, de Capivari.

Illmo Sr.

Participo a V. S.ª que por requisição do Sr. Juiz de Paz, mandei notificar os G.^es^ N.^es^ de meo Comando para uma revista e ahi serem aquartellados a bem da segurança publica individual.

No acto da revista disse o G. N. Belarmino de Oliveira e Castro que não se recolhia ao quartel por não reconhecer o Juiz de Paz com autoridade para fazer semelhante requisição, e q.' p.^r^ isso não obedecia e nem m.^mo^ ao Cap.^m^ e sim só sendo por Portaria do Gov.º da Provincia, no m.^mo^ acto mandei q.' o Sargento João Corrêa Leite o recolhesse a prisão a ordem de V. S.ª, *ex qd.º se dirigio p.ª o lado da cadea acompanhado do dito sargento e logo que passou a ultima filla serrou pernas ao cavallo disendo que todos q.^tos^ o quisessem conhecer chegassem a sua casa, no m.^mo^ momento puz a Comp.ª em seo seguimento a fim de o prender a todo o custo, o que não se poude effectuar p.^r^ q.' logo que o Guarda entrou p.ª sua casa, apresentou-se com um* TRABUCO *o que* NOS OBRIGOU *a por em armas, e neste tempo evadiu p.ª o quintal, o q.' já fis presente ao Juiz de Paz.*

Os guardas presentes se achão na minha casa, é o q.' tenho a levar ao conhecim.^to^ de V. S.ª Quartel em Capivari, 15 de maio de 1842. Illmo Sr. Sargento Mor do Esquadrão, José Rodrigues Leite. *José Ferraz de Arruda*, Cap.^m^ da 2.ª Companhia.

* * *

Como queria Marinho que o honrado paulista major Galvão fosse *arriscar* um ataque á ponte dos Pinheiros, com taes soldados?

As forças de Caxias, que aquelle escriptor descreve como *estropiadas, que se julgaram esmagadas pela Columna*, eram a flor do exercito brasileiro, aguerridas pelas lutas titanicas do Norte do Imperio, e que haviam sido escolhidas como as melhores para permanecer no Rio, despido de forças por causa da guerra do Sul.

O que podia fazer Galvão, com pequeno numero de recrutas, dispostos a debandar, por não quererem por fórma alguma derramar o sangue irmão? E seria humano atirar aquelles infelizes contra uma columna de 800 homens, capaz de destroçar numero quadruplo de forças irregulares, mal armadas e constrangidas?

Foi por esse motivo que a Columna Libertadora, *estacou* em Pirajussara, uma legoa além da ponte dos Pinheiros.

Em quanto isso se dava, aquelles soldados de Caxias, que Marinho descreve-nos aterrorizados, estropiados, calma e tranquillamente já se achavam em Campinas, destroçando os sediciosos abandonados na Venda Grande.

Como poderia Galvão deixar a posição em que se achava para vadear o rio em outros pontos, quando elle sabia que a força legal dominaria facilmente a extensão que vai dos Pinheiros ao Anastacio, já guarnecidas pelas forças de Jacarehi e Itapecerica auxiliadas por destacamentos de linha?

Além de ficar entre dois fogos, deixaria facil o caminho para Sorocaba.

Era essa a posição em que se achava Galvão, quando as forças se aproveitaram do momento propicio para se recolherem a seus lares, *debandando*.

Por documentos que tivemos em mão, correspondencias particulares, artigos da imprensa, narrativas que ouvi a muitos contemporaneos, verifica-se que R. Tobias foi acremente censurado. Accusaram-no de ter causado o fracasso da revolução, deixando-se ficar em Sorocaba, quando o seu posto estava naturalmente indicado—em Firajussara ou Venda Grande a frente das forças revolucionarias.

Em 1844 era ainda tão vivo o protesto dos contemporaneos contra R. Tobias, que Marinho, seu amigo intimo, revolucionario como elle, não o exime daquella responsabilidade.

« *O Coronel Tobias tomou então* (depois da debandada de Firajussara) *a deliberação que ao principio devera ter tido, pois que em vez de se ter deixado ficar em Sorocaba,* CONVINHA QUE TIVESSE MARCHADO *com as forças, e então teria evitado o que agora era impossivel remediar* ». (1)

Devemos calcular quantas amarguras não soffreu em seu pundonor o major Galvão, quando em 1844, lendo a Historia, de Marinho, viu que aquelle escriptor tornava-o responsavel, a elle só, pelo fracasso da Columna Libertadora—e ao *seu desleixo* attribuia a derrota da Venda Grande.

Devia, porém, servir-lhe de consolo, a ingratidão com que foi tratada a memoria de Boaventura. Tambem a derrota da Venda Grande foi attribuida—a *imprudente e intempestiva coragem de um commandante dos insurgentes*. Entretanto, aquelle heroico soldado, cujo nome nem é declinado, vendo-se *sacrificado pela inercia de seus chefes*, preferiu cahir com honra no posto que lhe haviam designado.

Acreditamos ter fornecido elementos para que no futuro o historiador, estudando os acontecimentos de 1842, respeite, como nós, a memoria e as intenções de Galvão, confirmando, que o velho e honrado Ituano sentiu-se fraquear, não diante do

---

(1) Historia do Movimento Politico na Provincia de Minas—Conego José Antonio Marinho—V. 2.ª pag. 16.

inimigo, mas do quadro horrendo que sua consciencia previa— a carnificina inutil de seus irmãos.

* * *

A *debandada de Pirajussara* não póde continuar a figurar nas chronicas como um acto de cobardia dos Paulistas.

Arrancados violentamente a uma vida laboriosa, queriam elles voltar a seus desertos lares.

Nunca se preocuparam com a execução das leis da Reforma e Conselho de Estado cuja existencia lhes era desconhecida.

Até 1842, elles, os descendentes dos «Bandeirantes», não ignoravam que os seus antepassados, depois de terem descortinado os invios sertões, escreveram paginas gloriosas de nossa historia.

Corajosos, como foram seus paes, *os debandados de Pirajussara* não teriam recuado na luta, si tivessem sido a ella arrastados por nobres fins.

Mas, apesar de rudes, eram probos e virtuosos, e por esse motivo não quizeram em 1842 derramar o sangue irmão, esposando odios que não sentiam. E' sobre este ponto que deve ser apreciado aquelle acontecimento. Não eram cobardes ou degenerados—nem seus descendentes o foram.

Quando a bem poucos annos, o Brasil teve necessidade de recorrer a seus filhos, para mais uma vez levar a liberdade aos povos do Prata, não foi preciso se lançar mão dos meios usados pelos revolucionarios em 1842.

De todos os pontos da antiga Provincia de S. Paulo, correram os voluntarios da Patria.

E que paginas gloriosas não escreveram elles com o generoso sangue?

Nas aguas revoltas do grande rio, foi um Paulista que rompendo as cadeas de Humaitá, era acclamado pela Nação o— Barão da Frente.

Na «Ilha de Cabrita», como hoje a designa a Historia para commemorar actos grandiosos de patriotismo que ali se desenrollaram, e que densa noite não conseguiu occultar, foi o sangue dos heroicos voluntarios de S. Paulo que se misturaram nas aguas revoltas do caudaloso rio, depois de ter regado terra inimiga.

Que epopéa memoravel!

Um exercito inteiro, ouvindo o fragor do combate, sem poder levar auxilio a seus irmãos!

Que longas horas de anciedade, de incerteza, de desespero!

Afinal cessa a fusilaria, e daquelle ponto negro occulto ainda á claridade da manhã rompe o clangor da trombeta—é o toque da victoria!

Respondem-lhe os hurrahs de 20 mil homens apinhados á beira do rio saudando os heroes da patria, entre os quaes um dos batalhões paulistas!

Foi lá que se desenrolou um acto de patriotismo sem precedente na historia

O paulista Jesus—o negro— vigilante, é o primeiro a dar o signal da approximação do inimigo.

Vendo cahir a seu lado a sentinella, deixa a corneta, empunha a espingarda do morto, e com heroicidade defende a trincheira até que chegam reforços. Ferido no braço direito, cae-lhe o fuzil, cuja baioneta estava tinta de sangue inimigo. Com a esquerda retoma a trombeta. Nova bala parte-lhe o braço que a empunhava então, o decepado, de rojo sobre o sangrento chão, mordendo a corneta, toca «o avançar» com vehemencia, e ao vêr tremular a bandeira victoriosa, aquelle symbolo santo da patria, pela qual morria, encontrou forças para atirar aos ares antes de expirar, o toque da victoria

Foi assim que morreu—o Trombeta da Morte—(*) o paulista Jesus, o preto.

Muitos dos que se illustraram na Ilha de Cabrita eram descendentes dos *debandados de Pirajussara*, heróes, recusando derramar o sangue irmão, como heróes foram seus filhos, defendendo a honra da patria e por ella morrendo.

Restabelecida a verdade sobre a falsa chronica, continuaremos a narrativa de factos que constrangem nossos sentimentos.

* * *

O Norte da Provincia soffreu tambem duros golpes com a revolução.

Naquelle tempo, o Norte destacava-se de outros pontos da Provincia não só pela riqueza, como ainda por um pessoal illustrado, pela sua convivencia com a Côrte do Imperio.

Os homens de fortuna, commerciantes, lavradores, residentes de Taubaté em diante, não frequentavam a Capital da Provincia. Suas transacções commerciaes eram todas realizadas na praça do Rio, e por esse motivo as relações particulares cimentavam-se ali com mais facilidade.

O espirito, não direi liberal, mas partidario, era mais desenvolvido naquella zona, mais vivo e irrequieto o movimento do que nos outros pontos da Provincia.

Quando o senador Alencar organizou no Ceará a Sociedade Secreta dos Patriarchas Invisiveis, que teve posteriormente sua séde central na Côrte, sob a direcção do mesmo Alencar, conego José Bento, Limpo de Abreu e outros, aquella sociedade encontrou facil meio para se desenvolver não só na provincia do Rio, como tambem nas cidades paulistas limitrofes daquella provincia.

Como curiosidade historica transcrevemos um exemplar dos estatutos daquella sociedade que conseguimos obter.

Os circulos, que se organizaram tanto na provincia do Rio de Janeiro, como no norte de S. Paulo, impulsionaram poderosamente o movimento revolucionario e graças á riqueza do seu pessoal facil lhes foi crear adeptos e elementos de. resistencia.

Eis o curioso documento.

Estatutos do Conselho da Sociedade dos Patriarchas Invisiveis

CAPITULO I

Art. 1.° A Sociedade dos Patriarchas Invisiveis he a reunião dos amigos da Independencia Liberd. Constitucional feita na forma desta.

Art. 2.° Os fins da Socied. são sustentar e defender a Independencia do Brasil e a Constituição por ella jurada, pelos seguintes meios.

Art. 3.° § 1.° Defendendo todas as doutrinas a isso conducentes.

§ 2.° Ajudando ao corpo Legislativo em todos esses trabalhos por palavras escriptas.

§ 3.° Censurando pela m.^{ma} maneira os actos inconstitucionaes, e arbitrarios do Governo, e seus Empregados oppondo-lhes resistencia.

§ 4.° Promovendo a união entre todos os Brasileiros, explanando q.^{to} for possivel os obstaculos occorr.^{tes}.

CAPITULO II

Art. 4.° Em cada huma das Provincias do Brasil em logar q. melhor convier faz-se-ha congregar hum numero de Cidadãos Brasileiros, q. não seja menos de 5 nem mais de 10 com as qualidades marcadas no Capitulo 3.° e todos os Membros desta Socied.^{e} p.^{r} isso q. tem de ser propagadores d huma afiliação numeroza, tomarão o nome de Patriarchas eassua reunião de Conselho Patriarchal.

Art. 5.° Cada hum destes Conselhos procurará fundar em todas as Cidades e Villas d sua respectiva Provincia, onde for nesseçario e possivel, huma ou m.^{s} reuniões q. sechamarão Circulos Patriarchaes.

Art. 6.° Cada hum destes Circulos será dezignado p^{r} huma letra maiuscula do Alphabeto e os seos membros p^{r} hum n.° acompanhado d huma letra maiuscula q indicará oseu Circulo.

---

(1) Assim denominado por José Bonifacio. que em versos sublimes, immortalizou o facto que pallidamente descrevemos.

Art. 7.º *Nenhum membro do Con.º deverá ser reconhecido* como tal fora do Con.º ou Circulo, q fundar ou q for encarregado de dirigir.

Art. 8.º *Os Circulos são issolados* edesconhecidos huns dos outros e sem outro nexo entre si, q não seja o Con.co Patriarchal, q dirige atodos invisivelm.te p.lo meio indir.to d'seos Patriarchas.

Art. 9.º O Con.co Patriarchal do Rio de Janeiro terá o tt.º de Con.co Patriarchal central, porq. delle partirá adirecção principal p.a os outros, ep.a elle convirgirão os trabalhos detodos como para hum centro unico.

CAPITULO III

Art. 10. Das qualid.es requeridas p.a entrar no Con.co e dos direitos e deveres dos Socios.

A cauza do Brasil he detodos : todo o homem p.r tanto será admissivel tendo asseg.tes qualidades—"Moralid.e; Inteligencia; Força d'Alma, Direcção; Sincero affecto as instituições livres do Brasil, e a sua Independencia, e capacid.e desacrificar-se p.la Cauza publica.

Art. 11. Seos direitos concernem na proteção q. lhes puder prestar a Socied.e morm.te em apertos politicos, elleições e demandas.

Art. 12. Seos deveres são — guardar escrupulozam.te sua promessa, vellando attentamente na conducta do Governo e na de seos empregados, avizar detudo aoseu Concelho, ou Circulo, prestar a Socied.e o auxilio ou servisso q. ella exigir e q. estiver a osseu alcance, cumprir sem hesitar o q. p.r ella lhe for ordenado, efinalm.te conservar o Simbolo namaior guarda e sigilo.

Art. 13. Se acontesser que falleça, ou seja excluido dalgum circulo alguns dos nella afiliados, isto será notabilid.es fará haver osseu Simbolo, entregando-o a Con.co Patriarchal não podendo porem obte-lo sem notabilid.e, não fará cazo delle, iso participará ao Concelho o numero tal falleceu,

Art. 14. Quando qualq.r membro do Circulo ouver dseauzentar p.er longo tempo do seu domicilio abitual ofará saber a o respectivo Circulo declarando-lhe p.a onde.

Art. 15. Logo q. se achar installado em huã Prov.ca o Con.co Patriarchal, este encarregará a cada hum de seos membros aformação de um dos Circulos deq. trata o art 4.º do Cap.to 2.º, e delegará poderes p.a o m.mo fim (q.to as Cid.es e Villas remotas) as pessoas de sua confiança e que reunão as qualid.es do Cap.to 3.º.

Art. 16. Quando o Patriarcha fundador tiver encontrado sugeitos idonios p.a aformação do Circulo, os participará sem os privinir ao Con.co Patriarchal dando aeste por escripto o nome naturalidade e domicilio.

Art. 17. O Con.co Patriarchal depois de informado escrupulozamente das qualidades dos propostos, seos empregos, os fará saber ao Patriarcha fundador q. os pode admittir no cazo encontrario responderá simplesmente que não são admiciveis.

Art. 18. Depois deformado omedio dhum Circulo cada hum dos nelle associados terá o direito depromover novos adeptos, mais a approvação q. delles fizer o Circulo fica dependendo da confirmação do Con.co Patriarchal acujo conhecimento será sproposta levada pelo modo indicado noprecedente artigo.

Art. 19. Quando o Patriarcha for solicitar algum adepto p.a entrar na Socied.e uzará da nomenclatura Patriarchal, esóm.e lhedirá offim da Socied.e q. ella é assas nomeroza, em todo o Brasil eorganizada do m.er modo p.a assegurar assua existencia sem compromitimento dos seos membros.

Art. 20. Obtido o concintim.to do adepto o Patriarcha fundador, ou director oparticipará ao Con.co Patriarchal, e este lhe enviará o Simbolo contendo o seu nome e o distinctivo do Circulo aq. pertence.

Art. 21. Recebido o Simbolo o proposto será recebido no Circulo depois de prestar o juram.to seg.te «juro eprometto D.e etodos os Patriarchas Invisiveis, sustentar edefender debaixo deste novo laço Social a Independencia do Brasil, e a Constituição q. ella tem jurado, equer, cumprindo as obrigações q. p.a esse fim me são impostas o q. desde já livremente aceito»? «E outro sim, prometto guardar da mesma sorte, com invisivel segredo tanto axistencia desta Sociedade como quanto prop.te della mefor commonicado assim D.e me ajude»?

O Prezidente lhe entregará o Simbolo dizendo-lhe.

«Huma mão oculta e Invisivel se interessará p.r vos em-
« todos os vossos trabalhos inessecidades, q. forem dignas da
« attenção da Sociedade; Sedis fiel, eu temei; p.r isso que he
« Invisivel esta mesma mão q. vos q.r proteger e fazer bem:
« esta Sociedade cobre todo o Brasil, etendo p.r Irmãos atodos
« os Cidadãos honrados»—Depois disto communicará o Presidente verbalm.e as instrucções q. o devem guiar em sua conducta.

CAPITULO V

Art. 22. Haverá no Con.co Patriarchal, hum Prezid.; hum Vice-Prezid.e, ehum Secretario eleitos amaioria devotos e seu exercicio durará hum anno. O Presidente será o relator de tudo oq. houver desetratar sendo todavia livres aos outros Partiarchas recordar ou indicar eque lhes parecer justo.

Art. 23. Nos Circulos Patriarchais o Presid.e será o Patriarcha fundador ou aquelle que o Concelho dizignar.

Art. 24. As deliberações terão logar amaneira de votos simbolicos. Simbolicos comprehendendo o Prezidente, sem q. ajão actas das Seções, mais sómente apontamentos avulços q.

anessicid.° dictar, os quais serão tomados pelo Secrtr.° e consumidos logo que anessicidade cessar.

Art. 25. Haverá Seção ordinaria huã vez cada Semana cendo precizo epossivel no dia elogar marcado pelo Prezid.ᵉ na Seção anterior e haverá extraordinaria sempre q. tres membros o requererem.

Art. 26. Haverá p.ᵃ as dispezas huã contribuição fixa q. cada Con.ᶜᵒ ou Circulo marcará, segundo as circunstancias de seos membros: inocazo de urgencia extraordinaria recorrer-se-ha aliberalidade dos membros do Concelho ou Circulo.

Art. 27. Os Circulos fundados p.ʳ deliberação do Con.ᶜᵒ Patriarchal nas Cid.ᵉˢ e Villas distantes dologar emq. elle em assento são dispensados dobservar as formalidades exigidas nos art.ˢ 15, 16, 17 e 19, a respeito da admissão dos Socios: e cada Circulo ahi constituido fica autorizado a subdividir-se enomear novos socios sem dependencia do respectivo Concelho Patriarchal; sendo porem as demissões approvadas p.ʳ voto unanime: ip.ᵃ isso o Con.ᶜᵒ Patriarchal lhes inviará os Simbolos, q. julgar bastante com os numeros eletras equando lhe for pedidos estes Circulos enviarão ao Con.ᶜᵒ registros das suas afiliações conforme o disposto no art.° 6 do registro geral em cada Circulo.

Art 28. Em cada hum dos Concelhos Patriarchais averá hum registro geral dos afiliados detodos os Circulos de sua dependencia, contando os seos nomes, pela ordem da admissão na Sociedade empregos e domissilios.

Art. 29. Os Concelhos Patriarchais deverão compriender-se tanto com o central como entre si, servindosse de sifras ou letras simpaticas q. a Sociedade adoptar.

* * *

A palavra de ordem, como no Sul, foi a mesma—impedir por todos os meios, que tomassem posse de seus cargos as novas autoridades nomeadas em execução da Lei de 3 de dezembro de 1841.

Do directorio revolucionario de Lorena foi chefe o Padre Manoel Theotonio de Castro, politico violento e intransigente.

Desde logo fez elle constar em todas as localidades que seriam mortos os que se apresentassem para se empossar dos cargos.

Para a Villa de Silveiras foi nomeado sub-delegado o capitão Manoel Joaquim da Silveira, chefe da familia importante, que deu aquelle nome á localidade.

Não se aterrou o capitao Silveira com a ameaça de Manoel Theotonio, e, reunindo seus supplentes e grande numero de amigos, dirigiram-se a Lorena, e se empossaram dos cargos.

Nesse tempo não se achava ainda Manoel Theotonio preparado com força para impedir a posse, mas sentiu-se ferido no seu orgulho pelo arrojo do capitão Silveira, que ficou desde então execrado de seus adversarios.

De Lorena foram immediatamente dadas providencias para ser deposto o sub-delegado de Silveiras, e encarregado dessa expedição o tenente Anacleto Teixeira Pinto, fazendeiro tambem em Silveiras.

O capitão Silveira, depois de ter tomado posse do cargo, dissolveu o grupo que o acompanhára a Lorena. Dias depois Antonio Bicudo veiu avisal-o que se prevenisse, porque na fazenda de Anacleto se reuniam forças para atacar Silveiras. Immediatamente reuniu os amigos e já se achava com 60 homens, quanda no dia 2 de junho, ás 11 horas da manhã, Anacleto, acompanhado de seus filhos e genro, Cesario Ventura de Abreu, padre Manoel Felix de Oliveira, Francisco Felix de Castro, José Maria da Cunha, Thomaz Barata, Custodio José Pereira e Antonio, vulgo Hilario, veiu a frente de 400 pessoas atacar a villa.

Com o numero reduzido de auxiliares de que dispunha, recolheu-se o capitão Manoel da Silveira á casa de sua residencia, um pequeno sobrado, e ali se fortificou. Atacado defendeu-se durante todo o dia.

Na manhã seguinte foi-lhe procurar o padre Antonio José da Mota Carvalho, acompanhado do padre Manoel Felix de Oliveira, e propuzeram-lhe *uma accomodação* com Anastacio, que garantia a vida livre a todos, desde que sahissem desarmados.

O capitão Manoel da Silveira achava-se com as munições esgotadas, sem esperanças de soccorro, e. não querendo expôr a vida de seus amigos, aceitou a *accomodação.*

Pouco depois de meio dia, abriu-se a porta do sobradinho em que se achava entrincheirado o capitão Silveira, e seus homens começaram a sahir desarmados, como havia sido convencionado.

Foi elle o ultimo, a sahir. Ao chegar a porta, foi Silveira alvejado por Antonio Bueno da Cunha que desfechou-lhe um tiro — em seguida, o mesmo fizeram, Manoel Alves Senne e Vicente Moreira da Costa, sendo que o tiro por este desfechado, *escangalhou-lhe a cabeça* — como depuzeram muitas testemunhas presenciaes.

Em seguida o morto foi atirado para o meio da rua. Um dos atacantes abriu-lhe o ventre, e depois de arrastado, tiraram-lhe a japona, mandaram atirar o corpo espedaçado ao campo da Fazenda, tendo sido enterrado por seu filho Francisco Guedes, que verificou — que raro era o osso que não estava partido.

Este acto barbaro e demais factos referidos nesta memoria foram extrahidos dos depoimentos de Vicente Ferreira Pinto Pacheco, Manoel Gonçalves Gama, José Baptista Nogueira, Francisco Barbosa Ortiz, Thomaz de Aquino Leme, Agostinho Corrêa Leme, Manoel Gomes, Faustino Xavier de Moraes, Augusto M. Bueno de Castro, Bento José da Silva Barboza, Manoel José Marques, João Galvão Franco, João Justiniano de Bittencourt, testemunhas no inquerito a que se procedeu perante o dr. Ignacio Manoel Alvares de Azevedo, chefe de Policia da Provincia do

Rio de Janeiro, cuja jurisdicção o governo extendeu ás localidades paulistas limitrofes da provincia do Rio, que tambem esteve prestes a ser conflagrada.

Em algumas localidades do Norte, os animos exaltaram-se extraordinariamente, nenhuma consideração detinha o odio, nem mesmo os mais cerrados laços de familia.

Em Lorena, o padre Manoel Theotonio de Castro ordenava que trouxessem *vivo ou morto* seu cunhado coronel José Vicente de Azevedo, o qual, prevenido a tempo, conseguiu, ao escurecer, abandonar a residencia, momentos antes de ser cercada, seguindo conjuntamente com o dr. Antonio Faustino Cezar, tambem como elle condemnado, para Guaratinguetá, recolhendo-se á casa do coronel Mello, prestigioso cidadão, que soube por sua decisão e energia impedir que a revolução se manifestasse naquella importante localidade.

Os guardas do padre Manoel Theotonio chegaram a casa do coronel José Vicente já noite, e a cercaram certos de que elle ali se achava. Antes, porém, de amanhecer, compareceu o capitão mór Manoel Pereira de Castro, pae do padre Manoel Theotonio e da esposa do coronel José Vicente, e conduziu-a para sua fazenda.

Os revoltosos conservaram-se por muitos dias em Silveiras, e só retiraram-se depois do dia 28 de junho.

Pretendiam os rebeldes bater em Arêas o batalhão de Fuzileiros, mas entre Silveiras e Arêas, no lugar conhecido por S. Domingos, nas immediações da fazenda do coronel João Ferreira foram batidos, sendo aprisionados muitos dos seus chefes.

Em 24 de julho o major Pedro Paulo atacou a fazenda de João Moreira da Silva, onde se achavam reunidas as forças sediciosas, commandadas pelo tenente coronel João Moreira, padre Francisco, padre Manoel Theotonio, que conseguiu fugir, levando ainda um amigo na garupa.

Alguns chefes aprisionados—André Corsino e o padre Germano Felix de Oliveira—no depoimento prestado, não só confessaram a parte que tomaram nos acontecimentos, como ainda denunciaram actos praticados por outros chefes, e o lugar onde se achavam homisiados, declarando que assim procediam, arrependidos do passo que haviam dado.

* * *

Os actos barbaros de Silveiras, as violencias soffridas até por officiaes da Guarda Nacional que *amarrados*, eram condusidos para as forças revolucionarias alimentaram odios tão intensos entre algumas povoações e familias que até a bem pouco ainda perduravam.

Pela denuncia apresentada contra os chefes do movimento, os que acompanharam esta narrativa ficarão conhecendo as principaes pessoas que nelle se envolveram.

A excitação dos animos era tão intensa, que avassalou ao proprio major commandante da força, determinando de sua parte violenta repressão.

Esse official achava-se irritado por terem os revoltosos tentado assassinal-o por duas vezes.

A primeira tentativa foi resolvida em reunião realziada na fazenda de J. Breves, tendo apenas votado contra aquelle acto João Ferreira.

Pedro Paulo foi salvo por uma circumstancia fortuita—a presença de dois officiaes, no momento em que o assassino se preparava a assaltal-o.

A segunda foi quando, ainda a pedido de J. Breves, o padre Francisco Ribeiro se comprometteu a fazel-o assassinar em Arêas, mediante dez contos de réis.

Todos os factos referidos foram extrahidos escrupulosamente dos inqueritos que tive em mão.

A revolução no Norte dispoz de poderosos elementos. As associações secretas, a importancia do pessoal que nella se envolveu, os recusos pecuniarios de que dispunha, tornaram-na immensamente perigosa.

J. Breves e Antonio José Nogueira (do Bananal) formaram elles dois uma caixa de 80 contos, para alliciarem os officiaes e soldados do batalhão de fuzileiros. Não foram felizes, mas conseguiram a deserção de 1 cabo e 14 praças.

Ali como no Sul da Provincia—centenares de guardas nacionaes e particulares, violentamente arrancados a seus labores, foram engrossar as fileiras revolucionarias sob a ameaça de, em em caso de recusa—*lhes ser saccada a cabeça*.

Os seguintes autorafos demonstram parte do que acabamos de affirmar.

Ill.^{m} Sr. Inspector José Vaz dos Reis.

Matto Dentro.

Logo Logo e Logo.

Ordeno-lhe que logo que receber este passe a notificar todas as pessoas de seo Quarteirão que possão pegar em armas e se apresente hoje mesmo com elles, nesta villa no Pateo da Cadea, fazendo prender toda e qualquer pessoa que se queira opôr a esta minha ordem quer seja por amiassas ou palavras devendo todos que tiverem Armas trazellas isto com toda brevidade pois assim o exige a salvação da Liberdade.

Deos Guarde a Vm.^{ce} Lorena 1 de Junho de 1842.

O P.^{e} Manoel Theotonio de Castro.

Juiz de Paz.

Ainda nesse mesmo dia dirigia a Joaquim Manoel de Oliveira, do Páu Grande, a seguinte:

«Ordeno a Vm. que logo que este receber notifique a todas as pessoas do seo Quarteirão que possão pegar em armas que tiverem se apresente nesta villa, a minha ordem, tudo sem perda de tempo, e debaixo de sua responsabilidade.

O Padre Manoel Theotonio de Castro

Juiz de Paz.

Ainda encontramos entre nossos autografos o seguinte:

Ao Sr. Inspector Antonio Ferraz da Silva.

Além de alguns guardas q. Vm.ce tenha mandado p.a a villa conforme o meo officio escolherà mais 10 dos melhores q. tiver no seu Quarteirão, e os fará seguir armados de espingardas, e na falta destas, zagaias, chuços, tudo serve, pois se me pede gente com m.ta instancia instancia, cujos guardas devem ir encarregados a um cabo, e este os apresentará ao R.mo Sr. Manoel Theotonio de Castro, de maneira que esta gente se hade apresentar amanhan o m.to tardar the meio dia o q. V. S.a cumpra.

Embau 1 de Jnnho de 1832.

João Joaq.m Flaming.

Juiz de Paz

Pela denuncia, que transcrevemos em seguida, serão conhecidos os que no Norte se envolveram na revolta.

Ill.mo Sn.r Delegado

Diz o actual Promotor da Com.ca Antonio Faustino Cesar que, perante V. S.a, em conformid.e com o disposto no artigo 93 da Lei de 3 de Dezembro de 1841; e no artigo 243 do Regulamento de 31 de Janr.o de 1842, vem denunciar os Autores, e cumplices na Rebellião estourada n'esta Prov.a e em parte consumada na Villa, e termo de Lor.a Porquanto, havendo a Camara Municipal da Villa supra dita negado a posse dos Empregados creados, seg.do a nova organização Judiciaria determinada pela mencionada Lei de 3 de Dezembro de 1841, com *grande difficuldade forão ellas empossadas de seus Empregos pelo Dr. Juiz de Direito da Com ca sem com tudo poderem exercitar suas attribuições livrem.e*, p.r cauza das grandes ameaças de serem mortos todos os dignos Cidadões, que p.a esses Empregos lembrados forão: a pontos tais chegou, que os Empregados da Villa anexa dos Sil-

veiras *vierão a Lorena tomar posse acompanhados de trinta a quarenta pessoas armadas, p.ª com ellas deffenderem-se da forçal resistencia* que lhes prepararão nos Silveiras os Rebeldes: Manoel Felix de Oliveira, seu Pay Fran.co Felix de Oliveira e Juiz de Paz Anacleto Ferr.ª Pinto, o Supplente Fran.co Felix de Castro, Manoel Alves Sene, José Maria da Cunha, Manoel Alves Cardozo, Manoel José Ferr.ª, Clementino Joze Ferr.ª, Custodio Joze Per.ª, Antonio Joze da Silveira, que p.ª esse fim tinhão *mais de trinta pessoas armadas*, e por taes factos já processados forão perante o Supplente do Subdelegado dequella Villa. Estourada porem a Rebellião da Prov.ª em Sorocaba pelo intruzo Presidente Rafael Tobias d'Aguiar, entrarão em estreitas communicações, o Rebelde *Manoel Theotonio de Castro*, que exercen os cargos de Juiz de Paz e Presidente da Cama a Municipal de Lorena com os Rebeldes Anacleto Ferr.ª Pinto e Manoel Felix de Oliveira, aquelle em Lorena mandou p.r todo destricto de Lorena convocar o povo a sua ordem para se apresentar em Lorena, assim como o do Curato do Embaú pôr ordem de Antonio Pinto Barbosa, e no dia 29 de Maio reuniu na Estrada da Cachoeira perto de 100 pessoas as quaes ficarão avizadas thé segunda ordem sendo o destribuidor d'ellas Angelo Bento Pereira e Antonio de Mello conhecido por Antonio da venda.

Anacleto Ferr.ª Pinto, e Manoel Felix de Oliveira porem reunirão pessoas pelo bairro da Boccaina de Cunha pagos a 1.000 diarios, e apromptou perto de quatro centos homens em sua caza. No *dia primeiro de Junho* proximo passado pelas cinco horas mais ou menos da tarde na Villa de Lor.ª a ordem de Manoel Theotonio de Castro queima-se hum foguete do ar em sinal de reunião dos rebeldes já avisados, e pelas seis a sete horas da noite reunio-se em sua caza hum grupo de mais de quarenta pessoas; as quaes capitaneadas p.r Antonio de Mello, vulgo, Antonio da Venda, e p.r Vicente Jozé de Lima dirigio-se a caza do Ten.e Ignacio Monteiro de Noronha, e, arrombadas as paredes, sacarão todo o armamento reinno da Guarda Nacional, e com ellas voltarão a caza de Manoel Theotonio de Castro, donde *seguirão capitaneados por este e p.r Angelo Bento Pereira ao largo da Cadea e* ahi com muitos repiques de sino e foguetes do ar romperão os Vivas ao Presidente intruzo, Rafael Tobias d'Aguiar protestarão a não adopção das Leis das Reformas, injuriarão e procurarão os novos Empregados, p.ª os assassinarem: nestas circunstancias conservou se o rompimento the amanhecer o dia 2 cercadas todas as entradas da Villa. Neste dia ao passo que a Camara Municipal de Lor.ª composta dos Vereadores intruzos, Manoel Theotonio de Castro, Jozè Luiz Tiburcio, Jozé Simões da Cunha, Joaquim Guedes de Castilho (p.ª se acham suspensos p.r responsabilidade) e Antonio Luiz Domingues Bastos procedem a nomeação das intruzas Authoridades, Juiz d'Orphãos e Municipal, cahindo taes nomeações nas pessoas do Cap.mor Maeoel

Pereira de Castro e Fortunato Jozé do Rego que tomarão posse, e prestarão juramento de taes Empregos; Anacleto Ferreira Pinto Manoel Felix de Oliveira, Fran.co Felix de Castro, Joze Maria da Cunha, Capes Manoel Alves Sene, Custodio Jose, Per.a Antonio José da Silveira, Manoel Alves Cardoso, Vicente Moreira da Costa, os filhos de Anacleto Fer.a Pinto, Cap.m Joze Ventura, seus filhos e escravos marcharão p.a a Villa dos Silveiras, com quatro centos insurgentes, e baterão a força legal do Supplente do Subdelegado, Cap.m Manoel Jozé da Silveira, que p.r falta de munição de guerra foi morto barbaramente as mãos dos ditos insurgentes, p.r que depois de morto p.r huma descarga de tiros, que lhe derão retalharão o seu cadaver com facas, disparando-lhe hum tiro de pistola Vicente Moreira da Costa, ficando desta arte os rebeldes de posse daquella Villa onde se conservão the o presente com grande força ao mando do m.mo Cap.m Anacleto Ferr.a Pinto (assim intitulado) e dos mais insurgentes supra mencionados. No dia trez reunida a Supra dita Camara intruza na Villa de Lor.a a frente de perto de trezentas pessoas q. fizerão reunir huns a força e outros voluntarios demitirão todos as agentes do correio; delliberarão officiar a todos os Juizes de Paz do terreno que entrassem em todas as funcções do Codigo do Processo reformado, para cujo fim procederão a nomeação de huma Junta Provizoria, cujas pessoas nomeadas forão o Cap,mor Manoel Pereira de Castro, Bacharel Claudio Teixeira Guimarães e Anacleto Ferr.a Pinto; tomarão posse os dous primeiros e prestarão juram.to. Continuando os insurgentes nas prisões de todas as pessoas do partido legal e Imperial, que ali aparecião, e dos que passavão na estrada e m.mo em grandes pesquizas das novas Authoridades, organisarão a sua força rebelde na Comp.as militares, sendo nomeado primeiro Commandante Vicente Jozé de Lima, Seg.do Antonio Mariano e hum Germano de tal p.a Cap.m de hũa Comp.a João Henriques d'Azevedo foi nomeado, assim como foi p.a Ten.e Jozé Luiz Tiburcio e p.a Alferes hum filho de Fortunato Jozé do Rego: cuja força foi sustentada p.o Cap.mor Manoel Pereira de Castro, seu f.o Manoel Theotonio de Castro, e Joaquim Moreira Lima com Antonio Dias Telles de Castro que remettem m.tos cargueiros de mantim.tos. Neste estado de cousas se conservarão os taes rebeldes the o dia quinze do m.mo mez em que na Camara Municipal intruza lerão hum officio do Presidente intruzo Rafael Tobias d'Aguiar, em que ordenou este illegalm.e a m.ma Camara p.a que suspendesse a execução das Leis da Reforma do Codigo do Processo Criminal: o q. foi observado fazendo a Camara intruza publicar p.r editaes. No dia vinte e trez p.a vinte e quatro fizerão um club entre os Vereadores da Camara intruza, com os Commandantes intruzos de força rebelde: onde entrou Joaquim Miguel Simões, Jozé Romão Leite Prestes Secret.o da intitulada Junta Provizoria, e delliberarão marchar e dar ataque a Tropa de Linha, que existe estacionada

em Arêas, o que na verdade realizarão marchando todos p.ª aquella ponto e bem assim hum intitulado Alferes Jozé Luiz da Costa Barcelos. Reunidos todos em caza de João Moreira da S.ª meia legoa p.ª cá de Arêas ahi fizerão fogo a hum guarda avançada da mencionada tropa onde perecerão hum Alferes e mais praças, segundo as noticias q. aparecem.

Estes factos são criminosos, e constituem crimes d'alta importancia, e p.r elles são responsaveis não só os Reos supra mencionados: mais os Reos, Pedro d'Alm.da Palma, Antonio Gomes Pereira, Ignacio Pinto Barboza, Antonio Manoel de S.ª Gurgel, Manoel Pedro de Oliveira Marsagão, João José de Macedo, vulgo João Mantina p.r illudirem a grande parte do povo que reunirão a ordem dos Juizes de Paz intrusos, e m.mo por pegarem em armas na revolução.

A vista do que dispoem o Regulamento de 31 de Janeiro de 1842 nas Disposições Criminaes, Capitulo 7.º requeiro a V. S.ª se digne proceder na formação da culpa dos Reos, independente da notificação p.ª verem jurar testemunhas por ser impossivel observar-se presentemente esse artigo de Lei; sendo porem citadas as testemunhas constantes do rol junto, e provado quanto baste sejão os mesmos pronunciados.

Portanto, P. a V. S.ª se digne deferir o requerido, juntando ao processo os documentos inclusos. E. R. J.

Afirmo o espendido na presente denuncia de baixo do juramento de meu cargo.

Antonio Faustino Cesar.

Promotor da Comarca.

Sejão citadas as testemunhas que neste termo existirem para deporem no dia de amanham, 11 do corrente, as 9 horas do dia e quanto as dos termos de Lorena contra sejão citados por carta. precatoria para o dia 14 do corrente: a todas sob as penas da lei Guaratinguetá 9 de Julho de 1842.

Mello.

* * *

Quando encetamos esta memoria, tivemos occasião de affirmar que o pretexto, invocado pelos revolucionarios para justificar o movimento, não era sincero, nem a opinião publica reclamava aquella medida radical.

Por documentos indiscutiveis demonstrámos que os chefes da G.da N.al, os commandantes de Policia, e os Juizes de Paz, estes principalm.te, abusando da autoridade que lhes dava o cargo, impidiram que em algumas localidades se executasse a lei de 3 de dezembro de 1841, porque essa lei vinha despil-os da força e prepotencia, de que tanto havião abusado.

Não foi pelo abuso do poder que lhes davam aquelles cargos, que os chefes p liticos conseguiram sequestrar centenares de individuos, para lançal-os nas fileiras revolucionarias?

Sinceros, foram Feijó e outros chefes, explicando as *causas da revolução.*

O major J. J. de Araujo Cintra, quando *recrutava* os infelizes guardas, e os levava *amarrados* para a fazenda do cap.m mór Lucas... «não guardava reservas e francamente declarava ás victimas de sua prepotencia que a força reunida era para *tomarem os postos que haviam perdido os de sua familia* e depois seguirem para São Paulo».

Não menos sincero era Feijó—Leiam-se os 4 numeros do *O Paulista*, o jornal official do governo de Sorocaba, e veremos que *as causas da revolução foram* determinadas pelos seguintes motivos.

«Os Paulistas tendo a frente do Governo da Provincia um patricio seu o Excellentissimo Sr. Tobias, ameaçados de perde-lo com a mudaça do Ministerio Andrada pelo orgam das camaras municipaes e eleitores pediram a S. M.e a sua conservação: o *governo recusou-se*: e sem que este empregado desse o menor motivo foi substituido.»

«A Provincia justamente ressentida .. notou com magua o despreso do Governo na *partilha das graças*, por occasião da Corôação em que até Vasconcellos foi contemplado com a Dignataria do Cruzeiro, e onde *só foram comtemplados alguns inimigos* de Tobias.»

«O seu agente o Barão de Mont'Alegre persuadiu-se que impunemente podia pisar nos Paulistas *demettindo-os de Officiaes da Guarda Nacional* e substituindo-os por pessoas indignas até de serem por elles commandados.»

«O sr. Barão, temendo o resultado, capitulou com alguns influentes; mas perdoe-nos que foi perfido, tendo promettido não *demittir officiaes da Guarda Nacional* sem causa justa, *começou logo a mudalos sem causa justa nomeando nossos inimigos.*»

«De Campinas, somos testemunhas que sem causa dissolveu um esquadrão de cavallaria de Campinas, deixando, porém, a 2.a companhia onde os *officiaes eram do mau partido*: ficando demolido o Estado-Maior etc. nomeou um outro sem capacidade para commandante de infantaria e logo o fez chefe de Legião. Em vista deste proceder, quem mais poderá confiar na probidade e ainda menos nas promessas do presidente *Baiano*».

Em vista das explicitas declarações de Feijó, se o governo se resolvesse a *conservar* R. Tobias na presidencia de S. Paulo, se não tivesse *agraciado Vasconcellos* por occasião da Corôação, se *comtemplasse* alguns amigos de Tobias naquellas *graças*—se Monte Alegre *não tivesse demittido officiaes da Guarda Nacional*, nem dissolvido o esquadrão de cavallaria de Campinas, dei-

xando apenas a 2.ª companhia, onde os *officiaes eram do mau partido*, não teria se conflagrado a Provincia, e todos confiariam na probidade e nas promessas do *Presidente Bahiano*.

Se Feijó, na folha official, se referia ás leis da reforma e á coacção em que se achava o Imperador, o fazia incidentemente, para dizer:

«As folhas publicas e cartas de pessoas fidedignas asseguram que quando o Ministerio emprehende algum desatino e teme que S. M recuse a assigna-lo, procuram aterrar sua imaginação, com a perspectiva de males horriveis, se tal medida não tiver lugar: para isso affectam muito conhecimento do estado do Brasil, allegam a experiencia dos negocios, ameaçam retirar-se do Ministerio e que S. M. não encontrará quem o queira servir mais. Ora S. M. cuja alma inocente ainda não acostumada a ouvir estas imposturas, depois de derramar lagrimas, assigna os disparates do Ministerio.»

Aquellas lagrimas não conseguiram levantar o espirito publico, e poucos dias após, eram outros os sentimentos dos revolucionarios de S. Paulo, quando tiveram conhecimento de que o *innocente chorão* declarára ao Marquês de Paranaguá, «que o Ministerio merecia sua confiança, e conjuntamente com elle cahiria».

Os homens praticos, que não se achavam envolvidos na luta, comprehenderam desde logo—quaes os motivos reaes da revolução.

Pretendiam os antigos Maioristas subir em 1842, como o haviam conseguido em 1840.

Alguns idealistas, porêm, em 1844 quando subiu ao poder o gabinete de 2 de maio, esperaram que a lei de 3 de dezembro seria immediatamente revogada.

Debalde esperaram.

Em 1846, Paula Sousa, descrente de seus correligionarios, vinha pedir a creação de um terceiro partido moderado. O Ministro de Justiça subia á tribuna para censurar acremente ao grande tribuno Odorico Mendes, Paula Barboza e outros, que tiveram o arrojo de apresentar projecto revogando a lei de 3 de dezembro de 1841.

Era *Limpo de Abreu* um dos que requereram que o projecto fosse remettido ás commissões, declarando que elle não o apresentára para—*não crear conflictos*, o que fez Marinho exclamar: «A Camara, humilhada, desistiu de seus assomos de independencia».

A situação liberal já se achava esfacelada e aquelles que eram sinceros invocavam o patriotismo de Paula Sousa para que viesse, com o prestigio que o rodeava, organizar gabinete.

Foi só depois de muitas instancias que elle se resolveu a aceitar a incumbencia, impondo, porém, á Camara liberal, como condição—as refórmas da lei de 3 de dezembro de 1841, a da Guarda Nacional, e a das incompatibilidades.

Na
que o
dividu
S
da re
(
guard
Lucas,
victim
tomar
pois s
N
O D
que
motiv

patric
com
muni
gover
motiv

o de
Coró.
Dign
inim

impu
da C
de s

influ
dem
log

um
con
lid
con
vis
air

se
se
se
M
n

Na sessão de 9 de junho de 1865, dizia Martinho Campos: «Por terem repudiado os principios, me vejo na posição de poder parecer servo da gleba».

Secundava-o Tavares Bastos—«Eu não posso esquecer por amor de nomes, nossos compromissos adiados».

Em 3 de abril de 1886, Barros Pimentel exclamava, —«Façamos alguma cousa: olhemos para a vida vegetativa, esteril e miseravel do partido liberal em 44 e annos seguintes». (Apartes).

«Deixem-me falar: por amor das idéas fez se uma revolução, pegou-se em armas, foi-se derrotado.

«Uma amnistia e uma eleição troxeram-nos a esta casa. Então impuzeram-nos silencio, erigiu-se a inercia em systema, e condemnou se-nos á immobilidade».

Nas vesperas de desapparecer a situação liberal, Cezario Alvim levantava seu protesto nos seguintes termos:

«A lei de 3 de dezembro fez-nos jogar a bala do rebelde no campo fratricida, e não temos nas paginas da nossa legislação o fantasma dessa lei, que parece dizer aos sacrificados de Santa Luzia que o seu sangue derramado inutilmente já secou sobre a terra e que seus cadaveres reduziram-se a pó?

E pela 2.ª vez depois de 1842, deixa o partido liberal o poder, sem nada fazer quanto a lei de 3 de dezembro de 1841.

Na situação conservadora que segue-se, organizaram-se os gabinetes de 16 de julho de 1868, 29 de setembro de 1870 e 7 de março de 1871, que escreveu gloriosas paginas para nossa historia—Libertação do ventre escravo—a Reforma Judiciaria—Creação de Relações—Ampliação do Habeas-Corpus.

Foi só então que se reformou a lei de 3 de dezembro de 1841, para restabelecer o equilibrio entre a ordem e a liberdade.

* * *

Quando no decorrer dos annos o historiador se occupar dos acontecimentos que se desenrolaram na Provincia de S. Paulo, em 1842, ha de, na sua imparcialidade, affirmar que a revolução foi determinada, não pela conquista de liberdade, mas pelo despeito, orgulho e ambição de poder de alguns chefes politicos decahidos.

Não completaremos a longa exposição dos acontecimentos, sem referir qual o procedimento do governo e dos seus auxiliares para com os vencidos, depois de realizada a pacificação.

Os *cabeças*, que se sentiam com maior somma de responsabilidades, foragiram-se e assim se conservaram, até que veiu a amnistia. Em S. Paulo foram poucos os que della se aproveitaram.

A maior parte dos compromettidos foram se occultar em propriedades de chefes conservadores. Em Jundiahi, muitos fo-

ram recebidos pelos membros da benemérita familia Queiroz Telles—em Itapecerica, o capitão Manoel José de Moraes acolhia em seu sitio todos quantos se apresentavam recommendados pelo padre Vicente Pires da Mota.

Por combinação havida, e com acquiescencia do governo, ficou resolvido que em todas as localidades conflagradas se daria uma só pronuncia, e que essa recahiria na pessoa designada pelos amigos ou pela familia, salvo quantos aos principaes chefes.

Recolhidos á prisão, muitos foram defendidos por Clemente Falcão de Sousa, um dos poderosos auxiliares do governo legal, e que fôra o assessor em alguns inqueritos.

Nos conselhos de jurados, os conservadores figuravam sempre em maioria, e, entretanto, todas as absolvições foram unánimes.

De alguns julgamentos conseguimos precisar alguns factos que demonstram a prudencia e a tolerancia com que procederam os legalistas.

No dia 12 de abril de 1843, deu-se nesta Capital o julgamento de Reginaldo Antonio de Moraes Sallés, um dos mais activos revolucionarios, membro de familia importante, e talvez o unico que dispunha de influencia pessoal o que lhe tornou desnecessario usar dos meios empregados pelos Juizes de Paz e commandantes de Policia—influencia que ele poz em contribuição em Campinas, Limeira e Rio Claro.

Do conselho de jurados que o julgou—foi presidente o dr. Falcão de Sousa—secretario o dr. Hypolito José Soares de Sousa, e entre os membros do conselho se achava José Manoel da Silva, o futuro Barão do Tieté, já então incontestado chefe do partido conservador. A absolvição unánime de Reginaldo demonstra a tolerancia que dominava entre os amigos do governo e chefes politicos.

Unánimes foram as absolvições de Joaquim José de Lacerda, José Rodrigues Leite e de todos que se apresentaram, e que não quizeram esperar a amnistia.

* * *

Infelizmente, alguns revolucionarios, dominados, não pelos principios de liberdade, mas por odio pessoal ou ambição politica, conservaram-se impenitentes.

Não procedeu por essa fórma o notavel tribuno Ottoni, chefe, talvez o mais prestigioso, da Revolução Mineira, nome cercado de popularidade, combatente em muitos encontros e prisioneiro em Santa Luzia.

Derrotado, não deixou avassalar sua consciencia por odios e despeitos.

Em 1860, ao escrever a «Circular aos Mineiros», referindo-se aos factos que se desenrolaram nas al antiladas serras de sua provincia natal, em 1842, escrevia o seguinte tópico, chave de ouro, com que encerro esta narrativa.

«Creio sinceramente que mais teria ganho o Systema Constitucional se, apezar de rebellado o governo contra a Constituição, se, apesar da promulgação das leis inconstitucionaes de 1841, apesar da dissolução prévia da Camara dos Deputados, apesar de tudo, a opposição mineira, em vez do recurso das armas, de preferencia, empregasse contra o governo os meios pacificos que ainda lhe restavam».

* * *

Reproduzindo um facto historico da nossa vida politica, procuramos guardar na sua exposição escrupulosa imparcialidade.

La Fontaine, disse-nos :

Tout narrateur
Y met du sien selon les occurrences.

Para escapar desse conceito, não emittimos opinião, nem descrevemos factos, sem amparal-os na tradição, nos documentos officiaes, nos annaes do parlamento, e em grande numero de autographos ineditos, escriptos no momento em que se desenrolaram os acontecimentos, e firmados por personagens que nelles se envolveram.

Si procuramos fielmente narrar o notavel acontecimento, somos entretanto os primeiros a reconhecer que devido á incapacidade do escriptor, a modesta narrativa não satisfará a curiosidade dos competentes.

Que esta confissão desperte a benevolencia do critico.

«FORTE MAÇADA!»

(—Discurso proferido no Instituto Historico, a 25 de Outubro de 1905—)

As palavras que servem de epigraphe a este pequeno trabalho historico, «*Forte maçada!*», foram pronunciadas por D. João I, o Mestre de Aviz, em Aljubarrota.

Ao dirigir-me de novo a esta illustre assembléia, mais uma vez me sinto tomado de viva emoção por ter de vir contestar affirmações precipitadamente feitas, escriptas e publicadas por um dos nossos mais illustres consocios, o dr. Antonio de Toledo Piza, ao julgar as figuras de ha muito desapparecidas dentre os vivos, os vultos historicos do Coronel Daniel Pedro Müller e do Major Francisco de Paula Macedo, — ambos meus ascendentes.

Não é, porêm, o facto egoistico dessa ascendencia que me traz exclusivamente á tribuna, facto de ser o primeiro meu tio-avô e o segundo meu avô-paterno, como primos e cunhados que foram entre si. Um sentimento mais elevado aqui me traz com maior impulso do que o que poderia determinar o simples sentimento de parentesco. Justiça, senhores; antes de tudo é a justiça que me impelle a esta defesa.

O laborioso auctor das «Bernardas», o nosso honrado consocio sr. Toledo Piza ha longos annos que esposou a tarefa de demolidor, e, entregue a tão ingrato designio, tem feito passar por baixo de suas forcas caudinas veneraveis nomes de nossa historia paulista — nomes a que todos nós estavamos habituados a tributar mais ou menos culto. E' assim que lhe não escaparam á deprimente analyse figuras historicas como os Aracatys, os Monte Alegres, os Alvins, os Oliveiras Nettos, os Souzas Queirozes, os Taques, os Pintos Homens, os generaes Leme, Müller, Quartim e mais outros, muitos outros. E, enfrentando com a «bernarda» de *Francisco Ignacio*, a sua penna apaixonada e sôlta tentou cortar fundo na importancia que de si deixaram o coronel D. P. Müller e o Major F. de Paula Macedo, figuras então obrigadas daquelle movimento.

Relêde, senhores, attenta e imparcialmente os seus escriptos, e vereis que, pelo menos neste ponto, são inacceitaveis, por fragilissimos, os motivos que o levaram a tão duro e injusto julgamento. Como servir de base a similhante juizo uma *devassa* que, além de ter sido propositalmente determinada para o *fim que tinham em vista*, não foi encontrada completa nos nossos archivos, e que em sua parte restante se achava mais que repicada pelas traças, emendada em varios pontos, e muito alterada noutros? Como servir de base esse documento assim falho, incompleto e interpolado, essa *devassa* que não chegou a seu termo?

Penso que os juizos definitivos da Historia exigem documentação completa, perfeita, incontestavel.

Mas, além dessa base, vereis (si lhe relerdes os extensos e pacientes trabalhos) que outro elemento se insinuou no animo jacobino do illustre historiographo — pois elle indiscretamente se refere ao facto de terem sido *extrangeiros* esses homens! Extrangeiros—*portuguezes!*—quando o Brazil ainda era a projecção colonial do velho Reino Luzitano!

Mas deixemos de parte essas incoherencias, e vejamos em breves palavras si os dous militares alvejados pela penna iconoclasta do nosso illustre, laborioso e honrado consocio, estão ou não acima da grande injustiça com que foram julgados.

Terminemos, porêm, este introito com as palavras de Paulo do Valle relativas ao mesmo motim popular de Maio e Junho de 1822:

—«NADA HOUVE (diz elle) QUE DESHONRASSE O NOME PAULISTA: NEM UMA INJURIA, NEM UM DOESTO!».

A «bernarda» de Francisco Ignacio

A DEPOSIÇÃO E SUAS CAUSAS

Nulla fides re ni sociis, omnisque potestas. Impatiens consortis erit.
— Jamais haverá sincero occôrdo na partilha do poder. — A auctoridade não quer companheiro.
LUCANO.—*Pharsalia*

Em 23 de Junho de 1821 o povo de S. Paulo, em consequencia do estado revolucionario de toda a America, e mesmo em repercussão ao que se passava em Portugal, reuniu-se e acclamou um governo de 14 cidadãos, continuando porêm o Capitão General Oenhauzem a fazer parte delle.

Era bem de ver-se que, no Governo, um pessoal tão numeroso e heterogeneo havia de desharmonizar-se logo, tanto mais que faziam parte delle ambiciosos e politicos irrequietos. Affectavam ser devotados aos Paulistas, dando porêm sempre mostras do contrario, pois os mandavam enforcar e se diziam amigos da liberdade, consentindo a pêga de indios livres, para serem escravizados, vendidos, e dados de presente aos seus amigos; eram democratas, mas, acastellados no poder, fizeram logo questão do tratamento de «excellencia» para si.

Extremadas, pois, as rivalidades os membros deste governo scindiram-se em dous grupos, guerreando-se surdamente, até que, chamados ao Rio Oenhauzem e Costa Carvalho, pelos manejos de adversarios, os amigos daquelles, aproveitando-se do enforcamento do Chaguinhas e das tristes scenas que então se deram, reuniram-se a 23 de Maio do anno seguinte, com o povo e militares, e depuzeram a Martim Francisco do poder, obrigando-o a seguir para o Rio, por lhe attribuirem as perseguições que se desencadearam contra muitos delles.

A causa real, portanto, era o ciume do poder, como reza a epigraphe do poeta latino :—Assim, pois, não é licito procurar em geitosas *devassas* as causas da anarchia : *il ne faut pas chercher midi á quatorze heures.*

Nesse levante haviam de forçosamente figurar todos os homens que se interessavam pelas cousas publicas; e, na pag. 64 dos *Apontamentos Geographicos* de Azevedo Marques, vemos, com legitimo orgulho, entre outros, declinados os nomes do coronel

Daniel Pedro Müller e Major Francisco de Paula Macedo como o de homens—de prestigio—que sobresahiram nesse successo, coroado do melhor exito, por ser certo que como varões illustres só podiam tomar parte em acções nobres e gloriosos, e cujas causas aliás explicaram em documentos e requerimentos dirigidos ao Principe Regente.

Esses dois varões illustres eram, unidos entre si, a alma do governo; eram parentes proximos um do outro, primos e cunhados; Macedo, meu avô directo, paterno; Müller, meu tio-avô.

Convem que vos diga quem eram esses dois amigos tão mal julgados pelo illustre sr. Pisa.

Marechal Dr. Daniel Pedro Müller

Quem era Daniel Pedro Müller para merecer figurar nesse livro de ouro dos paulistas (1) como homem illustre, sendo hoje tão menoscabado pelos apaixonados escriptores de Bernardas?

Serei breve.

—O pae do dr. Daniel Pedro Müller nascera na Allemanha, mas fôra servir a Portugal; era um sabio distincto, e vendo que seu filho era dotado de rara intelligencia, destinou-o desde a infancia á vida militar scientifica, e por isso o fez assentar praça de cadete de artilharia e seguir o curso das mathematicas no *Real Collegio dos Nobres*, em Lisboa. Tendo concluido seus estudos já no posto de Capitão, que seus merecimentos lhe haviam grangeado, seguiu para o Brazil e veiu servir em S. Paulo, onde foi logo escolhido para desempenhar o logar de Ajudante de Ordens. Sendo promovido a Major, e incumbido de serviços de engenharia, effectuou muitas construcções notaveis, entre outras a agulha ou pyramide do Piques e as duas bellas pontes do Carmo e Piques, que se conservam até hoje intactas e perfeitas; galardoado com o posto de Tenente-Coronel, foi incumbido de fazer o magnifico aterrado, de mais de duas leguas de extensão, sobre o alagadiço mangue que vai de Santos ao Cubatão, obra portentosa e, naquelles tempos, julgada quasi impossivel, mas necessaria, por ser Santos o nosso emporio commercial e principal escôadouro.

Esta gigantesca obra até hoje não foi retocada. Bem sabeis que, antes de haver a estrada de Ferro Ingleza, era por alli que entravam todos os generos de importação para surtir S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso; era tambem como que a unica valvula por onde se escoavam nossos productos para o exterior.

---

(1) *Apontamentos historicos e geographicos*, de A. Marques

Assim, pois, benevolos consocios, não foram realmente bastante importantes os serviços prestados ao Brazil, á Provincia e á cidade de S. Paulo, pelo sabio dr. Müller?

Então já não perduram as suas obras monumentaes e os escriptos que nos legou?

Como chamal-o extrangeiro, quando elle servia tão lealmente a sua Patria, a Patria de seus filhos?

Será inveja, ingratidão, ou... que será?

Por sua reconhecida competencia, por suas luzes, por seus serviços, por seu prestigio e, sobretudo, pela excessiva bondade de seu caracter, foi escolhido para fazer parte do governo provisorio de S. Paulo, onde só patenteou elevadas qualidades, sendo o mais sobrecarregado de trabalhos, mas merecendo sempre elogios do governo (vide *Actas do Governo Provisorio*). Salvou a capital da anarchia em todo o tempo de seu governo; livrou a de ser atacada a canhão, apesar de ser cidade aberta (Cidade aberta é a que não é defendida por muralhas e fortificações permanentes e, neste caso, é até crime atacar uma população inerme a tiro de canhão).

De mãos dadas com o seu amigo, cunhado e principal auxiliar Major Francisco de Paula Macedo, livrou a cidade de S. Paulo de ser levada a ferro e fogo e de ser saqueada com o consentimento de dois ministros paulistas que se achavam no Rio.

Por esses serviços, o governo de Pedro I, livre da tutela official e officiosa daquelles que D. João VI chamava aventureiros, promoveu a Coronel o dr. Müller. Em 1825 fêl-o seguir para o Sul como Aj. G.al da Praça de Montividéu, no posto de Brigadeiro, passando a commandal-a logo depois.

Feita a paz, veiu para o Brazil, e foi nomeado Commandante da Fortaleza de Santa Cruz, pedindo pouco depois sua reforma, com mais de 34 annos de bons serviços prestados ao Brazil, especialmente a S. Paulo, onde se casou, — união de que teve numerosa e illustre descendencia, entre os quaes se contavam o (1) Marechal Beaurepaire Rohan, dr. Müller de Campos, o Conselheiro Francisco Manoel das Chagas, Barão de Itaypú, General Honorario e Director da Secretaria da Guerra; dr. Müller, Coronel de Engenheiros, e muitos outros.

Apesar de entregue a tão importantes trabalhos, cultivou sempre as sciencias, as lettras e as artes. Não se applicava a um só ramo de conhecimentos humanos; deu-se a todos, e em todos foi distincto; e a prova está nessa admiravel Encyclopedia ou collecção de catecismos que emprehendeu e concluiu, e muitos dos quaes viram a luz naquelles tempos. Nelles, o Marechal Müller, em cujo posto se reformára, dava noções geraes sobre tudo que pode ser objecto de estudo; e essas noções eram tão preciosas e exactas, que bem deixaram ver o quanto foi profundo

(1) Uma filha do Marechal Müller casou-se com o Marechal B. Rohan.

em todas as materias. As melhores estatisticas e mappas de São Paulo devem-se a elle. Era insigne pintor, de modo que só isto o tornava distincto, quando por tantos titulos o não fosse, sendo sobretudo grande na parte que diz respeito á perspectiva.

Em meio de seus numerosos affazeres ainda achava tempo para leccionar differentes materias, e entre seus benemeritos discipulos contava-se o grande Paulista, o illustrado Conselheiro dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel!

Mas basta! E é a um homem destes que aqui se vem estigmatizar, ridicularizar!

E' bem verdade que o papel acceita tudo... E a disciplina partidaria manda applaudir certos conceitos. *Laudans, sed mœrens...*

Foi bom pae, amigo constante e leal tanto na adversidade como na prosperidade.

Quando o Marechal Müller morreu, o *Instituto Historico e Geographico Brazileiro* proferiu as seguintes palavras que, vos peço, repitais commigo, para desaggravo de sua honrada memoria :

— « O Brazil perdeu um bom cidadão, e o *Instituto Historico* um sabio» !

O major, depois brigadeiro, Francisco de Paula Macedo

Ninguem ignora as luctas seculares que os Portuguezes sustentaram contra os Hespanhóes sempre vencidos. Em uma das mais celebres batalhas, nos Campos de Aljubarrota, a 14 de Agosto de 1385, o pequeno exercito portuguez, apenas de 9.000 homens, commandados por d. Nuno Alvares Pereira e pelo proprio Rei, d. João I, o Mestre de Aviz, em pessôa, bateu-se contra o poderoso rei d. João e seu exercito hespanhol, forte de trinta mil homens, os quaes foram completamente derrotados. Digo celebre batalha, porque foi ahi que pela primeira vez appareceram peças de artilheria manejadas pelos Hespanhóes, os quaes não sentiram tanto perder a batalha, «sinão o terem sido vencidos por tão pequeno numero de Portuguezes».

E é celebre, no dizer dos escriptores luzitanos, porque naquella gigante pugna se «acharam presentes todos os homens de valor», entre outros Mem Rodrigues, Rui Mendes, Arcebispo de Braga d. Lourenço, Gonçalo Mendes e muitos notaveis que nesse dia memoravel conquistaram a independencia de sua Patria, gloria para ella, e affirmaram no throno o seu rei d. João I.

Essa batalha e suas peripécias têm para os Macedos um encanto, uma alta, indizivel e tradicional significação, motivada pelo seguinte episodio :

—No mais ardente e renhido da peleja viu-se o valoroso Mestre de Aviz, d. João I., cercado por um grupo de guerreiros hespanhóes que, o acossavam de todos os lados. Uns, com suas compridas lanças, ameaçavam lhe os flancos. Outros, com seus arcos, de longe atiravam velozes settas sobre a cotta de malhas que lhe guarnecia o peito. Quem, desferia talhos sobre o elmo com cortante espada, e quem, afinal, procurava subjugar o corcel para aprisionar d. João. Batendo-se contra muitos, e já fatigado em extremo, el-rei, vendo-se em grande cuita e perigo, invocou a protecção indefectivel da Santissima Virgem, e fez um voto no momento em que, malapercebido de um lado, por achar-se atacado do outro, delle se approximava um possante inimigo, o qual, levantando afiado alfange, ia corta-lhe o fio da preciosa vida, quando, do lado do rei, surge um cavalleiro anadél «*da ala dos namorados*» (1), e de-fechando com sua terrivel maça tremendo golpe no hespanhól, o atirou morto, livrando assim o rei, o qual, voltando-se, então proferiu sorrindo as seguintes palavras historicas:

—« Fórte maçada ! », isto é, «tremendo golpe de maça foi esse » !

Ganha a batalha, e livre o rei, cumpriu este o seu voto, erigindo sumptuosa Egreja no logar da lide, e que é o monumento de maior gloria e fama em Portugal.

El-rei, agradecido, deu-lhe a tença de Aviz (2), e o escudo d'armas (3), e determinou que na Capella em que fosse sepultado, tambem teria um tumulo o seu leal salvador — o *anadél* MAÇADA, que, com o tempo e por corrupção, passou a ser — MACEDO. E' esse o tronco glorioso, a origem dos «Macedos».

Lá em Portugal, no Mosteiro Real de Santa Maria da Victoria, vulgarmente «da Batalha», em os campos de Aljubarrota, na porta da Capella Real, está uma campa de pedra, com uma inscripção já apagada, mas visivel, e a maça d'armas esculpida; essa é a sepultura do valoroso soldado da *Ala dos namorados*, inseparavel d'El-rei, na jornada de Aljubarrota, e que o defendeu de seus inimigos. E' isso o que referem as chronicas portuguezas, sendo para notar que com o nome de *Macedo* ha cinco villas e povoações para celebrar tão importante feito e nome: —Macedo de Cavalleiros, freguezia em Traz os Montes;— Macedo do Matto, idem;—Macedo de Pezo, idem:—Macedo, villa em Beira Alta, — e Macedo, em o districto de Aveiro

Em algumas casas antigas e nos portaes de alvenaria de algumas quintas vêem-se em relevo escudos com uma simples maça d'armas, symbolo heraldico e historico dos Macedos.

---

(1) Que corresponde á Imperial Ordem da Rosa, da qual somos Cavalleiro por serviços da Guerra.

(2) Somos tambem Cavalleiro de Aviz, recompensa dos Benemeritos.

(3) Os Macedos têm por armas: Em campo azul cinco estrellas de ouro de seis pontas, postas em santor; timbre, um braço vestido de azul com uma maça de ouro cravejada de pontas de ferro, como a clava de Hercules, em acção de descarregar a pancada.

Em bella manhan de um dia e mez qualquer dos primeiros annos do seculo passado desembarcou no Rio de Janeiro um joven portuguez, de regular estatura, de rosto claro e formoso, com bellos olhos azues escuros e cabellos longos, annellados, côr de ouro. Vestia o serio e elegante uniforme de Tenente de Infantaria de Caçadores Reaes, 3, de Portugal, onde fôra convidado por labios augustos para vir para o Brazil. Acceitando o convite, deu as suas terras, vinculos, morgado e mais haveres a suas irmans e, rezervando para si apenas a propria espada, embarcou para a America.

Poucos dias demorou-se na Côrte, como então se chamava á *Capital*, hoje *Federal*, tendo de lá seguido para S Paulo, onde foi aproveitado como instructor dos Corpos de Milicia, e em outras commissões militares. Este official era um nobre descendente dos Macedos, e chamava-se Francisco de Paula Macedo.

Não era um official scientifico; era, porêm latinista, e conhecia a historia, a logica, a tactica, a estrategia, a logistica; era um excellente official pratico, de fileira, e de administração interna.

De genio extremamente bondoso, affavel; e, como tinha esmerada educação, tornou-se em breve muito estimado de seus companheiros de armas, brazileiros e portuguezes.

Casou-se logo com uma bella e virtuosa paulista, descendente da fidalga familia dos Araujos e Azambujas, e de seu feliz consorcio com a Ex.ma Sr.a d. Francisca Amalia de Araujo Azambuja, ao depois Macedo, teve vinte filhos. Ora, si é certo que, desde os tempos biblicos, um matrimonio tão fecundo foi sempre acatado e venerado como symbolo das bençams celestes, da força, vigôr e saúde, como é que se procura ridicularizar e deprimir o tronco de familia tão numerosa e notavel, quando já aliás o era por outros titulos ?

Abramos o grande livro da Historia; compulsemos Heródoto, o Principe dos Historiadores, em uma de suas bellas paginas, traduzidas por Larcher, ultima edição de L. Humbert, paginas 83, sob a invocação de Clio, e ahi veremos que «na mais remota antiguidade eram venerados os paes de numerosa familia; e, mesmo, que entre os Persas, depois das virtudes guerreiras, elles consideravam como um grande merito o ter muitos filhos, e que o rei daquelles paizes mandava annualmente valiosos presentes áquelles que os tinham mais».

Vejamos si foi e é illustre a progenie do Sargento-Mór Macedo, tão barateado pelo sr. Piza que se esquece de que aquelle benemerito e fallecido militar, adoptando o Brazil por Patria, constituindo familia e radicando-se em S. Paulo, ao qual defendeu, chegou aos mais elevados postos da milicia, ao generalato, derramando flores no caminho da vida, praticando a virtude e legando aos seus descendentes um glorioso nome historico e uma pobreza honrada. Casado com a formosa e dignissima d. Fran-

cisca, minha bemfeitora e querida e saudosissima avó, cujas bençams mysteriosas e salutares sempre depreco, teve as seguintes filhas:

1 D. Maria Adelaide, casada com o conselheiro dr. José Bonifacio Nascentes de Azambuja, com descendencia numerosa;

2 D. Anna, casada com o dezembargador Mathias da Fonseca Morato, com descendencia;

3 D. Amelia, casada com o conselheiro José Ignacio Gomes Guimarães, com decendencia numerosa;

4 D. Genebra, casada com o coronel Carlos Maria de Oliva, com numerosa descendencia;

5 D. Maria Amalia, casada com o dr. Antonio Maria Goulart, com numerosa descendencia;

6 D. Josephina, casada com o dr. J. Maria Carvalho, com descendencia;

7 D. Constança, casada com o Commendador Bernardo de Oliveira Mello, sem descendentes;

8 D. Francisca, casada com o major Francisco Geraldo de Andrade Vasconcellos, sem descendentes.

FILHOS

9 Major Francisco de Assis de Araujo Macedo, com descendencia;

10 Commendador João Evangelista de Araujo Macedo, com descendencia;

11 Tenente Antonio C. de Araujo Macedo, com descendencia;

12 Dr. Francisco de P. de Araujo Macedo, com descendencia;

13 Carlos A. de Araujo Macedo, solteiro;

14 Erico de Araujo Macedo, — e mais seis que falleceram na infancia.

Seus netos, bisnetos e tataranetos são, por assim dizer, innumeraveis, e estão espalhados por todo o Brazil. Alguns brilham como estrellas de primeira grandeza; outros, como eu, desapparecem nas nebulosas da vida.

Vivendo entregue ao serviço militar de guarnição, e todo devotado aos cuidados de sua numerosa prole, inimigo do bulicio, foi bem a contra-gosto que teve de se envolver em 1811 e 1822 nos successos que se desenrolaram nesta Capital, só para acompanhar a classe e os parentes e amigos; e, como homem principal que o era, mas longe de ser um elemento de desordem, foi, pelo contrario, o então major Macedo um conciliador e, nesta quali-

dade, ahi figurou em 1.° plano. Foi escolhido para ir a Itú, em commissão de serviço militar, para tranquillizar a cidade e movimentar as milicias rebeldes. Alli (1) foi, como aliás era de esperar, apedrejado pelas virágos, garotos e gente baixa, açulada pelos politicos e rabulas de aldeia, que mettiam no tronco cidadãos livres e os torturavam com instrumentos aviltantes !

Nem por isso a sua conducta foi menos digna, pois desempenhou cabalmente a sua missão.

A camara de Itú, em officio ao Governo, excusou-se do occorrido, lastimando o facto, dizendo que « não era o insulto dirigido ao cidadão major Macedo e sim á sua dignidade (?); mas que deplorava o facto». Verdadeira satisfação !

Aproveitou-se o libellista desse incidente sem valor para perseguir (veja-se esta palavra no diccionario latino), para diffamar e encher de ridiculo o brioso militar. Não entro em pormenores, para não alongar esta impugnação ; apenas direi que, oxalá possa o injusto analysador dessas duas figuras historicas defender os seus com a lisura, a facilidade e a justiça com que acabo de defender os meus.

Tempos depois (Triste ironia da sorte !), Macedo, o correcto official, foi de novo mandado a Itú ; então lá o procuraram, deante delle se humilharam, pediram-lhe favores e beijaram-lhe as mãos.

Em outra occasião serei mais extenso sobre os serviços do Brigadeiro Francisco de Paula Macedo, cidadão próbo, modesto, exemplar pae de familia, e tão digno tronco, cidadão egregio, que, alguns annos depois, já no elevado posto de Brigadeiro, os povos de beira-mar e da importante comarca de Ubatuba, naquelles tempos mui florescente, em agradecimento aos seus valiosos serviços lhe offertaram esta brilhante, fulgurante espada de ouro *(o orador mostra a referida espada ao auditorio)* com a competente legenda gravada na folha, — legenda essa que, mais eloquente que qualquer discurso, mais duradoura que qualquer monumento, vem desmanchar as calumnias com que porventura se tente diffamal-o, — espada de honra que está a protestar contra similhante e falso julgamento, e que proclama bem alto os meritos, a honra, a lealdade desse illustre varão prestante, que deixou tão honroso documento militar a seus netos vindouros, como symbolo dos notaveis serviços por elle prestados á sua patria adoptiva, o Brazil, e principalmente a S. Paulo, nosso estremecido berço.

E' pela religião, pelo solo sagrado e pelas instituições legadas ao Brazil, que se têm batido os descendentes do marechal Daniel Pedro Müller e do Brigadeiro Francisco de Paula Macedo,—e o têm feito derramando o proprio sangue e honrando-lhes assim o seu nome e as suas venerandas cinzas.

HENRIQUE AFFONSO DE ARAUJO MACEDO.

---

(1) Foi desacatado simplesmente porque não levou escolta; nada mais.

Excursão ao Ruwenzori

CONFERENCIA FEITA PELO DUQUE DE ABRUZZOS EM LONDRES E TRADUZIDA PELO DR. EDUARDO LOSCHI

Ex.mo Sr. Presidente.

Illustres consocios.

Não é necessario dizer-vos quem é o Duque dos Abruzzos: Elle pertence ao nosso Instituto, como socio honorario, e são muito conhecidas suas excursões geographicas ás culminancias dos Alpes da Italia e á serra da Alaska, na America do Norte. Todo o mundo soube e acompanhou com interesse sua arrojada viagem ao Polo Norte e com certeza tereis tambem ouvido falar da sua ultima e importante viagem ao centro da Africa.

Julgando que o nosso Instituto teria certo interesse em conhecer o itinerario dessa excursão e os pontos reconhecidos pelo illustre Duque dos Abruzzos, tomei a liberdade de traduzir na lingua do paiz, que me hospeda, a conferencia feita por elle mesmo, na presença do Rei da Inglaterra, em Londres, em o dia 12 de janeiro proximo passado.

S. Paulo, 1 de junho de 1907.

Eduardo Loschi.

«Aqui me acho, correspondendo ao gentil convite da Real Sociedade de Geographia, para descrever a minha recente exploração ás culminancias nevosas, conhecidas pelo nome de «Ruwenzori» e que estão situadas no centro da Africa Equatorial, precisamente entre os dois lagos Albert e Albert Edward, nascentes do rio Nilo.

Provavelmente esta serra foi primeiro avistada pelo sr. S. Baker, quando em 1864 visitou aquella região, e depois, em 1876, pelo sr. Gessi, que a descreve nas suas cartas como «extranha apparição de immensas e candidas montanhas cobertas de neve» ao passo que Baker deu o nome de montanhas azues á serra que se lhe apresentava ao sul do lago Albert.

Nem um, nem outro, porém, tinha ligado grande importancia áquella serra, e, pois, coube ao sr. Henrique Stanley o real merecimento da descoberta. Elle não se satisfez com tel-a visto.

ao sul do lago Albert, em 1888: no anno seguinte atravessou as fraldas occidentaes e o seu companheiro, o alferes Stairs, subiu pelo lado nord' oeste, até á altura de 2 354 metros.

Stanley procurou indagar qual o nome que os habitantes davam áquellas alvas montanhas, e, obtendo varias respostas, escolheu o de «Ruwenzori» que na lingua dos Mtsoras, quer dizer «factor de chuva», denominação esta muito apropriada, devido ás nuvens que continuadamente envolvem as suas costas, tornando invisiveis por mezes e mezes as suas culminancias. Apenas durante o periodo da passagem da estação das chuvas para a da secca, ellas são visiveis pela madrugada.

Emquanto perdura esta ultima estação, escondem-n-as os vapores do terreno.

Stanley pensou que essas eram as montanhas que Tolomey denominou «Montanhas da Lua».

Os geographos, porém, não estiveram de acôrdo, tanto que alguns foram procural-as no Kenia e no Killimangiaro, outros nos montes que corôam as alturas da Abissinia e outros ainda nas montanhas vulcanicas do Mumbiro, situadas na região que os indigenas chamavam «Paiz da Lua» ao sul do lago Albert Edward, proximo ás nascentes do Kagera, que é um affluente do lago Victoria e a mais remota nascente do Nilo Oriental.

O illustre geographo italiano dr Hugues, a pedido meu, occupou-se gentilmente dessa importante questão. Baseado nas coordenadas geographicas dos lagos do sul, lagos que affirma serem os mesmos conhecidos pelos nomes de Victoria, Albert e Albert Edward, o dr Hugues opinou pela versão de Stanley. —E' incontestavel que o «Ruwenzori» é a unica serra nevosa da bacia do Nilo e, portanto, sómente ella póde estar de acôrdo com a affirmação de Tolomey, de que o Nilo é alimentado por montanhas de neve.

Foram successores de Stanley, na visita á região do Ruwenzori, o dr. Stuhlmann, em 1891, e Scott Elliót em 1895. O primeiro, pela bacia do Butágu, subiu ao oeste da serra, até 4.450 metros, tirando importantes photographias dos seus picos e geleiros.—Scott Elliót fez depois cinco excursões em direcção ao cume central, approximando-se delle pelo lado oriental, percorrendo os valles de Yeria, Wimi, Mobocu e Nyamwamba, e, pelo lado occidental, o valle de Butágu, onde alcançou a altitude de 3.972 metros; nos valles do Yeria e Wimi chegou ao divisor, porêm não a tão grande altitude. Si bem que nenhum dos dois tenha alcançado a zona das neves, entretanto ambos fizeram numerosas observações scientificas e organizaram collecções.

O dr. Stuhlmann teve a primazia em reconhecer que naquelle massiço havia quatro grupos distintos, que, pela ordem de norte a sul, denominou: Kraeplin, Moebius ou Kayangungwe, Semper e Weissmann, declarando que o segundo era o mais baixo.

Moore foi o primeiro que chegou á zona das neves, subindo

o Semper, em 1900, até a altitude de 4.540 metros, pelo lado leste da culminancia, que erroneamente julgou fazer parte do divisor das aguas.

No mesmo anno, o sr. H. Johnston alcançou egual altitude, na mesma montanha, á qual chamou Kiyanja, e deu o nome de Duwoni a outro pico visivel no valle inferior do Mobúku, sem, entretanto, assignalar se era um dos montes referidos por Stuhlmann.

Depois de 1900, muitas outras tentativas de ascensões foram feitas em ambas as vertentes da montanha: do lado de leste, foi sempre escolhida a bacia do Mobúku, sem que, entretanto, ninguem conseguisse chegar á altitude alcançada por Moore; do lado oeste, o dr. David julgou ter subido á altitude de 5.600 metros, nos geleiros do Monte Moebius. Essa supposição, porêm, parece ser erronea, porquanto elle proprio admitte que se affigurara estar 470 metros abaixo dos picos. Ditas ascensões, porêm, foram feitas por exploradores que não eram alpinistas.

No inverno de 1905 e na primavera de 1906 foram feitas mais duas tentativas por alguns alpinistas:

A 1.ª comitiva, composta dos snrs. Douglas Freshfield, Munn e do guia Zermatt, venceu em novembro de 1905, a altitude de 4.419 metros nos geleiros onde começa o valle de Mobúku, mas, devido às chuvas torrenciaes, não pôde conseguir o fim almejado. Elles enganaram-se na época das chuvas, por terem, o sr. Johnston e outros, deixado de mencionar em os seus relatorios, que a estação das chuvas na região do lago Victoria não coincide com a do Ruwenzori.

A 2.ª comitiva, composta do alpinista austriaco sr. Grauer e dos missionarios Maddox e Tegart, chegou ao ponto mais baixo do espigão alcançado por Moore, altitude por elles estimada em 4.572 metros.—Grauer, como o seu predecessor Moore, pensou ter alcançado o divisor das aguas.

Eis quanto constava relativamente a essa região, quando, em fevereiro de 1906, me dispunha a completar os preparativos e fixar a data da minha partida da Italia. Tinha conhecimento, porêm, de que as autoridades do British Museum haviam enviado uma expedição para lá, com o fim de organizar uma collecção de historia natural, e que ella se achava nas fraldas do Ruwenzori, desde dezembro de 1905, contando entre o numero dos que a compunham o dr. Wollaston, socio do Club Alpino. Como, porêm, até o fim de fevereiro, não me tivesse chegado nenhuma noticia de ascenção, julguei que, devido ás chuvas torrenciaes de março, abril e maio, o dr. Wollaston não se teria aventurado tão cedo á arriscada ascenção, e que, portanto, me daria tempo para lá chegar e com elle me juntar na subida aos picos mais culminantes.

Das noticias publicadas pelos meus predecessores, com especialidade as ultimas do dr. Freshfield e David, conclui que a

serra do Ruwenzori se compunha de 4 grupos de montanhas na direcção nord-este — sud'oeste, não tendo certeza, porêm, si ellas estavam em seguida uma á outra ou si eram separadas por grandes valles.

Uma destas montanhas, a Semper (ou Ngomwimbi segundo Stuhlmann e Moore) ou Kiyanja (segundo Johnston, Freshfield e Grauer) era facilmente accessivel pelo lado do valle do Mobuku. O pico mais alto, o Duwoni, segundo Johnston, e talvez o mesmo que o Stuhlmann chamou Moebius, provavelmente seria accessivel pelas culminancias alcançadas por Grauer.

Havia um ponto, porêm, sobre o qual todos os excursionistas eram contestes, não obstante as tentativas terem sido feitas em diversas epocas do anno: na descripção do máu tempo naquellas regiões, das chuvas torrenciaes, intercaladas de espessas neblinas e chuvisqueiros e das raras madrugadas em que apenas havia sereno.

Das noticias fornecidas pelos missionarios de Toro e publicadas por Freshfield e as dadas por William Gartin, tinha apprehendido que os mezes menos desfavoraveis ás ascenções eram os de junho e julho e tambem os de janeiro e fevereiro, porquanto, apesar das cerrações, havia, entretanto, certa solução de continuidade nas chuvas. Decidi então effectuar a minha ascenção nos mezes de junho e julho.

Considerando que a posição daquella montanha não estava bem precisada, assim como a sua altitude, que fôra estimada entre 5 900 a 6.500 ms.; considerando que o máu tempo e as nuvens difficultariam a marcha além da zona das neves, pareceu-me conveniente provisionar-me do material necessario para que fosse possivel acampar na zona dos gelos, á maneira do que tinha feito na ascenção do monte Santo Elia.

Havia, pois, necessidade de sermos acompanhados de carregadores europeus, para o transporte do material, porisso que os indigenas da vertente oriental do Bakonjo não supportariam os rigores da zona do gelo.

Nos preparativos das provisões calculei que 40 dias fossem sufficientes para o reconhecimento da zona superior, mesmo sendo contrariado pelas mais importunas condições atmosphéricas.

* * *

No dia 16 de abril deixámos Napoles com destino a Mombasa. Eram meus companheiros: o capitão Cagni, da marinha italiana, que tinha a seu cargo as observações geraes, especialmente as magnéticas; o alferes Winspeare, tambem da marinha italiana, encarregado das observações geraes e especialmente das meteorologicas e topographicas; o medico major Cavalli—Mulinelli, incumbido das collecções zoologicas e botanicas; o geologo D. Roccati, encarregado tambem das collecções botanicas e

das geologicas; o sr. Pella, que se devia occupar das photographias; o sr. Erminio Botta, ajudante photographo; dois guias alpinistas, José Petigax e Cezar Ollier; dois carregadores, José Brecharel e Lourenço Petigax, e o cozinheiro Igino Gini.

As provisões completas (barracas, camas, colchões, cadeiras, mesas, banheiras, estufas, roupas, materiaes para photographia e para as collecções botanicas, mineralogicas e de zoologia, instrumentos diversos, espingardas e munições de caça) foram divididas em 114 caixas, pesando cerca de 25 kg. cada uma, as quaes foram numeradas e acondicionadas de sorte a mais facilmente serem carregadas na cabeça. As provisões de boca foram divididas em 80 caixas pesando tambem 25 kg. e contendo cada uma a comida sufficiente para um dia e para doze pessoas. As caixas eram de folha soldada e protegidas por outra caixa de madeira. Quarenta (40) eram destinadas para a marcha de Entebbe a Fort-Portal e não continham carne secca, por isso que durante a marcha se podia encontrar carne fresca. As outras 40 caixas, destinadas á marcha na montanha, continham carne em conserva. No transporte das caixas de Entebbe até o Ruwenzori foram empregados 194 carregadores.

Na manhã de 3 de maio, depois de uma viagem de 17 dias, interrompida apenas pela breve parada feita em Porto-Said Aden e Gibuti, estavamos ás vistas das brancas casas de Mombasa, e pouco depois, ancoramos no porto de Kilindini, onde havia ancorados muitos navios ingleses, franceses, austriacos e allemães. Não estando ainda ultimada a ponte de embarque, junta á estrada de ferro da Uganda, as mercadorias são transportadas para a alfandega, pelo pequeno canal que liga os portos de Mombasa ao de Kilindini, ao occidente.

Todo o dia 3 foi empregado no desembarque e transporte das bagagens para o trem e foi graças á gentil cooperação dos empregados ingleses, os quaes nos fizeram concessões especiaes, e ao auxilio dos nossos conacionaes, que pudemos partir na manhã seguinte. Foi assim satisfeito o meu desejo de deixar o quanto antes Mombasa, devido a pertencer este ponto á zona da malaria e ao receio que eu tinha de que algum da expedição fosse atacado da febre.

O máu estado de saúde do companheiro Winspeare obrigou-nos a que o deixassemos em Mombasa, tendo dado entrada no hospital, para voltar á patria, com o consentimento do dr. Cavalli, logo que o seu estado de saúde lh'o permittisse.

Na madrugada de 4 de maio, tomámos o trem semanal com destino a Port-Florence. Esta estrada de ferro tem o comprimento de 1 185 km.: foi iniciada em 1896 e completada em 1902. Do mar, eleva-se até 2.228 m., para descer depois sobre o lago Victoria, a 1.117 m. Tem a velocidade média de 39 km. por hora e permitte aos passageiros admirarem os variados pa-

noramas. Da paisagem tropical de florestas de bananas e palmas, nas vizinhanças de Mombasa, eleva-se gradualmente aos immensos planaltos de Athi, viveiro de zebras, gazellas, rinocerontes e leões. Além de Nairobi, nova capital do Protectorado da Africa Oriental, a estrada sòbe novamente para as alturas que limitam a grande vallada do Rift, deste collosal golfo, que se extende ao sul, até o lago Nyansa, e ao norte, até os lagos Rudolf e Margherita.

Dando volta a uma vegetação luxuriante, contornando os espigões dos ingremes montes, ora penetrando nos recessos de estreita garganta, chegámos a Simuri.

Nesta estação começa a longa descida do Rift, depois de um giro semicircular, em que atravessam alguns viadductos sobre profundas ruinas, o trem passa nas fraldas do extinto vulcão de Longone, nas praias do lago Naivaska e sóbe para Njoro, o ponto mais alto da linha, no confim occidental do Rift.

Ao longo da estrada e nas estações vêem-se indigenas semi-nús, cobertos de pelle e com os cabellos e o rosto tingidos de côr vermelho-amarellada. Os homens tinham o aspecto soberbo, estando muitos delles armados com flechas e escudos. As mulheres levavam as crianças nas costas e tinham as pernas e os braços ornados em espiral com metal amarello, que lhes impedia de andar livremente; o rosto era desfigurado por grandes brincos em fórma de tambor.

Além de Njoro, a linha férrea desce o Mau, atravessando enormes extensões de terreno coberto de herva elephante, até o Kisumu ou Port-Florence, ponto terminal da linha sobre o lago Victoria e de onde parte o vapor para Entebbe.

Chegamos a Kisumu ás 11.^{h} 30.^{m} do dia 6, tendo feito, em 48 horas, os caminhos que até bem pouco tempo precisavam 3 mezes para serem percorridos.

Em quanto embarcavam as provisões, fui visitar o grande mercado do Kisumu, onde centenas e centenas de homens e mulheres, em costume natural, se reuniam para o trafico.—Merece observação que nesta parte da Africa se encontram alternadamente raças que se apresentam: umas completamente núas e outras completamente vestidas, sem que, entretanto, a moralidade tenha mais a ganhar com a vestimenta de umas do que com a nudez de outras.

A moeda corrente em Uganda é a *rupia indiana;* as conchas são ainda usadas, mas para pequenas importancias.

No mesmo dia partimos de Kisumu; e como naquelle lago, só se navega durante o dia, ás 6 horas da noite ancorámos perto da ilha Rusinga. As ondas quebravam-se na praia, produzindo leve murmurio, em quanto algumas canôas compridas e estreitas, tripuladas por vinte ou mais remadores, iam e voltavam alternadamente da ilha ao nosso vapor *Winifrea.* Durante a calmaría, viam-se entre as cannas alguns hyppopotamos, que de

vez em quando levantavam a immensa cabeça, emquanto que os passaros, em procura de pousos, voavam para as rochas e ao longo da praia. Naquella noite o sol desceu como num semicirculo de nuvens e lançava seus derradeiros raios de ouro sobre uma parte da terra, que agora se vae abrir á civilização.

O céu, depois de rapidamente passar de um vermelho-encarnado para roxo-escuro, desappareceu nas trevas da noite, que repentinamente cobriram todo o lago.

Vieram-me naquelle instante ao pensamento os contos da escravidão, do cannibalismo, dos reis crueis, das sangrentas batalhas e dos paizes dizimados pelo beri-beri, molestia que de ha pouco invadira aquella região. E na calma da noite a minha mente se transportava de um triste passado e de um presente não muito prospero para a lisonjeira visão de um futuro bemaventurado, em o qual, devido aos esforços, á paciencia e ao heroismo dos scientistas, a praga que ainda hoje assola aquellas terras, dizimando aquella população, será vencida e, nas praias do lago, ora devastadas pela epidemia, surgirão villas e cidades, e colonias agricolas-européias irão habitar e cultivar os seus immensos planaltos.

Na tarde de 7 de maio, chegámos á Entebbe (Port-Alice), séde do governo do Protectorado de Uganda. A cidade é dividida em dois departamentos e occupa, sobre um elevado promontorio, uma magnifica posição entre duas profundas bahias do lago. As casas dos europeus obedecem a construcções communs nos paizes tropicaes: grandes varandas circumdadas de jardins. Usam sobre os telhados, nas janellas, em volta das varandas, collocar cortinas com o fim de se defenderem dos mosquitos e especialmente da fatal mosca do somno. Os indigenas habitam ranchos circulares.

Em Entebbe tive um recebimento quasi official. Eu e o capitão Cagni fomos, com muita fineza, hospedados pelo commissario mr. Hesketh Bell, e os outros companheiros tambem tiveram gentil hospitalidade, por parte dos srs. Ennis Wejudham, Carter e Martin. Fomos alvos de todas as cortezias e, pois, podemos passar uma semana de descanço e de gozo.

Não sendo aquelle tempo proprio para nos entregarmos a prazeres, porquanto urgia partir, tratei de dar as necessarias providencias para os preparativos da nossa empresa, tendo sido augmentado o meu trabalho, devido á falta da valiosa cooperação do capitão Cagni, adoecido pouco depois da nossa chegada a Entebbe.

A febre, branda a principio, aggravou-se depois, ao ponto de ser necessario transportal-o para o Hospital, perdendo eu assim a esperança de tão bôa companhia na minha expedição.

Não era conveniente esperar em Entebbe o seu restabelecimento, porquanto impossivel era prevêr a duração da sua enfermidade, e tambem porque não convinha perder o tempo

favoravel dos mezes de junho e julho, além de que a nossa permanencia no local acarretava o perigo de serem atacados de febre outros membros da expedição.

Eis porque resolvi manter a decisão tomada ainda na Italia, de atravessar rapidamente a zona das febres maláricas, mesmo sendo obrigado a privar-me do valioso concurso do companheiro affeiçoado, intelligente e fiel, que me acompanhára nas precedentes expedições.

A madrugada de 14 de maio, marcada para a nossa partida de Entebbe, e, portanto, em que deviamos trocar os confortos da vida civilizada pela aventureira do acampamento, foi por nós festejada com enthusiasmo.

Depois de ternamente nos termos despedidos daquelles que tão amavelmente nos accolhêram e do capitão Cagni, que mantinha febre alta, reunimo-nos, ás 8 horas da manhan, em frente ao «hotel equatorial», como estava convencionado. Ahi juntaram-se á expedição mais 220 carregadores, quasi todos Bogondas, e os quaes, tratados pelo sr. Bulli, empregado da Sociedade Colonial Italiana, a pedido do commissario de Uganda se disponham a carregar na cabeça o peso de 50 libras, na distancia de 740 km., mediante o pagamento, a cada um, de 4 rupias por mez.

Faziam parte da caravana 27 carregadores ás ordens do sr. Martin, que por desejo do commissario nos acompanhou até as divisas da Uganda, e mais uma escolta de 26 soldados indigenas, além dos moços que nos serviam, dos carregadores do chefe da caravana, dos soldados e cocheiros levados para o serviço dos nossos cavallos e burros; formando ao todo mais de 400 pessôas.

Quando os primeiros da caravana já se tinham perdido de vista, na estrada de Hampala, foi que nós, que estavamos no fim, nos puzemos em marcha.

A distancia, que separa Fort-Portal de Entebbe, é de 290 km.. A differença de altitude é de cerca de 390 m., vencida por quatro degráus, que separam tres bacias. A primeira recebe as aguas que ao sul descem para o rio Katonga e em seguida vão ao lago Victoria; á segunda bacia e á terceira afflúem as aguas do rio Misisi, o qual corre para o norte e alimenta o lago Albert. O ultimo dos quatro degráus é o divisor entre as aguas que descem ao lago Albert e as que descem ao lago Albert Edward.

Todo o planalto, entre os lagos, é accidentado em collinas, que correm em todas as direcções, sendo as da vertente oriental proximas e entrelaçadas e as da vertente occidental maiores e mais separadas.

A vegetação atravez de toda esta região é uniformemente distribuida segundo a natureza do terreno; sobre as collinas a herva cresce alta e de permeio encontram-se capões isolados, e nas baixadas, onde correm as aguas, vêem-se fragmentos de flo-

restas tropicaes e nas varzeas existem aguas estagnadas, cobertas de gilios palustres.

A estrada de Entebbe a Fort-Portal, é em alguns logares, verdadeira estrada e, em outros, um simples trilho que ás vezes segue a orla dos montes, atravessando altas hervas, e outras vezes desce aos valles, cortando as florestas, onde fórmam verdadeira sinuosidade.

Além do lago Isolda a ondulação é menos accentuada e ha terrenos quasi horizontaes, que constitúem um descanço para os pobres carregadores. As aguas estagnadas e as florestas vão diminuindo á medida que nos approximamos de Fort Portal, onde a campanha se offerece sob um aspecto mais salubre.

Esta zona é habitada e ao longo de toda a estrada se encontram casas aqui e acolá, sendo, porêm, pouco viziveis, pois que as altas hervas e as bananeiras escondem-n'as das vistas dos viajantes. Os terrenos são cultivados sómente nas visinhanças das choupanas, como acontece em quasi todos os paizes tropicaes, onde a indolencia dos habitantes limita a sua lavoura ao estrictamente necessario para sua manutenção. Ahi se cultivam bananeiras, batatas, inhames, feijão, algodão, trigo e canna de assucar, sendo empregada a mulher nestes trabalhos.—A viagem de Entebbe a Fort Portal durou 15 dias, de uma marcha de 3 a 6 horas por dia.

As nossas partidas eram sempre a cerca de 5 e meia da madrugada e nos a ampavamos o mais tardar ás 11 e meia, em logar afastado das villas e préviamente preparado.

As tendas eram constituidas em volta de um rancho central, destinado ás nossas refeições. O rancho e as tendas eram circumdados de uma cerca bastante alta, a qual servia não só de defesa contra os animaes ferozes, como tambem de divisa entre o nosso acampamento e o dos carregadores, formado de ranchos que elles mesmos em poucos instantes construiam e cobriam de herva: cada um continha duas ou tres pessoas.

Em frente desses ranchos os carregadores Bogondas occupavam-se até tarde da noite em cozinhar batatas doces e bananas, as quaes formavam as suas refeições ordinarias. Si bem que a marcha fosse um tanto fatigante, devido ao terreno accidentado e ao peso que traziam na cabeça, entretanto, os carregadores pareciam sempre contentes e satisfeitos com a unica e frugal refeição vespertina e estavam sempre alegres e promptos para o trabalho e os soffrimentos.

A necessidade de attender pessoalmente a um numero infinito de cousas, impediu-me, durante os primeiros dias de gozar plenamente do aspecto pittoresco e venturoso daquella vida nomada; mas a pouco e pouco a caravana tomou a organização disciplinada, o que deu ensejo a que minha vida fosse mais socegada.

O nosso acampamento, em que todos pareciam inspirados dos sentimentos de humanidade, alegrado pelos jogos e danças dos indigenas A's vezes um chefe de tribu da vizinha villa vinhanos trazer presentes, e outras vezes uma procissão de mulheres nos visitava, trazendo comestiveis para a nossa caravana.

O tempo passava veloz e a nossa mente difficilmente podia registrar as novas e innumeras impressões que se nos apresentavam, e que serviam de incitamento para tornar mais breve a viagem, sem uma parada desnessaria.

A temperatura variava muito: agradavel pela manhan e á tarde; fria durante a noite e quente ao meio dia. Depois da ceia, reuniamo-nos em volta de uma grande fogueira, accesa no centro do campo, que, além de servir para nos aquecer, era uma precaução contra os mosquitss que transmittem a febre malárica.

Creio opportuno fazer uma digressão sobre o uso do quinino como meio prophilactico.

Alguns que residiram por longo tempo na Africa têm manifestado a sua duvida sobre o mérito preventivo do quinino, pelo facto de muitos, que não usaram dessa droga, não terem sido atacados pelas febres: eu prefiro attribuir essa immunidade a não terem predisposição para a infecção malárica Póde-se tambem admittir que para as pessoas obrigadas a viver permanentemente no logar infeccionado pela malaria, o remedio seja peior que o mal; porêm, para aquelles que apenas transitam, creio ser prudente seguir a regra estabelecida e tomar quotidianamente uma dóse moderada de quinino.

Não obstante abundarem nesta região os elephantes, e frequentemente se encontrarem leões e principalmente zebras e antilopes, julgamos conveniente não perseguil-os. A caça era ahi tão abundante, que era sufficiente um pequeno giro em volta do acampamento para nos aprovisionarmos do bastante para as refeições.

Assim procedendo, sem fadigas e demoras, alcançamos a divisa da Uganda, entre os campos de Lenattmukosa a Kicchioni.

Neste ponto despedimo-nos do sympatico e jovial senhor Martin e proseguimos a nossa marcha em companhia do sr. Knowles, regente e commissario das provincias occidentaes.

A' medida que nos avizinhavamos dos lagos occidentaes, augmentava a nossa esperança de poder avistar a serra do Ruwenzori. Por duas vezes suppuzemos tel-a avistado, confundindo-a com nuvens brancas que se accumulavam com a apparencia de uma immensa montanha de neve.— Finalmente, dois dias antes de chegarmos a Fort-Portal e á breve distancia do campo de Kaibo, appareceu, quasi subitamente no occidente, o Ruwenzori—emergindo das nuvens que vagavam em torno de suas fraldas. Do ponto em que nos achavamos, foi-nos dado reconhecer alguns immensos geleiros, cuja parte inferior estava coberta de culminancias, que appareciam corôadas de tres immensos picos, dos

quaes o mais ao sul era separado dos outros por uma immensa depressão do terreno. Esta era a culminancia reconhecida por Freshfield como sendo a mais alta, porêm, erroneamente por elle confundida com o Duwoni de Johnston, quando era o Moebius de Stuhmann.

No dia seguinte, de Butete, pudemos de novo avistar os picos nevosos, si bem que, por estarmos mais proximos, as pontas inferiores nos escondessem a maior parte delles. De Fort-Portal, nenhuma destas pontas era visivel, não obstante se poder distinguir, acima das partes inferiores, os cumes dos picos mais elevados.

No dia 29 de maio alcançamos Fort-Portal, ultima estação militar ao occidente da Uganda. O sr. Knowles, com intelligente precisão, tinha anteriormente pedido ao dr. Wollaston, da comitiva do British Museum, para chegar a Fort-Portal, afim de me dar noticias acerca das suas tentativas de ascenção ao Kiyanja e ao Duwoni, feitas no mez precedente.

O dr. Wollaston informou-me da sua ascenção a um ponto, não o mais alto, no espigão do Kiyanja, e ao pico, que pensou ser o Duwoni de Johnston, cuja culminancia era fronteira ao escôador dos geleiros do Mobuku. Disse-me mais que este pico era de uma altitude inferior ao do Kiyanja e que a nord-oeste havia dois picos mais altos que o mesmo.

Elle não me pôde dizer si estes eram ligados ao Kiyanja, limitando-se a expender a sua opinião—que se verificou sêr erronea—de estarem situados ao occidente do displuvio:—Esta informação estava em contradição com o que anteriormente soube de Freshfield e me deixou na incerteza acerca do caminho a seguir para alcançar o pico mais alto.

O problema que se nos apresentava era: Devemos tomar o valle do Mobuku ou o do Butogu na costa do Semliki, a qual foia preferida por Stuhlmann?

De facto, si o pico mais alto é separado do Kiyanja por um profunda garganta, e si o caminho que de Mobuku vae ao mesmo Kiynaja é intransitavel, como poderemos atravessar a série de montes? Nesta incerteza, o melhor caminho parecia o do valle do Butogu, porem este só podia ser alcançado, depois de um circuito em torno das fraldas meridionaes da serra e atravessando uma parte do valle do Semliki, onde não era certo encontrarmos as provisões necessarias á nossa caravana e acolhimento amigavel da parte de seus habitantes. Das duas alternativas escolhemos a que implicava uma viagem mais curta e resolveu-se subir o Mobuku, para ahi se decidir si convinha ou não o trajecto mais curto do Semliki.

Fort-Portal está situado a 1.700 metros em uma localidade salubre, formando um vasto amphitheatro, fechado ao occidente pelo Ruwenzori e ao oriente pelos montes que formam o despluvio, entre os lagos Albert e Albert Edward.

Não ha ahi mais de 15 europeus, incluindo as senhoras, o commissario, o collector, o commandante das tropas e os missionarios das egrejas catholica e protestante. O terreno é bem cultivado e no pertencente á missão catholica encontram-se florescentes todas as especies de verdura europea.

Parámos em Fort-Portal nos dias 30 e 31 de maio, com agrado de todos; fizemos uma brève visita ao palacio do alegre rei Kasagama e ao seu mais jovial primeiro ministro; depois fomos saudar os excellentes padres da missão catholica na «Nôtre Dame da Naige» e em seguida recomeçámos a nossa marcha para Mobúku, acompanhados do collector mr. Haldone, de mr. Knowles e dr. Wollaston.

Nessa tarde o dr. Wollaston nos deixou, para juntar-se a expedição do British Museum, no valle do Nyamwamba.

Em tres marchas, parando em Duwona e Kessongo, chegámos a Ibanda no valle do Mobúku.

Os terrenos, si bem que férteis, são pouco cultivados. Durante o percurso encontrámos diversas torrentes, das quaes duas, as de Wimi e Mobúku, são de tal importancia, que impedem a passagem de uma caravana, em tempo de enchente.

Devido á secca não tivemos difficuldades em atravessar o Wimi, mas na travessia do Mobúku fomos obrigados a usar de uma corda, sob o qual se collocaram alguns indigenas, afim de salvar homens ou recuperar algum carregamento que por ventura fosse levado pela correnteza.

Si bem que o tempo fosse sereno e a vista clara, os picos nevosos não eram mais visiveis, estando cobertos pelas pontas inferiores; mas apenas deixamos Kasongo, em uma madrugada gloriosa appareceram deante de nossa vista, dois picos rochosos, aos quaes denominamos *Helena* e *Savoja*, tendo em baixo grande geleiro.

Continuamos nossa marcha para o sul e descemos ao valle de Hima, donde os dois picos não mais eram visiveis, porêm de onde se viam bem os dois cumes avistados de Kaibo e Butiti e reconhecidos por Freshfield e por nós como sendo as duas pontas mais altas.

Em meio da descida do valle de Hima, surgiu á nossa vista uma nova ponta rochosa e nevosa tendo um grande geleiro ao norte, a qual facilmente reconhecemos ser o Duwoni de Johnston. Fomos, portanto, mais felizes que os nossos predecessores, pois que nos foi dado vêr a serra á distancia, e depois de novo, antes de entrarmos no valle do Mobúku, pelo que podemos chegar á convicção de que a ponta, julgada por Freshfield e por nós como sendo a ponta mais alta, era uma cousa perfeitamente distincta do Duwoni de Johnston.

A residencia do chefe de Ibanda acha-se em uma parte do valle, a qual parece ter a fórma de uma bacia. No começo do valle, eleva-se uma ponta rochosa e alta sobre a qual domina o grupo nevoso do Duwoni.

Ao tempo sereno da occasião, em que entramos em Ibanda, seguiu-se uma noite ainda mais clara. Aos nossos pés murmuravam as aguas do Mobúku e na parte superior do nosso acampamento foram accesas centenas de luzes, as quaes appareciam e desappareciam á nossa vista, á medida que os nossos carregadores, em grupo, giravam em volta das mesmas.

Os confins do valle appareciam distintos á claridade da noite estrellada, mas meus olhos eu os tinha irresistivelmente voltados para os picos nevosos do Duwoni, com o mesmo olhar de esperança com que o marinheiro, em uma noite tempestuosa e negra, procura o pharol de um porto onde abrigar-se.

No dia 4 de junho deixámos Ibanda e os nossos carregadores puzeram-se em marcha, encorajados pela belleza do tempo; elles começaram num passo rapido, que mantiveram emquanto o valle era em nivel e até que encontraram uma subida tão ingreme, que quasi tolhia a respiração, mesmo aos que não levavam carga alguma. A nossa caravana, tão alegre no momento da partida, tornou-se taciturna e, depois de duas horas e meia de caminho, chegamos a Bihunga, mas sòmente com uma pequena parte da nossa comitiva.

Bihunga acha-se a 600 metros sobre o nivel de Ibanda e a 2.200 metros acima do nivel do mar. Aqui se encontram as ultimas choupanas dos Bakonjos, montanhezes de maneiras gentis e habitos pacificos, os quaes, apesar dos rigores do clima, continuam a andar habitualmente nús.

A expedição do British Museum esteve alguns mezes naquella localidade e a sua estadia ficou assignalada por uma bellissima cabana, da qual nos servimos para depositar uma parte do nosso carregamento.

As nossas tendas foram levantadas com difficuldade, devido á carencia de terrenos planos.

Do nosso acampamento, gosava-se uma bellissima vista sobre a parte inferior do valle, sem, porêm, podermos avistar as aguas do lago Ruizamba. Volvendo o olhar para a parte superior a vista era limitada por uma proeminencia em fórma de unha. No dia seguinte, favorecidos por um tempo egualmente bello, seguimos para o novo acampamento.

O caminho, apenas deixado Bihunga, sóbe á proeminencia já mencionada para depois descer rapidamente ao valle do Chowa ou Mahoma, atravessando uma «splendida floresta de «Podocarpi» felci e louros, fechada entre saliencias, tambem cobertas de luxuriante vegetação.

O caminho neste ponto continùa a subir á proeminencia, que divide as torrentes Mahoma e Mobùku, seguindo o espigão até Nakitawa

A descida do valle de Mahoma, em terreno escorregadio, tinha já atrazado a marcha dos nossos carregadores, a qual mais se retardou, devido á rapida subida do Nakitawa.—Levámos

quatro horas para chegar a este logar e muitos dos nossos carregadores empregaram tempo ainda maior.

O refugio de Nakitawa, 400 metros acima de Bihunga e 2.600 metros sobre o nivel do mar, está abrigado por um bloco (?) erratico, e escavado em um antigo accumulamento de rochas, o qual actualmente divide o valle de Mobúku do de Mahoma.

A algumas centenas de metros, abaixo do nosso acampamento, existia uma ruina profunda, que outr'ora foi a base de um geleiro e é agora o leito de uma torrente, que a corróe continuamente, e em frente dominam majestosamente as faces do pico Portal, no meio do qual se abre uma valla, que parece conduzir ao Duwoni, como haviamos visto de Ibanda. Até então pensavamos que o Mobuku nascesse na montanha, mas depois nos inclinamos a crêr que as aguas da liquefação do gelo chegavam ao seu leito pouco abaixo do nosso acampamento.

Alguns exploradores precedentes aconselhavam a estrada de Mobuku, como sendo a mais indicada para se alcançarem as posições superiores; e, na falta de outras razões, resolvemos seguir esse conselho, si bem que desde a nossa chegada a Ibanda, tinham-me surgido ao espirito duvidas sobre si o caminho que iamos tomar era o mais conveniente para chegar ás neves, que já de longe tinhamos avistado.

A mim parecia que este caminho devia ser procurado na valla que se abre em frente a Nakitawa, a qual conduz ao Duwoni de Johnston, ao passo que seguindo a estrada de Mobuku não só nos afastavamos do Duwoni, mas tambem viamos que outra serra se interpunha entre nós e aquelle pico.

Em Nakitawa deixamos mais de metade dos nossos carregadores Bagondas; e com os restantes, cerca de 90, reencetamos a nossa marcha na manhan do dia 6, não mais favorecidos pelo bello tempo, mas com chuva e cerração. Até Nakitawa percorremos um caminho, que tinha o seu fim naquella localidade. Dahi iniciamos a nossa marcha por um caminho rochoso e em seguida abrindo picadas para atravessar espessos bambúaes. Depois atravessamos uma varzea, atolando até aos joelhos, e passamos para a margem esquerda do Mobuku, depois do que, sempre caminhando em um profundo lodo, chegamos dentro de 4 horas ao refugio de Kichuchu, em condições deploraveis e exaustos pelo esforço empregado para atravessar a varzea e completamente ensopados pela chuva e pela humidade das hervas e das arvores.

O refugio de Kichuchu está a 295 pés=90 metros acima do Nakitawa e a 2690 de altitude; é formado por saliencias de rochas, em espaço tão estreito que quasi não abriga das intemperies e o solo é sempre humedecido pelas aguas que descem das fendas das rochas.— Nesse refugio, entretanto, pudemos levantar tres das nossas tendas.

Devido ao tempo perverso, ao horrivel caminho e sobretudo á apprehensão de que seguissemos uma direcção errada, perdemos neste ponto os ultimos carregadores de Uganda que nos restavam. Não nos foi possivel constrangel-os a que nos seguissem porque não lhes podiamos assegurar o alimento quotidiano. Foi então necessario abandonarmos parte do nosso carregamento e proseguirmos sómente com os carregadores de Bakouju. Deixado este acampamento, subimos mais de 300 metros por uma estreita garganta natural, aberta na rocha, a qual nos conduziu a um plano e depois a uma grande capoeira, onde a nossa marcha foi difficultada, não só pelos galhos e troncos das suas plantas, mas tambem por uma grande quantidade de tócos e galhos de uma floresta mais antiga, sepultados no musgo e cahidos, quem sabe ha quantos annos.

Os Bakoujós, si bem que levassem na cabeça um peso de cerca de 20 kg., caminhavam ligeiros, ora abaixando-se para passar sob os galhos, ora pulando de toco em toco, com tanta agilidade que nós os seguiamos com grande difficuldade.

Passamos novamente para a margem direita do Mobúku e ahi nos encontramos deante de uma subida do valle, com cerca de 210 metros de altura, vencida a qual se nos apresentou uma vista inesperada: uma longa garganta horizontal, fechada entre duas paredes quasi verticaes, ao fundo da qual se avistava outra subida, em cujo fim se encontrava o refugio mais elevado, o de Bujongolo. O fundo e as faces da garganta, até onde a vista podia distinguir, appareciam cobertas de uma vegetação phantastica. Toceiras de *helychrisum* com eternas flores brancas tapetavam o terreno e sobre ellas erguiam-se os grandes e funebres caules das *Lubelias* e uma enorme collecção de *Semecios*. Apesar de toda esta exuberancia de vegetação, havia uma ausencia completa de vida. O unico som familiar para nós era o murmurio de uma cachoeira proxima ao refugio de Buamba.

Depois de cerca 4 horas de caminho, chegámos ao refugio de Bujongolo, mas muitos carregadores que detestavam a montanha, ficaram em Buamba; e como consequencia tivemos que passar a primeira noite sem tenda e alguns de nós sem cama.

Assim, depois de 54 dias de viagem e de um percurso de 6.000 milhas, tinhamos finalmente chegado á base da montanha, que era objecto da nossa exploração.

O refugio de Bujongolo, como o de Kichuchu, é formado de rochas suspensas como platibandas, porêm, menos conveniente do que o primeiro, porque muitos blocos cahidos tinham tornado o sólo desigual, de modo que não foi possivel levantar nem uma tenda. Foi então resolvido fazer-se uma plataforma, com arvores que se derrubaram para sobre ella se construirem seis das nossas tendas, as quaes foram dispostas em grupos de duas, em differentes planos, separados por blocos de pedra.

Para passar de um a outro grupo eramos obrigados a um banho de ducha, porque da extremidade das rochas, que nos serviam de tecto, a agua pingava continuamente, mesmo quando havia bom tempo, e, si se queria evitar essa ducha, tornava-se necessario fazer exercicios acrobaticos, saltando dos blocos á parede da rocha.

O Mobúku corria aos nossos pés em uma profunda ruina, a qual se abria sómente na parte occidental de modo apenas a nos deixar vêr as vertentes meridionaes do Kiyanja.

Em 9 de junho, houve no nosso acampamento um movimento imprevisto: Mr. Knowles nos deixou para voltar a Fort Portal e os carregadores Bakonjos regressaram a buscar as provisões deixadas em Nikatawa e Kichuchu, ao passo que eu, os meus guias alpinos e 5 Bakonjos marchamos para o espigão.

Seguimos ao longo do Mobúku, pelas pégadas dos precedentes exploradores, até o ultimo acampamento construido por Grauer, proximo ao geleiro. Neste ponto os guias tomaram a direcção e seguindo por algum tempo o caminho de Grauer, e dobrando á direita, encostando-nos ás rochas, que dão accesso ao geleiro, alcançamos a cachoeira.

Por algum tempo pudemos convencer os Bakonjos a que nos seguissem, mas estando elles descalços, escorregavam mais facilmente nas lages e cortavam os pés nos angulos das pedras. A 4.200 metros, altura nunca por elles alcançada, fomos obrigados a deixal-os.

As nuvens estavam-se agrupando e foi necessario fazer o acampamento.

Na manhan do dia seguinte, com tempo bello, alcançamos o cume em 45 minutos. Este breve tempo, caminhando numa vertente nervosa e cheia de fendas, pareceu-nos um longo seculo, e, estimulando os guias, de uma só caminhada veloz chegamos em cima, quasi sem respiração.

Achamo-nos, então, em frente a uma reentrancia inferior, da serra que liga o Kiyanja com o pico, por cuja parte oriental Wollaston tinha feito sua ascenção. A serenidade do céu permittiu-nos avistar todos os picos nevosos que formam a parte mais alta daquella serra. O lado septentrional do cume, em que nos achavamos, terminava em um precipicio.

Deante de nós, na mesma direcção appareciam 4 distinctas montanhas, com picos nevosos muito mais altos do que o ponto em que nos achavamos. As duas montanhas centraes appareciam quasi em linha; a do occidente, mais proxima de nós, era corôada de 4 picos, dispostos em dois grupos de dois, sendo o grupo septentrional separado por uma baixada, o qual se nos afigurava o mais alto. Eram os pontos avistados por Wollaston e reconhecidos por nós quando em Butite e Ibanda, onde se nos apresentavam como os dois pontos mais altos do espigão. Todas as duvidas, que por ventura tivessemos a respeito de sua

importancia, deviam ser abandonadas, visto como tinhamos chegado á convicção de que essas duas pontas estavam mais a occidente e mais distantes. Os dois pequenos valles que separam os dois grupos externos dos dois grupos centraes, estavam aos nossos pés, num valle que corria parallelo ao cume em que nos achavamos.

Não tinhamos ainda podido acertar o curso inferior deste valle, mas o tinhamos observado sufficientemente para podermos concluir que o escoamento se fazia pela parte oriental.—N'uma exploração subsequente pudemos verificar que de facto se achava no valle do Butagu.—Percebemos que o pico a léste do geleiro de Mobuku, galgado por Wollaston, o qual resultou de altitude inferior a do Kiyanja, não podia ser o Duwoni de Johnston, mas um pico secundario, que não pertencia ao divisor das aguas.

Eram apenas 6 horas e 1/2 da manhan e fazia bom tempo.

Tinhamos, portanto, todo um dia para andar e resolvemos subir ao Kiyanja a fim de determinar o caminho a seguir-se para alcançar a baixada, que separa os dois picos mais altos!

Descemos o geleiro pelo lado Sul e depois, contornando-o, subimos de novo até o seu cume. Por esse tempo as nuvens estavam se agrupando e num pequeno intervallo de céu sereno avistamos uma profunda depressão entre o Kiyanja e uma montanha nevosa situada ao sul, a qual formava uma abertura que de um lado conduzia ao Bujongolo e de outro ao Semliky.—Não parecia haver difficuldades para se atravessar este trecho e alcançar o valle existente entre o Kiyanja e os dois picos mais altos.

Fazia calor (43 Far.) e por 4 horas ficamos na rocha, á espera que o céu clareasse, mas em vão, e á 1 hora da tarde, deixámos o cume.—Voltando pelo mesmo caminho, chegámos ás 3 e meia ao ponto de onde tinhamos partido. Aqui encontramos o companheiro Sella, que tinha ficado afim de tirar uma photographia do panorama. Na manhã seguinte retornamos a Bujongolo e por tres dias, 12, 13 e 14 de junho, a chuva nos prendeu naquelle logar. Era inutil qualquer tentativa, em vista da grande cerração e da chuva que cahia torrencialmente; e mesmo que quizessemos partir, os carregadores Bokonjos não nos teriam seguido. Por tres dias ficamos presos em o nosso refugio, sepultados numa negra cerração. O unico incidente foi a visita não desejada de um hospede perigoso, cujo rasto tinhamos já observado: Um leopardo que numa noite devorou dois carneiros e n'outra chegou a poucos passos de mim, quando me achava sentado diante da minha tenda. Ao levantar-me, elle fugiu; mas a sua presença, quasi dentro de nosso acampamento, deixou-me algum tanto inquieto por causa dos carregadores que dormiam sem nenhum abrigo e por causa daquelles que iam buscar agua. A vizinhança desse animal, portanto, offerecia um serio perigo. Na noite de 14 para 15 um forte vento oriental destruiu par-

cialmente as nuvens e pela manhã, com um ceu claro, deixamos Bujongolo com nossos guias e carregadores alpinos e 9 bakonjos, reunindo assim toda a força de que dispunhamos. No angulo que o valle do Mobuku forma, tomando a direcção septentrional nós dobramos á direita e fizemos um circuito abaixo da vertente meridional do Kiyanja. Devido aos tres dias de chuva, o terreno estava muito escorregadio. Depois de uma hora de marcha, estavamos todos ensopados de agua, cobertos de lodo e irritados por ter de seguir em varzeas, atolando até aos joelhos ou em penedias, onde se fazia um passo adiante e dois atrás. A tornar o caminho mais difficil, surgiu espessa cerração que nos circumdou. A descida na costa do Semliki foi ainda peior. Os guias em grupo, abriam a machado um carreador na capoeira. Os contrafortes rochosos obrigaram-nos a fazer longas voltas, e os nossos carregadores indigenas, cançados e pouco dispostos a nos seguirem no territorio do Congo, paravam de momento a momento, precisando de continuo auxilio.

A's 4 horas chegamos á margem de dois lagos, cujas aguas apenas se increspavam ao sopro da brisa e aos movimentos das marrecas selvagens, e reflectiam na sua superficie os candidos picos das montanhas marginaes. A tarde era bella e nos restituiu o bom humor. O sol desceu atrás de um grupo de nuvens, num grande valle que se abria ao occidente, para de novo reapparecer abaixo das mesmas nuvens, antes de descambar afinal, além das grandes florestas do Congo. Não só o horizonte, como tambem toda a athmosphera, estava impregnada de uma côr rosea, de modo que o valle e a grande floresta pareciam envolvidas por chammas. No dia seguinte tivemos grandes difficuldades para conseguir que os nossos carregadores continuassem. Cheios de desconfiança e ignorando os logares para onde queriamos conduzil-os, procuravam todos os meios de se esquivarem. Não tendo nós um interprete, não podiamos comprehender suas objecções nem lhes expôr os nossos planos. A minha paciencia e dos meus guias foi nesse momento submettida dura prova.

No dia immediato perdemos muito tempo em abrir uma picada numa espessa capoeira á beira dos lagos. Depois seguimos o valle, tendo acima o cume do Kiyanja. Em dois dias pudemos transportar o nosso acampamento para o geleiro, que desce do grupo que desejavamos alcançar sobre o valle que estavamos atravessando. Uma garganta ingreme divide este este valle do valle que avistamos abaixo da passagem do Grauer. A face septentrional do Kiyanja cahia quasi perpendicularmente sobre o valle que iamos atravessando. A montanha que haviamos observado ao oeste da passagem de Grauer, tinha um extenso geleiro nas suas fraldas occidentaes. Entre esta montanha e aquella em cuja vertente nós nos achavamos, estavam o valle profundo e o lago que tinhamos avistado da passagem de Grauer. As aguas deste lago escoavam em um valle, que no começo

tem um curso parallello ao monte que une esta passagem ao Kiyanja e depois segue para o sul, abaixo de diversos picos a léste do que foi galgado por Wollaston. A montanha, que tinha um extenso geleiro a nord-èste do nosso acampamento, era o Duwoni de Johnston, e o valle, que fica a léste, era o inicio do valle fronteiro a Nakitawa, através do qual pudemos avistar, de Ibanda, a montanha Duwoni.

Era evidente, portanto, que a passagem de Grauer não se achava no divisor das aguas.

Todas as torrentes que formam o valle ao occidente da passagem de Grauer são affluentes do Mobuku. Deitamo-nos aquella noite num estado de nervosa anciedade. Não pudemos dormir, não tanto pela dureza das pedras, sobre as quaes nos tinhamos deitado, como pela duvida que atormentava o nosso espirito, com receio de que o tempo máu, que já havia começado, continuasse de modo a que fossemos obrigados a permanecer acampados, quem sabe por quantos dias, e precisamente aos pés dos picos almejados.

Na madrugada, o tempo era pouco promissor, mas, não obstante, partimos.

Petigax ia na frente, Ollier em segundo logar, eu em terceiro e Brecharel fechava a comitiva. Dentro de uma hora, por uma facil penedia, alcançamos um geleiro horizontal com algumas fendas. Os dois picos gémeos, separados pela baixada caracteristica, em forma de sella, estavam deante e proximos de nós. Eram 6 horas e meia. O sol brilhou poucos instantes e logo escondeu-se atrás das nuvens que se agrupavam no oriente. Immediatamente sentimos o sopro do vento sud-éste, o qual augmentava rapidamente de força e no meio do «plateau» fomos envolvidos por uma espeça cerração. Petigax continuou a sua marcha até ao contraforte que desce do pico meridional, que é o menor dos dois.

A neve estava em boas condições de accesso e depois de ter excavado alguns degráus alcançamos o cume ás 7 horas e meia.

Devido á grande cerração não pudemos vêr nem o pico mais alto, que estava a poucas centenas de metros de nós. Os guias tinham já observado no dia anterior que haveria certa difficuldade em se alcançar o pico, pela sella, por causa de uma especie de cornija acima existente. A neblina impediu-nos de reconhecer a descida do pico em cuja sella nos achavamos e muito mais de estudar o melhor meio de vencer a cornija. Que fazer? Adiar a subida para um outro dia, descer do logar que já haviamos alcançado, passar abaixo da sella e galgar o pico pelo lado onde não havia cornija, ou tentar uma passagem directa pelo caminho da sella?

Os guias calaram-se; elles agiam em silencio e seria inutil suggerir-lhes uma retirada.

Tomamos, por isso, o caminho da sella, para depois proceder em circuito no caso em que a marcha directa fosse impraticavel. Seguimos, pois, a vertente nevosa e ingreme até a cornija, evitando os continuos fragmentos de gelo que della se destacavam em grande numero, afim de podermos alcançar sua orla. A penedia era tão ingreme que minha cabeça quasi tocava os pés do guia que caminhava na frente. Petigax fazendo os degráus no geleiro, atirava sobre nós, que estavamos abaixo, os pedaços de gelo excavados, ao mesmo tempo que eu antegosava o momento em que nossa comitiva tomaria sua posição normal, marchando ao lado um do outro, ao emvez de um acima do outro. De repente encontramo-nos deante de um bloco de gelo da altura de 2 metros.

Petigax para galgal-o foi obrigado a pôr os seus sapatos ferrados de pontas na cabeça e nos hombros do infeliz Ollier, que serviu de escada. A orla tinha sido vencida, estava alcançado o espigão.

Eram 11 horas e meia. Uma fresca brisa soprava de sud-èste; as nuvens passavam velozes a poucos metros abaixo de nós, deixando apenas visiveis os dois picos que acabavamos de abandonar e a ponta sobre a qual nos achavamos. A estes dois picos, os unicos que então se avistavam e que coroavam meus esforços, dei o nome de Margarida e Alexandra, para que sob os auspicios dessas duas reaes senhôras, a memoria das duas nações fosse levada á posteridade: A Italia, cujo nome pela primeira vez echoava naquellas neves ao nosso grito de victoria e a Inglaterra que com a sua maravilhosa expansão colonial levava a civilização até as vertentes daquellas remotas montanhas. Desfraldei ao vento a bandeira que ao sahir de Roma me foi dada por S. M. a Rainha Margarida e a colloquei em uma haste no ponto mais alto do cume nevoso ao triplice grito de: W. Margarida, W. Alexandra e W. Italia!

O vento agitava a tricolor bandeira sobre as neves que até então só tinham conhecido o sopro da tempestade, e as pequenas letras da phrase que a augusta senhora tinha bordado na bandeira, «Ardisci e spera» (Ousa e espera) desdobravam-se á nossa frente. Aquellas pequenas letras, batidas pelo vento, poderão desapparecer, mas a palavra permanecerá indissoluvelmente ligada ao nome dado a esse pico, como se tivesse sido gravada nas rochas em caracteres indeleveis, e servirão, como serviram a nós, de encorajamento e apoio a todos os exploradores, que, no meio desses sertões desconhecidos e selvagens da Africa, se atirarem contra as durezas e os perigos para o incremento e o progresso da civilização.

* * *

Agora, algumas palavras a respeito do mappa em que são indicados os grupos nevosos que constituem a serra do Ruwenzori, assim como suas passagens e seus valles.

Este mapa foi baseado em observações feitas muitas vezes em condições atmosphericas desfavoraveis e com instrumentos que para serem facilmente transportaveis não eram de grande exactidão, mas tendo em conta as numerosas obervações feitas, julgo que será aproximadamente correcto.

Algumas das montanhas tinham sido vistas do occidente por Stuhlmann e do oriente por Johnston e Moore.

Stuhlmann e Johnston deram-lhes simultaneamente nomes indigenas e europeus, creando uma certa confusão. Uma montanha tinha tres nomes diversos: o tedesco de Semper e os indigenas de Kiyanja e Ngomwimbi. De volta da Africa tive o prazer de conferir e discutir com os snrs. H. Johnston e dr. Stuhlmann sobre a intrincada questão de nomenclatura. Era ella um tanto delicada, porém foi facilmente resolvida, chegando todos nós a um perfeito acordo.

O uso dos nomes indigenas não parecia conveniente, porque os nativos do logar davam nomes somente aos valles e não aos picos. Adoptando nomes europeus, achamos mais justo dar a cada grupo o nome do explorador que mais se tinha interessado pela região. O dr. Stuhlmann, porém, pediu se conservassem os nomes por elle dados a certas culminancias e eu com prazer cedi a esse seu desejo.

Proponho, postanto, chamar-se:

Monte Stanley a montanha composta de cinco picos : *Margherita*, 5125 m. s/m. *Alexandra*, 5105 m. s/m. *E'lena*, 4990 m. s/m. *Savoia*, 4975 m. s/m e *Moebius*. 4940 m. s/m.

Speke ao segundo grupo em ordem de altitude (Duwoni de Johnston), em memoria do descobridor da Ripon Salls, origem do Nilo.

Victorio Emanuel ao pico mais alto deste massiço e de *Johnston* ao pico inferior e mais ao sul.

Monte Baker ao terceiro grupo (Semper, Kiyanja e Ngomwimbi), em memoria do explorador que descobriu o lago Albert e foi o primeiro a avistar essa montanha; e ao seu pico mais alto, o nome de *Rei Eduardo*.

Monte Emim, ao quarto grupo, nome do explorador que succedeu a Stanley, nessa região; aos seus dois picos mais altos, os nomes de *Umberto* e *Kraeplin*.

Monte Gessi, ao quinto grupo, devido ao explorador italiano que primeiro circumnavegou o lago Albert; aos seus dois picos mais altos os nomes de *Iolanda* e *Bottego*.

Thomson, ao sexto grupo em honra ao explorador a quem esta região deve o progresso da civilização; aos seus 3 picos, os nomes de *Waismann*, *Sella* e *Stella*.

Wollaston, ao cume por elle alcançado na supposição de que fosse o Duwoni.

Moore, ao cume septentrional.

Cagni, á montanha fronteira ao Bujongolo.

Aos valles, torrentes e lagos que tinham um só nome, dado pelos indigenas do Bakonjo, conservei-lhes tal nome; porém, onde constatei nomes differentes para os lagos, valles e torrentes na região do Semliki, não dei nome algum, pois que são pouco conhecidos pelos proprios Bakonjos.

A's passagens, por nós transpostas, demos os nomes de *Freshfield*, *Scott-Elliot*, *Stuhlmann*, *Cavalli* e *Roccati*, deixando, porém, sem nome a passagem entre o pico Iolanda e o pico-Portal, por não ter podido exactamente determinar a sua posição.

A altitude dessa passagem é de, mais ou menos, 4500 m. e o de Stuhlmann é pouco mais baixo.

O divisor das aguas corre do pico Waismann para a passagem Freshfield, alcançar o pico Rei Eduardo e depois pelas culminancias segue para o oriente, até a passagem *Scott Elliot*; alcançada assim a culminancia do Monte Stanley, pela passagem de Stuhlmann. prosegue para o pico Victorio Emanuel e continúa pela passagem de Cavalli ao pico Umberto e pela passagem de Roccati vae ás alturas do Bottego e Iolanda. Depois segue a vertente que desce ao sud—éste de Iolanda, une-se ao pico *Parsal* e em seguida toma novamente a direcção nord-este.

As aguas do Bojüku são alimentadas pelos principaes geleiros dos grupos Stanley—Speke. e Gessi e são mais importantes do que as do Mobuku, que recebem somente as dos geleiros de Baker.—O Mobuku deve, portanto, ser considerado como tributario do Bojüku, e o valle inferior deveria ser conhecido pelo nome de Bojuku; a passagem nas suas cabeceiras é mais baixa do que a passagem nas cabeceiras do Mobuku.

Mesmo com tempo bello a vista dos picos maiores era sempre mais ou menos offuscada, sendo, portanto, difficil determinar a direcção do valle que desce para o Semliky; todavia, pode-se observar que os quatro valles que conduzem ás passagens de Freshfield, Scott Elliot, Stuhlmann e Cavalli se unem para formar o Butüku.

Este recebe suas aguas dos geleiros do monte Stanley (menos do geleiro Margherita), dos do monte Baker, dos geleiros Tomson e uma bôa parte dos de Speke e Emim e por isso é a torrente mais importante da vertente occidental,

O Kimi não é alimentado pelos geleiros, porem, o Nyamwamba, o Russiubi e Ruchma podem sêr alimentados pelos geleiros dos montes Tomson, Emim e Gessi.

* * *

Agora continuarei a narração do dia 18 de junho em diante no qual galgamos os dois picos mais altos.

No dia 20 subimos novamente o pico Alexandra e tambem os picos Elena e Savoia, voltando ao nosso acampamento por um grande trilho abaixo do Savoia. Na mesma tarde os companheiros Cagni, Sella Cavalli e Roccati vieram ao nosso accampamento; Cagni tinha bom aspecto e sentia-se feliz por se achar novamente comnosco. Elle não só se restabeleceu rapidamente das febres mas poude até fazer a viagem de Entebbe a Bujongolo em 12 dias. Este e o dia seguinte foram de festa no nosso acampamento.

No dia 22 separamo-nos novamente. Sella e Roccati permaneceram no campo afim de fazerem uma subida ao monte Baker. Eu, acompanhado de 3 guias, fiz uma ascenção ás culminancias nevosas Victorio Emanuel, Umberto e Rei Eduardo, Stella, Wollaston e Moore. Estas ascenções foram feitas entre 22 de junho e 10 de julho, havendo bom tempo, porém, somente durante os ultimos dias. Por duas vezes subimos aos picos Speke e Rei Eduardo e durante 8 horas estivemos sobre o pico Umberto, sem poder vêr cousa alguma; mas os nossos negros, por falta de provisões, foram obrigados a voltar ao setimo campo (Bujongolo) fazendo uma marcha de 3 dias debaixo de chuva

Do pico Stella gosamos uma esplendida vista dos de Rei Eduardo, Wollaston e Moore.

Estas ascenções foram todas faceis, tendo nós encontrado a rocha accessivel e a neve em bôas condições. Na subida do pico Margherita encontramos algumas difficuldades, que poderiam ter sido evitadas si se tomasse a vertente oriental.

Ao voltarmos ao Bujongolo sentimo-nos satisfeitos por havermos completamente explorado aquella parte da serra; os picos mais altos e 11 dos menores nunca tinham sido alcançado e nem as suas altitudes haviam sido determinadas. Cagni, nesse meio-tempo, proseguiu e completou as suas observações magnéticas, medidas na base do Bujongolo e ligadas aos picos Rei Eduardo e Cagni. Elle subiu tambem a este ultimo pico e o ligou ao por mim alcançado no Ruwenzori, o que foi necessario fazer, devido a não ter eu podido determinal-o, porque quando nas primeiras horas da manhan o tempo estava limpo, a luz era ainda deficiente, ao passo que quando esta augmentava, as nuvens encobriam os picos. Para demonstrar esta difficuldade, basta observar que, para obter o panorama do pico Rei Eduardo, elle teve de fixar a posição geographica de uma das extremidades da base.

Sella com uma perseverança admiravel conseguiu obter vistas e panoramas dos picos Rei Eduardo e Sella e do grupo Grauer.

Não era cousa facil obter bôas photographias dos picos; Sella foi obrigado a permanecer acampado durante 7 dias, na passagem de Freshfield e a subir diversas vezes os picos, afim de aproveitar o momento propicio.

A descida de Bujongolo para Ibanda foi feita por dois caminhos diversos: Cagni e Roccati pelo do Mobúku, Sella e eu, pelo do Bojuku. Tendo atravessado a passagem Scott Elliot em duas caminhadas, descemos a nosso novo acampamento, situado no ponto em que o Bojuku recebe os seus affluentes Mijosi e Korungo. Do dia 4 de julho em deante tivemos bom tempo, os caminhos estavam seccos e nossas marchas tornaram-se menos fatigantes.

Do nosso acampamento avistamos, através do valle do Mijosi, os picos do monte Gessi e fomos tentados a não abandonar aquella região, sem primeiro galgar aquelles picos. Com um dia de marcha chegamos ao pico Iolanda e no dia seguinte subimos ao mesmo e ao pico Bottego. O tempo bellissimo permittiu-nos determinar o divisor das aguas no seu cursò nord-este, do pico Portal, em uma serra que lhe fica mais abaixo e sem neve permanente. A nord-este de nós, observamos o geleiro Victorio Emanuel, o mais vasto daquelle grupo e da léste, os montes Emim e Gessi sem geleiro algum.

Os picos Margherita e Alexandra appareciam acima dos do monte Speke, e os de Savoia e Elena sobre as fraldas dos montes Emim e Baker. As culminancias nevosas de uma serra, que ha vinte annos era apenas indicada nos mappas dos geographos antigos, levantavam-se deante de nós. Ficamos ahi, por algum tempo, contemplando os esplendidos geleiros do Nilo, os quaes, através dos seculos, têm alimentado aquelle rio majestoso, ligado á historia por tantas recordações e foi, com pezar que dissemos o nosso adeus áquellas culminancias virgens, que fomos nós os primeiros a pizar.

Em duas marchas descemos do nono campo para Ibanda. Pela ultima vez admiramos aquelle como que jardim eternamente coberto de flores brancas, os frondosos «senecios» e a delicada «lobelia». Mais abaixo encontramos enormes florestas de bambús, «podacarpi» e louro. Em Ibanda despedimo-nos dos nossos bravos e fieis Bakonjos, que por 40 dias tinham sido nossos companheiros de aventuras. O valle do Bojuku é mais longo e mais fatigante do que o do Mobúku, porêm, como elle corre na base dos principaes cumes nevosos, é mais recomendavel aos montanhezes que desejam alcançar aquellas culminancias.

No dia 21 de julho voltámos a Fort-Portal. O tempo se mantinha bello, porêm, a mata escondia á nossa vista os altos picos da serra por nós explorada, e não mais os vimos.

Em Fort-Portal permanecemos dez dias, empregando este tempo em fazer collecções, caçando elephantes na floresta de Kebali e visitando os lagos, nas vizinhanças daquella estação.

Atravessando em canôas o estreitissimo canal do lago Victoria, voltamos no dia 14 para Entebbe. Depois de uma breve parada em Jinga, para visitar a cachoeira de Ripon, voltamos para a Europa tomando o mesmo caminho da ida e no dia 13 de setembro de 1906, desembarcámos em Marselha.

* * *

Agora algumas observações sobre a estructura geologica do Ruwenzori. Pode-se absolutamente excluir a theoria de origem vulcanica. Em toda a região por nós visitada, sómente num ponto (na vizinhança de Kichuchu) se encontram traços, e estes puramente locaes, de veias basalticas nos gneiss das rochas. O aprofundamento da camada, talvez muito forte, com declive até de 60°, tem em regra uma direcção éste—ou sud-éste, na parte oriental do grupo central e na parte occidental tem uma tendencia para sud-oeste, de modo a formar um affloramento semicircular. As origens do grupo montanhoso do Ruwenzori e dos mais altos picos do seu grupo central, podem ser attribuidas a causas geotechnicas, statigraphicas e lithologicas, como segue:

1.° Uma elevação em massa de uma parte do sub-sólo archeano da Africa central, produzindo um aprofundamento geral do occidente para o oriente, com relação á grande fractura occidental—(com deslocamento vertical correspondente)—o qual aprofundamento produziu o valle do Semliky, e assim aconteceu com as outras fracturas observadas na parte oriental do grupo, as quaes são marcadas por uma série de recentes vulcões, como são exemplo os situados na provincia de Toro;

2.° A uma elipsoidal elevação, muito accentuada, com camadas mais ou menos fortemente inclinadas no grupo do Ruwenzori, elipsoide cuja direcção geral é de norte a sul.

3.° A presença, no coração do grupo, de uma série de rochas admiravelmente adaptadas a resistirem á denudação produzida pelos agentes physicos ou chimicos, na superficie, (como anfibolites, diorites, diabases e anfibolites de gneiss), aos quaes o gneiss e o michachisto da estructura externa offerecem menor resistencia

A estas causas se póde juntar a probabilidade da existencia de fendas internas atravessantes o massiço, geralmente na direcção de norte a sul, o que produziria a separação dos diversos grupos de culminancias.

Como phenomeno geologico importante da serra do Ruwenzori nota-se o enorme desenvolvimento dos seus geleiros durante a epoca glacial. Disso encontrou-se evidentes traços antes da chegada a Bihunga e muito mais a Nakitawa

Nas epochas passadas, os valles de Makoma, Mobuku e Bujuko foram preenchidos com os geleiros do 1.° gráu, os quaes se uniam abaixo de Nakitawa, descendo até além de Bihunga.

Depois, os geleiros Saboia, Elena e Semper devem ter preenchido, na costa occidental, a depressão existente entre os grupos Stanley, Baker e Thomson e provavelmente estavam unidos com o geleiro Eduardo.

Não me foi possivel precisar até que ponto elles alcançam seu curso na vertente occidental, devido a não ter podido explorar aquella parte da serra. Actualmente os geleiros são de pequena extensão e tendem a diminuir. A prova disto está na existencia, em alguns geleiros, de recentes «moraines» situados a uma centena de metros em frente ao geleiro hodierno, e nas novas corrosões dos terrenos vizinhos de quasi todos os geleiros. Nos valles principaes não existem geleiros importantes, mas sómente geleiros secundarios nas vertentes superiores e nas maiores ruinas. Estes não são do typo dos campos de neve, porem verdadeiros geleiros. Differentemente dos nossos Alpes, não ha ahi extensões cobertas continuamente de neve, mas ha uma série de camadas de gelo que se extendem em diversas direcções.

Nos grupos superiores do Ruwenzori existem diversos aspectos glaciaes, que lembram os typos da Scandinavia, os quaes têm sido muitas vezes descriptos como geleiros tropicaes.

Os dois geleiros que descem para menor altitude são os de Mobuku e Semper.

Os maiores geleiros são formados nos montes Stanley, Speke e Baker e na vertente occidental do Gessi. Nos montes Emim e Thomson os geleiros são de menor extensão, a menos que exista algum importante ao norte ou ao sul desse monte, lados por nós não explorados. A peripheria do terreno, permanentemente coberto de neve, fecha um circulo de dez milhas de diametro. No alto das vertentes, além das enormes cornijas, notámos uma cousa nova nas immensas stalactites do geleiro, as quaes parecem supportar a cornija. A causa daquelles pilares de gelo é evidente si se considera a rigorosa temperatura daquella região (42° a 44° Farhs) e suas rapidissimas mudanças.

A mais alta temperatura experimentada no pico Rei Eduardo foi de 43° Farh e a mais baixa no pico Alexandra foi de 26°.

Em Bujongolo o thermometro variou entre 50° e 32° Farh. Os nossos predecessores encontraram a zona das neves a 4.175 ms. s/m., ao passo que David e eu a encontrámos 200 ms. mais alto. Este limite corresponde áquelle, de onde descem os geleiros sobre as fraldas do monte.

Ordinariamente a chuva transforma-se em neve a 4.210 ms. Em alguns logares do valle observámos pequenos planos cobertos sómente de herva e planos de alluviões lacustres, formados pelas condições statigraphicas e pela barreira de rochas mais compactas de que as outras, a qual antigamente fechava aqui e acolá este valle, produzindo acima das obstrucções um accumulamento de agua e materias lacustres, que com o andar

do tempo se transformaram em planos mais ou menos alagadiços. O lago de Bujuku é um bom exemplo de uma destas antigas regiões lacustres.

Nos valles do Mobuku e do Bujuku, a cerca de 3.030 ms., a humidade constante e o clima quente produzem, em alguns terrenos especiaes, musgos hepaticos e «lichens», os quaes cobrem os bordos da fractura do sólo e encobrem innumeros troncos, tanto de plantas vivas como de plantas cahidas por velhice.

Neste nivel, os valles são cobertos de vegetação luxuriante e de plantas sombreiras, de louros, orchideos e felces, a cuja sombra crescem violetas, rainunculos, geraneos e cardos.

Algumas das plantas da zona inferior não existem a 3.485 ms , e as arvores ahi se limitam a rovetos, lobellias e senecios, ao passo que as felces, o musgo, os hepaticos e os lichens tomam os principaes logares. Estes ultimos alcançam o maximo desenvolvimento a 3.640 ms. Mais acima encontram se sómente senecios, lobellias e lichens, e á superficie, musgos, ephaticos e lichens.

Aqui, os *helichrusumus*, que já crescem na altura de 3.485 metros, formam grandes toceiras e assim continuam até a altura dos geleiros, onde, com os *senecios*, são as plantas mais altas. Sobre os picos, encontramos musgos, lichens, alguma rara *germinacea* e tambem alguma minuscula planta *fanerogama*, as quaes lembram uma caracteristica vegetação dos nossos Alpes.

E' com prazer que annuncio que a nossa collecção botánica contém não poucas novidades.—Quanto á fáuna, não era nossa intenção organizar uma collecção minuciosa e completa. Todavia, o quanto a rapidez da marcha e a natureza do sólo nos permittiram, fizemos uma regular collecção de animaes, no que fomos auxiliados pelos missionarios catholicos.

A' medida que se sóbe o Mobúku, a fáuna se apresenta cada vez mais pobre e, acima do Bujongolo, só se encontram leopardos, toupeiras e insectivoros, pouquissimos passaros, córvos e gaviões, além de insectos e vermes. Nos picos encontramos vermes, hemotoides e dipteros.

A collecção feita promette constituir um bom conjunto não só de especies interessantes sobre varios aspectos, mas tambem de especies novas á sciencia, especialmente entre passaros, molluscos, insectos e crustaceos.

Antes de concluir, devo agradecer aos meus companheiros o auxilio incessante que prestaram para o successo de minha expedição, fazendo que ella se tornasse modesta contribuição para a sciencia.

Devo tambem agradecer ao governo ingles e ás autoridades locaes da Africa oriental e de Uganda, as instrucções dadas a meu favor e as facilidades que me concederam, as quaes contribuiram grandemente para o successo de minha empresa.

Devido, pois, ás esplendidas photographias de *Sella*, os picos da serra do Ruwenzori perderam seu caracter mysterioso.

Estes picos não são os mais altos da Africa, como antes eram considerados, são, entretanto, os pontos culminantes de uma serra da maior importancia para o estudo da geologia e dos phenomenos glaciaes do continente africano.

José Lourenço da Costa Aguiar (Dom) 1.° Bispo do Amazonas

Filho do negociante Boaventura da Costa Aguiar e de d. Joanna Virginia de Paula Aguiar, nasceu em Sobral a 9 de agosto de 1847.

Discipulo do padre Manoel Antonio da Silva Fialho e de Vicente Ferreira de Arruda, deixou os cursos desses seus mestres e amigos para vir á Capital da Provincia, afim de matricular-se no Seminario Diocesano (1866), onde recebeu as ordens de presbytero a 30 de novembro de 1870.

Cantou a 1.ª missa na terra do berço, a 8 de dezembro.

Por provisão do bispo d. Luiz Antonio dos Santos, de 9 de novembro de 1872, foi nomeado cura da Fortaleza, cargo que occupou até 1876 e deixou para mudar-se para o Pará, a convite do respectivo Diocesano, o immortal Macedo Costa, que o fez cônego de sua cathedral, vigario-geral do Amazonas, cura da Sé de Belem e secretario do bispado. Foi ainda vigario geral interino do bispado do Pará e por vezes seu governador na ausencia de d. Antonio.

Eleito em varios biennios deputado á Assembléa pelo 1.° districto de Belem, José Lourenço foi tambem provedor da Santa Casa de Misericordia de Belem, do Asylo de Alienados, do Hospicio dos Lazaros de Tucunduba.

Homem de imprensa, foi proprietario e redactor-chefe da *Tribuna Catholica*, de Fortaleza, e redactor da *Bôa Nova*, *Constituição* e *Diario do Gram Pará*.

Desgostoso da politica, dissolvida a Camara dos Deputados Geraes de que fazia parte como representante do Pará por motivo da proclamação da Republica, o conego José Lourenço partiu para Roma e ahi entregou-se aos estudos no Collegio dos Nobres, para obtenção do gráu de doutor em direito civil e canonico, com que foi laureado pela Universidade de Santo Apolinario.

Ao mesmo tempo o Summo Pontifice galardoava-o com a dignidade de monsenhor camareiro secreto.

Tendo regressado ao Brasil, foi, em junho de 1893, nomeado bispo do Amazonas. Sua sagração effectuou-se a 11 de março do anno seguinte, na Egreja do Sagrado Coração de Jesus de Petropolis, sendo sagrante, d. Frei Jeronymo Maria Gotti, o Internuncio Apostolico de então, e assistentes o bispo de Ni-

ctheroy, d. Francisco do Rego Maia e o bispo de Argos d. Joaquim Arco Verde, actual arcebispo do Rio de Janeiro, a quem o Summo Pontifice Pio X acaba de elevar ao cardinalato, assignalando dessa sorte a preeminencia do Brasil na hierarchia catholica da America Meridional.

Tomou posse do bispado e inaugurou a diocese a 18 de junho de 1894.

Era emblema de suas armas de 1.° bispo do Amazonas montanha de alto porte batida no sopé pelas aguas de rio caudaloso e no alto um condor a voar.

Falleceu em Lisbôa a 5 de junho de 19 5 victimado por congestão cerebral, em consequencia de diabetes. Era hospede da Condes a de Re tinha, de cuja casa foi transferido para o hospital de S. José Assistiram-lhe os ultimos momentos o arcebispo de Mytelene e o Cardeal Patriarcha de Lisboa, que lhe ministrou os sacramentos.

Fazia parte do Instituto Historico e Geographico Brasileiro e do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo.

Do bispo d. José Lourenço conheço:

—*Discursos* pronunciados nas sessões de 11 de agosto e 9 de setembro de 1887 da Camara dos Deputados, folheto de 60 pp., impresso na Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1887.

—*Christu Muhençaua* Curimaan uara arama Nhihingatu Tupi-Doutrina Christã destinada aos naturaes do Amazonas em Nhihingatu. Petropolis. Pap. e Typ. Pacheco, Silva & Comp. 1898, in. 8.° de 87-pp.

—*Discurso* proferido nas exequias celebradas na Cathedral do Amazonas, por alma do immortal Pontifice Leão XIII.

(Do Diccionario Bio-Bibliographico Ceárense, pelo Barão de Studart).

BIBLIOGRAPHIA

I

A Bibliotheca Brasiliense do sr. dr. José Carlos Rodrigues (1)

O Brasil conta afinal um grande amador de livros. Os pequenos amadores já não eram raros, mas falta-lhes o recurso principal para os grandes commettimentos. A alguns faltará porventura tambem a iniciativa—porque o dinheiro não basta—para tornar-se um bibliophilo da raça dos Lennox, dos Pilden e dos Carter Brown, que nos Estados Unidos organizaram as magnificas collecções conhecidas no mundo inteiro pelos seus nomes e que, conservadas integralmente, são rivaes victoriosas das livrarias publicas melhor apparelhadas daquelle paiz.

Se o facto é, como penso, demonstrativo de cultura, não deve elle passar despercebido dos que não lidam propriamente com raridades bibliographicas e, posto que gostem de livros, são extranhos a essa bibliomania tão humoristicamente descripta pelo inglez Dibdin numa obra famosa em sua terra.

Para regalo dos outros amadores e instrucção dos leigos na materia, acaba o sr. dr. José Carlos Rodrigues de fazer o inventario da sua Brasiliana, accumulada nas estantes do andar terreo da bella casa em que habita na rua Conde de Baependy, e que é toda ella um museu de arte. O «Catalago» methodico e commentado em que revela suas preciosidades bibliographicas, numa edição limitada a 200 exemplares - destinada, portanto, a alguns amadores e a um certo numero de bibliothecas—é um formoso especimen typographico que superiormente abona as officinas do «Jornal do Commercio», mas é sobretudo um trabalho de primeira ordem na sua especialidade, pelo que se torna uma obra de consulta d'óra avante indispensavel aos que ceifam na mesma seara ou se interessam por assumptos nacionaes.

(1) Foi pelo A., nosso distincto consocio, offerecido ao Instituto um exemplar do importante trabalho, sobre cujo valor discorre neste artigo o illustrado homem de letras e digno diplomata nosso consocio dr. M. de Oliveira Lima.

N. da R

O referido «Catalago» tem nada menos de 680 paginas em 8.° grande e abrange 2.646 numeros, cada um correspondente a um livro ou periodico, por maior que seja a quantidade dos volumes de que se compõe a obra ou collecção. Note-se que a lista apenas attinge o anno de 1822: o Brasil independente será na sua producção literaria objecto de um proximo catalago ainda mais desenvolvido, pois que o colleccionador já para elle possue mais de 6 000 numeros inscriptos.

Não foi para mim uma supreza o inventario dessa riquissima bibliotheca, feito com tanto gosto e afan quanto foi reunida com intelligencia e paixão a collecção em si. O sr. dr. José Carlos Rodrigues faz-me a honra de trazer-me mais ou menos ao corrente das suas acquisições, e tenho tido frequente ensejo de examinar e admirar—não direi, official do mesmo officio, que sem um grãosinho de inveja benevola—os frutos opimos das suas campanhas. Porque campanhas, com todas as emoções de uma guerra, se podem bem chamar essas expedições através de centenas de catalogos á cata do volume raro ou do folheto rarissimo; esse manusear constante dos diccionarios e repertorios; essa vasta correspondencia com livreiros e bibliothecarios para contratar o preço de um exemplar conhecido ou descobrir o paradeiro de um exemplar perdido; essa febril perseguição de cada dia, de cada instante, em armazens e em leilões, atrás das publicações escassas e, de quando em vez, quasi unicas; esse orgulhoso enthesourar de riquezas que poucos têm e que muitos cobiçam.

O «Catalogo Rodrigues», se por um lado pode despertar ciumes—inoffensivos, Deus seja louvado—entre a classe dos bibliophilos, por outro lado presta, como disse, um relevante serviço aos profissionaes da bibliographia nacional. E' mais completo do que o catalogo Garraux, de livros francezes e latinos sobre o Brasil, se bem que no tocante a livros allemães do mesmo genero não alcance o repertorio de Canstatt; é mais veridico do que o diccionario de Blake ou mesmo o de Innocencio, no que nos diz respeito, porque foi feito sempre sobre os documentos e não sobre informações; finalmente é mais restricto e por isto mesmo mais detalhado, além de mais copioso na especialidade, do que o catalogo Leclere ou a relação Trömel.

Equivale quasi á «Vetustissima» de Harrisse, trazida no tocante ao Brasil até á Independencia, pois que comprehende a mór parte dos folhetos hollandezes descriptos e alguns não descriptos por Asher, concernentes á Companhia das Indias Occidentaes e á guerra de Pernambuco; varias das relações originaes reproduzidas por Ternaux-Compans, como os «Commentarios» do adelantado Cabeza de Vaca (Valladolid, 1555), que são a obra mais antiga sobre o Rio da Prata e a Florida; as primeiras edições dos grandes annalistas hespanhoes das Indias Occidentaes, do genero de Herrera ou de Gomara; os rarissimos livros dos viajantes, do seculo XVI—Léry, Thevet, Stade—com suas toscas xylographias; a mór parte dos viajantes francezes e inglezes e

bastantes dos allemães da primeira metade do seculo XIX, com seus magnificos desenhos e esplendidas lithographias, muitas dellas coloridas; as relações de cercos e tomadas de c dades, de batalhas e de naufragios dos seculos XVII e XVIII; as publicações dos jesuitas—Acuña, Acosta, outros mais—primeiros exploradores e naturalistas do nosso continente, ainda que sem o criterio scientifico de Piso ou Markgraf, nas rarissimas edições originaes e nas traducções coevas, etc Seria um nunca acabar enumerar mesmo pela rama tudo quanto contem de valioso e notavel semelhante collecção, organizada no decurso de poucos annos, o que fornece o melhor testemunho que se poderia imaginar da actividade e da vontade de seu possuidor.

O «Catalogo Rodrigues», mesmo que não estivesse valorizado pelas cuidadas notas biographicas e bibliographicas que acompanham a transcripção do titulo e descripção de quasi cada um dos numeros, teria para os estudiosos o merito de uma relação, no seu conjuncto a mais importante que ha visto a luz, de bibliographia nacional, e a consequente vantagem de offerecer novos subsidios e elementos a monographias ou listas já conhecidas. Assim acontece não só com o citado ensaio de Asher, mas com o proprio ensaio de Valle Cabral sobre os livros saidos da Impressão Régia de 1808 a 1822. O sr. dr. José Carlos Rodrigues teve a fortuna de achar o que accrescentar a um e a outro.

E' com effeito tão consideravel no seu genero quanto a já mencionada collecção de brochuras hollandezas, que cada dia ganham em estimação por perderem a vulgaridade, a reunião dos productos da primeira typographia regular do Brasil, a nossa primeira literatura aqui impressa, contemporanea do reinado de d. João VI com seu prolongamento pelo chamado primeiro reinado, abrangendo desde os programmas economicos e os roteiros de costa e sertão de 1808 até os pamphletos politicos e os pasquins virulentos de 1821, e portanto passando pelas elegias e nenias de 1816—o anno do fallecimento da Rainha—bem como pelos dithyrambos e odes heroi as de 1818 - o anno da acclamação do novo Rei.

De José da Silva Lisboa (Cayrú) e do padre Luiz Gonçalves dos Santos são respeitaveis, senão completas suas collecções, e tambem se acha na sua livraria condignamente representada a producção da Typographia Chalcographica, Typoplastica e Literaria do Arco do Cego de Lisboa, a qual sob a direcção de frei José Mariano da Conceição Velloso, nos primeiros annos do seculo XIX, editou interessantes contribuições para o conhecimento da nossa flora, em especial medica e industrial. Tanto mais escassas se têm tornado as publicações da Typographia Nacional, no seu primeiro periodo, quanto se dispersaram em uma época em que o gosto bibliographico era apanagio de raros amadores, como o Conde da Barca. Accresce que a natureza do papel empregado,

de inferior qualidade, junto com a acção do clima quente e humido e a propagação de numerosos inimigos animaes dos livros, agiram no sentido de restringir consideravelmente e deteriorar o pequeno excedente dessa producção pitoresca no seu ardor patriotico e no seu cunho grosseiro.

A instructiva relação organizada pelo autor do «Catalago» e proprietario da maior das bibliothecas brasilienses em mãos de particulares, seria pois valiosa quando mesmo lhe não dobrasse o prestimo a copiosa e cuidada annotação com a qual todos os estudiosos têm que lucrar, aprendendo, e que transforma este inventario num repositorio excellente de dados e informações, de uso continuo para os devotos da bibliographia brasileira ou mesmo americana. O escrupulo e paciencia do sr. dr. José Carlos Rodrigues chegam ao ponto de inserir «in extenso» o summario de cada um dos volumes das Revistas dos differentes Institutos Historicos do paiz e de outras publicações periodicas, assim facilitando a procura de artigos sobre qualquer materia nacional, quando não substituindo por completo indices que poucos têm a applicação, direi mesmo o altruismo de levarem a cabo.

Toda a collecção desta importancia possue naturalmente suas perolas, e da collecção Rodrigues pode dizer-se que possue um respeitavel fio dellas. No tocante a livros nacionaes de extrema raridade, bastará lembrar que se ainda lhe falta um Gandavo («Historia da Provincia de Santa Cruz», Lisboa, 1576), o Catalago insere um dos pouquissimos exemplares—4 apenas conhecidos—da primeira edição da «Cultura e opulencia do Brasil» de Antonil (Andreoni), uma das obras mais interessantes sobre a colonia portugueza e indispensavel para o conhecimento da sua situação economica no seculo XVIII, tão verdadeira e detalhada porêm, que o governo da metropole a supprimiu; e o exemplar, não menos raro—tambem só 4 conhecidos—da «Arte da grammatica da lingua do Brasil» de Anchieta, que Platzman reproduziu em 1874.

Do «Catecismo Brasileiro» do padre A. de Araujo e da «Arte da Grammatica» do padre Luiz Figueira os exemplares são da segunda edição (1686 e 1687 respectivamente), egualmente muito rara. Vem a proposito referir, tratando-se de linguas indigenas da America, que a collecção Rodrigues inclúe as tres seguintes preciosidades das primeiras typographias americanas: o vocabulario da lingua Aymará de Bertonio (Chuquito, 1612): o vocabulario da lingua Guichua de Holgnin (Lima, 1608), e o vocabulario mexicano-castelhano de Molina (Mexico, 1571), sem falar na Arte da lingua do Chile de Febres (Lima, 1763), por menos valiosa no mercado.

Em materia de livros primitivos, sobre a America, a collecção Rodrigues ostenta joias de crescido preço e do mais alto interesse, já parcialmente reveladas ao publico em artigos biblio-

graphicos do *Jornal do Commercio.* Há que mencionar, entre outras, o «Mundus Novus» de Vespucio (Roma, 1503), que é uma das primeiras impressões da carta do famoso navegador a Pier dei Medici sobre suas viagens, já realizadas á America, e, juntamente com a carta a Soderini, tambem de 1503, uma das provas da veracidade das suas quatro viagens, tão preconizadas pelo nosso Varnhagen; «Cosmographia» latina de Ilacomilo ou Waldseemüller de 1507, com as 4 cartas appensas de Vespucio sobre suas navegações, que é a primeira impressão de St. Dié e o livro no qual se propoz que ao novo mundo descoberto se chamasse America, do nome do seu verdadeiro descobridor na parte pelo menos meridional do continente, traçada no mappa que acompanhava o tratado descriptivo e que o jesuita Fisher muito recentemente encontrou (1901); a «Copia der Newen Zeytung aus Presillg Landt», folha volante de que só são conhecidos tres exemplares mais, que é o impresso mais antigo sobre o Rio da Prata e prova, lembra bem o sr. dr. José Carlos Rodrigues, terem sido os portuguezes e não os hespanhóes «os primeiros que navegaram no golfo daquelle estuario e foram até mais ao sul; os «Paesi nuovamente ritrovati», a compilação na edição original de 1507 — o que a faz exemplar unico, na America do Sul—de Fracanzio de Montalb ddo, na qual pela primeira vez se inclúe a narração da viagem de Cabral ao Brasil, composta em Lisboa sob as vistas do diplomata veneziano Cretico e remettida pora sua cidade ao almirante Malipiero, que desejava conhecer e utilizar a noticia desse novo descobrimento portuguez.

As esclarecidas annotações, que acompanham esses e outros numeros e occupam paginas do catalago com informações historicas e bibliographicas das mais curiosas sobre os tempos immediatos á descoberta da America, dão sem grande favor ao sr. dr. José Carlos Rodrigues um logar depois do erudito Harrisse entre os contribuidores para o estudo completo desse periodo.

O leitor do volumoso e excellente «Catalogo», que não conhecer directamente a bibliotheca onde seu possuidor acolhe gostosamente os que apreciam e entendem de livros, terá ao percorrel-o a cada passo uma surpreza. Aqui deparará com a «Geographia» de Ensiso (a edição de Servilha de 1519) que é a melhor summa do tempo sobre a sciencia da terra e o primeiro livro impresso em Hespanha em que o descreve a America; acolá, o «Regimento de pilotos e Roteiro das navegações da India Oriental» do cosmographo-mór do reino Mariz Carneiro, mais completo que o exemplar do Museu Britannico; além, uma serie de edições do seculo XVI da «Geographia» de Ptolomeu, a começar pela de 1508, que já menciona a terra de Santa Cruz e inclue o mappa de Ruysch, e indo até a de 1574, exhibindo portanto graphicamente a progressão do conhecimento das terras americanas e em especial da brasileira.

Difficilmente me resolvo a abreviar uma enumeração cara ao meu espirito de amador de livros e de estudante de coisas historicas. Se me escutasse, iria descrevendo por minha vez o que o sr. dr. José Carlos Rodrigues já muito melhor descreveu no seu «Catalogo», obra pelo que se vê mais succulenta do que podia suggerir simplesmente o seu titulo, e exigindo para sua confeição uma grande somma de esforços e uma vasta accumulação de noticias. Disse-me o autor representar esse volume o trabalho dos seus domingos, e posso por mim ajuntar que não de um numero muito crescido delles, porque a bibliomania não ha muitos annos que se desenvolveu — não digo a bibliophilia, que é propria de todo o homem superiormente cultivado—no proprietario da opulenta livraria de hoje.

Quer isto dizer que o sr. dr. José Carlos Rodrigues pôz ao serviço dessa nobre paixão, a qual não faz muito tempo que andava confinada a grandes senhores e a raros letrados, e hoje mais se generalizou porque instrucção e riqueza se vulgarizaram mais, a mesma notavel actividade que tem empregado na profissão jornalistica, desde o «Novo Mundo» de Nova York, que tão popular era entre nós ha trinta annos, até o «Jornal do Commercio» do Rio de Jarneiro, poderosa empresa cuja responsabilidade o não intimidou.

A posição mais que nunca saliente do velho orgam da imprensa fluminense dá a medida do tino administrativo do seu redactor chefe e principal proprietario, da mesma fórma que o palpavel resultado da sua diligente e intelligente applicação á bibliographia indica a facilidade extrema de sua adaptação mental. Chegar a ter tal autoridade como jornalista e tal competencia como bibliographo, seria mais do que sufficiente para preencher dignamente uma vida que ainda encerra para distinguil-a um feliz senso pratico, de que a nossa raça não offerece exemplares em demasia, e o exercicio desaffectado de uma philanthropia inspirada pela doutrina christan.

Rio, setembro de 1907.

M. DE OLIVEIRA LIMA.

* * *

II

Südamerikanische Felszeichnungen

(PICTO-GRAVURAS SUL-AMERICANAS)

DR. THEODOR KOCH — GRÜNBERG

Berlim 1907, E. Wasmuth A. G. edit.

A' gentileza do autor e dos srs. editores devemos a offerta de um exemplar dessa obra luxuosa de 92 paginas de texto

ornada com 36 figuras e acompanhada de 29 estampas. A traducção literal do titulo é: «Desenhos lapidares na America do Sul» e bastam isto e a inspecção das figuras para se conhecer o assumpto ao qual o livro é dedicado; é mais uma prova da paciencia que entre nós dizemos «de sabio allemão» e da qual o mesmo dr. Koch já nos déra prova em sua obra anterior «Aufânge der Kunst im Urwalde» (Os inicios da arte na floresta).

Ambas as publicações citadas são resultados das viagens do autor no alto Rio Negro e Yapurá nos annos de 1903 a 1905 e pois foram em especial os indios da Amazonia que lhe forneceram a base para seus estudos; pela grande lista bibliographica, porêm, vemos que elle suppriu pela leitura o que não poude verificar pessoalmente.

A primeira parte do trabalho consiste na recapitulação dos estudos até agora feitos nesse sentido. Muito acertadamente o auctor separa as pictogravuras da região andina das das outras regiões sul-americanas, pois aquellas todas mostram a influencia de cultura mais elevada de que os indios da Cordilheira deixaram a tradição.

Segue-se depois a enumeração do material colhido pessoalmente pelo dr Koch; são os apontamentos de seu diario e a reproducção das copias que tirou *in situ*, a lapis ou pela photographia

Commentando os desenhos e dando-lhe a interpretação, vemos quanto a quantidade immensa de desenhos estudados auxiliou esse trabalho As difficuldades não eram poucas. Não só o tempo como a acção destruidora da atmosphera, como o proprio indio das actuaes gerações deturparam os desenhos; as intemperies destruindo e os indios alterando ou renovando erradamente.

Centenas de figuras elle nos apresenta em copia; em geral representam em pouquissimos traços um corpo humano ou um peixe, kagado, cobra, tatú ou qualquer outra creatura mal caracterizada; outras são simples combinação de linhas concentricas, espiraes ou com alguma symetria. Tudo, porêm, tosco e sem grande capricho.

Nas considerações com que o autor finaliza, elle sustenta a opinião, contraria a outras que ligam certa importancia a esses documentos dos antigos aborigenes. De facto essas figuras não parecem symbolizar acções ou acontecimentos memoraveis, pois nenhuma mostra attitude ou combinação que admitta interpretação nesse sentido. Nada mais parecem ser senão o producto de um passatempo do indio que assim, gravando linhas em qualquer pedra, quer em lugares dos mais evidentes, como nos barrancos dos rios ou nas cachoeiras, quer em qualquer recanto da mata, fazia passar mais depressa as horas do ocio—que, aliás, não lhe eram poucas. E, ponderamos mais, a arte de desenho certamente teria alcançado melhor desenvolvimento entre os indios si de facto desse modo quizessem deixar gravados para

sempre algum episodio ou, como pelos «hieroglyphos», traduzir alguma idéa.

Não podemos deixar de transmittir ao esforçado autor as nossas felicitações pelo bello trabalho, util e interessante contribuição á literatura sobre os nossos indigenas, e não queremos tambem deixar de salientar a fina arte graphica que presidiu á impressão da obra.

R. von Ihering.

* * *

III

Gustavo Beyer (*)

1)

VIAJANTE SUECO

(1813)

Por occasião de sua curta estadia nesta capital, em agosto ultimo, travei relações com o sr. dr Alfredo de Toledo. Conhecia-o antes pelos seus importantes trabalhos impressos na *Revista do Instituto Historico de S. Paulo*.

Em nossas palestras, me referiu o eminente homem de letras que a *Revista* ia imprimir no volume XII umas curiosas notas de viagem escriptas por Gustavo Beyer, de nação sueca e inteiramente desconhecidas. Accrescentou que antes de visitar S. Paulo, Beyer estivera no Rio de Janeiro, do qual dava succinta descripção.

Foi o bastante para aguçar a minha curiosidade.

Pedi ao dr. Toledo me enviasse, quando de regresso a S. Paulo, a parte relativa ao Rio. Com a gentileza que lhe é propria, o autor da *Reivindicação Improcedente* prometteu fazel-o. Passaram-se mezes e o nome de Beyer não se me apagou da memoria Recorri aos diccionarios de Historia e aos sabedores desta materia. Nada obtive. Consultei a lista de estrangeiros illustres (organizada por Taunay), os quaes vieram ao Brasil (Tomo 58 da Rev. do Instituto Historico Brasileiro). Della não constava o nome desse viajante.

Ante-hontem, porém, fui agradavelmente surprehendido com

(*) Em relação a este viajante, cujas *Ligeiras Notas de Viagem* se acham publicadas neste volume, traduzidas para o vernaculo pelo dr. A. Löfgren, escreveram os nossos illustres consocios drs. Vieira Fazenda e Oliveira Lima os artigos, que ora, com a devida vénia, transcrevemos como um erudito e elucidativo complemento ás breves e rapidas annotações feitas á referida narração de viagem.

N. da R.

algumas folhas impressas (provas naturalmente da revista) nas quaes vi o que tanto almejava.

«Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro á capitania de S Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas noticias sobre a cidade da Bahia e a ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que ha pouco foi occupada—tal é o titulo do trabalho de Gustavo Beyer—Foi traduzido do sueco pelo dr. Alberto Löfgren, um dos bellos ornamentos do Instituto de S. Paulo.

«O original do presente e interessante trabalho, (diz a nota da Commissão de Redacção), foi publicado em Stockolmo, na typographia de Elmen e Granberg, no anno de 1814, e, sendo encontrados pelo bibliothecario de S. M. Oscar II, da Suecia, na bibliotheca particular deste soberano dois exemplares do folheto em que o dito original foi dado á estampa, o referido monarcha, por intermedio do mesmo seu bibliothecario, cedeu um dos exemplares ao nosso distincto consocio dr. A. Löfgren e este tratou logo de fazer a versão do sueco para o vernaculo, á qual ora damos publicidade.

Apesar de diversos enganos commettidos por Gustavo, são com prazer lidas as precitadas notas de viagem. O autor, longe de ridicularizar os nossos habitos e costumes coloniaes, os acceita como fructos da nossa situação sempre dependente da metropole.

Que o progresso do Brasil já era manifesto em 1813, elle Beyer o accentúa. Graças á influencia do Principe Regente tudo se modificava para melhor. Referindo-se á Bahia, escreveu que muito «*erraram* os escriptores de viagens que, apenas visitando o Rio de Janeiro, tomaram esta cidade por padrão para julgar todo um territorio de 60.000 milhas geographicas quadradas, quando elles, si quizessem ter-se informado, poderiam ter conhecido o plano para a grande obra de civilização e povoamento do paiz».

Seu enthusiasmo sóbe de ponto quando fala dos Paulistas, em cujo seio encontrou hospedagem principesca e cavalheirosa acolhida. Verdade é que elle e seu companheiro o Conde von Pahlen, de São Petersburgo, viajavam com cartas de recommendação firmadas pelos ministros do Principe Regente.

Eis ahi um progresso digno de nota. Iam longe os tempos em que o governo via em qualquer viajante extrangeiro, por mais illustre, um simples espião. Vem-me agora á lembrança o occorrido com o sabio Humboldt.

Antes de proseguir, salvo erro, creio que esse conde Pahlen é o ministro e enviado extraordinario do Imperador da Russia, chegado ao Rio de Janeiro em 24 de julho de 1812, como refere o padre Luiz Gonçalves dos Santos.

Teria Beyer conhecido na Suecia os nossos illustres patricios José Bonifacio e Bittencourt e Sá, quando estes por lá

andaram em missão scientifica? E' de crer Teria sido por estes apresentado ao tenente-general Napion?

Qual o resultado obtido para a sciencia da viagem de Beyer? Não me compete dizel-o, por manifesta carencia de bases. Aguardemos a opinião de Branner, de Orville Derby, de Alfredo de Carvalho e de Oliveira Lima, que a fundo tem estudado o periodo que vae de 1808 a 1821.

Viajaria Beyer por propria conta ou fôra commissionado pelo seu governo? Nada posso avançar, sem conhecer o resto das *Notas*, prestes a vir á imprensa.

Terá esse sympathico sueco alguma relação com a fabrica de ferro de Ipanema, da qual se occupou Varnhagen?

Deixando esses pontos para serem elucidados por quem de direito, vejam succintamente só o que se refere á Bahia e Rio de Janeiro. Quanto á primeira, o autor diz ser o commercio vasto e o porto excellente e bem defendido. Faz justiça á administração do Conde dos Arcos, «moço de qualidades *superiores*, de *genio creador* que muito *tem* contribuido para o aformoseamento deste grande emporio». Descreve a traços largos a cidade e fala de uma estatua do Principe Regente (*sic*) sobre um pedestal de marmore branco, encarando o mar

Um tanto exaggerado quanto aos recursos de que dispunha a antiga capital do Brasil, allude ao facto historico de quererem os habitantes — désse o principe d João preferencia á cidade fundada por Thomé de Sousa para nova séde da monarchia.

Trata das chuvas e desmonoramentos occorridos em junho e julho de 1813 factos comprovados pelas correspondencias existentes no Archivo Publico.

Penetrando no *grandioso* porto de S. Sebastião (Rio de Janeiro), escreveu o seguinte: «a entrada passa em grandeza a das columnas de Hercules e póde ser comparada a uma porta cujos dois batentes são duas e núas rochas de granito das quaes a da esquerda é denominada Pão de Assucar e que, segundo a ultima medição, tem 800 pés de altura. Os navios passam tão perto da fortaleza de Santa Cruz collocada no centro (*sic*) da entrada que com um porta-voz póde-se responder ás perguntas que d'alli vêm, o que é obrigatorio para os que intentam passar em silencio. Santa Cruz é uma ilha perfeita (*sic*) que cruza o seu fogo com o de todas as fortalezas do porto e dos morros ao redor da cidade. Desses morros o da Ilha das Cobras é curioso, porque ao pé delle os maiores navios podem ancorar. Na entrada do porto que tem o comprimento de algumas leguas suecas, a vista se deleita com uma porção de ilhotas encantadoras que gosam de uma primavera eterna e das quaes emanam os mais agradaveis aromas. Entre ellas (*sic*) a *Ponta de Acajou*, onde reside o almirante sr. Dixon, é a mais aprasivel pela situação. Os paquetes ancoram de preferencia deante do palacio, etc.».

E, coisa curiosa, todos os viajantes que franquearam o nosso porto falam das exigencias da fortaleza de Santa Cruz e de seu porta-voz. São elles fructo do Regimento dado ao capitão Manoel da Costa Cabral pelo governador d. Alvaro da Silveira e Albuquerque, em 24 de janeiro de 1703

Descrevendo o antigo largo do *Paço* e os edificios em torno fala do chafariz em *fórma de obelisco* com inscripções (felizmente ainda lá existem) e *uma agua fresca e crystallina* que jorra de cabeças de *cobras e de dragões*. (Isto agora é pura fantasia).

Alli attrahiu-lhe a attenção o barulho dos negros e a permanencia de sentinellas junto da fonte publica. Acontecia isto quando, por occasião de sêccas, faltava agua Davam-se brigas entre os conductores do precioso liquido, os quaes queriam ter preferencia por morarem longe Era a chamada tamina. Em caso de conflicto intervinham os guardas, que restabeleciam a ordem com algumas pauladas, ou vergastadas com os conhecidos *camarões*

(Os edificios todos têm saccadas, onde damas, cavalheiros e pagens se divertem durante as horas frescas do dia, respirando os aromas que se desprendem das numerosas flores alli collocadas). Esse habito ainda hoje infelizmente se conserva, apesar das avenidas, passeios e divertimentos. Conheço algumas donas de casa que só sáem á rua tres vezes por anno: no Carnaval, na quinta-feira santa e no dia da Gloria!

Dá para população do Rio 130.000 habitantes. A cidade (apesar de seu porto seguro, incomparavel e bem defendido, capaz de abrigar todas as armadas do mundo) não constitue um dos mais *saudaveis* logares do grande continente americano. Fala em seguida da situação do Rio cercado de montanhas, de 177 dias de chuva durante o anno, da estagnação das aguas a qual *origina* dentro do seu perimetro uma humidade nociva ao organismo e uma porção de insectos molestos dos quaes ha ahi maior abundancia do que em outro qualquer logar do Brasil.

Si lhe fosse dado ainda viver o autor das notas viria que para dar cabo dessa mosquitada existe aqui hoje verdadeiro batalhão.

Em boa hora reconhece Beyer que o governo começava a sanar os erros commettidos por occasião da primitiva constituição da cidade.

De facto, Paulo Fernandes tratava de executar melhoramentos materiaes segundo o exemplo do Marquez de Lavradio, de Luiz Vasconcellos e do Conde de Rezende

Occupa-se, finalmente, muito por alto, com a bibliotheca regia, o theatro de S. João, havia pouco inaugurado, com os alicerces da nova casa da moeda (no Campo da Polé, hoje rua do Sacramento) e com o Jardim Botanico, na praia do Freitas (*sic*).

Do exposto ás pressas, resulta que o viajante sueco não foi muito exacto com relação ao nosso Rio de Janeiro. Basta dizer

que collocou a antiga fazenda dos jesuitas (Santa Cruz) no meio da Ilha Grande!

Parece que guardou elle toda a sua attenção para a antiga capitania de S. Vicente. Ainda assim, a parte que me foi dado lêr constitue precioso documento bibliographico até ha pouco desconhecido.

Quando o restante fôr publicado na *Revista*, acompanhado de eruditos commentarios, se poderá avaliar *in totum* do merecimento das referidas notas

Dando parabens aos illustrados drs. Alfredo de Toledo e Alberto Löfgren pela novidade que nos vão offerecer, aguardo o volume XII da «Revista do Instituto Historico» de S. Paulo.

Peço-lhes desculpa por metter-me em *frota sem bandeira*. Ninguem melhor do que elles sabe:—não se póde exigir muito de quem não é artista e canta por *devoção*.

VIEIRA FAZENDA.

Rio, 10 de novembro de 1907.

(D' *A Noticia* anno XIV, n. 277, de 20-21 de novembro de 1907, Rio de Janeiro).

* * *

2)

As notas de viagem no Brasil, em 1813, de Gustavo Beyer

O erudito bibliothecario do Instituto Historico do Rio de Janeiro, sr. dr. Vieira Fazenda, cuja personalidade é familiar a quantos servem o culto do nosso passado, do qual é um estudioso apaixonado e original, appellou, entre outras, para minha opinião quanto ao objecto e causa da viagem ao Brasil de Gustavo Beyer, sueco que esteve na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo no decorrer de 1813 e cujas impressões, de todos nós desconhecidas, se achavam consignadas desde 1814 num pequeno volume impresso em Stockolmo

Deste volume, existente em duplicata na bibliotheca particular do rei Oscar da Suecia, teve o Instituto Historico de São Paulo conhecimento e póde obter o gracioso offerecimento de um dos exemplares, encarregando-se o sr. Alberto Löfgren da sua traducção, que figurará no proximo tomo, o XII, da revista da mesma associação.

Não tem o publico outro criterio, nem poderia encontrar melhor, para aferir a operosidade e importancia de taes sociedades senão o que lhe offerece o apparecimento annual desses

volumes, nos quaes se concentra o trabalho dos seus membros mais illustres ou mais prestimosos. A associação vale pelo que estes membros valem e pelas tradições que representa, isto é, pelo valor dos que se foram. Ora a Revista do Instituto Histituto de S. Paulo é deveras interessante em si, nenhuma outra se lhe avantajando presentemente, pouquissimas mesmo a egualando.

A variedade nas suas contribuições, a frequencia dos seus ensaios originaes e a abundancia da sua documentação, cujo campo abrange mais que o Estado sobre que se diz exercer a actividade da associação, tornam-na attrahente para o entendido como para o leigo em assumptos historicos brasileiros, e abonam a orientação que desde o seu inicio recebeu aquella publicação, hoje principalmente affecta á direcção intelligente e cuidadosa do sr. dr Alfredo de Toledo, versadissimo na materia e, como todo paulista, justamente cioso das glorias da grey a que pertence.

E' muito difficil, senão impossivel, á falta de informações alheias ao proprio livro, satisfazer a pergunta do sr. dr. Vieira Fazenda e dizer por que motivo veiu Beyer ao Brasil. Os viajores dessa época obedeciam todos no geral a moveis commerciaes, como Mawe e Luccock, ou a moveis scientificos, como Spix e Martius. Seria facil num e noutro caso conhecel-os, quando mesmo nos fossem alheias suas biographias. Os primeiros abundam em dados economicos e financeiros, os segundos em dados botanicos, mineralogicos ou zoologicos. Nuns prevalece a terminologia bancaria, nos outros a technologia particular á historia natural.

O volume anterior da «Revista do Instituto Historico de S. Paulo», inseriu a traducção da viagem a Minas Geraes, nos annos de 1814 e 1815, do allemão G. W. Freyreiss, que em 1816 o principe Maximiliano de Wied-Neuwied encontrava explorando o Espirito Santo, e poucos annos depois morria no sul da Bahia. Quando fosse anonyma sua relação, appareceria sem contestação possivel como o trabalho de um naturalista. Entretanto, apontam na obra observações sociaes dignas de nota, e sobretudo, o tratamento dos indios e os horrores do trafico mereceram do autor descripções minuciosas e verdadeiras, em capitulos que se lêm com aproveitamento.

Com Gustavo Beyer a coisa é differente. O que se póde deprehender, o que parece pelo menos deprehender-se, é que não era de profissão naturalista e que tampouco era homem de negocio. Seus conhecimentos de historia natural serão taxados de vulgares; suas preoccupações mercantis apparecem nullas. Diccionario algum de biographia ou encyclopedia que consultei dá fé delle. E' literariamente um esquecido, scientificamente um desconhecido. Porque não fazel-o entrar noutra categoria, modernamente tão desenvolvida, dos viajantes por simples distracção, dos «touristes» por defastio, dos «globe-trotters» por curiosidade?

O Brasil, recem-aberto aos estrangeiros, vagamente conhecido como a terra maravilhosa do ouro e dos diamantes, agora chamando fortemente a attenção pelo facto de para sua capital se haver transferido uma das velhas côrtes européas, desafiava uma visita que os paquetes inglezes de Falmouth tornavam possivel, regular e até commoda para o tempo, ainda que não de todo segura pela guerra que no mar fizeram justamente em 1812 e 1813 os americanos aos inglezes, e pelas depredações dos piraque dos portos dos Estados Unidos saiam com bandeira insurgente, sobretudo de Artigas. No tempo da navegação á vela e do corso as viagens maritimas eram pelo menos aleatorias.

O calor das recommendações que levou para São Paulo e que puzeram em movimento o proprio capitão general Marquez de Alegrete; a companhia em viagem, num pé de intimidade, do conde Nicoláu von Pahlen, que devia ser parente, talvez filho ou irmão do ministro russo que em 1812 chegou ao Rio, transferido de Washington; a attenção prestada nas suas observações á feição mundana da vida brasileira, são circumstancias todas que denunciam em Beyer um homem de bôa sociedade Nem é de surprehender ou de natureza a contrariar essa impressão o facto de, segundo se deduz do livro, ser o autor dado, ou amador, mais pela certa, de pesquizas geologicas. A historia natural invadira no seculo XVIII com estrepito a educação cuidada, e entre a melhor classe tornára-se até mania absorvente. Buffon, o classico Buffon, era um gentilhomem, para só citar esse, e dos que nos visitaram e no nosso paiz viajaram extensa e proveitosamente, o principe Maximiliano, de Wied-Neuwied, dedicava se com fervor á ethnographia afóra a zoologia e a botanica.

Não penso, como aventa a hypothese o sr. dr. Vieira Fazenda, que tivesse Beyer talvez travado conhecimento na Suecia com José Bonifacio e Ferreira da Camara, ou que sua vinda ao Brasil se relacionasse com a fabrica de ferro de Ipanema Nada consta do livro em abono de uma ou de outra supposição, que haveria sido confirmada ao falar-se no citado estabelecimento metallurgico ou ao referir o autor seu encontro com Martim Francisco em casa do conego Oliveira Bueno, que na Paulicéa o hospedára. Admittido que fosse Beyer um homem de alta roda, é mister ter presente que o meio social em que na Europa do norte se moveram o paulista e o mineiro foi o meio especial dos universitarios e dos sabios onde lucravam intellectualmente, não o que se chama por um gallicismo o mundo. Os scientistas recebiam a protecção dos principes, quando estes eram esclarecidos, mas não formavam propriamente a sua côrte. O caso de Weimar, do seu grão duque Mecenas e do olympico Goethe, não era a regra. De ordinario, o circulo intellectual e o cortezão moviam-se em redor do throno sem se confundirem.

A sympathia de Beyer pela nossa terra e pela nossa gente, a benevolencia das suas observações, a ausencia de notas ridi-

culas ou malignas são de bom tom, tráem o cavalheiro. Tambem podiam trair o sabio, commummente optimista: nenhum viajante foi mais condescendente do que foram Spix e Martius. Vê-se, porêm, que agradou a Beyer encontrar no Brasil um pouco de convivencia, aquillo a que andava habituado na Europa e que tanta falta aqui lhe teria feito.

A novidade de sua curta obra está unicamente, em minha opinião, em que descreve um aspecto paulista do tempo que escapou a outros viajantes coevos ou de que não fizeram sufficiente menção, e vem a ser a franqueza e largueza do seu intercurso social. Beyer e von Pahlen eram hospedes de distinção, e assim foram tratados com primorosas attenções, que não ultrapassaram comtudo os limites discretos da fina educação. Da sua estada em S. Paulo guardavam, pelo que se nota, uma lisonjeira e duradoura recordação.

Não tento para aqui transplantar resumidas e despidas do sainete original as observações e sensações paulistas do viajante sueco. Na traducção do sr. Löfgren, vão ellas ficar ao alcance de qualquer. O que sómente pretendi foi corresponder, embora negativamente, ao amavel appello do sr. dr. Vieira Fazenda, encarecer mais este serviço historico do Instituto Paulista e a bôa critica que se revela na composição da sua Revista, e mostrar ligeiramente o interesse da relação agora revelada aos que entre nós, e vão felizmente avultando em numero, estimam esse genero de leituras.

Rio, novembro de 1907.

M. de Oliveira Lima.

(Do O Estado de S. Paulo, n. 10593, de 9 de dezembro de 1907).

*
* *

3)

Quem era Gustavo Beyer

O viajante sueco Gustavo Beyer está identificado, e é perfeitamente conhecido o motivo de sua viagem ao Brasil em 1813. Effectivamente, como me quiz parecer pela leitura de sua relação nas provas da Revista do Instituto Historico Paulista, que me foram amavelmente communicadas pelo sr. dr. Alfredo de Toledo, não se trata nem de um homem de sciencia nem de um homem de commercio, sim de um homem de posição social. Apenas este homem tinha um negocio a tratar e sua viagem não foi rigorosamente de prazer, posto que deva encerrar incomparavel prazer a cobrança effectiva de uma divida.

Gustavo Beyer veiu da Suecia a S. Paulo expressamente para receber, ao que se diz, do director da fabrica de ferro de Ipanema dez mil cruzados que este seu compatriota lhe devia. Como a quantia não era tão avultada que por si valesse tão longinqua viagem, se fosse um sacrificio, não é fóra de proposito julgar que a curiosidade da terra entrava por alguma coisa na sua determinação.

Quando, pela Carta Regia de 4 de dezembro de 1810, se creou o «estabelecimento montanistico de extracção do ferro das minas de Sorocaba» por meio de uma companhia de que o governo tomava metade das acções, o ministro e o consul de Portugal na Suecia foram encarregados de contratar operarios competentes e um mestre de forjas experimentado. O ministro era Joaquim Lobo da Silveira, mais tarde plenipotenciario em Vienna e conde de Oriola; o consul, certamente honorario, Gustavo Beyer ou Bayer. E' bem provavel que este fosse o traductor da obra de Lobo da Silveira—«Skizze von Brasilien», publicada em Stockolmo em 1809, e naturalmente preparada no intuito de dar a conhecer o paiz para onde se mudára a côrte portugueza.

Aproveitou-se Beyer da occasião unica que se offerecia para collocar como director da fabrica brasileira um tal Hedberg, dono de forjas ou arrendatario de minas que fallira e de quem era credor. Fel-o na esperança, que o futuro não desmentiu, de que uma vez em posição vantajosa, viesse aquelle a pagar-lhe o debito. Isto foi o que, na expressão de Varnhagen, houve de vergonhoso no contracto elaborado e firmado pela nossa autoridade consular. O ministro entrou ahi, como muitas vezes acontece em casos analogos, da mesma fórma que Pilatos no credo.

O nosso grande historiador nutria pela fabrica de Ipanema um interesse muito vivo e muito justificado pelo facto de ter seu pae vindo de Portugal, onde geria um estabelecimento da mesma indole, com o fim de examinar as condições das minas de Sorocaba e formular o plano da fundação que, logo depois de Hedberg, entrou a dirigir. Melhor se poderia dizer a corrigir, porquanto a primeira administração deixou muitissimo a desejar. Varnhagen accusa Hedberg de haver desde o principio abusado das optimas intenções do Conde de Linhares.

O senador Vergueiro conta as coisas com todas as minudencias desejaveis na sua memoria historica sobre a fundação da fabrica de São João de Ipanema, impressa em Lisboa em 1822 e reimpressa alli em 1858, juntamente com a correspondencia do tenente-coronel Varnhagen e outros documentos sobre o assumpto. Segundo o autor Hedberg andava no Brasil fiscalizado de perto por dois extrangeiros de distinção, seus credores por sommas largas, que recebiam o que elle ia adquirindo com seu salario e suas espertezas. Beyer, que chegou bastante depois

e não tomava parte naquella singular exploração, tão satisfeito ficou, porêm, com o resultado pratico da sua viagem que, ao regressar para a Europa, publicou no «Investigador Portuguez» de Londres (n. 29) uma «pomposa e inexacta carta», affirmando com relação á fabrica coisas «fabulosas», entre outras que se estava trabalhando com toda a actividade no fôrno alto, quando tal não succedia absolutamente.

Nesta carta, firmada só com a inicial do seu appellido, declara Beyer corresponder com sua informação de testemunha ocular ao desejo manifestado pelo redactor do citado periodico, o qual era subvencionado pela legação portugueza em Londres na intenção de rebater os constantes ataques do «Correio Brasiliense» e depois do «Portuguez», em cujas paginas eram defendidas as doutrinas liberaes ou constitucionaes.

Receiava sómente o viajante sueco que o seu «limitado saber» de obras da natureza da fabrica por elle chamada, com um sabor de etymologia grega, de Hyppanema, em vez de seguir a pretensa graphia tupi de Ypanema, tornasse muito imperfeita aquella sua exposição. Via-se, por isso, obrigado a ser muito succinto para errar menos. E foi com effeito muito laconico, sem comtudo deixar de indicar os muitos trabalhos realizados nos tres annos decorridos de 1810 a 1813, accrescentando não existir estabelecimento egual no «inteiro. e infinito continente americano», e concluindo por proclamar que tal fundação provinha da sabia vontade do principe regente e era fructo do patriotismo e luzes de um grande ministro

Foi em 1810 que, incumbido de tanto, apresentou Varnhagen seu plano de montagem da fabrica, cujos antecedentes já eram seculares. Achou-o estreito Linhares, sempre grandioso nos projectos, não lhe dando tambem andamento por estar para chegar a colonia profissional entrementes contractada na Suecia.

Com Hedberg, cujo vencimento estipulado era de um conto e seiscentos mil réis annuaes, vieram, além dos operarios, o capitão de marinha Danckvart, de quem fala Beyer mais de uma vez na sua relação de viagem, Printzenchold, filho de um dos credores do fallido, syndico de facto, no nome secretario, e o barão de Fleming, outro credor que, na phrase de Vergueiro, veio ver o Brasil. Não sei se seria este o mesmo Fleming que por occasião da acclamação de dom João VI exercia as funcções de ministro da Prussia no Rio de Janeiro. O velho Vernhagen tambem acompanhou para Ipanema a colonia escandinava na qualidade de procurador dos accionistas.

Apesar desta fiscalização, que a outra particular contrariava, a administração de Hedberg foi infeliz, assevera Vergueiro que dolosa. Quando o despediram, apresentou o director contas de grão capitão e, antes, pretendera invariavelmente lesar, urgido pelos credores, os interesses que em má hora lhe tinham sido confiados. No volume II do seu excellente trabalho—«As Minas

do Brasil e sua Legislação—faz o sr. Pandiá Calogeras, segundo Vergueiro e tambem Eschwege, a triste e detalhada historia desse monumental conto do vigario.

A ser verdade quanto se conta, os operarios contractados por preços altos para o governo que os pagava pela mão de Hedberg, o qual enganava a uns e a outros, eram officiaes de outros misteres guindados á sua posição de mineiros, serradores e serralheiros, rótulos com que foram exportados. Haverá nisto quiçá exaggero, tanto de Varnhagen, que desejava encaminhar a fabrica a seu modo, que foi de certo muito superior, como de Vergueiro, amigo do primeiro. Não teria sido difficil, nem mais dispendioso trazer da Suecia, operarios destros para o trabalho a que se destinavam. Com quaesquer era possivel fazer trapaça nas contas.

Com relação especialmente a Beyer, sua viagem ao Brasil pareceu no momento tão estranha aos que desconheciam seu objectivo real e a não suppunham desinteressada, que Napion, encarregado em 1812 de inspeccionar as obras, manifestava que a vinda do sueco dava que pensar não sómente a elle como a muitas pessoas. Imaginava-se que, natural de um paiz fabricante e exportador de ferro em larga escala, posto que agente consular de Portugal, seu intuito secreto era fazer mal por qualquer modo á fabrica de Sorocaba.

Já vimos que o fito de Beyer era menos nacional e mais pessoal. Hedberg devia-lhe bem como a Fleming e ao pae Printzenchold, e os tres credores no seu interesse particular pretenderam melhorar a sorte do devedor commum insolvente. Dois, mais suspicazes ou mais soffregos, acompanharam-no para maior segurança: o terceiro veiu mais tarde, na bôa occasião, liquidar o debito que para com elle existia.

«Suum cuique...» E' mister ainda referir como se procedeu a esta identificação. Ao lêr o artigo do sr. dr. Vieira Fazenda, o illustrado sr. dr. Piza e Almeida, presidente do Supremo Tribunal Federal, escreveu-lhe lembrando qüe a «Historia Geral» menciona na primeira edição um sueco de nome «Bayer». Achando discordancia na orthographia do nome e já tendo feito appello a terceiros no seu folhetim, o dr. Fazenda não seguiu a pista em Vergueiro, aliás citado por Varnhagen. Fel-o com seu faro habitual e com o successo indicado o sr. dr. Alfredo de Carvalho, que me communicou o primeiro resultado da sua investigação. Ao mesmo tempo, o sr. Orville Derby procurava e encontrava no «Pluto Brasiliensis», de Eschwege, a confirmação do que escreveram Vergueiro e Varnhagen. Dahi era natural passar á obra do sr. Calogeras.

E' curioso que, na relação agóra traduzida, Beyer não faça á fabrica de ferro de Ipanema senão referencias ligeiras e impessoaes, não lhe concedendo mesmo extensão maior nas suas notas do que a outras cousas que descreve. O motivo da sua

viagem ao Novo Mundo, é natural que elle o occultasse sob as observações de homem fino e culto interessado em quanto examina e em quanto admira. O optimismo caracteristico dessas observações fica agora plenamente explicado. Nada ha como uma divida cobrada para fazer vêr tudo côr de rosa.

Rio, dezembro de 1907.

M. de Oliveira Lima

(Do Estado de São Paulo, n. 10.594, de 10 de dezembro de 1907)

ACTAS DAS SESSÕES

Primeira sessão ordinaria, em 5 de fevereiro de 1907

PRESIDENCIA DO SR. DR. MANOEL PEREIRA GUIMARÃES

Aos 5 de fevereiro de 1907 nesta capital, de S. Paulo, ás 7 1/2 horas da noute, no predio em que funcciona o Instituto Historico e Geographico, á rua General Carneiro n. 1-A, sob a presidencia do sr. dr. Manoel Pereira Guimarães, servindo de secretarios os srs. Arthur Goulart e dr. Eugenio Franco, celebrou o Instituto a sua primeira sessão ordinaria, em vista de ter havido numero legal de socios. Lida a acta da sessão passada e o expediente, que constou da offerta de varias obras e publicações costumeiramente recebidas, o sr. presidente deu por empossada a directoria eleita a 25 de outubro de 1906 e que ficou assim constituida: presidente, sr. conselheiro Manoel Antonio Duarte de Azevedo; vice-presidente, sr. dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo; primeiro secretario, sr. dr. Manoel Pereira Guimarães; segundo secretario, sr. Dionysio Caio da Fonseca; orador, sr. dr. Theodoro Sampaio, e thesoureiro, sr. dr. Arthur Vautier. Estando na ante-sala o socio ultimamente reconhecido sr. dr. Joaquim José de Carvalho, foram nomeados os srs. drs. Carlos Reis e Alfredo de Toledo para o introduzirem no recinto. O illustre consocio prestou então compromisso, tomando assento. Foi lido em seguida um officio do sr. Dionysio Caio da Fonseca, renunciando o logar de segundo secretario, em vista de ter mudado sua residencia para Santos. O sr. presidente, lamentando a retirada do activo segundo secretario, convida os srs. socios para se munirem de cédulas, afim de eleger o segundo secretario em substituição do sr. Dionysio Caio da Fonseca, que se exonerou daquelle cargo. Pede a palavra o socio sr. dr. Alfredo de Toledo e propõe que seja acclamado segundo secretario effectivo o sr. Arthur Goulart, que occupava o cargo de primeiro supplente dos secretarios. A casa approvou unanimemente a proposta do sr. dr. Alfredo de Toledo, sendo, pois, acclamado segundo secretario effectivo do Instituto o sr. Arthur Goulart.

Para o logar de 1.° supplente dos secretarios foi acclamado o segundo, dr. Dinamerico Rangel, e para o logar deste a casa nomeou o sr. dr. Eugenio Alberto Franco.

Em seguida foi lido pelo sr. 1.° secretario o relatorio apresentado pelo sr. dr. Manoel Pereira Guimarães — primeiro secretario effectivo, relatorio dos factos principaes, occorridos na sociedade durante o anno findo de 1906. Tambem foi lido o balancete apresentado pelo thesoureiro sr. dr. Arthur Vautier, no periodo de 1.° de abril a 31 de dezembro de 1906. Por esses documentos, esmeradamente elaborados, verifica-se o augmento extraordinario que tiveram no anno findo as collecções do Instituto, e o estado prospero das suas finanças. O relatorio faz encomios justos, tambem, aos trabalhos lidos pelos dignos consocios, durante o anno que se findou.

Passando-se á 2.ª parte da ordem do dia foram lidas as propostas para socios dos srs. Victorino Coelho de Carvalho, residente em Taubaté (correspondente), drs. Antonio de Albuquerque Pinheiro e Aristides de Albuquerque (effectivos), ambos desta capital. Tambem foi proposto para socio effectivo o sr. dr. José Carlos de Macedo Soares, residente na capital paulista. As propostas foram á commissão de admissão de socios, para formular parecer.

Em seguida, o sr. presidente, na fórma dos Estatutos, nomeou os seguintes associados para comporem as commissões permanentes do Instituto, que têm de servir, com a directoria, no triennio de 1907 a 1910.

Regulamentos e Estatutos: drs. Adolpho Augusto Pinto, Manoel de Aquino e Castro e Ernesto Goulart Penteado; *Admissão de socios*: drs. Luis de Toledo Piza e Almeida, José Torres de Oliveira e José Maria do Valle; *Redacção da Revista*: drs. Augusto Cesar de Miranda Azevedo, Alfredo de Toledo e Horacio de Carvalho; *Historia de São Paulo*: drs. José Valois de Castro, Francisco Natividade e Luis Gonzaga da Silva Leme; *Historia Geral do Brasil*: drs. Augusto Cesar de Miranda Azevedo, João Baptista de Moraes e Washington Luis Pereira e Sousa; *Geographia de São Paulo*: srs. drs. Eduardo Loschi, Assis Moura e José da Silveira Cintra; *Geographia Geral do Brasil*: srs. drs. José Vicente de Azevedo, Edmundo Krug e Tiburtino Mondim Pestana; *Literatura e Manuscritos*: srs. dr. Pedro Augusto Gomes Cardim, Francisco Gaspar e dr. Dinamerico Rangel; *Sciencias, Numismatica e Archeologia*: srs. Alberto Löfgren, Eugenio Hollender e dr. Hermann von Ihering; *Artes e Industrias*: srs. drs. Francisco Ferreira Ramos, Ramos de Azevedo e Ignacio Wallace da Gama Cockrane; *Contas*: srs. drs. Eugenio Alberto Franco, Carlos Reis e Carlos Villalva.

Em seguida pede a palavra o consocio sr. Assis Moura e inscreve-se para, na proxima sessão, lêr um documento sobre a fundação da cidade de Mogi das Cruzes e abertura da primeira estrada ligando S. Paulo ao Rio de Janeiro.

Antes de encerrar a sessão, o sr. presidente congratula-se com a presença alli do sr. dr. Joaquim José de Carvalho, illustre homem de letras e historiador, que, entrando para o Instituto na qualidade de socio, poderá prestar á mesma associação as luzes de seu cultivado e brilhante espirito. O sr. dr. Carvalho pede a palavra e, agradecendo as palavras justas do sr. presidente, promette trabalhar para o Instituto com todo o prazer. A proposito de varias considerações sobre uma verdadeira Historia do Brasil, o novo consocio faz ver que o compendio do sr. Rocha Pombo é o unico que procura se aproximar da verdade. Ataca o orador a anomalia de se modificar tudo, rebatizar e chrismar varios nomes historicos, tirar nomes tradicionaes de ruas para dar-lhes outros de individuos que nada representam na Historia, falseando assim o espirito da Justiça, que deve traduzir uma lição, pela qual os nossos filhos possam aprender o verdadeiro significado de uma época. Ao terminar as suas judiciosas palavras, o orador foi saudado pelos consocios presentes. A's 10 horas da noute foi encerrada a sessão, marcando o sr. presidente o dia 20 de fevereiro para a 2 ª sessão ordinaria do corrente anno. Eu, *Arthur Goulart*, segundo secretario, escrevi.

Segunda sessão ordinaria, em 20 de fevereiro de 1907

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

Aos 20 dias do mês de fevereiro de 1907, nesta capital de S. Paulo, no edificio da séde social, á rua General Carneiro n. 1-A, sob a presidencia do sr. conselheiro Manoel Antonio Duarte de Azevedo, servindo de secretarios os srs. dr. Manoel Pereira Guimarães e Arthur Goulart e, havendo numero legal de consocios, foi aberta a sessão ás sete e meia horas da noute. Antes da ordem do dia, o sr. presidente pede desculpas á casa, da sua ausencia nas ultimas sessões do Instituto. Diz achar-se adoentado desde ha muitos dias, razão da sua falta de comparecimento aos trabalhos. Faz votos para que o Instituto, associação que honra sobremaneira o Estado de S. Paulo, progrida durante este anno, tanto ou mais que nos outros já passados. Agradece mais uma vez a honra de ter sido reeleito para o cargo de presidente, cargo que procurará elevar nas medidas de suas forças. Espera que se façam novos trabalhos, apesar de a *Revista* ter sido publicada até então em dez longos volumes de um importante repositorio da Historia e Geographia do prospero e grande Estado de S. Paulo.

Em seguida o sr. dr. 1.° secretario lê a lista das offertas ao Instituto, que são as seguintes:—Alguns mappas geographicos confeccionados em 1783. São interessantissimos esses mappas, offerecidos ao Instituto pelo nobre consocio dr. Pamphilo de

Assumpção; *O Paulista Official*, numero de 19 de dezembro de 1836, offerta do consocio sr. Arthur Goulart; *Primicias*, versos, e *Roteiro de Lisbôa*, offerecidos pelo seu autor, o sr. Joaquim Gil Pinheiro; *A Nova Cruz*, ns. 8-9, *O Album Imperial*, *Revista Militar*, *Boletim da Agricultura* e *La Science Sociale*, revistas literarias e scientificas. As offertas são recebidas com sincero prazer.

E' lido, tambem, o parecer da commissão de admissão de socios, opinando para que sejam considerados membros effectivos do Instituto os srs. drs. Antonio de Albuquerque Pinheiro, José Carlos de Macedo Soares e Aristides de Albuquerque, homens de letras, e correspondente o sr. Victorino Coelho de Carvalho, escriptor residente em Taubaté. São propostos para socios os srs. Luis da Rocha Miranda, barão do Bananal, engenheiro, e Heitor Machado, inventor e distincto chimico. Ambas as propostas — para socios effectivos — vão á commissão respectiva para formular parecer. Passando-se á segunda parte da ordem do dia, o sr. dr. Hermann von Ihering, que, com os srs. drs. Carlos Reis e Alfredo de Toledo, faz parte da commissão encarregada de angariar donativos para a construcção do predio social, occupa a attenção da casa por espaço de uma hora, lendo o bem elaborado parecer sobre os trabalhos feitos pela commissão e fazendo judiciosas considerações a respeito. Este parecer, que constitue uma peça que honra a commissão, conclue propondo as seguintes medidas: *a*) que a directoria firme contracto com o sr. dr. Eduardo Loschi, cuja planta foi já approvada, e comece os trabalhos logo que as circumstancias o permittirem; — *b*) que a directoria nomeie a commissão especial para revisão dos socios, devendo muitos correspondentes passar a effectivos e que sejam considerados remidos 50 associados, que contribuirem durante este anno com duzentos mil réis cada um; — *c*) que o Instituto se abstenha de fazer despesas que não sejam inadiaveis, attendendo-se á prompta construcção do edificio e á formação do capital necessario para tal fim; — *d*) na primeira sessão de cada mês a directoria deverá apresentar informações sobre o andamento da construcção do edificio e da questão financeira; — *e*) a directoria deve adquirir um rico livro de ouro pelo qual ficará constando a historia da construcção da casa e no qual se registrem os donativos, favores e serviços que forem prestados, devendo o mesmo livro mais tarde servir para uma unica assignatura de cada socio do Istituto. A commissão suggere tambem no seu parecer a conveniencia de se dirigirem circulares aos socios, pedindo auxilios e solicitar tambem o apoio dos augustos Congressos Federal e Estadual, municipalidades da capital e do interior, dirigindo-se tambem ao governo do Estado, solicitando a impressão das circulares no *Diario Official* e da Prefeitura para que isente o Instituto do pagamento dos impostos e emolumentos devidos á construcção do edificio. O sr. dr.

Ihering, que prestou, em companhia dos seus confrades da commissão os mais assignalados serviços ao Instituto, mostrou á casa a seguinte subscripção, fructo dos trabalhos de uma semana apenas: Conde Alvares Penteado, 1:000$000; The S. Paulo Light & Power Comp., 1:000$000; Theodoro Wille, 1:000$000; Julio Conceição, 1:000$000; Freitas, Lima Nogueira & Comp., 1:000$000; Salles, Toledo & Comp., 1:000$000; F. Mattarazzo & Comp., 1:000$000: Conde de Frates, 1:000$000; Barão de Tatuhi, 500$000; Rodolpho Miranda, 500$000; Sousa Queiroz, Amaral & Comp., 500$000; Zerrenner & Bülow, 500$000; Brasilianische Bank, 500$000; Prado, Chaves & Comp., 500$000; Companhia Mechanica e Importadora de S. Paulo, 200$000; Jorge Fuchs, 100$000; Erico & Comp., 100$000; Richmann, 100$000; Haydenreich & Irmãos, 100$000; British Bank of South America, 100$000; Nathan & Comp., 200$000; Augusto Rodrigues, 100$000; Conde Asdrubal do Nascimento, 200$000; London and River Plate Bank, 100$000; Barão Raymundo Duprat, 100$000; London & Brasilian Bank, 100$000. Total: — 12:500$000 Ao acabar a sua exposição sobre os trabalhos da commissão, foi o benemerito sr. dr. Ihering saudado com uma vibrante salva de palmas.

O sr. dr. Ihering, pedindo a palavra, ainda propõe para que seja considerado socio remido do Instituto o sr. Julio Conceição, residente na cidade de Santos, e pede a nomeação de mais os srs. drs. Eugenio Alberto Franco e Rodolpho von Ihering para augmentar a commissão de donativos, socios esses, que têm prestado áquella commissão reaes serviços. Sujeitos á discussão o notavel parecer e as propostas do sr. dr. Ihering, falaram suggerindo varias medidas os srs. conselheiro Duarte de Azevedo, dr. Manoel Pereira Guimarães, drs. Eduardo Loschi, Edmundo Krug, Domingos Jaguaribe, Carlos Reis e Pamphilo de Assumpção. O sr. presidente é de parecer que se deve estabelecer a concurrencia publica para a construcção do predio. O sr. dr. Carlos Reis diz que se deve tomar por base na concurrencia o plano do sr. dr. Loschi, já approvado. O sr. dr. Pamphilo de Assumpção propõe para que se organize um orçamento sobre o qual possa ser calculada a concurrencia. Encerrada a discussão, são approvados unanimemente o parecer da commissão e as emendas dos srs. drs. Pamphilo de Assumpção e Carlos Reis. O sr. presidente nomeou então para a commissão de revisão de socios os srs. drs. Pereira Guimarães, Arthur Vautier e Gomes Ribeiro, e para completar a commissão angariadora de donativos os srs. drs. Eugenio Alberto Franco e Rodolpho von Ihering. O Instituto votou para que o predio se fizesse por concurrencia. A's dez horas da noute o sr. presidente encerrou a sessão, marcando o dia 5 de março proximo para a 3.ª sessão ordinaria deste anno. Eu, *Arthur Goulart*, segundo secretario, escrevi.

Terceira sessão ordinaria, em 5 de março de 1907

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO M. A. DUARTE DE AZEVEDO

Aos 5 dias do mês de março de 1907, nesta Capital, á rua General Carneiro, n. 1-A, no edificio onde funcciona o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, estando presentes os srs. consocios conselheiro Manoel Antonio Duarte de Azevedo, dr. Manoel Pereira Guimarães, Arthur Goulart, conego Ezechias Galvão da Fontoura, dr. Alfredo de Toledo, drs. Carlos Reis, Eduardo Loschi, Torres de Oliveira, Hermann von Ihering, Joaquim José de Carvalho, Pamphilo de Assumpção, J. Coelho Gomes Ribeiro, Arthur Vautier, Couto de Magalhães, Rodolpho von Ihering, Silveira Cintra e desembargador José Maria do Valle, foi aberta a sessão ás sete e meia horas da noute, servindo de presidente o sr. conselheiro Manoel Antonio Duarte de Azevedo e de secretarios os srs. dr. Manoel Pereira Guimarães e Arthur Goulart. Lida e approvada a acta da sessão anterior, com uma emenda do sr. presidente, passou-se á leitura do expediente. São lidos pelo sr. 1.° secretario os nomes das offertas de jornaes e revistas do costume, offertas essas recebidas com especial agrado. E' lido um officio do 28.° *Congrés National des Societés Françaises de Geographie*, em Bordeaux, convidando o Instituto a fazer-se representar nesse congresso, que iniciará os seus trabalhos em 28 de julho proximo. O sr. presidente nomeou representante do Instituto nessa conferencia o illustre consocio sr. dr. Hermann von Ihering, que pretende por essa occasião achar-se em Bordeaux.

Em seguida o sr. presidente participou á casa haver nomeado o socio sr. Barão Homem de Mello, para representar o Instituto nas festas em homenagem ao eminente estadista argentino general Julio Roca, no Rio de Janeiro.

Primeira parte da ordem do dia: é approvado o parecer da commissão de contas ultimamente apresentadas pelo sr. thesoureiro. São approvados os pareceres da commissão de admissão de soçios, reconhecendo como membros effectivos do Instituto os srs. drs. José Carlos de Macedo Soares, Antonio Pinheiro de Albuquerque e Aristides de Albuquerque e correspondente o sr. Victorino Coelho de Carvalho Ficam sobre a mesa os pareceres reconhecendo socio correspondente o sr. Luis da Rocha Miranda, barão do Bananal, e effectivo o sr. dr. Heitor Machado. E' lida a proposta para que seja acceito socio correspondente o sr. dr. João Teixeira Alvares, residente em Uberaba, Minas.

Segunda parte da ordem do dia: o sr. dr Hermann von Ihering pede a palavra e dá conta ao Instituto dos trabalhos da commissão, de que faz parte, para angariar donativos necessarios á construcção do edificio do Instituto. O illustre con-

socio diz que do dia 24 de fevereiro até 4 de março havia angariado mais sete contos cento e cincoenta mil réis (7:150$000), tendo a respectiva subscripção attingido o donativo importante de dezeseis contos de réis. Communica á casa que um consocio prestou relevante serviço ao Instituto, dando á commissão o valioso auxilio de um conto de réis. Esse consocio é o digno thesoureiro sr. dr. Arthur Vautier. O sr. presidente mais uma vez agradece em nome do Instituto os trabalhos altamente significativos da illustre commissão para angariar donativos, composta dos srs. drs. Hermann von Ihering, Alfredo de Toledo, Carlos Reis, Eugenio Alberto Franco e Rodolpho von Ihering.

O sr. dr. Carlos Reis pede a palavra e diz que, não comparecendo o socio inscripto para lêr um trabalho, sr. Assis Moura, poderá em logar deste occupar a attenção dos consocios o sr. dr. Eduardo Loschi, que tem um interessante estudo para se fazer ouvir. Obtendo a palavra, o sr. dr. Loschi lê um trabalho que organizou como membro da commissão de geographia do Instituto, apreciando os importantes serviços da exploração do sertão do Estado, organizados pela Commissão Geographica e Geologica do Estado. Ao terminar a leitura do apreciado trabalho, que mereceu os applausos dos consocios presentes, o sr. dr. Loschi leu o seguinte: «Exm. sr. presidente. Illustres consocios.—Se depois de ter demonstrado o bom exito que alcançou a expedição scientifica dos rios Feio e Aguapehi, me calasse, penso que vós mesmos me julgarieis um ingrato: portanto, convencido de interpretar vosso pensamento e de tributar sómente uma pequena parte de merecimento que têm nesta importante exploração os exmos. srs. dr. Jorge Tibiriçá, d.d. presidente do Estado, dr. Carlos Botelho, d.d. secretario da Agricultura, e dr. João P. Cardoso, d.d. chefe da Commissão Geographica e Geologica de S. Paulo, venho vos propor de officiar a ss. excs., felicitando-os pelo grande serviço que têm prestado ao Estado de S. Paulo. Conclúe, fazendo votos para que num futuro muito proximo, aproveitando os trilhos traçados e abertos pelos peões da civilização dos sertões paulistas, sigam outras expedições scientificas para tornarem conhecidas em todos os pormenores as bellezas, a uberdade e a riqueza daquellas regiões e consignar a geographia a posição exacta do systema hydrographico dos rios Feio e Aguapehi, assim como as aldeias abandonadas tornarem-se centros de novas povoações futuras. São Paulo, 15 de fevereiro de 1907.—Eduardo Loschi».

O consocio sr. dr. Joaquim José de Carvalho, que pretendia lêr um trabalho, pede excusa de não poder fazer a leitura do mesmo, por motivo de força maior, promettendo, entretanto, fazel-o na sessão de 20 do corrente. Aproveitando a occasião o illustre consocio propõe que o Instituto organize uma sessão extraordinaria em homenagem do Sexto Congresso de Medicina, devendo por essa occasião quatro ou mais socios, que podem ser

nomeados pela mesa, apresentar breves memorias. Compromette-se a offerecer ao Instituto a publicação em folhetos de duas dessas memorias. Posta em discussão a proposta, falam os srs. conego Ezechias Galvão da Fontoura, que entende não dispôr o Instituto de sala apropriada para a sessão magna proposta; o sr. dr. Ihering que offerece para esse fim a sala nobre do Museu do Ipiranga e o sr. dr. Torres de Oliveira que propõe o adiamento da discussão, em vista de ser melindroso o assumpto para a sessão seguinte.

Em tempo: submettida á discussão e votação a proposta do sr. dr. Eduardo Loschi para que o Instituto felicite os srs. Presidente do Estado, Secretario da Agricultura e chefe da Commissão Geographica e Geologica do Estado, é approvada unanimemente a indicação para que vá a proposta á respectiva commissão

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra a sessão ás nove horas da noute, convidando os srs. socios presentes para outra que se realizará no dia 20 de março corrente. Eu, *Arthur Goulart*, segundo secretario, escrevi.

Quarta sessão ordinaria, em 20 de março de 1907

PRESIDENCIA DO SR. DR. M. PEREIRA GUIMARÃES

Aos 20 dias do mês de março de 1907, ás 8 horas da noite, nesta capital de S. Paulo, no salão nobre do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, presentes os srs. socios dr. Manoel Pereira Guimarães, presidente, dr. Alfredo de Toledo e Arthur Goulart, secretarios, Francisco Gaspar, dr. Hermann von Ihering, dr. Rodolpho von Ihering, dr. Eduardo Loschi, dr. Edmundo Krug e Assis Moura, foi aberta a sessão.

Lida e unanimemente approvada a acta da sessão anterior, pede a palavra o sr. dr. Pereira Guimarães e communica aos socios presentes a desoladora noticia do passamento do illustre paulista sr. dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo, inolvidavel vice-presidente do Instituto e seu socio fundador. O orador faz, em eloquente e sentido discurso, o elogio do saudoso extinto como politico, jornalista, orador, medico e historiador, estudando-o nestas multiplas phases da actividade humana. Faz vêr o quanto perdeu o Instituto com o seu desapparecimento, pois que o dr. Miranda Azevedo foi um benemerito que prestou á associação assignalados serviços quer nas sessões, quer na *Revista*, de que era digno redactor. A perda do illustre homem de letras, continúa o orador, é para o Instituto uma verdadeira catastrophe social. Julgando interpretar os sentimentos dos consocios, o orador propõe que se levante a presente sessão, como justa e e sincera homenagem á memoria daquelle que sabia conquistar

amizades e admiradores pelo seu talento superior alliado a um bello caracter: O sr. dr. Alfredo de Toledo pede a palavra e, apoiando a indicação do sr. presidente, propõe que a sessão seja suspensa, independentemente da votação da proposta apresentada, certo, como está, de que ella traduz perfeitamente os sentimentos de todos os socios. O dr. Alfredo de Toledo tece tambem á pessoa do distinto morto os mais justos conceitos e, visivelmente commovido, termina a sua oração dizendo que—Miranda Azevedo foi, sem duvida, um dos filhos mais illustres do grandioso Estado de S. Paulo.

O sr. dr. presidente levanta a sessão em homenagem á memoria do fallecido vice-presidente do Instituto e convida os srs. socios presentes para comparecerem á proxima, marcada para o dia 5 de abril proximo. Eu, *Arthur Goulart*, segundo secretario, escrevi.

Quinta sessão ordinaria, em 5 de abril de 1907

PRESIDENCIA DO SR. DR. M. PEREIRA GUIMARÃES

Aos 5 dias do mês de abril de 1907, ás sete e meia horas da noite, no edificio da rua General Carneiro, n. 1—A, onde funcciona, nesta capital, o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, havendo numero legal de socios e estando ausente o sr. conselheiroDuarte de Azevedo, presidente, e vago o cargo de vice-presidente, assume a presidencia o dr. Manoel Pereira Guimarães, na qualidade de 1.° secretario e na fórma dos Estatutos.

O sr. presidente declara aberta a sessão e, estando ausente, por motivo justificado, o 2.° secretario sr. Arthur Goulart, convida para substituil-o nessa cadeira o dr. Couto de Magalhães e para 1.° secretario o dr. Eugenio Franco, os quaes tomam assento á mesa.

Lida a acta da ultima sessão, é ella approvada unanimemente, sem debate.

Procede o sr. 1.° secretario á leitura do expediente, que consta do offerecimento de diversas revistas e outras publicações, que o Instituto recebe com especial agrado.

O sr. presidente communica á casa que, tendo a Sociedade de Geographia de Bordeaux convidado novamente o Instituto para se fazer representar no proximo congresso promovido por aquella associação scientifica, nomeou o dr. Hermann von Ihering, que parte brevemente com destino á Europa, para se desempenhar dessa incumbencia em nome do Instituto.

Na primeira parte da ordem do dia, são lidos e approvados os pareceres da respectiva commissão reconhecendo socios os srs. Luis da Rocha Miranda (Barão do Bananal), na qualidade de correspondente e dr. Heitor Machado, na de effectivo.

São propostos para socios os drs. Gentil de Moura e José Feliciano de Oliveira, sendo as propostas enviadas á commissão respectiva para dar parecer.

Lida a proposta da transferencia do dr. Joaquim José de Carvalho da classe de socio crrespondente para a de effectivo, o dr. Domingos Jaguaribe pede a palavra e requer dispensa de intersticio, o que a casa concede sem debate, sendo votada unanimemente a transferencia.

O snr. Manoel Pio Correa consulta á mesa, por officio, se está ainda no goso das regalias sociaes, para, na affirmativa, fazer acompanhar seu nome da qualidade de membro do Instituto Historico num livro que tem no prélo. O sr. presidente, depois de fazer a respeito da consulta algumas considerações, resolve enviar o officio ao sr. thesoureiro, para informar.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, o dr. Domingos Jaguaribe pede a palavra e diz que recebeu do Ceará uma carta do sr. Barão de Studart, em que este erudito escriptor e incansavel investigador de nossa historia rectifica diversos topicos da biographia do saudoso consocio d. José Lourenço da Costa Aguiar, bispo do Amazonas, publicada na *Revista* do Instituto. Manda á mesa a dita carta, que vai á commissão de redacção, para ser reproduzida (1) no proximo tomo da *Revista*.

O dr. Arthur Vautier, thesoureiro, apresenta o balancete social da receita e despesa, correspondente ao trimestre decorrido de 1 de janeiro a 31 de março proximo findo, o qual, accusando um saldo superior a trinta e dous contos de reis, bem demonstra o estado prospero das finanças do Instituto, o que é devido em grande parte á benemerita commissão angariadora de donativos, que tem sido de uma dedicação a toda prova no desempenho de sua difficil missão. Propõe por isso que seja lançado na acta um voto de louvor áquella commissão, o que é approvado unanimemente O balancete fica sobre a mesa, á disposição dos srs. socios.

O dr. Hermann von Ihering agradece, em nome da commissão, o voto de louvor e prevalece-se do ensejo para communicar que tem ainda em seu poder, para entregar ao Instituto, dous contos e tanto, esperando receber proximamente outras quantias, que elevarão o saldo a trinta e cinco contos. A communicação do illustre consocio é recebida com particular prazer.

Em seguida o sr. Assis Moura participa a proxima chegada, a esta capital, do ex.mo sr. d. Duarte Leopoldo, novo bispo diocesano, e propõe que o Instituto se faça representar na recepção de sua excellencia e por occasião da posse do eminente prelado.

Approvada a proposta, o sr. presidente nomeia para essa commissão o proponente e mais o sr. dr. Luis Gonzaga de Silva Leme.

---

(1) A mencionada carta vai publicada á pag. 656.

O sr. presidente communica que, com o fallecimento do dr. Miranda Azevedo, ficou vaga a vice-presidencia do Instituto, achando-se actualmente a Directoria reduzida, pode dizer-se, a dous membros apenas: o 1.° secretario e o thesoureiro, e isto porque, de um lado, está ausente ha muito tempo do Estado o dr. Theodoro Sampaio, orador, e por outro lado, enfermos e, em consequencia, impossibilitados de comparecer, os srs. conselheiro Duarte de Azevedo, presidente, e Arthur Goulart, 2.° secretario. Lembra por isso o sr. presidente a conveniencia de ser prehenchido por eleição o cargo de vice-presidente, para facilitar as substituições nos diversos cargos da directoria.

O rv.^{mo} arcipreste Ezechias Galvão da Fontoura pede a palavra e, depois de diversas considerações a respeito dos arts. 52 e 53 dos Estatutos, propõe que seja acclamado vice-presidente o dr. Manoel Pereira Guimarães, o que a casa vota incontinente e unanimemente e com prazer. O dr. Manoel Pereira Guimarães agradecendo esta prova de apreço e consideração dos seus consocios, promette trabalhar como até hoje, com a mesma dedicação, pela prosperidade do Instituto, e pede que na acta fique constando expressamente que sua excellencia se absteve de votar.

Com essa acclamação fica vago o logar de 1.° secretario, pelo que o dr. Joaquim José de Carvalho, prevalecendo-se do precedente propõe que seja acclamado para aquelle cargo o dr. Couto de Magalhães. A casa approva, mas este, declarando não poder acceital-o por motivos diversos, pede seja dispensado do mesmo, ao que não accede o Instituto.

Empossados o vice-presidente e o 1.° secretario, o sr. presidente dá a palavra ao orador inscripto, sr. Assis Moura, que, porém, pede adiamento, pelo que pede a palavra o orador immediato inscripto, dr. Joaquim José de Carvalho, que sobe á tribuna para ler o seu trabalho sobre as grutas do Brasil. O illustre consocio prende a attenção do auditorio pelo espaço approximado de quarenta minutos, e, ao terminar, é calorosamente applaudido e cumprimentado por todas as pessoas presentes.

O rv^{mo}. arcipreste Ezequias Galvão da Fontoura, a proposito de um topico do estudo do orador, diz que um particular adquiriu a basilica e a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, que continuam franqueadas a todo o mundo catholico; o dr. Carvalho replica para affirmar mais uma vez os seus sentimentos de catholico.

O sr. presidente tece elogios ao illustre orador, pelo seu trabalho, e pede-lhe que continue a cooperar para a grandeza do Instituto; termina enviando os originaes do estudo sobre as grutas do Brasil á commissão de redacção da *Revista*.

Nessa occasião, dá entrada no recinto o dr. Alfredo de Toledo, que justifica sua ausencia no começo da sessão, por motivos de força maior, tendo anteriormente o dr. Luis Gonzaga da Silva Leme justificado o seu não comparecimento ás ultimas sessões por motivo de molestia.

O dr. Alfredo de Toledo, continuando com a palavra, faz entrega ao Instituto de varios e valiosos manuscritos, entre os quaes os da lista de adhesão e do manifesto do Club Republicano fundado em 1870, manuscritos legados pelo saudoso consocio dr. Miranda de Azevedo; declara que o mesmo pranteado consocio deixou ainda ao Instituto diversos quadros, que o orador entregará opportunamente Offerece tambem, em nome do autor, um exemplar da grammatica ultimamente publicada pelo dr. Ednardo Carlos Pereira. O dr. Alfredo de Toledo aproveita a occasião para fazer o elogio do distincto homem de letras e pranteado consocio sr. Lafayette de Toledo, ultimamente fallecido em Casa Branca, e requer seja por esse motivo lançado na acta um voto de pezar,—proposta que é unanimemente approvada.

Pede de novo a palavra o mesmo consocio, que communica estar incumbido pelo dr. João de Moraes de inscrevel-o para na proxima sessão lêr um trabalho sobre a revolução de 1842. Tendo nessa occasião o sr. Assis Moura declarado adiar *sine dia* a leitura do trabalho para a qual se achava inscripto, o sr presidente declara, á vista disso, que o dr. João de Moraes fica inscripto em primeiro logar.

Em seguida o dr. Eduardo Loschi apresenta as bases para a construcção do edificio do Instituto, e o sr. presidente, em nome da directoria, nomeia para dar parecer sobre as mesmas uma commissão de peritos, composta dos drs Eugenio Franco, Edmundo Krug e Luis Gonzaga da Silva Leme.

Obtém depois a palavra o dr. Hermann von Ihering, que relatou os resultados das experiencias que fez, nesta capital, com diversos machados de pedra, dos usados pelos nossos indios, para verificar o modo por que empregavam esses instrumentos e os resultados obtidos com os mesmos. Para isso, diz o orador que se propoz preparar uma roça, derrubando todas as arvores unicamente com os ditos machados de pedra. Mostra em seguida troncos de arvore que foram cortados por esse meio. Diz que para derrubar uma arvore de trinta centimetros de diametro gastou o trabalhador cêrca de quatro horas, ao passo que o mesmo serviço é feito com o machado de aço no espaço de meia hora e com a serra apenas em nove minutos. Chega assim o illustre orador á conclusão de que é falsa a supposição de não poder o indio derrubar arvores grandes com os seus pequenos machados de pedra. O dr. von Ihering faz em seguida circular, entre os consocios, as peças demonstrativas dessa sua interessante experiencia, sendo muito cumprimentado ao terminar sua exposição.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra a sessão ás dez horas da noite, convidando os srs. socios presentes para a proxima reunião, no dia 20 do corrente mês de abril. Eu, *Couto de Magalhães*, segundo secretario interino, lavrei a presente acta.

Sexta sessão ordinaria, em 20 de abril de 1907

PRESIDENCIA DO SR. M. PEREIRA GUIMARÃES

Aos 20 dias do mês de abril de 1907, ás 7 ½ horas da noite, na séde social, á rua General Carneiro n. 1-A, presentes os srs. socios drs. Manoel Pereira Guimarães, José Torres de Oliveira, Eugenio Alberto Franco, Edmundo Krug, Alfredo de Toledo, Hermann von Ihering, José Joaquim de Carvalho, Domingos Jaguaribe, João Baptista de Moraes, Silveira Cintra, coronel Ludgero de Castro e Assis Moura, na ausencia do sr. presidente e dos srs. 1.° e 2.° secretarios, assume a presidencia, no caracter de vice-presidente, o dr. Manoel Pereira Guimaraes, que declara aberta a sessão e convida para servirem de secretarios interinos os drs. Eugenio Alberto Franco e José Torres de Oliveira. Estes aceitam a nomeação e tomam na mesa seus respectivos logares.

Em seguida procede o sr. 2.° secretario á leitura da acta da sessão antecedente, a qual é unanimemente approvada.

Annunciada a primeira parte da ordem do dia, é, em primeiro logar, lido um officio em que o sr. dr. Couto de Magalhães, communicando precisar ausentar-se de S. Paulo, declara renunciar o cargo de 1.° secretario. Posta em discussão a renuncia, discutem-na: o sr. presidente, que entende que o caso é de licença e não de renuncia; o dr. Ihering, que opina para que se proceda ao preenchimento definitivo do logar; o dr. Alfredo de Toledo, que pensa que se não deve acceitar a renuncia, officiando o Instituto ao renunciante, para lamentar a sua deliberação; e o dr. Domingos Jaguaribe, que opina pelo adiamento de qualquer deliberação até que o autor do officio esclareça o Instituto sobre os motivos que o levaram a fazer a mesma renuncia. Afinal, por proposta do dr. Alfredo de Toledo é unanimemente recusada a renuncia, mandando o sr. presidente communicar por officio esta deliberação do Instituto ao dr. Couto de Magalhães.

O sr. 1.° secretario procede á leitura do expediente que consta da offerta ao Institnto de varios folhetos, brochuras, revistas etc., que são recebidos com especial agrado e vão descritos no fim da presente.

Toma a palavra o consocio sr. Assis Moura e communica que a commissão nomeada para cumprimentar o ex.mo sr. d. Duarte Leopoldo e Silva, que acabava de assumir o governo episcopal da diocese paulopolitana, havia desempenhado a sua missão, tendo o illustre principe da Igreja Catholica se mostrado muito sensivel a esta prova de alto apreço que acabava de lhe render o Instituto.

O dr. Edmundo Krug declara que para dar parecer sobre as bases, que foram apresentadas para a construcção do edificio do Instituto, precisa a commissão, de que faz parte, que lhe

sejam fornecidas as plantas, memorias descritivos e mais papeis respectivos. O sr. presidente declara que vai providenciar no sentido de ser satisfeita a requisição do illustre consocio.

Em seguida o dr. Domingos Jaguaribe propõe um voto de pezar pelo fallecimento dos illustres brasileiros, conselheiro Sousa Ferreira, e dr. Teixeira de Mello. O sr. presidente, apoiando essa proposta, pede que tambem se preste essa justa homenagem ao notavel brasileiro dr. Carlos Affonso de Assis Figueiredo. Ambas as propostas são unanimemente approvadas.

O dr. Hermann von Ihering declara que, tendo de retirar-se dentro de poucos dias para a Europa, pede demissão de membro da commissão encarregada de angariar donativos para o edificio do Instituto, para que se lhe nomeie um substituto. Lê um recibo de 13:500$000 — que lhe foi passado pelo thesoureiro, e que representa a importancia das quantias até agora arrecadadas, e apresenta uma lista das pessoas que prometteram contribuir para o mesmo fim, para que em tempo se proceda ao respectivo recebimento, as quaes são as seguintes: F. Mattarazzo—1:000$000; Conde de Prates—1:000$000; Barão de Tatuhi · 500$000; Rodolpho Miranda—500$000; Antonio de Camillis—200$000; Nicolau Falcone—50$000. Total—3:250$000.

O sr. presidente, lamentando não poder recusar ao dr. Ihering a dispensa pedida, em vista do motivo allegado, mais uma vez agradece a sua exc. a bôa somma de valiosos serviços que nessa commissão prestou ao Instituto, e nomeia para substituil-o o dr. Jaguaribe, sendo essa nomeação unanimemente approvada.

Em seguida o dr. Alfredo de Toledo apresenta uma indicação assignada por dez socios do Instituto, para o fim de serem creados tres lugares de vice-presidente. Tendo o sr presidente remettido esta proposta á commissão de Estatutos para dar parecer, pede a palavra, pela ordem, o dr. Toledo e impugna esta deliberação do sr. presidente, por lhe parecer que, em face do art. 65 dos mesmos estatutos, esta proposta deveria ser immediatamente votada e, si fosse approvada por $^2/_3$ dos socios presentes, estaria a reforma regularmente feita. A proposito trava-se uma discussão entre o sr. presidente e o apresentante da proposta, dr. Domingos Jaguaribe, José Joaquim de Carvalho e Torres de Oliveira, terminando o dr. Toledo por fazer retirada de sua proposta, o que é approvado por maioria de votos.

O dr. José Joaquim de Carvalho pede que seja aberta discussão sobre uma proposta que aprasentou na sessão de 5 de março proximo passado, a qual tinha ficado adiada. Essa proposta referia-se á celebração de uma sessão solemne em homenagm aos membros do Sexto Congresso Medico a reunir-se nesta capital proximamente. O dr. Torres de Oliveira, a cujo pedido tinha sido feito o adiamento da discussão, pede a palavra e faz algumas considerações no intuito de demonstrar que a idéa do illustre

autor da proposta, embora fosse muito feliz e digna dos mais calorosos applausos, não era opportuna e, por isso, não devia ser posta em pratica principalmente nos termos em que foi apresentada. Apresentou, então, este consocio um substitutivo, para que o Instituto se fizesse representar perante os membros do Congresso por uma commissão, da qual fizesse parte o nobre proponente, a qual desempenharia a sua missão pelo modo que á sua sabedoria parecesse mais conveniente. O dr. Carvalho impugnou as considerações feitas pelo dr Torres de Oliveira e pediu a retirada de sua proposia, o que foi concedido.

Em seguida o dr. Edmundo Krug e o dr. presidente pedem para ficar inscriptos afim de lerem os trabalhos: o primeiro, sobre a *Potamographia da Ribeira de Iguape*, e o segundo sobre a *Situação e importancia da villa de Santo André da Borda do Campo.*

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, sóbe á tribuna o socio inscripto dr. João Baptista de Moraes e inicia a leitura de um importante trabalho de sua lavra sobre a *Revolução de 1842.* Para methodizar, declarou sua exc. que dividira o seu trabalho em tres partes: na 1.ª, descreve e estado do paiz no periodo de 1831 a 1837, e historia a organização e discriminação dos partidos; na 2.ª, occupa-se da Maioridade; e, na 3.ª, da revolução de 1842.

Ao terminar o illustre consocio a leitura da primeira parte do seu interessante e vasto trabalho, foi muito applaudido e cumprimentado, continuando inscripto para proseguir na leitura na proxima sessão

Toma em seguida a palavra o dr. Hermann von Ihering, e prende durante algum tempo a attenção dos assistentes, fazendo curiosas e profundas observações sobre a homogeneidade do continente e da fauna da America do Sul, e estabelecendo comparações entre a fauna deste e de outros continentes, para concluir pela hypothese que lhe parece mais aceitavel—a de terem estado antigamente ligados os continentes sul-americano e africano. Ao terminar, sua exa. despede-se, em phrases repassadas de tocante sinceridade, de seus companheiros de Instituto, por ter de seguir para a Europa, e faz votos pela incessante prosperidade da nossa associação.

A casa applaudiu com enthusiasmo a eloquente dissertação do illustro consocio, e, por proposta do dr. José Joaquim de Carvalho, approvou que mais uma vez ficasse consignado o elevadissimo apreço em que tem o talento e o saber do notavel scientista, que acabava de falar e que que não é sómente um ornamento do nosso meio scientifico mas uma gloria da sciencia universal.

O dr. Alfredo de Toledo communica que já entregou ao Instituto os quadros offerecidos pelo saudoso consocio dr. Miranda Azevedo.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a sessão ás 10 horas da noite, convidando o sr. presidente os consocios para a proxima sessão a realizar-se no dia 4 de maio proximo futuro.

Do que para constar, eu *José Torres de Oliveira*, segundo secretario interino, lavrei a presente acta.

Setima sessão ordinaria, em 4 de maio de 1907

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

Aos 4 dias do mês de maio de 1907, ás 7 ½ horas da noite, á rua General Carneiro n. 1 A, onde tem sua séde o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, presentes os socios srs conselheiro Duarte de Azevedo, drs. Eugenio Alberto Franco, Manoel Pereira Guimarães, Arthur Vautier, Alfredo de Toledo, Francisco Natividade, Edmundo Krug, João Coelho Gomes Ribeiro, José Torres de Oliveira, coronel Henrique Affonso de Araujo Macedo e Francisco Gaspar da Siveira Martins, sob a presidencia do primeiro nomeado, é declarada aberta a sessão.

Não tendo comparecido os srs. primeiro e segundo secretarios, assumem interinamente esses logares, a convite do sr. presidente, os srs. drs. Eugenio Alberto Franco, como primeiro secretario supplente e José Torres de Oliveira, como segundo secretario.

Lida e posta em discussão a acta da sessão antecedente, é a mesma unanimemente approvada, sem debate.

O sr. presidente communica que estando restabelecido dos encommodos que durante algum tempo o obrigaram a conservar-se affastado dos seus trabalhos, voltava a assumir o seu posto e promettia a costumada assiduidade. Esta declaração foi ouvida pela casa com especial agrado.

Em seguida o sr. presidente nomêa uma commissão composta dos srs. Francisco Gaspar e Torres de Oliveira para introduzir no recinto, afim de tomarem posse, os socios novamente acclamados e que se achavam na ante-sala, srs. dr. Antonio Pinheiro de Albuquerque, Aristides de Albuquerque e Francisco de Paula Teixeira. Assignado o respectivo livro, os novos consocios tomam assento e são saudados pelo sr. presidente, que os concita a contribuirem com seus trabalhos para a prosperidade do Instituto.

Passa-se á leitura do expediente, sendo dado conhecimento á casa, em primeiro lugar, de um officio em que o sr. dr. Couto de Magalhães, primeiro secretario effectivo, solicita tres mêses de licença para tratar de sua saúde. Submettido á discussão e votação, é, sem debate, concedida a licença

O sr. 1.° secretario accusa o recebimento de varios folhetos, revistas, opusculos e livros, salientando-se entre estes ultimos, pela sua importancia e raridade, *o Repertorio da Legislação Militar do Imperio do Brasil*, de Raymundo José da Cunha Matos,

obra em tres volumes, publicada em 1834, offerta do consocio coronel Araujo Macedo. São tambem presentes alguns instrumentos e objectos indigenas, deixados ao Instituto pelo seu sempre saudoso e caro vice presidente dr. Miranda Azevedo.

O sr. presidente, em nome do Instituto, agradece todas as offertas, que vão descriptas por extenso no final da presente.

Annunciada a primeira parte da ordem do dia, pede a palavra o dr. Alfredo de Toledo e justifica a ausencia do dr. Domingos Jaguaribe que, a serviço profissional, havia seguido para Santos. O sr. presidente manda consignar na acta essa communicação.

Em seguida é lida uma proposta apresentando o nome do sr. José Pereira Rego Filho para socio correspondente, a qual vai á commissão respectiva para dar parecer.

E' lido o parecer favoravel á admissão do engenheiro Gentil de Moura como socio effectivo. Approvado sem debate e por unanimidade de votos o mesmo parecer, é pelo sr. presidente proclamado socio do Instituto o dr. Gentil de Moura.

Em seguida é lida uma proposta para admissão de socios, como effectivo, o sr. professor José Feliciano de Oliveira, e, como correspondente, o dr. João Teixeira Alvares. Concedida a dispensa de intersticio, por proposta do dr. Alfredo de Toledo, são os mesmos approvados e proclamados consocios do Instituto.

Passa-se á 2.ª parte da ordem dia. Não tendo comparecido o dr. João Moraes, que deveria proseguir na leitura de seu trabalho sobre a *Revolução de 1842*, por ordem da inscripção é dada a palavra ao dr Edmundo Krug, que lê a primeira parte de uma obra sobre a Ribeira de Iguape, occupando-se da sua Potamographia. Ao encetar a leitura, o illustre consocio declara que o seu trabalho é feito com a collaboração do nosso operoso consocio dr. Ernesto Guilherme Young, e que, comquanto fosse de audição algum tanto monotona, não podia deixar de despertar interesse, por se occupar de uma das mais ricas e admiraveis regiões do territorio paulista.

No desenvolvimento do seu trabalho, o dr. Krug, com dados minuciosos e completos, além de assignalar as nascentes, extensão, percurso, volume de aguas e fózes dos numerosos affluentes da famosa ribeira, descreve ainda todos os accidentes naturaes observados, como cachoeiras, grutas calcareas, etc., conseguindo impressionar a attenção dos ouvintes com o tom forte e serio de suas narrativas. Ao terminar, foi o distinto consocio muito applaudido e felicitado pelo seu interessante e paciente trabalho.

Pede em seguida a palavra o dr. Manoel Pereira Guimarães e apresenta um pedido de inscripção, por parte do consocio dr. Eduardo Loschi, para, na proxima sessão, fazer a leitura de uma traducção da conferencia realizada pelo Duque de Abruzzos. na

Real Academia de Sciencias de Londres, sobre a sua ascenção ao Monte Rowensory, na Asia Central; tendo promettido comparecer a essa sessão o sr. Consul Italiano.

Pelo sr. presidente foi dito que devendo a inscripção obedecer á ordem chronologica dos pedidos e havendo socios anteriormente inscriptos, consultava a casa si concedia urgencia para na primeira sessão ser feita a leitura pedida pelo dr. Loschi. Não havendo quem pedisse a palavra, é posta em votação e unanimemente approvada a urgencia, sendo feita a inscripção na ordem solicitada.

Ao annunciar o sr. presidente o encerramento da sessão, pede a palavra, pela ordem, o dr. Pereira Guimarães e diz que não queria deixar encerrar-se a sessão sem lembrar que, devendo no proximo anno, isto é, daqui ha uns 10 mesês, segundo rezam os jornaes, ser o Brasil, e provavelmente a cidade de São Paulo, honrados com a visita do rei d. Carlos, de Portugal, que além de ser o chefe illustre da velha e gloriosa nação amiga, é um geographo e oceanographo dos mais notaveis do mundo, convinha que o Instituto, desde já, começasse a pensar no melhor meio de prestar condigna homenagem ao egregio viajante, indicando para tal fim a nomeação de uma commissão. Approvada unanimemente, e com visiveis signaes de prazer, a indicação apresentada, declarou o sr. presidente que opportunamente nomearia a respectiva commissão.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra a sessão ás 9 horas e 1/2 da noite, convidando os srs. socios para a primeira sessão, que deverá realizar se no dia 20 do corrente, e conjurando a proseguir nos seus até agora tão bem succedidos esforços a digna commissão encarregada de angariar donativos para a construcção do edificio social.

Do que para constar, eu, *José Torres de Oliveira*, segundo secretario interino, lavrei a presente acta.

Oitava sessão ordinaria, em 5 de junho de 1907

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

Aos 5 dias do mês de junho de 1907, ás 7 1/2 horas da noite, á rua General Carneiro, 1 A, onde tem sua séde o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, presentes os socios srs. conselheiro Duarte de Azevedo, dr. Manoel Pereira Guimarães, José Torres de Oliveira, Dionysio Caio da Fonseca, coronel Henrique Affonso Araujo de Macedo, dr. Eduardo Loschi, Rodolpho von Ihering, Edmundo Krug, Alfredo de Toledo e desembargador José Maria do Valle, sob a presidencia do primeiro nomeado, é declarada aberta a sessão.

Não tendo comparecido os srs. primeiro e segundo secretarios, assumem, interinamente, esses lugares, a convite do sr. presidente, os srs. Rodolpho von Ihering e José Torres de Oliveira.

Achando-se na ante sala os srs. cav. Pietro Baroli, consul da Italia e cav. Magnocavallo, o sr. presidente convida os srs. Torres de Oliveira e Rodolpho von Ihering a introduzir os ditos senhores no recinto, feito o que, o sr. presidente saúda-os, dando-lhes as bôas vindas. Dirigindo-se em especial ao sr. consul da Italia, exprime-lhe a satisfacção que tem o Instituto em tel-o presente á sua sessão, visto como é o cav. Baroli o representante de uma nação amiga, cujos subditos tanto têm contribuido, especialmente em S. Paulo, para o nosso progresso e enriquecimento; a estas palavras responde, penhorado, o sr. consul Baroli, que se diz reconhecido pelas amaveis referencias á sua nação.

Antes de passar aos trabalhos da sessão o sr. presidente declara que, em vista da falta que se faz notar na ausencia dos srs. secretarios effectivos, resolve nomear outros consocios para taes cargos, para o que os estatutos o autorizam; assim confia ao sr. dr. José Torres de Oliveira o cargo de primeiro secretario e ao sr. capitão Eugenio Alberto Franco o de segundo secretario, effectivos, passando os srs. dr. Couto de Magalhães e Arthur Goulart a occupar os cargos de primeiro e segundo secretarios supplentes. Em vista dessa nomeação o sr. dr Torres de Oliveira é logo empossado de seu novo cargo, passando o sr. Rodolpho von Ihering a occupar interinamente o de segundo secretario.

E lida a acta da sessão anterior, que, posta em discução, é unanimemente approvada, sem debate.

Passando-se á leitura do expediente, é lido o pedido que, como 2.° secretario, faz o sr. Arthur Goulart. para que lhe sejam concedidos 6 mêses de licença, para tratamento de sua saúde, pedido este que o sr. presidente declara attendido pelos medidas já tomadas quanto a esse cargo. Em vista do parecer da commissão de admissão de socios é acclamado socio correspondente do Instituto o sr. dr. José Pereira Rego Filho, do Rio de Janeiro. depois de ser. por proposta do dr. Pereira Guimarães, concedida dispensa de interstico. Tambem a proposta para socio de igual categoria, que se acha sobre a mesa, relativa ao sr. Ricardo Krone em Iguape recebe egual dispensa do interticio, requerida pelo sr. dr. Alfredo de Toledo, em vista do sr. Krone já ter mesmo contribuido com artigos para a *Revista* deste Instituto. Assim é o mesmo sr. R. Krone acclamado socio correspondente do Instituto, depois de votação unanime.

Em vista dos convites que o Instituto recebera para se fazer representar, tanto na festa realizada a 25 de maio na Sociedade Scientifica de S. Paulo em homenagem a Carlos de Linneu, commemorando o bicentenario do nascimento desse naturalista de

grandes merecimentos e fama universal, como tambem na festa da Escola do Commercio Alvares Penteado, desta capital, que a 31 de maio lançava a pedra fundamental de seu novo edificio o sr. dr. Torres de Oliveira declara que, como orador official interino do Instituto, a este representara nessas festividades: em ambas as occasiões o orador dirigira aos promotores das ditas celebrações palavras demonstrativas do interesse que o Instituto nellas tomava. O sr. presidente agradece ao dr. Torres de Oliveira o cumprimento dessas attenções e louva-lhe o zelo com que desempenha o cargo que lhe fôra confiado.

Ainda o sr. 1.° secretario lembra á casa o passamento dos sr. Rezende Aprygio e Raymundo do Sacramento Blak, da Bahia, e a consequente perda que soffre o Instituto com o desapparecimento destes seus illustres socios correspondentes Pede, pois, que o Instituto a esse proposito mande lançar, em suas actas, um voto de pezar. O sr. presidente, relembrando a memoria desses dignos consocios fallecidos, põe em discussão a proposta apresentada, a qual, sem debate, é unanimemente approvada. São finalmente accusados pelo sr. 1.° secretario numerosos livros, folhetos e revistas, dos quaes diz o sr. presidente que são todos aceitos pelo Instituto com grande satisfacção.

Nada mais havendo a tratar nesta parte da ordem do dia o sr. presidente declara saber que o operoso consocio inscripto para ler a continuação de seu trabalho sobre a Revolução de 1842, o dr. João Moraes, se acha impedido de comparecer e que, com a approvação de um pedido de urgencia, daria a palavra ao sr. dr. Eduardo Loschi Esse pedido de urgencia é por todos concedido e assim o sr presidente dá a palavra ao illustre consocio, que passa a ler a traducção que fez de conferencia ha pouco realizada pelo afamado explorador geographico Duque dos Abbruzzos perante a Real Academia de Sciencias em Londres. Refere-se essa conferencia á ascenção por elle realizada em meados do anno passado ao legendario monte-Ruwenzori situado na Africa Central, proximo aos lagos Rodolpho e Victoria. Depintando em vivas côres as impressões recebidas, bem como as difficuldades da jornada, o viajante relata ao mesmo tempo os resultados scientificos obtidos. Depois de ter feito a leitura de cerca da metade dessa sua traducção, o sr. dr Loschi interrompe-se lembrando, em vista da hora adiantada, ser talvez conveniente terminar essa leitura em outra sessão. Annuindo a casa, o sr. presidente convida aos srs. socios presentes bem como aos srs. Cav.° Consul Baroli e Magnocavallo a ouvirem na proxima sessão a continuação da interessante leitura.

Ainda o sr. presidente toma a palavra, dirigindo-se em especial ás commissões nomeadas para tomarem providencias relativas á construcção do edificio proprio, incitando-as a concluirem sua missão, quer no que diz respeito ao angariamento do capital, quer quanto ao exame das propostas relativas á construcção.

Encerra o sr. presidente a sessão, ás 9 horas e meia da noite, e convida os srs. socios para a proxima sessão que se realizará no dia 20 do corrente mês.

Em tempo: os srs. dr. J. Torres de Oliveira e capitão E. Alberto Franco foram nomeados 1.° e 2.° secretarios interinos. O consocio fallecido, dr. Rezende Aprygio era socio honorario deste Instituto.

Do que, para constar, eu, *Rodolpho von Ihering*, segundo secretario *ad hoc*, lancei a presente acta.

Nona sessão ordinaria, em 20 de junho de 1907

PRESIDENCIA DO SR. DR. M. PEREIRA GUIMARÃES

Aos 20 dias do mês de junho de 1907, ás 7 1|2 horas da noite, á rua General Carneiro, 1 A, onde tem sua séde o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, presentes os socios srs. drs. M. Pereira Guimarães. J. Torres de Oliveira, Eduardo Loschi, Rodolpho von Ihering, coronel Henrique A. de Macedo, coronel Ludgero de Castro, Assis Moura e Paulo Pinto A. Rangel, sobre a presidencia do primeiro nomeado, é declarada aberta a sessão Desempenham os cargos de 1.° secretario o dr. J. Torres de Oliveira, 1.° secretario interino, e de 2.° secretario o sr Rodolpho von Ihering a tal fim convidado pelo sr. presidente.

Achando se na ante sala o novo consocio dr. Gentil de Assis Moura, o sr. presidente convida os srs. consocios coronel Henrique de Macedo e Ludgero de Castro a introduzirem-no no recinto, sendo logo o distinto consocio recebido com as formalidades de estylo. Depois de feita a leitura da acta da sessão anterior é a mesma approvada com a emenda de dois topicos referentes ás nomeações dos srs. secretarios interinos e ao socio honorario fallecido, sr. dr. Rezende Aprygio.

O expediente lido pelo sr. 1.° secretario consta de uma proposta, para socio effectivo, do sr J. F Meira de Vasconsellos, digno lente da Escola de Pharmacia desta Capital, a mesma proposta é dispensada de intersticio, ficando sobre a mesa para ser votada na sessão seguinte; um telegramma de Bello Horizonte, communicando ao Instituto a fundação do Instituto Historico e Geographico de Minas Geraes, naquella cidade; são accusadas ainda numerosas publicações, revistas, folhetos, jornaes do costume e dois livros—*Pindamonhangaba—1580-1906*, pelo consocio dr. Athayde Marcondes e *Poema do Tedio*, do sr. Quintino de Macedo, digno filho do consocio coronel Henrique A. de Macedo, que todas o sr. presidente agradece, requerendo accuso especial para os dois ultimos citados.

Ordem do dia: Pede a palavra o sr. dr. Gentil de Moura para offerecer ao Instituto um manuscrito. *Apontamentos rela-*

tivos a Aleixo Garcia, elaborado pelo sr. E. Guilherme Young; pede o sr. presidente ao agradecer a offerta ao dr. Gentil de Moura que leia o mesmo trabalho em uma das proximas sessões. O sr. Rodolpho von Ihering pede a palavra para ler a tradução do programma de estudos anthropologicos elaborado em inglez por scientistas norte-americanos a pedido do Carnegie Institution e que salienta os pontos mais importantes a serem investigados nas futuras pesquizas ethnographicas e anthropologicas na America, a que será consagrado o novo Department of Anthropology daquelle Instituto. E' o mesmo de grande interesse para o Brasil por tratar do estudo scientifico de varias tribus indigenas do nosso paiz. O sr. presidente agradece a communicação, julgando-a digna de ser incluida no proximo numero da *Revista* do Instituto.

Em seguida lembra o sr. presidente que com o fallecimento do pranteado vice-presidente do Instituto, dr. Miranda Azevedo, o Instituto perdeu tambem um dos esforçados redactores de sua *Revista*, convindo preencher esse cargo. Indicando o nome do dr. J. Gomes Ribeiro, o sr presidente salienta as qualidades desse illustre consocio e suas aptidões para o posto em questão; todavia sujeita essa sua proposta á votação da casa. Como esta a approva por unanimidade de votos, sem discussão, é o sr. dr. J. Coelho Gomes Ribeiro nomeado a fazer parte da commissão da redacção da *Revista* do Instituto, juntamente com os srs. drs, Alfredo de Toledo e Horacio de Carvalho.

Segunda parte da ordem do dia. Tem a palavra o dr. Eduardo Loschi, que vai concluir a leitura, iniciada na sessão anterior, de sua tradução do interessante trabalho do Duque dos Abbruzzos, relativo á ascenção por este realizada ao monte Ruwenzori, na Africa Central. Em seguida á parte descriptiva da viagem vem relatados os resultados scientificos, especialmente geographicos e geologicos, obtidos pelas constantes investigações feitas durante a jornada.

Ao terminar, o dr. Loschi é calorosamente applaudido e o sr. presidente dirige-lhe em especial os agradecimentos do Instituto pelo trabalho ouvido; saúda ainda o sr. presidente aos srs. Coronel Baroli e cavalheiro Magnocavallo, agradecendo a sua visita e convidando-os a futuro comparecimento. Dirigindo-se ao dr. Gentil de Moura o sr. presidente exprime-lhe a satisfacção que tem o Instituto em podel-o contar entre os de seu gremio, pois que s. s. é portador de um nome feito, pelos muitos serviços que tem prestado na exploração scientifica do paiz. A isto o illustre consocio responde penhorado, testemunhando o seu amor e dedicação pelo Instituto.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra a presente sessão, convidando os srs. socios para a proxima, aprazada para o dia 5 de julho proximo futuro.

Do que, para constar, eu, *Rodolpho von Ihering*, em funcção de segundo secretario, lavrei a presente acta.

Decima sessão ordinaria, em 20 de julho de 1907

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

Sob a presidencia do sr. dr. M. A. Duarte de Azevedo, servindo de secretarios os srs. drs. José Torres de Oliveira e Dinamerico Rangel, realizou-se hoje mais uma sessão ordinaria desta associação.

Approvada a acta anterior, e accusado no expediente o recebimento de livros e das publicações do costume, sendo tudo recebido com especial agrado.

São lidas as propostas para socios, dos srs. Guilherme Ferrero e dr. Estevam Leão Bourroul, honorarios; Antonio Carlos Madeira, correspondente, e João Lellis Vieira e João Augusto Cesar, effectivos. O consocio sr. dr. Alfredo de Toledo, fundamentando as suas propostas, requer, e a casa approva, dispensa de parecer ás propostas e do intersticio regimental para serem os novos socios immediatamente reconhecidos como o foram. E' approvado o parecer reconhecendo socio effectivo o sr. João F. Meira Vasconcellos.

O sr. dr. presidente dirige um appello á respectiva commissão no sentido de continuar na tarefa de obtenção de auxilio para a construcção do edificio do Instituto.

O sr. dr. Alfredo de Toledo, um dos membros da benemerita commissão, diz que tem havido demora nesse serviço, devido á ausencia do digno companheiro sr. dr. Jaguaribe, que se acha no Rio de Janeiro, devendo regressar em breve, podendo logo depois a commissão reencetar o seu trabalho.

E' lido e fica sobre a mesa, para o devido estudo dos consocios, o balancete do segundo trimestre, apresentado pelo digno thesoureiro sr. dr. Arthur Vautier. Por esse documento verifica-se um saldo de 38:231$000, depositado no Banco Commercio e Industria.

O sr. dr. Alfredo de Toledo propõe votos de pezar pelo fallecimento do dr. Cesar Birrenbach e Antonio Manoel Fernandes, literatos paulistas, e identica proposta é feita pelo sr. Torres de Oliveira com respeito aos saudosos drs. João Thomas de Mello Alves e Alfredo Silveira da Mota, illustres juristas.

As propostas são unanimemente aprovadas pela casa.

E' lido um officio do sr. Athayde Marcondes pedindo a nomeação de uma commissão para dar parecer sobre o seu livro —*Pindamonhangaba*. O sr. dr. presidente nomêa para essa commissão os consocios srs. drs. Luis G. da Silva Leme, João Moraes e Leoncio do Amaral Gurgel.

O sr. dr. Torres de Oliveira propõe que o Instituto nomeie uma commissão para dar as boas vindas a Guilherme Ferrero, o notavel escriptor e sabio italiano, caso se confirme a sua

vinda a S. Paulo. São nomeados para o desempenho dessa commissão o proponente e o dr. Dinamerico Rangel.

O sr. coronel Araujo Macedo faz um appello ao sr. dr. presidente para que interceda junto ao Congresso Nacional no sentido de ser dado rapido andamento ao tão debatido projecto de auxilios aos voluntarios da Patria.

O sr. dr. presidente promette fazer a esse respeito o que estiver a seu alcance.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, tem a palavra o socio sr. dr. João B. de Moraes, que continúa a leitura do seu interessante trabalho sobre a *Revolução de 1842*. Interrompendo a leitura do util e bello trabalho ás nove e meia horas da noite, foi o orador muito felicitado pelos consocios.

Estando a hora adiantada, o sr. dr. presidente encerrou a sessão, marcando outra para o dia 5 de agosto proximo.

Do que, para constar, eu, Alfredo de Toledo, mandei lavrar esta acta, em funcção de segundo secretario.

Decima primeira sessão ordinaria, em 5 de agosto de 1907

PRESIDENCIA DO SR. DR. M. A. DUARTE DE AZEVEDO

Aos 5 de agosto de 1907, ás sete e meia horas da noite, a rua General Carneiro n. 1-A—séde do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, presente numero legal de socios, é declarada aberta a sessão, presidida pelo sr. dr. M. A. Duarte de Azevedo, servindo de secretarios os srs. drs. José Torres de Oliveira e Alfredo de Toledo. Não foi lida a acta da sessão anterior, por não ter sido a mesma ainda lavrada.

Pelo sr. dr. presidente foi nomeado, para representar o Instituto junto ao Sexto Congresso Medico a realizar-se, nesta Capital, no mês proximo, uma commissão composta dos dignos consocios drs. Silveira Cintra, Domingos Jaguaribe e Carlos de Vasconcellos.

O expediente constou do recebimento de livros, officios, revistas e jornaes que costumeiramente nos visitam. O novo socio sr. Alfredo Ferreira Rodrigues mandou um officio em que agradece ao Instituto a sua admissão neste gremio intellectual.

Na segunda parte da ordem do dia foi dada a palavra ao digno consocio sr. dr. Edmundo Krug, que se achava inscripto. Cedeu-a, porêm, o dr. Krug ao sr. dr. Gentil de Moura, que durante uma hora prendeu a attenção da casa lendo curioso e interessante estudo sobre Aleixo Garcia. Ao terminar a leitura, foi o dr. Gentil de Moura muito felicitado.

Nada mais havendo a tratar-se, o sr. dr. presidente encerrou a presente sessão, convocando outra para o proximo dia 20 deste mês de agosto.

Do que, para constar, eu, *Alfredo de Toledo*, servindo de segundo secretario, lavro a presente acta.

Decima segunda sessão ordinaria, em 20 de agosto de 1907

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

Aos 20 dias do mês de agosto de 1907, ás 7 1/2 horas da noite, á rua General Carneiro, 1-A, onde tem sua séde o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, presentes os srs. conselheiro Duarte de Azevedo, drs. Manoel Pereira Guimarães, J. Silveira Cintra, João Moraes, Eugenio A. Franco, Assis Moura, Domingos Jaguaribe, desembargador José Maria do Valle, coronel Henrique Araujo de Macedo, dr. Sergio Meira, Francisco Campos Andrade, Edmundo Krug e Rodolpho von Ihering, sob presidencia do primeiro nomeado, é declarada aberta a sessão. Desempenham os cargos de 1.° e 2.° secretarios os srs. Eugenio A. Franco e Rodolpho von Ihering.

Usando da palavra o 2.° secretario, passa a lêr as actas das sessões anteriores que sem debate foram unanimemente approvadas.

O expediente lido pelo sr. dr. 1.° secretario constou do recebimento de variadas revistas, jornaes e mais publicações. O sr. presidente exprime em nome do Instituto os agradecimentos por essas offertas.

Na primeira parte da ordem do dia pede a palavra o illustre consocio dr. Assis Moura, o qual, lembrando á casa que no proximo dia 21 de agosto o Marquez de Paranaguá celebrava o seu 86.° anniversario natalicio, propunha que esse illustre homem de letras e grande patriota fosse eleito socio honorario do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. O sr. presidente, ao receber a proposta, assignada por todos os consocios presentes, diz que era com summa satisfacção que via o Instituto de S. Paulo render assim uma significativa homenagem ao encanecido presidente da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, a este vulto admiravel da nossa historia patria pelo qual sempre teve a maior admiração. Sem debate e por unanimidade de votos, a proposta apresentada passa pelas formalidades regulamentares, sendo logo acclamado socio honorario do Instituto o sr. Marquez de Paranaguá. Em vista disso o sr. presidente resolve enviar-lhe um telegramma congratulatorio, que foi redigido nos seguintes termos: «O Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, em sessão de hontem, elegeu V. Ex.ª membro

honorario do Instituto e incumbiu-me de saudar V. Ex.ª nesta data, pelos seus longos e relevantes serviços ao paiz. Duarte de Azevedo, presidente».

Passando-se a tratar das questões da segunda parte da ordem do dia, o sr. presidente dá a palavra ao consocio inscripto, sr. dr. J. Moraes, o qual continúa a prender a attenção do auditorio com a leitura da nova parte de seu estudo sobre a *Revolução de 1842*, em que se occupa da resolução parlamentar da Maioridade de d. Pedro. Interrompendo o orador ás 9 1/2 horas a sua dissertação, foi o mesmo vivamente applaudido e felicitado pelo auditorio e o sr. presidente declarou-o, conforme seu pedido, inscripto para continuar a leitura na proxima sessão.

Em seguida, o sr. vice-presidente do Instituto, dr. Manoel Pereira Guimarães pede a palavra e, lembrando a grande necessidade que ha em se iniciar a construção do edificio proprio do Instituto, apresenta uma proposta pela qual a directoria ficaria autorizada não só a utilizar-se de qualquer projecto e planta para essa construcção, como tambem a contractar desde logo as obras. Posta em discussão a proposta, é a mesma approvada por unanimidade.

Em seguida o sr. presidente encerra a sessão e convida os srs. socios para a proxima, que terá logar no dia 5 do mês de setembro.

Do que, para constar, eu, *Rodolpho von Ihering*, em funcção de segundo secretario, lavrei a presente acta.

Decima terceira sessão ordinaria, em 5 de setembro de 1907

PRESIDENCIA DO SR. DR. TORRES DE OLIVEIRA

Aos 5 dias do mês de setembro de 1907, ás 7 1/2 horas da noite, á rua General Carneiro 1 A, onde tem sua séde o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, sob a presidencia do sr. dr. Torres de Oliveira, secretariado pelos srs. drs. Alfredo de Toledo e Rodolpho von Ihering, foi aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da sessão anterior, passa-se ao expediente. E' lido um telegramma do Marquez de Paranaguá, no qual agradece sua eleição para socio honorario. São recebidos como valiosas offertas varios livros, dentre os quaes se destacam pela sua raridade o que é offerecido pelo sr. dr. Torres de Oliveira—*Academia Singular e Universal*, encyclopedia artistica, scientifica, literaria e religiosa--impressa em 1737, os volumes de 1831 a 1864 da *Revista dos Dois Mundos*, pelo sr. Barão de Rezende; o Catalogo dos livros sobre o Brasil escriptos desde 1492 a 1822, do sr. dr. José Carlos Rodrigues.

São propostos para socios correspondentes os srs dr. José Carlos Rodrigues, director do *Jornal do Commercio*, e José Francisco da Rocha Pombo, autor do *Historia do Brasil*. Dispensados dos pareceres e intersticios regimentaes, são reconhecidos e proclamados os socios propostos.

Para corresponder ao convite da Sociedade Scientifica de S. Paulo o sr. presidente designa os srs. dr. Alfredo de Toledo e Leoncio Gurgel para representarem o Instituto na sessão que aquella sociedade realizará no dia 10 de setembro em homenagem ao Sexto Congresso Medico.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, são apresentadas as excusas dos srs. oradores inscriptos que deixaram de comparecer á sessão.

Não havendo quem pedisse a palavra, o sr. presidente encerra a sessão, pedindo o comparecimento dos srs. socios para a proxima sessão que se realizará no dia 20 do corrente.

Do que, para constar, eu, *Rodolpho von Ihering*, em funcção do 2.° secretario, lavrei a presente acta.

Decima quarta sessão ordinaria, em 20 de setembro de 1907

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

Aos 20 dias do mês de setembro de 1907, ás 7 1/2 horas do noite, á rua General Carneiro, 1 A, onde tem sua séde o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, sob presidencia do sr. conselheiro Duarte de Azevedo, secretariado pelos srs. dr. Torres de Oliveira e Rodolpho von Ihering, presentes, além dos nomeados, os srs. socios coronel Henrique Araujo de Macedo, drs. Pereira Guimarães, Edmundo Krug, Assis Moura e Carlos de Vasconcellos, foi aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior, foi a mesma approvada unanimemente e passou-se ao expediente que constou do accuso de numerosas publicações offerecidas; o sr. dr. Carlos de Vasconcellos communica á casa que, em cumprimento do encargo de representar o Instituto nos festejos e reuniões que nesta Capital se realizariam por occasião do VI Congresso Medico, a commissão deu desempenho a essa missão; o sr. presidente agradece.

Sendo lida a proposta assignada por todos os srs. socios presentes propondo o sr. dr. Alfredo de Brito socio honorario do Instituto, o sr. dr. Carlos de Vasconcellos pede que seja concedida dispensa de intersticio e que a proposta seja votada incontinenti, pois o illustre director da Academia de Medicina da Bahia tinha um nome feito pelos seus lavores scientificos. O sr. presidente, corraborando a opinião do consocio, depois da

concessão da casa, põe a proposta a votos e é approvada unanimemente e, pois, o sr. dr. Alfredo de Brito aclamado socio honorario do Instituto. Foi lida ainda uma proposta para socio correspondente da pessôa do sr. dr. Hosannah de Oliveira, digno deputado federal pelo Pará.

O sr. presidente communica que a mesa estudou detidamente os planos para a construcção do edificio proprio do Instituto; ficou resolvido aproveitar no que tinham de melhor os planos dos srs. drs. Eduardo Loschi e Ramos de Azevedo. Adiantando ainda mais seus trabalhos para que quanto antes possam ser iniciadas as obras, a mesa pedira propostas de construcções a pessoas competentes, que deverão apresentar os orçamentos. Foi com grande satisfacção que os srs. consocios acolheram estas informações acerca da proxima realização de idéa tão querida.

Pede em seguida a palavra o sr. coronel Henrique Araujo Macedo que pede venia ao sr. presidente para lhe agradecer bem como a casa em geral o valioso auxilio que com seu appello ao Congresso Federal dispensára o Instituto aos veteranos da Campanha do Paraguai; pois acabava de ver concedido a estes benemeritos defensores da Patria o *quantum* a que direito tinham pelos heroicos serviços prestados. E' tambem em nome dos seus companheiros que agradece esse auxilio moral. A pedido do orador, o sr. presidente manda que esse agradecimento seja consignado na acta.

Dos srs. consocios inscriptos para apresentarem trabalhos na sessão diversos não compareceram, excusando-se outros, pelo que deixa de serem feitas leituras de trabalhos originaes.

O sr. presidente lembra que em breve honrará com sua visita a nossa Capital o eminente compatriota sr. Barão do Rio Branco, que, além do alto conceito em que é tido S. Ex. por todos os brasileiros, é digno de uma especial consideração do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, pois que é seu presidente honorario. Referindo-se com enthusiasmo ao valor politico do eminente estadista, o sr. presidente cita em especial a attitude saliente que o Brasil occupa na Conferencia de Haya e isto devemos ás preclaras intelligencias de Rio Branco e Ruy Barbosa. Para patentear ao illustre hospede a alta estima que lhe consagra o Instituto o sr. conselheiro Duarte de Azevedo convida os seus companheiros de directoria para receberem-no e apresentar-lhe as boas vindas.

Estando tambem annunciada a proxima visita do sr. Guglielmo Ferrero, ficam os srs. dr. Torres de Oliveira e Rodolpho von Ihering encarregados de o receberem á sua vinda.

Em tempo: Tambem a proposta referente ao dr. Hosannah de Oliveira foi dispensada egualmente de intersticio e parecer, sendo por isso logo acclamado o novo socio.

Do que, para constar, eu, *Rodolpho von Ihering*, em funcção de 2.° secretario, lavrei a presente acta.

Decima quinta sessão ordinaria, em 19 de Outubro de 1907

PRESIDENCIA DO SR. DR. M. PEREIRA GUIMARÃES

Aos 19 dias do mês de outubro de 1907, ás 7 1/2 horas da noite, á rua General Carneiro, 1-A, onde tem sua séde o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, sob presidencia do sr. dr. Manoel Pereira Guimarães, secretariado pelos srs. dr. José Torres de Oliveira e Rodolpho von Ihering, presentes aínda, além dos acima nomeados, os srs. socios J. C. Gomes Ribeiro, G. Young, Assis Moura, Leoncio Gurgel, Ernesto Goulart, é declarada aberta a sessão.

Tendo sido lida a acta da sessão anterior e posta em discussão, é a mesma approvada sem debate, por unanimidade.

O expediente que em seguida é relatado pelo sr. 1.° secretario consta de variadas publicações, periodicos e jornaes, agradecendo o sr. presidente taes offertas.

Passando-se á ordem do dia o sr. dr. Pereira Guimarães offerece ao Instituto, em nome do sr. Augusto Siqueira Cardoso, um manuscripto da lavra deste sr., versando sobre a genealogia de sua familia—Nogueira Cardoso; a offerta, cujo valor é bem comprehendido, o Instituto a recebe com especial agrado.

O sr. presidente apresenta ainda tres orçamentos de preços para a construcção do edificio proprio que acabavam de ser recebidos e que são os dos srs. dr. M. Hehl, na importancia de 87:372$213, Pugliesi, 68:138$000, e Kleinschmidt, 73:500$000. Como a directoria deverá resolver sobre o assumpto, o sr. presidente convoca a sua reunião para o proximo dia 22, ás 2 horas da tarde, lembrando ao mesmo tempo que a 25 de outubro deverá ter logar a sessão extraordinaria de encerramento dos trabalhos deste anno.

Pelo sr. dr. Arthur Vautier foi apresentado ao Instituto o balancete de receita e despesa correspondente aos mêses de julho a setembro; fica o mesmo sobre a mesa para ser estudado pelos srs. consocios.

E' lido ainda um officio do nosso illustre compatriota dr. Manoel de Oliveira Lima, em que este agradece a sua eleição para socio do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, externando ao mesmo tempo seus pensamentos altamente lisonjeiros sobre esta associação

Tem a palavra o sr. dr. Torres de Oliveira, que participa que, por occasião da recente visita do sr. Barão do Rio Branco, lhe apresentou, em nome do Instituto, as homenagens, como fôra encarregado ao se saber que viria a S. Paulo o nosso Ministro dos Estrangeiros, que o Instituto se vangloría de ter como presidente honorario. O sr. Rodolpho von Ihering faz igual decla-

ração com relação ao eminente historiador Guilherme Ferrero que tambem visitára esta capital. A ambos o sr. presidente agradece seus bons officios.

Como tivesse conhecimento do fallecimento dos illustres consocios sr. Fernando de Albuquerque e dr. Julius Meili, o afamado autor dos preciosos livros sobre numismatica brasileira, o sr. presidente pede que a casa externe o seu pezar mandando lançar um voto neste sentido em suas actas, proposta que é unanimemente approvada.

Lembra ainda o sr. presidente que o Instituto não conta com um orador official que pronuncie o discurso que na sessão magna de 1.º de novembro deverá ser proferido, pelo que pede que se proceda á eleição do mesmo. Como não é apresentada nenhuma indicação, o sr. presidente lembra o nome do digno consocio sr. José Hypolito da Silva Dutra e, posta a votos essa proposta, é a mesma unanimemente approvada.

O sr. Leoncio Gurgel excusou-se por não poder continuar na leitura de seu trabalho historico, offerece, porém, o manuscripto para ser impresso na *Revista do Instituto,* do que o sr. presidente pede a commissão de redacção se encarregue.

O sr. dr. Pereira Guimarães declara que, querendo ainda modificar parte do seu estudo sobre a villa de S. André da Borda do Campo, não póde fazer a leitura do mesmo.

Nada mais havendo a tratar, é encerrada a sessão, pedindo o sr. presidente o comparecimento dos srs. consocios á sessão proxima, extraordinaria, de encerramento dos trabalhos deste anno, a 25 de outubro.

Decima sexta sessão ordinaria, em 25 de outubro de 1907

PRESIDENCIA DO EXM. SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

Aos 25 dias do mês de outubro de 1907, ás 7 ½ horas da noite, no edificio da rua General Carneiro n. 1-A, onde funcciona o Instituto Historico, achando-se presentes os socios srs. conselheiro Manoel Antonio Duarte de Azevedo, drs. Manoel Pereira Guimarães, Edmundo Krug, Arthur Vautier, Torres de Oliveira, commigo secretario interino, lavrando a presente, foi aberta a sessão.

O sr. presidente communica que, se achando na sala immediata o novo socio sr. Lellis Vieira, nomeia os srs. drs. Pereira Guimarães e Arthur Vautier, para introduzil-o no recinto. E' introduzido o novo confrade.

Em seguida o sr. secretario faz a leitura da acta da sessão passada, que é approvada.

O sr. presidente faz varias considerações, elucidando as propostas apresentadas por diversos engenheiros para a construcção do edificio social, e diz que a directoria continua a estudal-as, devendo durante as proximas férias do Instituto resolver sobre as propostas, assignar a escriptura e começar as obras.

E' aceito o offerecimento do socio sr. dr. Edmundo Krug para fiscalizar as obras, tendo o sr. presidente agradecido essa gentileza.

Pede a palavra o sr. dr. Krug e declara ficar penhorado pela prova de confiança que o Instituto lhe deu, aceitando o seu offerecimento, accrescentando que envidará todos os seus esforços para estar na altura de bem corresponder a essa confiança.

O sr. presidente lembra que existem ainda diversas quantias, destinadas á construcção do edificio social, para serem arrecadadas. O sr. dr. Vautier pede a palavra e communica que o sr. dr. Alfredo de Toledo, membro da commissão encarregada de angariar donativos para aquelle fim, lhe scientificára que ainda existe mais de tres contos de réis (1) para serem recebidos. O sr. thesoureiro foi encarregado de ultimar o recebimento dessas quantias.

São recebidas diversas obras, folhetos e revistas. O ar. presidente faz offerta ao Instituto do seu recente trabalho *Controversias Juridicas*, e de um interessante documento que é a acta authentica da sessão de 22 de dezembro de 1829, do Conselho Geral, assignada por Diogo Antonio Feijó e Manoel Joaquim Ornellas.

As offertas são recebidas com especial agrado.

O sr. secretario lê um parecer, assignado pelos srs. drs. Luis Gonzaga da Silva Leme, João Moraes e Leoncio Gurgel sobre a obra—*Pindamonhangaba* (Apontamentos historicos, geographicos etc.), da lavra do socio correspondente sr. Athayde Marcondes. O sr. presidente diz que o parecer será publicado na *Revista*, visto ser este uma homenagem aos meritos da obra daquelle confrade.

Não havendo mais nada a tratar, o sr. presidente convida os srs. socios presentes para a proxima sessão solemne, que se realizará no dia 1.° de novembro proximo, e encerra a sessão.

---

(1) Na sessão de 20 de abril, como consta da respectiva acta, a comissão por intermedio de um de seus membros exhibiu um recibo de 13:500$000 passado pelo sr. dr. thesoureiro e que representa a importancia das quantias até então arrècadadas e apresentou uma lista dos subscriptores, dos quaes ainda não tinham sido recebidas as contribuições assignadas na importancia total de 3:250$000, para que em tempo se procedesse ao respectivo recebimento.

Acta da sessão magna a 1.° de novembro de 1907

PRESIDENCIA DO SR. CONSELHEIRO DUARTE DE AZEVEDO

A 1.° de novembro de 1907, á rua General Carneiro, 1-A, onde tem sua séde o Instituto Historico e Geographico de São Paulo, com presença de numerosos socios, exmas sras., ajudante de ordens do sr. secretario da Justiça, consules, commissões de sociedades e mais convidados, no salão nobre, engalanado, realiza-se a sessão magna commemorativa do decimo terceiro anniversario do Instituto, ás 8 horas da noite.

O sr. presidente conselheiro Duarte de Azevedo, tendo convidado a secretarial-o os srs. dr. José Torres de Oliveira e Rodolpho von Ihering, declara aberta a sessão e logo designa os srs. socios drs. Alfredo de Toledo e Couto de Magalhães a introduzirem no recinto o illustre consocio dr. Oliveira Lima, ministro plenipotenciario do Brasil em Caracas e distinto homem de letras, presente na ante-sala. Ao entrar, com sua exma. consorte, no salão, a assistencia prorompe em calorosos applausos e o sr. dr. Oliveira Lima toma assento em logar distinto na mesa da directoria.

Em eloquente allocução o sr. presidente commemora os trabalhos e a marcha do Instituto no anno, cujos trabalhos acabam de ser encerrados e congratula-se com os illustres membros dessa elevada corporação scientica. Saudando o illustre hospede e consocio dr. Oliveira Lima, o sr. presidente põe em relevo a honra e a satisfação que ao Instituto advinham com a presença de tão illustre homem de letras á sessão commemorativa do 13.° anniversario do Instituto.

Em seguida pède e obtem a palavra o dr. Couto de Magalhães que em breve discurso salienta os meritos do exm. sr. dr. Oliveira Lima quer como diplomata quer como escriptor e conferencista, que tem reivindicado perante a historia a justa apreciação de d. João VI e José Bonifacio.

Agradecendo as referencias á sua pessoa, o dr. Oliveira Lima affirma o alto conceito em que tem o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo e a consideração que tributa á sua *Revista*, que elle considera a mais brilhante entre as sua congeneres do paiz.

Dada a palavra ao orador official, sr. J. Hypolito da Silva, este desenvolve em bellissima oração o panegyrico dos consocios fallecidos durante o anno de 1907; em palavras repassadas da mais sincera saudade e de justa homenagem, o eloquente orador relembra os trabalhos e as individualidades dos illustres socios ora mortos: dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo, activo e dedicado vice-presidente do Instituto, Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, Lafayette de Toledo, conselheiro Rosendo Aprigio Araujo Guimarães, Raymundo Pennaforte do Sacramento.

Black, Fernando Albuquerque, Julius Meili e Cesar Bierrenbach. Ao terminar, o orador recebe vivos applausos e as congratulações pelo bello trabalho de toda a assistencia.

Em seguida, o sr. presidente dirige ainda uma saudação final aos companheiros de trabalhos no Instituto e em especial agradece a exma. esposa do sr. dr. Oliveira Lima a honra de seu comparecimento á sessão do Instituto.

Encerrando a presente sessão, o sr. presidente previne que a proxima reunião deverá ter logar aos 25 de janeiro de 1908, para inicio dos trabalhos do Instituto no anno vindouro de 1908.

Do que para constar, eu, *Rodolpho von Ihering*, em funcção de 2.° secretario, lavrei a presente acta.

DISCURSO

Proferido pelo orador official sr. Hippolyto da Silva, na sessão magna realizada a 1.° de novembro de 1907

Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores:

Não fôra a obrigação imperiosa de obedecer ás vossas determinações e dar ao meu espirito atribulado pelas contingencias do viver quotidiano a tranquillidade suave e doce da consciencia após a satisfação do dever cumprido, e eu certamente me não abalançaria á temeridade de apparecer nesta tribuna para, como interprete de vossos sentimentos, traduzir o jubilo de todos nós na commemoração de mais um anniversario do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, evocando ao mesmo tempo as sombras venerandas de nossos consocios fallecidos desde o encerramento de nossos trabalhos do anno passado. Vossa extrema benevolencia, porém, perdoar-me-á si a palavra descolorida e obscura, passando pelos meus labios, vos parecer sem brilho e sem calor, habituados como estaes á magia da expressão de tantos oradores illustres que, com proficiencia, tem desempenhado esta dolorosa missão de fallar-vos daquelles que se foram para *o paiz desconhecido de onde nenhum viajor voltou ainda*, (1) mas que, entretanto, fecundaram a terra com o trabalho intellectual, fazendo brotar nella o germen do amor pelo estudo das investigações historicas e scientificas com que os homens *se vão da lei da morte libertando*. (2)

A morte!... Simples transformação chimica operada no laboratorio da natureza, não póde a morte attingir o espirito, a alma, a scentelha divina com que o Creador illuminou por dentro as suas creaturas, tornando-as transparentes através a opacidade da materia. Essa scentelha, emanada directamente do creador dos mundos, não póde deixar de ser immortal como o supremo fóco de que dimana, porque o contrario seria admittirmos que a poeira dos cemiterios tenha o poder de aniquillar a scintillação das almas, quando nem a poeira luminosa da Via Lactea consegue interceptar as fulgurações dos astros.

Conta-nos o envagelho de S. Lucas que um discipulo de Jesus, antes de o seguir, pediu-lhe licença para voltar a casa

(1) Shakespeare, *Hamlet*, act. III, scen. I.
(2) Camões, *Lusiadas*, Cant. I, est. II.

afim de enterrar seu pae que fallecera. Jesus, vendo neste pedido, não a determinação da piedade filial, mas uma hesitação e um pretexto para recuar, respondeu-lhe: «Deixae os mortos enterrar os mortos, mas ide e annunciae o reino de Deus.» (1) Estas palavras de Jesus costumam ser commumente applicadas para significar que é preciso cuidar dos vivos, sem nos demorarmos com o que já não existe. Seria tão restricto o pensamento do Divino Mestre?... ou quiz elle indicar que se deixasse á materia transitoria a preservação de si propria, mas que nos preoccupassemos com o reino do espirito, o reino das almas, o reino da immortalidade, o reino de Deus?

Por isso é que Victor Hugo, nos arrebatamentos de seu genio, nos vôos prodigiosos de sua imaginação; pantheista pela fórma admiravel porque cantava a Natureza, fazendo derivar della a harmonia do Universo e toda a seiva fecunda da terra; christão pela alma, cheio de crença e de amor pelas virtudes de Jesus, cuja doutrina seguia, prégando a Paz, a Clemencia, a Bondade, o Perdão, todas as virtudes que elevam as almas para Deus; Victor Hugo, dizia eu, conhecedor das velhas theogonias das quaes se aproveitou bastas vezes para enriquecer a Arte nas fulgurações diamantinas de seus versos, revoltava-se contra o materialismo que nos apresentava a desconsoladora esperança do NADA após a morte; e elle, que combatia no catholicismo o facto da personificação do Espirito do Mal na figura do Diabo, exclamou assombrado em um de seus poemas de combate: «Toma este NADA, Abysmo, e dá-nos Satanaz!» (2)

Era a affirmação de seu espiritualismo, a crença na vida futura, a convicção da immortalidade da alma!

Em Guernesey, na pittoresca vivenda de Hauteville-house, havia, na sala de jantar do poeta, á cabeceira da mesa, uma vasta poltrona onde ninguem se poderia sentar, porque era vedada por uma cadeia de ferro.

Por cima da poltrona lia-se a seguinte inscripção: «*Les absents sont là*». (3) Victor Hugo *via* alli a sombra dos antepassados presidindo as refeições da familia.

Senhores, a mim se me afigura que tambem no portico desta casa se poderia mandar inscrever o lemma: *Les absents sont ici*, porque a sua memoria não nos abandona, e cada um de nós recebe neste cenáculo o sopro vivificante que os animou, e sentimos sobre a cabeça, como apostolos continuadores de sua obra, as scentelhas fulgurantes de suas almas.

..... Um coração sereno
Nunca tem medo á morte.....

. . . . . .

(1) S. Lucas, *Evangelho*, Cap. IX, ver. 59--60.
(2) Victor Hugo, *Religions et religion*, pag.
(3) *Chez Victor Hugo, par un passant*, 1864, pag. 42.

Quando uma lousa cáe sobre um cadaver mudo,
Dizem «tudo acabou...» E principia tudo.
De nada vale o bronze e a lapide marmórea;
Alguem a vae partir; o *alguem* chama-se a Historia. (1)

*
* *

Mal tinhamos encerrado os nossos trabalhos de 1906, quando nos chegou noticia do fallecimento do nosso socio correspondente, dr. Antonio da Cunha Barbosa, occorrido no Rio de Janeiro, a 25 de Outubro daquelle anno. Bacharel em letras pelo collegio Pedro II, e medico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o dr. Cunha Barbosa, após haver exercido a profissão com muito devotamento, teve necessidade, devido a seu precario estado de saude, de abandonar o exercicio da carreira medica. Dedicou-se exclusivamente a estudos litterarios que sempre cultivara, legando ás lettras algumas narrativas de viagens e memorias historicas, trabalhos apreciaveis que revelam muita observação e conhecimentos valiosos, notadamente as que se referem aos tempos coloniaes e que publicou sob os titulos *A arte brasileira colonial* e *A litteratura brasileira colonial*.

O dr. Cunha Barbosa, amigo fervoroso da instrucção, prestou ao Brasil assignalados serviços na creação de museus e bibliothecas, fazendo jús a merecidos encomios de nacionaes e estrangeiros pelo seu constante labor, honestidade, esforço, probidade e elevadas aspirações.

Descendia de abastada familia, e apezar de haver merecido distincções honorificas pelos serviços que prestou a seu paiz, e de tanto haver trabalhado pelas lettras, foi-lhe a sorte madrasta, fallecendo aos 50 annos de edade, muito infeliz e muito pobre, quando occupava modestissimo emprego subalterno na repartição do Archivo Nacional.

Este nosso illustre consocio era egualmente membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, da Academia Cearense, do Instituto Geographico Argentino e de outras associações scientificas da America.

*
* *

Não se escoára ainda na ampulheta do tempo o anno de 1906, quando, poucos dias após o encerramento de nossos trabalhos daquelle anno, passamos pelo amargurado transe de ver desapparecer para sempre o vulto de nosso socio effectivo dr. Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, que trocara o convivio humano pela paz serena do tumulo, no dia 8 de dezembro.

---

(1) Guerra Junqueiro, *A morte de D. João*, pag. 44.

Contava 63 annos de edade, pois nascera a 2 de setembro de 1843, na cidade do Bananal, tendo por progenitores Manoel Francisco de Carvalho e d. Maria Senhorinha de Oliveira. Com o auxilio de monsenhor Paiva Rios e de algumas familias importantes, conseguiu fazer os necessarios preparatorios e matricular-se na Faculdade de Direito, recebendo o gráu de bacharel em sciencias sociaes e juridicas em 1865.

Durante seu tirocinio academico, o moço Paulo Egydio fizera jús á estima e consideração de seus collegas pela sua intelligencia e applicação aos estudos, sendo eleito orador do *Instituto scientifico* dos *Estudantes conservadores*, e collaborador effectivo da *Imprensa academica*, fundada em 1864.

Depois de formado dedicou-se logo ao desempenho dos misteres de sua profissão: foi para a Limeira, onde exerceu a advocacia.

Em 1870, mudou-se difinitivamente para esta capital onde contrahiu nupcias com d. Elisa Ribas de Carvalho, sobrinha do saudoso paulista dr. Peixoto Gomide.

Fazendo parte da redacção do *Diario de S. Paulo*, folha politica de grande ponderação e nomeada, de propriedade do coronel Paulo Delfino da Fonseca, e que era brilhantemente dirigida pelos drs. Antonio Prado e Rodrigo Silva, revelou-se logo conservador por tradição e por idéas, mas conservador muito liberal. Tomou parte activa na politica paulista e foi eleito deputado á Assembléa Provincial em consecutivas legislaturas de 1870 a 1879.

Na Assembléa Provincial, o dr. Paulo Egydio assignalou-se brilhantemente, conquistando os louros de orador eloquente e instruido, e enriquecendo os annaes da Assembléa com muitas e apreciaveis orações.

« O merecimento de suas producções, diz um seu biographo, caminhou sempre em gráu ascendente; porque jámais deixou de cultivar o espirito por estudos scientificos e lite rarios.

Entregára-se ha muito com paixão a estudos sociologicos, publicára excellentes trabalhos sobre Direito e Sociologia e, abrindo cursos, fazendo conferencias, ia cultivando o seu talento, a ponto de por mais de uma vez ter sido citado com elogio o seu nome na *Revue Internacionale de Sociologie*, de René Worms, com quem elle seguidamente se correspondia ».

Devemos estar lembrados de que o anno de 1888 foi o de maior perturbação politica e economica, já pela abolição do elemento servil a 13 de maio, já pela propaganda republicana que rompera todos os diques e avassallara todo o paiz. Paulo Egydio calmo, reflectido, aguardava os acontecimentos, prevendo o desmoronamento da monarchia e escrevendo, mesmo no *Correio Paulistano*, diversos artigos mostrando que o advento republicano se tornava uma necessidade em face dos graves acontecimentos que então se desdobravam na gestão dos negocios publicos do paiz.

O dr. Paulo Egydio de Oliveira Carvalho era um espirito calmo e desapaixonado, extremamente bondoso, e no desempenho do mandato de Senador do Estado, para que fôra eleito em 1894 e reeleito em 1900, pode-se dizer que morreu no seu posto, pois ainda na vespera de sua morte apresentava ao Senado um projecto de lei, como membro da Commissão de Hygiene daquella casa do Congresso.

***

Chego a um dos pontos mais dolorosos desta necrologia, lembrando-vos a data luctuosa de 12 de março de 1907, em que a cidade de S. Paulo foi abalada com o passamento do dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo, um dos fundadores deste Instituto, de que era socio benemerito pelos inapreciaveis serviços que lhe prestou, e que como seu vice-presidente assignalou a sua passagem por esta casa pelo amor, pela dedicação, pelo trabalho assiduo, infatigavel, fecundo, de sua intelligencia esclarecida, de seus profundos conhecimentos scientificos, da admiravel lucidez e agudeza de seu espirito.

Quem vos fala, senhores, teve a ventura de conhecer intimamente Miranda Azevedo nos ultimos vinte annos, de ser seu companheiro de luctas na abolição e na propaganda republicana; de abraçal-o com lagrimas de jubilo nos dias do triumpho; de sentir e chorar com elle as dôres da Patria naquelles horriveis e tenebrosos dias em que a Dictadura, em nome da salvação do Estado, premiava a dedicação e o amor á Liberdade mandando os republicanos aprender a amar a Republica em regiões inhospitas, «em paragens onde as sentenças de morte não encontrassem testemunhas». (1) Posso affirmar-vos que a grandeza de sua alma e a bondade de seu coração, não acharam negadores, mesmo entre os que tinham a impiedade de sómente exaltar-lhe os méritos para gosarem a cannibalesca satisfacção de mordel-o nos affectos.

De sua dedicação como amigo, como medico e homem de sciencia, fallem aquelles que as divergencias da politica fizeram seus inimigos, e que, apezar disso, confiavam de seu saber a salvação de entes queridos que se debatiam nas vascas da morte... para recompensar-lhe mais tarde os cuidados, com fazel-o odientamente caminhar como um bandido, em horas tardas da noite, entre alas de soldados de armas embaladas, levando sua maleta ao hombro, desde os carceres da Detenção até a Estação do Norte, caminho do Tribunal Militar.

Não tenho, senhores, o direito de reviver em vossa memoria, despreziveis lembranças de um passado que, por honra da Patria, devem ficar extinctas e apagadas em nossa historia poli-

---

(1) Ruy Barbosa—o *Estado de Sitio*, pag. 208 *in fini*.

tica. Darei, por isso, tréguas ao sentimento que me levaria, para fallar-vos de Miranda Azevedo, á eloquencia das lagrimas...

O dr. Miranda Azevedo, que contava cincoenta e seis annos, era natural de Sorocaba, onde nasceu a 10 de Outubro de 1851, sendo seus paes o illustre magistrado dr. Antonio Augusto Cesar de Azevedo e d. Anna Eufrosina de Miranda Azevedo. Occupa, na historia dopartido republicano um logar eminente, pois foi um dos principaes auxiliares na reunião dos mais importantes elementos radicaes para a fundação do partido, com Limpo de Abreu, Rangel Pestana, Pamplona, João de Almeida e tantos outros, vivendo continuamente ligado á propaganda. Delle se póde dizer que sua historia é a historia da Republica, antes da proclamação.

Quando voltou da Europa o sr. d. Pedro de Alcantara, quando os AMIGOS DO REGIMEN FESTEJAVAM O REGRESSO DO MONARCHA, Miranda Azevedo fez notaval conferencia, no Theatro Minerva, hoje Sant'Anna, sobre sua molestia, mostrando que o estado mental do imperante impossibilitava-o de estar á testa dos negocios publicos; e, no penultimo Congresso Republicano, 1887, apresentou uma *moção* que determinava a attitude activa que devia tomar o partido, preparando-se para combater contra a probabilidade do 3.° reinado.

Foi um dos fundadores da Sociedade Promotora de Immigração e da Sociedade de Medicina de S. Paulo.

Em 15 de Novembro de 1889, fez parte da commissão que foi a palacio convidar o governador Couto de Magalhães a entregar o governo ao coronel Mursa.

Organizou a Secretaria da Camara dos Deputados e lançou os primeiros fundamentos da sua bibliotheca.

Envolvido commigo e outros republicanos, em março de 1892, em uma conspiração tramada por um bandido, destes que vivem a explorar a inepcia dos governos dominados pelas paixões em épocas revolucionarias; (conspiração sobre a qual estou reunindo elementos para apresentar ao Instituto memoria que servirá de licção a futuros governos,) emquanto eu e o dr. José Luiz Flaquer, meu collega da Constituinte republicana, internavamo-nos pelas mattas de S. Bernardo em busca da serra do Cubatão, abandonando interesses, amigos e familia, escorraçados e timidos como dois malfeitores, dormindo em barracas armadas á pressa, no seio da matta virgem, em leito de folhas de palmeiras, sob a inclemencia da chuva, do vento e dos insectos, Miranda Azevedo foi preso quando tranquillamente, pela manhã, visitava seus doentes, e recolhido á detenção, com outros presos, até que foi removido para o Rio de Janeiro, para impetrar uma ordem de *habeas-corpus*, e de onde só voltou livre pela amnistia de 20 de Abril do mesmo anno, que nos restituiu a liberdade.

De regresso aos lares, graças á magnanimidade da dictadura, que teve a lucidez precisa para conhecer onde terminava o di-

reito e onde começava a perseguição pelo ódio politico, assumimos immediatamente posição aggressiva na *Federação*, jornal opposicionista, que acabou pela intervenção patriotica do *povo indignado*.

Não sei si os meus collegas desta casa, ou algum investigador curioso, descobriu já as origens desse corpo amorpho, reconhecendo a efficacia de sua intervenção na vida politica dos póvos.

Pela minha parte, devo confessar que, em 50 annos de vida, apenas curvei-me á evidencia de sua apparição no planeta, quando reconheci que effectivamente, após a Republica, elle existia em todas as cidades e villas do interior, pelos telegrammas e noticias que nos chegavam das tropelias, deposições, arruaças, empastellamentos e outras barbaridades, sempre commettidas pelo *povo indignado*. A policia deixou-o penetrar nesta Capital, não sei si por malicia ou perversidade astuciosa: o facto é que a unica valvula por onde se podia expandir a opposição foi destruida, e os seus frangalhos atirados á rua.

Foi então que fundei o *Autonomista*, apoiado no braço fórte, e na penna adamantina, de Martim Francisco, um implacavel revolucionario contra tudo que não fosse Honestidade, Liberdade e Justiça.

Miranda Azevedo não podia sopitar os impetos de suas aspirações pelo bem da Republica: veio comnosco, e, assiduamente, collaborou no *Autonomista*, e mais tarde na *Opinião Nacional*, não tomando, como dizia, parte activa na vida desta folha, porque não queria maguar seu chefe e amigo dr. Americo Braziliense sobre a questão da opportunidade da *bandeira* do parlamentarismo.

Em julho de 1893 foi agradavelmente sorprehendido com o officio do ministro do Interior que o nomeava para representar o Brazil no 8.° Congresso Internacional de Hygiene e Demographia de Budapesth.

Miranda Azevedo desempenhou essa commissão de maneira brilhantissima, merecendo calorosos louvores não só da imprensa brasileira, como dos principaes jornaes europeus.

Seguindo depois para Vienna, ahi fez parte do Congresso de medicos e naturalistas allemães, e depois foi nomeado pelo governo Federal para representar o Brasil no 3.° Congresso dos *Accidents du Travail* que funccionou em outubro na cidade de Milão, sendo ahi eleito vice-presidente de uma das sessões, e trabalhando effectivamente.

Desejoso ainda de estudar, percorreu quasi toda a Italia e França, visitando Universidades, laboratorios, hospitaes etc., relacionando-se com as maicres summidades medicas e ouvindo suas licções, sendo, em janeiro de 1895, encarregado pelo governo do Estado de S. Paulo de estudar a questão do *Serum antidiphterico* e o methodo Roux para a cura da diphteria.

No seu regresso a S. Paulo foi eleito deputado estadual, e, terminado o mandato, viu seu nome suffragado para representar S. Paulo no Congresso Federal.

Deixou a actividade politica no fim do governo do sr. dr. Campos Salles, regressando a esta Capital, onde se dedicou de novo á clinica.

Miranda Azevedo era lente de uma das cadeiras da nossa Faculdade de Direito; e, como um dos socios fundadores desta casa, seu nome está para sempre perpetuado nas paginas de nossa *Revista*, por onde se póde aquilatar quanto carinho, quanta dedicação lhe merecia o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo.

Por occasião da visita com que nos distinguiu recentemente o illustre diplomata dr. Joaquim Nabuco, Miranda Azevedo, que se achava gravemente enfermo, fez um esforço inaudito e, abandonando o leito, foi saudar o eminente brazileiro no salão da Faculdade.

Finalmente, Miranda Azevedo teve uma vida utilissima na sciencia, na politica, no jornalismo e na tribuna, e a sua morte representa uma verdadeira perda, porque muito havia ainda a esperar da actividade do seu espirito.

Seu maior elogio está nas palavras com que o *Diario Popular* noticiou a sua morte: «foi uma existencia bem trabalhada, *mais para beneficio dos outros do que para interesse proprio*».

Morreu pobre... mas legou-nos um thesouro: a sua memoria imperecivel, até que a Republica se lembre de pagar-lhe no bronze de um monumento o muito que lhe deve, de origem e de existencia.

***

Desessete dias após a morte de Miranda Azevedo, novo lucto vinha pezar sobre nós: outro socio fundador acompanhava na morte aquelle que lhe dedicava tanto affecto, a quem todos nós votavamos admiração e estima, e que fora tambem meu correligionario e companheiro na abolição e na republica.

Refiro-me a Lafayette de Toledo, fallecido a 29 de Março, em Casa Branca, onde era solicitador provecto e conceituada influencia politica. Nascêra na cidade de Araxá, em Minas Geraes, aos 12 de Novembro de 1865, contando por conseguinte 42 annos de edade.

Aos 14 annos, quando já cursava as aulas de latim e francez, morreu-lhe o pae, capitão Antonio Augusto de Toledo, ficando sua familia em extrema pobreza. Laffayette de Toledo fez-se auxiliar de guarda-livros, trabalhando em casas commerciaes, mas estudando sempre. Só em 1890 abandonou a carreira commercial: fez-se solicitador no fôro, exerceu cargos publicos de confiança politica, e viveu sempre vida de imprensa, na qual foi um luctador valente, collaborando em varios jornaes.

A nossa *Revista* (1) publicou uma interessantissima *Memoria Historica* da Imprensa Paulista desde 1827 até 1896, devida á sua penna, fazendo a nomenclatura de todos os jornaes, revistas e periodicos publicados até então, trabalho digno de encomios pelo seu grande valor historico e pelas muitas notas elucidativas que o illustram.

***

Outro acontecimento luctuoso que nos encheu de profundo pesar foi o passamento de nosso socio honorario, conselheiro Rosendo Aprigio Pereira Guimarães, occorrido a 21 de Maio, na cidade da Bahia, de cuja Faculdade de Medicina era lente aposentado.

Filho do coronel João Baptista Pereira Guimarães e de d. Anna Margarida Correia de Araujo Guimarães, nascera o conselheiro Rosendo a 2 de Janeiro de 1826 na então villa de Maragogipe. Matriculou-se em 1844 na Faculdade de Medicina da Bahia, e em 1849, concluia seus estudos, entrando, tres annos mais tarde, para o corpo de saúde do Exercito, sendo reformado em 1865, no posto de primeiro cirurgião-capitão.

Como attestados brilhantes de seu talento e conhecimentos scientificos, deixou, entre outras obras que escreveu, um excellente *Tratado de chimica*.

O conselheiro Rosendo Guimarães não era simplesmente um medico illustre e um mestre proficiente versado em todos os ramos da litteratura scientifica: foi tambem um patriota exemplar que bem mereceu do Brazil.

Esteve como medico, na guerra de Paraguay, de onde só regressou em 1870, depois de haver cooperado para que os tropheus da victoria engalanassem as armas brasileiras. Era agraciado com o titulo de conselheiro e cavalheiro de Aviz, tendo fallecido o velho e benemerito luctador aos 81 annos de edade.

***

Que vos direi, senhores, de Raymundo Pennaforte do Sacramento Black, nosso socio effectivo, fallecido em Jundiahy a 29 de Maio, que não vol-o hajam dito os seus trabalhos, nomeadamente aquelles com que honrou a nossa Revista ? (2) Occupando elevada posição durante o Imperio, desempenhou importantes commissões, tendo feito parte da directoria da E. F. Central do Brasil, como engenheiro distinctissimo que era. Muito affavel

---

(1) *Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo*, 1898, vol. III, pag. 393 a 521.

(2) *Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo*, vol. II, pag. 35 e 41. (1896-1897)

no tracto, caracter bondoso, o nosso illustre consocio era ultimamente fazendeiro em Jundiahy, causando seu passamento o mais vivo pesar a todos os que conheciamos seu talento, illustração e virtudes.

***

Antes de chegar ao termo desta dolorosa jornada através do Campo Santo, devo dizer-vos algumas palavras sobre as individualidades de Fernando Alburquerque, nosso socio effectivo, e Julio Meille correspondente.

De Fernando Alburquerque, fallecido a 24 de Setembro, sei que alliava á bondade de coração um caracter de elevado quilate.

Nascido na cidade de Santos, e filho de uma distincta familia, o dr. Fernando de Alburquerque foi um dos primeiros brasileiros que foram estudar nos Estados Unidos, onde se formou na Universidade de Easton, na Pensylvania.

Conheci-o em 1887, em casa do dr. Antonio Bento, no periodo mais agudo do abolicionismo, de que era um devotado *caiphás*.

De temperamento modesto, o dr. Fernando de Albuquerque era, entretanto, um homem activo, tendo publicado desde os tempos de estudante pamphletos de propaganda do Brasil no estrangeiro.

Amigo do povo e da instrucção, não foi indifferente ao movimento operado no ensino do nosso Estado pelo governo republicano, concretisando a sua dedicação á nobre causa que se iniciava na doação de um predio para funccionamento da Escola Maria José, desta capital. Foi mordomo da Santa Casa de Misericordia, onde deu provas do seu espirito caridoso e cheio de iniciativa, estendendo a sua acção generosa ao Hospital Samaritano, que muito deve aos seus esforços.

Julio Meille, fallecido em Zurich a 27 do mesmo mez, foi um dedicado cultor das artes e um numismata abalisado.

Este nosso consocio nascera em Hettingem, cantão de Zurich na Suissa, em 1839, e viera para o Brasil em 1870, dedicando-se ao commercio e exercendo as funcções de Consul da Suissa durante alguns annos, regressando á sua patria em 1893.

Em 1902 retirou-se da vida commercial, consagrando toda a sua actividade á numismatica, tendo publicado um interessante livro acerca de moedas e notas do Brasil, o mais completo que até hoje tem apparecido. Ultimamente tinha um proficiente estudo sobre medalhas brasileiras, e estava tratando de ultimar esse trabalho, quando foi colhido pela morte.

A Universidade de Zurich, pelos excellentes trabalhos por elle apresentados sobre estudos numismaticos, conferiu-lhe o gráu de doutor, em maio deste anno.

O velho numismata desappareceu dentre os vivos aos 68 annos de idade.

***

Intencionalmente, senhores, alterei a chronologia desta resenha luctuosa, reservando para ultima figura desta galeria de mortos illustres, o vulto de João Cesar Bueno Bierrembach, nosso socio correspondente, fallecido no Rio de Janeiro a 2 de Julho. A'quelle moço illustre ligavam-me laços da mais profunda admiração e sympathia, e em verdade vos digo que seu nome, seu talento, seu amor pela Patria, pela Familia e pela Liberdade, honram não só a cidade de Campinas, seu berço, como a nacionalidade brasileira.

Nasceu a 7 de abril de 1872 sendo seus progenitores o capitão João Antonio Bierrembach, notavel riograndense, e d. Maria Clementina Bueno Bierrembach, natural de Piracicaba, oriunda de antiga estirpe que se prende a Amador Bueno da Ribeira.

Fez o curso de preparatorios no *Culto a Sciencia*, em Campinas, concluindo-os depois no Collegio de S. Luiz, em Itú, matriculando-se em seguida na Faculdade de Direito de S. Paulo.

Generoso e enthusiasta pelo estudo e pelas glorias do Brasil, algum tempo depois de formado, viajou por quasi toda a Europa, não lhe esquecendo ir vêr o seu genial conterraneo Carlos Gomes, na Italia; e durante nove annos a idèa dominante de Cesar Bierrembach era consagrar a homenagem de Campinas áquelle que se illustrou, que illustrou o seu paiz e até a America toda, no mundo da Arte. Nove annos de luctas tenazes, intimas e publicas, mas sem jámais se affastar um ponto desse ideal.

E o amor de Cesar Bierrembach pelas glorias de seu berço natal ficou assignalado desde o dia em que elle promoveu a collocação de uma placa na frente do predio n. 51 da rua Regente Feijó, em Campinas, local onde outr'óra existiu a casa em que nasceu Carlos Gomes.

Por occasião de sua morte, o dr. Antonio Baptista Pereira, segundo secretario da Legação do Brazil e que ultimamente serviu na conferencia da Paz em Haya, escrevia a um amigo commum:

«Eu o conheci bem. Era um bom, um irreprehensivel, um puro. Tinha todas as delicadezas femininas aquelle rapaz alto, magro, canhestro e anguloso... Sua velha mãe, alquebrada e cega, tinha nelle a mais carinhosa das filhas e Antigone nunca teve com o velho pae, a quem faltava tambem a luz dos olhos, mais carinho, e solicitude, e dedicação, do que o Cesar com a sua mãe.»

E explicando sua morte:

«A hyper-sensibilidade, tão fecunda naquelles que a dominam, e que é mesmo sympathica no excesso de visão moral, na macropsia dos poetas e dos sonhadores, essa hyper-sensibilidade foi talvez que o matou. Seu systema nervoso deficiente não lhe permitiu resistir. E um dia o seu cerebro estalou á vibração continua e percuciente da idéa, abysmando-se na sombra caliginosa da insania.

. . . . . .

« Esses, porém, que quizerem accusar o crystal de não ter podido resistir a uma chamma excessiva, não poderão levar a melhor na formação do juizo sobre a sua memoria. As amisades de Carlos Gomes, Eduardo Prado e Rio Branco são o melhor dos depoimentos em seu favor.»

Em 1900 foi nomeado lente da cadeira de historia universal do Gymnasio de Campinas, e, quando morreu, havia precisamente dois annos que Cesar Bierrembach vira realisado um dos maiores ideaes de sua existencia—a inauguração da estatua de Carlos Gomes.

Senhores, o elogio historico de Cesar Bierrembach não será feito pelo seu conterraneo e amigo.

Peço-vos permissão para usar das palavras de um artista, burilador da phrase, ousando esperar que Coelho Netto, com a sua opulenta e fecunda imaginação, consinta que eu engaste neste discurso as joias de finissimo lavor e elevado quilate contidas na pagina que escreveu por occasião da morte de Bierrembach. Ouvi:

« Esse moço que rolou na sombra onde, tacteando incertamente, só achou uma porta para a claridade—a do sepulcro—mettendo-se por ella com a ancia do que se evade, viveu sempre pelo cerebro. Dia e noute o tinha illuminado Imaginava. Corria-lhe a vida num sonho—o mundo exterior era-lhe indifferente, tinha um universo no cerebro esmaltado das mais lindas flores.

Amava; a familia era o seu affecto; a sua religião era a Patria; o seu ideial a grandeza da gente latina, dos descendentes da loba do Aventino.

Quanta vez, encontrando-o no caminho do Gymnasio, levado no andar ligeiro de quem tinha grande pressa, interrompi os sonhos do seu espirito. Uma arvore em flor, o sol de um dia azul, o canto de um passaro na ramagem, o vôo de uma borboleta, um caipira á frente dos bois carreiros, a languida cantiga de uma lavadeira á borda dagua, qualquer motivo da natureza ou da vida impellia-o, de repellão. para o devaneio.

Accendiam-se-lhe os olhos azues, despedindo ascuas como ferros de lança ao sol e a palavra vinha-lhe facil, aos borbotões, cantando a terra—a gloria e a belleza da Patria, a sua força, a sua fecundidade, a sua meiguice, a sua bravura. E, com mão firme, em gesto decidido, rasgava o veu do Futuro para mostral-a deslumbrante, agasalhando nos seus campos, fartamente semeados, gentes de todas as procedencias, com as suas varias culturas viçosas, com o seu gado mugindo e balando na exuberancia das pasturas, sob o clima benigno da primavera perenne que nos ameiga

E mostrava as cidades eriçadas, de chaminés desenrolando o fumo numa faina de industrialismo; e os portos, apinhados de navios, e o sertão, varejado pelos comboios; e além, no fundo da

floresta, abrigo dos mananciaes, ainda o jequetibá primão, ainda a aroeira, ainda o cedro sagrado, ainda o lenho purpureo que legou ao Brasil o nome flammejante.

A Patria e a Familia, grandes, magnificos amores!

Não dormia. O somno furtava-o ao sonho. As horas quietas da noite reservava-as religiosamente para a contemplação dos astros do céu querido, ou para a leitura e a escripta.

Sentado á mesa de trabalho, um canos de onde elle tirava fulgurações, ouvia o lento bater das horas no silencio, e o sol encontrava-o a rever notas, a escrever cartas, a redigir proclamações, a consultar mappas. Pobre cerebro!

Qualquer noticia que lhe chegasse com relação á Patria, logo o agitava. Um commentario da imprensa extrangeira sobre o Brasil punha-o frenetico e quando, por uma questão de limites, os animos, por vezes, exaltaram-se, Bierrembach tudo esqueceu pela Patria.

Clara manhan, beijando respeitosamente a mão tremula da velhinha céga, beijando as irmans, partiu, trazendo no coração a certeza de que nunca mais torneria áquelle lar amoroso, porque, desde o primeiro momento, votara-se ao sacrificio supremo de morrer pelo Brasil.

E' que vira a guerra accesa. Para elle a negociação, habilmente encaminhada pelo genio do Rio Branco, não bastava. A guerra! A guerra! Bandeiras ao vento, lanças em riste, carabinas apontadas, canhões em baterias, peões e cavalleiros, milhares de homens partindo por terra e mar, através das ondas, pelas neves andinas e invadindo o territorio da nação affrontosa, para tomar o desforro heroico que exigia o melindre brasileiro. A guerra!

Concitaria os moços, alistaria toda a juventude e, á frente della, alegre, desafiando a morte, lá iria disputar a gloria de ser o primeiro a cair na refrega, si não podesse ser o primeiro a proclamar a victoria.

E viveu dentro desse delirio, mezes. Aqui andou pregando a guerra. Falou eloquentemente, escreveu com ardor e, em toda a parte o seu vulto esguio apparecia e a sua palavra troava.

E esse devotamento estendia-se aos homens da sua terra.

Quando Carlos Gomes expirou no Pará, Bierrembach, que adorava o grande musico, pensou logo em transportar-lhe o corpo para o agasalhar na mesma terra de Campinas, que lhe fôra berço. Desde que formou tal projecto até o dia em que a cidade, revestida de galas funereas, recebeu, por entre alas infantis, o despojo do seu filho illustre, Bierrembach não descançou. Foi ao presidente da Republica, moveu a imprensa, appellou para a mocidade, afervorou o povo; abriu subscripções; e, depois de ver o esquife no campo sagrado, pensou em trazel-o para a praça, collocal-o no coração da cidade, como um sanctuario, e a idéa do monumento apoderou-se-lhe do espirito. Pareceu, a principio, uma utopia; entretanto, lá está, erecta, a grande prova da

dedicação do amoroso propagandista; lá está, de pedra e de bronze—o altar civico sobre o qual avulta a figura viril do genial evocador das melodias selvagens.

E o *Centro* de *Sciencias, Lettras* e *Artes*, que é hoje uma das aggremiações intellectuaes mais em evidencia no Brasil, quem o imaginou? quem o fundou, apezar da satyra e do apodo? o sonhador.

Santos Dumont mal tocou em terra brasileira, logo encontrou o appello de Bierrembach chamando-o a Campinas. Foi.

Quando o aeronauta saltou na estação, o moço ardente, cobrindo-o de flores, mostrou-o ao povo, saudando-o como «o glorioso almirante da esquadra aerea, o condor d'America, dominador do espaço». E, na intimidade do meu gabinete, possuido pela idéa do engrandecimento do Brasil e da sua hegemonia na America, falou-me dos dias futuros. Travou-me do braço, levou-me á janella.

A noite era linda, estrellada, com o crescente em hemicyclo como um barco cingalez de duas prôas recurvas; elle disse, solemne, mostrando-me os astros:

«Assim andarão lá em cima as nossas naves, ás centenas, fortes e resplandecentes, rondando o mundo. A capitanea navegará á frente, com elle: as outras seguirão no rumo que ella traçar... E a Via Lactea...? Quem sabe!!»

Eu encarei-o: Estava transfigurado, falava com a convicção de um vidente, o braço duramente estendido, o dedo hirto, varando a noite, a mostrar-me os astros, este, aquelle, até deter-se na constellação tutelar do cruzeiro, nosso Brazão sydereo. Via, via dentro da noite o lindo sonho do seu patriotismo exaltado. Era assim.

Passou pela vida sem sentir a materialidade, porque só viveu pelo espirito. Tanto exgottou o cerebro para illuminar os sonhos que, um dia, subitamente, achou-se envolvido em trevas.

Tinha ainda lucidos instantes — o rescaldo fagulhava por vezes e foi uma centelha que lhe mostrou o roteiro tragico a seguir para não ficar captivo na escuridão. — Não hesitou — arrojou-se na morte. Houve quem tentasse arredal-o dessa eterna miragem, buscando encaminhal-o para a realidade — elle reagiu, debateu-se e lá se refugiou no extase. E o cerebro a trabalhar, a crear o alimento para a sua alma, dia e noite, sem descontinuar um segundo.

E' assim a alma dos genios; essa, porêm, pousa na obra d'arte, descança compondo, integrando, e, emquanto trabalha, dá treguas ao devaneio. A alma de Bierrembach voava sempre e tão alto subiu que, ao sentir a fadiga, procurando apoio, só encontrou o espaço, o vacuo, e despenhou-se.

Appollo, porque has de confiar teu carro a Phaetonte? o ideal abraza e a imaginação é como a quadriga fogosa do plaustro fulgurante—si a guiam mãos destras, corre, esplendida-

mente, em torno do zodiaco, alumiando o mundo; si a deixam tomar o freio arroja-se e ai! de quem vae pelas alturas... Misero sonhador, matou-o o sonho!»

***

Meus senhores e minhas senhoras, perdoae-me se vos fatiguei a attenção, dando a esta apologia proporções demasiado longas.

E' que ha homens de quem se póde dizer como Henrique III deante do cadaver do duque de Guize: mortos, parecem ainda maiores que vivos; e eu, sempre que vejo naufragar no oceano da vida a existencia de um homem que foi util á Patria, á sociedade e á Familia, oiço nos ares a harmonia suave e doce da canção de Ariel, o genio da tempestade: «a cinco braças de fundo jaz seu corpo: seus ossos tornaram-se corães, perolas seus olhos. Delle nada se perdeu em seu tumulo; tudo nelle experimentou a força creadora do mar, que o revestiu de uma substancia preciosa e nova... De hora em hora dobram por elle as nayades!» (1)

. . . . . .

Que descancem na paz serena do tumulo os nossos queridos mortos, mas que seu espirito nos illumine e guie na senda do Bem, afim de que sejamos sempre dignos de honral-os venerando-lhes a memoria!

---

(1) Shakespeare, *La Tempete*, acto 1.º, scena 5.ª.

RELATORIO

dos trabalhos e occurrencias do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo no anno de 1907, apresentado pela Directoria na sessão de 25 de janeiro de 1908.

Srs. membros do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo.

Cumprindo a obrigação que lhe é imposta pelo art. 16 § 5.° dos Estatutos, a Directoria do Instituto vem apresentar-vos hoje o relatorio dos trabalhos e occurrencias do anno social de 1907.

Administração

A directoria que reelegestes na sessão de 25 de outubro de 1906, funccionou durante o anno findo, com as seguintes modificações:

O lugar de 2.° secretario vago com a renuncia do sr. Dionysio Caio da Fonseca, que havia mudado de domicilio, ficou preenchido com a eleição do sr. Arthur Goulart, então 1.° supplente dos secretarios. Para o lugar deste foi eleito o sr. Dinamerico Rangel, 2.° supplente e para esta vaga foi eleito o sr. Eugenio Alberto Franco. Estas eleições realizaram-se na sessão de 5 de fevereiro, que foi a primeira ordinaria do anno.

Tendo-se dado a vaga da vice-presidencia com o fallecimento do sr. dr. Miranda Azevedo, foi eleito para este lugar o sr. Manoel Pereira Guimarães, então 1.° secretario, e o lugar deste foi preenchido com a eleição do sr. Couto de Magalhães. Estas eleições tiveram lugar na sessão ordinaria de 5 de abril.

Tendo sido licenciados por longo tempo, a pedido, os srs. 1.° e 2.° secretarios, e não tendo podido comparecer em sessões consecutivas os respectivos supplentes, o sr. presidente, na sessão de 5 de junho, nomeou respectivamente 1.° e 2.° secretarios interinos os srs. Torres de Oliveira e Rodolpho von Ihering, que desempenharam esses cargos até o fim do anno social.

Tambem o lugar de orador official do Instituto foi exercido interinamente durante o anno findo pelo sr. Torres de Oliveira, por estar ausente na Bahia o respectivo funccionario sr. Theodoro Sampaio. Na sessão magna de 1 de novembro funccionou, por nomeação do sr. presidente, e fez o elogio historico dos socios fallecidos o sr. Hyppolito da Silva.

Commissões

Na sessão de 5 de fevereiro foram nomeadas as commissões permanentes que têm de servir durante o corrente triennio.

Continuou a funccionar, com o fim especial para que foi creada, a commissão encarregada de angariar donativos para a construcção do edificio social.

Sessões e trabalhos

Durante o anno realizaram-se regularmente 16 sessões ordinarias e a magna de 1 de novembro.

No correr dellas foram apresentados os seguintes trabalhos:

Na de 5 de março: *Apreciações sobre os trabalhos da Commissão Geographica e Geologica do Estado para a exploração do sertão*, pelo sr. Eduardo Loschi.

Na de 5 de abril: *Grutas do Brasil*, pelo sr. Joaquim José de Carvalho.

Na de 20 de abril: *Homogeneidade do continente e da fauna da America do Sul e estudo comparativo da fauna sulamericana com a dos outros continentes*, pelo sr. Hermann von Ihering.

Na mesma e nas sessões de 20 de julho e 20 de agosto: *A Revolução de 1842* pelo sr. João B. de Moraes.

Na de 4 de maio: *A Ribeira de Iguape, sua potamographia*, pelo sr. Edmundo Krug, com a collaboração do sr. Ernesto Guilherme Young.

Nas de 5 e 20 de junho: *Traducção da conferencia feita perante a Academia das Sciencias de Londres pelo Duque de Abbruzzos sobre sua ascenção ao Monte Ravenzzori*, pelo sr. Eduardo Loschi.

Na de 5 de agosto: *Apontamentos relativos a Aleixo Garcia*, pelo sr. Ernesto G. Young.

Na de 19 de outubro: *Indigenas da America*, pelo sr. Leoncio do Amaral Gurgel.

Ficaram inscriptos outros socios para lerem trabalhos, que deverão ser apresentados este anno.

Bibliotheca e archivo

Como nos annos anteriores, continuaram a affluir para o Instituto generosas offertas de livros, folhetos, jornaes, revistas, medalhas, etc., etc., salientando-se, pelo seu numero e valor, as feitas pelo saudoso dr. Miranda Azevedo e pelo Barão de Rezende.

Com prazer a Directoria, em nome do Instituto, deixa aqui consignado seu reconhecimento a todos os que por esta fórma têm contribuido para o enriquecimento de suas collecções.

Revista

Foi distribuido o XI volume da *Revista*, achando-se já adiantada a impressão do XII, que deverá ser distribuido no corrente anno.

Socios

Durante o anno foram acceitos 14 socios effectivos e 18 correspondentes. De acôrdo com a deliberação que tomastes, foi transferido da cathegoria de socio correspondente para a de effectivo o dr. Joaquim José de Carvalho.

Além da perda irreparavel de seu vice-presidente e socio fundador benemerito dr. Miranda Azevedo, soffreu mais o Instituto, no anno findo, a de seus illustres e prezados confrades: Cesar Bierrenbach, Rozendo Aprigio Pereira Guimarães, Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, Raymundo Pennaforte Blacke, Lafayette de Toledo, Fernando de Albuquerque e Julio Meili.

Finanças

No orçamento da receita e despesa do Estado continúa consignada a verba de 3:600$000, como auxilio ao Instituto, assim como continúa em vigor a lei municipal que concedeu-nos o auxilio de 2:000$000 annuaes.

Aos dignos e illustres membros de ambas as casas do Congresso Estadual e da Camara Municipal, que por esta fórma manifestam o interesse que lhes merece a nossa util associação, testemunha o Instituto, pela sua Directoria, o seu vivo reconhecimento e a sua gratidão.

Uma deliberação do illustre sr. Secretario do Interior, extinguindo a secção de obras da Repartição do *Diario Official*, parece que vedará ao Instituto a publicação de sua *Revista* nas officinas da mesma Repartição, como acontecia até aqui. Si tal facto se verificar, o Instituto opportunamente tomará a deliberação, que lhe parecer mais acertada, para supprir essa falta.

Do balanço apresentado pelo thesoureiro e dos documentos que o acompanham, verificareis o extraordinario gráu de prosperidade que attingiram as finanças do Instituto.

A receita foi de 27:637$700 e a despesa de 8:244$700, havendo, pois, um saldo de 19:393$000, que unido ao de 23:186$900, de 1906, eleva-se ao total de 42:579$900, sendo em conta corrente no Banco do Commercio e Industria 42:324$900; em mão do thesoureiro do Instituto 255$000.

Ao vosso exame a Directoria sujeita o balanço e as contas do anno findo, aguardando a vossa deliberação a respeito.

Edificio social

Uma serie de medidas de previdencia e economia, que de ha tempos têm sido postas em pratica pela Directoria do Instituto, collocaram a nossa associação no estado de grande prosperidade financeira, que lhe permittiu pôr em execução, actualmente, o seu antigo, ardente e legitimo desejo de construir um edificio proprio para realização de seus trabalhos e sessões.

E' assim que a actual Directoria tem o prazer de vos communicar que está em construcção, no terreno para esse fim adquirido, á rua Benjamin Constant, o edificio social do Instituto.

De acôrdo com a auctorização que houvestes por bem conceder-lhe, esta Directoria solicitou de varios architectos e constructores, plantas e orçamentos; estudou-os com o maior empenho e escrupulo, em diversas reuniões, prestando attenção não só ao lado architectonico de construcção, como ao seu lado financeiro, e acabou por firmar, a 24 de dezembro proximo findo, por escriptura publica, o contracto que ora submette a vossa apreciação e julgamento. Como parte deste Relatorio, a Directoria apresenta-vos uma certidão da escriptura do contracto. O empreiteiro contractante é profissional de reconhecida competencia e probidade, e está devidamente affiançado. Os motivos principaes da preferencia dada á sua proposta foram a commodidade do preço da construcção e a sua conformidade com o plano do edificio projectado. Como vereis do balanço apresentado pelo sr thesoureiro, o Instituto não está actualmente habilitado para satisfazer toda a importancia da construcção. Como, porém, esta levará aproximadamente um anno a ultimar-se, tem o Instituto tempo sufficiente para habilitar-se para effectuar as ultimas prestações ao empreiteiro, lançando mão das medidas que entender mais convenientes para esse fim. Assim, parece que ainda não póde ser dispensada a cooperação, até aqui tão dedicada e efficazmente prestada pela benemerita commissão angariadora de donativos. Do Congresso Estadual e mesmo do Federal parece tambem ser licito esperar qualquer auxilio, attenta a relevante operosidade do Instituto em suas investigações geographicas, historicas e ethnographicas do Estado e do Paiz.

Conclusão

Taes são. srs. membros do Instituto Historico e Geographico de S Paulo, os factos e occurrencias do anno findo, os quaes a Directoria entendeu levar ao vosso conhecimento, estando prompta a prestar quaesquer outros esclarecimentos que forem exigidos.

S. Paulo, 25 de janeiro de 1908.

M A. Duarte de Azevedo, Presidente.
José Torres de Oliveira, 1.° Secretario.

QUADRO SOCIAL

DO

Instituto Historico e Geographico de S. Paulo em dezembro de 1907

I

DIRECTORIA

Presidente

Conselheiro dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

Vice-presidente

Dr. Manoel Pereira Guimarães.

1.° Secretario

Dr. José Vieira Couto de Magalhães.

2.° Secretario

Professor Arthur Goulart.

Orador

Dr. Theodoro Sampaio.

Thesoureiro

Dr. Arthur Vautier.

II

PRESIDENTE HONORARIO

Barão do Rio Branco.

III

SOCIOS BENEMERITOS

Dr. Carlos Reis.
» Domingos José Nogueira Jaguaribe.
» Orville A. Derby.
» Pedro Augusto Gomes Cardim.

IV

SOCIOS HONORARIOS

1 Dr. Alberto dos Santos Dumont
2 » Alfredo de Brito
3 » Alexandre J. de Mello Moraes Filho
4 August Heinrich Wieman
5 Conselheiro Augusto Carlos Teixeira de Aragão
6 Dr. Augusto Freire da Silva
7 Barão Homem de Mello
8 » de Paranapiacaba
9 » » Studart
10 Bellarmino Carneiro
11 Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão
12 » Bernardo de Azevedo da Silva Ramos
13 » Clovis Bevilaqua
14 Conde de Affonso Celso
15 Dr. Duarte Leopoldo
16 Duque dos Abbruzzos
17 Dr. Emilio A. Goeldi
18 » Ernesto Guilherme Young
19 » Estevam Leão Bourroul
20 » Felisbello Freire
21 General Francisco Maria da Cunha
22 D. Frederic Kerner Marilaum
23 » Frederico Augusto Lisboa
24 Gabriel do Monte Pereira
25 Guilherme Ferrero
26 D. Hevia Riquielme
27 Dr. J. Barbosa Rodrigues
28 » João Capistrano de Abreu
29 » » Ribeiro
30 João Vieira da Silva
31 Dr. Joaquim A. Nabuco de Araujo
32 » » F. de Assis Brasil
33 » John C. Branner
34 » José Alves de Cerqueira Cesar
35 » » Calmon N. Valle da Gama
36 » Manoel Alvaro de Sousa Sá Vianna
37 Mrs. Marie Robinson Wright
38 Marquez de Paranaguá
39 D. Mathias Alonso Creado
40 Dr. Olintho de Magalhães
41 General Quintino Bocayuva
42 Padre Raphael M. Galanti
43 Dr. Richard Westtstein
44 » Silvio Romero

45 » Susviela Guarch
46 » Thomás Garcez Paranhos Montenegro
37 Conselheiro Tristão de Alencar Araripe
48 Dr. Tristão de Alencar Araripe Junior
49 D. Veridiana Prado
50 Dr. Vicente Liberalino de Albuquerque
51 » Victor Schiffner

V

Socios correspondentes domiciliados fóra do Estado de S. Paulo (*)

NUMERO	NOMES	DATA DE ADMISSÃO		
1	D. Abelardo Varella.	25	outubro .	1901
2	A. Lafone Quevedo	20	agosto .	1902
3	Alberto Ferreira Rodrigues. . .	20	outubro .	1906
4	Dr. Albino Alves Filho. . . .	5	julho . .	1904
5	» Alfredo de Carvalho . . .	20	junho .	1906
6	Alfredo Ferreira Rodrigues. . .	20	outubro .	1906
7	Dr. Alfredo Varella	25	» .	1901
8	D. Andrés Lupêna	5	julho . .	1905
9	Antonio Alexandre Borges dos Reis.	20	» . .	1903
10	Dr. Antonio Augusto de Lima. .	19	abril . .	1902
11	Antonio Carlos Madeira. . . .	20	julho . .	1907
12	Dr. Antonio Olinto dos Santos Pires.	5	» . .	1901
13	Arthur Ferreira Machado Guimarães.	20	setembro .	1902
14	Belisario Pernambuco	5	» .	1901
15	Candido Costa	4	abril . .	1901
16	Dr. Carlos M. de Góes	20	outubro .	1906
17	» » Porto Carreiro . . .	25	» .	1901
18	Damasceno Vieira	20	fevereiro .	1904
19	Dr. Daniel Garcia de Acevedo. .	5	agosto .	1905
20	Elpidio Leite.	25	outubro .	1904
21	Dr. Ernesto Quesada	5	setembro .	1904
22	Coronel Ernesto Senna	5	maio . .	1903
23	Dr. Estevam de Mendonça . . .	20	setembro .	1905
24	Felix Pacheco	25	outubro .	1901
25	Dr. Fernando Caldeira de Andrada.	20	» .	1902
26	Filinto de Almeida	20	setembro .	1902
27	Dr. Florentino Ameghino . . .	5	outubro .	1903
28	Francisco Gomes de Araujo Góes .	5	março. .	1902

(*) A relação dos socios effectivos e a dos correspondentes com residencia no Estado não são ora publicadas por dependerem da revisão resolvida em sessão de 20 de fevereiro de 1907.

NUMERO	NOMES	DATA DE ADMISSÃO		
29	Dr. Francisco Gomes de Araujo Góes Filho	5	março. .	1902
30	Coronel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo	5	setembro.	1902
31	Dr. Henrique R. Leang. . . .	5	outubro .	1904
32	Tenente Henrique Silva. . . .	5	» .	1903
33	Horacio Nunes	5	fevereiro.	1904
34	Dr. Hosannah de Oliveira. . .	20	setembro.	1907
35	» Jaime Darcy.	5	agosto. .	1904
36	» João Pandiá Calogeras. . .	20	abril . .	1904
37	» » Teixeira Alvares. . .	4	maio . .	1907
38	» José Americo dos Santos . .	20	março. .	1902
39	» » Arthur Boiteux . . .	25	janeiro. .	1903
40	» » Carlos Rodrigues. . .	5	setembro.	1907
41	Major José C. Sotto.	20	março. .	1905
42	José Francisco da Rocha Pombo.	5	setembro.	1907
43	Dr. José Pereira do Rego Filho.	5	junho. .	1907
44	» » Vieira Fazenda . . .	20	março. .	1902
45	D. Juan Ambrosetti.	5	outubro .	1903
46	D. Julia Lopes de Almeida. . .	20	setembro.	1902
47	D. Julio Vicuña Cifuentes. . .	25	outubro .	1901
48	Dr. Luis da Rocha Miranda (Barão do Bananal).	5	abril . .	1907
49	» Manoel de Mello Cardoso Barata	20	julho. .	1901
50	» Manoel de Oliveira Lima. .	5	abril . .	1901
51	Max Fleiuss	5	março. .	1902
52	Dr. Odwaldo Pacheco e Silva . .	5	abril . .	1902
53	Olympio Paranhos	19	outubro .	1901
54	Dr. Pablo Bananchea	20	março. .	1905
55	P.e » Hernandes	5	outubro .	1904
56	Dr. Rodrigo Octavio L. de Menezes	20	» .	1903
57	Romario Martins.	20	abril . .	1906
58	Dr. Vicente Ferreira de Barros W. de Araujo	5	outubro .	1904
59	» Vicente Q. Quesada . . .	5	setembro.	1904
60	» Virgilio de Lemos	25	outubro .	1904
61	Viscondessa de Cavalcanti . . .	5	Agosto. .	1905

VI

Quadro dos socios acceitos em 1906

NUMERO	NOMES	CATEGORIAS	DATA DA ADMISSÃO	
1	Dr. Gustavo de Oliveira Godoy	Effectivo . .	5	março
2	Dr. João de Cerqueira Mendes	Correspondente.	5	»
3	General Quintino Bocayuva	Honorario . .	20	abril
4	Romario Martins . . .	Correspondente.	20	»
5	Dr. Lamartine D. Nogueira da Gama.	» . .	20	»
6	Otto Weissflog. . . .	Effectivo . .	5	junho
7	Dr. Alfredo de Carvalho .	Correspondente.	20	»
8	Dr. Carlos M. de Góes .	» . .	20	outubro
9	Alfredo Ferreira Rodrigues	» . .	20	»
10	Alberto Ferreira Rodrigues	» . .	20	»
11	Dr. Galdino de Siqueira .	» . .	20	»
12	Dr. Rodolpho von Ihering	Effectivo . .	20	»
13	Dr. João Baptista Reimão	» . .	20	»
14	Coronel Antonio Ludgero Sousa Castro. . . .	» . .	20	»
15	Dr. José de Freitas Guimarães	» . .	20	»
16	Conego João N. Manfredo Leite	» . .	20	»
17	Dr. Alberto Seabra . .	» . .	25	»
18	Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo (*) . .	Benemerito . .	25	»

(*) O dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo foi, em 25 de Outubro de 1905 transferido da classe de socio fundador effectivo para a de fundador honorario e, um anno depois, para a de fumdador benemerito.

VII

Quadro dos socios acceitos em 1907

Numero	NOMES	CATEGORIAS	DATA DA ADMISSÃO	
1	Dr. José C. de M. Soares	Effectivo	5	março
2	Dr. Antonio de Albuquerque Pinheiro. .	»	5	»
3	Aristides de Albuquerque	»	5	»
4	Victorino Coelho de Carvalho	Correspondente	5	»
5	Luis da Rocha Miranda (Barão do Bananal) .	»	5	abril
6	Dr. Heitor Machado .	Effectivo	5	»
7	Dr. Joaquim José de Carvalho (*) . . .	»	5	»
8	Dr. Gentil de Moura .	»	4	maio
9	Prof. José Feliciano de Oliveira	»	4	»
10	Dr. João Teixeira Alvares	Correspondente	4	»
11	Dr. José Pereira Rego Filho	»	5	junho
12	Major Ricardo Krone .	»	5	»
13	Dr. José Augusto Cesar	Effectivo	20	julho
14	Guilherme Ferrero . .	Honorario	20	»
15	Dr. Estevam Leão Bourroul	»	20	»
16	Antonio Carlos Madeira	Correspondente	20	»
17	João Lellis Vieira . .	Effectivo	20	»
18	João F. Meira de Vasconcellos	»	20	»
19	Marquez de Paranaguá.	Honorario	20	agosto
20	Dr. José Carlos Rodrigues	Correspondente	5	setembro
21	José Francisco da Rocha Pombo.	»	5	»
22	Dr. Alfredo de Brito .	Honorario	20	»
23	Dr. Hosannah de Oliveira	Correspondente	20	»

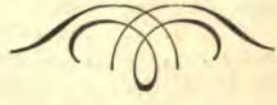
(*) O dr. Joaquim José de Carvalho, admittido em 20 de março de 1903, na qualidade de socio correspondente, foi transferido desta classe para a de effectivo.

VIII

Relação dos socios fallecidos até 31 de dezembro de 1907

NUMERO	NOMES	CATEGORIA	Anno em que falleceram
1	Dr. Severino de Freitas Prestes .	Fundador . .	1896
2	Desemb. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho	» . .	1897
3	Dr. Martinho de Freitas Vieira de Mello	Honorario . .	1897
4	Dr. Cesario Mota Junior . . .	Fundador . .	1897
5	D. J. J. de Menezes Vieira . .	Honorario . .	1897
6	Dr. Carlos Daniel Rath . . .	Fundador . .	1898
7	José Ferraz de Almeida Junior .	» . .	1899
8	Dr. Adolpho B. Uchôa Cavalcanti .	Effectivo . .	1900
9	Antonio Augusto da Fonseca .	Fundador . .	1900
10	Dr. João Francisco Mata Junior .	Correspondente	1901
11	Dr. Eduardo da Silva Prado . .	Effectivo . .	1901
12	José André do Sacramento Macuco.	Fundador . .	1901
13	Dr. João Diogo Esteves da Silva .	Effectivo . .	1901
14	Dr. Jaime Seiva	Fundador . .	1902
15	Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva . .	» . .	1902
16	Dr. Joaquim Floriano de Godoy .	» . .	1902
17	Dr. Prudente José de Moraes Barros	Pres.-Honor. .	1902
18	Dr. Manoel de Moraes Barros . .	Fund.-Honor.	1902
19	Dr. João Ribeiro de Moura Escobar.	Fundador . .	1903
20	Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo	Honorario . .	1903
21	Dr. Jorge Ritt	» . .	1903
22	Dr. Joaquim Mariano de Almeida Moraes	Correspondente	1903
23	Dr. Luis de Anhaia Mello . . .	Fundador . .	1903
24	Dr. Braulio Gomes	» . .	1903
25	José Couto de Magalhães . . .	Effectivo . .	1903
26	Dr. Aristides Augusto Milton . .	Honorario . .	1904
27	José Gomes dos Santos Guimarães	Effectivo . .	1904
28	General Francisco R. de Mello Rego	Correspondente	1904
29	Dr. Alfredo Guedes	Effectivo . .	1904
30	Dr. João Pereira Monteiro . . .	Fundador . .	1904
31	Dr. Augusto Cesar de Barros Cruz	» . .	1905
32	Dr. Hyppolito de Camargo . . .	» . .	1905

NUMERO	NOMES	CATEGORIA	Anno em que falleceram
33	Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares	Honorario . .	1905
34	D. Martim Garcia Merou . . .	» . .	1905
35	D. José Lourenço da Costa Aguiar	» . .	1905
36	Anatolio Luis Garraux	» . .	1905
37	Coronel Agostinho José Moreira Rollo	Correspondente	1905
38	Dr. Antonio de Toledo Piza . .	Fundador . .	1905
39	Conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro	Honorario . .	1906
40	Henrique Raffard	» . .	1906
41	Dr. Francisco de Assis Peixoto Gomide	Effectivo . .	1906
42	Dr. Martinho da Silva Prado Junior	Fundador . .	1906
43	Martin Jules Victor André. . .	Honorario . .	1906
44	Dr. Nina Rodrigues	Correspondente	1906
45	Dr. Ignacio Pereira da Rocha . .	Effectivo . .	1906
46	Dr. Carlos Ribeiro de Moura Escobar	» . .	1906
47	Dr. Antonio da Cunha Barbosa .	Correspondente	1906
48	Dr. Paulo Egidio de Oliveira Carvalho	Effectivo . .	1906
49	Dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo	Fundador-Ben.	1907
50	Lafayette de Toledo. . . .	Fundador . .	1907
51	Conselheiro Rozendo A. Pereira Guimarães	Honorario . .	1907
52	Dr. João Cesar Bueno Bierrenbach.	Correspondente	1907
53	Julius Meillii	Honorario . .	1907
54	Dr. Fernando de Albuquerque. .	Effectivo . .	1907



UNIVERSITY OF MICHIGAN
3 9015 03596 9404